



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Joaquim Gonçalves da Costa


**Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e  
contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar**

Rio de Janeiro

2018

Joaquim Gonçalves da Costa

**Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C837 Costa, Joaquim Gonçalves da.  
Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e  
contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar / Joaquim Gonçalves da  
Costa. – 2018.  
698 f.

Orientadora: Gaudêncio Frigotto.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de  
Educação e Humanidades.

1. Políticas Públicas – Teses. 2. Soberania alimentar – Teses. 3. Segurança  
alimentar – Teses. I. Frigotto, Gaudêncio. II. Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

es

CDU 304.4(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Joaquim Gonçalves da Costa

**Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à  
[des]ordem do Sistema Agroalimentar**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Aprovada em 04 de julho de 2018.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (Orientador)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof. Dr. Antônio Inácio Andrioli

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

---

Prof. Dra. Marise Ramos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL

Rio de Janeiro

2018

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais Pedro Gonçalves de Oliveira e Ana Costa de Oliveira (*in memoriam*), camponeses pobres, com pouca terra, atingidos por barragem, que sentiram no corpo e na alma os processos de dominação do capital e a ‘mão visível’ do Estado em suas estratégias das ausências e fragilidades das Políticas Públicas no Campo e de negação dos direitos. Por isso trabalharam por décadas para garantir a subsistência da família, com poucos recursos e sem acesso à educação formal aprendendo apenas as ‘poucas letras’. Mas cultivaram, além de alimentos de qualidade nutricional excelentes, valores, sociais, éticos, de luta, que me servem de base até os dias atuais.

Aos lutadores e às lutadoras do povo [e Movimentos Sociais de base popular] que empregam diferentes lutas com diferentes pautas, mas que buscam mais justiça e a concretização das condições para uma nova sociedade.

Aos imprescindíveis homens que se foram durante o período de meu doutoramento, pela pertinência e grandiosidade de suas elaborações e perspectiva teóricas, que marcaram presença neste processo de formação, como fonte de pesquisa, ou como professor e fonte de pesquisa, fundamentais para as análises desenvolvidas nesta tese. Um singelo reconhecimento com o compromisso de levar adiante estes ideais nas lutas sociais e nas elaborações teóricas futuras.

**Eduardo Galeano**

(Montevideu, 03/09/1940 a 13/05/2015, Montevideu)

**István Mészáros**

(Budapest, 19/12/1930 a 01/10/2017, Londres)

Professor **Theotônio dos Santos**

(Carangola/MG, 11/11/1936 a 27/02/2018, Rio de Janeiro/RJ)

**Elmar Altvater**

(Kamen/Alemanha, 24/08/1938 a 01/05/2018, Berlim)

**Domenico Losurdo**

(Sannicandro di Bari, Itália, 1941 a 28/06/2018, Itália)

**[PRESENTE!!]**

## AGRADECIMENTOS

*Ex nihilo nihil fit!* O ‘Ser’ não se constitui a partir do ‘nada’! Antes é a constituição unitária do conjunto de relações estabelecidas no decorrer do tempo e por estas definidas. Em especial neste processo de doutoramento, das relações humanas, de estudos e com autores, construídas em diversos espaços e momentos, que incidiram de maneira substancial nesse processo de Formação Humana e na constituição do Ser Social. O conhecimento construído nesta tese é expressão de um processo de formação, demarcado num tempo histórico, mas, fundamentalmente, de um compromisso público assumido frente a um tema de extrema relevância humana e social. Aprendi muito! Ainda sei pouco! Prossigo, com a certeza de que a ciência é fundamental para contribuir com os processos na direção da superação de diversas condições de miséria da existência humana. São muitas as pessoas, instituições, organizações e movimentos sociais, que sentimos ter um compromisso e uma dívida de reconhecimento.

***Assim, sou imensamente grato:***

Aos meus familiares irmãos/irmãs: Maria Gonçalves da Costa (*in memorian*), José G. da Costa, Sebastião G. da Costa, Antônio G. da Costa, Helena G. Gandin, Jorge G. de Oliveira, Pedro C. de Oliveira, Ana Rosa C. de Oliveira, Lúcia G. da Costa, João C. de Oliveira, sobrinhos/sobrinhas, cunhados/cunhadas, namorada, que além de me incentivarem, compreenderam minha ausência e falta de tempo para dedicar a cada um/a deles/as a preciosa atenção de que merecem.

Ao meu orientador professor Dr. Gaudêncio Frigotto por ter aceito o desafio de me orientar, e pelo honroso processo desenvolvido, pela forma especial, sempre atencioso, responsável, coerente e rigoroso com que fez essa interlocução. E, sobretudo, pela relação de amizade e confiança construída nesses anos. Espero ter cumprido com minha tarefa e correspondido com as análises eventualmente esperadas.

Aos professores/as do PPFH/UERJ com os quais tive a oportunidade de cursar as disciplinas, Dr. Floriano José Godinho de Oliveira, Dr. Theotônio dos Santos (*in memorian*), Dr. Pablo Gentili, Dr. Gaudêncio Frigotto, Dra. Deise Mancebo, Dra. Estela Scheinvar e Dra. Raquel M. Villardi.

Além destes/as, aos professores/as, que mesmo não tendo cursado disciplina, tive a honra de conhecer e contar com a preciosa atenção e contribuições teóricas nos debates, pois aprendi muito com todos/as. Destaco os/as integrantes do Grupo THESE (Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (UERJ-UFF-EPSJV/FIOCRUZ)) pelos debates valiosos, nas pessoas da coordenação: prof. Dra. Maria Ciavatta e Lia Tiriba

(UFF), prof. Dra. Eveline Algebaile e prof. Dr. Gaudêncio Frigotto (UERJ), prof. Dr. Júlio Lima (EPSJV/FIOCRUZ) e prof. Dra. Marise Ramos (UERJ/ EPSJV/FIOCRUZ).

Ao professor Dr. Gracialino da Silva Dias (UFFS) pelas significativas e esclarecedoras contribuições para o desenvolvimento desta tese.

Às lideranças dos movimentos sociais camponeses, militantes [em especial aos meus familiares que atuam e contribuem com os movimentos sociais] que tensionam o debate acerca da Soberania Alimentar e de outras pautas e buscam através de suas lutas, a efetiva realização de um projeto histórico, onde a vida, a natureza, os seres humanos estejam em primeiro lugar.

Aos colegas doutorandos/as, mestrandos/as do PPFH que pela inserção em diferentes frentes de lutas populares e de diferentes lugares do Brasil, além de me darem a honra da amizade e companheirismo, contribuíram de maneira significativa na minha formação militante e intelectual.

À equipe de técnicos/as da Secretaria do PPFH pela sempre prestimosa atenção com que me atenderam quando precisei.

À Universidade Federal da Fronteira Sul pela política de incentivo à capacitação, pela qual permitiu o meu afastamento para esse processo de doutoramento.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio fundamental nesta caminhada.

Por fim, sou grato aos grandes autores da música erudita, fundamentalmente Mozart, Schubert, Chopin, Beethoven, Carlos Gomes, Liszt, Strauss, entre outros, que contribuíram de maneira significativa para acalmar o espírito ansioso frente à grande tarefa de elaboração teórica e frente às constantes pautas e [pre]ocupações cotidianamente colocadas pela sociedade. Foram importantes também, neste contexto, de necessária disciplina e concentração, a audição de autores da ‘Música Popular Brasileira’, da nossa música regionalista e do ‘Fado Português’.

Comida de Verdade garante a Soberania Alimentar, protege o patrimônio natural e genético; reconhece a memória, a estética, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho.

*Consea*

Comer é um ato político. Comida de Verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove a alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e paz entre os povos.

*Consea*

Os profetas estão sempre à mercê dos acontecimentos. No entanto, eu me aventuraria a concluir este livro com a previsão de que, pelo menos, a metade das doenças humanas desaparecerá se nossos suprimentos alimentares passarem a ser produzidos em solos verdadeiramente férteis e consumidos em estado natural.

*Howard*

[...] vivemos atualmente num mundo que é um organismo vivo, unitário, onde todas as partes estão indissolivelmente ligadas, o que significa que, desde que uma dessas partes sofra de fome e esteja ameaçada de morrer e apodrecer na miséria, todo organismo está ameaçado pela mesma infecção.

*Josué de Castro*

A pesquisa agrícola tem feito dos fazendeiros, não produtores de um alimento de melhor qualidade, mas sim hábeis saqueadores dos recursos naturais.

*Howard*

Somos condenados a fazer o caminho caminhando, não raro na noite escura, sem ver claramente a direção e sem poder identificar os empecilhos. E precisamos crer e esperar que o caminho nos conduza a algum lugar que seja bom para se morar e demorar nele.

*Leonardo Boff*



Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, como base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

*Fórum Mundial pela Soberania Alimentar*

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. [...]. Para que serve a utopia? Serve para isso; para que eu não deixe de caminhar.

*Eduardo Galeano*

## RESUMO

COSTA, Joaquim G. da. *Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar*. 2018. 698 f. Tese: Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2018.

A presente tese analisa a Soberania Alimentar sob a perspectiva e conteúdo histórico-material [e em projeção] construído a partir da *práxis* dos trabalhadores e trabalhadoras organizados em Movimentos e Organizações Sociais de base popular integrantes da Via Campesina, progenitora do conceito apresentado em 1996 à sociedade. O conceito de Soberania Alimentar é tomado em sua totalidade e multidimensionalidade [de base material: territorial, alimentar, genética, energética e hídrica; e de base social: econômica, política, cultural, ambiental e social] como um projeto histórico-político alternativo de organização de ‘sistemas alimentares’ e de provimento da alimentação, fazendo a contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar. É demonstrado que a materialização da Soberania Alimentar em sua radicalidade prescrita e como um devir histórico, considerando suas múltiplas dimensões de base e sociais, está imbricada com as dimensões materiais, prático-políticas e utópica, e que, portanto, pressupõe as mediações práticas necessárias de Reforma Agrária [Popular], a Política Pública, Agroecologia e Formação Humana para esse processo de transição. A análise também dedica atenção às questões relacionadas à fome e à insegurança alimentar e nutricional e como a sociedade buscou e está buscando enfrentar esses problemas. Com base nisso evidencia a gênese histórica dos conceitos de Segurança Alimentar [e Nutricional] e de Soberania Alimentar e o que está subjacente a esse debate, concluindo que as políticas de Segurança Alimentar [e Nutricional] integram e compactuam com a ordem sistêmica, enquanto as iniciativas e o projeção da Soberania Alimentar inscrevem-se na ordem da ruptura, das mediações e da superação da ordem, e na construção de uma outra hegemonia. Têm relevância também a análise da experiência brasileira tanto na questão da participação social, nos debates e demandas por políticas públicas, quanto as ações, programas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional implementadas. A partir disso, são percebidas as grandes linhas limítrofes para a implementação de políticas com força material indutora de transformação sob a perspectiva da Soberania Alimentar, o que incidiu na conclusão da confirmação da hipótese de que as políticas implementadas não garantem Segurança Alimentar e Nutricional e ficam distantes dos valores e princípios advogados pela Soberania Alimentar, e, em sua maioria são colidentes. Por fim, o horizonte composto pela radicalidade do conceito em seu processo de ideação e a sua dimensão utópica [com os germes do novo] é que lançam luz e determinam a substância das mediações práticas em construção.

Palavras-Chave: Soberania Alimentar. Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema Agroalimentar. Políticas Públicas. Agroecologia. Formação Humana. Questão Agrária. Campesinato. Fome.

## ABSTRACT

COSTA, Joaquim G. da. *Food Sovereignty: dimensions material, practical-political, utopian and contraposition to the [des] order of the Agro-alimentary System*. 2018. 698 f. Tese: Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2018.

This thesis analyzes Food Sovereignty under the perspective, historical-material content [projection] built from the praxis of the workers organized in Popular Movements, and Social Organizations, members of Via Campesina, the progenitor of the concept presented in 1996 to society. The concept of Food Sovereignty is taken in its totality and multidimensionality [material basis: territorial, food, genetic, energy and water; and social basis: economic, political, cultural, environmental and social] as an alternative historical-political project of organizing 'food systems' and provision of food, contraposition to the [dis] order of the Agrifood System. It is demonstrated that the materialization of Food Sovereignty in its prescribed radicalism and as a historical development, considering its multiple basic and social dimensions, is imbricated with the material, practical-political and utopian dimensions, and therefore, presupposes the necessary practical mediations Agrarian Reform [Popular], the Public Policy, Agro ecology and Human Formation for this transition process. The analysis also dedicates attention on issues related to hunger and food nutritional insecurity and how society has sought and is seeking to address these problems. Based on this, the historical genesis of the concepts of Food and Nutrition Security and Food Sovereignty, and what underlies this debate, concludes that the Food and Nutrition Security policies integrate and compact with the systemic order, while the initiatives and the projection of Food Sovereignty are inscribed in the order of rupture, mediation and overcoming order, and in the construction of another hegemony. Also relevant are the analysis of the Brazilian experience both in the issue of social participation, in the debates and demands for public policies, and in the actions, programs and policies of Food and Nutrition Security implemented. From this, the broad lines for the implementation of policies with material force inducing transformation from the perspective of Food Sovereignty are perceived, which focused on the conclusion of the confirmation of the hypothesis that the policies implemented do not guarantee Food and Nutrition Security and are distant from the values and principles advocated by Food Sovereignty, and are mostly colliding. Finally, the horizon composed by the radicalism of the concept in its process of ideation and its utopian dimension [with the germs of the new] is that they shed light and determine the substance of practical mediations under construction.

Key-Word: Food Sovereignty. Food and nutrition security. Agro-alimentary system. Public policy. Agroecology. Human formation. Agrarian Question. Peasantry. Hunger.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A polissemia do conceito de Segurança Alimentar [e Nutricional]. .....	145
Figura 2 – Dimensões da soberania alimentar .....	164
Figura 3 – Transição: fatores materiais de negação e afirmação pela Soberania Alimentar.....	273
Figura 4 – Conservação, reconstituição e potencialização da biodiversidade.....	285
Figura 5 – A intersecção do debate social, político e teórico em Segurança Alimentar e Nutricional.....	344
Figura 6 – Impactos de Programas de Alimentação do Trabalhador.....	430
Figura 7 – Participação das modalidades de serviços de alimentação nos últimos 21 anos.....	432
Figura 8 – Limites das/entre as modalidades do PAA.....	445
Figura 9 – Consequências potenciais da (In)Segurança Alimentar no domicílio.....	468
Figura 10 – Elementos do processo de transição e travessia .....	519
Figura 11 – Agroecologia: acepções.....	522
Figura 12 – Intersecção: Agroecologia, Soberania Alimentar e Formação Humana .....	523
Figura 13 – Dimensões da Agroecologia.....	555
Figura 14 – Soberania Alimentar e Mediações Práticas .....	610

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento de SAN: 2004 – 2013 .....	413
Gráfico 2 – Percentual de trabalhadores beneficiados pelo PAT por faixa salarial em 2015 .....	426
Gráfico 3 – Evolução do número de trabalhadores e empresas participantes .....	427
Gráfico 4 – Evolução do número médio de trabalhadores beneficiados por empresa 1977 – 2016.....	429
Gráfico 5 – Evolução do número de trabalhadores beneficiados e do número de empregos gerados no setor de serviços de alimentação .....	433
Gráfico 6 – Trabalhadores beneficiados pelo PAT em relação ao total de trabalhadores formais (em milhões de trabalhadores) .....	434
Gráfico 7 – Valor da renúncia fiscal do PAT por trabalhador/mês (*) .....	435
Gráfico 8 – Evolução da execução financeira do programa entre 2003 e 2012 .....	445
Gráfico 9 – Evolução do número de agricultores participantes no PAA .....	446
Gráfico 10 – Evolução da aquisição de alimentos em toneladas no PAA.....	447
Gráfico 11 – Transição nutricional no período entre 1974 a 2006.....	467
Gráfico 12 – Cisternas de consumos entregues entre 2011 – 2014.....	479
Gráfico 13 – Tecnologias de produção entregues entre 2011 – 2014 .....	480
Gráfico 14 – Redução da extrema pobreza entre os beneficiários do Bolsa Família .....	483

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ações, Programas e Políticas.....	410
Tabela 2 – Valores médios repassados pelo Programa Bolsa Família (PBF) – (referência: junho de 2017) .....	420
Tabela 3 – Programa Bolsa Família e valores repassados por ano.....	420
Tabela 4 – PNAE: Etapas e Modalidades de Ensino e Valores dia-letivo-aluno .....	422
Tabela 5 – Dados financeiros e físicos do PNAE.....	422
Tabela 6 – Número de trabalhadores atendidos pelo PAT, por região, e suas variações no período de 2008 a 2013.....	428
Tabela 7 – Metas traçadas para o II PNRA .....	455
Tabela 8 – Orçamento do I PLANSAN.....	484

## LISTA DE SIGLAS/ABREVIACOES

ABAg	Associao Brasileira de <i>Agrobusiness</i>
ACD	Auditoria Cidadã da Dvida
ADN	cido Desoxirribonucleico
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	Articulao do Semiárido Brasileiro
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestao Continuada
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSE	Encefalopatia Espongiforme Bovina
CAE	Conselho de Alimentao Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDB	Conveno da Diversidade Biológica
CECANES	Centros Colaboradores de Alimentao e Nutrio
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos
CF	Constituio Federal
CFN	Conselho Federal de Nutrio
CIA	Agência Central de Inteligência norte americana
CIAN	Comissão Intersetorial de Alimentao e Nutrio
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produo Orgânica
CIDE	Contribuio de Interveno no Domínio Econômico
CMA	Cúpula Mundial sobre a Alimentao
CNA	Comissão Nacional de Alimentao
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produo Orgânica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentao
COEPE	Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPMF	Contribuio Provisória sobre Movimento Financeira
CPR	Cédula de Produto Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CSA	Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DHAAS	Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EPA	Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMSA	Fórum Mundial pela Soberania Alimentar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IA	Insegurança Alimentar
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDA	Ingestão Diária Aceitável de Agrotóxicos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INPC	Índice Nacional de Preços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPSA	Iniciativa Pela Soberania Alimentar
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação



MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPAq	Ministério da Pesca e Aquicultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOSAN	Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PAM	Plano Alimentar Mundial
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PENSA	Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNB	Política Nacional de Biossegurança
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA	Plano Plurianual
PPFH	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONARA	Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
PIMC	Programa Um Milhão de Cisternas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAS	Redes de Atenção à Saúde
RBA	Rede Brasil Atual
SA	Soberania Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviços de Alimentação e Previdência Social
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNAP	Programa de Assistência Nutricional Suplementar
SOFI	Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCRAC	Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta
TRO	Terapia de Reidratação Oral
UE	União Europeia
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNESCO	Organização Educacional, Científica e Culturais das Nações Unidas
ÚNICA	União Nacional da Indústria Canavieira
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
WFS	Cúpula Mundial da Alimentação
ZEEs	Zoneamentos Ecológicos Econômicos

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
1	<b>A GÊNESE HISTÓRICA DAS CATEGORIAS E CONCEITOS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: ELEMENTOS SUBJACENTES À CONSTRUÇÃO DO DEBATE</b> .....	42
1.1	<b>Sobre o problema da fome e o pioneirismo de Josué de Castro</b> .....	43
1.2	<b>Para além da fome: outros problemas incidem na discussão do alimento e da Soberania Alimentar</b> .....	55
1.3	<b>O Sistema Agroalimentar mundial</b> .....	58
1.3.1	<u>O Sistema Agroalimentar: sintomas e crises</u> .....	71
1.3.2	<u>O sistema agroalimentar e os ‘riscos’ das manipulações: dominação e redução do ‘Patrimônio Genético’</u> .....	75
1.3.2.1	Elementos teóricos .....	77
1.3.2.2	A biotecnologia e a Engenharia Genética como técnicas e estratégias de controle e dominação do campesinato .....	79
1.3.2.3	Sobre os riscos e incertezas.....	90
1.4	<b>Forças sistêmicas persuasivas e as alterações nos hábitos alimentares</b> .....	99
1.5	<b>A produção de alimentos, diplomacia estatal e ‘Agro Poder’</b> .....	106
1.6	<b>Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: histórico, conteúdo-material e o que está subjacente em cada debate</b> .....	108
1.6.1	<u>Segurança Alimentar (e Nutricional): a constituição e conteúdo histórico do conceito</u> .....	109
1.6.2	<u>Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: entre a carga semântica, o debate (político) e as políticas públicas</u> .....	119
1.6.3	<u>Soberania Alimentar: a constituição e o conteúdo histórico do conceito</u> .....	146
2	<b>PRODUÇÃO NO CAMPO E CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS: AGRONEGÓCIO, CAMPESINATO E AS CONDIÇÕES MATERIAIS NA/PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS</b> .....	166
2.1	<b>Questão Agrária: elementos do Agronegócio e do Campesinato e suas contradições</b> .....	167
2.1.1	<u>Agronegócio (Agrobusiness): bases reais e a racionalidade do capitalismo no Campo</u> .....	167
2.1.2	<u>Agronegócio no Brasil: dominação, econômica, ideológica e política</u> .....	182

2.1.3	<u>O Campesinato: conceito, dimensão política e o Campo do Campesinato</u> .....	192
2.1.3.1	Campesinato: o conceito e as questões acerca do processo de desenvolvimento do Campo .....	192
2.1.3.2	A dimensão política na constituição e na definição do campesinato contemporâneo .....	212
2.1.3.3	O Campo do campesinato e a resignificação a partir de sua multidimensionalidade: apontamentos para um projeto de Campo interessado aos trabalhadores.....	216
2.2	<b>Os sentidos do trabalho no Campo: princípios e fins do trabalho no agronegócio e na unidade camponesa</b> .....	225
2.3	<b>Limites e possibilidades de uma economia política do campesinato e as determinações sistêmicas sobre a sua ação interventora</b> .....	229
2.4	<b>Questão Agrária atual: [Co]relação de forças, constituição de territórios e impactos socioterritoriais</b> .....	250
2.4.1	<u>A constituição dos territórios materiais, conceito, categorias explicativas e o lugar das lutas sociais</u> .....	251
2.4.2	<u>Lei Geral da Contradição, [co]relações de forças e impactos socioterritoriais</u> .....	262
2.5	<b>Fundamentos ontológicos e filosóficos e Soberania Alimentar</b> .....	274
3	<b>ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR</b> .....	297
3.1	<b>Concepção de Estado: elementos fundamentais</b> .....	297
3.2	<b>A formação e conformação do Estado Brasileiro</b> .....	317
3.3	<b>As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional: limites, contradições e espaços da disputa das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Soberania Alimentar</b> .....	336
3.3.1	<u>A Base Material e Reforma Agrária [Popular]</u> .....	345
3.3.2	<u>Ações e Políticas Públicas: emergenciais e estruturantes</u> .....	347
3.3.3	<u>Financiamento, dotação vinculada de orçamento</u> .....	349
3.3.4	<u>“Estado Regulador” com poder de implementação de Políticas Públicas na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional</u> .....	353
3.3.5	<u>Sistema de funcionamento e execução de políticas: Pactos de Gestão, Ações nas diferentes esferas da Administração Pública</u> .....	357
3.3.6	<u>Geração de Trabalho e Renda e Segurança Alimentar</u> .....	360

3.3.7	<u>Participação Social e Controle Social: condições de exigibilidade, monitoramento e avaliação</u> .....	361
3.3.8	<u>Educação e Cultura: conhecimentos tradicionais, educação alimentar, etc.</u> .....	365
3.3.9	<u>Segurança Alimentar e Nutricional e ‘Soberania Alimentar’ e a relação com a biotecnologia, transgenia e biossegurança</u> .....	372
3.3.10	<u>Segurança Alimentar e Nutricional e ‘Soberania Alimentar’ e a relação com a biodiversidade, sustentabilidade e agroecologia</u> .....	373
3.3.11	<u>Controle dos Recursos Naturais: os Recursos Naturais como patrimônio natural da humanidade</u> .....	376
3.3.12	<u>Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável</u> .....	378
3.3.13	<u>Sujeitos históricos-sociais ‘responsáveis’</u> .....	380
3.3.14	<u>A relação entre Alimento, Saúde e Nutrição: questões centrais para o debate da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar</u> .....	382
3.3.15	<u>Comida de Verdade no Campo e na Cidade</u> .....	389
3.3.16	<u>Intersetorialidade</u> .....	391
3.3.17	<u>Política Internacional</u> .....	395
3.4	<b>As políticas públicas implementadas: dados, alcance, limites e potencialidades</b> .....	408
3.4.1	<u>Das ações, Programas e Políticas: dados e alcance</u> .....	417
3.4.1.1	Programas de transferência de renda: Programa Bolsa Família (PBF) .....	417
3.4.1.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) .....	421
3.4.1.3	Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) .....	426
3.4.1.4	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....	438
3.4.1.4.1	Caracterização do Programa .....	438
3.4.1.4.2	Das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) .....	440
3.4.1.5	II Plano Nacional de Reforma Agrária .....	448
3.4.1.5.1	Caracterização e intencionalidade .....	448
3.4.1.5.2	II PNRA entre o prescrito e o feito .....	455
3.4.1.6	Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) .....	461
3.4.1.7	Programa de Acesso à Água no Semiárido Rural: Programa Um Milhão de Cisternas e Programa Água para Todos .....	472
3.4.2	<u>Sobre as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional: dimensionamento e alcance à luz da base teórica</u> .....	482

3.5	<b>A necessidade de conhecer as agendas políticas e programas adotados e de avançar nas condições objetivas de monitorização e controle social .....</b>	<b>488</b>
3.6	<b>Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, “<i>transição em potência</i>” e Soberania Alimentar .....</b>	<b>496</b>
4	<b>SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DA AGROECOLOGIA E DA FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA ....</b>	<b>520</b>
4.1	<b>Agroecologia: princípios, fundamentos e a sua relação com a Soberania Alimentar .....</b>	<b>523</b>
4.2	<b>Questões ontológicas relacionadas ao valor e a necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: ‘<i>Quantum</i>’ e ‘Valores’ ressignificados .....</b>	<b>532</b>
4.3	<b>A necessidade da transição agroecológica e níveis fundamentais desses processos de transição.....</b>	<b>540</b>
4.4	<b>A produção de alimentos em sistemas e agroecossistemas sustentáveis .....</b>	<b>552</b>
4.5	<b>Soberania Alimentar e Formação Humana Emancipadora .....</b>	<b>556</b>
4.6	<b>Formação Humana Emancipadora: relação Trabalho-Educação, Educação Politécnica/Tecnológica e desenvolvimento <i>Omnilateral</i> .....</b>	<b>566</b>
4.7	<b>Soberania Alimentar, Agroecologia e a relação com a Formação Humana Emancipadora, Educação Politécnica/Tecnológica e Educação <i>Omnilateral</i> .</b>	<b>574</b>
4.8	<b>A relação entre Soberania Alimentar, Agroecologia, Agricultura Camponesa e Educação Politécnica/Tecnológica .....</b>	<b>589</b>
4.8.1	<b><u>Formação Humana Emancipadora e Politecnicia a partir das discussões da Agroecologia.....</u></b>	<b>590</b>
4.8.2	<b><u>Formação Humana Emancipadora e Politecnicia a partir das discussões e dimensões da Soberania Alimentar.....</u></b>	<b>597</b>
4.8.2.1	<b>Soberania Alimentar e a ideia do Universal, da totalidade concreta e utopia.....</b>	<b>599</b>
4.8.2.2	<b>A questão da mediação, transição e [co]relação entre o presente histórico e o futuro.....</b>	<b>605</b>
4.8.2.3	<b>Formação Humana Emancipadora: movimento dialético no interior das condições estruturantes, conjunturais e emergenciais.....</b>	<b>608</b>
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>612</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>630</b>

<b>APÊNDICE A</b> – Carta Política da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a denúncia de linhas limítrofes e percepção de desafios .....	654
<b>APÊNDICE B</b> – Encontro Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Manifesto do Encontro .....	663
<b>APÊNDICE C</b> – A questão alimentar: elementos, linhas limítrofes e iniciativas no mundo na atualidade.....	667
<b>APÊNDICE D</b> – Exemplos de Matrizes de/para Formação Humana, considerando a Projeção da Soberania Alimentar.....	698



## INTRODUÇÃO

Esta tese busca analisar e discutir a Soberania Alimentar a partir do seu conteúdo histórico e de como esta perspectiva foi sendo constituída no embate e no debate desenvolvidos pelos Movimentos Sociais de base popular. Inscreve-se, portanto, no campo dos interesses das investigações entre Movimentos Sociais de base popular, Estado e Políticas Públicas e a Formação Humana. Tensiona as discussões teóricas com a linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas do PPFH. Preocupa-se e dialoga com os interesses do Campesinato ‘inserido’ na defesa e construção dos princípios, valores e teses da Soberania Alimentar relacionando-a com a Questão Agrária, às Políticas Públicas, à Agroecologia e à Formação Humana. Registra-se, no entanto, que não foi, e não é uma tarefa fácil fazer este debate, frente aos imensos desafios que nos cercam e que nos instigam pensar e agir, e, além disso, apontar a utopia dessa nossa tarefa histórica.

A condição para compreendê-la é, sobretudo, tomá-la em sua totalidade e multidimensionalidade ancorada na relação dialética e nas contradições objetivas que compõem o seu ‘*status* presente’ e a tessitura das condições do seu devir histórico. Como destaca Barata-Moura, “*Para problemas complexos não há respostas simples. O sertão é denso. Porque as <<complicações>> não procedem da mioleira de quem responde. Pulsam no miolo da própria realidade em processo que se interroga*” (BARATA-MOURA, 2015, p. 1, (*Grifos em negrito, meus*)).

A problemática da pesquisa situa-se em um contexto de aprofundamento e tensionamento das contradições econômico-materiais e sociais no modo de produção capitalista e do processo de mundialização do capital através de suas relações de produção em suas condições destrutivas humano-ambiental mais agudas. Dessa maneira, se impõe como tema teórico e socialmente necessário na/para a luta de classes. Portanto, é provedor de sentido político-material na disputa de projeto societário e de classe, das concepções de Políticas Públicas, de direitos, e provimento da alimentação e de Formação Humana mediadora dessa disputa.

A questão problema que instigou o processo de pesquisa foi a insurreição objetiva e subjetiva do constructo histórico inquietante, que demandou responder: Quais são as grandes dimensões que compõem a totalidade concreta da Soberania Alimentar e dentro destas [dimensões] quais são os limites – frente à desordem do Sistema Agroalimentar – e as potencialidades intrínsecas às contradições que são [ou podem se tornar] imperativos para

processos de mediações [mediação] e travessia em direção à sua realização material nos termos de sua dimensão utópica?

As condições que encontramos exige e compõem uma perspectiva teórico-metodológica que abriga uma ampliação, ressignificação e reposicionamento do problema da ‘fome’ e do ‘alimento’ para além dos princípios, políticas, diretrizes e significados ‘alardeados’ pelo conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, haja visto que a concretude desse caminho tem reforçado o problema da fome e ampliado os limites em todos os processos, condições objetivas e mediações para a garantia do alimento com qualidade biológica e nutricional e como direito humano livre de qualquer tipo de condicionamento, seja ele natural, político, econômico, social ou cultural.

Tal como o ‘Ser’ [social], a análise é a busca da apreensão do movimento do real e se realiza apenas no marco da ‘relacionalidade’ instituída pelas múltiplas determinações. É o ato de pensar dialeticamente inserido no conteúdo [da cultura] de um tempo histórico e arejado por este. Assim, explícito que a relevância de uma análise sobre o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que traga em seu bojo melhores condições e maior atenção à ideação sobre a Soberania Alimentar é parte integrante desse processo, dado que a problemática acerca do alimento [problemática alimentar] não se restringe aos estremecimentos de superfície (produção, acesso e consumo numa ordem ou desordem) como visa demonstrar o debate da Segurança Alimentar e Nutricional. Considera-se pertinente e que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional deve compor o processo de análise, porém, é claramente insuficiente. Contudo, do ponto de vista político-material faz parte, integra a questão e deve ser analisado e debatido<sup>1</sup>.

Considerando as elaborações e o conteúdo histórico que compõem os debates da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar, parto da hipótese que as políticas públicas exaradas no decorrer do período<sup>2</sup> histórico analisado [principal], não garantem (e/ou são insuficientes para garantir) a Segurança Alimentar e Nutricional e,

---

<sup>1</sup> Teoricamente o que inspira este posicionamento é o que destaca Barata-Moura (2015b, p. 08): “A crítica é um *exame*: um fazer passar pelos <<crivos>> da racionalidade, e do discernimento, tudo aquilo que *imediatamente* se nos apresenta – ou nos é na bandeja oferecido – como uma <<datidade>> *inquestionável*”. Ou seja, o que quer se demonstrar é que a crítica direcionada à Segurança Alimentar e Nutricional, não é apenas um contrapor mecanicista e/ou abstrato, mas que, o primado explicativo da Soberania Alimentar traz consigo a capacidade de superação objetiva do processo e do discurso reinantes.

<sup>2</sup> O período ao qual me refiro compreende, fundamentalmente, o início da década de 1990 até o final do ano de 2015. Sem, contudo, deixar de considerar e trazer elementos históricos, econômicos e políticos importantes, antecedentes e outros que demarcam a nossa atualidade, por lançarem luz à análise. Ganha centralidade esse período por duas razões fundamentais: a primeira pela realização do debate no Brasil das Cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (1994 à 2015) e, segunda, pelo composição e acúmulo do debate a partir do momento da apresentação ao mundo do Conceito de Soberania Alimentar no ano de 1996. Estas razões e aspectos serão evidenciadas/os ao longo da Tese.

portanto, ficam distante da realização da Soberania Alimentar se considerado sua radicalidade e seu horizonte revolucionário. Além disso, considerando a materialidade em sua totalidade e em suas contradições inerentes, as condições objetivadas nesse processo imbricado entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar demarcam que a Segurança Alimentar e Nutricional da maneira como tem sido implementada, está na ordem de manter e garantir, de maneira ampliada os processos de reprodução das relações do capital, enquanto que a Soberania Alimentar se inscreve e se fundamenta na ordem da ruptura e superação do Modo de Produção Capitalista. Ao cabo desse entendimento, a Soberania Alimentar é fruto resultante da *práxis* dos trabalhadores e trabalhadoras que demarcam a sua empiria e constitui-se em processo fundante construída e alimentada nas contradições objetivas que movem e são incorporadas na/pela luta de classes.

**A tese que defendo, portanto, é de que a efetivação integral dos processos permanentes da perspectiva da Soberania Alimentar, estão imbricados – a partir de elementos que visem a ruptura, mediação e superação – com a constituição [desde já] de um novo e outro processo de civilização, de organização e relação social. A sua base material e social está na realização da ‘contra-hegemonia’, no processo [de transição e travessia], e, portanto, em uma outra hegemonia.** Contudo, considerando essa dimensão utópica, a análise que constitui esta tese está ancorada nas contradições materiais e sociais [de classes] e como estas se materializam na geopolítica<sup>3</sup>. Busca expressar o conteúdo material, tanto dos limites quanto das potencialidades imbricados/as na construção desse devir histórico que constituem processos materiais e de ideação concernentes à Soberania Alimentar<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Não podemos justificar ou apenas analisar a realidade dada. Precisamos nos ocupar com as utopias, porque as possibilidades não são menos reais do que a realidade (ALTVATER, 2010). Robert Musil (1978) apud Altvater (2010, p. 332) “[...] uma vontade de construção e um utopismo consciente, que não teme a realidade, mas trata-a como tarefa e invenção [...]. É a realidade que desperta as possibilidades; e nada seria tão errado quanto negar isso”. É neste sentido que partimos do entendimento de que “[...] **seria imperfeita a análise científica do mundo tornado real se também não explorássemos e efetivássemos, por meio da práxis, as potencialidades nele contidas.** ‘O efetivamente possível inicia com o germe, que contém o que está por vir’, formula Ernest Bloch (1973, (...)). Este não vem sobre nós de fora. Na prática explicita-se como uma possibilidade em vias de se tornar realidade, de acordo com um plano utópico de construção” (ALTVATER, 2010, p. 332, (*Grifos meus*)). Ver mais em BLOCH, E. *O Princípio da Esperança*. Vol. I, II e III. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ, 2005 – 2006.

<sup>4</sup> Em relação à práxis que fundamenta a Soberania Alimentar, bem como a sua inserção no interior da luta de classes, quer-se demonstrar que não podemos contar com alternativas apresentadas pela(s) classe(s) dominante(s), sobretudo, pelos seus objetivos limitados de projeto social. Inscreve-se pertinente a defesa de Lefebvre quando explicita a visão de Marx acerca dos limites das classes dominantes (em especial a burguesia e seus intelectuais) na compreensão do processo histórico. De acordo com Lefebvre (1966, p. 45), “São os limites de uma época – de uma classe – mais que o egoísmo deliberado ou uma ‘mentira de classe’ que explicam os limites das ideias; não existem ‘verdades’ de classe; há apenas a ‘verdade’, o ‘conhecimento objetivo’, que o pensamento humano atinge por tentativas, por ‘aproximações sucessivas’. E o grau desta aproximação é definido pelo tempo e pelo lugar, pela classe dominante, pelos seus limites sociais. A verdade e

Subscrevem a problemática, a hipótese de pesquisa e a tese defendida, os seguintes objetivos: compreender as diferenças substanciais que sustentam o debate e dão o conteúdo histórico, material e político da Segurança Alimentar [e Nutricional] e da Soberania Alimentar; analisar a base material para a produção de alimentos a partir da Questão Agrária e suas contradições objetivas e sociais; debater os elementos de participação e controle social e analisar os limites e potencialidades das políticas públicas implementadas de provimento da alimentação; compreender a centralidade estratégica da Agroecologia e da Formação Humana para a materialização da Soberania Alimentar; analisar a relação entre Soberania Alimentar, Agroecologia, Agricultura Camponesa e Educação Politécnica/Tecnológica. Além disso, contribuir com o arcabouço teórico, sobretudo, a partir da totalidade e com um conjunto categorial analítico e de conteúdo que subsidiem análises e processos de mediação e elaboração das Políticas Públicas e de diretrizes de Formação Humana, etc.

A opção em fazer uma análise mais de totalidade se deu por várias razões. É a demarcação de que estudos dessa natureza não podem ser tomadas de maneira arbitrária, mas, sobretudo, corresponder devidamente ao que exige o objeto e ao movimento do real que o compõe e no qual se insere [incluindo a sua historicidade]. Ou seja, nós pensamos a partir do real e de dentro do real, na constituição e ‘deveniência’ concreta do Ser onde vivemos, reproduzimos nossa existência e vamos sendo (BARATA-MOURA, 2015b).

A *primeira razão* tem a ver com o tempo histórico e originalidade do ‘Conceito’ de Soberania Alimentar. Como veremos no decorrer da tese o Conceito de Soberania Alimentar aparece de maneira oficial à vinte e dois (22) anos, em 1996<sup>5</sup>. E, como período histórico, constitui-se em um tempo recente, exige uma análise radical e de conjunto, dado que há a necessidade de compreender, que a partir do seu conteúdo material e histórico possamos desenvolver tanto as condições objetivas, quanto analíticas para cada vez mais afirmar, apreender o seu conteúdo histórico explicativo e não ir destituindo nas elaborações o seu sentido fundamental.<sup>6</sup>

---

o conhecimento objetivo continuarão incompletos, ‘abstratos’ e ‘unilaterais’, enquanto uma classe, historicamente, não tiver senão objetivos limitados, aspirações e fins restritos”.

<sup>5</sup> Enquanto apresentação do Conceito ao mundo, esse é o ano e momento histórico referentes. No entanto, entendemos que as elaborações de Josué de Castro – que veremos posteriormente – já traziam elementos que fundamentam essa perspectiva. Além disso, experiências na América Central [México] nos anos de 1980 já tratavam da denominação, porém, é a Via Campesina que vai constituindo o conceito em sua radicalidade.

<sup>6</sup> Este entendimento e preocupação é consequência, ou reivindicação resultante da análise, a partir do acesso de elaborações que utilizam e/ou aplicam o conceito de Soberania Alimentar não na rigorosidade que seu conteúdo histórico-político e explicativo exige. Daí a percepção de que ao invés de elevarmos ao seu mais ‘alto patamar’ conceitual, o fragilizamos. Portanto, assume-se o entendimento de que a radicalidade do conceito e de sua utilização, ganha sentido e tem a ver com o que destaca Zemelman (2014, p. 8) que, “É a partir deste

É um conceito que irrompe numa condição histórica de fome, de destruição das condições materiais [ideais] para a produção de alimentos biologicamente e nutricionalmente superiores, da concentração da terra e sua utilização para a produção de *commodities*, de transição nutricional, de problemas de saúde causadas pelo alimento, do envenenamento do alimento, da água e do solo, da destruição da biodiversidade e da diversidade genética, entre outros aspectos, mas, sobretudo, pelo fato das pautas e soluções dessas problemáticas, apresentadas pelo Modo de Produção do Capital (através das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional), serem estratégicas, pretensiosas e definitivamente insuficientes, até mesmo para amenizar esses problemas sociais. Desse modo, o processo de constituição das ideias inerentes à multidimensionalidade da Soberania Alimentar, ganharam dinâmica a partir das contradições materiais e sociais e que apontam [ao meu entendimento] uma demanda de fundamentação.

Defendo, no entanto, que se faz necessário tecer uma linha ‘divisória’ clara<sup>7</sup> a que se presta e o que expressam e representam, primordialmente cada um dos conceitos [(imbricados), apesar do imbricamento entre ambos, no Brasil em especial] de Segurança Alimentar e Nutricional e de Soberania Alimentar. Ou seja, é condição necessária a busca dos supostos e pressupostos (ontológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos) que suportam e embasam, – inclusive na sua dinâmica contraditória interna –, as razões fundamentais cuja a inteligibilidade e o ‘concreto pensado’ se lhe coloquem como questão central, e, portanto, o que importa que se pergunte<sup>8</sup> em cada um dos temas.

As condições de apreensão do movimento do real nesse contexto e as resolutivas, surgem e estão engendradas desde dentro dessa problemática, e que, pelo conteúdo histórico-material define o horizonte a que se pode chegar no tear dessas contradições objetivas expressas por esses conceitos. **Forjado na luta e no enfrentamento de classes, portanto, produto da *práxis* dos trabalhadores como já mencionado, é uma aposta revolucionária num horizonte a longo prazo, do que na atualidade aparece quase como impossível – dado o avanço da dominação do capital e do ‘destravamento’ cotidiano de forças dominantes destruidoras – fato que registra a pertinência da [dimensão utópica] – [utopia] – ao tratar da Soberania Alimentar.** Assim, coloca-se na <<contra-hegemonia>>

---

desafio que se torna imperioso recuperar a combatividade do pensamento e da capacidade de dizer e de fazer transcender os limites do que nos circunda”.

<sup>7</sup> Sob a dialética (e as interconexões de entorno da contradição principal) e não da dualidade independente, binária ou monodal [este último, nos termos leibniziano].

<sup>8</sup> Busca-se o estabelecimento correto dos problemas. O acesso aos debates e escritos referentes à problemática demonstram que há uma ‘espécie de confusão’ na tratativa dos temas de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, fundamentalmente, quando se diz respeito às análises das políticas públicas.

da prática e do discurso mobilizador da sensação dos nossos limites e do entendimento de que as pessoas são limitadas (um discurso moral da finitude e da impotência), e da nossa falta de condições de enfrentamento aos limites e aos problemas do presente e do Modo de Produção do Capital, e, portanto, impulsiona através da *práxis* a construção de uma outra/nova hegemonia. É, portanto a indicação de que não podemos nos curvar mediante as tentativas de limitação da potência de criação e de construção das condições humanas – objetivamente – pelos limites sistêmicos e do presente.

A *segunda razão* é instigada pela formação e ontologia do ‘Ser Social’, pela vida do pesquisador, por ser filho de camponês pobre com pouca terra [último dos onze [11] filho/as], de um casal camponês, atingido por barragem hidrelétrica<sup>9</sup> – onde a família é obrigada a deixar parte das terras com pouca indenização – onde a vida e o trabalho familiar, tinham como centralidade a produção do alimento para o consumo e para a reprodução da existência, diversificado e sem a utilização de elementos químicos. Onde a ausência-presença [combinada] do Estado se materializa, pelos limites e ausência de políticas públicas, por um lado, e, por outro, pela presença na instituição de processos de dominação, política e ideológica, entre outros aspectos.

A formação da subjetividade histórica se dá na relação interna desse processo de desenvolvimento implementado no Campo com ausência e insuficiência das políticas públicas necessárias que garantam as condições de produção e reprodução do campesinato. Isto incide em processos e nas condições objetivas de expulsão, êxodo, esvaziamento e envelhecimento dos residentes no Campo<sup>10</sup>.

Na vida profissional ter experimentado o exercício da docência na rede pública do Estado do Paraná em Curitiba e região metropolitana e, na sequência assumir o papel de gestor público no período de maio de 2005 a junho de 2010, como Secretário Municipal de Educação de Porto Barreiro/PR (materialidade de origem) onde foi implementado uma perspectiva de educação e de formação de educadores/as em diálogo direto com as bases materiais da população à luz das discussões da Educação do Campo. Nesse processo teve centralidade a crítica, o resgate cultural e as análises que visaram compreender as contradições e as condições objetivas de produção e reprodução da existência humana para/com os que vivem do trabalho no Campo nas pequenas e médias Unidades de

<sup>9</sup> Barragem Hidrelétrica de Salto Santiago no Rio Iguaçu no Território Cantuquiriguaçu.

<sup>10</sup> Com a ausência de escolas do e no Campo – onde as aulas ocorreram em salas provisórias em residências de moradores da Comunidade –, a continuidade dos estudos (após os anos iniciais do Ensino Fundamental) foi possível através do ingresso em escola de Ensino Supletivo (através do estudo de apostilas/módulos) para o encerramento do Ensino Fundamental e no ingresso numa congregação religiosa onde realizou-se o Ensino Médio (Piracicaba/SP) e Graduação em Filosofia (Curitiba/PR).

Produção<sup>11</sup>. Além disso, por estar inserido na gestão pública, houve a oportunidade de acompanhar a implementação de políticas expressivas de Segurança Alimentar e Nutricional, nas bases, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, entre outras ações relacionadas ao Programa Bolsa Família, etc., tendo, no entanto, condições de apreender no nível da implementação da política, limites, potencialidades e desafios a superar.

Essas condições objetivas vivenciadas pelo autor, deram as bases para a integração nos grupos de apoio do Movimento Pró-Universidade Federal, que depois de vários debates e embates desenvolvido pelos Movimentos Sociais de base popular com o Estado e o Governo Federal, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada pela Lei 12.029 de 15 de setembro de 2009. Paralelamente a todos esses processos, ocorre a continuidade da formação acadêmica em nível *stricto sensu* [mestrado em Educação] na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde foi possível um aprofundamento nas teorias críticas que contribuíram para o ingresso, via concurso público, no quadro de docentes da UFFS. Soma-se a isso, também, a atuação na coordenação do Comitê Estadual de Educação do Campo (Paraná).

Desse modo, inscreve-se importante a atuação profissional na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nascida da luta e da mobilização das Organizações e Movimentos Sociais de base popular do Campo<sup>12</sup>, onde ‘um’ dos ‘seis’ *Campi* da Universidade [Campus Laranjeiras do Sul] localiza-se em parte do território de Assentamento de Reforma Agrária resultante da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>13</sup>, em um Território Regional de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com base econômico-social calcada em sua maioria na produção agrícola e pecuária em pequenas e médias unidades de subsistência e produção<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> A partir desses objetivos, intencionalidades e estratégias foi desenvolvido em parceria com outros municípios do Território Cantuquiriguaçu/PR uma especialização em Educação do Campo oferecida nos anos de 2006 e 2007 pela Universidade Federal do Paraná. Nesse mesmo período foi proposto pelo Território Cantuquiriguaçu, a partir da emissão de Edital do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Projeto Saberes da Terra. Esse projeto foi um dos 12 projetos-piloto do Brasil, elaborado em 2005 e implementado a partir do ano de 2006. Teve a participação de 11 municípios do Território e visou a escolarização de jovens e adultos do Campo no nível do Ensino Fundamental articulado com a qualificação profissional. Esses projetos-piloto deram a base para a elaboração do Programa Nacional Pró-Jovem Campo – Saberes da Terra. A experiência implementada no Território Cantuquiriguaçu foi o objeto de estudo do Mestrado, sob orientação da professora Dra. Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR), na busca de compreender como ocorreu o processo de Formação Humana (a Educação Integrada) proposta no projeto.

<sup>12</sup> Grande Mesorregião Fronteira Sul que engloba parte da Fronteira dos três Estados do Sul, onde se localizam os campi da UFFS (Rio Grande do Sul (Erechim, Passo Fundo e Cerro Largo); Santa Catarina (Chapecó (onde situa-se a sede e reitoria da UFFS)); Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza)).

<sup>13</sup> Assentamento 8 de junho no município de Laranjeiras do Sul/Paraná.

<sup>14</sup> Trata-se do Território (Regional) Cantuquiriguaçu composto pelo território de 20 municípios, a saber: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvras, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguçu, Foz do Jordão, Goioxim,

Fundamenta essa razão e a escolha do objeto, também as demandas levantadas e sugeridas pela comunidade regional [principalmente pelos Movimento Sociais do Campo] das grandes linhas e dos grandes eixos e temas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão [que apareceram desde o Movimento Pró-Universidade, mas, fundamentalmente, na I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (I COEPE) realizada em 2010, alguns meses após o início das atividades acadêmicas da universidade] para serem realizadas pela UFFS através de seus professores/pesquisadores [comunidade acadêmica de modo geral], tendo como horizonte [no curto, médio e longo prazo] uma perspectiva de desenvolvimento regional ‘sustentável’ e com justiça social.

Com isso quer-se destacar que o objeto da presente pesquisa não foi uma escolha arbitrária ou expressão de uma atitude egoística do autor, mas, é uma “‘encomenda” orgânica, oriunda, inscrita, prescrita e escrita na/da luta e na/da voz dos trabalhadores e trabalhadoras organizados/as nos Movimentos e Organizações Sociais do Campo, de base popular. Esse processo histórico vivido demonstra que não há uma separação entre o Ser Social que pesquisa, que luta e que trabalha. Embora a análise teórica – a pesquisa – necessite e exija certo afastamento, deve garantir a organicidade de origem e de prospecção e projeção pela transformação da realidade social.

Antes de mais nada, porém, busca-se com esta pesquisa corresponder a essas demandas e contribuir com análises e reflexões que possam servir para que a sociedade de modo geral – mas principalmente os trabalhadores e trabalhadoras, os Movimentos e Organizações Sociais – possam colocar em prática e construir as condições objetivas e subjetivas para a materialização dos valores e princípios advogados na perspectiva da Soberania Alimentar.

Isto posto, busca-se também inserir como um problema de pesquisa estratégico e para longo prazo. Ou seja, é a constituição de uma *grande plataforma* que dará as bases para o desenvolvimento de outras pesquisas – nas suas diversas dimensões e com recortes mais específicos – no decorrer da vida de pesquisador e orientador de novas pesquisas. É um projeto de vida e para a vida, dada a materialidade onde a Universidade está instalada, mas sobretudo, pela ‘Ontologia do Ser Social do Pesquisador’, que aporta nesta pesquisa apenas o seu primeiro passo e as bases fundamentais para seguir pesquisando. É o ato expressivo da

---

Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. Neste território encontra-se uma das maiores áreas de Reforma Agrária da América Latina e aldeamentos indígenas (Kaingang e Guarani) que estão entre os maiores do Estado do Paraná. Além disso, possui cinco usinas hidrelétricas nos principais rios da região, entre eles, o Rio Iguaçu.



‘precisão’ de madrugar já que terminantes resolutivas e de superação não ‘caem do céu’, muito pelo contrário, engendram-se, nascem e maturam no ‘imbricamento’ interno e contraditório da problemática e que, porém, lhes define o horizonte e as condições de alçar à ideação e/ou a ‘projecção’, sem afastar-se da linha objetiva que está inserida no próprio enredamento e imbricamento das coisas.

A *terceira razão* tem a ver com a totalidade [concreta, mediata e imediata] e multidimensionalidade do objeto. Este aspecto me fez pensar analogicamente com as propriedades do som de uma nota musical. De acordo com a teoria musical o som tem quatro propriedades indissociáveis que são: ‘*altura, intensidade, duração e timbre*’. Ao tocar uma nota musical essas propriedades são expressadas concomitantemente e não há como separar. Ou seja, toda e qualquer nota musical ao ser tocada, seu som será a composição da totalidade dessas propriedades e dimensões. É a materialização dessa condição ‘*sine qua non*’ no tempo e no espaço que expressa a unidade do diverso. Ao meu juízo, o conceito de Soberania Alimentar entoa essa característica e só poderá ser compreendida considerando a sua totalidade, mesmo que consciente de que em seu horizonte prático, serão necessárias mediações, transições e relações dialógicas (por vezes específicas-particulares) de um fazer e devir histórico que se prolonga numa temporalidade e historicidade necessária<sup>15</sup>.

Com esta analogia quer se demonstrar que a dimensão empírica do conceito de Soberania Alimentar, mesmo na particularidade – em seus requisitos internos necessários, tanto de escala territorial, quanto nos recortes de suas dimensões e problemáticas imbricadas – atingirá sua radicalidade quando aplicada na sua relação com a totalidade concreta e à luz desse entendimento, para não ficarmos encapsulados numa redoma, numa ‘mônoda’, num constructo isolado e abstrato. Como já mencionado, a compreensão e a materialização da intencionalidade prescrita, se dará no interior contraditório da concreção das múltiplas determinações e no decorrer do desenvolvimento destas, bem como, na apreensão das demais dialéticas subjacentes e adjacentes desse processo impulsionadas sempre mais pela nossa *práxis*.

De igual modo ancorado nos anseios da Via Campesina – quando assume o Conceito de Soberania Alimentar – que posiciona a concepção e perspectiva de Soberania Alimentar

---

<sup>15</sup> Tem a ver com o entendimento de Kosik do Monismo Materialista. Segundo o autor, “O monismo materialista, que concebe a realidade como complexo constituído e formado pela estrutura econômica e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na *produção* e no relacionamento com os *meios de produção*, pode constituir a base de uma coerente teoria das classes e ser o critério objetivo para a distinção entre mutações estruturais – que mudam o caráter da ordem social – e mutações derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem porém mudar essencialmente o seu caráter” (KOSIK, 1969, p. 105).

sobre as bases de **[Cinco] dimensões fundamentais, a alimentar, a energética, a genética, a hídrica e a territorial**, a presente tese ganha sentido político-social, ao buscar demonstrar as condições objetivas e as forças materiais para materialização dessas dimensões fundamentais, bem como apontar as mediações práticas para a realização da Soberania alimentar com todas essas dimensões imbricadas. É partindo dessas prerrogativas que a materialização das [Cinco] dimensões fundamentais [basilares], pressupõe as Mediações Práticas [para a transição e travessia] da Reforma Agrária [Popular] à Revolução Agrária (para a constituição da base material ideal/para a sua realização plena), das Políticas Públicas, da Agroecologia e a Formação Humana. Todas estas mediações, sendo constituídas pelas bases sociais através, da Luta Social e do Controle Social à luz de sua dimensão utópica.

Esse processo construído pela *práxis social*, portanto, é a constituição do sentido – de maneira imbricada com as dimensões anteriormente citadas – das outras **[Cinco] dimensões vinculadas** [a *social*; a *econômica*; a *política*; a *ambiental*; a *cultural*] que compõem a conceituação de Soberania Alimentar trazido pelos coletivos que participaram dos debates das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, que assumem no interior da temporalidade e nos processos de transição, a “face” das relações econômicas, sociais-humanas, de trabalho, em determinado ‘marco’ histórico e estágio de desenvolvimento<sup>16</sup>.

Quanto ao escopo e a exposição da tese, considerando que trabalhamos com a perspectiva da totalidade [concreta] e da multidimensionalidade e a intersecção e conexão entre as dimensões, vale destacar que não foi uma tarefa simples. Talvez o leitor sinta esses dilemas em entendimentos reiterados que configuram a partir do movimento dialético do movimento do pensamento, portanto, da exposição, de um movimento espiral que ganha mais ‘corpo’ e complexidade com o desenvolvimento da análise.

A organização em Quatro Capítulos, é fruto, fundamentalmente, do entendimento e da percepção de que como a Soberania Alimentar é um projeto [um devir], fruto da *práxis* da classe trabalhadora – em especial dos trabalhadores do Campo – dentro dessa totalidade concreta, dar o devido valor às mediações práticas necessárias para o processo de transição. A categoria de mediação instituída no seio das contradições objetivas onde se aplicam as demais [totalidade, contradição, particularidade, universalidade, singularidade], ganha relevância no processo de análise.

---

<sup>16</sup> Estes elementos e questões serão discutidos/as no item que abordaremos com mais especificidade a gênese histórica do Conceito de Soberania Alimentar, no Capítulo I. Além disso, as dimensões mencionadas pela Via Campesina e as dimensões vinculadas trazidos no debate das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional são prescritivas de toda a análise da tese. Portanto, não serão analisadas separadamente.

É neste sentido que inscreve-se, imprescindível a realização em todas as suas potencialidades projetadas, da Reforma Agrária Popular [também como uma mediação para a Revolução Agrária]; da Política Pública [como fator material, de indução dos processos]; da Agroecologia [como forma de produção, base de uma agricultura camponesa ecologicamente ‘sustentável’, como forma ‘ideal’ para a produção de alimentos com qualidade biológica e nutricional, etc.] e da Formação Humana (como processos mais amplos, constituídos pela Educação Politécnica/Tecnológica, Omnilateral), que o escopo, o conteúdo material (projetado) da Soberania Alimentar exige, para a construção e para a sua materialização em estágio mais avançado.

Não como recorte, mas, sobretudo pelo sentido e pela capacidade explicativa da condição histórica vivenciada no Brasil – fundamentalmente a partir do ano de 2003 –, ganha relevo o debate mais intenso acerca da Segurança Alimentar e Nutricional no seio das políticas e do Estado e a compreensão mais articulada com parte da Sociedade Civil, através dos Movimentos e Organizações Sociais de base trabalhista-popular.

A dedicação em analisar a experiência brasileira (que compõem um recorte, mais especificamente acerca da concepção e das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional) é motivada pela sua relevância no cenário internacional em se tratando de políticas de combate à fome e à miséria. Não ocultando ou falseando os seus limites, conduzimos uma análise que busca também demonstrar as potencialidades a partir das práticas consideradas exitosas [por Organismos Internacionais, e Estados-Nação], tanto no âmbito do debate e do embate (social, político e teórico), quanto nos processos de implementação de ações, programas e políticas articuladas, que, em boa medida, significaram avanços nas condições de corresponder à multidimensionalidade conferidas à Segurança Alimentar e Nutricional e à Soberania Alimentar.

É, por esta razão que trazemos os debates da gênese e constituição histórica desses conceitos imbricados. E devido às exigências ‘histórico-materiais’, em determinados momentos da análise, damos o real entendimento diferenciado, da perspectiva mais geral de Segurança Alimentar e da noção e perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional construída aqui no Brasil. Como já mencionado o momento em que a Via Campesina assume o Conceito de Soberania Alimentar e apresenta ao mundo [constituindo significados], também no Brasil pela demanda e impulsão da Sociedade Civil Organizada [de base popular] havia iniciado o debate acerca da Segurança Alimentar [e Nutricional]. Desse modo, enquanto valores proclamados, as bases sociais articulam, geminam, interseccionam entendimentos, que por essa razão, incide numa concepção e perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional

bastante avançada. Porém, como veremos, no acúmulo do debate e na implementação das políticas [com significativa distância do proposto], o Conceito de Soberania Alimentar vai ganhando centralidade nesses espaços de debates realizados através das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

É basicamente sobre essas premissas e bases materiais, que assentamos, quando necessário, a análise num ‘recorte de tempo’, no período histórico onde ocorreram no Brasil as Cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, a saber entre os anos de 1994 à 2015. Assim, servimo-nos documentalente, para embasar esta ‘particularidade’, dos Relatórios Finais das referidas Conferências.

Em linhas gerais considerando a complexidade do objeto em análise, buscou-se corresponder aos ditames contraditórios do movimento do real. Como não é tarefa fácil pensar dialeticamente, apreender as pulsações da materialidade, presumimos que algum êxito obtivemos. Neste sentido, a ‘conformação’ objetiva da exposição exigiu que transitássemos por características analíticas de natureza e de intensidade diferenciadas, porém, sem esquecer dos princípios da relacionalidade que a totalidade concreta exige<sup>17</sup>.

No *Primeiro Capítulo* analisamos a ‘*Gênese histórica das categorias e Conceitos de Segurança e Soberania Alimentar em seus elementos subjacentes à construção do debate*’. Fundamentalmente busca analisar e demonstrar o conteúdo histórico-material e político que ‘conforma’, que dá substância e conteúdo semântico a cada um dos conceitos. Além disso, busca demonstrar como cada um desses conceitos, tendo como pressuposto as contradições materiais, vão incorporando e acumulando capacidade explicativa, bem como, os princípios e diretrizes que embasam a forma como se enfrenta na materialidade a questão do ‘Alimento’ e quais interesses estão em disputa na luta de classes.

Partindo das contribuições de Josué de Castro, perpassamos pela análise do Sistema Agroalimentar e suas contradições, vemos como essas questões estão inseridas ‘geopolítica econômico-comercial’ e como a questão da Segurança Alimentar é constituída como parte integrante e estratégia fundamental do processo de reprodução das relações do capital. Por outro lado, também numa perspectiva de ‘geopolítica’ classista, como a Soberania Alimentar se inscreve na ordem da ruptura e da superação.

Destaca que para além da fome e da desnutrição, outros aspectos compõem as razões e os problemas a serem considerados e incidentes no “*corpus*” da Soberania Alimentar. Dado as necessidades de enfrentamento do problema da fome, o presente capítulo demonstra também

---

<sup>17</sup> Acerca dos Capítulos antecipamos algumas questões fundamentais. Contudo, tomamos a providência de elaborarmos uma introdução retomando estes aspectos em cada capítulo.

algumas estratégias de enfrentamento e faz uma reconstituição histórica, com ênfases ao contexto histórico, à matriz e base material, aos sujeitos sociais envolvidos e aos espaços e locais políticos onde ocorrem os debates e embates acerca dos temas e como estes vão angariando sentido político, fator material e capacidade explicativa para compreendermos processos de desenvolvimento e projetos de classes contraditórios.

O referido Capítulo não visa fazer uma análise mais aprofundada das políticas realizadas, mesmo que por vezes, tenha sido adiantado algumas percepções apreendidas. Esta tarefa está reservada para o Terceiro Capítulo. Com esse caminho percorrido, identificam-se os aspectos fundamentais subjacentes ao debate, a partir dos quais é possível perceber – inclusive um dos pilares da hipótese da pesquisa – de que o debate, a constituição das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, além de estarem na ordem da reforma e dos arranjos necessários para a manutenção e consolidação do sistema, não garantem Segurança Alimentar e Nutricional, ficando distante, portanto, da Soberania Alimentar.

Por outro lado, a proposição da Soberania Alimentar feita pelos Movimentos Sociais de base popular (fundamentalmente os ligados ao Campo e a Terra no mundo), visa demarcar o processo de disputa, uma oposição ao debate e às proposições políticas desenvolvidas e discutidas durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma no ano de 1996. Não descartando os significativos avanços que as contradições materiais e a participação social oportunizaram através das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, destaca-se que o movimento histórico constituiu não só no terreno do debate e das políticas, mas sobretudo na materialidade, a definitiva impossibilidade de conciliação entre a implementação dos processos hegemônicos e a possibilidade de garantia de uma Soberania Alimentar.

Outro aspecto fundante (que se inicia o debate, mas que será aprofundado no Terceiro Capítulo) para compreender a problemática do tema é o conceito adotado por Soberania. Parte-se do pressuposto de que o conceito de Soberania calcado (na centralidade político-territorial), na ideia de Nação não é suficiente para contemplar a Soberania Alimentar. Embora os próprios Movimentos Sociais partam do pressuposto da Soberania da Nação ter as condições de garantir a alimentação adequada aos povos, defende-se que esse aspecto deva ser fortalecido apenas como mediação, ao levarmos em consideração que na relação de forças da base material, haja condições objetivadas favoráveis à classe trabalhadora e aos povos de modo geral que coloquem o Estado como [Força-Material] para a concretização dos interesses dos povos.

No *Segundo Capítulo*, ‘*Produção no Campo e concepções de políticas: Agronegócio, Campesinato e as condições materiais na/para a produção de Alimentos*’ ganha centralidade

o debate acerca da Questão Agrária e as principais contradições no Campo resultantes do avanço do processo de reprodução do capital, bem como as consequências na base material (natureza; território; etc.). Além disso, analisa o tensionamento dessas contradições pela luta de classes, e, a partir disso, o ‘lugar’ do Campesinato e a sua tarefa histórica na produção de alimentos e na luta de classes. Sob a perspectiva da totalidade [concreta], tanto os processos de produção, quanto as políticas que ‘subsidiem’ a produção, são tomadas como expressão e resultados das contradições analisadas (materiais e de classe). Portanto, nas relações de forças definem e são parte constituintes das relações econômicas e sociais que, objetivamente, definem a ‘natureza’ das bases materiais, territórios, bem como as perspectivas de desenvolvimento para o Campo.

Além de uma análise mais geral, é contemplada na discussão desse capítulo a ‘construção-revisão’ das teorias que analisam e explicitam as singularidades do capitalismo brasileiro e seus determinantes, com entradas para as discussões que contemplam o entendimento dos processos econômico-materiais e políticos que constituem a dependência e a dominação imperialista, materializando desse modo, o processo de desenvolvimento desigual e combinado. A partir desses aspectos, analisa as origens da estrutura fundiária e a monocultura como fundamento primeiro [econômico-social e político] e demonstra que o Campesinato e a pequena Unidade de Produção [pequena propriedade] se constituem como um rebento/um fruto das contradições e não como um projeto de sociedade ou por consequência de um projeto de desenvolvimento e de Nação.

Em linhas gerais, o capítulo analisa os limites e as potencialidades para a implementação/materialização da Soberania Alimentar. Ao considerar os territórios, a materialidade, [base material, necessária/ideal], demonstra que a produção [sua lógica] no Campo realizada pelo Agronegócio, por centralizar-se na produção de *commodities*, além de não garantir produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, inviabiliza processos autônomos de produção de alimento com qualidade, e, além disso, em ritmo acelerado vem colocando em risco as condições objetivas e materiais da vida através do uso intenso de tecnologias que violentam a natureza e os seres humanos.

Considerando a totalidade e as suas contradições – como expressão da particularidade – discute a ‘organicidade’ e as potencialidades da ação interventora do Campesinato nos âmbitos da produção, do conhecimento e da política para a implementação e materialização da Soberania Alimentar. E, partindo destes aspectos – relacionando-os com as dimensões que compõem a Soberania Alimentar, identifica a pertinência do Campesinato nesse processo, tanto na eficiência da produção de alimentos, quanto na forma (mais harmoniosa, em

interação e interdependente) com que se relaciona com a natureza. Assim, há diferenças substanciais, no sentido do [Trabalho] no Agronegócio e na Unidade de Produção Camponesa. Assentado nestas premissas, é que parte do Capítulo é dedicado à discussão, à indicação de elementos do “lugar” do Campo – no projeto societário e de classe – e este deverá ser construído pelo interesse da sociedade levando em consideração a sua multidimensionalidade potencial, para além do recorte e dos determinantes econômicos.

Frente a base material analisada, o último item deste Capítulo ganha uma natureza analítica de caráter mais geral e teórica. O item “*Apontamentos ontológicos e filosóficos e Soberania alimentar*”, busca pensar as condições objetivas de produção de alimentos e que contribuem/embasam com/a perspectiva da Soberania Alimentar, situar e trazer para o debate, a partir do objeto da tese, algumas questões fundamentais para se pensar, além da Soberania Alimentar, as condições humanas de produção e reprodução da existência e as possibilidades de negação e transcendência das “*mediações de segunda ordem*”<sup>18</sup>, bem como, as potencialidades que podem contribuir para um projeto societário que tenha a centralidade da “*mediação de primeira ordem*”<sup>19</sup>. Ilustra bem esta questão, o destacado no terceiro parágrafo desse item, onde menciona que ‘A crise estrutural do capital afeta o conjunto da humanidade e assim impõe a necessidade histórica de se fazer algumas mudanças fundamentais na maneira pelo qual o metabolismo social é controlado’. Ou seja, as condições objetivas exigem da humanidade uma tomada de posição, tendo em vista que, o sistema (a essência) do capital por não ter limites de expansão e avanço, acaba por se converter numa processualidade incontrolável e extremamente destrutiva (ANTUNES, 2011).

Considerando a interface fundante desta pesquisa entre Soberania Alimentar e Formação Humana, o debate realizado nesse item, contribui fundamentalmente para assentar o objeto e dar a correspondência necessária do ponto de vista ‘onto-filosófico’, como um precedente necessário para se pensar a composição epistemológica e política da proposta/matriz da Formação Humana.

No **Terceiro Capítulo** ‘*Estado e Política Pública: limites e possibilidades para a implementação da Soberania Alimentar*’ desenvolve uma análise sobre quatro grandes pilares: 1- uma teoria geral de Estado e do Estado Brasileiro; 2- a análise do debate e embate feito nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, por expressar elementos da luta social construída na contradição e da ‘disputa’ no plano político em vista a

---

<sup>18</sup> Definição conceitual no subitem 1.6.3 e desenvolvimento no item 2.5, onde ganha centralidade.

<sup>19</sup> Idem à nota anterior.

conferir forças no plano concreto<sup>20</sup>; 3- análise de algumas das Políticas implementadas de combate à fome e de indução na direção da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar; 4- uma análise mais ‘filosófica-política’, na tentativa de contribuir com o debate e com a *atuação prática*, frente aos processos de transição e travessia em potência em seus desafios concretos.

As diferenças entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar são substanciais. As bases materiais, os fundamentos, os princípios são diferentes e em oposição. Pode-se dizer que a diversidade advinda dessas bases, se encontram e se relacionam, não harmoniosamente nas políticas públicas, como veremos, sobretudo pelo fato de que o controle social – por parte dos trabalhadores – no âmbito do Estado capitalista é extremamente estreito. Mas, pela ausência das condições de suprir necessidades básicas, como é o caso do acesso ao alimento, submetem-se às políticas inclusivas, compensadoras e reformistas do sistema.

O último item deste Capítulo, *‘Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, “transição em potência” e Soberania Alimentar [Entre as linhas limítrofes impostas pelo avanço capitalista e o processo de projeção e implementação do princípios e teses da Soberania Alimentar]*, visa debater – de maneira mais teórica, de natureza [‘filosófico-política’] – algumas inquietações do autor, ou assentar o problema da Soberania Alimentar frente à grandiosa tarefa que se tem pela frente em vista a sua implementação, por um lado, e por outro, as ainda frágeis condições objetivas e materiais, considerando por exemplo, as experiências iniciais no Campo que visam a produção de alimentos mais saudáveis e ecologicamente coerentes.

A Soberania Alimentar, devido à sua radicalidade revolucionária (em seu peso e radicalidade conceitual, e em suas teses, princípios e diretrizes) nos faz refletir e ponderar elementos buscando elucidar e identificar aspectos fundamentais da ‘transição em potência’, prático-política, para não cairmos no mero discurso, ou em um possível idealismo. Não é fácil elaborar tendo pela frente um problema histórico tão pertinente e um conceito tão revolucionário, e ao mesmo tempo, dada a materialidade social – apesar das contradições – se colocar frente ao conjunto de leis objetivas sistêmicas que cada vez mais destroem e dominam as possibilidades e as potencialidades que são essenciais para o problema em debate, nas suas diferentes dimensões. E, o pior, como destacado anteriormente, em ritmo acelerado.

Buscou-se a partir destas questões, desenvolver uma reflexão tendo como base a ideia (tomada como raciocínio análogo) de Mézáros acerca da “montanha que devemos

---

<sup>20</sup> A base documental de análise deste aspecto são os Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.



conquistar”. A partir deste horizonte, tomadas as contradições de um modo de produção cada vez mais em crise e cada vez mais violento, reflete acerca das condições objetivas relacionais, na luta dos contrários, entre o ‘velho’ e o ‘novo’, a *práxis*, ponderando neste sentido, a questão da Soberania Alimentar. Além destes aspectos, também, foram necessários discutir algumas questões relacionadas à temporalidade e às mediações necessárias [para a materialização de transições dentro da transição principal] para a implementação do projeto de Soberania Alimentar.

No *Quarto Capítulo* ‘Soberania Alimentar: a centralidade estratégica da Agroecologia e da Formação Humana’ [Emancipadora], busca demonstrar que a efetiva Soberania Alimentar implica na relação com a luta histórica de superação das relações sociais capitalistas e pressupõe construir uma outra forma de relação com a natureza, de produção [e provimento] de alimentos, e da maneira de ver a vida. Imbricado nesse processo também, inscreve-se essencial uma Formação Científica e Humana centradas na produção como ‘Valor-de-Uso’ e correspondente ao processo de coevolução humana-natureza.

Desse modo, a Agroecologia, em suas múltiplas dimensões, é entendida como [mediação prática/transformadora], como forma e fator material de garantia das condições ideais para a produção e garantia dos alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Além disso, em seu processo de realização, constitui-se em negação e superação dos processos implementados pelo Sistema Agroalimentar hegemônico de mercado e em grande escala<sup>21</sup>.

Além disso, sendo a Agroecologia em seus processos materiais e bases científicas, [matriz formadora/formativa], essas bases materiais serão as bases em processos para fundamentar a Formação Humana e o Trabalho (uma base politécnica/tecnológica). Neste sentido, é organicamente vinculada, a constituição de processos de Formação Humana que articule a ciência e a prática da Agroecologia com a Formação Humana Politécnica/Tecnológica. A Agroecologia, portanto, ganha centralidade na discussão, como matriz científica, tecnológica, produtiva, portadora de ‘novos e outros valores’ e base para a vida, bem como essencial para a reconstituição metabólica do homem-natureza. Com isto, entende-se também que a Soberania Alimentar, desde os seus germes e práticas em constituição, traz em seu conteúdo político-material e histórico, princípios, valores e diretrizes que a conformam como [matriz formadora/formativa] que podem referenciar socialmente processos de Formação Humana.

---

<sup>21</sup> As bases e potencialidades da Agroecologia estão na direção da superação da ‘visão’ unidimensional, geneticista, agrônoma e edafologista. Ou seja, dessa mediação danosa, violenta que tem na centralidade a preocupação com resultados da produção [lucros, acúmulo de capital] e não com as bases materiais vivas da produção.

Além de refletir, o presente Capítulo faz a vinculação das bases e matrizes da Agroecologia e da Soberania Alimentar – que dentro do movimento contraditório e numa perspectiva que se coloca em contraposição às *mediações de segunda ordem* (relações capitalistas) – que podem potencializar e desenvolver as bases sociais, materiais, culturais e científicas (multiestratégicas) que contribuam com o desenvolvimento das diferentes dimensões do ser humano e em direção à uma *práxis revolucionária*.

Em relação aos ‘Apêndices’, destacamos que trazem conteúdos que lançam luz a diversas questões discutidas nesta tese. No *Apêndice A – Carta Política da V CNSAN: a denúncia de linhas limítrofes e percepção de desafios*, além de ter elementos de síntese que incorporam discussões das Conferências anteriores, ganha centralidade o entendimento do que é ‘Comida de Verdade’ e a indicação de que para pautar e comer a ‘Comida de Verdade’, faz-se necessário saber a ‘Verdade sobre a Comida’. Vemos aqui, o entendimento de que a ‘Comida de Verdade’ é a concretização e incorporação das múltiplas determinações e relações materiais e sociais no alimento e o imbricamento desses processos com a Formação Humana Emancipadora. No *Apêndice B – Encontro Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Manifesto do Encontro*, expressa além da preocupação global, pelos defensores da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, coloca-se que como a fome e provimento de alimento são problemas da humanidade, estes têm que se tornar um problema a ser encarado pela humanidade. Traz também discussões acerca das potencialidades de mediação e de transição, pactuação de conceitos e enfoques e a intersecção entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar. No *Apêndice C – A questão alimentar: elementos, linhas limítrofes e iniciativas no mundo na atualidade*, ao considerar a materialidade social e o acúmulo dos debates, traz algumas questões que expressam consequências do movimento do real [tendencial], tanto das estratégias hegemônicas na busca de afirmação e aprofundamento, quanto das resistências e contraposições feitas pelos movimentos e organizações sociais camponeses e de povos tradicionais que demonstram germes, o despertar e o ganhar força da luta social e de práticas que denunciam e indicam e aspectos relevantes para a garantia da alimentação e para a Soberania Alimentar. No *Apêndice D – Exemplos de Matrizes de/para a Formação Humana, considerando a Projeção da Soberania Alimentar*, ilustra a partir do acúmulo de discussões e elaborações desenvolvidas pelos coletivos dos Movimentos Sociais [fundamentalmente o MST] das “Matrizes Formadoras” [Trabalho; Cultura; Luta Social; Organização Coletiva; História] algumas possibilidades e indicações práticas, sob a perspectiva da Soberania Alimentar, de aplicação e o que visa superar com tais ações. Assenta-se, portanto, fundamentalmente na análise

desenvolvida no Capítulo IV, mas que se inter-relaciona com diversas reflexões ao longo da tese também em outros capítulos. Estes elementos, apresentados no Apêndice D, não foram aprofundados nas suas especificidades, tendo em vista que a análise e reflexão [construídas a partir do método de estudo e investigação] nesta tese, buscaram uma compreensão acerca do tema-problema, mais em sua totalidade e universalidade<sup>22</sup>.

A compreensão do objeto pressupõe diferentes áreas e campos de conhecimentos, mas na presente tese, ganha relevo uma perspectiva mais filosófica. Ao demarcar isso, colhe-se o ensejo para destacar que poderá em algumas análises que necessitam de um conhecimento mais especializado [de outras áreas], ter havido limites na aplicação de categorias e conceitos.

Por fim, destacamos que não foi uma tarefa fácil, mas, construímos este trabalho com grande responsabilidade. É tarefa árdua, porém, inadiável! É, como intelectual, se colocar sob infinitos riscos, em analisar um projeto de intensa radicalidade em tempos tão adversos. É a materialização do medo e da insegurança da travessia da [ponte/da corda-bamba talvez] que separa, media e une, que dá sustentação ao conteúdo do presente [germes de novas práticas] e de sua relação com a utopia, com a ‘esperança’ que as condições materiais garantam a sua historicidade. **Contudo, é pertinente insurgir contra as determinantes da autodestruição da humanidade! Discutir, analisar, compreender... os problemas da fome, das outras questões objetivas-materiais negativas que envolvem o tipo e a qualidade do alimento cultuado e cultivado, é uma atitude orgânica ao mais fundamental e básico da vida. É fortalecer a vitalidade dos germes do novo.**

---

<sup>22</sup> Originalmente o conteúdo dos APÊNDICES compunham o Capítulo III que tem a centralidade no aspecto da Política Pública. Porém, considerando que estes trazem elementos também gerais, optamos em deixar o referido capítulo mais enxuto e com maior especificidade na experiência brasileira, embora contemple discussões das teorias de Estado e do último item que tratamos da transição.

## **1 A GÊNESE HISTÓRICA DAS CATEGORIAS E CONCEITOS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: ELEMENTOS SUBJACENTES À CONSTRUÇÃO DO DEBATE**

O presente capítulo parte das contribuições de Josué de Castro para compreender o problema da fome no mundo, bem como destaca que para além da fome e da desnutrição que foram conceitos fundamentais de sua análise, outros aspectos – na atualidade – que compõem os problemas e o conteúdo histórico-material do conceito de Soberania Alimentar.

Considerando as necessidades de enfrentamento do problema da fome, o presente capítulo demonstra as discussões teóricas e estratégias utilizadas para isso, e faz uma reconstituição histórica trazendo em sua análise o contexto histórico, a matriz política, a base material socioeconômica, os trabalhadores e sujeitos sociais envolvidos. A partir da totalidade e das contradições objetivas no interior desta, demonstra os espaços e locais onde ocorreram e ocorrem os debates e embates acerca dos temas, e como estes, vão ganhando sentido político, conteúdo histórico, fator material e, por consequência, capacidade explicativa desse movimento real em contradição, ajudando a compreender perspectivas e processos de desenvolvimento e projetos de sociedade contraditórios como expressão da luta e consciência de classes<sup>23</sup>.

Incorre em necessidade na análise, o adiantamento de algumas percepções apreendidas no foro político que, em certa medida, expressam a materialidade e o que está subjacente ao debate no que diz respeito a alguns elementos fundamentais. É, possível perceber, por exemplo – inclusive é um dos pilares da hipótese de pesquisa –, de que o debate e a constituição das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional estão na ordem da reforma e dos arranjos necessários para a manutenção e fortalecimento do modo de produção do capital. É, a partir dessa condição que podemos entender a sua pertinência e presença nas superestruturas estatais e nacionais como parte integrante da política econômica.

Por outro lado, a proposição da Soberania Alimentar feita pelos Movimentos Sociais de base popular (fundamentalmente os ligados ao Campo e à luta por terra/território no mundo), visa demarcar o processo e as estratégias de disputa e uma oposição clara ao debate e às proposições políticas discutidas e desenvolvidas durante e a partir da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma no ano de 1996. Não descartando os significativos avanços que as

---

<sup>23</sup> Ao percorrer da análise e dessa reconstituição histórica dos debates e embates, serão trazidas questões políticas, políticas públicas, normativas que expressam esse processo. Porém sem um aprofundamento, tendo em vista que esta tarefa será desenvolvida no Capítulo III que tratará das perspectivas teórica acerca do Estado e das Políticas Públicas.

contradições materiais e a participação social oportunizaram através das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – no Brasil, por exemplo –, destaca-se que o movimento histórico constituiu, não só no terreno do debate e das políticas, mas sobretudo na materialidade, a definitiva impossibilidade de conciliação entre a implementação dos processos hegemônicos e a possibilidade de garantia de uma Soberania Alimentar.

Dado estas bases, entende-se que as proposições da Soberania Alimentar se inscrevem na ordem da ruptura e na constituição de um outro projeto civilizatório enquanto a Segurança Alimentar e Nutricional tem suas bases na ordem das reformas que modificam as relações sociais de produção nos limites e nos interesses inscritos da ordem do capital.

Outro aspecto fundante para compreender a problemática do tema é a noção adotada por Soberania<sup>24</sup>. Parte-se do pressuposto de que a noção de Soberania calcada (na centralidade político-territorial), na ideia de nação não é suficiente para expressar e contemplar a Soberania Alimentar. Embora os próprios Movimentos Sociais partam do pressuposto da ‘Soberania da Nação’ ter as condições de garantir a alimentação adequada ao seu povo, a defesa feita nesta tese é que esse aspecto deve ser reconhecido e fortalecido apenas como *mediação* numa condição objetiva favorável. Ou seja, ao levarmos em consideração que na correlação de forças da base material hajam as condições objetivas favoráveis aos interesses da classe trabalhadora e aos povos de modo geral para colocarem o Estado como força material na/para a concretização dos interesses dos trabalhadores pobres e povos tradicionais.

### 1.1 Sobre o problema da fome e o pioneirismo de Josué de Castro

Se considerarmos o processo de constituição histórica, as razões e raízes que levaram os Movimentos Sociais de base popular a ‘cunharem’ o conceito de Soberania Alimentar e a cravarem como fundamental em suas pautas, práticas e lutas, em grande parte está o problema da fome como síntese material e explicativa. É importante refletir sobre estes aspectos tendo em vista que a fome, em seu significado, sobretudo a partir de meados do século XX, adquire conteúdo histórico – sendo rigorosamente percebido – que expressa o modo como se realizam as relações sociais e de classe, e em que medida, seus efeitos e razões – humanos e sociais – são fortemente ocultados e ignorados, por vezes ‘amenizados’ pelo menos através do discurso

---

<sup>24</sup> O Conceito de Soberania (política) é tensionado em alguns momentos nesta tese como veremos no Capítulo II ao discutir ‘território’ e as estratégias de reprodução do capital no Campo e no Capítulo III ao discutir concepções de Estado e as políticas públicas.

oficial e razoável, bem como os reais problemas e sofrimentos vivenciados pelas pessoas e pela sociedade de modo geral.

Setenta e dois (72) anos se passaram que Josué de Castro escreveu a “Geografia da fome”<sup>25</sup> e sessenta e seis (66) anos se passaram da publicação de sua obra “Geopolítica da fome”<sup>26</sup>. Muitas mudanças ocorreram, sobretudo pelo extraordinário avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, e, no entanto, o drama da fome continua a desafiar a nossa cultura contemporânea. A denúncia desenvolvida por Josué de Castro e a demonstração dos dados através dos seus estudos, continuam atuais quando cotejados com a materialidade atual, pois vemos que não modificaram substancialmente em quantidade, e, além disso, são fundamentais para a compreensão e demonstração em termos qualitativos, de outras dimensões e elementos – oriundas do processo de desenvolvimento do sistema – que compõem o problema da fome na atualidade. Em 1951, destacava o autor:

A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história de sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia. Parece, pois, difícil explicar e ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem – este animal pretensiosamente superior, que tantas batalhas venceu contra as forças da natureza, que acabou por se proclamar seu mestre e senhor – não tenha até agora obtido uma vitória decisiva nesta luta por sua própria subsistência. Basta ver que, depois deste longo período de algumas centenas de milhares de anos de batalha, hoje se verifica, sob critério de observação científica, que cerca de dois terços da população do mundo vivem num estado permanente de fome (1)<sup>27</sup>; que cerca de um bilhão e meio de seres humanos não encontram recursos para escapar às garras da mais terrível de todas as calamidades sociais. (CASTRO, 1965, p. 45).

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre 850 a 900 milhões de pessoas passam fome no mundo nos dias atuais. De acordo com alguns estudiosos, este número pode chegar a 1 bilhão. Essa condição antípoda, antagônica em que vive nossa sociedade contemporânea é a expressão do conjunto de transformação que ganhou centralidade no modo de produção, somado ao conjunto de prioridades colocadas na pauta para a resolução dos problemas sistêmicos, embasadas em valores, econômicos, éticos, políticos, culturais que, ao invés de suprimir, fortalecem processos de concentração de riqueza, expropriação, e fundamentalmente, a transformação do alimento em mercadoria. Sob a determinação da crise estrutural do capital, apresenta-se aos nossos olhos uma verdadeira barbárie que fortalece a tese e coloca em prática uma destruição em massa dos integrantes da classe trabalhadora. Ou seja, como alertou Josué de Castro que a

---

<sup>25</sup> Julho de 1946.

<sup>26</sup> Dezembro de 1951.

<sup>27</sup> Nota de Rodapé de Josué de Castro informando que são dados/informações retiradas: F.A.O., World Food Survey, Washington, 1946. Na atualidade os números já são outros como veremos adiante, portanto, não computa dois terços da população mundial.

fome é uma tragédia universal. Essa tragédia se manifesta cindida em duas escalas fundamentais: a fome crônica e a fome oculta. E, desse modo, vemos que as teses defendidas e as indicações feitas por Josué de Castro, estão muito presentes na atualidade, como se vê em dados recentes.

Tomada a fome crônica como referência, é suficiente dizer que, de acordo com Ziegler (2013), para o ano de 2012 e mundialmente falando, a cada cinco segundos, uma criança com menos de dez anos de idade morreu de fome. Desdobrando tais dados – e atenta-se: considerando somente crianças com menos de 10 anos de idade, bem como somente o ano de 2012 –, tem-se o seguinte: são 720 crianças mortas de fome por hora, o que significa 17,2 mil crianças mortas por dia, implicando na destruição de 6,3 milhões delas, em todo o mundo, apenas em 2012. Tomando dados mais amplos, o mesmo autor informa que 57 mil pessoas morreram em 2012, por dia, de fome. Desdobrando os dados, tem-se: 1,7 milhões por mês e 20,8 milhões de pessoas destruídas pela fome ao redor do mundo, no ano de 2012. Eis o caráter destrutivo do mecanismo da fome crônica, colocada em andamento pelo complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, sob determinação da crise estrutural do capital. (MACEDO, 2015, p. 316 – 317).

Esse processo de destruição em massa dos seres humanos – considerando as elaborações de Ziegler<sup>28</sup> – é o retrato e a expressão dos mecanismos em funcionamento do Sistema Agroalimentar. São consequências das diversas epidemias causadas pela fome e da degradação e transformação dos hábitos alimentares<sup>29</sup>. Em certa medida, todas as intervenções feitas por países desenvolvidos em vista a sanar algumas questões inerentes à fome, tiveram por trás, os interesses econômico-comerciais. Estas estratégias atravessaram desde programas educativos, até políticas e intervenções econômicas. “Isso levou, muitos técnicos, mesmo a ONU, a encararem o problema sob um ângulo errado, aplicando programas de ajuda alimentar com base em padrões alimentares dos EUA e Europa Ocidental. [...]” (ADAS, 1988, p. 95). Há, portanto, um complexo da fome e da degradação humana em pleno funcionamento. A crise estrutural do capital é cultivada e posta em movimento pela mundialização do capital, através das ações edificadas produtivas, financeiras e comerciais<sup>30</sup>. A falta de alimento e as

<sup>28</sup> Vale destacar que Ziegler foi assessor da FAO. E, seguindo suas reflexões, vemos que os dados destacados por Macedo (2015, p. 316 – 317) que envolve os efeitos da fome crônica, foram coletados a partir de pesquisas – de vários pesquisadores – que visam construir e sistematizar os dados estatísticos da/para a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas.

<sup>29</sup> É importante destacar que várias ações de combate a algumas mazelas desse sistema, sempre foram paliativas e engajada numa espécie de sociedade voluntária, apesar de alguns exemplos, serem oriundos de organismos internacionais, como a Unicef. Exemplo disso, foi o programa de Terapia de Reidratação Oral (TRO), com o objetivo de diminuir o alto índice de mortalidade infantil, que no período de sua implantação (década de 1970) cerca de três milhões de crianças morriam por ano no mundo, e que ainda nos dias atuais, como vimos anteriormente milhões morrem por ano. Vale destacar que as primeiras utilizações da composição datam de 1940 a partir de estudos desenvolvidos na Índia e Bangladesh – para tratamento de cólera. Apesar da eficiência, a autorização para a utilização da TRO, por agentes de saúde e de familiares só foi concedida em 1971.

<sup>30</sup> Retomando Mészáros (2011), há um aprofundamento da impossibilidade, ou esgotamento das possibilidades da organização social do capital, controlar e/ou superar estes profundos problemas. Pois, ao responder aos

mudanças e destruição dos hábitos alimentares são imposições objetivas e culturais que o sistema do complexo agroalimentar cotidianamente desenvolve e alimenta.

Tomando a questão da fome oculta, alguns dados nos dão conta da profundidade do problema. Esse mecanismo epidêmico, que segundo Josué de Castro (1965), se reveste de estratégias para passar despercebido – perante aos olhos da maioria das pessoas –, por trás de um quadro de saúde aparentemente saudável, ou seja, sendo o quadro percebido só por especialistas (médicos preparados), acomete uma grande porcentagem da população mundial (com um perfil de fome), mesmo que estes indivíduos não percebam. Considerando estes elementos, mais uma vez Macedo (2015) nos traz informações importantes lapidadas por Ziegler (2013), a partir do relatório da Unicef<sup>31</sup>, que faz alguns comparativos no interior da década de 2000.

[...] a carência de vitamina A, que pode causar cegueira, afeta cerca de 40 milhões de crianças ao redor do mundo. Dessas, a cada ano 13 milhões perdem sua capacidade de enxergar. O autor também alerta que, em virtude da deficiência de ácido fólico, essencial para a formação fetal, estima-se em “(...) 200 mil por ano os recém-nascidos mutilados pela ausência desse micronutriente”. (Ziegler, 2013, p. 57). Ainda: as estatísticas levantadas pelo autor demonstram que quase um bilhão de pessoas sofrem de carência natural de iodo. “Quando esta não é compensada, sobrevivem ao bócio graves transtornos de crescimento e desordens mentais (cretinismo). Para as mulheres grávidas (e, pois, para os fetos), a falta de iodo é fatal” (Ziegler, 2013, p. 58). Registra ainda que a carência de zinco provoca problemas nas faculdades cerebrais e motoras, além de diarreias, geralmente mortais em crianças de pouca idade. Estima-se que tal carência cause a morte de aproximadamente 400 mil pessoas por ano. Ademais, segundo um relatório da Unicef (2004), estima-se que ela pode causar entre 40% e 60% de redução da capacidade mental, proporcionando sequelas vitalícias. Ainda mostra que aproximadamente 500 milhões de mulheres sofrem de anemia e que 60 mil morrem no parto todos os anos, em decorrência da carência de ferro (MACEDO, 2015, p. 317).

Ainda no sentido de demonstrar a gravidade do problema, vemos que a realidade brasileira também manifesta um quadro bastante complicado, se considerarmos essas questões anteriormente destacadas. Trabalhando com o pressuposto do processo de degradação dos hábitos alimentares e seu conjunto de doenças, alinhadas, vemos que em 2011 somente, 834 mil seres humanos morreram vítimas de doenças crônicas não transmissíveis. Seguindo os dados do Ministério da Saúde (2014), este número expressa o índice de 72,7% do número de óbitos que ocorreram no país em 2011. E seguindo as informações colhidas no mesmo portal

---

imperativos que compõem a sua natureza sistêmica interna, a produção e a reprodução social humana não se darão por outros mecanismos, senão aqueles que materializam negatividades fortemente destrutivas.

<sup>31</sup> Relatório: Vitamin and mineral deficiency: assessment (s/d).



que se referem a dados mundiais, as doenças crônicas degenerativas computam 63% dos óbitos ao redor do mundo<sup>32</sup>.

É neste sentido que ganha relevância toda a discussão e análise do pioneiro Josué de Castro, como destacado por Pearl S. Buck<sup>33</sup> (1965, p. 09), “um conhecedor dos problemas práticos, um homem do mundo [...], porque conhece o mundo e suas populações [...]”, bem como, devido a sua atualidade, somada com outras análises mais recentes que apontam pequenas variações nos dados e manutenção do problema fundamental. De modo geral, vemos que tanto a abordagem quanto as alternativas frente ao problema da fome, desenvolvidas por Josué de Castro, colidem com o discurso hegemônico estruturado para a época, em referência ao qual, Castro destacou que a expressão “Geografia da Fome”, empregada pela primeira vez “deve ter soado aos ouvidos de muita gente como uma chocante combinação de palavras”. De acordo com o discurso hegemônico, a obra poderia não ser correspondente à materialidade, ou seja, seria uma mera peça retórica, e que não seria análise e/ou tratativa das “grandezas humanas”, mas de “suas misérias” (CASTRO, 1965, p. 25). Desse modo, vemos que **os grandes problemas para a humanidade, para se tornarem problemas da humanidade, devem ser ‘arrancados’ do contorno da dominação e transformado em matriz de debate pelas bases sociais que sofrem os prejuízos pela imposição das relações objetivas que o criaram.**

Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo.

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. [...]. (CASTRO, 2008, 13).

Na obra “Geopolítica da fome” já em seu primeiro capítulo, além de destacar que “a fome permaneceu como um dos tabus da nossa civilização – uma espécie de tema proibido<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Portal da Saúde-Ministério da Saúde, dados sintetizados de 2014. Informações cotejadas também com as elaborações de Macedo (2015, p. 318).

<sup>33</sup> Prêmio Nobel de Literatura – No prefácio da edição norte americana da obra de Josué de Castro “A Geopolítica da Fome”.

<sup>34</sup> De acordo com Josué de Castro naquele período havia uma chocante exiguidade de produções acerca do tema da fome se comparado a outros problemas, para ele da mesma envergadura, tais como a guerra e as epidemias ou até mesmo de outros temas de menor relevância. Diz ele, “[...] a menos estudada e debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. Para cada estudo sobre os problemas da fome aparecem mais de mil publicações acerca dos problemas da guerra. A proporção é de menos de um por mil. No entanto, como demonstraremos com abundância de fatos no decorrer deste livro, o desgaste humano produzido pela fome é bem maior do que das guerras das epidemias em conjunto (3). Estragos mais extensos em número de vítimas e tremendamente mais graves em suas consequências biológicas e sociais. [...]” (CASTRO, 1965, p. 46). A referência (3) destacada por Josué de Castro é: “WALDORF, C. *The Famines of the World*, 1878”.

[...], classifica o tema da fome como assunto “delicado e perigoso por suas implicações políticas e sociais”, tendo em vista que, tentar compreender esse fenômeno, significa buscar respostas de algumas questões centrais, fortemente escamoteadas pelo poder dominante no decorrer da história<sup>35</sup>. Pergunta ele: “Será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?” (CASTRO, 1965, p. 45).

Como sabemos, a denúncia e a análise rigorosa desenvolvida por Josué de Castro demonstram justamente de que a fome é uma criação humana, não sendo apenas um grave problema biológico perambulante (em forma (des)humana) em todos os recantos da sociedade –, adquirido pelos ‘incapazes’ – como se esforça a defender o discurso dominante. E nem tão pouco, advém apenas de adversidades de condições naturais. “A fome e a guerra não obedecem a qualquer lei natural. São, na realidade, criações humanas” (CASTRO, 1965, p. 60). É, pois, um sério problema, econômico, político e social. “[...]. É a expressão biológica de uma doença social. É fruto de conjunturas econômicas defeituosas, como afirmou o cientista Josué de Castro” (ADAS, 1988, p. 6). Defendendo a tese de que tanto a fome como a guerra são frutos das formas e mecanismos que o homem vai desenvolvendo em seu percurso histórico, e por isso se tornam cada vez mais presentes com a “evolução da cultura”, Josué de Castro invoca elaborações do campo da antropologia e da paleontologia. Destaca ele:

[...] os antropologistas já apresentaram abundante documentação provando que, entre os achados paleontológicos dos grupos humanos mais primitivos, não se encontram instrumentos e nem sinais da existência da guerra organizada; tampouco se evidenciam, nos esqueletos fossilizados desses grupos primitivos, sinais de carências alimentares. Já nos grupos mais adiantados, esqueletos trazem, gravadas, as marcas de várias carências alimentares – sinais biológicos da fome. **Conclui-se daí que a fome e a guerra só surgiram depois que o homem alcançou um grau de cultura em que começou a acumular reservas e a estabelecer fronteiras defensivas de suas riquezas acumuladas, isto é, quando começaram as dificuldades criadas pelo homem quanto à distribuição das riquezas produzidas.** (CASTRO, 1965, p. 60 – 61, *(Grifo meu)*).

Ao destacar algumas discussões acerca da busca da paz, Pearl S. Buck coloca em destaque a obra de Josué de Castro considerando o que tornaria a obtenção da paz um objetivo prático e realizável. Diz ele: “Esta deve ser uma notícia desagradável para aqueles que preferem a guerra à paz, mas é uma gloriosa notícia para a maioria da humanidade” (BUCK, 1965, p. 09). Josué de Castro também desenvolve a crítica à algumas elaborações de Malthus

---

<sup>35</sup> Tomado a centralidade do Conceito de Soberania Alimentar, ao debatê-lo coloca-se em questão os elementos fundantes do Modo de Produção no Campo fortemente valorizados na atualidade.

(malthusianismo/neomalthusianismo)<sup>36</sup> – demonstrando que a própria história se encarregou de desmentir e/ou colocar por terra as previsões desenvolvidas por Malthus – e Darwin (darwinismo social) que em certa medida, são autores tomados como referências, pelo discurso dominante para justificar o problema da fome<sup>37</sup> bem como, orientar as medidas interventoras tanto econômicas, quanto políticas. Sobre essa questão, as palavras de Singer nos ajudam.

É verdade, naturalmente, que o crescimento populacional implica necessariamente um ônus para qualquer economia, se não por outras razões, ao menos porque os seres humanos vêm a este mundo primeiro como consumidores e só mais tarde como produtores. Mas seria loucura parar neste ponto de análise. (SINGER, 1970, p. 19).

Ao contrário do entendimento desenvolvido por Malthus e defendida pelos neomalthusianos, em torno da fome onde acusam “a natureza de provocar essa calamidade [...] dando ao homem a capacidade de reproduzir-se de maneira intempestiva e provocando, em consequência a superpopulação da Terra” (CASTRO, 1965, p. 61), as elaborações desenvolvidas por Josué de Castro, consideram outros aspectos para entender o fenômeno da fome. Destacava ele, que a teoria de Malthus sofria de certa ausência de base científica e se encontrava limitada com vários indicativos de erros,

[...] ao considerar o crescimento da população como uma variável independente, como um fenômeno isolado no quadro das realidades sociais, quando na verdade, esse crescimento está na mais estrita dependência dos fatores políticos e econômicos. A sua ideia de que há uma lei natural de crescimento das populações foi logo contestada por Marx, quando este demonstrou que existem apenas tendências ou ciclos demográficos históricos, que mudam de um período a outro, de acordo com os tipos de organização social. Fourier, Proudhon, Engels e Kautsky, também denunciaram o artificialismo da doutrina malthusiana. (CASTRO, 1965, p. 61).

<sup>36</sup> Thomas Robert Malthus (1766 – 1834), economista inglês, apresenta suas teses já no fim do Século XVIII, defendendo que o aumento da população do mundo constituiria um grave perigo para o suposto ‘equilíbrio econômico’. “Malthus engendrou a hipótese de que as populações crescem em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, resultando daí o impasse de uma produção irremediavelmente insuficiente para as necessidades da população” (CASTRO, 1965, p. 61). Além disso, como sabemos, entre as diversas preocupações de Malthus, estava as observações feitas por ele, das consequências que o processo de industrialização estava causando, sobretudo na substituição da força humana pela máquina, fenômeno pelo qual, vaticinou que seria necessário parar a ‘fabricação da máquina humana’, para evitar a concorrência com as novas máquinas que nasciam com o industrialismo.

<sup>37</sup> Destaca Buck (1965, p. 10) que, assim como “a teoria da sobrevivência do mais forte apresentada por Darwin, a teoria da superpopulação como a causa da fome foi apoiada por todos aqueles que gozam e tiram proveito do colonialismo e da guerra, assim como pelos que vivem na atitude indolente de apenas cuidar de sua própria vida. [...]”. Outro aspecto é que com o avanço nos debates acerca da fome (desnaturalizada), vemos que outra questão aparece, a questão da terra poder ou não fornecer alimentos suficientes para a população em crescimento. “[...]. Acreditam os neomalthusianos que tal seja impossível e consideram que o único caminho para a sobrevivência da civilização ocidental seja o controle da natalidade, rigorosamente imposto, se necessário [...]” (BUCK, 1965, p. 14). Sorre (1965, p. 20; 21) “[...]. A velha fórmula de Malthus já não é aceitável, mas a inquietação que a inspira ainda perdura. [...]. Os neomalthusianos oferecem soluções pessimistas ao problema da alimentação”.

Josué de Castro demonstra, portanto, em oposição às elaborações de Malthus, que, de modo geral o índice de natalidade é mais alto entre os que se alimentam mal, sendo o inverso verdadeiro, ou seja, o índice de natalidade é mais baixo entre os ‘bem alimentados’<sup>38</sup>, chegando a números abaixo do que se considera ‘nível de equilíbrio’ mesmo sabendo que neste meio, o índice de mortalidade, em média, é bem menor, fator que tendencialmente elevaria os números populacionais. Destaca Castro:

[...] não é a superpopulação que cria e mantém a fome em certas áreas no mundo, mas que é a fome que origina a superpopulação. Esta afirmativa é, sem dúvida, paradoxal em sua aparência, desde que, sendo a fome causa de morte e degradação, parece pouco propícia para provocar o excessivo crescimento demográfico. Mas, na realidade, é o que se passa. [...]. E que, quanto mais a fome assola estas áreas, mais cresce o seu efetivo humano. [...] isto se explica pela influência da fome aumentando o coeficiente de fertilidade e os índices de natalidade dos grupos mais miseráveis, sujeitos à sua ação permanente. [...].  
O controle dos nascimentos e a consequente redução do crescimento das populações do mundo dentro de sua atual organização econômica só servirão, a nosso ver, para diminuir ainda mais a produção de alimentos e, portanto, para agravar ainda mais o fenômeno da fome. [...]. (CASTRO, 1965, p. 75 – 76).

Entre vários aspectos, vemos que as alternativas apresentadas pelo sistema para a resolução do problema da fome, são insuficientes, e, de modo geral equivocadas. Com isso, busca-se demonstrar que é a partir de outras bases sociais, formativas e econômicas que pode se vislumbrar com mais efetividade o desenvolvimento das condições objetivas para essa questão.

Como sobreviver, eis o tema central, e é alentador verificar-se que na alimentação adequada, e não na bomba atômica, reside a resposta adequada. A superpopulação é o resultado da fome e não a causa desta, e não há país inteiramente livre dos efeitos daninhos da fome. A palavra de ordem deve ser a de uma organização adequada de suprimentos alimentares do mundo e a do desenvolvimento de vastas áreas cultiváveis, [...]. (BUCK, 1965, p. 09).

Lord John Boyd Orr<sup>39</sup> (1965) destaca que a obra “Geopolítica da fome” poderia ser intitulado de “Fome e Política” dado a pertinência dos temas e debates trazidos pelo autor. A rigorosidade da análise, segundo ele, faz surgir ou coloca em nossa frente “perspectivas políticas de primeira grandeza. [...] pouco conveniente, entre os povos bem alimentados [...] fome que nunca foi assunto muito popular em matéria de política” (ORR, 1965, p. 13). Considerando estes aspectos, vemos que as elaborações desenvolvidas por Josué de Castro, além de colocar a problema da fome na ordem do dia como um dos mais pertinentes temas a

<sup>38</sup> Segundo Buck (1965, p. 15) até mesmo conclusões de cunho fisiológico comprovam o inverso do que defendia Malthus. “O índice de natalidade decresce à medida que aumenta o consumo de alimento ricos em proteínas, [...]”, provocando também alta porcentagem de esterilidade.

<sup>39</sup> Prêmio Nobel da Paz – Escreve o prefácio da edição inglesa da obra de Josué de Castro “Geopolítica da Fome”.

serem debatidos, traz novas conotações e entendimento conceitual. Embora eu tenha tido os argumentos que definem a fome e são autógrafos de Josué de Castro, trago o comentário de Orr que teve a tarefa de prefaciá-la obra anteriormente destacada, mas que nos dá uma visão geral e genuína.

A palavra “fome” usada pelo autor precisa ser bem definida. No passado, empregava-se a palavra “fome” para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se então aos indivíduos esqueléticos que morriam por completa inanição. O autor, porém, usa essa palavra no seu sentido moderno, no sentido da falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. A falta de qualquer deles, ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimento. A carência total de alimento, tal como se verifica nas épocas de fome em massa, sempre constituiu uma causa importante de mortalidade. Mesmo nos últimos tempos a fome tem matado mais gente do que a própria guerra. Mas o número dos que assim morrem ainda é pequeno, em comparação com os que vivem num regime alimentar inadequado para manter a saúde e que, por isso mesmo, sofrem, em maior ou menor grau, de doenças da nutrição. Dando-se à palavra “fome” essa acepção, de acordo com as estimativas feitas antes da guerra, dois terços da população do mundo vivem em regime de fome. [...]. (ORR, 1965, p. 14).

Outro aspecto importante a destacar é que, a forte presença da fome no seio da sociedade recoloca a questão central de ‘se pensar’ pisando no terreno da história e de tratar com o homem real, com a materialidade que expressa e se constitui em/de processos em convulsão, apesar do esforço do discurso dominante e dos processos de Formação Humana darem centralidade ao que o projeto iluminista elaborou como um homem ideal, superior e racionalista. Embora se faça a alusão de que o projeto societário moderno conseguiu elaborar uma série de mecanismos que possibilitaram um salto nas condições objetivas de reprodução da existência humana, o tão sonhado ‘reino da liberdade humana’ – se não no terreno do idealismo – se apresenta ainda num horizonte distante, dadas as amarras ‘do reino da necessidade’ em que estão inseridos e limitados a maior parte das pessoas que compõem a humanidade. As forças primárias, desprezíveis pelo racionalismo, continuam a movimentar, ou pelo menos, aguçar as contradições sociais. Sendo a razão moderna, considerada produto social, elaborou os disfarces e os ‘pseudo-mecanismos’ para negar e mascarar as forças primárias da natureza em seus instintos. É neste sentido, que Josué de Castro destaca que a civilização moderna, que elaborou uma concepção de homem idealizado e soberano, acabou desenvolvendo um rigoroso preconceito frente às formas vitais, instintivas, da natureza de modo geral e da vida humana, transformando, por exemplo, quando se trata em termos sociais, o sexo e a fome em temas tabus, tendo em vista que expressam o que há de mais animalesco e, portanto, não deveriam ser considerados na definição do homem moderno.

Desde o fim do século XVIII, a chamada cultura ocidental, com seus enciclopedistas e filósofos idealistas, concebera um conceito de homem e de sua conduta no mundo, que se fez quase um anjo. Um ser que, vindo do canibalismo primitivo, se havia elevado nas asas da cultura, até o mais puro intelectualismo, isento de impulsos bestiais. [...]. (CASTRO, 1965, p. 48).

Fez-se, portanto, uma opção ‘civilizatória’<sup>40</sup> – por todo o século XIX – em não colocar no centro dos debates assuntos escabrosos, como por exemplo o sexo e a fome. Quanto ao tabu da fome, destaca-se que com o processo do imperialismo econômico, as razões de não discutir e colocar no terreno do enfrentamento, são muito mais fortes do que os preconceitos da ordem moral. Há inclusive a hipótese de que, o não enfrentamento da fome, sugere que no ‘íntimo’ da racionalidade moderna, estão as estratégias de ocultar que a fome expresse as consequências da concentração da riqueza, da expropriação do fruto do trabalho humano. E também as opções do não enfrentamento, estão ligadas às estratégias de dominação e de extermínio, tal qual se fez e se faz com a guerra e outras formas, comandadas por racionalidades estatais e sistemas de governos ‘calibrados’ com esse entendimento. O escamoteamento ‘do exame e de intervenções’ do/no problema da fome do panorama intelectual moderno, assentava-se no escuso mundo dos interesses privados da economia e da necessidade de minorias economicamente privilegiadas.

É que o imperialismo econômico e ao comércio internacional, controlados por aquelas minorias obcecadas pela ambição do lucro, muito interessava que **a produção, a distribuição e o consumo de produtos alimentares continuassem a processar-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus exclusivos interesses financeiros e não como fenômenos do mais alto interesse social, para o bem-estar da coletividade.** (CASTRO, 1965, p. 49, *(Grifo meu)*<sup>41</sup>).

Vemos, portanto, que o processo de constituição da modernidade, tanto nos aspectos político, econômico e social, que desde o século XVI capitaneou um alto poder de desenvolvimento e de revolucionar as relações de produção, não pôde, portanto, tomar em suas mãos o problema da fome, devido a sua própria natureza sistêmica<sup>42</sup>. O pensamento

---

<sup>40</sup> Castro destaca, por exemplo o papel do Sigmund Freud, ao colocar em questão um conjunto de convicções que compunham o pensamento hegemônico da época, – utilizando um raciocínio análogo ao repertório linguístico das ciências médicas – ao romper o “abcesso” intrínseco da/na civilização moderna, “num gesto inconveniente e provincial, rompeu o silêncio opressor”, ao destacar que o sexo é uma força que atinge, determina em certo (alto) grau a consciência e por fim seus atos, “No meio do fingido espanto da ciência oficial e da moral dos seus contemporâneos...” (CASTRO, 1965, p. 48).

<sup>41</sup> A ideia expressa, ‘no grifo’, além de ser um dos aspectos que será debatido nesta tese, expressa em certa medida a ideia central que instiga o debate – e compõem o conteúdo histórico – entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar.

<sup>42</sup> Castro destacava que na realidade social as ideias se propagam mais facilmente quando adquirem uma expressão mais geral sobreposta à alguma necessidade histórica indiscutível, consensual de um determinado momento histórico. O problema da fome, no entanto, não ocupa lugar central e consensual na racionalidade e nas estratégias hegemônicas. Diz ele que “uma grande parte do mundo ainda não se convenceu inteiramente da necessidade de acabar de vez com a fome” (CASTRO, 1965, p. 70).

ocidental desse período – produto-produtor –, servindo aos interesses dominantes (que se materializam em processos desiguais e combinados), fez-se, cúmplice e contribuiu – através dos processos de Formação Humana –, silenciando-se, para a ocultação frente a sociedade da mais radical verdade vivenciada por enormes contingentes de grupos humanos, que cotidianamente se debatiam no interior das imposições objetivas do sistema, vendo cada vez mais, o adentramento desses seres no círculo vicioso onde o imperativo central de seus atos, ancorava-se e ancoram-se na fome.

A própria ciência e a própria técnica ocidentais, certamente envaidecidas com suas brilhantes conquistas no domínio das forças da natureza, não se sentiam à vontade para confessar abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida dessas massas esfomeadas e, com seu reticente silêncio sobre o assunto, faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dessa mesma conspiração mental. (CASTRO, 1965, p. 50).

Seguindo estes pressupostos, no espírito do aparente esplendor pressupõe-se a tragédia. A fome é parte constituinte da economia colonial, e nos dias atuais do processo de desenvolvimento desigual e combinado, pela prática devastadora de relações econômico-sociais que possam elevar o patamar de humanidade, pelo latifúndio e pela monocultura, para citar alguns exemplos. Dá o conteúdo histórico e o sentido para os destaques feitos por Josué de Castro de que a fome é uma praga fabricada pelo homem<sup>43</sup>, e que, “toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra de fome” (CASTRO, 1965, p. 74). Não há razões para aceitar que a fome seja uma imposição da natureza, como defendiam as velhas teorias do determinismo geográfico<sup>44</sup>. Opondo-se a isto, por essa concepção não representar a verdade dos fatos, Josué de Castro (1965, p. 75) insiste que o “homem, com sua técnica criadora e inventiva, consegue escapar à coerção e aos limites impostos pela natureza, libertando-se dos determinismos geográficos, que transforma em possibilismos sociais”. No entanto, como os fatores de natureza econômicas incidem diretamente no arcabouço científico-explicativo, jurídico, político, e compõem a hegemonia, os processos de Formação Humana, apesar das contradições materiais (manifestas) na cultura do tempo, tendem a expressar o conjunto de valores desse processo advindos.

Sobre outro patamar, que tem por base as elaborações de Josué de Castro, as condições teóricas hoje possibilitam a crítica ao sistema, e as estratégias de superação do problema da fome estão colocadas no seu devido lugar. Ou seja, estão “à disposição de toda sociedade”,

<sup>43</sup> Vale também para o sentido da alimentação e o que se entende por alimento.

<sup>44</sup> Segundo esta perspectiva o meio natural seria determinante, enquanto o homem não passa de uma peça passiva, sem força criadora, sem vontade de reagir aos limites impostos pela lógica da natureza, ou seja, é apenas coadjuvante do jogo da natureza.

embora apropriadas por uma minoria, que em suas lutas de urgência, publicitam e constroem uma agenda de debate e dão os indicativos da Formação Humana necessária para o enfrentamento do problema<sup>45</sup>. Foi, e continua a ser importante o posicionamento de Josué de Castro frente as doutrinas e discursos que se esforçam em diminuir a humanidade e frente as práticas reveladas que causam os malefícios do colonialismo e do imperialismo. Como bem destaca ele ao referir-se em seu livro “Geopolítica da Fome”, que “O objetivo deste livro é estudar o terrível fenômeno da erosão que a fome está provocando no homem e na civilização” (CASTRO, 1965, p. 69).

[...]. O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome que atinge endêmica ou epidemicamente grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição, [...], fenômeno em geral limitado às áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da chamada fome oculta, na qual, pela falta de determinados princípios nutritivos indispensáveis à vida, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, 1965, p. 72).

Estes aspectos, de certo modo, assentam algumas dimensões a serem investigadas, que caracterizam o Sistema Agroalimentar na atualidade, tendo em vista que a compreensão do fenômeno se dará levando em consideração, o quanto e o que se produz. As relações que permeiam todas as formas de produção de alimentos é que demarcam o porquê das contingências sociais e humanas entre a quantidade e qualidade, bem como, suas consequências que incidem no entendimento do que se busca construir acerca da Soberania Alimentar. Surge, portanto, a necessidade histórica dos homens se defrontarem, tensionarem e buscarem, alternativas para o problema, como bem destaca Josué de Castro (1965, p. 437) “O caminho da sobrevivência ainda está ao alcance do homem e repousa na confiança que devemos depositar em nossas próprias forças” sobretudo porque as contradições na materialidade, somado aos posicionamentos políticos de classe imputarão condições adversas com potencialidades de transformação<sup>46</sup>.

[...]. A própria fome, nesta afirmativa será o condutor e a mola fundamental de uma revolução social adequada para afastar progressivamente o mundo da beira desse abismo que ameaça devorar a civilização, [...]. Somos, pois, otimistas e vemos nas fricções e agitações sociais dos nossos dias sinais de novos tempos, quando será finalmente alcançada a difícil vitória sobre a fome, vitória capital para a estabilidade social dos grupos humanos. Mas, se em nossos prognósticos acerca do futuro da humanidade nos sentimos cheios de otimismo, muito mais reservado é esse otimismo quando se trata do bem-estar e da tranquilidade da geração atual e das mais próximas. (CASTRO, 1965, p. 70).

---

<sup>45</sup> Veremos esse debate no último capítulo.

<sup>46</sup> Mais elementos na discussão parte integrante do Capítulo III que trará a contradição e a mediação como categorias analíticas centrais considerando a unidade e luta dos contrários e a transição em potência.



As possibilidades de travessia sob este entendimento angariam os elementos fortes da luta social, nem tanto pela elevação do nível de consciência desenvolvido nos meandros das relações de produção e de trabalho, mas, com peso fundamental nas condições objetivadas em que o ser humano trabalhador, além de ser expropriado encontra sobre sua frente uma blindagem para acessar as condições necessárias de reprodução biológica em primeiro lugar. É neste sentido que Josué de Castro destaca que visava contribuir – embora de maneira singela – para “*a construção do plano de ressurgimento de nossa civilização, através da revalorização fisiológica do homem*” (CASTRO, 1965, p. 71, (*Grifos em itálico, meus*)) e, sendo a fome, um espectro da capacidade humana de acumular reservas e estabelecer fronteiras, esta potencialidade mobilizadora deve marchar em direção à destruição e superação das objetivações materiais e sociais que garantem os privilégios de classe (dominante).

O processo de travessia, portanto, se dá ou se dará no efeito combinado de fatores determinantes (não mecânicos) do desenvolvimento das forças produtivas imbricados com as lutas sociais motivadas, tanto pelo amadurecimento da consciência de classe, quanto pela força mobilizadora oriunda dos estados de necessidade extrema e das disputas entre projetos societários, já condizentes com uma leitura de mundo calcada na compreensão do movimento do real e suas contradições.

Sobre o grande problema com que Josué de Castro se confrontou e buscou compreender, e mediante a instigação para se pensar os meios de transformação a partir da compreensão da materialidade social, vemos que há alguns indicativos deixados por ele, como por exemplo: uma crença nos frutos da revolução social; uma potencialidade construtiva da cooperação humana e, o necessário rigor na compreensão e na investigação, tanto do problema da fome, quanto na produção das condições objetivas de produção e distribuição de alimentos, mostrando com que intensidade e em que extensão esses aspectos se manifestam nas diferentes coletividades humanas e organizações sociais.

## **1.2 Para além da fome: outros problemas incidem na discussão do alimento e da Soberania Alimentar**

Como já anunciado, há um grande contingente de seres humanos passando fome no mundo. Considera-se, portanto, todas as características e tipificações da fome, já desenvolvidas por Josué de Castro e ampliada por outras discussões mais recentes. Porém, ao pensar acerca da Soberania Alimentar, além da fome – pela ausência ou carência de certos

subsídios nutricionais e fisiológicos – outras dimensões adentram à discussão, tendo em vista os processos materiais de produção e reprodução dos gêneros alimentícios que são consumidos pela população que colocam na ordem do dia a necessária discussão, como por exemplo, sobre as questões de qualidade do alimento e de saúde.

Se Josué de Castro coloca em debate a questão da fome em sentido amplo, bem como as alternativas de superação do problema até então concebidas, e fundamentalmente a fome – com todos os seus flagelos, incluindo a morte –, pela ausência ou má distribuição dos alimentos, a **Soberania Alimentar coloca estes aspectos em seu arcabouço histórico-explicativo, e, destaca, por exemplo, entre várias dimensões, o fato de grande quantidade de mortes e problemas com a saúde, que tem ligação estreitíssima com a qualidade do alimento que as pessoas acabam consumindo e que são oriundos e compõem a lógica e a natureza do Sistema Agroalimentar, como os processos de artificialização da/na produção dos alimentos.**

Se trabalharmos no terreno da ilustração, o encontro com a morte devido à fome até o processo de industrialização, poderemos ‘lançar mão’ do entendimento, que a causa fundamental incorria em sua maioria pela falta, pela carência da alimentação. Nos dias atuais, além dessas possibilidades, dado aos processos de violência que vem sofrendo a natureza através da mecanização e quimização dos processos de produção agrícola, o encontro com os danos à saúde e com a própria morte, tem sido marcado com o consumo de determinados tipos de alimentos. É neste sentido que Stedile e Carvalho (2012) destacam que para entendermos a pertinência do debate, da natureza das políticas e, sobretudo a natureza dos conceitos, faz-se necessário entender um conjunto de outras dimensões, mas, fundamentalmente a natureza do problema da fome e como está vem sendo construída e ‘alimentada’.

A fome e a desnutrição que atingem milhões de seres humanos, sempre foram, ao longo da história da humanidade, um dos problemas socioeconômicos mais graves da organização das sociedades. Sua ocorrência tem sido formalmente explicada por diversos fatores: a) baixo conhecimento de técnicas de produção de alimentos mais produtivas; b) disputa e perda dos territórios mais férteis, aptos para a produção de alimentos; c) ocorrência de fenômenos naturais que destroem colheitas e fontes naturais de alimentos; d) epidemias que atingem grande parte da população e impedem a produção de alimentos; e e) ocorrência de guerras generalizadas que não apenas mobilizam os trabalhadores, mas também inutilizam as áreas agricultáveis para a produção de alimentos. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715).

Os principais elementos que “delimitam” a Soberania Alimentar são compostos intermediários, processos em mediação que buscam redimensionar e transformar as bases e as

relações estruturais na produção de alimentos. E, considerando este entendimento, deve-se considerar na perspectiva da superação, portanto, que:

1- No Sistema Agroalimentar Hegemônico, a produção de gêneros alimentícios não são, de maneira geral, para alimentar humanos;

2- As condições materiais e as ocupações territoriais produtivas, não materializam e não expressam um ideário de produção de alimentos;

3- As ciências da alimentação e da agricultura, hegemonicamente expressam o conteúdo histórico-objetivo do modo de produção, não sendo, portanto, interessadas para corresponder às resoluções frente aos problemas da fome e da alimentação de qualidade, mas, sobretudo, são ferramentas e instrumentos de busca de mecanismos para a valorização do capital;

4- O alimento é mercadoria e, portanto, incorpora cada vez mais relações de trabalho (exploração) e tecnologia tanto nos processos de produção, como em seu próprio “*corpus*” efetivando um grande sistema de controle exógeno;

5- Gigantescos investimentos em *marketing* em vista a ‘supra’ valorização dos produtos industrializados (através dos meios de comunicação e embalagens), e desvalorização dos produtos *in natura*, bem como a destruição sistemática dos hábitos alimentares;

6- Cada vez mais esses processos de industrialização, buscam homogeneizar os gostos, a produção, a oferta e os acessos;

7- Reservas alimentares naturais, como por exemplo, a grande riqueza marinha e a possibilidade de cultivo de seres vivos em águas doces e salgadas, ainda são bloqueadas à população, tendo em vista que há a concentração do poder do capital e também em certa medida, há ainda a necessidade de avançar no conhecimento das possibilidades de exploração e da qualidade dos alimentos daí advindos fora da lógica mercadológica; entre outros aspectos.

E, considerando a crise estrutural do modo de produção – como vários autores já anunciaram e continuam a destacar – e a perspectiva da luta de classes em questão, o complexo destrutivo da força de trabalho global que se tem observado, o problema da fome e da produção de alimentos deve ser colocado no debate em alta intensidade e com profunda radicalidade, fundamentalmente, porque os danos da perversidade lógica incidem de maneira prática nos trabalhadores do Campo e da Cidade. A fome crônica e a fome oculta fragilizam e colocam o trabalhador nas condições ideais para que uma série de doenças possam desenvolver, como nos alerta Macedo,

[...] dentre elas (Angelis, 1999; Castro, 1965, 1965<sup>a</sup>; Ziegler, 2013) a anemia, por falta de ferro; a cegueira, por carência de vitamina A; o beribéri, decorrente de pouca ingestão de vitamina B; o escorbuto, por falta de vitamina C e, em crianças, tal carência causa raquitismo; o bócio, pela ausência de iodo; entre outros micronutrientes, tais como o ácido fólico e o zinco. (MACEDO, 2015, p. 314).

O que se tem, no entanto, é que enquanto o alimento for produzido como mercadoria e tratado como objeto de lucro, a ‘Insegurança Alimentar’ integrará a vida social. O abastecimento à indústria e o comércio de alimentos estão no cerne do principal objetivo da produção de alimentos sob os imperativos da lógica de mercado (quimização e industrialização). No mesmo processo, enriquece e fortalece a indústria farmacêutica e das tecnologias de quimização da agricultura.

É neste sentido que, tendo em vista o momento histórico e a totalidade concreta em movimento e em funcionamento, entendemos que os processos de Formação Humana e a luta social, é que poderão garantir as condições para que a Soberania Alimentar seja socialmente referenciada e inscrita como estratégia de um processo transformador em direção à República do Trabalho.

### 1.3 O Sistema Agroalimentar mundial

A afirmação da Soberania Alimentar pressupõe a negação e superação do atual Sistema Agroalimentar. Os debates e construção teórica acerca do Sistema Agroalimentar trazem conceitos e interpretações que nos ajudam a compreender a sua evolução bem como suas principais características atuais<sup>47</sup>. Considerando o momento histórico atual a análise do

---

<sup>47</sup> Nesta tese trabalharemos prioritariamente com o conceito de Sistema Agroalimentar (SAGE, 2011; PAULA, 2017; PEREZ-CASSARINO, 2012), pois devemos tomar atenção sobre a multiplicidade de interconexões e interligações entre o que consumimos como alimento e como isso afeta os recursos da terra. Assim, frente os grandes desafios de nossa época de crises climáticas, agrária, alimentar, como o Sistema Agroalimentar contribui para essas crises, ao mesmo tempo em que se torna um setor vulnerável, frente essas crises (SAGE, 2011), cotejando e incorporando, por vezes, com o entendimento e/ou abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares – trazido pelo conceito de ‘regime alimentar’ (FRIEDMANN, 1987; MCMICHAEL, 2017), impérios alimentares (PLOEG, 2008), tendo em vista que são complementares e fundamentais para a análise. Vale destacar que McMichael trabalha com o conceito de “Regime Alimentar” e não sistema Agroalimentar como dou ênfase nesta tese. Contudo, cotejando os sentidos, nota-se que a expressão fundamental é a mesma em ambos os conceitos. De acordo com McMichael (2016, p. 215), “Regime Alimentar: estruturação político-econômica de comércio internacional de produtos alimentícios que atende as dietas diferenciadas por classe social e projeta poder hegemônico”. De acordo com Girardi (2016, p. 1) no prefácio à edição brasileira da obra de MCMICHAEL (2016), destaca que “Regime Alimentar é o principal instrumento analítico que o autor utiliza na sua argumentação. Esse conceito compreende o ‘modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais por meio da mercantilização’; ‘não se trata apenas do alimento em si, mas da política das relações alimentares’ e suas ligações com a ordem mundial e períodos de acumulação definidos. Segundo as postulações de Friedmann (1993) retomadas por McMichael, ‘o conceito de regime alimentar define uma ordem mundial capitalista regida pelas regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em escala mundial’. **Em suma, regime alimentar refere-se à forma como**

Sistema Agroalimentar [‘corporativo’], sob a perspectiva da totalidade, possibilita compreender como ocorre a articulação das diferentes dimensões imbricadas e como as

---

**os alimentos são utilizados em escala global para o processo de acumulação**”. (*Grifos em negrito meus*). De acordo com MCMICHAEL (2017, p. 13) “O Conceito de ‘regime alimentar’ foi um resultado de seu tempo: política nacional de regulação em declínio e ‘globalização em alta’. **A análise de regime alimentar combinou o conceito de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1974) com o de regulação da acumulação de capital de Michel Aglietta (1979)**, situando a ascensão e o declínio das agriculturas domésticas no âmbito da história geopolítica do capitalismo. Não se tratava apenas do alimento em si, mas da política das relações alimentares. Segundo uma definição inicial, o regime alimentar associava ‘as relações internacionais de produção e consumo de alimentos a fórmulas de acumulação que distinguem de modo genérico os períodos da transformação capitalista desde 1870’ (Friedmann; McMichael, 1989, p. 95)” (*Grifos em negrito meus*). O conceito de ‘regime alimentar’ foi formulado por Harriet Friedmann (1987), tendo com base uma pesquisa que realizou acerca da ‘ordem alimentar internacional’ após a Segunda Guerra Mundial, onde foi possível perceber e “demonstrar graficamente a ascensão e o declínio do programa norte-americano de ajuda alimentar como arma geopolítica durante a Guerra Fria (...)” (MCMICHAEL, 2016, p. 16). Com isso, a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares trabalha com três períodos históricos que ‘tipificam’ e constituem substancialmente esses regimes alimentares: o **primeiro regime alimentar** estava centrado na Grã-Bretanha (1870 – 1930) e estava assentada na relação entre as colônias e as nações da Europa, onde as colônias enviavam produtos tropicais, grãos básicos e produtos pecuários para o abastecimento das classes industriais europeias emergentes. Uma das práticas também, por parte da Grã-Bretanha, foi a terceirização para as colônias da produção de gêneros de primeira necessidade explorando fronteiras do solo virgem do ‘Novo Mundo’ (MCMICHAEL, 2016); o **segundo regime alimentar** esteve centrado nos Estados Unidos (décadas de 1950 – 1970). De acordo com MCMICHAEL (2016, p. 19) “[...] redirecionou os fluxos de alimentos (excedentes) dos Estados Unidos para seu império informal de Estados pós-coloniais estratégicos no perímetro da Guerra Fria. Os excedentes alimentares eram resultantes de políticas agrícolas subsidiadas, impulsionando um programa de apoio a alimentos de baixo custo que subsidiava o trabalho assalariado em nações selecionadas do Terceiro Mundo, garantindo lealdade anticomunista e mercados imperiais. Estados desenvolvimentistas internalizaram o modelo norte-americano de agroindustrialização nacional, adotando as tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para refrear a inquietação dos camponeses e estender as relações de mercado no campo. Enquanto isso, o agronegócio esmerava-se em criar vínculos transnacionais entre setores agrícolas nacionais [...]”; o **terceiro regime alimentar é denominado de corporativo** (1980 – 2000) e “[...] aprofundou esse processo, incorporando novas regiões às cadeias de proteína animal (por exemplo, Brasil e China), integrando cadeias de suprimento diferenciadas a uma ‘revolução do supermercado’ (Reardon et al., 2003) e subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados –, para suprir dietas de classe bifurcadas. O *dumping* de excedentes de alimentos subsidiados pelo hemisfério norte (como grãos, leite em pó e partes proteicas de animais) intensificou-se sob as regras de liberalização da OMC, desapossando agricultores ‘ineficientes’, gerou grande contingente de desalojados vivendo em favelas e estimulou um movimento de protesto global de agricultores, pescadores e criadores de animais e trabalhadores sem terra” (MCMICHAEL, 2016, p. 19 – 20). Este grande movimento referido pelo autor é o movimento pela Soberania Alimentar. Em relação aos ‘impérios alimentares’, de acordo com PLOEG (2008, p. 255; 279) “Por todo o mundo estamos testemunhando a emergência de um novo e poderoso modo de ordenamento que implica uma reestruturação generalizada do mundo social e do mundo natural. Tal como Hardt e Negri (2002), Howe (2002), Chomsky (2005), Stiglitz (2002, 2003) e outros, me refiro a esse modo de ordenamento e às formas de governança a ele associadas como ‘Império’. Em termos político-econômicos, a emergência do Império é fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de maiores fluxos de capital por todo globo. Os elementos centrais do Império como forma de governança são o controle e a apropriação. De acordo com Hardt e Negri, o Império é ‘um aparelho descentralizado e desterritorializados de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas em expansão (2000, p. xii)’. Consequentemente, a criação de controlabilidade é central para o Império como modo de ordenamento. Isso requer frequentemente um reordenamento generalizado do social e do natural. [...] o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e auto-governados (ou ‘espaços auto-governados’, como coloca Friedmann, 2006, p. 464) e os reúne para assegurar a controlabilidade e a explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um ‘não-lugar’. A única relevância do local é que ele representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas. [...]. O Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados”.

atividades e ações locais se inserem numa dinâmica sob o imperativo das demandas globais, acenando nesse processo as suas contradições materiais e sociais que compõem a ‘ordem’ sistêmica alimentar atual. Como destaca Paula (2017, p. 21):

[...], o aspecto mais desafiador na **análise das estruturas globais inerentes ao sistema agroalimentar se refere às suas próprias contradições na medida em que sua complexidade produtiva e tecnológica que conecta diferentes mercados e sociedade não evita situações de fome e subnutrição**. Ou seja, sintomas de insegurança alimentar persistem, não mais local ou conjunturalmente, mas como manifestações da mesma dinâmica que caracteriza esse sistema. (*Grifos meus*).

A centralidade de análise dada a este item, está na tentativa de demonstrar que a [“ordem” agroalimentar global]<sup>48</sup>, com seus imperativos econômico-políticos impõem uma dinâmica que influencia – sobre vários aspectos – na direção e no sentido de transformações, tanto das estruturas agroindustriais no interior das nações, quanto no direcionamento político desses processos. Neste sentido, na perspectiva de totalidade,

Por sistema agroalimentar podemos entender o conjunto de atividades que se integram visando ao cumprimento da função da alimentação humana. A forma mais adequada para a compreensão dos sistemas agroalimentares é entendê-las de maneira articulada, observando as interconexões entre os diferentes setores que o estruturam. Neste sentido, não é possível isolar ou desagregar uma etapa da outra para compreender como se dá o processo alimentar, mas é necessário observar as inter-relações que são desde a etapa básica da produção agrícola ou pecuária até a venda e distribuição dos produtos (SOLER, 2009). (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 74).

O pressuposto é que para compreender o Sistema Agroalimentar, devemos levar em consideração de que há estreita relação entre transnacionais ou grandes corporações multinacionais que compõem a cadeia de interconexões e integração da produção de alimento com o fenômeno da fome – ou seja, a fome e outros problemas interligados, são resultantes do mesmo processo – dada a lei básica do modo de produção e reprodução do capital incidindo na efetivação do ‘desenvolvimento desigual e combinado’<sup>49</sup>. Como verificaremos, com o predomínio da empresa multinacional sendo o ator/fator fundante da economia, todos os processos de produção econômica adquirem o caráter mercantil e mercadológico.

<sup>48</sup> É importante destacar que do ponto de vista conceitual, a literatura privilegia um sentido de ‘ordem’ sistêmica. Contudo, nas condições materiais e políticas, poderíamos muito bem trabalhar com a ideia de uma “desordem” agroalimentar global. A ‘ordem’ dos princípios hegemônicos incide na ‘desordem’ dos processos que atingem as relações sociais, como destaca Paula (2017, p. 17) que “A sinergia entre os mundos real e fictício redefiniu, assim, a dinâmica do sistema agroalimentar, intensificando instabilidades no mercado de alimentos e agravando situações de insegurança alimentar”.

<sup>49</sup> Acerca do ‘desenvolvimento desigual e combinado’ veremos mais elementos no próximo Capítulo ‘Produção no Campo e Concepções de Políticas: Agronegócio, Campesinato e as condições materiais na/para a produção de alimentos’.

[...], no contexto do capitalismo industrial, a alimentação assume uma expressão mercantil por excelência, e como tal um ato monetizado. Se por um lado tal metamorfose promoveu o alimento à condição de mercadoria, por outro o colocou no interior das relações sociais de produção em toda a extensão da economia. Além de aspectos tecnológicos, produtivos e comerciais, a crescente complexidade do sistema agroalimentar alcança a esfera global, envolvendo relações entre Estados-nação, estratégias competitivas de produtores e setores produtivos, e se tornando um campo específico de conflitos comerciais. (PAULA, 2017, p. 16).

As condições objetivadas nesse regime de funcionamento, estabelece o conjunto de ‘imposições’, numa relação binômica dominação-dependência, para as estruturas produtivas locais se engajarem e se inserirem em cadeias produtivas que as incorporam aos mercados globais. O resultado desse processo é o imbricamento das tendências de internacionalização dos capitais que chegam por ‘motivações objetivas’ da produção nos recantos mais longínquos, bem como da homogeneização e universalização de produtos que chegam ao consumo.

Nas extremidades das extensas cadeias de abastecimento alimentar, produtores e consumidores conscientizam-se cada vez mais do alcance global do sistema alimentar no século XXI (Patel, 2007). Os produtores, desde que firmam contratos com grandes empresas como migrantes ou trabalhadores da terra até pequenos agricultores espoliados em nome da eficiência do sistema alimentar global, sabem muito bem como seu trabalho, seus recursos e seus habitats suprem consumidores em toda parte. Estes últimos, abastecidos de hambúrgueres a bifes ao longo da cadeia alimentar global, cada vez mais se deparam com as disparidades entre um produto de procedência conhecida e outro de procedência desconhecida (Bové; Dufour, 2001). O modo como a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais é o tema do projeto de regime alimentar. (MCMICHAEL, 2016, p. 13).

E neste mesmo sentido também já denunciava Gliessman ao discutir ‘auto-suficiência e biorregionalismo’ sob a perspectiva da Agroecologia, de que:

Os sistemas alimentares locais estão rapidamente conectando-se a um sistema alimentar global gigantesco. Ainda que esta tendência traga benefícios tem, também, muitas consequências negativas para a sustentabilidade da agricultura. Um dos problemas principais é que a produção e a distribuição global de alimentos requerem grandes quantidades de energia para transporte. Talvez mais significativo, porém, seja o fato de que um sistema alimentar global pode ajudar criar condições que exacerbam o problema da desigualdade e corroem agroecossistemas tradicionais sustentáveis em todo o mundo. (GLIESSMAN, 2001, p. 606).

É, devido a estes aspectos que temos a superprodução de gêneros agrícolas, de alimentos, convivendo com a miséria e fome nos diversos lugares e que há décadas vêm sendo denunciadas.

As empresas globais (transnacionais), é preciso dizer, agravaram de três maneiras o problema da fome mundial. Em primeiro lugar, contribuíram para a concentração da renda e a eliminação dos empregos. Em segundo, através do controle crescente da terra arável nos países pobres (...). Por último, o controle da ideologia pelas

companhias através da publicidade contribuiu para mudar de forma infeliz os hábitos dietéticos dos pobres. (BARNET; MÜLLER, 1974, p. 182).

A centralidade que adquire os grandes investimentos em vista ao mercado de alimentos, em escala global – acompanhado de vários outros aspectos, tais como: a flexibilização das relações de trabalho e sistemas de produção, capital especulativo – causam o processo de desestruturação dos sistemas locais de produção e possibilita o avanço dos grandes grupos corporativos, dominando governos e organizações locais<sup>50</sup>. É a materialização do regime econômico, e por consequência alimentar corporativo, onde as funções dos Estados-Nação, são correspondentes a esses interesses e, portanto, reduzidas a de ‘gestor’ de políticas públicas e de colocar a máquina estatal como suporte e apoiador para a ação do capital empresarial e financeiro. É com base nesses pilares e precedentes que temos hoje das Cem (100) maiores economias do mundo – ao ser comparada a receita bruta das empresas com o Produto Interno Bruto (PIB) dos países, em torno de Cinquenta e duas (52) são Estados-Nação e em torno de Quarenta e oito (48) são empresas multinacionais (grandes corporações).

Com esses dados, enxergamos que a ‘Soberania dos povos’ é mera peça retórica e o que há de fato é a soberania do mercado, transformando todas as pessoas em potencial para o consumo, inclusive no que diz respeito à alimentação (produção e acesso) passa a ser cada vez mais regulada, por essa lógica<sup>51</sup>. Ou seja, produz-se fundamentalmente o que é correspondente a esses critérios, e as possibilidades do consumo pelas pessoas estão dependentes desses interesses. Temos, portanto, com o desenvolvimento de monocultivo para o mercado global, a diminuição cada vez mais de algumas potencialidades que seriam fatores de autosuficiência alimentar e, por outro lado, o aumento da dívida, interna e externa das nações.

A evolução desse modelo, com produção altamente concentrada e centralizada enfraquece e destrói sistemas diversificados e descentralizados de produção, chegando a interferir nos elementos básicos, como a produção de alimentos para a subsistência, que em algum ou outro lugar ainda se fez ou se faz presente. Cada vez mais, vemos que, no processo de integração está a materialização das desigualdades regionais e a retirada das condições

<sup>50</sup> De acordo com Paula (2017, p. 15), “[...] as relações socioeconômicas e mercantis estabelecidas em torno do alimento, passaram a repercutir, cada vez mais, tendências mundiais de comércio e investimento moldados por um aparato regulatório inacabado, assim como a propagação de padrões de consumo estimulada pela integração dos mercados e pelo protagonismo das grandes corporações multinacionais. As implicações desse processo vieram à tona mais visivelmente no início deste século, no contexto da crise alimentar que agravou severamente o quadro de insegurança alimentar e nutricional em escala mundial”.

<sup>51</sup> Tendência ascendente em fortalecer cada vez mais, o movimento de deslocamento entre a produção do alimento e o seu consumo.



materiais e culturais para o desenvolvimento e/ou fortalecimento de alternativas em construção. Desse modo,

[...]. Se em uma sociedade tradicional e culturalmente mais fechada esse processo era estritamente localizado, em uma sociedade moderna e contemporânea, já não há delimitação de espaço nem de tempo. **Os alimentos tornam-se mercadorias e, como tais, são tratados, buscando a sua durabilidade, sua desterritorialização, apropriando-se do seu caráter “natural” e substituindo-o. A técnica e a ciência a favor da industrialização da natureza e dos modelos econômicos e políticos tornam-se interventoras, mediadoras, e compõem vários elos que distanciam o consumidor daquilo que consome, o produtor daquilo que produz,** transformando-os ambos, consumidores e produtores, num sistema abstrato e com mútuo desconhecimento. (TRICHES; SCHENEIDER, 2015, p. 8, (*Grifos meus*)).

Os controles corporativos além de estabelecer metas e procedimentos, arquitetam e difundem a lógica que devem ser seguidas por todos níveis da atividade produtiva dos alimentos<sup>52</sup>. Há nessa lógica a predominância do entendimento de que é o mercado quem deve controlar e definir os preços dos alimentos. A forma estrutural para isso é a determinação e definição da função de organismos multilaterais como o caso da Organização Mundial do Comércio e do Acordo sobre a Agricultura, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Além desses aspectos econômico-políticos soma-se outros mecanismos de controle que expressam a perversidade desse processo na esfera produtiva que é aplicação de diferentes mecanismos que possibilitam e potencializam o controle do patrimônio genético e a expropriação do conhecimento desenvolvido e socializado por milênios pelos camponeses e povos tradicionais. “[...]. Esta lógica se apoia em um saber técnico-científico produzido de forma centralizada e hierárquica e isolado de outras formas de construção do conhecimento e na privatização deste saber, mediante a concessão de patentes” [...] (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33). A dinâmica de reprodução do referido Sistema Agroalimentar articula a escala de uma agricultura global, escala local e atinge, portanto, uma escala ‘micro ‘celular’’, extremamente pertinente para o todo do processo desenvolvida pela biotecnologia, bioengenharia e a engenharia genética. Além, do desenvolvimento de tecnologias

---

<sup>52</sup> Dado às múltiplas dimensões da Soberania Alimentar somada ao caráter interdisciplinar da perspectiva analítica dos regimes alimentares, estes expõem sobremaneira o tensionamento entre o local e o global nas disputas de poder, de condições objetivas internas ao Sistema Agroalimentar e por esta razão incidentes aos sistemas locais de produção. Esse processo é constituído por e constituinte de geometrias de poder que incidem na ocupação do território e nos ajustes espaciais interessados nesse processo de disputa que ensejam nas relações de forças que se manifestam entre as classes sociais. O Capítulo seguinte trará a discussão – permeando a maioria dos itens – que demonstrará estes aspectos e como isso ocorre no Campo.

correspondentes, destravam formas de controle dos trabalhadores e outras que adentram às formas e ao arcabouço jurídico nos Estados-Nação<sup>53</sup>.

Dado a complexidade do Sistema Agroalimentar – sobretudo nas suas estratégias em produzir para aumentar seus lucros –, no que tange produção e distribuição de alimentos, as pessoas de modo geral, consumidores, acabam por conhecer apenas os elementos terminais dessa cadeia produtiva. Ou seja, hegemonicamente se conhece o local de distribuição e os produtos, já industrializados<sup>54</sup>. Dessa forma, o supermercado (como elemento representativo dessa lógica) torna-se o espaço físico e simbólico onde o alimento ganha concretude para o cidadão e a partir deste espaço se cria o imaginário que estimula as demandas e (re)molda hábitos de consumo (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33). Vemos, portanto, que “Em termos de vinculação entre produção e consumo, as cadeias transnacionais de produção criaram um aumento de divergências entre a demanda de alimentos e a produção local” (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 8). Desse modo, compromete as frágeis formas e autonomias locais e, fundamentalmente, as coloca sob os desígnios e controles do mercado, onde as questões relacionadas à alimentação passam a ser em condições políticas e econômicas com alto grau de desigualdade.

O grande interesse das transnacionais de alimentos em se instalarem nos países do Terceiro Mundo não é somente uma estratégia para controlar a produção, a comercialização e a monopolização das técnicas agrícolas e dos insumos (defensivos agrícolas, fertilizantes e sementes selecionadas). Três outros fatores, abundantes e baratos, as atraem: a mão-de-obra<sup>55</sup> [...], as matérias-primas e a terra<sup>56</sup>. (ADAS, 1988, p. 59).

Esse processo de desenvolvimento econômico desigual e combinado constitui a lógica das relações e da cultura como expressão monetária, financeira de todas as formas de

<sup>53</sup> Elementos dessa problemática serão trabalhados adiante no item 1.3.2, O Sistema Agroalimentar e os ‘riscos’ das manipulações: dominação e redução do ‘Patrimônio Genético’.

<sup>54</sup> Partindo desses elementos é que temos hoje a política por parte das grandes empresas alimentícias em colocar no mercado através de seus produtos, a possibilidade de rastreamento do movimento, das transações, desde a origem até o local de venda desse produto. É uma estratégia de resposta, ou reação do mercado, frente aos questionamentos e proposições acerca das possibilidades de encurtamento dos circuitos e maior aproximação entre produção e consumo e sobretudo da indicação do fortalecimento da produção local. Essa política de rastreamento, ao meu entendimento, nada mais é do que colocar à disposição do consumidor apenas a impressão de que este está mais próximo da origem do alimento, mantendo assim, a dinâmica do processo baseada na falsa “soberania do consumidor”.

<sup>55</sup> De acordo com Adas, um trabalhador rural mexicano, por exemplo, custa em média um sétimo do salário pago a um trabalhador rural da Califórnia.

<sup>56</sup> De modo geral, nos países capitalistas pobres ou em desenvolvimento a terra tem sido usada como reserva de valor, mesmo frente à grande quantidade de pessoas famintas. A terra não é entendida como uma base, um “bem” que em sua natureza repousa a função social, é antes de tudo transformada em bem para a especulação. “A terra é um investimento para proteger o dinheiro contra a desvalorização, podendo o proprietário dela dispor quando lhe for conveniente, ou quando tiver necessidade de capital financeiro para investir em outros negócios. [...] É uma mercadoria de compra e venda cuja comercialização somente visa obter lucro, independentemente da existência de homens sem terra”. (ADAS, 1988, p. 58).

reprodução, e o consumo como o ápice da realização e satisfação humana. As relações que objetivam esta lógica, formatam o modelo de comportamento e a ação humana passa a ser com base numa escala de valores nascidos desse processo. O poder das transnacionais incidem tão fortemente no campo sócio-cultural e alimentar, que em um olhar de comparação, vê-se que algumas de suas orientações e decisões causam mais impactos sobre a sociedade e sobre as pessoas que muitas decisões e políticas governamentais. É o espírito do geral que se realiza e está implícito no espírito particular. Há, portanto, o exercício de poderosa influência sobre hábitos de alimentação e nas mais diferentes dimensões da vida social.

Em um mundo de contradições e contrassensos o deslocamento entre produção e o consumo de alimentos soma-se às contradições mais evidentes. Por um lado, as décadas finais do século XX assistiram a formação de um sistema agroalimentar que logrou sua internacionalização e hoje influencia a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, chegando ao estágio de ditar dietas alimentares para amplos estratos da população [...]. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 3).

É neste sentido que Adas (1988, p. 61) destaca que é “comum ouvir dos executivos das transnacionais que ‘as empresas globais são agentes de mudança social, econômica e cultural’. Espalham por todos os cantos do mundo a ideologia do consumo, [...]”. Transforma-se, portanto, o poder do consumo em princípio fundante do *ethos* contemporâneo. No que tange à alimentação, devido à sobrecarga ideológica e receituários em dietas, por exemplo, temos consumidores confusos, sem clareza da qualidade dos alimentos e que acolhem, em sua maioria sem críticas, o que está disponível pelo sistema<sup>57</sup>. O que há é uma tendência padronização de uma dieta alimentar global com base no aumento de produtos processados. Isso caracteriza um processo de controle e manipulação de elementos e valores nutricionais dos alimentos que corroboram com as leis básicas e estratégias de reprodução e fortalecimento do Sistema Agroalimentar, portanto, para o regime alimentar corporativo atual.

Poderemos verificar a materialização dessa lógica, já demonstrado por Adas em seus escritos no fim da década de 1980.

A revista Terceiro Mundo, nº 78, no artigo com o título bastante sugestivo “Sorvetes para famintos”, mostra a penetração de transnacionais de alimentos na África, continente onde a fome atinge proporções catastróficas: “Novos mercados para sorvetes, salsichas e comidas congeladas fabricados na Inglaterra estão sendo abertos pela Unilever [empresa transnacional que, juntamente com a Nestlé, controla 25% da produção total das transnacionais de alimentos que operam no exterior] no

<sup>57</sup> Na atualidade, o que se tem visto é que o sistema hegemônico, desenvolve estratégias e receituários de modos de vida, onde os indivíduos se colocam passivos e fazem ‘escolhas’. O processo de globalização do fenômeno alimentar institui um processo de individualização das ações alimentares. É neste sentido que, no processo de consumo, rodeados de alimentos e saturados de informações, as pessoas demonstram confusões ao eleger os produtos alimentares. Desconfiança e confusão demarcam a identidade e a definição do ato de se alimentar no interior do processo moderno (MÉNDEZ; ESPEJO; 2014).

interior da Libéria e Serra Leoa. Atualmente, a empresa mantém freezers nas pequenas aldeias que possuem luz elétrica, para receberem os produtos congelados diretamente de Liverpool e Londres”. (ADAS, 1988, p. 60).

Perante a racionalidade do modo de produção do capital a maneira de controle dos processos que tem em vista a produção de alimentos, hegemonicamente não fogem à regra dos processos de produção de qualquer outra mercadoria. De posse do poder econômico, as grandes corporações acabam utilizando as melhores terras e condições favoráveis para expropriação de trabalho nos diversos países pobres ou em desenvolvimento, e, dessa maneira, a produção dos alimentos são destinados a atender a demanda – prioritariamente – da população de poder aquisitivo maior e em vista à exportação aos países e regiões mais desenvolvidos, dado que essas mediações acabam por materializar preços melhores e, por consequência, o maior lucro. No interior desta estratégia estão, por exemplo, a hierarquização das prioridades da produção e o seu destino, onde se verifica que diversos tipos de alimentação que são ricos em diferentes nutrientes, que poderiam ser usadas na alimentação humana, são colocadas no mercado em vista a atender às “necessidades” dos consumidores de poder aquisitivo mais elevado, servindo para a alimentação dos seus animais.

Vê-se, pois, que há uma enorme contradição. Enquanto milhões de crianças morrem de fome [...], gatos e cachorros são fartamente alimentados nos países do mundo desenvolvido. **Como disse Susan George, em seu magnífico livro *O mercado da fome*, “qualquer vira-lata rico ou um gato mimado é melhor cliente para a agroindústria do que um ser humano pobre”.** (ADAS, 1988, p. 61, (*Grifos meus*)).

Ainda, no terreno das demonstrações dessa lógica, no mercado mundial em torno de 50% da produção de grãos, e aproximadamente 34% dos produtos capturados pela pesca e transformados destinam-se à alimentação de gado.

As vacas europeias alimentam-se com o pescado do Peru e a soja do Brasil, enquanto nesses países latino-americanos pescadores e trabalhadores rurais padecem fome e desnutrição, e nós europeus não sabemos o que fazer com o excedente da indústria de laticínios. É a escola do mundo virado de ponta-cabeça, como diria Eduardo Galeano. Há uma ligação clara e concreta – embora não linear – entre a fome e a desnutrição no mundo e a alimentação excessivamente carnívora das populações ricas do Norte; e entre esta e a deterioração ecológica acelerada. (RIECHMANN, 2002, p. 205).

As desigualdades e assimetrias geradas nesse processo não são compreendidas em suas causas materiais e, portanto, não apreendidas no arcabouço organizacional político e social. Desse modo, o discurso hegemônico se encarrega de respaldar essa lógica como sendo uma forma determinada, automática, espontânea, irreversível e, portanto, determinista. Está subjacente a isso, o mascaramento de dinâmicas históricas de dominação de classe que se

materializam nos dias atuais e dessa maneira aprofundando cada vez mais as diferenças sociais.

No âmbito da questão alimentar, portanto, o atualmente proclamado Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), além de continuar sendo violado, tem trazido apenas algumas intervenções reformadoras e parciais, e, continua subalterno ao funcionamento e ao determinismo das leis que regem o mercado. Mesmo havendo seu reconhecimento pela FAO, e, também medidas legais em alguns países, como por exemplo o Brasil<sup>58</sup>, que aprova uma peça legal em 2010, esse direito reconhecido ao buscar colocar na prática, demonstra que há a necessidade de uma ruptura epistemológica e nos fundamentos organizacionais dos processos político-econômicos do Sistema Agroalimentar.

Este indicativo de intervenção e/ou regulação estatais, tem ocupado importante espaço nas pautas internacionais na tentativa de organizar protocolos que interfiram, de maneira equilibrada nesse processo, tendo em vista que, até pouco tempo, a produção, distribuição e transporte dependiam – e continuam a depender – essencialmente e exclusivamente do mercado. Temos de um lado alimentos como arroz, leite e trigo, – só para exemplificar alguns – inseridos como meros produtos e mercadorias, como já vimos, e por outro, a Bolsa (valores) de matérias primas agrícolas de Chicago (Chicago Commodity Stock Exchange – Chicago Board of Trade (Mercado de futuros)) definindo e fixando preços/valores diários dos principais alimentos. Sendo parte do sistema, temos, portanto, grandes corporações (sociedades) transcontinentais de ‘agro-‘alimentação’ e finanças que dominam as ações dessa bolsa<sup>59</sup>. Desse suporte em funcionamento já podemos concluir o que disso advém. Os preços elaborados e fixados diariamente são resultantes e correspondentes das artimanhas e especulações que endossam estratégias de endividamento, contratos a prazos com empresas subalternas, sistemicamente falando, e, fundamentalmente, uma organização piramidal, tanto das cadeias de distribuição, quanto na produção de derivados.

É a partir da apreensão dessa materialidade (a forma em funcionamento e suas contradições) e o crescente número de pessoas (vítimas) que passam fome e sofrem de subnutrição, que se insere no terreno das intenções da racionalidade estatal no mundo, de que não se pode deixar a distribuição da alimentação do mundo às regras de mercado calcada na ‘livre’ concorrência e ao jogo da demanda e da oferta em seu sentido clássico. Como já

---

<sup>58</sup> Trata-se da Emenda Constitucional nº 64, promulgada em 04 de fevereiro de 2010, em que altera o Artigo 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como um direito social, assim como os demais, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

<sup>59</sup> A exemplo da Nestlé, Unilever, Mondelez, Danone, Coca Cola, Associated British Food (ABF).

indicado em itens anteriores, há a conotação, portanto, de que a propagação da necessária ‘Segurança Alimentar e Nutricional’, representa o núcleo desse entendimento – tema que iremos abordar mais adiante com melhores detalhes.

De posse do entendimento que o movimento da realidade se dá pelo tensionamento das contradições, é que temos as condições analíticas que demonstram que o movimento antagônico desse sistema decorrente, institui nessa totalidade práticas que também reconfiguram o Sistema Agroalimentar, como veio a chamar Friedmann (2005) de um processo de ‘esverdeamento’ do capitalismo. É a partir desses aspectos e de um conjunto de situações conjunturais<sup>60</sup> que coloca essa agricultura globalizada de alimentos, em tensão, pelas várias frentes, formas e experiências locais, que dia após dia, apesar das dificuldades vem se colocando perante a sociedade como alternativa.

Estes elementos é que dão as condições históricas ao debate sobre a garantia da Soberania Alimentar que vem sendo travado, onde se pressupõe a garantia dos trabalhadores terem as condições objetivas para poderem definir estratégias de produção e de consumo dos alimentos, mesmo sabendo que ainda, nos dias atuais, esses processos têm sido cotidianamente comprometidos pelo expresso domínio das grandes corporações na mediação dos elos e cadeias que compõem o Sistema Agroalimentar. Além de práticas que pela sua natureza resistem a lógica hegemônica, os trabalhadores e Movimentos Sociais tem se manifestado, não só pelo reconhecimento e resgate dos sistemas familiares de produção de alimento, mas, em um processo de mediação e travessia lutado por outras práticas de ‘relações comerciais’, como também, desenvolvido ações e processos com força material de transformação social. É no subjacente do hegemônico, globalizado, desigual e combinado, de ‘pensamento único’ que estão as efervescentes contradições, dadas as maneiras como estas imposições tentam se reproduzir.

No entanto, não são poucos os questionamentos e as críticas a essa visão de sociedade e essa forma de se pensar o desenvolvimento, seja no âmbito mais geral do processo de globalização hegemônico, seja no âmbito das preocupações em torno da qualidade da alimentação, não são poucas as vozes que apontam para a necessidade de novos caminhos [...]. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p. 33).

---

<sup>60</sup> O Sistema Agroalimentar ‘agroindustrializado’ que tem como um dos critérios a distância, materializa o aumento dos custos de produção e, além disso, a produção em massa padroniza os processos e os produtos. Apesar da força e da dominação, que representa esse processo, é a partir destas questões que um conjunto de movimentos e pequenos agricultores (de produção orgânica e agroecológica) têm as condições objetivas de colocar os seus produtos como alternativas – dado o critério da diferencialidade, como tipo de produto, tendo as bases e as relações sociais mais democráticas, além da qualidade. É a partir desses elementos que a condição histórica estabelece e afirma essas práticas e esses sujeitos sociais coletivos como agentes de transformação e que tem uma função bastante pertinente na reordenação das cadeias de abastecimento dos alimentos, e que, se inscreve como ações que fazem o movimento ao ‘contrário’ se comparado à lógica sistêmica do modelo hegemônico, tensionando-o.

É incontestável que o tema da alimentação (nas suas diferentes dimensões) ganha grande espaço nos debates e embates nestes últimos anos. As elaborações teóricas e análises de políticas relacionadas ao tema, tem a cada dia aumentado<sup>61</sup>. No limiar das crises econômicas do sistema, a questão da alimentação tem ocupado bastante atenção, como vimos por exemplo nos anos de 2008 e 2009, onde os relatórios apresentados pela FAO, constataram o aumento significativo no número de pessoas com fome e subnutrição, que chega à casa de 1 bilhão de pessoas<sup>62</sup> em pleno século XXI.

O Sistema Agroalimentar que se desenvolve sobre as leis objetivas sistêmicas e que por essa razão apresenta as contradições materiais e sociais, evidencia a partir dessa complexidade, que há uma desconexão dessa cadeia de abastecimento com a produção e, sobretudo, com as formas de desenvolvimento (locais). As mudanças que ocorrem na relação entre produção e consumo,

[...] moldam e são moldadas por diferentes modelos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista que podem priorizar tanto a acumulação econômica, quanto o bem-estar social. Dessa forma, importa evidenciar que há uma hegemonia do Sistema Agroalimentar global que levou ao distanciamento entre quem produz e quem consome com drásticas consequências para ambos. **Isto gerou movimentos de crítica e contestação, que propõem novas relações de reaproximações entre estas esferas, dinamizando cadeias curtas de abastecimento alimentar.** (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 3 – 4 (*Grifo meu*)).

Os processos contestadores (tanto nas pautas políticas, quanto nas práticas de produção e sociais, e de certa forma através de uma série de experiências) frente ao Sistema Agroalimentar trazem o elemento novo de que este, não pode ser compreendido se considerar apenas a dimensão produtiva e de transformação do alimento, e de igual forma, que o mundo rural seja explicado centrada apenas nas condições econômicas. O tensionamento dessa engrenagem, também passa pela revisão da forma do consumo. E neste aspecto, a efetivação desse horizonte se dará por uma nova cultura.

[...] para entender estas mudanças é necessário que se concilie os estudos do consumo e da produção, considerando que ambos fazem parte de um processo dinâmico de transformações. Defendemos o argumento que a cultura de produção e a cultura de consumo não são “purificadas”, não são categorias separadas da vida

<sup>61</sup> Dado a importância da temática, a ampliação dos debates e das análises se inscrevem estratégicas e fundamentais, mas, por outro lado revelam uma inversão elementar, onde aquilo que deveria ser um ato/fato humano vital, e um conhecimento desinteressado, torna-se um fato social e que, por essa razão, torna-se passível de análise sociológica.

<sup>62</sup> Numa perspectiva histórica, a partir dos dados da FAO-2009, vemos que esse número representou elevação nos números acerca da fome em termos proporcionais ao total da população. Em números absolutos essa tendência já havia sido apontada. Demonstra, portanto, tendencialmente que sem o processo de intervenção estatal, em que regulação continue a se dar prioritariamente pela lógica de mercado, a realidade da fome e da falta de acesso aos alimentos cada vez mais podem piorar.

social, mas uma constitui a outra (Goodman e Depois, 2002) [...]. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 4).

A relação dialética entre a produção de alimentos e a constituição do consumidor real – aquele que efetivamente consome – tem possibilitado vislumbrar algumas alternativas, que em certa medida, incitam a instituição e a institucionalização de novos parâmetros para um novo ‘Sistema Agroalimentar’, onde no consumo se busca novas dinâmicas e políticas de segurança, e, sobretudo, indica a necessidade de uma revalorização do local, do circuito curto e, portanto, da qualidade dos alimentos. São noções e apontamentos que tem contribuído para a constituição de novas relações entre o Campo e o urbano. É neste sentido que Triches e Schneider (2015, p. 7) destacam que é importante “[...] compreender este que é ao mesmo tempo cotidiano, mas também complexo ato de se alimentar, como determinante e determinado pela sociedade e como central nos rumos que se pretende para o desenvolvimento”. Ou seja, será através de uma compreensão mais abrangente sobre a função da alimentação, que teremos as condições teórico-conceituais de pensar os processos de desenvolvimento para o Campo, mesmo que partindo do estado atual, demarcado pelos Sistemas Agroalimentares, bem como, com as tendências e novas configurações.

Vemos que a lógica hegemônica prepara a “identidade do consumidor” e luta para mantê-la em condição dependente, haja visto que, não é interessante e nem estratégico para o sistema hegemônico, que se tenha um consumidor consciente e propositivo, sobretudo, se estes posicionamentos forem constituídos a partir da compreensão sob a perspectiva histórica em processo. Em outras palavras, na racionalidade sistêmica, o consumidor é para consumir e não para constituir correlações entre os processos mediatos que compõem a ato de se alimentar.

Considerando a perversidade da lógica (ainda hegemônica), mas também as contradições, que tem sido tensionadas no sentido de superação desse processo é que, destaca-se alguns elementos que deveremos levar em consideração: 1- há, portanto, uma unidimensionalização de valores e a incidência dessa questão na cultura local, seja nos hábitos alimentares, quanto em outras dimensões da vida social; 2- as transformações objetivas em suas contradições materiais, bem como o feito do sistema em transformar o alimento e o ato de se alimentar em mercadoria, transforma-os em questão política e econômica que provoca reações e mudanças na relação produção-consumo e, por consequência exige melhores condições teórico-metodológicas e processos de Formação Humana que possam apreender essas questões; 3- tendencialmente, quando se trata de compreender a questão em torno da alimentação, temos no terreno da análise uma separação entre produção e consumo. É neste



sentido, que se chama a atenção para a necessidade de demarcar uma análise que envolva a totalidade concreta, tendo em vista que a problemática da questão alimentar [que envolve o alimento, nas suas dimensões materiais e culturais] não é suficientemente compreendida e apreendida apenas pela análise de produção e consumo, ainda que isso faça parte da questão.

As possibilidades de garantia de Soberania Alimentar estão diretamente ligadas às condições objetivas e socioculturais, dos trabalhadores definirem as estratégias no âmbito da produção, do armazenamento, do consumo e da circulação, além do corolário necessário que envolva as Políticas Públicas e de Formação Humana. Como demonstrado, na atualidade estas dimensões encontram-se fortemente controladas e, portanto, comprometidas devido esse extraordinário poder de dominação desenvolvido pelas grandes corporações sobre os diversos ‘elos’ que compõem o Sistema Agroalimentar.

### 1.3.1 O Sistema Agroalimentar: sintomas e crises

O presente item antecipa algumas questões centrais que serão trabalhados ao longo da tese. Concordando com Ploeg (2008, p. 26) independentemente da “sua localização temporal e espacial, a **agricultura** articula-se com a *natureza*, a *sociedade* e as *perspectivas e interesses daqueles que estão diretamente envolvidos nela*<sup>63</sup>” (*Grifos em negrito e itálico, meus*). Neste sentido, a partir do entendimento do autor, no imbricamento desses eixos e processos, se houver alguma desarticulação ‘mais ou menos crônica’ com um desses eixos há a instalação de crise. Dado a esses fatos e as características fundamentais de como vem ocorrendo o processo de reprodução do capitalismo no Campo, estamos frente a uma “crise agrária”<sup>64</sup>.

A ideia “clássica” de crise agrária centra-se nas inter-relações entre a organização da produção agrícola e os interesses e perspectivas daqueles diretamente envolvidas nela. Este é o tipo de crise que, ao longo da história, tem impulsionado lutas massivas de camponeses e, muitas vezes, a reforma agrária. Contudo, o ser humano testemunhou também (especialmente em tempos recentes) crises agrárias relacionadas com a forma como as práticas agrícolas e de subsistência se inter-relacionam com a natureza. Quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise “agro-ambiental”. (PLOEG, 2008, p. 27).

<sup>63</sup> Acerca deste último ‘eixo’ num esquema constante em seu livro, Ploeg chama de “Atores envolvidos”.

<sup>64</sup> O autor denomina isso de “A crise vindoura”. Obviamente, ao considerar o processo de reprodução do capital e os sintomas que estão aparecendo conduzem a concluir que essa tendência se materializará num futuro próximo.

As bases materiais, econômicas e de mercado nas quais assenta-se o Sistema Agroalimentar somado à inserção do alimento e da agricultura aos objetivos de acumulação, conduzem a diferentes crises estruturais e conjunturais combinadas, tais como: crise alimentar, crise energética, crise agrária e crise ‘agro-ambiental’. Veremos ao longo da tese análises que complementarão o anunciado neste item acerca dos sintomas e crises, tendo em vista que a evolução do Sistema Agroalimentar esteve, e está intimamente ligada aos imperativos da reprodução do capital a partir do crescimento e acumulação do sistema econômico hegemônico e que, portanto, necessariamente conduzirá à intensificação dos processos objetivos que levarão cada vez mais sistematicamente a essas crises<sup>65</sup>.

É importante destacar que a origem do conceito de Segurança Alimentar (e Nutricional) está intimamente ligado e tem a sua raiz histórica a partir de contextos de crises – sobretudo a partir da II Guerra Mundial –, quando pela falta de alimentos na Europa, as autoridades e organizações políticas mundiais começaram a se preocupar com a resolução do problema da fome, bem como, buscaram alternativas político-econômicas para que se garantisse quantidade e qualidade de alimentos em casos de crises.

Retomando a perspectiva e abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, [do conceito de regime alimentar], vemos que os momentos de transição de um regime a outro são também marcados por crises. Porém, as alternativas resolutivas são ‘intra-sistêmicas’. Encontra-se no escopo da busca de corrigir os ‘desajustes’ para manter e fortalecer as condições interessadas do movimento de acumulação<sup>66</sup>. A partir das elaborações de Friedmann (2009), Paula (2017, p. 33) destaca:

Esse conceito define a ordem alimentar em cada período, seus elementos estruturantes e os momentos de transição de um regime a outro, entremeada por crises e intervenções de novas ou pretéritas forças dominantes no interior do

<sup>65</sup> É importante demarcar que a Soberania Alimentar coloca em seu horizonte e ideário a superação dessas condições objetivas causadoras dessas crises. Por essa razão é dado centralidade e colocado em relevo as consequências negativas desta ordem, pois estas são os fatores materiais que contribuíram para o surgimento do conceito de Soberania Alimentar com o objetivo de construir processos de superação. É importante chamar a atenção do leitor desta tese e para esta tese, para que identifique no decorrer das discussões a presença desta intencionalidade.

<sup>66</sup> Considerando a perspectiva de totalidade, podemos compreender melhor esse processo com a contribuição de McMichael (2016, p. 102) ao destacar que, “Uma análise do regime alimentar permite identificar que o surgimento de uma crise agrária no Sul global resultou de sua decisão no Norte, sob a forma de um regime de ajuda alimentar mercantilista. E essa decisão é reveladora, pois expõe um ponto cego ecológico nas narrativas do capital – em dois sentidos. Primeiro, a projeção de Kautsky sobre crise agrária era econômica, assim descartando as ‘externalidades’ ecológicas que perseveraram na década de 1930, dando sentido ao conceito de ‘domínio de valor’, pelo qual agricultores movidos pela formatação de preço exauriram os ecossistemas. Segundo, a solução para o esgotamento da terra era a introdução indiscriminada de formas de ‘domínio biofísico’ (Weis, 2007) por meio de programas de *commodities* do New Deal norte-americano que instituíram a ‘petroagricultura’ (Walker, 2005) intensiva em energia, mascarando condições ecológicas subjacentes (e problemáticas). E esse modelo de conduta agroindustrial foi universalizado”.

processo de acumulação capitalista em nível mundial (...). Como afirma McMichael (2009) o sistema alimentar mundial é colocado numa perspectiva histórica, através da qual as transformações e crises alimentares são interpretadas à luz do papel crucial da agricultura e da alimentação no processo de acumulação de capital ao longo do tempo. Essa interpretação está inserida num escopo analítico mais amplo sobre o regime de acumulação que articula formas de competição, relações específicas entre capital e trabalho, regimes monetários e financeiros, e um padrão de inserção das economias nacionais no sistema mundial (Boyer, 2013).

Esses processos, dada a evidente crise estrutural do modo de produção do capital incide na conjunção de diferentes crises combinadas atingindo diversos setores da produção incluindo a alimentação. O uso intensivo de insumos químicos, fundamentalmente os fertilizantes<sup>67</sup> e agrotóxicos<sup>68</sup> – com aumento progressivo das doses [por hectare] –, incide na redução da diversidade [microbiana] do solo tendo em vista que esse processo causa o desaparecimento de micro-organismos que são fundamentais na revitalização do solo e de sua fertilidade (MARQUES FILHO, 2016). Isto demonstra que além de uma crise de produção, ambiental expressa que a crise alimentar não pode ser vista apenas pela diminuição da produção de gêneros alimentícios, mas também, pelas condições violentas em que são produzidos incidindo diretamente na sua qualidade nutricional e biológica.

A conclusão lógica desse processo combina degradação dos solos, dos recursos hídricos e passa a conduzir a anulação da ‘produtividade’ resultante das inovações tecnológicas desse modelo.

Segundo o *World Population Data* de 2010, a cada 24 horas 219 mil pessoas a mais devem-se alimentar. Nos 40 anos sucessivos à II Grande Guerra, a idade de Ouro do capitalismo, as sucessivas inovações tecnológicas permitiram aumentos na produção de grãos a taxas superiores ao aumento da população. Em 1950, o mundo produziu 250 quilos de grãos *per capita*. Em 1984, 339 quilos de grãos *per capita*, um pico jamais ultrapassado desde então, [...].

Desde meados dos anos 1980, não obstante o quase contínuo crescimento total da produção de grãos, a curva da produção *per capita* começa a declinar até atingir 304 quilos de grão *per capita* em 2004, 9% a menos que sua média histórica, sendo que

<sup>67</sup> Dominam o setor – fundamentalmente no Brasil, para o agronegócio – as multinacionais: a norueguesa Hydro/Yara, a Bunge/Fosfertil e a norte americana Cargill/Mosaic. “O Brasil é um país fortemente dependente do mercado mundial de fertilizantes, pois para suprir as necessidades do mercado nacional, em 2010, foi necessário importar 62,3% do volume consumido”. (OLIVEIRA, 2016, p. 470). As culturas que mais fazem uso dos fertilizantes, segundo o autor, são a soja, a cana-de-açúcar e o milho.

<sup>68</sup> De acordo com Oliveira (2016, p. 474 – 475) “No setor de agrotóxicos, no Brasil, há o domínio de mercado pela Bayer e Basf (alemãs), Cofco (Chinesa/suíça ex-Syngenta), DuPont e Dow Chemical que acertaram a fusão e criando a gigante de US\$ 130 bilhões, criando três negócios nas áreas de agricultura, commodities e produtos químicos, e a Monsanto (norte-americanas) e ChemChina (chinesa/israelense), que juntas, formam oligopólios privados de multinacionais estrangeiras na economia nacional. **O consumo mundial de agrotóxicos é de cerca de 2,5 milhões de toneladas e, o Brasil responde por mais de 300 mil toneladas (primeiro consumidor mundial).** Segundo o Sindag (sindicato das indústrias do setor) os herbicidas (38%) dominaram as vendas no Brasil em 2009, seguido pelos inseticidas (30%) e fungicidas (27%), que somaram juntos 95% dos US\$ 6,266 bilhões de dólares faturados pelo setor”. (*Grifos meus*). Mais informações acerca do uso de agrotóxicos no Brasil, ver BOMBARDI (2016), que pela utilização do recurso cartográfico nos permite visualizar as áreas em que se concentram os índices maiores de utilização de agrotóxicos e das diferentes consequências desse processo inerentes, como por exemplo, intoxicações, etc.

na África subsaariana ela caiu de 140-160 quilos *per capita* entre 1960 e 1981 para menos de 120 quilos *per capita* em 2004, algo próximo do limiar da morte por fome. De onde o fracasso da meta de redução da fome no mundo, estabelecida em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação (WFS) da FAO em Roma: [...]. (MARQUES FILHO, 2016, p. 166 – 167).<sup>(69)</sup>.

O movimento do real expressa na materialidade social foi sistematicamente demonstrando a ineficiência desses acordos e das proposições políticas. Tanto é que em 2002 chefes de Estado e de Governo admitiram que as metas colocadas em 1996, de reduzir pela metade até 2015 o número de pessoas subalimentadas, não seriam alcançadas<sup>70</sup>.

Tendo em vista que a partir de 1996 os dados e números gerais da fome e da subnutrição demonstraram que havia o aumento do número de pessoas e das situações de fome, em 2009<sup>71</sup> o Plano Alimentar Mundial (PAM) da FAO indica ‘um alerta vermelho’, sobretudo ao pensar no longo prazo – [em 2050] –, nas condições de alimentar e nutrir a população mundial. A crise alimentar existente tende a piorar. De acordo com FAO (2009)<sup>72</sup>, apud Marques Filho (2016, p. 168):

[...] a produção de alimentos (sem contar a produção usada para biocombustíveis) deve crescer 70%. A produção anual de cereais necessitará atingir 3 bilhões de toneladas, das 2,1 bilhões atuais e a produção de carne necessitará crescer 200 milhões de toneladas para atingir 470 milhões de toneladas.

Vemos, no entanto que:

Finalmente, existe a relação com a sociedade em geral, que se caracteriza, essencialmente, pela discussão sobre a quantidade e qualidade dos alimentos, embora essa não seja a única característica relevante. A atual proliferação de escândalos alimentares (sobretudo a BSE ou doenças das vacas loucas, e os protestos públicos após o refreamento de doenças animais como a febre aftosa, a gripe aviária, a peste suína e a febre catarral maligna) são a expressão das crises que estão emergindo no eixo que liga a agricultura à sociedade em geral. (PLOEG, 2008, p. 27).

De crises esporádicas e em certa medida isoladas (de setores específicos), temos objetivamente um contexto histórico que pela lógica em exercício, a cada momento ganha maturação, um desfecho material de crises (combinadas/interseccionadas) caracterizadas pela

<sup>69</sup> Nota minha: Chama-se atenção para o entendimento de que a produção de grãos simplesmente não expressa na íntegra a produção de alimentos se tomarmos a estrutura produtiva das *commodities* no Campo. Contudo, os dados trazidos por Marques Filho expressam sobremaneira a crise sistêmica, ou seja, a sua insustentabilidade e a sua incapacidade como real tendência, quando se trata da produção de alimentos e nos demais aspectos. Adiante na tese estes aspectos serão lapidados na interação entre os itens discutidos.

<sup>70</sup> Em novembro de 2009 na realização da Terceira Cúpula Mundial da Alimentação (WFS) – onde se reuniram mais de 60 países – firmou-se compromissos para buscar iniciativas para os primeiros passos que visaram diminuir o número de pessoas que sofrem fome, insegurança alimentar e subnutrição.

<sup>71</sup> No período de 12 anos entre 1997 a 2009 foi visível o aumento da fome no mundo. De acordo com os dados da FAO, Marques Filho (2016, p. 168) destaca que “No mesmo ano de 2009, o número de pessoas padecendo de fome ultrapassou 1 bilhão (1.020.000.000)”.

<sup>72</sup> Dados presentes no PAM. De acordo com Marques Filho (2016), “Cf. FAO – *How to Feed the World in 2050* (em rede)”.

soma de todos esses fatores que compõem os eixos com os quais se relaciona a agricultura [sociedade; natureza; atores envolvidos] que se articulam com a produção agrícola. Ou seja, uma crise agrária inevitável. De acordo com PLOEG (2008, p. 27):

Atualmente, e pela primeira vez na história, está se aproximando uma crise que: a- diz respeito aos três eixos mencionados [...]; se relaciona com a qualidade dos alimentos e com a segurança da distribuição de alimentos, com a sustentabilidade da produção agrícola, e está associada à negação generalizada das aspirações de emancipação daqueles que estão envolvidos na produção primária; b- é, pela primeira vez, uma crise global, isto é, seus efeitos são sentidos em todo o mundo; c- e, finalmente, essa crise agrária internacionalizada e multifacetada representa, cada vez mais, um nó Górdio, no sentido em que o alívio de um determinado aspecto, em um dado momento e lugar, apenas agrava a crise em outro lugar e em outros momentos e/ou a transfere para outras dimensões.

As crises combinadas (internacional e multidimensional (PLOEG, 2008)) são a expressão de nosso tempo e que colocam em evidência diferentes contradições. Como estamos vendo, a questão alimentar nessa lógica tem relação direta com as condições de desenvolvimento de uma nação [e dos povos de modo geral], tendo em vista que é uma necessidade básica. Porém, a tomada de decisão pelo poder político em debater e conceber propostas ‘resolutivas’ acerca da questão alimentar, tanto para os processos produtivos – para garantir a reprodução da força de trabalho –, quanto para a produção e reprodução da existência de modo geral, está pautada na busca de uma ‘convivência social numa relação saudável’ correspondente ‘aos ditames do sistema’. Para os processos de transformação social e superação da ordem hegemônica<sup>73</sup> e a constituição de outra hegemonia deve ser fortalecida a *práxis* da classe trabalhadora, que como vemos, aos poucos vem compondo a perspectiva da Soberania Alimentar.

### 1.3.2 O sistema agroalimentar e os ‘riscos’ das manipulações: dominação e redução do ‘Patrimônio Genético’.

Discutir Soberania Alimentar (ou Segurança Alimentar e Nutricional) sem fazer o debate acerca do desenvolvimento da ciência e das tecnologias sob a égide do capital, que incidem na dominação e controle dos recursos naturais, sementes, patrimônio genético, danos

<sup>73</sup> De acordo com Ploeg (2008) “[...] a ascensão do Império como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avanço do que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração ecológica e socioeconômica descuidada, se não mesmo através da degradação da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura. A industrialização implica a destruição do capital ecológico, social e cultural. Além disso, as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e dificilmente adequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização. Assim emergem contradições novas e imanentes”.

à diversidade genética e à biodiversidade, bem como, das consequências sobre a força de trabalho, expropriação de conhecimento tradicional [milenarmente acumulado e socializado], etc., expressa uma discussão insuficiente, incompleta, senão falha.

Eduardo Galeano ao fazer a crítica de que as gigantes da indústria química, petroleira, automobilística, entre outras, pagaram grande parte dos gastos da ECO 92 demonstra que as pseudo-preocupações são determinadas pela manutenção dos processos de acumulação. Insere-se inscrito nesse processo, como destaca o autor, o entendimento de que ‘entre o capital e o trabalho, a [ecologia é neutra]<sup>74</sup>’, ou está presumida e a disposição desses controles:

No grande baile de máscaras do fim do milênio, até a indústria química se veste de verde. A angústia ecológica perturba o sono dos maiores laboratórios do mundo que, para ajudarem a natureza, estão inventando novos cultivos biotecnológicos. Mas, esses desvelos científicos não se propõem a encontrar plantas mais resistentes às pragas sem ajuda química, mas sim buscam novas plantas capazes de resistir aos praguicidas e herbicidas que esses mesmos laboratórios produzem. Das dez maiores empresas do mundo produtoras de sementes, seis fabricam pesticidas (Sandoz-Ciba, Geigy, Dekalb, Pfizer, Upjohn, Shell, ICI). A indústria química não tem tendências masoquistas. (GALEANO, 2014, p. 328).

Entendemos que, dado o momento histórico e o lugar que essa tecnologia ocupa no mundo da produção – por exemplo, a aplicação das biotecnologias na agricultura –, é um tema de relevância altíssima, mesmo situado no escopo das correlações forças, que em última instância, delineiam o seu sentido e, fundamentalmente, a sua aplicação<sup>75</sup>.

Nunca antes a introdução de uma tecnologia foi acompanhada por um debate tão abrangente sobre as suas consequências. **Por um lado**, as plantas transgênicas são vistas como uma panaceia para muitos problemas contemporâneos: fome, má nutrição, o meio ambiente. **Por outro**, encontramos avaliações totalmente opostas: a difusão de plantas transgênicas entendida como uma ameaça à conservação e ao controle de recursos genéticos e como tal ao equilíbrio do ecossistema e à segurança alimentar de milhões de pequenos produtores; uma ameaça, também, à qualidade alimentar dos consumidores afluentes; e um golpe final do sistema de direitos exclusivos à sobrevivência do conhecimento tradicional e dos recursos genéticos como patrimônio comum. (FONTE, 2005, p. 1, (*Grifos meus*)).

<sup>74</sup> De acordo com o autor, a ‘militância ecológica não pode divorciar-se da luta social’, ou seja, “A ecologia neutra, que mais parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde comida sadia, água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles” (GALEANO, 2014, p. 328). O autor ainda destaca as consequências desse processo, como o elevado número de mortes nas lutas pela terra e pela ecologia, a expulsão dos camponeses do Campo e o inchamento das cidades (com todas as consequências de miséria e pobreza), portanto, a conformação de uma catástrofe ecológica - uma ecologia neutra. Essa “[...] catástrofe que não se pode entender nem alterar dentro dos limites da ecologia surda ante o clamor social e cega ante o compromisso político” (GALEANO, 2014, p. 329).

<sup>75</sup> Como destaca Carvalho (2003, p. 8 – 9) “Quase num susto para a maioria das pessoas que alimentava a crença de que o Estado estava a serviço de todos nós, percebeu-se, como fato consumado, que esse Estado havia sido explicitamente privatizado. Nesse processo de desmascaramento do caráter do Estado, a ciência e a tecnologia mostraram-se desnudas e nas mãos das grandes empresas capitalistas multinacionais. E num piscar de olhos da História, a biotecnologia, em especial a manipulação genética, foi privatizada. E com ela a geração e comercialização das sementes híbridas e transgênicas”.

O presente item analisa o papel desempenhado pela Biotecnologia Moderna e a Engenharia Genética nas estratégias de acumulação do capital no Campo e o que isso representa – fundamentalmente como linha limítrofe – frente a implementação do projeto societário inscrito na – e do qual faz parte a –, Soberania Alimentar<sup>76</sup>.

### 1.3.2.1 Elementos teóricos

A biotecnologia moderna é uma área de conhecimento e uma forma de intervenção sobre seres vivos numa relação imbricada – com intercâmbio substancial – entre ciência e tecnologia para desenvolver processos e produtos biológicos<sup>77</sup>. Integra esse processo estratégico – articulando também um conjunto de conhecimentos, a Engenharia Genética que desenvolve técnicas de manipulação e recombinação de genes<sup>78</sup>. É uma tecnologia inovadora por ‘potencializar’ métodos de produção tradicionais, mas, sobretudo por desenvolver ‘novos’ produtos, como o caso dos ‘Organismos Geneticamente Modificados’ (OGMs), conhecidos como transgênicos que vem sendo utilizados na agricultura e nos alimentos<sup>79</sup>. A literatura destaca que houve um ‘salto qualitativo’. Porém, este vem acompanhado de altos riscos –

<sup>76</sup> Para este debate, é importante trazer presente o entendimento de Marx, de que ‘a ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho’ (MARX, 2011). Porém sob a égide do capital, a ciência é um elemento substancial e tem contribuído no desenvolvimento de estratégias para a dominação da natureza e da classe trabalhadora no Campo. De acordo com GRACE, apud Riechmann (2002, p. 53) “*Uma definição simplista da biotecnologia poderia ser ‘mercantilização da biologia celular’*. [...] *Marcar gols ideológicos é algo que acontece mesmo em debates científicos, e quando há divergência na interpretação de dados é razoável que nos perguntemos quem paga pela pesquisa*”. São questões e problemas estruturais e, desta forma, grandes linhas limítrofes para o projeto que coloque em perspectiva os interesses da classe trabalhadora.

<sup>77</sup> Considerando o entendimento da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Organização das Nações Unidas (ONU) publicada por esta, biotecnologia é ‘qualquer aplicação tecnológica que utiliza sistemas biológicos, organismos vivos, ou seres derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica’ (AGROBIOBRASIL, s/d).

<sup>78</sup> “Em 1972, 1973 chega o desenvolvimento das primeiras experiências de engenharia genética bem-sucedidas” (RIECHMANN, 2002, p. 54).

<sup>79</sup> Não cabe no escopo deste item fazer um debate detalhado do processo de desenvolvimento das Biotecnologias modernas. Mas, é importante destacar que a partir da metade do Século XX os avanços no conhecimento, na técnica e na tecnologia que envolviam a biologia molecular possibilitaram um grande salto sobre as técnicas até então disponíveis. Com isso foi possível a compreensão das estruturas moleculares e, portanto, da ‘herança’ nos seres vivos. De acordo com Riechmann (2002, p. 54), aparece então “novas biotecnologias baseadas em técnicas originais, por exemplo, a ‘revolução do ADN recombinante’, [...]. Trata-se de técnicas como as seguintes: a- Mutagênese artificial, mediante alteração de genomas por irradiação ou meios químicos; b- Clonagem molecular de microorganismos, plantas e animais; c- Fusão celular, usada na produção de células capazes de gerar anticorpos que reconhecem determinadas moléculas (tecnologias dos hibridomas e anticorpos monoclonais); d- Cultivos de células e tecidos *in vitro*; e- ‘Bioengenharia’, e novos métodos de processamento biológico: fermentações industriais...; f- Técnicas de ADN recombinante ou ‘engenharia genética’, que permitem transferir material genético de um organismo vivo para outro mediante ‘recorte e colagem’, surgindo assim genomas (e organismos) artificiais que a natureza nunca teria conseguido produzir”.

[que veremos adiante] – que incidem no meio ambiente, nos alimentos, entre outros fatores. Ou seja, é um salto significativo, mas que traz em si uma ‘descontinuidade importante’<sup>80</sup>.

Neste sentido vemos que:

Embora os seres humanos tenhamos modificado ativamente a natureza ao longo de milênios, *nunca antes dispusemos de ferramentas para “redesenhar” a natureza com tanta rapidez e tão profundamente como permitem as biotecnologias modernas*. Sendo assim, afirmar – como repete maçantemente a propaganda das transnacionais do setor que dão voz a seus interesses – que não precisamos nos preocupar porque não há diferença entre cruzar duas variedades de trigo e inserir num tomate genes de um peixe, já que “*todos somos transgênicos*” e “*comemos genes desde sempre*”, é querer confundir as pessoas. (RIECHMANN, 2002, 55).

Concretamente é notável que há riscos nas manipulações, e além disso, a tecnologia de recombinação de genes é radicalmente diferente das biotecnologias tradicionais, que segundo Riechmann (2002), assenta-se em três razões básicas.

- 1- Os “biotecnólogos” das culturas camponesas tradicionais só podiam fazer cruzamentos de variedades ou espécies aparentadas; não podiam isolar material genético de um organismo qualquer e inseri-lo em outro. *Hoje, concretamente, foram derrubadas as barreiras ao intercâmbio artificial de material genético entre dois organismos escolhidos ao acaso*. A manipulação genética passa por cima das barreiras biológicas que separam as espécies, deixa de lado os mecanismos naturais de evolução e intervém nas interações gênicas naturais, até agora inacessíveis ao ser humano: trata-se de novidades históricas de primeira ordem. [...].
- 2- A tecnologia do ADN recombinante, ao permitir a introdução de genes estranhos num organismo, tem efeitos imprevisíveis sobre a sua fisiologia e sua bioquímica. No entanto, com frequência esses efeitos são nocivos (por exemplo, o desencadeamento de processos cancerosos).
- 3- As transferências de genes ocorrem por meio de *vetores* que apresentam quatro características de risco: a- Esses *vetores* derivam de “parasitas genéticos” como vírus, plasmídeos e outros elementos genéticos móveis, ADN parasitário com capacidade de invadir as células e inserir-se no genoma delas. Na manipulação genética de plantas, o vetor mais usado, deriva de um plasmídeo – indutor de tumores em vegetais – contido na bactéria *Agrobacterium tumefaciens* (ou bactéria da galha da coroa). Nos animais, os vetores mais comuns têm por base retrovírus; b- Os vetores são projetados para quebrar as barreiras entre as espécies, de maneira que possam transportar genes entre uma grande diversidade de espécies. A amplidão do leque de organismos hospedeiros resulta na possibilidade de muitos tipos de seres vivos serem infectados, e nesse percurso os vetores podem recolher genes de vírus de todas as espécies criando assim novos agentes patogênicos; c- Esses vetores costumam conter genes “marcadores” de resistência de antibióticos, que podem se

---

<sup>80</sup> A afirmação de que há uma ‘descontinuidade importante’ se dá por algumas razões: *primeira*, porque há afirmações, sobretudo no discurso hegemônico, de que há uma continuidade entre as biotecnologias tradicionais e as novas tecnologias de ADN recombinantes (RIECHMANN, 2002), já que desde que o homem passou a fazer agricultura e pecuária passou a fazer também ‘processos’ de melhoramento e, por certo que pode ser considerados processos biotecnológicos. Contudo, isto não é bem assim, tendo em vista que, com a Engenharia Genética, foi possível desenvolver processos e técnicas que nunca tiveram ao alcance do homem até então; e, *segunda*, porque nos métodos tradicionais era possível o melhoramento de espécies por ser possível fazer combinação entre espécies que a própria natureza aceita, no interior e respeitando as barreiras biológicas. Com as biotecnologias modernas é possível passar por cima das barreiras biológicas, incidindo em processos ‘violentos’ e forçados artificialmente. Neste sentido, não há continuidade como buscam defender os ‘tecnocentistas’ dessa tecnologia, mas descontinuidade por fundar um processo que rompe com os critérios, bases e alcance dos processos tradicionais.



transferir para outros organismos (entre outros, bactérias patogênicas). Isto provavelmente acelerará o aparecimento de resistências aos antibióticos, um problema de saúde pública que hoje já gera muita preocupação. [...]; d- Cada vez mais, os vetores são configurados para que desativem os mecanismos de defesa pelos quais as células invadidas degradam o ADN estranho. (RIECHMANN, 2002, p. 55, 56 e 57).

Estes aspectos incidem na ‘ordem’ do discurso e nos debates ‘tensionados’ acerca da temática<sup>81</sup>. Mesmo que verificado a diferença entre os processos tradicionais e os desenvolvidos pela biotecnologia moderna, os ‘tecnoentusiastas’ defendem que as mudanças procedidas pelas técnicas de ADN recombinantes, são, por sua ‘natureza’ mais previsíveis do que as anteriores, dado as possibilidades do controle dos processos e devido à ‘precisão’ da tecnologia. De acordo com um grupo de especialistas nacionais em biotecnologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1986, os riscos associados à aplicação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), devem ser avaliados da mesma forma que os riscos associados aos organismos naturais (RIECHMANN, 2002). Contudo, vemos que na atualidade há uma significativa literatura e significativos estudos e resultados – em nível internacional – a partir de procedimentos de pesquisas independentes que cada vez mais demonstram os riscos e as incertezas sobre os produtos e insumos resultantes da biotecnologia moderna.

### 1.3.2.2 A biotecnologia e a Engenharia Genética como técnicas e estratégias de controle e dominação do campesinato

Considerando a questão alimentar e o Sistema Agroalimentar como vimos discutindo, estes aspectos se tornam questões centrais. De acordo com Wilkinson (1989, p. 7):

---

<sup>81</sup> De acordo com Fonte (2005, p. 1 – 2) “Controvérsias neste campo não se dividem facilmente entre um eixo Norte/Sul ou entre expertos e leigos. Existe uma divisão política transatlântica entre os EUA (Estados Unidos) e a EU (União Europeia); uma divisão científica entre visões reducionistas e mais holísticas da ciência; e uma divisão institucional entre aqueles que acreditam que a privatização do conhecimento trará progresso científico e tecnológico e aqueles que defendem um ‘domínio público’ e um sistema de acesso livre e compartilhado de produção de ideias como infraestrutura imprescindível para uma sociedade de conhecimento mais diversificada e democrática”. Uma indicação importante também é referida por Bernstein “Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) são universalmente condenados pela Soberania Alimentar, mas podemos encontrar uma perspectiva mais flexível no trabalho inovador e minucioso desenvolvido por Jack Kloppenburg. Ao explorar o conceito de ‘Soberania da Semente’ como uma possibilidade programática na forma de um bem comum ‘protegido’ *versus* outro ‘livre’, ele aponta um público mais amplo do que os agricultores, especialmente cientistas progressistas do campo da botânica (que lançaram ideias sobre inovação, troca e multiplicação de sementes de ‘livre acesso’). Ele aconselha, ainda, repensar *as posições de repúdio em relação às técnicas e produtos da biotecnologia... a incapacidade de diferenciar a biotecnologia da biotecnologia corporativa levou, com frequência, ao empobrecimento do debate* em meio ao binário de utopias e distopias (KLOPPENBURG, 2010a, p. 381). A abordagem de Kloppenburg sugere uma perspectiva das tecnologias agrícolas que transcende o binário de ‘tradicional’ e ‘moderno’, ele próprio herdado dos altamente criticados paradigmas da ‘modernização’” (BERNSTEIN, 2015, p. 317 – 318).

[...] as biotecnologias, entendidas como conjunto de técnicas que permitem a manipulação de organismos vivos para fins produtivos, estão tendo impacto fundamental na estrutura do sistema alimentar. Pelo lado da oferta, elas são responsáveis por estabelecer novas relações tanto entre os diferentes setores alimentares como na organização internacional do sistema alimentar como um todo. Ao mesmo tempo, oferecem técnicas potencialmente geradoras de respostas mais flexíveis a padrões de demanda crescentemente influenciados por critérios científicos de nutrição, seja no nível da indústria de processamento, seja na forma da produção agrícola.

Torna-se evidente que se inserem como estratégicas no processo de reprodução e acumulação do capital, e que por essa razão, intercambiam e articulam diversas áreas da produção e, portanto, do conhecimento e dos produtos.

**A grande indústria de sementes e de agrotóxicos, de agronegócios e farmacêuticas, cada vez mais globalizadas, baseiam-se no roubo e na privatização dos recursos genéticos e do conhecimento coletivo dos camponeses e dos indígenas adquiridos através dos séculos.** Nas tendências atuais, **o processo de concentração empresarial em nível global**, as indústrias de processamento de alimentos e os grandes supermercados vão se apropriar finalmente de todos esses ramos industriais e, portanto, **de toda a cadeia de fornecimento de alimentos e medicamentos, controlando desde o “germoplasma” até os produtos finais de consumo**, conseguindo um controle sem precedentes em setores básicos para a sobrevivência de todo mundo. Esse controle se verá aumentado pelos sistemas de patentes e pelos efeitos de novas tecnologias. (RIBEIRO, 2003, p. 71, (*Grifos meus*)).

Ao tomarmos as grandes corporações privadas e estatais – o próprio Estado capitalista – que atuam nas áreas de sementes, alimentos, insumos agrícolas, etc., vemos que estas defendem que as manipulações através das biotecnologias são feitas para atribuir vantagem ao objeto modificado e ao produto. Desse modo, implicitamente, buscam defender que há positividade nos processos de intervenção, tanto aos relacionados à agricultura (com maior eficiência na produtividade), quanto à alimentação (com ‘melhor qualidade’), entre outros, por ‘supostamente’ corresponder às demandas frente às necessidades sociais. Além disso, buscam estabelecer o entendimento de que os “benefícios” (econômicos, sociais, ambientais, etc.) estariam garantidos à sociedade como um todo.

Os grandes avanços “controlados” das pesquisas e dos produtos agrícolas, além de uma dominação objetiva econômica e técnica, embasam uma ideologia que justifica e ‘naturaliza’ a privatização dos recursos genéticos. Esse arcabouço ideológico busca demonstrar que há um acordo tácito e uma aceitação social de que os resultados são bons e que o material genético resultante desse processo estará disponível a toda humanidade. Assim sendo, o entendimento presumido conclui que os ‘novos’ produtos também poderiam ou podem ser utilizados para a superação de problemas sociais e estarem a serviço e em benefício dos pobres.

Porém, a realidade tem demonstrado o contrário, tendo em vista que o “melhor” e mais “avançado da ciência” nessas áreas, a partir desses processos e sob a égide do capital nunca será livremente disponível. O acesso aos produtos se dará a partir da inserção dos produtores na lógica do sistema. Vemos então, que além de serem insumos – por exemplo, agrícolas – são também as formas de controle e dominação exercidas pelas grandes corporações que perpassam diferentes escalaridades atingindo, inclusive, e principalmente os pequenos agricultores. Como destaca Andrioli (2017, p. 4) integrante da CTNBio na sessão de encerramento de seu mandato<sup>82</sup>:

[...] afirmo, como especialista em Agricultura Familiar nessa comissão, que os agricultores não são beneficiados com essa tecnologia. Pelo contrário, eles se tornam cada vez mais dependentes e ameaçados na condição de produtores, o que aumenta o êxodo rural, a concentração de terra, a pobreza e a fome. Com isso, os territórios rurais e, portanto, o país está sendo prejudicado, o que ameaça o futuro desta nação que pretendemos soberana.

Na agricultura o ponto fundamental e de partida é o controle das sementes<sup>83</sup>. Como destaca Mooney (2003, 192), “*As sementes, afinal, são o primeiro e o último elo da cadeia alimentar – o meio de produção e o produto final para o consumo*” (Grifos em *itálico meus*). Ou ainda como destacam Pessanha e Wilkinson (2005, p. 19) “[...]: *a semente é um produto vivo e auto-reprodutível, encontrado na natureza e manipulado por técnicas humanas, que para se tornar uma mercadoria precisa ser passível de apropriação privada*” (Grifos em *itálico meus*). Para este feito, a biotecnologia moderna em sua historicidade pode ser comparada e entendida com/o a “mão invisível” que captura, expropria, destrói, modifica seres vivos, materiais e produtos, modifica conhecimentos (acumulado por milênios) que foram socializados e materializados em organismos naturais, cultivados e intercambiados entre os povos e que constituem a diversidade genética, que atualmente vem sendo atacada<sup>84</sup>. Como destacam Pessanha e Wilkinson (2005, p. 17):

---

<sup>82</sup> Parte do conteúdo do texto proferido por Antônio Inácio Andrioli – consta das atas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), publicado em reportagem pela RBA (Rede Brasil Atual) – por ocasião do encerramento de mandato (como membro titular e representante da Agricultura Familiar) na referida Comissão Técnica.

<sup>83</sup> As corporações americanas, Monsanto, Dow e Pioneer, juntamente com a Bayer (alemã), ChemChina (estatal chinesa que comprou a Syngenta), dominam o fornecimento e a pesquisa de sementes dentro do agronegócio mundial e brasileiro.

<sup>84</sup> A literatura acessada traz indicativos de que a técnica genética moderna não traz significativos avanços em relação às formas (às biotecnologias) tradicionais de ‘melhoramento’, seleção e ampliação de variedades. A questão central – do ponto de vista político – é que o modo camponês de produzir aliada à natureza e à biodiversidade não tem, ou tem pouca condição e incentivo. Além disso, é atacado e desvalorizado, tanto pelas políticas públicas, quanto pela ciência. Entende-se, portanto, que sob essa lógica, a biotecnologia moderna e a engenharia genética, por serem colocadas em prática por financiamentos público-privados e em atendimento aos interesses do capital, contrapõem ao modo camponês de produzir e de lidar com os recursos naturais. Nesse contexto, de fato os camponeses acabam produzindo menos do que poderiam produzir por não terem políticas

Um outro aspecto fundamental é a questão geopolítica envolvida no intercâmbio de recursos genéticos vegetais. A diversidade genética não se distribuiu homogeneamente em termos geográficos, já que se concentra, na maior parte, em áreas tropicais, situadas nos países pobres e em desenvolvimento.

Esses limitantes naturais – geográficos – fazem, com que, os conteúdos das normas jurídicas possam compensar esses limites e dar as condições político-formais para que os principais interessados – com condições objetivas e de forças – possam acessar as bases genéticas que lhes interessam. O que vemos então é que as bases e processos fundantes nessas estratégias levam à diminuição da diversidade genética e à erosão genética<sup>85</sup>. Convergem em preocupações e receios, fundamentalmente nos países em desenvolvimento, tendo em vista que são neles que se encontram ainda maior diversidade genética<sup>86</sup>.

Em tese, o melhorista pode utilizar livremente um reservatório genético público para a criação de novas variedades; concretamente, entretanto, se observa que a criação de variedades repousa sobre uma base genética cada vez mais estreita. Há uma tendência, verificada historicamente, à seleção de variedades a partir de um pequeno número de genitores, o que se explica pela expectativa de obtenção de resultados positivos mais fáceis *vis-à-vis* projetos mais originais. Os esquemas de seleção partem, geralmente, das melhores variedades que são cruzadas para criar novas variedades, e a seleção se faz como num funil, reduzindo progressivamente a base genética na qual se funda e deixando de utilizar a totalidade da variabilidade genética disponível. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 15).

Este processo em linhas gerais, demonstra pelos menos duas contradições. A primeira, diz respeito ao acesso da base genética pública pela iniciativa privada e, posteriormente ao acesso – pelos trabalhadores, por exemplo –, do produto ‘resultante’. Enquanto o acesso à primeira é livre, em relação à segunda, requer o processo de compra. A busca das resoluções

---

públicas que os incentivem na produção, armazenamento, transporte e comercialização dos alimentos. Neste sentido, nenhum produto novo ou semente nova (boa ou má) pode mudar este quadro.

<sup>85</sup> De acordo com Velho (1991), apud Pessanha e Wilkinson (2005, p. 16) “A expressão erosão genética se refere à perda geral da diversidade genética, resultante da extinção de diferentes variedades. À medida que a erosão genética ocorre, menos opções de escolha genética são deixadas aos melhoristas, elevando, portanto, o grau de uniformidade genética, o que, por sua vez, aumenta a vulnerabilidade das culturas às forças ambientais, tais como adversidades climáticas, doenças e pragas. Esse aumento de vulnerabilidade ocorre porque variedades com composição genética similar (base genética estreita) tendem a reagir da mesma maneira às forças ambientais. No longo prazo, a redução da diversidade genética acaba ameaçando a adaptabilidade e, portanto, a sobrevivência das variedades de plantas remanescentes, pois não se pode mais dispor, para fins de melhoramento, das características valiosas embutidas no germoplasma de espécies extintas”. A expressão desse processo pode ser balizada pela afirmação de Mooney (2003, p. 193): “No início dos anos de 1980, avisamos aos governos, na FAO, que, significativamente, mais da metade da diversidade genética dos cultivos do mundo já estava perdida. Além disso, sugerimos que mais de 95% da diversidade dos cultivos principais estaria extinta nos campos em 2000. Por motivos agrícolas industriais, 95% (ou mais) da diversidade genética dos cultivos foi perdida”.

<sup>86</sup> A possível erosão dos recursos genéticos vegetais é uma “ameaça que pode surgir a partir de mecanismos de seleção natural que fazem com que plantas transgênicas se tornem invasoras e dominantes num *habitat* agrícola natural, ou pelos mecanismos do mercado, apoiados em mudanças nos regimes de propriedade intelectual, que levam à expropriação dos direitos do produtor de replantar as suas sementes e manter as suas variedades locais” (FONTE, 2005, p. 2 – 3).

técnicas para objetivar interesses a curto prazo, passam a inviabilizar as estratégias a longo prazo. Vemos então que:

Há, portanto, uma tensão no processo de melhoramento [...]: a eficácia de curto prazo necessita de redução da base genética, enquanto que a eficácia a longo prazo implicaria contrariamente a manutenção de uma base genética ampla, de modo que a escolha de técnicas mais eficazes a curto prazo tem gerado o abandono das técnicas eficazes a longo prazo [Joly e Hermitte, 1991]. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 15).

Estes dois aspectos trazidos por Pessanha e Wilkinson, aplicam-se acerca do entendimento no que diz respeito à ‘**temporalidade**’, entre a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar. A manutenção da base genética ampla e diversificada é fundamental para se pensar projetos de longo prazo e a Soberania Alimentar, tendo em vista que a alimentação humana é originalmente dependente da diversidade e variabilidade genética.

O desenvolvimento de produtos da biotecnologia moderna e da engenharia genética articulam-se com outras demandas econômicas, políticas e jurídicas. Ou seja, o desenvolvimento de novos produtos pelas grandes corporações, bem como, a sua utilização nos diversos recantos do planeta, exigem medidas de controle e de intervenção em outras dimensões. Por exemplo, na política e no arcabouço jurídico para que somado e articulado ao controle técnico-científico se estabeleça uma cadeia de relações que objetivem, além da monopolização das fontes da vida e dos recursos naturais, as condições para a utilização dessas técnicas e tecnologias privadas garantindo de maneira ampliada os lucros às grandes corporações desses setores<sup>87</sup>.

Por entender ser oportuno, antecipo algumas questões – que serão posteriormente lapidadas – concernentes aos princípios que fundamentam as tomadas de decisões, práticas econômico-políticas, a perspectiva dos debates, bem como alguns marcos legais que buscam regulamentar a implementação desse processo. Trata-se dos processos em disputa econômica e das perspectivas perante o tema que incidem na adoção dos princípios jurídicos que regulamentam as ações práticas, bem como a tomada de decisões por parte da racionalidade estatal no que concerne a produção e o consumo de alimentos transgênicos.

Como já mencionado, há uma divisão política e de perspectiva entre os Estados Unidos e a União Europeia quando o assunto é a utilização dos produtos oriundos da

---

<sup>87</sup> São exemplos disso: pressões internacionais pelo fortalecimento dos direitos de propriedade, patenteamento, ou seja, uma malha de leis acerca da propriedade intelectual, propriedade industrial e lei de cultivares, etc., fundamentalmente na direção da ‘harmonização’ das técnicas e lógicas de controle.

biotecnologia moderna<sup>88</sup>. Estes princípios e perspectivas embasam a implementação prática da política e incidem nos critérios e recomendações das avaliações de riscos.

Há uma disputa entre interesses econômicos e pontos de vistas opostos, que se confrontam inclusive no que se refere à adoção de princípios jurídicos para a tomada pública e governamental de decisões sobre a produção e o consumo de alimentos transgênicos. Em geral, os atores favoráveis à liberação imediata dos transgênicos fundamentam sua posição nos **princípios de equivalência substantiva e do benefício da dúvida**, como no caso dos EUA e das empresas transnacionais detentoras da tecnologia, enquanto os atores contrários a esta liberação aderem ao **princípio da precaução**, como no caso dos governos, algumas empresas alimentares, organizações civis e a população europeia. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 25 – 26, (*Grifos meus*)).

Estes aspectos, na verdade externam e aplicam o conflito de valores e de interesses em torno da questão dos transgênicos e, sobretudo, de sua difusão. Fundamentalmente, são perspectivas conflituosas, mas intra-sistêmicas, que incorrem em posições diferentes no que concerne a difusão do produto transgênico. Além disso, inserem-se nos debates científicos e nos dispositivos e critérios de análise e regulação de risco desses produtos. Estes elementos são importantes, porque demarcam, sobremaneira a ‘forma’ e o ‘conteúdo’ das normas e processos que adentram ao arcabouço jurídico, bem como da efetiva implementação na materialidade social e nas condições de utilização dessas tecnologias.

Os **Estados Unidos, o Canadá e a Argentina**, os produtores mais importantes de transgênicos, apoiam o “**princípio de equivalência**” como base de regulação de riscos, *o que implica que um produto transgênico pode ser desregulado se se considera que ele não apresenta um risco maior que a sua contrapartida convencional*. A **União Europeia**, por sua parte, apoia o “**princípio de precaução**”, *que justifica uma ação preventiva contra o risco de danos graves e irreversíveis, mesmo que a prova científica não seja conclusiva*. (FONTE, 2005, p. 3, (*Grifos em negrito e itálico meus*)).

É importante destacar que não se considera a possibilidade de alcance de uma ‘segurança absoluta’ em relação aos riscos dos produtos transgênicos. Isto significa dizer que todo e qualquer aprovação de transgênicos traz em si riscos e incertezas em maior ou menor grau. De acordo com Pessanha e Wilkinson (2005, p. 26):

No sistema de biossegurança vigente, a avaliação de um alimento geneticamente modificado visa o estabelecimento de sua *equivalência substancial* e não trata de *segurança absoluta*, vista **como uma meta inatingível**. O objetivo é garantir que o alimento e quaisquer substâncias que tenham sido nele introduzidas sejam tão seguros quanto os seus análogos convencionais. (*Grifos em itálico e negrito meus*).

<sup>88</sup> É importante destacar que esses princípios que estão em jogo, são de maneira contraditória, implementados em países em desenvolvimento no que diz respeito ao conteúdo formal da norma jurídica reguladora e o conteúdo material efetivamente realizado. Exemplo disso é o Brasil que do ponto de vista das normas possui certa ‘rigorosidade’ e se embasa fundamentalmente no ‘princípio da precaução’, porém efetivamente, os interesses econômicos e de mercado acabam por interferir e definir a tomada de decisões e descartando a aplicação da norma.

Os elementos acima, são instituídos pelas bases materiais e sociais e incidem nas formas e nos fundamentos jurídicos, políticos e científicos que balizam o debate, os encaminhamentos e as decisões políticas. Além destes aspectos, outras questões devem ser levadas em consideração ao tratar do tema em sua totalidade. Exceto algumas experiências e alternativas, é o poder econômico que em larga medida determina e constitui a historicidade e a natureza do ‘objeto científico’ – como veremos no Capítulo IV ao discutirmos a questão da Formação Humana –, a partir dos pilares fundamentais do modo de produção em determinado período histórico. Determina, portanto, o argumento de autoridade acerca do tema em questão. Portanto, desenvolve as condições objetivas (político-instrumentais) para que a partir desse controle científico, além de efetivamente construir a dominação – e certa unidimensionalidade – da ciência e do processo produtivo, obstrui – no mesmo processo – alternativas e impede o campesinato de desenvolver seus processos produtivos e de conhecimentos e, portanto, produzir alimentos de boa qualidade, alinhados à natureza, à biodiversidade em suas temporalidades.

O que se nota, no entanto, é que esse processo marginaliza e subordina o conhecimento científico-popular – por possuírem outros valores e objetivos – por não serem oriundos de processos genuinamente artificiais e por não serem desenvolvidos nos centros de pesquisa, mas, na base material natural e na comunidade onde são aplicados e socializados esses conhecimentos. Desse modo, as biotecnologias modernas, contribuem na dominação sobre os camponeses e povos tradicionais, bem como, a cada ano que passa são determinantes para a diminuição sistemática das espécies naturais e da diversidade genética.

A biotecnologia e a transgenia, da forma como têm sido utilizadas na produção agrícola, são técnicas reducionistas que promovem as monoculturas e produzem severa erosão genética. Sem mencionar os efeitos nocivos que o consumo de seus produtos causa à saúde humana, são técnicas que eliminam a diversidade biológica. **E isso impede o melhoramento genético natural das produções.** (MACHADO, 2012, p. 48, (*Grifos meus*)).

Inserido na lógica de acumulação do capital esses processos atingem os povos do Campo e colocam em suspenso as condições – fundamentais e estratégicas, atuais e futuras – de implementação da Soberania Alimentar por pelo menos três frentes: 1- pela imposição/indução da monocultura e, portanto, a diminuição e até o ‘fim’ da diversidade biológica e de produção das/nas pequenas unidades de produção camponesas; 2- pela causa da erosão genética e danos na biodiversidade; e 3- pela ‘dificultação’ e até mesmo o impedimento do melhoramento genético natural.

Desse modo, o controle científico das ‘fontes da vida’ não traz apenas o controle da base genética e de formas de produção, mas, fundamentalmente, torna-se imperativo da necessidade objetiva de intervenção e regulamentação em outras áreas e setores – para que comportem as exigências do mercado, portador em seu escopo, dessas estratégias. Podemos destacar a incidência das pressões políticas sobre os poderes dos Estados-Nação – sobre as funções e poderes do Estado [Executivo, Legislativo e Judiciário] – para a inovação do arcabouço jurídico e implementação das peças legais e das políticas ‘públicas’ que ratifiquem e garantam os processos objetivos de adentramento e utilização dessas tecnologias em seus territórios<sup>89</sup>.

O enlace com a necessidade de regulamentação jurídica correspondente, se dá pelo fato de que nesse processo, se transformam os recursos naturais e recursos genéticos de ‘bens’ públicos e livres para uma condição de ‘bem’ privado. Neste sentido, as relações sociais motivadas por essas contradições e inovações, devem pautar-se por essas normas específicas. E dado a [co]relação de forças imbricadas, a prescrição legal passa ser a expressão do direito – das corporações – que está sendo introduzido por esse processo anteriormente analisado. A sua incidência no arcabouço jurídico se impõe porque o poder econômico busca as suas garantias, tendo em vista que:

Trata-se de uma transformação do *status* dos **recursos genéticos, que passam de uma condição de bens livres para uma condição de bens privados de alto valor**, num contexto em que houve uma mudança na percepção pública dos riscos e das incertezas envolvidos na aplicação das novas biotecnologias ao sistema agroalimentar. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 41, (*Grifos em negrito meus*)).

As bases regulatórias por vezes ‘contrárias’ aos interesses das corporações, mas que em grande medida deixam brechas interpretativas, são costumeiramente tensionadas e questionadas juridicamente. Não entraremos em detalhes na análise sobre este fenômeno, mas é importante destacar que existe uma ‘forte’ ‘judicialização’ do processo de “disputa”<sup>90</sup>. É, no

---

<sup>89</sup> A exemplo dos países – como o Brasil – quando assinaram a Convenção de Diversidade Biológica (CDB) – que veremos mais detalhes adiante – se comprometeram a discutir e aprovar peças legais com o intuito de regulamentar o acesso aos recursos genéticos, bem como, organizar um arcabouço jurídico que correspondesse à implementação dos princípios e diretrizes trazidos pela referida convenção. Considerando a relação entre infraestrutura e superestrutura, vemos que, uma peça legal é resultado da relação de forças e das bases materiais. Sobre essa questão o que se efetivou com esse processo é que **“os recursos genéticos que antes eram vistos como patrimônio da humanidade são colocados sob a soberania dos Estados nacionais no intuito de compatibilizar o seu uso sustentável, agora valorizado pelos avanços da biotecnologia e a proteção dos direitos das comunidades tradicionais e dos povos indígenas”** (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 61, (*Grifos meus*)).

<sup>90</sup> “A ‘judicialização’ da política e dos conflitos é uma das consequências da consolidação dos direitos legais e refere-se à crescente expansão do Poder Judiciário e dos métodos judiciais, especialmente o poder de revisão das ações dos Poderes Executivo e Legislativo. Os processos envolvendo a produção/comercialização de sementes e grãos transgênicos demonstram a magnitude dos conflitos e interesses públicos e privados em torno



entanto, mais um dos instrumentos e estratégias de se fazer valer os interesses hegemônicos e a imposição de obrigações e de dependência sobre os produtores que utilizam essas tecnologias, num sistema de controle e com previsões punitivas sem precedente. Caso emblemático e exemplo desta situação, foi a judicialização do debate e do conflito de interesses acerca da utilização e liberação do cultivo comercial da soja Roundup Ready da Monsanto. Sem entrar em melhores detalhes<sup>91</sup>, acaba que no final da cadeia de mediações – e implementação das normas – incide em controle e dominação de quem utiliza a tecnologia. Embora com os olhos e o contexto desse tempo, esse processo se torna ilustrativo para compreendermos as ‘artimanhas’ e formas estruturadas da razão capitalista que incide na materialidade social. Nesse caso, ao decidir plantar a semente transgênica o agricultor devia subscrever/assinar o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TCRAC) que dependendo da situação aplicam-se sanções estendidas a outras demandas como ao acesso a créditos advindos de instituições oficiais, etc..

Analistas afirmam que o texto da medida provisória n. 131 não livraria da ilegalidade os agricultores que decidissem plantar soja transgênica em 2002, já que a medida provisória permite que agricultores plantem sementes multiplicadas e guardadas por eles próprios a partir do cultivo ilegal de soja transgênica na safra anterior. **O agricultor que plantar a semente transgênica e não assinar o TCRAC cometerá ato ilícito.** Ao assinar o TCRAC, o agricultor declara estar usando semente obtida de sua própria lavoura da safra 2002/2003, plantada ilegalmente com soja transgênica. Ocorre que a medida provisória não libera o agricultor do crime cometido anteriormente, de modo que na prática o agricultor

---

seja do status dos recursos genéticos, seja dos riscos envolvendo a aplicação da engenharia genética ao sistema agroalimentar e seus efeitos sobre o meio ambiente” (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 42). Esse processo de ‘disputa’ se dá pelo conflito de interesses e perspectivas, por vezes, entre as corporações e Governos/Estados-Nação, ou movidas e provocadas pelas organizações civis e sociais, sobretudo, no que diz respeito ao alimento e danos ao meio ambiente.

<sup>91</sup> Enviado à CTNBio pela Monsanto em 1998, sendo o pedido aprovado em 29 de setembro do mesmo ano. Dado a um conjunto de irregularidades no processo de aprovação pela CTNBio desrespeitando inclusive os espaços formais, como por exemplo, ausência de *quórum*, somado aos frágeis e até mesmo ausência de estudos de possíveis danos ao meio ambiente e à saúde humana, tal decisão induziu a um processo intenso de judicialização. Com base no Código de Defesa do Consumidor o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e o Greenpeace moveram ação pública contra a Monsanto e a União. As bases para a ação pautaram-se na falta de estudos nacionais acerca da questão e na inexistência de estudos de impacto ambiental e a falta de transparência do debate. Ainda em setembro de 1998 a 11ª Vara da Justiça Federal concedeu liminar proibindo a União de autorizar plantio e comercialização de soja transgênica o que desencadeou um processo descompassado – e, por vezes, um vazio jurídico – entre a norma jurídica básica para a regulamentação do processo de ‘produção’ e o que ocorria de fato na materialidade. O entendimento primeiro foi que ficaria suspensa a liberação até o governo definir regras de segurança e rotulagem de OGMs. Contudo em 1999 o Governo Federal se posiciona favorável ao cultivo e comercialização de OGMs, mas ainda a Monsanto teve alguns empecilhos juridicamente dado que os recursos por ela impetrada sofreram algumas derrotas e a manutenção da proibição. Mas, logo depois, um conjunto de peças legais buscaram regulamentar esse processo, e dentre várias, está a medida provisória n. 131 de 26 de setembro de 2003 que estabeleceu normas para plantio e comercialização de soja transgênica para a safra de 2004 o que deixa – juntamente com outras peças legais – um conjunto de possibilidades de judicialização do processo. (PESSANHA; WILKINSON, 2005). Esta referência ajuda a compreender o assunto e o ritual porque passou o debate de maneira mais detalhada e aprofundada.

poderá ser processado por ter descumprido a lei no ano anterior, e poderá ser julgado por descumprimento [...] de toda a legislação vigente. [...].

**Assim, o agricultor que decidir plantar a semente transgênica e não assinar o TCRAC cometerá crime e não estará protegido pela lei; e o agricultor que assinar o TCRAC para plantar a soja transgênica estará confessando um crime sujeito a todas as penalidades previstas em lei. Além do mais, o agricultor será responsabilizado por qualquer dano ambiental provocado pela soja transgênica, e estará sujeito a pagar os royalties ou indenizar a Monsanto, já que a assinatura do TCRAC provaria a violação dos direitos de propriedade intelectual.** (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 75, (*Grifos em negro meus*)).

Soma-se a essas estratégias, a necessidade de criação de leis e espaços oficiais – como no Brasil a Lei de Biossegurança e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) – onde perfazem os ‘rituais’ de análises e de “discussões” que materializem a legalização e, portanto, a [suposta aplicação do ‘princípio de precaução] necessário acerca dos produtos com potenciais riscos de danos à natureza e ao ser humano. Portanto a materialização do processo condiz com interesses exógenos e precedentes<sup>92</sup>.

É preciso dizer, também, que ninguém nessa comissão foi eleito, não havendo, portanto, legitimidade democrática para a tomada de decisões dessa envergadura. Não bastasse isso, verifica-se um claro desrespeito às próprias instruções normativas. Esses problemas formais iniciam desde a não adequação dos processos enviados pelas empresas às normas internas aprovadas e se estendem até os procedimentos envolvendo a discussão dos pareceres e o encaminhamento de votações. **Constatei e deixei registrado em atas, que nessa comissão não há ambiente para a discussão científica, pois não se aceita a divergência e as críticas não são bem-vindas.** O “resultado das votações” já está praticamente pré-definido pela escolha dos membros, tendencialmente a favor de liberações de transgênicos no meio ambiente. Constatamos uma pressa desnecessária em encaminhar os processos logo para a votação, reduzindo o tempo de discussão de riscos. Mas, independentemente das breves e eventuais discussões, quando elas acontecem, constatamos que o resultado das votações não se altera. [...]. (ANDRIOLI, 2017, p. 3, (*Grifos meus*)).

A área político-financeira também tem sua cota de contribuição no processo de introdução dessas novas tecnologias através da vinculação do fundo público para operacionalizar ações correspondentes a esses interesses. Vemos então que a cada nova ‘descoberta/manipulação’, ou ‘produto novo’ exige-se a partir do binário ‘dominação-dependência’ a harmonização e a adaptação de mecanismos jurídicos e de controle para fazer valer os interesses e as novas prerrogativas de dominação trazidas e ampliadas pela biotecnologia moderna e pela engenharia genética.

<sup>92</sup> “[...], é necessário afirmar que, com base na minha experiência de participação na CTNBio, a realidade de aprovação generalizada de eventos transgênicos no Brasil está muito distante daquilo que a sociedade pode imaginar ao consumir produtos deles derivados, nos quais deve constar em rótulo a informação que passaram pela análise técnica dessa comissão. Início dizendo que, diferente do que estabelece o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 em seu Inciso IV, não são apresentados estudos prévios de impacto ambiental, atestando a inexistência de riscos ao meio ambiente. As Liberações Planejadas no Meio Ambiente (LPMAs) se restringem a avaliar a eficácia das tecnologias e são pobres em detalhes até sobre esta questão”. (ANDRIOLI, 2017, p. 1).

Compondo e correspondente a esse processo todo, está a prática de ‘patenteamento’, através do qual se efetivam as estratégias de ‘dominação e expropriação do conhecimento’ que foi desenvolvido durante séculos pelos camponeses e povos tradicionais. Isto é demonstrado porque, em regra, as decisões tomadas por órgãos de patentes no mundo não levam em consideração o entendimento de que tanto os recursos naturais e biológicos, quanto os elementos culturais compõem patrimônio da humanidade.

No acesso a esses recursos e ao saber tradicional, violam-se frequentemente os princípios da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Os chamados prospectores biológicos não pedem licença nem ao governo nem às comunidades locais. [...]. Essa apropriação indébita de recursos biológicos até o ponto do patenteamento é chamada de “biopirataria”. **A decisão do órgão de patentes não leva em conta como o requerente da patente obteve o material biológico.** *O sistema internacional de patentes ignora completamente os esforços prévios dos que preservaram a biodiversidade.* Os direitos de propriedade dos proprietários originais e seu saber tradicional não são reconhecidos. (NILLES, 2003, p. 117, (*Grifos em negrito e itálico, meus*)).

Considerando o entendimento acerca do ‘Desenvolvimento Desigual e Combinado’ e, considerando que as decisões econômicas das grandes corporações têm incidência no mundo todo, as tecnologias oriundas dos processos da biotecnologia e da engenharia genética – “melhoramento”, “criação” de “novos” produtos, complementam-se ao processo de patenteamento – com novas interpretações, com estratégias de atingir outras dimensões do processo produtivo, como veremos – tendo em vista que a partir desse procedimento há a garantia político-jurídica para a privatização do patrimônio genético<sup>93</sup>.

[...], a tendência geral de fortalecimento das legislações de propriedade industrial, gerada pelo advento dos novos produtos e processos biotecnológicos, tem também efeitos significativos sobre a segurança alimentar. Historicamente, é possível afirmar o fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual sobre biotecnologias e recursos genéticos reflete uma tendência a longo prazo de transição do *status* dos recursos genéticos, que passam de uma condição de bens livres sem valor monetário para uma condição de bens privados de alto valor [Pessanha, 1993]. (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 18).

Desse modo, além do promover a acumulação do capital para as grandes corporações, objetiva as condições para a dominação de grande parte dos povos e nações. O exemplo disso, é que “Enquanto, 90% da biodiversidade encontra-se nos países em desenvolvimento, 95% de

<sup>93</sup> Um exemplo desse processo pode ser dado pela patente de milho 744 888. “Em agosto de 2000, a empresa DuPont, recebeu do Órgão de Patentes (EPA) a patente EP 744 888, que abrange todas as variedades de milho que ultrapassam determinado teor de óleo e ácido oleico. Não se trata de uma manipulação genética, mas de um teor natural. Também se reivindicam direitos sobre a chamada cadeia produtiva, de ração e de alimentos, bem como a sua utilização. [...]. Nisso, a proteção da patente não está vinculada a um modo de produção específico. Decisivo é exclusivamente o teor maior de óleo, completamente independente do modo e da forma da produção do milho. Com isso, a empresa delimita uma área muito abrangente, que lhe assegura direitos legais também sobre plantas e possibilidades de aproveitamento de milho que ainda são desconhecidas”. (NILLES, 2003, p. 119).

todas as patentes biológicas estão hoje concentradas nas mãos de atores dos países industrializados” (NILLES, 2003, p. 117).

Contudo, esse processo não é uma via de mão única. Há contradições no percurso. Os camponeses e povos tradicionais através de suas Organizações e Movimentos Sociais, defendem e desenvolvem experiências contrárias a esse projeto reducionista e privatista, e de que há lugares para proteger as sementes, a diversidade genética e outras fontes de patrimônio genético. Estes lugares são a natureza, as comunidades, os agroecossistemas, a pequena unidade de produção sustentável, a ‘memória coletiva’. Definitivamente, não são as redomas tecnológicas e laboratórios científicos dos centros de pesquisas sobre o controle do poder privado.

### 1.3.2.3 Sobre os riscos e incertezas

Considerando a totalidade da análise aqui desenvolvida, vemos que existem muitíssimas razões para o receio frente aos riscos oriundos e potenciais desse processo a partir das biotecnologias modernas. Assim, a preocupação e a precaução acerca dos impactos negativos sociais e ambientais, à biodiversidade que os Organismos Geneticamente Modificados podem causar, gerou grandes debates, levando – como por exemplo – à elaboração e aprovação do “Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica”<sup>94</sup>. É oportuno destacar, que se foi e é necessário proceder sob medidas e normas de ‘segurança’, é porque o fundamento do processo está fortemente assentado nas ‘tendências’ de riscos e danos à natureza e à sociedade. O referido protocolo, no entanto, não deixa de ser um consenso – ‘pelo alto’ – dos interessados, ou seja, das grandes corporações, e expressa um conjunto de contradições, já que é a formatação de defesa das ‘positividades’ resultante das inovações, tomando um conjunto de precauções.

---

<sup>94</sup> Resultado dos indicativos da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que apareceram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RJ-Eco 92). O referido protocolo é um acordo internacional sobre biossegurança que entrou em vigor em 2003 e é um complemento da Convenção sobre Diversidade Biológica que ocorrera em 2000. O principal aspecto a ser destacado, no qual, pauta-se o Protocolo é o “Princípio da Precaução”. Neste sentido, visa contribuir para garantir um nível adequado de ‘proteção’ na transferência, manuseio e uso seguro de organismos produzidos pela biotecnologia moderna, por potencialmente terem efeitos negativos e de alto impacto na conservação e uso sustentável da diversidade biológica, bem como, evidentes riscos para a saúde humana. É importante destacar que, fundamentalmente o protocolo indica que as decisões devem levar em consideração o ‘equilíbrio’ entre saúde pública com os ‘benefícios’ econômicos. No Brasil o Protocolo é promulgado pelo Decreto nº 5.705 de 16 de fevereiro de 2006.

Ao reafirmar a abordagem da precaução contida no ‘Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento’, o Protocolo traz a seguinte afirmativa que manifesta a sintomática trazida anteriormente:

Ciente de que a biotecnologia moderna se desenvolve rapidamente e da crescente preocupação da sociedade sobre seus potenciais efeitos adversos sobre a diversidade biológica, levando em consideração os riscos para a saúde humana; Reconhecendo que a biotecnologia moderna oferece um potencial considerável para o bem-estar humano se for desenvolvida e utilizada com medidas de segurança adequadas para o meio ambiente e a saúde humana; Reconhecendo também a importância crucial que têm para a humanidade os centros de origem e os centros de diversidade genética; Levando em consideração os meios limitados de muitos países, especialmente os países em desenvolvimento, de fazer frente à natureza e dimensão dos riscos conhecidos e potenciais associados aos organismos modificados; [...]. (SENADO FEDERAL, 2011, p. 48).

Quando se trata da utilização dessa tecnologia para a produção de cultivares gerais e, em especial alimentos, constitui como ponto nodal a questão das análises de riscos sobre o meio ambiente e à saúde humana e animal. Neste interim é que entra o conceito de ‘segurança’ alimentar e ambiental especificamente ao que se refere aos Organismos Geneticamente Modificados, e que tem pautado grandes debates no seio da comunidade científica<sup>95</sup>.

O debate, partindo de pontos de vista diferentes e contraditórios, demarcam não só o posicionamento perante o tema – com os riscos e incertezas –, mas, sobretudo, expressa perspectivas distintas de projetos societários e, portanto, do lugar e da função da ciência e da tecnologia num projeto de desenvolvimento e como esses processos em discussão, contribuem para o enfrentamento dos problemas de fome.

As pesquisas que apontam para a existência de riscos para a saúde humana e ambiental, são em grande número. Há uma gama de riscos indicados, mas poderemos exemplificar alguns a partir da literatura acessada. Concordando com Riechmann (2002, p. 58):

Existem *quatro grandes tipos de riscos* que seria preciso analisar: 1- **Riscos sanitários** (por exemplo, potencial alergênico dos novos alimentos recombinantes, ou difusão de novas infecções por meio de xenotransplantes); 2- **Riscos ecológicos** (por exemplo, redução da biodiversidade silvestre, ou contaminação de solos ou lençóis aquíferos por bactérias geneticamente manipuladas para expressarem substâncias químicas); 3- **Riscos sociopolíticos** (por exemplo, redução da biodiversidade agropecuária, ou aumento das desigualdades Norte-Sul), em

<sup>95</sup> Destaca-se que estes elementos que envolvem transgenia, biotecnologia, entre outros aspectos, são incorporados ao conceito de Segurança Alimentar mais recentemente dada as questões nutricionais relacionadas e de saúde. Como veremos nos itens próximos, o Conceito de Segurança Alimentar a partir de sua origem, vai ganhando sentido e capacidade explicativa a partir de um contexto mais ‘geopolítico’ e, portanto, por um viés econômico-político e depois, dada as condições objetivas como estamos vendo, a discussão nutricional passa a compor o seu conteúdo histórico.

decorrência de uma “terceira revolução verde” com base na engenharia genética; 4- **Riscos para a natureza humana** (por exemplo, difusão de ideologias e práticas eugênicas, ou criação de novas “raças” de seres humanos para fins específicos). (*Grifos em negrito, meus*).

Não será feito uma análise detalhada de cada um dos tipos de riscos, apenas complementar o entendimento com outros autores. A partir de estudos de Altieri e Rosset (1999), Pessanha e Wilkinson (2005, p. 24) destacam:

[...] os pesquisadores ressaltam entre os possíveis efeitos das novas proteínas (transgênicas) atuarem como alérgenos ou toxinas; alterar o metabolismo da planta ou do animal, fazendo com que produzam novos alérgenos ou toxinas; alterar a composição nutricional dos alimentos, reduzindo as quantidades disponíveis de nutrientes essenciais ou elevando a quantidade de elementos danosos à saúde humana (...).

Riscos, incertezas<sup>96</sup> e poder de controle e dominação sobre o campesinato, são efeitos combinados – e limites objetivados tanto para a Segurança Alimentar e Nutricional, quanto para a Soberania Alimentar – desse processo e das estratégias de reprodução do capital no Campo. Vemos, por exemplo a identificação de diversos potenciais riscos ecológicos e de contaminação genética espontânea<sup>97</sup> pelas variedades transgênicas.

Os engenheiros genéticos se empenham em levar ao extremo as propriedades mais extremadas de certos organismos: manipulação genética para obter mais toxicidade, mais resistência contra os tóxicos, maior capacidade de sintetizar produtos químicos, maior capacidade de infecção, maior resistência contra a infecção, maior desenvolvimento corporal, maior definhamento corporal... É claro que, de modo geral, *levar ao extremo os extremos significa criar riscos de desestabilização (ou ruptura) dos complexos equilíbrios naturais e sociais existentes*, salvo se for possível um controle absoluto dos organismos extremosos. Eis o problema: *a vida é essencialmente incontrolável*. (RIECHMANN, 2002, p. 59).

<sup>96</sup> Inúmeros casos e causas de danos à saúde humana foram verificados e anunciados: Por exemplo, para citar alguns, as reações alérgicas em cidadãos norte-americanos a partir do consumo do ‘milho Starlink’; reação alérgica em seres humanos do feijão transgênico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); aumento no teor graxo da soja “RR” o que comprova a necessidade de mais investigações acerca dos impactos dessa cultura à saúde humana (PESSANHA; WILKINSON, 2005).

<sup>97</sup> Informações mais completas e pertinentes são encontrados nas obras aqui consultadas, Riechmann (2002), Pessanha e Wilkinson (2005). Mas vale destacar que se deve ter cuidado sistemático com a imprevisibilidade desses produtos sobre o meio ambiente. Como indica Riechmann (2002, p. 65) que “Deve-se insistir em que *os experimentos em laboratório não podem prever com certeza o comportamento do organismo transgênico no meio ambiente, que faz as vezes de laboratório toda vez que um produto é introduzido*”. As lições são diversas, mas, fundamentalmente como vimos, a aplicação e utilização das biotecnologias modernas e seus produtos, são determinadas por interesses econômicos e políticos renegando a segundo plano a seguridade do meio ambiente e humano. O que tem sido visto, no entanto é a materialização contraditória como destaca Riechmann (2002, p. 64) que “Os ‘tecnoentusiastas’, partidários do rápido desenvolvimento comercial das novas biotecnologias, asseguram que os controles são rigorosos e os riscos ecológicos são levados em consideração, mas na maioria dos casos eles se enganam e/ou nos enganam. É muito difícil fazer prognósticos no longo prazo a respeito do comportamento dos OGMs em ecossistemas complexos: o número de interações possíveis entre os parâmetros determinantes é muito grande. No entanto, *anteriores invasões de ecossistemas por plantas ou animais exóticos (bioinvasões) permitem sim prever os danos possíveis*”.

Desse modo, o advogado controle dos riscos constitui-se numa falácia, tendo em vista que fora dos procedimentos induzidos, tutorados e observados – como nos casos laboratoriais – não há certeza de similaridade de reprodução desses produtos quando colocados na natureza. Vários aspectos já foram colocados acerca dessa questão, como o caso dos riscos das ‘contaminações biológicas’<sup>98</sup>, ‘transferência horizontal de genes entre diversas espécies’<sup>99</sup>, ‘polinização cruzada’<sup>100</sup>, entre outros.

Mediante essa materialidade produtiva, econômica e social é que os valores proclamados no arcabouço jurídico indicam princípios nas tomadas de decisões acerca da liberação, cultivo e comercialização de OGMs, mas, que na implementação prática, estes valores proclamados tornam-se relativos.

Do ponto de vista jurídico, podemos afirmar que a maioria das decisões tomadas no âmbito da CTNBio, na forma como ela tem funcionado, fere, no mínimo três princípios do Direito Ambiental: a **precaução**, a **sustentabilidade** e a **indenização**, restando fortes dúvidas em relação à **transparência**. Considerando que não há coexistência possível entre cultivos transgênicos e não transgênicos, se instituiu a possibilidade de contaminar a natureza desde as **liberações planejadas** no meio ambiente, fazendo valer uma normativa que, no caso das plantas de polinização aberta, como o milho, não é menos do que ridícula, em sua inadequação e insuficiência para conter o fluxo gênico. Com isso, **aos poucos, se extingue o direito de agricultores poderem produzir de outra forma**, conforme direito assegurado desde 1948 na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, em especial o direito à alimentação e ao meio ambiente saudável. **O direito ao trabalho, neste caso, não é menos ofendido** porque um agricultor que deseje produzir milho não transgênico está impossibilitado de fazê-lo. **Poderá plantar, grãos limpos da contaminação, mas não saberá o que vai colher**, e não há o que possa fazer, de modo próprio, para impedir este fato. **E são milhões os agricultores familiares nesta situação.** (ANDRIOLI, 2017, p. 2, (*Grifos meus*)).

É notável por exemplo, que as ‘liberações planejadas’ e a ‘harmonização’ das normas são a expressão do controle por uma “irresponsabilidade organizada” e a viabilidade da unidimensionalização do processo produtivo e de consumo.

[...]. Ao extinguir o direito de produzir de outra forma, também se extingue outro direito: a possibilidade dos consumidores poderem optar por outros produtos. E é sabido que **não há nenhum movimento de consumidores reivindicando produtos transgênicos**. O que **se verifica é o oposto, ou seja, a ampla maioria da população é contrária a esses produtos**, por uma diversidade de razões. Uma vez instituída a contaminação, como uma espécie de direito de pesquisador, se assume na regulação de transgênicos no Brasil o que o sociólogo alemão Ulrich Beck, internacionalmente famoso pelo seu conceito de sociedade de risco, denomina de “irresponsabilidade organizada”. E isso, com a contribuição de cientistas, em defesa

<sup>98</sup> De acordo com Riechmann (2002, p. 59) “Existe uma diferença fundamental entre contaminação química e ‘contaminação biológica’: a segunda está viva, pode multiplicar-se e propagar-se”.

<sup>99</sup> Se dá “[...] por meio de vetores utilizados na engenharia genética – vírus ou plasmídeos manipulados geneticamente –, pode acarretar graves problemas de ‘contaminação genética’, e, no pior dos casos, o surgimento de ‘superpatógenos’”. [...]. (RIECHMANN, 2002, p. 59).

<sup>100</sup> Há a possibilidade de transferência pelo OGM cultivado para espécies silvestres aparentadas com ele.

de um tipo de ciência reducionista, acrítica e decidida por voto de maioria! (ANDRIOLI, 2017, p. 2 – 3, (*Grifos meus*)).

Nesta mesma linha é importante destacar que devido a diferença fundamental entre ‘prever’ e controlar riscos num laboratório e a posteriori ao ser utilizado na natureza – como vimos anteriormente –, riscos estes, tanto para o meio ambiente como para a saúde humana, são observados, compreendidos e tomadas as providências apenas após a utilização do produto. Como destacam Pessanha e Wilkinson (2005, p. 30) que ***“No caso das novas tecnologias e dos alimentos transgênicos, o principal problema é o de que avaliações mais conclusivas só podem surgir após o produto ter sido produzido e consumido em larga escala pela sociedade, como num experimento prático em tempo real”***. (*Grifos em negrito e itálico, meus*).

É notável pela literatura acessada que a ‘Lei de Biossegurança’ no interior dos Estados-Nação é o mecanismo que regulamenta esse processo que em grande medida é o mecanismo que garante a implementação dos interesses correspondentes e das condições prescritas e exigidas pelas grandes corporações. A norma legal num contexto em que as relações de forças condensadas no interior da racionalidade estatal, expressa sobremaneira as condições fundamentais para a realização dos interesses hegemônicos. É o que chamamos atenção anteriormente da implementação de um processo controlado. Aparenta positividade por evitar alguns exageros e atribuir certo grau de ‘autonomia’ para países em desenvolvimento, fundamentalmente, mas vemos que na [co]relação de forças o que predomina é a relação de dependência. E neste sentido, a CTNBio, por exemplo, corrobora com esse processo.

De acordo com a Lei de Biossegurança (Lei 11.105 de 24 de março de 2005<sup>101</sup>), em âmbito nacional:

Artigo 10. A CTNBio, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, é instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da PNB de OGM e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base na avaliação de seu risco zoofitosanitário, à saúde humana e ao meio ambiente.

*Parágrafo único.* A CTNBio deverá acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico nas áreas de biossegurança, biotecnologia, bioética e afins, com o objetivo de aumentar sua capacitação para a proteção da saúde humana, dos animais e das plantas e do meio ambiente. (SENADO FEDERAL, 2011, p. 20).

---

<sup>101</sup> Publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2005.



O que se nota, no entanto, é que na avaliação dos produtos e de alimentos resultantes desse processo, concretiza a não aplicação fundamental de todos os procedimentos técnicos de biossegurança exigidos.

[...] a avaliação da segurança de um alimento geneticamente modificado deve envolver a investigação das seguintes variáveis: quantidades prováveis do alimento a serem consumidas pela população, incluindo o consumo médio e o extremo; descrição do alimento e do seu processo produtivo; histórico e qualquer possível efeito adverso à saúde humana relacionada ao organismo que está sendo modificado; descrição do processo de modificação genética; avaliação de possíveis efeitos adversos – nutricional, toxicológico ou microbiológico do alimento modificado –; e a avaliação de dados obtidos com pessoas que ingeriram o alimento modificado em condições controladas (Nutti e Watanabe, 2002). (PESSANHA; WILKINSON, 2005, p. 25).

Os processos de exames que identificam e avaliam os impactos e os riscos envolvidos na aplicação de novas biotecnologias, comumente não são procedidos com rigorosidade. É verificável através da literatura que os encaminhamentos são expressivos e correspondentes aos interesses das corporações. No caso do Brasil esse fenômeno é evidente, o que expressa um descompasso entre a obrigação prescrita da CTNBio e a sua real atuação, como fomos percebendo e expondo durante esta análise.

[...], a decisão técnica que assegura a inexistência ou irrelevância daqueles riscos se baseia, quase exclusivamente, em estudos realizados pelas próprias empresas interessadas na aprovação dos seus eventos. Poucos têm sido os casos em que os estudos produzidos pelas empresas são minuciosamente confrontados com estudos independentes, apesar destes últimos estarem cada vez mais disponíveis, especialmente em nível internacional. Nas oportunidades que presenciei a apresentação de estudos independentes, inclusive através dos meus pareceres, foi o comportamento de recusa e rejeição por parte da maioria dos membros que se manifestam nessa comissão, tentando desqualificá-los cientificamente, mas sem levar o debate adiante ou simplesmente desconsiderando sua importância. Esse tipo de atitude, somada ao fato da **maioria dos membros que participa da CTNBio serem pesquisadores da área de transgenia, portanto, potencialmente, interessados na aprovação desse tipo de tecnologia para suas próprias pesquisas, revela o caráter ideológico, sugestivo de fortes possibilidades de conflito de interesses e claramente pouco científico das aprovações realizadas no âmbito do trabalho dessa comissão.** (ANDRIOLI, 2017, p. 1, (*Grifos meus*)).

Vemos então que o princípio da precaução habita apenas as peças legais e o discurso hegemônico com vistas a camuflar os verdadeiros interesses na introjeção dos produtos geneticamente modificados.

Assim, **a biotecnologia moderna e a engenharia genética sob a égide do capital tornam-se limite estrutural para a implementação da Soberania Alimentar.** Considerando a luta de classes e o interesse que veicula à Soberania Alimentar, a biodiversidade é base e condição necessária para garantir a sua efetiva realização, além de ser

direito fundamental e básico para a Soberania dos Povos. Os elementos discutidos neste item indicam a ameaça nas condições objetivas para a produção de alimentos.

É impressionante observar que **70% dos alimentos consumidos em todo o mundo são produzidos pela agricultura de pequena escala**. As **comunidades camponesas e indígenas**, que produzem uma grande proporção destes alimentos, **têm desenvolvido e conservado sementes durante milênios** – [...]. No entanto, **hoje em dia as sementes estão ameaçadas** em toda parte. **A legislação limita cada vez mais o que os camponeses e camponesas podem fazer com as suas sementes e criminaliza-os, impedindo-os de exercer o seu papel como produtores de alimentos e ameaçando a nossa Soberania Alimentar**. **A destruição da biodiversidade agrícola também cresce a um ritmo alarmante: no final do Século XX, três quartos dos alimentos do planeta eram gerados a partir de apenas 12 espécies de plantas e 5 de animais**. (WALTER; SUÁREZ; GRAAF, 2016, p. 8, (*Grifos meus*)).

Obviamente que se parte do entendimento de que a produção da ciência e do conhecimento nessas áreas não são um ‘mal e si’ tendo em vista que servem e contribuem com outras áreas estratégicas. Contudo, dado as bases materiais de produção e o que converge em conteúdo concreto da perspectiva da Soberania Alimentar, vemos que são relações desafiadoras, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto político<sup>102</sup>. Deste modo, concordando com Mooney (2003, p. 197) “A razão para ir contra a engenharia genética poderá ser seguramente baseada no absurdo de se conseguir Soberania Alimentar através de manipulações que ignoram o contexto de vida daqueles que deverão ser alimentados”, bem como dos trabalhadores camponeses e povos tradicionais. São expressivos os diferentes limites.

As modificações dos germoplasmas só podem ser feitas artificialmente por meio de genética molecular, que tem altíssimos custos. E elas beneficiam apenas as multinacionais que as produzem, ao mesmo tempo em que implicam a total dependência dos produtores dessas empresas. **Isso leva ao comprometimento da Soberania Alimentar nos níveis local e nacional**. (MACHADO, 2012, p. 49, (*Grifos meus*)).

O caminho teórico deste item vai explicitando um conjunto de aspectos que além de já estarem fortemente estabelecidos, indicam a perspectiva de futuro sob essa lógica de desenvolvimento, econômico, político e científico. Vemos que há um avanço rápido de uma ‘tirania’ das grandes corporações que cotidianamente se expressam e interferem em diversas

<sup>102</sup> Retomando o que escreveu Riechmann acerca dos riscos sanitários, ecológicos, sociopolíticos e para a natureza humana, citados anteriormente, é importante pensar o que se leva em conta nas decisões acerca das biotecnologias e da engenharia genética. Concordando com o autor “Tenho a impressão de que *hoje apenas os riscos do primeiro tipo – sanitários – estão sendo levados em consideração, de alguma maneira, nas decisões sobre biotecnologias que vão sendo adotadas; já as outras três categorias de riscos mal são consideradas ou nem são levadas em conta*. Isto é inadmissível. Não tenho nada contra as técnicas de manipulação genética em si mesmas, mas denuncio relações de poder e propriedade e uma organização de P + D (Pesquisa e Desenvolvimento) que nos tornam estruturalmente incapazes de agir com a prudência que deveria prevalecer” (RIECHMANN, 2002, p. 58).

dimensões da vida social que perpassam por um conjunto de mediações – como vimos – inteirando e se realizando em ‘foros individuais’, como por exemplo, influências e determinantes na ‘dieta alimentar’. O que temos então é a realização de uma ‘tirania e violência de novo tipo’, silenciosas, porém, eficientes. Angaria esse escopo, devido aos processos de industrialização, da transgenia, que estão estritamente imbricados com outras formas de controle, que incidu na inauguração e no fortalecimento da ‘ditadura’ de um paladar uniforme e num prospecto ideológico que inclui uma falsa ‘diversidade e qualidade genética e alimentícia’.

Como destaca Carvalho (2003, p. 107):

**A privatização do material genético pelas empresas multinacionais está sendo a via mais fácil e segura de controle oligopólico dos mercados mundiais de alimentos**, estes indispensáveis para a vida humana. Portanto, o controle oligopolista das sementes, em especial das transgênicas e daquelas que vierem a lhe suceder, não afeta apenas a saúde humana e ambiental pelo que se desconhece dos seus efeitos no meio ambiente, em sentido amplo, mas, sobretudo, a Segurança Alimentar Mundial. (*Grifos meus*).

Vamos percebendo que o controle sobre o ‘Patrimônio Genético’ é resultante de múltiplas determinações e, da mesma forma, tem incidência na relação substancial entre a produção, armazenamento, distribuição e consumo de alimentos, afirmando uma perspectiva – oligopolizada – e negando e impondo limites à outra perspectiva – democrática, justa e sob o controle dos povos – como a que se vislumbra com a Soberania Alimentar. Assim como o modo de produção busca impor ao mundo um pensamento único, as grandes corporações integradas cada vez mais, ou que buscam integrar todos os elementos e dimensões da ‘cadeia’ alimentar, desde as sementes até a indústria mundial de alimentos, buscam cada vez mais terem o controle definindo e direcionando a “[...] natureza dos alimentos a serem produzidos e consumidos; ensaiam estabelecer uma nova dieta alimentar de tendência universal construída a partir de apenas alguns produtos básicos que favoreçam os seus interesses oligopolistas; [...]” (CARVALHO, 2003, p. 112).

O que se materializa é uma imposição [violenta] que tanto, considerando seu aspecto objetivo, quanto ideológica, tem incidência na destruição, primeiramente, mas também no descarte, na desvalorização daquilo que é autêntico, tradicional e autônomo, quando se fala de alimentação. Por outro lado, a supervalorização da representação ‘fetichizada’ do alheio e do processado<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Ao considerar a capacidade explicativa do ‘Desenvolvimento Desigual e Combinado’ vemos que estes aspectos são frutos desse processo. Por ser determinado autoritariamente pela mundialização do capital e pela ideologia neoliberal, territorializando suas formas de reprodução, vemos que ao mesmo tempo que milhões de

Para além e combinado com a redução e ‘esterilização’ da biodiversidade, e, portanto, da redução da diversidade genética, outros aspectos resultantes do desenvolvimento e da engenharia genética devem compor nossas preocupações. Como vemos, o desenvolvimento desses produtos e processos científicos, buscam resultados convergentes e uma forte ‘inversão entre polos’, como o caso, entre as sementes e os agentes químicos (insumos). É perceptível que na atualidade, torna-se mais fácil e apropriado – aos interesses econômicos corporativos – manipular geneticamente e adaptar as sementes aos agentes químicos, (por exemplo aos herbicidas e outros) – ou inserindo nela própria – do que desenvolver tecnologias ‘químicas’ que possibilitem maior produtividade nas sementes, mas que pudesse resguardar o ambiente de maiores consequências negativas.

No entanto isso também expressa contradições e limites. Esse processo tem destravado um círculo vicioso – em base material limitada – sem precedentes e que a longo prazo se torna insustentável, se não modificado. É expressão nessa particularidade de uma crise estrutural da forma de reprodução do capital. Vemos que além da destruição ambiental e de sua diversidade genética, essas tecnologias sofrem sucessivas derrotas frente às reações da natureza. Porém, de acordo com essa racionalidade tecnicista e reducionista, essas reações são vistas como desafios e como algo limitante à lógica e que devem ser superadas e derrotadas. Dado a prescrição do controle e dominação que foi sendo constituído, essas reações da natureza são também apropriadas e inseridas aos interesses do capital ao desenvolver novas tecnologias para combater-las e transformá-las em novas técnicas de controle e de dominação, tanto da natureza como dos camponeses. Exemplo desse processo pode ser apreendido pela proliferação de pragas (insetos e ervas) que aparecem cada vez mais resistentes frente às sementes geneticamente modificadas e aos produtos químicos aplicados em diversos cultivos.

Considerando a perspectiva da Soberania Alimentar em suas múltiplas dimensões, temos nesse modelo, decretado a sua inviabilidade. Ao invés da biodiversidade e da diversidade genética necessária para a materialização da Soberania Alimentar, ‘desenvolvida e protegida’ pelos povos tradicionais e camponeses, na atualidade, temos uma ‘construção

---

camponeses foram – e continuam sendo – expulsos de suas terras –, dada a correlação de forças objetivas, econômico-financeiras, juntamente com povos indígenas e tradicionais, tornaram-se dependentes, reféns das tutelas políticas direcionadas, das ajudas governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional. A produção do ‘próprio alimento’ ficou e continua a ficar cada vez mais impedida e produtos locais ‘desterritorializados’. Por outro lado, o acesso ao alimento produzido pelo ‘outro’, industrializado e fetichizado, além da sua produção ser completamente valorizada, tem sido também financiada. Não temos a comida de verdade, e ficamos refém da verdade sobre a comida, dada a carga ideológica acerca do consumo. As provocações e análises desta ‘nota’ serão melhor desenvolvidas no decorrer da tese.

científica’ de “variedades” que só têm lugar por ser ‘dominada’ pelas grandes corporações. Portanto, protegidas ao modo do capital privado e com o objetivo de obtenção de lucros.

Uma comissão de especialistas do Parlamento Alemão chegou à conclusão de que as estratégias dos conglomerados que apostam na tecnologia genética e na comercialização de sementes patenteadas fazem com que os alimentos se tornem escassos e mais caros. [...]. A concentração da indústria de sementes em poucas variedades patenteadas, estéreis e/ou de alta produtividade, que prometem ganhos maiores, faz com que o espectro de variedades se torne cada vez menor. Também no âmbito das espécies, a diversidade vem diminuindo dramaticamente. (NILLES, 2003, p. 123 – 124).

Em síntese, esses processos encerram em grandes linhas limítrofes e grandes riscos para a materialização dos princípios fundamentais advogados nas múltiplas dimensões da Soberania Alimentar. *Primeiro*, por ‘ofender’ diretamente as ‘origens da vida’ e as suas condições naturais de reprodução, colocando em risco e de maneira sistemática a saúde animal, vegetal e, por consequência, a saúde humana. *Segundo*, pelo desenvolvimento combinado de fatores que incidem na restrição da diversidade genética, de plantas e gêneros alimentícios e forte restrição e controle por meios jurídico e políticos ao acesso esses produtos. Ou seja, através da proteção às patentes, propriedade intelectual e “variedades” [híbridas e modificadas] desenvolvidas e controladas. *Terceiro*, porque a síntese desse processo é o desenvolvimento de um ‘biopoder’ que destrava técnicas de controle e dominação nas diversas áreas e dimensões da vida econômica, política e social. Incidem, portanto, sobre os camponeses e povos tradicionais fundamentalmente, mas a todas as pessoas, tendo inúmeros efeitos negativos reais e outros potenciais acerca das condições para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

As condições objetivas e o livre acesso pelos trabalhadores e povos tradicionais ao ‘Patrimônio Genético’ para uma agricultura sustentável e aos recursos genéticos para a alimentação diversificada, com qualidade biológica e nutritiva, constituem-se em pilares fundamentais do desenvolvimento dos cultivares que garantiriam a Soberania Alimentar.

#### **1.4 Forças sistêmicas persuasivas e as alterações nos hábitos alimentares**

Para início de reflexão, deixa-se claro que, não se toma a questão dos hábitos alimentares como uma coisa totalmente coerente e positiva, quando se trata do problema da fome e da alimentação. Contudo, partimos do pressuposto que a destruição e substituição desses hábitos alimentares originais ocorridos pelo desenvolvimento das relações do capital, inscrevem-se como problemas fundantes que envolvem as diferentes dimensões da questão

alimentar e que devem ser compreendidos em vista à superação de possíveis problemas por este processo causados, bem como, do que isso significa como limite, para a concretização da Soberania Alimentar.

O processo de hegemonia ancorados em traços de dominação e homogeneização de hábitos alimentares é constructo de longa data. A literatura sociológica acerca da agricultura, fundamentalmente as elaborações que iniciaram as discussões acerca dos ‘regimes alimentares’ (destruídos-instituídos), com o advento da lógica fordista de produção, demonstram que há um engendramento contraditório no seio das relações e fenômenos econômicos, políticos e sociais e as dietas alimentares. Correspondente a estes aspectos, demarcou-se, em certa medida também, a natureza da relação entre os Estados Nacionais e o Sistema Agroalimentar em escala mundial (TRICHES; SCHNEIDER, 2015). De acordo com Harriet Friedmann, esse processo computa pelo menos quatro séculos e ganha mais força e intensidade nos últimos 100 anos, onde se desvincula, ou pelo menos enfraquecem os enlaces relacionais mais próximos entre o homem e a natureza, e do homem perante os seus pares, quando se trata da providência alimentar, entre produção, consumo, quantidade e qualidade.

[...] a alimentação e a agricultura passaram a ser organizadas em escala mundial. A especialização da produção agrícola estendida entre continentes abriu um vasto espaço onde as pessoas e a origem dos produtos que consomem, entre o trabalho que realizam e os objetos que utilizam. Segundo a autora, a relação entre as pessoas, e, entre as pessoas e seu território tornam-se organizadas em uma escala para além da observação direta, o que para ela foi um divisor de águas na história humana. Utilizando a alegoria do “Rei Midas”, Friedmann (1993a) aponta **dois princípios da agricultura industrializada: a durabilidade e a distância**. Para serem bons como o ouro, os alimentos deveriam durar como ouro e viajar tanto quanto ele. O princípio da distância refere-se ao esforço de tornar o local irrelevante. A localização da produção pode mudar tão rapidamente quanto as condições de mercado exigirem. Para que o alimento seja independente do local, é necessário que o seja do tempo. Alimentos que duram mais tempo podem viajar longas distâncias e esperar pelo melhor tempo, considerando as condições flutuantes do mercado. (TRICHES; SCHNEIDER, 2015, p. 7 – 8, (*Grifos meus*)).

O que está implícito nesses aspectos é de fato uma mudança no eixo central e nos pilares que sustentam o processo de produção dos alimentos. Sem exagero, o que temos, é uma substituição da natureza e da necessidade humana pelo capital, como fator fundante<sup>104</sup>. Ou seja, uma outra temporalidade e uma outra lógica. Novos imperativos é que dão o impulso. De modo prático, vemos o critério (princípio) da durabilidade opondo-se à lógica e ao tempo natural, bem como o critério (princípio) da distância opondo-se à potencialidade de

<sup>104</sup> O Sistema agroalimentar, através de suas agroindústrias que controlam a produção de alimentos, utiliza como critério fundante para delimitar o que deve ser produzido, o dólar e não as proteínas e calorias. É neste sentido que, afirma-se que, **o lucro e a fome são as duas faces em uma mesma moeda**.

produção do local, sua autonomia e a efetivação dos circuitos curtos (ou cadeias curtas), entre produção, circulação e consumo.

Como já destacava Josué de Castro (2008), a natureza (não modificada, transformada), não consegue – em geral – oferecer todas as condições e os nutrientes para uma boa alimentação – trabalhando com a hipótese da extração apenas – há, portanto, a necessidade de transformar essa natureza, de forma deliberada e intencional, para que se tenha as condições de suprir todas as carências e necessidades alimentares<sup>105</sup>. Na literatura acessada, podemos verificar a partir de indicações resultantes de pesquisas, que existem hábitos alimentares que não constituem uma alimentação adequada, por não atender todas as necessidades orgânicas que o indivíduo tem, confluindo em problemas de saúde.

É possível verificar ainda, que esses problemas ocorrem, tanto nas sociedades que cultivam formas de se alimentar pautadas na tradição e no costume, quanto – e principalmente – nas sociedades modernas, urbanizadas, onde a cultura de massa constitui o *habitus*<sup>106</sup>, em que, não é a manutenção do hábito alimentar tradicional, mas sobretudo, nesse *habitus* adquirido, a realização de ‘algo estranho’ e de várias dimensões de ordem econômica com seus interesses. No entanto, o que está em jogo, são os princípios e os objetivos que motivam a transformação dessas condições de produção, acesso ao alimento e da cultura de consumo. A alteração dos hábitos alimentares e da cultura local, originais, causadas pela lógica hegemônica, através do *marketing*, e pela dominação dos processos e rotinas na produção de alimentos, tem tornado mais agudo o problema da fome<sup>107</sup>. Numa estrutura onde são reinantes as *mediações de segunda ordem*, as ciências e as tecnologias de alimentos, encontram-se

---

<sup>105</sup> Além de fatores econômicos e políticos, a presença da fome se dá também devidos alguns elementos de ordem cultural – tradicional ou modificada. É importante destacar que se faz necessário compreender os hábitos alimentares, das diferentes comunidades, e se estes conseguem atender todas as necessidades orgânicas das pessoas.

<sup>106</sup> O conceito de *habitus* empregado é correspondente ao entendimento dos autores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Para estes autores é um conceito que correlaciona sempre o individual e o social e se constrói ao longo do processo histórico. Há uma especificidade no entendimento de Bourdieu que privilegia o Campo Social como espaço de construção do *habitus* e é semelhante ao da cultura. Para melhor compreensão ver: BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990 e ELIAS, Norbert. *A Sociedade da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

<sup>107</sup> Como bem destaca Adas (1988, p. 62), que, “Partindo do princípio de que nas sociedades industrializadas as necessidades do ser humano é que devem se adaptar à produção e não esta às necessidades do homem (como na sociedade artesanal), o *marketing* tem utilizado a propaganda como um poderoso meio de criar novos hábitos e necessidades de consumo. É por isso que as empresas investem grandes somas de dinheiro em publicidade”. O ser humano tem sido conduzido pela mão da publicidade, e é resultante disso que parte da renda “que deveria ser canalizada para a compra de produtos alimentares fundamentais é desviada para a compra de outros artigos, muitas vezes supérfluos. [...] Estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) têm demonstrado que, em São Paulo, a participação do item alimentação no orçamento doméstico tem caído ultimamente e que as despesas com a aquisição de bens domésticos (...) tem aumentado consideravelmente. Em consequência disso cai o nível alimentar, agravando-se a subnutrição e a fome”.

atravessadas por essa conjuntura e, portanto, advogam e materializam perspectivas dominantes.

A evolução desse processo de submissão e destruição do local, se dá através de um conjunto de transformações, tais como: inovações tecnológicas, ideologia modernizante progressiva, distribuição eficiente, consumo de massa, publicidade, logística, durabilidade, higiene e sanidade, além de várias outras técnicas e formas de controle, como por exemplo, peças legais que expressam a defesa do interesse hegemônico e, a ressignificação da produção local, por vezes em ameaças. Assim, se constroem as condições e as razões de produção dos alimentos calcadas nos princípios de distância e durabilidade, e, por consequência, no distanciamento de todas essas relações econômicas das pessoas e do local e/ou da região.

Como nas outras dimensões da vida social, o caso da alimentação também sofre as consequências frente às estratégias da acumulação do capital. O intenso apelo a um modo de vida moderno, veiculado pelas propagandas, visam o convencimento de que os produtos industrializados, além de serem superiores quanto à qualidade, estão mais adaptados aos critérios da vida prática e cotidiana. É dessa forma que vemos uma rápida e intensa mudança, não só nas condições objetivas de produção e acesso aos gêneros alimentícios, mas, sobretudo nos critérios de escolha da própria população. A população paulatinamente vai trocando os hábitos alimentares e a sua relação com a origem do alimento, pelos produtos que são lançados no mercado, principalmente pelas transnacionais<sup>108</sup>. Partindo do entendimento de Josué de Castro de que a fome é uma tragédia universal, cindida em duas escalas, a crônica (fome quantitativa, ou total) e a oculta (fome qualitativa, ou parcial), vemos que a degradação dos hábitos alimentares, tem contribuído para isso.

[...] o mecanismo epidêmico da degradação dos hábitos alimentares é aquele que opera a substituição dos alimentos vivos, ricos em nutrientes, por mercadorias debilitantes da saúde do trabalhador. Essas últimas, em geral, são saturadas de sal, açúcar, gorduras, conservantes, aditivos químicos, que realçam sabores artificiais, além de possuírem fortes resquícios de agrotóxicos. Tal degradação alimentar, quando acompanhada de rotina ociosa, tabagismo, uso de bebidas alcoólicas, vida estressante e exposição aos poluentes, não exclusivos, mas tipicamente urbanos, fragiliza o organismo de cada trabalhador, que passa a ser afetado por várias doenças, de alto impacto epidêmico. (MACEDO, 2015, p. 313 – 314).

Para ilustrar essa questão, lanço mão de uma discussão desenvolvida por Adas (1988), que exemplifica (em parte, mas expressa bem a lógica e as estratégias) de como ocorre esse

---

<sup>108</sup> A identidade dessa operação desenvolvida pelo marketing, é colocar em sua estratégia não só a divulgação do produto industrializado em questão, mas, fundamentalmente, veicular a ideia de que os hábitos alimentares originais são perfeitamente e necessariamente substituíveis. Há, portanto, um processo de destruição da cultura alimentar e não apenas uma inserção de outros elementos para compor a dieta.



processo, e que nos dias atuais está ainda mais efetivo, apesar de inúmeras práticas de resistência.

No México, por exemplo, médicos que trabalham em aldeias rurais têm declarado ser bastante comum observarem muitas famílias vendendo os poucos ovos e frangos que possuem, para comprar coca-cola para as crianças, agravando, assim a deficiência de proteínas na alimentação infantil.

O leite em pó é um dos mais expressivos exemplos da força da publicidade na mudança dos hábitos alimentares. A mensagem publicitária o apresenta como substituto ideal do leite materno ou como complemento em caso de insuficiência deste. Entretanto, essa mensagem sugere subliminarmente que o leite materno é insuficiente quanto à quantidade e à qualidade, induzindo mães a utilizar o leite em pó e profissionais de saúde a indicá-lo. Em vista disso, muitas mães deixam de amamentar seus filhos com o próprio leite.

No Paquistão, mães de famílias de baixa renda têm substituído o leite materno por alimentos infantis industrializados, persuadidas pelas campanhas publicitárias de que esses alimentos têm maior valor alimentício.

Nas ilhas da América Central, as transnacionais contratam enfermeiras das maternidades para fornecer o nome e endereço das mulheres que dão à luz. Em seguida, funcionários dessas empresas vão até a casa das mães e oferecem gratuitamente produtos para seus bebês. É uma forma de as transnacionais fazerem propaganda de seus produtos, induzindo posteriormente à sua compra e ao seu uso frequente. (ADAS, 1988, p. 63).

Os hábitos alimentares considerados não adequados – pela lógica hegemônica capitalista –, oriundos e/ou cultivados, seja pela manutenção das tradições, seja por questões que o próprio ambiente natural possa interferir, ou até mesmo da falta de educação nutricional adequada, fazem, portanto, suas vítimas. Anteriormente, destacou-se o que isto significa para a classe trabalhadora, e que deve ser colocado em relevo. Sobretudo, porque a desnutrição – por exemplo – é responsável por altas taxas de mortalidade infantil em vários países, além de compor os indicadores, como a baixa expectativa de vida.

É neste sentido que, a compreensão alcançada, quando se considera as diferentes dimensões, vemos que as vítimas da lógica do sistema e mergulhados na situação de pobreza são onde a fome se materializa como resultado objetivo e material, mas, além disso, há também um conjunto de tabus, a ignorância e os maus hábitos alimentares e de vida, que são também resultados objetivos de todo o processo, como vimos<sup>109</sup>, têm contribuído para o grande drama de bilhões de seres humanos.

O mecanismo da degradação dos hábitos alimentares abre as portas para doenças epidêmicas crônico-degenerativas, também chamadas de doenças crônicas não transmissíveis, cuja causa não está (Lessa, 1998) vinculada a um microrganismo propriamente dito. Delas, são exemplos as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares, o câncer e o diabetes. Todas são caracterizadas, além da “(...) não transmissibilidade, pelo longo curso clínico e pela irreversibilidade” (Lessa, 1998, p. 29). Ademais, são (Lessa, 1998) doenças com longo curso assintomático, situando

---

<sup>109</sup> Vários indicativos e elementos já foram explicitados no primeiro item deste capítulo. No entanto, dada a intencionalidade desta reflexão, retoma-se alguns aspectos.

os trabalhadores como vítimas acomodadas atrás do biombo da suposta saúde perfeita. Quando são diagnosticadas, possuem um transcurso clínico lento, prolongado e permanente, colocando o trabalhador em estado de morbidade, no mais das vezes, vitalícia. Por serem degenerativas, em geral, impactam o portador, na melhor das hipóteses, incapacitando-o parcial ou totalmente, o que respectivamente estreita ou bloqueia a venda da sua força de trabalho. [...]. (MACEDO, 2015, p. 314 – 315).

Ao tratar da alimentação, as imposições objetivas, à que estão submetidas as pessoas, fundamentalmente os trabalhadores, as levam ao estado mórbido. Os exemplos são fartos (que apreciamos cotidianamente), bastando apenas um olhar atento, nos veículos de transporte (utilizados por trabalhadores, estudantes, etc.), nas ruas, nos ambientes de trabalho e estudo, na disposição dos produtos nos lugares onde as pessoas compram os gêneros alimentícios e/ou se alimentam.

Além das condições objetivas destacadas, a falta de conhecimento mais aprofundado coopera com essa questão de morbidade. O longo curso sem a percepção dos sintomas, pelo menos de forma intensa, “transcurso clínico lento, prologado e permanente” (MACEDO, 2015, p. 315), dessas doenças crônico-degenerativas, possibilitam uma longa vida ativa para muitos trabalhadores, e de modo geral, acabam não sendo preocupação constante por parte do indivíduo e muito menos das políticas públicas e das empresas privadas. No entanto, como destaca Macedo (2015, p. 315), “[...] da ótica da saúde pública, ao nível populacional, tais doenças são consequências altamente letais da degradação dos hábitos alimentares movida pelo complexo destrutivo. [...] em larguíssima medida, a incômoda antessala da morte [...]”. Nesse modo de vida e nessa realidade, grande quantidade de pessoas, convivem com um estado de saúde profundamente complicado, apesar de não ser sentido objetivamente e constantemente. Considerando estes aspectos vemos que:

O complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, enquanto verdugo, mata preferencialmente aos poucos, destruindo em massa a vitalidade dos trabalhadores. Tais populações estão vivas, em muitos casos se alimentam com rotina diária; porém, contraditoriamente, a cada refeição debilitante estão ocultamente famintas de nutrientes ausentes, embora abarrotadas de calorias e de substâncias pouco nutritivas ou, de tudo, tóxicas. Pelo acúmulo dessas e ausência daquelas, são convertidos em potenciais mortos, que seguem sua trágica história aquém-túmulo, perambulando pelas ruas do mundo afora, na condição de mortos viventes. Situação que em tudo se assemelha a um genocídio. (MACEDO, 2015, p. 315 – 316).

O processo de subtração da vitalidade dos trabalhadores e a constituição da base favorável para o fortalecimento e desenvolvimento de epidemias<sup>110</sup>, ainda é pouco conhecido

---

<sup>110</sup> Em nota de rodapé, Rogério Fernandes Macedo, ancorado nas elaborações de Bloch (estudos comparados), explicita algumas evidências dessas questões materializadas. “[...] o exemplo apontado pela autora Kátia V. Bloch, tal como segue: ‘Evidências epidemiológicas e experimentais atestam que populações que ingerem

na base popular, se considerarmos as questões técnico-científicas. Ainda, hegemonicamente, os conhecimentos que possibilitam uma análise mais sistemática sobre estes aspectos, circulam em espaços restritos e são constantemente escamoteados. Nas pautas dos Movimentos Sociais de base popular, bem como nas lutas sociais, estes aspectos aparecem e, de certa forma, compõem os fundamentos e princípios norteadores das propostas que visam a superação dessa materialidade, incluindo aqui, os debates acerca da Segurança e da Soberania Alimentar.

A alteração dos hábitos alimentares se dá, como vimos, através da apropriação e do consumo, daqueles produtos que o complexo agroalimentar coloca a nossa disposição e desenvolve os mecanismos para que se chegue em nossa boca, mas também, nos processos produtivos locais. Através de um raciocínio análogo, podemos afirmar que estratégias semelhantes desenvolvidas pelas grandes empresas e políticas de governo ocorrem no seio da produção no Campo e em pequena escala. Em certa medida, grande número de unidades familiares de produção que deixaram de cultivar seu próprio alimento, fazendo do seu território, um espaço de circulação e territorialização das relações estritas do capital e, por consequência, utilizados para a produção de *commodities* (fundamentalmente, soja, fumo e leite) e, os gêneros alimentícios que ingressam para os indivíduos nessas unidades de produção, são adquiridos no mercado, sobretudo, produtos industrializados.

É claro que a herança que o colonialismo nos deixou – com isso quero destacar que é um processo de longa história – e que a agricultura de exportação continua a desenvolver é a produção de uma verdadeira ruptura, inibição e deformação dos processos que visam a subsistência de seus povos<sup>111</sup>. Com isso, é possível verificar que apenas a manutenção de um processo, fosse ou seja suficiente, mas que, dado as formas de dominação, inclui-se também, a necessidade de construir os mecanismos que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias que torne mais eficiente a produção, tendo em vista a subsistência e o desenvolvimento local autônomo.

Entre o real e o ideal, partindo das condições materiais e conforme apontam as análises, está a perspectiva de Formação Humana, que assim como a realidade, também é

---

dieta rica em carboidratos, geralmente do tipo complexo, têm baixas incidências de doenças coronarianas e de outras condições trombóticas. (...) Na Hungria, país com elevada ingestão de sal e baixa ingestão de gordura polinsaturada, tem havido um aumento da ingestão de gordura total e saturada e essas mudanças nutricionais se acompanham de um aumento na mortalidade global e por doenças cardiovasculares. A expectativa de vida no país aumentou apenas, 0,7 anos entre 1967 e 1987. Já na Bélgica, a diminuição da ingestão de sal e de gordura saturada e o aumento da ingestão de gordura polinsaturada vêm acompanhados de uma diminuição da mortalidade global e por doenças cardiovasculares. A expectativa de vida aumentou, 4, 6 anos entre 1967 e 1987' (BLOCH *apud* LESSA, 1998, p. 49)". (MACEDO, 2015, p. 315 – 316).

<sup>111</sup> Estes aspectos veremos adiante no Capítulo II ao discutirmos a produção no Campo.

atravessada por contradições. No entanto, é através de um direcionamento que dê força ao seu caráter de oposição que se pode vislumbrar alguns passos iniciais em direção à compreensão e superação dessas formas e expressões que envolvem a alimentação e as razões que levam a ser retiradas dos elementos essenciais da dignidade humana. São essas questões que pulsam nos debates e que incidem no entendimento acerca do que é ‘Comida de Verdade’ e da importância de saber a ‘Verdade sobre a Comida’, que aparecerá na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Considerando estes aspectos gerais abordados, vemos que o melhor caminho, ou até mesmo a melhor alternativa, é uma educação alimentar voltada para produtos que o meio ambiente natural, ou mesmo o meio ambiente modificado que corresponda a estratégia da boa alimentação e que possa garantir a qualidade. A concretização desse processo se torna resistência frente a desestruturação de formas e hábitos alimentares locais. São nos alimentos próprios de cada lugar, somados aos conhecimentos e a produção de alimentos que correspondam as necessidades orgânicas das pessoas, que se deve embasar os programas e processos de Formação Humana emancipadora e formação nutricional.

### **1.5 A produção de alimentos, diplomacia estatal e ‘Agro Poder’**

O Modo de Produção Capitalista através dos Estados de capitalismo avançado (monopolistas e imperialistas) e das grandes corporações transformam todas as suas forças em instrumentos e oportunidades de dominação dos demais países e povos. O alimento como produto passa a compor esse arsenal de possibilidades. A discussão no item posterior (1.6), demonstrará que subjacente à noção de [Segurança (Alimentar)] está também a potencialidade dos processos de dominação e de restrições nas negociações comerciais (como nota-se pela lei de segurança e antiterrorismo aprovada nos Estados Unidos recentemente). Historicamente, sobretudo nos Estados Unidos, essa reflexão com os indicativos de potencialidades e estratégias já eram construídas nas negociações internacionais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e passa a compor de maneira mais forte no seio da racionalidade estatal, sobretudo nos órgãos de inteligência, desde a década de 70 do Século XX.

As condições objetivas que possibilitaram aos países de capitalismo avançado a produzirem excedentes de alimentos, conformaram a máxima política e contribuíram para as leis e a organização do comércio mundial. Ilustra bem esta questão a declaração em 1974 do então secretário de Agricultura dos Estados Unidos durante o governo do (38º) presidente

Gerald R. Ford Jr<sup>112</sup> (1974 – 1977), que “*Food is power*” (Alimento é poder). Outro fato correspondente é que nessa mesma época a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* (CIA)), – [Serviço Secreto Norte Americano] –, mostrava ao governo em um de seus relatórios que o país dispunha de um forte instrumento de negociação e uma grande arma para ser utilizada na diplomacia internacional (GUIMARÃES, 1982; ADAS, 1988), principalmente com os países pobres. Este instrumento de negociação era o excedente da produção de alimentos.

Dado a realidade mundial daquele período, com a presença forte da fome em muitos países de capitalismo atrasado, o excedente de alimentos se tornava um instrumento de imposições de condições comerciais e de expropriação ou vantagens nas negociações. Como bem destacou Adas (1988, p. 69 – 70): “[...]. O próprio Gerald Ford, em 1973, em plena crise do petróleo desencadeada pelos países-membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), já havia declarado: ‘No comércio de alimentos, nós somos os árabes’”. Nos processos de dominação exercido pelos países de capitalismo avançado sobre os países de capitalismo atrasado, todos os recursos materiais que são garantidos pela base produtiva forte – incluindo o alimento –, contribuem substancialmente para se colocar as mais diversas condições que se traduzem em vantagens, por um lado, e por outro, barreiras nos processos de negociações.

Neste sentido, em menor ou maior intensidade, a utilização desse ‘Agro Poder’, ou seja, da chamada ‘Diplomacia de Alimentos’, vem sendo utilizado pelos países de capitalismo avançado desde o período do fim da Segunda Guerra Mundial. Foi e é notória essa prática por parte dos Estados Unidos da América, desde o momento em que este se torna uma potência e cada vez mais, foi aumentando suas áreas de influência política, econômica, militar e ideológica pelo mundo. É neste sentido que,

[...] nos programas de ajuda ao exterior através da doação de alimentos, além de objetivos políticos havia também objetivos econômicos. Por exemplo, o país “ajudado” devia adotar medidas que facilitassem e assegurassem a entrada de capitais privados norte-americanos nas suas atividades econômicas, bem como abrir seus mercados à penetração de produtos norte-americanos. A “ajuda” à Índia pelos EUA, na década de 1960, foi condicionada a pelo menos dois compromissos do governo indiano: a implantação de uma política de controle de natalidade e a compra de equipamentos para a agricultura. (ADAS, 1988, p. 70).

Este exemplo demonstra a lógica em que se desenvolve a chamada ‘diplomacia de alimentos’. Como há um processo de destruição em massa pela fome em todo mundo, na

---

<sup>112</sup> Nasceu em 1913 e faleceu em 2006. Eleito pelo Partido Republicano e tinha como vice-presidente Nelson Rockefeller. Ford Jr, também havia sido o (40º) vice-presidente nos anos de 1973 – 1974.

geopolítica da fome e/ou na diplomacia de alimentos, os países de capitalismo atrasado (ou em desenvolvimento) são objetivamente os perdedores. Se há condições impostas nas relações econômico-comerciais, há também direcionamentos na natureza da política econômica para os países em desenvolvimento. É, por essa razão, que um desenvolvimento econômico que tem na centralidade a agricultura de exportação, como é o caso da maioria dos países de capitalismo atrasado, em detrimento da produção de alimentos, tornam-se esses países cada vez mais vulneráveis no processo de negociações dada a característica política da diplomacia de alimentos, que leva ao aprofundamento da dependência desses países frente aos países de capitalismo avançado.

São estes aspectos que fazem com que cada vez mais se ampliem as áreas de cultivo correspondentes à agricultura para exportação e, por outro lado, a desvalorização da produção de gêneros alimentícios – que iremos analisar com melhores detalhes no próximo capítulo –, incide diretamente na organização político-econômica para o Campo. Tendo uma diminuição na produção e na disponibilidade de produtos alimentares internos, há por consequência a necessidade de importação e, portanto, o aumento da dependência econômica e política, não restando alternativa, a não ser sofrer o processo de dominação imperialista.

Vemos, portanto, que a questão e a possibilidade de exportação de alimentos, por parte dos países dominantes tem se tornado como estratégico, sobretudo quando se trata das relações com países de capitalismo atrasado e em desenvolvimento, mas que possuem significativo poder militar. São exemplos disso, países como o Iraque, Índia, Irã e Vietnã. Com estes por exemplo, até o final da década de 80, a diplomacia de alimentos por parte dos Estados Unidos da América foi fortemente utilizada sendo a alternativa primeira, para depois, recorrer ao conflito armado (ADAS, 1988).

Esses processos materializam um conceito de ‘Segurança’ que visa o controle e dominação econômica-política e social (externa e interna). Mais elementos sobre esta questão veremos na sequência.

## **1.6 Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: histórico, conteúdo-material e o que está subjacente em cada debate**

O presente item desdobra-se em dois objetivos fundamentais. Busca compreender como se constituíram historicamente os conceitos de Segurança Alimentar (e Nutricional) e Soberania Alimentar. Considerando a totalidade concreta, compreendemos que o processo de constituição do conteúdo material e histórico desses conceitos se dá a partir das [co]relações

de forças e contradições materiais imbricadas movidas e tensionadas no interior do modo de produção capitalista, o que demarca perspectivas de projeto societário e de civilização também contraditórios.

Consiste, portanto, em analisar a gênese e o desenvolvimento desses conceitos e como estes vão adquirindo – a partir dos conteúdos histórico-material e político – capacidade explicativa no interim do tensionamento constante entre a manutenção e a ruptura da ordem sistêmica vigente.

#### 1.6.1 Segurança Alimentar (e Nutricional)<sup>113</sup>: a constituição e conteúdo histórico do conceito

Em diversos momentos em itens anteriores apareceram indicações (aleatórias) acerca do entendimento que se trabalha com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Considerando as análises já desenvolvidas vemos que a questão da Segurança Alimentar e Nutricional vai sendo desenvolvida e ganhando espaço nas análises e nas discussões políticas de modo geral, e passam a subsidiar um conjunto de políticas públicas a partir da expressão material e dos interesses nele envolvidos e das contradições que este conceito vai representando.

A literatura, tanto dos aspectos históricos quanto dos fundamentos que envolvem a Segurança Alimentar, demonstra que esta categoria, este conceito vai ganhando força explicativa a partir de diferentes momentos e em diferentes locais que vão consolidando o entendimento, bem como as apropriações que são feitas, tanto pelos diferentes países, quanto pelos organismos internacionais. No entanto, como nos alerta Maluf (2009), devemos ter cautela ao fazer a retrospectiva<sup>114</sup> e, por essa razão, o emprego do conceito de Segurança Alimentar se torna possível num contexto material em que os problemas de falta, de acesso e de produção dos alimentos e outras dimensões, geram um contexto de insegurança pessoal e social (por exemplo, dos Estados).

---

<sup>113</sup> Faz-se necessário deixar claro que mesmo entendendo que conceito de Soberania Alimentar com o qual trabalho nesta tese, ancora e contempla a questão nutricional, e mesmo que não se tenha considerado a dimensão da nutrição em separado nas reflexões, neste item, acolhe-se o conceito como hegemonicamente tem sido tratado no Brasil. Vale destacar que o adjetivo ‘nutricional’ foi acrescentado nos debates que ocorreram no Brasil, mesmo que a expressão mais comumente utilizada no cenário internacional seja ‘Segurança Alimentar’.

<sup>114</sup> Anota o autor que problemas e questões que são inerentes, ou inclusos na capacidade explicativa da Segurança Alimentar sempre se fizeram presentes ao longo da história. No entanto, dado a ampliação do debate, e as sínteses que vai se elaborando é que podemos compreender as condições universais e explicativas do conceito em tempos mais recentes.

Estes aspectos passam a fazer parte dos arranjos sistêmicos e, portanto, da preocupação, no interior da racionalidade estatal. São a partir destes elementos que aparecem as indicações acerca da necessidade da promoção sistemática e permanente de políticas públicas, além de consolidar o entendimento de que esses problemas, por serem sistêmicos e universais, devem ser tratados para além das fronteiras nacionais.

Vemos, portanto, que a natureza dos debates, e porque não dizer, o conteúdo material do conceito, é construído, anunciado e lapidado tendo como base as relações sistêmicas hegemônicas, como por exemplo, as ações estatais que visam colocar em prática um conjunto de indicações que são desenvolvidas a partir dos debates e que no processo de aplicação ocorre de acordo com a perspectiva e do entendimento que se faz pelos diferentes sistemas de governos. Porém, o fundamental é demarcar que, “[...] a participação da iniciativa privada, notadamente das grandes corporações agroalimentares, tornou-se crescente pela gradativa retração da maioria dos governos, em consonância com as orientações dos principais organismos internacionais” (MALUF, 2009, p. 30).

Dada a perversidade material que corrobora com a má distribuição da riqueza produzida, como já verificamos, muitas ações e políticas, mesmo que mínimas, se tornam significativas para a base social que historicamente sofreu os golpes objetivos da fome. É neste sentido, que a partir dos anos de 1980, os Movimentos Sociais de base popular e entidades passaram a contribuir de maneira sistemática e significativa para a ampliação e, em alguns casos, para a ressignificação de entendimentos que se desdobraram em novos elementos inseridos no enfoque da Segurança Alimentar. Como bem destaca Maluf (2009, p. 31), sem abandonar a perspectiva inicial centrada na produção, o enfoque da Segurança Alimentar compreende que as questões se manifestam em várias escalas (desde indivíduos e domicílios, até âmbitos nacionais e global), apesar de serem distintas em cada uma dessas escalas, “comportam interações e relações de determinação recíproca”.

Embora a definição de Segurança Alimentar e Nutricional – sobretudo a construída aqui no Brasil – expresse um conjunto de elementos importantes para a classe trabalhadora, a sua natureza é determinada e advém das correlações de interesses corporativos. O contexto determinante em nível global que incide no processo de desenvolvimento do conceito, são as formas como os países desenvolvidos – fundamentalmente Estados Unidos da América e União Européia – tratam as questões da alimentação, tanto no aspecto produtivo como nas demais mediações, incluindo o consumo. Diferentemente da maioria dos países, sabemos que a falta de alimento nesses locais, de longa data – por não terem o problema da falta do



alimento –, deixou de ocupar a agenda política estatal e corporativa, a não ser quando, visto como estratégia de otimizar o mercado da fome.

O acesso ao alimento é que compôs e compõem a centralidade da construção do Conceito de Segurança Alimentar. E considerando que a grande maioria das pessoas nos países desenvolvidos, conseguem objetivamente consumir<sup>115</sup> – em quantidade suficiente e de maneira regular – há por trás desses elementos, as estratégias de fortalecimento interno do sistema produtivo.

O que se buscou com esse entendimento foi a ‘segurança e a estabilidade’. E, neste sentido, diversas estratégias individuais e em blocos possibilitou um “elevado grau de autossuficiência produtiva com base em modelos de agricultura intensiva e integração agroindustrial” (MALUF, 2009, p. 33). A disponibilidade e a estabilidade de abastecimento alimentar passaram a ser garantidas, tendo como base, os incentivos da produção interna local, uma boa administração de estoques – de natureza preventiva – e também através do comércio internacional, em segmentos de produtos não garantidos internamente.

Desde o início do século XX, várias são as ações e estratégias políticas que começam a dar suporte a isto que, atualmente, se chama de Segurança Alimentar. Nos Estados Unidos, tem-se como referência a década de 30, quando começaram a organizar no processo de produção, pelo menos três aspectos que iriam incidir nessa questão: 1- *a produção agrícola equilibrada*; 2- *a assistência alimentar (políticas e programas)* e, 3- *a qualidade e/ou sanidade dos alimentos*. Devido à crise de 1929, um conjunto de medidas compuseram as ações governamentais, e dentro dessa estratégia a questão do abastecimento de gêneros alimentícios. Temos, por exemplo, o *New Deal*<sup>116</sup>, colocada em prática pelo governo Roosevelt a partir de 1933. O problema da alimentação, ganhou lugar de destaque, sendo discutida e as ações tomadas<sup>117</sup> logo depois que se tomaram as medidas necessárias para a superação da crise bancária. É, notório, a partir da literatura que os acordos e as medidas tomadas em vista às estratégias agrícolas foram correspondentes à visão liberal, urbana e corporativo-industrial.

A lógica e as formas de intervenção na economia e na política durante o contexto da Segunda Guerra Mundial (durante e posteriormente) também deixam as suas influências

<sup>115</sup> Vale destacar que indivíduos e grupos sociais que não tem rendimento suficiente para adquirir a alimentação, são subsidiados por programas sociais e de alimentos, com cobertura bastante ampla.

<sup>116</sup> O ‘Novo Acordo’ entre os agentes econômicos, em vista ao Estado intervir na Economia para buscar a superação da crise econômica.

<sup>117</sup> Destaca-se que entre as estratégias estava um conjunto de medidas com vista a sustentar as condições de produção, reprodução e renda, dos agricultores – em especial aos agricultores de baixa renda. “Ações foram adotadas para promover o acesso aos alimentos em face do desemprego crescente, assim como foram criadas colônias agrícolas e estimulada a transferência de desempregados para o campo” (MALUF, 2009, p. 35).

acerca da questão da alimentação nos Estados Unidos. *O próprio conceito de ‘Segurança’ que passa a fazer parte da discussão acerca da alimentação, é oriundo e expressão do espírito desse momento histórico.* É neste contexto que se coloca na agenda político-governamental, a manutenção de medidas para assegurar o produtor agrícola, mas se inserem outras ações, como por exemplo, a Lei da Refeição Escolar aprovada em 1946, bem como a inserção no arcabouço jurídico da promulgação de leis periódicas agrícolas a partir de 1948.

O que está em jogo nessa questão é a articulação de programas que tivessem o apoio e direcionamento substancial do Estado, que ao mesmo tempo, suprisse demandas estratégicas, como as carências alimentares por um lado, e por outro, correspondesse à lógica e aos interesses econômicos, tanto dos industriais, como dos grandes produtores. Em 1954, foi aprovado a Lei de Desenvolvimento do Comércio Agrícola e de Ajuda, que visava a regulamentação para o incentivo de escoação do excedente da produção, composta por estratégias de exportações subsidiadas e doações de alimentos para países pobres. Eis, portanto, além de incentivar o consumo de seus produtos, há também a inserção de novos hábitos alimentares, como foi visto na América Latina e Brasil com a introdução dos derivados de trigo para consumo rotineiro, que acabaram substituindo alimentos tradicionais. É desse período, mais precisamente a partir de 1964, a inserção do que conhecemos como vale alimentação, que em sua origem, visava ajudar pessoas e famílias que não conseguiam o acesso aos alimentos por seus próprios meios.

No entanto, mesmo com essas políticas e, de certa forma, com a suprimimento necessário quanto ao acesso, até mesmo em abundância da alimentação, nota-se um elemento ‘novo’ no debate – sobretudo a partir dos anos de 1965 – que a sociedade nos Estados Unidos da América sofria de fome e má nutrição. De um lado, a subnutrição e de outro o sobre consumo, fizeram com que os debates e as políticas voltassem a se preocupar e buscar alternativas através de assistência alimentar, com a qualidade e, também com o consumo em quantidade certa dos alimentos. Este entendimento, passa a incorporar o conceito de ‘segurança’ este elemento mais relacionado à questão nutricional, que em certa medida, o constitui até os dias de hoje.

Este processo histórico e de organização social e política, na tentativa de gerenciar os processos econômicos, políticos e sociais é que vão compondo o conteúdo histórico da Segurança Alimentar e, portanto, a partir dos anos de 1980, os Estados Unidos acabam de lançar mão da noção de Segurança Alimentar como política pública, que é expressada na Lei de Segurança Alimentar em 1986, que organizava no marco jurídico estatal os diversos programas alimentares e agrícolas. De acordo com Maluf (2009, p. 37), por “segurança

alimentar entendia-se formar e gerir estoques governamentais de alimentos (escassez eventual e regulação dos preços ao consumidor), e adotar programas alimentares voltados para populações carentes e aspectos nutricionais”.

Dada a natureza substancial das relações materiais e como vai sendo organizado os processos políticos e econômicos, temos a consolidação de uma prática que corresponde aos interesses de pelo menos três setores hegemônicos: 1- sistemas de governos; 2- organismos internacionais que discutem e propõem as ações e metas para o mundo; e, 3- os representantes do grande mercado/negócio alimentar. Desse modo, o que está implícito nesses interesses é o desenvolvimento das condições objetivas de incorporação do setor alimentar no processo de acumulação do capital, e, de acordo com Maluf (2009), os desdobramentos se dariam na medida em que se pudesse:

Intensificar a produção mesmo que com impactos sociais e ambientais negativos e expandir o comércio internacional em benefício dos países e setores econômicos mais produtivos (*food security*); (b) Regulamentar os fatores que afetam a segurança dos alimentos (*food safety*); (c) adotar amplos programas alimentares ou de suplementação de renda para os segmentos sociais mais carentes. (MALUF, 2009, p. 37).

Com o fortalecimento do processo de neoliberalização da economia, de maneira mais intensa a partir da década de 1990, esses parâmetros que foram aos poucos sendo elaborados para garantir a Segurança Alimentar, passaram a figurar em segundo plano, tornando prioritário – como nos aponta a literatura –, que ao invés de considerar estratégico a Segurança Alimentar, a preocupação central passou a mover-se em direção à ‘segurança’ da produção e da atividade agrícola e a garantia da renda dos agricultores.

Manteve-se a preocupação de garantir a indivíduos e domicílios o “acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável”, com permanente ampliação dos programas de assistência alimentar, incluindo a edição de uma Lei de Prevenção à Fome (1988). Os levantamentos oficiais revelam que a insegurança alimentar vem se reduzindo desde 1995, porém, em 2004, 11,9% dos domicílios estadunidenses vivenciaram esta condição em algum momento do ano, sendo que um terço deles (4,4 milhões ou 3,9% do total) um ou mais dos seus membros sofreram fome (“insegurança alimentar com fome”). Os dois terços que puderam evitar a fome o fizeram reduzindo a variedade da dieta e recorrendo aos programas alimentares federais e fontes comunitárias de assistência. Esses percentuais são bastante mais elevados nos domicílios abaixo da linha oficial da pobreza, naqueles conduzidos por mulheres solteiras com crianças e nos de população negra hispânica (NORD et al., 2005). (MALUF, 2009, p. 38).

Dado a diversidade de programas de auxílios tendo em vista a Segurança Alimentar nos Estados Unidos, em média, um em cada cinco habitantes tem acesso ou participa de pelo menos um dos programas de assistência alimentar e nutricional conduzidos pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Os quinze programas de

assistência alimentar, consumiram um total de US\$ 51 bilhões em 2005, valores que equivalem a 55% do total do orçamento destinado ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), tendo, portanto, um direcionamento maior de valores nesses programas de assistência alimentar do que para a política agrícola (MALUF, 2009). E nessas estratégias,

Os cinco maiores programas consumiram, em 2005, 95% dos recursos totais: US\$ 31 bilhões para o vale alimentação (*Food Stamp*); US\$ 8 bilhões com refeições escolares (*School Lunch*); US\$ 5 bilhões com suplementação alimentar para mulheres e crianças; US\$ 2,1 bilhões com alimentações subsidiadas de crianças e adultos (*Child and Adult Care*); US\$ 1,9 bilhão com café da manhã escolar (*School Breakfast*). [...]. (MALUF, 2009, p. 39)<sup>118</sup>.

A nova Lei de Segurança de Alimentos dos Estados Unidos, *Food Safety Modernisation Act* que tem por objetivo zelar pelas condições de segurança dos seus habitantes e o necessário cuidado com os seus alimentos produzidos, consumidos e comercializados, incorpora novos elementos e referenciais. Há a indicação de maior controle e aprimoramento da segurança dos alimentos (*Food Safety*), para garantir a inocuidade dos gêneros alimentícios colocados ao consumo, prevenir a circulação de alimentos com qualidade duvidosa ou ruim e com informações débeis, que possam causar danos à saúde. Além disso, nestes últimos anos, estes tipos de medidas de segurança foram elevados para um ‘alto grau de precaução’, com a aprovação da Lei de antiterrorismo, por exemplo,

[...], em decorrência, aparentemente, de dois fatores principais, (BUZBY; UNNEVEHR; ROBERTS, 2008; BROOKS; BUZBY; REGMI, 2009). Um é a precaução antiterrorista. Receia-se que alimentos possam ser utilizados para impingir terror à população americana. Por isso, medidas foram aprovadas desde 2002, como a Bioterrorism Act [...], para garantir que os alimentos produzidos em solo americano ou importados sejam inofensivos. Outro fator é o consistente aumento na importação de comida, principalmente de gêneros prontos para consumo. (LIMA, 2011, p. 70).

Medidas formalmente anunciadas como a preocupação com a saúde pública, na verdade podem esconder interesses e medidas protecionistas que são erguidas essencialmente por motivos econômicos e políticos, causando externalidades negativas, tanto em âmbito interno, como externo<sup>119</sup>. Alguns apontamentos demonstram que a necessidade de melhorar as

<sup>118</sup> Maluf referencia-se em Oliveira (2006) ao trabalhar com os dados da presente citação. Ref. OLIVEIRA, V. *The food assistance landscape – March 2006*. Washington (DC): Usda/ERS, 2006 [EIB 6-2, Feb 2006].

<sup>119</sup> “No plano interno, a agricultura intensivamente apoiada na mecanização e na utilização de insumos químicos e biológicos produz indesejáveis efeitos ecológicos. No plano externo, os incentivos estatais à produção e à exportação por meio de subsídios fortalecem artificialmente a competitividade agrícola norte-americana, prejudicando produtores e exportadores em outros países. Estes fatos não passam despercebidos e são motes de campanhas de contestação tanto no país, por pequenos agricultores e ambientalistas, quanto fora deste, seja por organizações não governamentais, seja por Estados em negociações internacionais. A despeito de todas as críticas e do flagrante desrespeito ao direito internacional, como no caso da concessão de subsídios agrícolas ao

condições objetivas para a prevenção, conforme prevê a lei, se dá devido ao fato de que há o aumento na importação de comida, de gêneros prontos de países em desenvolvimento ou pobres, tendo em vista que até a iniciativa da aprovação da lei, essa relação se dava fundamentalmente com países desenvolvidos, em sua maioria da União Européia e Canadá.

Dados recentes demonstram que em geral, os programas de assistência alimentar e nutricional continuam recebendo volumosos valores. O exemplo pode ser verificado no ano fiscal de 2010, onde 95 bilhões de dólares foram destinados a esses programas, representando, portanto, dois terços dos recursos designados ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). No ano de 2011, o Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP) – antigo ‘*Food Stamp*’ demandou o volume de 65 bilhões de dólares (LIMA, 2011).

Considerando estas informações, vemos que programas com essa envergadura e alcance demandam grandes volumes de recursos públicos não comum na maioria dos países, e que, dentro dessa lógica, a reprodução sistêmica além da base do fundo público, se dá também pelos processos com altos impactos ambientais e sociais expressão da racionalidade do modo de produção vigente. Sendo o ponto nodal do conteúdo histórico da Segurança Alimentar, o atendimento aos anseios e interesses, primordialmente econômicos e políticos e através da mecânica da racionalidade estatal, a materialidade social nos Estados Unidos é composta também por problemas de fome e desnutrição, que por exemplo, na realidade infantil estes aspectos são bastante dramáticos<sup>120</sup>.

Na Europa esse processo começou um pouco mais tarde. Foi sobretudo a partir dos problemas de fome e da destruição como consequência da Segunda Guerra Mundial que a Europa coloca na pauta – em centralidade inclusive – a questão da alimentação. As iniciativas práticas contribuíram para um sistema de integração e um conjunto de políticas – como por exemplo o Tratado de Roma de 1957 – que se mostraram eficientes, dado a grandiosidade dos problemas a serem enfrentados em um continente com vários países com infraestrutura destruídas. De acordo com Maluf (2009, p. 40) esse tratado foi o início da integração e “trazia inscrito o objetivo da ‘garantia de segurança do abastecimento [alimentar] a preços razoáveis e estáveis aos consumidores e aos produtores’”. A Política Agrícola Comum (PAC) adotada a partir de 1967, portanto, assentava-se nessa base.

---

algodão, o modelo político que confere segurança alimentar ao país permanece inalterado”. (LIMA, 2011, p. 70).

<sup>120</sup> Dados recentes do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) apontam uma realidade, que não é muito publicitada pelos veículos de comunicação. Uma em cada cinco crianças – de um total de dezesseis milhões – lutam contra a fome nesse país. Como sabemos, a literatura nos indica, de maneira generalizada, de que uma boa alimentação e nutrição tem incidência e implicações para o futuro nas diferentes dimensões da vida humana, tais como: saúde mental e física, desempenho escolar e nas relações de trabalho. (Ver mais em [www.revistapublicitta.com.br](http://www.revistapublicitta.com.br)).

O quadro social pós-guerra, caracterizava-se, sobretudo pelas situações de escassez e pela busca da melhoria das condições tanto produtiva, mas também ao acesso, haja visto que, um alto índice – chegando em torno de 65% no final da década de 1950 – da renda individual ou familiar ficava diretamente comprometido com a aquisição de alimentos. Com o intuito de obter a Segurança Alimentar e avançar nas condições materiais a um patamar mais elevado de autosuficiência, as políticas tiveram como orientação o aumento da produção e da produtividade.

A segurança no abastecimento e a progressiva redução do custo da alimentação no orçamento familiar resultaram na conjunção de aumentos na produção e na produtividade agrícola e agroindustrial, elevação do poder de compra das famílias e regulação dos mercados agrícolas. São bastante conhecidas as instituições que compuseram o Estado do bem-estar social europeu. No que se refere à regularização dos mercados, ela englobava compatibilizar, não sem tensões, os objetivos de atenuar o impacto dos preços dos alimentos sobre o poder de compra das famílias, em simultâneo ao estímulo à produção visando assegurar um bom padrão de vida para os agricultores. [...]. (MALUF, 2009, p. 40).

Para atingir os objetivos propostos a racionalidade sistêmica operou com o ‘receituário do mercado’ colocado em funcionamento no mundo naquele momento. Medidas protetoras contra o ingresso de produtos de outras regiões e países, atendimento às necessidades internas na manutenção e sustentação de preços e, fundamentalmente, políticas que visaram subsidiar os processos de exportações agroalimentares para comercializar o excedente produtivo dos gêneros alimentícios. Na prática a lógica é coincidente com a forma desenvolvida e os mecanismos utilizados nos Estados Unidos da América, como vimos anteriormente. Os recursos do fundo público transferidos aos produtores foram e são em grande quantidade e, que instigam uma natureza da prática de proteção, – do ponto de vista econômico –, bastante eurocêntrica.

[...]. Essa proteção é paga, em grande medida, pela sociedade europeia por meio do uso de recursos orçamentários próprios ou admitindo preços internos superiores aos internacionais, porém ela acarreta ônus para os demais países que sofrem a concorrência das exportações europeias subsidiadas ou têm dificuldades para colocar seus próprios produtos no mercado europeu. **Tratam-se de políticas alegadamente soberanas que, contudo, contêm componentes que comprometem a soberania e segurança alimentar dos demais países.** (MALUF, 2009, p. 41 (*Grifos meus*)).

Considerando que é quase uma abertura de parênteses na reflexão, estes aspectos corroboram com alguns apontamentos acerca das discussões feitas em itens anteriores e posteriores, acerca do conceito e noção de ‘Soberania’ que se deve aplicar quando tratar da Soberania Alimentar – partindo de seus princípios fundamentais – tendo em vista que a Soberania Nacional no sentido clássico, reproduz a lógica hegemônica do espírito concorrencial em determinados aspectos, ou protecionistas em outros pontos. O que de fato

consolida a Segurança Alimentar no âmbito (intra)sistêmico a partir das melhores condições objetivas que, portanto, se tornam determinantes no conjunto das relações produtivas e comerciais e corroboram substancialmente para os processos de dominação dos povos.

Há também alguns países altamente industrializados e com pequena área para cultivo agrícola. O maior exemplo é o Japão que, devido esse limite territorial para a produção de alimentos, ancora suas estratégias em vista ao objetivo da Segurança Alimentar, fundamentalmente, na importação e na proteção da prática e produção agrícola interna<sup>121</sup>, sobretudo, na busca de desenvolver elementos fundamentais que impeçam o desenvolvimento de um projeto agrícola que fosse e que seja socialmente intolerável. “A orientação predominante no Japão, neste campo, englobava segurança e estabilidade na oferta de alimentos, garantia de uma dieta básica, proteção dos recursos nacionais e preservação de comunidades rurais” (MALUF, 2009, p. 44).

Considerando os elementos até aqui debatidos vemos que, houve um processo de maturação, tanto das iniciativas econômico-corporativas, quanto das políticas públicas que, ao buscar a Segurança Alimentar, instituíram um ‘regime alimentar’ e, portanto, um ‘Sistema Agroalimentar’, onde a função da política indutora nacional é tratar o alimento, fundamentalmente como mercadoria, e, neste sentido, as práticas implantadas geram tensões também no plano internacional. Do ponto de vista dos países com condições objetivas para a aplicar a dominação, o que está em primeira ordem é a instituição de um sistema de excedentes, para ser colocado como estratégia nas práticas e relações comerciais (dominação) e controle de outras nações. No entanto, essa política de excedentes, sobretudo a partir das crises no sistema do capital a partir dos anos de 1970, passa a ser regulada mais pelas forças transnacionais (industrial e financeira) do que por políticas internas nacionais<sup>122</sup>.

Dado que a organização econômica se tornou transnacional, há o aumento das dificuldades de regulação nacional de qualquer setor econômico-produtivo<sup>123</sup>. Vemos, portanto, nesse contexto, a explícita interferência em estruturas reguladoras nacionais pelas corporações transnacionais, o que de fato tem início, nessa perspectiva, é a regulação no âmbito global, privada, que dá as cartas para o funcionamento e organização do Sistema Agroalimentar.

---

<sup>121</sup> Exemplo disso é a política de proteção à produção de arroz, onde se aplica aos produtores um preço superior ao de mercado. Esta política garante a autossuficiência interna nesse produto.

<sup>122</sup> Como vimos é consolidação e fortalecimento de um ‘Regime Alimentar’ corporativo.

<sup>123</sup> Ao menos que seja para garantir a efetividade das decisões interessadas pelas grandes corporações como analisamos anteriormente. Neste sentido, ‘falar’ em Soberania Nacional ou de regulação tendo como fundamento os interesses sociais internos, pode incorrer em expressões conceituais que não expressam o verdadeiro movimento do real.

[...] a emergência da concepção de “segurança alimentar global” que fez parte da internacionalização da questão alimentar. Ela evidencia, de um lado, a interação e mútua determinação entre múltiplos fatores que condicionam, em âmbito internacional, a questão alimentar, como são as tendências da produção e consumo alimentar, as estratégias dos agentes privados e a atuação dos governos e outros organismos públicos. De outro lado, porém, **a questão da segurança alimentar global foi trazida à tona como expressão da produção e do comércio de alimentos em escala mundial, com o intuito de valorizar o papel dos mercados e do comércio internacional de alimentos.** Segundo McMichael (2004), a **epistemologia do mercado atingiu sua forma mais elevada na formulação neoliberal da segurança alimentar como sendo um arranjo global.** (MALUF, 2009, p. 52 – 53 (*Grifos meus*)).

De certa maneira todos esses elementos e mecanismos contribuem de forma substancial para a conformação do ‘modelo’ agroalimentar, sendo as bases e o conteúdo histórico de como se entende as ações que visam a Segurança Alimentar. É importante destacar, seguindo algumas reflexões de Harriet Friedman, que assentar o ponto regulatório em interesses corporativos e competitivos significa que a regra sistêmica se materializa em constante instabilidade. E do ponto de vista mais geral, esse processo todo que foi se instalando no mundo, teve a sua difusão e implantação, por alguns mecanismos fundamentais, tais como: a ação e os processos de territorialização das corporações transnacionais, o desenvolvimento pela racionalidade estatal nos mais diversos países, das políticas públicas correspondentes a efetivação desse processo e, de igual forma, a forte influência de setores, também corporativos, assentado sob a mesma ritualística e correspondendo a práticas análogas, através de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias.

Dado o engendramento da materialidade em que foi se constituindo, sendo lapidado e fundamentalmente suas prerrogativas executadas, o conceito de Segurança Alimentar acolhe e representa de maneira sistemática, as condições e razões objetivadas do grande negócio tendo como principal articulador o Estado num primeiro momento e, na atualidade correspondendo aos interesses corporativos. Porém há países em que o entendimento de Segurança Alimentar e Nutricional indica alguns elementos que dinamizam a sua compreensão e instigam uma participação social, como o caso do Brasil.

Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de refeições, instalação de refeitórios populares subsidiados, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do Programa Bolsa Família. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 714 – 715).

Do ponto de vista emergencial, colocar em prática essas ações corroboram para a amenização do problema, sem, contudo, incidir em mudanças substanciais a curto prazo e a



longo prazo. Salvaguarda-se algumas especificidades, tendo em vista que nos processos de mediação, no conjunto da obra, pode atingir algumas dimensões sociais que se inscrevem como efeitos positivos, como medidas corretivas, e que contribuem para melhorar as condições sociais da classe trabalhadora. É o caso de algumas políticas públicas, que embora permeadas de contradições se tornam imperativos que orientam, a partir da necessidade, processos de inclusão e de valorização de práticas sociais, até então não presentes na vida dessas pessoas beneficiárias.

### 1.6.2 Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: entre a carga semântica, o debate (político) e as políticas públicas

Figurando no topo entre os países com maior desigualdade social, o Brasil sofre as consequências de sua constituição histórica e da composição de nossa genética social. Neste sentido, os problemas da fome, da desnutrição, da subnutrição compõem o grande arsenal de limitantes objetivos para a composição de uma sociedade mais justa e igualitária. Como bem destaca Maluf (2009, p. 10) “[...]. *Entre as manifestações de desigualdade encontra-se o acesso custoso ou insuficiente aos alimentos, ao mesmo tempo em que estes se constituem em fontes de vultuosos lucros apropriados pelas grandes corporações industriais e comerciais e pelos grandes produtores agrícolas*” (Grifos meus). A pobreza e a miséria que vemos cotidianamente é apenas a visão parcial desse grande problema, tendo em vista que este se amplia, quando tratamos dos graves problemas às pessoas e à sociedade como um todo, das consequências da fome oculta, persistente e presente nas condições existenciais dos trabalhadores urbanos e rurais, que dado às condições materiais sobrevivem com baixa renda.

É neste sentido que, podemos afirmar que, no “*contexto das políticas públicas brasileiras, a **fome** é o problema que coloca em pauta a temática da alimentação e nutrição. Ela é identificada como uma demanda, mas ainda hoje não suficientemente problematizada, o que sistematicamente adia a sua resolução política*”. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 122, (Grifos em negrito e itálico meus)).

Este recorte em analisar a experiência brasileira é ‘demandado/induzido’ pela própria apreensão do movimento da realidade e das contradições objetivas que se traduz em percepção e perspectiva que, em boa medida se diferencia e têm conteúdo material e explicativo, com características próprias e, portanto, com sentido diferente do que se constituiu nos Estados Unidos e na Europa.

Nos últimos anos, a experiência brasileira – sobretudo a partir do ano de 2003 até 2015 – tem sido considerada exitosa a partir da concepção, execução de políticas de combate à fome e à miséria, bem como, pelo poder de indução e articulação intersetorial dessas políticas. Contudo, a distância, ou a diferença nas formulações brasileiras acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, em relação à outras partes do mundo (fundamentalmente no período entre 1994 – 2015), se dá substancialmente pelo imbricamento entre dois aspectos: **1- no Brasil os Movimentos e Organizações Sociais de base popular ‘sentem na pele’ o que é ter uma classe dominante que cultua e cultiva uma perspectiva de capitalismo dependente e que tem desprezo pelo povo [trabalhador/pobre] e pelo bem-estar da sociedade; 2- se por um lado há um avanço na compreensão desenvolvida pelos Movimentos e Organizações sociais de base popular do que aponta e significa a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a Soberania Alimentar, por outro, a classe dominante por dentro do Estado, dificulta – e dependendo do contexto histórico e da relação de forças – faz avançar pouco as medidas objetivas que foram pelas bases populares proclamadas**<sup>124</sup>.

O processo de luta pela redemocratização do país na década de 80, o tema do combate à fome em suas diversas dimensões volta a compor os debates e as proposições das políticas públicas.

Destaca-se, entretanto os pequenos, mas significativos avanços acerca do acesso ao alimento, possibilitados pelos programas de distribuição direta – de renda – entre outros tipos de apoio no Brasil nas mais diversas áreas estratégicas nestes últimos anos<sup>125</sup>.

[...] nota-se que o Brasil dispõe de um bom número de programas públicos voltados para atenuar os malefícios causados pela privação de alimentos ou nutrientes, ao lado das ações de solidariedade e apoio de famílias e entidades para com aqueles

<sup>124</sup> Desenvolvemos também uma análise – porém optamos em não incorporar à tese – sobre as principais ações e políticas de Segurança Alimentar [e Nutricional] no período entre 1930 – 1980. Com base em autores como: SILVA (1995); PINHEIRO e CARVALHO (2010), destacam-se: a criação em 1940 por Getúlio Vargas dos Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS), ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e durou até 1967; Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) onde Josué de Castro torna-se diretor em 1943; constituição – em substituição à STAN – da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945 ligada ao Conselho Federal de Comércio Exterior, teve na direção Josué de Castro até 1954; oficialização do Plano Nacional de Alimentação em 1952; criação em 1962 da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL); substituição da CNA pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde; instituição do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) para o período de 1976 – 1979. Além do percurso analítico desenvolvido na sequência deste Capítulo, maiores evidências teremos no Capítulo III ao discutirmos os Relatórios Finais das Cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e as políticas públicas eleitas para análise.

<sup>125</sup> Vários indicadores sociais apresentaram melhora nestas últimas décadas. Dentre eles, podemos citar: escolaridade, aumento no nível médio da renda do brasileiro, diminuição no índice de mortalidade infantil, diminuição na desnutrição infantil, aumento da expectativa de vida, diminuição da fome total entre a população adulta, saúde, entre outros.

indivíduos e grupos sociais que se encontram em estado de carência. Nos últimos anos, a sociedade brasileira vem sendo sensibilizada para a condição dos que não têm acesso adequado aos alimentos. Crescem também as referências à outra faceta da má alimentação que é a obesidade, presente entre ricos e pobres. (MALUF, 2009, p. 12).

Do mesmo modo que ocorreu em nível internacional, a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil vai se constituindo no decorrer do tempo<sup>126</sup>. São vários os aspectos que compuseram o processo desde a construção da noção lapidada historicamente, sua apropriação e o desenvolvimento conceitual que hoje tem sido hegemonicamente adotado no Brasil, e que pela natureza constituída tem embasado as proposições de políticas públicas. De modo geral, o entendimento que se tem acerca do conceito, do seu conteúdo histórico, é composto pelos passos dados, pelas discussões desenvolvidas por um período que contempla mais de três décadas.

A partir do processo de redemocratização do país na década de 1980, que já representava uma maior participação social, um conjunto de processos e estratégias ganharam força, na busca de implementar de maneira prática todas as aspirações que foram expressas nesse momento de transformação e de representação política. É este o contexto que possibilita que haja um acúmulo conceitual e capacidade explicativa expressando as contradições materiais, sendo, portanto, a base da questão da Segurança Alimentar e Nutricional, hoje advogada, e, de certa forma implementada na/pela sociedade brasileira.

As bases sociais, as investigações, os diagnósticos anunciam e denunciam de forma objetiva o processo de ‘insegurança alimentar e nutricional’ que existia e que existe ainda na atualidade de nosso país. Os elementos teórico-conceituais, políticos e econômicos que nesse processo de embate social, são tensionados, passam a constituir e dar os subsídios para a composição da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional em elaboração no Brasil e, como consequência, apontam a necessidade urgente de se pensar a ‘Política Nacional’ de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

No terreno da política pública no Brasil, a partir de 1985, a questão da Segurança Alimentar – que já se constitui em um arcabouço temático construídos nesses diferentes momentos de discussões – passa a ser a estratégia e, fundamentalmente a referência para as diretrizes e metas a serem alcançadas por ações e políticas públicas que visassem a superação

---

<sup>126</sup> Inegáveis são as contribuições e o pioneirismo de Josué de Castro. No entanto, esta noção mais atual, tem seu escopo constituído fundamentalmente a partir dos processos que culminaram na redemocratização do Brasil e seguintes, e que hoje está sendo adotado no país. Vale destacar que o alcance no mundo, das elaborações de Josué de Castro, possibilitou os pilares e as bases que passam a sustentar o debate acerca dos problemas da fome nas suas diferentes dimensões.

da fome. Em outras palavras, as proposições nas inovações das peças legais e sistêmicas, de maneira geral alimentavam-se no ‘caldo’ dessas discussões e dessas elaborações.

As informações e as elaborações, tanto das discussões públicas, quanto dos documentos técnicos<sup>127</sup> passam a subsidiar as decisões e as implementações de políticas, além de ir constituindo o *corpus*, a potencialidade semântica, e as chaves de abertura da participação popular. As informações levantadas e organizadas em pareceres técnicos, embora num primeiro momento não tenham induzidos a muitas consequências práticas, trouxeram em seu interior um conjunto de informações e dados que se tornaram base das principais indicações de pautas e elementos a serem inseridos no arcabouço da temática, bem como, deram substanciais direcionamentos nos passos seguintes das políticas e das discussões e elaborações.

No caso desse relatório técnico solicitado pela Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura, dois aspectos fundamentais figuram no interior desse documento: o *primeiro*, diz respeito às diretrizes de uma proposta para uma Política Nacional de Segurança Alimentar e, *segundo*, é a indicação da necessidade de se instituir um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (o CONSEA). Além desses aspectos, o documento apontou alguns objetivos fundamentais: 1- atender as necessidades alimentares da população e, 2- buscar atingir a autossuficiência produtiva nacional de alimentos. (MALUF, 2009).

Como sabemos, a partir da redemocratização do país, houve o aumento da participação da sociedade, nas lutas, nas indicações, nas elaborações e proposições das políticas públicas. Além do conteúdo em questão, que se veiculava mais organicamente via participação, as formas e os espaços – o *locus* – de participação, também tiveram avanços. As conferências nas mais diversas áreas e esferas, com as quais opera a racionalidade estatal, são o maior exemplo. É justamente nesse processo que um outro momento se torna referência no Brasil em que se consolida um passo a mais nas discussões acerca da Segurança Alimentar.

No contexto das mobilizações – que expressaram o espírito da época – na área da saúde, é que se insere o debate da questão alimentar. Trata-se da Primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição<sup>128</sup>, [que ocorre como uma conferência setorial], como parte constituinte da Oitava Conferência Nacional de Saúde<sup>129</sup>, onde foi possível promover um amplo debate que contribuiu para uma renovada leitura acerca da alimentação e a

---

<sup>127</sup> Um exemplo é o documento denominado de “Segurança Alimentar – proposta de uma política contra a fome” elaborado por uma equipe de técnicos correspondendo à uma demanda oriunda da Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura em 1993.

<sup>128</sup> Promovida pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1986.

<sup>129</sup> Nessa Conferência reuniram-se técnicos e movimentos sociais (de base popular).

apreensão das contradições materiais que constituem a problemática, para subsidiar o entendimento em construção. É neste momento que, segundo Schneider e Frozi (2015, p. 44), “[...] a alimentação deixa de ser vista somente como benefício e passa a ser considerada como direito (Costa; Pascual, 2006)”, (*Grifos meus*). Além do conjunto de aspectos referenciais que ganharam contornos mais elevados, com força material nos passos seguintes, está a incorporação do aspecto nutricional, ou seja, um adjetivo a mais nesse conjunto categorial explicativo, que se faz presente entre nós até hoje<sup>130</sup>.

[...]. Ela propunha a instituição de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição que formulasse a Política Nacional de Alimentação e Nutrição que viria a ser adotada, oficialmente, em 1999. O formato do conselho e várias diretrizes da política sugerida eram bastante próximas da proposição antes referida. Note-se, ainda, que a Conferência sugeriu a instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional integrado, por Conselhos e sistemas nas esferas estadual e municipal, proposição que viria a ser retomada, em 2004, pela II Conferência Nacional de SAN e pelo CONSEA. (MALUF, 2009, p. 81).

As manifestações físicas (de maneira total ou parcial), tanto da desnutrição quanto da obesidade, agora são encarados com maior rigorosidade pelos profissionais da saúde e apreendidos pelos trabalhadores que fazem o debate e o tensionamento com a racionalidade estatal. Na luta por políticas públicas, conseguem a partir desses ‘problemas’ – que são questões em potência e condições objetivas que demarcam as razões do debate –, transformar em ‘questões’ com potencialidades de serem trabalhadas e as possibilidades de resolução, construídas. A percepção e a apreensão que se fez sobre a totalidade e a complexidade do problema da fome alimentou os debates acerca da necessidade de tratar essa questão com a perspectiva da multidimensionalidade que ela requer. De acordo com Pinheiro e Carvalho (2010, p. 122), “[...] evidências científicas e sociais confirmaram a necessidade de se abordar a má alimentação e nutrição como fenômeno capaz de gerar quadros nutricionais contraditórios e desiguais que explicam a coexistência da desnutrição e da obesidade”.

Nos anos de 1991, 1992 e 1993 um conjunto de discussões, por parte da sociedade civil, possibilitaram mais alguns passos significativos nesse processo. Temos por exemplo, com início em 1991 a elaboração e a divulgação de vários elementos, estratégias que configuram, nos anos seguintes, a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Essa proposição é oriunda do acúmulo de discussões desenvolvidas pelo Governo Paralelo<sup>131</sup>,

<sup>130</sup> No Brasil, portanto, se utiliza “Segurança Alimentar e Nutricional” (SAN). E, numa perspectiva histórica, vemos que as elaborações de Josué de Castro já tratavam a questão da fome com essa perspectiva mais multidimensional, incluindo, por exemplo, elementos fundamentais sobre a questão nutricional.

<sup>131</sup> Instituto criado pelo Partido dos Trabalhadores e presidido na época por Luiz Inácio Lula da Silva. A proposta desenvolvida pelo Governo Paralelo contemplava o acúmulo de discussões, por exemplo já manifestadas no documento de 1985, e amplia trazendo para o debate novas dimensões da saúde e nutrição e

organizado pelo Partido dos Trabalhadores. Após o impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo em 1992, o presidente Itamar Franco coloca em suas estratégias de governo e assume o compromisso de elaborar políticas para o combate à fome, considerando fundamentalmente o conteúdo e a forma proposta no/pelo documento do Governo Paralelo<sup>132</sup>. A literatura aponta que estas proposições tiveram um maior impacto e maior influência na elaboração das políticas e ações do Estado, do que as anteriores, em pelo menos dois aspectos, como nos confirma Maluf:

**Primeiro**, o combate à fome foi incluído entre as prioridades do Movimento pela Ética na Política, no bojo da mobilização social que levou ao impedimento do Presidente Fernando Collor. Daquele movimento originou-se, em 1993, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que tinha Herbert de Souza (Betinho) entre seus líderes e mobilizou milhares de pessoas sob o lema “A fome não pode esperar”. O **segundo** fator foi a aceitação da proposta do Governo Paralelo pelo então Presidente Itamar Franco, também em 1993, tomando-a como referência para a instituição do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea. (MALUF, 2009, p. 81 – 82, (*Grifos meus*)).

A incorporação de forma gradativa construída nos diferentes momentos e espaços e, sobretudo, a partir das proposições de diferentes e novos elementos, chega-se nas condições de um entendimento mais global. Ou seja, a necessidade de que as diferentes dimensões que foram aos poucos se incorporando no entendimento, fosse tornado objetivo estratégico de qualquer governo. É a partir deste entendimento que se colocaria a necessidade de os governos pensarem as políticas de forma articulada e correspondente ao todo do processo que envolve a questão alimentar. Como bem destaca Maluf (2009, p. 82) de que o governo “[...] *nuclearia as políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos, incorporando a perspectiva de descentralização e diferenciação regional*” (*Grifos meus*).

Nota-se, portanto, certa similaridade com o que ocorre no mundo, e que, a busca da Segurança Alimentar e Nutricional dar-se-á como estratégia de longo prazo. É neste sentido, que o entendimento apontou para a necessidade de que, paralelamente a esse objetivo estratégico, as ações emergenciais para combater a fome presente num contingente enorme de pessoas, pudesse estar presente nas políticas. Compõem também os diversos aspectos que

---

que são transformadas em matrizes e compõem a unidade do escopo em termos de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>132</sup> O desdobramento dessa iniciativa foi a elaboração em 1993 do “Mapa da Fome – Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar”, que culminou no plano de Combate a Fome. Há nesse processo, a relevante contribuição do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O IBASE é uma organização de cidadania ativa e não busca fins lucrativos e foi fundado após a anistia política por Herbert de Souza (Betinho), e seus companheiros de exílio Marcos Arruda e Carlos Afonso. A sua efetivação data de 1981. ([www.ibase.br](http://www.ibase.br): Acesso em 20/08/2016).

buscam no horizonte a Segurança Alimentar e Nutricional, o incentivo às práticas alimentares saudáveis, uma maior proximidade dos agentes estatais no controle da qualidade de alimentos, a vigilância nutricional e diversas outras medidas no campo da saúde<sup>133</sup> (MALUF, 2009).

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (1º CONSEA)<sup>134</sup> que ocorreu em abril de 1993, representa mais um passo desse processo onde as bases sociais passam a ter mais uma instância de discussão e proposição e, portanto, a localizarem suas demandas e proposições. Há nesse período histórico, dado o espírito do tempo lapidado pela/na participação da sociedade – na década anterior na luta da redemocratização do país – significativo avanço e a constituição desses espaços se inscrevem como inovadores. No entanto, vemos que **as ações se dão na [co]relação de forças [condensadas]**<sup>135</sup>, e nesse sentido, muitas foram as contradições que adentraram nesse processo e impediram mudanças mais substanciais.

[...]. Foi uma experiência marcada pelas naturais tensões entre os atores participantes, por exemplo nas relações entre a representação social e os setores do governo, bem como por limitações político-institucionais próprias das circunstâncias que caracterizaram o breve Governo Itamar Franco. (MALUF, 2009, p. 83).

Toda **prática é transformadora**. Neste sentido, o acúmulo produzido pelo debate e no embate, representa e demonstra a atuação da sociedade civil e da racionalidade estatal a partir da representação governamental. Como, já demonstrado, são passos e espaços que vão introduzindo a questão da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política como demanda de interesse nacional. Mesmo sendo um período relativamente curto – 1993 e 1994 – , avanços foram conseguidos, como por exemplo, algumas iniciativas relevantes na implementação de alguns programas que trataram da alimentação e da nutrição.

O segundo balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria (PELIANO, 1994), destaca que algumas iniciativas e percepções oriundas dessas discussões, ajudam a ressignificar políticas com certa longevidade, como por exemplo: o Programa de Alimentação

<sup>133</sup> Apesar desses aspectos se inscreverem como pontos positivos nesse processo, dada a natureza da forma e conteúdo como age a racionalidade estatal – já explicitada nos itens anteriores – bem, como as condições objetivadas na correlação de forças classistas, é que podemos apontar que as políticas públicas objetivadas a partir da constituição histórica da Segurança Alimentar e Nutricional e desses processos, não são suficientes e não se inscrevem como processos puramente emancipatórios. Vemos que muitas dessas orientações estatais tem servido para ampliar a dominação dos trabalhadores. Para ilustrar, basta um deles, a questão da vigilância sanitária que se coloca como poder de imposição e limitante, por exemplo, para camponeses produzirem alguns produtos de valor agregado maior.

<sup>134</sup> Órgão coletivo de consulta e assessoria da Presidência da República. Enquanto forma de representação era composto pelo segmento governamental e não governamental. Sua primeira composição: “10 ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil designados por iniciativa do Presidente da República a partir de indicações do Movimento pela Ética na Política” (MALUF, 2009, p. 82 – 83).

<sup>135</sup> Teoricamente trataremos mais elementos no Capítulo III na discussão acerca das Concepções de Estado à luz do Materialismo Histórico Dialético.

do Trabalhador (PAT), processos de descentralização da alimentação escolar, distribuição de alimentos às pessoas em vulnerabilidade social a partir de estoques públicos, ações que visavam o atendimento à infância, aos assentamentos rurais e programas de incentivo à geração de renda e trabalho.

O primeiro CONSEA, além de contribuir com os debates e nas elaborações de políticas perante o governo federal, realiza a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA)<sup>136</sup> com o tema “**Fome: Uma Questão Nacional**” que teve grande adesão e participação de organizações e movimentos da sociedade civil. Toda a conferência como *locus* de debate e participação, é um momento de síntese (do debate acumulado, expressado quase sempre no documento base), espaço para reflexão, avaliação e formulação de novas agendas, e, ponto de partida das principais indicações, tanto para a sociedade civil, quanto para a racionalidade estatal<sup>137</sup>. Segundo Burlandy (2009) a I Conferência foi um importante ponto de referência para as políticas de Estado daí em diante, voltadas à viabilização de condições de realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e que, foi perceptível, que o seu foco estava centrado em anseios da sociedade – mais de base popular –, sobretudo, na expressão do texto. Além disso destaca Maluf:

O relatório final da conferência compunha-se de um documento político aprovado em plenário (“Declaração em defesa de uma política nacional de segurança alimentar”) e um documento programático consolidando as emendas apresentadas na conferência, com as condições e requisitos para uma Política Nacional de Segurança Alimentar organizados em três eixos gerais: a) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; b) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; c) assegurar a qualidade biológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. (MALUF, 2009, p. 84).

Considerando o acúmulo dos debates vemos que se construiu uma ‘espécie de consenso’ – que expressa, de maneira generalizada, a confluência entre os passos dados até então –, em uma questão mais técnica e outra política. Contudo, a implementação do prescrito, depende da forma como os governos acabam estruturando as suas políticas econômicas.

<sup>136</sup> Realizada em Brasília entre os dias 27 a 30 de abril de 1994, teve quase dois mil participantes de diferentes lugares do país. Além dos delegados escolhidos nos encontros estaduais, também participaram observadores convidados.

<sup>137</sup> Antecipo ao leitor desta tese que fiz um estudo minucioso dos ‘cinco’ Documentos/Relatórios finais das ‘cinco’ Conferências Nacionais realizadas entre os anos 1994 – 2015. Como no processo da pesquisa documental a referida síntese ficou bastante longa, trataremos no Capítulo III algumas questões centrais que permeiam o debate em todo esse processo e expressam o conteúdo material e histórico, as disputas, e o imbricamento entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, quando tratados tendo como referência a totalidade.



[...]. Em 1995, o relatório final da conferência é encaminhado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, recém empossado. O problema alimentar e nutricional passa a ser protagonizado – e, portanto, mantido na agenda política – por segmentos da sociedade civil, o que confere a esse debate força política. Mas o Estado se retrai e o problema da fome ainda não se transforma em uma questão alimentar e nutricional. Em consonância com a política neoliberal, o modelo de desenvolvimento social se mantém voltado para os interesses do capital, em detrimento do bem-estar da população. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 124).

Como sabemos no âmbito das políticas governamentais – Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – foi definida a estratégia de fortalecimento de uma política econômica expressiva do neoliberalismo. Assim, logo no início de seu mandato o CONSEA é extinto<sup>138</sup>. Desse modo, as possibilidades de construção de uma política pública que visasse a implementação das ações práticas em vista à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, são em grande medida inviabilizadas<sup>139</sup>. Esse processo em construção em nível federal que teve enfim vida curta, conseguiu deixar algumas contribuições, tendo em vista que, vários governos estaduais e municipais passaram a incorporar essas referências e indicações de Segurança Alimentar e Nutricional em suas ações políticas.

A característica de nossa racionalidade burocrática de priorizar políticas de governo e não políticas de Estado é materializado e bem expressiva no governo de FHC. O Programa Comunidade Solidária, lançado logo após a extinção do CONSEA é uma das expressões dessa prática. Segundo a literatura, o objetivo era de articular ações de governo com a participação da sociedade, não só na elaboração, mas, também nas responsabilidades buscando a inclusão social. No entanto, como era de se esperar, o Estado/Governo não colocou em prática efetivamente a sua atribuição em vista a garantir a propagandeada proteção social.

A estratégia adotada pela Comunidade Solidária também contribuiu nessa direção. Ela pretendia “Combater a fome e a pobreza dentro de um plano de estabilização econômica” (IPEA, 1996). De um lado, conferia “selo de prioridade” a programas governamentais em áreas como mortalidade infantil, alimentação escolar, saneamento básico, agricultura familiar, ensino fundamental e geração de ocupação e renda; de outro lado, buscava a integração e convergência das ações em áreas geográficas (municípios) de maior concentração de pobreza. [...] é possível afirmar que ao se limitar a priorizar programas (em lugar de construir uma política) a Comunidade Solidária diluiu o objetivo da SAN, tendência que se viu reforçada porque esse objetivo foi subordinado à chamadas estratégias de desenvolvimento local integrado. (MALUF, 2009, p. 85).

<sup>138</sup> Maluf (2009, p. 84) destaca que praticamente não houve uma repercussão social dessa extinção, que, para ele demonstra o frágil enraizamento desse processo. Além desses aspectos ele destaca também, que pelo menos quatro fatores contribuíram para que isso ocorresse: 1- “a novidade do tema”; 2- “o caráter de transição do governo Itamar”; 3- “a zelosa resistência dos controladores da política econômica” e, 4- “a frágil atuação da maioria dos conselheiros, tanto os oriundos do governo quanto os da sociedade civil”.

<sup>139</sup> Há a mudança de eixo no horizonte das ações governamentais. A discussão de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é retirado da pauta, sendo substituída, pelo debate e preocupação com o combate à fome, que, embora pertinente, perante o acúmulo já construído se torna reducionista.

Apesar das contradições, não se pode desconsiderar alguma pertinência desse programa na contribuição da constituição e do enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Obviamente que a extinção do CONSEA representou prejuízos devido a articulação já construída no processo entre as bases da sociedade e a racionalidade estatal. Porém, outros debates foram forjados e iniciativas indicadas em documento<sup>140</sup>, como por exemplo, à realização da Cúpula Mundial de Alimentação.

[...] a elaboração do documento brasileiro à Cúpula Mundial da Alimentação por uma comissão tripartite (governo, sociedade civil e iniciativa privada), bem como a significativa delegação que participou da Cúpula em Roma, em 1996, colocaram em outro patamar a mobilização social pela SAN no país. Um dos produtos dessa mobilização foi a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998, uma rede nacional que congrega organizações sociais, pesquisadores e técnicos governamentais, com ramificações na forma de fóruns estaduais. O FBSAN conta, hoje, com mais de uma centena de entidades afiliadas, tendo desempenhado papel destacado na recriação do CONSEA com a eleição do Presidente Lula, em 2002, bem como na composição da agenda do Conselho e na articulação com outras redes que mantêm interfaces com a SAN (reforma agrária, economia solidária, agroecologia, povos indígenas, populações tradicionais, etc.). (CONSEA, 2009, p. 26).

A repercussão prática foi pequena nesse momento, tendo em vista que as estratégias de governos não eram correspondentes às ações mais rigorosas perante o tema, no entanto, sobre o conteúdo do referido documento, há avanços como destaca Maluf:

O documento, no entanto, teve dois significados importantes. Primeiro, ele apresentava um diagnóstico abrangente que revela um significativo avanço de concepção sobre o tema, sendo que as proposições nele contidas representavam o consenso possível naquele momento entre os representantes dos setores sociais envolvidos na comissão. Segundo, a opção pelo registro das divergências fornece o primeiro mapeamento dos conflitos existentes no interior da sociedade brasileira e no governo quanto às questões relacionadas com a SAN. *As controvérsias dizem respeito, principalmente, ao papel do comércio internacional, à condução da política econômica e aos rumos da reforma agrária* (Ipea, 1996). (MALUF, 2009, p. 86, *(Grifos em itálico, meus)*).

Trabalhando com a materialidade de um sistema ‘democrático’, que entendo ser o terreno ideal para uma política dessa natureza, [haja visto, que é pró-sistêmica e não corresponde a mudanças de fundo mais radical], as contradições aparecem porque as forças que monopolizam e dominam o sistema se posicionam contrariamente a qualquer singelo e pequeno ‘avanço’ – [ou que pelo menos em documento, indique alternativas e novas demandas frente ao já praticado] – que possa afetar, [mesmo que de maneira frágil], as

<sup>140</sup> Embora o documento do CONSEA passe uma visão mais otimista desse documento e do seu conteúdo – como veremos na citação –, há indicações de que na construção do documento não houve muita participação da sociedade (de base popular) se comparado com o debate que precedeu a I Conferência já referenciada. Outro aspecto, é que o referido documento não teve sua devida defesa no pronunciamento oficial do representante do Estado brasileiro na Cúpula Mundial de Alimentação, refletindo, que o tema não estava na centralidade das preocupações.

potencialidades que essa lógica possui para a expropriação da riqueza socialmente produzida e transformada em fundo público. A incompatibilidade entre democracia substancial e capital é também verificado neste campo.

No conjunto de programas sociais voltados para os segmentos sociais mais carentes, os programas de alimentação e nutrição são exemplos paradigmáticos do padrão histórico de atuação do Estado no combate à pobreza no país. Esses programas eram, em parte, a representação desse padrão, pois sua atuação institucional acaba por refletir os mesmos problemas encontrados na implementação das políticas sociais no Brasil: a seletividade e a ineficiência; a superposição de clientelas; a expansão de coberturas às custas da quantidade e qualidade dos alimentos distribuídos; a centralização federal da compra de alimentos; a inadequação dos produtos formulados aos hábitos alimentares da população; o elevado índice de evasão da clientela atendida e as dificuldades de captação de novos beneficiários. (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 124).

Como já indicamos, o *modus operandi* do capitalismo real, de economia de mercado, avança rumo a mercantilização da totalidade da vida social e da natureza. Desse modo também, acolhidos sistemicamente estão, a fome, o alimento, a nutrição, a desnutrição, entre outras dimensões<sup>141</sup>. O que vemos é que as contradições latentes e sistêmicas se apresentam como possibilidades ao mesmo tempo em que, os processos democráticos, antes advogados como alternativa pelo sistema do capital, hoje são suas principais vítimas. Considerando estes aspectos é que vemos, um Estado parco na definição de prioridades à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que se fortalecem cada vez mais as formas de controle e de ameaças aos direitos sociais. Os discursos midiáticos e de intelectuais alinhados com as forças hegemônicas, colocam a participação e a luta social, o “populismo”, ou as iniciativas como base em princípios socialistas, como sendo os inimigos principais da democracia, sendo que, a democracia está agonizante pelos ataques do próprio sistema que a criou.

As discussões acerca da Segurança Alimentar e Nutricional perseguiram, obviamente, dar as indicações gerais no terreno do entendimento, transformando a expressão documental em instrumento para que as mobilizações e as pautas estivessem respaldado em uma construção embasada técnica e politicamente.

O documento brasileiro à Cúpula Mundial propôs uma nova e ampliada definição de segurança alimentar: “*Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo*

<sup>141</sup> Destaca-se que paralelamente a estas discussões aqui reconstituídas no tempo histórico, o setor empresarial também se manifestou – como veremos no próximo capítulo – organizando-se politicamente com a fundação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAg). A intencionalidade desta associação frente ao tema da Segurança Alimentar é manifestada publicamente em textos, colocando o tema da Segurança Alimentar no eixo da responsabilidade social empresarial, dos representantes do agronegócio, os quais se colocam como os principais responsáveis e promotores da Segurança Alimentar. Ainda acerca destes termos, a ABAG indicava a questão da Segurança Alimentar como uma indutora de processos de desenvolvimento, o que, de fato, caracteriza implicitamente a apropriação e o olhar desse setor econômico e social, frente ao alimento.

*permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana*". Essa definição foi o ponto de partida para aquela que veio a ser aprovada na II CNSAN (2004) e adotada pelo Consea. (MALUF, 2009, p. 87, (*Grifos meus*)).

O segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso redimensionou algumas estratégias do ponto de vista administrativo, onde as responsabilidades que até então eram encaminhadas pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição foram assumidas, pela Área Técnica de Alimentação e Nutrição, criada no Ministério da Saúde (PINHEIRO; CARVALHO, 2009), que efetivamente pouco pode desenvolver em termos de prática, pelo quadro profissional reduzido e, sobretudo, pela falta de direcionamento da função desses profissionais, uma vez que não havia uma decidida orientação institucional.

No ano de 1998, foi iniciada as discussões e processos para a formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Em 1999 mais um passo é dado e um marco fundamental é registrado: trata-se da aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde, de uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). É elaborada levando em consideração as bases propostas nas discussões e nas tentativas práticas em vista à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Fundamentalmente, o conteúdo implícito e explícito nessas discussões indicava para a necessidade histórica de se ter efetivamente as condições objetivas – sobretudo pela política econômica – para a construção de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O CONSEA foi reconstituído em janeiro de 2003 (no primeiro mês de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) como instância consultiva e propositiva. Portanto, com a finalidade de assessorar diretamente a presidência da República. De modo geral, o conselho tinha a incumbência de propor as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além disso, fazer o monitoramento da implementação dos programas e projetos que compunham o Programa Fome Zero, além de buscar prover os avanços conceituais, para dar conta do processo de implementação de ações correspondentes ao enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2009).

Nesse novo contexto, a promoção do diálogo entre setores do governo e setores da sociedade (de base popular), foi um dos méritos da atuação do CONSEA<sup>142</sup>, sendo possível, a partir dessa articulação, manter na agenda política do governo a perspectiva da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PADRÃO; TREVISANI;

---

<sup>142</sup> Foi observado um crescente número de constituição de conselhos em diversas partes do Brasil, tanto no âmbito das esferas estaduais, quanto municipais.

CALDEIRA, 2015). O CONSEA a partir de sua reconstituição, realizou quatro Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>143</sup>, nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2015. É importante destacar que nos debates fizeram-se presentes: pertinentes pesquisadores, agricultores, militantes de Movimentos Sociais, organizações sociais, instituições privadas e representantes de ministérios e secretarias governamentais. Isto demonstra que o avanço no debate acerca do tema, já congrega, entre vários aspectos, a necessária intersectorialidade e representações de diferentes segmentos sociais.

Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2004<sup>144</sup> teve como tema “**A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**”, o principal destaque a ser dado, foi a definição e a sistematização de um conjunto de fundamentos e princípios que visavam subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Como temos na tradição das Conferências no Brasil, esta também, teve uma preparação anterior calcada em reflexões acumuladas e externadas em texto base. Neste sentido, a discussão foi pautada em grandes eixos e áreas temáticas, que segundo Maluf (2009, p. 96) foram organizados da seguinte forma:

(a) produção de alimentos, (b) acesso aos alimentos, (c) ações em alimentação e nutrição e (d) questões institucionais. Cada uma dessas áreas englobava vários temas, tais como trabalho e renda, modelos de produção, recursos naturais, abastecimento e regulação de mercados, alimentação saudável, cultura alimentar, ações emergenciais, alimentação escolar, monitoramento e avaliação e participação social. (MALUF, 2009, p. 96 – 97).

Este entendimento elaborado na Conferência, transformou-se em minuta da lei que foi apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional em 15 de setembro de 2006. Trata-se, da Lei 11.346/2006<sup>145</sup>. De acordo com Padrão, Trevisani e Caldeira (2015, p. 67), “[...]. *Nesta trajetória, com avanços e retrocessos, apesar de previsto em diversos tratados e declarações internacionais, foi apenas em 2006, com a aprovação da LOSAN, que o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) ganhou status legal*” (Grifos meus). O

<sup>143</sup> Sendo o espaço oficial para o debate e participação dos segmentos que compõe o tecido social, essas Conferências buscaram alternativas de superação das linhas limítrofes identificadas “nas diferentes regiões do país por diversos agentes e movimentos que participam dos conselhos nacional, estadual e municipal” (PADRÃO, TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 67).

<sup>144</sup> Realizada entre os dias 17 a 20 de março de 2004, em Olinda, Pernambuco. [...] “teve a participação registrada de 1.379 pessoas, sendo 1.111 delegados e 268 observadores. O número de delegados indicados pelas conferências estaduais (precedidas de conferências municipais ou sub-regionais) foi estabelecido de acordo com a população de cada Estado e a proporção de pessoas pobres nos mesmos, assegurada maioria de dois terços provenientes da sociedade civil; vagas especiais foram destinadas a representantes de segmentos com dificuldade de representação nos encontros estaduais (indígenas, quilombolas e portadores de deficiência)”. (MALUF, 2009, p. 96).

<sup>145</sup> ‘Lei Orgânica de SAN’. No decorrer da tese, em especial, no Capítulo III ao retomarmos as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional bem como na análise das ações, programas e políticas públicas correspondentes, mais elementos – de sua imperatividade – serão evidenciados.

adentramento no arcabouço jurídico dessa temática significa, sem sombra de dúvidas, avanço. A referida lei, como descrito em sua minuta, “**Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**<sup>146</sup> com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e dá outras providências” (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006b). Além de coroar a alimentação adequada como direito fundamental, a lei traz basicamente o conteúdo acumulado nos debates, transformando-o agora, em imperativo legal. Destaca-se, no entanto, que dado a forma como se estrutura a racionalidade estatal (nos diferentes níveis e esferas de governos) em fragmentos com certo grau de autonomia administrativa e orçamentária, normalmente, temas que se inscrevem como multidimensionais e intersetoriais, se transformado em políticas públicas sem essas prerrogativas, enfrentam linhas limítrofes.

[...]. A **transversalidade do tema** e o **requisito da intersetorialidade** dos programas e projetos, quando confrontadas com as sabidas dificuldades para coordenar as ações de diferentes setores da administração pública e destes com a sociedade civil, deixam claro o papel a ser cumprido pelos Conseas como instâncias de “pactuação” ou de “concertação” de enfoques e interesses diferenciados. (MALUF, 2009, p. 95, (*Grifos meus*)).

Em 2007 foi realizada a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>147</sup>, com o tema de “**Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**”<sup>148</sup>, a discussão aí desenvolvida teve certo grau de centralidade sobre o processo de implementação e concretização dos princípios e das diretrizes que nasceram do debate anterior na constituição da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Eixo temático 1: Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento; Eixo temático 2: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Eixo temático 3: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

<sup>146</sup> Designação que contempla todos os envolvidos – instituições, movimentos sociais, instâncias de decisões e instrumentos de planejamento e gestão – que participam das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>147</sup> Realizada em Fortaleza (Ceará) nos dias de 3 a 6 julho de 2007. A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contou com a participação de diversos segmentos da sociedade civil organizada e representantes de órgãos públicos das três esferas de governo, totalizando mais de 2.100 representantes. Os participantes estavam divididos nas seguintes categorias: delegados(as) estaduais, eleitos(as) nas conferências estaduais conforme número de vagas definidas no Regimento da Conferência, mantendo a proporção de 1/3 de delegados(as) governamentais e 2/3 da sociedade civil, incluindo-se cotas para segmentos específicos; delegados(as) nacionais, representados pelos conselheiros(as) do Consea Nacional e representantes do Governo Federal; 360 convidados(as) nacionais e 70 internacionais oriundos de 23 países. Sua realização representa a consolidação de um amplo processo de mobilização e participação social pela afirmação da Segurança Alimentar e Nutricional como um direito humano fundamental e uma expressão da Soberania Alimentar dos povos (CONSEA, 2007, (p. 7; 12)).

<sup>148</sup> Note que o conceito de **Soberania Alimentar** passa a se fazer presente de maneira mais explícita a partir desta III CNSAN, mesmo que em diversos momentos durante a II CNSAN já aparecesse, mas de forma implícita ou até mesmo subalternizada. No Capítulo III, durante a análise mais detalhada aparecerá esta questão.

Nutricional. Como destaca o Relatório Final, os eixos temáticos foram discutidos e trabalhados levando em consideração – (ou permeados por) – algumas premissas. São elas: equidade; diversidade; sustentabilidade; Soberania Alimentar; Direito Humano à Alimentação Adequada; participação e controle social; descentralização; intersetorialidade (CONSEA, 2007).

Dentre vários aspectos podemos destacar a definição acerca de alimentação adequada e saudável<sup>149</sup>, que do ponto de vista da elaboração conceitual, agrega um conjunto de dimensões fundamentais para a elaboração da política e para a realização humana.

A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautado no referencial tradicional local. *Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados* (CONSEA, 2007, p. 31, *(Grifos meus)*).

O coletivo se debruçou nas discussões, em grande parte na busca de encontrar caminhos e expressar as potencialidades implícitas e explícitas na Lei da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei n. 11.346/2006), tendo em vista que os encaminhamentos e as deliberações (tanto para a constituição das diretrizes, quanto para as prioridades), de modo geral, eram direcionadas em vista de vislumbrar as condições objetivas para construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) para a garantia e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar.

Note-se que, aos poucos o conceito de **Soberania Alimentar** passa a fazer parte dos debates, dos objetivos e, fundamentalmente, passa a ser advogado como estratégico ao tratar das questões inerentes ao Direito à Alimentação Adequada e Saudável. Em certa medida, pode-se trabalhar com a hipótese de que a sua inserção é essencialmente garantida pelo acúmulo do debate que vem sendo construído pelos Movimentos Sociais de base popular e que suas representações nas conferências passam a tratar o tema, demonstrando a sua amplitude e pertinência num projeto societário de classe.

A III Conferência reafirmou que o objetivo da Segurança Alimentar e Nutricional implica uma concepção de desenvolvimento sócio-econômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. A busca desse objetivo requer que a PNSAN seja orientada por seis diretrizes integradoras dos diferentes setores de governo e da sociedade civil: (i) promover o acesso universal à

---

<sup>149</sup> Eixo temático 2 (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), Diretriz 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável.

alimentação adequada e saudável; (ii) estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; (iii) instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada; (iv) ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo decreto n. 6.040/2007; (v) fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional; (vi) promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional (CONSEA, 2007, p. 12).

A Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010 ao inserir a alimentação como um direito fundamental<sup>150</sup> corresponde a um avanço estratégico, sobretudo por modificar a nossa Carta Magna tendo um impacto positivo – pelo menos em potencialidade – nas relações entre o Estado e os cidadãos e cidadãs. Do ponto de vista prático, amplia-se as condições e a eficácia vertical dos direitos fundamentais, ao ‘induzir’ o poder público a adotar as políticas públicas e a expedir as normativas necessárias em vista a garantir a efetividade dessas políticas e a garantia dos direitos. Também, institui parâmetros que definem a eficácia horizontal entre os cidadãos e instituições, como nos atos organizativos para pressionar o Estado e elaborar as proposições em vista a garantir esse direito fundamental.

Vale destacar que a aprovação dessa Emenda Constitucional foi resultante de intensa e bem articulada mobilização social, sobretudo, por aqueles que estão diretamente ligados ao debate do direito à alimentação, pontuando, portanto, uma base social mais popular. A presente Emenda Constitucional modificou o Artigo 6º de nossa Carta Magna (CF,1988), inserindo o direito humano à alimentação, no rol dos direitos sociais fundamentais<sup>151</sup>. O advento dessa Emenda Constitucional além de garantir o direito à alimentação expõe e explicita graus de inconstitucionalidade de outras peças legais (infraconstitucionais) que materializam um conjunto de contradições efetivando linhas limítrofes ao acesso e ao direito à alimentação. Ao sustentar a tese de aplicação direta do direito, transforma em forte instrumento de luta para a classe trabalhadora.

Outro marco importante no arcabouço jurídico estatal que visa corresponder à implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi o Decreto n. 7.272 de 25 de agosto de 2010 que regulamenta as ações do Estado a partir da Lei 11.346/2006. Em linhas gerais, vale destacar algumas partes do presente decreto:

---

<sup>150</sup> É importante destacar que desde 1993 o direito à alimentação foi inserido, ou elevado ao rol de direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em decisão feita pela antiga Comissão para os Direitos Humanos das Nações Unidas.

<sup>151</sup> Em sua ementa, “Altera o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. [...]. E em seu Artigo 1º, dá nova redação ao Artigo 6º da Constituição: “Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010b).



Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Art. 1º Este Decreto define as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, dispõe sobre a sua gestão, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional [...], bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010a).

O conteúdo dessa peça legal é bastante interessante. Ao observar todos os dispositivos, vemos que de certa forma expressa de maneira significativa a acúmulo do debate e insere as grandes dimensões que o entendimento construído pôde garantir, agora na forma da lei. Do ponto de vista das noções que até então foram construídas, percebe-se que estas foram contempladas nas suas diretrizes<sup>152</sup> que orientaram a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos objetivos<sup>153</sup>, estão prescritas as indicações para as ações no sentido de conhecer a materialidade social e agir sobre ela. Além disso, considerando os aspectos de gestão da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece os mecanismos e as formas para a adesão por parte dos entes federados e organizações que não visam fins lucrativos, ao sistema, que como sabemos, o

<sup>152</sup> De acordo com o Artigo 3º do presente Decreto: I- promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; II- promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; III- instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada; IV- promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária; V- fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional; VI- promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura; VII- apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e VIII- monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010a).

<sup>153</sup> “Art. 4o Constituem objetivos específicos da PNSAN: I- identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil; II- articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as diversidades social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua exigibilidade; III- promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; e IV- incorporar à política de Estado o respeito à Soberania Alimentar e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais” (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010a).

“instrumento de pactuação definido pela PNSAN foi o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN)” (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 67).

O Primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) foi elaborado em 2011<sup>154</sup> para o período que compreende os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Além de se concretizar como um instrumento de monitoramento das metas que foram estabelecidas no conjunto de ações e políticas para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional, é um aporte para a consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e, um avanço nos debates e na institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

De maneira estratégica, o presente plano foi elaborado levando em consideração as metas e os objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015. De modo geral, buscou-se inserir a questão da Segurança Alimentar e Nutricional na “esfera estratégica do planejamento da ação pública a tão procurada intersetorialidade” (BRASIL/SISAN, 2014, p. 9). É a partir desses elementos que houve uma articulação maior entre as funções e setores do governo federal na busca de monitorar as metas, avaliar as políticas e fundamentalmente poder fazer uma análise mais completa e intersetorial dos resultados que vão se efetivando<sup>155</sup>.

Também no ano de 2011 foi realizada a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>156</sup> com o tema “**Alimentação adequada e saudável: direito de todos**”. Ganhou centralidade nos debates, encaminhamentos, deliberações e proposições a

---

<sup>154</sup> O primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o PLANSAN 2012/2015, “foi elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), incluindo um processo de consulta ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), e aprovado pelo Pleno Ministerial da Caisan, composta por dezenove ministérios. Este Plano apresenta objetivos, metas e iniciativas voltadas para o acesso à alimentação adequada e à água, ao fortalecimento da agricultura familiar, ao abastecimento alimentar e à promoção da alimentação saudável e adequada” (BRASIL/SISAN, 2014, p. 9).

<sup>155</sup> “Para garantir a intersetorialidade e a agregação das diversas áreas da SAN, participaram na discussão do Plansan 2012/2015 os dezenove ministérios que compõem a Caisan: Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência, Desenvolvimento Social (MDS), Agricultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Desenvolvimento Agrário (MDA), Educação (MEC), Saúde (MS), Fazenda, Justiça, Meio Ambiente (MMA), Pesca e Aquicultura (MPA), Integração, Cidades (MCidades), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Relações Exteriores (MRE), Secretaria de Políticas de 10 Orientações para a Elaboração de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados e municípios Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Trabalho e Emprego (MTE)” (BRASIL/SISAN, 2014, p. 9 – 10).

<sup>156</sup> Realizada entre os dias de 07 a 10 de novembro de 2011 em Salvador (BA). As discussões foram organizadas sobre três eixos fundamentais: I- Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar; II- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e III- Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Participaram “1.626 delegados e delegadas da sociedade civil e governamentais, eleitos em conferências municipais, territoriais/regionais, do Distrito Federal e estaduais ocorridas por todo o país, processo que envolveu cerca de 75.000 pessoas e representantes de mais de 3.000 municípios. A eles se juntaram cerca de 400 convidados(as) nacionais e estrangeiros(as) de todos os continentes” (BRASIL, 2011, p. 25).

busca em garantir o atendimento do propalado Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS). Logicamente que alguns pontos das discussões acumuladas são radicalizados, tendo em vista que, o discurso oficial, em algumas dimensões colide com a materialidade social existente, em face da defesa pelo discurso hegemônico para a garantia da alimentação. O ponto, por exemplo de buscar garantir alimento adequado e saudável, insere definitivamente vários aspectos que devem ser ressignificados e transformados na prática produtiva dos alimentos.

Neste sentido, o debate acerca das “novas bases para a produção e o consumo de alimentos foram discutidas e orientadas para a Soberania Alimentar; bem como para SAN” (PADRÃO; TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 68). Destacadamente essa Conferência teve a participação de diversos segmentos de trabalhadores e de seres sociais, que de uma maneira ou de outra, expressam e tem correlação com a questão alimentar, tendo em vista o entendimento desenvolvido e que foi acumulado durante os passos e processos anteriores de discussões na sociedade. Desse modo, a composição da Conferência expressa a complexa diversidade étnica-racial, social e cultural da sociedade brasileira e que, de certa forma, expressam a multidimensionalidade das questões onde se devem ancorar a discussão e as bases materiais da alimentação.

Participaram agricultores(as) familiares, profissionais e técnicos(as) com variadas formações, gestores(as) públicos(as) dos três níveis de governo, povos indígenas, população negra e representantes dos povos e comunidades tradicionais – quilombolas, povos de terreiro, extrativistas, ribeirinhos(as), pescadores(as) artesanais, caiçaras, pantaneiros(as), geraizeiros(as), catingueiros(as), vazanteiros(as), marisqueiros(as), seringueiros(as), faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos(as) e povos ciganos. Um elevado percentual de participantes foi constituído de mulheres, além da importante presença de idosos, jovens e pessoas com deficiências e necessidades alimentares especiais (BRASIL, 2011, p. 25).

A trajetória da discussão acerca da Segurança Alimentar e Nutricional vai aos poucos constituindo, por um lado, toda a estratégia para a efetivação das políticas públicas e, por outro, identifica quais são as bases e sujeitos sociais que são fundamentais para esta realização. *É neste sentido, que a questão da Soberania Alimentar passa a ser o grande projeto em questão. Primeiro porque este olhar mais radicalizado impõe ao momento histórico, que a busca por Segurança Alimentar e Nutricional se inscreve como uma pertinente mediação, e, segundo, é que a partir da inserção desses sujeitos sociais no debate, o processo de ideação – sobretudo da noção e das proposições políticas – se dá pela relação histórico material com o problema em questão.*

A Conferência debateu e deliberou sobre proposições voltadas para proteger, promover, respeitar e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no Brasil e no mundo, direito fundamental e universal previsto na Constituição brasileira. Sua importância se vê aumentada num momento em que o mundo sofre as consequências de várias crises interligadas (econômica, financeira, alimentar, ambiental, climática, energética e política), algumas delas agravadas, desde o **diagnóstico feito na 3ª Conferência Nacional, em 2007**. O *encarecimento dos preços dos alimentos, o desemprego e os cortes orçamentários em programas sociais ampliaram ainda mais o número de famintos e de pessoas desprotegidas no mundo. Eventos climáticos têm afetado, com maior gravidade, tanto as condições de moradia quanto a capacidade de produzir alimentos dos mais pobres*. (BRASIL, 2011, p. 25, (*Grifos em negrito e itálico, meus*)).

Vemos, portanto, que o debate teve que se preocupar com os dados que demonstram retrocessos e que constituem práticas e resultados que colidem com todo o discurso hegemônico que embasa a questão da Segurança Alimentar e Nutricional. Vale destacar, que o conteúdo explicativo e a experiência brasileira nas políticas públicas têm suas especificidades, fundamentalmente pela construção mais coletiva e pautada no debate articulado entre a base social e a racionalidade estatal. Os indicativos fundamentais da Conferência são, portanto, a necessidade de aperfeiçoamento das ações em busca da Segurança Alimentar e Nutricional, que dada a [co]relação de forças estão sempre imbricadas no terreno da disputa, as condições objetivas de monitoramento (Sociedade [civil] e Estado), e sobretudo, o controle social pelas bases populares orientados nos princípios da Soberania Alimentar. Além dessas questões, o explícito apontamento para a necessária busca e promoção das novas bases produtivas e de consumo no Brasil ressignificam e ampliam o debate e o entendimento acerca da questão alimentar.

Cabe avançar imediatamente: na concretização do direito à terra, nos programas da reforma agrária, reconhecendo a função social da terra, nas dimensões trabalhista, sociocultural, econômica e ambiental, conforme a Constituição; na garantia dos direitos territoriais e patrimoniais e no acesso à terra e recursos naturais para os povos indígenas, incluindo não aldeados, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, como condição primordial para a garantia da Soberania Alimentar e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Os participantes da Conferência repudiam a violência no campo que resulta no assassinato de lideranças e trabalhadores da terra (BRASIL, 2011, p. 27 – 28).

Outro aspecto importante nesse processo, foi a aprovação do Decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instala a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O presente Decreto é uma resposta governamental às solicitações das organizações e Movimentos Sociais<sup>157</sup>. Destaca-se como uma das razões, a forte luta desenvolvida pelas

<sup>157</sup> Os documentos apontam que a assinatura do presente decreto expressa “o compromisso do governo federal em integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, identificados em seu principal instrumento que é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo, lançado em outubro de 2013”. (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014, p. 03).

mulheres camponesas em 2012. Houve a participação efetiva de vários segmentos da sociedade de base popular na elaboração do conteúdo da proposta para o Decreto, que, não foi contemplada na íntegra, mas que de certa forma, a grande maioria foi incorporado em seu texto final. É a partir desse marco jurídico que se inicia um conjunto de ações e debates tendo em vista a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), tendo como responsável a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), paritária entre governo e sociedade civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50 da Lei no 10.711, de 5 de agosto de 2003, e no art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, DECRETA:

Art. 1º- Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Parágrafo único. A PNAPO será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

Art. 2º- Para fins deste Decreto, entende-se por: I – produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar a qualidade de vida e de seu ambiente; II – sistema orgânico de produção – aquele estabelecido pelo art. 1º da Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos; III – produção de base agroecológica – aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e IV – transição agroecológica – processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Art. 3º- São diretrizes da PNAPO: I – promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde; II – promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores; III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção; IV – promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006; V – valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas; VI – ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e VII

– contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.  
[...]. (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

O presente Decreto ainda institui os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Destaca também as orientações gerais para a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), além de definir e orientar as competências atribuídas à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), entre outros aspectos.

A elaboração da Política e do Plano de Agroecologia levaram em conta as evidências de relação direta entre o crescente uso de agrotóxicos na agricultura e dramas socioambientais marcados especialmente pela degradação da saúde e da qualidade de vida da população, com destaque para as famílias rurais. É dever do Estado enfrentar a situação, vergonhosa, que faz com que o Brasil seja, desde 2008, o país no qual mais se consome agrotóxicos no mundo. (ANA, 2015, p. 3).

A partir do acúmulo teórico desenvolvido nas discussões e da inserção no arcabouço jurídico da necessidade se pensar estratégias e políticas que possam direcionar e fortalecer a produção de alimentos com qualidade nutricional e ambientalmente correta, é que se inicia a elaboração no ano de 2013 do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara). Depois de um processo de elaboração, no ano de 2014, o documento passou pela análise de setores do governo e seguiu para as avaliações dos ministérios. Em linhas gerais, esse documento aponta um conjunto de alternativas para a redução do uso de veneno na produção (nas lavouras), e indica, fundamentalmente, a necessária transição para uma produção agrícola com base agroecológica, com o intuito de garantir alimentos mais saudáveis e com melhor qualidade nutricional a todas as pessoas tanto do Campo, quanto da cidade. A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica constituiu um grupo de trabalho para formular o Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos.

Segundo Fran Paula, integrante da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica para construção do Pronara, “o programa é hoje um avanço concreto de mudança. O Brasil se tornou uma grande lixeira tóxica das multinacionais. Os 06 eixos que estruturam o programa preveem medidas emergenciais de restrições e legislativas para frear o uso de agrotóxicos no Brasil”. São eles: “1) o **Registro** visa ampliar a oferta e o acesso aos agrotóxicos de baixo perigo e risco para a saúde e meio ambiente e reduzir a disponibilidade, uso e acesso aos demais agrotóxicos; 2) o **Controle, Monitoramento e Responsabilização da Cadeia Produtiva**, cuja proposta é avaliar, controlar, fiscalizar, monitorar e restringir o uso de agrotóxicos; 3) o **Medidas Econômicas e Financeiras**, que prevê medidas para desestimular a utilização de agrotóxicos, com ênfase nos produtos de maior risco e perigo toxicológico e ecotoxicológico; 4) o **Desenvolvimento de Alternativas**, que tem como objetivo a ampliação e o fortalecimento da produção, comercialização e uso de produtos fitossanitários de menor perigo e risco à saúde e ao meio ambiente, principalmente os apropriados para uso na produção orgânica e de base

agroecológica e estimular o desenvolvimento e a implementação de práticas e técnicas de manejo visando a prevenção e controle de problemas fitossanitários que permitam a redução da dependência de insumos externos e criar zonas de uso restrito e zonas livres da influência de agrotóxicos e transgênicos; 5) o **Informação, participação e controle social**, com o propósito de garantir o acesso à informação, à participação e o controle social quanto aos riscos e impactos dos agrotóxicos à saúde e ao meio ambiente; 6) o **Formação e capacitação**, que propõe a qualificação da ação de profissionais, agricultores, consumidores e sociedade civil organizada em geral para o combate aos impactos e redução dos agrotóxicos e promoção da agricultura de base agroecológica e orgânica”, [...]. (CELEIRO, 2015, s/p).

Considerando os objetivos do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), entre vários aspectos, um dos grandes desafios é, justamente, desenvolver, potencializar e articular “medidas concretas que possibilitem a transformação da realidade atual da agricultura brasileira, através da criação de políticas públicas que induzam uma crescente redução no uso de agrotóxicos e a promoção da agricultura de base agroecológica” (ANA, 2015, p. 3).

A V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ocorreu em Brasília, Distrito Federal, nos dias de 03 a 06 de novembro de 2015, cujo tema foi “**Comida de verdade no Campo e na Cidade: por direitos e Soberania Alimentar**”<sup>158</sup>. As discussões ancoraram-se em três eixos principais: I- Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da Soberania Alimentar; II- Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcance da política pública no campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; III- Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Tomando como base o relatório final da V Conferência verifica-se que o tema indicou para um debate acerca do acúmulo, avanços, tanto em respeito ao conceito e perspectiva, quanto a respeito do que a sociedade brasileira experimentou nos últimos anos na busca e para a conquista do Direito à Alimentação Adequada e Saudável e nos aspectos das bases materiais em direção à Soberania Alimentar. É fundamental destacar que a Conferência se pautou num enfoque para o debate considerando a totalidade concernente ao tema e uma visão integradora que leva em consideração as diferentes dimensões e processos que encerram e materializam a realização do alimento no prato das pessoas. Obviamente que, devido as Conferências

<sup>158</sup> “[...] participaram 2.107 pessoas com 54% de mulheres. Povos indígenas de várias etnias, população negra, povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, povos ciganos, comunidades quilombolas e cerca de 30 identidades coletivas das comunidades tradicionais, expressão de nossa sociedade pluriétnica e de nossa diversidade sociocultural, bem como as representações dos vários segmentos urbanos e rurais, que muitas vezes vivem a situação de insegurança alimentar e nutricional, marcaram significativamente o sentido das propostas da Conferência. Destaca-se também a realização do Encontro Internacional, que reuniu representantes de 30 países de várias regiões do mundo. Em relação às Conferências anteriores, a 5ª Conferência contou com o maior número de participantes internacionais”. (CONSEA, 2016, p. 11).

anteriores, dado o acúmulo dos debates e o movimento do real (das estruturas), as elaborações e proposições expressam este avanço significativo e, de modo geral, as contradições que manifestam o processo material em construção.

Inscvem-se como relevantes durante a Conferência, os atos de assinatura de Decretos e de Portaria interministerial que fortalecem a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Decreto nº 8.552 de 3 de novembro de 2015, regulamenta a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCal). O ato é correspondente ao imperativo prescrito na Lei nº 11.265 de 3 de janeiro de 2006<sup>159</sup>. Outro Decreto pertinente é o nº 8.553, de 03 de novembro (publicado no Diário Oficial da União no dia 04 de novembro) de 2015, que institui o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável. É correlato e correspondente ao imperativo da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. De acordo com o Artigo 1º do Decreto “Fica instituído o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável, com a finalidade de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira” (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015). E, correlatos a essas demandas e indicações está também, a proposta de lançamento do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), que em certa medida, compôs as discussões e teve o apoio da Conferência<sup>160</sup>. Inscreve-se como marco importante a publicação e anúncio da Portaria Interministerial<sup>161</sup> que cria o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar.

As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional organizou nestes últimos 24 anos se transformaram em espaços realmente participativos (em todas as etapas de cada Conferência) e com o debate altamente qualificado. Nota-se os grandes avanços conseguidos em todas elas ao tratar da questão que compreende a sua realização enquanto local oficial de discussão, mas também do seu reconhecimento, credibilidade e fortalecimento político como espaços de reflexão, avaliação das políticas, ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional.

---

<sup>159</sup> Ementa: “Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos” (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006a).

<sup>160</sup> Destaca-se que apesar do conteúdo do Pronara ter sido levado em consideração nos debates, o lançamento do programa que estava previsto, não ocorreu conforme moção de repúdio nº 3 “Moção de repúdio ao não lançamento do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA) na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (CONSEA, 2015, p. 103).

<sup>161</sup> Portaria interministerial nº 1, de 21 de dezembro de 2015 anunciada pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello e pelo Ministro de Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias (CONSEA, 2015).



Cada Conferência realizada demonstrou que é possível conciliar (apreendendo) os conhecimentos científicos e conhecimento popular na consolidação do entendimento e da noção acerca do tema. Além da dimensão do conhecimento, foram espaços de trocas de experiências das diferentes Organizações e Movimentos Sociais de base popular.

Esta temática, longe de se restringir às áreas da saúde e nutrição, é objeto de investigação, debates, políticas sociais, disputas e participação de amplos e diversificados segmentos governamentais e da sociedade civil que estão implicados com a agricultura, urbana e rural, com a cultura e a indústria alimentar, com o acesso à terra, as religiões, os movimentos de mulheres, de negros, de indígenas, as desigualdades de gênero e sociais, a sustentabilidade ambiental, entre outros campos de estudos e interesses. (PADRÃO, 2015, p. 6).

Considerando todo o processo, não nos resta dúvida de que houveram significativos avanços nas diversas áreas e dimensões que compõem o tema. Tanto nas condições teóricas, nos instrumentos de coleta de dados, no interesse pelo tema da sociedade de modo geral, quanto nas políticas que foram a cada passo sendo implementadas e, dessa maneira, dando materialidade e concretude, tanto ao sentido e capacidade explicativa, quanto à política social de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>162</sup>. Considerando o conjunto de programas e ações que constituem essa intencionalidade, nos diferentes setores da gestão pública e níveis da federação, temos, portanto, o indicativo de que houve, e de que há, o envolvimento dos diferentes setores e instâncias que mantêm alguma ligação com o problema.

[...] o avanço da Segurança Alimentar e Nutricional no país, por seu caráter amplo e transversal – além de suas características interdisciplinares e intersetoriais – tende a contrariar interesses de diferentes frações do capital, que se fortaleceram e ampliaram seus espaços no bloco instituído no poder, dificultando a efetivação dessa política. Um dos principais segmentos reconhecidos por essa característica é o capital produtor e exportador de commodities, que abarca, em especial, o agronegócio e as diferentes atividades atreladas a este mercado, como o setor de produção de sementes geneticamente modificadas e de agrotóxicos (FILGUEIRAS, 2014). O capital também cria barreiras para o atendimento às demandas de movimentos sociais, como: reforma agrária; ocupação de áreas nos centros urbanos para ampliação da agricultura familiar; e a demarcação de terras indígenas, para citar alguns exemplos que poderiam contribuir para a concretude da SAN. Esses enfrentamentos emergem e tendem ao acirramento num contexto de crise e disputa do fundo público. (PADRÃO, TREVISANI; CALDEIRA, 2015, p. 64).

Contudo, não se pode deixar de ponderar que, numa perspectiva emancipatória da condição humana, estas políticas têm limitado alcance, haja visto que, olhando com rigorosidade, vemos que, talvez se busque apenas uma espécie de saneamento dos problemas,

<sup>162</sup> Considerando a atual conjuntura brasileira, Padrão, Trevisani e Caldeira (2015, p. 64) alertam que “no atual cenário de crise econômica e política que atinge o país, é admissível que ocorram retrocessos, descontinuidades ou morosidades na implementação dos diversos programas que constituem a política de SAN. Esta perspectiva é decorrência da intrínseca relação entre a restrição de investimentos em políticas públicas sociais e as crises de acumulação do capital, em particular quando prevalece a opção por uma política ortodoxa, de austeridade fiscal, que acirra a disputa pelo fundo público”.

para o bom funcionamento do sistema<sup>163</sup>. O Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é bastante expressivo. No conjunto do debate estão as propostas que buscam o avanço das políticas, bem como as proposições que indicam os combates que deverão ser travados. É por essa razão, que anexados ao relatório encontramos um conjunto de moções de apoio e de repúdio e manifestos frente a diversos aspectos, que ao meu entendimento, expressam substancialmente as contradições objetivo-materiais e as linhas limítrofes para a implementação das políticas<sup>164</sup>. Como a intencionalidade desta análise é demonstrar a constituição e o conteúdo histórico da Segurança Alimentar e Nutricional, expressa esse caminho, contudo, paralelamente a todo esse processo há também os avanços e delineamentos de estratégias que expressam, de maneira geral, os interesses que colidem com todo esse processo que analisamos.

O sentido histórico e seus desdobramentos políticos que carrega a Segurança Alimentar e Nutricional demonstra um mínimo acordo entre os trabalhadores e o capital, tendo em vista que os primeiros, colocaram nesse debate algumas possibilidades de correção de trágicas realidades e materializaram de alguma forma um processo de disputa e tensionamento das políticas públicas, enquanto que o segundo, vê também nas ações do Estado em busca a cumprir com esse objetivo, um conteúdo primoroso para corresponder ao seu interesse. Desse modo, considerando a necessidade de constituição histórica de um projeto societário da classe trabalhadora as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional são plausíveis de disputas apenas como condições objetivas de mediação para a realização do processo de transição.<sup>165</sup>

---

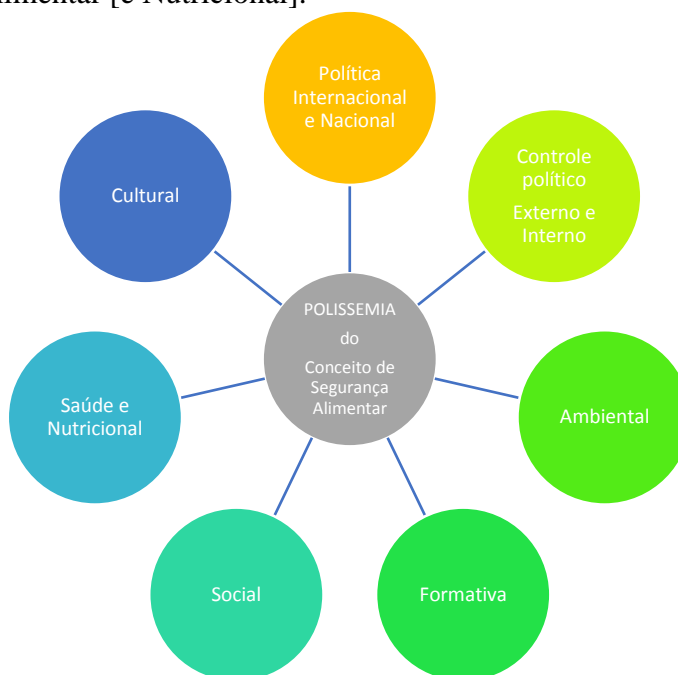
<sup>163</sup> Maluf (2009, p. 11) faz alguns questionamentos importantes que ajudam a refletir – inclusive para este momento histórico em que o Brasil atravessa, onde pequenos avanços estão colocados em risco, dado ao direcionamento das políticas que estão sendo implementadas pelo governo de Michel Temer – sobre o ritmo dessas melhorias, bem como dos processos que deles advém. Questiona ele: “são precisos tanto tempo e sacrifício para obter pequenas melhorias, ainda que elas sejam constantes? Não há alternativa a um avanço no qual os ganhos se dão em ritmo de ‘conta-gotas’? Este é um tipo de questão na qual quantidade reflete qualidade, isto é, a lenta evolução favorável dos indicadores sociais pode estar expressando a baixa ou má qualidade dos processos que lhe dão origem. Essa qualidade é determinada, principalmente, pelas opções econômicas feitas pelo país”.

<sup>164</sup> Estas questões serão retomadas no Capítulo III, ao tratarmos das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>165</sup> Para o bom entendimento da intencionalidade que se busca revelar nesta tese, é importante destacar que a partir de todo esse caminho percorrido no intuito de apreender os elementos centrais que compõem o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, faz-se necessário destacar que há diferenças substanciais no sentido da ideia de ‘Segurança’ Alimentar [e Nutricional], desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa com a perspectiva construída no Brasil. Nos primeiros casos (EUA e Europa), vemos que há o ‘protagonismo’ da racionalidade estatal na busca de seus interesses, e tem maior peso a ideia de ‘Segurança’, tendo como uma de suas estratégias e instrumento, o alimento. No Brasil, embora se tenha a relação direta com a racionalidade estatal, a constituição da perspectiva se dá com forte apelo das bases sociais ‘populares’. Já, no terreno da política, e da implementação material dessas perspectivas construídas, os elementos fundamentais são

Concluimos, que o conceito de Segurança Alimentar [e Nutricional] é polissêmico [Polo Externo e Interno – critérios: política e controle, poder hegemônico; Polo Ambiental – critério: produção limpa; Polo Formativa – critérios: educação alimentar, saúde, hábitos, cultura alimentar; Polo social – critérios: garantia do acesso ao alimento, e superação da Insegurança Alimentar e Nutricional; Polo Saúde/Nutricional – critérios: reconstituição e efetivação fisiológica humana; Polo Cultural – critério: preservação e valorização da cultura alimentar]. Vimos que ao considerarmos o conteúdo histórico e as suas bases materiais que o constituem, bem como, os critérios empregados nas suas interpretações e aplicações, possuem sentidos e intencionalidades diferentes e em alguns aspectos e elementos, colidentes. É perceptível através da literatura que em sua totalidade [como objeto e conjunto de relações] compreende vários eixos e dimensões inter-relacionado/as que a compõem e que de acordo com o ‘ponto de partida’ e/ou as ‘bases’ político-materiais nas quais se assenta, um ou outro [ou na combinação de vários] eixo(s) se sobressai/sobressaem.

Figura 1 – A polissemia do conceito de Segurança Alimentar [e Nutricional].



Elaboração pelo Autor, PPFH/UERJ, 2018

Em relação ao debate aqui proposto e desenvolvido nesta gênese histórica do conteúdo material do conceito e o que está subjacente a esse debate, vemos que quando tomado pela racionalidade estatal e pelos interesses corporativos, vemos que os eixos e dimensões

---

correlacionados em ambos os casos, e correspondentes à manutenção da ordem, com pequenas diferenças – que no caso do Brasil, teremos melhores evidências na análise desenvolvida no Capítulo III.

materiais de controle [enquanto política internacional e nacional, portanto, de estratégia e dominação, econômica-política e ideológica] ganham sentido e força material acima das demais, são prioritárias. Por outro lado, ao considerar a projeção em intencionalidade pelas bases sociais os eixos e dimensões ambiental, formativa, social, nutricional e de saúde além de serem as consideradas, seriam as fundantes ao sentido das políticas tanto nacionais, quanto internacionais.

A experiência brasileira expressa bem esse segundo aspecto e sentido geral como veremos nos debates e embates desenvolvidos nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar.

### 1.6.3 Soberania Alimentar: a constituição e o conteúdo histórico do conceito

Muita coisa já se elaborou acerca da **Soberania Alimentar**<sup>166</sup> nestes últimos 22 anos (1996 – 2018), a partir do seu anúncio e defesa durante o Fórum da Sociedade Civil, evento realizado em paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação em Roma no ano de 1996<sup>167</sup>. Deste modo, o conceito, a perspectiva de Soberania Alimentar, vem sendo desenvolvida em todo mundo, sobretudo nos debates que tem por objetivo discutir os problemas inerentes às crises (climática, energética, ambiental, alimentar, social, etc.) consequências da [des]ordem do Sistema Agroalimentar, e pensar as estratégias acerca da alimentação desde o interesse e

<sup>166</sup> Como sabemos, o ato de assumir o Conceito de Soberania Alimentar – de uma maneira universal, [embora, de acordo com Edelman (2014) já houvesse um programa do governo mexicano do início dos anos 80, que adotava este termo] – é feito pela Via Campesina. É a partir dessa perspectiva político-social [da Via Campesina], o sentido que adotamos nesta tese. É a expressão do combate e do descontentamento frente às políticas neoliberais que cada vez mais ‘instituiu’ e instituiu um processo de crise agrária, fazendo com que a Soberania Alimentar fosse publicamente defendida por ocasião da realização da Cúpula Mundial da Alimentação da FAO. Destaca-se também, que em linhas gerais a Via Campesina posiciona a concepção e a perspectiva de Soberania Alimentar sobre as bases de **[cinco] dimensões fundamentais: a alimentar, a energética, a genética, a hídrica, e a territorial**. Considerado a concepção de totalidade concreta, vemos que estas dimensões são interseccionadas e interdependentes. Pressupõe, portanto, uma base material que possibilite essa condição e garanta substancialmente a cada uma delas o seu sentido fundamental. Ser, também, a materialização de processos que negam as condições objetivadas pelo modo de produção capitalista, por um lado, e, por outro, ser a expressão material dos valores inscritos em sua perspectiva. Além disso, também o debate da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, atribui tanto à Soberania Alimentar quanto à Segurança Alimentar e Nutricional, outras **[cinco] dimensões: a social, a econômica, a política, a ambiental, e a cultural**. Estas, ao meu entendimento, ao considerar a centralidade do alimento para a existência humana, as condições objetivas para o seu provimento, armazenamento, distribuição e consumo, são as expressões do fazer humano – a partir da relação homem-natureza – na constituição da natureza como relação humana. Também por estabelecer o sentido percebido ao alimento no conjunto das relações da materialidade social.

<sup>167</sup> Na Cúpula organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) é aprovada a Declaração de Roma com assinatura e compromisso dos 126 países-membros (em 1996). Afirma-se através dessa declaração o direito às pessoas a terem acesso ao alimento nutritivo e seguro, e como direito fundamental de todas as pessoas a não sofrerem fome. Vale reiterar que no objetivo central da declaração está o alcance da Segurança Alimentar, como resultado da consagração e compromisso da vontade política comum e nacional dos países-membros.

*práxis* da classe trabalhadora e dos pobres que lutam. E neste sentido, o que de fato se trata, é de um devir – [histórico] –, da realização de uma [utopia<sup>168</sup>].

A utopia concreta no sentido de Ernst Bloch é algo distinto da utopia abstrata dos utopistas que só confrontam a pífia realidade com a imagem do Belo e do Melhor, sem mostrar como a utopia pode explicitar e desenvolver-se concretamente a partir das condições sociais e quais sujeitos com quais práticas cuidam dessa explicitação e desse desenvolvimento.

A utopia concreta abrange na mesma medida o conceito e a antecipação “[...] o objetivo concretamente antecipado rege o caminho concreto” (Bloch, 1973). (ALTVATER, 2010, p. 333; 334).

Considerando as contradições materiais que envolvem a questão da alimentação que já analisamos – e que vamos ainda analisar nos próximos capítulos –, verifica-se que a maturação histórica dessas contradições, não poderiam conduzir o movimento do pensamento e a ação político-prática à outra direção, a não ser à apreensão desse movimento contraditório do real e à “cunhagem” desse conceito histórico. Que se justifica no plano teórico e fundamentalmente na sua pertinência política para um projeto histórico-social que em sua natureza pressupõe a ruptura e a superação do modo de produção do capital. Nisso e em vista disso, se assenta a necessidade do debate sobre a perspectiva da Soberania Alimentar (material, prático-política e [utópica<sup>169</sup>]), tendo em vista que as práticas que expressam o seu sentido, são as que poderão garantir as condições objetivas para a unidade da diversidade e

---

<sup>168</sup> Utopia no sentido de que já aporta na prática [germes] de um [outro lugar] e estado social-humano ideal, de outras condições objetivas e subjetivas e de relações sociais e produtivas. Ou seja, de uma outra forma de produzir alimentos e de ver a vida. Uma utopia que pressupõe a negação do presente ‘empapado’ pelo conteúdo das leis orgânicas do modo e de reprodução do capital, portanto, do horizonte da ruptura e de sua superação.

<sup>169</sup> Já mencionamos na introdução o significado e entendimento que consideramos ao tratá-la dessa dimensão utópica da Soberania Alimentar, tendo como referência fundamental de que se trata de considerar a utopia no sentido que já aporta na prática germes de outro lugar, de outras formas de produzir os alimentos, de ver a vida e de reproduzir a existência. Partindo disso, ao considerar a questão do alimento e como este se insere nas relações sociais [e na totalidade concreta], traz-se presente a contribuição de Friedmann ao discutir e demonstrar elementos que contribuem para a realização da Soberania Alimentar, a partir de experiências na região de Golden Horseshoe em Ontário Canadá. Destaca a autora que “A primeira coisa que precisamos fazer é parar de ver cidades como objetos inertes e reconhecê-las como entidades orgânicas, e inextricavelmente ligadas ao ecossistema natural. O que precisamos urgentemente é uma alternativa para a utopia: um modelo que mire não a perfeição, mas a algo parcial e atingível. Minha proposta é *Sitopia*, do grego antigo, *sitos* (alimento) e *topos* (lugar). *Sitopia*, na essência, é uma forma de reconhecer o papel principal que o alimento tem em nossas vidas e de aproveitar seu potencial para moldar o mundo de uma maneira melhor. A boa notícia é que a *sitopia* já existe. Seja onde for que o alimento é valorizado e celebrado, desde jantares de famílias e cooperativas alimentares a movimentos internacionais como o *Slow Food* e o *Transition Towns*, há um crescente reconhecimento de que, longe de menosprezar o problema, o alimento se tornará o maior desafio do planeta. A solução é ampliar tal reconhecimento a ponto de afetar não apenas nossos hábitos diários, mas nossas estruturas socioeconômicas, nossa compreensão intercultural e nossos sistemas de valores – nossa própria concepção sobre o significado de viver na Terra. O alimento é o grande conector. Se nós conseguirmos aprender a compartilhar isso como uma ferramenta conceitual, nós podemos utilizá-la pra conformar um futuro melhor. (n.d.). As iniciativas que aqui descrevi apontam para essa direção, e a Soberania Alimentar é agora uma estrutura compartilhada para esse movimento” (FRIEDMANN, 2016, p. 91).

dos específicos direitos que compõem os interesses da classe trabalhadora (urbana e camponesa).

A renovação da agricultura e de sua relação com o mercado consumidor depende de trazer pessoas de todas as categorias da cadeia produtiva – consumidores, produtores e seus intermediários – em novas e cada vez mais conscientes relações, tanto entre si quanto entre si e a terra. Primeiramente essas relações, devem propiciar condições para que as pessoas possam proteger terras cultiváveis e pensar criativamente sobre todas as maneiras e lugares em que possam cultivar alimentos. Em segundo lugar, elas devem encontrar uma nova política que revele um modo de unir o cultivo dos alimentos ao consumo. Nesse sentido, um foco em política de saúde deve reconectar terra e alimento, os quais foram desarticulados pelo mercado no modo como este tem atuado até o momento. Em terceiro, essas relações devem explorar o potencial agroalimentar para uma renovação econômica “verde”. Em quarto, elas devem usar a educação pública para promover o letramento e as habilidades relacionadas ao cultivo e preparo dos alimentos. Finalmente, uma infraestrutura regional para [re]conectar produtores e consumidores e depois de tantos anos na disjunção deve superar o hiato que se abriu entre as culturas rurais e urbanas. Felizmente, todas essas mudanças estão sendo realizadas. Se esses fatores podem ser reconectados por meio de políticas e práticas conscientes, a Soberania Alimentar torna-se imaginável. (FRIEDMANN, 2016, p. 76 – 77).

A sua garantia é mediada pelo trabalho [como *mediação de primeira ordem*<sup>170</sup>] e não por sua condição de exploração [pelas *mediações de segunda ordem*]<sup>171</sup>.

Partindo desse pressuposto e considerando que as categorias analíticas e os conceitos são históricos, é que destaco a importância e tomo como ponto de partida o momento de “cunhagem” ou o “acunhar” do conceito<sup>172</sup>, considerando o aspecto e o fato social onde este

<sup>170</sup> Para Mészáros em sua reflexão acerca da teoria da alienação, pautado nas elaborações de Marx, a ‘*mediação de primeira ordem*’ é ontologicamente necessária expressando a atividade produtiva vital, ou seja, “é um fator ontológico absoluto da condição humana” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78). É uma condição eterna do homem que se materializa através do trabalho no processo de transformação da natureza para satisfazer suas necessidades.

<sup>171</sup> Considerando a teoria da alienação as ‘*mediações de segunda ordem*’ podem aparecer como sendo naturais quando observado apenas a aparência da realidade, como por exemplo, no modo de produção do capital. A ação interventora do homem através do trabalho visa satisfazer as suas necessidades através de uma forma específica e determinada historicamente por uma organização social. É neste sentido, que Marx aponta a propriedade privada, a divisão do trabalho, o intercâmbio, o próprio trabalho (determinado nessa condição) como ‘mediações de segunda ordem’ e que realizam objetivamente o processo de alienação. Ou seja, essas ‘mediações de segunda ordem’, é que dão a identidade da relação do homem com a natureza nesse determinado momento histórico. É neste sentido que Mészáros (2006, 78) destaca que “[...]. O ideal de uma ‘transcendência positiva’ da alienação é formulado como uma superação sócio-histórica necessária das ‘mediações’: **propriedade privada, intercâmbio, divisão do trabalho** que se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade”. São mediações da ‘mediação de primeira ordem’. [...] “isto é, uma mediação *historicamente específica* da automeiação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa ‘mediação de segunda ordem’ só pode nascer com base na ontologicamente necessária ‘mediação de primeira ordem’ – como a forma específica, alienada desta última”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

<sup>172</sup> Cunhagem, imprimir “sentido” e “valor”, converter uma base material em expressão e Acunhar, colocar cunha tendo em vista “separar” ou “segurar”. Houve um momento histórico, um fato social onde o conceito de Soberania Alimentar, resultante de processos, foi apresentado à sociedade. É visível, no entanto, nas produções teóricas, peças legais, nas políticas, debates e embates uma simbiose (por analogia, um concubinato) entre Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, ou seja, uma interdependência material e conceitual, mas que, pulsa e é latente a busca da independência (no adiante, no horizonte, uma latência dialética), do conteúdo material da Soberania Alimentar frente ao conteúdo material da Segurança Alimentar (e Nutricional). No entanto, dada as condições e leis materiais e objetivas, há concomitantemente a necessidade em processo

foi lançado, demarcando uma oposição e uma manifestação política contrária às discussões da Cúpula Mundial de Alimentação<sup>173</sup>. Creio que há um embaraçoso “(des)-enlace” nesse processo, como tento descortinar através da nota acerca [da cunhagem] do conceito, tendo em vista a própria questão das contradições materiais que determinam a natureza no arcabouço político e legal, da denúncia e do anúncio que expressam as relações de forças imbricadas.

O fato de trazermos nesta discussão, a questão semântica e etimológica, e a importância da cunhagem do conceito tem uma razão que expressa a análise aqui desenvolvida. É a busca em contemplar as contradições materiais e as [co]relações de forças que incidem nas expressões conceituais e o que estas representam. *O que significa, portanto, “acunhar” um conceito com essa magnitude? O que ele representa para o debate nas ciências sociais e na economia política atualmente, sendo a expressão de um acúmulo em um processo de construção coletiva da classe que vive do trabalho?*

O contexto histórico e político-econômico em que se situa o posicionamento e o anúncio da Soberania Alimentar é bem demarcado pela Via Campesina:

**Políticas neoliberais dão prioridade ao comércio internacional, e não a alimentos para a população. Não contribuíram em nada com a erradicação da fome no mundo. Pelo contrário, aumentaram a dependência dos povos por importações agrícolas e fortaleceram a industrialização da agricultura, assim colocando em risco a herança genética, cultural e ambiental de nosso planeta, bem como nossa saúde. Forçaram centenas de milhões de agricultores ao abandono de suas práticas agrícolas tradicionais, ao êxodo rural ou à imigração.** Instituições internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC implementaram essas políticas ditadas pelos interesses de grandes empresas e superpoderes transnacionais [...]. A OMC é uma instituição completamente inadequada para lidar com questões relacionadas a alimentos e agricultura. Por isso, a Via Campesina quer a OMC fora da agricultura. (VIA CAMPENSINA (2003), apud MCMICHAEL, 2016, p. 85, (*Grifos meus*)).

Não descartando os significativos avanços que as contradições materiais e a participação social oportunizaram através das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Destaca-se que o movimento histórico constituiu – não só no terreno do debate e das políticas, mas, sobretudo, na materialidade – a definitiva impossibilidade de conciliação entre a implementação dos processos hegemônicos do Sistema Agroalimentar e a possibilidade de

---

contraditório, de “separar” e “segurar” (acunhar) algo resultante da Contradição Principal e das Contradições Secundárias.

<sup>173</sup> Frente ao debate oficial que ocorria no contexto da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA) que girava em torno da concepção de Segurança Alimentar, as organizações camponesas “e, em especial, as delegadas mulheres presentes no fórum paralelo à CMA foram críticas em relação aos termos utilizados na discussão dos governos, que em sintonia com a hegemonia do neoliberalismo e com os princípios defendidos pela OMC, ajustaram a definição de segurança alimentar, tentando vincular o direito à alimentação à liberalização do comércio de alimentos, abrindo caminho para fazer da alimentação um grande e lucrativo negócio para as empresas transnacionais, a indústria química e de *fast-food*, entre outros” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720).

garantia da Soberania Alimentar<sup>174</sup>. Como nos alertava Florestan Fernandes (1980) ao referir aos processos de luta social, que não há reforma que seja capaz de unir uma minoria prepotente e uma maioria desvalida. Além disso, demarcamos a consciência dos intensos desafios que nos cercam, frente à crise estrutural do capital.

Como referenciamos, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional de 2006 (no Brasil) incorpora o conceito de Soberania, mas mantendo o sentido clássico, que ao meu entendimento, embora seja pertinente, não corresponde ao sentido que alcança e que exige o conceito de Soberania Alimentar. Vemos em seu Artigo 5º “A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional requer o respeito à ‘Soberania’, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006b).

Se consideramos a análise anterior do conteúdo histórico-político da Segurança Alimentar e Nutricional, vemos que esta noção aplicada aqui no Brasil e de modo geral, contribui para a comprovação de que o processo de implementação das políticas está na lógica dominante, na ordem da reforma e não da ruptura. Cabe-nos a indagar: *O que toleram os organismos internacionais? Que influências e estratégias utilizam?*

**As políticas públicas de abastecimento alimentar, sob responsabilidade dos governos que controlam os aparatos estatais, estão subordinadas a forças políticas determinadas pela macroeconomia mundial e corroboradas pelas práticas dos organismos multilaterais de defesa dos mercados oligopolistas.** Assim, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a organização Mundial do Comércio (OMC), criada na década de 1990, e o Banco Mundial, sempre defenderam, em primeiro lugar, os interesses das empresas, encobertos pelo manto da liberdade de circulação do capital e das mercadorias. E, no máximo, com o agravamento do problema do abastecimento alimentar, aceitam políticas governamentais compensatórias, que não afetam os interesses do mercado, para que a fome e a desnutrição não se transformem em tragédias sociais ou conflitos políticos internacionais. [...]. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 716, (*Grifos meus*)).

Há, portanto, **diferenças substanciais. Enquanto se busca garantir a Segurança Alimentar e Nutricional tendo como base a Soberania do mercado correlacionado à Soberania política dos países, a Soberania Alimentar inscreve-se como possibilidade de ser realizável, se ancorada sobre a base real da Soberania dos povos<sup>175</sup> e não apenas uma ‘Soberania discursiva’, ancorada na parcialidade política.**

<sup>174</sup> De maneira lúcida Maluf (2009, p. 22) expressa bem a constituição dessa relação, quando destaca que, “[...]. Deste modo se estabelece a conexão entre um objetivo de ações e políticas públicas (SAN) e um princípio (soberania alimentar) que o qualifica”. Contudo acrescento, que dada a correlação de forças imbricadas e a totalidade concreta do Modo de Produção Capitalista, imputa também em linhas limítrofes.

<sup>175</sup> É neste sentido que Maluf (2009, p. 23), [se consideramos a expressão da política], aponta que, “Soberania Alimentar implica também que as políticas adotadas em seu nome, particularmente pelos países avançados,



O tema da Soberania Alimentar está na ordem do dia. Já não se trata apenas de pensar a Segurança Alimentar, supondo que medidas devam ser tomadas pelos planejadores em termos de trocas internacionais, exportação/importação, ou até mesmo beneméritos doações de alimentos aos países mais explorados (justamente aqueles cujos camponeses foram arruinados pela política de subsídios dos “grandes”, neste setor mais e mais globalizado da produção capitalista). (WHITAKER, 2008, p. 324).

Os Movimentos e Organizações Sociais de base popular que possuem relações com a terra e com as questões agrícolas através e na busca da produção de alimentos, desenvolvimento rural e preocupação com as questões ambientais, é que foram os pioneiros e impulsionadores iniciais, e que colocaram no seio da sociedade o debate. Também, demonstram a pertinência da Soberania Alimentar para o mundo.

[...] um Sistema Alimentar sustentável permitiria às pessoas cultivar o que é bom para o solo, comer o que é bom cultivar e projetaria instituições políticas e sociais para possibilitar esses dois primeiros (Friedmann, 2003). O Sistema Alimentar atual faz o contrário: agricultores cultivam o que exigem os compradores corporativos dominantes, consumidores compram o que é oferecido pelos mesmos atores corporativos, e, dessa forma, ecossistema e saúde sofrem, assim como sistemas sociais e políticos, tanto rurais quanto urbanos. **A Soberania Alimentar tem a enorme tarefa de reverter tudo isso, de ser o diminuto rebocador que vira esse gigante navio.** (FRIEDMANN, 2016, p. 90, (*Grifos meus*)).

Há um conjunto de dimensões que a subscrevem nesse primeiro momento, e demarcam a identidade da diferenciação frente a Segurança Alimentar e Nutricional<sup>176</sup>. Podemos destacar, por exemplo, a crítica ao Sistema Agroalimentar, a discussão acerca da produção (base material e modos), as formas de acesso, os padrões e hábitos de consumo, a dimensão nutricional da alimentação e a aproximação da produção-consumo. Considerando estes aspectos e colocados frente às opções adotadas pela lógica hegemônica na busca de implementação da Segurança Alimentar e Nutricional, vemos que cada um deles ganha

---

não comprometam a Soberania de outros países; [...]”. É por esse entendimento, que “[...]”. O Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (Havana-Cuba, 2001) **afirmou o direito dos povos** definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população” (BURLANDY; MALUF, 2010, p. 42 (*Grifos meus*)). Cabe ainda destacar o entendimento de Machado e Machado Filho (2017, p. 85) de que a “Soberania Alimentar é precondição para a soberania política. Nesse sentido, a situação do Brasil é delicada e vulnerável”.

<sup>176</sup> De acordo com Whitaker (2008, p. 324 – 325) “O conceito de Soberania Alimentar é diferente do conceito de segurança alimentar. A ideia de Segurança Alimentar, grosso modo, implica basicamente abastecimento adequado por um lado, e acesso, por outro lado, de todas as classes sociais aos níveis de consumo a elas correspondentes, necessário para a reprodução da sociedade. Ou seja, a sociedade, no sentido mais amplo, entendida como país – com o planejamento e recursos à importação quando necessário – deve manter o fluxo normal dos alimentos que se tornaram ‘habituais’ à população, enquanto essa população deve ter acesso a esse fornecimento, via salários que cubram o custo da cesta de consumo, e/ou ações afirmativas e políticas públicas para suprir dificuldades nesse acesso (cesta básica, bolsa-família, etc.). Já o conceito de Soberania Alimentar vai muito além, ou melhor, vai em direção diferente e mais racional. Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para a agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos. Obviamente deixa-se de depender também da irracionalidade do transporte de alimentos que os encarecem e os tornam estéreis (desnutritivos). [...]”.

sentido e materialidade diferenciados, relacionando com o conceito, a concepção e a proposição da Soberania Alimentar.

As organizações camponesas contrapuseram então ao conceito de *Segurança Alimentar* o conceito de *Soberania Alimentar*. Partiram do princípio de que *o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano*, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional. Assim, soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720).

É refutável a ideia de associar a Soberania Alimentar apenas com a autossuficiência produtiva nacional<sup>177</sup>, embora esta necessidade e possibilidade, seja extremamente relevante para a sua realização, tendo em vista que não há confiabilidade no comércio internacional, dada as suas razões de ser, que por princípio nega a possibilidade da Soberania Alimentar no seu sentido original (em seus princípios constituintes e instituintes). A produção doméstica de alimentos, embora seja importante para as estratégias econômicas e políticas dos países, só terá relevância para a consolidação da Soberania Alimentar, se embasada por outros princípios e processos que correspondam à '**Soberania Popular**'<sup>178</sup>. Embora se busque evitar, não se desconsidera a pertinente função das importações de alimentos. O que deve ser discutido é, portanto, as regras, interesses e razões que balizam e subscrevem esse processo. De acordo com Burlandy e Maluf (2010, p. 42),

O Brasil é peça importante do sistema alimentar mundial e muitas das referidas críticas se aplicam ao nosso caso. As opções adotadas no período de hegemonia neoliberal foram na direção oposta daquela apontada pela perspectiva da Soberania Alimentar. **Assim, se avanço houve, ele se localiza no próprio reconhecimento dessa perspectiva e sua apropriação pelos Movimentos Sociais, com a incorporação gradativa e ainda parcial nas políticas públicas.** (*Grifos meus*).

O entendimento que fiz questão de grifar na citação anterior, expressa em certa medida, a apenas aparente deslocada inserção, acerca da cunhagem do conceito feita anteriormente. Ao contrário, expressa a ligação orgânica entre o processo de tensionamento para a busca de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional [SAN] e a condição de

---

<sup>177</sup> É importante destacar que a maioria das proposições políticas e de estratégias para objetivar a Soberania Alimentar assentam-se na ideia de Soberania do Estado-Nação (E que ao longo desta tese estes aspectos serão lapidados, mas que entendo obter limites, apesar de ser relevante). Este ponto, não pode ser totalmente descartado, tendo em vista o que nos demonstra a Lei Geral da Contradição, que se tomarmos o aspecto da particularidade da Contradição vemos que há contradições qualitativamente distintas e que, portanto, no processo de dominação imperialista/monopolista, as condições internas (de concepção e objetivas) de uma nação podem se tornar fundamentais para se opor ao processo de dominação externa que traga as consequências negativas e que impeçam a implementação das políticas e ações que garantam ao povo sua Soberania (alimentar, política, de decisão, etc).

<sup>178</sup> Na concepção do desenvolvimento, da produção e das políticas públicas, além do controle e organização do território e dos recursos naturais.

perceber que estas não correspondem a um projeto de ruptura e/ou societário de classe, e que, portanto, ancorado nessa percepção, e relacionando com a base material permitiu o enriquecimento da perspectiva e conceito de Soberania Alimentar [SA]. A assimilação e a constituição de novos princípios para a produção de alimentos, se dão, sobretudo a partir dessa participação na ação propositiva, que põe em evidência, tanto os limites de um conceito [SAN], quanto a fecundidade do outro [SA]<sup>179</sup>.

Como intervenção estratégica, a **Soberania Alimentar é híbrida ao abordar as necessidades imediatas (formais) e apresentar alternativas substantivas de longo prazo**. No *nível formal*, invoca o direito das nações de proteger a produção e os produtores domésticos de alimentos, que “atualmente respondem por grande parte do alimento mundial” (Via Campesina 2008). Já existem tentativas iniciais de redefinir constituições de Estado, institucionalizando-se a Soberania Alimentar. No *nível substantivo*, oferece uma alternativa **ontológica**:<sup>[180]</sup> defender direitos além dos direitos de mercado, com uma identidade agrária baseada em um complexo de valor que entrelaça a subjetividade e a preservação ecológica como precondição para a sustentabilidade social e ambiental. Defender “o modo camponês” não se refere a preservar uma “cultura”, mais do que isso, tem a ver com fortalecer práticas culturais que não reduzam o alimento e a agricultura à formulação de preços. Ao fazer isso, o movimento de Soberania Alimentar afirma a incomensurabilidade de culturas agroalimentares diversas com um regime alimentar monocultural que objetiva e fetichiza o alimento como um vetor de acumulação do capital. (MCMICHAEL, 2016, p. 86, (*Grifos em negrito e itálico, meus*)).

O momento crucial e pertinente para o debate e para a consolidação da noção da Soberania Alimentar foi o Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar que se realizou em Havana/Cuba<sup>181</sup> no ano de 2001, “**Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer a sua Soberania Alimentar**”<sup>182</sup>. A apreensão das contradições materiais e sociais indicam que a organização da classe trabalhadora deve, além de fazer o tensionamento com as bases econômicas, fazer novas proposições. São estes aspectos que motivaram a realização do Fórum Mundial da Soberania Alimentar.

<sup>179</sup> Da base material, da totalidade contraditória e da unidade dos contrários, do impulso vital da ‘transição em potência’. Estes elementos serão melhor trabalhados no último item do Capítulo III.

<sup>180</sup> Nota minha: É considerando esses elementos substanciais que desenvolveremos no Capítulo II, o item ‘Apontamentos ontológicos e filosóficos e Soberania Alimentar’.

<sup>181</sup> A opção em realizar o Fórum em Cuba foi uma opção política. Como registrado na Declaração Final é um reconhecimento ao país que apesar de sofrer o embargo econômico dos Estados Unidos por mais de quatro décadas, onde o uso de alimentos se torna uma arma de pressão político-econômica, tem garantido o direito à alimentação adequada ao povo através de uma política estatal coerente e participativa, e que de certa maneira, materializa aspectos fundamentais que compreendem a noção da Soberania Alimentar, com uma base material agrária adequada, valorização e apoio dos pequenos e médios produtores e a participação e mobilização de toda a sociedade.

<sup>182</sup> “De 3 a 7 de setembro de 2001, nos reunimos em Havana, Cuba, 400 delegados e delegadas de organizações de trabalhadores do campo, indígenas, associações de pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e pesquisadores de 60 países de todos os continentes no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar” (Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, 07 de setembro de 2001 (cecaneparana.blogspot.com.br), acesso em 30/09/2016).

Nos reunimos para analisar por que a cada dia aumenta a fome e a desnutrição no mundo, por que se produziu a crise da agricultura familiar, indígena, a pesca artesanal, os sistemas alimentares sustentáveis, por que os povos perdem soberania sobre seus recursos? Assim mesmo nos reunimos para construir coletivamente – sob a perspectiva dos povos e não das corporações alimentares multinacionais – propostas e alternativas viáveis e estratégias de ação em escala local, nacional e mundial que revertam as tendências atuais e permitam impulsionar novos enfoques, políticas e iniciativas capazes de assegurar um presente e um futuro digno e sem fome para todas as mulheres e homens do mundo. (FMSA/DF, 2001).

A constituição do conceito e da perspectiva da Soberania Alimentar traz outras bases e princípios que são decisivos para consolidação das diferentes dimensões que compõem, na concretude e na cultura, a questão da alimentação no mundo. As diferentes formas de produção que se concretizam a partir do trabalho familiar e grupal tradicional, desde que garantidos o direito de acesso à terra, à água, a todos os recursos naturais, e da biodiversidade necessários, já se inscrevem como fundamentais por se revelarem decisivas para uma alimentação soberana tendo em vista que contemplam uma diversidade cultural, social e ambiental (BURLANDY; MALUF, 2010). Sob esta perspectiva, o debate acerca do abastecimento alimentar e das políticas públicas indicam o redimensionamento no processo de conexão entre os modos de produzir e distribuir o alimento, com os padrões e os princípios da escolha no ato do consumo e com a compreensão e cultivo dos hábitos alimentares.

O Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, ao definir o conceito e perspectiva de Soberania Alimentar indica qual é a materialidade e quais são os trabalhadores/sujeitos sociais (primeiramente) implicados no processo de sua implementação. A Declaração Final produzida a partir dos debates no Fórum – composta por trinta pontos – é um documento fundamental para compreendermos, tanto o conteúdo histórico, quanto às **dimensões basilares e de transição** da Soberania Alimentar – dado pelo acúmulo do debate –, quanto a tomada de decisão de opor-se às discussões, elaborações e, em certa medida, às políticas, oriundas dos Organismos Internacionais, ou orientadas por estes, para a questão (que ainda incidem nas políticas de Segurança Alimentar [e Nutricional]). Vemos então que:

1- Soberania Alimentar é o **direito dos povos** definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, como base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

2- [...].

3- A **Soberania Alimentar dos povos** reconhece uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais, e nacionais; uma agricultura que tenha como preocupação central o ser humano; que preserve, valorize e fomente a multifuncionalidade dos modos campeiros e indígenas de produção e gestão do território rural. Assim mesmo, a Soberania Alimentar supõe o

reconhecimento e valorização das vantagens econômicas, sociais, ambientais e culturais para os países da agricultura em pequena escala, das agriculturas familiares, das agriculturas campeiras e indígenas.

4- Nos pronunciamos pelo reconhecimento dos direitos, autonomia e cultura dos povos indígenas de todos os países como condição essencial para combater a fome e a desnutrição e alcançar o direito à alimentação para a sua população. A **Soberania Alimentar implica no reconhecimento à multietnicidade das nações e o reconhecimento, a valorização das identidades originais dos povos**. Isto implica, também, o reconhecimento ao controle autônomo de seus territórios, recursos naturais, sistemas de produção e gestão do espaço rural, sementes, conhecimentos e formas de organização. Neste sentido, apoiamos as lutas de todos os povos indígenas e negros do mundo e nos pronunciamos pelo respeito irrestrito a seus direitos.

5- A **Soberania Alimentar** implica, além disso, a garantia ao **acesso a uma alimentação sã e suficiente para todas as pessoas**, principalmente para os setores mais vulneráveis, como obrigação irrestrita dos Estados nacionais e o exercício pleno de direitos da cidadania. O acesso à alimentação não deve ser considerado como uma compensação assistencialista dos governos ou uma caridade de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

6- A **Soberania Alimentar** implica em **colocar em marcha os processos radicais de Reforma Agrária integral adaptados as condições de cada país e região**, que permitam **aos camponeses e indígenas** – reconhecendo às mulheres a igualdade de oportunidades – um acesso equitativo aos recursos produtivos, principalmente terra, água e bosque, assim como os meios de produção, financiamento, capacitação e fortalecimento de suas capacidades de gestão e interlocução. A **Reforma Agrária, em primeiro lugar, deve ser reconhecida como uma obrigação dos Estados Nacionais** onde esse processo é necessário no marco dos direitos humanos e como uma eficiente política pública de combate à pobreza. Estes processos de Reforma Agrária devem estar controlados pelas organizações camponesas – incluindo o mercado de arrendamentos – garantir os direitos individuais dos produtores com os coletivos sobre as terras de uso comum e articulados com políticas agrícolas e comerciais coerentes. Nos opomos às políticas e programas de mercantilização da terra promovidas pelo Banco Mundial em substituição às verdadeiras Reformas Agrárias e aceitas pelos governos.

7- Apoiamos a proposta apresentada pelas organizações da sociedade civil, em 1996, para que os referidos Estados elaborem um Código de Conduta sobre o Direito Humano a Alimentação Adequada, que sirva efetivamente como instrumento para implementação e promoção deste direito. O direito à alimentação dos povos, incluído na declaração dos Direitos Humanos e ratificado na Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996, pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

[...].

16- Os **recursos genéticos são o resultado de milênios de evolução e pertencem a toda a humanidade**. Portanto, deve ser proibida a biopirataria e as patentes sobre seres vivos, incluindo o desenvolvimento de variedades estéreis mediante processos de engenharia genética. **As sementes são patrimônio da humanidade**. A monopolização por algumas empresas multinacionais das tecnologias de criação de organismos geneticamente modificados (OGMs) representam uma grave ameaça à Soberania Alimentar dos povos. Ao mesmo tempo, em virtude de que se desconhecem os efeitos dos OGMs sobre a saúde e o meio ambiente, demandamos a proibição de experiências a céu aberto, produção e comercialização até que se possa conhecer com segurança sua natureza e impactos, aplicando estritamente o princípio da precaução.

17- [...].

18- Manifestamos a decisão de **integrar os objetivos de bem estar nutricional às políticas e programas nacionais**, incluindo os sistemas produtivos locais, promovendo sua diversificação para alimentos ricos em micronutrientes; defender a qualidade e inocuidade dos alimentos consumidos pelas populações e a decisão de lutar pelo direito a informação para todas as pessoas, sobre os alimentos que consome, reforçando a regulamentação de etiquetas nos alimentos e o conteúdo da publicidade alimentar, exercendo o princípio da precaução.

19- **A Soberania Alimentar deve basear-se em sistemas diversificados de produção, baseados em tecnologias ecologicamente sustentáveis.** É necessário articular as iniciativas de produção e consumo sustentáveis de alimentos gerados nos níveis locais por pequenos produtores com estabelecimento de políticas públicas que contribuam para a construção de sistemas alimentares sustentáveis no mundo. [...]. (FMSA/DF, 2001, (*Grifos meus*)).

Nota-se que a Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar é um posicionamento claro em oposição ao conteúdo que compõem as bases materiais que sustentam o Modo de Produção Capitalista, bem como das discussões e as matrizes fundamentais da Segurança Alimentar. Embora, por vários momentos correlacionados e imbricados – dado que a realidade é mudança – devido à totalidade concreta e as suas contradições, o fundamental em cada um dos conceitos, têm materialidade, interesses, direções, projetos diferenciados e, sobretudo, são colidentes.

Esse novo e transgressor conceito representa uma ruptura em relação à organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e os governos neoliberais no seio das negociações da OMC e da FAO, cujas orientações políticas já tinha violado as normas protecionistas para a agricultura familiar e camponesa implantadas por alguns governos nacionalistas e populares, mediante impostos sobre as importações baratas de alimentos, favorecendo o preço de alimentos nacionais, outorgando faixas de preços e mantendo os poderes dos compradores públicos. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720).

A literatura registra a caracterização da proposição da implementação da Soberania Alimentar em uma de suas dimensões que é a **‘Política Pública’ indutora**. É importante destacar que é notório nas análises e nas elaborações um processo que explicita uma espécie de condicionamentos, entre os limites do momento histórico, quando se trata dos governos e das organizações estatais que implementam políticas, e os anseios inseridos nas manifestações documentais e nas proposições das políticas quando assentadas no que há de mais genuíno da elaboração do conceito e da perspectiva de Soberania Alimentar.

Soberania Alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. **Esse conceito revela uma política mais ampla do que a Segurança Alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir os seus próprios alimentos.** Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessita em seu próprio território. **Os conceitos de Soberania Alimentar e de Segurança Alimentar** têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas públicas necessárias para combater os problemas mais trágicos da humanidade: a fome, a desnutrição e a

alimentação aquém das necessidades básicas para a sobrevivência digna. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715 (*Grifos meus*)).

**A Soberania Alimentar é expressão da Soberania Popular (instituinte da Soberania do Estado-Nação [enquanto mediação e fator material de transição com controle social popular] e ‘vir a ser’ da Soberania ‘Universal’), no sentido de além de terem o acesso ao alimento de que se necessita, há também as condições materiais e culturais objetivadas para a produção e para o consumo<sup>183</sup>. Neste sentido, o que se garante, aos povos, é a ‘Soberania’ sobre as suas existências. “E se a produção e a distribuição dos alimentos fazem parte da Soberania de um povo, elas são inegociáveis e não podem depender de vontades políticas ou práticas conjunturais de governos ou empresas de outros países” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720, (*Grifos meus*))<sup>184</sup>. Além de contestar os ditames do capital, o processo de constituição do conceito de Soberania Alimentar coloca à disposição da sociedade estratégias para resistir, bem como, faz a defesa abertamente, dos regimes e sistemas alimentares locais, em que, o aspecto central desta tomada de posição, tem por objetivo combater e superar a tese central das empresas transnacionais de que a ‘única’ e mais eficiente forma para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional é o livre comércio com produtos que desafiam o ‘tempo’ e a ‘distância’<sup>185</sup>.**

A prática social dos trabalhadores tem sido assentada concomitantemente – em um mesmo processo – pela luta social para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional – tendo em vista que esta é uma necessidade imediata – e pela prática material e social que embasa a busca do [‘Novo’] qualitativamente diferente que é a Soberania Alimentar. A luta pela implementação da Segurança Alimentar e Nutricional se dá nos meandros contraditórios e na busca da superação entre a necessidade de afirmação do acesso ao direito à alimentação e a negação dos pontos e elementos fundamentais que são imperativos da lógica hegemônica do Sistema Agroalimentar<sup>186</sup>.

<sup>183</sup> Destaca-se que compõem essas condições a perspectiva de uma Formação Humana correspondente e das condições do desenvolvimento da ciência e tecnologia que torne esse processo possível, entre outros aspectos.

<sup>184</sup> José Martí advertia, em relação à dependência da América Latina frente aos capitais estrangeiros, que “um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos é um povo escravo. Escravo e dependente de outro país que lhes fornece as condições de sobrevivência” (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720).

<sup>185</sup> Como mencionado anteriormente acerca da reflexão desenvolvida por Friedmann (1993) com base na alegoria do ‘Rei Midas’, sobre a os princípios de ‘durabilidade’ e ‘distância’, da agricultura industrializada e dos alimentos.

<sup>186</sup> Este aspecto é bem demarcado e expressado nos documentos e relatórios finais das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN). A centralidade na elaboração e nas proposições das políticas de SAN são aos poucos inseridas as pautas e discussões da Soberania Alimentar. É mais notável a presença do conceito Soberania Alimentar nos Relatórios Finais das CNSAN, sobretudo a partir da III Conferência, ganhando cada vez mais presença nas proposições.

Politzer ao discutir “*A terceira característica da dialética: a mudança qualitativa*” demonstra que a “*Lei da quantidade-qualidade*”, sob diversas formas, tanto na natureza, quanto na sociedade, é precedida de uma preparação material a partir das contradições existentes, e que só pode ser revelada pela dialética (POLITZER, 2002). É notável, que a passagem da afirmação-negação da Segurança Alimentar e Nutricional, – nascida das necessidades sociais – para a Soberania Alimentar, é a transformação material e incide em conceitos, entendimentos e concepções, das sensações progressivamente acumuladas pela prática material e social. A apreensão, a sensação, é de modo geral, uma percepção, um reflexo parcial da realidade. Mas que pela prática social, pelo trabalho, pelas experiências desenvolvidas pelos camponeses e povos tradicionais – onde se aprofundam nessa realidade e ao conquistar a inteligência dos processos internos imbricados que em princípio lhes escapava –, acessam às leis objetivas, que para além da aparência explicam o real.

A prática social e a participação dos trabalhadores no debate das políticas – como já analisamos e iremos trazer mais elementos posteriormente – demonstrou o que de fato está em jogo, possibilitando o entendimento de que é preciso apontar pautas mais radicais, mas, sobretudo, buscar as condições objetivas para a transformação da base material/econômica. De acordo com Politzer (2002, p. 62) “[...]. O limiar da sensação é ponto em que se opera a passagem da *quantidade* do excitante para a *qualidade* da reação: [...]. Do mesmo modo é pela prática repetida que se constitui o conceito, partindo das sensações”.

A Via Campesina identifica que a contradição fundamental do regime alimentar corporativo é entre “uma agricultura centralizada, orientada por corporações, voltada para a exportações e industrial *versus* uma produção descentralizada e sustentável, de base camponesa e familiar, primariamente dirigida para os mercados domésticos”. Visto que as negociações comerciais ocultam essa distinção, a OMC é uma “instituição totalmente inapropriada para uma tomada democrática de decisões” no que diz respeito à Soberania Alimentar e à sustentabilidade social e ecológica (Via Campesina, 1999). (MCMICHAEL, 2016, p. 85 – 86).

Sem incorrer em reducionismo, vê-se que estes elementos apontados por Politzer e McMichael, ajudam a iluminar esta relação entre a infraestrutura e a superestrutura (na particularidade) a partir da *práxis* social dos Movimentos Sociais que fazem o debate, alimentam as proposições de políticas que ressignificam o movimento do real, e, portanto, os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.

Conforme verificamos no processo de constituição histórica da Segurança Alimentar e Nutricional, o conceito de Soberania Alimentar também evolui com a incorporação de novos debates. Outro momento importante para isso foi o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar



com o tema “**É hora da Soberania Alimentar**”, realizado em fevereiro de 2007, em Selingue, Mali (África).

Nós, mais de 500 representantes de mais de 80 países, de organizações camponesas, agricultores familiares, pescadores tradicionais, povos indígenas, povos Sem Terra, trabalhadores rurais, migrantes, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, crianças, consumidores, movimentos ecologistas e urbanos, nos reunimos com o povo de Nyéléni em Selingue, Mali, para fortalecer o **movimento global pela Soberania Alimentar**. O fizemos, tijolo por tijolo, vivendo em cabanas construídas a mão, segundo a tradição local e comendo a alimentação produzida e preparada pela comunidade de Selingue. Damos a nosso trabalho o nome de Nyéléni, como homenagem, inspirados na legendária camponesa maliense que cultivou e alimentou sua gente. (FMSA/DF, 2007, (*Grifos meus*)).

É importante destacar que os organizadores e participantes do Fórum deixam o recado à sociedade de que são capazes de assumirem o compromisso com a produção dos alimentos. É uma concepção de produção de alimentos que defende o interesse dos povos, considerando que as gerações atuais devem avançar em experiências e mediações práticas, a fim de embasar os processos soberanos que garantam a alimentação adequada numa perspectiva de futuro e tendo em vista o atendimento às gerações futuras<sup>187</sup>.

A maioria de nós é produtora de alimentos. Estamos dispostos, somos capazes e temos a vontade de alimentar a todos os povos do mundo. Nossa herança como produtores de alimentos é fundamental para o futuro da humanidade. Mas esta herança e esta capacidade para produzir alimentos nutritivos, de qualidade e em abundância, está ameaçada pelo neoliberalismo e pelo capitalismo global (FMSA/DF, 2007).

O que se verifica nesse processo de discussão é que as organizações e Movimentos Sociais de base popular que construíram a perspectiva e o conceito de Soberania Alimentar estão a indicar e a defender que esta perspectiva, se inscreve para muito além de um conceito. Trata-se de um projeto que transcende a questão da alimentação. São fundamentos e princípios imbricados que, por emergir da base material e pela *práxis* dos trabalhadores, uma definição meramente acadêmico-política induzirá à parcialidade do que o conteúdo (histórico)

---

<sup>187</sup> O sentido da manifestação dos participantes (transcrita na citação anterior e na próxima citação) é importante pois pauta a necessidade de recolocar como estratégico a participação dos camponeses e povos tradicionais na produção dos alimentos. Considerando a crítica ao regime alimentar corporativo, bem como, a conjuntura histórica que faz emergir esse conjunto de princípios contraditórios, e, portanto a relação entre Soberania Alimentar e Agroecologia, por exemplo, estes elementos expressam o que defendeu McMichael (2016, p. 36) que “[...] essa formulação concentra atenção na condição de pequenos agricultores, pescadores e criadores de animais do mundo e na mobilização em defesa da Soberania Alimentar em resposta à narrativa modernista que considera supérfluos os pequenos agricultores (McMichael, 2006). Enquanto o primeiro regime alimentar estava arraigado nos movimentos sociais de agricultores migrantes na dinâmica cíclica do primeiro regime alimentar (Friedmann, 2005), a dinâmica do regime alimentar atual envolve movimentos sociais de agricultores que resistem a migração (McMichael, 2005). [...] o ponto de vista mais amplo talvez seja que o regime alimentar do capital generalizou uma crise agrária de grandes proporções, registrada agora em um movimento crescente para estabilizar o Campo, proteger o planeta e fomentar tanto a Soberania Alimentar para combater novas investidas contra culturas agrícolas quanto a oposição a ‘cadeias de valor’ e apropriação de terras”.

expresso, realmente representa. O processo participativo, popular que demonstra que a cada momento, o conceito de Soberania Alimentar vai ganhando mais força explicativa e propositiva, agrega também o anseio sobre a conquista do conjunto de direitos dos povos de definirem a totalidade dos processos, de suas próprias políticas de agricultura e de alimentação, que em mediação, protege, respeita a biodiversidade e potencializa os processos de transformação social.

A Soberania Alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para ‘ENCAUSAR’ os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade, meio ambiente, social e econômica. A Soberania Alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. (FMSA/DF, 2007).<sup>188</sup>

A análise desenvolvida até aqui sobre a questão de como a Soberania Alimentar vai se consolidando no seio dos debates e das proposições demonstra que há uma demarcação clara, enquanto conceito e conteúdo histórico, e se opõe (naquilo que é substancial) à noção de Segurança Alimentar (e Nutricional)<sup>189</sup>. Sendo pertinente para um projeto societário e de classe, a grande questão está em como ir materialmente desenvolvendo as condições para que isso seja realizável<sup>190</sup>. Dado o movimento do real e das forças hegemônicas extremamente

---

<sup>188</sup> Três elementos importantes devem ser destacados a partir dessa citação: 1- Noção de Coevolução; 2- Quem são os responsáveis pela produção de alimentos saudáveis; e, 3- Bases da vida como patrimônio da humanidade.

<sup>189</sup> Vale destacar que é notória dentro da literatura e das peças políticas as seguintes questões: 1- a maioria das elaborações que visam a síntese de entendimento que está assentada na Segurança Alimentar e Nutricional (diga-se: os relatórios acerca das políticas implementadas e as elaborações teóricas de análises das políticas), inserem vagamente o conceito de Soberania Alimentar; 2- por outro lado, o conjunto de elaborações que são base da concepção de Soberania Alimentar, também insere vagamente e raramente uma proposição que busque a Segurança Alimentar e Nutricional. Entende-se, portanto, ser expressão sintomática da radicalidade de cada um dos conceitos e, que de certa forma, expressa o processo dialético que embasa o movimento do pensamento e da inserção da luta social como um processo formativo.

<sup>190</sup> Eis o ‘nó górdio’ da questão fundamental e, sem sombra de dúvidas um dos pontos relevantes que visa analisar e debater esta tese. Como, sem permanecer no ‘otimismo da vontade’, analisar dados e experiências ainda nascentes e fragilizadas, sem cair ‘num idealismo’ simplesmente?

eficientes, que a cada dia, mês, ano, desconstroem possibilidades materiais<sup>191</sup> ainda existentes de Soberania Alimentar, e, dentro das mesmas contradições, **como desenvolver, a partir da reação tensionada, um processo contra hegemônico que possa efetivamente potencializar e dar força material em transformação de todo acúmulo expressado nas discussões e no conceito de Soberania Alimentar?**

O que temos, é apenas a afirmação de que as elaborações e acordos sobre Soberania Alimentar coletivamente construídos (nos diferentes espaços, tais como as Conferências Nacionais, Fóruns Mundiais, outros espaços, publicitados ou não), não ressoaram concretamente aos ‘ouvidos’ estatais e de governos, de modo geral. Ou seja, infelizmente, ainda não houve uma acolhida e uma efetivação prática, quando consideramos um dos pilares fundamentais, que é a política pública, ou ainda, não há a inserção da discussão mais avançada e progressista no interior do entendimento dos organismos internacionais, que discutem regularmente o problema da fome e da produção de alimentos no mundo<sup>192</sup>.

A pertinência do debate feito no referido Fórum Mundial também se dá pela demarcação da necessidade da luta social e a identificação contra quem e a quem deve se direcionar os processos de luta social. De maneira geral a capacidade, a potencialidade dos povos poderem decidir sobre todas as dimensões – desde a produção até o consumo – preconizada pela Soberania Alimentar, defronta-se com uma série de linhas limítrofes que impõem objetivamente os limites da propalada autonomia decisória (por parte dos povos) em relação às condições objetivas que movem o Sistema Agroalimentar contemporâneo. É neste sentido, que o documento final (Declaração Final) do Fórum em Mali, registra e explicita contra quem e contra o que os povos devem lutar. Diz o documento: “Contra que lutamos?”<sup>193</sup>

1- O imperialismo, o neoliberalismo, o neocolonialismo e o patriarcado, e todo sistema que empobreça a vida, os recursos, os ecossistemas e as agentes que os promovem, como instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio, os acordos de livre comércio, as corporações multinacionais, os governos que prejudicam a seus povos;

2- O *dumping* de alimentos a preços abaixo do custo de produção na economia global;

<sup>191</sup> Como bem destaca Whitaker (2008, p. 325), ao referir-se aos aspectos hegemônicos do modo de produção capitalista e do Sistema Agroalimentar “Tais políticas de produção mundial contribuem para esgotar reservas energéticas que a natureza levou bilhões de anos para produzir. Além disso, tais medidas podem falhar e/ou ser manipuladas, eliminando-se, portanto, a soberania dos países dependentes, já que as manipulações se fazem por meio dos pacotes tecnológicos, e podem evoluir para a escala política, reduzindo-nos todos à hegemonia dos possuidores dessas tecnologias”.

<sup>192</sup> A mediação do Estado será fundamental para a implementação da Soberania Alimentar num processo de transição, assim como tem sido fundamental na implementação do Sistema Agroalimentar correspondente aos interesses do Capital. Questões de ordem [geo-políticas] são e serão determinantes tendo em vista que a mediação do Estado – enquanto força material – é um dos elementos fundamentais a partir da implementação das políticas econômicas.

<sup>193</sup> As análises dos capítulos seguintes perpassarão por essas questões indicadas.

- 3- O controle de nossos alimentos e de nossos sistemas agrícolas nas mãos de empresas que privilegiam os ganhos às pessoas, a saúde e ao meio ambiente;
- 4- Tecnologias e práticas que desgastam nossa capacidade de produção alimentária no futuro, danificam o meio ambiente e põe em perigo nossa saúde. Estas últimas incluem os cultivo e animais transgênicos, tecnologia *terminator*, aquicultura industrial e práticas pesqueiras destrutivas, a chamada “revolução branca” e as práticas industriais no setor lácteo, as chamadas “novas e velhas revoluções verdes”, e os “desertos verdes” dos monocultivos e agro combustíveis industriais e outras plantações;
- 5- A privatização e a mercantilização dos alimentos, serviços básicos públicos, conhecimentos, terras, águas, sementes, animais e nosso patrimônio natural;
- 6- Projetos/modelos de desenvolvimento e indústrias de extração que despejam, expulsam a população e que destroem nosso meio ambiente e nossa herança natural;
- 7- Guerras, conflitos, ocupações, bloqueios econômicos, fome, despejos forçados e confiscação de suas terras, e todas as forças e governos que os provocam e os apoiam e os programas de reconstrução após conflitos e catástrofes que destroem nosso meio ambiente e capacidades;
- 8- A criminalização de todos aqueles que lutam para proteger e defender nossos direitos;
- 9- A ajuda alimentária que encobre o *dumping*, introduz Organismos Geneticamente Modificados em comunidades locais e nos sistemas alimentários e cria novos padrões de colonialismo;
- 10- A internacionalização e a globalização dos valores paternalistas e patriarcais que marginalizam as mulheres e as diversas comunidades agrícolas, indígenas, pastoris e pesqueiras no mundo.

A aspiração da Soberania Alimentar deixa claro que, o que de fato se pressupõe é a construção de um novo ‘sistema alimentar’ que engendrará processos indutores que podem demarcar, refundar e ressignificar as relações homem-natureza/homem-homem, que trabalhando com a possibilidade objetiva da implementação da Soberania Alimentar, esta indicaria uma multiplicidade de dimensões sócio-materiais e abordagens simultâneas complementares, que para além da questão da alimentação no mundo, são indutoras de desenvolvimento de novos valores<sup>194</sup> econômico-sociais<sup>195</sup>.

A visão de **Soberania Alimentar, no longo prazo, subverte o molde centrado no Estado**. Ela defende a *reterritorialização de Estados por meio da revitalização das*

<sup>194</sup> Uma questão pertinente e facilmente notável nos documentos e debates é que a Soberania Alimentar vislumbra o humanamente necessário e suficiente, sendo o horizonte, e beneficiário o povo. Quanto às outras discussões que tem a centralidade na Segurança Alimentar, vislumbra-se também o acesso ao alimento, mas, tendo como processo indutor a garantia do acúmulo, da concentração e do lucro e, como beneficiário, as corporações. Em relação aos ‘novos ou outros valores’ faremos uma discussão acerca disso no Capítulo IV que abordaremos a Agroecologia e a Formação Humana.

<sup>195</sup> Entre esses aspectos está justamente a contradição [materializada nas formas produtivas de alimento] entre as formas e condições de integração transnacionais de regiões produtoras e consumidoras tendo como base a longa distância [o que dá o caráter do armazenamento e distribuição] e produtos padronizados, como um modelo, e como outro, os sistemas alimentares que pressupõem o circuito curto com a circulação de produtos/alimentos [bio]regionais, que estreitam as relações e constroem aproximações entre produtores e consumidores. De acordo com McMichael (2016, p. 34) “Estes últimos sistemas são a meta do movimento de Soberania Alimentar e seu clamor por reduzir proporcionalmente os sistemas alimentares em nome do controle democrático, culinária apropriada e prática ecológica – [...]. Essa tensão central entre ‘alimento de procedência desconhecida’ e ‘alimento de procedência conhecida’ (McMichael, 2002) pressupõe uma redundância do regime alimentar – na medida em que prevê a realocação de sistemas alimentares como a solução não somente para uma tensão de regime alimentar, mas para uma questão de sobrevivência socioecológica em uma era pós-industrial-agrícola”.

*ecologias alimentares locais e do reconhecimento dos direitos das pessoas à terra.* Essa visão expressa uma **episteme civilizacional** decorrente de uma aparente crise geral do capitalismo. Mais do que uma questão de declínio da hegemonia do Estado, *as contradições do regime alimentar corporativo são cumulativas no sentido de que a agricultura industrial é ecologicamente insustentável e socialmente excludente.* O movimento de Soberania Alimentar, reconhecendo a cumplicidade estatal no projeto neoliberal, busca reconstituir o Estado (e suas relações espaciais) por meio de uma política de “cidadania agrária” (Wittman, 2009). *Essas políticas visam colocar de novo em foco os direitos coletivos, formar coalizões com outros movimentos de justiça social e integrar as relações sociais às ecologias em vez dos mercados.* Como Marc Edelman diz, o **“campesinato” forma uma categoria política** e não analítica (2009). Patel considera os direitos à Soberania Alimentar como um “meio de mobilizar as relações sociais, [...]”.

Em suma, trata-se de uma convocação ao direito de autogovernança, com esses direitos voltados aos fins sociais. (MCMICHAEL, 2016, p. 86 – 87, (*Grifos em negrito e itálico, meus*)).<sup>196</sup>

Considerando todos estes aspectos e dimensões – motivados e construídos nas discussões, nos debates e embates acerca da Soberania Alimentar – é que em abril de 2010 na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra<sup>197</sup>, realizada em Cochabamba na Bolívia, a Soberania Alimentar foi ratificada como a expressão máxima do direito aos povos controlarem (diretamente e para além do sentido de posse fundada pelo capital) as suas sementes, as suas águas e terras, e através do processo de intervenção na natureza para a produção do alimento, uma produção local e culturalmente apropriada, que objetiva o acesso à todas as pessoas e diferentes povos aos alimentos suficientes, nutritivos e variados, e, por essa razão material – religar – garantir a parceria, respeitosa com a Mãe Terra.

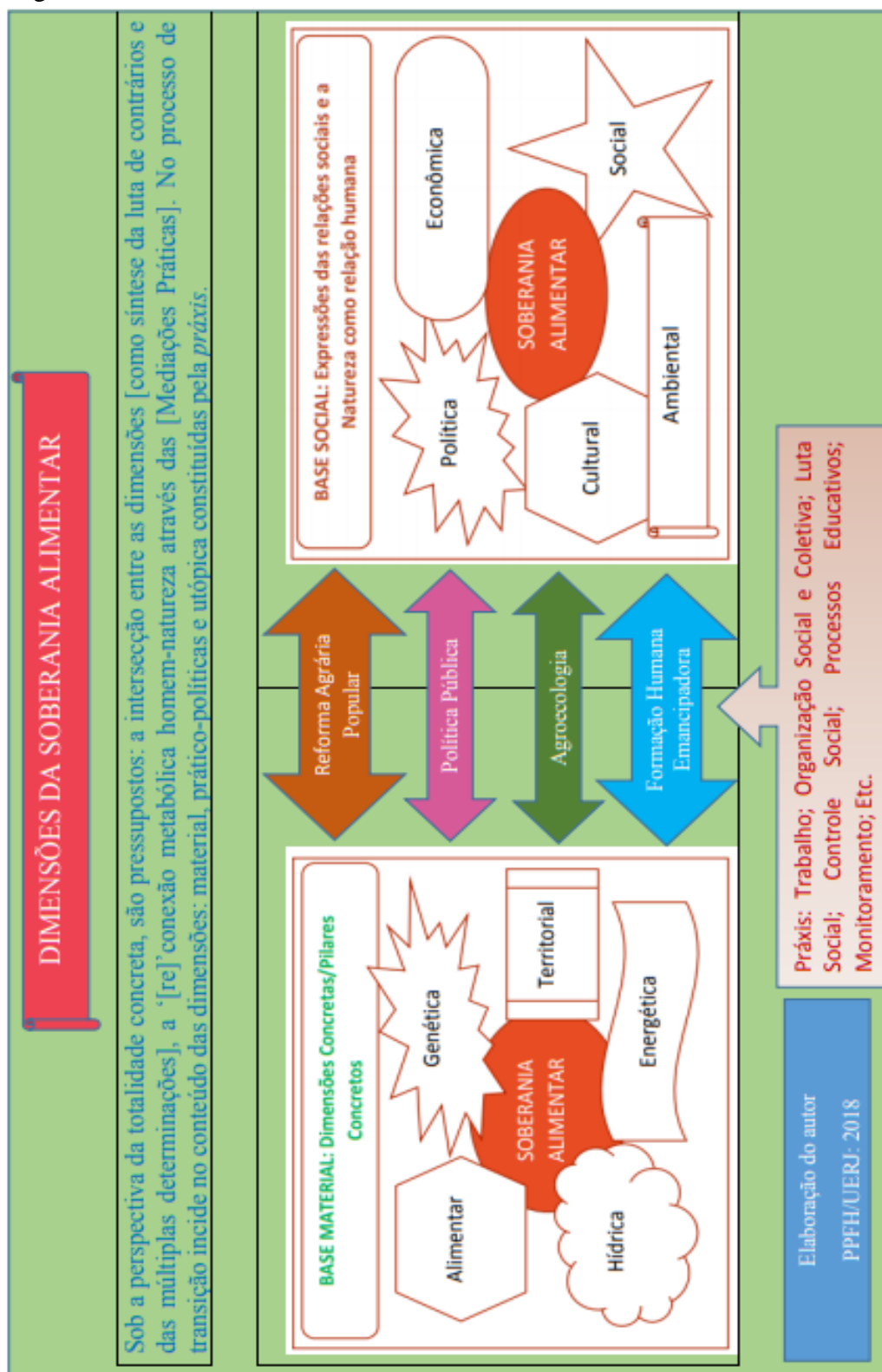
A figura seguinte (Figura 2 – Dimensões da Soberania Alimentar) demonstra as dimensões da Soberania Alimentar a partir da consideração da ‘unidade do real’. Pressupõe, portanto, na constituição de devir, uma consideração epistemológica desse sistema complexo e dinâmico [composto por interações] apontado no conteúdo material do conceito. Traz os elementos de uma unidade em concreto determinada pelos processos reais, de caráter natural e social e de forma correspondente de caráter social/natural que vai se constituindo em sua historicidade (a partir de mediações práticas). E, principalmente, institui critérios e valores

<sup>196</sup> Fiz questão de grifar alguns elementos da citação porque em boa medida elas expressam vários momentos analíticos desta tese. Além disso, já antecipam alguns aspectos de pelo menos [“Cinco”] dos grandes pilares que sustentam a forma expositiva destes escritos, a saber: 1- a Base Material e a Questão Agrária; 2- as questões Ontológicas, Epistemológicas/Científicas e Filosóficas de fundo; 3- a Política Pública; 4- a pertinência e necessidade da Agroecologia e, 5- a Formação Humana Emancipadora.

<sup>197</sup> É bastante presente nos textos acerca da Soberania Alimentar o combate ao patriarcado e a defesa das mulheres como sujeitos sociais importantes nesse processo. Nota-se, portanto, que do ponto de vista simbólico há também uma indicação para a valorização e construção de uma visão feminina de mundo, sobretudo, por conceitos como, ‘fertilidade’ e ‘reprodução’ social da humanidade e das relações harmoniosas entre humano-natureza. A relação homem-natureza, por estar fundamentada nas *mediações de segunda ordem*, tem sido caracterizada pela violência, dado os ‘instintos’ e as leis objetivas do modo de produção capitalista.

para a ‘deveniência’ da Soberania Alimentar (no horizonte projetado, aquilo de que na realidade [‘fala’] que é co-extensivo ao ‘Ser’) considerando uma multiplicidade de instâncias e uma complexidade de relações imbricadas, materiais e sociais.

Figura 2 – Dimensões da soberania alimentar



É importante demarcar que tanto as dimensões que buscam expressar a base material, quanto as dimensões que expressam a base social, configuram a intersecção e interconexão entre o presente concreto e a projeção utópica, bem como o horizonte motivador dos processos e as condições objetivas para a **transição**. É neste sentido que a expressão e a configuração da natureza de cada uma dessas dimensões como resultado de múltiplas determinações, se constituirão através de **mediações práticas**. As condições são historicamente determinadas e só podem ser compreendidas dessa forma. Assim, **numa perspectiva metodológica [das mediações práticas] para o processo de transição, vemos que essas dimensões são o reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que se colocam como devir e constituinte utópico [real-ideal] ao longo do [tempo]**. As mediações práticas, portanto, é que poderão materializar esse processo.

## **2 PRODUÇÃO NO CAMPO E CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS: AGRONEGÓCIO, CAMPESINATO E AS CONDIÇÕES MATERIAIS NA/PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.**

O presente capítulo busca fazer uma análise acerca da produção no Campo e das Políticas Públicas correspondentes. À luz da totalidade [concreta], tanto o processo de produção, quanto as políticas de incentivo à produção, são tomadas como expressão das contradições e analisadas a partir delas, que, portanto, definem e são parte integrante das relações econômicas e sociais que incidem na ‘natureza’ da base material e as perspectivas de desenvolvimento para o Campo. Deste modo, verifica-se – numa perspectiva histórica – como as relações de reprodução do capital se ‘territorializam’ e as contradições objetivas daí advindas.

Considerando esses aspectos, a análise perpassa pela dinâmica da luta de classes e as condições objetivadas da geopolítica que nela se encerram. Dado que é dessa contradição fundamental que provém e se constitui concretamente o(s) território(s) nas suas múltiplas dimensões e escalaridades. É, partindo desse pressuposto que analisamos a forma do Capitalismo no Campo a partir do Agronegócio e o que esse processo incide na dominação, mas também nas formas de resistência do Campesinato.

Neste sentido também, além de verificarmos como o ‘trabalho’ enquanto categoria explicativa e em seu sentido prático – como processo que medeia a relação homem-natureza – se insere nesse processo e adquire sentido histórico em cada uma das condições materiais envolvidas expressas através do Agronegócio e do Campesinato. Ou seja, qual é o sentido, o imperativo ou o impulso primário do trabalho [e para que fim] correspondentes à lógica Agronegócio e na Agricultura camponesa.

À luz do Materialismo Histórico Dialético, partindo da contradição principal e das contradições secundárias, buscamos compreender a Questão Agrária a partir das múltiplas determinações relacionando-as com o processo de mundialização do capital e como recorte no Brasil, como isto incidiu na constituição de nossa ‘genética’ econômica e social.

A análise em sua totalidade busca apreender e demonstrar as condições da base material tanto, no sentido do momento histórico atual – e, portanto, quais são as ameaças e as potencialidades ainda que persistem – quanto, no seu sentido ‘ideal’ para a produção de alimentos sob a perspectiva da Soberania Alimentar – que incorpora também os processos necessários de resistência e reação, por um lado, e por outro, as mediações práticas que compõem as ‘transições’ dentro da ‘transição’ fundamental.



Por fim, o presente capítulo traz uma análise de fundo filosófico – das grandes questões necessárias a serem pensadas e praticadas – que busca trazer alguns apontamentos ontológicos e filosóficos para pensar as condições objetivas de produção de alimentos que possam contribuir e embasar a perspectiva da Soberania Alimentar.

## 2.1 Questão Agrária: elementos do Agronegócio e do Campesinato e suas contradições

### 2.1.1 Agronegócio (*Agrobusiness*): bases reais e a racionalidade do capitalismo no Campo

Discutir teoricamente este tema, significa lançar mão de um conjunto de conhecimentos imbricados que se consolidaram a partir das reflexões que visam compreender a Questão Agrária no mundo atual e que de certa forma tratam do processo de desenvolvimento capitalista nas suas diferentes dimensões e facetas, sobretudo àquelas que se materializam no Campo<sup>198</sup>. O destaque dado a estes aspectos, bem como a necessidade de aprofundamento teórico acerca da consolidação desse processo justifica-se devido ao avanço do agronegócio nos últimos anos em nosso país. O conjunto de fatores e imperativos econômicos e políticos que dão sustentação ao processo material no decorrer da história recente que objetivam o avanço do capital para novas fronteiras e incidem na composição de novas relações de trabalho e na forma de ocupação do território material são aspectos que determinam a natureza sistêmica e o *modus operandi* do capital no Campo com suas contradições, e que, portanto, devem ser compreendidos. A apreensão teórica desse processo é fundamental tendo em vista o(s) objetivo(s) desta tese.

As sociedades humanas foram se acomodando na terra que lhes coube viver, formando suas culturas, seus valores e suas riquezas. Na modernidade, arbitrariamente, em geral pela força, as sociedades transformadas em Estados constituídos, demarcaram seus territórios com lápis de ponta fina sobre um mapa que apenas imitava a realidade. Cada vez que o lápis escorregava em mãos mais acostumadas às armas do que à arte, os povos eram chamados a defender a pátria, e longas e desafortunadas guerras redesenhavam o mapa, novamente sem se importarem com que gentes ficavam dentro ou fora do desenho. Desta forma, o território passou a ser o limite de honra dos chamados Estados nacionais e nele se impuseram a lei e o contrato social, a todos os habitantes, humanos ou não, aí localizados pelo acaso ou pela autodeterminação. [...]. (SOUZA FILHO, 2015, p. 11).

Historicamente e, atualmente com mais intensidade ainda, as corporações/monopólios imperialistas tomam as decisões e deliberam as suas orientações político-econômicas em

---

<sup>198</sup> Utilizarei a Categoria Campo, com a inicial ‘maiúscula’, o território, o ‘rural’, concordando, inclusive com o acúmulo das discussões que têm por base as elaborações de teóricos e dos Movimentos Sociais de Base Popular do Campo, dando força explicativa e força material à referida categoria.

âmbito global. As estruturas dos Estados Nacionais, via de regra, são instrumentos na implantação desse processo tendo em vista que estas nascem e se consolidam como expressão dessas bases reais. E, neste sentido, analisar a expansão da economia colonial a partir do século XV<sup>199</sup> é importante para se compreender o porquê das bases materiais e as condições objetivas existentes até os dias atuais quando se fala do processo de produção no meio rural, no Campo, da fome, do ‘modelo’ de desenvolvimento desigual e combinado que predomina – dado ao processo de mundialização do capital –, e incide também na divisão e nas relações de trabalho. O processo de imposição da implementação dessa divisão internacional da produção na história moderna com seus arranjos locais deixou de herança fundamentalmente duas consequências: 1- as nações colonialistas/imperialistas se beneficiaram amplamente, pois através desse processo houve a dinamização de suas atividades capitalistas favorecendo a acumulação de capitais na mão da burguesia mercantil e comercial e do Estado burguês e, com o passar do tempo, consolidando o fortalecimento e a concentração de capitais na mão da burguesia industrial e financeira; 2- por outro lado, prejudicou fortemente os territórios dominados deformando e impedindo o desenvolvimento econômico destes<sup>200</sup>.

Como sabemos, “produziram uma verdadeira ruptura, inibição e deformação do processo de desenvolvimento tecnológico das colônias”. (ADAS, 1988, p. 37). Caio Prado Jr. (2000), ao debater a “Formação do Brasil Contemporâneo” demonstrando o “sentido da colonização” e o processo de desenvolvimento dessa base advinda, a herança disso até os dias atuais – que embora tenha tido mudanças substanciais, sobretudo no século XX com o advento do processo de industrialização e a urbanização –, destaca que se constitui, em parte integrante da economia brasileira características fundantes da grande exploração agrícola da época colonial.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade, nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes;

---

<sup>199</sup> Vale destacar que a partir das grandes navegações, os continentes, Asiático, Americano, Africano e a Oceania sofreram o processo de dominação das grandes potências econômico-políticas europeias da época ocorrendo a implantação do capitalismo comercial aumentando substancialmente essas relações comerciais no mundo. O *modus operandi* dessa etapa do capital se deu através da implementação das colônias na América e na Oceania e das feitorias na África e na Ásia com o estabelecimento da divisão internacional da produção, que como sabemos, caberia às colônias a produção de produtos primários (como por exemplo: metais preciosos, matérias-primas, especiarias) e às metrópoles os produtos manufaturados/industrializados. “Essa divisão internacional da produção continuou norteando as relações entre as metrópoles e suas colônias e feitorias após 1750, quando foi implantado o capitalismo industrial em algumas nações europeias, nos Estados Unidos e no Japão (fase do neocolonialismo e do imperialismo)”. (ADAS, 1988, p. 36).

<sup>200</sup> Em agosto de 1917, Lênin ao prefaciar a primeira edição de sua obra “O Estado e a Revolução” destaca que “[...]. A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. [...] pois a maior parte das chamadas grandes potências exploram e escravizam, há muito tempo, várias nacionalidades pequenas e fracas”. (LENIN, 2010, 19 – 20). Para ele, o imperialismo é a fase superior do capitalismo.

depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivos exteriores, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira [...]. (PRADO Jr., 2000, p. 20).

Esse processo de dominação imperialista – que incide na materialização de um desenvolvimento desigual e combinado – e de constituição das forças internas e impedimento pelas forças externas das condições objetivas de desenvolvimento interno (tanto nas ações e atividades artesanais, quanto agrícola, quanto na busca de um processo de industrialização) é sentido até hoje.

Mesmo sendo apregoado um processo de ‘modernização’ do Campo nos dias atuais, temos na verdade a materialização do desenvolvimento desigual que combina as peculiaridades imbricadas na acumulação, que por si, pressupõe a expropriação e a concentração da riqueza. Os aspectos fundamentais que incidem no desenvolvimento do capitalismo no Campo, são resultantes da longa trajetória histórica – longa marcha<sup>201</sup> – dominada por essa lógica anteriormente destacada que sintetiza as múltiplas determinações oriundas e resultantes do processo de mundialização do capital. Em tempos de continuidade imperialista e monopolista e o processo de acumulação do capital a qualquer custo, territórios de países em desenvolvimento, dominados, dependentes, são forçados a reproduzirem as relações de produção que comungam na mesma ação, a produção e concentração da riqueza e o aumento da fome, da pobreza e da miséria<sup>202</sup>. Este é o cenário e um dos aspectos que caracteriza a Questão Agrária atual.

O que está em jogo não é realmente a eficiência do capital, que pode ser aperfeiçoada pela maior ou menor realocação drástica dos recursos econômicos, mas, ao contrário, a verdadeira natureza da sua produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável autoexpansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo que esteja em seu caminho. (MÉSZÁROS, 2011, p. 85).

<sup>201</sup> De acordo com Guimarães (1982, p. 25) “A agricultura marcha a passos largos para a industrialização. Percorre todos os caminhos do progresso: substitui a economia natural pela economia de trocas; a fase da subsistência e do autoconsumo pela divisão do trabalho e a especialização; o isolamento autárquico pela dependência do mercado; a organização artesanal pela organização fabril. Todavia, as transformações por que vem passando, em sua marcha para o progresso, não lhe proporcionam unicamente resultados positivos. Ao industrializar-se, a agricultura, contraditoriamente, perde sua autonomia e sua eficácia econômica; e, mais do que isso, perde sua capacidade de auto-sustentar-se”.

<sup>202</sup> Substância do mesmo movimento do real e da totalidade concreta contraditória. Adota-se, portanto, a noção de que no processo de reprodução do capital, comungar essas questões é uma consequência necessária.

A desestruturação das formas originais de produção e reprodução da existência, presentes nas áreas que foram ou são dominadas – econômica, tecnológica e politicamente –, tanto no período colonial como nos dias atuais demarca a ‘constante’ e o ‘ímpeto’ do modo de produção capitalista. Exemplo disso podemos buscar no processo onde a produção agrícola asiática, africana e americana que estavam fundamentalmente direcionadas para garantir e corresponder às necessidades locais e de seus povos foram ligeiramente desorganizadas e substituídas pela agricultura comercial e de exportação correspondendo aos interesses das grandes corporações oligopolistas.

É resultante dessa demanda e dessa estratégia a forma adquirida da grande propriedade agrícola monocultora – a *plantation*. O objetivo dessa substituição ou até mesmo a constituição dessa forma de produzir era criar nas colônias as condições objetivas para a produção de matéria-prima adequada às necessidades do mercado externo, possibilitar o acúmulo de capital e a obtenção de lucros para as metrópoles. O colonialismo, portanto, orientou-se notadamente com fins de retirar da terra conquistada e de sua gente tudo o que pudesse beneficiar as metrópoles e sua classe dirigente.

Os meios de produção ficaram centralizados nas mãos de uma minoria e o acesso a eles tornou-se praticamente impossível para a maioria das pessoas em razão da implantação de Estados que sistematicamente materializam os interesses das classes que dominam. (ADAS, 1988). “Para a grande maioria das populações restaram apenas as migalhas do grande banquete onde sentaram à mesa apenas as oligarquias locais e os representantes dos interesses colonialistas”. (ADAS, 1988, p. 38).<sup>203</sup>

A possibilidade de produção para a subsistência – no caso a agricultura de subsistência – nunca foi vista como estratégica pelo colonizador, mas apenas como apêndice da grande lavoura quando este sentia a necessidade de melhorar as condições de energia para a reprodução da força de trabalho.

A ordem existente destina uma divisão do trabalho particularmente abjeta aos povos privados de sua independência, sobretudo aos povos sujeitados ao domínio e ao saqueio colonial. Nas colônias – observa Marx no verão de 1853 referindo-se à Índia –, o capitalismo arrasta ‘povos inteiros no sangue e na sujeira, na miséria e no embrutecimento’. (LOSURDO, 2015, p. 28).

Com essa base estrutural verifica-se o funcionamento das leis objetivas determinantes do processo de acumulação do capital e, portanto, o movimento do real e a ocupação dos territórios materiais. A grande lavoura passou a destruir/absorver – como no caso da África –

---

<sup>203</sup> No caso brasileiro, há, portanto, correspondente a esse espírito econômico-político, a concretização de um Estado escravista dos senhores da terra/latifundiários, trabalho escravo, monocultor e exportador.

as unidades familiares de produção, tanto as que cultivavam cereais, quanto as que tinham a criação de animais<sup>204</sup>. “Destinos” análogos ocorreram nos demais continentes (Ásia, América espanhola, etc.) – diferenciados apenas por algumas especificidades<sup>205</sup> – sendo as consequências similares, tais como: extermínio da população nativa, introdução da *plantation*, escravização das pessoas, fome e miséria para a maioria da população, desestruturação da produção local destinada à alimentação.

Na continuidade desse processo – numa segunda fase da colonização – há a consolidação das oligarquias internas/nacionais diretamente ligadas a interesses externos. A partir dessa genética econômica e social, alianças perduram até os dias atuais<sup>206</sup> que garantem a manutenção da estrutura fundiária injusta e das relações de trabalho assentada no processo de exploração, que são os grandes pilares da desigualdade social e causadores da pobreza e da fome de grande parcela das pessoas nos territórios que foram dominados.

A implementação dessa lógica de produção no Campo, como já apontado num primeiro momento, desestrutura a produção para a subsistência nos locais que haviam<sup>207</sup>, e num segundo momento já com a hegemonia da monocultura, a produção de gêneros alimentícios de subsistência, ficava sobre o domínio do colonizador e, portanto, renegado a segundo plano. A produção dava-se a partir do trabalho em terras arrendadas dos grandes proprietários pelos pequenos produtores e pelos escravos, em sobre-jornada de trabalho (após o dia de trabalho na lavoura de monocultura) em seu pouco tempo livre, tais como dia de feriados, domingos. Nota-se pela literatura, que o processo de produção de gêneros que visavam a subsistência dos trabalhadores, também foi transformado em estratégia de dominação e aumento da dependência da força de trabalho frente ao capital. É dessas relações que nascem as formas de controle e dominação que sempre estiveram e estão presentes no Campo brasileiro, daquilo que ficou popularmente conhecido como “fornecimento”, onde o camponês para poder trabalhar e buscar o sustento da família, fazia empreitas em troca de

---

<sup>204</sup> “Na fase pré-colonial, a forma de produção na África consistia, de modo geral, na agricultura praticada em pequenos lotes rurais (milho, milhete, arroz, batata, inhame etc.) e na criação de pequenos rebanhos, e tinha por base o trabalho das famílias (unidades familiares de produção). A troca de produtos entre camponeses e os criadores de gado (pastores) proporcionava um equilíbrio alimentar, porque assim podiam consumir proteínas animais e vegetais necessárias à sua alimentação” (ADAS, 1988, p. 38).

<sup>205</sup> Ao fazer um percurso sobre uma visão histórica – na revisão de literatura, mas que não será detalhada neste texto –, acerca do processo de colonização nos diferentes continentes, verifica-se que o ponto de partida pode ter algumas diferenças, dadas as especificidades de cada materialidade, mas a lógica e a forma geral são basicamente as mesmas com as quais fica fácil de verificar que as consequências foram e são parecidas na maioria desses territórios.

<sup>206</sup> Veremos no Capítulo seguinte, no caso do Brasil a formação do Estado patrimonialista.

<sup>207</sup> Apesar das adversidades, havia a presença do campesinato, posseiros, quilombolas, indígenas, etc.

alimentos, às vezes em pequena quantidade de dinheiro, que nunca mais conseguia pagar adentrando numa lógica de total dependência de seu patrão<sup>208</sup>.

Em se tratando da história do Brasil vemos que quando aumentava o preço do produto de exportação no mercado internacional, a produção de gêneros alimentícios de subsistência diminuía consideravelmente tendo em vista que essa condição levava a ocupação da maioria das áreas de terras para corresponder com a produção dessa demanda em vista à exportação<sup>209</sup> e, portanto, e de igual forma, a força de trabalho escrava era ocupada também para esse fim. A consequência disso é óbvia. Nesses períodos aumentava a fome, principalmente na população escravizada.

No período canavieiro, a crise da agricultura de subsistência chegou a atingir tão graves proporções que a metrópole teve de intervir através de uma legislação que tornava obrigatório ao proprietário de terras destinar uma parte de seu domínio ao plantio de gêneros alimentícios de subsistência. É nessa época que surgem pequenos produtores dedicados à agricultura de subsistência praticadas em terras não doadas pela Coroa, mas cuja posse dentro dos critérios oficiais era ilegal. Foi desse modo que começaram a se formar as pequenas propriedades rurais no Brasil. Formaram-se, como se vê, como verdadeiros apêndices da grande propriedade. (ADAS, 1988, p. 42).

A pequena propriedade no Brasil fez-se como um rebento das contradições sociais e econômicas daquele período. Esta forma de organização territorial, foi secundariamente considerada no processo de ocupação<sup>210</sup>. Sempre foi vista como uma espécie de “desafeto” material mediante a lógica hegemônica implementada no território das colônias. Um mosaico de ‘nacos materiais’ pintado com sangue de trabalhadores.

Esses tipos, que foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre foram tidos como ‘vadios’, ‘ociosos’, e qualificações semelhantes. Sempre foram qualificados como marginais pela autoridade da Colônia e pela ideologia dominante da época. Não resta dúvida de que esses ‘marginais’ nada mais são do que reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário implantado no Brasil. (SILVA, 1978, p. 20).

Com o advento da atividade mineradora no Brasil já no final do Século XVII e devido o aprofundamento da crise de alimentos em território colonial, houve uma pequena retomada

<sup>208</sup> Mesmo havendo resistências e luta de classe, algumas práticas – como essas – expressam e materializam características de ‘semi-feudalidade’.

<sup>209</sup> Esse processo se repete na atualidade pelo aumento das áreas para a produção de commodities (biocombustíveis, soja, madeira, proteína animal, etc.). Ou seja, quanto mais áreas cultivadas mais aumenta as potencialidades para as crises alimentares ou de abastecimento alimentar e, portanto, da fome.

<sup>210</sup> Tivemos o colonato no Sul do Brasil, que em certa medida demarcou certa especificidade na ocupação territorial. No entanto, como afirma Martins (2013, p. 140) “A forma camponesa do trabalho no regime colonato não pode ser compreendida senão pela mediação do capital que a determinava e da propriedade como instrumento de sujeição do trabalho que a constituía. Em vez de o latifúndio evoluir para a fragmentação que criaria uma classe (um terceiro estado, como diz Couty) de camponeses, de pequenos agricultores de café, subsidiários dos engenhos de beneficiamento que permaneceriam nas mãos dos grandes fazendeiros, de modo a instituir uma exploração indireta do trabalho [...]”.

e estímulo para o desenvolvimento de setores voltados à subsistência que acabou tendo a participação do pequeno produtor, mas também de alguns grandes proprietários. No ano de 1820 houve a extinção do regime de sesmarias e a ausência de arcabouço jurídico que regulamentasse a posse da terra, possibilitou o aumento de produtores rurais. (ADAS, 1988). Essa conjuntura somada à aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos, representou as condições objetivas que fizeram com que a aristocracia rural, principalmente os produtores de café, propusessem em 1850 a Lei de Terras<sup>211</sup>, nossa conhecida até os dias atuais, que disciplinou o regime organizacional acerca do trabalho e do uso da terra, facilitando a implementação e a garantia dos interesses aristocráticos rurais.

Essa lei estabelecia que todas as terras devolutas só poderiam ser adquiridas em hasta pública com pagamento à vista, e que o fruto da venda de terras seria canalizado para financiar a vinda de “colonos” europeus (imigrantes).

A Lei de terras foi um entrave ao crescimento do número de pequenas propriedades destinadas à agricultura de produtos alimentares de subsistência. No entanto, favoreceu os grandes proprietários rurais, pois somente eles tinham recursos financeiros para adquirir novas terras [...]. [...] colocou à disposição desses grandes proprietários a força de trabalho dos imigrantes, que foram submetidos à condição de servidão nas grandes lavouras de café – o chamado trabalhador “livre” num regime de propriedade privada da terra. (ADAS, 1988, p. 42).

Com a crise do escravismo no Brasil e os processos de constituição das novas relações de produção e da força de trabalho no Campo, aparece o colonato tendo em vista, que não há uma transição imediata do trabalho escravo para o trabalho assalariado e sim para o ‘trabalho livre’<sup>212</sup> que sob as leis objetivas da dinâmica do desenvolvimento, pôde ser utilizado ou não. É nesta materialidade que o camponês colono busca alternativas de reprodução. Em algum momento, vendendo sua força de trabalho, em outro se submetendo ao processo de

<sup>211</sup> Lei nº 6012 de 18 de setembro de 1850. Traz conceitos jurídicos que ainda hoje são utilizados no Brasil. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854 e teve como objetivo dar conta dos aspectos prescritos na lei relacionados à ocupação das terras. Conceitos como posse, sesmarias, terra devoluta e o entendimento acerca dessas questões foram tratados no referido Decreto. A Lei de Terras “procurou caracterizar o que são terras devolutas e visava a ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra. São inúmeros os estudos que caracterizam a Lei de Terras como um marco no processo de transição do trabalho escravo para o livre. Para Martins, ‘num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa’. [...] ao impedir o acesso a terra por outros meios que não sua compra, abriu a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalizada, permitindo ao fazendeiro transfigurar seu capital, anteriormente investido em escravos, na aquisição de terras. [...] Mais recentemente, a historiografia tem procurado relativizar o caráter da lei como marco para a institucionalização da propriedade privada no país, ressaltando ora a existência anterior de um mercado de terra, ora as múltiplas interpretações sobre o direito à terra presente nos artigos da lei”. (MOTTA, 2005c, p. 279 – 280).

<sup>212</sup> Vemos que mesmo havendo essas mudanças, o necessário trabalho livre, foi buscado fora do país, como sabemos, no processo de vinda dos imigrantes europeus, sobretudo no período entre 1886 e 1914. É neste sentido que Martins (2013, p. 35) diz que a concepção instituída no momento pela classe dominante era de que “Uma sociedade cujas relações fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido”.

arrendamento ou, ainda, buscando as condições objetivas da produção e reprodução da subsistência.

[...]. Essa crise deu lugar a um regime de trabalho singular, que ficou conhecido como regime de colonato, [...], que abrangeu a cultura de café, mas que também alcançou a cana-de-açúcar em São Paulo. Ele não pode ser definido como um regime assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou, [...], pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção. [...]. (MARTINS, 2013, p. 35 – 36).<sup>213</sup>

Outro momento importante a destacar é quando começa a ocorrer o processo de transformação nos meios de produção e nas forças produtivas com a industrialização e a urbanização a partir do fim do século XIX e início do século XX. Esta conjuntura e as transformações nas bases reais influenciam diretamente na produção agrícola, tendo em vista que, a indústria passou a necessitar de matérias-primas (vegetais e outras) e a população trabalhadora urbana necessitava de gêneros alimentícios.

A organização dessa materialidade (nova realidade) fez desenvolver e, até certo ponto consolidar a produção de quantidade considerável de alimentos paralelamente à grande produção dirigida à exportação fundamentalmente o café. De qualquer modo, a sustentação e as bases para o desenvolvimento do processo industrial no Brasil se deu com a manutenção de relações de produção e forças produtivas vigentes no Campo que se alimentavam da exploração do trabalho incluindo as formas primárias de reprodução do camponês, mesmo que em pequena margem, não escaparam de serem expropriados<sup>214</sup>. Ou seja, é com a captação da produção de excedentes do sistema capitalista no Campo (sistema agrário) que ocorre o crescimento das áreas consideradas modernas, urbano-industriais-comerciais. A produção da economia agrária era drenada cotidianamente para os centros urbanos tendo em vista o processo de industrialização.

[...]. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a

<sup>213</sup> Estes aspectos estruturantes é que demarcam e expressam as formas de ocupação da força do trabalho do camponês no interior das relações de produção, aqui trazidos por Martins e serão abordados de maneira mais detalhada em item posterior que visa discutir uma economia política do campesinato.

<sup>214</sup> Expressão do processo de desenvolvimento desigual e combinado e as correlações nas condições objetivas do processo de acumulação do capital.



funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos ‘polos dinâmicos’ da economia interna. [...]. A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte da riqueza que conseguiu gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico. (FERNANDES, 2008b, p. 176).

Josué de Castro ao discutir a ‘herança’ e o tipo de “desenvolvimento” econômico que recebemos do colonialismo diz que se criou “nestas terras da América a indústria do ‘fique rico depressa’ para uns poucos e que foi, ao mesmo tempo, a ‘indústria da fome’ para a maioria” (CASTRO, 2008, p. 269). Segundo ele, desses pilares econômicos e atitudes políticas calcadas nessa perspectiva, adquirimos uma atitude mental fiel às tradições colonialistas<sup>215</sup> com a tendência de conceber o progresso econômico em vistas aos lucros a curto prazo e a exploração dos recursos abundantes, e não se preocupar com medidas estruturantes que possam definir o processo de desenvolvimento a longo prazo<sup>216</sup>.

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome. (CASTRO, 2008, p. 270).

Ao cotejar a lógica de desenvolvimento anteriormente destacado e as condições alimentares de grande parte da população, sobretudo das regiões mais empobrecidas do país, Josué de Castro destaca que houve um certo desequilíbrio, tanto na tomada das decisões, quanto na aplicação dos escassos recursos econômicos do país, que pudesse melhorar as condições sociais em seu interior.

Outro aspecto de nosso desenvolvimento, pouco favorável à melhoria das condições alimentares, tem sido o relativo abandono a que foram relegadas as regiões mais pobres do país, onde a fome grassa mais alta proporção. [...]. Este critério se impõe para não diluir as possibilidades de investimentos ao nível da inoperância e da improdutividade. Mas este critério não pode ser o de concentrar todos os recursos

---

<sup>215</sup> “É mesmo esta a característica essencial do desenvolvimento econômico de tipo colonialista, bem diferente do desenvolvimento econômico autêntico de tipo nacionalista. O colonialismo promoveu pelo mundo uma certa forma de progressos, mas sempre a serviço dos seus lucros exclusivos, ou quando muito associado a um pequeno número de nacionais privilegiados que se desinteressavam pelo futuro da nacionalidade, pelas aspirações políticas, sociais e culturais da maioria. Daí o desenvolvimento anômalo, setorial, limitado a certos setores mais rendosos, de maior atrativo para o capital especulativo, deixando no abandono outros setores básicos, indispensáveis ao verdadeiro progresso social. Como consequência desta visão egoística do progresso econômico se constituiu em vários países de economia dependente o que alguns sociólogos chamaram de uma ‘estrutura social dualista’ com a superposição de um quadro social bem desenvolvido sobre outro quadro de total estagnação [...]. Ainda hoje, perdura em certos meios uma atitude mental fiel às tradições colonialistas inclinada a conceber o progresso econômico em termos de lucros a curto prazo ou de simples injeção de dólares para a exploração imediata de certos recursos mais abundantes”. (CASTRO, 2008, p. 269).

<sup>216</sup> O que está ocorrendo com o ‘Pré-sal’ brasileiro na atualidade.

nas áreas adiantadas, onde existem centros germinativos em expansão, deixando à margem extensas áreas potencialmente capazes de participar do progresso econômico. E foi isso que aconteceu. A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro dessa ideia de desenvolver mais o já desenvolvido e não integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais [...]. (CASTRO, 2008, p. 270).

A crise do sistema capitalista mundial ocorrida em 1929 demandou ao Brasil a necessária transição à industrialização, que teve um ritmo acelerado. Essa condição objetiva em movimento e em transformação constituiu-se em aumento significativo dos produtores rurais que passaram a se ocupar com a produção de gêneros alimentícios em vista a corresponder às demandas oriundas da população urbana agora em crescimento.

No entanto, a constituição de um país cheio de contrastes advém da opção por esse processo econômico-político tomada pelas nossas classes dominantes. Josué de Castro destaca que esse retrato da realidade social brasileira, complexa, confusa, ao mesmo tempo que avança para a modernização em algumas regiões, esse processo é a causa fundamental de problemas sociais, como é o caso da fome.

De contrastes atordoantes, como este evidenciado entre o esplendor da vida urbana de algumas de nossas metrópoles e o atoleiro social, o marasmo da vida agrária em torno destas metrópoles. Contrastes como este de possuímos uma indústria de alto padrão moderno e uma agricultura de índole feudal, apegada à rotina, a mais conservadora. Assim é o Brasil. Assim se explica por que, apesar de todos os nossos surpreendentes sucessos no campo do progresso econômico, de nossa indústria pesada, de nossa indústria de automóveis, de Brasília e de outras metas surpreendentes alcançadas, somos ainda um país de fome, ainda somos uma das grandes áreas da geografia da fome. (CASTRO, 2008, p. 274).

O regime político autoritário implementado com o golpe empresarial militar de 1964 desenvolve uma política econômica sob o domínio do imperialismo norte americano, aos interesses do capital internacional<sup>217</sup>. As análises teóricas de Florestan Fernandes (2006; 2008b) ajudam compreender as características do que podemos chamar de capitalismo brasileiro, que em sua estrutura há uma heterogeneidade que se expressa na dependência externa e no subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento é a expressão da conservação do

---

<sup>217</sup> De acordo com Harvey (2013, p. 31), ao discutir “como o poder norte-americano se expandiu” traz uma definição de imperialismo. Destaca ele: “[...] ‘imperialismo capitalista’ como fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do Império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocada e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo”. Esta noção reitera a análise desenvolvida no Capítulo I acerca da ‘Constituição Histórica’ dos debates e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.

“atraso” em um conjunto de aspectos que veiculam a acumulação de capital, tanto para a burguesia interna, quanto para a burguesia externa e as condições conjunturais para perpetuação e a manutenção de uma espécie de desequilíbrio na correlação de forças que impede a participação ativa e objetiva da classe trabalhadora nos direcionamentos desse processo.

[...]. Para manter essa situação a burguesia brasileira se esforça para evitar qualquer ameaça ao padrão de dominação, impedindo que o seu controle sobre o Estado se deteriore. A essa luta constante contra a organização política dos de baixo, Florestan chamou de contrarrevolução permanente. Portanto, é a heterogeneidade estrutural sob a égide da burguesia brasileira que suporta o capitalismo dependente; ela assegura que os empreendimentos do grande capital tenham o maior ganho possível e não sejam ameaçados pelas classes exploradas. (RODRIGUES, 2015, p. 27).

A análise desenvolvida por Florestan Fernandes (2008b) ajuda compreender a Questão Agrária de modo geral, mas fundamentalmente sobre os elementos específicos aqui pontuados, demonstra que só conseguimos apreender de forma mais clara se levarmos em consideração as condições objetivas que possibilitaram a criação, manutenção, em alguns lugares a perpetuação da pequena propriedade, representativas em sua maioria de relações de trabalho ‘não capitalistas’. No interior do debate dos anos de 1960 acerca da perspectiva de desenvolvimento do Campo brasileiro, haviam os que acreditavam que nesse processo tinha o predomínio de relações feudais e outros que defendiam a presença e o predomínio de relações capitalistas e as relações consideradas atrasadas seriam superadas em questão de tempo<sup>218</sup>. A elaboração desenvolvida por Florestan, parece sintetizar esses debates em ‘oposição’. De acordo com Rodrigues.

[...] Florestan defende que relações “arcaicas”, “atrasadas”, longe de serem feudais e passíveis de superação, faziam parte do padrão de acumulação no capitalismo dependente, no qual o “atraso” se comportaria como meio de acumulação capitalista e determinante do padrão de dominação vigente. Essas circunstâncias garantiriam um ambiente propício à atuação do grande capital que estaria assegurado quanto às elevadas taxas de exploração do trabalho e quanto à manutenção da ordem. (RODRIGUES, 2015, p. 27).

Para Florestan Fernandes, portanto,

---

<sup>218</sup> Dentre outros, destaca-se a análise de Caio Prado Junior (1968) defendendo que o essencial na economia agrária (nas décadas de 50 e 60 do Século XX), assentava-se na grande exploração rural e que esta, possibilitava o trabalho livre. Noção vigorada pelo processo de transformação pelo qual passava o Brasil na industrialização e urbanização. Neste sentido, essa visão era opositora das discussões e entendimentos hegemônicos que se davam no seio do Partido Comunista Brasileiro onde se apontava que o campo brasileiro era fortemente marcado por relações sociais e econômicas ‘feudais’, tendo em vista que as relações de trabalho eram significativamente demarcadas por relações de subordinação pessoais e de dependência. O debate, portanto, buscou apreender, a partir do contexto estrutural, decisivo na industrialização do país, e, portanto, da formação e composição da luta de classes inerentes a esse processo.

[...] o crescimento dos polos ‘modernos’, urbano-comerciais ou urbano-industriais, passou a depender de forma permanente da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistentes das riquezas produzidas no ‘campo’, em direção das cidades com funções metropolitanas. (FERNANDES, 2008b, p. 176).

O desenvolvimento econômico brasileiro que combina estas questões econômicas, políticas e sociais apontadas<sup>219</sup>, demonstram que há uma subordinação (imposta) da produção agrária, e, se analisada sob o ‘paradigma da Questão Agrária’ e suas contradições vemos que o campesinato, o trabalhador do Campo é duplamente expropriado. Tanto o pequeno produtor, quanto o trabalhador que vende força de trabalho nas fazendas de grande porte e/ou empresas rurais. Ou seja, “[...] a subordinação formal do trabalho ao capital, que se expressaria nos processos em que o trabalho do camponês passa a ser tutelado pelo capital; e a subordinação real do trabalho ao capital, vinculada à proletarianização” (RODRIGUES, 2015, p. 32). Dada a materialidade e suas contradições, esta subordinação não é unidimensional e muito menos estanque.

Os camponeses quando expulsos de suas posses de terra, em sua migração por vezes para outros territórios, vendem sua força de trabalho diretamente ao capital, ou em outros momentos ocupam terras devolutas. Também devido a territorialização do modo de reprodução do capital e de seus produtos por diversos mecanismos nas pequenas propriedades vão modificando a forma e o que se produz, colocando o fruto do trabalho familiar a serviço da grande indústria, dos bancos e do comércio de modo geral. O que vemos apesar da relação de forças que influenciam na dinâmica e no movimento do real é que há, portanto, o predomínio e uma imposição objetiva de produzir excedentes, tanto para o espaço urbano, quanto para a exportação.

[...] o proprietário do capital, principalmente a burguesia industrial, beneficia-se várias vezes da subordinação do campo à cidade, da agricultura à indústria. **Primeiro**, pela garantia de suprimentos de gêneros alimentícios e matérias-primas. **Segundo**, devido à administração de preços pelo poder público, de acordo com os interesses da burguesia industrial. Administração essa que se mescla com as políticas governamentais de crédito, modernização tecnológica, quimificação e outras, em favor da indústria. **Terceiro**, pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias-primas, exportações essas favorecidas pelo poder público; divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias ou o grande capital financeiro. **Quarto**, pela garantia de reserva de força de trabalho no mundo agrário, o que representa sempre um manancial, tanto para a expansão da indústria

---

<sup>219</sup> Em *A crítica à razão dualista*, Francisco de Oliveira também aponta elementos dessa combinação desigual no processo de desenvolvimento, que dá uma identidade, uma particularidade específica ao capitalismo brasileiro. Diz ele que, ao “[...] reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p. 69).

como para deprimir os níveis de salários reais na cidade. (IANNI, 1984, p. 247 (*Grifos meus*)).

A efetivação dessas possibilidades objetivas nas relações e no ciclo econômico de reprodução do capital, ocorre fundamentalmente após 1964, que de acordo com Ianni (1984), o Campo brasileiro se tornou o grande produtor de excedentes para a indústria nacional, cidades e exportação. A base econômica e social do Brasil historicamente constituída expressa o estreito vínculo entre o “moderno” e o “atraso” e, por isso mesmo, dependente. A Questão Agrária brasileira expressa muito bem a conformação de um capitalismo marcado por processos de acumulação do capital que dão a identidade do desenvolvimento desigual e combinado, sobretudo se pensarmos as estruturas regionais das áreas econômicas como por exemplo, as relações entre a agricultura e a indústria.

Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e ideias. (IANNI, 1984, p. 243).

A concentração da propriedade e da renda aprofunda substancialmente a desigualdade social, e como regra, coloca linhas limítrofes diversas para a participação política da população. “As desigualdades regionais são criadas e recriadas por possuírem um papel econômico e político fundamental, são elas que estão na base da pauperização absoluta das classes subordinadas, especialmente no Campo” (RODRIGUES, 2015, p. 29).

Concordando com Ianni (1984), que diz que a manutenção dessas desigualdades se dá, sobretudo, pela flexibilidade e as possibilidades de movimento de ocupação territorial interna, o processo de ocupação e povoamento parece não terminar. Essa possibilidade de mobilidade interna, impede o aumento das tensões sociais apesar das contradições<sup>220</sup>, bem como facilitou e potencializou em alguns momentos as oportunidades e a implantação de governos autoritários. Com base nesse entendimento, em grande parte da história foi possível um processo de desenvolvimento acompanhado de uma ‘não-conflitualidade’ intensa, apesar da permanente luta de classes.

[...] esta imensa fronteira interna que o país tem, e que possibilita a movimentação de excedentes populacionais de áreas de tensão, tem sido um dos segredos (não é o

<sup>220</sup> Nas últimas décadas esse processo de ocupação humana tem demonstrado que houve um aumento nas tensões sociais, sobretudo causadas pelas contradições objetivas do desenvolvimento econômico e expressada pelo nascimento e pela luta dos movimentos sociais de base popular do Campo. Estes aspectos têm demonstrado, portanto, que há um processo da luta de classes permanente e que as contradições sociais fundamentam a questão agrária no Brasil e as suas possibilidades explicativas.

único), um dos segredos de por que é possível a persistência de governos de cunho oligárquicos. O poder estatal pode ser razoavelmente autoritário porque existe uma fronteira, existe uma flexibilidade interna que possibilita que excedentes populacionais das áreas-problema, de tensão, sejam transferidos para áreas de certo modo territórios 'livres'; fronteiras com possibilidades de construir fazenda, latifúndio, sítio, posse, colônia e assim por diante. (IANNI, 1984, p. 144).

Desse modo, a não saturação das contradições objetivas, possibilita também a não resolução efetiva das questões e dos problemas regionais. Quanto à produção no Campo, a lógica foi a de fortalecer e ampliar as bases estruturais que se tornaram hegemônicas durante todo o processo de colonização. Houve no período posterior ao golpe empresarial e militar, por exemplo, a ampliação das fronteiras agrícolas com a interiorização da exploração tendo como casos mais notáveis às regiões do centro-oeste, norte e Maranhão.

É nesse período que começa a defesa do que conhecemos como “modernização do Campo”. É, portanto, a penetração de forma mais consolidada do capitalismo no Campo, como sempre divulgada na expansão da grande empresa agropecuária. Esse processo deixa como resultado:

O aumento da produção agropecuária, mas também a destruição de milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural praticava a agricultura de subsistência; a alteração das relações de trabalho, transformando o colono em boia-fria; uma concentração ainda maior da propriedade da terra nas mãos de poucos, através da expansão da fronteira agrícola e, sobretudo, pela absorção das terras do pequeno e médio produtor rural pela empresa capitalista; a exacerbação dos conflitos no campo entre grileiros e posseiros, e entre fazendeiros e índios. (ADAS, 1988, p. 44).

Nesse processo objetivo e tensionamento das contradições materiais, ganha força e espaço o processo de aburguesamento e as condições para o processo de internacionalização do latifúndio, característica que nos dias atuais está muito forte. É a partir desse momento que começa a ocorrer a entrada de capitais de empresas estrangeiras – e nacionais – como fator determinante do processo produtivo dessas unidades agrícolas, tanto financeiros como industriais. Correspondente a isso ocorre a intensificação do processo de ocupação do território material (utilização da terra) com a produção e a cultura direcionada ao atendimento dos interesses dos países imperialistas, por meio dos monopólios das grandes corporações.

A partir dessa reconstituição das leis básicas objetivas de produção no Campo que podemos observar que foi e tem sido implementado um desenvolvimento capitalista desigual e combinado, e que reproduz a continuidade dependente que vem desde o período colonial.

Esse último aspecto é o que explica mais de perto a existência da fome no Brasil. Diante da busca de empréstimos no exterior para financiar o desenvolvimento brasileiro, a agricultura passou a arcar com um grande ônus na obtenção de divisas; através da exportação, para o pagamento de juros ou serviços da dívida externa, que vinham-se acumulando ano após ano. Assim, durante o Estado autoritário, ocorreu

uma grande expansão do cultivo de produtos destinados à exportação em detrimento das culturas destinadas à alimentação. O próprio governo lançava mão, em jornais, revistas e televisão, de certos *slogans* para estimular a exportação: “O que importa é exportar”, “Exportar é a solução”. (ADAS, 1988, p. 45).

Considerando essa base material podemos então compreender o porquê da presença forte e constante da fome na história brasileira.

De maneira mais intensa ainda, um conjunto de mudanças na produção e na economia ocorreram a partir dos anos de 1970 que incidiram diretamente na produção agrícola. O processo de liberalização dos mercados e o crescimento do domínio do capital financeiro em escala global completam o Sistema [[Agro[e Alimentar]] que passam a ser caracterizado como processo de unidade de diferentes setores da economia e da produção.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (*agribusiness*) é de Davis e Goldberg, 1957. Para os autores, *agribusiness* é um complexo de sistemas que compreende **agricultura, indústria, mercado e finanças**. O movimento desse complexo e suas políticas formam o modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação e a dominação dos processos em todos os setores do complexo. (FERNANDES, B.; WELCH, 2008, p. 48).

As definições da estrutura produtiva ou cadeias produtivas do sistema agrícola e, por conseguinte alimentar em nível global, passa necessariamente pelo crivo e pela orientação das grandes corporações que expropriaram e acumularam o conhecimento e a inovação que são base para a produção de insumos diversos, para o processamento e para a produção de modo geral<sup>221</sup>, e soma-se a essa influência, a definição e organização da divisão internacional do trabalho.

Estes aspectos são facilmente percebidos se observarmos o Brasil, cabendo-lhe, fundamentalmente, a produção de matéria-prima – *commodities*<sup>222</sup> – correspondentes às demandas que lhe são impostas pelo capital em nível global. É com esse conjunto de aspectos que o agronegócio é tido como modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e

<sup>221</sup> Como destaca Paula (2017, p. 24) esses processos concluem “[...] o complexo agroindustrial como uma unidade composta pelas operações de fabricação de meios de produção, obtenção do produto agrícola, sua transformação, comercialização e serviços financeiros e de assistência técnica, e seus respectivos grupos sociais. Preponderantemente, o complexo agroindustrial constitui uma unidade de análise que coloca a agricultura como parte da dinâmica industrial e financeira”.

<sup>222</sup> Plural de Commodity (original do inglês) que significa mercadoria. Termo usado para descrever produtos com baixo valor agregado, ou seja, artigos de comércio ou bens que não sofrem processos de alteração ou que são poucos diferenciados. O presente termo também é sinônimo de matéria-prima. As *commodities* podem ser divididas em quatro categorias: 1- *Commodities* Minerais (exemplos: petróleo, minério de ferro, ouro, etc.); 2- *Commodities* Financeiras (as moedas, como por exemplo: dólar, real, euro, etc.); 3- *Commodities* Ambientais (exemplos: água, energia, madeira, etc.) e 4- *Commodities* Agrícolas (exemplos: soja, laranja, etc.). O preço das *commodities* é negociado na Bolsa de Valores Internacionais e mercados de futuro.

científico e cada vez mais ganha força na economia brasileira tendo importância decisiva na balança comercial<sup>223</sup>. A territorialização do capital no Campo, através da lógica do agronegócio é a implementação objetiva da lógica de desenvolvimento sob a égide do capital e demonstra que para que haja a possibilidade de compreensão a teoria em sua capacidade explicativa deve considerar o movimento da mundialização do capital.

### 2.1.2 Agronegócio no Brasil: dominação, econômica, ideológica e política

A caracterização do agronegócio como um modelo, “algo moderno” nada mais é que um *continuum* – no tempo, com similaridade espacial e dominação ideológica – da lógica conservadora implantada e desenvolvida sob as bases da prática colonial que vigorou por muitos anos nos países colonizados. Como já mencionado em alguns momentos no texto, são vários os aspectos que confluem – a lembrar: o latifúndio, a monocultura, a exploração da força de trabalho e a produção em vista aos interesses dos países de capitalismo avançado – numa verdadeira *plantation* quando se trata dos aspectos hegemônicos concernentes às políticas, à produção e à ideologia.

Considerado uma espécie de ‘modernização conservadora’<sup>224</sup> – pelo pensamento crítico – mantém a estrutura fundiária a serviço do interesse externo hegemonicamente. Inclui-se também nessa definição política o processo de introdução de padrões tecnológicos que foram e são consumidos e os valores e conhecimentos que foram e são base do processo. Esse apontamento ganha conteúdo histórico devido o conjunto de estratégias em vista ao convencimento do imaginário social e a destruição dos valores e culturas que pudessem representar resistência. Esses objetivos foram aplicados através da redentora ‘Revolução Verde’<sup>225</sup>, fortemente incentivada durante o período da ditadura empresarial e militar.

<sup>223</sup> O foco é a balança comercial e não a Soberania Alimentar.

<sup>224</sup> De acordo com Antônio Canuto (2004, p. 1), Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), “Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial. O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da ‘moderna agricultura’. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência”.

<sup>225</sup> Expressão que passa a representar os processos inovadores nas práticas agrícolas e em tecnologias a partir dos anos de 1950, inicialmente nos EUA e Europa e posteriormente em outros países. Incentivado financeiramente pela Fundação Rockefeller e ancorado por um discurso (cínico) de que estas inovações dariam conta de erradicar a fome no mundo, “[...] teve como principal fundamento destruir os restos de guerra utilizando todo o lixo tóxico destinando-o à agricultura” (SANTOS, 2015, p. 48). Esse processo político-ideológico levou Norman Ernest Borlaug – considerado um dos fundadores do movimento – a ganhar em 1970 o Prêmio Nobel da Paz.



A essência da ‘revolução verde’, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém a patente das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via ‘insumos modernos’, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controlados pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio ou agricultura industrial. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 54).

Esse processo produtivo agrícola brasileiro, ganha novos contornos nas décadas de 80 e 90 do século XX trazendo em seu bojo um conjunto de contradições das mais diferentes formas que envolvem correlações de forças, mas sobretudo do Estado brasileiro, como integrante e agente principal no fortalecimento desse processo. Constitui-se, portanto, numa fase complexa e desenvolvida que acolhe as orientações internacionais em questões relacionadas à divisão do trabalho, da produção, e correspondente à lógica monopolista e do avanço imperialista, bem como dos critérios para a partilha do mundo sob esses interesses.

Entretanto, a lógica destrutiva do capital, na composição e na forma como opera o agronegócio no Brasil, **oculta nas aparências o que é, de fato, a essência desse modelo.** Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, para a participação no Produto Interno Bruto (PIB), para geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a **concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, consequentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego,** entre outros. (SANTOS, 2015, p. 42, (*Grifos meus*)).

O pressuposto da lógica que dá a sustentação, tanto na forma quanto no conteúdo desse processo e as condições que objetivam o seu desenvolvimento, são resultantes de vários fatores, mas fundamentalmente da conjugação entre a infraestrutura e a superestrutura. A base real (infraestrutura) que abarca o dinamismo a que o capitalismo está propenso e a superestrutura condicionante e resultante das opções político-econômicas<sup>226</sup> adotadas no Brasil até os dias atuais. Considerando o momento histórico brasileiro e a produção de *commodities*, vemos o aumento tanto interno quanto externo do comércio do álcool e do

---

<sup>226</sup> Como já apontamos algumas questões e posteriormente ainda vamos desenvolver análises concernentes às Políticas Públicas acerca da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, faz-se necessário destacar, sobretudo devido a correlação da base material e a produção do alimento, considerando as diversas dimensões, que tento constituir no processo da análise, o entendimento sobre a superestrutura, que em tese, não está diretamente ligada à produção. Para Stalin, I, p. 18, *apud*, Politzer (2002, p. 280) “A superestrutura não está diretamente ligada à produção, à atividade produtora do homem. Ela liga-se à produção apenas de modo indireto, por intermédio da base. Além disso, a superestrutura não reflete as mudanças sobrevindas no nível do desenvolvimento das forças produtivas de um modo imediato e direto, mas, somente, após as mudanças na base, depois da refração das mudanças da produção em mudanças da base. Isto quer dizer que a esfera de ação da superestrutura é estreita e limitada”. A referência utilizada por Politzer para esta citação é: STALIN, J. *Matérialisme Dialectique et Matérialisme Historique*. Paris: Ed. Sociales, 1950.

açúcar por exemplo. Esta produção demanda objetivamente novas áreas de expansão e o exemplo mais evidente é o caso do Estado de São Paulo. Considerando que o petróleo é combustível fóssil, altamente poluente e fonte energética finita, considera-se no caso a produção de álcool a correspondência à demanda da divisão internacional da produção e do trabalho, sem destacar o papel de outros produtos como a soja e a laranja, por exemplo.

A produção dessas *commodities* é que efetivamente dão as coordenadas e as necessárias modificações da estrutura produtiva em nosso país. Estes aspectos têm possibilitado o aparelhamento e a junção dos processos de exploração e expropriação no Campo, que normalmente se deram separadas no decorrer da história do capital.

A questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. (MARTINS, 1991, p. 50).

Do ponto de vista da direção da política agrícola, temos a partir das últimas décadas um cenário propício considerando o fortalecimento da economia brasileira e o direcionamento mais determinado, por parte do Estado em desenvolver esse setor da economia.

[...]. Assim, a exportação do setor sucroalcooleiro no Brasil contou com forte atuação de empresas privadas que se associaram e redefiniram suas organizações de classe para participação econômica e política na sociedade civil, assim como no âmbito do desenvolvimento do Estado. Este se constituiu no principal aliado e financiador das demandas apresentadas, oferecendo excelentes condições de acesso aos recursos públicos e em montantes faraônicos, assim como atuando nas reformulações no código jurídico (Código Florestal) e na formulação de consenso na sociedade, especialmente através dos meios de comunicação de massa. (SANTOS, 2015, p. 43).

Como vemos, esse conjunto de forças entrelaçadas demonstram o processo de dominação que as relações de [re]produção do capital vão estabelecendo. Sob o capitalismo, um conjunto de fenômenos funcionais para esse processo desenvolvem as condições de infraestruturas físicas, mas também sociais, jurídicas e políticas que sustentam esse processo em circulação. São, portanto, desenvolvidos e aprimorados para corresponder e sustentar as condições objetivas de avanço e reprodução do capital. Nessa totalidade orgânica, podemos ver por exemplo, como já mencionado, uma infraestrutura tecnológico-organizacional, o arcabouço jurídico estatal, o sistema de transporte, o sistema educacional, o sistema da gestão pública, o sistema financeiro, entre outros.

Essa dinâmica estrutural não teria a importância que tem se não fosse o fato de que os capitalistas cultivam, de modo ativo, o poder monopolista. Por meio disso, eles realizam um controle de longo alcance sobre a produção e o marketing, para estabilizar o ambiente empresarial, permitindo o cálculo racional e o planejamento a longo prazo, a redução do risco e da incerteza e, de modo mais geral, a garantia de

uma vida relativamente pacífica e tranquila para si mesmos. Em consequência, a mão visível da empresa, como Chandler a denomina, foi muito mais importante para a geografia histórica capitalista do que a mão invisível do mercado, muito alardeada por Adam Smith, e pavoneada *ad nauseam*, nos últimos anos, como poder diretriz da ideologia neoliberal da globalização contemporânea. No entanto, é aqui que a imagem refletida da primeira contradição aparece à vista com mais clareza: de modo decisivo, os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra [...]. (HARVEY, 2005, p. 222).

Esse processo, no entanto, corrobora para a conformação de todo o Sistema Agroalimentar que no essencial articula todas essas dimensões.

A globalização do Sistema Agroalimentar ganhou maior visibilidade, primeiramente a partir de maior liberalização do comércio sob os auspícios dos organismos multilaterais, em particular após o problemático fechamento da rodada Uruguai do GATT e a criação da OMC. A propagação de princípios liberais a partir dos anos de 1980, chancelados pelo Consenso de Washington, estimulou um grande número de países a adotar políticas de abertura ao circuito internacional de mercadorias e de capitais. Em tal contexto, **o segundo fenômeno a promover a integração global do Sistema Agroalimentar se refere à atuação das empresas multinacionais, diversificando seus investimentos, tanto em atividades quanto geograficamente.** Consequentemente, empresas nacionais e transnacionais são absorvidas por um processo de centralização de capital, na forma de fusões e aquisições, que extrapola os limites daquele sistema, **consolidando uma estrutura de mercado oligopolista, e convertendo o Sistema Agroalimentar em apenas mais um segmento da lógica geral de acumulação.** (PAULA, 2017, p. 30, (*Grifos meus*)).

O ponto de partida para a compreensão é naturalmente a totalidade do modo de produção capitalista. Composta por uma base material que abarca o poder hegemônico dos países que possuem as condições objetivas mais avançadas para a reprodução do capital e o Estado-sociedade onde se materializam o processo de desenvolvimento das relações de produção, temos, portanto, um sistema vertical e relação “neocolonial” que compõe ‘semiperiferias’ híbridas com tendências tanto coloniais quanto sub-imperialistas. (YEROS, 2007). Considerando a economia política internacional em funcionamento, essa dominação que ocorre na totalidade contraditória, a partir das práticas e dominação imperialista em diferentes escalaridades tem como objetivo o controle e o direcionamento das contradições da acumulação em escala global.

Neste sentido, o processo de “desenvolvimento” das relações e das forças produtivas sob essa égide são resultantes de um processo de dominação econômica e politicamente, pelos países com capitalismo avançado, que angariam as vantagens e os lucros. “Da mesma forma que o mestre ‘depende’ do serviçal na famosa dialética de Hegel, o centro ‘depende’ da periferia; porém, a característica estrutural chave desse relacionamento não é de

‘interdependência’, mas sim de dominação”. (YEROS, 2007, p. 154)<sup>227</sup>. Desse modo, estratégias que poderiam angariar a força material para um processo de desenvolvimento<sup>228</sup> mais coerente e igualitário sofrem os golpes e as medidas impeditivas para que ocorram, como por exemplo, no Brasil as grandes linhas limítrofes para um processo de reforma ou de uma ‘Revolução Agrária’<sup>229</sup>.

Emergida desse *modus operandi*, vemos também a estreita e cada vez mais fortalecida relação entre o agronegócio e as universidades, principalmente ‘públicas’, sejam elas federais ou estaduais e centros de pesquisa, empresas – vemos o exemplo da Embrapa<sup>230</sup>. Há um processo de imbricação orgânica porque, de modo geral, não há um controle social da natureza e das razões das pesquisas desenvolvidas nesses espaços. Muitas pesquisas de interesse privado e sob encomenda são realizadas<sup>231</sup>, sobretudo em áreas potenciais que podem causar transformações e mudanças nas forças produtivas. A utilização do espaço, do tempo, da força de trabalho qualificada e do recurso que no interior das universidades e dos centros de pesquisas, fundamentalmente públicos, em sua maioria são direcionados e capturados pelo capital<sup>232</sup>. A relação entre o geral (sistema global) e o particular (a produção de *commodities* no Campo) e os conhecimentos necessários incidem na composição da arquitetura administrativa e das propostas pedagógicas, bem como nos planos de cursos dessas instituições.

Na medida em que, desde há algum tempo, o homem permite que os produtos de seu trabalho, operem como forças naturais, com consequência da retirada da força de trabalho humano dos processos diretos de produção, entra na produção uma força bem mais potente da sociedade humana: a *ciência como força produtiva*, em toda a sua acepção, que opera na base de uma total cooperação social. [...]. Hoje em dia, a ciência está penetrando em todas as fases da produção e gradualmente assume o papel de “fator decisivo” no desenvolvimento das forças produtivas. (RICHITA, 1972, p. 17).

Assim como o modo de produção capitalista geral, o agronegócio tem se mostrado tecnologicamente dinâmico. Este aspecto além de desenhar uma ocupação espacial típica –

<sup>227</sup> Mesmo trabalhando com a noção do processo de desenvolvimento, de reprodução do capital desigual e combinado, a unidade dos contrários, optou se trazer este aspecto apontado por Yeros, tendo em vista que, expressa o lugar do Antagonismo na Contradição ou o Antagonismo como uma das formas da luta dos contrários (TSE-TUNG, 2004).

<sup>228</sup> Que as bases da vida seja patrimônio da humanidade e calcadas nas mediações de primeira ordem – que terá uma análise melhor aprofundada em itens posteriores.

<sup>229</sup> Revolução Agrária como processo resultante pela ação dos camponeses e relação de forças na luta de classes para além de uma proposta de resolução e reestruturação da questão agrária pela via institucional, como o caso da reforma agrária.

<sup>230</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. É uma instituição pública (de pesquisa) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Criada em 1973.

<sup>231</sup> Melhoramento genético de algumas espécies de plantas, Transgenia, insumos e defensivos agrícolas, etc.

<sup>232</sup> Podemos conferir estes aspectos pelos editais do CNPq, por exemplo.

com aparatos tecnológicos de um lado e, por outro, poucas pessoas, baixo número de postos de trabalho, paisagem unidimensional, sem biodiversidade, etc. – tem sido a expressão inquestionável de uma ideologia de progresso e de sua inevitabilidade como ‘modelo’.

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (SANTOS, 2008, p. 89).

Aspecto importante a tomarmos nota, refere-se à luta de classes. As contradições materiais fazem emergir as lutas sociais que são rebentos desse processo histórico significativamente representadas pelos Movimentos Sociais do Campo de base popular, nas últimas décadas<sup>233</sup>. Devido a isso, em parte, tem sido notável que o agronegócio buscou uma rearticulação, ou uma “articulação de novo tipo” de/em suas organizações de base e de classe tendo em vista a implementação de seus interesses. O poderio de influência nas decisões políticas de algumas entidades que já existiam foi rearticulado. Vemos por exemplo, o fortalecimento do Conselho Nacional de Agricultura (CNA), e também de suas estratégias articulações com os governos, sobretudo na influência do direcionamento político administrativo e das políticas elaboradas e implementadas pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, entre outros. Além disso, surgem outras várias organizações para buscar o fortalecimento da classe dominante na produção de *commodities* e, por consequência, lócus de concepção e organização de estratégias político-técnicas e ideológicas. Vemos assim, o surgimento do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa)<sup>234</sup>, a União Nacional da Indústria Canavieira (Única)<sup>235</sup> e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)<sup>236</sup>, entre outros.

<sup>233</sup> Considerando a intencionalidade organizacional da exposição e tendo por objetivo fazer neste item uma discussão mais específica acerca do agronegócio, fez-se a opção em não discutir em maiores detalhes o papel significativo para a luta social protagonizada pelos Movimentos Sociais do Campo nestes últimos anos, destacadamente: MST, MPA, MAB, MMC, entre outros. Este debate será feito na sequência no momento das discussões relativas ao campesinato e no item (2.4) acerca da ‘Questão Agrária atual [...]’.

<sup>234</sup> “O Pensa é um centro avançado, dedicado à Gestão e Coordenação de Agronegócios, desenvolvendo a excelência em pesquisas acadêmicas aplicadas ao ensino. Está estruturado em forma de rede envolvendo diversas instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores, executivos, industriais e produtores rurais”. Criado em junho de 1990 (Site: [www.pensa.org.br](http://www.pensa.org.br) (Acesso em 10/10/2016)).

<sup>235</sup> “[...] é a maior organização representativa do setor de açúcar e bioetanol do Brasil. Sua criação, em 1997, resultou da fusão de diversas organizações setoriais do estado de São Paulo, após a desregulamentação do setor no País. A associação se expressa e atua em sintonia com os interesses dos produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade tanto no Brasil como ao redor do mundo. As mais de 120 companhias associadas à UNICA são responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil. A UNICA é gerida por um Conselho Deliberativo, integrado por representantes de suas associadas e uma equipe de experientes

O que se nota é que há um sistema em funcionamento articulando as condições econômicas, políticas, tecnológicas e de conhecimento, e que consolida um [‘super-poder’] no Campo compondo a estrutura e superestrutura para o seu desenvolvimento. Estão ‘prontas’ – ou pelo menos fortalecidas –, as condições objetivas e subjetivas – especificamente na expressão da racionalidade estatal<sup>237</sup> – para o processo de dominação interna e as reais possibilidades de expansão da lógica hegemônica de ocupação do Campo hoje com as monoculturas de interesse.

A carga semântica e o conteúdo histórico do agronegócio (*agrobusiness*) foram e continuam sendo constituídos nesse processo e nessa materialidade.

[...] consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, as quais são controladas por empresas multinacionais desde o momento da produção até a circulação. Essas empresas realizam pesquisas sobre terras férteis, sobre a fertilidade das sementes e transgenia, mapeamento de novos mercados, aquisição ou arrendamento de áreas produtivas, preparação do solo, aplicação de insumos: sementes, adubos, agrotóxicos, colheita, investimento em máquinas, armazenamento, loteamento nos portos e aeroportos para instalação de estrutura de armazenamento e carregamento, investimento em frotas, *marketing*, consultorias, investimento em ações, associações com bancos, indústrias, etc. Para isso, disputam as melhores fatias de terras férteis, em clima adequado, com boa infraestrutura e mão de obra disponíveis, bem como investimentos públicos do Estado, próximo aos grandes centros, sempre em articulação política e aliança com outras empresas estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação em associação com o capital internacional, com destaque para as “*joint ventures*”<sup>238</sup> e as fusões. (SANTOS, 2015, p. 44).

O contexto histórico-geográfico e a expressão do capital através da ocupação das áreas – física e estratégicas – no Campo representa o que Harvey (2005, p. 132) chamou de “triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de

---

executivos, especialistas e consultores técnicos, dedicados em tempo integral. Visa o domínio técnico corporativo, sustentabilidade, legislação, economia e comunicação. No final de 2007, a UNICA abriu o seu primeiro escritório internacional no Estados Unidos e em 2008 na Europa, como parte de sua política de prover informações detalhadas e atualizadas sobre as importantes contribuições socioeconômicas e ambientais do setor de açúcar, etanol e bioeletricidade e interlocutores como consumidores, governos, ONGs, empresas e mídia (Site: [www.unica.com.br](http://www.unica.com.br) (Acesso em 10/10/2016)).

<sup>236</sup> Foi criada em 10 de março de 1993. Sua apresentação oficial ocorreu no Congresso Nacional, pelo presidente fundador Ney Bittencourt. De acordo com a Abag, o agronegócio pode contribuir para: “Organização do processo de desenvolvimento sustentado; Integração à economia internacional; Eliminação das profundas desigualdades de renda e dos bolsões de miséria; Respeito ao meio ambiente”. ([www.abag.com.br](http://www.abag.com.br) (Acesso em 10/10/2016)).

<sup>237</sup> Destaca-se as condições objetivas e subjetivas de dominação no interior da racionalidade estatal, pois partindo das contradições na base material e na [co]relação de forças – embora dinâmicas – favorecem a lógica do agronegócio. No entanto, vale destacar que mesmo havendo estas condições objetivas favoráveis ao agronegócio e, portanto, a subalternização do campesinato a esse processo, não há uma dominação simples e pura, haja visto toda a luta empregada pelos Movimentos Sociais do Campo contra o latifúndio, demonstrando que as contradições vivenciadas na base material, tem fortalecido as condições subjetivas do campesinato que vem colocando em prática nas suas lutas diversas, incluída nessas pautas a Soberania Alimentar.

<sup>238</sup> Expressão de origem inglesa que significa a união de empresas (duas ou mais) com a finalidade de realização de uma atividade econômica comum em/por determinado tempo. As motivações para o projeto comercial podem ser várias, mas fundamentalmente – a mais comum – é o aumento do lucro.

trabalho”. O que temos ainda, – como resultando dessa dinâmica aplicada no Campo – é um processo demográfico de esvaziamento e envelhecimento do Campo provocado pelo êxodo rural, principalmente da juventude camponesa, o que representa em certa medida no Brasil, os resquícios de acumulação original, forçando muitos camponeses a se tornarem trabalhadores nos centros urbanos. Devido à ausência de políticas públicas que fortaleçam formas alternativas de produção no Campo ainda temos cotidianamente o processo de migração da força de trabalho excedente ou sem condições objetivas de se reproduzir, do Campo para a cidade.

A acumulação original, de acordo com Marx, apoiava-se na expropriação violenta dos meios de produção, que punha excedentes de capital na mão de poucos, enquanto a maioria era forçada a se tornar trabalhador assalariado para viver. A migração da força de trabalho excedente do campo para a cidade, a concentração da riqueza pelos negociantes (pilhando o mundo por meio da troca injusta) e usurários (solapando a propriedade fundiária e a convertendo em riqueza monetária), além da extração do produto excedente do campo para o benefício da cidade, facilitaram a concentração social e geográfica dos excedentes. O ponto importante, no entanto, é reconhecer que os excedentes de capital e força de trabalho podem ser gerados *fora* da circulação do capital, e mobilizados mediante diversos processos de acumulação primitiva e concentração geográfica. (HARVEY, 2005, p. 132).

O processo descrito demonstra que nessa base real, podemos observar, pelo menos por enquanto, a consolidação de uma situação social com as piores consequências advindas dessa lógica de expansão e acumulação do capital. As possibilidades de uma reforma, ou mesmo uma Reforma Agrária Popular ou uma Revolução Agrária que de fato coloque no horizonte uma reestruturação da ocupação do território em suas diferentes dimensões, tem por um lado o tensionamento das contradições e da luta de classes, e, por outro, no momento histórico atual, um fortalecimento do poder político e das condições de reprodução da burguesia latifundiária. Essas condições objetivas alimentam, nutrem o círculo vicioso historicamente presente, onde se estruturam e continuam a estruturar as desigualdades sociais e uma ‘realidade bárbara’ tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano. As condições materiais e ideais para a produção de alimentos que conjugam os princípios e valores da Soberania Alimentar, cada vez mais, estão ameaçadas.

Assim, a produção de *commodities* – destacadamente no Brasil, a soja, o etanol e o açúcar, a laranja, o eucalipto, e em menor escala o pinus – ganham espaço no território material, na opção política e no processo de dominação ideológica (como território imaterial). As origens da ocupação territorial, conforme vemos através da história continua sem muitas modificações apesar das contradições. Neste sentido há ainda uma contínua expulsão, expropriação dos trabalhadores rurais das pequenas unidades de produção, quilombolas,

ribeirinho, indígenas. E, como antes, há a prática de ocupação e fixação dessas empresas do agronegócio em territórios pertencentes à União bem como a estratégia da grilagem ainda persiste na ordem do dia de nossa atualidade apesar do discurso da “modernidade incomparável” no Campo.

Ao acompanhar o movimento do real e as contradições inerentes aos processos de expansão do capitalismo agrário vemos uma junção do interesse de ocupação de novas áreas ainda na condição de florestas, portanto ampliar o território de dominação por um lado, e por outro, ser esta ação uma ‘válvula de escape’ frente à luta de classes e a conflitualidade existente e as resistências – mesmo que ainda pequenas – dos Movimentos Sociais e das comunidades tradicionais do Campo. Temos, portanto, o adentramento e a territorialização do capitalismo agrário nas florestas – com a conseqüente devastação – nos últimos anos como na Amazônia tendo no horizonte o aumento das fronteiras agrícolas, sem, contudo, levar em consideração o processo de danos e impactos ambientais.

A expressão moderna do agronegócio manifesta na tecnologia, na biotecnologia, na nanotecnologia, na engenharia genética, nas máquinas modernas, nas sementes transgênicas, enfim, nos pacotes tecnológicos, etc., traz consigo as necessárias relações de complementaridade como contradição e que na verdade são nutrientes de sua reprodução como por exemplo o trabalho análogo ao trabalho escravo<sup>239</sup>, a priorização de objetivos correspondentes apenas ao capital e não incluem os seres humanos, etc. É uma modernização conservadora e faz parte da dinâmica e da relação [imbricada] entre o ‘moderno’ e o ‘atraso’. “Aquilo que é tido como o seu contrário, na realidade o alimenta [...]. (SANTOS, 2015, p. 45)”. Estes aspectos são demonstrados pelo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado em 2011:

[...] normalmente associamos o trabalho escravo ao que tem de mais atrasado, à produção de natureza rudimentar, caracterizando atividade residual, não tendo relação com o agronegócio, sinônimo de modernidade. Seria um resquício de um passado que está sendo superado. No entanto, numa passagem do relatório são estabelecidas relações entre trabalho escravo e o uso de tecnologia nessas fazendas. O estudo da OIT observou que a maioria dos empregadores entrevistados,

<sup>239</sup> O relatório da Organização Internacional do Trabalho publicado em 2011 – disponível no site da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Nacional) – traz dados que demonstram a existência de trabalho escravo nos últimos anos em grandes propriedades dedicadas à produção de açúcar, soja, pecuária, café e algodão. De acordo com os dados, de 1995 a 2011 em torno de 40 mil trabalhadores foram libertados dessa realidade no país. As condições são de realidade estupefacente. Os trabalhadores vivem em barracos de lona, condições de trabalho extremamente degradantes, sem acesso à água potável, sem o descanso semanal, sem qualquer instalação sanitária. De acordo com o levantamento: 18% são analfabetos, 45% analfabetos funcionais e mais de 90% desses trabalhadores, trabalham desde os 11 anos de idade – aspecto que denota quadro de trabalho infantil generalizado nesses espaços. Outros dados demonstram também que, no período de implementação mais fortemente/especificamente do agronegócio, entre 1970 e 1993, houve mais de 85 mil trabalhadores escravizados no Brasil. (CPT, 2015; RODRIGUES, 2015, p. 37).



envolvidos com a escravidão contemporânea no Brasil, utilizavam tecnologia de ponta ou padrões tecnológicos intensivos, como por exemplo, reprodução assistida, inseminação artificial, incluindo a produção de clones (CPT, 2015). (RODRIGUES, 2015, p. 38).

Se observarmos a materialidade social hoje e o avanço da modernização vemos esses aspectos anteriormente abordados e qual modelo sustenta, ao pensarmos acerca de possíveis respostas para os seguintes questionamentos: 1- *Onde e como ocorre o trabalho escravo moderno?* 2- *Quais são as causas da destruição ambiental e das práticas predatórias em grande escala?* 3- *Quem faz a defesa da privatização da água?* 4- *Como ocorre e quais são as causas da morte e da diminuição da biodiversidade?* 5- *Como ocorre e pelo qual custo se dá a concentração da terra?* 6- *Como se dá a exploração do trabalho nas cadeias produtivas?* 7- *Quem explora os recursos minerais/naturais e para que fim?* 8- *Por que ocorre o avanço notório dos monocultivo sobre as áreas tradicionais de produção de alimentos?*

As relações objetivas que confluem na composição da materialidade social e conteúdo histórico para cada resposta desses questionamentos, as relações estabelecidas e as práticas concretas que sintetizam o processo de contradições demarcam a essência da Questão Agrária para os dias atuais. E, de modo geral, nesse processo de avanço contribui para a mundialização do capital, e sua manifestação em parte pelo agronegócio, demonstram que, se considerarmos as referências territoriais para a análise, vemos que os Estados Nacionais (dependentes), “cederam, em nível supranacional e, mais ou menos voluntariamente, parte de sua Soberania” (BORDA, 2005, p. 64).

Portanto, como já demonstrado em linhas gerais a partir da análise neste item desenvolvida, que existe uma continuidade da dominação externa na essência do agronegócio que remonta ao período da colonização tendo em vista a centralidade da produção de *commodities*. Continuamos a produzir e enviar matérias-primas para os países de economia e capitalismo mais avançados o que reconstitui ‘*pari passo*’ os mecanismos pelos quais permanece e se perpetua a dependência. A fração de classe da grande burguesia brasileira, a classe dos latifundiários, são representantes ‘natos’ do capital estrangeiro, e, portanto, subordinam os interesses nacionais às ordens externas.

Considerando as razões e o sentido do trabalho, da relação homem-natureza, da produção, da Formação Humana e social, sobretudo a partir do legado marxiano, a partir das ‘*mediações de primeira ordem*’, a estrutura agrária pautada pela lógica do agronegócio é substancialmente o processo de negação de todos esses aspectos. Ou seja, esta racionalidade do capital no Campo, tem seus pilares calcados numa série de ‘*mediações de segunda ordem*’,

em outras palavras, são mediações historicamente determinadas e que dão o sentido da relação do homem com a natureza e, portanto, sob interesses privados. Embora, com a aparência de moderno, é na verdade, a expressão do que há de mais atrasado e conservador.

### 2.1.3 O Campesinato: conceito, dimensão política e o Campo do Campesinato

O presente item debate o Campesinato e como este se insere nas contradições materiais e políticas frente à totalidade econômica-social constituída, operada e demarcada pelas relações do modo de reprodução do capital no Campo. Neste sentido, partimos da conceituação, perpassando pela discussão da dimensão política em que se insere e, além disso, discutimos a ressignificação do Campo (base material e social) a partir de sua multidimensionalidade com apontamentos para um projeto de Campo interessado aos trabalhadores e como integrante de projeto societário.

#### 2.1.3.1 Campesinato: o conceito e as questões acerca do processo de desenvolvimento do Campo

Muito se tem debatido e escrito acerca do campesinato nos últimos anos. São elaborações que vão desde a sua definição de identidade até o seu ‘lugar’ no modo de produção com suas relações sociais, com a natureza, posse e acesso à terra e as formas e atividades econômicas desenvolvidas, ocupação de postos de trabalho<sup>240</sup>, etc. Considerando estas questões, a intencionalidade e o objeto da presente tese, acolhemos o entendimento acerca do campesinato enquanto unidade, mas não abrindo mão de sua diversidade em que envolve várias dimensões da vida material e social<sup>241</sup>. Desse modo, concordando com

---

<sup>240</sup> Em relação aos índices de ocupação em postos de trabalho no Campo, vemos que a pequena unidade de produção tem supremacia. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), apud IBGE (2006, p. 129), “Apesar de utilizarem individualmente poucos trabalhadores, os pequenos estabelecimentos de área inferior a 200 ha são muito mais intensivos em mão de obra que os outros grupos de tamanho. Isso se verifica pela relação entre o número de trabalhadores por unidade de área. Os pequenos estabelecimentos utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e inferior a 2 000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior a 2 000 ha). Assim, se por um lado os pequenos estabelecimentos detinham apenas 30,31% das terras, responderam por 84,36% das pessoas ocupadas em 31/12/2006”.

<sup>241</sup> É, em linhas gerais e no terreno da particularidade, o que afirmou Harvey ao discutir a acumulação por espoliação demonstrando que o esboço deixado por Marx acerca da acumulação primitiva é evidenciado atualmente. Harvey aponta que “[...] a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. As condições de luta e de formação da classe trabalhadora variam amplamente, havendo, portanto, como o insistiu Thompson, entre outros, um sentido no qual a classe trabalhadora ‘se faz a si mesma’, ainda que nunca, é claro, em condições de sua escolha. *O resultado é muitas vezes deixar vestígios de relações pré-capitalistas na formação da classe*

Carvalho (2005, p. 171), vemos que “O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda, que inseridos na economia capitalista”. Os processos de lutas sociais têm demonstrado que há um entendimento acerca da necessidade da unidade, mas, fundamentalmente que esse processo não subalternize a diversidade desses povos do Campo.

É por isso que temos hoje um número expressivo, no Brasil, de denominações e/ou ‘autonomeações’ das frações que compõem o campesinato<sup>242</sup>: *camponeses proprietários de unidade de pequenas parcelas de terras, agricultor familiar, posseiros de terras públicas, posseiros de terras privadas, povos da floresta (que usufruem de recursos naturais públicos), agroextrativistas, povos indígenas (já camponeizados), quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais e lavradores, as quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, açaizeiros, geraizeiros, seringueiros, ocupantes que usufruem de fundos de pastos, arrendatários (não capitalistas), serranos, caboclos, ‘colonizadores’ (como os povos de fronteira no sul do país), camponeses (novos) resultantes de assentamentos de reforma agrária.*

A materialidade social demonstra, portanto, que não há idealização ou extinção total do modo de reprodução camponês. Por múltiplas determinações, há formas concretas de organização e intervenção na natureza e na sociedade pelo campesinato.

No entanto, se é da maior relevância, do ponto de vista da historicidade dos territórios, a compreensão das distintas formas de campesinatos neles existentes, é indispensável, por outra parte, ressaltar que, para a compreensão da especificidade camponesa, conforme Shanin, “o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (2005, p. 5).” (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 116).

A teorização, na tentativa de compreendê-lo ganha intensidade e força, fundamentalmente, a partir do processo de industrialização do mundo e, portanto, da subjugação da agricultura frente à indústria<sup>243</sup>. Como sabemos, desde esse momento histórico,

---

*trabalhadora, assim como criar diferenciações geográficas, históricas e antropológicas no modo de definir a classe trabalhadora. Por mais universal que seja o processo de proletarização, o resultado não é a criação de um proletariado homogêneo”. (HARVEY, 2013, p. 122, (Grifos meus)).*

<sup>242</sup> As denominações aqui destacadas foram compiladas das discussões desenvolvidas por diferentes autores: Carvalho (2005); Shanin (2008); Fabrini (2008); Costa e Carvalho (2012); Welch (2012); Alentejano (2012) entre outros.

<sup>243</sup> Embora na atualidade haja uma retomada teórica no sentido de compreender a participação e a atuação do campesinato, Ploeg (2008, p. 33) destaca que “A ciência gera tanto conhecimento como ignorância. Um dos ‘buracos negros’ criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia”.

diferentes entendimentos, conclusões, diferentes teses<sup>244</sup> foram elaboradas buscando apreender a dinamicidade ocorrida resultante do processo industrial sempre em desenvolvimento, principalmente de sua ocupação material do Campo, e por consequência o que esse processo poderia acarretar frente ao futuro desses seres sociais, que historicamente tiveram e têm na terra, a possibilidade de produção e reprodução de sua existência. Como sabemos o campesinato teve seu desaparecimento ‘decretado’ por diversas vezes<sup>245</sup> – [por exemplo Kaustky] –, e, no entanto, em pleno século XXI apesar das previsões negativas, constitui-se em um dos movimentos socioterritoriais mais vigorosos. Demonstração disso é a criação da Via Campesina<sup>246</sup> e a universalização da pauta e da luta social.

---

<sup>244</sup> Desde o século XIX, surgiram várias teorias sobre a existência do campesinato no sistema e modo de produção capitalista. Tem como ponto de partida as elaborações desenvolvidas por Kaustsky em sua obra seminal “A Questão Agrária” escrita em 1898 na qual discute que com a evolução do capitalismo no campo, a perspectiva de futuro era o fim do campesinato. Passado mais de um século, o campesinato ainda sobrevive. De acordo com Fernandes (2005, p. 15) “O desenvolvimento dessas teorias por meio de pesquisas e debates políticos acirrados constitui três distintos modelos de interpretação do campesinato ou paradigmas. [...] O paradigma do *fim do campesinato* compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do *fim do fim do campesinato* entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da *metamorfose do campesinato* acredita na sua mudança em agricultor familiar”.

<sup>245</sup> Considerando a provocação feita por Ploeg anteriormente, o ‘modelo explicativo’ acerca do desenvolvimento da agricultura, em linhas gerais, contesta, por exemplo as análises desenvolvidas por Chayanov (1975), sobretudo, no que diz respeito às questões de autonomia, auto-suficiência da unidade de produção com base familiar, tendo em vista que, dado os determinantes objetivos do desenvolvimento da agricultura, os camponeses passam a se comportar como ‘*homo economicus*’. De acordo com Ploeg (2008, p. 33 – 34) “Não faz sentido discutir se este modelo é verdadeiro ou não. O cerne da questão está no fato de este modelo ter se *tornado* verdadeiro, embora em graus diferentes e com resultados contrastantes durante o período de 1950 a 1990, quando a agricultura mundial foi dominada por grandes projetos de modernização. [...] Em consequência, de modo geral se assume que o campesinato *de fato* desapareceu, principalmente em espaços onde o projeto de modernização tem sido bem sucedido. Segundo as visões ‘modernista’ e ‘marxista’, os camponeses foram convertidos em ‘empresários’ ou em ‘proletários’ respectivamente”. Na sequência Ploeg (2008) destaca que a maioria dos grupos agrários de hoje são constituídos por uma mistura e com diferentes formas de ação interventora no processo de fazer agricultura. Assim, segundo o autor, não há uma teoria adequada que de fato compreenda e desvende a natureza dessa diversidade de grupos agrários.

<sup>246</sup> Organização Internacional composta por movimentos e organizações sociais de base popular do Campo de pequenos e médios agricultores, mulheres camponesas, trabalhadores do Campo, comunidades indígenas e comunidades tradicionais. Visa organizar e coordenar em nível internacional, as lutas sociais desses movimentos articulando-as. É um movimento autônomo e pluralista. Teve sua origem em abril de 1992 em Manágua, Nicarágua, quando lideranças e dirigentes camponeses da América Central, da América do Norte e da Europa, decidiram se reunir e debater problemas gerais a que estão sendo submetidos os povos do Campo. Esse primeiro momento ocorreu no contexto da realização do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas. A organização esta formada por estruturas nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada e presente em 8 regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e na África. A primeira Conferência da Via Campesina ocorreu no ano seguinte, em 1993 no mês de maio na cidade de Mons na Bélgica onde se conferiu o caráter de organização internacional e ocorreu a definição das estruturas, das grandes linhas de discussões e pautas que deveriam ser unificadas. De lá para cá já ocorreram diversas conferências e grandes temas passaram a ser debatidos no mundo, tais como: Soberania Alimentar, Reforma Agrária, Conflitos relacionados à terra, Tecnologias, Políticas de créditos, entre outros. A Via Campesina está em expansão o que a caracteriza como uma organização politicamente complexa e pluricultural e, já abarca uma grande cobertura geográfica no mundo.

Nesse sentido, compreender e/ou delimitar o conceito de campesinato, em seu ponto nodal deve estar ancorado o processo de contradições que contribuem para a sua expressão material também contraditória, porém persistente.

A delimitação conceitual de campesinato é um exercício político. Duas referências importantes para precisar o conceito de camponês são a história e a teoria. Da primeira, demarcamos sua natureza e da segunda as diversas interpretações a respeito de sua existência e perspectivas. O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança. (FERNANDES, 2005, p. 15).

De modo geral, ao tratar da Questão Agrária e buscar compreender o campesinato, significa levar em consideração a multidimensionalidade de processos econômicos e políticos a que estes seres sociais/trabalhadores estão expostos. E, a partir da totalidade concreta busca compreender as mudanças desencadeadas no mundo pelo avanço do modo de produção e suas crises, mas sobretudo, considerar o campesinato a partir das contradições objetivas manifestas na correlação de forças – materiais e políticas –, nas lutas sociais e, portanto, como estes fazem o processo de ocupação do território material e estão inseridos nas relações objetivas da infraestrutura e superestrutura que lhes garante permanência na sociedade.

De igual forma, abarcando a totalidade concreta faz-se necessário que possamos dar conta através das elaborações teóricas e das pesquisas da existência/permanência do campesinato no modo de produção capitalista, por um lado, e o lugar e as possibilidades de transformação social, impetradas pela luta social dos povos do Campo, por outro. É a partir deste entendimento que as perspectivas teóricas e paradigmas explicativos do *fim do campesinato*<sup>247</sup>, do *fim do fim do campesinato*<sup>248</sup> e da *metamorfose do campesinato*<sup>249</sup>, ganham sentido e conteúdo histórico-material e, em certa medida, ideológico-político.

---

<sup>247</sup> “Esse modelo de interpretação tem duas leituras. Uma baseada na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado. A outra leitura do fim do campesinato acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista”. (FERNANDES, 2005, p. 15).

<sup>248</sup> Tem uma leitura mais completa/ampla do que a do fim do campesinato. “Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalhador familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. O arrendamento é uma possibilidade de recriação do campesinato, outra é pela compra da terra e outra é pela ocupação da terra. Essas são as três formas de recriação do campesinato. [...]. O paradigma do fim do fim do campesinato tem duas vertentes. Uma desenvolve ações para o crescimento do número de camponeses por meio de uma política de reforma agrária e pela territorialização da luta pela terra. Outra

O debate acerca da Questão Agrária demonstra que a diferenciação e o processo de dominação entre o modelo hegemônico de produção no Campo e o campesinato, vai para além da forma e da extensão da propriedade. Se inscreve fundamentalmente acerca da lógica que se estabelece nas relações produtivas a partir da terra como meio de produção, tendo como estratégia a forma adquirida das políticas públicas para esse setor.

Sabe-se que Karl Marx deu centralidade em suas análises ao desenvolvimento do capitalismo industrial e as contradições desse processo advindas. Quanto às consequências desses processos que pudessem atingir a agricultura, em especial, deixou apenas iniciais percepções e algumas indicações acerca das tendências futuras<sup>250</sup>, que de certa forma, embasaram as análises de pensadores marxistas que dedicaram maior atenção a esses fenômenos, tais como Karl Kautsky, Lênin entre outros.

Trataremos mais adiante da revolução realizada pela indústria moderna na agricultura e nas relações sociais de seus agentes de produção. Na agricultura, o emprego da maquinaria está, em grande parte, livre dos prejuízos físicos que acarreta ao trabalhador na fábrica, mas atua, de maneira mais intensa e sem oposição, no sentido de tornar supérfluos os trabalhadores, conforme se verá pormenorizadamente mais tarde. [...]. (MARX, 2008, p. 569).

Tomando dois exemplos diferentes, Marx demonstra que a utilização da máquina na agricultura objetivou, por um lado, nos casos dos Condados de Cambridge e Suffolk, o aumento da área utilizada e da produção com a diminuição da população rural, da força de trabalho necessária e, por outro, nos Estados Unidos houve a inserção da máquina na agricultura e o aumento substancial da superfície cultivada, mas sem a diminuição dos trabalhadores no Campo. Neste último caso, houve fundamentalmente a modificação nas relações de trabalho. Diz Marx (2008, p. 569) “Nos Estados Unidos, as máquinas agrícolas por ora substituíram trabalhadores apenas virtualmente, isto é, elas capacitam o trabalhador a cultivar uma superfície maior, mas não despedem realmente empregados”.

---

desenvolve ações para a manutenção do número de camponeses, acreditando que garantir a existência é suficiente”. (FERNANDES, 2005, p. 16).

<sup>249</sup> “[...] surgiu na última década do século XX e é uma espécie de ‘terceira via’ à questão do campesinato. Acredita no fim do campesinato mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo, usa o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderna. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto de sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo”. (FERNANDES, 2005, p. 16).

<sup>250</sup> De acordo com Marx (2008) se a agricultura depende da atividade científica, da maquinaria, dos insumos [químicos], de sementes, através do sistema de trocas, por vezes de países distantes, e a manufatura patriarcal rural desapareceu como resultado desse processo, a indústria calcada na produção mecânica, o comércio exterior, etc., aparecem como necessidades para a agricultura.

Outra mudança que ocorre nesse momento, destaca Marx citando o exemplo da Inglaterra e do País de Gales em 1861, é que a partir dessas transformações ocorridas devido as leis objetivas desse processo, é o aparecimento e aumento da demanda e da força de trabalho para a construção das máquinas, inclusive, tendo aquele ano [1861] como referência, foi possível demonstrar que o número de trabalhadores ocupados com a fabricação de máquinas era praticamente igual aos trabalhadores ocupados com a agricultura, 1.034 e 1.205, respectivamente.

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são, assim, equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição. [...]. (MARX, 2008, p. 570).

Mediante este entendimento, a partir das análises em um período que completaria o primeiro século após o início que a História considera ser o marco da Revolução Industrial, Marx consegue observar que as bases reais de reprodução do camponês e sua forma de intervenção seria superado, dando-lhe outra função nas relações de trabalho, sob a égide das novas condições objetivas em constituição. Neste sentido é possível perceber – pelo nível de saturação das contradições objetivas até então nascidas e tensionadas durante esses anos – que o camponês é um obstáculo que logo seria superado dada à sua impossibilidade de resistência material e sua cada vez mais frágil força política<sup>251</sup> e, portanto, seriam integrados ou excluídos do processo de produção, compondo parte do exército de reserva.

[...]. Com a preponderância cada vez maior da **população urbana que se amontoa nos grandes centros**, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz-histórica da sociedade, e, do outro, **perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra**, isto é, **a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos** e de vestuário, **violando assim a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo**. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. [...]. (MARX, 2008, p. 570, (*Grifos meus*)).

<sup>251</sup> Considerando a realidade atual vemos que essa ‘tendência’ apontada, sofre ligeira tensão, tendo em vista os processos organizativos pelos Movimentos Sociais do Campo de base popular no mundo. Obviamente que considerando a correlação de forças condensadas naquilo que é substancial para a reprodução do capital, ainda se encontra numa condição fragilizada, porém, enquanto pautas políticas considerando o longo prazo, vemos que essas questões estratégicas e fundamentais carregam uma carga e força material decisivas para uma civilização do futuro. Exemplo disso é o escopo (material e cultural) da Soberania Alimentar, bem como outros elementos estruturantes, apontados na sequência por Marx [na citação seguinte – chamada de atenção a partir dos grifos].

A partir dos debates feitos no seio do Partido Social Democrata alemão para balizar o posicionamento do partido e as suas ações perante os camponeses, Karl Kautsky, sobretudo em sua obra “A Questão Agrária” (1898) dá continuidade ao entendimento indicado por Karl Marx em *O Capital*. Nas palavras de Soto (2002, p. 37), “[...]. Este autor, enfatiza na sua obra, o caráter capitalista da agricultura moderna, as relações entre a grande e a pequena exploração e a tendência à proletarianização”. Considerada uma obra seminal acerca da Questão Agrária – ancorada nas análises feita por Marx em *O Capital* e nas teorias sobre a mais valia –, Kautsky desenvolve uma profunda e detalhada análise das leis objetivas de desenvolvimento da agricultura sob a égide do desenvolvimento industrial, pilar fundante dessa nova fase do sistema capitalista.

De igual forma ao observado nas indústrias, o capitalismo ao penetrar no meio agrícola, nos Campos de modo geral, provoca o fenômeno de concentração da riqueza e, por consequência, além da concentração da produção dá-se também a concentração da propriedade. As grandes propriedades – com fator tecnológico mais desenvolvido – destroem e passam a absorver as pequenas unidades de produção e, em consequência o processo de proletarianização das camadas mais pobres do Campo. Naquele momento era comum esses trabalhadores não conseguirem reproduzir as condições objetivas para pagarem impostos e as dívidas criadas e cobradas pelos latifundiários e capitalistas. Nos dias atuais, soma-se a isso outros aspectos e outras relações político-econômicas que levam o campesinato a sofrer uma forte dominação frente ao modo de produção e a racionalidade capitalista.

Os operários que nada possuem – e entre eles, em primeiro lugar, os celibatários – são os que mais facilmente abandonam o campo. Mas quanto mais esmagadores se tornam para a agricultura os encargos que pesam sobre ela sob a forma de impostos, de dívidas, de esgotamento do solo; quanto mais a concorrência entre exploração camponesa e a grande exploração (ou a exploração ultramarina, de que ainda trataremos) se aguça; quanto mais a necessidade de enfrentar-se a competição acarreta os excessos de trabalho, o desprezo de todas as exigências da civilização, às vezes mesmo as mais simples exigências da vida, a degradação voluntária até a barbárie; quanto mais a gleba perde a possibilidade de encadear ao solo o próprio lavrador, tanto mais a emigração para a cidade se transforma em lei, também, entre os pequenos camponeses (KAUTSKY, 1980, p. 238).

O movimento de transformação no Campo, observado por Kautsky, considerando um mesmo período de tempo, verificou-se que o processo de imigração ultrapassava em números o aumento populacional natural, acarretando, portanto, a intensa diminuição da população rural e que esse fenômeno se dava tanto na pequena quanto na grande exploração. Em um dos espaços devido à falta de condições objetivas de resistir ao avanço da lógica do capital, e no



outro devido simplesmente à implementação da maquinaria na produção agrícola e que diminuía substancialmente a necessidade de mão de obra.

O crescimento da produção industrial além de demandar um conjunto de diferentes produtos da agricultura, constitui o processo de desenvolvimento. É para isso que o estabelecimento completo da propriedade da terra se torna uma condição necessária em vista a abrir caminho para a agricultura capitalista, uma agricultura moderna que reproduzisse a lógica da sociedade urbana.

Contudo, a agricultura não tem, na sociedade atual, uma existência independente. O seu desenvolvimento subordina-se, da maneira mais estreita, ao seu desenvolvimento social. Essa iniciativa e essa força revolucionárias que a agricultura não suscitava por si mesma lhe foram emprestadas pela cidade. O progresso econômico da cidade transformara inteiramente a situação econômica do campo e impusera uma transformação das suas condições de propriedade. O próprio desenvolvimento criara nas cidades as classes revolucionárias. Estas, insurgindo-se contra o domínio feudal, levaram aos campos a revolução política e jurídica, neles realizando, em meio a gritos de alegria da massa da população rural, frequentemente, mas às vezes também contra a sua resistência, as transformações necessárias. (KAUTSKY, 1980, p. 49).

Os avanços do conhecimento e das tecnologias passam a ser desenvolvidos de forma rápida e diversificados. Cada vez mais a produção agrícola se concretiza a partir do desenvolvimento de novas técnicas e diferentes métodos de ocupação do solo, portanto, racionalizada. A divisão do trabalho passa a ser exigida de forma sistemática com o processo de privatização da propriedade da terra e as demandas cada vez mais pautadas pelo mercado. Vemos, portanto, que a produção agrícola que era marcada pela produção de cereais e de modo geral pelo trabalho da família camponesa, passa a se prostrar aos interesses de outrem. A especialização na produção do Campo, pautada pelo mercado, contribui para a efetivação da dependência cada vez maior do trabalhador camponês aos interesses estranhos a ele, bem como, o coloca em situação real que possibilita o aumento da taxa de expropriação de mais-valia absoluta e relativa.

A organização da agricultura capitalista – seja na grande ou na pequena exploração – desenvolve um conjunto de aspectos que potencializam o seu pleno desenvolvimento partindo de novos conhecimentos, tais como, o aperfeiçoamento e qualificação do trabalhador, o aumento da eficiência de seus métodos de produção, a ‘melhoria’ das sementes e das raças de animais, das ferramentas e dos instrumentos de produção.

De modo geral, essa questão traz consigo a subjugação/dominação da agricultura frente ao mercado e desloca o sentido do trabalho do camponês para esse determinado fim. É, por essa razão e lógica, que em grande parte muitos trabalhadores camponeses, familiares,

proprietários de pequenas unidades de produção se inserem com tanta dependência que buscam no mercado até seus gêneros alimentícios, pois se ocupam em produzir apenas para as demandas do mercado. O fruto do trabalho deixa de ser para suprir as necessidades, ou seja, valor de uso e passa a ser para atender à demanda do comércio, portanto, valor de troca.

Atualmente o camponês não produz mais para si mesmo, não apenas como industrial, mas mesmo como agricultor, tudo de que se tem necessidade. Ele é obrigado a comprar não apenas os instrumentos, e instrumentos mais caros que os de outrora, mas ainda uma parte dos seus gêneros alimentícios, que a sua exploração especializada não proporciona, ou não proporciona em quantidade suficiente. [...]. Mas quanto mais se desenvolve o comércio, tanto mais ele subordina o pequeno camponês. [...]. O comércio se transforma numa fonte abundante de opressões para o lavrador. (KAUTSKY, 1980, p. 58 – 59).

O movimento da materialidade vai demonstrando que cada vez aumentam as linhas limítrofes para o camponês ter sua ‘autonomia’ e as possibilidades objetivas de reproduzir a sua existência material. É, portanto, nesse cenário que cada vez mais o campesinato, dentro das possibilidades explicativas da teoria, figurava no sentido de comprovar o seu fim, ou pelo menos, a partir do movimento observado, apontar o seu desaparecimento.

[...]. Na agricultura, como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção significa, ao mesmo tempo, o martirólogo dos produtores; o instrumental do trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria o trabalhador, e a combinação social dos processos de trabalho torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual. A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. [...]. (MARX, 2008, p. 570).

Como já é notável, tanto a grande propriedade (de exploração), quanto a pequena unidade de produção, sempre renegam a segundo plano a produção de cereais e/ou alimentos. Não é uma razão em si mesma – como uma necessidade primeira – a produção de alimentos tendo em vista a materialidade onde o homem trabalha. Simultaneamente à divisão do trabalho, às demandas estranhas, os camponeses, além de não produzirem para a sua alimentação, deixam de proteger, preservar e conhecer as sementes. Dá-se o fenômeno da apropriação-expropriação do conhecimento milenarmente acumulado pelos camponeses em sua relação com a natureza e a atividade com a terra.

As empresas – como analisado no Capítulo I – passam a se especializar no ‘melhoramento’ genético das sementes e em processos de artificialização da produção. São a elas que o camponês passa a recorrer e tem recorrido para atender suas necessidades imediatas e metas de produção. Neste sentido, quanto mais o processo de exploração e de dominação se especializa, tanto mais rápido é seu movimento de transações. Quanto mais desenvolvido o

comércio e o mercado ligado ao processo de produção agrícola, mais subordinam e oprimem o pequeno camponês.

A agricultura moderna, portanto, atinge limites altíssimos de subjugação e dominação do campesinato, quando as conquistas da ciência moderna, a mecânica, a química, a fisiologia vegetal e animal, passam a ser as estratégias, impostas por um lado, e por outro, acolhidas por esses trabalhadores. Não se trabalha estes aspectos em sua totalidade como negativos em si, mas pelo contexto econômico-político e como são instrumentalizados, transformados em mediações no modo de reprodução do capital. Obviamente que dessa forma, figuram mais negativos do que positivos tendo em vista que são efetivamente instrumentos de dominação e não de emancipação do trabalhador<sup>252</sup>.

Considerando o entendimento que compõem o paradigma do *fim do fim do campesinato* podemos verificar que a história vem demonstrando diferentes razões e condicionantes objetivos que circundam a existência do campesinato ainda nos dias atuais. Por um lado, demonstra que o avanço do modo de produção capitalista ainda não conseguiu superar e transformar vários aspectos de organização da produção no Campo, além de apontar que as contradições objetivas ainda continuam a ser aprofundadas e tensionadas a ponto de cotejar pelo menos três possibilidades, o arrendamento, o acesso à terra pelos pequenos produtores através da compra e os processos de ‘Reforma Agrária’ que são resultantes da pressão e mobilização política desenvolvido pelos Movimentos Sociais do Campo, frutos dessas contradições.

Ainda nesta compreensão, o campesinato é visto como uma importante forma de organização social para o desenvolvimento humano em diferentes escalas geográficas. A produção familiar provoca impactos socioterritoriais contribuindo para o desenvolvimento regional e para a melhoria da qualidade de vida. (FERNANDES, 2005, p. 16).

Vemos, portanto, que as discussões trazem outros aspectos que vão para além da questão meramente produtiva, integrada ou não ao sistema. Pode ser apontado, por exemplo, que o acesso e o domínio do território possibilitam de acordo com a forma de sua ocupação potencialidades de resistência e em certa medida a garantia de sua existência e reprodução. A possibilidade objetiva de uma ‘Soberania Alimentar’, considerando as diferentes dimensões sociais, ecológicas, políticas e de Formação Humana, parece assentar-se em parte, na possibilidade de se ter um modo de trabalho e relação com a natureza que seja resultante de

---

<sup>252</sup> Como veremos no capítulo que terá a centralidade da discussão a Formação Humana, a ciência e a técnica sob o controle e direção do capital tornam-se dominação. Porém, sob o controle da classe trabalhadora, do trabalhador, direcionado por este, tornam-se liberdade.

certo grau de autonomia e a negação de mediações que estão embasadas na propriedade privada e no lucro, portanto, frente às condições objetivas de reprodução do capital. O que tem se demonstrado mesmo com diferenciações, é que na esteira das contradições têm ocorrido também o processo de criação e recriação do campesinato e tensionamento nas discussões teóricas da ‘linearidade’ apontada na tendência do desaparecimento do campesinato.

Retomando o paradigma explicativo da *metamorfose do campesinato*, que em parte faz a sua análise sob a perspectiva da lógica capitalista dualista do atrasado e do moderno, também utilizado na perspectiva que apontava o fim do campesinato pela sua superação transformando-o em proletários – do Campo e da cidade –, este entendimento crê no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar camponês. Contribuição significativa para entender estas questões e, principalmente, a pertinência da produção desenvolvida pela agricultura familiar e sua inserção econômica, vem da análise desenvolvida por Ricardo Abramovay (1998).

Como demonstrado em várias questões anteriores, vemos que a Questão Agrária – com todos os seus pontos negativos – ainda é uma questão que está longe de ser resolvida em vários lugares do mundo. No Brasil, dado ao forte processo de reprodução do capital, desigual e combinado, a Questão Agrária se torna uma questão histórica central. Tendencialmente as análises, mesmo partindo de pontos de vista teóricos diferentes, sempre se associaram a agricultura, feita através do trabalho familiar ao ‘atraso’, ao ‘resíduo’. Partindo desses pressupostos é que vários apontamentos aqui destacados indicam que essa franja de classe social e ‘produtiva’ não tem muita relevância para o progresso social e econômico, como prega e quer a dominação ideológica da racionalidade capitalista. Ricardo Abramovay desenvolve, portanto, sua análise sob o ‘paradigma’ do capitalismo agrário a pertinência da agricultura familiar na lógica geral de reprodução do capital<sup>253</sup>. Está implícito e ancorado a este entendimento o paradigma da *metamorfose do campesinato*.

A estrutura social da agricultura nos países capitalistas avançados tem sido pouquíssima estudada entre nós, deixando à sombra um fator decisivo: é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas. (ABRAMOVAY, 1998, p. 20).

---

<sup>253</sup> Vale destacar que este “paradigma” não corresponde à perspectiva analítica adotada para o desenvolvimento desta tese. Ou seja, desenvolver uma análise acerca de paradigmas, não corresponde ao método dialético. Sirvo-me, portanto, deste último e na particularidade (como base real) da análise da Questão Agrária. No entanto, não podemos deixar de abordar algumas questões, tendo em vista que um conjunto de políticas – para a Agricultura Familiar – que são implementadas no Campo são elaboradas a partir dessa concepção, desenvolvida por Abramovay.

Há a partir desse entendimento o apontamento e, ou porque não dizer, um tensionamento de possíveis limites explicativos de algumas teorias clássicas que, além de terem vislumbradas algumas tendências e contratendências que no percorrer do tempo não se realizaram, destaca que, em grande medida trouxeram limites a enxergar aspectos particulares que se materializaram na agricultura no capitalismo avançado.

[...] o paradigma [...] com base no qual se estuda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cuja matriz são os trabalhos clássicos de Lênin (1899/1969) e Kautsky (1899/1970), [...] vem se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a ideia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos marxistas, não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo. (ABRAMOVAY, 1998, p. 21).

Obviamente que por traz dessa defesa está uma questão de método e antes disso, questões ontológicas relacionadas às mediações materializadas nessa configuração de integração da agricultura familiar que na análise mais geral dos clássicos, apresentam-se como mediações a serem negadas.

A chave de leitura trazida por Abramovay, que embora seja a análise do mais avançado no modo de produção, encontra ‘terreno firme’ na particularidade, tendo em vista que hoje, partindo de um ângulo da geografia agrária mundial de ‘mãos dadas’ ao sistema econômico mundial, temos nessa materialidade apontada as condições objetivas da agricultura familiar estar sistemicamente integrada porque em vários outros lugares, muitas matérias primas, que o modo de produção precisa, são produzidas e extraídas em grande escala de outros lugares, e que, portanto, demarcam – aí sim – uma Questão Agrária cheia de contradições e aspectos que demonstram que o processo de integração de um sistema social é a causa fundante da desintegração de grande parte<sup>254</sup>.

No entanto, partindo do pressuposto da necessidade histórica de tensionamento das contradições fundamentais que demarcam o *modus operandi* do modo de produção, e de como a materialidade social pode dar força material à algumas contradições, e tendo em vista um processo de transformação para outro modo de produção, várias questões devem ser levadas em consideração, entre elas a principal, o tensionamento necessário acerca da

---

<sup>254</sup> A definição [noção] de Agricultor Familiar aqui no Brasil se difere da europeia, sobretudo, pelos papéis diretos a serem desempenhados, através das orientações oriundas da Divisão Internacional do Trabalho. No Brasil, a tendência a ser elevada é a da inserção na lógica sistêmica e, por isso, para a produção de *commodities*, diferentemente da Europa onde se insere mais na produção diversificada.

racionalidade estatal/superestrutura e a utilização dessa racionalidade, tendo em vista a organização da produção e a implementação das políticas públicas<sup>255</sup>, na qual se insere a integração do agricultor familiar, que segundo esta concepção – consiga incorporar avanços técnicos principais e corresponder às políticas governamentais – não pode nem de longe ser considerada como camponesa.

[...] a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança camponesa, de fato, em alguns casos existente: na verdade o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. [...] coube às políticas agrícolas garantir esta atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais institucionalmente definido e no mínimo suficiente para assegurar a produção abundante. [...]. Na verdade, elas foram a *condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista*: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura do consumo dos assalariados fosse cada vez menor, portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição dos bens duráveis [...] (ABRAMOVAY, 1998, p. 21 – 22).

A distinção conceitual entre essas duas fundamentais formas de produção – agricultura familiar e camponesa – tem ganhado clareza a partir dos debates nos últimos anos. A raiz da diferença tem sido encontrada no ambiente econômico, cultural e social que dá a identidade dessas formas tendo em vista que algumas dimensões são comuns entre elas, como o caso do trabalho familiar, mas que são utilizados de forma diferenciada e com objetivos distintos. Como destaca Abramovay (1998, p. 23), “[...]. A própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve”.

Plínio de Arruda Sampaio (1998) ao escrever a apresentação da obra de Abramovay destaca:

[...] o autor formula a tese de que as unidades de pequeno porte, alto volume de produção e elevada produtividade existentes hoje nos países capitalistas avançados descendem do campesinato tradicional, mas não tem mais nada a ver com ele. São entidades de natureza distinta, que operam segundo outra racionalidade e que não surgiram de forma espontânea. Foram criadas pelo Estado capitalista, por meio de políticas deliberadamente talhadas para reduzir o preço dos alimentos, a fim de liberar recursos do orçamento doméstico dos assalariados urbanos para a aquisição de produtos industriais. Nas condições concretas da Europa e dos Estados Unidos, as

<sup>255</sup> Abramovay nos dá a indicação de que incorreríamos em erro se imaginássemos que as políticas que fortaleceram a agricultura familiar nesses países foram resultantes da luta e da pressão a partir dos interesses dos próprios agricultores. Ao contrário, estão inscritas nas estratégias da racionalidade estatal/superestrutura com grau de maturação que subsiste na própria natureza do sistema. É a partir desses aspectos que levando em consideração a materialidade, por exemplo do Brasil, este paradigma não dá conta tendo em vista que as políticas para o campesinato são frágeis e são implementados em sua grande maioria pela pressão dos movimentos sociais.

unidades familiares mostraram-se mais aptas do que as grandes para produzir alguns tipos de produtos alimentares e algumas matérias-primas a custos inferiores. A sustentação das unidades familiares e sua acelerada tecnificação mediante constante, sistemática e persistente intervenção do Estado capitalista, constituíram precondições da expansão industrial baseada no consumo de massas. (SAMPAIO, 1998, p. 12).

No entanto, o processo de metamorfose se consolida pela sua inserção no sistema hegemônico e na reprodução de sua lógica mesmo que em escalaridade menor. Sem sombra de dúvida, a capacidade explicativa dessa perspectiva tensiona e, de certa forma, indica à necessidade de reexame da teoria do “resíduo” e/ou da “extinção progressiva” das pequenas unidades de produção familiar.

A secular desarticulação entre a pertinência econômica do trabalho na agricultura familiar e a nossa sociedade de modo geral, poderá ser revista com o aparelhamento do potencial de transformação das milhões de pequenas unidades de produção familiar.

Com efeito, se a pequena unidade familiar não constitui um mero resíduo histórico de um processo de transformações capitalistas, mas uma unidade de produção apta – sob condições favoráveis – a incorporar progresso técnico e produzir a baixos custos, então a reforma agrária deixa de ser exclusivamente “um programa social” para se converter em elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil. (SAMPAIO, 1998, p. 13).

De modo geral, Abramovay chama a atenção para as elaborações que tentaram compreender o ‘problema’ camponês desde o final do século XIX, sobretudo na visão dele, de alguns limites dessas análises, como foi já mencionado. Destaca as contribuições dos clássicos marxistas de um lado, e, de outro, as reflexões de Alexander Chayanov. Na visão de Abramovay, se partirmos do ângulo marxista “o camponês só poderá ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky)” (ABRAMOVAY, 1998, p. 23). Sobre as contribuições de Chayanov, e também, de Jerzy Tepicht., destaca que estes autores buscam a chave da compreensão justamente naquilo que os marxistas considerariam um contrassenso, “uma definição de campesinato cuja base seja a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico” (ABRAMOVAY, 1998, p. 23).

Não duvidamos, pois, que o futuro da teoria econômica reside não na construção de uma teoria única e universal da vida econômica, mas na concepção de vários sistemas teóricos que correspondam à série de ordens econômicas passadas e presentes e que deem conta das formas de coexistência e de evolução próprias de cada uma dessas diferentes ordens (CHAYANOV, 2014, p. 137).

Assim, o debate político-ideológico ganha novos contornos devido ao fato que pela forma e conteúdo da ação material de um conjunto de trabalhadores/camponeses, não são contemplados e o arcabouço teórico não consegue abarcá-los em suas explicações. É a partir destes aspectos que temos hoje o debate acerca da diferenciação e da distinção conceitual entre o agricultor familiar e campesinato<sup>256</sup>. A razão dessa diferenciação conceitual, obviamente se dá sobretudo, devido a um conjunto de trabalhadores camponeses não estarem inseridos nesse processo como por exemplo, os trabalhadores Sem Terra, camponeses considerados tradicionais, indígenas e outras comunidades tradicionais.

Os limites dos espaços políticos de ação do então moderno agricultor familiar, fecham-se nas dimensões da diferenciação gerada na produção da renda capitalizada da terra. A sua existência, portanto, está condicionada às condições geradas pelo capital. Logo, as suas perspectivas estão limitadas às seguintes condições: agricultor familiar consolidado; agricultor familiar intermediário e agricultor familiar periférico. Da condição de periférico à condição de consolidado, formam-se os espaços políticos de sua existência. Esse seria o seu universo possível. (FERNANDES, 2005, p. 16).

A tentativa de apreender essa materialidade se inscreve insuficiente pois trabalha com a perspectiva da inserção e não se discute os trabalhadores camponeses Sem Terra, por exemplo, que estão à margem, pois não possuem a base material que é a terra para adentrar no critério explicativo da categoria e do processo de diferenciação. Há uma interface com parte da discussão do paradigma do *fim do fim do campesinato* sobretudo quando demonstra que também o capitalista coloca em sua estratégia a necessidade de manter o camponês trabalhando em sua terra como arrendatário, por exemplo, na medida em que se verifica que a renda capitalizada da terra se torna mais positivo ao capital do que os frutos colhidos a partir de uma relação de assalariamento.

É importante destacar que a análise acerca do campesinato e os paradigmas explicativos são oriundos da aplicação de método. Vemos que tanto o paradigma do *fim do campesinato*, quanto o paradigma do *fim do fim do campesinato* são resultantes da análise que trata a questão agrária em sua totalidade concreta, em movimento e a partir de suas contradições expressas nas leis objetivas do desenvolvimento. Já o paradigma da *metamorfose do campesinato* sinaliza que as condições explicativas são ‘intra-sistêmicas’ (do modo de produção) e em vista de garantir o entendimento que o processo de adaptação aos interesses

---

<sup>256</sup> Como já talvez implicitamente se tenha trazido essa diferenciação, mas de modo geral, vemos que a definição de agricultor familiar não abarca todo o campesinato. Uma das razões está na sua centralidade econômica e na reprodução de aspectos que contribuem para a reprodução sistêmica. Por outro lado, o campesinato, além de incluir o conceito de agricultor familiar, abarca também outros modos de trabalho e organização, formas de luta e de intervenção na sociedade de diferentes povos que vivem e trabalham no Campo.



do sistema é a alternativa recomendável e cabal. Ou seja, tem como fundamento o capitalismo agrário e as possibilidades de inserção nessa lógica.

Se levarmos em consideração os princípios fundamentais que embasam o método, vemos que as condições analíticas estruturadas no paradigma da Questão Agrária trazem como horizonte as possibilidades da superação da condição histórica e do modo de produção. “Essa condição implica a luta contra o capital e a perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade”. (FERNANDES, 2005, p. 16). Por outro lado, as condições analíticas, se partirmos pelo paradigma do capitalismo agrário, mantém-se dentro da bolha, primando pelo princípio da manutenção das condições existentes oferecidas pela lógica de reprodução da sociedade e do capital.

A análise da Questão Agrária é a que possibilita compreender a condição histórica do campesinato e como este se apresenta frente à realidade em seu estado momentâneo considerando a realidade de condições que o cercam.

Aqui ainda encontramos a diferença mencionada acima entre os estados e as tendências. O teórico deve pesquisar as tendências gerais da evolução social; a política prática deve partir dos estados particulares que vê diante de si. As tendências da evolução social, assim como as da evolução agrícola, são essencialmente as mesmas em todos os recantos civilizados, mas os estados que criaram variam extremamente nos diversos países, e mesmo nas diversas partes de um mesmo país, em virtude das diferenças de situação geográfica, de clima, de configuração de solo, de passado histórico e, por conseguinte, de poderio das classes sociais, etc.. (KAUTSKY, 1980, p. 17).

As possibilidades explicativas e o debate teórico-conceitual relativo ao campesinato nos dias atuais tem sido assentado nessas análises explicativas e que criam visões desenvolvidas a partir do século XIX. O grande debate naquele momento iniciado que correspondiam a tentativa de demonstrar as tendências gerais e a direção que estavam se movendo como consequência das objetivas mudanças pelo desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo de modo geral, bem como, demonstrar quais seriam as possíveis políticas que deveriam ser adotadas frente a essas diversificadas transformações, pode hoje já na segunda década do século XXI, verificar que alguns aspectos que foram apontados no debate realmente se realizaram. Ou seja, analisando as leis objetivas do desenvolvimento tutelou à teoria a externar as possibilidades de antecipação do que realmente viria acontecer.

Considerando o movimento do real podemos verificar que<sup>257</sup>:

---

<sup>257</sup> Estes aspectos que seguirão – numerados – estão embasados na análise de SHANIN, 2008. Também é a expressão social das condições objetivas no terreno da particularidade e ajuda a compreender a questão muito bem tratada por KAUTSKY (1980, p. 17) anteriormente citada no que diz respeito aos “estados” e “tendências” acerca do campesinato.

1- Houve a realização do ‘projectado’ de que no conjunto total da população os residentes no Campo seriam apenas uma minoria tendo, portanto, a diminuição populacional campesina ocorrida na maioria dos países;

2- Em alguns países em vista à sobrevivência, muitos campesinos buscariam desenvolver trabalhos alternativos. Houve e ainda há muitas sociedades que estão em pleno processo de “involução agrícola”<sup>258</sup> e também de modo geral, involução econômica nos processos de reprodução desse grupo social;

3- Outros processos estão acontecendo atualmente, como a criação e recriação do campesinato em que pessoas que não são camponeses e pessoas que são ‘Sem Terras’ e que acessam a terra através da política pública, como é o caso do Brasil, pela política de Reforma Agrária. Este fenômeno tem ocorrido em diferentes países, envolve decisões governamentais e a mobilização dos Movimentos Sociais Camponeses que buscam a terra para a sua reprodução enquanto tal;

4- “Na Rússia atual, há muitas vilas que são consideradas ‘vilas mortas’, nas quais só se encontram mulheres idosas morando nelas e a metade das casas já não existe mais”. (SHANIN, 2008, p. 24). As razões do abandono dessas vilas é que nessas regiões a agricultura era considerada difícil e/ou as terras não eram apropriadas para a produção. Desde que houve o fim do regime soviético, há russos – por razões étnicas – que estão retornando de outras ex-repúblicas soviéticas e ao defrontar com altos custos de vida nos espaços urbanos estão fazendo a opção de ir morar nessas vilas, principalmente os mais jovens. Neste sentido, há um reestabelecimento do campesinato resultante de razões étnicas;

5- Observa-se também, fundamentalmente na segunda metade do século XX e neste início de século XXI, que os camponeses buscam novas condições materiais para garantir a subsistência, como por exemplo, o turismo rural, novos métodos de produção e relação com a natureza e, por vezes, conciliam o trabalho no Campo com o trabalho assalariado, não camponês;

6- Há também a estratégia de se utilizar de trabalhos remunerados em fábricas por alguns membros da família com o objetivo de fortalecer a unidade de produção camponesa e em algum caso até comprarem mais terras. É o caso de camponeses turcos que vão para a Alemanha trabalhar nas fábricas. Semelhante a esse processo há também os mexicanos camponeses que vão trabalhar nos Estados Unidos e enviam significativas remessas de

---

<sup>258</sup> Segundo Shanin (2008), foi o antropólogo americano Clifford Geertz que denominou o processo de “involução agrícola” como sendo a impossibilidade da pobreza não se resolver sozinha e se tornar cada vez mais profunda, expulsando as pessoas do campo. (GEERTZ, Clifford. *Agricultural Involution: The process of Ecological Change in Indonésia*. New York: Fontana Press, 1963).

dólares para a sua terra de origem e para as famílias camponesas. Este exemplo do México é emblemático haja visto que se procede uma exportação de seres humanos camponeses e uma importação de gêneros alimentícios.

Considerando estes aspectos vemos que a possibilidade explicativa e/ou as condições de entendermos a permanência do campesinato no decorrer da história se dá se levarmos em consideração essa complexidade.

[...], podemos chegar a uma dupla conclusão. Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança de natureza de regimes políticos, etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses tem provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso. (SHANIN, 2008, p. 25).

Considerando as elaborações de Marx (2008) que destaca que no sistema capitalista todo produto que é colocado em circulação no mercado assume a forma mercadoria independentemente da forma e do conteúdo que possibilitou a sua produção e partindo do pressuposto de que a partir de perspectiva do capital globalizado, todo meio e relações de produção “inscrito em seu ciclo aparece como ‘capital’” (BARTRA, 2015, p. 4), as relações que fundamentam o trabalho do campesinato de modo geral levam a esses pressupostos. Estes aspectos demonstram que independentemente de quem se apropria desses produtos, seja o capitalista ou não capitalista, estando suprindo as “necessidades” do sistema, estes são consumidos e compõem a base de sustentação da lógica e da reprodução sistêmica.

A partir desse entendimento e fazendo a leitura da materialidade que se constituiu, no caso do México por exemplo, vemos que:

A pequena e média produção camponesa atual é produto da reprodução do capitalismo e está submetida à operação de sua lei econômica básica: a máxima valorização do capital. No caso específico do México, parte dessa produção camponesa foi "criada" pela reforma agrária pós-revolucionária e a outra parte gerada pelas necessidades de um capitalismo colonial e neocolonial. Em ocasiões excepcionais, essa produção pode ter se originado diretamente das formações sociais anteriores à chegada do conquistador espanhol Hernán Cortés - tudo isso no sentido de sua gênese histórica. No entanto, independentemente de sua origem, em todos os casos ela é permanentemente refundada pelas necessidades mutantes do capitalismo. Dessa maneira, o campesinato mexicano de hoje é um produto da reprodução do capitalismo atual no país. (BARTRA, 2015, p. 6).

O que fica evidente até aqui é que o campesinato, mesmo mantendo-se presente até os dias atuais e colocando em questão algumas indicações teóricas passadas que buscaram apreender o momento histórico e daí apontar o que poderia vir pela frente, não é possível

compreendê-lo se retirarmos desse invólucro sistêmico que em algumas partes do mundo ainda faz o avanço de expansão apenas, e em outros, já redimensiona o conjunto de forças e relações produtivas.

Certamente Marx não esgotou o estudo do problema camponês tal como este se apresenta no sistema capitalista mundial altamente desenvolvido. No entanto, defendo que não podemos empreender um estudo do campesinato do século XX sem tomar como ponto de partida o estudo de Marx. Desse modo, sem o apoio de uma compreensão crítica da economia capitalista, nada podemos dizer sobre uma economia camponesa que se reproduz submetida à lógica do capital global. Em relação ao problema específico da pequena e média produção rural, acredito que Marx contribuiu com os elementos teóricos fundamentais, ainda que não tenha trabalhado todos aqueles necessários à sua compreensão. Nesse sentido, contesto também a interpretação que considera os questionamentos de Marx sobre a produção das unidades camponesas uma simples metáfora.

No tomo III de O capital, Marx analisa o camponês a partir da perspectiva do capital em seu conjunto e do processo global de produção-circulação. Ao falar da produção camponesa, Marx está falando de um elemento inserido na reprodução do capital global, um elemento atípico, pode-se dizer, mas que de nenhuma maneira se reproduz de forma independente e com uma lógica própria. A partir dessa perspectiva, qualificar de "capital" os meios de produção nas mãos dos camponeses, definir uma parte do excedente que é transferido como "lucro que deixa de receber" e, finalmente, qualificar sua renda como um "salário autoconsignado" é a única abordagem correta e está longe de ser uma metáfora. (BARTRA, 2015, p. 4).

Em síntese podemos dizer que as abordagens teóricas discutidas até aqui são unânimes no sentido de afirmar a dominação/subjugação do campesinato frente ao modo de produção capitalista. Implicitamente em algumas questões abordadas no sentido de definir a “natureza” do campesinato, vemos que podemos trilhar um caminho não tão sólido que é buscar as razões de sua existência nos dias atuais numa base histórico-genética que justificaria um caminho feito pelo campesinato na história, às vezes de “mãos dadas” com os determinantes do movimento do real e de suas transformações, recebendo deste as influências, às vezes em paralelo ao processo de desenvolvimento. Este entendimento parece não dar conta, sobretudo porque atualmente seja qual for a forma e o nível de organização que possibilita a reprodução do campesinato – mais ou menos inserido, mais ou menos frágil – se dá como resultante do processo determinante do modo de produção.

As relações socioeconômicas em si mesmas "não capitalistas" são, onde o capitalismo é dominante, produto do capitalismo e fator de sua reprodução. Independentemente de terem existido antes de seu domínio ou se historicamente criadas por ele, podemos afirmar que elas são, em um sentido lógico, resultado do capitalismo e, portanto, somente podem subsistir se o capitalismo as reproduz. (BARTRA, 2015, p. 05).

É por essa razão, que deve levar em consideração, que a *ação interventora do campesinato, por vezes fortalece, e por vezes nega mediações sistêmicas (centrais para a*

*reprodução do capital) em maior ou menor grau, mas, mesmo assim, de modo geral, quase sempre determinada.*

Quanto ao campesinato, o caminho percorrido até aqui conduzido pelas análises demonstra que se levarmos em consideração os apontamentos iniciais do fim do século XIX, por marxistas e não-marxistas a respeito desses trabalhadores e compararmos fundamentalmente com o que está ocorrendo hoje – apesar dos determinantes econômicos e sociais – nos indica que as potencialidades de sobrevivência, as maneiras com que estes trabalhadores enfrentam os tensionamentos da materialidade social, nos levam a crer que são mais fortes e contundentes do que se poderia apontar naquele momento histórico. Mesmo considerando que há de fato a determinação do modo de produção, não se pode desconsiderar que para além da negação de algumas mediações que reproduzem a vida econômica hegemônica, a razão de sua permanência se dá também pela sua eficiência em desenvolver as alternativas necessárias de enfrentamento e reprodução.

A flexibilidade de adaptação, os objetivos de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25 – 26).

A caracterização diversificada da reprodução camponesa, embora acolhendo que são determinadas pelas condições objetivas dadas a partir do funcionamento do sistema e, portanto, para este correspondente, se dá sobretudo porque esta, tem seu significado primordial que resiste em desaparecer e que alimenta um conjunto de aspectos políticos, sociais, formativos e econômicos que não dialogam, ou pelo menos não aceitam ser convencidos facilmente pelos determinantes do capital. É neste sentido que a “existência da pequena e média produção agropecuária nas sociedades capitalistas deve ser explicada logicamente por meio da operação da lei econômica básica do capitalismo. [...]” (BARTRA, 2015, p. 6). Mas, obviamente que há um conjunto de relações que são ressignificadas, como por exemplo, a relação com a natureza na ação interventora sobre ela, nas relações humanas e sociais, na relação com o fruto do seu trabalho quando ainda suas condições objetivas não estão totalmente integradas ao sistema do capital<sup>259</sup>.

<sup>259</sup> Ploeg também traz algumas contribuições importantes acerca da ‘vitalidade do campesinato’ na atualidade ao trabalhar com dois conceitos imbricados – formulados por ele – que são a ‘Condição Camponesa’ e o “Modo Camponês de fazer agricultura”. De acordo com ele, estes conceitos “[...], levam a um enriquecimento teórico dos estudos camponeses, enquanto, ao mesmo tempo, aumentam sua utilidade prática. Assim, as características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se

### 2.1.3.2 A dimensão política na constituição e na definição do campesinato contemporâneo

Considerando os debates acumulados sobretudo pelos Movimentos Sociais de base popular que compõem a Via Campesina vemos que chegou à indicação que há diferenciação entre a agricultura familiar e campesinato. Como vimos, a leitura que se faz da *metamorfose do campesinato*, além de ser conservadora, traz consigo os limitantes de estar estruturada numa lógica dualista e resultante de um imperativo sistêmico unidimensional e no terreno da particularidade. Os limites dessa perspectiva parecem não conseguir apreender todo o movimento da realidade e por esta razão, pauta o reconhecimento da persistência do campesinato no decorrer da história, delimitando e identificando o camponês com o passado, como um *'vir-a-ser'* – mas *'intra-sistêmico'* – e o agricultor familiar com o futuro. Nota-se que, levando em consideração esta perspectiva, o trabalhador camponês teria sua condição de agricultor familiar forjado pela lógica economicista e estaria nas mãos do processo de desenvolvimento do capital apenas dentro das possibilidades de incluí-los.

Porém, o que se vê nos dias atuais, é que o campesinato até pela sua condição histórica, faz o processo de tensionamento da realidade econômica, política e social através das lutas sociais o que nos possibilita enxergar no horizonte outras alternativas. Não podemos ver o Campo e o campesinato apenas pela lente economicista. É a partir desses aspectos gerais que vemos uma questão problema: *como diferenciar o indiferenciável tendo em vista que um não existe sem o outro (uma unidade do diverso), apesar de aspectos que dão certa especificidade dentro dessa totalidade contraditória?* “Esse paradoxo recheado de caráter pejorativo dividiu os movimentos camponeses e criou políticas públicas fechadas dentro do espaço do capital, e, portanto, delimitada na sua lógica, como por exemplo: Banco da Terra e suas derivações, Pronaf etc.” (FERNANDES, 2005, p. 17).

Ancorado nos debates teóricos e embates políticos dos Movimentos Sociais do Campo, e nos limites e nas potencialidades da **Luta Social** no enfrentamento à racionalidade estatal e as condições objetivas materiais, a delimitação conceitual do campesinato passa a ser de fato um exercício político. Assim foi a definição de trabalhador rural e/ou agricultor e,

---

concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulamentam e fortalecem essas inter-relações”. (PLOEG, 2008, p. 39 – 40).

mais recentemente, tem sido a definição do agricultor familiar em vista a afirmar a implementação das condições de desenvolvimento interessado ao capital.

A questão fundamental considerada aqui é que o agricultor familiar é um camponês. A diferença entre estes dois sujeitos – que são um – é ideológica, construída politicamente **para que a luta do campesinato se resumisse ao espaço da diferenciação, rompendo com a perspectiva da superação.**

Na construção ideológica dos princípios do capitalismo agrário, o capital deve ser visto como amigo e não como inimigo, como explica a construção ideológica dos princípios da questão agrária. Assim, conviver com as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo é natural. Produzir o espaço camponês ou do agricultor familiar dentro da lógica do capital torna-se a única opção. Aceitar suas políticas torna-se a única saída. Não há perspectiva fora do espaço do capital e lutar contra essa lógica é ser atrasado, perdendo a oportunidade dada pelo capital em tornar-se moderno (ou agricultor familiar). (FERNANDES, 2005, p. 17, (*Grifos meus*)).

Mediante a construção ideológica somada à concepção das políticas públicas, a aceitação das propostas de desenvolvimento da agricultura capitalista torna-se normal e a regra no seio da maioria dos camponeses. Vemos que é contrassenso lutar contra estas proposições para a maioria dos trabalhadores do Campo, sobretudo para os agricultores familiares já remediados e/ou consolidados – conforme a definição que se usou anteriormente. É a partir destas questões que vemos os camponeses e agricultores familiares incorporados na reprodução da lógica do agronegócio.

Esse conceito que explicita a agricultura familiar acaba colocando em um mesmo sentido – em linhas gerais – o capitalista e o camponês. E como sabemos, esta lógica não é de propriedade do camponês, mas sim dos donos do capital. Desse modo, a produção resultante da ação interventora do camponês passa a ser contabilizado como do agronegócio e, em contrapartida, ideologicamente falando, desenvolve a concepção ilusória, que de fato, o campesinato nada produz. É visto apenas como um resquício de um passado histórico ou ainda é frequentemente visto apenas como um resíduo, constituído pelo desenvolvimento geral. Há, portanto, uma tendência de não considerar a sua pertinência no contexto histórico<sup>260</sup>.

Considerando as bases reais da produção econômica, as contradições objetivas e como estas questões adentram à superestrutura/razionalidade estatal como expressão dessa materialidade objetivas, vemos que a ‘natureza’ da política pública é correspondente à concepção dominante quando se olha para a particularidade do Campo e seu papel na

---

<sup>260</sup> Exemplo disso é em relação à produção de alimentos. Como já mencionado, mesmo sendo a maioria dos alimentos produzidos pelo campesinato, o discurso hegemônico para a implementação de novas tecnologias e o fortalecimento do agronegócio, estão calcadas na suposta resposta que esse modelo daria para a [In]Segurança Alimentar e Nutricional.

sociedade atual. Esses aspectos determinam e dão a identidade das políticas públicas para o setor.

Vemos no Brasil, que as políticas públicas correspondem ao entendimento acumulado acerca das discussões da *metamorfose do campesinato*. Esta concepção se mostrou fortemente acolhida por grandes empresários, intelectuais e demarcou as políticas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Rousseff. Este entendimento veiculado por esse ‘paradigma’, de campesinato e do papel do Campo, nas pequenas unidades de produção, tem sido a instrução oficial na concepção das políticas para a agricultura camponesa desde o início dos anos de 1990 e confirmada em momento síntese com o reconhecimento em Lei<sup>261</sup> pelo Estado brasileiro do agricultor familiar no ano de 2006.

Em contrapartida e para além do que o pensamento hegemônico empregou ao definir o camponês sempre no terreno da diferenciação a partir das diferentes condições econômicas, trabalhar com o conceito de campesinato/camponês significa lançar mão de condições explicativas que contemplam processos de construção teórico-política e leituras históricas que angariam condições que fortalecem a perspectiva da superação<sup>262</sup>. Ou seja, a resolução teórico-metodológica assenta-se no estatuto ontológico e no movimento do real resultante desse processo de tensionamento material instituído e instituinte das realidades do Campo e de seus trabalhadores. É com base neste entendimento que vemos a perspectiva do campesinato como o ponto de partida para a consolidação da Soberania Alimentar.

O conteúdo histórico, as condições explicativas e o movimento do pensamento sobre o movimento do real na lapidação do entendimento desses conceitos, de fato demonstra que é um exercício político dos mais importantes nos últimos anos, fundamentalmente no Brasil. Exemplo disso, é o fato da luta pela terra desenvolvida pelos Movimentos Sociais do Campo, a indicação de outras formas de se relacionar com a natureza, a recusa ao produtivismo e ao assalariamento, bem pautados também por esses Movimentos Sociais, e, portanto, são vistos inoportunos, fora de moda e, porque não, como sinônimo de atraso. São amplamente explorados pela mídia empresarial corporativa para desenvolver concepções negativas no imaginário social. A organização, a luta que se inscreve fora ou contrária à lógica do capital logo é vista como algo abominável e sem sentido. Este sentimento está muito presente, além

---

<sup>261</sup> Trata-se da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 onde se estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

<sup>262</sup> Com isso quer se afirmar que mesmo as políticas públicas para a agricultura familiar serem relevantes e pertinentes para a produção de alimentos, não são suficientes e, devido a tendência de fortalecimento da monocultura nas pequenas unidades de produção, constituem em estratégias que não alcançam as condições objetivas para a Soberania Alimentar.



dos donos do capital que atuam também no agronegócio, também na grande maioria dos agricultores familiares que em suas unidades, produzem *commodities*.

Contudo, *ao considerar o propósito da superação do modo de produção, bem como a implementação da Soberania Alimentar, vemos que a luta social, além de ser fator determinante deve ser a constante nos processos de transição*. Do ponto de vista do projeto societário de classe e de um outro processo civilizatório, o campesinato tem apresentado alternativas político-práticas. De acordo com Ploeg (2008, p. 43) vemos que:

A agricultura implica, acima de tudo, *criar ativamente* coisas, recursos, relações e símbolos. [...]. É no processo de trabalho e através dele que o progresso pode ser alcançado. Isto significa que *o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato*. A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. **A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro**. Nesse aspecto, a cooperação é, frequentemente, um mecanismo-chave. (*Grifos meus*).

Ploeg ao assinalar na citação que a agricultura implica, acima de tudo, criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolos, – em nota – destaca que “[...] a agricultura não deve ser apenas *analisada* como um processo de construção social (isto é, através de uma abordagem construtivista). De fato, na prática ela também é *experimentada como tal* pelos atores envolvidos” (PLOEG, 2008, p. 318).

Tomando em termos conclusivos do que o nosso caminho percorrido na análise nos permitiu elucidar, e partindo do pressuposto de que a teoria que explica o modo de produção é aquela que apreende a lei básica e fundamental que preside a reprodução desse sistema, – [bem como, formula geral e abstratamente o movimento do real explicitando o desenvolvimento de suas determinações, ou seja, as condições teóricas para compreender as mediações e as contradições por meio do qual o sistema se realiza] –, vemos que aplicado este arcabouço explicativo, há a demonstração de que o campesinato é historicamente dominado e que a sua existência e suas perspectivas, estão portanto, nos limites do espaço do capital.

Mas, é justamente por estes aspectos que não se pode aceitar tal condição como natural. E, desse modo, a contraposição ao Sistema Agroalimentar, ou ao domínio dos ‘novos impérios alimentares’ objetivados pelas grandes corporações (PLOEG) que incidem em formas e regimes alimentares (MCMICHAEL; FRIEDMANN), vem sendo realizada com significativas experiências que surgem das organizações locais ou regionais do campesinato,

adotando processos que aplicam outros valores sociais. Girardi (2016) ao prefaciar a edição brasileira da obra de McMichael (2016) destaca:

Como o próprio autor escreve, a abordagem da Questão Agrária no livro é situada no contexto histórico-mundial e examinada a partir das lentes do regime alimentar, de modo que a interpretação centra-se não somente na discussão clássica sobre o capital, mas principalmente **considera a “ecologia e os agricultores/camponeses como temas históricos; uma Questão Agrária reformulada refere-se a quem deve cultivar a terra e com que finalidade socioecológica”**. A perspectiva aqui apresentada é a da gestação, no interior da crise da agricultura industrial, de um **“novo campesinato com potencial de sustentabilidade agrícola”**, permitindo assim **maior proximidade da Soberania Alimentar** e considerando a agricultura industrial como alternativa. Com isso haveria então a possibilidade de “extrair uma lógica de reprodução de relações sociais e ecológicas”. (GIRARDI, 2016, p. 4 – 5, *(Grifos meus)*).

O conteúdo histórico e as condições objetivas que constituem os Movimentos Sociais do Campo em cada nação e a Via Campesina, é a demonstração de que estes trabalhadores (sujeitos sociais coletivos) conhecem as determinações e contradições fundamentais que materializam a exploração, a expropriação, a destruição e as possibilidades de sua recriação, bem como as ameaças e linhas limítrofes para a produção de alimentos e a materialização da Soberania Alimentar. Desse modo, o que se quer demonstrar é que as pessoas compreendam,

[...] que o que chega ao seu prato (o que, quanto e com qual qualidade) não é exatamente fruto de sua própria escolha e muito menos da escolha dos agricultores, mas sim determinado por projetos muito mais amplos que submetem países, povos, agricultores e consumidores às necessidades do processo incansável de acumulação do capital. Como esperança para o drama dos agricultores camponeses empobrecidos, daqueles seres humanos que não comem e dos que comem comida não saudável, estão as propostas da Soberania Alimentar capitaneadas pelos movimentos sociais e cuja agricultura camponesa de base agroecológica se apresenta como mais apta a fornecer resultado social e ambientalmente mais sustentáveis. (GIRARDI, 2016, p. 5).

O que se visualizou é que o campesinato desenvolve diferentes formas de resistência. O indicativo disso é que devemos levar em consideração na sua definição não apenas a sua base e forma estrutural e organizacional para a reprodução econômica, mas também, as potencialidades de resistência demonstrada ao longo da história que assentam em matrizes históricas, políticas e culturais.

2.1.3.3 O Campo do campesinato e a ressignificação a partir de sua multidimensionalidade: apontamentos para um projeto de Campo interessado aos trabalhadores

Ao analisar outros aspectos do desenvolvimento da indústria e as tendências de influenciar a agricultura, sobretudo no que diz respeito à concorrência em plena evolução dos

produtos de além-mar e os domínios da concorrência dos gêneros alimentícios, Kaustsky (Questão Agrária – 1898) destaca que a crise agrária (como as crises gerais) é, resultante do *próprio processo de reprodução do sistema*, e o coloca em constante pressão. Destacando que a superfície da terra é limitada e que o modo de produção capitalista se estende com muita rapidez, o processo concorrencial se inscreve ruinoso<sup>263</sup>. A regressão da produção de cereais, por exemplo, e o aumento do operariado que precisa de alimentação, é um dos elementos que confirma e expressa essa crise e tensão constante.

[...]. Enquanto isso, a parte dos gêneros alimentícios que as massas recebem vai decrescendo sem parar. A crise agrária, pois, só poderá desfechar numa crise de toda a sociedade capitalista. Que se abrevie ou se distenda esse termo, **o certo é que a crise agrária não pode mais resolver-se nos quadros da sociedade capitalista**. Se os entraves do regime dominante, até agora, apenas prejudiciais à agricultura do ocidente europeu, já começam a transferir-se para os seus concorrentes dos Estados Unidos, da Rússia, etc., isto não prova em absoluto que a crise agrária se aproxime do seu fim. Ao contrário, prova que alarga o seu círculo de influência. Há vinte anos, os economistas otimistas, sobretudo os liberais, nos profetizam o próximo fim da crise agrária. Há vinte anos, contudo, ela se agrava e amplifica. Não devemos ver no fato um fenômeno passageiro, mas um fenômeno constante, que revoluciona toda a vida econômica e política. (KAUTSKY, 1980, p. 270 – 271, (*Grifos meus*)).

O modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso momento histórico, atinge de forma letal a vida e vem comprometendo as condições objetivas de reprodução das espécies animais e vegetais, e estes aspectos são preocupantes se considerarmos a longo prazo e/ou futuro da sociedade. De forma contundente e contínua o Campo é violentado/vitimado. Ou seja, as florestas, a água, o alimento, os povos/trabalhadores e os territórios que são ocupados e que reproduzem a vida em suas diferentes dimensões. Analisar o campesinato hoje, seu papel na construção de uma outra sociedade é tarefa urgente e inadiável<sup>264</sup>. É a demonstração da retomada de vários debates pertinentes que não se colocavam na agenda até há pouco tempo por diversos motivos. O contexto traz de volta antigas lutas, como a luta pela terra – desenvolvida pelos camponeses Sem Terra e com pouca terra, indígenas e quilombolas – bem como outras questões de grande relevância envolvendo a sociedade e as condições materiais

---

<sup>263</sup> Importante indicação que ajuda a elucidar e embasar a pertinência desta discussão (neste item) é dado por Hobsbawm (2011, p. 22 – 23) quando destaca que “[...] vários aspectos centrais da análise de Marx continuam válidos e relevantes. O primeiro, obviamente, é a análise da irreversível dinâmica global do desenvolvimento econômico capitalista e de sua capacidade de destruir tudo quanto se antepusesse a ele, até mesmo aqueles elementos do legado do passado humano do qual ele próprio se beneficiaria, como as estruturas familiares. O segundo é a análise do mecanismo de crescimento capitalista, pela geração de ‘contradições’ internas – surtos infundáveis de tensões e soluções temporárias, o crescimento levando a crises e mudanças, tudo produzindo concentração econômica numa economia cada vez mais globalizada”.

<sup>264</sup> De acordo com Hobsbawm (2011, p. 23) “Mao sonhou com uma sociedade renovada constantemente pela revolução permanente; o capitalismo realizou esse projeto com a mudança histórica, mediante o que Schumpeter, seguindo Marx, chamou de ‘destruição criadora’ permanente”.

para a sua existência que, se não enfrentadas, põem em risco as formas de vida do nosso planeta.

[...]. Falar do rural [...] hoje é bem mais do que defender a reformulação democrática da estrutura fundiária ou mesmo o desejo de um controle mais efetivo sobre a produção e distribuição de alimentos. Os riscos ambientais cotidianamente denunciados pela imprensa impõem também que a sociedade tenha em mãos informações mais substanciais sobre os fenômenos relativos à preservação da natureza. (MOTTA, 2005a, p. 10).

O ponto nodal para esta discussão está na centralidade das questões que devemos responder: *o que medimos e/ou levamos em consideração para definir ou não a importância do Campo num projeto societário e de classe? Que coisas e produtos são produzidos e com qual qualidade se produz? O que a sociedade – e não apenas a racionalidade econômica e de mercado – espera que o Campo produza? Que conhecimentos e tecnologias faz-se necessários para esse processo?*<sup>265</sup>

No decorrer da história, fundamentalmente até o processo de industrialização a partir do fim do século XVIII, o conjunto de sentidos que abarcava o Campo poderia ser resumido na questão fundante do processo de desenvolvimento econômico. A partir da industrialização do mundo, o Campo passa a corresponder fundamentalmente por aspectos econômicos, mas também por necessidade histórica – como as apontadas anteriormente – por outras dimensões da natureza, da vida em sociedade, da vida humana, do sentido do trabalho, etc.. Estas dimensões só podem ser alcançadas e lapidadas se resignificarmos o olhar e o sentido que se dá para o Campo de maneira geral. É neste sentido, que o Campo e o campesinato podem corresponder com uma tarefa histórica no sentido de garantir as condições de sobrevivência dos homens, da natureza e da biodiversidade e contribuir para a composição de uma outra sociedade constituída e constituinte de novas relações de produção e de garantia material da existência humana<sup>266</sup>.

A necessidade histórica do modo de produção vigente tem levado ao processo de degradação e destruição das bases materiais que garantem a sua reprodução. Subalternizadas à lógica e ao tensionamento das contradições e mediações fundamentais para/na reprodução do sistema, as contradições e mediações secundárias são saturadas, e por esta razão, realocadas e

<sup>265</sup> Estas questões serão melhor compreendidas e, em grande medida respondidas, também nas análises e reflexões que comporão o último Capítulo quando discutirmos a Agroecologia e a Formação Humana como ‘mediações práticas’ e, portanto, estratégicas para a Soberania Alimentar.

<sup>266</sup> Estes aspectos e esta tarefa, serão trabalhados de forma mais completa em itens posteriores, sobretudo ao discutir alguns ‘fundamentos ontológicos e filosóficos e Soberania Alimentar’ no item (2.5) que devem embasar essa possibilidade objetiva e a inserção do campesinato nesse processo.

transformadas, e assim apontam e se apresentam como potencialidades de superação das investidas destruidoras do capital.

Um terceiro desdobramento é negativo. Como a expansão espetacular da economia global ameaçou o meio ambiente, tornou-se urgente a necessidade de controlar o crescimento econômico desenfreado. Há um óbvio conflito entre a necessidade de reverter ou de pelo menos controlar o impacto de nossa economia sobre a biosfera e os imperativos de um mercado capitalista: crescimento máximo e contínuo na busca do lucro. Esse é o calcanhar de Aquiles do capitalismo. Não podemos, no presente, prever de onde partirá a flecha que lhe será fatal (HOBSBAWM, 2011, p. 21).

Embora a racionalidade hegemônica encare esses elementos apenas como conteúdo político e ideológico, várias questões se tornam fundamentais para se pensar o momento histórico atual e ganham conteúdo histórico relevante no embasamento de uma outra sociedade possível e necessária. Considerando o Campo vemos questões como: a biodiversidade, a agroecologia, a potencialização do trabalho vivo, a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável e diversificado, a Soberania Alimentar, etc. presentes no anúncio dos elementos fundamentais para a sobrevivência das futuras gerações. O processo de esgotamento e destruição das matrizes que garantem as possibilidades de qualquer sistema se reproduzir, em sua dinâmica, faz com que haja o aparecimento dessas necessidades objetivas de reparação e superação<sup>267</sup>. Como bem apontou Marx (2008, p. 570) “[...]. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. [...]”.

Estes aspectos apontados, tem impulsionado um conjunto de discussões e ações por parte da sociedade. Em grande parte, coloca em questão o culto à máscara e a objetivação da manutenção do *status quo* do sistema, mas há também, consistentes debates que elevam de patamar as potencialidades objetivas transformadoras. Objetivamente, se alinharmos a tríade campo-campesinato-produto e cotejarmos com o processo economicista de financeirização, mercadoria, emprego, número de pessoas que vivem nesse espaço, etc., com os quais operam a racionalidade tecnocrata, política e econômica, vemos que o Campo tem pouca expressão. Este Campo não agroexportador não entra na conta ou, praticamente não é visto como parte do sistema geral, ou simplesmente, pertinente na totalidade.

É contrapondo a esses elementos que compõem à lógica hegemônica que Ploeg defende – ao discutir “uma gama ampla de equilíbrios interativos” que ocorrem numa unidade

---

<sup>267</sup> Os elementos fundamentais (ontológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos) para esta defesa serão melhor abordados em diferentes momentos desta tese, mas, sobretudo, no último item deste capítulo – já referenciado na nota anterior –, e nas discussões acerca da Agroecologia e Formação Humana Emancipadora.

camponesa – que para entender o processo de desenvolvimento no Campo, sob esta perspectiva, inscreve-se insuficiente, se aplicados apenas as leis gerais do desenvolvimento econômico. De acordo com o autor vemos que:

[...] o desenvolvimento agrícola não pode ser compreendido como o desdobramento mais ou menos perfeito das leis fixas que supostamente devem governar a natureza e a economia. Em vez disso, é o resultado de interações e transformações contínuas que criam repetidas vezes novas constelações, cada uma com suas próprias regularidades e potenciais (...). (PLOEG, 2016, p. 61).

**É uma parte que pulsa quase que por conta própria nos limites da pressão do que é hegemônico e nas possibilidades de expansão das linhas limítrofes advindas de sua base vigorosa em constante transformação<sup>268</sup>. É neste lugar, por exemplo que vemos a produção de grande parcela da alimentação de boa qualidade, de nutrição desejável e gosto inquestionavelmente primoroso. Contribui significativamente com a base do que somos. É oportunamente ofertado todos os dias, diversos produtos que consumimos, do qual faz parte, o mais importante que é o alimento. Tendo em vista **a lei primeira para o ser humano viver e se reproduzir, que é comer, beber, se vestir e ter um teto (Marx, 2008), milhões de famílias dependem do Campo, dos trabalhadores do Campo e, sobretudo de um Campo que possa materializar a partir dos valores fundamentais que orientem a ação interventora do homem em relação à natureza, uma forma honesta e legítima de reproduzir a vida.****

Em grande parte, as ‘dores sociais’ e os vários tipos de violência são resultados da destruição do Campo em suas dimensões fundamentais. Não há como ter uma sociedade substancialmente democrática, ou um país democrático, e não há como um governo fazer a gestão de uma nação se o Campo não for revitalizado e recampesinado como lugar de reprodução da vida, como local para acolher o trabalhador. Em seu tempo Josué de Castro alertava para estas questões.

[...]. É pela falta de amparo à economia agrícola que se desloca anualmente enorme massa humana do campo para as cidades, vindo a supersaturar a vida urbana, criando graves embaraços aos problemas de abastecimento e onerando terrivelmente o erário público com serviços assistenciais cujo custo desfalca necessariamente uma grande parcela de recursos que seriam mais bem aplicados numa política de produção agrária.

<sup>268</sup> De acordo com Ploeg (2016, p. 22) “A agricultura camponesa integra o capitalismo, mas de maneira conflituosa. Gera interstícios e atritos. É o berço da resistência que produz alternativas que atuam como crítica permanente aos padrões dominantes. Chegam aonde as fazendas capitalistas não chegam. A agricultura camponesa é ‘anaeróbica’ (Paz, 2006); é capaz de sobreviver sem o oxigênio do lucro tão necessário à agricultura corporativa. Fazer parte do capitalismo também gera desequilíbrios. E através dos diversos ajustes, muitas das principais contradições se reproduzem na propriedade camponesa. Consequentemente, também a lutas dentro da família camponesa, assim como no campesinato como um todo”.

O que alguns sociólogos chamam de “cidades inchadas” [...] marginais improdutivos, oriundos do interior, são uma demonstração evidente de que, longe de se atenuar, se vai agravando no Brasil nos últimos tempos o desequilíbrio entre cidade e campo (CASTRO, 2008, p. 282).

Ploeg traz a discussão da ‘**recampesinização**’ como um movimento necessário e que se nota imbricado com as contradições materiais e sociais no processo de reprodução do capital no Campo. De acordo com o autor:

Em essência, a recampesinização é uma expressão moderna para a *luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência*. A condição camponesa não é, definitivamente estática. Ela representa uma linha através do tempo, com movimentos ascendentes e descendentes. Isto é, assim como a agricultura capitalista está continuamente evoluindo (expandindo-se e ao mesmo tempo mudando no sentido qualitativo, ou seja, através de uma maior industrialização dos processos de produção e de trabalho), também a agricultura camponesa está mudando. Uma de suas muitas mudanças é a *recampesinização*. A recampesinização implica um movimento duplo. Em primeiro lugar, ela implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta através de um influxo exterior e/ou através da reconversão, por exemplo, de agricultores empresariais em camponeses. Além disso, a recampesinização implica uma mudança qualitativa: a autonomia é aumentada, ao mesmo tempo que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais dos mercados. [...] a recampesinização ocorre tanto na Europa como em países do Terceiro Mundo. (PLOEG, 2008, p. 23). [<sup>269</sup>]

Para além de seu potencial econômico, o Campo/o campesinato produz e cultiva valores, e por essa razão, presta valiosas contribuições de preservação ambiental, assim como pode oferecer e ampliar os serviços ambientais, tais como: água saudável, alimento saudável, clima amável, paisagens belas, diversidade ideológica, valores culturais e modos de vida. *Estas dimensões aqui destacadas estão afastadas do projeto de Campo que tem sido implantado ultimamente alavancado pelas relações do capital*. O Campo como base material para o campesinato, conforme discutimos, só pode acontecer quando a relação com a natureza se dá com igual responsabilidade por ela, uma coexistência com ela. Os camponeses dependem que a natureza esteja bem e que o conhecimento e as tecnologias estejam de acordo com essa relação amável e de coevolução. Mas estes aspectos devem ser compreendidos, defendidos por todos e, sobretudo, estar no projeto de toda a sociedade.

É perceptível, portanto, que de modo geral estamos a tratar de ‘outro’ Campo que se faz necessário. O Campo na visão dos governos, dos tecnocratas dos donos do capital é cálculo econômico ‘puro’ e simplesmente, ou seja, produzir, exportar/vender<sup>270</sup>.

<sup>269</sup> Elementos acerca da recampesinização aparecerão também no APÊNDICE C, ao discutirmos algumas questões, trazidas por Ploeg, que vem ocorrendo na Europa quando se trata da questão do provimento da alimentação.

<sup>270</sup> A contraposição acerca desta perspectiva hegemônica será melhor desenvolvida ao discutirmos a Agroecologia, fundamentalmente no item ‘Questões ontológicas relacionadas ao valor e a necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: ‘Quantun’ e ‘Valores’ ressignificados’.

[...]. Devemos entretanto não exagerar este custo, não tender demasiado ao exclusivismo porque a realidade social não se cinge apenas no economismo puro, mas sim na expressão econômico-social de um povo. A solução ao dilema não está no atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes. Todas as tentativas de exigir de qualquer coletividade um custo de progresso acima do tolerável acarretam ressentimentos e tensões sociais ameaçadoras. (CASTRO, 2008, p. 283).

O Campo como matriz produtiva de um conjunto de valores e de frutos que elevem a condição humana está para ser construído, mas isto só será possível se a sociedade (considerando como totalidade) como um todo compreender a pertinência do Campo nessa estratégia. O que vemos é que nas tentativas de resolução dos grandes problemas da sociedade atual, como por exemplo, a pobreza, a fome, a violência, o desemprego – para citar apenas alguns – que nos apresentam os planejadores e tecnocratas não aparece objetivamente o Campo – sobretudo nos países em desenvolvimento como o caso do Brasil – como espaço/território e como possibilidade de implantação de políticas substanciais – ou das grandes políticas – para contribuir na resolução desses problemas.

Estamos vivenciando uma crise moral, ambiental e demográfica, e que aparentemente não há regresso, se não houver uma transformação profunda na sociedade e, perante estas crises citadas, inserir o Campo na elaboração e como parte das estratégias para a superação destas questões. Isto é redimensionar a sua função, mas sobretudo, dar-lhe o lugar estratégico que parece ser relevante para o futuro da sociedade. Tem que ser colocado na pauta – em vista a transformação – e perguntar: *a longo prazo o que o Campo pode oferecer?*

As discussões acumuladas pelo campesinato apontam para essas questões. Buscam compreender o Campo partindo da sua unidimensionalidade – muito bem aproveitado pelo pensamento e projeto político hegemônico – tendo em vista contemplar a sua multidimensionalidade que deve ser potencializada. Há uma necessidade histórica: o reconhecimento do verdadeiro valor do Campo e posteriormente a valorização dessas potencialidades como estratégias de desenvolvimento social e humano.

Alguns problemas já são denunciados e apontados em vista a sua superação. O Campo é lugar de dignidade humana, desde que potencializado para tal. Campo e cidade são “faces da mesma moeda”, mas não podemos continuar subestimando o Campo para supervalorizar o urbano, e, por conseguinte, não podemos continuar destruindo o Campo para dar sustentação a uma ‘pseudo’ construção da cidade e do meio urbano, já que esta não é lugar de todos que “moram” na cidade<sup>271</sup>. A ideologia dominante conseguiu passar a ideia de que a cidade é um

---

<sup>271</sup> Marschner discute o rural e a “construção histórica de um espaço subalterno” e destaca que o caráter de subalternidade que a sociedade ocidental atribuiu ao mundo rural é fruto de um imaginário historicamente



espaço de propriedade de seus habitantes, mas como sabemos, a cidade tem sido apenas o espaço de reprodução do capital estando o território e as pessoas à disposição desse processo.

O Campo do campesinato, da produção de alimentos para todos, se constituirá após o reconhecimento da multidimensionalidade e/ou multissetorialidade do Campo. Diferentemente da unidimensionalidade defendida – quase sempre – quando se fala com um político ou tecnocrata sobre valorização do Campo, em regra este já se manifesta e pensa o Campo a partir do setor agropecuário, um setor da economia, um valor econômico. O Campo para o campesinato há de ser um Campo para uma multifuncionalidade, onde o âmbito cultural, político, ambiental, social deem o sentido de ocupação desse espaço na territorialização das políticas públicas, na ação interventora dos trabalhadores campestres. O conhecimento daí constituído deve contemplar todas estas dimensões e não apenas a economia. O Campo é o espaço de efetivação simultânea dessas dimensões e não apenas lugar de produção de lucro, de mais-valia. É espaço de realização do Ser histórico-social e não apenas do ser trabalhador que modifica a natureza obedecendo forças estranhas, externas e antagônicas a seus interesses de classe.

Em que se aposta ao colocar estas questões acerca do Campo nos tempos atuais? Obviamente que em um novo projeto de sociedade. Mas, em que se aposta nesse Campo? Nas suas potencialidades. A energia saudável e as condições objetivas que pode ressignificar o Campo, redimensioná-lo, estão nas comunidades agrárias, nos coletivos e grupos sociais, no campesinato que se organiza para lutar através dos Movimentos e Organizações Sociais de base popular.

Como está o tecido social no Campo? Em que economia deve se apostar? Mais uma vez, se perguntarmos à um tecnocrata este vai dizer que a economia do Campo é eficiente, vai muito bem pois demonstra eficiência econômica: grande quantidade na produção, influência na balança comercial de vários países, produção rápida, produção barata, corresponde à lógica do mercado e a produção se materializa idêntica em produtos iguais. Aqui é o cálculo racional e a tradução do entendimento do economista tradicional<sup>272</sup>.

---

construídos pelas leis objetivas de desenvolvimento e pelas perspectivas analíticas. Calcada nas contribuições de Maria Isaura de Queirós (1979) – que utiliza algumas teses de Max Weber –, Marschner afirma que a distinção entre urbano e rural são resultantes da construção histórica, portanto, “produtos das mentalidades sociais” baseadas em certos modelos de organização. “Em uma sociedade indígena essa distinção urbano-rural seria sem sentido, enquanto que para um membro de uma sociedade agrária a cidade seria entendida como um mero polo administrativo a serviço das comunidades rurais. Assim uma sociedade que se urbanizou entende as suas cidades como autônomas observando o rural como seu subalterno. São, para a autora, tipificações ideais no sentido weberiano. O contraste cidade e campo é uma reificação”. (MARSCHNER, 2011, p. 43).

<sup>272</sup> Como bem destacou Chayanov (2014, p. 102 – 103) “Sabemos que a chave da vida econômica na sociedade capitalista consiste na fórmula seguinte utilizada para calcular as possibilidades de lucro: uma empresa é considerada lucrativa se o seu rendimento bruto, (Rb), deduzidas as despesas em capital circulante (custos

Por outro lado, se pensarmos sobre a lógica do ‘novo’ campesinato vários aspectos devem ser considerados ao contrário: produção lenta e alinhada ao metabolismo natural, à biodiversidade, diversificação na produção, quase sempre um produto com um ‘preço’ mais alto – quando se trata do alimento, por exemplo –, centrado no valor de uso. O fruto do trabalho do campesinato tem essa centralidade no valor de uso, tendo em vista que estes primeiramente correspondem à sua reprodução, e o excedente que ao entrar no processo de circulação capitalista se torna mercadoria, tem também o objetivo de corresponder às demandas de produtos que esses trabalhadores não obtêm em sua unidade de produção, mas que fundamentalmente são adquiridos para o uso e garantir a sua reprodução, e, por vezes, para ampliar capital.

O que vemos é que há diferença no cálculo – na fórmula e critérios de cálculo –, utilizado entre os empresários e os camponeses. Não é possível e nem seria coerente calcular uma economia do Campo como se calcula a economia de uma empresa. É mais fácil fazer o cálculo econômico da produção capitalista do que da produção camponesa. Esta última nem sempre pode ser aferida em números e valores devido a sua multidimensionalidade e seus fins. A lógica estruturada para o cálculo econômico pouco vai adiante da questão do lucro<sup>273</sup>. *O indicativo que se tem, sobretudo a partir das elaborações teóricas e pautas políticas, é que se torna fator relevante apostar no campesinato e em outra forma de ocupação do Campo. É importante para o futuro das nações ou para um projeto societário de superação do modo hegemônico.*

No estágio de desenvolvimento atual, do modo de produção com suas contradições, do poder político capitalizado pelo Estado Nacional Moderno, um novo projeto de país, de sociedade tem a ver com profundas transformações na infraestrutura e na superestrutura. Portanto, tem a ver com o Estado, com governos e com um compromisso político. A que se compromete um governo? Considerando o tema aqui em debate, necessariamente devemos levar em consideração que a base real é que deve ser transformada. Não é um projeto do campesinato que deve ser implantado por um governo, mas fundamentalmente o que espera um país, a sociedade de um projeto onde o Campo e o campesinato possam ser fundamentais com o trabalho, sua lógica de produção e de relação com a natureza.

---

materiais anuais, (Cm), e salários (S)), constitui uma soma igual ou superior ao total do capital constante e circulante da empresa, afetado (Ca) afetado de um juro calculado segundo a taxa em vigor no país e na época considerados, (j): [...].”

<sup>273</sup> Estes aspectos – presentes no parágrafo anterior e no presente – serão trabalhados de maneira mais rigorosa em item posterior que visa debater uma “economia política do campesinato”.

Os problemas do Campo só se resolverão pelas pessoas do Campo e da cidade – da sociedade em geral – e não apenas por detentores de cargos políticos e de governos apesar de serem peças importantes. Não há como pensar o Campo como uma ilha, algo separado, residual, nem pelos camponeses e nem pelos cidadãos. Só uma visão geral, constituída a partir da leitura de totalidade deverá pautar e pontuar as potencialidades do Campo para um novo projeto de sociedade.

## 2.2 Os sentidos do trabalho no Campo: princípios e fins do trabalho no agronegócio e na unidade camponesa

Vários elementos que definem estas questões que se tem a intencionalidade de aqui abordar já se inserem nas discussões desenvolvidas anteriormente. No entanto, sendo o trabalho uma categoria explicativa fundante para compreendermos a relação do homem com a natureza e com os outros homens, e considerando as dimensões utópica, prático-material da Soberania Alimentar, alguns elementos que definem o sentido do trabalho no Campo devem ser retomados.

O ponto fundamental para a discussão destes aspectos está na possibilidade de responder algumas questões centrais: *o que caracteriza o trabalho de um camponês? Qual o sentido primordial para o trabalho se levarmos em consideração as diferentes perspectivas de desenvolvimento anteriormente abordadas? A que e a quem serve o fruto do trabalho do camponês? Ou ainda, tendo em perspectiva o processo de transformação, a que e a quem deve servir o fruto do trabalho do camponês?*<sup>274</sup>

Mesmo considerando o processo de dominação do Campo e do campesinato, vale destacar que buscar respostas a estes questionamentos é trazer presente as indicações advindas das contradições materiais que se manifestam no Campo e que não passam despercebidas pelos camponeses que conseguem fazer uma leitura coerente desse processo e inserir na pauta da luta social e das proposições que visam a transformação da sociedade.

[...]. A luta pela terra faz com que a sociedade seja literalmente reinventada, recriando o rural e resgatando “dimensões esquecidas”. Nela o campo ressurgue como um espaço emancipatório, como território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, **ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação, à saúde, à organização da produção, pela soberania alimentar, pela preservação das águas**, entre outros. A

<sup>274</sup> Registro que estas questões não são novas perguntas/problemas da tese. São provocações que precisam ser levadas em consideração por trabalharmos a ‘Categoria Central do Trabalho’ em sua capacidade explicativa – ‘*mediação de primeira ordem*’ – e como ‘Princípio Educativo’. As discussões acerca da Soberania Alimentar, Agroecologia e Formação Humana – no Capítulo IV – ajudarão a assentar essas indagações.

redescoberta se vincula em parte à crescente consciência das populações camponesas a respeito de sua identidade, seus direitos, e seu papel na sociedade. (MARSCHNER, 2011, p. 42, (*Grifos meus*)).

Como verificamos nos paradigmas explicativos a partir do conjunto de categorizações para o trabalhador do Campo, vemos que como grupo social este atua em diferentes relações de trabalho. Ou seja, a identidade do mundo do trabalho se dá a partir do funcionamento da lógica de reprodução do capital no Campo. Se considerarmos as relações de trabalho capitalistas onde o camponês vende sua força de trabalho através de um determinado tempo em troca de salário, obviamente que o regime dessa relação o coloca nas condições de qualquer outro trabalhador que tem sua força de trabalho como mercadoria à disposição para colocar no mercado. Hegemonicamente esse tipo de relação trabalhista tem ocorrido intensivamente na produção em grande escala, nas matrizes produtivas do agronegócio, e desta forma, a expropriação do trabalho se dá através da mais-valia absoluta e relativa.

O sentido primordial para esse trabalho é a produção de *commodities*, a separação e a alienação do fruto do seu trabalho se ‘dá’ automaticamente, análogo ao operário que vende sua força de trabalho numa fábrica. A grande propriedade explora trabalho alheio e tem essa prática como um dos pilares fundantes. Também como já mencionado, muitos pequenos produtores utilizam a sua unidade de produção apenas para produzir algum tipo de mercadoria demandada pelo mercado, sendo este trabalhador familiar inserido na cadeia produtiva orientada pelo capital. Em sua maior parte, o trabalho é desenvolvido pelos membros familiares, mas em alguns casos, há também a contratação de força de trabalho de terceiros. Desse conjunto de determinantes objetivos advém a concepção que orienta a sua ação na produção.

Parcela substancial do campesinato, na sua diversidade, ainda possui como referência política e ideológica, pelas mais diversas razões, os valores que constituem a empresa capitalista, sua concepção de mundo é marcada pela contradição entre afirmar a sua especificidade camponesa ou se compreender e comportar como fração em construção da pequena burguesia agrária. (CARVALHO, 2014, p. 18 – 19).

Esta condição não interessa ao campesinato enquanto integrante da classe trabalhadora tendo em vista que a ‘descaracteriza como ser social’ que, em princípio na definição de sua identidade o coloca no desafio de uma relação mais estreita e respeitosa com a natureza na possibilidade do cultivo de produtos alimentares qualitativamente superiores.

Como vemos, há no Campo o trabalho desenvolvido pelo campesinato nas suas diferentes formas e em diferentes territórios. O ponto de partida para a compreensão do sentido do trabalho nestas unidades de produção é sem dúvida a presença substancial do

trabalho vivo necessário, tendo em vista o fruto que desse processo advém. **Pensando nas possibilidades de materialização de todas as dimensões que compõem a Soberania Alimentar, sem sombra de dúvidas é o que mais se aproxima do conteúdo substancial e com o que traz a carga semântica dessa categoria oriunda e lapidada das contradições objetivas do modo de produção e da luta de classes.**

O processo de produção e reprodução da existência do campesinato se constitui para além das relações de trabalho, incluindo outras relações ambientais e processos naturais como é o caso da relação com a terra. A partir dessa atividade se elaboram conhecimentos, saberes e tecnologias – biotecnologias – que o inserem numa totalidade, mas que demarcam um conjunto de procedimentos que o diferenciam como ser social. Há, portanto, uma relação imbricada entre o saber e o fazer – que pelas diferentes dimensões envolvidas – não realiza apenas a produção, mas apreende e também desenvolve um conjunto de significados que compõem um mundo de relações de sentido, uma ‘totalidade simbólica’, conforme o entendimento de Lewis Strauss, que não há uma natureza em si, mas, fundamentalmente uma natureza apreendida cognitivamente e simbolicamente nesse processo relacional (MARSCHNER, 2011). O processo de intervenção-observação-intervenção que o camponês desenvolve em relação à natureza lhe apraz um sistema de significados e, portanto, um sistema cognitivo que ao apreender o movimento e lógica do real (da natureza) adquire as condições para a constante adaptação ao meio e o conhecimento daquilo que se torna viável modificar, preservar na busca de alternativas e respostas correspondentes às demandas sociais e naturais.

[...]. Ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz, categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja um processo espiritual. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 15, apud MARSCHNER, 2011, p. 47).

O Campo de modo geral, expressa um complexo de relações que nos indicam algumas possibilidades de redefinição em sentido no seio da ação interventora da classe trabalhadora e nas condições objetivas de sua inserção. Instigado por essas questões de grande magnitude e pertinente à existência humana de modo geral, e considerando a ‘pluridimensionalidade’ que abarca o trabalho no Campo hoje e as influências recebidas pelas determinações do capital, faz-se necessário pensar, “de forma articulada, a dimensão do trabalho a partir da regulação entre a forma-social e o espaço-tempo em que a atividade de trabalho acontece” (COSTA, 2010, p. 72).

A agricultura camponesa tem como orientação um modelo de agricultura que valoriza as relações entre as pessoas e respeita as comunidades e o meio ambiente. É capaz de produzir alimento e energia manejando os recursos naturais de forma racional e ecológica, sem degradação e contaminação. É um projeto que garante alimento saudável e faz da energia renovável produzida pelos próprios camponeses um elemento estruturante para promover um outro projeto de desenvolvimento. Um projeto que aproveite as potencialidades locais e que seja capaz de fazer do campo e das comunidades um espaço de vivência, de organização social, política e de produção, verdadeiras trincheiras na luta por uma sociedade justa e igualitária sem exploração. (ICPJ, 2008, p. 19).

A força de trabalho utilizada nas unidades de produção camponesa ganha contornos específicos por algumas práticas diferentes e por vezes complementares entre si. Nesta condição material, que em certa medida o trabalhador detém o meio de produção, a força de trabalho, alguns instrumentos de trabalho, vemos que o sentido do trabalho tem sido determinado fundamentalmente pela necessidade de reprodução.

Neste sentido, o camponês é tensionado por correlação de forças combinadas e por vezes conflituosas entre a demanda interna de sua unidade de produção e a demanda externa direcionada pelo mercado. Estes aspectos lhe dão o conteúdo organizacional e o direcionamento de sua ação na produção, cotejando, os princípios potenciais de liberdade e de determinação. É verificável estas questões, tendo em vista que para ser possível a reprodução, o camponês pode produzir para a subsistência e o excedente colocar na circulação para obter produtos que não consegue produzir em sua unidade de produção. Isto demonstra que, mesmo a produção colocada no mercado não tem por objetivo a acumulação ou em transformar em valor de troca, mas visa a obtenção de outros produtos que lhe servirão também de valores de uso.

É com base nessas possibilidades reais que vemos as diferentes formas de ocupação material dessas unidades de produção camponesas. Muitos camponeses tentam garantir a produção de um maior número de produtos para a sua subsistência. São propriedades que buscam produzir de forma diversificada. Outros adentram mais profundamente na lógica de produção de *commodities* e buscam a partir da venda desses produtos os demais que garantam a sua subsistência.

Esse caldo de experiências e discussões é que tem sido a base para a luta social do campesinato e a definição de estratégias para demarcar perante a sociedade a identidade e as razões de seu lugar na história futura.

Isso permite supor que os elementos básicos teórico-práticos para a refundação das suas concepções de mundo já se plasmam no cotidiano das suas pretensões de maneira a superar, ao menos no nível das ideias, a situação subalterna que os caracteriza como 'povos sem destino' por uma proposta de se afirmarem como sujeitos sociais com intencionalidade de se tornarem um modo de produção

diferente e não subordinado ao dominante. Modo este que responda não apenas à democratização da posse e uso das terras e à proposição de um modelo de produção (por exemplo, o agroecológico), e que seja capaz de dar conta da oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas para atender à demanda social [...] e para a exportação. (CARVALHO, 2014, p. 19).

Objetivamente, considerando a materialidade em contradição, o sentido da ação interventora do campesinato – no atual momento histórico –, é composto por um tensionamento que engloba **resistência** e **ressignificação**. O ponto central está, sobretudo, nos objetivos implícitos dessas mediações com a natureza, através do trabalho que visa contribuir materialmente com mudanças nas bases reais, sendo, ao mesmo tempo, dialeticamente dependente dessas transformações politicamente mediadas.

Estes aspectos ganham mais sentido, tendo em vista que se toma como pressuposto o caráter ineliminável da atividade sensível do homem no seu fazer cotidiano sujeito a um conjunto de relações, que dependendo das mediações circundantes e pontes para o exercício da produção, amparam o conhecimento de natureza desvendável das artimanhas que estão na composição do modo de produção. Levando em consideração dimensões, ontológicas, filosóficas, políticas e epistemológicas a concretude e a ideação que compõem a Soberania Alimentar definem o verdadeiro sentido para a ação humana e de ser social do campesinato.

### 2.3 Limites e possibilidades de uma economia política do campesinato<sup>275</sup> e as determinações sistêmicas sobre a sua ação interventora

O presente item busca identificar fundamentalmente os limites que encerram na atuação e nas condições socioeconômicas do campesinato sob o modo de produção capitalista. Deste modo, inclui a questão da produção de alimentos. Além disso, busca fazer uma análise que possa corresponder a determinados requisitos que se possam aplicar aos grupos diferenciados. Da mesma forma, busca constituir um entendimento que supere o dualismo e a dicotomia presente em análises que separam os elementos socioeconômicos dos elementos agronômicos quando buscam compreender o campesinato.

Contudo, – [devido assentar-se basicamente na perspectiva das teorias da modernização] – ganha centralidade a tentativa de demonstrar que as condições objetivas para a produção de alimentos pelo campesinato são fortemente limitadas – mesmo considerando a

---

<sup>275</sup> Estudo detalhado e pertinente acerca do tema foi desenvolvido pelo professor Armando Bartra – citado e devidamente referenciado – ao qual recorro, juntamente com outros autores, para suporte das reflexões que compõem este item.

sua dinamicidade<sup>276</sup> –, ao considerar as forças repressoras e as determinações objetivas sob a égide capitalista<sup>277</sup>.

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2008, p. 57).

Partamos do pressuposto – já mencionado implicitamente nos itens anteriores – de que no capitalismo todo produto que é lançado no mercado assume necessariamente a “forma de mercadoria capitalista independentemente do processo específico de produção que lhe deu origem” (BARTRA, 2015, p. 4) e consideremos a atuação do capital em escala global, que de maneira substancial dá a identidade do processo de ocupação também dos instrumentos e meios de produção, como por exemplo as ferramentas e a terra.

Vemos que o rendimento oriundo do ciclo produtivo que é utilizado para consumo do trabalhador camponês, inscreve-se como parte integrante do capital variável, e outra parte, mesmo não sendo transformado na ‘forma dinheiro’, materializa-se em espécie de ‘salário’, pois entra no cômputo dos gastos e dos custos de produção. Se quisermos compreender a totalidade concreta na singularidade do processo produtivo do campesinato, estas múltiplas determinações devem ser consideradas.

As expropriações contemporâneas expressam, a meu juízo, a base social fundamental para a expansão da relação capital-trabalho na atualidade, da mesma forma como foram o fulcro social para a expansão original do capital. As atuais expropriações incidem não mais unicamente sobre a terra e sobre instrumentos diretos de trabalho, mas sobre todo e qualquer freio socialmente imposto à plena disponibilização dos trabalhadores para o mercado. Como exemplo, **se multiplicaram as supressões de direitos laborais; exacerbou-se, celeremente, a conversão do que até então se constituiu como “natureza comum” em propriedade, seja de maneira direta, como as águas doces e salgadas, seja de maneira indireta, como a capacidade de reprodução biológica dos principais produtos agrícolas alimentares através de sementes transgênicas (trigo, milho e arroz, dentre outras). Finalmente, as expropriações contemporâneas incidem, doravante, sobre a própria composição orgânica do ser humano, por meio do patenteamento de elementos biológicos humanos.** Tais expropriações

<sup>276</sup> Como destaca Ploeg (2008, p. 39) “[...] os conceitos novos devem ir além da simplicidade dos esquemas tipo ‘preto-e-branco’. Eles precisam incluir graus, nuances, heterogeneidades e especificidades diferentes. Ademais, uma vez que o campesinato e o modo camponês de fazer agricultura representam, acima de tudo, processos dinâmicos que se desenvolvem ao longo do tempo – em muitas direções diferentes, e, por vezes, diametralmente opostas – esses conceitos devem facilitar a exploração e análise dos diferentes resultados desses processos. [...]”.

<sup>277</sup> É pertinente este debate também porque demonstra que uma análise mais socioeconômica do campesinato só é possível fazer pelo seu grau de inserção ao modo de produção. O que demonstra limites nas teorias, por alcançar apenas uma parte. E que, mesmo nesse contexto e nessa condição objetiva é demonstrado que não se constituem as condições para a produção de alimentos e, por consequência para a Soberania Alimentar. O que reforça a tese e o sentido utópico da Soberania Alimentar, que para a sua realização há a necessidade de uma outra civilização e, portanto, da superação desse modo de produção.



correspondem à manutenção e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova – o capital-imperialismo-transnacional – apresentam também aspectos originais. Os novos processos são homólogos aos momentos formadores do capitalismo, mas não idênticos. (FONTES, 2011, p. 141 – 142, (*Grifos meus*)).

Na mesma perspectiva, Ellen Wood destaca:

Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. (...) [O mercado torna-se] o determinante e regulador principal da reprodução social. **A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupõe sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento.** (WOOD, 2001, p. 78, (*Grifos meus*)).

O estágio de desenvolvimento atual dominado pelas relações de alto grau de produtividade e de competição que influenciam a formatação da vida social em seu conjunto, passa a dar as coordenadas que incidem diretamente na base material em que se assentam a ação produtiva do campesinato.

Nesse sentido, se não entendermos que os meios de produção – mesmo aqueles que estão nas mãos do camponês – se reproduzem pela dinâmica do capital e que todo excedente cedido pelo trabalhador direto – seja ele operário ou camponês – transforma-se em mais-valia capitalizada, e se também não entendermos, enfim, que todo rendimento orientado ao consumo do trabalhador funciona como parte do capital variável global, não entenderemos nada. (BARTRA, 2015, p. 4).

Os aspectos destacados por Armando Bartra correspondem ou incidem mais sobre os trabalhadores do Campo que possuem a terra e acesso aos mecanismos que possibilitam a sua inserção no interior do sistema e no processo produtivo, correspondendo às leis de produção da pequena escala. No entanto, faz-se necessário também considerar que o aprisionamento a estes aspectos e a essas regras impossibilitam que possamos fazer uma leitura mais abrangente, para além das condições gerais da mera reprodução (econômico-material) do campesinato, haja visto, que as unidades de produção camponesas ou seus territórios não são considerados capital em sua totalidade, no sentido moldado pelo sistema capitalista, ou seja, por sua natureza, não reproduzem algumas relações específicas constituídas por esse sistema. Ao contrário, em algumas dimensões, resiste. Na maioria dos casos, como anuncia Bartra (2015, p. 5) “no interior da unidade socioeconômica camponesa não atuam as categorias de salário e lucro”. Os estudos desenvolvidos por Chayanov, também destacam estes aspectos ao discutir as peculiaridades da organização econômica das unidades campesinas, onde o autor parte do suposto teórico de que a economia camponesa é definida por um conjunto de mecanismos tipicamente não capitalistas.

Para Chayanov, o trabalho é a única forma possível de renda para o camponês porque não existem salários e, portanto, está ausente o cálculo do lucro. [...]. O objetivo fundamental da economia camponesa, segundo Chayanov é a satisfação das necessidades e não o lucro. É por isso que o núcleo analítico de sua interpretação passa a ser a relação entre trabalho familiar e consumo. Assim, **Chayanov pode explicar porque, na Rússia, às quedas nos preços dos produtos agrícolas sucedia-se o aumento da produção, algo distinto da ação dos capitalistas que reagem com a redução da produção quando os preços caem.** (SOTO, 2002, p. 38 – 39, (*Grifos meus*)).

A possibilidade de apreensão do que ocorre no interior de uma unidade camponesa se dá com a consideração de outros fatores específicos, como por exemplo, a compreensão dos mecanismos pelos meios dos quais o camponês não capitania lucros e, de forma indireta, se ‘auto consigna um salário’ (BARTRA, 2015). Vários aspectos que materializam o processo de reprodução do campesinato não fazem parte do elenco de relações inerentes à lógica do capital e dificultam uma análise mais radical e clara acerca dos custos de sua produção<sup>278</sup>. Entendimento próximo a este chega José de Souza Martins ao discutir as relações de produção e a utilização da força de trabalho, através da prática do colonato e ‘a produção capitalista de relações não capitalistas de produção’. Diz ele:

Minha hipótese é de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra, [...].

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo, as condições de sua expansão pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. (MARTINS, 2013, p. 36; 37).

Neste sentido, o enfoque teórico-metodológico utilizado para este debate, visa escapar das leituras que acolhem o entendimento de que o campesinato é expressão e cultivo de um outro modo de produção, como por exemplo o anterior ao modo capitalista, ou até mesmo, que essa forma de organização produtiva goza de algum grau de independência ou de condições de reproduzir a sua existência paralelamente.

<sup>278</sup> Vale destacar que há mais dificuldade em quantificar custos de produção no interior da unidade camponesa se comparada com o processo produtivo regido pela racionalidade sistêmica industrial-geral. A expropriação de sobretabalho do camponês – não é diretamente, numa jornada de trabalho, por exemplo – mas se concretiza em um certo nível de quantificação e na soma da realização de toda cadeia de mediações interpostas na reprodução do capital e que percorre o interior da unidade de produção do camponês e utiliza a força de trabalho familiar.

Considera-se que as especificidades que o campesinato adquire, são oriundas das determinações da lei básica que preside a reprodução sistêmica capitalista com suas mediações e contradições pelas quais opera. Concordando com Bartra (2015, p. 5) “A teoria de um modo de produção é a teoria da lei básica que preside sua reprodução [...]”. E, se assim compreendermos, verificar-se-á que “a teoria de uma formação social não pode ser a teoria da articulação de dois ou mais modos de produção, um deles sendo dominante” (BARTRA, 2015, p. 5). Neste sentido, parece ser pertinente o reconhecimento de que a organização de produção e reprodução do campesinato é subalterna comungando e sendo síntese de relações capitalistas e de relações excêntricas a esse sistema, mas motivadas e/ou não apreendidas pela lei geral básica.

O que frequentemente são considerados “modos de produção subordinados ao capitalismo dominante” não são mais do que relações socioeconômicas (formas de produção ou circulação, relações jurídicas, políticas ou ideológicas etc.) excêntricas, ou seja, em si mesmas não capitalistas e que, no entanto, se reproduzem por meio da operação do modo de produção capitalista. A condição de possibilidade de sua existência somente pode ser explicitada pela teoria do modo de produção dentro do qual tais relações são reproduzidas e não por aquela relacionada aos modos de produção diferentes ou anteriores. (BARTRA, 2015, p. 5).

O eixo estruturante do modo de produção capitalista é sem dúvida o aspecto econômico direcionado com todo vigor à conquista do lucro. Neste sentido, as coordenadas gerais para a compreensão estão assentadas no problema ‘lógico-estrutural’<sup>279</sup> da sua formação social. Considerando o estágio de desenvolvimento econômico e como este incide diretamente nas formas organizacionais de produção e reprodução do campesinato, é que se faz necessário a análise histórica, tendo em vista que é a partir desse processo que vamos reconhecer as premissas fundamentais sobre as quais a lei econômica básica operou e, sobretudo, as condições objetivas que implantam formas de organização diferenciadas no seio do campesinato. Como já notamos, há no Campo, formas de produção e de ocupação socioterritorial distintas, e até mesmo com ideologias e projetos políticos divergentes. É a partir deste entendimento que está muito presente na literatura recente, a questão de considerar as especificidades dos povos do Campo, seu afazeres, pautas e lutas.

A categorização do campesinato que engloba um conjunto social em frações de classe de acordo com a forma que se expressam e ocupam o território em organizações

<sup>279</sup> Bartra (2015), destaca que este aspecto deve ser o ponto central para a análise do campesinato em oposição às tendências explicativas que partem de uma solução ‘histórico-genética’ e se valem de resquícios do passado em conceitos, como por exemplo, ‘herança histórica’ e ‘remanescentes do passado’. Alerta para estas questões, porque em seu entendimento, são impropriedades e podem levar a análises limitadas. E, partindo do pressuposto da historicidade das categorias analíticas, temos que considerar que “O estudo lógico-estrutural de uma formação social que se reproduz pela operação de um modo produção e através de mediações específicas deve ser coerente com o seu nível de análise [...]”. (BARTRA, 2015, p. 6).

socioterritoriais, trazem sob certo aspecto o entendimento construído por Martins (1996a). Segundo esse entendimento a formação econômico social é resultante de dois aspectos da prática (práxis) que faz do ser humano sujeito de sua própria história. Os dois aspectos da *práxis*, referidos contemplam, portanto, a natureza que materializa o fundamento econômico e a sociedade que inscreve as condições e a identidade do social. O fazer humano se defronta com esse duplo aspecto da *práxis* – considerando, portanto, que o aspecto econômico é fator determinante – como aponta Martins:

[...] o desencontro entre o econômico e o social na sociedade capitalista expressa o avanço do econômico em relação ao social, este atrasado em relação àquele. O econômico anuncia possibilidades que a sociedade não realiza ou realiza com atraso. (MARTINS, 1996a, p. 19).<sup>280</sup>

Além desta análise, outros apontamentos são importantes para compreendermos o Campo. Assentado nas elaborações de Henri Lefebvre, Martins vai destacar que o autor trouxe Marx para a nossa atualidade, sobretudo “seu método e sua concepção de que a relação entre teoria e prática, entre o pensar e o viver, é uma relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria história” (MARTINS, 1996b, p. 9), possibilitando um distanciamento e uma apuração crítica de interpretações evolucionistas-deterministas agasalhadas na perspectiva marxista.

Estes aspectos retornam a uma questão importante que demonstra que no metabolismo da reprodução de uma formação social, os processos históricos podem não ser compreendidos se tomados apenas como resultante da operação econômica do modo de produção, ainda que o movimento de superfície e de classe sejam constituídos por sua base material.

[...]. Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em outro campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por sua vez, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e de troca, que é determinado pelo precedente. [...]. (ENGELS, 2003, p. 12).

Nem resultado mecânico, nem efeito automático de processos em decadência de modelos anteriores, mas, em parte constituído pela atuação humana e luta de classes. “[...]. Em síntese, as classes são constituídas pela operação de um modo de produção, mas, ao mesmo tempo, são constituintes ou dissolventes desse mesmo modo de produção em um sentido histórico” (BARTRA, 2015, p. 6). Outro aspecto pertinente que precisa ser levado em

---

<sup>280</sup> Nota minha: Considerando a atualidade brasileira esta tendência se avoluma tendo em vista as implicações frente ao Estado de exceção cada dia mais forte, para corresponder às demandas do capital financeiro.

consideração é a motivação de querer continuar a ser camponês e acessar à base material que pode possibilitar a sua reprodução. Isto foi uma das razões que levou Marx e Engels a se preocuparem em compreender, sobretudo, quando buscavam entender melhor a caracterização das classes sociais naquele momento histórico e assim verificar qual seria a relevância que o campesinato poderia ter no processo de luta a favor ou até mesmo contrária ao novo sistema econômico calcado na industrialização.

Considerando a intencionalidade desta pesquisa e o objeto que está em debate e o que este representa para o campesinato [e para a sua atuação enquanto classe], é que impõe a necessidade de discutir como ocorrem e se materializam as relações econômico-políticas em que o campesinato está inserido ou são determinantes nas suas formas de reprodução<sup>281</sup>.

O posicionamento crítico frente a desigualdade nas trocas de seus produtos nas relações de mercado (de capital e de outros produtos necessários oriundos do processo industrial), traz implícito o questionamento acerca das condições objetivas que levam grande parte dos camponeses a colocar a sua força de trabalho no mercado, por não conseguirem as condições de reprodução material de sua existência com o trabalho na terra. Uma das resistências daqueles que historicamente sempre viveram da terra<sup>282</sup> é justamente lutarem para não serem proletarizados.

Os Movimentos Sociais camponeses que são obviamente fruto das contradições objetivas – como já verificado – representam esta condição por reconhecer a pertinência do Campo e do campesinato no projeto social. O acesso à parcela da terra não é só uma resposta à dada condição extrema de dificuldades de reprodução, mas, sobretudo, por entenderem seu lugar no processo e na formação social de um sistema com necessidade de transformação. Conjuntamente a essa estratégia mais ampla, encontram-se também os aspectos anteriormente anunciados, que demonstram que o acesso ao território como meio para estes sujeitos trabalharem é condição material que garantiria um duplo aspecto: 1- a possibilidade de reprodução de sua existência com as contribuições à transformação social<sup>283</sup> e, 2- a possibilidade de escapar da necessidade de vender a sua força de trabalho.

---

<sup>281</sup> A Soberania Alimentar “[...] é indissociável de um conceito de produção de pequena escala no qual a tônica é a autogestão e a diversidade criativa e criadora, é também pensado na perspectiva dos circuitos curtos de distribuição e consumo, [...]”. (PAULINO, 2017, p. 10).

<sup>282</sup> Por outro lado, esta questão tem sido tensionada cotidianamente a partir das dificuldades objetivas no processo de reprodução nas unidades camponesas em não conseguir ampliar sua base real para garantir a absorção da força de trabalho excedente e das gerações futuras. De mãos dadas a isso, está também grande força político-ideológica que foi construída acerca do Campo que impõem e incentivam as gerações novas a buscarem outras alternativas e deixarem de lado sua materialidade de origem.

<sup>283</sup> Leva-se em consideração que a transformação social que pode garantir a implementação da Soberania Alimentar não pode abrir mão de um conjunto de conhecimentos e fatores culturais, sobretudo de relação com a terra e com a natureza, que estão presentes no modo de ser e produzir do campesinato.

Para complementar a presente discussão, servimo-nos de um raciocínio desenvolvido por Armando Bartra ao estudar a realidade mexicana e o lugar do campesinato, mas que pela sua capacidade de síntese, nos traz um conjunto de elementos que ajudam na compreensão do campesinato de modo geral.

A contrário do que desejam os “proletaristas”, a forma de origem e a base imediata de toda luta camponesa é o combate contra a proletarização.

Em primeira instância, toda classe explorada luta por sua existência dentro do sistema em que está inserida. O campesinato é uma classe explorada cuja anulação consiste em transitar (por meio de um longo e doloroso processo de depauperização) a outra condição diferente de exploração: a proletária. Dessa maneira, a luta camponesa por sua existência como classe é, essencialmente, uma luta contra a proletarização ou, mais especificamente, contra o longo processo de empobrecimento que constitui, [...], essa transição forçada.

Politicamente falando, toda atitude favorável ou complacente diante da proletarização rural é automaticamente anticamponesa. Se, no México, for preciso constituir uma aliança operário-camponesa, esta dependerá da disposição dos supostos representantes do proletariado em apoiar e impulsionar a luta dos camponeses por sua existência enquanto classe, ou seja, a luta contra a proletarização (BARTRA, 2015, p. 10).

Para compreender exploração do trabalho camponês que ocorre pelas relações de reprodução do capital tem-se a necessidade de reconstruir alguns aspectos e, fundamentalmente, apreender as mediações que colocam o fazer e o sistema camponês a serviço e no processo de valorização do capital. De acordo com Marx e Engels (2002, p. 95), “Com o dinheiro, todas as formas de intercâmbio e o próprio intercâmbio são postos como acidentais para os indivíduos. No dinheiro é que reside, portanto, o fato de todo intercâmbio dos indivíduos em determinadas condições, e não dos indivíduos como indivíduos”. Nessa estrutura, os trabalhadores estão completamente subordinados à divisão social do trabalho, e como dependentes, uns dos outros, atuam nas condições materiais determinadas pelo processo geral.

Embora as categorizações de campesinato sejam amplas e diversificadas, fazer a análise dos aspectos que o definem como unidades socioeconômicas no sistema capitalista é importante porque dará as chaves-de leitura do real para possíveis explicações de uma mínima unidade tendo em vista a lei básica de reprodução de formação social e econômica reinante que consolidam as condições materiais em determinado momento histórico dos povos do Campo.

O ponto de partida para compreensão desses aspectos, encontramos no próprio Marx ao discutir em *O Capital* os processos que demonstram a passagem da noção de produção simples das mercadorias ao conceito da produção no sistema mercantil capitalista.

As condições da produção, são ao mesmo tempo as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente, parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção. Permanecendo constante as demais circunstâncias, ela só pode reproduzir ou manter sua riqueza na mesma escala substituindo os meios de produção, isto é, meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares, consumidos, por exemplo, durante um ano, *in natura*, por um quantum igual de novos exemplares, separados da massa anual de produtos e incorporados, de novo, ao processo de produção. Determinado quantum de produto anual, pertence, portanto, à produção. Destinado desde a origem ao consumo produtivo, esse quantum existe, em grande parte, sob formas naturais, que por si mesmas, excluem o consumo individual. (MARX, 1996, p. 199).

Além disso, em suas elaborações “[...] é possível encontrar uma série de indicações que nos mostram as mediações históricas que nos levam da produção mercantil camponesa e artesanal à produção capitalista desenvolvida. [...]” (BARTRA, 2015, p. 11).

Outro ponto que deve ser compreendido e considerado é que a produção camponesa advém de um processo imediato que se diferencia substancialmente, em um conjunto de procedimentos e ações que são específicos e peculiares comparados à produção estritamente capitalista em lócus especializado para este fim. Vemos, por exemplo, que mesmo sabendo que o produto a ser cultivado na unidade de produção camponesa é demandado pelo mercado e sua lógica, a decisão, a estratégia e os fins planejados podem ser diferentes, tendo em vista que o camponês é, em muitos casos, o proprietário do módulo de produção onde as relações de trabalho irão se desempenhar<sup>284</sup>.

Devido à diversidade de práticas socioterritoriais implementadas no Campo atualmente e, por consequência, as diferentes formas de enfrentamento e convivência com a lógica do capital, não encerra suficientemente um entendimento qualificadamente unânime do processo de exploração do camponês. A partir do estudo e lapidação das contradições ‘intra-sistêmicas’ no processo de produção em seu sentido restrito, alcançou-se a chave de compreensão da exploração do trabalho, como bem demonstrou Marx em ‘O Capital’. Uma transposição mecânica de análise não dá conta de compreender as formas de exploração do camponês, aplicadas pelo capital. Mesmo considerando a totalidade concreta, o problema aqui em voga são faces qualitativamente diferentes, são expressões que se compõem a partir de condições tensionadas que guardam especificidades, sobretudo em sua base material.

---

<sup>284</sup> Faz-se necessário esclarecer que o presente argumento não expressa na totalidade o campesinato, tendo em vista que, se cotejarmos com a prática dos arrendatários de terras, por exemplo, veremos que a escala de ‘autonomia’ de poder de decisão com certeza é bem menor do que de um proprietário de unidade de produção camponesa. De igual forma, se assenta em dificuldade de aplicabilidade desse argumento, também outros povos que ocupam o território priorizando um conjunto de lógicas diferenciadas como podemos verificar através das práticas dos povos indígenas, quilombolas, entre outros.

[...] enquanto na produção capitalista o processo de trabalho corresponde a um processo de valorização, ou dito de outra forma, um processo de exploração de mais-valia, o processo de trabalho camponês somente se constitui em um processo de valorização por meio de uma série de mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista. (BARTRA, 2015, p. 12).

Vemos, portanto, que não é possível aplicar a mesma lei-lógica de observação para captar o processo de expropriação de trabalho na indústria e na produção camponesa. A cadeia de tensionamento e veiculação das relações, na segunda, apresenta-se mais complexa. Se caracteriza mais complexa, sobretudo, porque as práticas e relações que se consagraram a partir do desenvolvimento da industrialização no processo produtivo, não podem ser apenas deslocadas para o processo produtivo no Campo. O circuito de relações que ensejam na exploração do camponês, por várias razões objetivas, ganham contornos diferentes apesar de serem regidos fundamentalmente pela lei básica de reprodução como apontamos anteriormente.

Neste sentido, temos um processo produtivo que, de certa maneira, considerando apenas as relações que acontecem em seu interior, não se tem as condições de apreender a materialidade da exploração do camponês propriamente dita. Diferentemente do interior da fábrica – ou até mesmo na produção de *commodities* em grandes propriedades pelo assalariamento –, em sentido estrito e imediato temos as condições de verificar o processo de exploração com mais facilidade. Já no processo de produção em uma unidade camponesa, a estrutura da exploração se completa quando há a localização dessa produção no contexto do ciclo e da reprodução social do capital<sup>285</sup> (BARTRA, 2015).

A compreensão da relação entre produção camponesa e a reprodução do capital global é fundamental para pensar a Soberania Alimentar, pois é a partir desse entendimento que se tornará possível ter a clareza do que deve ser negado, afirmado e construído para preparar as condições materiais para efetivação desse processo. O primeiro ponto a ser considerado é a compreensão ‘intra-sistêmica’ e de efetividade econômico-política dessa relação. Do ponto de vista analítico, é preciso considerar o movimento da totalidade concreta, mas em especial a sua expressão no campo econômico, presumido que o capital e suas determinações são os

---

<sup>285</sup> Considerando as discussões que apresentam críticas e apontamentos de projetos acerca do Campo na atualidade, está, numa visão mais popular a necessária leitura e observação das bases materiais em que se mantêm e o que fundamenta um possível equilíbrio entre: 1- o que se produz no interior de uma unidade camponesa; 2- a quantificação do que sai dessa unidade camponesa (fruto do trabalho); 3- o que entra nessa unidade camponesa na forma de pacotes tecnológicos, créditos, ferramentas e instrumentos de trabalho. Ao apontar estes indicativos, nota-se que, se entra mais do que sai – aqui já considerado o valor de troca – materializa o processo de dependência sistêmica e exploração do trabalhador camponês.



pilares e, portanto, a economia camponesa como uma ‘possível’ consequência e materialização de resultados ideados pela racionalidade capitalista<sup>286</sup>.

Considerando a questão de método vemos que Bartra (2015) nos dá um indicativo interessante.

O processo imediato de reprodução não nos dá a chave da exploração do trabalho camponês, mas, sua descrição é indispensável como ponto de partida. Nessa descrição da aparência imediata da produção camponesa será realizada, primeiramente, uma reflexão a respeito das variações e particularidades [...] (BARTRA, 2015, p. 12).

As análises acerca da Questão Agrária demarcam o arcabouço explicativo da categorização de campesinato, que como vimos, não é uniforme. No entanto, aspectos potenciais que nos levam a compreensão da economia política camponesa estão salvaguardados a partir e pela análise das contradições imbricadas no produtor agrícola que já ocupa uma unidade de produção – seja ele agricultor familiar ou camponês tradicional – tendo em vista que a saturação das relações de reprodução econômico-objetiva dar-se-ão nesse processo. Contudo, não se pode desconsiderar as ações impetradas pelas demais formas de organização do trabalho no Campo, que em sua maioria, são oriundas da percepção das contradições materiais inerentes ao processo de expropriação dos trabalhadores e reprodução do capital<sup>287</sup>.

É neste sentido que o pouco conhecido livro VI de O Capital pode ajudar na compreensão do processo de trabalho camponês. Buscando compreender alguns elementos constitutivos da produção artesanal, Marx desenvolve uma teleologia desse processo, articulando esses elementos constitutivos, para ao fim chegar a compreender se o produtor artesanal era ou não explorado pelo comerciante. Se consideramos a materialidade de reprodução do camponês anteriormente destacado, temos vários aspectos, como destaca

<sup>286</sup> Ou ainda, fazer o caminho inverso, partindo do trabalho camponês para se chegar às relações capitalistas. No indicativo trazido pelo segundo procedimento, está implícita – pelo que já construiu até aqui – a ideia de que o capital global figura como originário-determinante e, assim sendo, a atenção às categorias explicativas consolidadas – mas historicamente tensionadas – e que explicam a reprodução do capital, devem ser consideradas ao último termo.

<sup>287</sup> A ênfase dada, neste ponto de reflexão, ao camponês que já possui uma unidade de produção não significa que há de antemão uma aceitação intrínseca do desenvolvimento de mecanismos de reprodução de *mediações de segunda ordem* tendo em vista que estas são determinantes no processo de reprodução do sistema do capital. Como estamos tratando da produção camponesa e, portanto, do sentido do trabalho aí adquirido, o movimento do real impulsionado por essa lógica do capital, será melhor apreendido nesse espaço onde as condições objetivas estão melhores estruturadas para tal, sendo potencial veículo de/para percepção das contradições gerais, limites e possibilidades. A saída para esta resolução metodológica é que a partir de um conjunto de generalizações concretas (que abarcam o campesinato), e, considerando um pressuposto filosófico do estudo do ‘em-si’, como demarcaria Chasin (2009, p. 207) “[...] na ciência, almejando a reconfiguração mais adequada do em-si real, através da totalidade dos reflexos concretos [...]” é que possibilitam no processo de mediações, apreender como força material e prática, os reflexos diversos que configuram o fenômeno material resultante do que é singular, particular e universal”.

Bartra (2015, p. 12) “[...] que com leves matizes, é perfeitamente aplicável ao produtor agrícola [...]” que podem trazer impressões fundantes para a sua compreensão. Vários pontos importantes são trazidos em um resumo feito por Bartra<sup>288</sup>, sobre o estudo desenvolvido por Marx no Livro VI da obra *O Capital* que lançarei mão pela clareza na exposição.

- a) A “base tecnológica” desta unidade de produção é a parcela e os instrumentos de trabalho.
- b) O “fator decisivo da produção” é “o manejo do instrumento de trabalho” em uma ocupação “individual e autônoma”, ou seja, a capacidade de trabalho concreta do camponês e sua família.
- c) O produtor “possui as condições de produção”.
- d) Por tudo isso, em princípio, “o produto pertence” diretamente ao trabalhador.
- e) Seu capital [...], tanto no que diz respeito à forma material como no volume de seu valor, é um capital dependente que, de nenhum modo, adquiriu ainda a forma livre do capital. Não constitui uma quantia determinada de trabalho objetivamente (valor em geral) que pode adotar e adota, a seu modo, esta ou aquela forma de condições de trabalho de acordo com a ponderação por esta ou aquela forma de trabalho vivo para apropriar-se do trabalho excedente.” Dito de outro modo, seus meios e objetos de trabalho não são capital no sentido restrito.
- f) “Somente é possível converter seu dinheiro em capital em seu próprio ofício.” Em outras palavras, o dinheiro do camponês não é capital dinheiro no sentido estrito, pois está vinculado ao seu processo de trabalho concreto.
- g) Ainda que explore eventualmente “trabalho alheio”, “seu capital está relacionado à determinada forma do valor de uso e, portanto, não encara seus trabalhadores como capital”.
- h) “Não é o valor de troca, mas valor de uso do trabalho que aparece como objetivo final” de seu processo de trabalho. Contudo, pelo destino de sua produção, pode produzir “com vistas ao valor de uso imediato” quando o produto é destinado ao autoconsumo ou ao intercâmbio direto com outros pequenos produtores, ou então com vistas ao valor de troca quando seu produto se incorpora ao indiferenciado mercado capitalista.
- i) “Não é o valor de câmbio enquanto tal, nem o enriquecimento enquanto tal”, mas a reprodução de sua “existência conforme sua posição social apresenta-se aqui como objetivo e o resultado de seu trabalho e, eventualmente, da exploração do trabalho alheio”.
- j) A “lei” imanente que regula aqui a escala de produção é a capacidade de trabalho disponível e o “total do consumo previamente existente; não se regula, pois, pelos limites do próprio capital”. (BARTRA, 2015, p. 13).

Considerando, portanto, alguns conceitos já abordados, tais como ‘involução agrícola’, ‘descamponização’, e as tendências e contratendências gerais no processo de ocupação do território material (da realização do modo de produção no Campo), a percepção imediata, se consideramos os elementos acima destacados, demarca um *status quo* ao processo da produção camponesa como uma manifestação ‘em primeira ordem’ de um trabalho concreto, que em tese, os frutos do trabalho materializam o valor de uso e garantem a sua reprodução como uma unidade produtiva.

---

<sup>288</sup> Destaca-se que esse estudo é de 2006, mas é trazido pelo autor nas discussões que compõem o material publicado em 2015 que utilizo para este estudo e está devidamente referenciado. Segundo o autor essa discussão (de 2006) visava a compreensão da “[...] pequena produção não submetida formalmente ao capital como resultado de uma opção capitalista orientada no sentido de evitar a renda da terra” (BARTRA, 2015, p. 12).

Tomando o fluxo geral da reprodução do capital, estes aspectos são apenas a aparência (imediate)<sup>289</sup> que expressam em certo grau a caracterização e o que é essencial na unidade de produção camponesa. Porém, estes aspectos não são suficientes para compreender as relações materiais em/e sua essência que demarcam o processo de exploração do trabalhador camponês.

Ancorado na perspectiva marxiana acerca da relação entre essência e aparência<sup>290</sup>, verifica-se que olhar para os aspectos que se apresentam na forma material aparente, embora seja o ponto de partida, não revela o que está subjacente ao processo de exploração e acumulação do capital que é de fundamental importância para compreender e pensar as questões aqui abordadas, sobretudo no que diz respeito à relação de troca e de circulação a que está submetido o camponês.

O processo de análise acerca destas questões nos levam a um questionamento importante: mesmo considerando que na aparência imediata seja visto, em certa medida, alterações de expressões no interior do campesinato, como esse processo, que nos aproxima de ver na ação interventora do camponês uma forma de trabalho concreto, se modifica – naquilo que é subjacente – e coloca essas mediações a serviço da valorização e exploração do trabalhador, sem contudo, modificar substancialmente essa aparência imediata?<sup>291</sup>

O ponto fundamental para compreendermos este fenômeno está no processo que ocorre entre o camponês e o capital onde se dá a relação de interdependência entre o produto do trabalho desenvolvido pelo camponês, colocado na circulação para obter os demais produtos-mercadorias resultante da produção em outra escala de relações do capital de que necessita para garantir as condições objetivas para a sua reprodução e, por consequência,

---

<sup>289</sup> A partir do olhar mais atento, de um conhecimento rigoroso acerca do campesinato, vemos que nos dias atuais até mesmo essa aparência imediata é diversificada e expressa relações combinadas em graus de diferenciação, espectros particulares de dependência do capital e, portanto, em medias tensões contraditórias que constituem os processos de decomposição ou afirmação da estrutura material da unidade de produção camponesa.

<sup>290</sup> Partindo da apreensão dessa relação e unidade material – aparência e essência – o importante é a compreensão da totalidade do processo de produção e reprodução das bases econômicas e do ser social, e não apenas, saber como ocorre a produção dos bens materiais nessa materialidade imbricadas e que demarcam a natureza da relação e da inserção do campesinato nesse processo econômico. E considerando o intercâmbio em que está necessariamente inserido o camponês, “O preço representa a aparência visível e o valor a essência oculta, na junção das duas definindo-se o fenômeno econômico. Como diz Carcanholo (2000), ‘(Para a dialética marxista) a realidade é a unidade de duas dimensões, essência e aparência, e nenhuma delas é mais importante que a outra. A diferença entre elas está no fato de que só a aparência é diretamente observável, a essência é a única que permite entender os nexos íntimos da realidade’” (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

<sup>291</sup> É importante destacar que em itens anteriores as análises cercaram as diversas dimensões gerais que sofrem os camponeses devido ao processo de dominação do capital. Neste ponto em especial – os aspectos tratados nos dois últimos parágrafos –, não inclui o interesse de analisar como se dá o processo de ‘descamponização’, ou seja, pela lógica do desenvolvimento do capital a expropriação do território de atuação do campesinato entre outras questões, mas, sobretudo, destacar como ocorre de fato a exploração do trabalho no interior de qualquer unidade de produção camponesa.

ancorar o processo lógico que ocorre no interior de sua unidade de produção camponesa demandado pelo mercado. A veiculação desse processo de produção que ocorre na unidade camponesa ao seu entorno capitalista se dá, de acordo com Bartra (2015), fundamentalmente por dois elementos.

[...]. O primeiro é que para este se reproduzir necessita incorporar valores de uso que ele mesmo não produz; o segundo é que uma parte do que ele produz não é destinada ao autoconsumo. Esses fluxos de valores de uso adotam a forma de trocas comerciais e acontecem no mercado capitalista. **Diante da produção camponesa, o capital se apresenta como único comprador e vendedor.** Na circulação, o camponês e o capital se enfrentam como compradores e vendedores e, na aparência, as mercadorias que troca são de natureza idêntica, de modo que, salvo em condições excepcionais, caberia fixar como regra geral uma troca de equivalentes. Na circulação não há nenhum motivo para que um comprador e um vendedor desenvolvam sistematicamente uma troca desigual, a menos que aquilo que troquem não seja da mesma natureza. (BARTRA, 2015, p. 14, (*Grifos meus*)).

Como vemos o valor de troca de um produto camponês – excedente – é um suporte para ele obter outros produtos, que para ele se inscrevem como valor de uso, tendo em vista que estes produtos que ele coloca no mercado, não tem em primeira demanda, angariar lucros. Mas, garantir os meios de continuar se reproduzindo. Neste sentido, vemos que a lógica como está formatada, ou seja, o imperativo e a formação da força de trabalho que age nas unidades de produção camponesa, são determinadas e regidas, antes de tudo, pelo funcionamento do mercado e pelo comércio, e não em sua totalidade, determinados pelas regras da produção simplesmente.

O processo de exploração do trabalhador camponês familiar acontece fundamentalmente nesse interim, tendo em vista que, os bens que o camponês produz, e os bens oriundos das relações capitalistas puras, são diferentes e de valores desiguais e entram em relação pela demanda objetivada da necessidade interna do trabalho familiar e pelo mercado.

Já se apontou em diversos momentos que a produção camponesa que seja oriunda de um objetivo, ou seja, em primeira instância, garantir a sobrevivência, e por essa razão centrada na diversificação da produção para autoconsumo, encontra as linhas limítrofes que impedem sua real autonomia, pois não há a possibilidade de produzir de tudo e a todos – na/da unidade camponesa – e além disso, garantir os instrumentos de trabalho e outros insumos. Em algum momento, pelo menos parte dos produtos tornar-se-ão mercadorias, para garantir a outra parte de produtos industrializados que são necessários. Como mercadoria, terá um valor de troca. E no processo de circulação, uma metamorfose das mercadorias. Mas qual será a base substancial que possibilita esse processo de valoração?

De acordo com o conteúdo material, o resultado de todo processo é troca de mercadoria (M) por mercadoria (M), circulação do trabalho social materializado, e, atingido esse resultado, chega o processo a seu fim.

[...]. A divisão social do trabalho tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor-de-troca. Mas o produto só lhe proporciona a forma equivalente geral, socialmente válida, depois de convertida em dinheiro, e este se encontra no bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, antes de tudo, valor-de-uso para o dono do dinheiro, e o trabalho nela despendido tem de possuir, portanto, forma socialmente útil, ou de ser reconhecido como elemento da divisão social do trabalho. (MARX, 2008, p. 133)

Neste sentido:

[...] o processo produtivo camponês têm como objetivo imanente sua própria reprodução como unidade imediata de trabalho e consumo de tal maneira que, mesmo que produza exclusivamente para a venda e adquira no mercado os produtos de seu consumo, seu objetivo continuará sendo o valor de uso. *O valor de troca surge, assim, como condição de possibilidade de intercâmbio de valores de uso que, desde uma perspectiva imanente do camponês, constitui o começo, o fim e o objetivo de tal circulação.* (BARTRA, 2015, p. 14, (Grifos meus)).

Para compreender o processo de produção e como ocorre as mutações do fruto do trabalho entre o camponês e o capital deve-se considerar a consumação das mediações entre a produção e o consumo – da unidade de produção –<sup>292</sup>, onde os produtos se tornam valores de uso e valores de troca. No entanto, mesmo os produtos transformados em valores de troca, são condições fundantes e suportes para adquirir valores de uso. Verifica-se a partir desse processo que não há novos investimentos a partir de lucros, como ocorreria no processo industrial, mas redirecionamentos na utilização da produção a partir da circulação dos produtos e a aquisição de instrumentos que garantem o novo processo de reprodução.

O produto do trabalho do camponês só poderá estabelecer uma relação de troca a partir destes aspectos anteriormente destacados, tendo em vista que sua lógica originária – *as mediações que o imputam materialidade* – tem diferenciação com os princípios e imperativos que regem a circulação e a produção na lógica puramente industrial. A mercadoria camponesa é resultante de um conjunto de relações, que pelo menos na ordem da lógica material, é distinta da lógica e da lei básica da circulação geral. Podemos dizer, que no primeiro caso, a relação se concretiza através da mercadoria colocada em circulação para adquirir dinheiro, que por sua vez, visa adquirir mercadorias que buscam garantir o processo de reprodução da unidade de produção.

A mercadoria capitalista se encontra desdobrada em valor de uso e valor de troca e este último passa a ser o elemento regulador de sua circulação. Assim, o processo

<sup>292</sup> Vale reiterar que de todos os elementos que compõem o processo produção-consumo, há fatores decisivos que são o trabalho familiar e a (posse da) terra, que materializam condições e formas de trabalho diferentes, se comparado aos processos de trabalhos em espaços onde a força de trabalho é comprada como mercadoria. Há, portanto, peculiaridades na lógica que origina o produto.

que se configura com base nessa circulação não é M-D-M, mas D-M-D. Este raciocínio somente ganha sentido se entre o princípio e o fim existe uma diferença quantitativa, ou seja, se corresponde a D-M-D' onde D' é maior que D. (BARTRA, 2015, p. 15).

Como sabemos, a elaboração de Marx demonstra que a mercadoria é resultante do conjunto de relações aportadas a partir de múltiplas determinações e é meio para a valorização do capital. É portadora de valor, mas sobretudo, de mais-valia concretizando a 'forma social' do produto resultante da ação interventora do homem no interior dessa lógica de produção, contendo nela a relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. Este último, é o aporte fundante e qualitativo da mercadoria que se consagra no processo de circulação e intercâmbio que, de certo modo, não tem o objetivo de concretizar o valor geral, mas realizar a mais-valia. (BARTRA, 2015).

Estes fundamentos são pertinentes para apreendermos algumas das diferenciações que caracterizam o produto que é fruto estritamente das relações que se dão na lógica específica do sistema capitalista e o produto fruto de relações originárias qualitativamente diferentes, como o caso do produto camponês.

Ao se enfrentarem na circulação, a mercadoria produzida pelo camponês, portadora de valor de troca, e a mercadoria capitalista, portadora de mais-valia, se confrontam; na realidade, trata-se de dois processos produtivos diferentes cuja natureza se expressa nas especificidades de seus produtos.

Caso as mercadorias fossem vendidas pelo seu valor, a diferente natureza do produto camponês e do produto do capital seria irrelevante. Contudo, uma circulação desse tipo é incompatível com a reprodução do capital. A circulação capitalista é regulada pelos preços médios de produção e nestes o fator decisivo é a taxa geral de mais-valia transmutada em taxa média de lucro. A decomposição interna do valor de troca de cada mercadoria capitalista em um valor equivalente ao tempo de trabalho necessário e mais-valia recebe, com os preços de produção como reguladores do mercado, um caráter social. Em geral, as mercadorias capitalistas se vendem para realizar a mais-valia, mas para cada capital individual essa mais-valia se apresenta sob a forma de uma taxa média de lucro. (BARTRA, 2015, p. 15).

A mercadoria capitalista sendo resultante de uma lógica material com premissas que demarcam o sistema hegemônico, configura e expressa um mercado que tem como base o custo da produção e não os valores materializados na produção. É com essa lógica e nesse mercado que o camponês adentra na 'concorrência'. Em tese, "a mercadoria do pequeno agricultor não foi produzida como portadora de mais-valia [...] e seu valor não foi desdobrado em trabalho necessário e trabalho excedente" (BARTRA, 2015, p. 15). Esta peculiaridade que determina uma espécie de limite qualitativo na configuração da forma e conteúdo do processo

produtivo em vista a determinar um custo de produção, o impossibilita de adentrar e impor-se de maneira automática – pelo seu preço de produção – no mercado e na circulação geral<sup>293</sup>.

O comportamento econômico das unidades de produção familiares (camponesa) materializa de forma objetiva, sob a *tomada de decisão dos integrantes dessa família, a articulação dos fatores, terra, trabalho e capital* estritamente dependentes entre eles. É neste sentido que se pode afirmar que há uma peculiaridade no processo produtivo e, portanto, econômica, da ação interventora do campesinato. Não representa uma produção capitalista pura e simplesmente, apesar da subalternidade/dominação que sofrem, tendo em vista que os camponeses não são – no sentido *stricto* dos termos –, empresários e/ou proletários assalariados. A expressão máxima dessa peculiaridade econômica – articulando diferentes fatores – é a produção simples de produtos e mercadorias. De acordo com Ploeg (2016, p. 85):

A unidade camponesa é o resultado complexo e dinâmico das considerações e deliberações estratégicas da família agricultora. As autênticas unidades camponesas, como se apresentam em um determinado momento em um espaço específico, equivalem às diversas expressões da arte da agricultura presente no ajuste de cada um dos muitos equilíbrios envolvidos na unidade e na habilidosa coordenação de diferentes equilíbrios. Portanto, pastos e gado são adaptados, o insumo de trabalho é definido, o capital é formado, o conhecimento é desenvolvido e as redes são exploradas. **Os diversos equilíbrios são vinculados em um todo coeso que se traduz no planejamento organizacional da propriedade.** (*Grifos meus*).

A explicitação desses aspectos teórico-metodológicos nos traz alguns elementos com os quais já poderemos tirar algumas conclusões.

De modo geral, como já mencionado o camponês e o capital se confrontam no mercado – regido pelas regras do capital –, de acordo com Bartra (2015, p. 16), “como portadores de mercadorias aparentemente da mesma natureza”. No entanto, subjacente à essa aparência verifica-se que é ocultado o enfrentamento de produtos qualitativamente diferentes que expressam a razão, a índole, a lógica dos processos de produção de que são provenientes (BARTRA, 2015). Se no processo capitalista a ‘razão’ – matemática – dos custos é totalmente separável e mensurável, na forma produtiva do camponês esse processo de separação para cálculos e cálculos se tornam mais difíceis em se tratando de exatidão. **O produto do trabalho familiar pode ser a única categoria explicativa socioeconômica e de ‘renda’ no interior de uma unidade de produção camponesa**<sup>294</sup>. E, considerando os estudos de

<sup>293</sup> Considerando estes aspectos, os ‘preços médios’ dos produtos oriundo da agricultura, no caso específico do camponês, são definidos pelo mercado da compra. O preço se torna um regulador da produção. É comum verificar o aumento de plantio de um determinado produto de uma safra para a outra, quando este obtém um preço considerado “alto” se comparado às safras anteriores. No entanto, da mesma forma, com a oferta em alta, os preços desses produtos tendem a cair.

<sup>294</sup> Este aspecto é fundamental ao pensar a Soberania Alimentar devido os princípios sociais e humanos, bem como as suas dimensões imbricadas. Se o produto da ação camponesa for o alimento com qualidade biológica

Chayanov (1975), não há forma, ou há maior dificuldade em desagregá-la analiticamente e objetivamente as operações práticas que compõem o processo de produção nos estabelecimentos familiares. O fenômeno de renda líquida também falta, haja visto que, o trabalho em troca de salários, que é o fenômeno social majoritário no sistema do capital também é praticamente inexistente na unidade de produção camponesa. Desse modo, outro aspecto que é o cálculo capitalista de lucro, se torna difícil de aplicar nessa condição objetiva.

Vemos que a verificação do custo de produção da mercadoria apresenta-se maior na unidade camponesa e menor na forma capitalista, tendo em vista que, nesta última as relações estão estritamente imbricadas e mais estruturadas, sobretudo no emprego do capital individual, levando em consideração que o fruto desse processo é um produto social, síntese do trabalho socialmente necessário. Há um intercâmbio permanentemente desigual no confronto desses produtos no interior do mercado, “não em termos de valores – o que é a regra da circulação capitalista – mas em termos de preços de produção” (BARTRA, 2015, p. 16). É importante destacar que o processo de expropriação e transferência de valor que ocorre sobre o trabalho e o produto do camponês se torna completa a partir de várias mediações em suas diferentes manifestações, como por exemplo, no mercado dos produtos, no *quantum* do trabalho e no mercado financeiro de empréstimos<sup>295</sup>.

Na medida que ingressam na circulação capitalista, as mercadorias de origem camponesa sofrem uma mutação, pois o que o vendedor considera primordial é a simples possibilidade de se estabelecer uma relação de troca, ou seja, seu valor de troca em geral. Por outro lado, as regras do jogo impostas a esse mercado pelas empresas capitalistas não colocam em primeiro plano o valor em geral das mercadorias, mas sim sua condição de portadoras de mais-valia. **O camponês vende para poder comprar e esse é o único fim que o condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro e somente sob esta condição aceita o intercâmbio.** (BARTRA, 2015, p. 16 (*Grifos meus*)).

A materialidade demonstra que o trabalhador camponês coloca seu produto no mercado devido a necessidade de adquirir os outros produtos de que necessita. Essa condição objetiva faz com que o fruto de seu trabalho, por vezes seja cedido por preço de mercado, inferior ao seu valor geral de troca e, [até mesmo], ao seu custo de produção. É por esses aspectos que, diferentemente do capitalista, o camponês não pode deixar de vender o fruto de seu trabalho pelo fato de não obter lucros.

---

e nutricional correspondente a esses princípios inerentes à Soberania Alimentar, pode se afirmar que as condições objetivas e as mediações para isso já sofreram significativas transformações.

<sup>295</sup> Os produtores camponeses familiares que obtêm um certo grau de inserção na lógica do capital, não apenas vende e compra produtos no mercado regido pelas relações capitalistas, como também, sendo quase uma regra geral, obtém dinheiro adiantado em financiamentos via bancos ou cooperativas de créditos onde há a exigência do pagamento de juros. Todos esses processos compõem a rede de mecanismos por onde ocorre o processo de exploração e expropriação do camponês.



A opção de venda no mercado é feita pelo balanço da necessidade de aquisição de outros produtos de que não dispõe, para seu consumo e para o novo ciclo de produção. É neste sentido que, verifica-se uma imposição e um limitante objetivo que possibilitam no processo de circulação de mercadorias a sua real expropriação, além de ter dificuldades em buscar outro ramo de economia dado às condições materiais nas quais e com as quais atua, que em regra não dão as condições – numa pequena unidade de produção – de obtenção da forma livre de capital já que não obtém lucros reais.

Certamente, o camponês inserido na órbita mercantil necessita vender para poder comprar e somente pode comprar na medida em que tem algo a vender. Contudo, chega até aqui o limite da complementaridade dessas duas operações, já que na prática elas sistematicamente não coincidem no tempo. Esse fenômeno, mais ou menos generalizado em toda produção mercantil, inclusive a capitalista, agrava-se no caso do camponês por causa do ritmo lento e descontínuo da produção submetida aos ciclos naturais de trabalho agrícola, ao mesmo tempo que as necessidades de consumo vital são contínuas e, também, as necessidades de aquisição de meios de produção que são, evidentemente, anteriores à obtenção da colheita. (BARTRA, 2015, p. 33).

Para poder subsistir e se reproduzir, o camponês precisa vender. Ao mesmo tempo, isto é uma limitação devido ao fato de que com esse processo não consegue mudar as suas bases e seus meios de '(re)produção', e, muito menos, acumular capital e obter meios mais rentáveis. Assim, fica refém e não tem condições objetivas de impedir o capital de dar todas as coordenadas como comprador na obtenção de suas mercadorias, em grande parte, abaixo do preço de produção. Essa primeira mediação aqui destacada é o processo que estabelece a incorporação do produto do camponês no mercado capitalista. Uma vez ocorrido esse processo, transforma em mercadoria como as demais onde sua história individual é ocultada e passa figurar no rol das determinações do custo médio com a potencialidade de materializar o lucro médio, mas agora já para as mãos do capital.

Destacadamente a partir da lei básica de reprodução do sistema hegemônico, todo produto daí oriundo, ou seja, toda a mercadoria, porta certa quantidade de mais-valia que realizar-se-á na circulação. Partindo do pressuposto de que na sua produção há um capital, em sua origem, e considerando esta lógica, a venda da mercadoria só será realizada a partir do momento que essa transação garantir a recuperação do valor de custo e o lucro médio ou lucro superior à média. Neste sentido, se o produto do camponês adentra ao mercado em um valor abaixo, esta mais-valia implícita terá sua objetivação nas mãos do capital e pelas suas relações mesmo que seja necessário uma série maior de transferências. (BARTRA, 2015).

Vemos então, que o intercâmbio é desigual na relação entre o camponês vendedor e o capital comprador, mas também na relação inversa, este se constitui em uma relação de não equivalentes e materializa as mesmas mediações que constituem o processo de expropriação.

Os meios de produção são adquiridos pelo capital não apenas porque permitem produzir mercadorias, mas porque permitem produzir mercadorias portadoras de mais-valia. Se, por um lado, capital como vendedor somente oferece seus produtos visando lucro, por outro, o capital como comprador somente os adquire diante da possibilidade de gerar com eles uma mais-valia. O camponês, ao contrário, adquire os meios de trabalho para incorporá-los a um processo de produção cujo objetivo é a reprodução do próprio produtor, tendo que obtê-los na medida em que sua reprodução não possa se garantir de outra maneira. O que seu consumo produtivo gerar ou não de mais-valia não entra em suas considerações substantivas. (BARTRA, 2015, p. 17).

O processo de exploração a que está submetido o camponês será compreendido de maneira mais adequada se apreendermos o movimento de como ocorre pelo menos três aspectos: 1- custo de produção; 2- intercâmbio desigual e, 3- transferência de um excedente, praticamente obrigatória. O intercâmbio desigual, embora diga muito, não explica todo o processo de exploração do campesinato. É apenas um dos pilares do processo. A compreensão mais abrangente se constitui a partir da apreensão de como essas relações se inserem e se constituem no interior do “processo global de produção-circulação do capital” (BARTRA, 2015, p. 18). Há no interior de uma unidade de produção camponesa, com uma estrutura mais adequada, – ou como se destaca na literatura – um camponês mais inserido no *modus operandi* do sistema, um círculo virtuoso para os interesses do capital, tendo em vista que, um processo de constante circulação ocorre nessas propriedades, como uma unidade mercantil e não só produtiva.

No processo imediato de produção, o camponês gera um excedente que é transferido no momento da circulação. Ao mesmo tempo, porém, o camponês reproduz a si mesmo como explorado nesse processo; o resultado do ciclo completo é um capital valorizado pelo trabalho camponês e uma economia camponesa recriada em condições de ser novamente explorada. (BARTRA, 2015, p. 18).

Além do intercâmbio desigual e a transferência de valor em seus produtos ao entrarem no mercado, o camponês também transfere valor na perda de seu excedente que não é colocado à disposição do mercado correspondendo estritamente seus interesses, mas pelo contrário, o imperativo categórico que lhe ordena a vender é a sua necessidade. Como já mencionado anteriormente, no interior desse processo um conjunto de leis objetivas submetem o camponês a uma relação de exploração, que no processo imediato de produção não é possível perceber, mas se considerado a temporalidade das relações, o ato de expropriação ocorre tanto antes à circulação, como posteriormente na circulação de um

excedente já expropriado. É só a compreensão de uma totalidade concreta, manifesta no terreno da particularidade que possibilita o ‘desvelamento misterioso’, o subjacente da exploração que sofre o camponês.

[...]. A produção camponesa está baseada na unidade do trabalhador e dos meios de produção e, portanto, conserva a união entre o produtor direto e seu produto, de tal modo que quando o camponês se vê submetido como comprador e vendedor a um intercâmbio desigual, o mesmo sujeito, enquanto produtor está submetido a uma relação de exploração em que parte de seu trabalho lhe escapa na forma de produtos. [...].

A exploração do camponês consuma-se no mercado no momento em que o excedente troca de mãos, mas a base dessa exploração encontra-se nas condições internas de seu processo de produção. Os efeitos expropriadores da circulação não se originam no ato de vender ou comprar, mas na natureza do processo imediato de produção e consumo no qual foram criados os produtos e vendidos e serão consumidos os adquiridos.

No caso que se refere ao operário, a condição para que a exploração seja possível – brilhantemente decifrada por Marx – localiza-se no mercado, com a aparição da força de trabalho como mercadoria. Contudo, o processo de exploração se consuma na produção, no prolongamento da jornada de trabalho para muito além do trabalho necessário. Já no caso camponês, a articulação entre os dois aspectos é igualmente férrea, mas se apresenta invertida: a condição para que a exploração seja possível concretiza-se no processo de produção, durante seu desenvolvimento em prol da reprodução e com meios que não receberam a “forma livre do capital”, mas a exploração se consuma, de fato no mercado, onde o camponês transfere seu excedente por meio de um intercâmbio desigual. (BARTRA, 2015, p. 18;19).

Todo percurso analítico deste item lança luz e nos instrumentaliza na compreensão do movimento da realidade e no processo de transformação social do camponês de acordo com o processo de desenvolvimento desigual e combinado, anteriormente discutidos. Estas condições objetivas é que poderão possibilitar um processo de acumulação ou de decadência do camponês.

À luz destas reflexões que demonstram o embaraçoso processo de exploração do campesinato e as condições objetivas a que estão submetidos, e considerando o propósito de implementação de uma Soberania Alimentar, vemos que mudanças radicais deverão ocorrer para que esse processo seja possível. Nessa materialidade social e com essa estrutura de funcionamento do sistema, não há as condições objetivas para a concretização do conteúdo que compõe substancialmente a Soberania Alimentar. Um dos aspectos é a própria função dos trabalhadores do Campo. Grande parte desses trabalhadores atuam na produção de mercadorias e não de alimentos, e outra parte, produzem alimentos, mas estão inteiramente submetidos à lógica dominante, tendo em vista que, esses alimentos se tornam mercadorias ao adentrarem no processo de circulação fortalecendo o domínio imposto pelo Sistema Agroalimentar e Industrial articulados pelas grandes corporações<sup>296</sup>. Outro aspecto observado,

<sup>296</sup> Exemplos: Leite; Frango; Suínos, etc..

é que há um conjunto enorme de mediações que necessariamente deverão ser negadas, caso contrário, não há nenhuma possibilidade de se pensar outro processo de produção de alimentos que corresponda aos objetivos que estão implicitamente idealizados no conjunto de discussões e pautas acerca da Soberania Alimentar.

#### **2.4 Questão Agrária atual: [Co]relação de forças, constituição de territórios e impactos socioterritoriais**

Alguns elementos acerca da intencionalidade deste item já foram mencionados na introdução deste capítulo. Em linhas gerais parte-se do entendimento que o acesso à terra e a constituição do território em que trabalhadores e povos tradicionais do Campo agem, são premissas básicas para a implementação da Soberania Alimentar. É por esta razão, que a compreensão da luta de classes e das dinâmicas materiais e sociais que conferem concretude ao território, devem ser levadas em consideração na análise.

Considerando os determinantes e condicionantes da Questão Agrária em nível global, com processo de materialização da geopolítica mundial, busca trazer os elementos que demonstram a relação imbricada entre a dinâmica do Sistema Agroalimentar e as contradições inerentes à Questão Agrária na atualidade. Além disso, busca verificar como essa relação articula-se ao longo do tempo e do espaço. É neste sentido que, a presente discussão busca ir para além de uma análise unidimensional do processo de constituição dos ‘territórios’ materiais, e incorpora as formas sociais de relação com a terra e demais elementos que constituem o território. Estes elementos conduzem à apreensão das contradições objetivas que incidem, que para além das transformações e das mudanças agrárias – conduzidas por uma economia política do desenvolvimento e modernização –, devem levar em consideração outros elementos e fatores que tensionam uma perspectiva política de desenvolvimento e transformação que insere as questões ecológicas e a produção de alimento saudável.

Colocado estes elementos fundamentais, o exame busca inserir o desafio da relação constituinte pelos processos reais de dominação a que sofrem as classes agrárias [os camponeses] com as lutas e experiências que conduzem à realização dos diferentes territórios, seu uso e, por consequência, com os limites e as potencialidades para a Soberania Alimentar. E, do ponto de vista teórico, coloca em questão e tensiona a formulação ‘teórica’ que defende estritamente que a Questão Agrária será resolvida pelo avanço do capital<sup>297</sup>.

---

<sup>297</sup> De acordo com McMichael (2016, p. 91) “[...] o tema da questão agrária na atualidade poderia muito bem invocar uma questão ecológica, articulada não pelos analistas ou os que comandam a agroindústria, mas sim

#### 2.4.1 A constituição dos territórios materiais, conceito, categorias explicativas e o lugar das lutas sociais

A luta de classes no Campo e a forma de produção e reprodução a partir do trabalho e das perspectivas de desenvolvimento tem definido a Questão Agrária e os processos de ocupação da terra, que em boa medida, contribui na constituição dos territórios. O território (sua produção e seu uso) é resultante da ação humana, das relações e determinantes do capital, bem como das lutas sociais inerentes às contradições objetivas consequências da totalidade desse processo.

É a partir destes aspectos que se tem a discussão do território (sua produção e seu uso) enquanto categoria explicativa, e, enquanto produção forma de ocupação do espaço. Portanto, é fundamental para pensar nas condições de realização da Soberania Alimentar. Não há como pensar a produção de alimentos sem a terra e a constituição e produção do ‘território (material)’ convergente com as premissas fundantes da Soberania Alimentar. E, como pressuposto, subtende-se que não é qualquer forma de ocupação geográfica e produção de ‘território’. Ou seja, a constituição da Soberania Alimentar prescinde de um ‘tipo’ de território (adequado, tanto do ponto da base material como das relações objetivas e sociais), mas, que a constituição do ‘arquetipo’<sup>298</sup> desse território só será realizada por um conjunto de mediações que englobam, várias dimensões e mudanças substanciais na materialidade. Estes aspectos são importantes porque demonstram que ao considerar a produção de alimentos como estratégico para a humanidade, a mudança de direção tanto na ocupação da terra e da produção do território material, como nas políticas é uma necessidade histórica<sup>299</sup>.

Josué de Castro em seu livro ‘*Geografia da Fome*’ já apontava os limites da ciência geográfica, pela sua unidimensionalidade analítica superficial, desligada da materialidade.

**E pagamos bem caro por esta despreocupação da ciência geográfica em face da realidade dinâmica.** Daí a validade daquela frase pronunciada por um geógrafo e estadista britânico de que “o custo da ignorância geográfica tem sido incomensurável”. Grande parte das **dilapidações das riquezas naturais, da violentação e do desequilíbrio provocado pelo homem nos quadros ecológicos**

---

pelos que lidam diretamente com a lavoura. A ideia de uma ‘questão ecológica’ refere-se não apenas à degradação e/ou restauração do ecossistema, mas também a questões de ecologia *humana*, incluindo a superpopulação urbana, esboçada, por exemplo, na reconceitualização de Araghi da questão agrária em lugar do ‘grande cercamento global de nossos tempos’ (...).’

<sup>298</sup> Utiliza-se se aqui o conceito preservando a noção grega ‘*arkhetypon*’ (sobretudo utilizada pelos neoplatônicos), “arché” que, significa e expressa o princípio, o principal e “tipós”, paradigma, modelo.

<sup>299</sup> É importante destacar que nas elaborações até aqui desenvolvidas já aparecem várias questões que de forma objetiva devem ser negadas por não corresponderem às possibilidades reais de realização de todas as dimensões que são necessárias para compor e, de certa forma, ter o conteúdo histórico para compreendermos e darmos conta da Soberania Alimentar.

**regionais e mesmo das violentações dos grupos culturais**, se deve ao pouco conhecimento das realidades geográficas em sua expressão dinâmica, exercida através do jogo de suas interações e implicações do natural sobre o cultural e vice-versa (CASTRO, 2008, p. 241, (*Grifos meus*)).

Atualmente há um acúmulo de análises teóricas<sup>300</sup> que redimensionam e ampliam o entendimento e o significado do território e sua presença no arcabouço categorial de várias áreas do conhecimento<sup>301</sup>. Há, portanto, resultante dessas elaborações uma polissemia de sentidos, que fundamentam e compõem a sua verdadeira expressão enquanto categoria explicativa.

Ela é bem visível no verbete do dicionário *Les Mots de la Géographie*, organizado por Roger Brunet e outros (1993: 480 – 481). Ele reúne nada menos do que seis definições para território. Uma delas se refere à “malha de gestão do espaço”, de apropriação ainda não plenamente realizada; outra fala de “espaço apropriado, com sentimento ou consciência de sua apropriação”; uma terceira se refere à noção ao mesmo tempo “jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva”, aludindo ainda a um caráter inato ou “natural” da territorialidade humana; por fim, um sentido figurado, metafórico, e um sentido “fraco”, como sinônimo de espaço qualquer. Uma outra definição é a que evoca a distinção entre rede, linear, e território, “areal” (de área), na verdade duas faces de um mesmo todo, pois o espaço geográfico é sempre areal ou zonal e linear ou reticular, o território sendo feito de “lugares, que são interligados” (HAESBAERT, 2009, p. 39 – 40).

<sup>300</sup> Na revisão de literatura vimos que são vários os autores que desenvolveram algum tipo de abordagem e reflexão sobre a questão da diversidade de territórios, da multiterritorialidade e/ou tipologias do território, bem como da produção de espaços. De acordo com Fernandes (2015, p. 29 (*em nota de rodapé*)), vemos “por exemplo: Gottmann, 1973; Lacoste, 1988; Lefbvre, 1991; Oliveira, 1991; Raffestin, 1993; Souza, 1995, 2006; Santos, 1996, 2002; Moraes, 2000; Harvey, 2003; Haesbaert, 2004; Delaney, 2005; Ceceña, 2007; Palau, 2007; Peet, 2007; Saquet, 2007”. Pela natureza de seus trabalhos – que se ocupam em compreender os espaços e territórios rurais – acrescento Fernandes (2008, 2015); Paulino (2008); Fabrini (2008) – tendo em vista que suas elaborações contribuem de maneira significativa para a discussão que se tece nesta Tese. Do ponto de vista mais teórico-conceitual destacam-se também os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guatarri que elaboram discussões em que o território (enquanto categoria) pode ser compreendido desde o sentido etológico ao psicológico. Embora suas elaborações não sejam tomadas especificamente para este estudo, vale destacar que na obra ‘*Qu’est-ce que la Philosophie?*’ Paris: Minuit, 1991 (trad: O que é a Filosofia?), suas reflexões demonstram uma noção ampliada de território que abarca dimensões transpassando do físico ao mental, do social ao psicológico sempre aplicando ‘multiescalaridades’ que envolve desde um galho de árvore “desterritorializado” até as “reterritorializações absolutas do pensamento” (HAESBAERT, 2009, p. 38) e que, em certa medida, embasarão algumas das reflexões nesta tese desenvolvidas.

<sup>301</sup> “O território é uma das categorias de análise da Geografia e, recentemente, tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. [...]” (FERNANDES, 2015, p. 30). E, “[...] têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do ‘neotribalismo’ contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo” (HAESBAERT, 2009, p. 37).

Corroborando com a intencionalidade de demonstrar a pertinência do território para as análises, mas sobretudo, pela sua materialidade, que se percebido o movimento do real que o compõe – fazendo referência à geograficidade como condição histórica –, temos também as contribuições de Milton Santos<sup>302</sup>.

A geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do **conhecimento do que é Território**. O Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...]. (SANTOS, 2002, p. 9, (*Grifo meu*)).

Considera-se, portanto, – sobretudo acerca da materialidade da Questão Agrária até aqui trabalhada, e da base material em que se assenta a possibilidade de implementação da Soberania Alimentar – o território como uma realidade realmente existente, concreto, de caráter ontológico, e não apenas como uma chave, um instrumento de análise no sentido epistemológico, mediato, como recurso conceitual formalizado (HAESBAERT, 2009). E neste sentido, partamos da compreensão do território como expressão resultante das contradições objetivas de ocupação e produção do espaço, e do tensionamento promovido pelas relações socioeconômicas e de classes que estão em permanente contradição e conflitualidade<sup>303</sup>, dado aos interesses antagônicos e, por vezes complementares, que materializam e disputam formas e perspectivas de desenvolvimento<sup>304</sup>. De acordo com Santos (2005, p. 255; 257 – 258):

**É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social.** Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. **O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida.** Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Afirma-se, ainda mais, **a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano**, podendo, desse modo, comportar

<sup>302</sup> Como destaca Souza (2005, p. 253) “Milton Santos vai elaborar insistentemente sobre esta categoria de análise social, propondo ainda que o território usado seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local. O território usado é uma categoria integradora por excelência [...]. O território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica de lugares. [...]. O Lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo”.

<sup>303</sup> “A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, dos grupos sociais, das instituições, dos espaços e territórios (FERNANDES, 2008). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e território heterogêneos, gerando conflitualidades. [...]. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente”. (FERNANDES, 2015, p. 35).

<sup>304</sup> O estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações políticas, sociais e culturais estruturadas e estruturantes de classes sociais e grupos humanos, desenvolvidas e daí inerentes, com e a partir de seus lugares, condições e itinerários é que constituem e demarcam o território enquanto particularidade no espaço e na base real, mas como totalidade concreta no conjunto dessas relações.

uma dialética. **Essa dialética afirma-se mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção.** (*Grifos em negrito meus*).

Parte-se, portanto, da percepção de território não estático-passivo, mas, sobretudo relacional. “O território, suas fronteiras e a população que o compõe são história. A história de um território é a história de movimentos, de migrações constantes, de conflitos entre países e/ou favelas, de transformações de espaços e paisagens. [...]” (MYSKIW, 2015, p. 475)<sup>305</sup>. Considerando a base material para a implementação da Soberania Alimentar, a categoria de território será aplicada levando em consideração a sua perspectiva integradora, expressão ‘síntese’ das múltiplas determinações objetivas dando conteúdo material a cada dimensão imbricada nesse processo. Neste sentido, vemos que o território é uma totalidade que expressa correlação e imbricação entre a natureza e o social, materializando uma unidade no diverso e uma diversidade na unidade.

[...]. *A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento.* O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório. (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. *A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades.* [...]. (FERNANDES, 2008a, p. 276).

Entendimento correspondente e complementar, também é destacado por Haesbaert ao colocar em relevo a perspectiva integradora, ou o conjunto de mediações integradas que se expressam no território.

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). [...] (HAESBAERT, 2009, p. 74).

<sup>305</sup> Também Milton Santos (2005) nos traz contribuições acerca do entendimento de que encontramos no território novos recortes, resultados da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território que ele chama de *horizontalidades* (‘domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos por uma continuidade territorial’) e *verticalidades* (‘formadas por pontos distantes, ligados por todas formas e processos sociais). Assim, de acordo com Santos (2005, p. 260), “[...] as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base social territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade”.



Na mesma linha, Silva ao discutir as contribuições teóricas de Jean Gottmann (1973)<sup>306</sup> acerca do território e da Soberania destaca.

Infinitas são as possibilidades e extrapolações a partir da tentativa do estabelecimento de uma relação de causalidade em fenômenos geográficos – o que ao mesmo tempo pode não ser regra, pois valores subjetivos e culturais não podem ser desprezados, pois corroboram na desconstrução da lógica economicista que preconiza a riqueza (material) como elemento *a priori* para a instalação de grupos sociais em dada porção territorial [...] (SILVA, 2014, p. 6).

Considerando estes aspectos, nota-se que as noções parciais, que tendencialmente cada área de conhecimento, ou até mesmo uma perspectiva teórica, daria certo prestígio a uma ou outra dimensão na análise, não conseguem abarcar a factibilidade relacional que constitui o território. É neste sentido que, entende-se, que o conceito de território – mais integrado – expressa a sua multidimensionalidade e a sua multiterritorialidade. É esta compreensão que embasa as definições e a composição do território material e do território imaterial<sup>307</sup>, que imbricados levam à transformação das práticas e dos espaços, sobretudo porque, a realidade social produz cultura e consciência em conflito na relação desigual do poder. Considerando as dimensões<sup>308</sup> indissociáveis do território, pode-se dizer que este se torna uma mediação espacial do poder e/ou das [co]relações de forças econômico-políticas constituídas pelo processo histórico, bem como das interpelações e interpretações simbólicas e teóricas que advém dessa mediação espacial da produção do território, ou nelas estão assentadas.

[...]. O território é utilizado como conceito central para a implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, pelos governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território quanto os territórios passam a ser disputados. Temos disputas territoriais nos planos material e imaterial. (FERNANDES, 2015, p. 32).

Neste sentido, o ponto de partida para o processo de implementação da Soberania Alimentar é a superação da concentração de terras na mão da classe latifundiária que as utiliza

<sup>306</sup> GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville: The University Press of Virgínia, 1973. Referência utilizada tanto por Silva (2014), quanto por Fernandes (2015).

<sup>307</sup> A relação entre território material e território imaterial tem ganhado espaço nas elaborações teóricas, sobretudo, nas reflexões que envolvem os interesses em compreender as conflitualidades na base real da sociedade e suas manifestações refletidas na racionalidade estatal, nas políticas públicas e no sistema simbólico de modo geral.

<sup>308</sup> De acordo com Fernandes (2015, p. 34) “[...]. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas pelas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, construídos pelas ações e intencionalidades”. Sendo a multidimensionalidade um princípio do território, como uma expressão de ‘um todo’, esta contribui para a compreensão do princípio da totalidade.

para a produção de *commodities*, bem como da dinâmica geográfica dos regimes alimentares<sup>309</sup> e/ou do Sistema Agroalimentar. Além disso, são importantes a compreensão e a intervenção no contexto e nas condições materiais em que ocorrem a implementação de políticas e as ocupações dos territórios que demarcam os sentidos da luta de classes. Portanto, a Questão Agrária não é caracterizada apenas pela disputa em vista a ter “pedaços” de terra, mas, pelas diferentes dimensões que compoem a indissociabilidade do material (da infraestrutura) e da superestrutura, a partir destas contradições.

A questão agrária contemporânea refere-se, portanto, a como transcender o cálculo do valor de troca aplicado à agricultura. Trata-se de uma questão metodológica, referente à teoria de valor de Marx como uma relação social representada pelo preço, que dá objetividade às relações sociais (e ecológicas). O valor não é *intrínseco* ao trabalho, ou à natureza; antes, é fruto de combinações sociais de trabalho/natureza como *commodities* com valor de troca. A linguagem de valoração do capital é o valor monetário somente (determinado pelos intercâmbios de mercadoria em qualquer dado momento), mas a teoria do valor desmistifica essa linguagem alienada, explorando a possibilidade de crítica e contra-alienação. O que parece ser uma racionalidade universal é, na realidade, uma abstração e uma forma de negação do valor prático baseado no espaço. Em outras palavras, a teoria do valor implica (mas suprime) outras relações que incorporem formas e entendimentos distintos de valor. **Defendo, a seguir, que as “práticas camponesas” forcem esse reconhecimento na medida em que abordam a questão agrária buscando reparar a ruptura metabólica.** (MCMICHAEL, 2016, p. 184 – 185, (*Grifos em negrito meus*)).<sup>310</sup>

Os processos de produção no Campo, bem como a perspectiva de desenvolvimento que estão sendo construídas pelo campesinato, buscam demonstrar que a agricultura pode ser multifuncional. Dado às condições objetivadas pelo Sistema Agroalimentar, à agricultura camponesa – ou à agricultura geral sob esta perspectiva da multifuncionalidade – pode, além de garantir a produção, pode ser “compreendida como um princípio restaurador e regenerativo” (MCMICHAEL, 2016, p. 185).

É a partir disso que os Movimentos Sociais camponeses buscam demonstrar, que um camponês ao perder a sua terra para o latifundiário, seja ele produtor de soja, cana, ou outras *commodities*, implica na materialização e no avanço de uma perspectiva e modelo de desenvolvimento que organiza a base territorial e as políticas de modo geral e intensificando o processo de dominação do campesinato. Não há sentido em fazer o debate acerca da

<sup>309</sup> De acordo com Coca (2017, s/p) “[...] o regime alimentar corporativo – predominante na atualidade – tem estabelecido sua hegemonia por meio de narrativas escalares que influenciam o imaginário coletivo transmitindo uma falsa noção da globalização. Ao mesmo tempo em que são exaltados os possíveis efeitos positivos desse processo, são negligenciadas as suas perversidades. [...] o regime alimentar corporativo se efetua por sua articulação escalar como possibilidade de auferir maiores lucros e obter o controle político social. Isso testifica que essa construção hegemônica se dá não pela definição de uma escala prioritária, mas pelo domínio de diversos níveis escalares”.

<sup>310</sup> Vários desses elementos presentes na citação serão retomados quando discutirmos a Agroecologia e Formação Humana.

Soberania Alimentar em regiões e países que tem a maioria de suas terras agricultáveis sendo utilizadas para a produção de *commodities*, se não levar em consideração que nesse processo de debate e prática, deve estar incluído a transformação nessa base material para a produção de alimentos. Desse modo, as relações sociais é que demarcam as disputas sociais e de perspectivas que incide no controle e a implementação dos diferentes tipos de territórios [ou seja, chega-se ao território] que realizam – como base material – as diferentes intencionalidades<sup>311</sup> e projetos.

Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e a apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante resignificam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião etc. (HAESBAERT, 2009, p. 340).

O território, considerando esta concepção, é compreendido em sentido amplo para além do espaço de governança<sup>312</sup>. A partir das contradições objetivas na materialidade, o território deve ser compreendido como materialização das ‘diferencialidades’ e das conflitualidades objetivadas nas relações do capital e sociais, pela luta de classes frente ao processo de disputa de domínio material dos e produção dos territórios. (FERNANDES, 2015).

Pelo conjunto da literatura acessada, podemos considerar que esta perspectiva expressa a relação causal entre a base real ((infra) estruturante) e a superestrutura, que a partir

---

<sup>311</sup> “A intencionalidade é compreendida parcialmente a partir da contribuição de Searle (1995). Compreendo-a como a opção histórica que as pessoas fazem e que determina a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como a escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja, leituras que direcionam as compreensões das realidades” (FERNANDES, 2015, p. 34 – 35). Nas lutas sociais do campesinato, e na busca de implementação da Soberania Alimentar, esta intencionalidade tem conteúdo histórico advinda do acúmulo de práticas, que em certa medida, se tornam paradigmáticas em processo de negação-afirmação de mediações estruturadas e estruturantes que compõem as relações de produção material da existência e de potencialidade para novas práticas.

<sup>312</sup> De modo geral, domina a aplicação do conceito de território e, sobretudo, constitui a primeira impressão e as implicações que determinam a tomada de posição e orientação no terreno da política. Concordando com Fernandes (2015, p. 32) “[...]. O território compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados”. Dadas as contradições, conflitos, organizações, ações e relações sociais, esta forma de apreender o território se inscreve insuficiente. São baseadas nessa perspectiva a organização do espaço (“multidimensional e o pluriescalar”) através de diferentes escalas, como por exemplo: a municipal, as organizações regionais (exemplo: microrregiões e territórios da cidadania), nações, etc. em vista ao direcionamento das políticas governamentais e que dada a natureza da racionalidade estatal estruturada a partir do modo de produção não expressa os interesses da classe trabalhadora e, também, as organizações de projetos em escala transnacional que envolvem “todas as escalas dos espaços de governança [...]”. Esses eixos são ‘transterritórios’ que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de *commodities* do agronegócio e do hidronegócio” (FERNANDES, 2015, p. 31).

do movimento do real, são tensionados constantemente, e nessa [co]relação de forças, compõem a “totalidade concreta” e o “concreto pensado” como discutido por Kosik (1969), e que nessa constante contradição, definem a natureza do processo histórico. *É partindo destes pressupostos que se entende que a totalidade é um princípio do território, pois o conjunto de diferentes formas de relações se constitui no território, portanto, ele é um ‘todo’ em sua multidimensionalidade, mesmo que do ponto de vista espacial, este ‘todo’ se constitua como parte da realidade.*

Além destes aspectos, para apreender a totalidade do território, há que se levar em conta as diferentes escalas em que se desdobram as diversas dimensões. Ou seja, a pluriescalaridade ou multiescalaridade, como “um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas dos territórios” (FERNANDES, 2015, p. 35), que no processo de concreção, combina conflitos e correlações internas e externas, continuidade e descontinuidade, de acordo com a espacialidade referencial e suas contradições. Exemplo disso – de acordo com Lacoste (1988)<sup>313</sup> – um “transterritório” que estando organizado em escala internacional, por sua natureza, constitui-se em composição com territórios em escalas, nacional, provincial e municipal, e que estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais e diferentes interesses e direções (FERNANDES, 2015). No campo da Luta Social e da conflitualidade, a pluriescalaridade ou multiescalaridade, são referências que podem ser utilizadas nos processos estratégicos, quando num processo de tensionamento, as ações podem e devem ocorrer nas diferentes esalaridades e em diferentes setores na busca do êxito e dos resultados.

Retomando algumas indicações em reflexões anteriores, no sentido de considerar como pressuposto para as condições de compreender a Questão Agrária atual, a lei básica de funcionamento do modo de produção, vemos que quando se analisa a constituição da base real e territorial, temos relações genuinamente sistêmicas e outras ‘não sistêmicas’. Neste sentido, condição material análoga ocorre na produção dos territórios.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato de o território ser uma totalidade multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões e, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. [...] (FERNANDES, 2015, p. 33).

---

<sup>313</sup> A caracterização de espacialidade diferencial de Lacoste, demonstra que podemos compreender a pluriescalaridade a partir de uma “territorialidade diferencial” como o caso dos transterritórios.

A disputas territoriais, portanto, carregam tanto contradições objetivas, quanto contradições subjetivas. A [co]relação de forças e o tensionamento dessas contradições objetivas que se materializam na luta social é que dão o sentido da política de resistência e de dominação e, que por consequência, expressa a partir deste entendimento do território, a delimitação da base real disputada, bem como demarca a natureza – no processo do ‘*vir-a-ser*’ – dos territórios pleiteados.

Contribuição pertinente sobre a Questão Agrária na atualidade e sobre as condições de projeção, tendo como projeto a Soberania Alimentar, é trazida por McMichael ao discutir a relação entre a reprodução social e reprodução do capital.

Enquanto o foco clássico da questão agrária referia-se à reprodução do capital, o movimento de **Soberania Alimentar inverte isso como uma questão de reprodução social, incorporada à prática agrícola**. Com isso, a **Soberania Alimentar redefine o que significa ser moderno, além do racionalismo científico, a fim de abordar a atual emergência social e ambiental**. Essa visão de modernidade defende uma concepção historicamente específica de multifuncionalidade: “a reforma agrária pode acabar com o êxodo rural massivo e forçado do campo para a cidade, levando a um crescimento urbano em níveis insustentáveis e sob condições desumanas” (Via Campesina, 2006). Além da redistribuição da terra, a visão busca reverter a associação do progresso com a urbanidade, contrapondo um “planeta de campos” à catástrofe do “planeta de favelas” do capitalismo neoliberal (Ajl, 2011) e **reavaliando a agricultura como a chave para a reprodução social e ecológica em grande escala**. (MCMICHAEL, 2016, p. 186, (*Grifos meus*)).

Neste sentido a base real – como vimos até aqui – expressa “diferentes territórios produtores e produzidos por relações e classes sociais distintas” (FERNANDES, 2015, p. 29) e a apreensão desse movimento do real e suas expressões se tornam significativas para as análises, sobretudo, das contradições e das motivações sociais que levam às disputas dos territórios (materiais e imateriais) que ancoram a Questão Agrária atual. “[...]. O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: Soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade” (FERNANDES, 2015, p. 33).

A relação entre ‘Soberania [Alimentar] e território é praticamente “umbilical”. Não havendo a estratégia de desenvolver aqui um apanhado histórico minucioso de como o conceito de território passa a ganhar novos significados e dimensões – mesmo tendo já trazido algumas destas questões –, considera-se que Soberania compõe um dos aspectos fundantes do território enquanto conceito, haja visto que, é constantemente ressignificada. Na atualidade, dada a constituição do sistema econômico mundial, por exemplo, Soberania já não pode ser vista com a mesma conotação construída até meados do século XX assentada em fronteiras

naturais e políticas de uma fração territorial. A evolução conceitual de território expressa a sobrevivência e transformação dos Estados e de suas relações de interdependência jurídicas.

[...]. Soberania é um princípio do conceito de território. Contudo, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e de suas nações, como também é uma construção das classes sociais e de seus grupos internos. No entanto, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças políticas sociopolíticas que garantem o Estado. [...] (FERNANDES, 2015, p. 34).

É neste sentido que, o conceito de Soberania Alimentar é também um ‘território’, tendo em vista que, de acordo com Fernandes (2015, p. 29), “[...]. Apresentar a Soberania Alimentar como território é um exemplo de como este conceito e o de Segurança Alimentar estão disputando as interpretações sobre a questão agrária atual”. A produção territorial e espacial é resultante das relações sociais promovidas a partir das relações econômicas e do conflito de classe, no processo de disputa por perspectivas de desenvolvimento e de sociedade, e, somado a isso, através das lutas sociais, por diferentes formas de produzir alimentos e de se alimentar.

A Soberania Alimentar ‘viola’ ou deve violar e tensionar a noção de Soberania constituída e dependente de uma direção político-estatal, tendo em vista que esta não é completa, devido as [co]relação de forças, bem como demarca divisas, expõe a necessidade de intolerância e alimenta o conflito entre os povos. Partindo dessa perspectiva, as motivações favoráveis ao nacionalismo, se consideramos um projeto societário de classe e, por consequência a implementação da Soberania Alimentar, é uma linha limítrofe<sup>314</sup>.

É, portanto, inegável que a evolução de conceitos jurídicos está diretamente relacionada com o aumento das possibilidades de relacionamento do homem, nas suas mais diversas formas de organização social, com o espaço que lhe é imediatamente ou potencialmente acessível (SILVA, 2014, p. 7).

Há uma composição integrada entre espaço-território e a sociedade, e, por consequência, com a Soberania de modo geral e, desse modo, fundamentalmente, com a questão da Soberania Alimentar. O aspecto central para apreender essa composição integrada, é partir do princípio que não é possível analisar por exemplo, natureza e sociedade de forma

<sup>314</sup> Dada a estruturação da economia mundial na atualidade as fronteiras se tornam frágeis e problemáticas para os Estados contemporâneos. Tanto é verdade que, tem sido tema presente nas convenções e assembleias de organismos internacionais. É neste sentido que factualmente, as fronteiras territoriais e a possível Soberania é a expressão simbólica ‘negativa da Soberania estatal, pois esta é violada pelo poder econômico’ e ‘positiva contra a Soberania dos povos tendo em vista que passa a impressão de que são barreiras totais e, por essa razão, impõe-se aos povos o cumprimento da ordem territorial estabelecida politicamente’. De acordo com Silva (2014, p. 5) “[...] parece ser inconcebível o mundo mercantilizado moderno sem uma compartimentação política que permita a salvaguarda dos interesses de determinado ente jurídico que conte com a envergadura político-administrativa de um Estado”.

isolada, tendo em vista que, estas constituem uma ‘explicação’ conjunta. Nem território e nem Soberania Alimentar são conceitos puros. O primeiro pela dinamicidade e pela integração entre objetos naturais, artificiais e ações sociais e, o segundo, pelas condições histórico-objetivas que o fazem nascer e, sobretudo, pelo processo histórico que na ‘teia’ das contradições materiais e mediações se transformarão em potencialidade de materialização. Neste sentido, considera-se que, tanto o tratamento analítico, quanto as estratégias a serem aplicadas só darão conta se expressarem essa totalidade sistêmica-contraditória.

Para o debate sobre a soberania alimentar é necessário recuperar o geógrafo brasileiro Josué de Castro, pioneiro na luta contra a fome no mundo, em 1946 escreveu *Geografia da Fome* e defendeu que a fome é uma questão política. **Este é o ponto central do debate sobre a Soberania e Segurança Alimentar e não é só disputa conceitual, mas uma disputa de modelo de desenvolvimento e de formas de organização política da sociedade, que produz diferentes territórios. É preciso conhecer quais organizações estão envolvidas, as relações e os territórios que produzem.** (FERNANDES, 2015, p. 15, (*Grifos em negrito meus*)).

A materialidade social, o território e seu uso, é a expressão da relação forma-conteúdo de como se concretizam as ações humanas trabalhadas e, por sua vez, politizadas nas contradições. Desse modo, a Soberania Alimentar expressa que em seu conteúdo analítico está a potencialidade de pertinentes transformações materiais e político-ideológicas, bem como, contribuir em parte, com a condição objetiva para uma “realização qualificada da história” (CATAIA, 2011, p. 121).

Considerando o metabolismo do sistema do capital vemos que as crises se tornam cada vez mais universais, tendo em vista que são proteladas e radicalizadas pela lógica sistêmica – pelas necessidades do capital – como é o caso da fome no mundo e da qualidade do alimento que vem sendo produzido. A cada passo desenvolvimentista, seguindo os moldes e imperativos do sistema, nos distanciamos das condições objetivas de superação da fome e da realização da Soberania Alimentar<sup>315</sup>. É neste sentido, que se considera que as crises em sua “espinha dorsal” tendem a ser cada vez mais intensas e, portanto, tendencialmente a conflitualidade política mais arraigada.

---

<sup>315</sup> Apesar das resistências e contraposições desenvolvidas pelos Movimentos e Organizações sociais de base popular, ao juntar duas questões centrais, a ocupação do território material e a Soberania Alimentar (também como território), vemos a implementação do entendimento trazido nas discussões de Kosik (1969, p. 169) de que “[...] vários aspectos reificados da economia são momentos reais da realidade”. Destaca-se, a partir desse entendimento, que tendencialmente teremos – sobretudo nas regiões em que são base para o avanço das relações do capital – mais agrotóxicos colocados na terra, cada vez menos biodiversidade, mais industrialização e mercadorização dos alimentos, mais (bio)quimização do alimento e da água, maior quantidade de produtos geneticamente modificados e, portanto, menos territorialidade adequada para a produção de alimentos saudáveis.

De posse dessas premissas vemos que a diferenciação na produção do espaço e do território são constituídos pelas relações econômicas e de classe. É neste sentido que na base da conflitualidade estão as “[...] diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios” (FERNANDES, 2015, p. 31). Em outras palavras tem a ver como agem os trabalhadores no Campo e com que contribuem na produção do território.

#### 2.4.2 Lei Geral da Contradição, [co]relações de forças e impactos socioterritoriais

Considerando a universalidade da contradição, e como demonstra Mao Tse-Tung que a dialética materialista teve seu êxito comprovado nas análises de inúmeros aspectos da história humana e também da história natural, os desafios que o presente tema em debate nos apresenta, nos incentiva a recorrer a estas análises e ancorar estas questões a que se propõe o item.

A concepção dialética do mundo nos ensina sobretudo a observar e a analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, a partir dessa análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenômenos é de uma importância extrema para nós. (TSE-TUNG, 2004, p. 45).

Neste mesmo sentido,

Tendo tomado consciência da força dos laços que unem o específico ao universal, veremos, mais claramente, as relações entre contradição principal e contradições secundárias. De fato, um processo jamais é simples, precisamente porque deve sua existência específica a um grande número de condições, objetivas *que o prendem ao conjunto*. Disso resulta que todo processo é a sede de *uma série de contradições*. Mas, entre essas contradições, a principal é aquela que existe do começo ao fim do processo, e cuja existência e desenvolvimento determinam a natureza e a marcha do processo. As outras são contradições secundárias, subordinadas à principal. [...].

Todas essas contradições não são justapostas. Elas se inter-relacionam e, de acordo com a primeira lei da dialética, estão em ação recíproca. Qual a consequência dessa interação? Em certas condições, uma contradição secundária assume tal importância que se torna, em dado período, a contradição principal, enquanto que esta passa para um segundo plano, o que não significa que tenha deixado de agir. Em resumo, as contradições não são fixas, elas mudam de lugar. (POLITZER, 2002, p. 97 – 98).

Toda realidade é movimento e mudança. E, desse modo, o movimento é consequência de sua própria contradição interna a partir de uma constante luta de contrários. De acordo com Politzer (2002, p. 71) “Essa contradição, essa luta é *interna*, isto é, não é exterior ao movimento considerado, mas, é a sua essência”. De fato, se não houvessem as contradições nas bases materiais, na sociedade, não haveria transformação e mudanças qualitativas e quantitativas.



Segundo o ponto de vista da dialética materialista, as modificações na natureza se devem fundamentalmente ao desenvolvimento das contradições internas desta. Na sociedade, as mudanças se devem principalmente ao desenvolvimento das contradições que existem no seu seio, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes e a contradição entre o novo e o velho; é o desenvolvimento dessas contradições que faz avançar a sociedade e determina a substituição da velha sociedade por uma nova. (TSE-TUNG, 2004, p. 43).<sup>316</sup>

Considerando que o espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 2000; 2006) e que a constituição e definição de indivíduo, de grupo, de comunidade e de sociedade está intimamente ligada à existência de um território, um contexto geográfico territorial (HAESBAERT, 2009), um projeto societal da classe trabalhadora está diretamente ligado à feitura da luta político-social e que, por essa razão, na luta de classes que é concreta e ocorre latente ou aberta, expressada nos conflitos sociais. O conflito social enquanto tal, “independentemente dos protagonistas e da forma que assuma” (LOSURDO, 2015, p. 63) é condição de medida em intensidade da luta de classes em suas frações.

[...] operando uma ruptura epistemológica radical com as ideologias naturalistas, a teoria marxiana da luta de classes põe o *conflito social* no terreno da história. [...] exatamente por fornecer uma chave de leitura do processo histórico, ela procura levar em conta as multiplicidades das formas nas quais o conflito *social* se manifesta”. [...] trata-se de analisar os conflitos que têm como protagonistas não indivíduos singulares, mas sujeitos sociais e que, de modo direto ou indireto, imediato ou mediato, remetem à ordem social, a esta ou aquela essencial articulação da divisão do trabalho e da ordem social. (LOSURDO, 2015, p. 63 – 64).

No processo de evolução das infraestruturas fundamentais do modo de produção capitalista em vista a tornar mais efetiva a dominação houve uma ‘separação’, ou ‘falsa separação’ (aparente) entre a economia e a política para ocultar o processo de dominação de maneira direta da burguesia. Esta aparência, constitui-se pela impressão (desenvolvida pela ideologia) de que a burguesia se exime do processo de dominação – exceto através das relações de trabalho –, ao “deixar” na mão do Estado ou exigir que este o faça, a dominação político-jurídica e o controle dos processos de luta<sup>317</sup>. Como bem demonstrado, não se pode

<sup>316</sup> [Nota minha]. Eis a razão da Soberania Alimentar. De acordo com MCMICHAEL (2016, p. 201), “Em suma, a Soberania Alimentar é um movimento civilizacional, que combina uma crítica conjuntural à ‘Segurança Alimentar’ neoliberal (como um jogo de poder corporativo e um estratagema ao equiparar a agroexportação ao conceito de ‘alimentar o mundo’) com os princípios *longue durée* de autodeterminação reconfigurados como direitos democráticos para e de cidadãos e seres humanos. A ética central – o alimento como um direito, não uma *commodity* – expressa a politização contemporânea da ‘Segurança Alimentar’. Ao mesmo tempo, a Soberania Alimentar refuta o regime alimentar do capital como um todo, como uma estrutura institucionalizada que subordina uma diversidade de valores de uso a uma ordem política única, orientada para o valor de troca, nesse processo criando o ‘regime de fome’”.

<sup>317</sup> O poder político-estatal através de suas funções de legislar, executar e jurisdicionar é correspondente à lógica sistêmica hegemônica. Neste sentido, ao fazer o processo de arbitramento dos conflitos que envolve a luta pela terra, pela preservação ambiental, é possível verificar a partir de análises de ações em que o poder judiciário é

esperar nada além do Estado capitalista, que não seja a ‘administração’ dos conflitos e da luta de classes que está presente na base real da produção e das relações sociais e, de maneira generalizada, esse processo de regulação na realidade conflituosa tende, cada vez mais, ser parcial em favor da classe dominante<sup>318</sup>.

Dado estes interesses do capital, o Estado é um ente funcionando em permanente estado de exceção que demarca por vezes, conflitos com a sua própria estrutura jurídica vigente, desde que esta, ou quando esta, não consiga corresponder de forma eficiente aos interesses do capital e das necessidades objetivas de sua reprodução.

Nós devemos, [...], manter fixo o olhar justamente sobre aquilo que a estátua da justiça (que, como lembra Montesquieu, era velada no momento da proclamação do estado de exceção) não devia ver, ou seja, que (como é hoje claro para todos) o estado de exceção é a regra, que a vida nua é imediatamente portadora do nexos soberano e, como tal, ela é hoje abandonada a uma violência mais eficaz quanto anônima e cotidiana (AGAMBEN, 2015, p. 104).

Não há fidelidade ao arcabouço jurídico convencional, que em tese, já corresponde plenamente às garantias dos interesses do capital, sendo de maneira prática, essas peças legais modificadas quando não correspondem às rápidas transformações, ou até mesmo, quando há ‘ameaças’ pela base popular, manifestadas nos conflitos de interesses que ocorrem nessa base material. Os interesses das grandes corporações que dominam o sistema econômico mundial são expressos nos princípios majoritários que estão na racionalidade e no arcabouço jurídico estatal, e por essa razão se tornam imperativos ordenatórios de toda prática burocrática e do poder “público”. Inclui-se neste rol de aspectos, o “direito de polícia”. Se o ordenamento jurídico não garante o funcionamento e a imposição dos objetivos empíricos que pretende alcançar, se resolve com a utilização do aparato policial (AGAMBEN, 2015).

O Estado, portanto, opera em regime de exceção para corresponder à lógica e ao ritmo da economia e das estratégias do capital, na maioria dos casos vitimando e criminalizando os camponeses trabalhadores e militantes dos Movimentos Sociais de base popular.

---

acionado, uma parcialidade, favorável a esses interesses, até pelo fato de que o arcabouço jurídico ordenatório e regulatório já pressupõe certo direcionamento. “[...] na análise dessas ações, que a identificação/qualificação do tipo de conflito e dos atores sociais envolvidos só pode dar-se na compreensão desse processo histórico em que se concretiza o caráter público do conflito. Fora do contexto histórico, ele é tratado como um conflito privado. O judiciário trata o conflito agrário no plano privado e as ações de ocupação como estratégias de esbulho, como um problema de caráter civil, desconhecendo-lhe a historicidade. [...]. Essa práxis construiu um sentido de justiça circunstancial, contingenciado pelo poder econômico, comprometido com um modelo liberal de apropriação de riquezas” (TÁRREGA; RODRIGUES, 2015, p. 96).

<sup>318</sup> Postula em fundamento a estas questões, a lei geral da natureza política da economia, como apontou Lênin (apud, OSTROVITIANOV, 1947), numa Resolução do IX Congresso do Partido Comunista Russo (Bolchevique) relativos aos Sindicatos, em que afirma “a política é a natureza mais concentrada da economia, sua generalização e fim” ([www.marxists.org](http://www.marxists.org) (Acesso em 12/10/2016)). As análises do próximo Capítulo demonstrarão esse processo.

[...] o território dos Estados Modernos foi, obra dos direitos individuais, dividido por sua vez em lotes de terras privadas, também com lápis de ponta fina, demarcados, medidos, destruídos e melhorados. Destruídos do ponto de vista dos animais, plantas e gentes coletivas, melhorados do ponto de vista da modernidade, expulsaram animais, plantas e gentes coletivas, transformaram a terra em local de produção de mercadorias, exclusiva para a acumulação da riqueza humana, local não permitido, sob pena de morte, para plantas e animais estranhos e daninhos à mercadoria produzida e não permitidos, sob outras penas, às gentes estranhas à produção (SOUZA FILHO, 2015, p. 11).

A injusta e desigual distribuição da terra, a emblemática utilização que dela se faz e os efeitos realizados na vida das pessoas – exclusão, pobreza, fome, violência, criminalização – são as razões histórico-materiais da Luta Social<sup>319</sup>.

Por isto mesmo a questão da terra no Brasil está relacionada profundamente não somente com a formação das classes sociais, como também tem determinado o tipo de Estado burocrático, corrupto e sanguinário necessário para a manutenção do poder nas mãos dos latifundiários e grandes burgueses, lacaios e a serviço do imperialismo. (CLCP, 2006, p. 9).

A partir destes aspectos e da materialidade que compõe a Questão Agrária atual, entende-se que, é na [co]relação de forças e na conflitualidade (nas contradições materiais) que se dá a definição acerca da forma e do conteúdo dos processos de ocupação do território e constitui operante a territorialização das relações objetivas e sociais fortemente marcadas pelo conflito nas mais diversas dimensões materiais e sociais. E correlatos, os sentidos ideológicos que permeiam os processos de disputas, a caracterização da criminalização das ações contestatórias – tanto pelo Estado, quanto pela classe dominante –, e o arcabouço jurídico que embasa a intervenção nesse processo de conflitualidade<sup>320</sup>.

Vários são os mecanismos ideológicos que trabalham na inversão do “entendimento-majoritário” acerca do conflito, que expressam a luta de classes. Em materialidade que se constitui, sócio e historicamente desigual, não só se deve tolerar, mas pressupor o conflito. É

<sup>319</sup> De acordo com Martins et al (2015, p. 91) “A mercantilização da terra e da força de trabalho humano, coisa que para o senso comum aparece como ‘natural’, resultou de um processo histórico que criou as condições de possibilidade do capitalismo. Entretanto, as mesmas leis históricas que presidem um determinado modo de produção criam dialeticamente as condições para que ele possa ser superado. O modo de produção capitalista carrega em seu interior o germe de sua destruição. Este processo se materializa por meio da luta dos trabalhadores [...]”.

<sup>320</sup> Na atualidade se estabelece uma estreita relação entre conflito e violência, sobretudo porque há distorções de diversas matizes sobre os reais agentes desse processo, suas causas e fundamentalmente pelo afastamento do processo histórico que compõe a base real onde se desembocam estes conflitos. Sob o olhar atento do poder jurisdicional, o processo de conflitualidade – em regra – tem apenas uma causalidade que é a luta social desenvolvida pelos movimentos sociais e, desse modo, nos processos de arbitramento pela função estatal judiciária, esta premissa já é pressuposto, em tendência de resultado em julgamentos. “Fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa, o senso comum estabelece uma ligação entre conflito e violência, definindo os movimentos sociais populares que disputam a posse da terra como agentes causadores da violência. Completamente, influenciado por um ‘discurso modernizador’ do grande agronegócio, a violência é associada a nichos não-modernos ou atrasados do Campo, quando, na verdade, a realidade é exatamente o contrário” (SAUER; SOUZA, 2008, p. 53).

neste sentido que as tomadas de posição do Estado capitalista frente estas questões, constituem a forma-conteúdo dessa correlação de forças entre os grandes “proprietários” e os camponeses pobres Sem Terra e com pouca terra e demais povos do Campo que lutam<sup>321</sup> pela posse de seus territórios diversos (SAUER; SOUZA, 2008).

Se consideramos a materialidade da questão desta tese, bem como as contradições que até o presente momento se demonstrou, vemos que, o discurso veiculado pela mídia empresarial através das notícias (a serviço dos monopólios) que envolve o Campo, assenta-se sobretudo a dois aspectos: a exaltação ao agronegócio pelo seu sucesso na balança comercial e às ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, sobretudo através do ‘fato social’ de ocupações de terras e dos conflitos, embates e tensões dessas ações advindas. Nota-se *uma invisibilidade das ações dos povos do Campo acerca da produção de alimentos e da qualidade destes alimentos*, exceto em espaços alternativos.

Dada estas estratégias desenvolvidas pelo poder hegemônico econômico-político, o imaginário social busca construir um entendimento de que há uma relação estreita entre as ações dos Movimentos Sociais populares e os conflitos – regados com práticas de violência – que ocorrem no Campo e, por consequência, a conotação de que os Movimentos Sociais são a causa fundante da violência no Campo<sup>322</sup>.

Esta lógica acaba reforçando a noção de que as lutas sociais são anomalias, pois a harmonia e o equilíbrio seriam o “estado normal” de qualquer sociedade ou grupo humano. Essa noção – formulada por pensadores como Durkheim, Pareto e Parsons – considera qualquer conflito como uma perturbação, portanto, um mal que deve ser eliminado ou até mesmo reprimido. Em outros termos, o conflito seria uma patologia social (BOBBIO, *et al*, 2004, p. 226) a ser combatida, buscando o equilíbrio e a harmonia. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 55).

<sup>321</sup> A busca pelo acesso à terra e sua posse (por exemplo empreendida pelos movimentos camponeses), a manutenção e demarcação de territórios (indígenas, quilombolas, posseiros, entre outros) constituem um polo da contradição principal no Campo, mas expressam múltiplas características que demarcam a natureza da luta e do conflito. Por ser expressão em confronto de agentes sociais em oposição – tomada a contradição principal no Campo – que possuem compreensão diferenciada acerca da função e da posse da terra, este processo constitui-se em confronto direto e prático e/ou em ações judiciais para dirimir o conflito. Esses conflitos, são, em certa medida, impulsionados pelas percepções em relação à constituição do outro, “sempre considerado invasor, e são pautadas em visões distintas sobre a história da ocupação do lugar. Nesses embates, são frequentes múltiplos agentes sociais que se chocam [...]. [...] o confronto se estabelece entre índios e o homem branco [...] entre lavradores e fazendeiros [...] entre fazendeiros e posseiros. Há ainda confrontos entre mais de dois agentes principais. [...] são palco de luta onde se sobrepõem lavradores, posseiros, comunidades indígenas, fazendeiros e o governo [...] área em disputa, terra pública. Há ainda, conflitos que ocorrem entre fazendeiros e trabalhadores rurais, que descontente com a sua condição, advogam a desapropriação das terras por eles trabalhadas, em nome da função social da propriedade. [...]” (MOTTA, 2005, p. 124).

<sup>322</sup> A consolidação deste entendimento fortalece a estratégia da “Soberania Policial” que tem por objetivo, criminalizar os pobres e trabalhadores organizados para poder oprimir e matar, conforme vemos nas análises e reflexões de Giorgio Agamben que expressam o que vemos na realidade atual. Segundo ele, “A entrada da soberania na figura da polícia não tem, portanto, nada de tranquilizadora” (AGAMBEN, 2015, p. 99).

As forças sociais em confronto quase só são manifestadas, definidas, externadas (como força prático-material) no conflito<sup>323</sup>. Se considerarmos que a contradição é o motor do processo de transformação, o conflito quando materializa, apreende, compreende a luta de contrários, torna-se externalidade das condições objetivas de tensionar os contrapontos. No entanto, vale destacar que a apreensão analítica desse processo conflituoso, tem apresentado fortemente influenciado pelas condições ideológicas que permeiam o discurso “explicativo” principal. Tomando os conflitos agrários, – como vimos anteriormente – mesmo sabendo que os Movimentos Sociais do Campo pautam suas lutas para além da disputa da terra simplesmente, essa oposição à concentração de terras, que é histórica, é tomada como um ataque ao “sagrado” e inquestionável valor que é a propriedade da terra, e apenas por isto, a luta organizada passa a ser visto como uma patologia que deve ser tratada e erradicada do funcionamento do sistema hegemônico.

A organização e mobilização dos movimentos sociais agrários possuem este caráter de “unificar para a luta” por direitos, especialmente pelo direito à terra e, por extensão, ao trabalho, moradia, saúde, educação, enfim, uma vida digna no campo. Um dos problemas, no entanto, é que a chamada questão agrária possui uma disputa ideológica, constantemente reforçada pela mídia que reproduz a noção de “ameaça à harmonia social”. Isso transforma as ações dos movimentos sociais em “atos hostis”, naturalizando uma imagem distorcida sobre as reais causas dos conflitos e os verdadeiros promotores da violência no meio rural brasileiro. (SAUER; SOUZA, 2011, p. 56).

A estruturação e desenvolvimento dos processos de acumulação do capital e, por sua vez, de dominação social foi sempre uma ocorrência geográfica-territorial. Vemos pela prática e processo histórico, que em fase de expansão as relações capitalistas impõem reorganização espacial e, desse modo, interferem objetivamente tanto, na base natural, como social, em algumas regiões e territórios.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003) definiu como acumulação pela espoliação (*accumulation by dispossession*). Essas relações são compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. A acumulação pela espoliação

---

<sup>323</sup> Os conflitos – de diversas naturezas – marcaram diferentes sociedades no decorrer da história. No entanto, considerando a Questão Agrária atual, destaca-se que os Movimentos Sociais constituem uma forma de luta que coloca no horizonte transformações substanciais e, por essa razão, causa no adversário-opositor, também a necessidade de buscar alternativas diferentes à busca do consenso apenas. É por esta razão, que a ‘racionalidade dominante’ desenvolve as condições favoráveis conjunturais para enfraquecer e combater de diversos modos esses Movimentos Sociais. Como bem destaca Simmel, (1983, p. 157, *apud* Paulino, 2008, p. 56) “[...] às vezes o mero confronto de elementos, mesmo quando ocorre sem qualquer propósito de agressão ou de outra forma de conflito, aparece aos olhos dos outros como uma ameaça e um ato hostil”. Não é à toa que o discurso defendido pela mídia, de modo geral – se considerarmos como exemplo as mobilizações de 2013 para cá no Brasil, que possuem identidades diferentes, se relacionados com as mobilizações dos Movimentos Sociais populares do Campo (MST, MAB, MPA, etc.) – é que estas, ou qualquer outras que sejam de base popular, devam ocorrer tendo como princípio a pacificidade.

significa um estágio avançado das relações capitalistas, que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas. É claro que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos. Além da espoliação, há a tentativa de controle dos territórios [...]. Esses processos de disputa e espoliação ocorrem nos campos, nas cidades e nas florestas, em escalas diversas. [...]. (FERNANDES, 2015, p. 36).

Novos espaços [e territórios] são ajustados para este fim, e por vezes com a presença de lutas sociais e práticas de resistência, onde setores da economia e da política local, atuam na direção de “superação” do tensionamento, ou até mesmo, como parceiros nos processos de repressão à luta social. Está na agenda do modo de produção capitalista, a eficiência em superar diversas adversidades geográficas espaciais e político-organizacionais de base popular, bem como identificar e otimizar parcerias com sujeitos e representantes dos poderes locais para a implementação de suas medidas que se materializam (ou podem se materializar) exitosas do ponto de vista sistêmico<sup>324</sup>.

As condições estruturais que determinam uma situação contrastante na agricultura nos levam a refletir sobre as relações de poder, pois em contraponto à depauperação com que se debate uma parcela importante do campesinato, há a vitalidade do negócio agrícola, que se alimenta de estratégias de controle territorial. Tal controle pressupõe o concurso de vários agentes do poder público e do setor privado, que atuam em escalas que vão da local à global. Essa é a maneira pela qual, via de regra, tem sido alcançada a propalada eficiência produtiva, em que o critério de avaliação é meramente quantitativo, baseado nos recursos monetário amealhados ao fim do processo produtivo. (PAULINO, 2008, p. 219).

É neste sentido, que vemos ser aceito com maior “naturalidade”, que os impactos socioterritoriais e as mudanças que ocorreram e continuam a ocorrer, trouxe um momento novo para a agricultura brasileira, onde o sistema do agronegócio, através de um “domínio cada vez mais crescente sobre áreas de monocultivo de certos produtos (como cana-de-açúcar, soja, laranja, eucalipto, pastagens para gado de corte, entre outros)” (SANTOS, 2015, p. 41) tem sido a proposta das classes dominantes para o “desenvolvimento” do Campo brasileiro. Através de diferentes estratégias e intensas campanhas ideológicas, adquiriu hegemonia e certo consenso na sociedade, conseguindo legitimar uma visão e concepção do ‘senso comum’ para a maioria das pessoas. Nota-se, portanto, que esse senso comum acolhe e reproduz o conteúdo ideológico de que o agronegócio, além de produzir comida, alimento, superou o latifúndio de velho tipo (atrasado). Deste modo, tanto os discursos, quanto as

<sup>324</sup> As estruturas jurídico-políticas estão totalmente adaptadas para a operacionalização dos interesses do capital internacional em suas diferentes escalaridades. Muitos acordos e negociações – correspondente com o interesse de grupos econômicos – se dão por vezes tendo como mediador e apoiador o Estado-Nação e, por essa razão, não há diálogo e nem interação com as regiões, seus municípios, sendo a tomada de decisão deliberada “por cima” e/ou outras estratégias e negociações, se dão com o diálogo, apoio e intervenção do poder local, sem levar em conta qualquer aspecto da ‘Soberania nacional’. Este segundo caso, ocorre mais em municípios com cidades de grande porte, bem como com a esfera estadual, por exemplo.

definições políticas, passaram a atestar, por exemplo, que o Brasil já não seria mais o país do latifúndio improdutivo, mas da empresa moderna rural, do agronegócio.

Esta mudança de “eixo” que está na base da “pseudo-superação” [em sua totalidade] do latifúndio de ‘velho tipo’ para o agronegócio<sup>325</sup> é que, em certa medida, causou a mudança da natureza da luta social – mudança de foco e estratégias – e, portanto, a amenização do tensionamento das lutas feitas pelos Movimentos Sociais nos últimos anos, tendo em vista que, um dos princípios que compunha as razões de ocupação de terras, era justamente serem improdutivas, caracterização de sentido que não procede ao tratar da mudança para o agronegócio. O “ataque” ao agronegócio terá sempre maiores reações – com ‘requintes de crueldade’ – por parte das forças dominantes que materializam o exercício do poder econômico e político, que na maioria das vezes usa a violência<sup>326</sup> como estratégia se utilizando dos aparatos estatais e outras vezes, de estratégias privadas<sup>327</sup>.

[...] a discussão sobre a importância dos movimentos sociais agrários e os verdadeiros sujeitos da violência no meio rural exige que se estabeleça uma clara distinção entre conflito e violência. Se o conflito é a expressão de divergência de interesses, no âmbito do exercício do poder (para Marx, o conflito é resultado de interesses divergentes e contradições de classes na sociedade capitalista, portanto, possui uma base econômica), a violência é a exacerbação deste conflito com o uso da força (física, armada, econômica, política) que, para além do exercício do poder (Arendt), exclui e destrói o outro, o oponente. (SAUER; SOUZA, 2008, p. 56).

O conflito como um dos aspectos do processo de relações em enfrentamento (da contradição) se inscreve como potencialidade e qualificação de interações sociais, principalmente, por aprimorar o caráter integrador das razões objetivas que levam ao processo de enfrentamento ao opositor, bem como, lapida os princípios e a condição identitária, que dão a esses sujeitos sociais coletivos a condição social e política de tensionar o *status quo* do

<sup>325</sup> Obviamente que latifúndio de velho tipo e agronegócio não são a mesma coisa. Porém, relações sociais e formas estruturais-materiais convivem o que nos aporta ao entendimento que não houve uma superação do latifúndio em sua totalidade.

<sup>326</sup> A violência é um dos meios mais utilizados para barrar o processo de territorialização das práticas, do modo de produzir do campesinato, das lutas sociais, bem como, da ocupação e das disputas por territórios. Não esqueçamos também da ‘violência’ de novo tipo, do ‘biopoder’, implementado ‘silenciosamente’, que analisamos acerca do papel da biotecnologia moderna e da engenharia genética sob a égide do capital ao ser implementado nos processos produtivos no Campo.

<sup>327</sup> Exemplo característico ocorreu no Brasil com o êxito nas eleições presidenciais (em 2002) do Partido dos Trabalhadores (sobretudo no ano de 2003, primeiro ano de mandato do presidente Lula), em que houve um significativo aumento da violência no Campo com assassinatos de trabalhadores camponeses, onde o imperativo da ação estava centrado na segurança privada. De acordo com Arendt (1994), tendencialmente a violência aparece quando o poder é colocado em risco (SAUER; SOUZA, 2008). “[...]. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as consequentes manchetes de que os ‘conflitos no campo crescem na gestão Lula’ (*O Estado de São Paulo*, 09/abril/2004) materializam a ‘desconfiança’ de setores da classe dominante agrária em um governante historicamente identificado com os movimentos sociais que lutam pela terra. Essa ‘sensação de perda de poder’ levou grandes proprietários a organizar milícias privadas e a usar métodos e meios violentos para ‘defender as propriedades’, resultando em um aumento da violência” (SAUER; SOUZA, 2008, p. 58).

sistema. Neste sentido, o processo de conflito permeia a mediação de reconhecimento de muitos sujeitos sociais<sup>328</sup> (TÁRREGA; RODRIGUES, 2015), sendo as adjetivações constituídas e constituintes no potencial dessa relação de forças, bem como, das demonstrações práticas acerca de perspectivas propostas na ocupação do território. “A ocupação possui um sentido econômico-social que implica a materialização de relações sociais e incorporação de novos espaços a uma determinada dinâmica de produção. [...]” (FABRINI, 2005, p. 342). E, neste sentido, a “forma” como ocorre a ocupação é que determina o seu conteúdo – material pós ocupação – que expressa as anteriores relações sociais, econômicas e políticas, vivida no Campo e na sociedade de modo geral.

O próprio termo ocupação foi ressignificado pelas lutas sociais, possibilitando apreender o conteúdo histórico da base material em sua forma contraditória/conflituosa, mas, sobretudo, na potencialidade de redimensionar a ordem estabelecida. A força unificadora é material, tendo em vista que, não se trata de idealizar o conflito, ou até mesmo considerá-lo de maneira equivocada, mas fundamentalmente reconhecer que este é inerente ao movimento do real nas suas relações sociais e, se torna expressão da dinâmica política desse processo real. “[...]. Diferentemente da constante insistência de setores ligados à oligarquia, as ações dos movimentos sociais não ‘minam o Campo’, mas explicitam e materializam a resistência aos processos violentos que constituem a realidade agrária e o modelo agropecuário” (SAUER, SOUZA, 2008, p. 62).

Considerando a força material político-transformadora desse processo em contradição, gestada (aprimorada) na conflitualidade, é que os impactos socioterritoriais ocorrem demarcando naturezas e postulando os sentidos de desenvolvimento e de intervenção humana. Dominar o território é fonte indispensável de ‘poder’ social e de fazer-se ‘ser social’.

É particularmente essencial compreender que a forma assumida pela propriedade territorial ‘amarra’ relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais particularmente as classes trabalhadoras. [...]. (MARTINS, 1988, p. 67, *apud* SAUER; SOUZA, 2008, p. 63).

O espaço-territorial no Campo em sua forma-conteúdo expressa a ‘ocupação capitalista’ e uma ‘ocupação de resistência’, portanto, ancorada na contradição e, por consequência o conflito entre a territorialização das relações capitalistas e de relações não

---

<sup>328</sup> Considerando as interpelações levadas aos tribunais que envolvem a luta social, vemos que “o discurso constitutivo do direito nega os sujeitos” (TARREGA; RODRIGUES, 2015, p. 96). Portanto, ser integrante de um Movimento Social (de base popular) é ‘não ser’, ou ‘um ser em busca de...’. Estes seres sociais que lutam só passam a ser reconhecidos como ser social perante os ‘olhos oficiais e estatais’ na maioria das vezes, na sua criminalização, ao lutar por melhores condições sociais.



capitalistas – ou relações que tensionam e buscam a negação das relações genuinamente capitalistas.

Dada a transformação da terra em mercadoria (embora não compõe um valor, mas tem preço no mercado) a ocupação que o sistema capitalista faz, não necessariamente ocorra demograficamente e com as condições e necessidades de existência de relações sociais, tendo em vista que nem sempre o capitalista proprietário adquire terra para utilizar com atividades produtivas, mas, por vezes, apenas para especulação. Neste sentido, nem sempre há ‘territórios vazios’ dentro das relações do capital, porque mesmo não sendo produtivo, faz parte do conjunto de mediações da lei básica de reprodução do capital.

No entanto, o processo e a forma de ocupação (o apossamento) se efetiva, em regra, pela expulsão e/ou expropriação da terra e dos ‘territórios’ de povos originais, posseiros e outros pequenos proprietários com a utilização de diferentes métodos e estratégias. Neste sentido, o conflito não é apenas a expressão de um fato social (que materializa algum tipo de violência física, por exemplo), mas, sobretudo é a sobreposição de interesses de exploração às necessidades básicas de produção e reprodução da existência dessas pessoas. A invasão, como prática inerente das relações do capital, normalmente precede a ocupação e a instalação de relações objetivas de sua reprodução<sup>329</sup>.

Contudo, o avanço e a intensificação dessas relações capitalistas geram, na estrutura social – desse novo espaço-território – resultante desse processo, os conflitos e as formas de resistência elaboradas e aplicadas por aqueles que ocupam o território para, a partir do seu trabalho, garantirem a reprodução existencial. É neste sentido que, percebe-se que a força motriz do conflito está intimamente ligada com a natureza e o conteúdo do termo ocupação<sup>330</sup> e, que de certa maneira, embasa o embate ideológico (da luta de classes no Campo) acerca do significado de invasão e ocupação.

Dado esse processo de contradições (Principal e Secundárias), o processo de ocupação do espaço-território resultante da resistência e ação dos povos e trabalhadores do Campo, não territorializa apenas relações produtivas e sociais, mas sobretudo, territorializa o fruto da Luta Social e da organização social interessada, e, fundamentalmente ‘**territorializa a luta**’ como

<sup>329</sup> Exemplo típico desse processo no Brasil, entre vários, foi a ‘frente pioneira’, a partir dos anos de 1970, “[...] essencialmente expropriatória, traz no seu interior e faz avançar as relações tipicamente capitalistas sobre o território tribal e camponês” (FABRINI, 2005, p. 343).

<sup>330</sup> Segundo Fabrini (2005, p. 343), no Brasil, “O termo ocupação assumiu, recentemente, novos conteúdos acrescentados pela luta desenvolvida pelos sem-terra, que passaram a questionar a apropriação de terra ordenada pelo capital por meio das *ocupações de terra*. Se entre os posseiros, por exemplo, eram eles que tinham suas terras invadidas e ocupadas pelos grandes proprietários de terra e empresas capitalistas para realizar a acumulação, agora é o latifundiário que vê suas terras ocupadas pelos camponeses sem terra para sobreviver do seu trabalho”.

forma-conteúdo para o enfrentamento às relações do capital, tendo em vista que a constituição dos Movimentos Sociais de base popular, também significa uma territorialização material, ou, um conteúdo espaço-territorial que pode ou não expandir devido as contradições objetivas e as [co]relações de forças nesse processo imbricadas.

Com este processo de análise quer se demarcar que a ‘Luta Social’ é condição *imane*nte<sup>331</sup> para a implementação da Soberania Alimentar. Ou seja, é *expressão [social] da determinação social do método de transição* tendo em vista que a atuação para a realização da Soberania Alimentar se dá em diversos sentidos e contra todas as determinações político-materiais desenvolvidos pelo modo de produção. A luta social é condição e *mediação* prático-material que visa esse horizonte de transformação<sup>332</sup>.

A Soberania Alimentar nasce e pauta-se na contradição e com a clareza, que há a necessidade de combate à agricultura industrial corporativa. Busca, portanto, a negação, a contraposição e superação dessa investida global e das consequências materiais e sociais provocadas por esse processo. Ficam evidentes na análise desenvolvida, as questões materiais, políticas e ideológicas que devem ser negadas. Neste sentido, a construção, afirmação e a conquista das condições objetivas para a transição necessária, pressupõe de maneira definitiva o fortalecimento de fatores materiais e políticos, como por exemplo a Luta Social, o Controle Social e a Política Pública. A constituição material e social da Soberania Alimentar perpassa, portanto, pela relação dialética entre a negação-afirmação/utopia. Ou seja, negação das relações e práticas hegemônicas que configuram os limites e ameaças e o fortalecimento de práticas ora subordinadas que compõem germes para as novas práticas que configuram a projeção ideal-material da Soberania Alimentar. A Figura 3 apresenta elementos apreendidos no decorrer da análise e das indicações nas elaborações acerca da Soberania Alimentar. Vemos o que nessa relação dialética devem ser negados e afirmados nos processos de transição construídos a partir da relação entre a totalidade concreta e a particularidade onde se efetivam as práticas. Além disso, chama-se atenção, que esses elementos trazidos pela figura

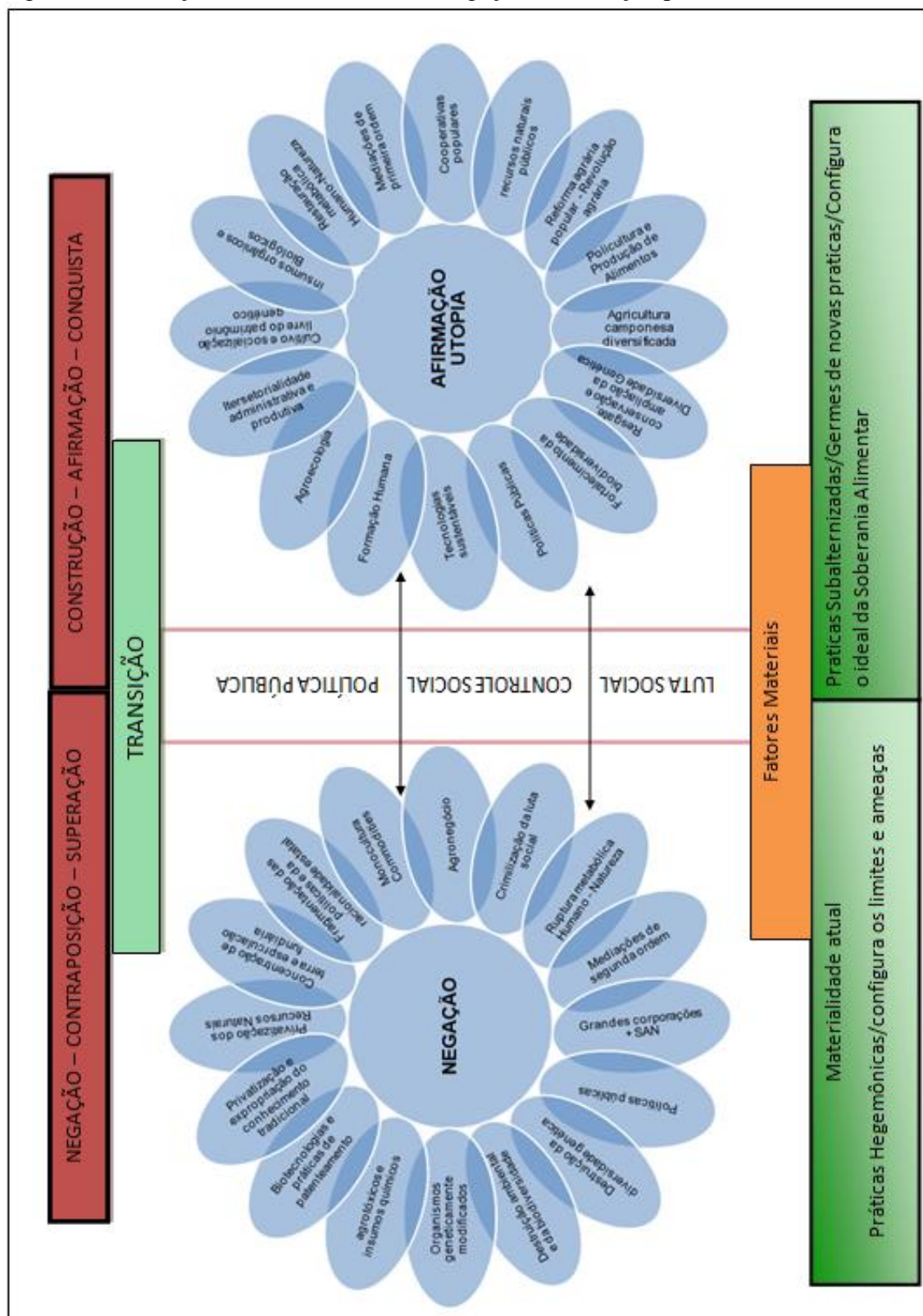
---

<sup>331</sup> Tomamos este conceito em seu sentido filosófico [de *imanência*] que é delimitado pelo espaço-tempo – do passado e do futuro – em sua condição inseparável da materialidade. Com isto quer se afirmar que a Soberania Alimentar é oriunda da práxis dos trabalhadores (prático-produtivo e política), portanto, uma das implicações para a sua realização é a constante e efetiva luta social. O combate frente aos formalismos ‘prático e ideológico’ do modo de produção é a expressão da força material transformadora da luta social.

<sup>332</sup> Como destaca Mészáros (2009, p. 182) “[...] a questão da mediação não pode ser tratada como intercâmbio especulativo de princípios filosóficos abstratos. O problema real não é a *mediação individualística* felizmente concluída e positivamente absolvida de toda a culpa possível pelo princípio da universalidade, como descrito por Hegel. Pelo contrário, é a *mediação* conflitiva/adversante envolvida na forma em que as *relações de poder* potencialmente mais destrutivas são tratadas na sociedade realmente existente pelo complexo intercâmbio entre suas classes opostas de forma antagônica”.

synthesize some important aspects up to now analyzed and shed light on the analyses of the next items and chapters.

Figura 3 - Transição: fatores materiais de negação e afirmação pela Soberania Alimentar



Elaboração do autor, PPFH/UERJ: 2018

Significa dizer que esses dois polos estão intimamente imbricados, ficando separados apenas para a exposição. Como estamos verificando, o processo de transição ocorrerá se as forças históricas indicadas e que incorporam o conteúdo material-político da Soberania Alimentar consiga ir cada vez mais desenvolvendo suas potencialidades – como vemos no polo da afirmação e utopia – ao ponto de negar e superar as condições objetivas que dão a sustentação e que na atualidade se materializam hegemônicas, como descritos no polo da negação.

## 2.5 Fundamentos ontológicos e filosóficos e Soberania Alimentar

Por compreender que o conceito de Soberania Alimentar expressa radicalidade, para o momento histórico atual, em seus *'status nascendi'* – como ação primária e preparação – e em sua projeção ideal e utópica, algumas questões fundamentais devem ser tratadas no debate. Pensar e realizar as condições objetivas de produção de alimentos e transformar-construir a base material necessária para isso, que corresponda ao prescrito na intencionalidade da Soberania Alimentar, constitui-se em tarefa histórica e inadiável. Neste sentido, a partir das análises anteriores (tanto do Capítulo I, quanto deste), busca-se com este item, discutir alguns elementos pertinentes à Soberania Alimentar, somado à preocupação central das condições humanas – do presente e do futuro – de produção e reprodução da existência como espécie e como grupos sociais.

Esta discussão é pertinente dado que é necessário indicar e fundamentar as possibilidades de *negação* e *transcendência* das “*mediações de segunda ordem*”, bem como, evidenciar do ponto de vista filosófico e epistemológico, necessidades e potencialidades que podem contribuir com o projeto societário que tenha em centralidade a “*mediação de primeira ordem*”.

Esta análise, busca demonstrar e chamar a atenção para a intensificação da crise estrutural do capital e das suas estratégias de reprodução que sistematicamente afetam as condições de existência do conjunto da humanidade e, por consequência, impõe a necessidade histórica de se fazer algumas mudanças substanciais – onde se inscreve, por exemplo, a perspectiva da Soberania Alimentar – nas formas de como o metabolismo natural e social é controlado.

Os escritos anteriores são suficientes para demonstrar as evidências que as condições objetivas imputadas pelo modo de produção, exigem da humanidade uma tomada de posição,

tendo em vista que o sistema (a essência) do capital por não ter limites de expansão e avanço, acaba por se converter numa processualidade incontrolável e extremamente destrutiva (ANTUNES, 2011). Neste sentido, pensar as condições objetivas [que embasam a perspectiva] da Soberania Alimentar, é pensar sobre esses elementos fundamentais.

Considerando as relações históricas primordiais – aspectos básicos da atividade social –, como a produção dos meios de subsistência e, sendo estas supridas, a consequente produção de outras necessidades, que constituem o processo de reprodução das pessoas, suas relações e sua consciência, vemos que, no modo de produção capitalista estes aspectos assentados nas *mediações de segunda ordem*, não são garantidas à grande parte das pessoas<sup>333</sup>. E quando o são, estão de acordo com a natureza do modo de produção, apesar das contradições. Desse modo, com a intencionalidade de demonstrar e ancorar o ponto nodal desta análise retomamos e partimos de Marx e Engels.

[...] temos de começar por constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, ou seja a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem ((fazer história)). Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas<sup>334</sup>. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de ano, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. [...]. Assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção de história é observar este fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua dimensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida. (MARX; ENGELS, 2002, p. 30 – 31).

Gramsci em a “Concepção Dialética da História” ao discutir sobre os “Problemas de Filosofia e de História” destaca que a filosofia de uma época é a combinação de muitos elementos e que culmina em uma determinada direção e que “torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral)” (GRAMSCI, 1991, p. 32). Considerando o objeto desta tese, vemos que Gramsci ao discutir nessa obra, no item “Que é o homem?”, traz um conjunto de elementos que ajudam a analisar e a compor os aspectos fundantes, com os quais se tece a presente análise. Ou seja, das premissas primeiras que colocam o homem na condição de fazer história – como destacam Marx e Engels –, a estas condições que ao assumirem as condições históricas, passam a ser expressões das relações sociais e materiais.

<sup>333</sup> “Nossa capacidade produtiva possibilitou, pelo menos potencialmente, que grande parte dos seres humanos passasse do reino da necessidade para o da afluência, da educação e de opções de vida antes inimagináveis, embora a maior parte da população do mundo ainda esteja por entrar nesse domínio” (HOBBSAWM, 2011, p. 21).

<sup>334</sup> Na obra que consulto (A Ideologia Alemã), em nota de rodapé destaca-se que há uma nota marginal de Marx: “Hegel. Condições geológicas, hidrográficas, etc. Os corpos humanos. Necessidade, Trabalho”.

A afirmação de Feuerbach: “O homem é o que ele come”, pode ser, se tomada em si mesma, interpretada de diferentes maneiras. Interpretação primária e imbecil: - o homem é, em cada oportunidade, aquilo que come materialmente, isto é, os alimentos têm uma imediata influência determinante sobre o seu modo de pensar. Recorde-se a afirmação de Amadeo<sup>335</sup>, segundo a qual, se alguém soubesse o que um homem comeu antes de um discurso, por exemplo, poderia interpretar melhor o próprio discurso. Afirmação infantil e, de fato, estranha até à ciência positiva, já que o cérebro não se nutre de feijão ou de batatas, pois alimentos reconstituem as moléculas do cérebro transformados em substâncias homogêneas e assimiláveis, isto é, que tem a “mesma natureza” potencial das moléculas cerebrais. Se esta afirmação fosse verdadeira, a história teria a sua matriz determinante na cozinha e as revoluções coincidiriam com as modificações radicais na alimentação da massa. **É o contrário que é historicamente verdadeiro, isto é, são as revoluções e o desenvolvimento histórico global que modificam a alimentação e criam os “gostos” sucessivos na escolha dos alimentos.** Não foi a colheita regular do trigo que extinguiu o nomadismo, mas, ao contrário, foram as condições emergentes opostas ao nomadismo que conduziram às colheitas regulares, etc.

**Entretanto, é também verdade que “o homem é o que come”, na medida em que a alimentação é uma das expressões das relações sociais em seu conjunto e que todo agrupamento social tem uma alimentação fundamental própria; mas, da mesma maneira, é possível dizer que o “homem é o seu vestuário”, o “homem é a sua moradia”, o “homem é o seu modo particular de reprodução, ou seja, a sua família”, já que – na alimentação, no vestuário, na casa, na reprodução – residem elementos da vida social, nos quais, da maneira mais evidente e ampla (isto é, com extensão de massa), manifesta-se o conjunto das relações sociais.** (GRAMSCI, 1991, p. 41 – 42, (*Grifos meus*)).

Partindo do pressuposto de que a concepção ontológica do mundo precede e dá sentido ao epistemológico e ao político, e assim, caracteriza a natureza desses aspectos e os seus desdobramentos na história e na vida social, é que se destaca a pertinência de discutir estas questões fundamentais. Kosik (1969, p. 113) destaca que “O homem não existe sem ‘condições’ e só é criatura social através das ‘condições’”. Considerando essas questões e as contribuições da perspectiva teórica marxiana, parte-se do entendimento que esse materialismo não é mecânico, ou que pretende reduzir as análises filosóficas, a consciência social, a arte às condições econômicas apenas. No entanto, em condições dadas, como esse processo analítico contribui para pensar o momento histórico-social.

O caráter social do homem, porém, não consiste apenas em que ele sem o objeto não é nada; consiste antes de tudo em que ele demonstra a própria realidade em uma atividade objetiva. Na produção e reprodução da vida social, isto é, na criação de si mesmo como ser histórico-social, o homem produz:

- 1- os bens materiais, o mundo materialmente sensível, cujo fundamento é o trabalho;
- 2- as relações e as instituições sociais, o complexo das condições sociais;
- 3- e, sobre a base disto, as ideias, as concepções, as emoções, as qualidades humanas e os sentidos humanos correspondentes. (KOSIK, 1969, p. 113).

Como já indicado, a crise estrutural do capital afeta o conjunto da humanidade e impõe a necessidade histórica de se fazer algumas mudanças fundamentais na maneira pela

---

<sup>335</sup> Em nota de Gramsci (1991, p. 41) “Amadeo Bordiga, ex-dirigente comunista, extremista, posteriormente expulso pelo partido”.

qual o metabolismo social é controlado<sup>336</sup>. Novas forças de produção e relações de produção se desenvolvem no interior do sistema (contraditório) e se materializam em antítese às leis hegemônicas do desenvolvimento existente na/da produção e das tradicionais relações que são herdadas. O sistema orgânico resultante desse processo – enquanto totalidade contraditória – tem seus pressupostos. Esse sistema orgânico consiste na subordinação de todos os elementos da materialidade social a si próprio e, por vezes, a criação a partir dele, dos órgãos que ainda lhe fazem falta (MÉSZÁROS, 2011).

Como sabemos em formas precedentes, havia no intercâmbio produtivo certa objetivação em produtos das necessidades do uso e da auto-suficiência. Esta forma de intercâmbio produtivo dava o sentido da relação entre os seres sociais, e destes com a natureza. Frente aos princípios que movem a reprodução do capital em operação, estas formas são vulneráveis, mas se fazem presentes mesmo que em pequenas escalas no interior do modo de produção. Ou seja, a questão da auto-suficiência é posta como implícita, já que há certa dificuldade, de acordo com a racionalidade capitalista de quantificar o valor de uso, ganhando ‘força e forma’ o valor de troca, quantificável e fetichizado<sup>337</sup>. Mézáros chama a atenção para esse tensionamento constante que a história vem demonstrando, que o modo de extração de sobretrabalho (Mais-Valia) adotado pelo capital é estritamente quantificável e vive em contraste com relações ‘não-capitalistas’ ou do tipo soviético que se apresentam como forma basicamente político-social de controle de extração de sobretrabalho.

De modo geral, o modo de produção capitalista, em que a cada relação econômica pressupõe outras relações que a cada momento são saturadas em vista a contemplar cada vez mais o projeto e a forma econômica-burguesa. A cada novo elemento fundamental criado que ganha relevância no processo de reprodução do capital se torna sistematicamente um pressuposto, que demonstra o distanciamento de alguma possibilidade de formas que não são genuinamente, relações de capital. Há, portanto, como destaca Mézáros a composição de

---

<sup>336</sup> Uma premissa da maior importância. Mézáros dedica parte de seu livro “A crise estrutural do capital” – ver referências – para discutir “A necessidade do Controle Social”. Tomando como base as elaborações desenvolvidas por Isaac Deustcher em *A revolução inacabada: Rússia 1917 – 1967*, referenciado em nota de rodapé por Mézáros, (DEUSTSCHER, Isaac. *The Unfinished Revolution* (Oxford, Universidade Oxford, 1967). Ed. Brasileira: *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1968) denuncia e anuncia que, se os problemas atuais oriundos do modo de produção colocam em risco a existência da humanidade, as resoluções para esses problemas só serão possíveis se forem construídas pela unificação da humanidade destacando que essa unidade poderá ser encontrada no socialismo e o princípio integrador vem da organização social.

<sup>337</sup> No debate que faremos no último Capítulo acerca da Agroecologia estes elementos serão retomados sob críticas, fundamentalmente, no item 4.2 ‘Questões ontológicas relacionadas ao valor e a necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: ‘Quantun’ e ‘Valores’ ressignificados’.

uma ‘gaiola de ferro’ que dificulta possibilidades, impõe os limites e anula as condições objetivas de transformação fora da racionalidade sistêmica.

A unidimensionalidade orgânica – instrumental – entre capital e política – [uma evolução una-contraditória] – e a submissão da política frente ao poder do capital determina o fim, ou pelo menos fragiliza de forma espantosa, ferindo o âmago daquilo que é a natureza da política, sua potencialidade nas deliberações supostamente autônomas ou como poderíamos pensar em um processo de desenvolvimento econômico-social sob a batuta de um controle, de um conjunto de limitações de forma consciente. Na racionalidade do poder do capital isto não está na pauta. É este o aspecto que demarca uma das grandes contradições do sistema, que no ápice de sua maturidade, intrinsicamente se desenvolvem as condições objetivas que denotam e demarcam a sua insustentabilidade.

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes de produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 73).

Estes aspectos demandam a necessidade cada vez mais eficaz e irreprimível de buscar a expansão do modo de produção a qualquer custo, mas contraditoriamente trazem consigo uma intransponível limitação histórica, sobretudo a dois aspectos: 1- a forma sócio-histórica do capitalismo e/ou do projeto burguês e, 2- a viabilidade propriamente dita do sistema em geral, que em sua lógica cruel e expansionista se apresentou fundamentalmente irracional<sup>338</sup> (MÉSZÁROS, 2011). Nota-se, portanto, que o modo capitalista de produção, objetivamente não pode se concretizar com todas as suas artimanhas globalmente, tendo em vista a sua forma essencial que prevalece universalmente, numa lógica e modo econômico de exploração do trabalho, na forma de extração e apropriação de mais-valia. A questão está justamente em que não haverá ‘diálogo harmonioso’ entre as práticas e relações do sistema, entre a lógica pura do sistema com as contradições que são inerentes e resultantes desses processos.

---

<sup>338</sup> O Século XX demonstrou estes dois aspectos levando à necessidade de adoção de algumas possibilidades amenizadoras ou restrições racionais como por exemplo o Keynesianismo de Estado (Estado do Bem-Estar Social) e, até mesmo como rebento desse movimento histórico, os processos revolucionários que levaram a consolidação do Estado Intervencionista Soviético, entre outros. Já no Século XXI, e presenciando o avanço do sistema capitalista, podemos concluir que estas duas contraposições oriundas do processo histórico tensionou o sistema capitalista, mas hibridizou as relações do capital que continuam avançando (FRIGOTTO, 2006).



Ricardo Antunes destaca a pertinência das análises de Mészáros acerca das questões que incidem na crise estrutural do capital que atualmente vem se manifestando cada vez mais.

Sua aguda investigação, debruçando-se ao longo de todo o século XX, o leva a constatar que o sistema de capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como *mediações de segunda ordem* – quando tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais –, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. (ANTUNES, 2011, p. 11).

Marx e Engels na Ideologia Alemã ao criticarem o ‘*Materialismo contemplativo e inconsequente de Feuerbach*’ destacam que tendencialmente há, por parte do filósofo, uma certa dificuldade em lidar com o mundo sensível e apontam alternativas em vista à transformação, “[...]. Ele não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes do produto da indústria e do estado em que se encontra a sociedade [...]” (MARX; ENGELS, 2002, p. 27). Intrínseco a esses aspectos está a questão do humanismo, que a partir do entendimento – marxiano – de que se o homem é formado pelas circunstâncias, estas, portanto, deverão ser formadas humanamente. José Barata-Moura (1997) ao discutir a relação humanismo-naturalismo chama atenção para a constitutiva responsabilidade dos humanos na tomada de decisões e nas orientações que embasam a configuração histórica material concreta do seu viver e da sociedade que se formará. As transformações na materialidade, e o humanismo de Marx, serão resultantes de “uma reivindicação permanente da feitura humana da história como empenhamento teórico e prático da racionalidade” (BARATA-MOURA, 1997, p. 166). A ação interventora do homem se pautaria numa racionalidade não limitada num intelectualismo abstrato e com o compromisso correspondente ao tecnicismo e a visão restritiva-unilateral da modernidade<sup>339</sup>. No entanto, o ponto de partida para essa questão está no processo de apreensão do movimento do real.

A racionalidade do real, para Marx, não é prescrita, mas inscrita; não é uma pura crença subjectiva inaugural, vocacionada para o desempenho tranquilizante de ulteriores funções ((arquitectónicas)) **(em especial, nos momentos de maior aperto crítico), mas um horizonte de materialidade interactuante que desafia o encaminhamento (humano, prático) das próprias necessidades que vai formando.** (BARATA-MOURA, 1997, p. 167, (*Grifos meus*)).

---

<sup>339</sup> São questões fundamentais como estas, que ao meu entendimento, demandam a análise acerca da relação imbricada entre Soberania Alimentar, Formação Humana e Educação Politécnica e Omnilateral – como veremos no Capítulo IV.

Um conjunto de linhas limítrofes advindas da forma sócio-histórica do sistema, se apresenta perante o homem na atualidade e colocam em questão pontos centrais a serem observados acerca da existência da humanidade que está em jogo, e, por esta razão tem sido colocada em pauta e no debate pelo pensamento crítico.

Por exemplo, a questão importante da relação do homem com a natureza (ou como Bruno diz (p. 110), as ((antíteses na natureza e na história)), como se estas fossem duas ((coisas)) separadas uma da outra, como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural), da qual saíam todas as ((obras imperscrutavelmente elevadas))\* sobre ((substância)) e ((consciência de si)), desfaz-se por si própria com a compreensão de que a celebrada ((unidade do homem com a natureza)) desde sempre existiu em todas as épocas de formas diferentes, segundo o menor ou maior desenvolvimento da indústria, tal como a ((luta)) do homem com a natureza, até o desenvolvimento das suas forças produtivas numa base correspondente. [...] (MARX; ENGELS, 2002, p. 28).<sup>340</sup>

Nessa mesma perspectiva, há que se notar a interdependência entre a realidade e o humano.

A realidade não é (autêntica) realidade *sem* o homem, assim como não é (somente) realidade do homem. É realidade da natureza como totalidade absoluta, que é independente não só da consciência do homem mas também de sua existência, e é realidade do homem que na natureza e como parte da natureza cria a realidade humano-social, que ultrapassa a natureza e na história define o próprio lugar no universo. **O homem não vive em duas esferas diferentes, não habita, por uma parte do seu ser, na história, e pela outra, na natureza. Como homem ele está junto e concomitantemente na natureza e na história. Como ser histórico e, portanto, social, ele humaniza a natureza, mas também a conhece e reconhece como totalidade absoluta, como *causa sui* suficiente a si mesma, como condição e pressuposto da humanização.** (KOSIK, 1969, p. 228, (*Grifos em negrito meus*)).

O processo de *hominização* é constituído e constituinte dessa relação entre homem, natureza e forças produtivas. O que se nota é a necessidade histórica, perante o estágio de desenvolvimento do modo de produção, que segundo Mészáros (2011, p. 72) “Essa é a razão pela qual Marx, que insiste que os homens devem modificar ‘*de cima a baixo* as condições de sua existência industrial e política e, conseqüentemente, *todo o seu modo de ser*’ [...]”.

Aparentemente pode chegar a nos propiciar uma leitura, de que tal afirmação chega a ser idealista dada a materialidade em que o processo de reprodução do capital assenta a sua premissa fundamental. No entanto, como bem destaca Marx ao fazer a crítica a Proudhon<sup>341</sup>, de que produzimos, sob a égide de determinadas relações de produção e sociais, mas “que essas relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens [...]” (MARX, 2007, p. 100) da mesma maneira que os produtos que são frutos de nosso trabalho. É neste

<sup>340</sup> O Bruno na citação, referido por Marx e Engels, é Bruno Bauer e seu artigo ((Charakteristik Ludwig Feuerbach)), in *Wigand's Vierteljahrsschrift*, t. III, 1845, pp. 86 – 146, (nota 8 da obra que consulto) e a frase entre parênteses duplos com ‘asterisco’\* refere-se a Goethe, *Faust*, ((Prólogo no Céu)).

<sup>341</sup> Crítica desenvolvida na obra “A miséria da filosofia”. Ver: referências.

sentido, que se tem a estreita ligação entre as relações sociais e as forças produtivas onde a transformação se dá no processo dialético imbricado, que com a aquisição de “novas forças produtivas, os homens mudam seu modo de produção e, mudando o seu modo de produção, a maneira de reproduzir a vida, mudam todas as suas relações sociais (MARX, 2007, p. 100).

Esse movimento contínuo de desenvolvimento das forças produtivas, e que incidem na destruição de relações sociais – que ora transformadas ganham novas qualidades –, formam necessariamente novas ideias, que podem embasar o processo de afirmação ou de negação da lógica dominante e, é neste sentido que podemos concordar com o entendimento de que “as transformações qualitativas da sociedade são, assim, preparadas por lentos processos quantitativos”. (POLITZER, 2002, p. 64). Dado o estágio e o sentido de desenvolvimento, vemos que as intervenções qualitativas que podem ser tomadas como “construtivas” – na lógica intra-sistêmica – são *a priori* “destrutivas”.

E, no entanto, quando a própria existência da humanidade está em jogo, como de fato está a essa altura de uma crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável – em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipuladoras que apenas agravam a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, “*de cima para baixo*”, da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de “toda a maneira de ser” de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado. Excetuada a realização de tal “impraticabilidade” não há saída para a crise cada vez mais profunda da existência humana. (MÉSZÁROS, 2011, p. 72).

O pensamento crítico tem apontado a demanda – e algumas alternativas – para a necessária transformação da realidade que possa negar o processo de reprodução do capital. No entanto, nesta base real, que demanda é realmente praticável? É este o aspecto fundamental que se tem buscado, a partir das análises na tentativa de transformar em contramedidas e no instrumento de negação e superação de *mediações de segunda ordem*. Estrategicamente o pensamento burguês, tenta desqualificar a perspectiva marxiana, afirmando que a composição destas elaborações está calcada em um determinismo econômico. É neste sentido que Mézáros (2011, p. 72) destaca, mostrando que é exatamente o contrário, que “[...] o programa marxiano é formulado exatamente como a *emancipação* da ação humana do poder das implacáveis determinações econômicas”. As relações concretas e os fatos sociais, não devem ser tomadas como dadas e imutáveis.

Quando Marx demonstrou que a força bruta do determinismo econômico, desencadeadas pelas desumanizadoras necessidades da produção do capital, impera sobre todos os aspectos da vida humana, demonstrando ao mesmo tempo o caráter inerentemente *histórico* – ou seja, necessariamente *transitório* – do modo de reprodução predominante, ele tocou a ferida da ideologia burguesa: o vazio de sua crença metafísica na “lei natural” da permanência das relações de produção vigentes.

E, ao revelar as contradições inerentes a esse modo de reprodução, ele demonstrou a necessária *ruptura* de seu determinismo econômico objetivo. Tal ruptura, todavia, teve de se consumir pela expansão aos limites extremos, submetendo absolutamente tudo – incluindo a suposta autonomia do poder de deliberação política – ao seu próprio mecanismo de controle estrito. (MÉSZÁROS, 2011, p. 73).

Estes aspectos incidem nas relações que demarcam a natureza da produção no Campo, mas, também embasam várias possibilidades para a elaboração de um projeto societário tendo no horizonte a realização da transformação, não só das condições materiais, mas também de um conjunto de outras dimensões necessárias para o processo de humanização. É por essa razão que vale a pena retomar a contribuição marxiana acerca da relação historicamente primária do homem com a natureza, sendo esta, uma relação da natureza consigo mesma, e nesta totalidade, o humano uma parte específica da natureza (MÉSZÁROS, 2006), e que, em sentido estrito, só teria sentido se esta relação fosse o fundamento do processo de *hominização*, tendo em vista que é partindo dessa questão que vemos a cada processo histórico essa relação sendo ressignificada<sup>342</sup>.

Na indústria, na técnica, na ciência e na cultura, a natureza existe para o homem como natureza *humanizada*, mas isto não significa que a natureza em geral seja uma “categoria social”. **O conhecimento da natureza e o domínio da natureza são socialmente condicionados, e neste sentido a natureza é uma categoria social que varia historicamente**, mas a absoluta existência da natureza não é condicionada por coisa alguma e por ninguém. (KOSIK, 1969, p. 229 (*Grifos meus*)).

E, é este o ponto fundamental, haja visto que, dentro do sistema capitalista essa relação passa a ser mais de dominação – correspondendo a interesses privados – e não de coevolução histórica na natureza<sup>343</sup>. Na década de 30 do Século XX, Sir Albert Howard já previa as consequências negativas inquestionáveis desse processo que compõem a ordem do dia, bem como, coloca em questão as alternativas para a sustentabilidade apresentadas pelo próprio sistema. Em sua leitura sobre a base material do Império Britânico antecipa questões fundamentais que vem ocorrendo na produção agrícola sob à racionalidade do Agronegócio.

O lento envenenamento do solo pelos adubos artificiais é uma das maiores calamidades que tem sido infligidas à agricultura e à humanidade. [...]. A inundação do mercado britânico com alimentos baratos, produzidos em qualquer local e sob qualquer condição fez que os agricultores desse país jogassem para os ares a velha prática da agricultura mista (lavoura e criação, N.R.), para salvá-los da falência via redução dos custos da produção. Mas essa solução temporária foi seguida da perda da fertilidade dos solos. A mãe natureza demonstrou a sua

<sup>342</sup> Segundo Mézáros (2006, p. 116), “[...]. Mesmo em relação à própria natureza, sem uma referência histórica concreta nada pode ser afirmado além de que ela é idêntica a si mesma, ao passo que a afirmação da relação parte-todo (o homem como parte específica da totalidade da natureza) exige uma concepção inerentemente histórica”.

<sup>343</sup> Fundamenta a nossa discussão e perspectiva acerca da Formação Humana no último Capítulo e embasa e reforça nosso argumento da Agroecologia como uma ‘Mediação Objetiva-Prática’.

desaprovação através do aumento, sem precedentes, das pragas e das doenças vegetais e por fim humanas. As máquinas pulverizadoras foram chamadas para proteger as plantas; as vacinas e os soros para proteger os animais. Em última instância sacrifica-se e queima-se os animais doentes. Esta política está falhando a olhos vistos. A população alimentada com produtos desequilibrados deve ser assistida por um dispendioso sistema de consultas médicas em hospitais e casas de recuperação. (HOWARD, 2007, p. 322).

Na obra “O Capital”, mesmo em um contexto onde as forças produtivas ainda não estavam totalmente desenvolvidas, como estão atualmente, sobretudo pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia, Marx já demarca alguns aspectos relacionados à questão ambiental. De acordo com Marx apud Guhur (2015, p. 295):

[...] o *metabolismo entre o homem e a terra*, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário [...]. E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. [...]. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (...).

Como já verificado, o processo produtivo sob estes princípios, que nega e transgride a processo e a perspectiva de coevolução, transformou o homem em um ser violento contra a natureza com um grande poder destrutivo e a busca dos lucros a qualquer preço a despeito das consequências que já mencionamos e conhecemos.

A fim de definir o homem como uma parte específica da natureza, é preciso possuir não somente uma concepção histórica ampla da própria natureza, que leve em conta a possibilidade, na verdade a necessidade, de diferenciação no interior da natureza (uma necessidade dependente da geração de condições incompatíveis com o estado de coisas anterior), mas também um fator particular que necessita de uma *forma peculiar de diferenciação*, que resulta na relação intrínseca entre homem e natureza. (MÉSZÁROS, 2006, p. 116).

Ainda sobre estes fundamentos,

Em suma, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. (GRAMSCI, 1991, p. 39 – 40).

É sob estes fundamentos que vemos que a proposição subjacente à capacidade mobilizadora e explicativa da ação interventora do campesinato em vista à produção de

alimentos, determinam estes sujeitos sociais como seres sociais ativos, sendo a atividade sensível materializada no objeto dessa intervenção – no caso a produção de alimentos saudáveis – a prerrogativa de colocar em pauta e de apresentar de forma praticável, possibilidades para essa relação.

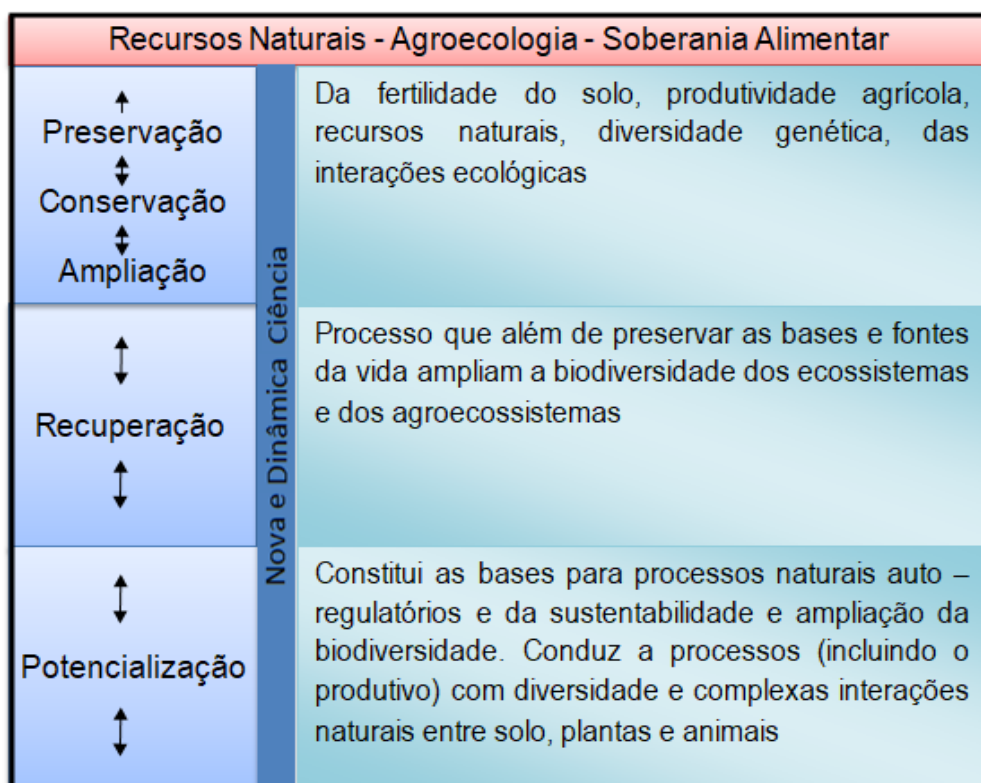
Vários estudos concluem que a produção relativa da agricultura orgânica/agroecológica *versus* a não orgânica é suficiente para suprir o atual consumo médio de calorias por todo o mundo (Pretty; Hine, 2001; Pretty; Morison; Hine, 2003; Badgley et al., 2007). Jules Pretty et al. (2006) compararam 286 projetos por 37 milhões de hectares em 57 países do hemisfério sul e descobriram que as técnicas agroecológicas aumentaram a produtividade dos plantios em uma média de 79% em mais de 12 milhões de propriedades agrícolas, com melhorias nos serviços ambientais. E Catherine Badgley e colegas (2007) examinaram 293 casos em uma base global de dados e concluíram que, em média, a agricultura orgânica no hemisfério norte produz 92% da produção agrícola convencional, mas, no Sul, a agricultura orgânica produz 80% *mais* do que a agricultura convencional. Além, disso constataram que se poderia produzir organicamente alimento suficiente para alimentar o mundo, mesmo sem expandir as terras agriculturáveis, e que as culturas de cobertura com leguminosas poderiam fixar nitrogênio a ponto de substituir as atuais aplicações de fertilizantes sintéticos (cujo uso excessivo prejudica a saúde do solo). (MCMICHAEL, 2016, p. 202).

O campesino em sua imediaticidade, passa a corresponder em possibilidade, à uma nova postura frente existência humana, à natureza e em condições de contribuir na conformação do ‘corpo inorgânico do homem’. O ser camponês inserido nessa rede de determinações, porém de posse de um conjunto de traços particulares contraditórios – ou pelo menos não alinhados ao substancial na reprodução do lucro, devido as condições objetivas – à lógica hegemônica, no seu devir passa a ser portador de uma ‘possibilidade’ de reconstituição prático-social da objetividade e subjetividade humana e, portanto, possibilidade de negação de um conjunto de práticas destruidoras das condições possíveis de reprodução da vida e o cultivo de potencialidades a uma ‘autoconstituição’ de ser social e que pode contribuir para o fortalecimento de condições efetivadoras de *mediações de primeira ordem*.

A partir da literatura podemos perceber que há um princípio que é óbvio nesse processo de restauração das condições metabólicas para um caminho de coevolução homem-natureza. Trata-se da percepção de que tanto a preservação quanto a reconstituição das áreas e bases naturais (entendido como biodiversidade) serão conseguidas com êxito [no longo prazo] quando incorpora-se na ação humana interventora ‘economias’ que envolvem processos diversificados de produção, tutelados por diretrizes de ‘segurança’, controle social e participação política. Ou seja, pressupõe a integração da agricultura produtiva com a conservação-reconstituição-conservação da biodiversidade e das bases produtivas necessárias que potencialize o processo de coevolução.

Neste sentido, a ação interventora do campesinato e o manejo dos recursos naturais sob a perspectiva da Agroecologia e da Soberania Alimentar tornam-se imprescindíveis nesse processo.

Figura 4 – Conservação, reconstituição e potencialização da biodiversidade



Elaboração pelo autor, PPFH/UERJ: 2018 - Fonte: ALTIERI (2009; 2012); GLIESMAN (2001).

Desse modo,

Essa situação somente pode ser modificada a partir de um esforço conjunto da sociedade. O primeiro passo, é convencer a todos do perigo, mostrando o caminho para a resolução do impasse. A conexão existente entre um solo fértil e culturas saudas, animais saudos e por último, mas não menos importante homens saudos, deve ser amplamente divulgada e reconhecida. Todas as organizações e entidades, todas as comunidades que dispuserem de área devem ser encorajadas a produzirem as suas próprias verduras e frutas, leite e laticínios, cereais e carne para que fique bastante clara a importância dos alimentos produzidos no solo fértil. **Um importante item na educação, tanto em casa, quanto na escola, deve ser o reconhecimento acerca da superioridade quanto ao sabor, aroma, qualidade dos alimentos produzidos com húmus quando comparados com aqueles produzidos por produtos industrializados. [...]. Os alimentos deverão ser classificados, comercializados e distribuídos de acordo com a forma como o solo é adubado. [...].** (HOWARD, 2007, p. 322 – 323, (*Grifos meus*)).

O realinhamento da relação do homem com a natureza, por hora enfraquecida e desrespeitosa, tem recebido significativos sinais pelos posicionamentos dos camponeses que compõem alguma frente de luta social. É neste sentido que se pode concluir que o substancial na efetivação da Soberania Alimentar, está em que, mesmo em condições de subalternização desses sujeitos sociais, há a busca de práticas que revisitam conhecimentos pertinentes à sua ação interventora e agem em sentido contrário à alienação homem-natureza.

Pesquisas demonstram que as pequenas propriedades agrícolas são “amigas das condições climáticas”, tratando o solo com fertilizantes orgânicos que absorvem e sequestram carbono mais eficazmente do que a agricultura industrial, de tal modo que “a conversão de 10 mil fazendas de pequeno e médio porte para a produção orgânica armazenaria carbono no solo em nível equivalente a retirar 1.174 milhões de veículos de circulação” (Altieri, 2011). Para a Soberania Alimentar, a terra é examinada não pelas lentes das mercadorias, mas sim pelas lentes ecológicas, culturais e/ou multifuncionais como a base de uma agricultura agroecológica intensiva em mão de obra e de baixa aplicação de insumos químicos. É sobre esse princípio fundamental que o contramovimento ao regime alimentar se fortaleceu, [...] para Soberania Alimentar defendendo que os campesinatos em nível global alimentam o mundo e resfriam o planeta. (MCMICHAEL, 2016, p. 203 – 204).

Há que levar em consideração que o entendimento acumulado tem desenvolvido visões ecológicas e de intervenção humana revolucionárias e são de extrema importância para todos, adotando o enfoque que faz uma vinculação estreita entre a transformação social com a transformação da relação humana frente a natureza. O atual estágio de desenvolvimento econômico e industrial adquiriu grande potência de modificar os elementos da natureza, reduzi-los, impedi-los que se desenvolvam enquanto espécie viva. Esta questão tem sido cara ao campesinato, tendo em vista que, sem a privatização do conhecimento e dos discursos de razoabilidade, estes conhecimentos da dialética da natureza poderiam ser aprimorados por todos e o resultado desse processo, ser transformado em bem público<sup>344</sup>, em conhecimento desinteressado, mesmo neste contexto, ser um conhecimento prático, transformador. A continuidade destas determinações objetivas da reprodução do sistema é que demarcam a necessária transformação e o redimensionamento da relação do homem com a natureza, haja visto os problemas para as futuras gerações.

---

<sup>344</sup> Para demonstrar essa questão evoco uma ideia veiculada pelo professor Antonio Inácio Andrioli ao proferir a aula inaugural em 01 de abril de 2016 em um Curso de Especialização em Educação do Campo da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul ao destacar as diferenças entre o conhecimento popular e o conhecimento que se produz na academia. Além de vários aspectos, anotou que, quando um pesquisador descobre, elabora algo novo, apreende de conhecimentos que já estão elaborados, mas por vezes, não sistematizados – seja instrumentos, tecnologia, conhecimento de modo geral –, este logo visa individualizar, privatizar, patentear, ou até mesmo ‘esconder’, enquanto que no processo de produção de novos conhecimentos, experiências, feitas por trabalhadores, como por exemplo pelos camponeses, estes fazem questão de ‘espalhar’, contar, divulgar aos outros e de modo geral, dar publicidade à novidade e colocar à disposição dos demais trabalhadores.



É dentro deste sentido da força do conhecimento crítico que Antonio Gramsci assinalava que, na luta política para o envolvimento das massas populares, era crucial repetir, de forma metódica e de diferentes modos, pequenas verdades para torná-las comuns a todos. Entretanto, sublinhava que a superação de um panorama ideológico – referência à sociedade capitalista – somente poderia ocorrer quando essas massas adquirissem o conhecimento e a consciência que as fazem entender, por si mesmas, a necessidade desta superação. (FRIGOTTO, 2014, p. 111).

Se levarmos em consideração que a formação do ser social sob a égide desse sistema e entendendo que, “O ser é uma realidade objetiva, a consciência é o reflexo subjetivo dele” (POLITZER, 2002, p. 137 – 138), sem a devida intervenção e controle social isto contribuirá para o fortalecimento de um conjunto de processos negativos para sociedade devido o fortalecimento dessas relações sociais e dessa lógica. É este o contexto que demarca que os ‘resquícios’ de relações e práticas sociais e econômicas do campesinato se tornam relevantes para corresponder a estas questões e contradições e demonstram a historicidade vigorosa do pensamento ecológico e da necessidade de sua aplicação na atualidade.

Em suma, o humano e sua mundaneidade são, pois, constituídos ativamente pelos próprios homens, o que resulta numa sensibilidade histórica e socialmente produzida, bem distante da exterioridade abstrata e sem conteúdo, certeza sensível como produção humana, bem como a sensibilidade de seu produtor. Portanto, o caráter objetivo e objetivamente da atividade humana exige como pressuposto e resulta na posição de uma concretude, diversa de sua face inicial, formatada subjetivamente, pelas forças humanas objetivas de exteriorização e produção. (VAISMAN; ALVES, 2009, p. 14 – 15).

A espoliação da natureza pela civilização moderna com seus meios de transformação, a ciência moderna instrumental, potencializaram o processo de alienação do homem nas suas diferentes formas, nas condições objetivas e, por consequência os aspectos espirituais humanos. Por obra do sistema e seu entendimento transformaram a natureza em simples objeto de manipulação de geração de lucros. Se olharmos para a nossa realidade atual e considerarmos a ação humana cotidiana, há um número reduzido de seres sociais que ainda colocam na sua agenda cotidiana uma “pitadinha” de respeito e convivência harmoniosa com terra e com a natureza de modo geral. ‘O espírito de preservação ecológica habita pouquíssimas consciências’ e mesmo assim, as possibilidades de se colocar em prática também são limitadas haja visto o *modus operandi* da reprodução do capital.

Do ponto de vista teórico, vemos que o princípio explicativo da noção marxiana de alienação do trabalho, também já denunciava e vinculava a compreensão de que, a alienação do homem no mundo produtivo é fundamentalmente a alienação do ser humano em relação a natureza, à sua natureza<sup>345</sup>.

---

<sup>345</sup> De modo geral Marx foi criticado por não ter de forma explícita tecido algumas reflexões acerca da ecologia, ou seja, que o autor não havia tido preocupação ecológica, ou apenas dado maior importância ao

Partindo da materialidade socioeconômica contemporânea e considerando que a ideologia burguesa – o pensamento socioeconômico atual – não reconhece os fundamentos primordiais da interação entre os seres humanos e o seu meio, tem se reduzido a questão ecológica simplesmente a uma questão de valores morais, para seu entendimento e uma questão de lucro em sua manipulação. A compreensão das relações materiais em evolução e/ou involução devido o modo de produção, e a partir dessas relações o que deve ser negado, afirmado e superado, ainda estão muito presentes apenas nos discursos.

Neste sentido, as relações metabólicas entre os seres humanos e a natureza ainda não são apreendidas como possibilidades explicativas para a tomada de posição. Este debate tem avançado de forma mais radical no seio do campesinato, mas ainda, devido as condições materiais serem desfavoráveis para a sua aplicação, busca-se a divulgação para a sociedade como um todo em busca de acolhimento, bem como tem pautado o sentido de um conjunto de políticas que envolve a produção e a Formação Humana Emancipadora, no entanto, ainda periféricas. De maneira mais radical e partindo da visão materialista – num entendimento de coevolução – o debate desenvolvido pelo campesinato busca a superação do dualismo presente na moderna consciência ecológica burguesa que alimenta uma contraposição entre uma espécie de antropocentrismo de um lado e, de outro, um ecocentrismo. A prática e o discurso não se complementam e fundamentalmente esta concepção não consegue reconhecer que em sua unilateralidade substancial e dualismo explicativo nada mais há além do que ir adiante no processo de alienação da sociedade capitalista.

Estes desdobramentos incidem diretamente em grande parte das análises que buscam tratar dos problemas ambientais na contemporaneidade que se apresentam insuficientes ou equivocadas por tratar de um lado os limites da natureza, ou seja dos recursos naturais, e por outro a expansividade da capacidade humana. Ou seja, o ponto nodal da análise estaria em ponderar estes dois polos que, de certa maneira, expressam oposição e não interação entre homem-natureza. Essa preocupação parece apontar para resoluções insuficientes tendo em vista que não leva em consideração a prioridade ontológica da natureza e, busca pautar os princípios e diretrizes explicativas a partir de um estatuto da natureza como um produto da intervenção humana apenas.

A compreensão lapidada por Marx ao destacar que o homem ao interferir na natureza, modifica-a, e por esta razão também sofre as influências dessa transformação que o

---

desenvolvimento tecnológico, que desenvolvido a partir das *mediações de segunda ordem*, se tornou um problema para a natureza. No entanto, nos últimos anos tem aparecido manifestações e estudos que admitem que a capacidade reflexiva e explicativa do materialismo histórico dialético dá conta de várias questões e notáveis ideias concernentes à ecologia.

modificam, ancora a compreensão de que o processo de ‘evolução’ é expressão de unidade do diverso e não há separação, nem antinomia (natureza-natureza/natureza-humana)<sup>346</sup>. Haveria, portanto, em outra sociedade, um princípio de equivalência onde, a natureza plenamente desenvolvida equivale ao humanismo e, de igual forma, uma humanidade plenamente desenvolvida, equivale ao naturalismo. A constituinte dessa realidade seria a expressão da solução final do conflito entre o homem e a natureza, entre homens, entre a existência e ser, entre o reino da necessidade e reino da liberdade, e entre indivíduo e espécie. (FOSTER, 2000). Embora a natureza – modificada – seja fruto da intervenção humana, esta deveria ser pautada no processo de *mediações de primeira ordem* e não numa relação de dominação, como vemos estampada na materialidade e nos discursos de sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável anunciando que devemos nos preocupar com os limites da natureza e dos bens naturais, o que demonstra que há o estranhamento do ser social que interfere na natureza. A moderna consciência ecológica burguesa tem como consequência a tendência de girar interminavelmente em círculos de forma tal que as análises e as práticas terminam no mesmo ponto que se iniciou, sem portarem melhores condições ao final de onde se partiu e, sobretudo, com muitos limites ao/para se ocuparem com os problemas reais do meio ambiente e da sociedade. (FOSTER, 2000).

Há muitas lacunas nas teorias sociais acerca deste entendimento. Por mais que se tenha uma preocupação na contemporaneidade acerca dos problemas ambientais gerais, não nos parecem dar com suficiência as condições explicativas que abarque uma concepção materialista, histórica e dialética. As questões fundantes que abarcam as proposições de desenvolvimento e de produção do campesinato, demonstram as virtudes pela sua capacidade de crítica e por derivarem de um implícito realismo e das defesas em realocarem no devido lugar a prioridade ontológica e material desse mundo natural acolhendo o legítimo entendimento de dependência humana, em última instância, da natureza.

No entanto, os grandes problemas que são consequências da lógica de desenvolvimento, também podem ser utilizados pelo sistema para ampliar o domínio e a exploração das pessoas. E alinhado a essas questões, como bem destaca Mészáros (2011, p. 51), como há o problema objetivo, da relação entre “capitalismo e destruição ecológica” e

---

<sup>346</sup> “Para fugir da antinomia homem e natureza, instituída pela metafísica, Marx, em vários de seus textos, utiliza um interessante jogo dialético entre os termos *essência humana da natureza* e *essência natural do homem*, um jogo no qual cada termo cede ao outro seu valor semântico, assinalando, com isto, a impossibilidade de se demarcar uma fronteira nítida entre os dois polos desta relação. [...], Marx tenta captar a relação homem-natureza através de uma linguagem dialética que incorpora a essência de uma categoria como predicado da substância da outra” (ROLO, 2015, p. 152). Como notamos, sob o modo de produção capitalista, a negação desta perspectiva se dá pela materialização das mediações de segunda ordem.

afetam diretamente as relações sociais e o modelo da civilização, o intenso discurso mascarador dos problemas reais sobe ao palanque para afirmar modelos e desqualificar alternativas.

“O Deus que falhou”, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do “interesse ecológico” universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada ou desqualificada de forma unilateral para que as pessoas – impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos.

[...]. Em termos claros, poderia até pôr em perigo a relação social de forças predominante. Da mesma forma, as pessoas deveriam esquecer tudo sobre cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida, de modo a viabilizar os custos da ‘recuperação do meio ambiente’: isto é, em palavras simples, os custos necessários à manutenção do atual sistema de expansão da produção de supérfluos. Para não mencionar a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da ‘sobrevivência da espécie humana’, a sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários. (MÉSZÁROS, 2011, p. 51 – 52).

O que Mézáros demonstra é que a forma com que o capitalismo trata essa questão corresponde à sua natureza e ao receituário mistificador do que está subjacente ao motor do desenvolvimento sistêmico. Não poderíamos esperar outra maneira do capital tratar a ecologia. Demonstra apenas, que o que ganha força são as falsas resoluções<sup>347</sup> – que visam envolver a todos – para os problemas concretos que afetam objetivamente a toda sociedade. A denúncia que o campesinato vem fazendo é que no modelo de desenvolvimento implementado pelo capital tem sido muito forte a manipulação da questão ecológica para beneficiar a reprodução do sistema.

É por essa razão que o ato que inaugurou a relação primordial do homem com a natureza, que foi o provimento do alimento, não é colocado como fundamental nos dias atuais ao considerarmos objetivamente o funcionamento do sistema nervoso central do modo de produção. O aproveitamento da questão ecológica nas alternativas de reprodução sistêmicas e em benefício da razão funcional do Estado-Industrial-Moderno não significa que não tenha havido contrapontos e que possamos ignorá-los, ou seja, “O problema é suficientemente concreto, independentemente do uso que dele se faça nos dias atuais”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 52).

---

<sup>347</sup> Mais elementos críticos sobre isso serão trabalhados nas análises acerca da Agroecologia no Capítulo IV, fundamentalmente no item ‘Agroecologia: princípios, fundamentos e a sua relação com a Soberania Alimentar’.

O modelo capitalista exige um afastamento do homem em relação à natureza, dá-lhe o *status* de superioridade na relação para poder dominar e transformar a partir dos seletos objetivos colocados pelo sistema. Esse processo de alienação tem bloqueado o autêntico desenvolvimento de conhecimento e de práticas sensatas embasadas sob o prisma, por exemplo da (Agro)ecologia. Da mesma forma, a crítica com base nessa relação dual, apreende as relações desenvolvendo algumas propostas e práticas pautadas num dilema a ser superado dessa oposição da humanidade contra a natureza. É neste sentido que todas as ações e as explicações estão calcadas no pressuposto da ‘dominação da natureza’, faltando possibilidades explicativas e de ação que de fato expressem uma maneira completa, dialética e interessada na constituição de uma índole da interação e não apenas da dominação.

Objetivamente o problema da ecologia já se apresentou à humanidade há bastante tempo. No entanto, como vimos, pelas razões e as necessidades de crescimento capitalista pouco valor se deu a essa questão e investiu-se bastante no processo de mascaramento. A possibilidade da constituição de uma índole da interação homem-natureza foi atropelada no formato com que o processo de desenvolvimento foi ocorrendo. Neste sentido, a crítica desenvolvida por Marx e Engels (1845, 1846), trouxe a questão da ecologia e da interação apontando para o fundamento das dimensões que deveriam pautar o significado socioeconômico do processo de relação e intervenção do homem na natureza. Ao elaborarem a crítica à Feuerbach acerca de sua concepção idealista da História, Marx e Engels na obra “A ideologia Alemã”, destacam:

[...]. Feuerbach, portanto, nunca fala do mundo do homem nestes casos, refugia-se sempre na natureza exterior, e, para mais, na *natureza* que ainda não foi dominada pelos homens. Mas cada nova invenção, cada avanço da indústria, separa outro pedaço deste domínio, pelo que diminui continuamente a área que produz os exemplos ilustrativos das proposições de Feuerbach. A ((essência)) do peixe é seu ((ser)), a água – para nos ficarmos para esta proposição. A ((essência)) do peixe de água doce é a água de um rio. Mas esta deixa de ser a ((essência)) do peixe, e já não é um meio adequado de existência, assim que a sua água é conduzida para canais onde bastam os esgotos para privar o peixe de seu meio de existência. (MARX; ENGELS, 2002, p. 55).

O apontamento demonstra que Marx e Engels contemplavam em sua compreensão a necessária relação das condições materiais e reprodução da existência humana com a história natural, definindo portando uma concepção materialista da natureza, que já naquele momento histórico, apontavam a “necessidade de um materialismo ecológico ou a uma concepção dialética da história natural”. (FOSTER, 2000, p. 43 (tradução livre)).

Mészáros contribui também com estes aspectos ao referir-se a Marx, e ao discutir a pertinência e a necessidade do controle social frente aos riscos colocados para a nossa existência biológica:

Torna-se desnecessário acrescentar que ele rejeitava categoricamente a alegação de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes à “essência humana” e que, conseqüentemente, o problema consistia em saber como poderíamos nos *adaptar* a essas formas no cotidiano. **Marx compreendeu perfeitamente, já naquela altura, que uma reestruturação radical do modo predominante de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutiva sobretudo em virtude do modo predominante, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos.** Causa, portanto, pouca surpresa o fato de o diagnóstico profético de Marx ser considerado pelos atuais apologistas do sistema de controle estabelecido nada mais do que um “anacronismo paroquial”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 53, (*Grifos em negrito meus*)).

Ao consideramos a perspectiva de análise desenvolvida por Marx em sua totalidade e trazermos para o debate a questão da ecologia, vemos que nos permite transcender as proposições idealistas, dualistas, espiritualistas, e também o arcabouço explicativo do desenvolvimento sustentável (sistêmico) que vem sendo muito utilizado nos dias atuais, porque o ponto de partida ontológico, é diferente.

O ponto de partida ontológico de Marx é o de que o homem é uma parte específica da natureza e, portanto, não pode ser identificado com alguma coisa abstratamente espiritual. “Um **ser** se considera primeiramente como independente tão logo que se sustente sobre seus próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua **existência** a si mesmo” – escreve Marx. A questão ontológica da existência e sua origem é uma questão tradicional tanto da teologia como da filosofia. O quadro no qual Marx a levanta – a definição do homem como uma parte específica da natureza, como “o ser-por-si-mesmo da natureza” – transforma radicalmente essa questão. (MÉSZÁROS, 2006, p. 150).

Ou seja, a resolução da questão, está na compreensão praxica e na organização e lutas classistas do proletariado no Campo e na cidade. Incide daí a crítica mais profunda que recoloca o entendimento e as potencialidades práticas na histórica alienação da humanidade em relação à natureza. *O alcance teórico desenvolvido por Marx coloca subentendida a problemática da ecologia, – e neste sentido, o redimensionamento de todas as dimensões que circundam e compõem desde a produção ao consumo do alimento – por compreender profundamente e de maneira sistemática o processo de revolução científica – mais especificamente entre os séculos XVII e XIX – de mãos dadas a uma profunda compreensão filosófica da concepção materialista da natureza.*

A vida da espécie, para o homem assim como para os animais, encontra sua base física no fato de o homem (como os animais) viver da natureza inorgânica, e como o homem é mais universal que um animal, assim também o âmbito da natureza inorgânica de que ele vive é mais universal. Vegetais, animais, minerais, ar, luz, etc.,

constituem, sob o ponto de vista teórico, uma parte da consciência humana como objetos da ciência natural e da arte; eles são a natureza inorgânica espiritual do homem, seu meio intelectual de vida, que ele deve primeiramente preparar para seu prazer e perpetuação. Assim também, sob o ponto de vista prático, eles formam parte da vida e atividade humanas. Na prática, o homem vive apenas desses produtos naturais, sob a forma de alimento, aquecimento, roupa, abrigo, etc. A universalidade do homem aparece, na prática, na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo: 1) como meio direto de vida, e igualmente, 2) como o objeto material e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem *vive* da natureza significa que a natureza é o *corpo* dele, com o qual deve se manter em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela. (MARX, 2007, s/p).

Marx desde os seus primeiros estudos, como por exemplo, nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 ao analisar a alienação do homem em relação à natureza, traz implicitamente, de forma sensível a questão da ecologia. Em um olhar de totalidade, vemos que Marx entendia a estreita relação da natureza, e em que medida essa relação entrava na história e na natureza da humanidade de modo geral, através da produção resultante dessa relação. É este o sentido de sua expressão “corpo inorgânico do homem”, que alcança do ponto de vista explicativo, que não são as coisas dadas pela natureza simplesmente, mas, as dimensões, ‘concreta e material’ dada pela estrutura historicamente objetivada da atividade produtiva, “na forma de seus produtos, dos bens materiais às obras de arte” (MÉSZÁROS, 2006, p. 80). No entanto, em um processo produtivo que reina o trabalho alienado esse “corpo inorgânico do homem” lhe aparece estranhado, meramente externo e como vemos, é transformado em mercadoria.

Se levarmos em consideração a produção de alimentos e as dimensões que envolvem a Soberania Alimentar vemos que é necessário colocar o debate em vista a um redimensionamento da relação homem natureza. Como bem demonstrou Marx a partir da forma organizacional do sistema capitalista tudo é ‘reificado’ e as relações ontológicas fundamentais são renegadas. Uma vez que seu corpo inorgânico – a natureza já transformada a partir do trabalho – tem sido constituído a partir de uma relação alienada, a existência humana é confrontada com objetos transformados em mercadorias impedindo a consciência da espécie, de sua condição de um ser genérico que ao produzir se autoproduz. Considerando estes aspectos, vemos que não será possível a implementação integral da Soberania Alimentar sem fazer esses ajustes e transformações causais.

Os princípios – políticos, econômicos, humanos, ecológicos, sociais, de saúde – da Soberania Alimentar não se realizarão de maneira integral sem mudanças radicais nas relações de produção e nas formas de produção do Campo.

A atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista – em que ‘os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie’ – não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque ‘reifica’ o homem e as suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

No entanto, é pertinente destacar que o ponto de partida da reflexão acerca de qual alimento a humanidade buscará consumir, pode encontrar amparo na busca de alternativas e nas possibilidades já construída pelos Movimentos Sociais camponeses, que por vezes não são compreendidos, e por essa razão acabam sendo vistos como proponentes de ações que não darão conta e/ou que buscam o retorno ao passado no exercício de relações e formas de produção primitivas. É neste sentido que devemos considerar o apontamento dado por Marx de que o ‘corpo inorgânico do homem’, ‘a natureza trabalhada’ é resultante da estrutura e materialização de uma fase histórica, mas que passível de transformação e, assim sendo, a mudança substancial deve também considerar esta questão. Assim, considerando estes aspectos limitantes, mas também as potencialidades, Mészáros apresenta-nos uma discussão que parece dar conta deste entendimento e desta intencionalidade.

Assim, o protesto de Marx contra a alienação, a privatização e a reificação não o envolve nas contradições da idealização de algum tipo de “estado natural”. Não há vestígio de uma nostalgia romântica ou sentimental da natureza em sua concepção. Seu programa, nas referências críticas aos “apetites artificiais” etc., não advoga um retorno à “natureza”, à uma série “natural” de necessidades primitivas, ou “simples”, mas a “*plena realização da natureza do homem*”, por intermédio de uma atividade humana adequadamente *automediadora*. “A natureza do homem” (o seu “ser genérico”) significa precisamente uma *distinção* com relação à natureza em geral. A relação do homem com a natureza é “automediadora” num duplo sentido. Primeiro, porque é a natureza que se media consigo mesma no homem. E em segundo lugar, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro de seus aspectos ontológicos duais, a *natureza medeia a si mesma com a natureza*; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de que a atividade produtiva é inerentemente atividade social –, *o homem medeia a si mesmo com o homem*. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Sem sombra de dúvidas, as *mediações de segunda ordem* já institucionalizadas na forma-conteúdo do modo de produção capitalista, nos pilares de sua sustentação e reprodução, no caso, a propriedade privada, o intercâmbio/circulação, a divisão do trabalho, já dominam também a forma e o conteúdo da relação mediata da atividade produtiva que envolve o Campo – e no caso a produção do alimento – pois desnaturalizou a ‘lei natural’ e naturalizou a ‘lei de funcionamento’ que corresponde às exigências do mercado e da produção de



mercadorias<sup>348</sup>. É nesta condição que a ‘matéria morta’ expressa na forma de dinheiro [e **no alimento**], põe-se determinante e domina as necessidades humanas e o próprio tipo de desenvolvimento que tem tanto na sua base empírica, quanto no discurso vinculado o movimento alienado correspondente à propriedade privada e/ou da economia *stricto sensu*. Este processo trouxe ao seio do campesinato as imposições objetivas<sup>349</sup> que possibilitam apenas a sua reprodução, como nos aponta Mészáros (2006), como indivíduo isolado e coisificado materializando a condição de apêndice desse sistema de ‘determinações econômicas’.

São estes determinantes que anunciam e denunciam que a atividade humana não conduz à realização humana, ao processo de humanização ou hominização, porque a identidade das mediações, estão em segunda ordem e afastadas do sentido ontológico e se “interpõem entre o homem e sua atividade, entre o homem e a natureza, e entre homem e o homem” (MÉSZÁROS, 2006, p. 81). A relação entre os humanos, são inerentes e implícitas à relação homem-natureza, fundamentadas em interposições frutos das *mediações de segunda ordem* na ação interventora do homem<sup>350</sup> subalternizada a essas mediações. Desse modo, a ação primeira, ou a inter-relação do humano com a natureza são transformadas em relações que materializam as necessidades de reprodução do capital e a efetivação do trabalho assalariado – relação entre trabalho assalariado e capital. Relativo ao trabalhador individual, este, busca as condições objetivas para a reprodução de sua capacidade física apenas. As outras dimensões humanas e sociais ficam definitivamente afastadas. Ou melhor, não existe conexão causal e direta com as outras dimensões, sob estas condições de atividade produtiva.

---

<sup>348</sup> Ao discutir a relação entre Soberania Energética e Soberania Alimentar: uma só luta na era da Agroenergia, Moreno (2007, p. 8 – 9) chama atenção para que “Pensemos apenas no fluxo de caminhões nas estradas brasileiras que levam a soja até os portos de embarque... e dos laticínios de Minas Gerais levados até o Rio Grande do Sul, entre outros. Teóricos do Sistema Agroalimentar já criaram inclusive um conceito econômico ‘*food miles*’ (milhas dos alimentos) para calcular quanta energia é gasta para transportar por avião, por exemplo, frutas e hortaliças de vários lugares do mundo para suprir os mercados do Norte, em relação à energia alimentar (quilos/calorias) que estes mesmos produtos fornecem. Mas este conceito de ‘milhas dos alimentos’ também se aplica para entender como estão sendo completamente desestruturados os mercados e as redes de abastecimento locais, para a imposição do controle por grandes cadeias que manejam a produção e a circulação global de alimentos”.

<sup>349</sup> Já foi mencionado anteriormente, mas este fenômeno tem ocorrido fundamentalmente entre os camponeses que obtiveram um grau de inserção no sistema, no caso do Brasil por exemplo, os denominados agricultores familiares, que da mesma maneira que na lógica concorrencial das grandes empresas, estes agricultores competem entre si, no sentido objetivo (sobretudo no conteúdo de sua produção, pela aquisição de produtos da indústria e instrumentos de trabalho) e subjetivo (a partir do cultivo de valores individualistas e enfraquecimento de laços comunitários e solidários).

<sup>350</sup> “[...] se a autmediação do homem for ainda mediada pela forma capitalisticamente institucionalizada de atividade produtiva, então a natureza não pode mediar a si mesma com a natureza e o homem não pode mediar a si mesmo com o homem. Ao contrário, o homem é confrontado pela natureza de uma maneira hostil, sob o império de uma ‘lei natural’ que domina cegamente por meio do mecanismo do mercado (**intercâmbio**) e, de outro lado, o homem é confrontado pelo homem de uma maneira hostil, no antagonismo entre **capital e trabalho**”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81 – 82).

As potencialidades humanas são castradas e são direcionadas para a sua negação enquanto ser social completo e de liberdade. Desse modo, devido a forma adquirida dessa relação, “[...] os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados desse sistema institucionalizado de mediações de segunda ordem”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 82).

Os debates no seio campesinato atuante através da luta social, com suas diferentes bandeiras tem denunciado esse processo de estranhamento em relação à natureza e a lógica que está submetido o trabalho no Campo. Mesmo sendo no terreno da particularidade, estas questões e problemáticas estão presentes em diversos espaços – na luta social, na academia, na concepção e execução das políticas, etc. – e apontam a necessidade histórica do redimensionamento da ação interventora do homem. O conteúdo material e histórico desse debate aponta que as possibilidades de negação da alienação do homem frente a natureza e da sua atividade produtiva se apresenta inseparavelmente à radical negação das *mediações capitalistas de segunda ordem*. A constituição da totalidade abriga as contradições e, de certa forma, tem se expressada de maneira significativa ao campesinato em recolocar a centralidade do Campo, mas de maneira ressignificada, ecoando o entendimento de que devemos centralizar um **conjunto de ações na agricultura, “porque é daí que sai a vida, sai o alimento, sai a energia. Não se pode falar em nada sem falar de agricultura antes. Ela está na base da economia, pelo alimento e, evidentemente, pela atividade energética por excelência. É a biomassa. [...]”** (VIDAL, 1997<sup>351</sup>, (*Grifos meus*)).

---

<sup>351</sup> VIDAL, Bautista. Entrevista à Revista Caros Amigos em dezembro de 1997. Trecho retirado da contracapa de ICPJ: *A agricultura camponesa e as energias renováveis: um guia técnico*. Porto Alegre: Padre Josimo, 2008. (Conferir nas referências bibliográficas).

### 3 ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

Não cabe no escopo deste capítulo fazer uma retomada detalhada das fases históricas do desenvolvimento do modo de produção do capital e as formas predominantes do Estado e seu papel nessas diferentes fases. Como já destacado, a realidade (o concreto) é saturada de determinações (MARX, 1977), portanto, dinâmica.

E neste sentido, em relação à concepção de Estado, adota-se, portanto, as elaborações desenvolvidas pelos autores da tradição marxista, que além do próprio Marx (1977; 2002; 2008), considero as contribuições e análises de Engels (2012; 2002), Lênin (2010), Gramsci (2004), Poulantzas (2000), O’ Donnell (1981), Politzer (2002), Mészáros (2015) entre outros, ancorado também nas interpretações de Montanõ, Duriguetto (2011), Coutinho (2011), Frigotto (2006). Em relação ao Estado brasileiro consideramos as contribuições principalmente de Faoro (1987; 1992), Comparato (2003), Fernandes (2008c), Oliveira (1988; 2003) e outros, bem como algumas pertinentes interpretações desses autores.

A inserção dessas análises nesta tese às percepções introdutórias acerca dos limites das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Soberania Alimentar. Por um lado, desvenda as condições das contradições que permeiam a Questão Agrária e a natureza das políticas de desenvolvimento para o Campo e, por outro, revela as condições prescritas na racionalidade estatal que imperam na forma como o campesinato é tratado e, por consequência, tem seus potenciais amputados. Contudo, dado as relações de forças no interior desse processo, a presente análise, também permite a apreensão dos limites e das potencialidades que poderão motivar o processo de luta e de transformação social.

#### 3.1 Concepção de Estado: elementos fundamentais

Diferentemente de Hegel, que afirmava que o Estado era o elemento fundante da Sociedade Civil<sup>352</sup> e da Família, Marx e Engels chegam a conclusão que o conjunto das

---

<sup>352</sup> Para Hegel a Sociedade Civil é a esfera dos interesses particularistas – calcados nas bases das relações econômicas, e o Universal – a esfera da Universalização –, independente e com racionalidade própria seria o Estado. Este entendimento é o ponto de partida para as análises de Marx na tentativa de compreender a natureza do Estado Moderno e a sua relação com a Sociedade Civil. Destaca ele que “[...] para Hegel o *sujeito* é o Estado e o *predicado* é a sociedade civil” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 35). Porém, demonstra que isso acontece de forma inversa. Marx, portanto, define a Sociedade Civil – em seu tempo enquanto sociedade burguesa, como a esfera onde ocorre os processos de produção e reprodução da vida material. É neste sentido que Marx e Engels (2002, p. 42 – 43), destacam que “A forma de intercâmbio condicionada em todos os estádios históricos até nossos dias pelas forças de produção existentes, e que por seu turno as

relações econômicas com suas contradições é que materializam a “forma” do Estado, sendo estas relações os aspectos fundantes de sua anatomia<sup>353</sup>. Esta base real/material é que dá a identidade de sua natureza, seu arcabouço jurídico, sua lógica de funcionamento, afetando e sendo afetado pelas contradições materiais e sociais em sua infraestrutura. É “[...] na sociedade civil que se fundamenta a natureza estatal, e não o contrário, como supunha Hegel. Ou seja, o Estado é um produto da sociedade civil, expressa suas contradições e as perpetua, [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 35). Desse modo o Estado é um produto, uma consequência oriunda dos determinantes objetivos da base real, ou seja, é uma racionalidade constituída e constituinte que uma determinada sociedade se vale para se organizar como tal. Sob autógrafo ‘*Ipsis Verbis*’ de Marx, vemos:

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano, inserindo-se, pelo contrário, nas condições materiais de existência. [...] na produção social de sua existência os homens estabelecem relações, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual geral. (MARX, 1977, p. 24).

É neste sentido, conforme Engels (2012), o Estado em si, ou o regime de funcionamento político é o elemento subordinado e as relações econômicas compõem o elemento fundante e dominante. A base real econômica e as condições materiais existentes em uma determinada sociedade, tais como, o modo como os bens materiais são produzidos, distribuídos e consumidos, e as relações sociais estabelecidas para isso, são, portanto, a base da estrutura social e, portanto, da consciência humana (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Para Engels o Estado se torna necessário a partir de determinado nível de desenvolvimento econômico e da divisão da sociedade em classes sociais, e, portanto, o Estado é consequência e expressão dessa divisão. Ou seja, ele começa a surgir

---

condiciona, é a *sociedade civil*, [...]. Já por aqui se revela que esta sociedade civil é o verdadeiro lar e teatro de toda a História, e que é absurda a concepção da História até hoje defendida que despreza as relações reais ao confinar-se às ações altissonantes de chefes e de Estados”. Considerando isso, para Marx e Engels (2002), a Sociedade Civil abrange e expressa o intercâmbio material dos indivíduos, ou seja, estrutura econômica e sociedade civil são a mesma coisa.

<sup>353</sup> Verifica-se que a forma – as diferentes formas – que o Estado assume é correspondente, em primeira instância, como destaca Frigotto (2006, p. 102 (Nota de Rodapé nº 27)) às “formas que a organicidade do capital constitui, embora não sem contradições, para o movimento de sua autovalorização”. Marx e Engels na obra *A ideologia alemã* (2002, p. 101) destacam que “[...] Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; mas ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos interesses”.

concomitantemente ao surgimento das classes e ao processo de saturação dessa contradição principal.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “realidade de ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213).

Considerando as discussões de Marx e Engels, o Estado não expressa uma universalização dos interesses da sociedade. Ao contrário, ao emergir das relações de produção, passa a expressar os interesses em jogo inerentes às relações sociais de produção. Desse modo, no modo de produção do capital, fica fácil concluir que a burguesia, ao controlar os meios de produção e possuir as condições objetivas para controlar a força de trabalho (o trabalho) no processo de produção, se torna a classe dominante e estende o seu poder na configuração do Estado, tornando-o seu instrumento de dominação e expressão dos seus interesses, através de suas funções, instituições, normas e leis.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2012, p. 215 – 216).

Para Engels, portanto, o Estado é um “ente” que nasce por uma necessidade histórica que é controlar, administrar, refrear o antagonismo dos interesses irreconciliáveis inerentes às classes sociais. É um rebento do seio do conflito dessas classes. Além disso, este entendimento expressa o tensionamento que continua ocorrendo entre a ‘sociedade civil’ e o próprio Estado, que, de certa forma, correspondente à necessidade de se evitar a autodestruição dessa sociedade civil, este foi criado. Porém, como aponta Miranda (2011, p. 23), “a criadora passa a ser regida pela criatura, justamente pelo sistema de segurança – o Estado – que criou para proteger de si mesma”.

Há, neste sentido uma necessária ligação entre as instâncias econômicas e políticas no interior das funções do Estado. Estas instâncias não estão de forma linear ou independente uma da outra, mas imbricadas.

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a

nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes. [...]. (ENGELS, 2012, p. 216).

Neste sentido, se o Estado na sociedade capitalista sempre foi fator material determinante no processo de constituição e “unificação da classe burguesa, a sua intervenção no âmbito econômico assume especificações no tempo e no espaço” (FRIGOTTO, 2006, p. 102).

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade, e para mais na vontade dissociada da sua base real, na vontade *livre*. Do mesmo modo o direito é, por seu turno reduzido à lei. (MARX; ENGELS, 2002, p. 101).

Considerando o exposto nos capítulos anteriores de como entendemos a materialidade na qual estamos inseridos e com qual concepção analisamos, temos, portanto, o reconhecimento do Estado como uma grande racionalidade síntese do movimento histórico real e de onde, dentro dos limites e possibilidades são exaradas as políticas ‘públicas’.

Além disso, na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. (ENGELS, 2012, p. 216).

Com base nas discussões de Marx e Engels é que Lenin busca compreender teoricamente o Estado. Em um contexto diverso daquele experimentado por Marx e Engels, por exemplo, tendo em seu momento histórico, a Revolução Soviética e uma sociedade russa sem um significativo avanço tecnológico, ou seja, sem um desenvolvimento industrial, Lenin escreve a sua obra “O Estado e a Revolução”<sup>354</sup>.

A questão do Estado assume, em nossos dias, particular importância, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político prático. A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa escravização dos trabalhadores pelo Estado, que se une cada vez mais estreitamente aos onipotentes sindicatos capitalistas, atinge proporções cada vez maiores. Os países mais adiantados se transformam (referimo-nos à “retaguarda” desses países) em presídios militares para os trabalhadores. (LENIN, 2010, p. 19).

Esse Estado monopolista imperialista passa a ser a instrumento fundamental no processo de acumulação do capital. Devido a isso, Lenin chama a atenção acerca dos processos de dominação desempenhadas pela maioria das grandes potências que exploram e

---

<sup>354</sup> Publicada originalmente em 1917.

escravizam as nações pequenas e fracas. Os conflitos armados, as guerras imperialistas, são correspondentes a esse processo de fatiamento e de divisão de nações e setores estratégicos para a expropriação<sup>355</sup>. Dentre vários aspectos, destaca que o Estado é o aparelho repressivo utilizado pela burguesia para submeter os trabalhadores de acordo com os seus interesses. Portanto, a função repressiva do Estado é o núcleo principal do Estado Burguês. “A luta das massas trabalhadoras, para se libertarem da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao ‘Estado’” (LENIN, 2010, p. 20).

Além disso, a partir desse processo de dominação, como destaca ele “Os inauditos horrores e o flagelo de uma guerra interminável” (LENIN, 2010, p. 19) tornam a situação das massas intolerável e, portanto, aumenta a sua indignação<sup>356</sup>. Desse modo, em seu entendimento, é o processo constituinte de maturação da revolução proletária universal, como também o processo de tensionamento da relação da classe trabalhadora com a burguesia e, portanto, com o Estado Burguês.

A questão do Estado se põe concretamente: como nasceram historicamente, o Estado burguês e a máquina governamental necessária à burguesia? Quais tem sido as suas transformações no curso das revoluções burguesas e em presença dos movimentos de independência das classes escravizadas? Qual é o papel do proletariado em relação a essa máquina governamental?

O poder centralizado do Estado, característico da sociedade burguesa, nasceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais típicas dessa máquina governamental são a burocracia e o exército permanente. [...] (LENIN, 2010, p. 49).

Considerando essa relação entre Estado e Revolução para Lenin, o processo revolucionário deve levar em consideração o caráter orgânico entre a burguesia e o Estado. É neste sentido que a luta deflagrada pelos trabalhadores contra a classe dominante deve ter como estratégia a tomada do Estado, para com este instrumento, sob os interesses da classe trabalhadora (das massas), poder conferir as condições – com uma organização centralizada da força, da violência – para reprimir e controlar a resistência da classe exploradora e, além disso, poder dirigir a grande massa e, portanto, instalar a economia socialista. Neste sentido, o Estado como fator de força material, torna-se um instrumento de mediação para a constituição

<sup>355</sup> Demonstrado anteriormente, sobretudo como foi se conformando o Sistema Agroalimentar e a forma hegemônica de produção capitalista no Campo.

<sup>356</sup> Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 42) “O marxista russo enfatiza que os principais instrumentos da força do poder do Estado são o exército e a polícia, e que a revolução violenta é inevitável. ‘Sem revolução violenta, é impossível substituir o Estado burguês pelo Estado proletário (Lênin, 1961, p. 29 – 30)’”. Ou seja, “[...] A questão das relações entre a revolução socialista do proletariado e o Estado adquire, por conseguinte, não só uma significação política prática, mas um caráter de palpitante atualidade, pois fará as massas compreenderem o que devem fazer para se libertarem do jugo capitalista em futuro próximo”. (LENIN, 2010, p. 21).

do proletariado em classe dominante. É com esse processo que a ditadura do proletariado transforma os meios de produção, antes sob o domínio e propriedade da burguesia em propriedade do Estado. Contudo, para Lenin, com base nas análises de Marx e Engels, interpretado por Montanõ e Duriguetto,

[...] o proletariado só precisa do Estado para utilizar provisoriamente seus instrumentos do poder contra os exploradores e para a supressão das classes. O Estado só existe porque existe conflito entre classes; com a supressão das classes, não há necessidade de Estado. O objetivo final da revolução é a destruição do aparelho de poder do Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 42).

Gramsci (1891 – 1937), por sua vez, desenvolve sua teoria em um contexto diferente das elaborações de Marx e Engels. Como sabemos, Marx se debruçou na compreensão do processo de desenvolvimento no interior de um capitalismo concorrencial, durante o Século XIX, tendo como base para a sua análise – de sua economia política – a Inglaterra que objetivava o maior ‘grau’ de desenvolvimento econômico-industrial. Gramsci, por outro lado, vive em um contexto fundamentalmente demarcado por um capitalismo monopolista já no início do Século XX e em seu país, a Itália, que naquele momento histórico dado o seu nível de desenvolvimento econômico, situava-se como um país de capitalismo atrasado.

Fiel ao materialismo histórico dialético – à ‘ortodoxia marxista’ –, Gramsci avança sobretudo nas condições teóricas em captar o movimento da realidade e as ‘novas determinações’ resultante do processo de desenvolvimento. Como poderemos perceber, a impressão que há é de uma ruptura com o pensamento de Marx. No entanto, o autor italiano traz novos elementos sobretudo da esfera política e o seu caráter histórico-concreto que possibilitam uma análise mais coerente com o movimento da realidade e o processo de desenvolvimento social em seu contexto histórico.

De modo geral, para compreender a sua contribuição teórica deve-se levar em consideração a sua concepção dialética da história. As contradições objetivas econômicas, o conjunto das relações sociais de produção, bem como o antagonismo das classes e as visões de mundo também antagônicas desse processo, são as bases para a sua elaboração a partir das quais, ele desenvolve o seu pensamento político. O pensamento político de Gramsci, assim como do próprio Marx, Engels e Lênin, é apreensão e expressão das contradições inerentes às relações de produção, portanto, situa-se sob o domínio da práxis e que se relaciona com o conjunto de elaborações teóricas do seu tempo, mas não se reduz a uma ação puramente intelectual, pois, constitui-se a partir de sua experiência política no interior da luta de classes. É a partir desse primado que as análises de Gramsci trazem elementos novos, para a compreensão do Estado, da sociedade civil, e da sociedade de modo geral.



Como assinala Coutinho (1996), Antônio Gramsci [...] empreenderá um desenvolvimento original a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin para pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado a partir da situação concreta e histórica, não apenas na Itália, mas também das sociedades capitalistas desenvolvidas de seu tempo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Gramsci coloca em relevo os fenômenos de ordem política resultantes da presença de diferentes organizações, tanto do capital quanto dos trabalhadores – ‘fatos novos’ –, que vão se consolidando juntamente com a ordem liberal burguesa na virada do século XIX para o século XX, num cenário de capitalismo desenvolvido. Ou seja, a sociedade civil<sup>357</sup> constitui-se a partir de instituições complexas e organizações sociais de trabalhadores, das massas de modo geral. Ou seja, as relações de poder e de organização de interesses se tornam cada vez mais complexas. É a partir desses aspectos que Gramsci destaca que há uma ‘*socialização da política*’, onde o Estado se amplia e incorpora novas funções, incluindo na sua própria natureza as lutas de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O Estado para Gramsci não é constituído apenas pelo seu aparato político-militar com o qual a classe hegemônica controla e organiza os processos coercitivos sobre o conjunto das massas, mas é sobretudo um *mecanismo ampliado* que no processo de dominação de classe, além de ter as prerrogativas de executar a violência e repressão, é capaz de convencer, persuadir e conquistar o consentimento das massas dominadas através de instituições e organismos privados da sociedade civil. Neste sentido a dominação política e de classe não é puramente de forma verticalizada, mas constitui-se também numa relação que envolve o conjunto da sociedade civil.

Para Gramsci este aspecto é importante tendo em vista que nem sempre a classe dominada se apresenta passiva frente a ideologia dominante, pois inerente ao conflito de classe, em diversos momentos organiza resistências e oposição<sup>358</sup> ao processo de

<sup>357</sup> Considerando a síntese desenvolvida por Montaño e Duriguetto (2011, p. 43) “A sociedade civil em Gramsci é assim composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc.). É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia”.

<sup>358</sup> Nos seus ‘escritos políticos’ (1910 – 1920), em texto publicado no Jornal *Avanti* em 24 de dezembro de 1917 com o tema “A Revolução contra *O Capital*”, Gramsci destaca a experiência da Revolução Russa que ocorre em um país que ainda não havia galgado um grau de desenvolvimento elevado do capitalismo. Este fato, em seu entendimento, por não ter a sua raiz nas contradições objetivadas pela saturação das contradições econômico-industriais que pudessem ter elevado ao mais alto grau de tensionamento da luta de classes nas relações de trabalho industrial, revelou certo limite das análises desenvolvidas por Karl Marx em *O Capital*. “[...]. Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx: Afirmando – e com testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou. [...]. E esse pensamento põe sempre como máximo fator da história não os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se

dominação<sup>359</sup>. É nesse processo de relações de forças – relações de forças políticas – que se institui a hegemonia de uma classe social. Ou seja, segundo Coutinho (2011), é onde se pode falar em uma consciência ético-política de classe e que nesse entendimento acerca das ‘relações de força’, como ‘equilíbrios instáveis’, assenta-se os fundamentos da noção de Estado para Gramsci. Segundo Gramsci, *apud* Coutinho (2011, p. 131), vemos:

Essa é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (CC, 3, 41).

O Estado ampliado para Gramsci, preserva de certa maneira a função de coerção e repressão à qual ele atribui a denominação de ‘*sociedade política*’<sup>360</sup> – e considerando o entendimento dos mestres Marx e Engels, incorpora a esfera da ‘*sociedade civil*’ – que conforme destacamos – é constituída por uma ideia de consenso gestada em seu próprio interior. Desse modo, sociedade civil em Gramsci compõe e pertence à superestrutura, ou seja, ao Estado. Este entendimento é diverso do entendimento desenvolvido por Marx onde a sociedade civil se caracteriza e tem a sua natureza na infraestrutura econômica<sup>361</sup> e passa a ser o imperativo das determinações que incidem na forma do Estado.

---

aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 126; 127). Porém, Gramsci destaca que se as ações dos bolcheviques renegam algumas afirmações (explicações e conclusões) de *O Capital*, “[...] não renegam seu pensamento imanente, vivificador. Eles apenas não são ‘marxistas’; não construíram a partir das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis” (GRAMSCI, 2004, p. 126 – 127).

<sup>359</sup> De acordo com Coutinho (2011, p. 131) “[...] é certamente um Estado de Classe, mas com características próprias da específica visão gramsciana do ‘Estado Integral’, resultante de uma dinâmica relação de forças entre classe dominante e as classes subalternas. ‘O Estado’, escreve Gramsci, ‘é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e essa expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal’ (CC,341). Precisamente aqui reside a capacidade da classe dominante de não ser só dominante, mas de se tornar também classe dirigente”. Ainda considerando as contribuições de Gramsci *apud* Coutinho (2011, p. 131 – 132), vemos que “[...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. [...]”.

<sup>360</sup> Para Gramsci a *sociedade política* é a esfera estatal e tem como função principal a dominação de classe. Essa esfera estatal é estruturada pelos aparelhos de coerção e de repressão, os quais a classe dominante utiliza para impor – de forma coercitiva – a sua dominação.

<sup>361</sup> Vale destacar, no entanto, que este entendimento acerca da sociedade civil desenvolvida por Gramsci, não considera como secundária a esfera econômica. Seu entendimento mantém a centralidade da base real/material como fator ontológico das relações sociais. Ou seja, o mundo da produção constitui o solo, a base da sociabilidade e das relações sociais – antagônicas – daí advindas.

O que determina a especificidade e a novidade do conceito de sociedade civil em Gramsci é a sua contribuição para o enriquecimento analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e a reprodução da superestrutura no contexto histórico em que se operou a maior complexificação do Estado. Assim, ‘sociedade civil, em Gramsci, é um momento do Estado, ou, em outras palavras, o conceito de sociedade civil é precisamente o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado’. (Coutinho, 2006, p. 31). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44).

Se há diferença nas análises de Marx e Gramsci acerca da noção de Estado, muito se pode atribuir ao contexto social-histórico. Gramsci vive em um momento histórico e busca compreender a composição de um Estado determinado por um conjunto de novas determinações que inexistiam ou não eram desenvolvidas plenamente no período de Marx. “Para Gramsci, o Estado ‘integral’ ou ‘ampliado’ se forma na conjunção de uma *sociedade política* (Estado *stricto sensu* ou Estado-coerção) e uma *sociedade civil* (esfera da disputa da hegemonia e do consenso) [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44).

De modo geral Gramsci demonstra que há uma intersecção entre o econômico e o político que determina as formas de poder. Ou seja, não há uma separação entre a sociedade civil e as bases reais da produção econômica. É neste sentido que o Estado para Gramsci é a esfera onde se objetiva as condições de exercício do poder e do domínio burguês. Desse modo, vemos que para Gramsci o Estado não é somente o aparelho de controle – repressivo – da burguesia, mas também é a força material de *hegemonia*<sup>362</sup> dessa classe dominante na superestrutura.

É partindo destes aspectos que Gramsci destaca a importância da percepção e compreensão do conjunto de processos e instituições por onde ocorrem as *mediações que conformam e realizam* esse domínio de classe e esse consentimento de classe<sup>363</sup>. E nesse sentido, segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 45) “A esfera da sociedade civil é a esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento”. É o momento organizativo das relações de produção e sociais, bem como instituinte da natureza do Estado, tendo como consequência necessária a produção de uma ‘organização social’, pautada, em sua maior parte, pelo convencimento.

A dinâmica que se processa no interior da sociedade política e da sociedade civil revela uma distinção em relação à “função” que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais. Enquanto na *sociedade política* a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos “aparelhos coercitivos de Estado”, na *sociedade civil* esse exercício de

<sup>362</sup> Vale destacar que para Gramsci a hegemonia não é a simples dominação pura e simplesmente, mas, sobretudo, as condições de direção social – pela classe dominante – que tem em certa medida, na sua efetivação um consenso e um processo de aceitação da maioria e dos setores dominados.

<sup>363</sup> O fortalecimento da dominação de classes é angariado pela capacidade de organizar e dirigir os processos que incidem na aceitação e consentimento desse domínio de classe, pelos grupos subalternos.

poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Aqui os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e o encaminhamento de suas manifestações sociopolíticas através dos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja adesão é voluntária ou “contratual”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 46).

O consenso formado nesses processos contraditórios que incorpora e expressa interesses de classes, está ancorado na racionalidade estatal, em uma base ‘socio-institucional’ que possui legalidade e uma estrutura burocrática própria – em funcionamento –, com relativa autonomia frente à sociedade civil, dada, coordenada e direcionada pela sociedade política<sup>364</sup>.

Contudo, esse processo mediado e transformado em consenso e/ou consentimento para maioria que possibilita o controle e a direção à classe, ao setor dominante, não exclui, os processos antagônicos e a luta de classes. É neste sentido, que se nota em Gramsci que o consenso, o ‘razoável’, pressupõe o conflito e a característica desse consentimento é resultante desse processo contraditório.

Na mesma linha, Guillermo O’Donnell (1981, p. 72), destaca que o “Estado é um componente especificamente político da dominação numa sociedade territorialmente delimitada”. Para esse autor, dominação ou poder – o especificamente político – é a capacidade real e potencial de regularmente impor a vontade e os interesses sobre outrem, dado que essa condição é possível devido à supremacia no controle dos meios de coerção física. Desse modo, sua noção de Estado expressa uma especificidade política, sendo este, um ente, um aspecto de um fenômeno maior, mais complexo integrante do processo da dominação social. Nesse sentido, o processo de dominação concreta ocorre porque,

A dominação é relacional: é uma modalidade de vinculação entre sujeitos sociais. É por definição assimétrica, já que é uma relação de desigualdade. Esta assimetria surge do controle diferenciado de certos recursos, graças aos quais é habitualmente possível conseguir o ajuste dos comportamentos e das abstenções do dominado à vontade – expressa, tácita ou presumível – do dominante. [...]. O primeiro é o controle dos meios de coerção física, mobilizáveis por si mesmos ou por meio de terceiros. Outro é o controle dos recursos econômicos. Um terceiro é o controle dos recursos de informação no sentido amplo, inclusive de conhecimentos científicos e tecnológicos. O último que interessa assinalar é o controle ideológico, mediante o qual o dominado assume como justa e natural a relação assimétrica de que é parte e, portanto, não a entende nem questiona como dominação. (O’DONNELL, 1981, p. 72 – 73).

De modo geral a obtenção do controle de qualquer um desses recursos pressupõe o exercício de coerção em diferentes níveis e em diferentes esferas das relações materiais e

---

<sup>364</sup> Considerando o caminho percorrido para compreender a noção de Estado em Gramsci, nota-se que para esse autor, para compreender o Estado essa distinção analítica entre sociedade civil e sociedade política faz-se necessária tendo em vista que há que considerar uma unidade na diversidade, e que esta ocorre na maneira pela qual a classe dominante exerce a sua supremacia, tanto na sociedade política – manifesta nos processos de dominação material, coercitiva –, quanto na sociedade civil, pela direção ideológica, intelectual e moral.

sociais. A classe dominada sofre em seu cotidiano severas sanções, tanto explícitas, quanto na forma de impedimentos objetivos – políticos e econômicos – em acessarem esses recursos. Dessa forma, com o controle desses recursos, transformados em instrumentos efetivos de dominação, o ‘Estado’ impõe a forma e o conteúdo para o funcionamento social que garante a supremacia da classe dominante, de seu projeto e de seus valores. Com isso vemos que,

O Estado é um aspecto de certas relações sociais. Esta é a sua característica fundamental, de que dependem seus outros atributos. Já que as relações capitalistas de produção pressupõem que a classe dominante não possui os recursos de coação, o Estado tende a objetivar-se em instituições principalmente coercitivas. Nos termos dos sujeitos sociais concretos, a relação entre capitalista e trabalhador implica a cisão de um terceiro, que são as instituições estatais. Mas o plano do Estado como aspecto (da sociedade) é fundamental, porque confundir o Estado com essas instituições seria subsumir um fenômeno mais amplo, naquela parte sua que é concretamente objetivada. A partir desta confusão, a relação capitalista-trabalhador apareceria como apenas “econômica”, enquanto que, como outra consequência da mesma causa, o estatal apareceria intervindo de fora, e só eventualmente ao interior dessa relação. A cisão que se produz assim entre a sociedade e o Estado, e a externalidade recíproca a que os condena, é o fundamento principal do mascaramento do Estado como fiador da dominação na sociedade e de sua opacidade. (O’DONNELL, 1981, p. 79 – 80).

A função desempenhada pelo Estado, bem como a fiança prestada por este às relações de produção e sociais, portanto, no bojo das contradições de classes, não são algo externo dessas relações, mesmo que – na aparência – possam parecer. São funções correspondentes e constitutivas dessas relações. Ou seja, o Estado não é uma coisa em si, e este ‘especificamente político’, assim como o econômico, são aspectos que expressam dada relação material e social, onde o aspecto econômico e o político, estão estritamente imbricados o que nos leva a compreender a “primazia genética do econômico nas relações de produção e do coercitivo no Estado” (O’DONNELL, 1981, p. 78).

Assim também, Politzer destaca que:

O caráter de um Estado é dado pelo seu conteúdo social real, seu conteúdo de classe. Um Estado é escravagista ou feudal, burguês e capitalista, ou proletário e socialista. Todo Estado é uma ditadura de classe: isto resulta da sua origem e do seu papel. O conteúdo representa a essência do Estado, ele precede a forma, e a determina. Cada classe social dominante escolhe a forma que melhor convém à sua ditadura de classe. (POLITZER, 2002, p. 333).

Considerando esta questão, vemos que independentemente dos arranjos de efetivação do poder, a classe dominada não possuiu ou possui qualquer forma de direito político-social a não ser aqueles conseguidos – arrancados da classe dominante – através da luta social e que o respeito a esses direitos conseguidos também só é efetivado mediante a luta constante. Onde há o Estado, este sempre será o Estado de uma classe. Como destaca Politzer (2002, p. 334) “A primeira pergunta que se deve fazer, nos nossos dias, para julgar o caráter de um Estado é,

portando, esta: *trata-se de um Estado burguês capitalista, ou de um Estado socialista de operários e camponeses?*” (*Grifos em itálico meus*).

É neste sentido, que para verificarmos o conteúdo social de um Estado, devemos levar sempre em consideração as relações de produção<sup>365</sup>. Estas estão a serviço de quem e de quê? Os meios de produção estão sob qual propriedade e direção?

Considerando estes pressupostos – considerado o modo de produção do capital – que entendemos a caracterização e formatação estatal, por exemplo, a partir do pensamento econômico-liberal<sup>366</sup>, de um Estado Liberal<sup>367</sup> e um Estado intervencionista<sup>368</sup>.

As especificidades e formas adquiridas pelo Estado em diferentes fases históricas por exemplo, demonstra o que expressa Frigotto (2006, p. 102), que “Isto nos leva entender de imediato que a forma de Estado liberal e a forma de Estado intervencionista são apenas modos específicos de mediação às relações capitalistas de produção”.

A forma presente de Estado – intervencionista – não representa uma transgressão aos fundamentos reais das relações de produção capitalistas e, conseqüentemente, não transgredir na essência os princípios do Estado liberal. O Estado intervencionista é apenas a expressão histórica do Estado ao exercer sua função de construtor ou unificador da classe capitalista, na fase imperialista das relações de produção. O Estado liberal ou Estado intervencionista não são “escolhas”, mas a própria forma do modo de produção capitalista gerir as crises que lhe são orgânicas, decorrências, em última instância, das formas que as relações capitalistas de produção vão assumindo dentro do movimento de acumulação, concentração e centralização do

<sup>365</sup> Relacionado a esta questão estão os ‘meios de governo’, as formas de controle e as políticas de um Estado. Tudo isso corresponde diretamente aos interesses da classe à qual o Estado é instrumento necessário. É neste sentido que se chama atenção para estes aspectos tendo vista que estes representam o seu conteúdo. Para o Estado capitalista, portanto, são os meios capitalistas de reprodução que movem o Estado, na atualidade, sobretudo o capital financeiro.

<sup>366</sup> O liberalismo – em linhas gerais – é uma corrente de pensamento organizada para corresponder aos interesses de classe da burguesia. Assenta-se numa concepção de liberdade e igualdade (formal), ou seja, a ordem burguesa como possibilidade de garantia da liberdade (individual) e da igualdade. Faz a defesa de que os indivíduos não podem ter restrições e impedimentos em suas ações, por instituições como por exemplo, o Estado. Porém, como destaca Bobbio (1993), para o liberalismo, considerada a materialidade, liberdade e igualdade se transformam em valores ‘antitéticos’. Ou seja, a realização plena de um dos valores incorre na limitação do outro. Ser livre para poder concorrer e competir economicamente, já é a expressão de uma base desigual. Além disso, a relação entre liberdade, igualdade e justiça social, sob esta tradição em sua ‘natureza’ é um impasse.

<sup>367</sup> “O liberalismo Econômico define o papel do Estado (liberal) pela ‘negativa’ à intervenção nas leis do mercado. Ou seja, o Estado é posto como uma instituição que paira acima dos interesses das classes – um mediador neutro que se ocupa na definição dos parâmetros [...], e que se coloca à margem das atividades econômicas. Estas são conduzidas pelos mecanismos autônomos do mercado”. A concorrência entre os ‘múltiplos capitais’ vai estabelecendo uma taxa média de lucro que serve de patamar para as relações intercapitalistas no conjunto da sociedade” (FRIGOTTO, 2006, p. 104 – 105).

<sup>368</sup> É uma consequência do movimento de reprodução e valorização do capital, portanto, da crise de auto-regulação do mercado na fase do capitalismo concorrencial. A grande crise do capital – expressado pelo fato da depressão de 1929 – além de colocar em questão a crença no capitalismo concorrencial, é ponto de partida para a defesa da necessária intervenção do Estado nos processos e programas econômicos. Corresponde, portanto, à demanda do modo de produção capitalista – em sua fase imperialista/monopolista – de dar sustento às suas formas de reprodução, bem como ‘conter’ o processo iniciado de manifestação de forças anticapitalistas e/ou revolucionárias. Podemos também destacar que nessa forma de Estado, há um ‘acordo’ entre capital e trabalho que compõe as bases para um Estado do Bem-Estar Social.

capital. “O imperialismo não é uma questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida” (FRIGOTTO, 2006, p. 102).

Poulantzas (1936 – 1979) em sua última obra “*O Estado, o poder, o socialismo*”, desenvolve uma contribuição fundamental na teoria marxista de Estado. Partindo de uma análise mais teórica e geral sobre o Estado, perpassa por uma teoria do Estado capitalista e traz, por fim uma discussão que visa compreender o Estado capitalista (na concretude) na fase de desenvolvimento do modo de produção em seu momento histórico.

Nesse sentido, sua obra contribui para compreendermos como ocorre a relação entre economia e política, ou seja, é uma crítica da economia política, sem, contudo, deixar de considerar os determinantes das demais relações sociais bem como as suas consequências a partir das contradições no processo de formação da ‘*ossatura do Estado*’. Portanto, compreende o Estado como o elemento fundamental na dominação política (de classe)<sup>369</sup> e, também, a sua centralidade para assegurar e garantir as condições econômicas para a acumulação do capital. Considerando este entendimento, também considera a importância das lutas e das relações de forças (de poder) de classe na definição da natureza dos processos de trabalho, das relações sociais de produção e como estes aspectos incidem na forma do Estado.

Para Poulantzas o Estado é uma relação social. Não entende o Estado como um instrumento apenas, ou por outro lado, como um sujeito racional (independente) indutor de determinações, portanto, não é uma entidade com direito e direção própria. Através de um entendimento análogo das elaborações de Marx – ao elaborar *O Capital* – onde concluiu que o ‘*capital*’ é uma relação social, Poulantzas entende que o Estado também é uma relação social<sup>370</sup>. Desse modo, desenvolve a noção de Estado como uma expressão (uma condensação) de uma relação ou do conjunto das relações sociais. Portanto, Poulantzas crítica e completa as análises e noções que consideram o Estado como coisa-instrumento ou como sujeito.

---

<sup>369</sup> Ao abordar essa relação entre o Estado e as classes dominantes, em particular a burguesia, destaca Poulantzas (2000, p. 128 – 129) “[...] o Estado tem um papel principal de *organização*. Ele representa e organiza as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesas [...]. Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança no poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica. O Estado constitui, portanto, a unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes. [...]”

<sup>370</sup> Poulantzas considera, portanto, que o Estado não é um mero instrumento que serve estritamente ao processo de dominação e de arbitrariedade de uma única classe – embora fique evidente que dado o contexto e a materialidade, isto possa ser a principal função – e passa a demonstrar que as contradições materiais e sociais, que perpassam as relações de forças é que ‘*determinam*’ a conformação do Estado. Para o autor, “[...] O Estado, condensação material de uma relação contraditória, não organiza a unidade do bloco político no poder desde o exterior, como se resolvesse pela sua simples existência, e a distância, as contradições de classe. Bem ao contrário, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado” (POULANTZAS, 2000, p. 136).

[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como aliás é o caso do “capital”, *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado.*

[...] Estado como condensação de uma *relação*: compreender o Estado desse modo é evitar os impasses do eterno pseudodilema da discussão sobre o Estado, entre Estado concebido como Coisa-instrumento e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como *Coisa*: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como *Sujeito*: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e a corrente dominante da sociologia política [...]. (POULANTZAS, 2000, p. 130 – 131).

Considerando as análises sob a perspectiva marxista, que visam buscar os elementos de transição ao socialismo, faz-se pertinente, não considerar a materialidade institucional do Estado como algo fixa e determinada, mas fundamentalmente que esta materialidade se assenta no conjunto das relações (de produção, políticas e de classes). Porém, o processo de conformação da ‘ossatura’ estatal, possibilitou que esta, tendo uma autonomia relativa, reproduza também a diversidade de contradições no decorrer de seu funcionamento. A partir desses elementos, destaca Poulantzas:

[...] o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem são constitutivamente menos marcadas.

[...]. Deve-se procurar o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho [...]. Não se trata aí de uma estrutura econômica em que as classes, os poderes e as lutas estariam ausentes. A busca deste fundamento já estabelece uma relação entre o Estado, com as classes e as lutas, embora não passe de um primeiro passo. [...]. (POULANTZAS, 2000, p. 12; 13).

De modo geral, Poulantzas desenvolve uma profunda compreensão da materialidade institucional do tipo capitalista de Estado e como esse aparato – essa condensação material – incide, mas também expressa, as formas e as possibilidades das lutas sociais e de classe. Neste sentido, a luta (as contradições) de classe<sup>371</sup> institui a base material do Estado e configura a organização do seu funcionamento, fundamentalmente sobre duas grandes relações: a relação entre Estado e classe dominante (dirigente) e a relação entre Estado e as classes dominadas (dirigidas), ou seja, as massas.

<sup>371</sup> De acordo com Jessop (2009, p. 134), “[...] ele analisou o processo de trabalho em termos de uma divisão econômica, política e intelectual do trabalho e examinou as classes sociais em termos de sua reprodução *estendida*, mais que da perspectiva econômica ‘estreita’ de seu lugar na produção, na distribuição e no consumo”.



Isso traz, inicialmente, à baila as transformações das relações de produção. Estabelecer a relação do Estado com essas relações significa desde já que as transformações do Estado em sua periodização histórica fundamental (estágios e fases do capitalismo: estágio concorrencial e imperialista – capitalista monopolista, fases desse último) levam a substanciais modificações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas. Se seu núcleo persiste, que é o que faz com que o Estado continue capitalista, não impede que eles passem por importantes transformações ao longo da reprodução do capitalismo.

Mas essas transformações sugerem então modificações na constituição e reprodução das classes sociais, de sua luta e da dominação política. [...]. Isso é válido igualmente para as formas e regimes precisos de que se reveste o Estado no seio de um mesmo estágio ou de uma mesma fase do capitalismo, segundo as diversas formações sociais: tal ou qual forma de parlamentarismo, de presidencialismo, de fascismo ou de ditadura militar. As relações de classe estão presentes assim tanto nas transformações do Estado segundo os estágios ou fases do capitalismo, ou seja, nas transformações das relações de produção/divisão social do trabalho que elas implicam, como nas formas diferenciais de que se reveste o Estado num estágio ou fase marcado pelas mesmas relações de produção. (POULANTZAS, 2000, p. 125 – 126).

Dada essa materialidade e a conformação das relações, o Estado capitalista tem a sua base fundamental caracterizada por essas tensas relações de classes que em seu próprio movimento e relações de forças que se instituem em poder, se torna determinante para o estabelecimento da hegemonia.

[...]. Ao adotar essa abordagem estratégico-relacional para o poder do Estado, Poulantzas implicitamente rejeitou uma teoria geral do Estado em favor de análises históricas forma-analíticas da reprodução expandida (ou transformação) mediada pela agência da relação do capital. Ele reconheceu que a constituição histórica e formal do Estado não é pré-dada mas resulta de lutas passadas e é também reproduzida (ou transformada) em e por meio de lutas. Ele também se recusou a tratar o equilíbrio de forças como fixo e explorou como ele é modificado por meio de alterações no terreno estratégico-relacional do Estado, da economia e na formação social mais ampla, bem como por meio de mudanças na organização, na estratégia e na tática. (JESSOP, 2009, p. 134).

De modo geral, o Estado, sua política, suas estruturas, suas formas organizacionais traduzem – como consequência necessária e expressão da “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 131) – os interesses da classe dominante, não de forma automática e mecânica, mas por meio do conjunto de relações (de poder e de forças), materializando este Estado como a expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento, e que portanto, sua função passa a ser a de impulsionar a partir dessa materialidade esses interesses intrínsecos. Portanto, *não se pode deixar de levar em consideração que esse processo não é linear, tendo em vista que, na ossatura própria do Estado, encontram-se também as fissuras e as contradições e interesses antagônicos das diversas frações de classe. Ou seja, o Estado não se reduz a essa condensação de relações de forças, pois compõem também a sua natureza, resistências*

próprias que ganham força através da consolidação de sua racionalidade e de sua organização funcional e que seus agentes internos também representam e expressam em suas ações esse processo contraditório e em disputa.

Uma mudança na relação de forças entre classes certamente tem sempre efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só se cristaliza no Estado sob sua forma refratada e diferencial segundo seus aparelhos. Uma mudança de poder do Estado não basta nunca para transformar a materialidade do aparelho de Estado: essa transformação provém, sabemos, de uma operação e ação específicas. [...]. Ora, o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. O estabelecimento da política de Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação). (POULANTZAS, 2000, p. 133; 134).

Poulantzas ao desenvolver as análises acerca do declínio da democracia e a tendência de fortalecimento estatismo autoritário (2000, p. 207)<sup>372</sup>, faz a relação entre o processo da reprodução do modo capitalista incidindo em crise econômica, crise política e crise de Estado. Demonstra que essa tendência é gerada a partir de corresponder às necessidades do modo de produção no estágio imperialista, do capitalismo monopolista. Para o autor essa forma de Estado tem incidência negativa para a democracia representativa, sobretudo, – a partir da materialidade em que ele analisa – no processo de transposição do poder político do Legislativo para o Executivo e a concentração do poder neste segundo.

Além dessa questão, em passo posterior, uma articulação mais estreita no domínio e centralização do poder, uma espécie de fusão do poder entre o legislativo, o executivo e o judiciário, tendo incidência no processo de enfraquecimento do aspecto formal do Estado, ou seja, um declínio no prescrito do conjunto do arcabouço jurídico-legal<sup>373</sup> (JESSOP, 2009).

Este último aspecto é evidente, tendo em vista que dado que as necessidades que nascem pelo processo de reprodução do capital, impulsionam a transformação estrutural e colocam a conjuntura nacional e local sob este imperativo, o que faz como que um conjunto de novas legislações sejam elaboradas, aprovadas e aplicadas em termos de urgência. A

<sup>372</sup> Para Poulantzas (2000, p. 208) estatismo autoritário é o termo que indica uma tendência, uma nova forma de Estado onde este adquire todas as condições de monopolização acentuada do conjunto de domínios da vida econômico-social, articulado ao declínio decisivo das instituições da democracia política, bem como das restrições das chamadas garantias formais.

<sup>373</sup> É importante destacar que na democracia burguesa as condições objetivas para exercer a liberdade política estão efetivamente ao alcance dos donos do capital. Quando essa liberdade política é ameaçada, ou quando, no processo de reprodução do capital, o arcabouço legal é empecilho, a burocracia estatal e o parlamento, agem em vista a perpetuar alguns princípios legais favoráveis, como também ressignificam e se necessário suspendem prerrogativas legais, por meio de medidas excepcionais. Estas indicações parecem ter marcado presença na história recente do Brasil.

dinamicidade no conjunto legal, além de ser uma necessidade, torna-se uma consequência, do processo material correspondente à reprodução econômica do modo de produção.

Essas mudanças são características permanentes e estruturais do Estado moderno. Elas correspondem a uma agudização peculiar dos elementos genéricos da crise política e estatal acompanhando a crise econômica de longo prazo que supostamente cerca toda a fase atual do modo capitalista de produção. Entre as mais importantes tendências da crise nessa fase estão: a politização da resistência da classe trabalhadora contra os esforços do capital para resolver a crise econômica; a politização da nova pequena burguesia devido ao aprofundamento da divisão social do trabalho nos níveis do próprio trabalho intelectual; a decomposição da tradicional aliança entre a burguesia e a antiga e nova pequenas burguesias; a crise ideológica que acompanha o crescimento dos novos movimentos sociais em frentes anteriormente “secundários”; a agudização das contradições no bloco do poder devido a divisão tendencial do trabalho [...].

Além disso, se o Estado desobriga-se ou intervém para moderar uma determinada tendência-crise em uma área, ele agrava outras tendências-crisis em outras áreas. [...]. O crescente papel do Estado para promover a internacionalização do capital também acarreta problemas para a unidade nacional. Isso é especialmente claro em seu impacto nas regiões menos desenvolvidas e nas minorias nacionais. (JESSOP, 2009, 138).

O processo de intervenção do Estado<sup>374</sup> nas incidências das crises econômicas, traz, portanto, um conjunto de consequências e novas contradições que tensionam a crise política e as fissuras no interior do Estado. Exemplo disso, foi no momento histórico posterior à II Guerra Mundial, nos países de capitalismo mais avançados, onde para amenizar os aspectos mais intensos (selvagens) das crises capitalista, o Estado acabou por assumir a responsabilidade em fazer o processo de recuperação dos estragos e dos efeitos desse processo na materialidade social.

O processo de consolidação dessa tendência de estatismo autoritário<sup>375</sup>, também atinge os partidos políticos que em momentos históricos anteriores, foram considerados veículos fundamentais para o diálogo com a administração. O poder efetivo (estatal) está ancorado e concentrado no sistema governamental e administrativo<sup>376</sup> – que de maneira hegemônica

<sup>374</sup> A intervenção do Estado – no entendimento de Poulantzas – significa que as normas legais são constantemente modificadas e elaboradas por iniciativa da administração Estatal para poder corresponder às demandas conjunturais, imediatas e, sobretudo para atender às demandas dos setores que condensam a hegemonia no bloco do poder. É neste sentido que a lei não pode estar submetida ao entendimento universal e às normas gerais mais rígidas – que em certa medida, pelos critérios de representação, podem contemplar valores e interesses mais universais, do ponto de vista social, por exemplo –, oriundas sobretudo do parlamento, ainda no sentido de corresponder à sua função primordial de representação do povo-nação. Ou seja, o imperativo mais universal da lei é enfraquecido, para ceder lugar aos oportunismos.

<sup>375</sup> Segundo Jessop (2009, p. 139) “Poulantzas previamente argumentou que os regimes de exceção são sempre temporários e ocorrem em resposta a conjunturas específicas. Dessa forma, como essas tendências-crise são traços permanentes do capitalismo contemporâneo, o estatismo autoritário deve ser visto como normal. [...] Isso envolve uma simbiose constante e uma intersecção funcional das estruturas normais e excepcionais sob o controle das cúpulas que comandam o aparato estatal e o partido dominante”.

<sup>376</sup> “A administração tornou-se há muito tempo o elo central de elaboração do instável equilíbrio de compromissos no seio do bloco no poder, entre este e as massas populares. Mas se esse processo desloca o centro de decisão política, sempre ocorre pela obliquidade preponderante dos partidos agindo no interior da

expressam a condensação material das contradições que estão na base econômica – e que, portanto, se fecha para a função representativa dos partidos e em certa medida para o parlamento no que tange à sua função ideal de representação.

No que concerne aos partidos de poder, verifica-se hoje em dia um afrouxamento dos elos de representação entre o bloco no poder e esses partidos que colocam em cena (muitas vezes ao mesmo tempo) ora determinadas frações desse bloco, ora alianças entre essas frações, ora alianças-compromissos características (mais ou menos declaradas) dessas frações com algumas das classes dominadas (tanto componentes da classe operária, quanto da pequena burguesia, antiga e nova, ou do campesinato: o exemplo clássico da “síntese republicana” na França expressa pelo Partido Radical). [...]. Esse afrouxamento dos elos de representatividade, que por vezes se aproxima de um verdadeiro ponto de ruptura, acompanha a transformação do lugar institucional dos partidos de poder. (POULANTZAS, 2000, p. 226 – 227).

A herança que dessa materialidade advém é que os partidos políticos deixam de representar uma agenda de formulação política correspondente aos interesses oriundos da base social mais pobre. Há, portanto, nessa lógica uma supervalorização da individualidade e da autonomia do representante eleito, desconstruindo o ideário primeiro da pertinência de um partido classista, por exemplo, ou de um programa partidário comum.

A consideração na elaboração da política, estatal de certas reivindicações populares tornam-se assim cada vez mais aleatórias, não somente em razão dos interesses do capital monopolista que essas modificações favorecem, mas também porque esse aparelho administrativo é materialmente organizado de forma a excluir de seu campo de percepção as necessidades populares. [...]. (POULANTZAS, 2000, p. 233).<sup>(377)</sup>

Mészáros em sua recente obra “A montanha que devemos conquistar” no apêndice 1, “*Como poderia o Estado fenecer?*”, faz pertinente análise trazendo elementos para pensarmos as condições objetivas e limites acerca da superação do Estado<sup>378</sup>. Destaca que o processo histórico de consolidação do Estado efetiva uma regência opressiva da esfera política e demonstra também, que ao contrário das expectativas originais, concernente à perspectiva

---

administração como vetores principais dos diversos interesses econômico-sociais: [...]”. (POULANTZAS, 2000, p. 227).

<sup>377</sup> (Nota minha): Estes aspectos serão percebidos e demonstrados ao analisarmos – em parte deste Capítulo – as pautas e as políticas públicas exaradas a partir do debate e das agendas pleiteadas pelas classes populares acerca da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional.

<sup>378</sup> Outros elementos que ajudarão a compreender estes aspectos, se farão presentes na análise que desenvolvo no último item deste capítulo – na unidade dos contrários: as relações materiais e de forças e a ‘*transição em potência*’ e Soberania Alimentar. Visa, entre vários aspectos debater as contradições e os processos dialéticos entre linhas limítrofes impostas pelo avanço capitalista e o processo de projeção das teses da Soberania Alimentar – na busca de apresentar uma reflexão que contribua no entendimento acerca dos processos de transição das condições que indicam a implementação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, processos de negação e a constituição material em direção à Soberania Alimentar.

marxista, os Estados “pós-capitalistas”<sup>379</sup> acabaram por “fortalecer maciçamente o poder político sobre (e contra) o corpo social” (MÉSZÁROS, 2015, p. 113).

Argumenta que as experiências socialistas não se constituíram em processos que levassem efetivamente ao fenecimento do Estado, e os elementos advogados como transitórios, como por exemplo ‘a ditadura do proletariado’, passa a representar a forma permanente nesse processo. Segundo Mézáros (2015, p. 113), ao invés do Estado fenecer, “Ao contrário, o Estado assumiu o controle sobre todas as facetas da vida social, e a ditadura do proletariado foi promovida ao *status* de ser a forma política permanente de *todo* o período histórico de transição”.

Se o processo histórico não contemplou efetivamente as expectativas ao considerarmos as experiências socialistas, de igual forma, referente ao Estado capitalista também há elementos que no processo histórico contrariam significativamente as expectativas. De acordo com Mézáros (2015, p. 113) “[...], o próprio Estado capitalista – [...] – não se tornou um Estado extremamente autoritário: o tipo fascista de formação estatal permaneceu episódico na história do capitalismo até o presente”. Porém, – de acordo com o autor – o perigo de ditaduras de direita é eminente, como alternativa para resolução das condições de crises econômicas e os necessários ajustes para o processo de reprodução do capital<sup>380</sup>. Desse modo, “A ‘sociedade civil’, há muito estabelecida e articulada ao redor do poder econômico estruturalmente arraigado dos capitais privados em competição, assegura e preserva a dominação capitalista do Estado político e, por meio dele, da sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2015, p. 114).

E, partindo destes pressupostos, como potencializar as mediações que realizem as condições objetivas para a transcendência da forma histórica do Estado e, posteriormente, do próprio Estado?

Há questões emblemáticas a serem enfrentadas, sobretudo no terreno da teoria e por consequência no processo de desmistificação ideológica – apregoada pelo Estado político

---

<sup>379</sup> Refere-se aos Estados Socialistas.

<sup>380</sup> Embora sejam tratados aspectos mais específicos concernentes ao Estado brasileiro, mais adiante, vale destacar a partir destes aspectos, a caracterização do atual momento histórico pelo qual atravessa o país. Sem querer delimitar exatamente o período, mas destaca-se, fundamentalmente os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 e 2018, com a expressão e ‘marca aberta’, o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff (2016) e as reformas econômicas e trabalhistas, sintetizam um conjunto de elementos que manifestam, de maneira célere, o fortalecimento da expropriação do trabalho e de práticas fascistas. Quanto à questão dessa prática para superação de crise aguda, Mézáros (2015, p. 114) destaca que “Qualquer reversão de tais relações de poder em favor do Estado autoritário em período de crise aguda é, na verdade, uma faca de dois gumes, que tanto ameaça quanto defende a ordem estabelecida ao romper o mecanismo *normal* de dominação estrutural e colocar em jogo a colisão frontal das forças antagônicas no lugar da esmagadora inércia da situação anteriormente aceita”.

burguês – acerca da ‘natureza’ das formas de Estado e do poder político instituído. Se a ideologia burguesa coloca o Estado capitalista como sendo insuperável, imutável e, sobretudo, calcado na noção da liberdade individual e da não interferência à liberdade individual, vemos que a partir desses aspectos constituem-se os obstáculos materiais para os processos de transição. Estes elementos, portanto,

Impõe ao seu adversário socialista o imperativo de prometer “liberdade da dominação do Estado” em futuro próximo, apesar de, na verdade, o poder socialista sustentado do Estado pós-capitalista (cujas modalidades estão muito longe de terem sido sequer tocadas, para não dizer completamente exauridas, por referências sumárias à “ditadura do proletariado”) contra a “sociedade civil” herdada, estruturalmente capitalista, ser uma condição *sine qua non* da mudança estrutural necessária. (MÉSZÁROS, 2015, p. 114).

A questão fundamental a ser levado em consideração é – ao meu juízo – a clareza que se deve estabelecer na ação praxica entre a intersecção e a ruptura no interior da velha formação social – ou da formação social herdada – tendo em vista que o ato de libertação só será possível por um processo libertador correspondente. Aqui está um dos pontos nodais, tendo em vista que nesta relação imbricada está a pretendida superação do Estado e o Estado como fator que potencializa o processo de libertação e superação desse Estado histórico-concreto. Destaca Mézáros:

Já que o ato de libertação não pode ser separado do processo de libertação, e desde que o Estado político, apesar de condicionado, é também e simultaneamente um fator condicionante vital, a emancipação socialista da sociedade da regência opressiva da esfera política necessariamente pressupõe a transformação radical da política propriamente dita. Isso significa que a pretendida transcendência do Estado apenas pode ser realizada por meio da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado. Se este é o caso – e na verdade o é –, como poderemos escapar do círculo vicioso? Pois, mesmo que seja um consenso que o Estado político em suas características essenciais pertence à velha sociedade, a questão permanece: como transformar o Estado herdado em uma genuína formação *transicional* da estrutura que se tornou abrangente e necessariamente *autoperpetuante* no processo do desenvolvimento capitalista? [...]. (MÉSZÁROS, 2015, p. 114 – 115).

Do ponto de vista da teoria marxista e sua aplicação, chama a atenção acerca das experiências dos Estados socialistas implementados durante o Século XX, e estes processos terem irrompidos nos países subdesenvolvidos ao invés de terem ocorridos nos desenvolvidos. Para o autor, estes elementos não se transformariam em razões a colocar em questão a validade do marxismo devido a sua concepção de Estado e ao fato de que os processos históricos – nestes casos revolucionários – terem se concretizado de maneira diferente das tendências anunciadas. Segundo Mézáros (2015, p. 115):

Como argumentei em meu *Para Além do Capital*, a ideia de Marx de “desenvolvimento desigual” poderia dar conta a esse respeito. E, de todo modo, sua

teoria se preocupava primariamente com a evidente necessidade de revoluções socialistas, e não com as circunstâncias e as modalidades inevitavelmente alteradas em seu desdobramento prático”.

Desse modo, a forma e as relações condensadas no aparato estatal, são substanciais linhas limítrofes para um processo de transformação social em direção ao socialismo. Por outro lado, considerando o modo de reprodução do capital e a sua imbricação objetivo-material com as crises e as saturações das contradições, poderão ser potenciais vias de transformações. Contudo, o necessário processo de transformação do Estado, pressupõe a incorporação de pautas e reivindicações populares, propostas implementadas e controladas por uma vanguarda da classe trabalhadora nesse processo de transição.

Da mesma forma, inclui a Soberania Alimentar de maneira interseccionada com esse processo de transição. A condicionante positiva para a sua materialização, pressupõe de maneira imbricada a superação do Estado capitalista, e, como fator material a pertinência do Estado socialista nesse processo de transformação, que no âmbito da totalidade concreta insere-se a Soberania Alimentar e as políticas públicas a essa perspectiva correspondentes.

Vários aspectos que aos poucos vão se manifestando, que estão de maneira latente presentes, reforçam a tese que a Soberania (Estatal), do Estado-Nação (Moderno) deve ser inscrito como fator material de transição e como mediação para isso, mas não encerra em fim último a expressão material que conduza a radicalidade da Soberania Alimentar, exceto nas condições materializadas em seu escopo de fator material, pela Soberania dos Povos.

### 3.2 A formação e conformação do Estado Brasileiro

De modo geral, a busca de compreender o processo histórico de formação do Estado brasileiro tem sido ancorada em análises ou vinculadas de maneira mais estreita a teorias sociais formuladas em outras regiões do mundo em contextos histórico-econômicos específicos, que possuem capacidade explicativa, porém, podem se tornar limitantes, quando se busca a compreensão do Estado brasileiro em suas características principais. Neste sentido, sem ter as análises mais aprofundadas pautadas no conteúdo histórico-concreto do processo de formação (formatação) do Estado brasileiro, assenta-se, por exemplo, o ponto de partida explicativo em teorias de matriz marxista<sup>381</sup> ou weberiana.

---

<sup>381</sup> De acordo com Oliveira (2003, p. 126) “O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação do capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia. Quando tentou, obteve algum dos grandes resultados de caráter mais geral, com a ‘via prussiana’ e a ‘revolução passiva’. [...]”.

As transformações sociais são determinadas por leis objetivas, gerais – concretas (totalidade concreta) e não apenas formais – predominantes no processo de reprodução do modo de produção. Partindo deste pressuposto é que compreendemos como as sociedades mudam e os regimes econômicos e políticos emergem e entram em decadência (desaparecem), como grupos sociais perdem poder ou se fortalecem e ocupam espaços de poder. Nem mesmo no funcionamento das instituições há fatores determinantes modelados a partir de leis gerais formais.

Tendo em vista o objetivo teórico deste item em compreender a caracterização fundamental do Estado brasileiro – para posterior análise das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e indicações acerca da ‘Soberania Alimentar’ –, e considerando a formação e as mudanças do Estado brasileiro, vemos a necessidade de assentar parte desta análise em uma perspectiva teórica weberiana<sup>382</sup>, sem, contudo, abrir mão das contribuições de teóricos de base marxista.

Segundo Weber a partir das formas de dominação e legitimação do poder<sup>383</sup>, é que se estabelecem as formas de administração feitas pelo Estado, tais como: 1- a administração burocrática (burocracia) é forma correspondente e efetiva do processo de dominação racional-legal; 2- a administração tradicional e o patrimonialismo; 3- administração do domínio carismático.

O Patrimonialismo para Weber é uma forma de dominação tradicional, ou seja, existe o chefe do Estado – e é chefe segundo uma tradição – concebido como um poder hereditário, recebido por herança. Essa tradição de concepção do que é Estado e de como ele se relaciona

No caso latino-americano esse ‘etapismo’ levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada ‘reformista’ aliada do imperialismo norte-americano”.

<sup>382</sup> Max Weber (1864 – 1920) é um liberal social com tendências pragmáticas. Desenvolveu uma teoria social, do Estado racional moderno. Para esse autor o Estado faz o uso legítimo da coerção, ou seja, sendo o Estado uma organização racional que representa uma forma de aplicação e manifestação política (ancorada na relação de dominação) e expressa a racionalização e a racionalidade da sociedade moderna. Neste sentido, para o autor, a dominação e a coerção presume da legitimidade. Destaca que existem três formas de dominação: 1- a dominação legal onde a legitimidade é de caráter racional e normativo com base nas normas jurídicas e nos regulamentos elaborados racionalmente. Com base nisso, a obediência se dá em correspondência a essas normas impessoais e objetivas; 2- a dominação tradicional, cuja legitimidade assenta-se nas tradições e costumes. Há, portanto, nesta forma uma fidelidade que incide no processo de obediência à autoridade constituída por esses critérios; e 3- a dominação carismática onde a legitimidade é constituída por admiração e culto a alguma personalidade, induz a práticas de obediência que são orientadas mais por critérios emocionais do que racionais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Nota-se, portanto, que Weber dedica mais atenção a um aspecto particular da política. O weberianismo, o marxismo e o positivismo, constituem os pilares fundamentais da teoria social moderna. Há sem dúvida uma marca na formação do Estado brasileiro desde sua origem até nossos dias: a estreita ligação entre o estamento burocrático e o patrimonialismo.

<sup>383</sup> O Estado nas suas manifestações concretas é uma ferramenta capaz de impor legitimamente a dominação, mas em grande parte porque do outro lado encontra-se a obediência. Ou seja, quem obedece está, de certo modo, disposto a obedecer, tendo em vista que o que orienta essa relação é a crença na legitimidade da regra racional. Há um reconhecimento do que é legítimo e reconhecido na base racional do Estado.



com a sociedade, se define e se caracteriza de maneira elástica. Nessa forma de legitimidade de poder, o chefe do Estado se torna praticamente um proprietário desse Estado, como bem vemos na tradição, toma posse do Estado, do título de chefe de Estado.

Daí advém todo o processo de ‘confusão/imbricamento’ entre público-privado não tendo linhas claras de divisão entre um aspecto e outro. O tesouro – [nacional] – é patrimônio e se confunde com o patrimônio dos chefes de Estado e de seus funcionários. É prática recorrente, portanto, os detentores de cargos e de poder se beneficiarem, muitas vezes, usando a máquina pública para corresponder seus interesses privados.

O Estado é dono, ou em determinadas formas de governos, controla os fatores de geração de riqueza. Estes aspectos expressam a relação estreita entre o poder econômico e o político que adentram naquilo que é substancial do estamento. Desse modo, a ocupação dos cargos se dá por meio do desfrute do prestígio.

Outro aspecto que devemos considerar é que o ordenamento jurídico, portanto, é correspondente a essa cultura político-econômica. Não há no ordenamento jurídico quando este é colocado em prática, o critério da impessoalidade. Desse modo, não há no patrimonialismo a garantia prática dos direitos individuais, conforme prega o discurso hegemônico e os princípios legais presentes na maioria dos marcos jurídicos dos Estados, mas direitos de grupos sociais, famílias, que se intercalam por diversas gerações como “donos do poder” e da instituição estatal. A noção de que teríamos direitos – no sentido universal –, no Estado patrimonialista isto é inexistente, tendo em vista que as garantias são de antemão ‘garantidas’ pelo prestígio (*status*, prestígio social).

Neste sentido, para compreendermos o Brasil – o Estado brasileiro –, a discussão sobre o patrimonialismo nos oferece uma visão pertinente [alternativa], do processo que se constitui desde o período colonial, e é permanente (não no sentido lógico-dedutivo), mas no sentido que ele se enraizou de tal forma que passa a compor o ‘inconsciente social-nacional’ da maioria das pessoas. Constitui, portanto, a cultura político-econômica, perpassando no decorrer da história brasileira, por todos os períodos de mudanças em todos os regimes políticos e formas de governo.

O processo de formação e desenvolvimento do Estado brasileiro foi fortemente influenciado pelas condições históricas da colonização do Brasil pelos portugueses, que resultaram em alguns traços característicos: uma relação tutelar entre o Estado e a nação; a criação de uma burocracia fortemente centralizadora e intervencionista; e a formação de um empresariado dependente de autorizações, proteções e favores oficiais. (CASTOR, 2001, p. 27).

Temos, portanto, nessa base patrimonialista nossa espinha dorsal. Desse modo, mudanças (pequenas) ocorrem, porém, há uma constante lógica patrimonialista na prática político-econômico-social que permanece como força material principal.

A obra de Raymundo Faoro “*Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*” desenvolve uma análise pertinente acerca destas questões, sobretudo, das heranças negativas (econômica, política e sociais) da nação brasileira. Busca demonstrar que as ‘mazelas’ da sociedade brasileira são estruturadas, devido às formas relacionais e à estrutura de poder constituídas no Brasil. Ou seja, uma estrutura patrimonialista estamental<sup>384</sup>, desenvolvida no Estado português<sup>385</sup> e transportada para o Brasil colônia.

Para Raymundo Faoro, a sociedade brasileira – tal como a portuguesa, de resto – foi tradicionalmente moldada por um estamento patrimonialista, formado, primeiro, pelos altos funcionários da Coroa, e depois pelo grupo funcional que sempre cercou o Chefe de Estado, no período republicano. Ao contrário do que disse erroneamente em crítica a essa interpretação, o estamento funcional governante, posto em evidência por Faoro, nunca correspondeu àquela burocracia moderna, organizada em carreira administrativa, e cujos integrantes agem segundo padrões bem assentados de legalidade e racionalidade. Não se trata, pois daquele estamento de funcionários públicos encontrável nas situações de “poderio legal com quadro administrativo burocrático” da classificação weberiana, mas de um grupo estamental correspondente ao tipo tradicional de dominação política, em que o poder não é uma função pública, mas sim objeto de apropriação privada. (COMPARATO, 2003, p. 332).

A forma concreta do Estado brasileiro de sua administração é o Estado patrimonial<sup>386</sup> e se relaciona com a forma social (sistema de organização social) com uma economia que se

---

<sup>384</sup> Forma aplicada desde o início no Brasil (colônia) e reforçada com a vinda da Corte Lusa em 1808. Constituiu na base fundante dos outros momentos históricos tais como: o processo de independência, o império e a República. É neste sentido que se destaca que no Brasil o Estado chegou antes da Nação, ou ainda, que a nação brasileira foi criada pela mão do Estado.

<sup>385</sup> A partir da instalação da dinastia de Avis (decorrência da Revolução de 1385), Portugal se torna um dos primeiros Estados (de capitalismo monárquico). O povo português foi “desde cedo associado à empresa mercantil das grandes navegações marítimas, sendo o monarca, incontestavelmente, o primeiro comerciante do reino” (COMPARATO, 2003, p. 334). Além disso, Portugal possui características em sua formação estamental diferentes dos demais Estados europeus. De acordo com Castor (2001, p. 12) “Conforme a classificação weberiana (...), Portugal viveu mais intensamente o processo patrimonialista do que o feudalismo. No primeiro, o monarca rege seus domínios auxiliado pela *entourage* de membros da corte e oficiais do reino, que lhe prestam obediência e serviços, e aos quais recompensa com benesses e prestígio; no segundo, o monarca mantém com os grandes senhores de terras uma relação de delicado equilíbrio de forças, na qual um e outros trocam apoio militar e político”. Este segundo caso foi a base da constituição de Estados (Modernos) como: Inglaterra, França e Alemanha. A formação do Estado Português foi diferente, “[...] os monarcas portugueses, ao invés de se aproximarem da aristocracia rural, cercaram-se por um ‘estamento burocrático’ (FAORO, 1970: 19), formado por parentes e amigos do Rei, militares e funcionários leais, cujo poder e prestígio não derivavam da propriedade sobre vastas extensões de terras e de servos, nem da capacidade de prover o monarca com grandes contingentes de soldados, mas da proximidade com o poder administrativo” (CASTOR, 2001, p. 13).

<sup>386</sup> Como destaca Comparato (2003, p. 334) “No Brasil, até recentemente, a elite funcional governante sempre dividiu o poder com membros da classe dominante, situados dentro do Estado (sobretudo nos órgãos legislativos), ou fora dele”.

organiza sob esta lógica, que acolhida pela cultura e pela sociedade acaba por reproduzir no conjunto das relações políticas e sociais.

Uma imutabilidade histórica, que se constitui através de arranjos intimamente relacionados nos campos econômico e sociopolítico. No primeiro, prevalece o capitalismo politicamente orientado. O Estado não assume o papel de fiador e mantenedor de uma ordem jurídica impessoal e universal que possibilite aos agentes econômicos a calculabilidade (termo caro a Weber, amplamente usado por Faoro) de suas ações e o livre desenvolvimento de suas potencialidades; ao contrário intervém, planeja e dirige o mais que pode a economia, tendo em vista os interesses particulares do grupo que o controla, o estamento. (CAMPANTE, 2003, p. 153).

Expressa bem esses aspectos o que escreveu o filósofo Alceu Amoroso Lima<sup>387</sup> *apud* Comparato (2003, p. 333), por ocasião da comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil.

Foi-se vendo pouco a pouco – e até hoje vemos ainda com surpresa, por vezes – que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo. Tivera bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de consciência interna. Fizera empréstimos antes de ter riqueza consolidada. Aspirara a potência mundial antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim. Fora uma obra de inversão.

Sem dúvida a interpretação corresponde em boa medida à nossa realidade histórica. Basta lembrar da nomeação e chegada de Tomé de Sousa como Governador Geral destas terras, que desembarcando na Bahia em 1549 trouxe seu regimento de governo, além de várias recomendações detalhadas recebidas de D. João III que imediatamente deveriam ser aplicadas, sobretudo, medidas de controle e vigilância sobre as pessoas e aos trabalhadores, controle da produção (por meio de concessões régias) e dos preços (fixados). Institui-se, portanto, um controle pormenorizado da vida econômica e social<sup>388</sup>.

A história registra que o Governador Geral veio acompanhado de um ‘Ministro da Justiça’ (Ouvidor-Mor) e de um Ministro da Fazenda (Provedor-Mor), além de ter o apoio de uma força de segurança (a soldadesca). Como bem destaca Comparato (2003, p. 332):

[...]. Nesse conjunto, faltou apenas um pormenor: não havia povo. A população indígena não podia ser considerada como tal: era um elemento estrangeiro em suas próprias terras, e que competia manter submisso, ou, pelo menos, afastado quando representasse perigo. Nem se podia ainda incluir no conceito jurídico de povo, no sentido político do termo, o contingente de escravos e degredados [...].

<sup>387</sup> O texto de Alceu Amoroso Lima foi publicado em: CARDOSO, Vicente Licínio (Org). *À margem da História do Brasil – Inquérito por escritores da geração nascida com a República*. 2ª ed., Câmara dos Deputados/Editora Universidade de Brasília, 1981, t. II, p. 51.

<sup>388</sup> Além dos aspectos destacados também haviam: o controle acerca do deslocamento dos trabalhadores. Estes poderiam ir a uma outra capitania apenas com autorização prévia, e o controle e restrições às vestimentas de habitantes locais que não poderiam usar determinados tipos de tecidos, como por exemplo, a seda.

O Brasil começou a existir politicamente alinhado aos interesses externos, por essa razão entende-se que o Estado se constitui antes mesmo de se ter uma nação. O Estado precedeu a sociedade e desde o seu primeiro dia, um conjunto de leis, alvarás, cartas régias, burocratas, tabelionatos e cartórios expressaram o poder do Estado e da burocracia, cujo fundamento patrimonialista, cartorialista e formalista integram a nossa genética social. Daí os contornos do Estado e da Burocracia no Brasil (CASTOR, 2001).

Considerando a dimensão econômica, de modo geral, o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro fica refém em boa medida aos interesses, ao subjetivismo de quem detém o poder político, que a grosso modo, como verificamos, estão atentos a corresponder aos interesses externo. No Brasil do século XIX, como aponta Florestan Fernandes, o senhorio colonial escravista chama para si a responsabilidade de constituir um Estado e potencializar as relações econômicas com outras nações. É a partir desse momento que o patrimonialismo passa a vigorar entre nós. Mesmo tendo no conjunto das relações políticas e sociais, grupos cultivando os princípios ideológicos liberais-burgueses, estes apenas se materializaram de maneira ambígua, que, apesar de que em determinados momentos limitavam o patrimonialismo, porém, não eram implementados a ponto de anulá-lo. Há, portanto, um arranjo de desenvolvimento econômico, como bem destaca Campante (2003, p. 154) “O capitalismo não brota espontaneamente na sociedade, mas vicia-se no estímulo e na tutela estatal: tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrar, adverte Faoro”.

Durante o Império os grupos que vão se consolidando como poder político (bloco de poder político hegemônico), e em alguns casos, unificando o poder político-econômico, são síntese de um processo de correlação de forças que se dá, fundamentalmente na constituição do estamento (no Estado), em razão de alianças e confrontos que se davam de maneira aberta ou velada, materializando uma ‘dialética da ambiguidade’<sup>389</sup>.

[...]. Nem as classes dominantes (os grandes proprietários rurais e os comerciantes de importação e exportação) podiam impor quando quisessem a sua vontade ao Estado – foi o caso da Lei do Ventre Livre, que levou fatalmente ao fim da escravidão –, nem o Estado era livre de agir, como bem entendeu, contra o interesse econômico daquelas, como mostrou a Lei de Terras de 1850. (COMPARATO, 2003, p. 334).

Na dimensão sociopolítica – se partirmos do entendimento de Faoro – o Brasil não tem a sua organização no tensionamento entre as classes sociais<sup>390</sup>. Para esse autor, houve um

<sup>389</sup> Expressão cunhada pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982).

<sup>390</sup> Para Faoro, em seu texto: “Existe um pensamento político brasileiro?” (Ver referências), o que houve foi a vitória de um pensamento político que sempre lutou para afastar as potencialidades de implementação de um

pensamento político dominante que foi determinando o processo de desenvolvimento econômico, sem ter levado em consideração os princípios do liberalismo. Diz ele:

Na verdade, um pensamento político que o arredou, que vitoriosamente lutou para arredá-lo da vida nacional – o que não é a mesma coisa. A corrente banida, porque banida e não-inexistente, atua, ainda que subterraneamente, irrompendo na superfície em momentos de desajuste do sistema e de crise. [...].

[...]. A ausência do Liberalismo, que expressava uma dinâmica dentro da realidade social e econômica, estagnou o movimento político, impedindo que, ao se desenvolver, abrigasse a emancipação, como classe, da indústria nacional. Seu impacto revelaria uma *classe*, retirando-a da névoa estamental, na qual se enredou. Interrompida ficou, em consequência, a luta do produtor na crise do sistema colonial e do produtor quando a Revolução Industrial penetra no país. O Liberalismo, ao se desenvolver autenticamente, poderia, ao sair da crisálida da *consciência possível*, ampliar o campo democrático, que lhe é conexo, mas pode ser-lhe antagônico. [...]. O Estado seria outro, não o monstro patrimonial-estamental-autoritário que está vivo na realidade brasileira. [...]. (FAORO, 1987, p. 54; 55).

Assim, “A clivagem primordial dá-se entre estamento burocrático e o restante da sociedade, incluindo neste ‘resto’ as camadas proprietárias ou não” (CAMPANTE, 2003, p. 154). Uma sociedade de classes, onde o processo de constituição sociopolítica se dê a partir dessa contradição, possui um potencial universalista e equalizador. Já uma sociedade que tem como fundamental, uma prática estamental, patrimonialista, acaba por – em regra – privilegiar o particularismo e o interesse privado, tendo como consequência a instituição da desigualdade social.

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *latu sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade. (CAMPANTE, 2003, p. 154 – 155).

Com o advento da República as formas de poder e as relações sociopolíticas permaneceram praticamente sem alterações, apesar de haver mudanças nas classes dominantes. Tomando como pressuposto esta base para o Estado brasileiro, a fundamental contradição se dá entre o quadro administrativo estatal, somado ao ‘chefe patrimonial’ – ambos patrimonialistas – versus o povo. Se considerarmos a perspectiva marxista acerca do Estado – conforme abordado em item anterior – e o entendimento que se dá acerca de sociedade civil, vemos que na história do Brasil com essa formação histórica, fica difícil de

---

processo genuinamente liberal burguês no Brasil. Este processo demarca e caracteriza a organização política e econômica que incide na independência brasileira e o nos períodos históricos posteriores.

identificar a sociedade civil conforme a elaboração nos marcos teóricos marxistas. Por essa razão, tomada a forma explicativa de Faoro acerca da composição do Estado brasileiro, das relações e formas de poder, não se vê o ‘lugar’ do povo e da classe trabalhadora, na influência e no exercício de poder instalados. É neste sentido que no Brasil os limites para o desenvolvimento social são muito fortes.

Para Faoro, as liberdades públicas estribam-se nas liberdades econômicas e somente uma estrutura social baseada em classes, expressão do domínio pleno da economia pelo sistema de mercado, pode abrir reais possibilidades para um Estado liberal-democrático. Caso contrário, tem-se o estamento, e o liberalismo e a democracia são superficiais. “Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial” (Faoro, 1998:23). Ou seja, somente nas sociedades modernas e capitalistas é que o econômico sobrepuja e define o político e o social; nas sociedades atrasadas e pré-capitalistas ocorre exatamente o contrário. (CAMPANTE, 2003, p. 164).

A história brasileira para Faoro, portanto, vai sendo conformada pelos determinantes de uma composição estamental, patrimonialista e não em uma sociedade de classes, tendo em vista que não só os cativos como os “homens livres” pobres, não foram incluídos nos processos de relações produtivas e sociais propriamente capitalista<sup>391</sup>. Porém, a base material em que se assentava o poder no Brasil se diferenciava de Portugal, na medida em que, neste último, o estamento burocrático estava alinhado com o comércio, e no Brasil uma economia de produtores agrícolas escravistas e pecuaristas (escravistas ou não). Ou seja, a base do poder aqui no Brasil foram outras. Os grandes proprietários de terras (latifundiários) sempre detiveram grande poder, que em Portugal já havia sido superado desde pelo menos no tempo da dinastia de Avis (CAMPANTE, 2003).

No período denominado de República Velha a coalização de interesses entre Estado e as oligarquias rurais é expressivo. Porém, demarca uma contradição relevante, tendo em vista que há um descompasso entre o poder econômico e poder político. Ou seja, segundo Campante (2003, p. 171) “[...] nacionalmente, o sistema político permaneceu basicamente nas mãos das elites das regiões economicamente decadentes e politicamente patrimonialistas [...]”, o que diverge com grande parte da historiografia brasileira que destaca o poder de influência da oligarquia cafeeira paulista nesse período sobre o Estado brasileiro<sup>392</sup>.

As relações de interesses entre a oligarquia rural paulista com os detentores do poder político – na República Velha – no intuito de que as suas reivindicações fossem atendidas

<sup>391</sup> Embora seja considerado que na totalidade concreta há no processo de acumulação do capital, o desenvolvimento desigual e combinado.

<sup>392</sup> De acordo com o autor, nesse período a economia paulista se apresentava bastante dinâmica. Contudo, sofreu marginalização política, tendo em vista que o processo de desenvolvimento econômico nessa região apresentava – em boa medida – princípios diversos aos cultivados estritamente no interior das relações patrimonialistas.

pelo poder federal, contribuiu de maneira significativa para que se instalasse a condução da modernização de maneira autoritária, após os anos de 1930.

A partir de 1930, o Estado assumiu a liderança do processo de modernização econômica e social do país, criando para isso um enorme aparato produtivo e de fomento, conhecido como “modelo desenvolvimentista”. Tendo exercido vital influência na vida do país durante décadas, tal modelo foi condenado à obsolescência por fatores externos e internos a partir da década de oitenta. (CASTOR, 2001, p. 27).

De certo modo há uma ausência no processo de desenvolvimento brasileiro, também nesse período, de um projeto de uma burguesia nacional e, portanto, classista. Assim, o processo de modernização nacional excluiu um projeto tipicamente burguês e assentou-se, fundamentalmente, por uma via autoritária – Estado Novo, por exemplo, – de cima para baixo, em que o Estado se define pela união de interesses conservadores entre a burguesia fundiária, a burguesia industrial nascente e os setores político-burocrático, que em boa medida ocupam e controlam o aparelho estatal.

Um desenvolvimento econômico e político tipicamente burguês e classista encontra no Brasil, um conjunto de linhas limítrofes oriundas desse processo até então destacados. É com base nesse entendimento que Florestan Fernandes desenvolve sua análise. De acordo com Fernandes (1976)<sup>393</sup>, os grupos que dominam economicamente o país sofrem de condicionantes que podem ser caracterizados como: 1- a fragilidade do setor popular (da classe trabalhadora (dispersa) ou desarticulada pela força repressiva)<sup>394</sup>; 2- um capitalismo instalado no Brasil tendo por base um processo de genuína dependência externa dos arranjos e interesses econômicos capitaneados pelos países de capitalismo avançado que possuem a sede das grandes corporações (o que Fernandes chamou de heteronomia<sup>395</sup>) e, 3- a apropriação equivocada das ideologias – políticas estrangeiras – do liberalismo e também da democracia que na prática acabam por serem aplicadas perfazendo processos, por vezes de imitações, por vezes de não absorção completa de tais ideologias<sup>396</sup>.

---

<sup>393</sup> Fundamentalmente na obra “A Revolução Burguesa no Brasil”.

<sup>394</sup> Também, como vimos, apontada por Faoro.

<sup>395</sup> Implementação de razões, interesses e valores externos (exógenos), com a articulação interna das forças sociais, como por exemplo a união dos interesses dos setores comercial e industrial com a oligarquia rural e a união destes setores com as burguesias dos países com capitalismo altamente desenvolvido (centrais). Este acordo é que caracteriza a forma e o processo de desenvolvimento sem levar em consideração os interesses e as necessidades da maioria da população.

<sup>396</sup> Este aspecto demonstra, em certa medida, mesmo que num momento histórico de desenvolvimento industrial, por exemplo, a base fundamental política para a implementação desse processo, repete o que já verificamos anteriormente.

Esse processo heteronômico expressa a implementação de um “capitalismo politicamente orientado”<sup>397</sup>, tendo em vista a coligação dos interesses das classes dominantes externas com a classe dominante interna, como bem destaca Campante (2003, p. 174):

[...] veicula, internamente, uma situação de superexploração capitalista para compensar a adversidade da posição da burguesia interna como um sócio menor do capitalismo internacional; por outro lado, a debilidade histórica de um povo formado na condição escrava ou de profunda dependência pessoal e submetido a tal grau de exploração impossibilita uma dinâmica de luta de classes. Tudo isso faz das camadas proprietárias mais um estamento que instrumentaliza o Estado do que propriamente uma burguesia. Esse estamento, em um caminho inverso ao trilhado pela burguesia anglo-americana, se consolida controlando o poder político e, a partir daí, estabelecendo a dominação socioeconômica.

Os grupos dominantes – dado a formação social do Brasil –, alinhados e inseridos em um contexto de capitalismo monopolista imperialista, colocaram em marcha de maneira efetiva esse processo. De acordo com Florestan Fernandes,

Quando a pressão de baixo para cima se intensificou de modo revolucionário prematuramente, ela foi pulverizada, esmagada e serviu de pretexto para as modalidades políticas de autodefesa da burguesia que lembram a autocracia e despotismo. De outro, na medida em que o estágio da formação do proletariado alcançou maior maturação e este procurou organizar-se para desenvolver-se como classe independente, o processo foi contido, interrompido ou interceptado pela violência organizada. Em consequência, as forças sociais que poderiam funcionar como contrapeso e colocar na cena histórica o problema da forma do desenvolvimento capitalista, nem isto puderam fazer. As tenazes da história se fecham pelas mãos dos homens: os homens que estão no poder, dentro das empresas, das instituições sociais e do Estado, e que não veem outra coisa senão a parte que poder retirar do butim, em associação com parceiros de várias categorias sociais de dentro e de fora. (FERNANDES, 2008c, p. 51).

Florestan Fernandes (2008c) destaca que por durante muito tempo houve a defesa de que o desenvolvimento capitalista podia produzir resultados similares em diferentes lugares, dependendo do estágio de desenvolvimento em que estivesse e das potencialidades de amadurecimento. Porém, viu-se que essa defesa foi parte do processo de colonização e da transferência da ideologia dominante.

---

<sup>397</sup> Neste ponto reside uma pequena diferença de entendimento entre Faoro e Florestan Fernandes. Para Faoro, os impulsos externos são vetores de mudanças econômico-sociais, porém, não incidem em mudanças de maneira determinante, na estrutura política da dominação pois está assentada no “estamento, que instrumentaliza, descaracteriza e domestica a agressividade inovadora das ideologias alienígenas e das mudanças socioeconômicas internas” (CAMPANTE, 2003, p. 174 – 175). Para Fernandes (2008c), no entanto, essa apropriação ideológica do liberalismo acabou por induzir em boa medida – mesmo que lenta e gradual –, um processo de modernização no Brasil. De igual forma, na implementação de aspectos fundantes do liberalismo, estes assumem critérios e características político-ideológicas que influenciam e constituem formas contraditórias ao processo patrimonialista. Como destaca Campante (2003, p. 175), “[...] embora limitada, desempenha papel ambíguo diante da dominação política patrimonial – ao mesmo tempo que a reforça, a deslegitima”.



Este ponto é notório quando considerado o processo de mundialização do capital e do desenvolvimento desigual e combinado, onde, a prática das classes dominantes é tirar vantagem, a partir da dependência, tanto do moderno quanto do atraso. A partir dessa perspectiva, o que de fato ocorreu nos países da América Latina, “[...] foi que os estamentos dominantes e privilegiados preferiram optar pela linha mais fácil de seus interesses e vantagens, dando prioridade total às soluções econômicas montadas no período colonial, com todas as suas aberrações” (FERNANDES, 2008c, p. 50).

Por mais que o processo de transformação capitalista, com seus limites, como destaca Florestan Fernandes, possam lograr êxitos e possibilitar processos de desenvolvimento, estes não poderão produzir os mesmos efeitos dos países de capitalismo avançado, sobretudo, porque o contexto histórico, a forma estatal e a estrutura da economia são substancialmente diferentes.

Por essa razão,

O ponto mais grave, que se configurou nas nações latino-americanas de maior envergadura econômica, demográfica e política, é que a revolução burguesa acabou se definindo e se desatando *pela coordenação com o polo externo* e através de iniciativas modernizadoras de monta, *desencadeadas pelo polo externo*. O Estado autocrático burguês (ou, como outros preferem, o Estado neocolonial ou, ainda, Estado de segurança nacional) acabou sendo o elo mediador pelo qual uma revolução que deixou de ser feita por decisão histórica está caminhando pela *modernização dirigida* e autocrática e por transformação de *estruturas previamente drenadas ou esterilizadas*. (FERNANDES, 2008c, p. 51).

O processo de modernização dos países em tempo de capitalismo monopolista e imperialista e que não passaram por uma revolução burguesa, se dá por consequência histórica a partir dessas amarras destacadas anteriormente<sup>398</sup>. Esse estágio no processo de mundialização do capital [...] (tende a unificar a autodefesa e a segurança da empresa mundial na esfera da produção, do mercado e das finanças)” (FERNANDES, 2008c, p. 52). Desse modo, a grande burguesia mundial além de controlar o grupo dominante interno (a burguesia neocolonial e dependente), retira deste, a crença de um processo revolucionário burguês, portanto, classista, de forma espontânea, induzida pelas contradições materiais oriundas do processo de industrialização. Desse modo,

A periferia verdadeira do capitalismo monopolista avançado está sendo montada agora, *em nossos dias*. Ela será profundamente modernizadora, provocará transformações nunca sonhadas da economia industrial e da sociedade de classes. Mas para manter o desenvolvimento desigual e combinado em termos das vantagens

<sup>398</sup> Florestan Fernandes destaca também o contexto histórico em que se travam as lutas entre os modelos econômico-políticos e ideológicos dos países com capitalismo *versus* os países socialistas. De modo geral, esta tensão contribui significativamente para as iniciativas de intervenção e direcionamentos dos mais diversos tipos, no interior dos países em desenvolvimento.

estratégicas das classes burguesas, do centro e da periferia, terá de despojar a revolução burguesa dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna. (FERNANDES, 2008c, p. 52).

A análise desenvolvida acerca dos processos, bem como dos grandes pilares políticos e econômicos que compõem a nossa genética social, demonstra o que afirma Castor (2001, p. 15):

Dessa tradição colonial, guardamos duas heranças poderosas: a presença dominante do Estado, cujo braço político-administrativo, representado pela burocracia estatal, sempre foi personagem central na vida dos indivíduos e das organizações brasileiras; e o nascimento e fortalecimento de uma elite econômica fortemente associada ao Estado e dependente dele para obter proteção contra a concorrência, controlar administrativamente os preços, limitar artificialmente a oferta e gozar de vantagens e subsídios na compra de matérias-primas e insumos industriais. Em outras palavras, instalou-se no país um “capitalismo protegido”, privatista na propriedade e semi-estatal na gestão.

Podemos, portanto, destacar que esse modelo desenvolvimentista implementado, fundamentalmente entre os anos de 1930 – 1990, apesar da mudança de eixo no fator econômico, da agricultura para o processo de urbanização e industrialização, manteve princípios e pilares que se conformaram por todos os períodos anteriores.

Porém nos anos de 1980 os sintomas de uma profunda exaustão econômica ganham forças no Estado brasileiro. Exemplo disso, são as altas taxas de inflação continuada e de juros, o aumento do déficit público e, portanto, uma diminuição na capacidade do Estado, através de créditos, alimentar a economia. Configurou um círculo vicioso no processo de realimentação da economia. Em certa medida, algumas causas são advindas de uma mudança no sistema financeiro e bancário que deixa de cumprir a sua clássica função de incentivo à economia produtiva, passando para a especulação financeira. De modo geral, os recursos financeiros oriundos de diferentes fontes, tais como, institucional, corporativa e poupança popular, administrado pelo sistema bancário passaram a ser utilizado para financiar o déficit público (interno e externo), robustecendo o sistema da dívida pública.

Em um contexto mais recente – início da década de 90 do século XX<sup>399</sup>, com uma conjuntura político-ideológica pautada nos princípios do neoliberalismo – já no governo de Fernando Collor de Mello, através da ideologia dominante, o Estado passa a ser duramente

---

<sup>399</sup> Resultante de um processo de transformação que expressa as mudanças e o fortalecimento das formas que o capital passa a se reproduzir em escala global, sobretudo, a partir da direta influência do Estado neoliberal e das políticas neoliberais, bem como do fortalecimento da lógica de mercado. Ancoradas nas práticas dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, a defesa de práticas privatizantes para revitalização econômica e como fundamento para as políticas, essas forças indutoras causam uma ‘espécie’ de desmonte do aparelho estatal brasileiro e de empresas estratégicas que haviam sidas criadas e organizadas para dar sustentação à proposta desenvolvimentista.

atacado<sup>400</sup>, sobretudo no que diz respeito às suas responsabilidades e funções através das políticas sociais. Há, portanto, correspondente às bases pretensamente modernas, a defesa de estratégias que visavam reorganizá-lo, com base nos princípios do neoliberalismo. Correspondente a isso no processo de mundialização do capital, os organismos e as agências internacionais como a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outras, passam a ser os instrumentos de veiculação das políticas neoliberais, do controle e das recomendações, cabendo aos Estados nacionais a implementação das mesmas.

Há, portanto, a abertura econômica – pautada na lógica do paradigma da competitividade internacional – eliminando um conjunto de regras e proteções tributárias e aduaneiras, fundamental para o período desenvolvimentista. Isto significou o primeiro passo de mudança na política econômica que havia sido adotada pelo país durante um grande período<sup>401</sup>.

Faoro analisa a questão da ‘modernização’ no Brasil<sup>402</sup>, e destaca que é um país que não alcançou nas dimensões econômica, política e social, a modernidade. Neste sentido, esse processo de modernização sem modernidade industrial, por ser apenas modernizador, com políticas modernizadoras, não expressam objetivamente relações capitalistas impulsionadas internamente (uma força de desenvolvimento interior), mas correspondem objetivamente a interesses externos.

O processo por necessidade externa, a progressão, impulsionado por uma vontade tecnocrática não é mais do que um fim subjetivo de um grupo de pessoas, incapaz, por não se irradiar como força interna, de se incorporar à história. Por isso, em certos casos, as modernizações, depois que chegam ao fim, que é quando a elite, [...], muda de objetivos, parecem nunca ter existido. Elas se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que duram enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa, desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros.

---

<sup>400</sup> Partindo da tese construída durante a história de um Estado brasileiro patrimonialista e burocrático, há, portanto, uma ‘satanização’ desse Estado e a defesa incondicional da necessidade de reorganizá-lo e ancorá-lo em bases modernas – conforme a defesa da ideologia correspondente – onde os interesses das iniciativas privadas passam a ganhar espaço. De acordo com Campante (2003, p. 184) “O chamado neoliberalismo brasileiro dos anos 90 tem em comum com o liberalismo da República Velha e mesmo da Regência o fato de ser essencialmente depurado de conteúdo democrático. Liberalismo, em sentido estrito e em sua origem histórica, é bem diferente de democracia”.

<sup>401</sup> Segundo Castor (2001, p. 21) “Ao mesmo tempo, a rede de benefícios setoriais e regionais que havia sido cuidadosamente urdida desde a época getulista era desmontada”. Várias autarquias de fortalecimento econômico, órgãos públicos que estavam ligados ao fortalecimento da economia popular foram, literalmente extintas ou desmontadas, ou perderam a autonomia.

<sup>402</sup> Texto base da conferência proferida no IEA “A questão nacional: a modernização”, publicada em 1992 na edição nº 14 da revista Estudos Avançados (Ver referências bibliográficas).

[...]. O desenvolvimento não pode ser a matéria de decretos, nem é assim que uma nação aprende de outra. Uma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação. A nação, que quer se modernizar sob o impulso e o controle da classe dirigente, cria uma enfermidade, que a modernidade, quando ela aflorar, extirpa, extirpando os modernizadores. (FAORO, 1992, p. 19; 20).

Desse modo, se o processo de industrialização no Brasil não gerou o liberalismo econômico, de igual forma, não surgiu a ordem política liberal e que esse processo de implementação de políticas modernizadoras e ajustes e redefinições da função do Estado, expressa no máximo uma sombra ideológica que corresponde apenas aos interesses da classe dominante. Há, portanto, uma perversão no processo de implementação do ‘liberalismo’ econômico. Destaca Faoro,

As modernizações, entre nós, procuraram, sem alcançar, a modernidade industrial, que, por serem modernizadoras, não seriam capitalistas. Por sua vez, o industrialismo não gerou o Liberalismo econômico, porque o Liberalismo econômico não se gera por decisão oficial. Daí não saiu uma ordem política liberal, perdida na sombra ideológica permeada pela elite. O Liberalismo econômico, ao se implantar, repetidamente, ao primeiro susto, mas fictício do que real, debaixo da proteção das baionetas. A recuperação da modernidade, para desvendar-lhe o leito por onde ela corre, não se faz do alto, pela revolução passiva, prussianamente ou pela burocracia. O caminho que leva a ela é o mesmo caminho no qual trafega a cidadania: essa via, que só os países modernos, e não modernizadores, percorreram, não tem atalhos. Os atalhos estão cheios de atoleiros de autocracias. Se o relógio da história não tem um curso fatal, ele não se deixa adiantar para que o relojoeiro queira alcançar, ao nascer do sol, o meio-dia, trapaceando o espectador e trapaceando-se a si próprio. (FAORO, 1992, p. 21 – 22).

O ajuste estrutural no Brasil visa implementar a pauta neoliberal, conforme o processo hegemônico em ascensão nesse contexto, como por exemplo, a proposição de mercados abertos, tratados de livre comércio, diminuição radical na intervenção estatal na regulação do mercado e da economia, privatizações de estatais<sup>403</sup> e de serviços, portanto, a redução do setor público. Por outro lado, esse processo passa a exigir do Estado medidas firmes contra a organização da classe trabalhadora. Desse modo, o Estado passa a ser o grande gerente do sistema, e de modo geral, o instrumento para canalizar recursos para a iniciativa privada, principalmente para a burguesia financeira.

[...] é também evidente que o processo de “emagrecimento forçado” da máquina estatal não decorreu exclusivamente de um projeto político e organizacional deliberado. Uma das razões determinantes para tal encolhimento foi, na realidade, a reorientação de recursos fiscais antes utilizados no custeio da máquina pública e na execução dos programas estatais para o financiamento da Dívida Pública. Com efeito, as políticas monetárias e cambiais adotadas a partir do segundo semestre de 1994 resultaram no aumento exponencial do estoque da Dívida Pública, enquanto a política de juros elevados para manter a atratividade do país ao capital externo e

<sup>403</sup> Como sabemos com o programa de privatizações a partir de 1992 foi transferido para a iniciativa privada empresas e setores estratégicos: siderurgia, telecomunicações, produção de insumos básicos e petroquímica e transporte marítimo e ferroviário, etc.

domar eventuais pressões inflacionárias resultou numa gigantesca transferência de recursos dos gastos e investimentos sociais para o setor financeiro, os investidores e financiadores do déficit governamental. (CASTOR, 2001, p. 23).

O contexto sociopolítico desse período, por mais que tenha havido reforma no Estado brasileiro, não negou o seu caráter patrimonialista, apenas disfarçou através do discurso da modernização tendo em vista que não estabeleceu efetivamente o Estado de direito. Muito ao contrário, continuou sendo conduzido por uma classe dominante conservadora em busca de realizar seus interesses, o que intensificou o desmantelamento estatal e o sucateamento dos já frágeis serviços públicos (o Estado mínimo).

[...] a partir de então, por força da própria estratégia governamental, iniciou-se, também, um processo de pauperização financeira e de sucateamento operacional do aparelho do Estado que vem progressivamente minando sua capacidade de cumprir seus papéis institucionais e de prestar serviços públicos na dimensão e na qualidade exigidas por um país com graves carências e desigualdades sociais. (CASTOR, 2001, p. 27).

Como nos anos de 1930, a influência da oligarquia rural, segue, na década de 90 a influência da oligarquia financeira. Ocorre, portanto, a substituição de um Estado patrimonialista ‘déspota’ por um despotismo privado que em grande escala, irriga os recursos públicos mais para a especulação financeira do que para o incentivo do setor produtivo. De acordo com Carvalho (2011, p. 40):

[...] o desenvolvimento político e econômico do modo de produção capitalista no Brasil é parte do capitalismo mundial, o imperialismo movimentando-se neste século sob cinco aspectos inseparáveis: primeiro, o domínio da vida econômica do planeta por intermédio dos monopólios. Segundo, a criação do capital financeiro especulativo e da oligarquia financeira que sangra a economia dos países dirigidos por presidentes fracos e sem sentimento de Nação e Pátria. Terceiro, o predomínio da exportação de capitais dos países centrais em detrimento da exportação de mercadorias. Quarto, a fusão de grandes empresas como anacronismo de uma suposta livre concorrência. Quinto, a partilha do mundo em áreas extrativistas entre as sete maiores e mais poderosas potências capitalistas, sob comando norteamericano.

O resultado disso, além da precariedade dos serviços públicos e das minguadas políticas, está necessariamente a diminuição das capacidades e das condições econômicas do Estado. Por mais que tenha havido o aumento de superávits primários – onde burocratas menos atentos às questões fundamentais de gestão financeira e orçamentária do Estado brasileiro, consideram como grande êxito da política econômica – nada mais são do que a expressão da realidade objetiva da incapacidade do Estado – pelo fato da redução progressiva da capacidade – em interferir substancialmente na superação dos grandes problemas sociais e na implementação de políticas públicas efetivas.

As análises de Francisco de Oliveira (2003) ajudam-nos a compreender algumas características da sociedade brasileira, o processo de (sub)-desenvolvimento incidente e possível pela lógica de reprodução do capital e a relação com o Estado. Para este autor o subdesenvolvimento<sup>404</sup> não é uma evolução truncada<sup>405</sup>, mas uma produção da dependência que se concretiza na conjunção do ‘lugar’ do país na divisão internacional do trabalho capitalista articulado com os interesses das classes dominantes internas.

Em a *Crítica à Razão dualista: o ornitorrinco*, o autor, além de se penitenciar dos equívocos – sobretudo acerca das críticas direcionada aos cepalinos<sup>406</sup> – e da sua “forma tosca de ajudar a introduzir novos elementos na construção da especificidade da forma brasileira do subdesenvolvimento”, demonstra “[...] como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 128).

Desse modo, de acordo com o autor, o setor da economia considerado atrasado – pelas análises teóricas dos cepalinos e de Celso Furtado<sup>407</sup> – como o caso da produção rural (de subsistência) não é obstáculo para o desenvolvimento, muito pelo contrário, esta foi de fundamental importância para acumulação interna de capital. De acordo com Oliveira (2003, p. 129) “[...] a agricultura atrasada financiava a agricultura moderna e a industrialização”. Há, portanto, no processo de expansão capitalista no Brasil um conjunto de dimensões imbricadas – “agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades [...], o papel do ‘exército de reserva’ ocupado em atividades informais, [...], formas irresolutas da questão da terra” – que embasam a forma de “modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa” (OLIVEIRA, 2003, p. 130; 131).

O que se demonstra é que o fundamental nessa lógica da revolução “produtiva sem revolução burguesa” é que o atrasado é condição necessária para processo de acumulação, ou como destaca Oliveira (2003, p. 131), é “condômino da expansão capitalista”, sendo o subdesenvolvimento expressão de uma exceção permanente do modo de produção e como este se reproduz e se alimenta em sua periferia.

---

<sup>404</sup> De acordo com Oliveira (2003, p. 128) “O termo subdesenvolvimento não é neutro: ele revela, pelo prefixo ‘sub’, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto, hierarquizada, [...]”. Segundo o autor, não é etapista e nem evolucionista.

<sup>405</sup> É o entendimento que apesar da dependência o país pode se desenvolver.

<sup>406</sup> Referente à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que segundo Oliveira, foram influenciados por Weber e nas margens também por Marx.

<sup>407</sup> Destaca Oliveira que esta tese não tinha sustentação histórico-material tendo em vista que o Brasil do século XIX havia experimentado uma taxa de crescimento sem paralelo por outra economia capitalista nesse período.

O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação capitalista. [...]. O caráter internacional do subdesenvolvimento, na exceção, reafirma-se com a coerção estatal, utilizada não apenas nos “capitalismos tardios”, mas de forma reiterada e estruturante no pós-depressão de 1930. (OLIVEIRA, 2003, p. 131).

A partir do golpe empresarial-militar de 1964 – de acordo com o autor – o processo prossegue sob a “via prussiana”, como sabemos, a partir de forte repressão política sobre a sociedade e sobre a organização dos trabalhadores nos sindicatos e Movimentos Sociais de base popular. Uma coerção estatal no mais alto grau, além da abertura ao capital estrangeiro e aumento da presença de empresas estatais, ou seja, uma industrialização por uma “marcha forçada” sem, contudo, superar o patrimonialismo e o problema do financiamento interno para a expansão do capital. Nesse contexto, o endividamento externo é visto como a solução, e a partir dessa política, abrem-se as portas à financeirização da economia e das contas do Estado brasileiro. Desse modo, sem o financiamento externo a economia brasileira não se moveria (OLIVEIRA, 2003)<sup>408</sup>.

Essa dependência financeira externa cria, também, uma dívida financeira igualmente espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida exatamente pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que para produzir um PIB anual é preciso endividar-se na mesma proporção. Essa é a reiteração da financeirização da economia. (OLIVEIRA, 135).

Considerando essas questões de fundo pode-se afirmar que um processo de desenvolvimento que leve o país a outro patamar – como por exemplo, investimento em ciência e tecnologia, melhor desempenho no setor produtivo, etc. –, fica fortemente comprometido, ou impedido, dado esse círculo vicioso dependente<sup>409</sup>. Dado esse marasmo econômico-social, as consequências se inscreveram dentro dessa lógica. As condições do

---

<sup>408</sup> Oliveira faz esta análise nos primeiros anos da década de 2000 e compara que a situação econômica e a lógica de sua reprodução altamente dependente do setor financeiro que subalterniza o setor industrial é comparado à situação da pré-crise de 1930.

<sup>409</sup> “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Resta apenas ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’. O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de ‘buraco negro’: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de distribuir a renda e criar o novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (OLIVEIRA, 2003, p. 150).

Estado brasileiro são as condições de um Estado que não pode e não consegue desenvolver políticas autônomas. Não poderá então, criar e implementar ‘*políticas sociais substanciais*’<sup>410</sup>.

Francisco de Oliveira destaca vários aspectos desse processo, como por exemplo: A dívida pública se torna coerção de crescimento; a partir da década de 1980, regressão forte nas lutas sociais sindicais (em sindicatos autênticos, tais como no ABC em São Paulo, petroleiros, bancários); mudanças nas bases técnico-material da produção que incide nas relações de classe social, como destaca o autor, “foi truncada ou modificada”; a participação e inserção de integrantes-representantes da classe trabalhadora (ou nova classe, já formada sob os princípios da nova função do Estado) na máquina estatal, que passam a conhecer o acesso e controlar o fundo público, fazendo portanto, a ponte entre o interesse privado, o Estado e o sistema financeiro.

Em termos gramscianos também a nova classe satisfaz as exigências teóricas: ela se forma exatamente num consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu, e por último é a luta de classes que faz a classe, vale dizer, seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas de controlar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público. (OLIVEIRA, 2003, p. 149).

Também no texto de 1988 “*O surgimento do antivalor*”, Oliveira destaca que sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a implementação de políticas pelos Estados nacionais<sup>411</sup>, incidem na constituição do padrão de financiamento público da economia capitalista. O fundo público foi a base e o impulso das políticas macroeconômicas nesse período e tornou-se imprescindível para a acumulação capitalista a partir desse período<sup>412</sup>. De modo geral é o fundo público que agiliza, mobiliza e faz acontecer a circulação do capital, seja na forma de títulos públicos, seja através dos incentivos e subsídios.

---

<sup>410</sup> A análise que faremos na sequência acerca das políticas de combate à fome, à miséria, bem como, das pautas e políticas acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, demonstra isso. Embora com significativos avanços, inscrevem-se insuficientes, e, no quesito temporalidade podem ter vida curta, como estamos vivenciando neste período de ‘golpe’, o desmantelamento e redução de recursos das políticas sociais implementadas a partir de 2003.

<sup>411</sup> O autor refere-se às políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana, implementadas pelos Welfare State.

<sup>412</sup> A partir da inclusão do fundo público como absolutamente necessário para a reprodução do capital, as condições de distribuição desse fundo, tem incidência direta na relação social de produção. Ou seja, na sociabilidade capitalista, a projeção de utilização do fundo público não se assenta apenas nas demandas puramente de mercado, mas devem levar em consideração outras dimensões da vida social, tais como, as dimensões imbricadas com a reprodução da força de trabalho. É neste sentido que Oliveira discute a formação da ‘esfera pública’ e da democracia ‘representativa’ como “irmãs siameses”. De acordo com Oliveira (1988, p. 22) “A estruturação da esfera pública, mesmo nos limites do Estado classista, nega à burguesia a propriedade do Estado e sua dominação exclusiva. Ela permite, dentro dos limites das ‘incertezas previsíveis’, avanços sobre terrenos antes santuários sagrados de outras classes ou interesses, à condição de que isto se passe através de uma reestruturação da própria esfera pública, nunca de sua destruição. [...]. É uma negação dos automatismos do mercado e de sua perversa tendência à concentração e à exclusão. [...] a esfera pública e a



Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

Entretanto, a mudança mais recente das relações do fundo público com os capitais particulares e com a reprodução da força de trabalho representa uma “revolução copernicana”. [...], o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje  *sinaliza* as possibilidades de reprodução. [...]. A per-equação da formação da taxa de lucro *passa* pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível. (OLIVEIRA, 1988, p. 8; 9).

No Brasil, portanto, dado a maneira com que o Estado se constituiu, como já destacamos, “o fundo público assumiu uma configuração limitada” (MENDES, 2014, p. 1185), tendo em vista que as condições objetivas para a acumulação e distribuição capitalista brasileira (fundamentalmente ao longo do século XX) tem substancial diferença dos países de capitalismo avançado. Assim, a configuração do fundo público brasileiro se inscreve limitado, seja nas políticas e padrões de financiamento do próprio Estado, seja em seu papel de contribuição e direcionamento das políticas e dos gastos sociais.

É notória, portanto, a *substancial diferença entre a utilização do fundo público para a reprodução do capital e a reprodução da força de trabalho, que em boa medida, esta última, deveria ser resultante de importantes políticas públicas e sociais. De modo geral, o que tivemos, foi a priorização da primeira em detrimento da segunda.* Há, no Brasil, portanto, forte aporte de fundo público imbricado com os capitais privados que elevou de maneira significativa o setor produtivo em áreas estratégicas da economia no período desenvolvimentista, porém, devido ao direcionamento dessas forças não possibilitou a concretização da revolução burguesa no país.

Como já notamos, no Brasil, é que tendo a financeirização da riqueza na lógica de reprodução do capital, os mercados financeiros e o setor produtivo passam cada vez mais a disputar os recursos do fundo público. Desse modo, há uma forte pressão dos setores rentistas<sup>413</sup> e produtivos pelo aumento das despesas estatais com as suas demandas. Nos

---

democracia contemporânea afirmam, de forma peremptória que em qualquer outra época da história, a existência dos sujeitos políticos e a prevalência de seus interesses sobre a pura lógica do mercado e do capital”. Estes aspectos e estas questões trazidas por Oliveira, lançam luz para compreendermos avanços, limites e contradições das políticas públicas indutoras (de Segurança Alimentar e Nutricional e de Soberania Alimentar), dos espaços que incidem nos posicionamentos possíveis da classe trabalhadora acerca da Soberania Alimentar.

<sup>413</sup> Há, por essa razão o aumento das despesas financeiras do orçamento estatal que passa pela remuneração dos títulos públicos, que tem se constituído em muitos países, mas, principalmente no Brasil, em importante fonte de rendimentos para esses investidores. É através desse processo que ocorre o aumento constante de transferência de recursos do orçamento (fundo) público para amortização e pagamento de juros da dívida pública.

momentos de crise econômica e financeira o Estado é quem ‘socorre’ as grandes empresas e bancos e o que temos acompanhado, promove o ataque às políticas de seguridade social e a destruição e destituição de direitos sociais que mesmo de forma modesta, são garantidas pelo fundo público<sup>414</sup>.

Considerando essa perspectiva de análise conceituaremos a “Política Pública” de acordo com o enfoque marxista, sendo esta uma expressão do Estado em sua natureza classista. Desse modo, o processo de formulação das Políticas Públicas como intencionalidade programática é correspondente, determinada por essa natureza de classe materializada na forma do Estado. Assim também, dado a especificidade da sociedade e do Estado Brasileiro, vemos que, os limites das condições básicas de desenvolvimento social, bem como de políticas de Segurança e Soberania Alimentar, têm a ver com as suas bases patrimonialistas e com a classe burguesa e política representantes dos interesses do capital internacional.

À luz desse referencial aqui trabalhado, analisaremos o processo de debate desenvolvido nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar [e Nutricional] e, na sequência as principais políticas implementadas na tentativa de apreender os limites e as potencialidades.

### **3.3 As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional: limites, contradições e espaços da disputa das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Soberania Alimentar**

Ao analisarmos a gênese histórica e o que está subjacente ao debate entre os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar já mencionamos a realização das Cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>415</sup>. Sem dúvida foram

---

<sup>414</sup> Como estamos verificando o acelerado processo de mudanças da legislação, como por exemplo o teto dos gastos públicos – que limita por 20 anos os gastos públicos – (Emenda Constitucional nº 95/2016), a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017 e Medida Provisória 808/2017) e o controvertido debate acerca da Reforma da Previdência. Outro elemento condicionante é o aumento dos gastos com a Dívida Pública. De acordo com o Senado Federal, em notícia veiculada em 26 de dezembro de 2017, “O aumento nos gastos com o pagamento da dívida pública no Orçamento da União de 2018 vai diminuir os investimentos do governo. As despesas com o pagamento de juros, encargos e rolagem da dívida pública interna vão subir de R\$ 1 trilhão 285 bilhões em 2017 para R\$ 1 trilhão 778 bilhões em 2018. Isso significa um aumento de gastos com os encargos financeiros de R\$ 493 bilhões em um orçamento que vai crescer apenas R\$ 70 bilhões” (SENADO FEDERAL, 2017). Também de acordo com dados veiculados pela ACD (Auditoria Cidadã da Dívida (março, 2018)) do Orçamento Federal executado e pago em 2017 igual a R\$ 2,483 trilhões, 39,70% foi para pagamento de juros e amortizações da dívida (sendo a maior fatia de recursos), 25,66% para a previdência social, 8,68% para as transferências a Estados e Municípios, enquanto que áreas importantes como: saúde teve 4,14%, educação 4,10%, assistência social 3,35%, trabalho 2,79%, segurança pública 0,37%, ciência e tecnologia 0,25%, ficando a maioria dos setores e áreas com menos de 1%.

<sup>415</sup> 1994, 2004, 2007, 2011 e 2015.

momentos e espaços relevantes para a discussão e para as proposições de políticas e programas que buscaram enfrentar o problema da fome e da (In)Segurança Alimentar no Brasil.

Porém, é oportuno trazer para este debate a afirmação de Ploeg ao discutir as relações entre “Estado-Campesinato” pois reflete em boa medida esse processo de participação social nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Estado é uma entidade que reflete e governa – direta ou indiretamente – as relações entre as economias urbana e rural e, portanto, as relações entre mercados e produtores primários, a natureza da migração e as inter-relações entre camponeses, comerciantes e processadores de alimentos. Mas é mais do que isso. O Estado também é uma força autônoma que impõe sua própria marca na dinâmica rural. Portanto, o equilíbrio das relações de poder – a correlação das forças sociais contrastantes – é uma característica crucial que requer consideração. (PLOEG, 2016, p. 103).

Ao analisar os Relatórios Finais dessas Cinco Conferências Nacionais, ocorridas no período de 1994 a 2015, vemos que tanto as concepções e o entendimento acerca do(s) tema(s), quanto as políticas implementadas no combate à fome, são em boa medida, oriundas desses momentos de debates e articulação social<sup>416</sup>. Considerando o escopo de todos os Relatórios Finais, é perceptível que estes se estruturam sobre três aspectos principais, a partir dos quais é feito o debate e as proposições: 1- as condições materiais e sociais que demandam o debate, ou seja, uma análise da realidade – onde aparecem dados e indicadores dos problemas relacionados às grandes dimensões concernentes à fome, à alimentação, ao Sistema Agroalimentar, etc., – no que concerne aos elementos fundantes acerca da questão da alimentação e que embasam a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional, e como vai sendo inserido o conceito de Soberania Alimentar nesse processo; 2- os principais pilares e temas e suas grandes diretrizes (que expressam a materialidade (como limites e potencialidades, estratégias, etc.)) acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da Soberania Alimentar, a partir dos quais se faz o debate para a sustentação das propostas e demandas políticas e, 3- as moções, declarações e documentos políticos – escritas/os e aprovadas/os – que são importantes, pois manifestam os grandes temas que precisam ser debatidos e os grandes problemas a serem enfrentados. Além disso, expressam os limites e as

---

<sup>416</sup> Vale destacar à Banca Examinadora desta tese que num primeiro momento fiz uma análise considerando item a item de cada um dos Relatórios Finais. Ou seja, seguindo a estrutura do texto. Contudo, ficou muito extensa (ultrapassando as 160 páginas) e em diálogo com o orientador chegamos à conclusão de que esta parte deveria ser redimensionada e tornada mais ‘enxuta’. Assim, optamos em trazer alguns pilares e questões principais que permeiam o debate em todas as Conferências e que são considerados/as fundamentais para o desenvolvimento dos temas imbricados nesta tese.

possibilidades das políticas implementadas em cada período que o processo de discussão de cada Conferência contempla<sup>417</sup>.

Como sabemos, através das Conferências a sociedade participa das discussões e das proposições da Política Pública. Esse ‘*lócus*’ de discussão no Brasil foi fortalecido desde o processo de redemocratização<sup>418</sup>.

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA)<sup>419</sup>: **“Fome, uma questão nacional”**, realizada em 1994 – entre os dias 27 a 30 de julho –, buscou colocar os problemas da fome, da Insegurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada, como aspectos relevantes e estratégicos a serem considerados no processo de desenvolvimento do país. Por essa razão, aponta-se que o problema da fome no Brasil deve ser tratado como uma ‘Questão Nacional’ e o Direito Humano à Alimentação Adequada deve ser considerado um elemento fundamental na agenda de política de desenvolvimento.

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar foi resultado de todo um trabalho desenvolvido nos últimos anos por vários segmentos da sociedade preocupados com a fome, a miséria, a exclusão de milhares de brasileiros. Desde os primórdios, o desenvolvimento econômico e social no Brasil privilegiou uma elite, nacional e estrangeira, em detrimento das camadas menos favorecidas, sem poder de luta ou de barganha para reivindicar os seus mínimos direitos (CONSEA/DF, 1995, p. 07).

Do ponto de vista político, o espírito do debate nessa Conferência teve como ponto de partida a percepção de que no Brasil aprofundava o processo de neoliberalização da economia, sem contudo, ter avançado na resolução de problemas sociais básicos – que de acordo com dados levantados em 1993, foi possível perceber de maneira mais clara – que o Brasil convivia com problemas tão antigos como a malária, esquistossomose, surtos de dengue e cólera, desnutrição, etc., e com uma parcela de 32 milhões de miseráveis, que não tinham emprego, o que comer, onde morar, educação, nem assistência à saúde (CONSEA/DF, 1995).

---

<sup>417</sup> Em relação a este ponto ‘3’, trataremos fundamentalmente o que se produziu na V CNSAN por entender que expressam o acúmulo do debate e incorporam as questões e preocupações fundamentais em todas as Conferências.

<sup>418</sup> A participação da sociedade, sobretudo dos sujeitos sociais engajados nos debates de determinado tema, na definição de diretrizes e princípios e nas proposições de políticas públicas, constitui um princípio orientador da organização e formalização do sistema público e da racionalidade estatal no Brasil há pelo menos três décadas. Porém, a definição das prioridades, diretrizes e princípios não garante a efetivação da política, tendo em vista que o Estado como expressão da hegemonia da sociedade política nem sempre acolhe e implementa as proposições que pode afetar as mudanças substanciais na lógica de reprodução do capital. As deliberações de uma conferência são a expressão do diálogo entre os diferentes interesses em jogo, que normalmente como são proposições, são bastante avançadas no que diz respeito ao entendimento e concepção. É também espaço de conflitos, tendo em vista que nesse processo democrático o que está em jogo são também interesses colidentes, como por exemplo, de parcela da sociedade civil e do mercado.

<sup>419</sup> O termo “Nutricional” passa a ser incorporado a partir da II Conferência.

Este aspecto é a demonstração do que expressou Roberto Aguiar<sup>420</sup> ao fazer uso da palavra na I CNSA de que “[...] no Brasil, o Estado não tem qualquer projeto para si, nem solução para este País. [...]. Só a sociedade tem projetos para o País” (CONSEA/DF, 1995, p. 55). Constatando de que houve um crescimento na participação social nesse período, destaca que havia chegado a hora da sociedade elaborar a conta à qual deve pagar.

Em agosto de 1994 são atualizadas as informações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) do “**Mapa da Fome**”<sup>421</sup> que demonstra uma realidade vergonhosa, insustentável e contraditória.

Utilizando números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 1990, o Mapa da Fome indica que os municípios com até 50 mil habitantes (90,1% do total do país) concentram 36,2% das famílias brasileiras. E nesses municípios estão 54,6% das 9.175 mil famílias indigentes, consideradas como tais aquelas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atendam aos requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU, para a família como um todo. (CONSEA/DF, 1995, p. 7 – 8).

Além do reconhecimento dos grandes problemas presentes na sociedade brasileira, manifesta a crítica (em seu documento político) acerca das políticas econômicas implementadas pelo governo Itamar Franco, as quais explicitam de maneira objetiva um movimento contraditório entre o discurso e a prática frente aos problemas da fome e da (In)Segurança Alimentar. Desse modo, como todas as peças documentais produzidas nesse processo, o Documento Político também destaca alguns pontos que deveriam ser base para a projeção do devir.

A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN) realizada em Olinda, Pernambuco, entre os dias 17 a 20 de março de 2004, teve como tema “**A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**”<sup>422</sup>.

Neste sentido, a II CNSAN contribuiu significativamente com os princípios gerais que embasam a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e, fundamentalmente, estarem referendados nas ações e políticas públicas. Os princípios gerais são:

<sup>420</sup> Economista e professor da Universidade de Brasília.

<sup>421</sup> Elaborado em 1993 sob a coordenação de Anna Maria T. M. Peliano.

<sup>422</sup> Praticamente 10 anos depois da realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, perfazendo um período onde as políticas neoliberais ganharam centralidade como demonstrado anteriormente, mesmo tendo ocorrido uma rica discussão em 1994 com a participação do então presidente Itamar Franco e os documentos e proposições produzidas sendo entregue em 1995 ao FHC, as ações governamentais referentes à Segurança Alimentar pautaram-se em programas focais. A Extinção do Primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por Fernando Henrique Cardoso foi bastante ‘significativo’ [sintomático do ‘espírito do tempo’] no sentido de demonstrar que as pautas oriundas da sociedade seriam pouco valorizadas.

a- Adotar a ótica da promoção do **direito humano à alimentação saudável**, colocando a SAN como objetivo estratégico e permanente associado à **soberania alimentar**; b- Assegurar o **acesso universal e permanente a alimentos de qualidade**, prioritariamente, por meio da **geração de trabalho e renda** e contemplando **ações educativas**; c- Buscar a **transversalidade das ações** por intermédio de **planos articulados intersetorialmente** e com **participação social**; d- Respeitar a **equidade de gênero e étnica**, reconhecendo a diversidade e valorizando as **culturas alimentares**; e- Promover a **agricultura familiar** baseada na **agroecologia**, em conexão com o **uso sustentável dos recursos naturais** e com a **proteção do meio ambiente**; f- Reconhecer a **água como alimento essencial e patrimônio público**. (CONSEA/DF, 2004, p. 05 (*Grifos meus*)).

Nota-se nesta citação que no ‘terreno’ dos interesses proclamados as grandes questões debatidas e propostas na I CNSA, são mantidas e reforçadas na II CNSAN e, de certa maneira, compõem as grandes preocupações nas Conferências posteriores. É importante destacar também, que aparece pela primeira vez, nos debates e fundamentalmente nos documentos das Conferências o conceito de ‘Soberania Alimentar’<sup>423</sup>.

Os princípios gerais, portanto, são colocados como princípios ordenadores e as propostas e deliberações visaram compor o conjunto de ações estratégias e definições dos grandes pilares que pudessem embasar uma “Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. As propostas oriundas dos diversos grupos temáticos foram agrupadas “segundo as principais dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional e seus respectivos eixos de ação estratégica, [...]” (CONSEA/DF, 2004, p. 6). Foram, portanto, as propostas organizadas em 4 dimensões principais<sup>424</sup>: 1- Questões institucionais<sup>425</sup>; 2- Aspectos relacionados à produção<sup>426</sup>; 3- Aspectos relacionados ao acesso<sup>427</sup>; e 4- Ações de Saúde e Nutrição<sup>428</sup>.

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN) realizada em Fortaleza no Estado do Ceará entre os dias 3 a 6 de julho de 2007, teve como tema: **“Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”**. De acordo com o então presidente do CONSEA no período entre 2004 a 2007

<sup>423</sup> Nota-se, no entanto, que embora presente o Conceito de Soberania Alimentar, não ocupa centralidade nessa Conferência, passando a ser mais explícito a sua perspectiva a partir da III CNSAN.

<sup>424</sup> Com a intencionalidade de tornar a análise mais ‘enxuta’, será dado prioridade aos elementos que compõem as “propostas prioritárias”, e se considerado ter elementos expressivos nas “demais propostas”, que mereçam ser destacados, será trazido no conjunto da análise.

<sup>425</sup> Dimensão composta por 5 subitens: 1.1- Direito Humano à Alimentação; 1.2- Institucionalidade; 1.3- Participação Social; 1.4- Monitoramento, Avaliação e Indicadores; 1.5- Soberania Alimentar e Relações Internacionais.

<sup>426</sup> Dimensão composta por 2 subitens: 2.1- Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Agroextrativismo; 2.2- Recursos Genéticos, Transgênicos, Sementes e o Acesso e Uso dos Recursos Naturais e da Água.

<sup>427</sup> Dimensão composta por 4 subitens: 3.1- Abastecimento; 3.2- Geração de Emprego e Renda e Economia Solidária; 3.3- Programas de Transferência de Renda; 3.4- Mutirão, Doação de Alimentos e Ações em Situações Emergenciais.

<sup>428</sup> Dimensão composta por 3 subitens: 4.1- Ações de Promoção de Modos de Vida e Alimentação Saudável e Ações de Vigilância; 4.2- Alimentação e Educação Nutricional nas Escolas e Creches; 4.3- Cultura Alimentar.

Chico Menezes, a III CNSAN foi um momento de culminância de um processo constituído durante esse período e da tentativa de corresponder às prioridades e objetivos estabelecidos na II CNSAN que orientaram as ações do CONSEA nesses três anos<sup>429</sup>.

Em diversos momentos dos escritos desta tese foram mencionados que é perceptível que a Soberania Alimentar vai ganhando espaço nos debates e nos documentos daí produzidos. Vale, portanto, demarcar neste momento de elaboração, que a Soberania Alimentar compõe já o tema da Conferência. Considerando o conjunto de análises podemos emitir pelo menos três razões: 1- *o acúmulo do debate e a percepção do conjunto de dimensões imbricadas que compõem o “corpus” do conceito que se inscreve mais complexo e possui princípios para a superação e ruptura da ordem*; 2- *o reconhecimento dos limites – por parte dos sujeitos sociais de base popular que cunharam o conceito de Soberania Alimentar – da relação de forças na tentativa de exigências com condições objetivas de impetrar ao Estado as obrigações de implementação das políticas públicas que indicassem o rompimento com a lógica hegemônica do Sistema Agroalimentar*; 3- *o entendimento de que no processo de mediação, o Estado como força imperativa e provedor de políticas deve ser constantemente tensionado e tomado, partindo das transformações das bases econômico-materiais com o objetivo de sua superação*.

Nota-se também que o próprio tema central da Conferência é abrangente e multidimensional. *A base está assentada numa proposição de Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*. Ou seja, as políticas inerentes à questão do alimento inserem-se num contexto mais amplo e são dependentes e expressão do tipo de desenvolvimento e das contradições na base material.

A III CNSAN teve como objetivo geral a “Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, o SISAN. Nos objetivos específicos são pontuadas as grandes linhas de debates e, sobretudo, demarcam e indicam o “lugar” da Soberania e da

---

<sup>429</sup> Alguns aspectos destacados por Menezes foi a etapa preparatória para essa Conferência onde milhares de pessoas em todo o país em diferentes espaços e eventos debateram a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional proposta na II CNSAN e as tentativas de implementação nesse período. As etapas seguiram a mesma lógica das demais: “foram realizadas 536 conferências municipais e/ou regionais e 46 seminários e encontros preparatórios. Esses eventos contaram com cerca de 60.000 participantes” (CONSEA/RF, 2007, p. 8). Na etapa estadual, foram realizadas Conferências nos 26 Estados com aproximadamente 9.000 participantes. Na etapa nacional, mais de 2000 participantes organizados em diferentes categorias. E, segundo Menezes, “[...] a partir dos resultados da III Conferência, está traçada uma importante agenda de trabalho para o Consea, em especial com a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o estabelecimento de uma Política Nacional nesta temática. [...]” (CONSEA/RF, 2007, p. 3). Outro aspecto que merece destaque foi a adoção de um sistema de Cotas nas delegações estaduais. Segundo o Relatório Final foi, “[...] visando garantir a participação de segmentos da sociedade que se encontram em maior situação de insegurança alimentar e nutricional no País. Com base em dados estatísticos e informações dos órgãos responsáveis, foram definidos quantitativos de cotas para delegados dos povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro e para a população negra” (CONSEA/RF, 2007, p. 8).

Segurança Alimentar e Nutricional nas estratégias do desenvolvimento sustentável necessário. Considerando isso, os objetivos específicos visaram propor:

1- Diretrizes de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional como eixos estratégicos para o desenvolvimento com sustentabilidade; 2- Bases para o marco regulatório e implementação do SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como garantir os mecanismos para a sua exigibilidade; 3- Diretrizes, eixos e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 4- Orientações para que o **Estado brasileiro promova sua Soberania Alimentar** e contribua para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada no plano internacional. (CONSEA/RF, 2007, p. 7 (*Grifos meus*)).

Como já mencionado, para dar conta dos objetivos a organização do debate teve como base três grandes Eixos Temáticos<sup>430</sup>: 1- Segurança Alimentar e Nutricional nas estratégias de desenvolvimento; 2- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e 3- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (IV CNSAN) realizada em Salvador/Bahia entre os dias 7 a 10 de novembro de 2011, com o tema **“Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”**, buscou construir compromissos para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável conforme previsto no Artigo 6º da CF – inserido a partir da Emenda Constitucional n. 64/2010 – e para promover a Soberania Alimentar tendo como instrumentos a Política e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2011).

Como já mencionado o processo de discussão ocorreu sobre as bases de entendimento construídas nas etapas anteriores e as proposições foram organizadas a partir dos “Três grandes Eixos Temáticos”: I- Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar; II- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; III- Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>431</sup>. Passados pouco mais de quatro anos da realização da III CNSAN, a IV CNSAN também é um momento de avaliar a implementação das demandas que foram acolhidas, colocar em debate elementos novos oriundos desse processo, mas sobretudo,

<sup>430</sup> Permeados por oito premissas: 1- equidade; 2- diversidade; 3- sustentabilidade; 4- Soberania Alimentar; 5- Direito Humano à Alimentação Adequada; 6- participação e controle social; 7- descentralização; 8- intersetorialidade.

<sup>431</sup> De acordo com o Relatório Final, “Contribuíram também para a redação das proposições, documentos resultantes dos Seminários Nacionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN – 10 anos), todos estes realizados em 2010” (BRASIL, 2011, p. 12).



*identificar os avanços e as ameaças, e fazer o balanço dos limites e das possibilidades na correlação de forças no e com o ‘interior’ da racionalidade Estatal.*

É importante destacar a participação dos sujeitos sociais, que além de terem, de algum modo relações com o tema, também são sujeitos sociais – povos, camponeses e comunidades tradicionais<sup>432</sup> – que expressam a luta social no Campo e na cidade, bem como, colocam de maneira radicalizada o debate do tema da alimentação em vista à transformação social. É perceptível que no decorrer da realização das Conferências os participantes são cada vez mais representativos dos povos e comunidades tradicionais e organicamente ligados com ‘proclamação’ e ‘conceituação’ do tema da Soberania Alimentar.

A V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (V CNSAN) teve como tema **“Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Por direitos e Soberania Alimentar”**<sup>433</sup>. Ocorreu em Brasília/Distrito Federal entre os dias 3 a 6 de novembro de 2015 e teve como Objetivo Geral,

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da Soberania Alimentar, garantindo a todos e todas o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sisan, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2016, p. 15)<sup>434</sup>.

As discussões também se pautaram em Três Eixos Temáticos principais: I- Comida de Verdade: avanços e obstáculos para a conquista da Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar; II- Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas e alcances da Política Pública no ‘campo’ da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; III- Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

**Os Relatórios Finais são riquíssimos em conteúdo propositivo, portanto, complexos, pois trazem os valores proclamados que sintetizam o debate realizado –**

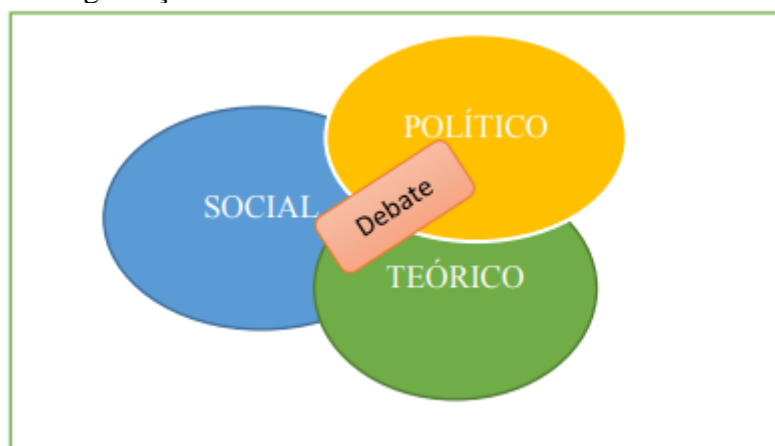
<sup>432</sup> De acordo com o Relatório Final da IV CNSAN “A expressão ‘povos e comunidades tradicionais’, utilizada ao longo do relatório, conforme deliberação em Plenária, compreende: agroextrativistas, caiçaras, catingueiros, comunidades do cerrado, comunidades de fundo e fecho de pasto, extrativistas, faxinalenses, geraizeiros, marisqueiros, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, povos ciganos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e outros” (BRASIL, 2011, p. 23).

<sup>433</sup> Além de elementos trabalhados na sequência ainda neste item, destaca-se a pertinência do conteúdo trabalhado no APÊNDICE A – Carta Política da V CNSAN: a denúncia de linhas limítrofes e percepção de desafios.

<sup>434</sup> Como objetivos específicos temos: “1- Identificar os avanços e obstáculos para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e apresentar proposições para garantir, a todos e todas, comida de verdade no campo e na cidade; 2- Avaliar, segundo a perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável, os desafios atuais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para avançar na realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na promoção da soberania alimentar em âmbito nacional e internacional; 3- Avançar no comprometimento dos três poderes da República e nas esferas municipal, estadual e distrital e nacional, e ampliar a participação e o compromisso da sociedade brasileira no processo de construção do SISAN, reafirmando o pacto social em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar” (CONSEA, 2016, p. 15).

embora mediado pela ‘mão’ do Estado, ocorre sem muita clausura, já que é a aplicação do direito à voz e não do poder de decisão [na forma e conteúdo do ‘Poder’] –, bem como expressam a denúncia acerca das condições materiais e políticas que impedem a realização da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar. Neste sentido, vemos que os Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional trazem no interior dos valores proclamados conteúdos para o debate social, político e teórico acerca do tema. Ou seja, as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional produzem uma expressão-síntese de elementos da dimensão utópica, bem como, geram germes e condições prático-materiais que induzem e demarcam a ‘natureza’ de ações, programas e políticas públicas.

Figura 5 – A intersecção do debate social, político e teórico em Segurança Alimentar e Nutricional



Elaborado pelo autor, PPFH-UERJ. Fonte: CONSEA, 2015

No decorrer da análise é possível perceber os grandes eixos e pilares que compõem e permeiam todas as Conferências e que dão a sustentação à noção da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, bem como, integram [na relação] a perspectiva da Soberania Alimentar<sup>435</sup>, e inscrevem-se como condições e relações objetivas para a efetiva realização dessas perspectivas. Neste sentido, para efeito desta análise, buscamos trazer os principais e grandes eixos presentes, por entender que ao considerar a totalidade e a contradição, por estarem imbricados e estreitamente interseccionados, lançam luz e indicam as condições objetivas para a materialização dos dois temas em voga no processo de mediação e travessia.

<sup>435</sup> Apreendemos também que esses grandes eixos e pilares traduzem as grandes diretrizes e estratégias que balizam a constituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

### 3.3.1 A Base Material e Reforma Agrária [Popular]

Em relação a este aspecto, vemos que todas as Conferências pontuam a ‘Questão Agrária’ como fundamental e estrutural para compreender esses processos e a base material [ideal] para materializar as condições objetivas para a Segurança Alimentar e Nutricional e para a Soberania Alimentar. Isto posto, vemos então a demanda da Reforma Agrária [Popular/Classista]<sup>436</sup> e da garantia, do respeito e demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, bem como, de outros povos tradicionais, com todas as políticas públicas necessárias, como fundamentais.

Em relação à Reforma Agrária [Popular], encontramos:

O Brasil apresenta a segunda pior distribuição de renda do mundo. A democratização da terra, através da Reforma Agrária, é hoje exigência fundamental para que o Brasil alcance a condição de Segurança Alimentar. Por meio da correção das imensas distorções da estrutura fundiária será possível desencadear um novo processo de desenvolvimento rural igualitário, sustentável e apto para contribuir decisivamente para a conquista da cidadania por milhões de excluídos e a efetiva democratização da sociedade brasileira (CONSEA/DF, 1995, p. 128).

Desse modo, a Reforma Agrária [Popular] deve ser massiva com todas as políticas necessárias para uma mudança estruturante e para a realização de suas múltiplas dimensões, tais como: distribuição de terras, planejada e executada de forma integrada, com apoio irrestrito aos acampamentos e assentamentos, com ampla participação da sociedade, na coordenação e com interação de equipes técnicas que possam potencializar os programas e políticas para a produção, armazenamento, distribuição de alimentos, etc. O indicativo é da necessidade de fortalecimento dos agricultores familiares e camponeses, da diversificação de culturas e a priorização da produção de alimentos básicos e desenvolvimento de atividades produtivas nos setores secundários e terciários (agroindustrial e agroflorestal). Além disso, compõe a totalidade do processo, a demarcação das terras indígenas e regulação de posse dos remanescentes de quilombos, bem como, a compatibilização da execução da Reforma Agrária [Popular] com a política de preservação do meio ambiente e conservação dos recursos naturais (solo, vegetação e água), como patrimônio público/dos povos. Estes princípios, devem fundamentar a elaboração e reformulação da legislação agrária no intuito de eliminar

---

<sup>436</sup> Para efeito desta análise acolhemos e aplicamos a Categoria de Reforma Agrária Popular conforme o entendimento dos últimos documentos formulados pelos Movimentos Sociais do Campo de base popular, em especial – no Brasil – pelo MST. **Primeiro** porque a política de Reforma Agrária deve ser estrutural para a perspectiva de desenvolvimento econômico-social, e não apenas uma política social. **Segundo**, por considerarmos uma mediação prática e ponto de partida para o processo revolucionário [uma Revolução Agrária] advogado e a constituição de uma outra hegemonia, e; **Terceiro**, por ser condição de territorializar práticas [com conteúdo material] correspondentes aos anseios prescritos na projeção da Soberania Alimentar.

as linhas limítrofes que impedem a agilização dos processos de Reforma Agrária e outras políticas correlacionadas. (CONSEA/DF, 1995).

Estes elementos são reforçados e evidenciados no documento da III CNSAN que é “*preciso realizar reforma agrária ampla, imediata e irrestrita e a promoção da agricultura familiar enquanto política pública estratégica ao desenvolvimento, incluindo a demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas*” (CONSEA/RF, 2007, p. 13, (*Grifos meus*)).

Os documentos fazem menção – na IV CNSAN – também à política necessária para o *abastecimento* alimentar. Em oposição à lógica hegemônica, indica que a política nacional de abastecimento devia priorizar a participação da agricultura familiar com o fortalecimento do PAA<sup>437</sup>, por exemplo, e o fortalecimento da produção local tendo como objetivo a garantia da produção de alimentos suficiente para todos. Neste sentido, a valorização estratégica desse setor – incluindo a realização da Reforma Agrária Popular – em vista ao abastecimento alimentar, redimensionaria a produção, o armazenamento, a qualidade, o acesso e a cultura alimentar.

Cabe avançar imediatamente: na concretização do direito à terra, nos programas da Reforma Agrária, reconhecendo a função social da terra, nas dimensões trabalhista, sociocultural, econômica e ambiental, conforme a Constituição; na garantia dos direitos territoriais e patrimoniais e no acesso à terra e recursos naturais para os povos indígenas, incluindo não aldeados, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, como condição primordial para a garantia da soberania alimentar e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. [...]. (BRASIL, 2011, p. 27).

Em especial à base material de produção de alimentos – o Campo – os documentos destacam algumas questões bastante pertinentes. Ao discutirmos nesta tese a Questão Agrária, já se expôs um conjunto de ameaças para as condições suficientes e ideais à produção de alimentos num futuro próximo. Desse modo, o documento traz a *questão de se pensar uma política energética sustentável que além de potencializar a produção agroecológica não comprometa as condições básicas para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*.

Exemplo disso, é a presença desse debate também na V CNSAN, acerca do *Direito à terra e ao território e a vulnerabilização de grupos sociais rurais*, tema onde se teve o maior número de proposições oriundas dos debates e etapas anteriores, e sendo assim, tiveram também o número maior de proposições prioritárias. Expressam as necessidades em se avançar nos elementos básicos para um desenvolvimento social mais justo, bem como,

---

<sup>437</sup> Já mencionamos que quando se trata do alimento que chega à mesa dos consumidores, a maioria são oriundos da agricultura camponesa. Porém, mesmo sendo demonstrado a sua eficiência, na política de abastecimento este setor é pouco valorizado, tendo, portanto, uma lógica de valorização dos que dominam os produtos que já estão na ponta da cadeia de mediações e próximo do consumo.

demonstram também a lógica de dominação imposto pelo capital no Campo, e que, portanto, deve ser combatida. De acordo com o documento, deve-se:

Garantir que os povos e comunidades tradicionais tenham a titulação e proteção de suas terras e territórios; o consentimento livre e informado, com base em consultas diretas ou a seus representantes sobre quaisquer políticas que possam afetar suas terras e/ou sua qualidade de vida (conforme Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho); e a ampla participação nos processos de formulação e implementação de ações com base em propostas endógenas de desenvolvimento baseadas na diversidade socioambiental e na valorização dos conhecimentos e técnicas desses povos.

Construir políticas públicas que garantam a promoção dos direitos individuais e coletivos, o cooperativismo e o associativismo de povos e comunidades tradicionais, urbanos e rurais, povos indígenas aldeados e não aldeados, buscando seu fortalecimento com base no respeito aos territórios e suas diversidades étnicas, valorizando e respeitando seus modos de próprios de viver e realizar a interação entre as políticas públicas. (CONSEA, 2016, p. 41).

Fica evidente nos documentos que o acesso à terra e a garantia do território para camponeses e povos tradicionais deve ser fundamentalmente uma política de desenvolvimento econômico e social estruturante, e não apenas, uma política social subordinada ou de garantia de direitos sociais mínimos. Desse modo, a realização tanto da Segurança Alimentar e Nutricional, quanto da Soberania Alimentar perpassa por esses processos e garantias fundamentais de acesso, ao território, controle social dos recursos naturais, das bases materiais ideais, bem como, das políticas públicas correspondentes a esses princípios e objetivos.

### 3.3.2 Ações e Políticas Públicas: emergenciais e estruturantes

Esta questão da imbricação entre o ‘emergencial’ e o ‘estrutural’ é contemplada nos anseios que permeiam as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. A atuação da sociedade e dos órgãos estatais devem levar em consideração esses dois ‘pontos’ interseccionados. Ademais, outros grandes pilares são reiterados e que devem ser implementados para concretizar os objetivos prescritos na presente diretriz e que demarcam a preocupação central inerente às condições de acesso universal à Alimentação Adequada e Saudável.

As propostas aprovadas versam e buscam corresponder, fortalecer e compor indicações acerca da Orientação da Política Econômica que contemple a Segurança Alimentar e Nutricional; Geração de Trabalho e Renda; Programa Intersetorial de Alimentação Adequada e Saudável (Articulado com outros programas: Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE)); Estratégia Fome Zero; Ações Estruturais; Alimentos Especiais (para grupos específicos); Fortalecimento do Programa Bolsa Família; Ampliação das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Expansão das redes de Saneamento e Abastecimento de Água; Criação de novos Mecanismos que ampliem o Programa de Alimentação do Trabalhador; Política Nacional de Habitação articulada com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Definir a composição da Cesta Básica com base nas diretrizes alimentares de promoção do DHAAS (com alimentos regionalizados e com condições de monitoramento dos custos); Rever a correlação entre Alimentação Saudável e Produção Industrial<sup>438</sup>; e Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena. (CONSEA/RF, 2007).

Manifesto a intencionalidade e a caracterização desse “Novo Projeto Nacional” – a ideia proclamada, por exemplo já na I CNSA – apresenta um conjunto de “ameaças”<sup>439</sup> a esse processo, bem como, evidencia diversas “oportunidades”<sup>440</sup>. Destaca, porém, que a efetivação desse processo ocorreria se considerado em sua totalidade com as mediações necessárias para um tratamento de conjunto, perpassando pelos seus eixos principais. Ou seja, deveria ser encarado fazendo a necessária correlação entre o ‘Emergencial e o Estrutural’<sup>441</sup>, fortalecendo a ‘Cidadania e Democracia’<sup>442</sup> e com isto ampliando e fazendo cumprir a ‘Responsabilidade do Governo’<sup>443</sup> para essas ações e demarcando claramente a

---

<sup>438</sup> O documento aponta a necessidade de se “**Investir no desenvolvimento de tecnologias que atendam aos princípios da Alimentação Adequada e Saudável** (baixo teor de refinamento, gorduras, sal e açúcar e sua comercialização a preços acessíveis à toda a população). **Isso exige mudanças imediatas nas práticas de industrialização de alimentos.** Este princípio deve nortear a produção industrial em geral e não estar restrita apenas para o grupo dos chamados ‘alimentos para fins especiais’” (CONSEA/RF, 2007, p. 35 (*Grifos meus*)).

<sup>439</sup> O conjunto de ameaças destacadas tem a ver sobretudo com o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sua incidência no Campo e do Sistema Agroalimentar hegemônico. São elementos que expressam as principais questões trabalhadas no Capítulo acerca da Questão Agrária e outros pontos pertinentes que são abordados no decorrer desta tese. No intuito de evitar repetições demasiadas, indico aos interessados que possam consultar o Documento Programático nas páginas 137, 138 e 139 da I CNSA.

<sup>440</sup> Dentre várias, destaco algumas: uma base material para a produção ainda favorável dada a riqueza e diversidade dos recursos naturais; momento sócio-político favorável; preocupação da sociedade com a miséria e a fome e as demandas para implementação de políticas estruturantes, como já mencionado. Ver as “oportunidades” com mais detalhes no Documento Programático nas páginas 139, 140 e 141 da I CNSA.

<sup>441</sup> “Não deve haver contradição entre o emergencial e o estrutural, entre alimentar famintos e lutar para mudar o modelo de desenvolvimento existente. [...]. As ações de curto prazo devem ser convergentes com os objetivos de médio e longo prazos” (CONSEA/DF, 1995, p. 141).

<sup>442</sup> Busca indicar a necessidade de dar centralidade à participação e ao controle social nos diversos setores e funções do Estado. “O Combate à Fome e à Miséria deve ser visto como um dos fatores mobilizadores do exercício da cidadania, não como atitude isolada, mas sim amparada em ampla ação coletiva” além de considerar que “O pleno e definitivo acesso a uma alimentação adequada, por todos os habitantes do território brasileiro, somente será garantido através da implementação de políticas efetivas que visem, a começar pela reforma agrária, a mais democrática distribuição de riquezas geradas pela sociedade, da terra, da renda, dos serviços e bens de consumo, entre eles os alimentos” (CONSEA/DF, 1995, p. 145).

<sup>443</sup> De acordo com CONSEA/DF (1995, p. 146) “O atendimento do direito básico à alimentação não pode ser resolvido via mercado, do qual a maior parte da população brasileira está impossibilitada de participar. A produção de alimentos voltada à satisfação das necessidades básicas daqueles que passam fome não pode ser

‘Responsabilidade da Sociedade Civil’<sup>444</sup>, o que colocaria a relação entre ‘Estado e Sociedade’<sup>445</sup> em outro patamar, em suas diferentes esferas, setores e dimensões partindo da ‘Ação Local’<sup>446</sup> concreta.

É importante demarcar que é perceptível que em todas as Conferências, essa relação entre o **emergencial** e o **estrutural** pauta o debate desenvolvido pelas bases sociais. Contudo, fica evidente que na implementação dos programas e políticas tem maior expressividade e maior acolhimento [por parte do Estado] as questões emergenciais. Como modificações estruturantes, em boa medida, não ocorreram sistematicamente e de maneira qualificada no período em análise, esse processo de ‘travessia’ e avanço não é percebido materialmente, ou seja, ficando o registro mais no terreno da proposição reivindicatória e não com as condições objetivas para redimensionar significativamente os rumos do projeto de desenvolvimento nacional.

### 3.3.3 Financiamento, dotação vinculada de orçamento

Considerando que a perspectiva de conformar uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>447</sup>, foi o mandato e anseio maior que orientou e impôs as razões para

---

determinada pelas leis de mercado. O acesso aos alimentos, enquanto direito, inclusive para garantir o direito primário à vida e à saúde requer que o Estado, em conjunto com a sociedade organizada, tenha papel coordenador e fomentador na orientação dos agentes econômicos sobre o que produzir, como, quanto e para quem”.

<sup>444</sup> “O papel do Estado na garantia da Segurança Alimentar é absolutamente insuficiente e ineficaz se suas instâncias decisórias e executivas não forem democratizadas, se inexistirem instrumentos que permitam a participação, fiscalização e acompanhamento por parte da sociedade civil organizada” (CONSEA/DF, 1995, p. 148). Destaca que ações de cidadania não substituem o papel do Estado, mas as pressionam. A responsabilidade da Sociedade Civil perpassa em obter instrumentos objetivos para a participação, destacando entre vários aspectos, o papel da universidade e da pesquisa, conselhos deliberativos em políticas e direcionamento das pesquisas, bem como, fazer valer os princípios constitucionais, por vezes deixados de lado pelos entes federados.

<sup>445</sup> “Para implementar uma Política de Segurança Alimentar, como elemento integrante de um Projeto Nacional, é necessário fazer mudanças profundas nos procedimentos do Estado, alterando a sua natureza – historicamente excludente, elitista e autoritária – e o engajamento de toda a sociedade” tendo em vista que “Construir uma nova relação Estado-Sociedade no Brasil implica buscar a democratização do processo decisório e assegurar mecanismos eficazes que garantam a participação da população nas decisões e no controle da ação estatal” (CONSEA/DF, 1995, p. 148; 150).

<sup>446</sup> “[...]. A fome que tem que ser erradicada é a fome concreta de pessoas concretas, que moram numa rua, numa quadra, num bairro, num pequeno município ou área rural. Assim, às iniciativas do poder público, devem somar-se iniciativas das comunidades locais [...]” (CONSEA/DF, 1995, p. 151). De acordo com o documento, a Ação Local requer processos de mudanças na legislação que valorize iniciativas de produção local e de formação tendo em vista a vocação produtiva dessa localidade, bem como desenvolver projetos educacionais acerca da alimentação visando o “[...] consumo de alimentos presentes nos hábitos alimentares, o acesso às informações que permitam a consciência para a conquista de uma alimentação adequada e de boa qualidade” (CONSEA/DF, 1995, p. 151).

<sup>447</sup> Somam-se a necessidade de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), entre outras políticas e programas.

a convocação e realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as questões institucionais se tornam relevantes. É, partindo deste pressuposto que aparece o Direito Humano a Alimentação como prioridade, onde as propostas a este direito vinculadas, destacam a necessidade e apontam alternativas da/para a garantia desse direito, mesmo antes da criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Emenda Constitucional [nº 64, de 2010] no Artigo 6º da CF/88, para inserir explicitamente o direito ao alimento como um direito básico e, estabelecer na forma da lei, princípios para constituir um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Vale destacar que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) recriado em 2003 busca, a partir dessa II CNSAN, pontuar as principais estratégias na pauta do então presidente Lula, e que a implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional deveriam estar ancoradas e protegidas pelos princípios legais. Ou seja, para garantir a efetivação das políticas, deve ser garantida a sua institucionalidade, para a partir desse marco jurídico:

Aplicar uma política econômica com **redistribuição de renda** que privilegie o desenvolvimento e o crescimento econômico, **negociando de forma soberana** os acordos com os organismos internacionais, como premissa para a existência de uma política nacional de SAN e do Direito Humano à Alimentação [...]. (CONSEA/DF, 2004, p. 11 (*Grifos meus*)).

Faz parte desse processo de garantia de institucionalidade a garantia de orçamento<sup>448</sup> – nos diferentes níveis de governos –, gestão participativa e controle social. Além disso, demanda a sociedade, a alteração do Decreto que cria o CONSEA em vista a contemplar 2/3 da sociedade civil organizada em sua composição, bem como instituir equipes interdisciplinares nos diferentes níveis e setores governamentais para corresponder às exigências inerentes às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional para se tornar efetiva precisa da garantia de recursos financeiros. Neste sentido, o debate da III CNSAN propôs “*Criar um Fundo Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de caráter intersetorial, gerido pelo Consea [...]*” (CONSEA/RF, 2007, p. 63, (*Grifos meus*))<sup>449</sup>, com *vinculação de receitas como ocorre em outras áreas e recolhimento com base em práticas econômicas e transação comercial*. As diretrizes, estratégias e critérios para o uso dos recursos que comporiam esse fundo teria a definição dos CONSEAs – Municipal, Estadual e Nacional – em sua

<sup>448</sup> O documento traz também (nas demais propostas), a seguinte: “Garantir no mínimo 5% do orçamento de cada um dos três níveis de governo, mediante lei federal e criação do fundo de SAN, [...]” (CONSEA/DF, 2004, p. 21).

<sup>449</sup> Inclui as esferas estaduais e municipais.



competência de deliberação. Da mesma forma, os processos de acompanhamento e monitoramento da aplicação desses recursos seriam de responsabilidade dos CONSEAs. O entendimento construído pelo coletivo da III CNSAN acerca das fontes para compor fundo, externado em proposição ficou assim definido:

1- Recursos doados por pessoas físicas e jurídicas que terão possibilidade de deduzir até 6% desse valor doado do Imposto de Renda devido no respectivo ano fiscal; 2- 10% dos valores de multas advindas de infrações ambientais e de infrações sanitárias à legislação de alimentos; 3- 10% dos valores de alíquotas do ICMS e do IPI recolhidos de cigarros, produtos agrotóxicos, alimentos, bebidas não saudáveis (...) conforme as normas da coordenação geral das políticas de alimentação e nutrição, do Ministério da Saúde, e bebidas com qualquer teor alcoólico, bem como de outras fontes tais como CIDE, CPMF, ITBI, ISSQN, ISS oriundo de eventos que promovam o consumo desses produtos; 4- Outras fontes de recursos, tais como valores de multas advindas de empresas públicas e privadas que provoquem desastres ambientais que causem situações de insegurança alimentar, recursos financeiros apreendidos pelo poder público frutos de atividade criminosa; 5- Taxas sobre latifúndios produtores de cultura não alimentares ou que tenham mais de 50% de sua produção voltada para a exportação, a fim de criar principal meio de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (CONSEA/RF, 2007, p. 63).

Essas proposições que visavam pavimentar os meios para a obtenção de recursos financeiros para a garantir as condições de implementação de políticas públicas era tida como estratégia fundamental. Porém, observando algumas questões implícitas no documento, verifica-se que o coletivo deixava uma certa preocupação, dada a [co]relação de forças nas disputas pelo *fundo público*, sobretudo por entender que, quando novas proposições colocam em questão algumas práticas recorrentes, que já estão na ordem dos interesses ‘reconhecidos’ pelo Estado brasileiro aparecem os ataques e resistências pelos ‘donos do poder’.

Essas orientações, de acordo com o documento, indicam que são necessárias mudanças nas políticas estruturantes. É só a partir desse pressuposto que serão realizáveis tais propostas.

Isto pressupõe uma mudança na concepção do papel da política macroeconômica e de políticas setoriais (industrial, de infraestrutura, científica e tecnológica), cujas prioridades não podem mais ser definidas a partir, exclusivamente, de uma lógica intra-econômica, mas devem ser orientadas por objetivos sociais e por uma visão de desenvolvimento pautada na eficiência econômica e, ao mesmo tempo, na ética, na sustentabilidade ambiental, na universalização da cidadania e na radicalização da democracia. (CONSEA/DF, 1995, p. 88).

Desse modo, a Segurança Alimentar é colocada como um objetivo básico e estratégico para o desenvolvimento nacional, visando uma articulação horizontal e vertical em todas as políticas econômicas e sociais nas diferentes esferas estatais e que passasse a ser uma questão tomada como referência por toda sociedade brasileira.

A Segurança Alimentar a nível domiciliar somente será garantida mediante um conjunto de políticas articuladas dentro do princípio do planejamento convergente, orientado pela análise de indicadores de desenvolvimento humano, desenvolvido com articulação intragovernamental, descentralização política, administrativa e financeira, **parceria e solidariedade, com base em prioridades definidas localmente**. (CONSEA/DF, 1995, p. 89 (*grifos meus*)).

Em relação ao “Financiamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” o documento da IV CNSAN também aponta que é condição fundamental ter uma política orçamentária que corresponda à materialidade e ao aspecto intersetorial que pressupõe a natureza do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). As políticas para a efetivação do SISAN devem ter a estratégia da progressividade e participação da Sociedade Civil nas definições orçamentárias<sup>450</sup> fidelizando o Sistema à base material tendo como horizonte a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. De acordo com o documento há a necessidade de aperfeiçoamento do SISAN tendo como meios:

a- Dotações orçamentárias incluída no Plano Plurianual (PPA) e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), nas três esferas de governo, compatíveis com os compromissos estabelecidos nos respectivos planos de SAN em cada esfera, garantindo que estes sejam integralmente executados, isentos de corte ou contingenciamento; b- Inclusão, nos PPAs e LOAs dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de ação orçamentária com recursos suficientes que assegurem o apoio à gestão, inclusive com a criação de um fundo de gestão para a implementação do Sisan, para cofinanciamento das instâncias de gestão intersetorial (câmaras, comitês ou grupos intersetoriais de governo, a exemplo da Caisan), bem como das instâncias de controle social (Conseas e Conferências, a exemplo do PPA do Governo Federal 2012/2015); c- Planos Plurianuais que facilitem a intersetorialidade através da articulação e integração de ações e programas públicos, a exemplo do PPA 2012/2015 do Governo Federal. (BRASIL, 2011, p. 87 – 88).

Neste sentido, considera decisiva, e uma necessidade histórica a criação de arcabouço jurídico que regule e garanta o repasse de recursos públicos dentro do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para que os princípios e os objetivos proclamados durante as discussões<sup>451</sup> possam ser efetivamente colocados em prática e realizados.

Na V CNSAN um bloco de questões e proposições buscam demarcar o lugar estratégico da *Gestão e Financiamento* do SISAN e o *Pacto Federativo* que reforçam a tese da necessidade de garantir orçamento próprio para funcionamento do Sistema e que contemple em sua lógica operacional a intersetorialidade e transversalidade das políticas – garantindo a implementação das ações, a participação social, comunicação e divulgação dos CONSEAs, monitoramento a partir da construção de indicadores de processos e resultados, a

<sup>450</sup> “Participação democrática da sociedade civil e dos Movimentos Sociais e populares nos processos de elaboração dos orçamentos públicos [...] (BRASIL, 2011, p. 88).

<sup>451</sup> Neste ponto em especial, as condições reais para a participação, o monitoramento, e controle social, devem ser garantidas.

construção do Pacto Federativo para a realização do Direito Humano à Água – que convergem no fortalecimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Dentre as pertinentes proposições destaca-se:

Garantir orçamento próprio para os CONSEAs através do Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).  
 Assegurar dotação orçamentária [...] para os programas, estratégias e ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos diferentes setores envolvidos com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), assim como objetivos, metas e iniciativas específicas no Plano Plurianual (PPA).  
 Assegurar financiamento e participação social no monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), [...].  
 Regulamentar o financiamento e o cofinanciamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nas três esferas de Governo [...].  
 Construção de indicadores de processos e resultados para verificar o alcance dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Pacto Federativo em torno da realização do Direito Humano à Água, garantindo envolvimento dos Estados, Municípios e bairros e parcerias institucionais com o Poder Judiciário e Ministério Público e Comitês das Bacias Hidrográficas para ampliar o acesso à água. (CONSEA, 2016, p. 70).

Embora já notamos que houve o aumento de políticas setoriais para combate à miséria, fome e pobreza, por um lado, e, por outro, a implementação de programas e políticas de fortalecimento das condições de produção de alimentos, porém, a garantia pela vinculação de receitas não foi materializada. O ponto de partida continuou a se dar, mais por ‘vontade política’ do que de uma maneira estruturada de política de Estado.

### 3.3.4 “Estado Regulador” com poder de implementação de Políticas Públicas na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

As discussões prescritas no documento convergem para apontar a necessidade da intervenção do Estado para corresponder as proposições feitas. Destaca o documento da III CNSAN que se torna necessário: “Recuperar a capacidade reguladora do Estado, orientando-a no sentido de sobrepor o interesse público à lógica privada estrita, e de adotar uma perspectiva inclusiva na direção de um país justo e soberano, respeitador dos seus povos, dos direitos humanos e da natureza” (CONSEA/RF, 2007, p. 24).

Os debates trazem elementos que buscam demonstrar que nesse período histórico há o enfraquecimento dos Estados Nacionais e o aumento das condições de dominação dos interesses financeiros pelas grandes corporações, estratégia adotada desde os anos de 1980, onde as políticas neoliberais acabam por contrariar os interesses dos povos e afetam diretamente a ‘Soberania Alimentar do País’. A política econômica além de restringir as condições para a implementação e ampliação de atividades produtivas, geradoras de emprego,

transfere volumosos recursos do fundo público para o ganho financeiro especulativo e para o pagamento e abastecimento da dívida pública.

A lógica econômica predominante limita os investimentos e a implementação das políticas necessárias para a construção de estratégias de desenvolvimento que enfrentem as causas históricas da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Ela também, torna o País fortemente dependente da exportação de produtos de baixo valor agregado, oriundos de modelos produtivos injustos, porque concentram os ganhos e a propriedade, e insustentáveis no uso dos recursos ambientais. (CONSEA/RF, 2007, p. 16).

Mediante a materialidade definida a alternativa apresentada seria composta pelo fortalecimento do mercado interno, aprofundamento do processo recente de redução das desigualdades – experimentado nos anos anteriores [próximos] – pela desconcentração da renda e da riqueza, ou seja, o Estado como mediador distributivo da renda para as camadas mais pobres, bem como o aumento na capacidade produtiva nos diversos setores que pudessem gerar emprego e renda e fortalecer os empreendimentos locais.

Observa-se que há uma crescente relevância das políticas sociais adotadas pelo governo, porém, dada a natureza dessas políticas, tem sido acompanhada de um conjunto de conflitos com a orientação econômica e, dado a correlação de forças condensadas nessas relações, colocam em risco sua efetividade e preparam as condições dessas “políticas sociais ficarem restritas a ações de proteção frente aos efeitos danosos da política macroeconômica” (CONSEA/RF, 2007, p. 16). Desse modo, os objetivos e valores propalados na III CNSAN acerca de um Estado regulador forte, encontram-se linhas limítrofes e não tem as condições necessárias para serem implementados.

Esse descompasso e falta de interação opera também na forma e composição da racionalidade estatal. As diferentes áreas e setores responsáveis pela formulação e implementação das políticas econômicas e sociais, além de receberem diferentes estímulos com interesses distintos, a hierarquização entre elas, tende a ter um resultado que expressa essas contradições. Por exemplo, as questões inerentes à Segurança Alimentar e Nutricional, não compõem a agenda dos burocratas e daqueles que decidem a política econômica. Destaca o documento que,

[...] pela baixa participação da área econômica nos espaços institucionais que definem as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de outras políticas sociais, acentuam os problemas apontados e impedem que a Segurança Alimentar e Nutricional possa exercer, mais efetivamente, o papel de um dos componentes na construção de um novo modelo de desenvolvimento (CONSEA/RF, 2007, p. 16).

Se o objetivo dessa parte do documento foi contextualizar as bases materiais e suas contradições para a partir disso ancorar as proposições, lança-se também um olhar sobre as

políticas públicas implementadas com o objetivo de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e seus resultados. Como sabemos o alcance dessas políticas atingiram milhões de pessoas vítimas da iniquidade do modelo de desenvolvimento econômico. De acordo com o documento:

O conjunto dessas políticas tem sido o principal responsável pelo fato de o número de pessoas em pobreza extrema ou indigência no Brasil ter diminuído. É reconhecida a iniciativa do atual Governo Federal no sentido de reformar o Estado para possibilitar a afirmação destas políticas que realizam o DHAA. **Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelam que o número de pessoas em pobreza extrema caiu 26,2% de 2001 a 2005. Já a população vivendo em condições de pobreza caiu 11,5%, de 60,9 milhões de pobres (36,5% do total da população brasileira), em 2001, passou para 53,9 milhões de pobres (30,3%), em 2005. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) também identificou redução da pobreza, com aumento na participação dos mais pobres na renda total. Segundo a pesquisa, 8,4 milhões de pessoas deixaram de ser extremamente pobres no Brasil, entre 2003 e 2005.** Apesar disso, a desigualdade de renda permanece bastante elevada. (CONSEA/RF, 2007, p. 16 – 17 (*Grifos meus*)).

Os anseios manifestados pelos participantes das Conferências demarcam a necessidade de fazer a disputa também por dentro do Estado. Por essa razão destacam que a realização da Segurança Alimentar e Nutricional requer uma *Nação em que o Estado seja instrumento e se declare favorável pela conquista de um País onde impere a justiça social. Posicionamento não presente na maior parte da história do Brasil.* Hegemonicamente – como já discutido no Capítulo II e no início deste Capítulo – a expansão da reprodução do capitalismo no Campo cada vez mais “censura” as alternativas e diminui as possibilidades de transformação do modelo.

O processo de modernização conservadora da agricultura e o padrão de desenvolvimento rural no Brasil constituem outra expressão do modelo econômico dominante, na forma da hegemonia do agronegócio empresarial, apesar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas das cadeias de produtos de exportação. O segmento do agronegócio – produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial – baseia-se em um modelo que poupa mão-de-obra e usa intensamente a mecanização, irrigação, e insumos industriais como agrotóxicos, sementes, transgênicos e rações. (CONSEA/RF, 2007, p. 17).

O macrodesafio da necessidade de fortalecimento do **papel regulador do Estado** que vise a promoção do DHAA e a Soberania Alimentar é trazido pelo coletivo como estratégico, sobretudo, nas esferas da produção, abastecimento, distribuição, comercialização e consumo dos alimentos. Destaca o documento da IV CNSAN, que dentre várias tarefas, o Estado deve ter:

Efetiva regulação sobre a expansão das monoculturas, com atenção especial sobre aquelas dirigidas para a produção de agrocombustíveis, celulose e para o mercado de créditos de carbono, vedando-se o financiamento público àquelas cuja expansão se dá sobre áreas de produção de alimentos ou que provocam o deslocamento de outras culturas para a áreas de produção de alimentos, preservação florestal ou terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

[...].

Implementação de um efetivo marco regulatório que garanta o direito dos agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, assentados(as) da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e população negra, rural e urbana, ao livre uso da agrobiodiversidade e autonomia no uso e conservação das sementes e cultivares locais tradicionais e/ou crioulas. (BRASIL, 2011, p. 35).

Ainda nesse macrodesafio as questões inerentes à criação de instrumentos legais para a regulação e restrição de aquisição de terras por estrangeiros – pessoas físicas ou jurídicas – ou empresas nacionais de capital estrangeiro é proposto. Exigem também que o Estado/Governo brasileiro adote o princípio da precaução em defesa da Soberania Alimentar da população brasileira<sup>452</sup> e medidas que possam reduzir e substituir progressivamente a utilização de agrotóxicos, e fortalecimento da prática produtiva agroecológica.

Ademais, relacionado à questão da precaução como princípio orientador das ações do Estado, são cobradas medidas como: regulação da Ingestão Diária Aceitável de Agrotóxicos (IDA); rotulagem obrigatória com as informações acerca dos produtos com a presença de OGMs, informação nutricional dos produtos para os portadores de necessidades especiais alimentares; regulação obrigatória das propagandas e publicidades de produtos que causam danos à saúde; medidas para combater o oligopólio e monopólio de produtos agrícolas e redes varejistas de supermercados; moratória ao uso de novas tecnologias – nanotecnologia e biologia sintética – regulando-as a partir de diálogo com a sociedade; ações práticas em vista a evitar a pecuária extensiva e monocultura em grandes áreas de terra em territórios como a amazônia tendo em vista que estas práticas empobrecem o solo e colidem com as culturas alimentares regionais (BRASIL, 2011).

Inscreve-se como fator fundamental que o Estado possa fortalecer o monitoramento e controle social, além disso, demonstrar que um *‘outro’ processo de desenvolvimento deve ser implementado sobre novas bases*. Segundo o documento,

Destacamos que é preciso **promover novas bases para um modelo de produção e consumo** no Brasil, orientadas nos princípios da Soberania Alimentar,

---

<sup>452</sup> Atitude política em vista a proteger a diversidade dos recursos genéticos do processo de apropriação e mercantilização pelas grandes empresas multinacionais e nacionais, visando também a proibição ‘imediate’ da utilização dos transgênicos na alimentação humana, fundamentalmente, na alimentação escolar. (BRASIL, 2011).

sustentabilidade, justiça social e climática e participação social, fortalecendo o papel regulador do Estado com relação à aquisição de terras por estrangeiros e no combate aos monopólios no Sistema Agroalimentar. (BRASIL, 2011, p. 27, (*Grifos meus*)).

A legislação que cria e regulamenta a gestão pública da Alimentação Escolar e outros equipamentos e políticas de alimentação e nutrição, inclusive os do SUS, também é vista como estratégica nesse macrodesafio e o coletivo pauta que sejam ampliadas as condições para isso<sup>453</sup>.

Desse modo, é perceptível que os anseios projetados, são sem dúvida de elevada relevância. Porém, a implementação de todo esse processo só se realizará se estiver no ‘horizonte’ e nos objetivos de um Estado que seja a expressão dos imperativos latentes e reais dos interesses das bases populares e do republicanismo em seu sentido mais avançado.

### 3.3.5 Sistema de funcionamento e execução de políticas: Pactos de Gestão, Ações nas diferentes esferas da Administração Pública

No período em que tomamos como recorte histórico, verificamos alguns avanços nesses aspectos relacionados à concepção de ações, programas e políticas, aos sistemas de funcionamento e execução das políticas exaradas. Obviamente que referimos tanto aos aspectos propositivos nos documentos como também nos processos de implementação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. É perceptível nos Documentos Finais que as *ações, programas e políticas públicas inerentes à Segurança Alimentar e Nutricional compuseram diretrizes indutoras que potencializaram práticas importantes e possibilitar, aos poucos, ir reorganizando e fortalecendo relações causais e ações articuladas que contemplam a multidimensionalidade dessas políticas. Podemos citar como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Bolsa Família (PBF), entre outras, que trazem experiências e germes para essa pactuação.*

Contudo, há um descompasso entre essas duas dimensões relacionais de concepção e execução das ações, programas e políticas. No entanto, é importante demarcar que para a objetivação dos anseios registrados, pactos de gestão, ações e interações nas diferentes esferas da administração pública, bem como, a intersetorialidade das ações e repartições

---

<sup>453</sup> Considerando a Resolução n. 380/2005 do Conselho Federal de Nutrição (CFN) e a Lei n. 11.947/2009, colocam como estratégicas as seguintes garantias: Nutricionista como responsável técnico que priorize o cardápio regional e nas práticas administrativas que os gestores cumpram o mínimo de 30% de aquisições de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, proibindo a terceirização dessas práticas. (BRASIL, 2011).

administrativas são fundamentais para a realização desse processo, justamente porque a natureza e multidimensionalidade da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar exigem essas condições.

Considerando que a natureza do Documento Programático [da I CNSA, por exemplo] é prioritariamente pautar o Estado brasileiro, centraliza suas intencionalidades para serem realizadas no âmbito do Estado. Destaca o documento que, “A Segurança Alimentar é uma prioridade nacional cujos principais responsáveis são os governos federal, estaduais e municipais” e que, a política de “Segurança Alimentar deve determinar a direção das políticas governamentais definindo um novo padrão de desenvolvimento econômico e social do país” (CONSEA/DF, 1995, p. 137). Nestes elementos destacados, vemos a necessidade de interlocução das diferentes esferas de administração.

Assim, o documento registra, enaltece e anuncia oficialmente à Sociedade Civil e à Sociedade Política que os pequenos, mas significativos avanços, foram conquistas de uma trajetória de luta da sociedade através das organizações e Movimentos Sociais de base popular, que a partir da busca do aperfeiçoamento da democracia, colocam na agenda pública temas de relevância para a maioria das populações, como a questão da Segurança Alimentar e Nutricional e apontam que a sua realização pressupõe a transformação também dos elementos burocráticos e a organização da racionalidade estatal que são organizados de maneira fragmentada.

Deste modo, destaca-se que esses processos cultivaram princípios fundamentais que se transformam em bases para se pensar as políticas públicas e que além de serem aplicados, devem ser propalados a todos/as. São eles:

- 1- A alimentação adequada e saudável, reconhecida como direito humano fundamental e universal de todos e todas e como obrigação do Estado;
- 2- A Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional como eixo estratégico do desenvolvimento socioeconômico do país, baseado na erradicação da fome, da miséria e das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;
- 3- A participação da sociedade civil, garantidas as condições para sua efetiva realização, compreendida como o alicerce para o diálogo social, para a formulação, a execução, o monitoramento e o aperfeiçoamento continuado das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional;
- 4- O fortalecimento do papel regulador do Estado, que deve colocar a proteção do direito à alimentação e da Soberania Alimentar acima dos interesses de mercado que violem estes princípios;
- 5- A intersetorialidade na concepção e na gestão das políticas públicas de SAN, potencializando o alcance e a efetividade dessas políticas e permitindo que se faça mais e melhor neste campo;
- 6- O respeito e a garantia dos princípios de etnodesenvolvimento como eixo orientador das políticas públicas de SAN, universais ou específicas, para povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais, mediante políticas afirmativas de combate ao racismo e às diversas formas de discriminação. (BRASIL, 2011, p. 30 – 31).



Neste sentido, a realização articulada de todos esses anseios, pressupõem pactos de elaboração e gestão, tanto na verticalidade, quanto na horizontalidade das ações estatais, na ocasião da materialização da política pública. É considerando estes pressupostos que a IV CNSAN, defende que haja uma “Gestão e Articulação Intersetorial”, onde o conjunto de proposições buscam indicar as necessidades e os mecanismos para que sejam implementadas na prática e nos processos de funcionamento dos órgãos dos diferentes poderes e nas diferentes esferas administrativas o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para esse momento histórico, ganha relevância a pertinência de interação e articulação de algumas políticas já existentes. O documento destaca a importância de:

Propor formas de interação entre as instâncias responsáveis pela formulação e controle social da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), para desenvolver e fortalecer a cultura e a prática da intersetorialidade e potencializar estratégias compartilhadas e complementares para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. (BRASIL, 2011, p. 83).

Além desses aspectos destacam a necessidade de descentralização do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional com a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional de maneira articulada com os Planos estadual e nacional considerando as especificidades locais e regionais com as condições objetivas para materializar parcerias entre a Sociedade Civil, o Estado e os Movimentos Sociais Populares. Desse modo se tornaria possível a institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo nos marcos regulatórios e Leis Orgânicas os componentes do SISAN.

A proposição de uma “Pactuação Federativa” é vista como fundamental para que as ações sejam implementadas. Tem como aspecto relevante que a partir do conhecimento da sociedade em geral, se tenha uma maior cobrança e acompanhamento dos compromissos assumidos por todas as partes responsáveis e envolvidas no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Por essa razão demandam:

Instituir e iniciar o funcionamento do Fórum Tripartite (reunião da Caisan com representantes de suas similares estaduais e municipais) e dos 26 Fóruns Bipartites (reuniões da câmaras intersetoriais estaduais com suas similares municipais), com a participação dos Conseas, a fim de criar condições para que seja firmado o primeiro Pacto Nacional de Gestão pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, que visa consolidar os compromissos, competências e atribuições de gestão do Sisan, nas três esferas de governo. (BRASIL, 2011, p. 84).

Em linhas gerais verifica-se que em grande medida buscou-se implementar esses princípios e aspectos fundamentais nas ações, nos programas e nas políticas públicas. Porém,

é perceptível que houveram poucos avanços e transformação nas bases estruturais, que definem as grandes linhas e estratégias das políticas macroeconômicas, dada as suas estruturas enrijecidas e com forte controle econômico-político. Estes aspectos demonstram que a exigência multidimensional dos temas em debate, encontram linhas limítrofes no interior das relações de forças condensadas e nas estruturas organizacionais da administração pública, dado aos seus interesses divergentes, ordenamento jurídico-burocrático e setorial, bem como as diferentes relações com as bases sociais.

### 3.3.6 Geração de Trabalho e Renda e Segurança Alimentar

Desde a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) aparecem as demandas para uma Política econômico-social que gere emprego e renda e potencialize a pesquisa correspondente a estes aspectos. De acordo com o seu documento final, vemos que:

Para assegurar efetivamente a Segurança Alimentar é necessário, em primeiro lugar, efetuar uma reforma estrutural no atual modelo econômico, reorientando a **alocação dos recursos públicos para setores e atividades econômicas que favoreçam o aumento de renda da maioria da população. A geração de empregos e a redução do custo de vida, em especial da alimentação, da habitação popular, da saúde, do transporte e da educação.** Terão prioridade as políticas sociais e as de ensino, pesquisa e extensão; geração de emprego e renda; produção agropecuária, agroindustrial, artesanal, de abastecimento e de alimentação. As políticas tributária e comercial externa serão ajustadas aos objetivos da Segurança Alimentar. Serão criadas linhas de financiamento específicas para pequenos e micro empresários, pequenos produtores rurais, trabalhadores assentados e para o capital de trabalho de desempregados e trabalhadores do setor informal. (CONSEA/DF, 1995, p. 136, *(Grifos meus)*).

Quanto ao apontamento de que a Política de Segurança Alimentar deve compor as estratégias fundantes para o Projeto Nacional o documento destaca que a Segurança Alimentar devia estar estreitamente ligada com a Soberania Nacional. Isto, do ponto de vista de se ter as condições de garantir Alimentação Adequada a todos, bem como ter a possibilidade de elevar os níveis e indicadores acerca da qualidade de vida da população. Correspondente ao entendimento de países como Estados Unidos e da União Europeia, destaca que a “Segurança Alimentar é uma questão estratégica de segurança nacional [...]” (CONSEA/DF, 1995, p. 137).

Estes grandes pilares são reforçados nas demais CNSAN, e demarcam os documentos que para se garantir o acesso à alimentação é estratégico a geração de emprego e renda, e que pode ser fortalecido e garantido através da economia solidária. Neste sentido, ganha

centralidade, portanto, a indicação de que há a necessidade do fortalecimento da produção e consumo local (circuito curto).

Estes aspectos, no entanto, seriam materializáveis se combinado com um conjunto de políticas amplas – urbana e rural –, que em boa medida potencializassem a geração de emprego e renda como estratégia de combate à pobreza e fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável, colocando no horizonte o fortalecimento da política interna de abastecimento alimentar. Correspondente a isso, está a indicação de redimensionamento das formas e “organizações econômicas cooperativas, associativas, comunitárias de geração de emprego e renda na perspectiva da economia solidária, estimulando o comércio e o consumo local, [...]” (CONSEA/DF, 2004, p. 16). Neste sentido, reaparece a Reforma Agrária como estratégica para geração de emprego e renda e o fortalecimento de redes de economia solidária, feiras orgânicas municipais, com uma relação mais estreita com as cooperativas de consumo urbano, que segundo o documento, potencializaria a comercialização dos produtos da agricultura familiar, aquicultura e pesca, fundamentalmente através da compra direta entre o produtor e consumidor.

Tido como um macrodesafio que se fez presente em todas as Conferências anteriores, a IV CNSAN pontua a necessidade da ampliação e que a garantia da geração de trabalho – emprego – e renda, deve ser tarefa estatal inalienável e com urgência histórica. Compõe essa demanda os indicativos da necessidade de se ter políticas públicas orientadas para: qualificação social e profissional – inclui-se em outra proposição políticas específicas para a juventude; aumento real do salário mínimo; fortalecimento da economia solidária e fomento de dinâmicas organizativas como associativismo, cooperativismo, autogestão com fomento financeiro solidário, somado à promoção de um comércio solidário e justo<sup>454</sup> (BRASIL, 2011).

### 3.3.7 Participação Social e Controle Social: condições de exigibilidade, monitoramento e avaliação

As mediações práticas nos processos de travessia para as condições materiais de realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, estão necessariamente imbricadas com a Participação Social e Controle Social. Partindo desses princípios basilares,

---

<sup>454</sup> O documento destaca que este conjunto de iniciativas devem estar articuladas com as demais políticas sociais que visam garantir o acesso à alimentação em quantidade, regularidade e qualidade suficientes para as famílias e pessoas em vulnerabilidade social.

é que nas Conferências aparece com bastante presença a necessidade de constituir os mecanismos e ferramentas que possam garantir a exigibilidade, o monitoramento e a avaliação permanente dos processos políticos em suas múltiplas dimensões.

Neste sentido, o “Monitoramento” do Sistema ganha relevância no conjunto de proposições acerca desse eixo. Percebe-se no conjunto das discussões acerca do tema da Segurança Alimentar e Nutricional que o monitoramento – tendo por base o controle social – é imprescindível para o êxito da implementação das políticas referentes ao tema. O coletivo, portanto, elabora um conjunto de “Princípios do Sistema de Monitoramento” indicando a necessidade de se “adotar um sistema de monitoramento que permita uma ampla e criteriosa análise da situação da Segurança Alimentar e Nutricional no País [...]” (CONSEA/RF, 2007, p. 59), e que tenham por base os aspectos fundantes da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada e integre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) regimentalmente. De acordo com o documento, os princípios orientadores para o SISAN são:

1- Realização progressiva do DHAA, com garantia da Soberania Alimentar; 2- Foco nas populações vulneráveis na perspectiva não racista, não sexista, não homofóbica e não classista; 3- Transparência e acesso irrestrito aos dados e métodos adotados; 4- Enfoque da universalização e da indivisibilidade dos direitos e da ética; 5- Ampla participação social, considerando a diversidade étnica, racial, de gênero e cultural; 6- Respeitar os direitos adquiridos e os resultados positivos conquistados; 7- Responsabilização dos setores que integram o Sisan; 8- Criar um mecanismo de integração de informações dos programas, suas metas físicas e financeiras, e tornar público à sociedade [...]; 9- Os Conseas estaduais e municipais integrarão o sistema de monitoramento. (CONSEA/RF, 2007, p. 59).

Em vista a corresponder às condições objetivas de funcionamento do Sistema de Monitoramento aprovou-se também proposição que visa garantir que esse sistema seja efetivado nas três esferas de governo. Além disso, ser garantido os recursos financeiros necessários nas peças orçamentárias, bem como os ‘recursos’ humanos para o desenvolvimento das atividades. O coletivo propôs também dimensões de Segurança Alimentar e Nutricional, como matriz para embasar a seleção e análise dos indicadores de monitoramento. As dimensões descritas no documento são:

1- Produção, condições de comercialização e disponibilidade de alimentos; 2- Acesso ao trabalho digno, renda e condições básicas de vida; 3- Acesso à alimentação saudável, logística de distribuição e tendências do consumo alimentar; 4- Saúde e acesso à prestação aos serviços públicos de saúde; 5- Perfil alimentar, nutricional e de morbidade das doenças que apresentam relação direta com a alimentação dos grupos populacionais [...]; 6- Acesso, permanência e promoção à educação e inclusão digital com qualidade social; 7- Programas e políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional sustentável; 8- Segurança dos alimentos quanto à questão higiênico sanitária, nutrientes, transgênicos, resíduos químicos, contaminantes físicos e biológicos, de acordo com as normas da

legislação em vigor; 9- sustentabilidade socioambiental; 10- Acesso e regularização da terra, água de qualidade, habitação e saneamento ambiental e infraestrutura; 11- Acesso à extensão rural; 12- Acesso aos serviços da assistência social; 13- Garantia da Soberania Alimentar nos acordos internacionais de comércio; 14- Auto percepção da insegurança alimentar; 15- Facilidade de acesso às políticas públicas; 16- Incidência de obras públicas na segurança alimentar e nutricional das populações atingidas; 17- Acesso à tecnologia digital. (CONSEA/RF, 2007, p. 59 – 60).

O Sistema de monitoramento do SISAN deveria estar articulado com outros sistemas, Conselhos e Funções Públicas<sup>455</sup> com alimentação periódica dos dados, prioritariamente dos grupos em situação de vulnerabilidade econômico-social e dos dados de vigilância epidemiológica e sanitária. *Os objetivos principais atribuídos à essa estrutura de funcionamento são, a partir de investigação e documentação das informações, fazer o encaminhamento de reparação de casos de violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como subsidiar os responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas.* O documento também advoga favorável à articulação desse sistema de monitoramento com outros sistemas de monitoramento e avaliação de impactos socioeconômicos e ambientais de projetos<sup>456</sup> implementados em nome do ‘desenvolvimento’, mas que colocam em risco a Segurança Alimentar e Nutricional das populações diretamente afetadas e do entorno.

Entende-se necessário também a realização de “Censos e Pesquisas” permanentes e condições objetivas para isso, com o objetivo de ter diagnósticos atualizados principalmente em relação às populações em situação de vulnerabilidade, compondo informações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional que possam estar à disposição de toda a população. De acordo com o documento, destacam-se os seguintes levantamentos:

1- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), com ênfase na investigação suplementar sobre a condição de segurança alimentar e nutricional; 2- Pesquisa Nacional sobre Orçamentos Familiares (POF/IBGE); 3- Censo Agropecuário (IBGE); 4- Sistema de Informação de Assistência da Saúde Indígena (Siasi/Funasa); 5- Censo Populacional; 6- Censo Quilombola (Fundação Cultural Palmares e coordenações estaduais e nacional [...])/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, [...]; 7- Censo da população indígena (aldeado e não aldeado); 8- Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde (PNDS); 9- Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN); 10- Pesquisa Nacional sobre Impacto da Iodação do Sal no Brasil (PNAISAL); 11- Pesquisa Nacional sobre Alimentação Escolar e dados Educacionais (INEP); 12- Informações da Relação Anual de Informação Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS); 13- Pesquisa do Mapeamento da Economia Solidária e o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES); 14- Chamadas Nutricionais (MS/MDS) e dados do Cadastro Único (MDS); 15- Pesquisa de Zoneamento Agroecológico; 16- Censo Pesqueiro e

<sup>455</sup> Câmara Interministerial; Comissão Especial de Monitoramento de Violações do DHAA; Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Comissão Permanente do DHAA do CONSEA; Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) – Nacional e Indígena – Sistema de Vigilância Sanitária (SIVISA); Ministério Público (MP) e Defensoria Pública (DP); entre outros.

<sup>456</sup> Por exemplo, projetos de energia, industriais, de monocultura, de conservação ambiental.

Aquícola (IBGE); 17- Munic – Módulo sobre Conseas Municipais (MDS). (CONSEA/RF, 2007, p. 61).

No sentido de avançar na coleta de dados com maior proximidade da materialidade, o documento também propõe que para a realização das pesquisas amostrais se façam com a participação popular.

Um conjunto de propostas buscam dar os indicativos gerais para a organização formal e de funcionamento dos “Sistemas Estaduais, Distrital, Territoriais e Municipais”. Em linhas gerais, expressam os pressupostos discutidos anteriormente e potencializando as condições objetivas da “Articulação de Políticas nas Várias Esferas” de administração e funcionamento das instituições públicas, participação e controle social<sup>457</sup>.

Outra dimensão que ganha relevo nessa diretriz é a “Vigilância Sanitária” – com a pauta para o fortalecimento e garantia das ações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em vista a garantir o controle da qualidade dos alimentos, bem como na regulamentação da comercialização, rotulagem e propaganda. Dentre várias iniciativas exigidas pelo documento, destacamos:

Garantir e reforçar os sistemas de avaliação de risco, monitoramento e análise de alimentos, assegurando sua sanidade microbiológica, física e química, também relacionada aos resíduos de agrotóxicos e aditivos alimentares nos limites estabelecidos, e aos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); para tanto garantir laboratórios públicos em quantidade e qualidade para realização de análise de alimentos e acessibilidade à análise toxicológica humana, com ampla divulgação destas atividades e resultados. (CONSEA/RF, 2007, p. 51).

As condições de “Exigibilidade, Monitoramento e Avaliação” dar-se-iam pela implantação do **sistema de monitoramento** da Segurança Alimentar e Nutricional, intersetorial e integrado correspondendo ao prescrito no Decreto 7.272/2010. Objetivam, portanto, desenvolver as condições para a valorização da cultura alimentar e que este processo se torne subsídio para a elaboração das políticas públicas, contendo, entretanto, a participação e o controle social capazes de aferir a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada<sup>458</sup>. Os instrumentos e estratégias devem levar em consideração, além

<sup>457</sup> Enquadram-se neste entendimento geral, as propostas que versam sobre: CONSEAs; Fóruns Regionais de CONSEAs; Conselhos Municipais; Sustentabilidade do CONSEA Nacional; Exigibilidade do DHAA; Criação de Ouvidorias de SAN; Divulgação da LOSAN; Estímulo à criação de “Órgãos Intersetoriais para Povos e Comunidades Tradicionais”; Regulamentação da LOSAN; e Participação Social.

<sup>458</sup> Faz-se presente também a cobrança para que o Estado crie e assegure objetivamente as condições para que a sociedade possa exigir os direitos proclamados e que passam a compor o SISAN. Decorrente dessa demanda – entre várias sugestões – está a indicação para a realização de encontros nas três esferas de governo com a participação da Sociedade Civil após dois anos da realização das CNSAN para avaliar a implementação e cumprimento das propostas. (BRASIL, 2011). Além disso, as Conferências indicam que há a necessidade de monitoramento – pelos indicativos e determinações sociais – das empresas para verificação se elas aplicam as normas técnicas inerentes aos produtos alimentares, regulamentação da propaganda, rotulagem e

da produção, elementos para a sustentabilidade, observatórios de preços de alimentos e utilização dos meios de comunicação pelo Estado para levar o conhecimento dessas estratégias para a população. (BRASIL, 2011).

A realização prática desses elementos trouxe consequências positivas tendo em vista que diversas políticas estratégicas para a Segurança Alimentar e Nutricional, foram em sua forma e conteúdo incorporando essas condições. No entanto, trata-se de ‘políticas subordinadas’ de inclusão e que visam atacar as consequências – como a fome, desnutrição, problemas de saúde, etc. – e não as causas e políticas fundantes dos problemas sociais reais, como veremos nas análises posteriores das políticas implementadas.

### 3.3.8 Educação e Cultura: conhecimentos tradicionais, educação alimentar, etc.

Compondo as estratégias e eixos centrais nas discussões acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, estão a Educação e a Cultura. Em linhas gerais, aparecem em diversos momentos os apontamentos para ações e para a necessidade da educação (dos processos formativos) que corrobore com a implementação dos princípios e diretrizes que embasam a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar nas diversas dimensões para que estas possam ser referenciadas socialmente. Em relação à cultura, ganha relevo diversos elementos que indicam para a elevação do respeito e ao cultivo do conhecimento tradicional na/para a produção de alimentos, bem como, nas reflexões e análises acerca das mudanças na cultura alimentar, que fortalecem e/ou se distanciam e negam a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da Soberania Alimentar.

Deste modo, os documentos apontam diversos elementos fundamentais que envolvem estes dois pilares importantes. Desde a alimentação e educação nutricional nas escolas e nas creches, bem como de propostas que demarcam de maneira contundente a necessidade de inovar na legislação acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar com imperativos que podem efetivar o processo de descentralização da alimentação escolar, aumento do recurso *per capita*, universalização para toda a Educação Básica e a garantia de profissional de nutrição para acompanhar e orientar alimentação escolar<sup>459</sup>.

---

comercialização de alimentos industrializados e ricos em gorduras ‘Trans’ e saturadas, sódio e açúcares. Há a defesa também, de que a utilização e comercialização de suplementos nutricionais possam ser apenas via prescrição nutricional, considerando, no entanto, que o processo formativo dos profissionais de nutrição coloque essas questões como fundamentais e basilares.

<sup>459</sup> Estes princípios e diretrizes foram em grande medida correspondidos na estrutura enquanto forma e conteúdo do PNAE. Veremos mais detalhes posteriormente na análise do PNAE.

Além disso, cobram do Estado intervenção no sentido de restringir por via legal, práticas institucionais que combinam desestruturação de hábitos saudáveis alimentares com a difusão de hábitos alimentares prejudiciais à saúde e à nutrição. Exemplo disso é o que destaca o documento da II CNSAN que seria necessário “Criar leis federais que proíbam, nas escolas, a comercialização e a propaganda de alimentos inadequados do ponto de vista nutricional e que regulamentem a propaganda e as estratégias de marketing, priorizando aquelas dirigidas às crianças e aos adolescentes” (CONSEA/DF, 2004, p. 18)<sup>460</sup>.

Partindo do pressuposto de que a Segurança Alimentar e Nutricional seria realizável com a contribuição da educação – perfazendo seu papel estratégico –, os debates nas Conferências indicam que os temas relacionados aos princípios e diretrizes fundamentais da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar devem ser inseridos nos processos educativos e formativos nas instituições de ensino em suas diferentes modalidades e níveis, como, por exemplo:

Inserir no PPP (Projeto Político Pedagógico) e nos currículos de graduação e pós-graduação o desenvolvimento dos temas sobre SAN e saúde como, por exemplo, direito humano à alimentação, alimentação e cultura, hábitos alimentares saudáveis, direito do consumidor, ética e cidadania, aleitamento materno, agroecologia, economia familiar, associativismo, práticas agrícolas e de aquicultura e pesca, reaproveitamento de alimentos, entre outros. (CONSEA/DF, 2004, p. 18).

Ganham enfoque e pertinência, práticas que fortaleçam tal intenção, como por exemplo a horta escolar, que além de complementar a alimentação escolar deveria compor o processo pedagógico nas escolas federais, estaduais e municipais com vista a ser o incentivo à comunidade e às famílias desenvolverem essas práticas.

Apontou-se também a necessidade de se “Criar um Programa Nacional de Alimentação Saudável que atenda às diferentes realidades, com materiais didáticos de apoio, promovendo a educação alimentar nas escolas [...] com ‘cantina saudável’, visando a restrição de alimentos não saudáveis” (CONSEA/DF, 2004, p. 32), que pudesse trabalhar todas as dimensões inerentes a essa questão. A relação saúde, educação e nutrição deve ser estreitada, tendo em vista que, o subsídio de dados e informações acerca da saúde e estado nutricional passam a ser importantes na composição do conteúdo para os processos educativos inerentes a esses aspectos, bem como para a concepção de políticas públicas articuladas.

Um aspecto importante foi o indicativo acerca da formatação das políticas usadas hegemonicamente. O documento deixa o indicativo de que a política universal deveria ser

---

<sup>460</sup> Estas recomendações foram incorporadas em regramentos e recomendações legais, como no caso do Estado do Paraná, que aprovou legislação específica para regulamentar as cantinas nos estabelecimentos de ensino da rede estadual. No objetivo principal está a restrição da comercialização de alimentos não saudáveis, etc.



determinada pelo local e não como de maneira hegemônica ocorre, onde a política acaba por tratar realidades totalmente diferentes e contraditórias, de maneira igual, o que acaba por reforçar as diferenças e contribuir decisivamente para o aumento das desigualdades sociais e para a diminuição da diversidade de alternativas alimentares e produtivas.

A importância dos processos de formação continuada dos profissionais de educação, saúde e nutrição, também ganha destaque. Concernente à educação, aparece nas proposições o resultado de um caldo de discussões desenvolvido pelos Movimentos Sociais do Campo de base popular e setores da academia que incide na constituição da perspectiva da Educação do Campo. Destaca o documento:

Garantir uma política educacional voltada para a realidade dos quilombolas e indígenas com formação e capacitação dos professores e comunidades, criação de escolas polos com ensino fundamental e médio nos territórios quilombolas e indígenas.

Implementar uma **política de Educação do Campo**, nos diferentes níveis de ensino, em consonância com o proposto nas diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo rural: a- Reconhecimento e valorização da pedagogia da alternância; b- Currículos voltados às necessidades e realidades locais e ao calendário agrícola; c- Aplicação da lei do Fundef no que se refere ao pagamento do diferencial para os alunos das escolas do campo. (CONSEA/DF, 2004, p. 32 (*Grifos meus*)).

Referente ao aspecto da cultura alimentar, vemos que, o debate nas Conferências elabora um conjunto de propostas que demarcaram a necessidade de desenvolver políticas públicas visando as condições das pessoas consumirem alimentos saudáveis e expressivos das culturas locais. Do mesmo modo, para que este processo fosse exitoso, o conhecimento acerca da qualidade dos alimentos e as necessidades nutricionais deveriam compor os fundamentos dos processos de formação cultural das pessoas. Esses processos de formação são destacados como estratégicos nos diversos espaços e para todas as pessoas. Destaca o documento:

Valorizar a cultura alimentar, a partir do resgate de hábitos alimentares, produtos e espécies historicamente inseridos nos sistemas alimentares locais/regionais. Para isso, **estimular iniciativas interdisciplinares de pesquisa, promovendo estudos que possibilitem a identificação e conhecimento das culturas alimentares das diversas regiões e etnias**. Esses estudos deverão também orientar a composição de cestas básicas locais/regionais. (CONSEA/DF, 2004, p. 19, (*Grifos meus*)).

Ganham centralidade a necessidade de definir políticas de alimentação e nutrição a comunidades e grupos específicos e que potencializem o desenvolvimento local sustentável e que possa revalorizar os conhecimentos tradicionais, tanto da produção quanto da preparação dos alimentos com assistência técnica integral que possibilite o aprimoramento dessas práticas, sem, contudo, incidir em perda de autonomia e controle do conhecimento tradicional.

E neste sentido é que se propõe que se deve “Estabelecer como eixo transversal das políticas públicas de SAN o respeito à diversidade cultural e aos hábitos alimentares de cada região” (CONSEA/DF, 2004, p. 33). E, considerando que o consumo também é propulsor de produção e que as práticas de consumo podem ser redimensionadas por processos educativos e práticos, há a indicação da necessidade de estimular o consumo consciente que valorizem os alimentos que são produzidos de maneira ambientalmente sustentáveis, que desse modo, poderia incentivar e fomentar a agricultura orgânica e, por consequência, a promoção de práticas alimentares mais saudáveis.

Desse modo, a intencionalidade implícita e explícita do debate, de *instituir processos permanentes de educação e capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada* possui um conjunto de propostas que buscam garantir as condições objetivas para que esses processos formativos atendam: sujeitos sociais em período de formação, produtores e consumidores, gestores das políticas, controle social, pesquisadores e comunicação social, etc.

Explicitamente e implicitamente é perceptível que o entendimento oriundo desde debate parte do pressuposto de que a realização objetiva da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar dependerá em boa medida desses processos permanentes de educação e capacitação. Ou seja, a Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a Soberania Alimentar serão socialmente referenciadas pela educação e se esses processos de formação estiverem integrados nos diversos espaços públicos e nas diversas políticas implementadas. O entendimento, portanto, aponta a necessidade de Processos Formativos (que busquem corresponder o emergencial e o estrutural) permanentes em educação alimentar e nutricional e que estes sejam orientados sob o entendimento acumulado acerca da Soberania Alimentar, do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional que,

(i)- possibilitem o empoderamento e a autonomia do sujeito tanto nas escolhas alimentares, expressas na produção e consumo de alimentos, quanto a exigibilidade desse direito; (ii)- resgatem e valorizem as histórias alimentares regionais nutricionalmente adequadas; (iii)- reconheçam e preservem os saberes populares e a biodiversidade local em diálogo com o conhecimento científico e acadêmico. (CONSEA/RF, 2007, p. 43).

A proposta que indica e defende as “Ações Permanentes” para “promover a alimentação adequada e saudável com base nos princípios agroecológicos e nas diretrizes alimentares” (CONSEA/RF, 2007, p. 43), visa corresponder ao prescrito na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Essas ações devem buscar garantir a promoção

de uma alimentação saudável e da saúde nos diversos espaços, envolvendo todas as pessoas – a começar pelos grupos prioritários – e nas diferentes fases da vida, desde o aleitamento materno.

As ações e proposições formativas concatenadas devem resgatar, lapidar e resguardar o “Patrimônio Alimentar”. De acordo com o documento, é preciso:

Promover a revitalização e resgate do patrimônio alimentar do povo brasileiro, concretizado nas dimensões biológicas, simbólicas e culturais do alimento e da alimentação, num movimento de educação alimentar e nutricional oposto à globalização da alimentação, do consumo e das dietas inadequadas. Esse resgate e revitalização devem contribuir para a promoção da saúde, da soberania alimentar e da preservação da identidade alimentar e cultural no Brasil. [...]. (CONSEA/RF, 2007, p. 43).

Um dos pilares dessa diretriz diz respeito aos “Conteúdos e Diretrizes Curriculares”. Um conjunto de proposições versam sobre a necessidade da temática acerca da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar ocuparem os documentos oficiais nas instituições oficiais de educação. Destaca o documento:

Inserir e atualizar os conteúdos de educação alimentar e nutricional e inserir os de DHAA sob a ótica da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional nas diretrizes curriculares nacionais e nos projetos políticos pedagógicos, de maneira transversal, com a realização de dinâmicas práticas, teóricas e avaliativas que envolvam toda a comunidade escolar, incluindo sindicatos e associações dos profissionais de educação, secretarias de ensino e conselhos afins à educação, com respeito ao patrimônio e à cultura alimentar, [...], respeitando as diversidades como parte dos princípios orientadores para a formulação de programas e políticas voltadas para a educação infantil, ensinos fundamental, médio e superior. Para tanto, promover a formação permanente dos profissionais de educação na temática de segurança alimentar e nutricional sustentável e otimizar a dimensão pedagógica do Programa de Alimentação Escolar. (CONSEA/RF, 2007, p. 43).

Além dessas indicações, uma outra que reforça esse entendimento, é a pertinência que a concepção do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional devem estar presentes na grade curricular dos cursos das “áreas de ciências humanas e sociais, agrárias, saúde e outras áreas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional” (CONSEA/RF, 2007, p. 45). Outros profissionais que atuam na área de saúde também deveriam receber formação para desenvolverem ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste sentido, para a realização desse grande eixo e, portanto, dessa diretriz, vários outros pilares com propostas foram indicados. São exemplos: Programa Intersetorial de Saúde; Fomento de Pesquisa sobre alimentação e nutrição; estabelecimento de mecanismos de Rotulagem e Publicidade; Criação e fortalecimento de Fóruns e Observatórios acerca do tema; promoção de Capacitação dos Conselheiros; Capacitação das Populações do Campo e

Urbanas; Capacitação de Manipuladores(as) de Alimentos; Destinação de recursos para Campanhas Educativas; Criação de Centros de Educação permanentes em SAN; Educação para o Consumo Sustentável; Criação e fortalecimento de Centros de Referências acerca do tema; Educação Alimentar e Nutricional nos Sistemas Públicos<sup>461</sup>.

Na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a relação entre ‘Educação e Cultura’ é instigada a partir da noção – que leva em consideração a totalidade concreta – do significado e da capacidade explicativa [em seu conteúdo material] de “**Comida de Verdade**”. Neste sentido, vemos que neste debate há aspectos importantes que indicam princípios e elementos para a Formação Humana tendo em vista a transformação. Desse modo, a temática, *Comida de Verdade: Avanços e Obstáculos para a Conquista da Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar*, devido a sua natureza estimulou amplo debate – considerando a análise do passado e as perspectivas de futuro – acerca desses aspectos. Dado a diversidade de concepções sobre “Comida de Verdade” e como estas se inserem no debate juntamente com os demais temas centrais, o coletivo participante da V CNSAN entendeu – além de ser necessário – oportuno apresentar esse acúmulo na forma de um Manifesto<sup>462</sup> dirigido à toda sociedade.

Considerando essa construção teórico-conceitual vemos que o referido Manifesto traz a definição do que se conseguiu de entendimento sobre “Comida de Verdade”. E, subjacente a isso expressa as grandes matrizes de [Formação (Humana)]<sup>463</sup> como sendo fundamental para a compreensão e construção dessa questão a partir de suas múltiplas determinações e na intersecção de suas múltiplas dimensões. De acordo com o Documento:

---

<sup>461</sup> Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); Sistema Único de Saúde (SUS); Programa Saúde da Família (PSF); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Unidades Básicas de Saúde (UBS); Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Também na IV CNSAN aparece com destaque a necessidade de “Formação para a Segurança Alimentar e Nutricional” ao considerar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Há a defesa para a constituição de uma *política de formação continuada em SAN*. Para isso, ganham centralidade as proposições inerentes a processos formativos com o intuito de qualificar a atuação dos gestores das políticas, conselheiros, operadores de direitos, servidores públicos e trabalhadores/as. Além disso, processos para a formação de uma cultura em direitos prioritariamente aos sujeitos sociais em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional tendo como matriz o Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como, a realização da internalização das suas dimensões, tanto pelas pessoas, quanto pelos gestores públicos. (BRASIL, 2011). Estes elementos – com um entendimento mais de totalidade concreta – também ganha relevância na V CNSAN.

<sup>462</sup> “Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar” (CONSEA, 2016, p. 28). Ver Apêndice A.

<sup>463</sup> Reitera-se que no documento não aparece a categoria de Formação Humana, mas formação e/ou educação. Coloco este conceito por tratar de um conceito central na minha tese e que aparece subjacente – pela necessidade e natureza das questões fundamentais – a todo o debate. Estes elementos pontuados na definição antecipam os grandes pilares que inserem a Agroecologia e a Formação Humana como estratégicas para a Soberania Alimentar.

A Comida de Verdade é a salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana / povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses(as), desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de Verdade começa com o aleitamento materno. Comida de Verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes. (CONSEA, 2016, p. 28).

Partindo deste entendimento no eixo que buscou discutir os *Processos permanentes de educação alimentar e nutricional e de preservação dos conhecimentos tradicionais: pesquisa e formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)*, busca orientar o Estado à implementar ações de educação alimentar e nutricional nos diversos espaços e instituições de ensino (oficiais, públicos e privados) nos diferentes níveis de educação/formação e com diferentes estratégias e pesquisas – criação e fortalecimento de núcleos de agroecologia nas universidades. Aponta a necessidade de se criar um Plano Nacional de Educação Alimentar, para:

Promover estratégias de educação alimentar e nutricional para desestimular o consumo de alimentos ultraprocessados e estimular o consumo de alimentos agroecológicos da agricultura familiar camponesa, indígena e quilombola e tratar o tema de forma integral com todas as dimensões (educação, saúde, produção, consumo, entre outros).

Incentivar os(as) jovens agricultores(as) para permanecerem na área rural, através de reformas curriculares com temas direcionados à vida no campo e criação de bolsas de estudos para garantir essa permanência. (CONSEA, 2016, p. 58).

Posto estes elementos, vemos que o entendimento que incorpora os anseios dos coletivos que pautam e fazem o debate social, político e teórico acerca da perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar entendem os processos de Formação Humana como mediação prática fundamental. Os anseios sistematicamente presentes em todas as Conferências, demonstra também que não houve significativos avanços no período analisado, pois a semelhança das proposições, tem obviamente característica afirmativa, por um lado, mas, por outro, é a demonstração que substancialmente são ações e políticas a serem de fato constituídas e desenvolvidas para que estas de fato materializem esses valores proclamados.

### 3.3.9 Segurança Alimentar e Nutricional e ‘Soberania Alimentar’ e a relação com a biotecnologia, transgenia e biossegurança

Estes aspectos estão presentes e com grande relevância nas Conferências Nacionais de SAN, devido ao fato de que se considera a relação entre a biotecnologia e a engenharia genética, a transgenia e as peças reguladoras de biossegurança como problemas estruturantes, dado ao avanço da dominação das relações do capital. Desse modo, temas como “Recursos Genéticos, Transgênicos, Sementes e o Acesso ao Uso dos Recursos Naturais e da Água”, se tornam fundamentais na possibilidade explicativa e do entendimento, bem como problemas reais, ameaças e determinantes nos processos de materialização da dominação do campesinato, dificultando sobremaneira a realização, tanto da Segurança Alimentar e Nutricional, quanto da Soberania Alimentar.

Esses elementos, embora mencionados, não compuseram as questões centrais na I CNSA, diferentemente do sentido e lugar de pertinência que ganham a partir da II CNSAN. Considerando o Sistema Agroalimentar vigente, os processos de reprodução do capitalismo no Campo, percebe-se que o papel da transgenia, da biotecnologia nesse modelo assumem diversos aspectos que interferem na produção de alimentos, bem como, nas condições objetivas para uma autonomia do campesinato por um lado, e por outro, da Soberania Nacional e dos povos. Exemplo desse entendimento encontra-se prescrito na seguinte proposição prioritária: **“Proibir a produção e a comercialização dos alimentos transgênicos por entender que ferem a Soberania Alimentar dos povos e não fornecem garantias que confirmem que estes alimentos não fazem mal à saúde, à agricultura e ao meio ambiente, respeitando o princípio da precaução”** (CONSEA/DF, 2004, p. 15, (*Grifos meus*)).

Ignorando em certa medida as reais relações de forças, o coletivo busca identificar as potencialidades de um Estado com forças imperativas materiais para um movimento contraditório ao hegemônico. É neste sentido que o documento expressa a necessidade do Estado estruturar políticas que possam reduzir os danos causados – nas diversas dimensões da natureza e do social – pela prática da monocultura em grande escala.

É urgente aplicar o princípio da precaução, ratificado pelo governo brasileiro em relação aos produtos transgênicos, estabelecer a rotulagem obrigatória de todos os alimentos transgênicos, assegurando ao consumidor o direito à informação, e manter a moratória ao uso da tecnologia “terminator” (sementes estéreis). Além disso, é indispensável revisar a Lei de Biossegurança na direção de impedir a produção e comercialização de produtos e cultivos transgênicos, modificar a composição e funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para

expressar as diferentes visões existentes na sociedade e na comunidade acadêmica e ampliar a participação e o controle social.  
 [...] estruturar uma política para reduzir progressivamente o uso de agrotóxicos e banir imediatamente o uso daqueles que já foram proibidos em outros países e que apresentam graves riscos à saúde humana e ao ambiente, com o fim de subsídios fiscais. (BRASIL, 2011, p. 28).

Contrapondo a esses aspectos hegemonicamente implementados, estão as proposições que indicam a necessidade de se estabelecer uma política pública de produção agrícola composta por programas diversos que fortalecem a autonomia dos camponeses e a prevenção e conservação dos conhecimentos historicamente construídos e dos recursos genéticos locais, como por exemplo: sementes crioulas, bancos de sementes, plantas nativas, entre outros.

Considerado esse conjunto de necessidades históricas, imbricado a esse processo, está a questão da *biodiversidade* que também ganha centralidade. Expressão de um processo contraditório, o debate expresso nos documentos da III CNSAN, considera estratégico a promoção e implementação da *Agroecologia*, por um lado, e, por outro indica a necessidade do controle social, político e científico inerentes aos princípios e valores implícitos nas discussões de *biossegurança* e *transgenia*. O documento expressa que é necessário “intensificar o apoio à agricultura familiar e agroextrativismo com incorporação da Agroecologia nas políticas de desenvolvimento rural, bem como revisar a Lei de Biossegurança, especialmente, suspender a liberalização de produtos transgênicos” (CONSEA/RF, 2007, p. 13).

No processo de desenvolvimento esta condição tem que ser garantida e que possa oferecer mais oportunidades à agricultura familiar e aumentar a sua capacidade de diversificar a produção de alimentos, ao mesmo tempo em *que regule e coloque linhas limítrofes ao avanço das monoculturas e do controle científico e econômico pelas grandes corporações angariado pela biotecnologia*.<sup>464</sup>

### 3.3.10 Segurança Alimentar e Nutricional e ‘Soberania Alimentar’ e a relação com a biodiversidade, sustentabilidade e agroecologia

Em oposição aos aspectos anteriormente destacados, o grande conteúdo político-material a ser realizado, que são apontados nos Documentos Finais incorporam as estratégias para a construção dessa realização na totalidade concreta entre a biodiversidade, a

<sup>464</sup> À luz da análise desenvolvida no I Capítulo acerca destes aspectos, podemos evidenciar os grandes limites a serem enfrentados. E mesmo tendo sido eixo central nos debates, na realidade, pouco se avançou dada a relação de forças imbricadas nos processos de desenvolvimento e da elaboração e execução das políticas estruturantes.

sustentabilidade dos processos de produção, da agroecologia, da valorização do local e, sobretudo, da composição de uma relação orgânica entre homem e natureza.

Desse modo, indica-se a necessidade de *estruturar Sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos*. Faz-se presente no debate de maneira mais forte e explícita questões fundamentais para um novo sistema de produção e garantia da Alimentação Adequada e Saudável. Ganha centralidade nessa diretriz um conjunto de proposições que demarcam a base material (territórios e sistemas) para a Segurança Alimentar e Nutricional e, também os princípios fundantes para a Soberania Alimentar.

Assim, reitera-se a necessidade histórica de implementação da Reforma Agrária. Destaca o documento:

Realizar a reforma agrária ampla, imediata e irrestrita, enquanto uma política pública estratégica ao desenvolvimento econômico e social do País, dando prioridade ao assentamento das famílias em luta pela terra: acampadas, famílias atingidas por barragens, bem como trabalhadores sem terra, famílias brasileiras que estão sendo expulsas de terras estrangeiras nas regiões de fronteira, mulheres arrimos de família, jovens e famílias vivendo em áreas de risco, suprimindo de infraestrutura necessária as famílias assentadas. Realizar a regularização fundiária das terras dos povos indígenas, populações tradicionais, ribeirinhos e quilombolas. Regularizar e efetivar o cumprimento integral da norma constitucional que prevê a função social da propriedade nas dimensões ambiental, econômica, sócio cultural e da legalidade das relações de trabalho, [...]. (CONSEA/RF, 2007, p. 35).

Um conjunto de outras medidas também são pontuadas para garantir o processo de Reforma Agrária correspondente ao novo projeto de desenvolvimento e política alimentar. Desse modo, é perceptível que os anseios projetados, são sem dúvida pertinentes, porém, a implementação de todo esse processo só se realizaria se estiver no ‘horizonte’ e nos objetivos do Estado.

Ganha centralidade também um conjunto de propostas que visam garantir o acesso à água de qualidade como um direito humano básico. Compõem essa demanda propostas que visam tratar a questão de maneira multidimensional. É neste sentido que questões como, manejo sustentável, distribuição descentralizada da água, apoio a experiências da sociedade de pequenas obras de infraestrutura para captação de água – com qualidade e baixo custo, programa de Cisternas, preservação e recuperação de vegetação às margens das nascentes, “[...] aplicação de sanções e punições pela contaminação da água por agrotóxicos e resíduos químicos das indústrias e aviação agrícolas” (CONSEA/RF, 2007, p. 36) são abordados e condições para garantir o acesso e utilizar a água como meio de produção para pesca e aquicultura familiar.



Outra questão apontada como estratégica e necessária é a promoção da agroecologia. Para isto o documento indicou programas massivos de créditos – em especial para investimentos – subsídios e incentivos fiscais para facilitar os processos de transição e conversão agroecológica dos agricultores que utilizam o Pronaf. Desse modo, seria possível incentivar de maneira planejada esses processos de transição para a produção agroecológica. Considerando a intencionalidade implícita nas proposições anteriores, indicam também a reformulação do Pronaf em quesitos orientadores e desburocratização e direcionamento também para sistemas agroflorestais e para agrobiodiversidade<sup>465</sup>.

Para além da produção agroecológica, aborda-se a *necessidade de incentivar a comercialização direta em espaços públicos, visando potencializar as práticas alimentares mais saudáveis, bem como o consumo consciente, a educação ambiental, comércio justo e solidário e, desta forma, fortalecendo a economia solidária e os circuitos curtos*. A afirmação desses valores anteriormente destacados, poderiam se dar com a refutação e combate a práticas hegemônicas que incidem nas linhas limítrofes para a implementação da Agroecologia nas suas diferentes dimensões. É neste sentido que já na III CNSAN apontou-se a necessidade de implementação de um programa intensivo de redução no uso de agrotóxicos<sup>466</sup>.

A Promoção da Agrobiodiversidade é trazida pelos documentos como elemento estratégico na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. É indicado a necessidade de se “criar um programa nacional de conservação e manejo sustentável da agrobiodiversidade que contemple ações de conservação das sementes, em especial as crioulas, tradicionais, das raças locais de animais, do patrimônio florestal, faunístico e pesqueiro nos diversos biomas, [...]” (CONSEA/RF, 2007, p. 37 – 38).

Como vimos, o modo de produção hegemônico coloca em risco todas essas questões elementares para um desenvolvimento sustentável. Além dos aspectos levantados anteriormente, os documentos defendem a criação de condições para reprodução das Sementes Crioulas ou Tradicionais e que estas sejam consideradas patrimônio do povo e fontes de vida e não mercadorias controladas pela iniciativa empresarial. Defende o documento:

---

<sup>465</sup> Essa reformulação do Pronaf é necessária devido ao fato que, enquanto política, em sua forma e sistema de operação acaba por fortalecer formas de produção em pequena escala, mas organicamente vinculada aos interesses e à lógica hegemônica.

<sup>466</sup> Entende-se que aqui está o germe do PRONARA (Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos), aprovado em 2014.

Implementar programas que fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas ou tradicionais sob um enfoque agroecológico e que favoreçam a multiplicação de experiências como casas de sementes, bancos de sementes e outras desenvolvidas pelas organizações populares. Definir um marco jurídico específico sem exigência de enquadramento dessas variedades nos sistemas atuais de registro e sem seu patenteamento ou qualquer forma de propriedade intelectual, entendendo as sementes como bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não podem ser confundidas como mero insumo agrícola regulado por interesse de empresas privadas e o seu uso não pode ser fator limitante para o acesso ao financiamento, crédito e seguro agrícola, assegurando a sua reprodução e comercialização por meio das organizações sociais. (CONSEA/RF, 2007, p. 38).

A realização dos objetivos implícitos nas demandas anteriores, incidiram em mais algumas proposições correlacionadas. Foi demandado também a criação de um Programa Nacional de Mudas e Sementes e fortalecimento da Pesquisa e Assistência Técnica que visasse a transição agroecológica e o desenvolvimento dos sistemas ‘policultores’ sustentáveis. A implementação dessa política não deve ser unidimensional, mas, que leve em consideração a interação social entre instituições públicas oficiais e as organizações sociais de base popular, com destinação de recursos financeiros e gestão compartilhada tanto dos recursos quanto das estratégias políticas.

O tema da Biossegurança também compõe e motiva proposições ao discutir essas questões. Dentre vários aspectos motivadores, destaca-se a indicação da necessidade de se rever a Lei de Biossegurança, que a partir da peça legal possa impedir a produção e comercialização de produtos e cultivos modificados geneticamente. Entende-se que a continuidade e efetivação da lógica do agronegócio é ameaça à Soberania Alimentar dos povos, pois, “causam danos irreversíveis ao meio ambiente, prejudicam a saúde e inviabilizam a agricultura familiar por manter o controle das sementes nas mãos das grandes empresas” (CONSEA/RF, 2007, p. 38).

### 3.3.11 Controle dos Recursos Naturais: os Recursos Naturais como patrimônio natural da humanidade

O controle dos Recursos Naturais – pela Soberania dos Povos – é defendido em todas as Conferências. As razões são diversas. Dentre estas, destaca-se por um lado, que estes não devem ser vistos como mercadorias ou sujeitos à privatização. Por outro lado, faz-se a defesa de que as práticas produtivas e de conhecimento que não potencializam os recursos naturais como mercadoria, além da produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, garantem processos produtivos sustentáveis.

Por fim, compondo as propostas prioritárias é colocado a água como um bem natural fundamental para a realização da Soberania Alimentar. É perceptível através das manifestações propositivas, que a necessidade de manifestação da garantia dos povos ter acesso e controle da água com qualidade, e ser considerada como bem público é contradição objetiva do modelo de desenvolvimento que se implantou no Campo, que ameaça essa possibilidade. Destaca o documento que é preciso “*Tratar a água como elemento de Soberania Alimentar e aperfeiçoamento de legislações que regulamentem a sua utilização racional e que a reconheçam como Patrimônio Natural Cultural Tradicional e, além disso, como um bem público*” (CONSEA/DF, 2004, p. 16, (*Grifos meus*)).

Em outras propostas aparecem, [ou em alguns aspectos são reforçados], temas pertinentes para consolidar a Soberania Alimentar, como o caso do controle (político-social) dos recursos genéticos, sementes, etc., e contrária às políticas de incentivo aos transgênicos, visando a autonomia nacional na produção dos alimentos. Desdobra-se dessa demanda, a necessidade de democratização da informação e a veiculação pelos meios de comunicação das informações para esclarecimento e conhecimento público acerca dos transgênicos e das leis que os regem. E, como possibilidade de subsidiar estas demandas, inscrevem-se necessárias as pesquisas acerca dos transgênicos e seus impactos na saúde e no meio ambiente.

O Projeto de Lei de Biossegurança que tramitava na Câmara dos Deputados ganha apoio dos participantes da II CNSAN e a Lei de Biossegurança aprovada passa ser criticada nas demais Conferências – como vimos –, por se tornar instrumento para a inserção de interesses exógenos. Além disso, tendo em vista a garantir a Soberania Nacional é proclamada a defesa de redimensionamento de acordos internacionais. Destaca o documento:

Que os acordos internacionais não permitam o patenteamento de recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, bem como o uso de quaisquer outros instrumentos de propriedade intelectual que violem os direitos da sociedade brasileira sobre seus recursos genéticos e conhecimentos populares, sementes e plantas. (CONSEA/DF, 2004, p. 26).

Quanto ao controle dos “*Recursos Naturais*”, advoga o documento que seria estratégico “*Instituir e fortalecer programas de conservação, preservação e recuperação de recursos naturais necessários para a garantia da Segurança Alimentar dos povos [...], reconhecendo, demarcando, titulando e garantindo a posse da terra por meio da regularização fundiária*” (CONSEA/RF, 2007, p. 47).

Contudo, na materialidade social e política vemos que estes elementos não adentraram, ou não foram acolhidos, de maneira substancial pelo Estado. Embora se tenha algumas frágeis iniciativas de incentivo – mais no terreno da intencionalidade legal e da

política do que de fato em aplicação – para o desenvolvimento desses processos anteriormente destacados, não tem sido, na mesma medida, implementado ações que evitem ou coloquem linhas limítrofes para os processos de privatização, controle e destruição dos Recursos Naturais, etc., pelas grandes corporações.

### 3.3.12 Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável

Presente no debate em todas as Conferências, mas é a partir da III CNSAN o Direito Humano à Alimentação Adequada [e Saudável] passa a ocupar centralidade nos Documentos Finais, com destaque maior ainda na IV CNSAN<sup>467</sup>. Enquanto conceito é perceptível que este angaria uma condição ‘explicativa’, que expressa o entendimento de se construir projetos e condições objetivas – de Segurança Alimentar e Nutricional e de Soberania Alimentar – sem deixar de corresponder aos direitos sociais e humanos na imediaticidade [no emergencial].

Considerando que perpassado mais alguns anos e períodos políticos, e olhando para o passado e o conjunto de debates e para as propostas feitas nas Conferências anteriores, as mudanças mais radicais e necessárias ainda estavam por ocorrer. Embora alguns avanços no País possam ser percebidos, a realidade mundial expressa uma realidade preocupante. Destacam os participantes da Conferência:

Afirmamos que todos os sete bilhões de habitantes do planeta têm direito à Alimentação Adequada e Saudável todos os dias e a estarem protegidos contra a fome e outras formas de Insegurança Alimentar e Nutricional. A capacidade de acesso a essa alimentação é limitada ou nula para um bilhão de pessoas, três quartos dos quais vivendo no meio rural e com grande maioria de mulheres e negros(as). O modelo hegemônico de produzir, comercializar e consumir alimentos e os instrumentos de sua regulação não têm sido capazes de assegurar esse direito e devem ser transformados. Apesar do enorme aumento da capacidade de produzir alimentos no mundo, vivemos a inaceitável situação de não ter a fome erradicada da face da Terra, ao mesmo tempo em que arcamos com os impactos socioambientais e de saúde desse modelo hegemônico de produção e de consumo. (BRASIL, 2011, p. 26).

Um dos resultados em entendimento político da IV CNSAN, por exemplo, foi a manifestação da necessidade das profundas alterações nos processos e na ordem mundial que incide diretamente na regulação das condições de Segurança Alimentar e Nutricional. Dentre as alternativas presentes no documento para esse objetivo, está o fortalecimento das Nações Unidas e de espaços multilaterais, desde que os processos fossem compostos por ativa participação das organizações populares da Sociedade Civil. Além disso, expressam que todos

---

<sup>467</sup> Sobretudo devido à Emenda Constitucional nº 64/2010 que insere o Direito à Alimentação como Direito Social.

os países deveriam buscar as condições para terem suas políticas de maneira soberana e participativas para garantia da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e como matrizes de cooperação dos países em desenvolvimento e reforçando a função da FAO.

Em especial à experiência brasileira implementada, sobretudo a partir do ano de 2003, o coletivo destaca que reconhece e valoriza os avanços significativos conseguidos, que são atribuídos em boa medida à mobilização social pela Segurança Alimentar e Nutricional e pela Soberania Alimentar. Destacam a busca de *implementar as políticas a partir desses debates construídos que se materializaram em políticas intersetoriais e possibilitaram a milhões de pessoas o acesso ao alimento*. No entanto, o coletivo faz a defesa de “seguir aprofundando a democracia em nosso país e o processo de desenvolvimento com distribuição de renda, com participação e controle social, na elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas” (BRASIL, 2011, p. 26). Reconhecem que o caminho trilhado pelo Brasil é reivindicado em praças públicas pelo mundo, o que demonstra uma proposta pertinente para o início das transformações<sup>468</sup>.

A compreensão dos *avanços, ameaças e perspectivas para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar* apontou grandes macrodesafios compostas por um conjunto de outras proposições. A partir da análise da materialidade objetivam recolocar as demandas necessárias para *corrigir a base material e buscar as transformações objetivas nos aspectos econômicos, sociais, culturais e do Sistema Agroalimentar* visando a **constituição das novas bases correspondentes e necessárias à implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar**.

É neste sentido que aparece as demandas para que a Soberania Alimentar, o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional sejam consideradas como eixos estratégicos para o desenvolvimento social, e devem ocupar a centralidade das políticas públicas estruturantes. Nota-se que o entendimento presente nessas demandas, fazem dessas proposições ‘âncoras’ multidimensionais. Vemos, por exemplo a exigência de que:

[...]. As políticas públicas devem articular todo o sistema alimentar, desde a produção até o consumo, garantindo uma alimentação que atenda os princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação, prazer e sabor, às dimensões de gênero, raça e etnia, respeitando as especificidades culturais e regionais e as formas de produção ambientalmente sustentáveis, valorizando a agricultura orgânica e/ou

---

<sup>468</sup> “A trajetória de democracia participativa empreendida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), entre outros espaços de participação social, deu decisiva contribuição para materializar a decisão brasileira de enfrentar a crise alimentar com programas e ações que buscam a soberania e a segurança alimentar e nutricional em um contexto internacional adverso” (BRASIL, 2011, p. 26).

agroecológica, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados. (BRASIL, 2011, p. 33).

A inserção nas políticas, dos princípios do etnodesenvolvimento, é defendida no documento no intuito de corrigir e superar as iniquidades históricas sofridas por diversos segmentos da população e que são o primeiro passo para a implementação de condições para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar. É partindo desse entendimento que trazem indicativos e exigências para o respeito à autodeterminação desses povos, combate ao preconceito e racismo institucional, garantia de titulação de territórios, participação desses povos na elaboração das políticas, nos processos da formulação e execução de ações, valorização de suas técnicas e conhecimentos, – num primeiro momento –, acesso diferenciado aos recursos e políticas que visam a implementação da Segurança Alimentar e Nutricional, realização de pesquisas e inquéritos epidemiológicos nessas comunidades tradicionais, em vista a colher os elementos fundamentais para subsidiar a elaboração das políticas públicas diversas.

### 3.3.13 Sujeitos históricos-sociais ‘responsáveis’

Ao longo do debate fica claro que o campesinato – nas suas diversas expressões e frações – e demais povos do Campo representam, a partir de suas práticas de intervenção e relação com a natureza e nas formas de produção sustentáveis, que além de serem os primeiros beneficiários no processo, se constituem em sujeitos históricos sociais ‘responsáveis’ pela tarefa histórica de materialização dos princípios e diretrizes tanto da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar. É importante destacar que não é de maneira delegada, mas, pela própria expressão desenvolvida ao longo da história, ao conceberem e desenvolverem sistemas de produção que permite uma relação de interdependência com a natureza e não de dominação apenas, o que determina uma oposição ao Sistema Agroalimentar hegemônico.

Estes aspectos devem ter correspondência necessária nas políticas públicas. E, neste sentido vemos que os Documentos Finais registram esses elementos em diferentes momentos, e indicam para a necessidade de *ampliar e coordenar as ações voltadas para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. O conjunto de propostas visam corresponder ao entendimento construído ao longo das discussões referente aos povos e grupos específicos, tanto na perspectiva do

direito quanto na perspectiva do papel desses sujeitos sociais e suas contribuições na implementação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

De maneira resumida as proposições destacam: a pertinência de se ter “Estratégias diferenciadas nas Políticas” que possam corresponder e respeitar ao modo de vida e aos interesses desses distintos grupos para que possam fazer a gestão socioambiental de suas terras e territórios. Para isso, deve-se garantir o acesso ao território e aos recursos naturais, bem como cultivar o respeito à cultura de cada povo e à agrobiodiversidade. Além disso, os processos implementados sobre estes princípios teriam que ter a capacidade de incluir produtivamente esses sujeitos sociais com a promoção de “*Tecnologias Sustentáveis*” e adequadas que também potencializasse os conhecimentos e técnicas tradicionais.

A formulação das políticas, também deveriam objetivar a “*Reparação Histórica*” para esses povos, tendo em vista que a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional vivida por estes, é constituinte dos processos excludentes sofridos ao longo da história. Como instrumento de emancipação e reparação histórica, aponta-se que é necessário a realização de “Ações Educativas Permanentes” para esses povos, bem como a implantação de escolas públicas diferenciadas de acordo com a diversidade cultural<sup>469</sup>.

Outra dimensão a ser observada seria a “*Ética Ecológica*” vivenciada por esses povos, sendo, portanto, necessário a promoção de políticas públicas que buscassem conhecer, compreender, respeitar e aplicar os princípios e valores nesses processos cultivados. Somado a isso, a promoção de “Estudos e Pesquisas” acerca dos modos de organização e gastronomia desses povos seriam estratégicos para cultivar o “Patrimônio Cultural Alimentar”. As demais propostas – versam sobre: Produção e Comercialização, Direito Humano à Alimentação

---

<sup>469</sup> É importante destacar que os Documentos Finais das Conferências também apontam a necessidade de superação das desigualdades sociais que têm por base imperativos ligados a questões de gênero, etno-raciais e geracionais. Estes elementos aparecem porque, são a expressão também das preocupações e das vivências dos grupos sociais que compõem o público de base popular da discussão nas CNSAN. Na V CNSAN temos a discussão das *Desigualdades de gênero e implicações na produção e consumo da alimentação saudável*, que traz a questão da mulher para a centralidade do debate, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento de seu papel estratégico para a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Várias dimensões são abordadas, tais como, melhoria ao acesso às políticas públicas, territórios, aos recursos financeiros, bem como, a importância do conhecimento acerca da produção alimentar cultivado pelas mulheres. Vemos a defesa para “Reconhecer o papel estratégico das mulheres na luta pela garantia da Soberania Alimentar, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais, garantindo acesso a políticas públicas (documentação, crédito, financiamento, assistência técnica, comercialização, educação, saúde, geração de renda) em especial para os povos e comunidades tradicionais. Promover o protagonismo das mulheres no desenvolvimento sustentável com implementação de programas de qualificação profissional das mulheres em situação de vulnerabilidade social, no meio rural e urbano, possibilitando geração de trabalho e renda, oportunizando a aquisição de alimentação de qualidade; reconhecimento, valorização e remuneração do trabalho das mulheres no desenvolvimento rural sustentável, na produção e preparo de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, assegurando a presença das mulheres nos espaços de organização política, controle social e de decisão, tanto no nível governamental quanto na sociedade civil” (CONSEA, 2016, p. 47).

Adequada; Impacto de Projetos e implementação de programas de Segurança Alimentar e Nutricional para populações excluídas.

### 3.3.14 A relação entre Alimento, Saúde e Nutrição: questões centrais para o debate da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar

Considerando o conteúdo material e o arcabouço explicativo da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar, vemos que a Saúde e a Nutrição são fatores fundamentais e compõem a totalidade concreta da perspectiva desses temas imbricados. A materialidade social demonstra que esses dois aspectos são expressões inter-relacionadas e motivadas, tanto pela falta, quanto pela qualidade dos alimentos.

As contribuições de Josué de Castro já demonstraram esse entendimento, tendo em vista que as relações causais da fome, desnutrição, doença, etc., incidem na fisiologia humana. São questões que compõem a totalidade do problema, e, partindo desse pressuposto os aspectos da desnutrição, fome, doença, se tornam fatores-chave na relação entre alimento, saúde e nutrição e, por sua vez, nas discussões acerca da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar<sup>470</sup>. Essa relação tem sobressalto nas discussões desde a I CNSA, como vemos:

A desnutrição é o grande fator de risco de mortalidade de crianças por doenças infecciosas. Dados do Ministério da Saúde indicam que em crianças desnutridas o número de morte por sarampo aumenta em mais de 50 vezes. O baixo peso ao nascer é associado a até 75% das mortes nos dois primeiros meses de vida, principalmente, por complicações infecciosas. Já o desmame precoce aumenta em 14 vezes o risco de morte por diarreia, em 2,5 vezes por infecções respiratórias agudas e 1,2 vez por outros processos infecciosos. **O relatório conclui que a desnutrição, enfermidades parasitárias e outras doenças que atingem as crianças, que já foram erradicadas de Países desenvolvidos, mas ainda comuns no Brasil, podem ser evitadas com determinadas medidas, já que existem recursos técnicos e materiais disponíveis.** [...]. (CONSEA/DF, 1995, p. 9, (*Grifos meus*)).<sup>471</sup>

<sup>470</sup> As indicações da I CNSA apresentaram como ponto de partida, assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados. Ou seja, são prioridades: combater a desnutrição e reduzir a mortalidade materno-infantil; proteger a saúde e estado nutricional do grupo materno-infantil; fortalecer o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); ampliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar; proteger outros grupos específicos. Além disso, é preciso assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilo de vida saudáveis. (CONSEA/DF, 1995). Assim, os apontamentos concernentes a relação entre alimentação, saúde e nutrição. E deste modo, preocupa-se em apontar alternativas políticas para grupos e populações determinados. Partindo dos dados e indicadores demonstrados através do Mapa da Fome, coloca central importância nessas políticas direcionadas e corretivas das injustiças sociais. É notável, portanto, que o entendimento expresso no documento, não deixa de considerar que o êxito nas correções mais imediatas, não descartam o necessário processo de transformação e redimensionamento das questões estruturantes.

<sup>471</sup> Nota minha: O relatório apontou que nessa época a cada mil crianças nascidas mais de 60 morriam de doenças como malária, esquistossomose, dengue e cólera.



A discussão da Saúde sempre ocupou centralidade nos Documentos e debates nas CNSAN. A I CNSAN traz indicativos a partir da consideração de que a Saúde é mais do que ‘Sistema de Saúde. É a expressão da qualidade e das condições de vida das pessoas. Neste sentido, Saúde não pode ser transformada em mercadoria e deve ser garantida por políticas públicas. Quanto ao sentido desse aspecto em relação à alimentação, destaca o documento:

A miséria e a fome são fatores determinantes de inúmeros problemas de saúde. A alimentação é um direito elementar de todo ser humano, confundindo-se com o próprio direito à vida. **O atendimento ao direito à alimentação não pode depender tão somente do sentimento, condição e disposição de solidariedade de pessoas** e instituições da sociedade civil ou da sensibilidade-conveniência deste ou daquele governante. **Precisa ser assumido como um dever da coletividade e expressar-se nas ações governamentais.** A solidariedade deve transformar-se em princípio ético da sociedade e dos governos. [...]. (CONSEA/DF, 1995, p. 177, (*Grifos meus*)).

Pautam, portanto, atenção especial à forma com que o Sistema de Saúde existente no Brasil estava sendo implementado, tendo em vista que, de acordo com o documento, as políticas públicas historicamente, conduziram a “uma sociedade vulnerável à doença, mal assistida e desprotegida” (CONSEA/DF, 1995, p. 177). Reitera-se a necessidade de mudança paradigmática de uma assistência médica hospitalar para a preventiva, bem como, considera estratégico o Sistema Único de Saúde (SUS) descentralizado, com atenção para grupos sujeitos a riscos ou com necessidades diferenciadas<sup>472</sup>. Aponta-se a importância da universidade pública para esse setor, através da pesquisa e extensão, integração de hospitais universitários e formação popular em vista à saúde preventiva.

**Hoje a luta é implantar o Sistema Único de Saúde.** Esse objetivo deve integrar-se à ação da sociedade em sua luta por uma Política de Segurança Alimentar e expressar-se na política nacional, estadual e municipal de saúde; na prioridade aos programas de prevenção e nas novas formas de gestão e serviços de saúde com participação dos trabalhadores e da população e no incentivo à realização de consórcios entre os municípios (CONSEA/DF, 1995, 178, (*Grifos meus*)).

Algumas propostas indicam a necessidade do controle social tanto na efetivação das ações e políticas, quanto na exigência para que os governantes cumpram os requisitos prescritos na legislação, relacionado à obrigatoriedade e financiamento. Outro aspecto que ganha relevância nesse eixo é a relação mais específica entre alimentação, desnutrição, educação e saúde. Com base nesse entendimento é que saem as indicações acerca do Sistema

---

<sup>472</sup> Como por exemplo: populações rurais, povos indígenas, crianças, jovens, mulheres em todas as fases da vida e adultos de rua.

de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN<sup>473</sup>, e processos de trabalho comunitário e orientação às famílias para evitar a desnutrição, bem como ações de educação e saúde com ênfase para a orientação alimentar e nutricional<sup>474</sup>.

Assim, as pesquisas científicas acerca da alimentação natural e a divulgação desses estudos deveriam ser ações fundamentais. Considerando o Sistema Agroalimentar hegemônico, destaca o documento a necessidade de **‘criar programas de divulgação dos alimentos naturais, seu valor nutritivo e utilidade para a saúde e prevenção de doenças’**, e considerando isso, *‘incluir nos veículos de comunicação e nos currículos educacionais questões voltadas para o aproveitamento do valor nutritivo dos alimentos, de modo regionalizado’* (CONSEA/DF, 1995). Estes elementos deveriam se tornar ações estratégicas<sup>475</sup>.

Desse modo, na relação entre Alimentação e Nutrição, destaca-se que deveria ser incorporado em todas as políticas públicas tanto na área econômica quanto na área social, metas, princípios e objetivos inerentes à Segurança Alimentar e estado nutricional das pessoas. Assim, a promoção da Segurança Alimentar iniciaria em nível domiciliar, perpassando pelas estratégias de desenvolvimento – econômico-social – que visassem a superação da fome e da miséria, a instituição de uma produção agrícola sustentada e, portanto, a garantia da Segurança Alimentar.

Além desses aspectos, destacou ser central o estímulo e condições objetivas para a realização de ações educativas envolvendo a área da alimentação e nutrição em nível comunitário e outros espaços e setores da sociedade. Destaca o documento:

Os programas de alimentação e nutrição devem ser encaminhados no sentido de serem uma alternativa para garantir o direito constitucionalmente assegurado do cidadão de alimentar-se adequadamente, eliminando-se o caráter clientelista dos mesmos. Deverão ser adaptados a diversas realidades regionais e orientar-se segundo os princípios da descentralização, da parceria e do controle social. (CONSEA/DF, 1995, p. 199).

Desse modo, nas atribuições do Estado através das políticas de saúde – de prevenção e controle de doenças –, devem estar contempladas estratégias de promoção à saúde que levem em consideração a Alimentação e Nutrição, sobretudo, acerca das condições biológicas dos alimentos. A promoção da saúde é multidimensional e tem relação direta com a alimentação.

<sup>473</sup> Inclui-se “a vigilância do estado nutricional de escolares, indicadores de avaliação de programas e serviços de saúde e nutrição e a avaliação do estado nutricional de todos os membros da família” (CONSEA/DF, 1995, p. 180 – 181).

<sup>474</sup> A orientação alimentar e nutricional deveria estar pautada e assegurando o respeito aos padrões culturais e os hábitos alimentares regionais da população.

<sup>475</sup> “[...] revisão curricular em todos os níveis de formação, de modo a que abranjam conteúdos relativos à saúde e a educação nutricional, respeitando as características regionais” (CONSEA/DF, 1995, p. 182).

Perpassa por condições desde o aleitamento materno, orientação alimentar e nutricional para famílias e grupos específicos, acompanhamento do estado nutricional de crianças, gestantes, nutrizes, promoção de estudos e pesquisas sobre hábitos, práticas e culturas alimentares e valor nutricional dos alimentos, bem como a sua qualidade biológica e sanitária, entre outros aspectos. Desse modo, inscreve-se pertinente que:

A proteção do produtor e do consumidor aumentando a vigilância sanitária sobre a qualidade e a segurança dos alimentos em todas as fases de sua produção e comercialização efetivando a divulgação contínua de informações sobre a qualidade dos alimentos, composição, embalagem e rotulagem dos produtos. (CONSEA/DF, 1995, p. 200).

Para além destas questões, dada a materialidade social, o documento também indica estratégias de caráter mais emergencial que possam contribuir na recuperação nutricional, combate e controle das carências nutricionais específicas, promovendo o atendimento alimentar aos denutridos aos grupos biológicos e sociais de riscos. Desse modo, a implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é visto como relevante.

Esta preocupação se faz presente também na II CNSAN, onde destaca-se que a realização da Segurança Alimentar e Nutricional perpassa, sem sombra de dúvidas pela implementação de ações em saúde e nutrição. As discussões na Conferência organizam essa dimensão em três grandes aspectos que buscam redimensionar práticas e culturas que foram se constituindo ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção e do Sistema Agroalimentar hegemônico e que trouxe sérias consequências para as pessoas que incidem diretamente na saúde e na vida cotidiana.

O primeiro aspecto é composto pelo indicativo da necessidade de promoção de modos de vida e alimentação saudável e ações de vigilância. Para a realização dessa demanda um conjunto de propostas prioritárias são apresentadas, das quais destaca-se as mais abrangentes:

Fortalecer o Sisvan no setor de saúde em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição [...].  
Prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e as doenças associadas à alimentação e à nutrição em todas as etapas do ciclo de vida por meio de ações voltadas para a redução do baixo peso ao nascer, da desnutrição, das patologias infecciosas, das carências de micronutrientes, da obesidade, das doenças crônico-degenerativas, dos desvios alimentares e nutricionais, incluindo atenção a grupos de portadores de necessidades especiais e em situação de vulnerabilidade social, garantindo também a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis. (CONSEA/DF, 2004, p. 17).

Estes aspectos destacados como necessários dependem da racionalidade estatal e da sociedade desenvolverem ações de intervenção em saúde no sentido estrito, acesso aos

alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, bem como, formação para os profissionais que contenha em seu conteúdo os princípios fundantes da Segurança Alimentar e Nutricional.

Outro aspecto levantado nesse processo de contextualizar a materialidade que induzia a necessidade de se pensar a Segurança Alimentar e Nutricional foi a questão do *sobrepeso [excesso de peso] e a obesidade*. Demonstram os dados que houve significativo aumento no número de pessoas nessa situação e é um fenômeno que está presente nos diversos segmentos e classes sociais<sup>476</sup>. Na totalidade de reprodução do Sistema Agroalimentar e de abastecimento alimentar no País estão as ‘forças indutoras’ para a desestruturação de hábitos alimentares saudáveis e por outro lado para a constituição de hábitos que correspondem e dão respostas mais imediatas à lógica do sistema. Conforme destaca o documento da III CNSAN, este fenômeno, “Está associado a um maior consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares, à urbanização do País, à automatização de atividades do cotidiano, ao aumento da cobertura de transportes motorizados e à redução da prática de atividades físicas” (CONSEA/RF, 2007, p. 19).

Acrescenta-se a isso outros fatores que contribuem significativamente para o aumento da obesidade. Por exemplo: a maioria da população, por possuir baixo poder aquisitivo, – visando o menor custo e por não portarem informações dos riscos e limites nutricionais de vários alimentos –, acabam por acessar produtos industrializados [processados e ultra processados] que entram no mercado com baixo preço, porém, com baixíssima qualidade nutricional. Mais uma vez a perversidade sistêmica acaba por atingir de forma mais dura as classes sociais baixas, onde se nota, portanto, o rápido crescimento da obesidade entre as pessoas mais pobres<sup>477</sup>.

A conclusão é que deve ser *fortalecido as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde*. O debate traz um conjunto de proposições bastante amplas. Porém, em linhas gerais podemos observar que visam pautar a necessidade em fortalecer as ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição na atenção básica à saúde e efetivar a Articulação entre os Sistemas Públicos. A promoção a saúde através da Alimentação Adequada e Saudável só seria possível se levasse em questão a integração dessas ações que

---

<sup>476</sup> É a materialização do processo denominado por especialistas de ‘transição nutricional’. Ao discutirmos na sequência a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) esta categoria será lapidada.

<sup>477</sup> “A dupla carga de doenças (de um lado, problemas como baixo peso, doenças provocadas por carências e por infecções; de outro, sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis) se evidencia como um fenômeno recente em países em desenvolvimento. As populações pobres, ao contrário de estarem ‘protegidas’ da obesidade, sofrem maior risco de atingirem peso excessivo do que os mais ricos. Além disso, se tiverem sofrido de desnutrição na infância, apresentam risco ainda maior de desenvolver formas mais graves de doenças crônicas não transmissíveis (pressão alta, diabetes tipo II, doenças cardiovasculares, dislipidemias)” (CONSEA/RF, 2007, p. 20).

melhorasse as práticas preventivas, controle e tratamento das carências nutricionais e doenças diversas. É por essa razão, que além dos profissionais de saúde, pauta-se a presença de nutricionistas nessas equipes.

De acordo com o documento, “A promoção de uma alimentação saudável engloba um escopo amplo de ações que contemplam a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a gestação, o aleitamento materno [...], respeitando os hábitos alimentares culturais regionais [...]” (CONSEA/RF, 2007, p. 49).

Um dos pilares importantes nessa diretriz é composto pelas demandas que visam o fortalecimento da Política Nacional e Nutrição no SUS – “Alimentação e Nutrição no SUS”<sup>478</sup> – nas três esferas de governo e que pudesse materializar ações de alimentação e nutrição – especializadas – para todos os ciclos de vida e correspondente aos objetivos de prevenir e melhorar as condições humanas frente a diferentes doenças. Ganham destaque por exemplo, algumas sugestões que buscam demarcar a necessidade de:

Incorporação de ações de educação alimentar e nutricional nos programas de educação alimentar e nutricional nos programas de prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, obesidade, dislipidemias, osteoporose e alguns tipos de câncer) e doenças genéticas (anemia falciforme, doença celíaca, fenilcetonúria, galactosemia, intolerância à lactose e outras). (CONSEA/RF, 2007, p. 50).

Além desses aspectos, ter as condições para o monitoramento – por meio do Sisvan –, atenção especial aos grupos específicos e em Insegurança Alimentar e Nutricional, estímulo ao consumo de alimentos de produção agroecológica, ações intersetoriais articulando políticas de educação, abastecimento alimentar, transferência de renda, acesso à terra e ao trabalho, assistência social, economia solidária, aquicultura, agricultura familiar.

Considerando que as ações devem levar em consideração as diferentes fases da vida, o documento também pautou a ampliação da licença-maternidade, destacando a necessidade de “Ampliar a licença-maternidade para seis meses a todas as mulheres, inclusive as que trabalham no setor público, nas três esferas de governo, tendo em vista os benefícios para o aleitamento materno exclusivo e para o fortalecimento do vínculo mãe e filho” (CONSEA/RF, 2007, p. 50).

Durante a IV CNSAN, a pauta principal neste eixo é o *fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de Segurança Alimentar e Nutricional*. As proposições buscam reforçar o lugar

---

<sup>478</sup> Essa proposta principal contém um conjunto de outras 17 propostas. Para este texto traremos apenas alguns destaques mais gerais.

estratégico dos programas, ações e políticas públicas de saúde, bem como ações de promoção da Alimentação Adequada e Saudável. É neste sentido que se pauta, nessa relação da “Alimentação, Nutrição e SUS”: o fortalecimento da implementação da *Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)* com financiamento para diversas ações, como promoção do aleitamento materno, atenção alimentar aos grupos específicos em vulnerabilidade e Insegurança Alimentar e Nutricional, acompanhamento das doenças e suas relações com a alimentação, vigilância alimentar e nutricional com ações que efetivem a intersetorialidade que o tema requer. Outro aspecto importante que se torna demanda é a questão da “Regulação e Sanidade dos Alimentos”<sup>479</sup>. (BRASIL, 2011).

Alguns avanços foram evidenciados nesse período, porém, não suficiente para afastar da preocupação central dos participantes da V CNSAN que apontam que a *atenção à Saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional*, demanda em linhas gerais, um conjunto de políticas que potencializem processos formativos em diferentes setores e para diferentes sujeitos sociais – qualidade dos alimentos e riscos para saúde causados por alimentos – somadas às intervenções inerentes às políticas de saúde. Na legislação aparece a necessidade de regulamentação de rotulagem, propaganda, procedimentos produtivos e de vigilância, entre outros aspectos. Dentre várias proposições, destacamos, a necessidade de:

Promover um novo modelo agroalimentar que prime pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que garanta autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno, a preservação de sementes crioulas, da sociobiodiversidade, solo e água, como forma de reduzir as doenças crônicas que abalam a sociedade. Garantir profissionais capacitados para promoção e avaliação das ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), no Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (Suas), por meio da incorporação de nutricionista na equipe Estratégia de Saúde da Família e atenção básica, promovendo modos de vida saudáveis, com ampliação e capacitação das equipes multiprofissionais de atenção básica à saúde, Programa de Agentes Comunitários de Saúde das equipes do Centro de Referência em Assistência Social. (CONSEA, 2016, p. 54).

É perceptível que o descompasso entre os valores proclamados e os valores efetivamente realizados é grande e notório. Sobretudo porque, assim como em outras questões, dado o imbricamento material entre alimento, nutrição e saúde, as linhas fundamentais que ganham força no interior do Sistema Agroalimentar, andam efetivamente na contramão das proposições. Apenas como ilustração, poderemos considerar uma questão pertinente de como é no terreno prático fazer política de saúde com o aumento sistemático da aplicação de agrotóxicos e utilização de Organismos Geneticamente Modificados nas culturas

<sup>479</sup> Com vigilância sanitária, implementação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), fiscalização no uso de aditivos alimentares, OGMs, rotulagem obrigatória e regulação do marketing, propagandas, etc.

alimentares? Ou, como pensar condições resolutivas para a desnutrição, sobrepeso e obesidade, com o avanço cada vez maior dos alimentos industrializados que cada vez mais se fazem presentes nas mesas dos consumidores?

### 3.3.15 Comida de Verdade no Campo e na Cidade

O acúmulo do debate foi demandando a necessidade de uma definição mais clara acerca do entendimento de que alimentação se fala quando se discute os conceitos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. É, neste sentido que essa definição de “Comida de Verdade” expressa, que para além de se ter as condições do conjunto de mediações desde a produção ao consumo, também que isso possa fazer parte do entendimento geral na/da sociedade<sup>480</sup>. Ainda acerca desse aspecto o Documento Final da V CNSAN aponta:

**Comida de Verdade garante a Soberania Alimentar;** protege o patrimônio natural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de Verdade não está sujeita aos interesses de mercado. (CONSEA, 2016, p. 28, (*Grifos meus*)).

Assim como destacava Josué de Castro que a fome não é apenas consequência de fenômenos naturais – um fenômeno natural –, mas, essencialmente consequência dos atos políticos, ou seja, é uma praga social criada pelo próprio homem, o ato de comer também extrapola a necessidade biológica e se inscreve como um ato político e cultural relevante no processo de hominização.

**Comer é um ato político.** Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. **Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove a alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos.**

A alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e carrega em sua história a dor e o sofrimento dos povos originários e africanos escravizados, que se perpetuaram nas restrições de acesso à terra e aos modos de produção. (CONSEA, 2016, p. 28, (*Grifos negrito e itálico meus*)).

<sup>480</sup> Destaca-se que esse conceito é explicitado com mais veemência apenas na V CNSAN. Contudo, a sua ‘carga’ semântica vai se constituindo no interior dos debates anteriores. É, perceptível, no entanto que esse conceito expressa a síntese de um conjunto de dimensões que vão sendo lapidadas e trabalhadas quando se busca a totalidade concreta dos temas imbricados. Por essa, razão que entendemos ser um grande eixo (em sua capacidade de síntese e explicativa) que perpassa a perspectiva, tanto da Segurança Alimentar e Nutricional construída aqui no Brasil, quanto da Soberania Alimentar. Vários elementos acerca disso, terão complementaridade na Carta Política da V CNSAN, que veremos posteriormente no Apêndice A.

Os debates são colocados também como um chamamento ao poder político – O Estado como Fator Material (indutor e regulador) – e à Sociedade Civil à revitalização da “Comida de Verdade”. Embora tenha-se vivenciado nas últimas décadas avanços no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional com o despertar da sociedade<sup>481</sup> e do governo sobre a qualidade da alimentação, ainda se faz necessário avançar muito nas condições de garantia da Comida de Verdade.

Em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, na qual o Direito Humano à Alimentação Adequada foi consagrado. [...] gerou grande impacto, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, da priorização das populações mais vulneráveis e do reconhecimento da diversidade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007), com a promoção da visibilidade da matriz produtora de alimentos na diversidade cultural e alimentar. Além disso, houve fortalecimento do controle social; redução da mortalidade infantil, que estava vinculada a altos índices de desnutrição; estímulo ao consumo de alimento *in natura* e a redução no consumo de produtos alimentícios ultra processados. [...]. (CONSEA, 2016, p. 29).

A saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014 foi uma das grandes conquistas e expressão – mesmo, não contemplando *com radicalidade todas as dimensões* que foram compondo o entendimento acerca da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar – dos intensos debates, resultado de uma Sociedade Civil mobilizada, e que foram determinantes na construção das políticas públicas e da criação e fortalecimento de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>482</sup>. Porém, ainda existem pontos para superação<sup>483</sup>.

É importante destacar que os resultados conquistados são devido ao esforço de uma *parcela da população* que coloca em suas lutas a necessidade de pensar a alimentação que qualifique a vida de todos. É neste sentido que vemos que há ainda a necessidade de abranger toda a sociedade – parte da sociedade brasileira que tem condições de acesso ao alimento, por razões de hábito e aceitação de novos valores – dado à hegemonia do modelo impor hábitos e alimentos industrializados, – acabam por afastar essas pessoas de uma alimentação adequada e de debater e saber o que se entende por “Comida de Verdade”. **De acordo com os**

<sup>481</sup> Como destaca o Manifesto (2016, p. 28), “fundamentalmente com a participação dos povos e comunidades tradicionais, organizações e Movimentos Sociais em sua construção e implementação orientadas pelo respeito à sociobiodiversidade”.

<sup>482</sup> Cita: PAA; PNAE; PRONAF; Projeto 1 milhão de Cisternas (P1MC e P1+2 Uma Terra e Duas Águas); e Promoção da Agricultura Agroecológica.

<sup>483</sup> De acordo com o Manifesto (CONSEA, 2016, p. 29) “Apesar das lutas e conquistas, ainda persistem elevada concentração fundiária, crescimento da monocultura, liberação de transgênicos e incentivo ao uso de agrotóxicos. Enfrentamos uma grande crise hídrica, bem como a expansão do consumo de produtos alimentícios ultra processados nas dinâmicas alimentares da população brasileira”.



**participantes da V CNSAN, para comer uma “Comida de Verdade”, todos devem conhecer a ‘Verdade sobre a Comida’!**

Conclamamos toda a população brasileira a tomar **conhecimento sobre Comida de Verdade e Direito humano à Alimentação Adequada!** E a envolver as instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil, escolas públicas e privadas como parceiros na orientação para uma produção, comercialização e consumo de uma alimentação adequada e saudável, participando e exercendo controle, cobrança e fiscalização social sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. **Inspirados por uma ética alimentar, reafirmamos o valor da diversidade alimentar e cultural do país.** (CONSEA, 2016, p. 29, (*Grifos meus*)).

Considerando a ‘intersectorialidade’ e a ‘multidimensionalidade’ necessárias para a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, o coletivo defende:

Que as três esferas de governo garantam políticas públicas de acesso à terra, à água potável, ao saneamento ambiental urbano e rural, às sementes crioulas e assistência técnica de qualidade e à regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como dos assentamentos e territórios de identidade de cidadania; que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais para a produção, o consumo e a comercialização socialmente justa e sustentável de alimentos livres de agrotóxicos e aditivos químicos e transgênicos. Além disso, é necessário que sejam fortalecidas e ampliadas as ações de promoção e proteção da saúde, especialmente a regulamentação da publicidade de alimentos, a rotulagem e o acesso à informação para as pessoas com deficiência e necessidades alimentares especiais. (CONSEA, 2016, p. 29).

A definição de “Comida de Verdade” amplia e deixa mais claro que há a necessidade de revitalizar, recuperar, reconstruir, não só as condições objetivas e políticas para a produção de um alimento de qualidade, mas também, – conforme destaca Josué de Castro (2008) – *as condições que ao revalorizar fisiologicamente o homem, potencializa o ressurgimento de uma nova civilização*. Demarca também o “Lugar”, os “Sujeitos Sociais”, os “Fatores determinantes”, a “Cultura” para que a Comida de Verdade possa ser garantida e referenciada socialmente.

### 3.3.16 Intersectorialidade

A realização dos objetivos previstos nos debates das Conferências e, fundamentalmente, o direcionamento desse processo de desenvolvimento anteriormente pautado, serão possíveis se a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) seja implementada levando em consideração o conjunto de diretrizes

integradoras<sup>484</sup> que devem incidir nas ações governamentais em seus diferentes setores e da Sociedade Civil. Percebe-se, portanto, a reiteração da intersectorialidade como aspecto fundamental para a implementação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar.

Dado ao pouco tempo em que a pauta do combate à fome e as pautas de Segurança Alimentar e Nutricional, tiveram maior espaço na racionalidade estatal e nas políticas públicas, e com isso, não houve a superação desses quadros, mas apenas pequenos avanços, as deliberações das Conferências são constituintes de dois aspectos fundamentais: 1- desenvolver ações e programas prioritários, mas com o indicativo do início imediato e concomitante com, 2- a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Estes últimos, mesmo inscritos sob a égide da urgência, devem contemplar estratégias de curto, médio e longo prazo.

É neste sentido, que os debates buscam também reconhecer os avanços adquiridos nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Sobretudo a partir da II CNSAN em 2004, houve a “incorporação política da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada na agenda pública do Brasil<sup>485</sup>, [...]” (CONSEA/RF, 2007, p. 13). Mesmo sendo considerado um curto período, os documentos chamam a atenção para a melhora nos indicadores sociais e humanos, demonstração de que houve a redução da pobreza, da fome e da desnutrição, e melhorado [com muitos limites ainda] o acesso à alimentação, com destaque para a importância das políticas sociais de transferência de renda e proteção social, recuperação de emprego e aumento no valor real do salário mínimo, implementadas no país correspondendo em boa medida às demandas levantadas nas CNSAN. Também de acordo com o documento da III CNSAN, por exemplo, vemos:

No campo da produção, ações importantes de apoio à agricultura familiar, Agroextrativismo e pesca foram implementados, com destaque para a expansão do PRONAF e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Igualmente importante tem sido a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como a retomada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (CONSEA/RF, 2007, p. 13).

---

<sup>484</sup> Ver as referidas seis diretrizes integradoras no Capítulo I, item: Segurança Alimentar no Brasil: entre a carga semântica, o debate (político) e as políticas públicas.

<sup>485</sup> Entre diversos aspectos a Declaração destaca – a partir de 2003 – a recriação e consolidação dos CONSEAs e a realização das Conferências Nacionais, bem como, a “progressiva apropriação das diferentes dimensões de soberania e segurança alimentar e nutricional pelas redes, articulações, fóruns e movimentos sociais” (CONSEA/RF, 2007, p. 13).

O referido documento destaca que com a incorporação do ‘enfoque’ da Segurança Alimentar e Nutricional, além de fortalecer a participação social, contribuiu significativamente para ressignificar os processos de gestão de políticas, tendo em vista que potencializou a integração entre ações e programas na direção da *intersetorialidade*. Cada vez mais este aspecto vai ganhando força no conjunto de proposições e das políticas, tendo em vista que as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, já em sua natureza devessem ser multidimensionais, e que estes princípios devem estar presentes, desde a concepção até a implementação, e que os gestores tenham a compreensão desses aspectos<sup>486</sup>.

Desse modo, a Declaração Final também aponta as principais prioridades a serem objetivadas bem como os processos e caminhos a serem percorridos para a implementação dessa intencionalidade. Considerado o ponto de partida das discussões e o horizonte a conquistar ganham centralidade: a necessidade de construção de processos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico que contemplasse a Segurança Alimentar e Nutricional, a progressiva realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar (CONSEA/RF, 2007), tendo como instrumentos fundamentais a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Nota o documento, que os anseios propostos se inscrevem e são correspondentes à implementação de *políticas públicas que pudessem expressar novos valores sociais, democráticos, éticos e de direitos humanos geradores de outras dinâmicas e mediações que no processo de maturação das intervenções – tanto da Sociedade Civil, como do Estado – constituíssem práticas ‘contra-hegemônicas’*. Desse modo, considerando a natureza do documento e o que ele visou representar, foram elencadas um conjunto de propostas principais que se assentaram nos grandes temas e pilares que o entendimento acerca da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional foi contemplando, e são as matrizes fundantes para a concepção e capacidade explicativa desses conceitos imbricados.

Vemos então a reiterada indicação de que as políticas econômicas e sociais devem subordinar o crescimento econômico às prioridades sociais e de sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que se mantenha e melhore as condições para que a população possa ter acesso à alimentação. Neste sentido, indica-se também que o papel do Estado deve ser

---

<sup>486</sup> A questão da intersetorialidade é condição obrigatória, dado que os objetos são multidimensionais, para a implementação das políticas emergentes de Segurança Alimentar e Nutricional e [da Soberania Alimentar]. Primeiro porque essa multidimensionalidade exige ações articuladas induzidas por políticas públicas também articuladas. E, segundo, porque há a identificação de que as grandes linhas limítrofes para se pensar e implementar políticas dessa natureza, estão também na ‘forma’ setorial, fragmentada, hierarquizada da racionalidade estatal e de suas funções imperativas materiais.

redimensionado. Aponta-se a necessidade de fortalecimento do Estado em sua capacidade de regulação, distribuição de riqueza e promotor de direitos, bem como ser instrumento para a preservação do ambiente e de promover a *integração soberana entre os povos*. Além disso, de uma nova organização funcional que potencialize o exercício multidimensional e intersetorial nas políticas públicas.

Nota-se, que enquanto valores proclamados, se evidenciam no ‘terreno da projeção’, princípios balizadores da Soberania Alimentar que entende ser o Estado uma força motriz de transformação e garantia de direitos. Porém, essa perspectiva bastante avançada, deve compor tanto a prática material, quanto o horizonte das lutas sociais e dos debates.

A integração de programas e ações inerentes à Segurança Alimentar e Nutricional é considerada como prioritária incluindo nesse processo as dinâmicas de desenvolvimento territorial, reforçando, portanto, a pertinência do local nas diferentes dimensões que compõem os diversos processos para a garantia<sup>487</sup> do Direito Humano à Alimentação Adequada para todos, tendo uma atenção especial para os segmentos mais vulneráveis, reconhecendo as exigências da diversidade desses segmentos. Outro aspecto indicado é a necessidade do prosseguimento e ampliação das condições de promoção do direito à renda<sup>488</sup> aos segmentos em condições socioeconômicas mais vulneráveis.

Cada vez mais, no conjunto das discussões algumas questões vão se tornando imprescindíveis para se pensar as condições objetivas – *na base material quanto na política pública* – para a implementação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o propalado desenvolvimento econômico-social sustentável.

Em relação à *intersetorialidade* vemos que há o entendimento que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e demais políticas afetas, por ‘natureza’, devem pautar-se na *intersetorialidade e na transversalidade*. Ou elas serão assim, ou não serão! Desse modo, as grandes dimensões que compõem os temas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, devem ser o ponto de partida para as ações (políticas), projetos, programas e planos que as promovam, nos diferentes territórios, níveis estatais e nos diferentes setores da racionalidade estatal e da sociedade. Além disso, há a necessidade de articulação dos diferentes instrumentos, tecnologias e processos de “planejamento” integrado [em vista à *planificação*], ação orçamentária, processos formativos (de maneira continuada) para os diversos setores e segmentos do Estado e da Sociedade Civil,

---

<sup>487</sup> Indica a necessidade de incorporar princípios, mecanismos e condições objetivas de exigibilidade perante o poder estatal do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

<sup>488</sup> Articulando programas de transferência de renda e geração de oportunidades produtivas e de acesso aos bens materiais, para os beneficiários.

pelos quais os processos de mediações perpassam na implementação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Garantir a articulação dentro dos territórios entre os diversos equipamentos públicos, políticas públicas, sistemas e programas governamentais e não-governamentais nas três esferas de governos com o objetivo de fortalecer a intersectorialidade do PNSAN, articulando com os conselhos de direitos para o exercício do controle social e para a formação de redes a fim de viabilizar a transformação do modelo hegemônico atual de produção, comercialização e consumo de alimentos e seus respectivos instrumentos de regulação para a construção de uma rede de SAN, incorporando os princípios agroecológicos, da sociobiodiversidade, da estratégia de economia solidária com participação da Sociedade Civil, com objetivo de contribuir para a superação dos desafios políticos e organizacionais no SISAN.

Formação permanente para lideranças públicas e privadas e organizações da sociedade civil e do poder público das três esferas governamentais, respeitando as culturas tradicionais e hábitos alimentares, com o objetivo de disseminar informação e compreensão: [...]. (CONSEA, 2016, p. 69).

Em linhas gerais os debates expressos nos documentos, destacam que a experiência brasileira demonstra que a visão e implementação setorializada e fragmentada das políticas públicas inscrevem-se ineficientes, tendo em vista que, institui práticas e ações dispersas que levam a resultados que se distanciam dos princípios, diretrizes e objetivos que buscou-se atingir.

De posse desse entendimento e percepção, é que a questão da *intersectorialidade* (como, organicidade, mecanismo, composição, da gestão e do poder), de maneira implícita e explícita, compõem um dos grandes eixos para a materialização da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar. A concepção, constituição e execução das políticas públicas deve levar em consideração a integração e a interação das diferentes repartições, órgãos e instituições, setores da sociedade, para a materialização do compromisso comum e da garantia dos direitos políticos e sociais.

É importante destacar, que a concepção de *intersectorialidade* que se constitui nos debates, pressupõe a participação e controle social como requisitos essenciais da legitimidade das ações, programas e políticas públicas. Se impõe, portanto, dada a exigência da natureza e concretude [na totalidade] dos objetos em questão, e das condições objetivas operacionais nas práticas administrativas e nas relações de forças.

### 3.3.17 Política Internacional

Considerando que o objetivo é pontuar alternativas que podem viabilizar a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, as negociações internacionais ganham

centralidade no debate e nas proposições das Conferências, fundamentalmente porque é a partir da natureza dessas negociações que se pode garantir as condições favoráveis ou os grandes limites para a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O debate indica que é necessário adotar medidas para preservar a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional frente à lógica de exportação dos produtos da agricultura brasileira. Ou seja, a política agrícola de exportação, sendo uma opção base para o desenvolvimento, deve ser concretizada sem causar danos e prejuízos à produção de alimentos para o consumo interno, “com as negociações internacionais refletindo e potencializando as políticas nacionais de desenvolvimento, conforme as prioridades estabelecidas na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, e garantindo a proteção dos biomas” (CONSEA/RF, 2007, p. 25).

Alerta-se também para que essas negociações internacionais valorizem a diversidade da produção nacional – não ficando dependente em sua grande parte, da política de *commodities* – e, mesmo que haja abertura para o mercado, setores sensíveis como a agricultura familiar, o agroextrativismo, a aquicultura e a pesca artesanal não sofram processos que levem ainda mais à sua desestruturação. Embasado nesses elementos, é que há o indicativo de que as negociações devem priorizar o comércio justo e solidário.

O documento da III CNSAN, por exemplo, aponta os graves riscos e ameaças à garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, presentes na ‘natureza’ das políticas hegemônicas de reprodução dos interesses do capital. Destaca o documento:

Especial atenção deve ser conferida por todas as instâncias governamentais, com participação e controle social, à expansão das monoculturas (como a cana-de-açúcar e os eucaliptos) e os OGMs (transgênicos), em relação aos seus impactos sócio-ambientais, na saúde do trabalhador e na segurança alimentar e nutricional do país. (CONSEA/RF, 2007, p. 25).

Considerando esses aspectos a defesa mais geral é de *promover a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito internacional* que demarca um conjunto de elementos e proposições pertinentes acerca dos processos imbricados e da especificidade dos conceitos. Como já mencionado algumas vezes no decorrer do processo de discussão, o Conceito de Soberania Alimentar vai ganhando espaço nos documentos e propostas e, diferentemente das Conferências anteriores, a partir da III CNSAN, uma ênfase maior é dada para a Soberania Alimentar, sobretudo como princípio para a atuação do governo brasileiro em sua atuação internacional. Destaca o documento:

Pautar a atuação internacional do governo brasileiro pela defesa do princípio da Soberania Alimentar, que reconhece o direito de cada país definir suas próprias

políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o DHAA para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos, **de modo que o exercício da Soberania Alimentar não comprometa ou coloque em risco a Segurança Alimentar e Nutricional de outros países, garantindo que os acordos e/ou tratados internacionais não interfiram na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.** (CONSEA/RF, 2007, p. 53 (*Grifos meus*)).

Nas proposições em que se destaca os “Alimentos e Modos Sustentáveis de Produção” vemos a preocupação de rejeitar a condição do alimento como simples mercadoria e este entendimento deve ser balizador para a tomada de posição do Brasil (ou grupo de países) nas negociações comerciais. Quanto ao aspecto do “Abastecimento Alimentar”, nas trocas comerciais internacionais, que estas possam contribuir no abastecimento alimentar doméstico, todavia subordinadas aos interesses e estratégias políticas de desenvolvimento nacionais.

Para tanto, os documentos propõem um conjunto de “Diretrizes de Negociação Comercial” em que se demanda a participação da Sociedade Civil organizada nesses processos de negociação comercial. Para a objetivação disso destaca a necessidade do acesso a dados e informações acerca dos impactos para o conjunto da população, dessas negociações comerciais, como condição fundamental e qualificada para a análise e tomada de posição frente ao direcionamento político para essas negociações. O conjunto de nove diretrizes de negociação internacional, perpassam por indicações acerca de: suspensão dos subsídios à exportação que afetam negativamente a renda e produção dos pequenos agricultores nos países em desenvolvimento; níveis adequados de proteção tarifária para produtos de Segurança Alimentar – Mercosul – e adequação da Tarifa Externa Comum do bloco; revisão das diferenças de tarifas cobradas entre produtos processados e matérias-primas; ampliação de mercados com agregação de valor à produção nacional em suas potencialidades sustentáveis da diversidade – ambiental – brasileira; findar as barreiras não comerciais e financiamentos públicos às grandes corporações multinacionais e empresas nacionais que desenvolvem monoculturas não alimentares; garantir a proteção de culturas alimentares brasileiras, fundamentalmente as *in natura* e desenvolver políticas contrárias às patentes e outras formas de apropriação por estrangeiros dos conhecimentos e patrimônios naturais tradicionais; criação de sistema de monitoramento em vista identificar empresas que empregam trabalho infantil, precário e escravo e destruição ambiental; proteção – salvaguarda em lista – de produtos especiais oriundos da agricultura familiar e segmentos em risco. (CONSEA/RF, 2007).

Reitera-se também, o aprofundamento das “Relações Comerciais e Cooperação Sul-Sul” pelos países em desenvolvimento<sup>489</sup> considerando efetivamente as prerrogativas e princípios de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na formulação e implementação das políticas inerentes, com participação social. Neste sentido, a “Cooperação Internacional” pode:

Desenvolver, ampliar e aperfeiçoar mecanismos de cooperação internacional que promovam a Segurança Alimentar e Nutricional e produção local de alimentos nos países beneficiários e que os produtos a serem distribuídos não sejam transgênicos e provenham da agricultura familiar e de cooperativas de produção familiar dos países em desenvolvimento. (CONSEA/RF, 2007, p. 54).

Considerando a política internacional o documento também destaca a necessidade de participação do país na definição das normas que compõem o “*Codex Alimentarius* (Código Alimentar)”, tendo em vista:

[...] a incorporação das recomendações da estratégia global de nutrição, atividade física e saúde, tais como as ações de rotulagem e publicidade, especialmente bebidas alcoólicas, e redução da ingestão energética procedente das gorduras e açúcares simples, a limitação do consumo de sal, o equilíbrio entre as gorduras saturadas e gorduras insaturadas, a redução do consumo de gorduras trans e aumento do consumo de frutas e hortaliças, submetidas ao maior controle sobre resíduos de agrotóxicos. (CONSEA/RF, 2007, p. 54).

A questão dos “Biocombustíveis” também aparece como problema e o documento aponta para a necessidade de se pensar alternativas para a Questão Agrária no Brasil e no mundo. De acordo com o entendimento publicado em propostas, vemos que é pertinente:

Garantir que os acordos bilaterais, visando o aumento da produção de biocombustíveis para o abastecimento do mercado internacional, não interfiram na quantidade de alimentos produzidos internamente, tendo em vista que o aumento da produção do biocombustível poderá se ampliar nas áreas utilizadas/utilizáveis para a produção de alimentos, assim como em áreas de pastagens. (CONSEA/RF, 2007, p. 55).

O sistema de “Patentes” também é mencionado pelo coletivo e as proposições defendem que no âmbito internacional sejam excluídas as normas que permitem os processos de patenteamento, e por consequência a apropriação e privatização dos elementos naturais presentes na fauna e na flora, por empresas onde os interesses econômicos e de lucros entre em conflito com o direito ao controle dos bens naturais pelos povos.

As demais propostas que compõem esse grande eixo reafirmam necessidades já presentes de maneira explícita ou implícita em proposições mencionadas anteriormente, como por exemplo: Plano Plurianual e propostas para o PPA, ou seja, intervenção contribuição nos

---

<sup>489</sup> Destaca-se nos fóruns multilaterais de negociações a exemplo do Grupo de Países em Desenvolvimento criado em 2003 (G-20), bem como no Mercosul criar fontes de financiamento comuns.



processos de elaboração das diretrizes e leis orçamentárias com definição de ações estratégicas e programas, etc., para o fortalecimento de políticas internas soberanas.

Outro aspecto já presente nas Conferências anteriores reafirmado, por exemplo, na IV CNSAN em sua Declaração Política, refere-se à política externa e aos acordos comerciais internacionais. Segundo o documento, “A política externa deve defender e respeitar os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar nas relações internacionais, conforme o Art. 4º da Constituição” (BRASIL, 2011, p. 29).

Desse modo, inscreve-se como condição ao Brasil [e outros países, também], o *apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346/2006*. A partir desse entendimento são desenvolvidas as discussões e elaboradas as proposições que envolvem os três conceitos fundamentais discutidos na IV CNSAN, e que no entendimento do coletivo devem pautar as discussões, acordos e negociações político-econômicas, incentivando a função ativa do Estado e governo brasileiro, dado à sua liderança política no cenário mundial [fundamentalmente no combate à fome e à miséria].

Neste sentido, as proposições estão na direção de cobrar que o governo brasileiro pudesse coordenar discussões e ações nas grandes questões que preocupam a humanidade e que essas questões fossem base para as negociações internacionais. Por isso as proposições – com destaques principais em nota de rodapé – trazem os temas como: Mudanças e Crises Climáticas<sup>490</sup>; Negociações Internacionais<sup>491</sup>; Acordos e Tratados Internacionais<sup>492</sup>; Cooperação Sul-Sul<sup>493</sup>.

A defesa dos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável e da Soberania Alimentar nas negociações e relações internacionais, também aparecem como um

---

<sup>490</sup> Que se “Adote um tratamento conceitual de grandes temas em negociação que contribua para o alcance do objetivo principal da Convenção do Clima” (BRASIL, 2011, p. 80). Há, portanto, a necessidade histórica de medidas que diminuam a emissão de gases e outros poluentes na atmosfera, solos e águas para que os ecossistemas sejam preservados e, em outros casos, recuperados/regenerados pois, só assim a produção de alimentos segura e de qualidade poderá ser efetivada.

<sup>491</sup> O âmbito das negociações comerciais e da implementação das políticas públicas oriundas desse processo, devem estar de acordo com princípios e diretrizes constituintes da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional. Indica-se também que seria necessários mecanismos que salvaguardassem no âmbito da OMC, os produtos oriundos da produção da agricultura familiar e camponesa e que se garantissem critérios e condições que nos processos de abertura comercial esses produtos fossem protegidos.

<sup>492</sup> “Regulamentar, com ampla participação da sociedade civil, o Decreto nº 6.476/2008, que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura da FAO, atuando em nível internacional pela efetiva implementação dos direitos sociais dos agricultores já afirmados nesse tratado e pela Convenção sobre Diversidade Biológica” (BRASIL, 2011, p. 81).

<sup>493</sup> Avançar em termos de cooperação entre os países latino-americanos e africanos em vista a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

macrodesafio. Considerando a conjuntura e o papel do governo brasileiro [Presidente Lula] na geopolítica mundial naquele momento histórico, instiga os participantes da IV CNSAN a pautar que este devia ser proativo [dar continuidade] e liderar com iniciativas de colocar essa pauta nos debates internacionais e “Promover o debate sobre as estruturas de governança global no contexto [...] de confluência de várias crises (alimentar, econômica, energética, ambiental e climática) ressaltando a importância do multilateralismo orientado pela perspectiva da participação social, [...] (BRASIL, 2011, p. 39).

Também na V CNSAN, esse grande eixo da política internacional ganha espaço e demanda a *Atuação Internacional e Cooperação Sul-Sul a partir dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Assim, traz um conjunto de proposições que busca incentivar o Brasil em seu protagonismo de liderança adquirido a partir do ano de 2003. Considera-se estratégico uma maior interferência e participação – tendo como pressuposto a experiência brasileira nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional – nas instâncias internacionais e nos espaços de governança global de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>494</sup>, bem como, avaliações de impactos na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada causados pelos acordos internacionais multilaterais. Em relação às propostas prioritárias, temos:

Promover o papel da agricultura familiar, camponesa e indígena como um dos elementos estruturantes das estratégias nacionais e regionais de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do estímulo à produção local de alimentos baseada em modelos diversificados e de base agroecológica, em estratégias soberanas de abastecimento alimentar e em articulação com os preceitos de uma alimentação adequada e saudável.

Envolver-se com os compromissos assumidos na 2ª Conferência Internacional de Nutrição (ICN2), bem como atuar em relação às iniciativas internacionais em curso voltadas para a nutrição na direção de: i) assegurar que a coordenação e implementação das políticas estejam a cargo do poder público; ii) garantir a efetiva participação social por meio de mecanismos que assegurem a presença dos(as) afetados(as) pela insegurança alimentar; iii) fortalecer as capacidades dos Estados e dos movimentos e organizações sociais dos países que manifestem interesse em combater a fome e a desnutrição; iv) criar e implementar medidas internacionais que combatam a volatilidade dos preços dos alimentos, a especulação em torno de *commodities*, a regulação de mercados de alimentos, incluindo a propaganda, e que promovam um comércio justo; v) proibir a participação do setor empresarial no processo de decisão e na gestão e na implementação de estratégias e políticas, sejam elas internacionais e nacionais; vi) fortalecer mecanismos regulatórios supranacionais para a prevenção e controle de doenças crônicas não-transmissíveis; vii) implementar a Década de Ação e Nutrição; viii) recomenda-se que o governo

<sup>494</sup> O Documento destaca, por exemplo: “[...] o Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CNA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola das Nações Unidas (FIDA), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial do Comércio (OMC), Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e outras instâncias multilaterais. Essa participação requer reforço institucional e envolvimento dos atores do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)”. (CONSEA, 2016, p. 61).

apoie e participe ativamente de discussão elaboração de um tratado global sobre alimentação saudável na próxima Assembleia Mundial da Saúde, o fórum máximo da Organização Mundial da Saúde. (CONSEA, 2016, p. 61).

Ainda sobre essa questão, temos de forma mais explícita algumas percepções que deram um sentido mais amplo à Soberania Alimentar, em relação ao entendimento que se deu até então, nas Conferências anteriores. Em linhas gerais, *constitui-se uma noção de Soberania Alimentar para além do aspecto territorial nacional*. Ou seja, mesmo ainda centrada no horizonte da política pública, esta noção busca contemplar o entendimento de que *as condições objetivas-materiais e ideais para a sua realização, depende em grande medida das relações internacionais – e os valores e princípios nelas implementadas –, desde que estas sejam orientadas pela participação e pelo controle social*<sup>495</sup>.

Para concluirmos, destacamos também que a partir da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foram aprovadas Moções, que em boa medida, expressam as grandes questões que preocupam e que fortalecem os defensores e debatedores dos temas imbricados. Trouxemos alguns elementos acerca das moções aprovadas na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram elaboradas e aprovadas um total de 49 Moções, sendo: 22 de Apoio, 18 de Repúdio, 4 de Recomendação, 2 de Reivindicação. Ademais, Defesa, Elogio e Aplauso tiveram uma cada. As Moções trazem conteúdos, dados e definições pertinentes acerca da **[intersecção]** dos temas da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, *são a expressão do espírito filosófico-político do momento histórico*, por apontarem elementos tanto do ponto de vista da ‘afirmação’, quanto da ‘negação’ de relevantes aspectos (materiais) que circundam o conteúdo histórico dos conceitos fundamentais do debate.

As Moções foram também organizadas por grandes temas/pilares. Considerando que a V CNSAN é a mais recente realizada, terão destaques alguns fragmentos de algumas das Moções, por expressarem conteúdos importantes para a compreensão das diferentes dimensões do objeto desta pesquisa. As Moções ficaram assim organizados:

---

<sup>495</sup> O documento demanda que o Brasil possa atuar em diversos espaços relevantes de negociação instigando que estes possam fortalecer a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional e, sobretudo, tome-se os seus princípios e diretrizes para fundamentar e definir critérios e a natureza das negociações e das políticas. Tem-se, essas oportunidades nas políticas e acordos entre os países, como por exemplo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Demandam também que o Brasil ratifique o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e que seja considerado princípios e diretrizes de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Além desses aspectos, fortalecer as iniciativas de colocar em prática os Planos Regionais de Segurança Alimentar, Nutrição e Combate à Fome 2025, com o fortalecimento da Agricultura Familiar tendo como princípio a participação social nesses blocos.

**Tema – Agrotóxicos e transgênicos:** 1- Moção de apoio à criação, consolidação e certificação de áreas contínuas livres de agrotóxicos no país<sup>496</sup>; 2- Moção de apoio para que o SUS faça o exame da Colinesterase Sanguínea (Plasmática)<sup>497</sup>; 3- Moção de repúdio ao não lançamento do Pronara na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>498</sup>; 4- Moção de apoio à área livre de transgênicos e de agrotóxicos nas áreas de proteção ambiental em todo território brasileiro; 5- Moção de repúdio ao PL nº 3.200/2015 que revoga a atual lei de agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989)<sup>499</sup>. **Tema – Água:** 6- Moção de recomendação da produção e manutenção do alimento água – gestão dos recursos hídricos e saneamento ambiental e campanhas educativas. **Tema – Agricultura urbana e periurbana:** 7- Moção de apoio ao fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. **Tema – Biofortificação:** 8- Moção de repúdio à falta de debate público sobre o tema da biofortificação<sup>500</sup>. **Tema – Bolsa**

<sup>496</sup> Entre várias questões importantes está a definição da fração ideal para garantir as condições de uma produção agroecológica. De acordo com Consea (2016, p. 102) vemos “Que uma das dificuldades enfrentadas pelo(a) agricultor(a) ecologista é que em geral a sua propriedade está rodeada de outras que utilizam agrotóxicos cada vez mais perigosos e que barreiras naturais como cercas vivas e zonas de neutralização nem sempre são eficientes para impedir a contaminação da produção agroecológica; que tais medidas de forma alguma impedem a contaminação dos solos, do ar, das águas de superfície e dos lençóis freáticos da região; e que os(as) agricultores(as) tiveram de aprender que terraços para evitar a erosão somente são eficientes se houver consenso e colaboração entre vizinhos(as). [...] no caso das Unidades de Conservação (UCs), as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos são componentes vitais para a qualidade da preservação ambiental (Art. 25, §2º da Lei nº 9.985/2000) [...] oferecendo plenas condições para sua definição como áreas contínuas livres de agrotóxicos; e, ainda, que o parâmetro de delimitação dessas áreas gira em torno de um raio de 10 quilômetros”, [...].

<sup>497</sup> “[...]. É inadmissível que o Brasil ainda autorize as grandes corporações que produzem e comercializam venenos que contaminam quem planta e que consome alimentos e ainda degradam o meio ambiente. Vamos dar um basta à indústria química das multinacionais que estão fazendo a seleção química da espécie humana!” (CONSEA, 2016, p. 103).

<sup>498</sup> “Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil esse crescimento foi de 190% (Anvisa). Atualmente 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos (Dossiê Abrasco – um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde). Esta situação alarmante resulta do uso exagerado (7,3 litros de agrotóxicos por habitante/ano)”. (CONSEA, 2016, p. 103).

<sup>499</sup> PL de autoria do Dep. Federal Covatti Filho (PP/RS), “[...] flexibiliza totalmente o sistema normativo de agrotóxicos por colocar todo o processo de registro sob a responsabilidade de uma Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), [...], vinculada ao Ministério da Agricultura [...]. Altera o nome de agrotóxicos para defensivos fitossanitários; Vincula os atos dos órgãos de Meio Ambiente (IBAMA) e Saúde (Anvisa) aos pareceres técnicos da CTNFito; [...] compromete o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), elaborado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e desta forma inviabiliza a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). (CONSEA, 2016, p. 104 – 105).

<sup>500</sup> “[...], iniciativas de biofortificação são desenvolvidas em diversas partes do país justificadas pelo discurso de combate à fome e às carências nutricionais que restringem o debate a ações voltadas para as consequências e sintomas, sem avaliar condicionantes e determinantes. Além disso, são escassos os estudos realizados sobre o tema, com lacunas importantes de conhecimento, inclusive sobre a eficácia e os riscos relacionados à saúde e aos impactos ambientais. **A biofortificação corresponde à manipulação genética de sementes para produzir alimentos com conteúdo maior de um micronutriente específico.** Há por isto **uma seleção artificial de determinados cultivares em detrimento de outros**, podendo representar a perda de autonomia dos(as) agricultores(as) e ameaças à Soberania Alimentar. **Não existe a segurança de que a maior concentração de um nutriente específico seja benéfica e segura à saúde.** Além disso, alto consumo de micronutrientes pode fazer mal à saúde. (CONSEA, 2016, p. 106 (*Grifos meus*)).

**Família:** 9- Moção de apoio ao Programa Bolsa Família<sup>501</sup>. **Tema – Cestas Básicas:** 10- Moção de reivindicação da continuidade da ação de distribuição de alimentos. **Tema – Criminalização de movimentos sociais:** 11- Moção de apoio aos companheiros perseguidos pela investida neocolonial<sup>502</sup>. **Tema – Cultura Alimentar:** 12- Moção de recomendação da imediata formação e implementação do Colegiado Setorial de Cultura Alimentar no Conselho Nacional de Política Cultural<sup>503</sup>; 13- Moção de defesa da Cultura Alimentar<sup>504</sup>. **Tema – Estudos e inquéritos:** 14- Moção de recomendação à realização de estudos e inquéritos de SAN periódicos. **Tema – Internacional:** 15- Moção de apoio à realização de convenção global sobre alimentação saudável; 16- Moção de elogio e aplausos à Cruz Vermelha Brasileira e voluntários(as). **Tema – Meio Ambiente:** 17- Moção de repúdio à poluição dos rios e dos lençóis freáticos pelo esgoto e lixo urbano; 18- Moção de repúdio ao gás por fracionamento hidráulico (Fracking)<sup>505</sup>; 19- Moção de apoio às energias limpas<sup>506</sup>. **Tema –**

<sup>501</sup> “[...] beneficia mais de 13 milhões famílias, [...] contribui ainda para ampliar o acesso à alimentação e para melhorar as condições de saúde e educação da nossa população. **Ele consome menos de 0,5% do PIB e muda concretamente a vida de mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras.** [...]”. (CONSEA, 2016, p. 107 (*Grifos meus*)).

<sup>502</sup> Considerando o momento histórico atual, vemos: “[...]. Os aliados internos desses predadores poderosos: as seis famílias proprietárias da grande imprensa nacional, ponta de lança da burguesia neocolonial, que neste momento busca o domínio hegemônico sobre a burguesia nacionalista. Nessa guerra contra a soberania nacional, o segmento neocolonial não se limita, nem por princípios éticos, nem por considerações morais e atinge todo(a) e qualquer cidadão(ã) nacionalista que defenda a verdadeira democracia e o progresso socioeconômico do povo brasileiro. Reputações são pisadas e jogadas na lama, juntamente com as respectivas famílias, prática pouco original, aliás, pois tem origem mafiosa. Não basta destruir a liberdade, há que se eliminar a imagem pública ao custo de qualquer tipo de prática. Sílvio Porto, ontem, Gilberto Carvalho, hoje, são vítimas dessas práticas que visam a destruir um partido político, que cometeu erros, mas não pode ser anatematizado como foram os partidos políticos nos regimes fascista e nazista. Nesse sentido, utilizar a imagem desses dois companheiros de reputação ilibada para atacar sua capacidade de luta de forma covarde, atinge cada um de nós, lutadores(as) da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que ambos estão na origem de projetos tão importantes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o diálogo com a Sociedade Civil. Como seres humanos e democratas, só nos cabe repudiar essa investida conservadora que atenta contra nossos companheiros, nossa dignidade e nossa democracia” (CONSEA, 2016, p. 107).

<sup>503</sup> Traz para a discussão a indissociabilidade entre Soberania Alimentar-Segurança Alimentar e Nutricional-Cultura Alimentar. Denuncia os fatores que esfacelam e impactam as culturas alimentares brasileiras. “[...]. Negar nosso direito é garantir a nossa morte” (CONSEA, 2016, p. 108).

<sup>504</sup> É uma Moção longa e traz um conjunto de conteúdos matrizes para discutir a Formação Humana a partir da perspectiva que abrange os grandes pilares desta discussão. Serão, portanto, base para a reflexão e análise no Capítulo IV. Ainda reivindica processo de regulamentação do Decreto nº 8.471/2015, “que altera o regulamento do Suasa e normatiza a agroindústria artesanal para bebidas e produtos de origem animal, [...], para que defenda os modos de ser e viver dos grupos sociais do Brasil que têm sido atacados e perseguidos [...] em razão de interpretações arbitrárias excessivas e abusivas de normas sanitárias por agentes do poder público”. (CONSEA, 2016, p. 109).

<sup>505</sup> Chama a atenção para a meta do Brasil junto à ONU (COP 21) em reduzir em 43% os gases de efeito estufa até 2030 e destaca que a obtenção do gás por esse método traz “danos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde [...], contaminações de água, dos solos e do ar por mais de 600 substâncias químicas e radiativas, e constituindo-se em verdadeira ameaça para a produção de alimentos [...]. [...], mesmo diante dos perigos do fracking como alternativa energética, o governo brasileiro autorizou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) a leiloar blocos de exploração, inclusive em cima dos Aquíferos Serra Grande e Guarani no Paraná e São Paulo, [...]” (CONSEA, p. 110).

**Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos e Produtos de Lactentes e Crianças da Primeira Infância (NBCAL):** 20- Moção de aplauso à regulamentação da Lei nº 11.265/06 (NBCAL); 21- Moção de repúdio às empresas que fabricam e comercializam alimentos infantis que infringem a NBCAL. **Tema – PAA:** 22- Moção de apoio à transformação do PAA em política de Estado do governo; 23- Moção de apoio ao PAA e solicitação de recursos financeiros. **Tema – PAA e PNAE:** 24- Moção de reivindicação para garantir a execução do PAA e PNAE para quilombolas e indígenas. **Tema – Pesca Artesanal:** 25- Moção de repúdio às ameaças ao direito da mulher na pesca artesanal; 26- Moção de apoio à incorporação da pesca artesanal e da aquicultura familiar pelo MDA<sup>507</sup>; 27- Moção de apoio à inclusão do peixe Pirarucu na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGM-Bio). **Tema – Povos Ciganos:** 28- Moção de apoio para acesso dos povos ciganos às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. **Tema – Populações e Povos e Comunidades Tradicionais:** 29- Moção de apoio para produção de dados socioeconômicos das populações negras e povos e comunidades tradicionais para a política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Tema – População em situação de rua:** 30- Moção de apoio à segurança alimentar e nutricional para a população em situação de rua. **Tema – Povos Indígenas:** 31- Moção de repúdio ao Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade<sup>508</sup>. **Tema – Povos Tradicionais de Matriz Africana:** 32- Moção de repúdio a

---

<sup>506</sup> Faz a crítica à matriz de produção e consumo de energia e defende as energias limpas e renováveis. Dentre vários aspectos destaca “[...]. 3- Que ‘a era do petróleo deveria acabar antes do petróleo’, e que é absurdo o atual ‘passeio dos biocombustíveis’ pelo país em detrimento da produção e do consumo locais e regionais; 4- Que a LOSAN (Lei nº 11.346/2006) e o Decreto nº 7.272/2010 definem alimentação saudável como baseada na biodiversidade e agroecologia; que o Brasil é um dos poucos países que possui uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, mas que, apesar disso, transporta os alimentos orgânicos com veículos a diesel, embala-os em plásticos à base de petróleo, refrigera-os com energia de carvão ou gás e cozinha-os com gás butano o que não é ecologicamente correto; 5- Que existem numerosas tecnologias disponíveis para gerar a nível local energias limpas e eficientes para a sustentabilidade da produção, da armazenagem, do transporte e do preparo de alimentos e da atividade econômica em geral, por exemplo, biodigestores para qualquer tipo de biomassa, biodigestor sertanejo e caseiro, caixas de gelo solar, placas de energia solar fotovoltaica, fogões de pirólise, fogões a biogás, aerogeradores, rodas d’água, bioplásticos e agrocombustíveis como o óleo vegetal, o etano, o biometano etc. [...]. (CONSEA, 2016, p. 111).

<sup>507</sup> “Considerando o importante papel que a pesca e a aquicultura desempenham para a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no mundo; [...] praticada por cerca de um milhão de pescadores e pescadoras e suas famílias distribuídas em todo o território nacional, as quais garantem a produção de alimentos e transmissão dos conhecimentos tradicionais; [...] representa uma oportunidade para diversificar ainda mais os sistemas produtivos da agricultura familiar e promover a inclusão social, principalmente pelo acesso justo e igualitário às águas públicas; [...] vimos [...] apoiar a incorporação das atribuições e políticas de apoio e desenvolvimento da pesca artesanal, da aquicultura familiar e das águas públicas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário”. (CONSEA, 2016, p. 114).

<sup>508</sup> “Considerando os retrocessos dos direitos no Brasil, especialmente de povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais diante de leis como a Lei nº 13.123/2015 e a PEC nº 215/2000, os crescentes investimentos internacionais e das indústrias alimentícia, farmacêutica e cosmética visando à apropriação dos conhecimentos tradicionais e patrimônio genético; [...] o processo atual de espetacularização e transformação da sociobiodiversidade amazônica em *commodities*; [...] falta de transparência sobre o uso de erário público e a concessão de prédios públicos e investimentos no setor privado [...]; [...] o processo de dominação simbólica

dispositivos ou mecanismos legais que busquem coibir a SAN de povos tradicionais de matriz africana através do impedimento do abate tradicional<sup>509</sup>. **Tema – Regulação da publicidade:** 33- Moção de repúdio contra empresas que realizam ações publicitárias direcionadas às crianças<sup>510</sup>; 34- Moção de repúdio à propaganda de estímulo ao consumo de álcool<sup>511</sup>. **Tema – Restaurante Popular:** 35- Moção de recomendação para a implantação de restaurantes populares nos municípios com até 80 mil habitantes e cozinhas comunitárias nos municípios enquadrados pelo território. **Tema – Saúde:** 36- Moção de apoio à criação de uma política alimentar saudável direcionada às pessoas idosas carentes com doenças incapacitantes; 37- Moção de apoio à Anvisa pela adoção de medidas regulatórias para o controle da obesidade e outras doenças crônicas; 38- Moção de apoio à inclusão da perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável nos programas de atenção básica à saúde. **Tema – Semiárido:** 39- Moção de repúdio à extinção do Instituto Nacional do Semiárido. **Tema – SISAN:** 40- Moção de apoio ao cofinanciamento e criação do Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional; 41- Moção de repúdio à falta de apoio do poder público estadual e municipal à participação na 5ª CNSAN. **Tema – Terra e Território:** 42- Moção de repúdio à

---

cultural e econômica como prática daqueles que chegam para expropriar riquezas e conhecimentos e o não protagonismo dos(as) titulares de direitos e mestres e demais profissionais amazônicos; Os(as) delegados(as) reunidos(as) durante a 5ª CNSAN repudiam o Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade e pedem a suspensão imediata de seu processo junto ao poder público [...], uma vez que se trata do erário público e do mapeamento da sociobiodiversidade e plantas medicinais tradicionais”. (CONSEA, 2016, p. 116).

<sup>509</sup> “[...] repudia todo tipo de ação como manifestações, leis, quaisquer outros dispositivos ou mecanismos legais que busquem coibir a Soberania Alimentar e Nutricional dos povos tradicionais de matriz africana através do impedimento do abate tradicional. [...] tais manifestações contrariam nosso direito de autodeterminação e exercício de cidadania cultural que define, no presente caso, o abate tradicional como uma prática que promove uma morte digna ao animal que vai nos alimentar. [...], no Brasil, povos com línguas, indumentárias e principalmente portadores de um sistema alimentar próprio sofrem sistematicamente as consequências de um racismo ambiental, perseguição de seu sagrado, sendo alvo, também, de um genocídio através da ‘satanização’ desse sistema alimentar”. (CONSEA, 2016, p. 116; 117).

<sup>510</sup> Manifesta “[...] repúdio contra todas as empresas que realizam ações publicitárias direcionadas às crianças, o que é ilegal e antiético e desrespeita a sua vulnerabilidade e condição de pessoas em peculiar fase de desenvolvimento, [...]. A publicidade de produtos alimentícios ultraprocessados com altos teores de sódio, açúcares e gorduras dirigidas às crianças é um obstáculo à alimentação saudável, segundo o Guia Alimentar da População Brasileira, e contribui para a epidemia mundial de obesidade infantil, que já atinge um terço das crianças brasileiras de todas as regiões [...] e classes socioeconômicas, e também para a alta incidência de doenças crônicas associadas (diabetes, hipertensão, etc.) pelo estímulo ao seu consumo excessivo e habitual”. (CONSEA, 2016, p. 117). Destaca ainda, que além dos meios de comunicação empresariais, as estratégias comerciais invadem escolas (públicas e privadas) e grandes eventos, como: Copa do Mundo e Olimpíadas, o que contribui significativamente para a destruição de hábitos alimentares regionais.

<sup>511</sup> “No Brasil, 9% da população é de alcoólatras sendo que estes já desgraçam as suas vidas e as das suas famílias. O álcool tem relação direta e indireta com as dez principais causas de morte no Brasil, tais como infarto cardíaco e derrame cerebral e, ao longo do tempo, homicídios e acidentes de trânsito com pouco tempo de seu uso. O Brasil é campeão mundial de acidentes com morte no trânsito. 75% destas tem relação direta com o álcool. No mundo, a ingestão de álcool combinado com tabagismo mata mais do que todas as outras juntas. O álcool quando não mata, mutila; não só em acidentes de trânsito, mas tem relação direta com o aumento de doenças mentais, principalmente a depressão”. (CONSEA, 2016, p. 117).

PEC/215/2000<sup>512</sup>; 43- Moção de apoio à regularização das Terras Tuxá no município de Rodelas (Bahia); 44- Moção de repúdio ao Projeto MATOPIBA<sup>513</sup>; 45- Moção de Repúdio à PEC 215/2000 e ao enfraquecimento do art. 68 da Constituição Federal de 1988; 46- Moção de apoio à inclusão do direito à terra e ao território no art. 6º e do limite da propriedade da terra no art. 186 da Constituição Federal; 47- Moção de apoio à demarcação do território de Linharinho do Município de Conceição da Barra no Estado do Espírito Santo. **Tema – Transgênicos:** 48- Moção de repúdio à liberação da Tecnologia Terminator (Gurt)<sup>514</sup>; 49- Moção de repúdio ao PLC nº 34/2015 que altera a Lei de Biossegurança para liberar os(as) produtores(as) de alimentos de informar ao(à) consumidor(a) sobre a presença de componentes transgênicos.

Concluimos esta análise, onde deu-se voz aos sujeitos sociais e políticos que fizeram o debate nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar, com a percepção que foram momentos importantes da democracia brasileira. Esse longo caminho percorrido buscando extrair as questões, posicionamentos, demandas e proposições fundamentais que compuseram as discussões nas <<**Cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional**>>, em um período de 21 anos entre a realização da I CNSAN e a V CNSAN, possibilitou-nos compreender que: **1- a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, tem especificidades que a fazem mais avançadas do que o debate em geral, no**

<sup>512</sup> “[...] tem o intuito de dificultar e impedir a demarcação de terras indígenas e quilombolas, interferindo drasticamente em nosso bem viver e nossas culturas, e permite a exploração dos nossos recursos sem consulta prévia, violando frontalmente a Constituição Federal e a Convenção nº 169 da OIT. [...] Sem território, não há Comida de Verdade, não há vida e muito menos Soberania Alimentar”. (CONSEA, 2016, p. 120).

<sup>513</sup> Repudia-se o “projeto MATOPIBA (nova fronteira agrícola do agronegócio) que envolve os Estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e da Bahia pelos diversos danos socioambientais [...], impactando fortemente na Segurança Alimentar e Nutricional da população dessa região [...]”. (CONSEA, 2016, p. 120 – 121).

<sup>514</sup> “[...] Dentre as possibilidades de transgenia, uma das mais preocupantes em estudo e em desenvolvimento pelas grandes multinacionais na área de sementes trata das Tecnologias de Restrição de Uso Genético (Gurt, sigla em inglês), mais conhecida como tecnologia *Terminator*. Essa tecnologia visa a desenvolver cultivares incapazes de germinar em sua segunda geração, ou seja, quando os grãos colhidos são replantados pelos(as) agricultores(as) – caracterizando o que popularmente se difundiu como ‘sementes suicidas’. A tecnologia visa reforçar a privatização das sementes, fortalecendo a capacidade de cobrança de *royalties* por parte das empresas, impedindo os(as) agricultores(as) de multiplicarem suas sementes e obrigando-os(as) a adquirir em todas as safras sementes patenteadas. A comunidade internacional, por meio da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) da ONU, decretou uma moratória à realização de pesquisas de campo, desenvolvimento, comercialização e difusão de sementes com o uso de Tecnologias de Restrição de Uso Genético (Gurt). Esta decisão vem sendo reafirmada em todas as Conferências das Partes (COPs) desde o ano de 2006. No Brasil, as preocupações em torno do avanço desta tecnologia levaram à sua proibição por meio da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Recentemente, o PL nº 1.117/2015, apresentado pelo Dep. Federal Alceu Moreira (PMDB/RS), permite isenções específicas para o uso do *Terminator* mas, ao mesmo tempo, a redação deixa uma lacuna gigantesca que permite que a tecnologia seja usada para qualquer cultura, quando for considerada benéfica para a biossegurança. Por quase duas décadas, a tecnologia controversa *Terminator* foi amplamente condenada por agricultores(as), organismos científicos, governos e sociedade civil/movimentos sociais como uma ameaça à Soberania Alimentar, biodiversidade e direitos humanos. [...] [...], repudiamos a liberação deste tipo de tecnologia em qualquer contexto, sob qualquer perspectiva ou justificativa, em função dos graves riscos desta liberação. (CONSEA, 2016, p. 122).



**mundo.** Sobretudo, em muitos aspectos diverge e contrapõe o peso semântico do conceito de Segurança constituído pelas Nações desenvolvidas, como verificamos no primeiro Capítulo. É, por essa razão que a experiência brasileira é considerada exitosa pelos Organismos Internacionais e por algumas nações. **2- No Brasil a [intersecção] entre a concepção e perspectiva (proclamadas) da Segurança Alimentar e Nutricional e a Soberania Alimentar é um fato.** Ou seja, a participação de parte da Sociedade Civil ligada ao debate e à preocupação com o tema de Segurança Alimentar Nutricional nas Conferências, demarca um entendimento que se pauta também nas discussões e na concepção de Soberania Alimentar. Isto, se explica por alguns aspectos: a) as organizações e Movimentos Sociais da Sociedade Civil que fazem o debate nas Conferências – no caso os 2/3 dos delegados e participantes das Conferências nas suas diversas etapas – em grande medida são os mesmos que fundamentam e pautam a concepção de Soberania Alimentar apresentada em 1996 em Roma; b) dado isso como pressuposto, temos, portanto, a inserção e o fortalecimento – ganhando espaço e centralidade a cada Conferência – da concepção e perspectiva da Soberania Alimentar; c) tem a ver com as contradições na base material (infraestrutura) e que se expressam na superestrutura<sup>515</sup>, e que fundamentalmente os valores proclamados nas Conferências não

<sup>515</sup> Também no ‘interior’ da V CNSAN houve a elaboração da Carta da Tenda Josué de Castro que também traz elementos e questões importantes. Dentre vários aspectos demonstra que *nas contradições objetivas e nas relações de forças (condensadas), o que mais ganha força e se materializa com potencialidade de dominação, é a lógica sistêmica e os processos dominantes do capital, contrária ou limitadora* das condições objetivas para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional, o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, por exemplo: “[...] os(as) participantes relataram violações do DHAA e da SAN, tais como: **a) manutenção da dívida ativa dos agricultores(as) que foram beneficiados(as) pelo Pronaf, mesmo após a perda total de suas produções por intempéries climáticas;** b) oferta de doces, refrigerantes, entre outros alimentos considerados não saudáveis em creches privadas para crianças de educação infantil; c) violação da vida – Escola Global de Gastronomia da Amazônia; **d) a biofortificação de sementes sendo pesquisada e realizada livremente por grandes corporações internacionais em parceria com empresas públicas brasileiras, assim como a fortificação de alimentos sem maiores estudos sobre a sua real necessidade e impacto;** e) a terceirização dos serviços de alimentação, utilizando recursos públicos em alimentação não adequada, dando lucro às empresas privadas que boicotam a agricultura familiar e a produção orgânica e agroecológica, além de promover o grande sistema alimentar, que transforma a comida em uma mercadoria; f) a espetacularização da comida; **g) o uso do alimento como commodities;** h) os chefs propagandistas da indústria de alimentos; i) a fome de alguns por dinheiro; j) a não profissionalização das compras institucionais para povos e comunidades tradicionais; k) a não existência da gestão de resíduos na 5ª CNSAN; l) a defesa da alimentação saudável enquanto dever individual e não direito humano, provocando a “culpabilização da vítima”; m) parte dos organizadores da 5ª CNSAN não tendo claro o papel da educação permanente que este espaço se constitui, convidando artistas globais por se identificarem enquanto chefs naturalistas para promover atividade integradora. A organização informa ainda que a participação da referida artista se deve por ser jovem e representante da pluralidade; **n) isenção de impostos para indústrias de insumos químicos e agrotóxicos, quando do outro lado temos produtores orgânicos e agroecológicos pagando imposto e tendo de provar/certificar que não usaram venenos na sua produção;** o) é violação de nossa alimentação adequada a falta de terra para plantar, a não atenção por parte do governo nas demarcações das terras onde é preciso plantar para termos uma boa alimentação no dia a dia; p) contaminação dos rios do Amazonas por mercúrio, em função da extração do ouro, principalmente o rio Madeira. O governo do Estado liberou extração com cuidados que nada resolvem. (CONSEA, 2016, p. 136 (*Grifos em negrito, meus*)).”

incidem diretamente e com a mesma intensidade – ou seja, ocorrem sem a correspondência efetiva material – nas transformações das grandes questões estruturantes que potencializariam e tornariam real a implementação da Segurança Alimentar e Nutricional – como *mediação* – e da Soberania Alimentar como um horizonte maior e mais estratégico para o futuro da humanidade.

Nota-se que devemos ter um certo cuidado no processo de ‘incorporação discursiva’ da Soberania Alimentar no arcabouço propositivo da Segurança Alimentar e Nutricional, sobretudo porque o Estado, por certo, poderá usar isso como estratégia e aos poucos ir fazendo o ‘sequestro semântico’ do conceito de Soberania Alimentar. É por essa razão a preocupação em lutar para aplicar e manter o conceito de Soberania Alimentar com toda a sua radicalidade.

### 3.4 As políticas públicas implementadas: dados, alcance, limites e potencialidades

Muito se escreveu até aqui acerca dos valores proclamados, das políticas e demandas pautadas. Faz-se necessário, no entanto, relacionar com a materialidade e verificar o que realmente foi acolhido e como essas ações, programas e políticas foram de fato implementadas. Neste sentido, buscamos analisar algumas das políticas públicas que são consideradas principais quando se trabalha com os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar no Brasil<sup>516</sup>. Reitera-se que o esforço de análise desses programas e políticas, corresponde à intencionalidade prescrita da/na ‘hipótese’ da presente pesquisa. Busca, no entanto, conferir se os programas e as políticas implementadas garantem ou não a realização efetiva da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. E, no âmbito da aplicabilidade, a partir das contradições objetivas, bem como da totalidade concreta, indica os limites e as potencialidades.

---

<sup>516</sup> Além de algumas considerações gerais lançadas no início deste item, será desenvolvido uma análise mais específica acerca dos seguintes programas e políticas: Programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família (PBF)); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); II Plano Nacional de Reforma Agrária e Políticas e Programas para a Reforma Agrária; Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); Programa de Acesso à Água no Semiárido Rural: Programa Um Milhão de Cisternas e Programa Água para Todos (PIMC). Destaca-se que a escolha desses programas, – [dentre os vários que visam articular ações de Segurança Alimentar e Nutricional e ‘Soberania Alimentar’] –, visou **compor uma amostra [amostragem]** e não se deu de forma aleatória, mas por critérios percebidos durante a pesquisa, por contemplarem, fatores e dimensões advogadas inerentes ao ‘acesso’ de grupos vulneráveis e de trabalhadores (PBF + PAT), ao incentivo à produção camponesa e mudanças na matriz produtiva [incluindo a de alimento] e vínculo com a política pública (PNAE + PAA), contemplar a dimensão da saúde e da educação (PNAN), ao território e à Reforma Agrária como mediação prática (PNRA) e, às condições objetivas com maiores limitantes para a produção, como o caso do Semiárido, bem como das tecnologias sociais para a resolução do problema, entendendo a água como alimento (PIMC).

Considerando as duas décadas em que ocorreram as cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, – no plano da implementação das políticas – podemos dividir esse período em dois momentos fundamentais. O *primeiro momento* podemos demarcar entre o período de 1994 a 2004 – período entre a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) à II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN). Como vimos, os valores proclamados e as proposições apresentadas na I CNSA são de extrema relevância para o debate, por trazerem elementos fundantes do problema. Porém, no terreno das ações práticas, programas e políticas, não houveram significativos avanços. Foi um período com pequenas ações, [se considerado a ‘lei da correspondência necessária’] e ao ser comparado com o que foi implementado posteriormente.

O *segundo momento*, compreende o período de 2004 a 2015, entre a realização da II CNSAN à V CNSAN, onde se verifica uma correlação mais estreita e orgânica entre o debate público feito nas Conferências e as ações práticas, programas e políticas implementadas<sup>517</sup>.

Considerando o período histórico relacionado ao *primeiro momento*, vemos que as iniciativas e a organização das políticas de ‘proteção social’ no Brasil se caracterizavam pela fragmentação institucional com explícito domínio da intencionalidade em *alcançar resoluções setoriais nos problemas* relacionados à fome, desnutrição, etc., portanto, não alterando as formas estabelecidas de ‘recursos’ e poder, tanto na horizontalidade dos setores, quanto na verticalidade dos poderes e esferas estatais. Com base nessa estratégica política a alocação e liberação dos recursos financeiros, foram insuficientes.

A partir do debate construído, tanto nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, quanto em outros espaços, vai se fortalecendo a ideia de que a *intersectorialidade* na política é condição necessária<sup>518</sup>. Esta concepção acaba se fortalecendo e influenciando – em boa medida – a elaboração das ações, programas e políticas nesse *segundo*

---

<sup>517</sup> Vale destacar que algumas ações e programas de combate à fome – que são fortemente apoiados pelos debates na II, III, IV, V CNSAN – são implementadas com a posse do Governo Lula, mesmo antes da realização da II CNSAN. Porém, relembra-se que um conjunto de proposições que fundamentaram o debate da I CNSAN em 1994, foram resultantes dos debates e pautas organizadas pelo Governo Paralelo – como vimos. Porém, a partir do impedimento do Governo de Dilma Rousseff, os limitantes ganham força e já é possível perceber o desmanche e o enfraquecimento de várias ações e políticas que vinham sendo implementadas, e que tinham no horizonte possibilidades de fortalecimento e ampliação.

<sup>518</sup> No II PLANSAN (2016 – 2019) ao fazer a avaliação e chamar a atenção para as lições aprendidas a partir do I PLANSAN (2012 – 2015) é destacado que a “[...] a elaboração do I Plano buscou dar conta da amplitude do conceito e os programas e ações governamentais, considerando as suas múltiplas interfaces. **O I Plano buscou concretizar a intersectorialidade, pressuposto da SAN**, dando visibilidade e propondo um monitoramento sistemático dos programas e ações que deveriam, em última instância, garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada da população brasileira, conforme determinado pela Lei 11.346/2006” (CAISAN, 2016, p. 12 – 13 (*Grifos meus*)).

*momento* histórico, conforme demarcado anteriormente, o que incide na necessidade de se pensar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

Desse modo, levando em consideração a interconexão entre esses grandes pilares será feito uma rápida análise das principais ações, programas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional levando em consideração o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN (2012 – 2015)) e a sua composição no que diz respeito às ações, programas e políticas<sup>519</sup>. Entende-se que o *PLANSAN expressa o acolhimento e a síntese do entendimento construído ao longo do tempo, bem como as relações de forças entre a sociedade e o Estado* – sem, contudo, deixar de considerar que já são proposições que ‘sobreviveram’ ao crivo da racionalidade estatal – e que, portanto, fica subentendido que a realização da Segurança Alimentar e Nutricional perpassa fundamentalmente pelo conjunto das ações, programas e políticas no PLANSAN elencadas.

O I PLANSAN (2012 – 2015) foi elaborado a partir de 8 diretrizes da Política Nacional de SAN, pelas quais foram sendo desenvolvidas as ações, os programas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com a FAO (2014, p. 39 – 40), vemos que cada diretriz embasa um conjunto de temas e ações políticas que visam corresponder às prerrogativas e princípios das discussões inerentes à SAN no Brasil.

Tabela 1 – Ações, Programas e Políticas.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações, Programas, Políticas e Responsáveis</i>
1- Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável	-Programa Bolsa Família (MDS) -Benefício de Prestação Continuada (MDS) -Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – (MEC/FNDE) -Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – (MTE) -Equipamentos de SAN – bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares (MDS) -Distribuição de Cestas de Alimentos a grupos vulneráveis específicos (MDS)
2- Promoção do Abastecimento e estruturação de Sistemas Sustentáveis e descentralizados, de base	-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – (MDA) -Abastecimento de mercados institucionais pela Agricultura Familiar (MDA, MDS, MAPA/CONAB) -Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e compra dos 30% da Agricultura

<sup>519</sup> Vale destacar que em 5 maio de 2016 em Brasília foi aprovado pelo Pleno Executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016 – 2019). O II PLANSAN foi elaborado pela CAISAN e pelo CONSEA tendo como base as deliberações da V CNSAN. Além das lições aprendidas no processo de implementação do I PLANSAN (2012 – 2015), o II PLANSAN busca contemplar e corresponder a outras demandas impetradas pelo movimento do real e da materialidade social em transformação. Dado que o objetivo traçado neste capítulo é analisar e cotejar o conjunto de políticas até 2015, em relação ao II PLANSAN serão referendados apenas alguns aspectos, quando necessário.

- agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos Familiar pelo PNAE
- Ações de Abastecimento
  - Unidades de apoio à distribuição de alimentos pela Agricultura Familiar e centrais de recebimento, bancos de alimentos em CEASAs – (MDS)
  - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básico (REFAP) e Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT) – (MAPA/CONAB)
  - Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM; PGPM-AF e PGPMBio) e formação de estoques públicos – (MAP/CONAB)
  - Fomento a atividade produtivas rurais (MDS)
  - Pesca e Aquicultura (MPA)
  - Fortalecimento da Agroecologia e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
  - Conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade
  - Assistência Técnica e Extensão Rural (MDA)
  - Seguro da Agricultura Familiar (MDA)
  - Garantia-Safra (MDA)
  - Reforma Agrária (MDA/INCRA)
  - Desenvolvimento Territorial (MDA)
  - Autonomia econômica das mulheres rurais (MDA)
  - Mecanismos de gestão, controle e educação voltados para o uso de agrotóxicos e transgênicos (MS/ANVISA e MAPA)
  - Vigilância Sanitária (MS/ANVISA e MAPA)
- 3- Instituição de Processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa e Formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada
- Educação Alimentar e Nutricional (MDS e MS)
  - Guia Alimentar da população brasileira (MS)
  - Projeto Educando com a Horta Escolar (MEC/FNDE)
  - Formação de agentes de educação e capacitação de conselheiros da alimentação escolar (MEC/FNDE)
  - Programa Saúde na Escola (MEC/FNDE e MS)
  - Ações de formação e capacitação para agentes públicos sobre DHAA (MDA)
  - Pesquisa em SAN (MCTI)
- 4- Promoção, universalização e coordenação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.
- Regularização fundiária de terras indígenas e quilombolas (MDA/INCRA e FUNAI)
  - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) – (MJ/FUNAI)
  - Saúde indígena (MS)
  - Ações relacionadas à comercialização de produtos da sociobiodiversidade (MMA e MAPA/CONAB)
  - Programa de Fomento às atividades produtivas rurais (MDS)
  - Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (SEPPPIR)
- 5- Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde (MS)
- Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)
  - Brasil Carinhoso – Suplementação de ferro e vitamina A
  - Estratégia intersetorial de controle e prevenção da obesidade
  - Saúde da Família
  - Regulamentação da publicidade de alimentos
  - Estratégia Alimenta e Amamenta Brasil
  - Atenção Nutricional da Rede de Atenção à Saúde
  - Vigilância Alimentar e Nutricional
- 6- Promoção do Acesso Universal à Água de qualidade e em quantidade suficiente
- Programa de Cisternas – para consumo e produção de alimentos (MDS e MI)
  - Saneamento básico em comunidades rurais (MS/FUNASA, MDA/INCRA)
- 7- Apoio a iniciativas de promoção da Soberania Alimentar e Nutricional e
- Cooperação em SAN – principalmente Sul-Sul – humanitária e técnica (MRE e Órgãos Federais)

do Direito Humano à Alimentação Adequada no âmbito internacional e nas negociações internacionais

8- Monitoramento da realização do DHAA. -Implementação da matriz multidimensional de indicadores de SAN (CAISAN)  
-Monitoramento da violação do DHAA (SDH)

Fonte: FAO, (2014, p. 39 – 40)

A realização da Segurança Alimentar e Nutricional só pode ser garantida mediante a articulação entre as políticas sociais e as políticas econômicas. Ao ser compreendida como resultante de um conjunto de dimensões, tais como: condições para a alimentação, acesso e posse da terra, educação, habitação, trabalho e renda, transporte, serviços de saúde, acesso e controle dos recursos naturais, meio ambiente, liberdade, etc., tornam-se imperativos para se pensar a integração de um conjunto de políticas, por um lado, e políticas que já tragam em sua proposição a integração e a intersecção dessa multidimensionalidade que o objeto e a demanda requerem.

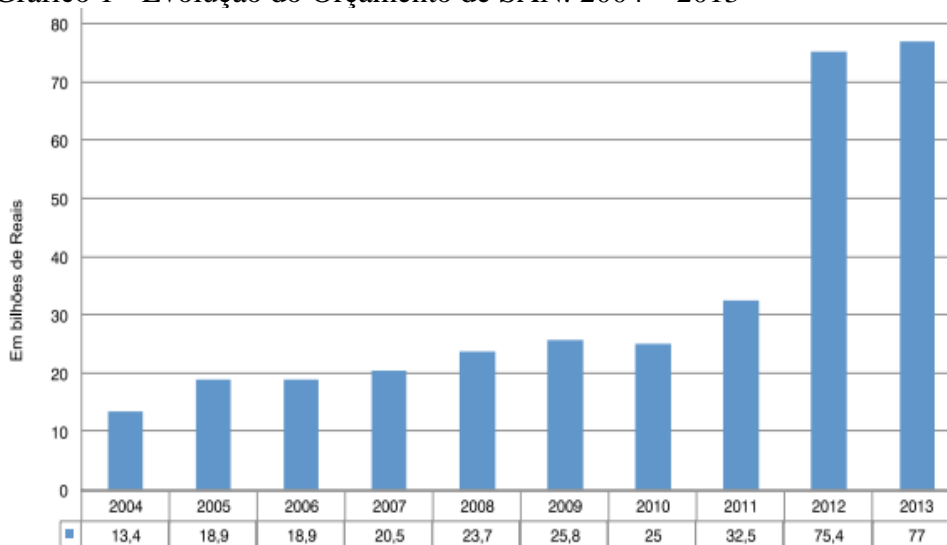
Considerando que o não acesso ao alimento a muitas pessoas sempre esteve estreitamente vinculado à ausência de renda, é que as políticas de transferência de renda foram fortalecidas no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2003.

Os gastos federais em 2013 com Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil totalizaram cerca de R\$ 78 bilhões. Os gastos com Programas sociais aumentaram mais de 128% entre 2000 e 2012, enquanto a parcela desses Programas no Produto Interno Bruto aumentou 31%. Em 2013, os Programas relacionados à Proteção Social representaram a maior parte dos recursos federais despendidas na Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto os Programas relacionados com a produção e distribuição de alimentos, inclusive os destinados à promoção da Agricultura Familiar, foram responsáveis por um sexto destes dispêndios. (FAO, 2014, p. 8).

A parcela do fundo público federal colocada em políticas sociais, de acordo com a CAISAN (2014, p. 25) “[...]. Em 2012, alcança R\$ 744 bilhões, o que corresponde a 16,9% do Produto Interno Bruto”.

A literatura apresenta que as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional tiveram significativa valorização – que houve evolução do gasto em políticas sociais nos orçamentos da União – o que incidiu na potencialidade e fortalecimento das políticas sociais. Essas mudanças qualitativas e quantitativas se deram porque o Governo Federal ampliou em mais de cinco vezes entre 2004 e 2013, o orçamento para essas políticas (como demonstram os dados na sequência), deslocando-as na direção das prioridades públicas, de uma situação essencialmente subalternas para maior potencialidade estratégica, nos princípios e diretrizes da perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento de SAN: 2004 – 2013



Fonte: Secretaria-Executiva da Caisan/MDS

Nota: A partir de 2012 o orçamento corresponde às ações do Plano de SAN e nos anos anteriores o Benefício de Prestação Continuada – BPC não estava contemplado.

Fonte: CAISAN, (2014, p. 26)

O entendimento aplicado na elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), leva em consideração de que a garantia do acesso ao alimento requer também o necessário fortalecimento e as condições para o abastecimento alimentar no Brasil. Desse modo, nesse mesmo período, há também significativos avanços na política de produção e no fortalecimento da Agricultura Familiar em sua função estratégica para o abastecimento e para a manutenção e garantia de preços dos alimentos.

Em linhas gerais – como veremos – buscou-se a inclusão produtiva e condições de geração de renda para as pessoas que vivem no Campo. É a partir dessa estratégia que vários programas vão sendo criados, outros fortalecidos, reorganizados e desburocratizados. Exemplos desse encaminhamento, são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (crédito e incentivo à produção) e a criação e consolidação de uma política de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, seja pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), etc., que busca suprir mercados institucionais e, portanto, condições objetivas para uma política de comercialização para o setor da Agricultura Familiar e Camponesa.

Além disso vemos, ações, programas e políticas que visaram: “fortalecimento do papel da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ampliação da rede armazenadora, a reestruturação e ampliação das Centrais de Abastecimento (CEASAs) e a criação do

Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT)” (CAISAN, 2014, p. 27); articular e criar as condições objetivas para processos de transição agroecológica como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)<sup>520</sup>; instituir a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)<sup>521</sup>; redimensionamento e fortalecimento das construções de Cisternas no Semiárido; instituição do Programa Água para Todos em 2011; entre outras ações, programas e políticas.

A experiência brasileira nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e na busca de garantir as condições objetivas de acesso, produção, participação e exigibilidade, torna o país uma referência. É nesse sentido, que uma das grandes dimensões do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN) é composta pela demanda para que o Estado brasileiro se posicionasse em âmbito internacional acerca da temática e buscasse na realização de acordos econômico-políticos internacionais, levar em consideração os princípios fundantes da Segurança Alimentar e Nutricional, bem como da Soberania Alimentar.

Veremos também que houveram avanços significativos na intersetorialidade das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. A (re)criação e atuação do CONSEA, sobretudo no segundo momento histórico, demarca um avanço importante na direção da implementação da intersetorialidade, sob dois aspectos: em sua *forma* e no *conteúdo*. Em sua *forma*, por contemplar na sua composição representantes da Sociedade Civil ligada ao tema e escalões (altos escalões) do governo, o que pode contribuir para a efetivação de demandas.

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no país, trilharam a construção da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional enquanto uma política pública de Estado, num amplo processo intersetorial e com participação da Sociedade Civil, definindo os marcos legais e institucionais dessa agenda [...]. (CAISAN, 2014, p. 29).<sup>522</sup>

Vemos que já em 2003, sobretudo pelo que é apresentado em documentos avaliativos, a formulação pelo CONSEA – de maneira negociada entre governo e Sociedade Civil – da proposta do Plano Safra da Agricultura Familiar, trouxe significativas contribuições para a composição de um processo com visão intersetorial e que fortaleceram as políticas que visaram garantir a Segurança Alimentar e Nutricional. Também elabora e apresenta propostas

<sup>520</sup> Instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Vale destacar que no processo de elaboração do conteúdo presente no Decreto teve a participação da parcela da Sociedade Civil que fazem essa discussão da necessidade de produção de alimentos com qualidade e com o uso racional dos recursos naturais e da preservação da biodiversidade.

<sup>521</sup> Corresponde mais diretamente à Diretriz 4. Instituída pelo Decreto nº 7.744, de junho de 2012. De acordo com a CAISAN (2014, p. 27) “Até dezembro de 2012, 2.040 comunidades foram certificadas e 207 comunidades foram tituladas, com área total de 995,1 mil hectares, alcançando 12.906 famílias”.

<sup>522</sup> Reitera-se: CONSEA, CAISAN, LOSAN, SISAN, PNSAN, PLANSAN, Conferências, Comitês técnicos temáticos (CTs), Arcabouço jurídico (Leis, Decretos, portarias, etc), Sistemas de estrutura e funcionamento e eletrônicos, entre outros aspectos.



para as modificações que se materializaram no Programa Nacional de Alimentação Escolar, sobretudo as possibilidades de conexões entre as esferas administrativas e sua ampliação atendendo um maior número de beneficiários.

Uma linha limítrofe também se apresenta nesse período. Ao verificar o Plano Plurianual (PPA) para 2004 a 2007, e o orçamento de 2004, vemos que o *CONSEA não conseguiu interferir de maneira qualificada* – dada à relação de forças – e a quantidade de recursos financeiros foi considerada insuficiente para a implementação de maneira efetiva, do que havia sido concebido enquanto políticas e ações. E, portanto, da garantia das condições objetivas para impulsionar e fomentar a intersectorialidade e as grandes prioridades da agenda econômica-política e social.

Outro aspecto anotado que impôs limites à realização em *conteúdo* do que prescreveu a *forma*, ou se buscava alcançar com a composição do CONSEA, foi a *baixa participação dos representantes dos altos escalões dos diferentes ministérios nos momentos de debates e de trabalhos*. Isso dificultou colocar em prática a *intencionalidade de implementação da intersectorialidade*, e por consequência disso, também houveram dificuldades no monitoramento, desde a concepção à implementação das ações, programas e políticas planejadas.

Como já se mencionou diversas vezes, um avanço significativo que induzirá a partir daí as políticas, foi a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006 - LOSAN), que institui na forma da lei o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No SISAN ao ser aplicado as suas prerrogativas visou colocar em funcionamento *processos integradores gestados através dos Conselhos e Conferências* que, como vimos, congregam organizações e Movimentos Sociais [de base popular], entidades e diversos setores governamentais das diferentes esferas.

Considerando a questão da *forma*, podemos verificar a prescrição do entendimento. De acordo com a legislação, integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN):

- 1- A Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que aprova as diretrizes e prioridades para a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 2- O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato à Presidência da República;
- 3- A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) integrada por ministros de Estados e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas relacionadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional;
- 4- Os órgão e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 5- As instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse à adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN. (CONSEA, 2017, p. 11 – 12).

A instituição da Câmara Interministerial que “tem como principal atribuição coordenar e monitorar a execução das ações previstas na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (CONSEA, 2017, p. 14), sob a presidência exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário<sup>523</sup>, compõe o espaço formal para o debate e a participação e responsabilização dos altos escalões do governo frente os desafios impostos pelos problemas inerentes à SAN.

Nota-se também que o arcabouço jurídico – as bases legais – foi aos *poucos sendo composto e inovado*. Dado que a materialidade e as necessidades de implementação de políticas direcionadas com essa natureza careciam de um conjunto de normas que possibilitassem por um lado afirmar rituais e instrumentos e, por outro, preencher – ou até mesmo contrapor – práticas e procedimentos de gestão e administração pública. É neste sentido que todas as “novas políticas”, programas e ações exigiram um reordenamento jurídico ou flexibilização das normas vigentes<sup>524</sup>.

Considerando que a Lei é um imperativo legal, em boa medida impulsionou – ou até mesmo tensionou – *práticas de administração públicas consagradas e cristalizadas*. Vemos, portanto, que neste aspecto houve avanços, tendo em vista que além de estabelecer as condições procedimentais práticas, contribui para a constituição de uma nova cultura administrativa que contempla as necessidades de *‘frações’* da classe trabalhadora – enquanto sujeitos sociais e em respostas às suas organizações sociais – que se viam objetivamente impedidos de participar de muitas políticas, ou eram ‘sujeitos sociais’ ‘invisíveis’.

Apesar dos limites, a incorporação das ações, programas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional na agenda pública e de gestão governamental, contribuiu significativamente com a *intersectorialidade*, tendo em vista que houve a integração de várias ações, setores e repartições dos governos<sup>525</sup>, e com a *amenização e para a resolução* de problemas sociais. Exemplo disso, são a criação, adequação, ampliação de ações e orçamento, programas e políticas, entre outros aspectos, como veremos adiante.

---

<sup>523</sup> Vale destacar que tanto a presidência da CAISAN, quanto um conjunto de políticas, estavam até 2016 ancorados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que por ato do presidente Michel Temer, [após o golpe e o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff], extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), havendo, portanto, a fusão com o MDS, sendo constituído o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

<sup>524</sup> Veremos, no entanto, que esses elementos não são neutros e nem garantem autonomia frente a relação de forças condensadas no interior da Sociedade Civil e dos processos burocráticos, e que portanto, em alguns casos de inovação de normas jurídicas apresentaram-se fortemente contraditórias, como o caso das Políticas de Reforma Agrária e Regularização Fundiária, que analisaremos na sequência através II PNRA. Além disso, as peças legais exaradas tiveram origem majoritariamente no Poder Executivo (desse segundo momento/período). Não podemos deixar de destacar que pelo Poder Legislativo o avanço de propostas e peças legais contrários à essas prerrogativas e princípios continuaram avançando.

<sup>525</sup> De maneira mais explícita há o reconhecimento desse aspecto no Relatório Final da III CNSAN (2007).

### 3.4.1 Das ações, Programas e Políticas: dados e alcance

#### 3.4.1.1 Programas de transferência de renda: Programa Bolsa Família (PBF)

A partir de 2003, houve o lançamento do Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza que tivessem uma renda *per capita* menor do que R\$ 100,00 (cem reais) por mês, compondo, portanto, a Estratégia Fome Zero<sup>526</sup>. Na verdade, foi um redimensionamento da política de transferência de renda e de programas sociais já existentes, como por exemplo, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás.

A iniciativa em unificar ações e programas teve por objetivo desburocratizar e agilizar a disponibilização e o acesso ao recurso destinado ao Programa, bem como, estruturar as condições sistêmicas – por parte do Estado brasileiro – para o combate à Fome e a ‘redução’ da pobreza extrema. De acordo com o entendimento governamental propalado e o reconhecimento dos beneficiários, o Programa Bolsa Família possibilitou e potencializou condições de vida melhores, fundamentalmente, correlacionado à Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista que possibilitou – de maneira efetiva – a garantia da meta de que as pessoas pudessem ter no mínimo três refeições ao dia.

As condicionantes do acesso ao recurso pela família, são imperativos para o cumprimento de responsabilidades inerentes às áreas de Educação e Saúde e Assistência Social<sup>527</sup>.

O Programa Bolsa Família (PBF) alcançou 13,8 milhões de famílias pobres e extremamente pobres em 2013, fornecendo benefícios, em nome da mãe quando aplicável, condicionados à frequência escolar, vacinas atualizadas e acompanhamento mensal do estado nutricional dos filhos. Dessa forma, contribuiu para dar acesso e promover a educação e a saúde da população mais carente. Investimentos no PBF triplicaram em dez anos, chegando a R\$ 23,95 bilhões em outubro de 2013. (FAO, 2014, p. 40).

Como exemplo, temos, a frequência escolar para o(a) filho(a) e o acompanhamento de saúde para mães e filhos. De acordo com informações oficiais do governo federal – considerado o mês de junho de 2017 – mais de 13 milhões de famílias (13.284.09 famílias)

<sup>526</sup> De acordo com o Relatório da FAO – 2014, o investimento no PBF “[...] equivale aproximadamente a um terço dos gastos federais em programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional” (FAO, 2014, p. 8).

<sup>527</sup> Em relação às condicionalidades temos: na Educação a frequência escolar para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos deve ser de no mínimo 85%, e para adolescentes entre 16 e 17 anos de no mínimo 75%; na Saúde o acompanhamento se dá através do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para as crianças menores de 7 anos, além do pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes, que devem ser realizados nos serviços de Atenção Básica do SUS; na Assistência Social há o acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil. Porém, não deixa de serem ‘germes’ de intersetorialidade.

receberam seus recursos do programa – totalizando mais de 2,3 bilhões de reais (R\$ 2.397.698.655,00)<sup>528</sup>. Seguindo ainda essas informações, em torno de 99% das crianças e gestantes tem cumprido as condicionantes do Programa Bolsa Família referente aos cuidados de saúde. Em média, se tomado todo o primeiro semestre de 2017, sete (7) beneficiários de cada dez (10), tiveram seu acompanhamento realizado<sup>529</sup>.

A questão e o princípio das condicionalidades têm trazido um debate com diferentes interpretações. Há, por um lado a interpretação de que a condicionalidade pode fortalecer a intersetorialidade do Programa, e por consequência, das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, e ir aos poucos redimensionando as condições reais articuladas entre a questão *fisiológica* e a *cultural* dos beneficiários – correlacionada à alimentação<sup>530</sup> – e, por outro lado, a condicionalidade em si expressa uma contradição e um limite inerente à política pelo fato de que expressa a não realização efetiva do direito. Este segundo aspecto e entendimento, foi expressado já em 2006 por Zimmerman – três anos após o lançamento do Programa.

O Bolsa Família impõe determinadas condicionalidades para o provimento do benefício, quais sejam: acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, a frequência escolar e o acesso à educação alimentar. Sob a ótica dos direitos, a um direito não se deve impor contrapartidas, exigências ou condicionalidades, uma vez que a condição de pessoa deve ser o requisito único para a titularidade de direitos. A responsabilidade em garantir o provimento e a qualidade desses serviços aos portadores desses direitos compete aos poderes públicos responsáveis. A obrigação do cumprimento das condicionalidades (garantir escolas, postos de saúde) nessa perspectiva, cabe a esses poderes, e não às pessoas. Por isso, o Programa deve reconsiderar suas concepções acerca da imposição de condicionalidades e de obrigações aos beneficiários, pois a titularidade de um direito jamais deve ser condicionada. O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e/ou impostas. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos atualmente impostos com condicionalidades (ZIMMERMANN, 2006, p. 153).

<sup>528</sup> Dados retirados de: MDS.GOV.BR, acesso em 12 de jul. 2017.

<sup>529</sup> PORTAL BRASIL. *Reportagem*. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica>. Acesso em 04 de jul. 2017.

<sup>530</sup> De acordo com Zimmermann (2006, p. 146) “[...] o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família tornou-se um dos principais instrumentos de combate à fome e de garantia do direito humano à alimentação no Brasil. A proposta vem sendo amplamente elogiada por cientistas sociais e por diversos meios de comunicação em nível mundial. Em recente artigo, publicado pela revista britânica *The Economist* (15.09.2005), o Bolsa Família é apresentado como uma nova forma de atacar um problema antigo, ou seja, a fome. A revista enfatiza que o Bolsa Família vem sendo o melhor caminho para ajudar os pobres, em comparação com os programas existentes anteriormente. Outros estudos realizados no Brasil destacam que o Programa representa um apoio significativo no sentido de garantir uma alimentação mínima a muitas famílias pobres brasileiras. Na opinião de Silva, Yasbek & Giovanni, o Bolsa Família possui um significado real para os beneficiários, uma vez que para muitas famílias pobres do Brasil, esse Programa é a única possibilidade de obtenção de uma renda. Quanto à questão da qualidade do Programa e da quantidade de pessoas beneficiadas (...), o Programa significa um avanço em relação às propostas antecedentes. Entretanto, na ótica dos direitos humanos, o referido Programa ainda apresenta uma série de entraves [...]”.

Os determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil são vários. Porém, o que mais assola a realidade das pessoas é a baixa renda domiciliar *per capita*. Este determinante é o que motivou os ajustes para a implementação de transferência – [complementação] – de renda. É perceptível através da literatura, que mesmo sendo uma ação focalizada, se torna indispensável para o grande contingente de seres humanos que passam a ter as condições mínimas para projetar suas ações em outras dimensões da vida social.

De acordo com IBASE (2008) – com informações colhidas dos titulares que recebem o benefício – houveram significativas mudanças no consumo alimentar após o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF). Inclusive em alguns itens/gêneros alimentares tradicionais do Brasil, a evolução foi no sentido contrário – aumento – à ***tendência nacional que expressa a diminuição no consumo de alguns produtos considerados tradicionais da tradição alimentar brasileira***. Através dos dados publicados pelo IBASE (2008, p. 6), vemos o aumento no consumo dos seguintes itens: açúcares, 78%; arroz e cereais, 76%; Leite, 68%; biscoitos, 63%; industrializados, 62%; carnes, 61%; feijões, 59%; óleos, 55%; frutas, 55%; ovos, 46%; raízes, 43%; vegetais, 40%.

Além disso, o relatório síntese destaca que em torno de 87% das famílias usa o recurso oriundo do PBF prioritariamente para garantir a alimentação e que proporcionalmente o acesso em quantidade de alimentos aumentou mais entre as famílias que se encontravam em ***Insegurança Alimentar Grave, chegando à casa de 79,2%***. Outro aspecto importante é que 99,5% dos beneficiários afirmaram que não deixaram de executar algum tipo de atividade laboral depois que acessaram o benefício.

Considerado o número de pessoas atendidas pelo Programa nos dias atuais, vemos que aproximadamente, uma a cada quatro pessoas é atendida pelo Programa. Em pouco mais de 12 anos de existência – [em julho de 2017<sup>531</sup>] – os cálculos apontam que o Programa foi o fator principal – imperativo e fator material – para a ‘retirada’ de mais de 36 milhões de pessoas da extrema pobreza. Considerando os valores médios repassados pelo Programa Bolsa Família (PBF) e o valor de renda definida em R\$ 77,00 por mês por pessoa da família pelas Nações Unidas que caracteriza o viver abaixo da linha da pobreza, destaca-se que nenhuma das mais de 13 milhões de famílias atendidas se encontram abaixo dessa linha de pobreza.

Tomado como referência os valores repassados às famílias no mês de junho de 2017, temos:

---

<sup>531</sup> Momento em que fiz a análise do referido Programa.

Tabela 2 – Valores médios repassados pelo Programa Bolsa Família (PBF) -(referência: junho de 2017)

<i>Região</i>	<i>Famílias</i>	<i>Valor Pago (R\$)</i>	<i>Benefício Médio</i>
<b>Centro Oeste</b>	667.028	105.878.889,00	158,73
<b>Nordeste</b>	6.720.393	1.256.050.654,00	186,90
<b>Norte</b>	1.667.287	342.513.393,00	205,43
<b>Sudeste</b>	3.400.703	562.297.310,00	165,35
<b>Sul</b>	828.618	130.958.409,00	158,04
<b>Total Geral</b>	<b>13.284.029</b>	<b>2.397.698.655,00</b>	<b>180,49</b>

Fonte: MDS (Junho, 2017) – MDS.GOV.BR

Em relação aos recursos e valores investidos – total dos recursos/anos – se observa significativo aumento desde o ano de 2003. Com um gasto anual – a partir de sua consolidação – próximo a 0,5% do PIB.

Tabela 3 – Programa Bolsa Família e valores repassados por ano<sup>532</sup>

<b>ANO</b>	<b>VALOR INVESTIDO</b>
2003	570.144.695,00
2004	3.791.787.498,00
2005	5.812.686.500,00
2006	7.609.377.003,00
2007	9.187.886.087,00
2008	10.943.583.571,00
2009	12.454.715.899,00
2010	14.372.702.865,00
2011	17.364.278.589,00
2012	21.156.744.695,00
2013	24.890.107.091,00
2014	27.187.295.233,00
2015	27.650.301.339,00
2016	28.506.168.795,00
<b>TOTAL INVESTIDO</b>	<b>211.497.779.860,00</b>

Fonte: MDS, (julho/2017)

Considerando a *dimensão nutricional* e, sobretudo a questão da condicionalidade relacionada à saúde, como uma estratégia de longo prazo, por estar diretamente vinculado com as crianças, os dados apresentam aspectos positivos a partir da implementação do Programa Bolsa Família<sup>533</sup>.

<sup>532</sup> Dados retirados de: MDS.GOV.BR. Acesso em 12 de jul. 2017. Demonstrativo da evolução dos valores investido entre 2003 (a partir de outubro) à 2016.

<sup>533</sup> Os resultados são obtidos através do cruzamento de informações e bases nos registros administrativos disponíveis no “Cadastro Único para Programas Sociais do Governos Federal (CadÚnico), na Folha de Pagamento do PBF e no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan Web)” (JAIME; VAZ, 2014, p. 73). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde é que conduziram o

Os principais resultados do estudo apontam para uma redução de 51,4% no déficit de estatura para idade (desnutrição aguda), que passou de 17,5% em 2008 para 8,5% em 2012, e uma queda de 41,5% no excesso de peso nas crianças acompanhadas ao longo do período. O tempo de acompanhamento das crianças pelas equipes de Atenção Básica de Saúde reflete positivamente no estado nutricional, visto que é menor a chance das crianças do PBF que são acompanhadas pelas condicionalidades por mais de quatro anos apresentarem déficit de estatura e excesso de peso. Para as crianças que apresentaram acompanhamento contínuo na Atenção Básica, observou-se uma redução de 50% na chance de ocorrência de desnutrição e 10% na chance de excesso de peso. (JAIME; VAZ, 2014, p. 73).

Estes dados e aspectos reforçam a tese da pertinência do Programa como política indutora para o aprofundamento da intersetorialidade, tanto no sentido da governança, quanto no aspecto incidente em imperativo de mudanças na base material, sobretudo, relacionado às condições de vida de grupos específicos em situação de vulnerabilidade. Do ponto de vista prático, estas informações demonstram que quanto maior o tempo em que os beneficiários permanecem recebendo a renda transferida, e com isso o acompanhamento dos serviços de Atenção Básica de Saúde, fortalece as tendências de melhorias no estado nutricional, demonstrando que o PBF impulsiona melhorias nas condições de saúde de seus beneficiários. Impulsiona também a garantia e acesso de corresponder ao usufruto de direitos sociais básicos de saúde, educação, entre outros.

#### 3.4.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) considerado um dos mais antigos – implantando em 1955 – e um dos maiores Programas de Alimentação Escolar do mundo, único com atendimento universalizado, é considerado estratégico e fundamental para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, principalmente nas últimas décadas devido aos processos de aperfeiçoamento implementados no Programa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar também tem tido impacto significativo na redução da desnutrição de crianças no Brasil. O Programa oferece refeições para todos os alunos de escolas públicas, número que em 2012, significou 43 milhões de estudantes regularmente matriculados. O investimento federal no Programa de Alimentação Escolar foi de 3,3 bilhão em 2012, complementado pelo financiamento feito pelos governos Estaduais e Municipais. Em 2009, o Programa avançou ao obrigar as escolas públicas a destinar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra de alimentos diretamente de Agricultores Familiares. (FAO, 2014, p. 9).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) objetiva contribuir “para o crescimento,

o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional” (FNDE, 2017)<sup>534</sup>. O repasse é feito por meio de transferência financeira diretamente aos Estados e Municípios tendo como base/referência o Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

Partindo desses dados e critérios – de acordo com a etapa e a modalidade de ensino – é que se define o valor a ser repassado pela União aos Estados e Municípios por dia letivo a cada aluno(a). Desse modo, o PNAE é operacionalizado com base nas seguintes etapas e modalidades de ensino e com seus respectivos valores.

Tabela 4 – PNAE: Etapas e Modalidades de Ensino e Valores dia-letivo-aluno

<b>Etapa/Modalidade</b>	<b>Valor/dia-letivo/aluno</b>
Creches	R\$ 1,07
Pré-Escola	R\$ 0,53
Escolas Indígenas e Quilombolas	R\$ 0,64
Ensino Fundamental e Médio	R\$ 0,36
Educação de Jovens e Adultos	R\$ 0,32
Ensino Integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no Contraturno	R\$ 0,53

Fonte: FNDE, 2017.

Considerando o período histórico, dos debates, embates de implementação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, vemos que o dispêndio dos recursos financeiros para o PNAE buscou corresponder à natureza da política que com o passar dos anos foi ampliando o número de alunos e as modalidades atendidas. De acordo com os dados físicos e financeiros do PNAE, disposto no ‘site oficial do FNDE’, temos:

Tabela 5 – Dados financeiros e físicos do PNAE

Ano	Recursos Financeiros (em bilhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
2015	3,759	41,5
2014	3,693	42,2
2013	3,542	43,3
2012	3,306	43,1
2011	3,051	44,4
2010	3,034	45,6
2009	2,013	47,0 <sup>*535</sup>

<sup>534</sup> O atendimento do PNAE abarca todos(as) os(as) alunos(as) da Educação Básica (dos diferentes níveis e modalidades) que estejam matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades conveniadas com o poder público. Tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

<sup>535</sup> De acordo com o disposto no ‘site’, temos a seguinte observação: “Neste ano foi iniciado o atendimento aos alunos participantes do Programa Mais Educação, que foram incorporados ao quantitativo de matrículas, fato que não ocorreu nos anos subsequentes” (FNDE, 2017).



2008	1,490	34,6
2007	1,520	35,7
2006	1,500	36,3
2005	1,266	36,4
2004	1,025	37,8
2003	0,954	37,3
2002	0,848	36,9
2001	0,920	37,1
2000	0,901	37,1
1999	0,871	36,9
1998	0,785	35,3
1997	0,673	35,1
1996	0,454	30,5
1995	0,590	33,2

Fonte: FNDE, 2017

Em relação à contribuição do Programa à Segurança Alimentar e Nutricional, vemos que o acúmulo do debate desenvolvido no Brasil influenciou as inovações que ocorreram na Política de Alimentação Escolar, sobretudo a partir de 2006<sup>536</sup>, o que vai induzir mudanças e acréscimos substanciais nas bases legais e, por consequência, na natureza do Programa como um todo.

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. (FNDE, 2017).

As condições de correlação mais estreita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a perspectiva e as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, etc., se dá também, a partir da sanção da Lei 11.947, de 16 de junho 2009. Além de estender o atendimento do Programa para toda a rede pública de Educação Básica – como mencionado anteriormente – institui a garantia de utilizar *o mínimo 30% dos recursos destinados pela União* – através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – para os demais entes federados, na aquisição de alimentos produzidos pela Agricultura Familiar<sup>537</sup>. De acordo com a FAO (2014, p. 42), “Em

<sup>536</sup> Exemplo: as parcerias estabelecidas entre o FNDE e Instituições de Ensino Superior (IES) a partir das quais se criou Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição (CECANES) e fortaleceu as iniciativas, ações e projetos correspondentes às necessidades do PNAE, incluindo atividades de pesquisa, ensino e extensão, bem como, a capacitação de sujeitos sociais envolvidos no PNAE.

<sup>537</sup> Considerando os aspectos formais, temos, por exemplo, a publicação da Resolução CD/FNDE nº 4, em 02 de abril de 2015. Essa Resolução ao considerar o fortalecimento da Agricultura Familiar e a sua contribuição para o desenvolvimento das políticas de alimentação e sociais, aprimora os processos para a aquisição dos alimentos

2012, 80% das entidades executoras do PNAE compraram da Agricultura Familiar. Dessas, 50% haviam alcançado o percentual mínimo previsto em lei (CAISAN, 2014)”.<sup>538</sup>

Além desses aspectos, a aprovação da lei constitui-se em processos indutivos que visam implementar a intencionalidade de garantia de direitos e amenização – talvez a potencialidade de correção à longo prazo – das consequências das desigualdades sociais. Vemos nesse caso que os repasses feitos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desses recursos financeiros, são compostos por *critérios materiais* e *sociais* bastante pertinentes e visam atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais, por faixa etária e condição de vulnerabilidade social.

Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor do *per capita* repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. (FNDE, 2017).

Dado a natureza multidimensional do Programa, outros aspectos e pilares vão sendo aprimorados e desenvolvidos ao longo do tempo, sobretudo pelas exigências do movimento da materialidade que vão sendo incorporadas ao debate e, por consequência, na concepção das políticas<sup>539</sup>. Vemos, por exemplo a implantação de novas ações de intervenções veiculadas e integradas ao PNAE, que visam combater e intervir no índice crescente de *sobrepeso* e *obesidade* entre as crianças e adolescentes.

Partindo dessa necessidade, no ano de 2011 foi instituído no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), um Comitê Intersetorial para debater esse problema e apontar alternativas de ‘Prevenção e Controle da Obesidade’<sup>540</sup>. Correspondente a essa questão em 2013, o FNDE publica a Resolução nº 26, e, entre vários objetivos busca fortalecer um dos Eixos importantes do PNAE que é a *Educação Alimentar e*

---

– alterando a redação dos Artigos 25 a 32 da Resolução do FNDE, nº 26, que tratavam dos procedimentos para a aquisição dos gêneros alimentícios.

<sup>538</sup> Notamos, portanto, que existem contradições e descompassos entre o avançado conjunto de valores proclamados (por exemplo nas CNSAN), a prescrição da lei (que estabelece um mínimo, mas não proíbe que seja utilizado a totalidade do recurso para aquisição de alimentos da agricultura familiar) e os dados da materialidade que demonstram que apenas 50% das unidades executoras cumpriram o mínimo. Isto demonstra o quanto ainda é preciso avançar.

<sup>539</sup> Vemos, por exemplo, a implementação de alguns aspectos demandados durante as CNSAN, tais como: a incorporação ‘obrigatória’ de profissionais de nutrição (nutricionistas) para a elaboração dos cardápios com explícita recomendação para o respeito dos hábitos alimentares regionais e com alimentos de qualidade. Além disso, o Controle Social do Programa sendo exercido pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), tendo em vista que a sua constituição é prerrogativa para o recebimento dos recursos do PNAE.

<sup>540</sup> O presente Comitê Intersetorial teve a participação: dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Saúde; Educação – através do FNDE; Cidades; Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Da Organização Pan Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS). E, contribuíram com os trabalhos, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda; do Trabalho; da Pesca e Aquicultura; e a CONAB. (FNDE, 2017).

*Nutricional (EAN)*. Há, portanto, a convergência de ações que buscam garantir a intersetorialidade nas políticas<sup>541</sup>, implementando o entendimento prescrito no conjunto das peças e recomendações de Segurança Alimentar e Nutricional, e que correspondem ao exigido pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo Plano Nacional de Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT)<sup>542</sup> (FNDE, 2017).

Em consonância com o entendimento advindo dos debates – sobretudo das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) passa a ser uma condicionante no processo de realização do PNAE. É por esta razão que as ações educativas, em especial as que visam corresponder à EAN, devem ser *práticas contínuas, permanentes e que potencializem a intersetorialidade e a transdisciplinaridade inscritas na temática da Segurança Alimentar e Nutricional*<sup>543</sup>. Portanto, a Educação Alimentar e Nutricional, no contexto de uma política pública que busca a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, deve ser compreendida como:

[...] um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (FNDE, 2017)<sup>544</sup>.

De maneira implícita e explícita estas proposições de ações em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) visam incorporar o tema e as práticas de alimentação e nutrição como matrizes de Formação Humana. Além disso, reconhecer a escola e os processos formativos,

<sup>541</sup> “As ações de EAN abrangem vários setores, o que levou o MDS a promover, em 2012, a elaboração do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, visando a construção de consenso conceitual que pudesse orientar as ações públicas dos diversos setores. O processo foi realizado com ampla participação da Sociedade Civil em debates sobre os conceitos e práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), em articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Associação Brasileira de Nutrição, Conselho Federal de Nutrição e o Observatório de Políticas de SAN da Universidade de Brasília” (FAO, 2014, p. 43).

<sup>542</sup> Como resultado do trabalho desenvolvido pelo Comitê Intersetorial tivemos o documento ‘Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendações para Estados e Municípios’. O referido documento traz proposições para ações que visam reduzir a obesidade no País. O tratamento dessa temática no âmbito da Educação Alimentar e Nutricional, como um Eixo do PNAE, também é incentivado, por entender que nos processos formativos estão as condições mais adequadas para o desenvolvimento de mecanismos de prevenção e controle da obesidade na população infante-juvenil.

<sup>543</sup> E na realização que possa estimular a prática articulada multiprofissional, convergindo nas diferentes dimensões que compõem o ato de se alimentar como expressão de múltiplas determinações.

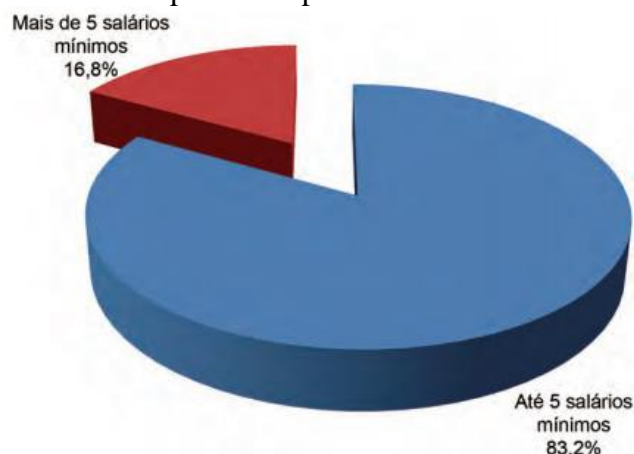
<sup>544</sup> O site do FNDE faz referência a esse texto como ‘Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas’.

como um espaço e tempos pertinente, para o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis, contribuindo para que a temática seja objetivamente considerada no contexto curricular e nos processos que envolvem a comunidade regional.

### 3.4.1.3- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) com quatro décadas completas – criado pelo Lei nº 6.321/1976 é um Programa estatal e de adesão voluntária pelo empregador<sup>545</sup>. Tem o objetivo de estimular o empregador a ofertar uma alimentação nutricionalmente adequada – saudável – aos trabalhadores, principalmente àqueles que tem renda menor do que 5 salários mínimos mensais e que, portanto, estão mais sujeitos à Insegurança Alimentar e Nutricional<sup>546</sup>.

Gráfico 2 – Percentual de trabalhadores beneficiados pelo PAT por faixa salarial em 2015



Fonte: MTE (2015a).

Fonte: BARROS; et al. (2016, p. 146).

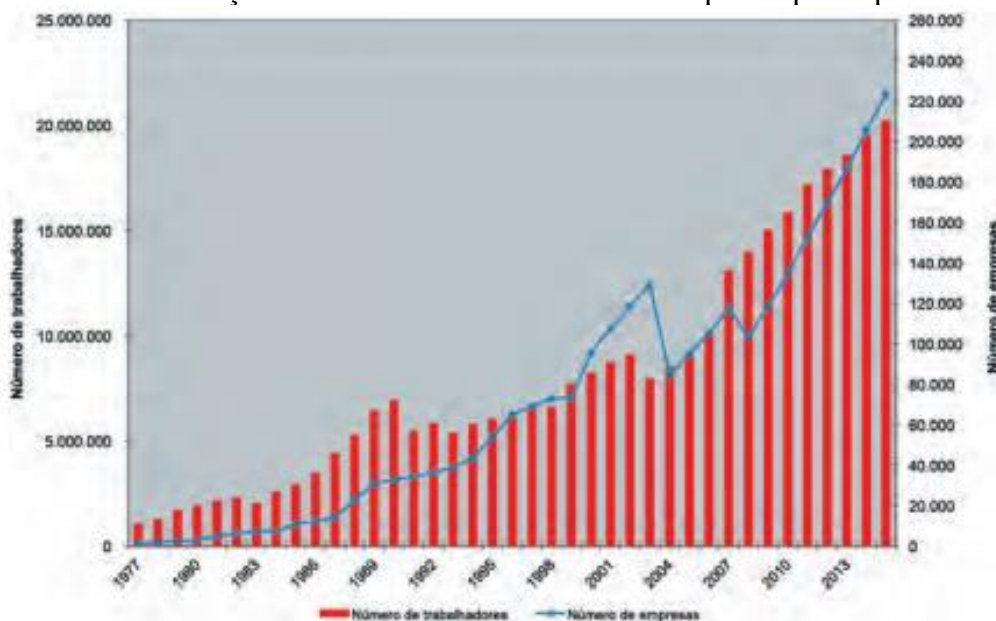
Considerando que o PAT teve sua criação bem antes das discussões inerentes à Segurança Alimentar e Nutricional – bem como da Soberania Alimentar – é importante demarcar que houveram avanços no período entre os anos de 1994 – 2015, período que o

<sup>545</sup> A adesão ao PAT pode ser, por microempreendedores individuais (MEI), microempresas, entidades sem fins lucrativos, órgãos de administração pública direta e indireta, e demais empresas que estejam inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A adoção ao Programa por empresas incide em abatimento e isenção de encargos – trabalhistas e previdenciários – sobre os valores que são gastos com a alimentação de seus trabalhadores vinculados. Além desses aspectos a empresa que optante pela tributação com base no lucro real, também pode deduzir em até 4% das despesas com o PAT no Imposto de Renda (IR).

<sup>546</sup> “Com base em dados de 2015, do total de trabalhadores que recebiam benefícios desse programa no conjunto das seis modalidades de serviços de alimentação, 83,2% atendiam a essa prioridade” (BARROS; et al, 2016, p. 145).

presente capítulo de tese busca analisar. Segundo dados, vemos que no ano de 1994 havia pouco mais de 5 milhões de trabalhadores atendidos com a participação de mais de 60 mil empresas. Já em 2015 os números apontaram 19,5 milhões de trabalhadores atendidos e 223 mil empresas participantes<sup>547</sup>.

Gráfico 3 – Evolução do número de trabalhadores e empresas participantes



Fontes: MTE (2015a); (\*) estimativa FIA (2016).

Fonte: BARROS; et al., 2016, p. 144

Em relação aos trabalhadores atendidos nas/por regiões, ao considerarmos o período entre 2008 – 2013, vemos que houve um crescimento principalmente nas regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste, que normalmente tinham índices menores e a cobertura do programa ainda era bem abaixo das necessidades. Ao analisarmos as variações do período, tendo o Norte 64,29%, Centro Oeste 41,66%, Nordeste 36,21, por exemplo, expressam o maior índice de variação, o que indica um alcance maior do programa em regiões que historicamente sempre tiveram índices menores.

Esses números demonstram um processo de democratização e descentralização do atendimento e dos acessos ao programa, portanto de sua expansão. De acordo com os dados trazidos pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), temos:

<sup>547</sup> Em seu primeiro ano de implementação (1977), o PAT beneficiou 760 mil trabalhadores de 1300 empresas.

Tabela 6 – Número de trabalhadores atendidos pelo PAT, por região, e suas variações no período de 2008 a 2013

Região	2008		2013		Variação no Período (%)
	Nº	(%)	Nº	(%)	
Norte	369.586	2,91	607.185	3,51	64,29
Nordeste	1.457.307	11,46	1.984.981	11,46	36,21
Sudeste	7.979.933	62,73	10.792.025	62,31	35,24
Sul	2.193.432	17,24	2.915.942	16,83	32,94
Centro-Oeste	717.415	5,64	1.016.269	5,87	41,66
Não informado	2.639	0,02	4.648	0,03	76,13
Total	12.720.312	100	17.321.050	100	36,17

Fonte: MTE, Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho e MTE, Atlas do PAT.

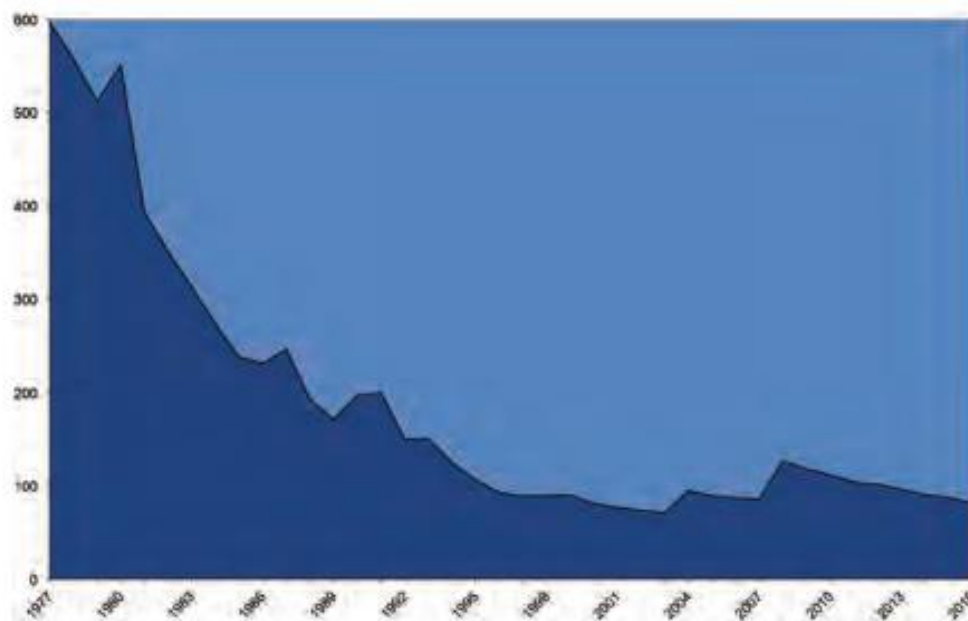
Fonte: CAISAN (2014, p. 43).

A década de 2000, fundamentalmente a partir da sua segunda metade, tendo em vista que houve uma crescente participação das pequenas e médias empresas no Programa, possibilitou o aumento considerável da participação de trabalhadores que recebem até cinco salários-mínimos. Por exemplo, entre os anos de 2006 a 2015 o aumento foi de 8,5 pontos percentuais, passando de 74,7% para 83,2%. (BARROS; et al, 2016). Os dados referentes ao ano de 2016, mais de 20 milhões de trabalhadores foram beneficiados e inclusão de 240 mil empresas no PAT. Além disso, dentre os 20 milhões de trabalhadores, 16,8 milhões ganhavam menos de 5 salários-mínimos<sup>548</sup>, o que demonstra a pertinência do PAT nas estratégias com vista a Segurança Alimentar e Nutricional.

A literatura demonstra que em seu início o PAT teve logo a adesão principalmente de grandes empresas. Por essa razão o computo do número médio de trabalhadores beneficiados pelo PAT, por empresa, apresentou-se alto. “Em 1977, o número médio de trabalhadores beneficiados por empresa era de 597, enquanto em 2015 esse valor foi de 87,4 trabalhadores e estima-se que em 2016 será de 81,4” (BARROS; et al, 2016, p. 144).

<sup>548</sup> Ver mais em: Portal Brasil: Programa de Alimentação de Trabalhadores tem adesão recorde. Publicado em 06 de março de 2017, disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em 26 de julho de 2017.

Gráfico 4 – Evolução do número médio de trabalhadores beneficiados por empresa 1977 – 2016



Fontes: MTE (2015a); (\*) estimativa FIA (2016).

Fonte: BARROS, et al., (2016, p. 144)

Através das empresas participantes do PAT e a distribuição regional, vemos que este tem presença em todas as regiões do país, demonstrando a sua abrangência nacional. De acordo com os dados vemos que há uma predominância de participação das empresas nas regiões Sudeste e Sul com 85% das empresas beneficiárias. Enquanto forma, a implementação do Programa presume várias ações combinadas e que também se tornam em efeitos correlatos diversos<sup>549</sup>, mas, que de modo geral acabam por unificar interesses, tanto da racionalidade estatal quanto das empresas envolvidas. Em torno de “[...] 95% dos trabalhadores beneficiados com refeições pelo PAT são atendidos por empresas privadas especializadas, as quais representam hoje expressivo segmento da atividade econômica nacional” (BARROS; et al, 2016, p. 154). Ou seja, na relação Capital-Trabalho, ou do ponto de vista do ‘Trabalho’, acaba por corresponder aos imperativos sistêmicos.

A literatura acerca do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) também demonstra que os impactos desses programas são incidentes em diversos setores da sociedade. São constituintes de processos motivadores e indutores de transformação social.

<sup>549</sup> Movimentação do comércio e aumento das transações na economia, por um lado, e aumento da produtividade da força de trabalho e abatimento de tributos por outro, bem como, garantia ao alimento e potencialidade para hábitos alimentares mais apropriados com a orientação técnica nutricional. O PAT também impulsiona a geração de empregos – diretos e indiretos – como, por exemplo apresentado no ano de 2016, que fechou com 14,8 mil empresas que prestaram serviços no fornecimento de alimentação – todas registradas – e, além disso, a contratação de 23,8 mil nutricionistas (Portal Brasil: [www.brasil.com.br](http://www.brasil.com.br), acesso em 26 de julho de 2017).



Figura 6 – Impactos de Programas de Alimentação do Trabalhador



Fonte: BARROS; et al. (2016, p. 105).

A constituição desses processos interseccionados na execução do programa podem modular as condições objetivas de um setor influenciar o outro. E na teia de relações (horizontais e verticais), materializa imperativos ‘multiescalares’ que poderão contribuir com programas dessa natureza.

Neste sentido, a articulação de diferentes setores, além da garantia de uma alimentação mais adequada, pode ser vetor de redimensionamento de hábito alimentar e nutricional.

Esse resultado parece evidenciar que empresas de maior porte e com melhor estrutura técnico-administrativa da área de recursos humanos percebem melhor os benefícios da alimentação aos trabalhadores como um diferencial para alcançar maior produtividade, menor incidência de acidentes de trabalho e melhoria da percepção dos trabalhadores quanto ao ambiente de trabalho e à preocupação das empresas em relação ao seu bem-estar. (BARROS; et al, 2016, p. 149).

Estes elementos demonstram que as bases operacionais e a malha legal que foi se tecendo no decorrer dos anos<sup>550</sup> possibilitou que o PAT fosse sendo redimensionado e constituindo as condições objetivas para o aumento da participação no Programa, tanto dos trabalhadores, quanto das empresas, fundamentalmente das empresas de médio e pequeno porte.

<sup>550</sup> Por exemplo: “A partir de 2008, o cadastramento no Programa tornou-se totalmente *on-line* e os próprios interessados acessam o sistema e o preenchem. Nesse sistema, vale destacar uma ferramenta de extração de dados do PAT chamada ‘Atlas’. Por meio dela, obtêm-se dados de acordo com a região desejada, modalidade do Programa ou faixa salarial dos trabalhadores. Outro ponto a ser ressaltado é a Instrução Normativa do cumprimento da legislação do PAT. Um dos principais aspectos a serem verificados pela fiscalização é o **atendimento dos parâmetros nutricionais estabelecidos na Portaria nº 03, de 1º de março de 2002**” (CAISAN, 2014, p. 42 (*Grifos meus*)).



Os últimos dados da RAIS mostram que, em 31/12/2014, havia maior concentração de trabalhadores com renda mais baixa em empresas de menor porte, [...]. Assim, ao apresentar uma redução gradual no número médio de trabalhadores por empresa ao longo dos 40 anos, o Programa tem se tornado socialmente mais justo com o passar do tempo, por aumentar o seu alcance entre trabalhadores com menor remuneração. Deve ser ressaltado que o PAT tem sido visto como benefício reconhecido tanto pelos trabalhadores quanto pelas empresas e frequentemente incluído na pauta de negociações trabalhistas. O Programa presta-se, assim, como um dos elementos de harmonização e integração nas relações entre capital e trabalho. (BARROS; et al, 2016, p. 145).

Em relação à territorialização da política também é perceptível avanços. Considerando estes pressupostos anteriormente destacados, vemos também a sua expansão em direção às regiões em desenvolvimento e menos industrializadas. Isto foi possível pelo processo de redimensionamento de várias diretrizes do Programa<sup>551</sup>. Considerando os princípios e diretrizes da Segurança Alimentar e Nutricional, esse fenômeno se torna positivo, haja visto que as maiores deficiências alimentares, em grande medida, estão em regiões pobres e menos desenvolvidas.

A maneira do empregador beneficiário do PAT utilizar o programa, pode se dar de diversas formas. Pode, por exemplo, ter infraestrutura e preparar as refeições aos trabalhadores, distribuir cestas de alimentos, oferecer alimentação coletiva contratando outras empresas do ramo que acolhem e/ou administram cartão-alimentação ou vale refeição<sup>552</sup>.

Para prover o benefício aos seus trabalhadores, as empresas participantes do PAT, em função de suas características e condições de funcionamento próprio, podem escolher dentre seis tipos de serviço da alimentação, cuja participação ao longo do tempo vinha se mantendo relativamente estável até meados da década passada. Contudo, tem-se observado um aumento expressivo da participação na modalidade de alimentação-convênio e queda das participações nas modalidades de cestas de alimentos, administração de cozinha e serviço próprio. (BARROS; et al, 2016, p. 154).

Vemos, portanto, que as empresas que participam do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), têm feito a opção, de ao invés de fornecerem a alimentação e refeição no local de trabalho, ou em suas infraestruturas, de disponibilizarem o alimento através de restaurantes conveniados<sup>553</sup>.

<sup>551</sup> “No ano de implantação, a região Sudeste apresentava, sozinha, quase 70% do total de trabalhadores. Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentavam juntas, somente 7,6% do total de beneficiados. Atualmente, essas localidades atingem o percentual de 14%, mostrando a expansão do PAT em direção a regiões antes menos desenvolvidas e industrializadas. O Sudeste ainda é a região com maior fatia de beneficiados, mas a sua participação caiu quase 10 pontos percentuais e é atualmente de 61,7%” (BARROS; et al, 2016, p. 149).

<sup>552</sup> Vale destacar que essas empresas – independente da forma que utilizem o Programa – devem contar com orientação de profissional da área de nutrição (nutricionista) como responsável técnico e este deve estar registrado no Programa.

<sup>553</sup> “Em 2015, o sistema de convênio foi aquele de maior participação no número de trabalhadores beneficiados, com 62,7% (38,8% para alimentação-convênio, 23,9% para refeição convênio), seguido pelo sistema de

Figura 7 – Participação das modalidades de serviços de alimentação nos últimos 21 anos



Fonte: MTE (2014).

Fonte: BARROS, et al. (2016, p. 154).

Considerando as discussões acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, que aponta, as refeições fora do domicílio como *indutores em potência* de uma alimentação não adequada, vemos que é um fenômeno a ser considerado para se pensar o PAT. Outro aspecto que se evidencia, a partir desses elementos, é que alimentos básicos – que normalmente compõem as cestas de alimentos – deixam de chegar aos domicílios dos trabalhadores o que pode também influenciar nas condições de Insegurança Alimentar e Nutricional de outros membros da família.

Um Programa com essa envergadura além de oferecer o acesso ao alimento (direto) ao trabalhador, é força indutora de geração de postos de trabalho (direto e indireto) e renda e, portanto, fator material indutor para a arrecadação tributária. “Setores como agropecuária, indústria de alimentos, distribuidores de alimentos, restaurantes, supermercados, empresas especializadas em oferecer refeições, administradoras de *vouchers* e de cestas básicas etc. floresceram sob os efeitos do Programa de Alimentação do Trabalhador” (BARROS; et al, 2016, p. 156).

Considerando o ano de 2016, aproximadamente 670 mil pessoas tiveram ocupação direta em serviços de alimentação para atender os mais de 20 milhões de trabalhadores beneficiários. Surgiram empresas especializadas na área de fornecimento e gestão de alimentos, o que demandou também força de trabalho especializada. Neste sentido, o setor de alimentação induzido especificamente pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT),

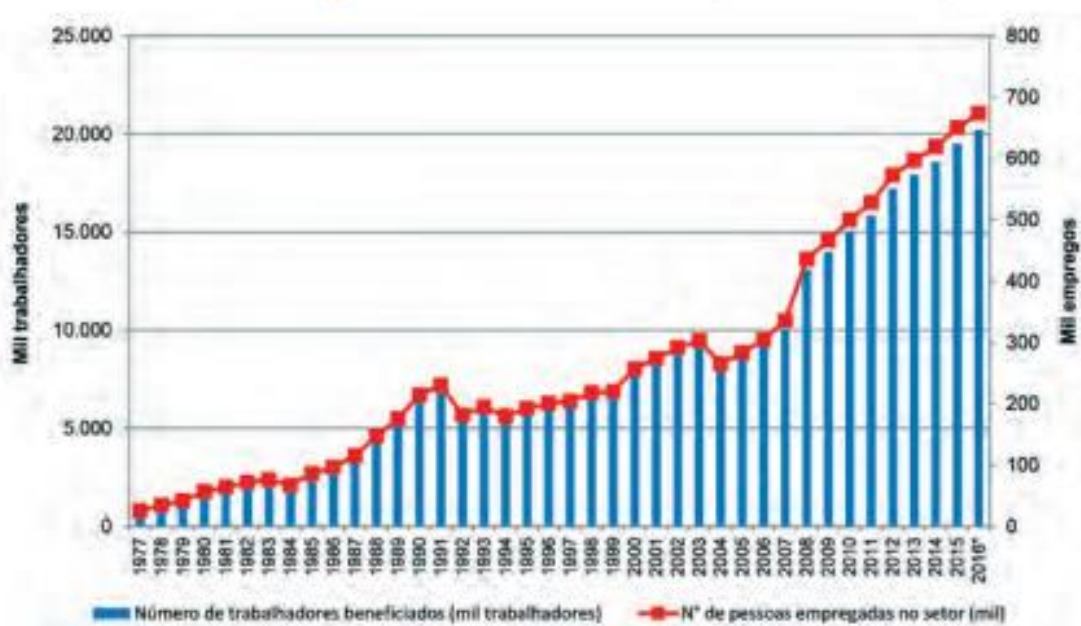
---

administração de cozinha (15,3%), cestas básicas (9,7%), refeição transportada (6,9%) e 5,4% por meio do sistema próprio. [...]” (BARROS; et al, 2016, p. 154).

movimentou em 2016 um volume total de recursos e negócios próximos à R\$ 80 bilhões (BARROS; et al, 2016).

E na relação entre trabalhadores beneficiados e o número de empregos gerados no setor de serviços de alimentação também houve uma significativa evolução desde o início do programa com notável [salto] no aumento a partir do ano de 2008.

Gráfico 5 – Evolução do número de trabalhadores beneficiados e do número de empregos gerados no setor de serviços de alimentação



Fontes: MTE (2015a); (\*) estimativa FIA (2016).

Fonte: BARROS; et al. (2016, p. 155).

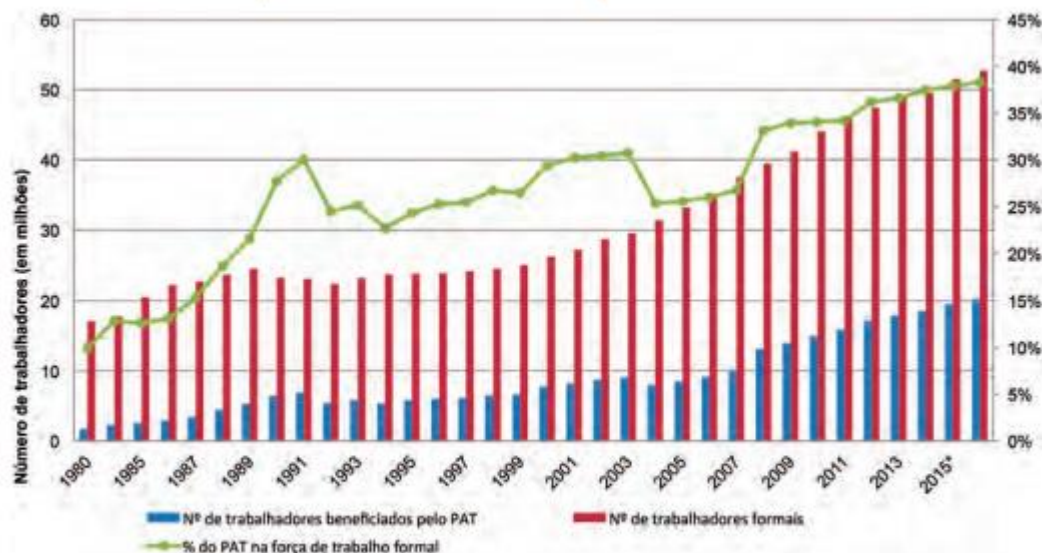
Em relação aos trabalhadores formais vemos que o PAT ainda poderia atingir um maior número e melhores indicadores, tendo em vista que grande parte dos trabalhadores ativos não conseguem participar do Programa por razões diversas.

Existe um potencial considerável de expansão para o PAT, pois os beneficiados pelo Programa em 2016 devem representar cerca de 38,3% da força de trabalho formal estimada para o mesmo ano. Esse valor é 12,3 pontos percentuais acima do verificado em 2006, nos primeiros 30 anos do PAT (26%). Em 2014, último ano com dados disponíveis da RAIS, o percentual era de 37,5% da força de trabalho formal. (BARROS; et al, 2016, p. 147).

Ao considerar a intencionalidade prescrita nas discussões de Segurança Alimentar e Nutricional, vemos que ganha significado as indicações para o aumento de recursos e ampliação do atendimento pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Mesmo

sendo considerado um programa robusto e bem estruturado em seu funcionamento, ainda tem um público enorme que ocupa trabalho formal para ser atendido.

Gráfico 6 – Trabalhadores beneficiados pelo PAT em relação ao total de trabalhadores formais (em milhões de trabalhadores)



Fontes: MTE (2015a; 2015b); (\*) estimativas FIA (2015; 2016).

Fonte: BARROS, et al. (2016, p. 147)

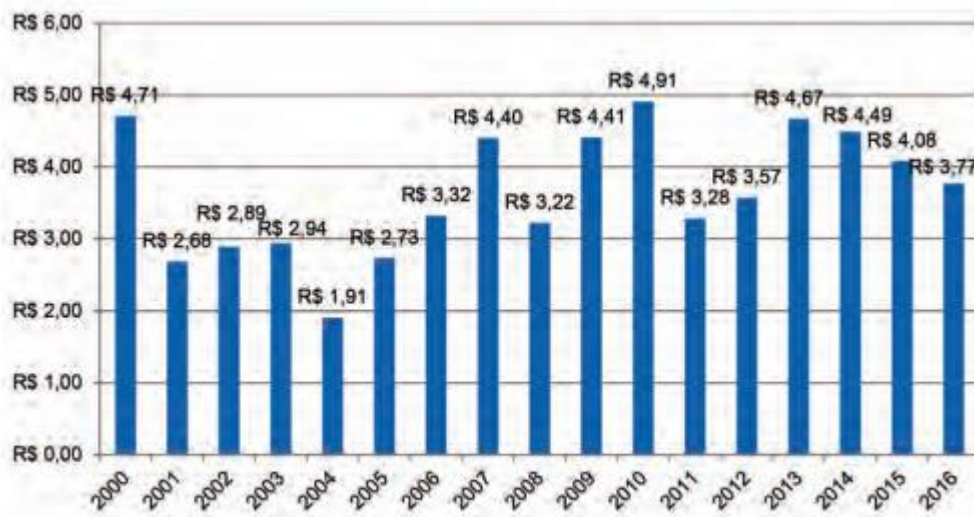
Outro elemento importante e inclusive, motivador e indutor para a implementação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), diz respeito à relação custo-benefício entre renúncia fiscal e arrecadação fiscal. Na maioria dos países, incluindo o Brasil, há o entendimento de que a alimentação ao trabalhador não deve estar sujeita à tributação e deve ser entendida como um benefício social. No caso do PAT a renúncia fiscal por parte do Estado brasileiro, em virtude do mecanismo de incentivo [fiscal] pode ser considerada baixa. Os valores de Impostos de Renda não recolhidos nessa situação, significou em 2016 a alimentação diária para mais de 20 milhões de trabalhadores, o que por certo incide na conclusão, de que há um resultado positivo no que concerne ao benefício em relação ao custo. Como podemos ver:

Nos últimos dez anos, a renúncia fiscal anual média do PAT foi de R\$ 734 milhões – cujos valores foram atualizados para 2016 pelo INPC<sup>554</sup> –, o que representa 0,43% da renúncia fiscal total média do Tesouro nesse mesmo período. A renúncia fiscal média do PAT por trabalhador/mês nesses 10 anos foi de R\$ 4,04 (a preços de 2016). (BARROS; et al, 2016, p. 156).

<sup>554</sup> Nota minha: Índice Nacional de Preços (INPC).

Considerando as estimativas feitas pela Secretaria da Receita Federal (BARROS; et al., 2016) Como poderemos verificar a partir da renúncia fiscal, com valores atualizados para 2016 pelo INPC/IBGE, temos:

Gráfico 7 – Valor da renúncia fiscal do PAT por trabalhador/mês (\*)



Fonte: MF (2015).

Fonte: BARROS; et al. (2016, p. 156).

Através da literatura acessada podemos verificar que o custo do PAT para o Estado brasileiro decresceu nesses últimos anos e, considerando o montante geral de recursos fiscais “renunciados”, pode ser considerado um custo-baixo quando levado em consideração e comparado com as potencialidades do Programa no incentivo da arrecadação fiscal. Ainda em relação ao custo-benefício do PAT, vemos:

Outro indicador relevante de custo-benefício do PAT refere-se à relação entre a renúncia fiscal perante a estimativa de arrecadação decorrente das transações com refeições pelo Programa. A partir de dados da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Trabalho, estima-se que, para cada R\$ 1 de renúncia fiscal, o PAT proporciona uma arrecadação de tributos da ordem de R\$ 15,71 apenas com os negócios diretos gerados pelo Programa, desconsiderando os efeitos secundários sobre toda a cadeia. Portanto, o PAT reveste-se de elevada atratividade não apenas para os trabalhadores (melhoria das condições de saúde e aumento real da renda) e para as empresas (aumento de produtividade, redução de acidentes, de faltas, de atrasos e rotatividade etc.), mas também para o governo (aumento da arrecadação fiscal, redução de gastos com saúde e previdência e estímulo à economia formal). (BARROS; et al, 2016, p. 157).

Outro efeito correlato é a redução do número de acidentes de trabalho a partir do ano de instituição do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) no Brasil.

Até o ano de criação do PAT, o número de acidentes de trabalho vinha crescendo de maneira acelerada. De 1,3 milhão de casos em 1971, os acidentes de trabalho

subiram para 1,9 milhão em 1975, um aumento de 46%. Os dados mais recentes do Ministério da Previdência Social (MPS, 2015b) apresentam um montante de aproximadamente 718 mil acidentes de trabalho em 2013, quantidade 63% inferior à observada em 1975, **cabendo notar que a população economicamente ativa mais que dobrou nesse período** que, a partir de 2007, a nova metodologia de contabilização de acidentes passou a considerar também os acidentes de trabalho mesmo sem o envio da Comunicação de Trabalho (CAT). (BARROS; et al, 2016, p. 157 – 158 (*Grifos meus*)).

A questão da redução de acidentes de trabalho é uma consequência multideterminada, porém, é perceptível uma ligação estreita com o PAT e deve ser ressaltada as condições da alimentação do trabalhador para esse fenômeno<sup>555</sup>.

O aumento da produtividade e a incidência do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para essa questão, também são considerados nas análises do Programa.

[...], entre o ano de início do PAT, 1977, e 2014, a produtividade da mão de obra brasileira cresceu aproximadamente 56%, a uma taxa média de 1,2% ao ano (em dólares por hora trabalhada a preços de 2014, de acordo com o The Conference Board, 2015). Na década entre 2004 e 2014, o ganho na produtividade foi de aproximadamente 18%, ou cerca de 1,7% ao ano. Uma análise de regressão similar àquela realizada para os acidentes de trabalho mostrou que também existe uma associação positiva entre o aumento da penetração do PAT entre os trabalhadores brasileiros e um aumento na produtividade da mão de obra brasileira [...]. De acordo com os resultados obtidos, a relação indica que, a cada 1 ponto percentual de aumento na penetração do PAT, está associado um acréscimo de 78 centavos de dólar na produtividade em termos de dólares por hora trabalhada. (BARROS; et al, 2016, p. 159).

A participação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) na renda ‘média’ do trabalhador também constitui dados e valores significativos. Porém, podem ser considerados valores razoáveis, mas que poderiam ser mais altos, se tomado como parâmetro os recursos necessários para uma boa alimentação diária. Obviamente que o parâmetro de suficiência desses valores presume também outras políticas que podem garantir um preço adequadamente ‘baixo’ da boa alimentação.

Tomando-se por base valores e preços de janeiro de 2016, o valor médio de um *voucher*-refeição situa-se em torno de R\$ 17,00/dia, enquanto o valor médio do *voucher*-alimentação atinge R\$ 338,00, equivalente a R\$ 15,99/dia do benefício alimentar concedido aos trabalhadores. Isso representa um valor médio de R\$ 351,70 por mês trabalhado. A renda média da RAIS para o trabalhador formal, atualizada pelo INPC para janeiro de 2016, corresponde a R\$ 2.617. Desse modo, o valor médio mensal do benefício alimentar representa cerca de 13,4% do rendimento médio dos trabalhadores. [...]. (BARROS; et al, 2016, p. 160).

<sup>555</sup> “Nos 40 anos do PAT, a taxa média de trabalhadores beneficiados cresceu 9% ao ano, enquanto a de acidentes de trabalho caiu cerca de 2% ao ano. [...] [...] há uma razoável associação entre as duas variáveis e uma relação que indica que, a cada 1 ponto percentual de aumento na penetração do PAT, está associada uma queda de 0,77 acidentes de trabalho a cada 100 trabalhadores formais” (BARROS; et al, 2016, p. 158 – 159).

Notoriamente, aos trabalhadores que têm os benefícios do PAT, as condições de acesso à alimentação ficam garantidas e contribui para algumas condições objetivas e dimensões que compõem a Segurança Alimentar e Nutricional.

Como vemos é um Programa de grande longevidade e no decorrer desse período foi sendo aprimorado – incluindo o aumento de recursos financeiros –, bem como, buscou garantir atendimento a um número expressivo de trabalhadores, mantendo uma forma de funcionamento que possibilita o acesso prioritário, fundamentalmente aos trabalhadores que mais precisam<sup>556</sup>. Contudo, ainda há a necessidade de ser ampliado, mesmo considerando que mais de 80% dos beneficiários estão na faixa salarial ao que se propõe o atendimento do Programa, ao ser considerado a totalidade dos trabalhos formais, seu alcance ainda é pequeno.

A maior parte dos trabalhadores – considerado agora a totalidade dos trabalhos formais – que ganham menos de 5 salários-mínimos ainda estão fora do Programa. Isto significa também que grande maioria das empresas de menor porte, também não estão sendo contempladas com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), tendo em vista que a maior parte dos trabalhadores que ganham menos de 5 salários-mínimos vendem sua força de trabalho para empresas pequenas.

[...] nota-se que a penetração do PAT é maior em empresas de grande porte e cai bastante em empresas menores, ficando abaixo de um terço dos trabalhadores em empresas com menos de 100 funcionários, menos de um quarto em empresas com menos de 50 funcionários, menos de 15% em empresas com menos de 20 funcionários, menos de 10% para empresas com menos de 10 funcionários, sendo apenas 3,1% nas empresas que possuem no máximo 4 funcionários. (BARROS, et al, 2016, p. 160 – 161).

Embora seja uma experiência válida ainda há a necessidade de políticas e estratégias indutoras que desenvolvam as condições objetivas para a participação cada vez maior das microempresas, já que são nestas que se encontram a maior parte dos trabalhadores formais e, em média, estes trabalhadores percebem também os menores salários<sup>557</sup>.

---

<sup>556</sup> Um aspecto interessante a se pensar é que nem sempre os beneficiados de algum Programa têm relativo conhecimento acerca dos objetivos e da natureza desses Programas. Exemplo disso é próprio PAT. De acordo com Barros; et al (2016, p. 166), “Em relação ao conhecimento dos trabalhadores que recebiam ou não o *voucher*-refeição ou alimentação, segundo a pesquisa do Datafolha (2014), a maioria (79% dos entrevistados) desconhecia o Programa de Alimentação do Trabalhador. Mesmo dentre os beneficiados, apenas 25% afirmaram conhecer o PAT. Quando perguntados sobre o Programa de forma estimulada, baseada na ideia de *voucher*-refeição ou alimentação, 40% comentaram já ter ouvido falar ou conhecer o Programa. O maior conhecimento sobre o PAT vem de trabalhadores de empresas de prestação de serviços e de empresas de grande porte”.

<sup>557</sup> Ainda de acordo com Barros; et al (2016, p. 161) vemos que a partir dos “números do PAT na RAIS (TEM, 2014), verifica-se que, em 31/12/2014, apenas 0,9% dos trabalhadores beneficiados pelo PAT, ou 131 mil pessoas, trabalhava em empresas com até 4 funcionários. Esse segmento, no entanto, era composto no período por mais de 4 milhões de empregados. No segmento de 5 a 9 trabalhadores, apenas 344 mil são beneficiados pelo PAT, apesar de também totalizarem mais de 4 milhões de trabalhadores. Os trabalhadores em empresas



A multidimensionalidade da política é importante no sentido das ações e exigências correlatas, mas, expressa uma percepção de Segurança Alimentar e Nutricional, mais próxima da concepção norte americana e europeia do que o entendimento desenvolvido e lapidado no Brasil.

### 3.4.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

#### 3.4.1.4.1 Caracterização do Programa

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>558</sup> (2003) é reconhecido como um avanço, dado que em sua concepção busca construir, fomentar mecanismos e estratégias, e ser instrumento de uma política agrícola – direcionada ao campesinato<sup>559</sup> – ao mesmo tempo que pode garantir as condições de acesso ao alimento, considerado adequado e saudável, e que pode atender a população do Campo e das cidades. A natureza da política traz consigo as condições iniciais da intersetorialidade, tanto em seu aspecto formal quanto na materialidade ao ser implementada.

O PAA é coordenado por um grupo gestor composto por diferentes ministérios<sup>560</sup> e conjuga instrumentos de apoio à produção e à comercialização, utilizando preços de referência diferenciados para a produção familiar, simplificando os procedimentos para a aquisição governamental dos seus produtos e destinando-os a determinados segmentos populacionais. A experiência do PAA remonta às iniciativas já presentes no PRONAN que incidem simultaneamente em múltiplas dimensões da cadeia agroalimentar e que favorecem uma aproximação entre produção e consumo de alimentos e uma ótica mais integrada de ação pública. (BURLANDY, 2009, p. 856).

Como vemos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visa corresponder a dois objetivos básicos: 1- incentivar e fortalecer a Agricultura Familiar e Camponesa e, 2- promover o acesso à alimentação adequada. É desenvolvido e operacionalizado a partir de

---

com menos de 20 funcionários representam mais de um quarto da força de trabalho formal, no entanto, esses trabalhadores representam pouco mais de 7% dos beneficiados pelo Programa. **Em resumo, em 31/12/2014, mais de 42 milhões dos 49 milhões de trabalhadores da força formal de trabalho recebiam até cinco salários mínimos; entretanto, apenas pouco mais de 12 milhões destes eram beneficiados pelo Programa**<sup>559</sup>. (*Grifos meus*).

<sup>558</sup> Criado pelo Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 no âmbito do Programa Fome Zero. Esta lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Sua regulamentação se deu por diversos Decretos, sendo que o que está em vigência é o Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012.

<sup>559</sup> Acessam: “agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf” (SAF-PAA).

<sup>560</sup> Nota minha: Na implementação e execução do Programa o regramento é definido de maneira intersetorial por um Grupo Gestor (GGPAA), órgão colegiado de caráter deliberativo composto por representantes do: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda; Ministério da Educação.



‘cinco modalidades’: Compra Direta, Formação de Estoque, Compra Institucional, Doação Simultânea e PAA-Leite. Desse modo, vemos que a estrutura do Programa contempla dois beneficiários: os consumidores dos alimentos<sup>561</sup> e os produtores/fornecedores<sup>562</sup>. Seu orçamento até 2016 foi composto por recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com esses recursos o Programa compra os alimentos produzidos pela Agricultura Familiar e Camponesa para destinar às pessoas em situação de vulnerabilidade econômico-social e com estado de Insegurança Alimentar e Nutricional. Também são contempladas as pessoas que utilizam os serviços e são atendidas por programas e redes sociais e assistenciais, e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Correspondendo às proposições e demandas oriundas das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, buscou-se desburocratizar os processos e o acesso aos recursos por força de lei, buscando garantir a realização de seus objetivos. Exemplo disso é a dispensa de licitação para a compra desses produtos. Este é um aspecto importante tendo em vista que sem a flexibilização dessa regra, os processos e procedimentos na sua operacionalidade teria pouco efetividade e a exclusão de muitos dos agricultores familiares na participação do Programa seria inevitável.

A constituição dos estoques públicos e a realização do abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, bem como, dos estoques das próprias organizações sociais cooperativadas, a partir de produtos alimentares de origem familiar também é potencializado com o Programa. Estes aspectos materializam processos que correspondem à concepção construída e demandada nos debates, como por exemplo: fortalecem os circuitos locais e regionais e também as redes de comercialização nessas escalas; estimula o associativismo; fortalece a produção agroecológica e orgânica; valoriza a biodiversidade; coloca à disposição das pessoas alimentos de boa qualidade nutricional e, incentiva hábitos alimentares saudáveis.

A operacionalização do Programa foi aos poucos sendo redimensionado correspondendo aos debates e às experiências pela prática de implementação. O PAA é operacionalizado pelos Entes Federados (Estados, Distrito Federal e Municípios), bem como “pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública, vinculada ao

---

<sup>561</sup> Pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional e demais atendidos pelos equipamentos (públicos) de alimentação e nutrição rede socioassistencial.

<sup>562</sup> “Os beneficiários fornecedores são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006” (BRASIL, 2012, p. 04).

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento (BRASIL, 2012, p. 10). No período que compreende os anos de 2003 a 2012, na execução pelos Entes Federados Estadual, Distrito Federal e Municipal, se deu por meio de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Contudo, visando aprimorar e desburocratizar os procedimentos de operacionalização, houveram mudanças na base legal.

Para esta parceria com Estados, Municípios e consórcios públicos com a Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, abriu-se a possibilidade de execução do PAA mediante a celebração de Termo de Adesão, dispensada a celebração de Convênio. Esse novo instrumento proporciona a ampliação do Programa, tem menos burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao Agricultor Familiar, que recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA. (BRASIL, 2012, p. 10).

Como mencionado, a operacionalização do Programa ocorre de maneira intersetorial. Desse modo, dada a sua abrangência e intersetorialidade, a participação e o controle social por parte da Sociedade Civil são necessários e fundamentais. Prioritariamente, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é a instância de controle do PAA nas diferentes esferas. Tendo em vista que nem todos os municípios contam com o CONSEA municipal, Conselhos como da Assistência Social ou Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável poderão desempenhar essa função.

#### 3.4.1.4.2 Das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Como vimos, o PAA possui cinco modalidades de aquisição dos alimentos com objetivos específicos em cada uma delas. Ao analisar essas informações vemos que nelas se inscrevem pontos importantes da *'natureza da política'*. São aspectos positivos ao ser considerada a realidade que se quer atingir. Porém, demarca também algumas linhas limítrofes no interior dos processos. Vemos por exemplo, por um lado, que é um Programa desburocratizado e pode atender pessoas e organizações nos diferentes recantos do país com distribuição e incentivo de renda. E, por outro, expressa também o limite dos valores que cada agricultor pode acessar com as suas vendas, que dada às condições objetivas especiais desses trabalhadores camponeses, se caracteriza como uma *renda mínima*.

A modalidade *“Compra com Doação Simultânea”* visa atender demandas locais em vista a corresponder à promoção do *Direito Humano à Alimentação Adequada*, sobretudo no quesito de suplementação alimentar. Obviamente que a execução dessa modalidade contribui

para a produção local e que essa produção seja de alguma maneira, capaz de cumprir objetivos preestabelecidos, correspondendo, por exemplo, às demandas das instituições e redes socioassistenciais, de ensino, dos equipamentos e programas públicos de alimentação e nutrição, tais como: Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos.

Tendo como objetivo a doação simultânea, os alimentos que podem ser adquiridos são aqueles em condições de qualidade, e próprios para o consumo humano – inclusive alimentos perecíveis que compõem os hábitos alimentares locais e a cultura alimentar regional –, podendo estar *in natura* ou minimamente processados, desde que sejam de produção própria dos agricultores familiares, e contemplem os requisitos e as exigências legais, de controle e de qualidade, de acordo com as princípios de alimentação saudável e das normas vigentes.

O seu funcionamento e a sua aplicação estão prescritos nas regras de acordos entre os participantes, que vai desde a sua celebração formal até os limites relacionados aos recursos acessados<sup>563</sup>.

Quando a modalidade é executada por Estados, e consórcios os agricultores podem vender, individualmente, até **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano. Se fornecerem por meio de organizações, o limite passa a ser de até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano.** [...]. (BRASIL, 2012, p. 15, (*Grifos meus*)).

A Modalidade “*Compra Direta*” tem como objetivo e finalidade “a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos, definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação” (BRASIL, 2012, p. 16). Assim como na modalidade anterior *os alimentos devem ser de produção própria dos beneficiários fornecedores*, ou seja, dos agricultores familiares, com qualidade adequada às normas vigentes e aos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional. Fundamentalmente são adquiridos com a Compra Direta, alimentos como: feijão, arroz, trigo, milho, farinha de mandioca, leite em pó integral, sorgo, castanha de caju, castanha-do-brasil, e/ou outros que o Grupo Gestor do PAA possa definir em ato de sua incumbência.

---

<sup>563</sup> A presente modalidade do PAA era executada apenas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Como instrumento legal para sua implementação são utilizados: Parcerias estabelecidas por Termo de Adesão (com Estados, Distrito Federal e Municípios); Consórcios públicos de Municípios; Termo de Cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (formalizado). Em relação aos instrumentos de operacionalização temos, no âmbito do ‘Termo de Adesão’ o pagamento é feito pela União, por intermédio do MDS diretamente ao beneficiário fornecedor (agricultor) através do cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA. Quando a forma se dá através do ‘Termo de Cooperação’ os recursos são repassados do MDS para a CONAB que faz o pagamento dos beneficiários fornecedores. Estes devem estar organizados em associações ou cooperativas e a entrega dos produtos se dá diretamente para as entidades beneficiárias.

Em relação à forma e aos recursos para a implementação e execução dessa modalidade temos:

[...], os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pela operacionalização.

A Compra Direta permite a aquisição de produtos até o **limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar**, e é acessada individualmente.

[...]. Os produtos passam a compor os estoques públicos que são gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em articulação com o MDA e o MDS. (BRASIL, 2012, 17; 18, (*Grifos meus*)).

Os produtos alimentícios adquiridos com os recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) devem ser prioritariamente doados, ou em casos excepcionais podem ser vendidos desde que devidamente autorizado pelo Ministério. Em regra, esses alimentos sempre serviram para compor as cestas de alimentação – cestas básicas – destinadas a grupos populacionais específicos e em situação de vulnerabilidade social e Insegurança Alimentar e Nutricional.

A Modalidade “*Apoio à Formação de Estoques*” tem como objetivo e finalidade fortalecer as organizações da Agricultura Familiar através do apoio financeiro para essas organizações constituírem seus estoques de alimentos e, com isso, possam ter condições de agregação de valor de suas produções e a sustentação dos preços. Os gêneros alimentícios posteriormente são comercializados pelas organizações de agricultores, podendo estas organizações, a partir dessa prática fazerem a devolução dos recursos financeiros ao poder público, ou destinados aos estoques públicos. (BRASIL, 2012).

Assim como as modalidades anteriores, os produtos alimentícios que podem ser adquiridos, além de serem de produção própria dos agricultores familiares e que cumpram as condicionantes de qualidade, devem ser da safra vigente. Ao analisar a forma de funcionamento vemos que:

Para execução dessa modalidade, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) repassam, por meio de Termos de Cooperação, recursos financeiros para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, responsável pela operacionalização. (BRASIL, 2012, p. 19).

As organizações de agricultores, a partir da percepção de condições objetivas de formação de estoque de um determinado produto, podem lançar proposta à CONAB de participação na formação de estoque<sup>564</sup>. Sendo esta proposta aprovada, a organização emite a

---

<sup>564</sup> De acordo com Brasil (2012, p. 19) “A proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados”.

Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e, a partir desse procedimento, o MDS disponibiliza o recurso para que a organização possa adquirir os produtos de seus agricultores vinculados, além de poder beneficiar esses produtos e estocar em sua infraestrutura.

A CPR-Estoque tem prazo de vencimento de 12 meses, devendo ser quitada pela organização ao final desse prazo. Quando a operação é feita com recursos do MDS, o pagamento deve ser feito em produtos, ou seja, a organização deve entregar para os estoques públicos parte dos alimentos beneficiados. Quando a operação é feita com recursos do MDA, o pagamento da CPR é feito financeiramente, ou seja, a organização deve vender o alimento beneficiado no mercado convencional e devolver à União o recurso que lhe foi repassado pela CONAB, acrescido de encargos de 3% (três por cento) ao ano. (BRASIL, 2012, p. 19 – 20).

Em relação ao aspecto financeiro há a prescrição de limites de valores, tanto para a organização, quanto para o beneficiário fornecedor individual. Temos, portanto, a exigência de que o valor total para cada organização não pode ultrapassar a quantia de R\$ 1,5 milhão no ano e para a Unidade Familiar Produtiva o limite está previsto para R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no ano.

A Modalidade “*Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite*” objetiva atender pessoas e famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional e contribuir para o aumento do consumo de leite – em quantidade e qualidade adequada – dessas pessoas. Além disso, correspondente à essa finalidade, também visa potencializar e aumentar a produção leiteira desenvolvida por agricultores familiares.

Através dessa modalidade o Programa adquire o leite – de vaca e/ou de cabra – desde que seja da produção própria do beneficiário fornecedor e cumpra as exigências de qualidade prevista nas normas legais.

Para participar do PAA Leite, o agricultor familiar deve seguir as seguintes exigências: possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), produzir no máximo 150L de leite/dia e ter comprovante de vacinação dos animais. O produtor pode receber pela venda de seu produto **até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade familiar/semestre**, diferente das demais modalidades nas quais o limite é anual. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte. (BRASIL, 2012 p. 21, (*Grifos meus*)).

A logística para o funcionamento é desenvolvida através da contratação de laticínios pelas Unidades Executoras, para que estes executem os processos de coletar, recepcionar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os locais e pontos de distribuição definidos pelo Programa onde as famílias – beneficiárias consumidoras – retiram a sua cota de leite diária<sup>565</sup> (BRASIL, 2012).

<sup>565</sup> “As famílias que recebem o leite são selecionadas pela Unidade Executora e devem preencher no mínimo os seguintes critérios: ter renda per capita de até meio salário mínimo e possuir, dentre os membros da família,

A Modalidade “*Compra Institucional*” instituída através do Decreto nº 7.775/2012, representa uma inovação nas normas do Programa. Tem por finalidade e objetivo “garantir que Estados, Distrito Federal e Municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da Agricultura Familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação” (BRASIL, 2012, p. 22). A presente modalidade foi concebida para que os entes federados através de seus recursos próprios possam adquirir alimentos para atender as demandas regulares de consumo em suas instituições, tais como: restaurantes universitários, hospitais, quartéis, refeitórios de creches filantrópicas, etc.

Os tipos de alimentos que podem ser adquiridos seguem as orientações das demais modalidades, processados ou ‘*in natura*’, podendo ser perecíveis, desde que correspondam aos hábitos alimentares locais/regionais e que sejam frutos do trabalho das unidades de produção dos agricultores familiares envolvidos.

Em relação ao ritual e processo de funcionamento e aquisição, o órgão comprador elabora/define a demanda e elabora a chamada pública, e as organizações dos trabalhadores da Agricultura Familiar elaboram e apresentam as suas propostas de venda respeitando o prescrito no edital da chamada pública. As propostas são analisadas e poderão ser habilitadas pelo órgão comprador.

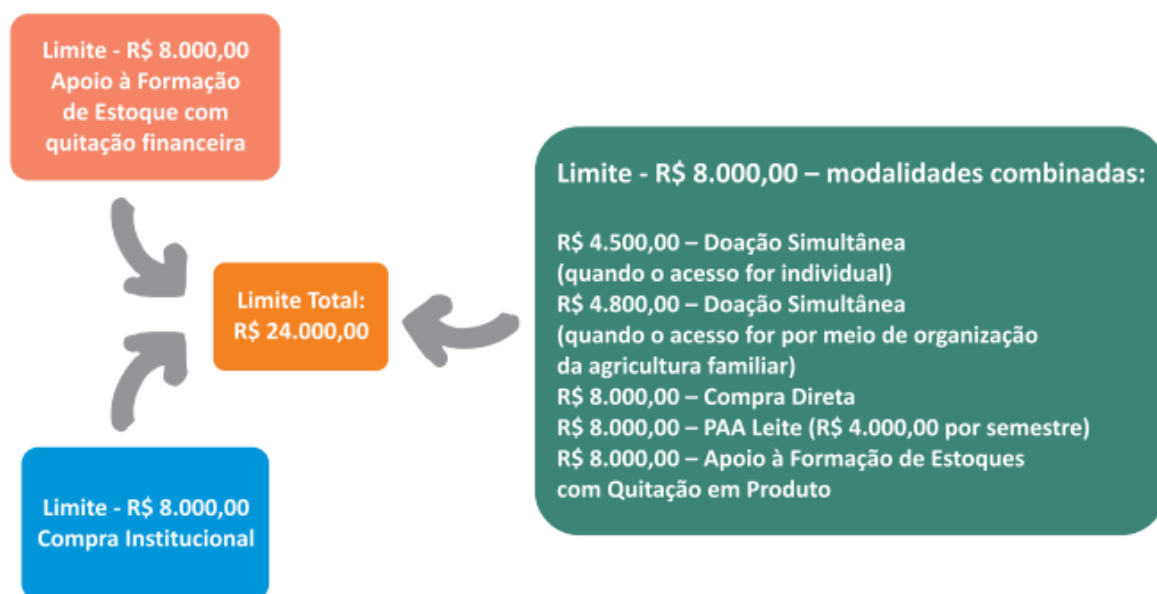
O órgão responsável pela compra realiza, no mínimo, três pesquisas no mercado local ou regional. **Para produtos orgânicos ou agroecológicos, caso não tenha como fazer pesquisa de preço, é possível o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais. [...].** Seu **limite financeiro por unidade familiar/ano é R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (BRASIL, 2012, p. 23 – 24 (*Grifos meus*)).

Os procedimentos cotidianos após a aprovação da proposta são regulamentados pelo contrato entre o órgão comprador e o beneficiário fornecedor, constando nessa peça legal cronograma de entrega dos produtos, data base para pagamento aos agricultores familiares ou às organizações.

---

crianças de 2 a 7 anos de idade, nutrizes até seis meses após o parto, gestantes ou idosos a partir de 60 anos de idade”. (BRASIL, 2012, p. 21 – 22). Outros casos e realidades podem ser contempladas e atendidas desde que haja a autorização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Cada família recebe em média 1 litro de leite por dia. Havendo na família mais de um membro que preencha esses critérios, esta poderá ser contemplada com a quantia de até dois litros/dia.

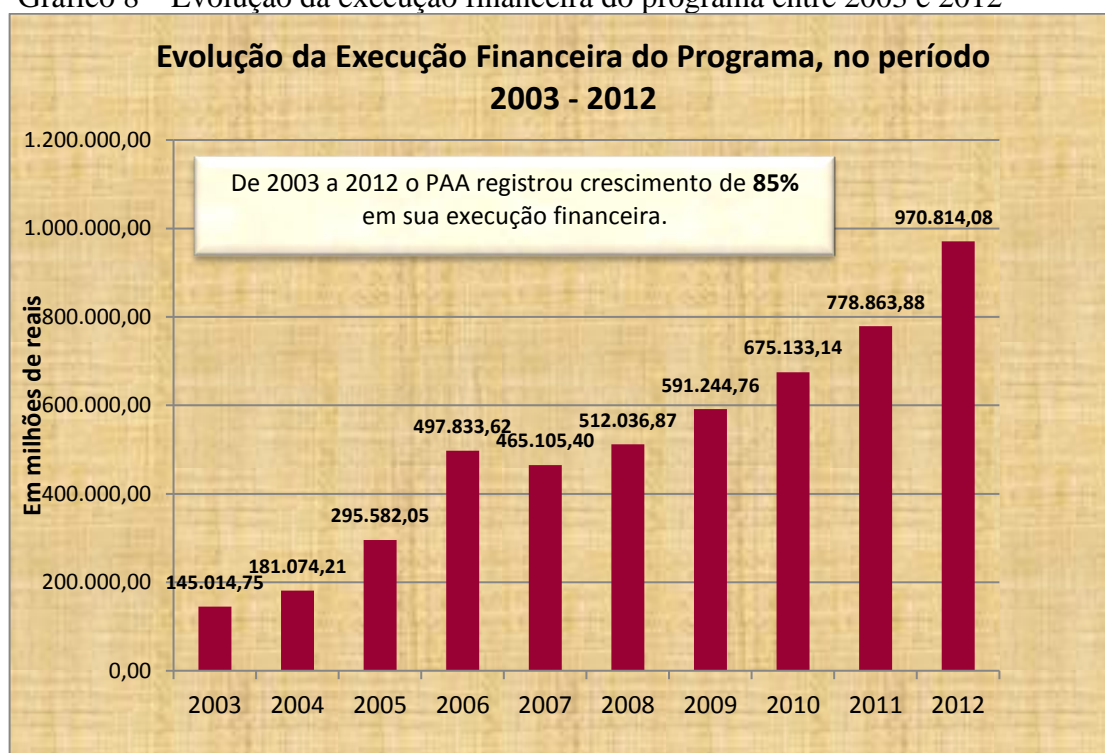
Figura 8 – Limites das/entre as modalidades do PAA



Fonte: BRASIL (2012, p. 25)

Os dados encontrados no site oficial da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – ligado à Casa Civil brasileira – em uma década de execução do Programa (2003 – 2012) demonstram que houve significativo avanço e fortalecimento nos investimentos financeiros no período.

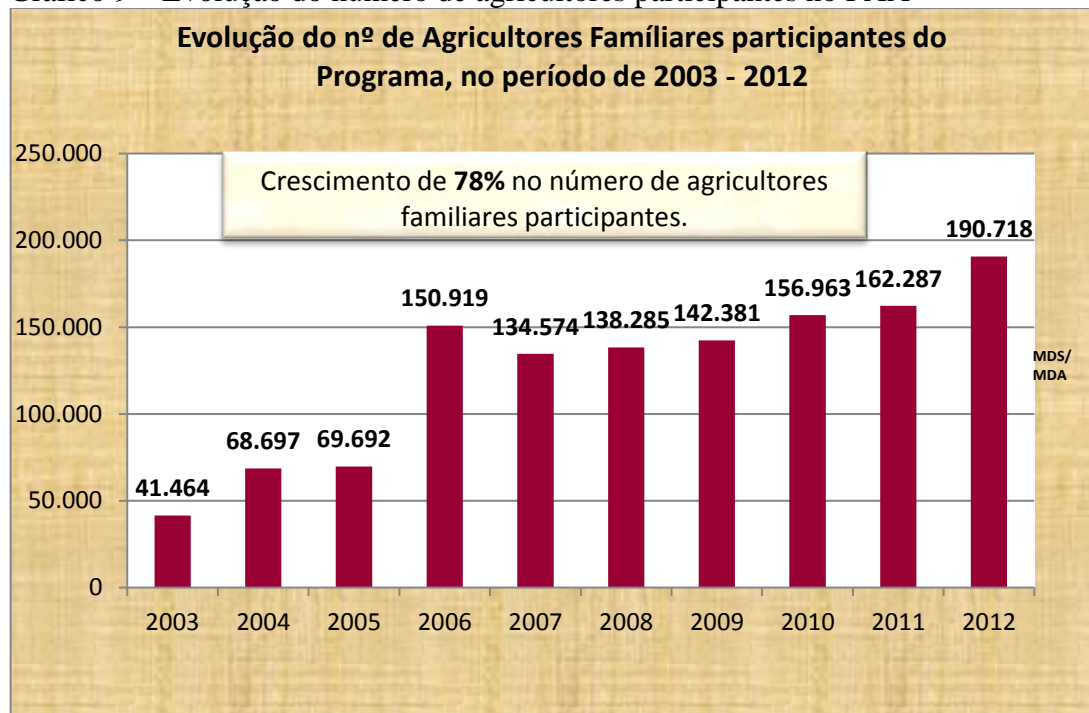
Gráfico 8 – Evolução da execução financeira do programa entre 2003 e 2012



Fonte: SAF-PAA ([2013?]), mda.gov.br. Acesso: 10 de jul. 2017

Houve também nesse período, aumento no número de participação no Programa dos produtores (beneficiários produtores). Fatores como a desburocratização, divulgação, conhecimento por parte dos produtores, incentivo e melhoria dos produtos produzidos pelas unidades de produção familiares, entre outros, podem ter contribuídos para esse aumento. De acordo com os dados vemos:

Gráfico 9 – Evolução do número de agricultores participantes no PAA



Fonte: SAF-PAA ([2013?]), mda.gov.br. Acesso: 10 de jul. 2017

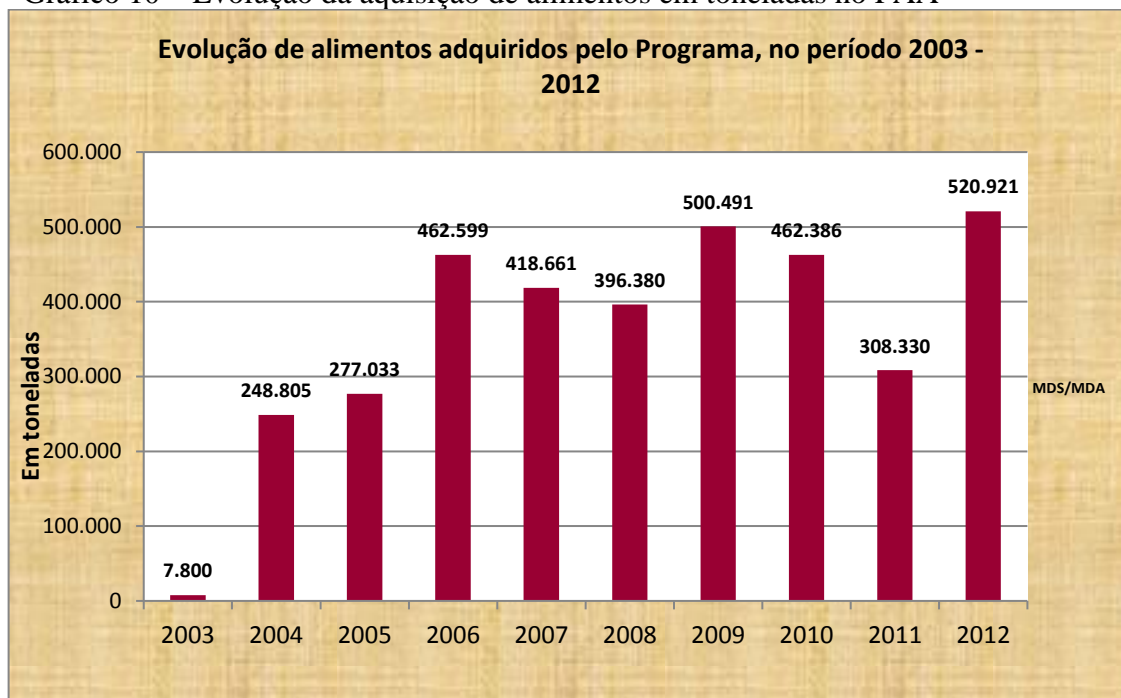
Quanto à evolução dos alimentos adquiridos pelo Programa nesse período podemos verificar que também foi significativa. Contudo, vemos que não houve um crescimento constante, havendo, portanto, oscilação nos anos analisados. Optou-se em não analisar as variáveis que podem identificar as razões e causas desse processo em oscilação, tendo em vista que não cabe no escopo deste capítulo tal detalhamento. Mas, em linhas gerais, vemos que se cotejarmos os dados que demonstram uma evolução, tanto nos valores financeiros repassados para o Programa, quanto o aumento do número de produtores participantes do Programa, não há uma constante (um equilíbrio), uma correspondência com a quantidade – em toneladas – de produtos adquiridos.

O processo de aquisição pode inferir dados que oscilam – como a unidade de medida é o peso – dado aos tipos de produtos, que no processo de demanda e oferta, foram adquiridos em cada ano, a partir dos processos implementados. Nota-se, portanto, que há um grande salto



nesse processo se consideramos o ano de 2003, com aproximadamente 7.800 toneladas para ano de 2012, com 520.921 toneladas. Isto reflete que a implementação da política indutora teve correspondência na base produtiva e material.

Gráfico 10 – Evolução da aquisição de alimentos em toneladas no PAA



Fonte: SAF-PAA ([2013?]), mda.gov.br. Acesso: 10 de jul. 2017

Em relatório no ano de 2014, a FAO também destaca a importância do Programa na estratégia de combate à fome, à Insegurança Alimentar e Nutricional e no fortalecimento da produção de alimentos pela Agricultura Familiar e demais formas presentes na prática dos demais povos e trabalhadores tradicionais do Campo.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, lançado em 2003, também tem contribuído para a queda da pobreza e superação da fome no país, sobretudo na área rural, ao garantir mercado para a produção de agricultores familiares, um dos grupos vulneráveis no país. O Programa se operacionaliza pela compra direta de alimentos dos agricultores familiares pelo governo, que faz doação às instituições que atendem populações vulneráveis, para uso na merenda escolar ou para repor os estoques governamentais. **Em 2012, mais de 185.000 agricultores de todo o Brasil participaram do Programa, cada um recebendo, em média, mais de R\$ 4 mil por seus produtos. Os recursos federais para o Programa aumentaram em quase dez vezes desde 2003, sendo superior a 1,3 bilhões em 2013.** (FAO, 2014, p. 8 – 9 (*Grifos meus*)).

Vemos, portanto, que de acordo com o Relatório da FAO a evolução da execução financeira continuou ocorrendo, sendo superior a 1,3 bilhões em 2013. Desse modo, inferimos percepções conclusivas de que o PAA é fundamental nas estratégias de combate a fome, à desnutrição e à Insegurança Alimentar e Nutricional. São experiências prático-materiais que

incidem no fortalecimento da Agricultura Familiar e Camponesa, além de contemplar práticas produtivas socioambientais mais adequadas e de acordo com os princípios e as diretrizes advogadas pela ‘Soberania’ e Segurança Alimentar e Nutricional.

### 3.4.1.5- II Plano Nacional de Reforma Agrária

#### 3.4.1.5.1 Caracterização e intencionalidade

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) teve como título “*Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*”, apresentado em 2003 na Conferência da Terra em Brasília. No terreno da intencionalidade destaca que “Trata-se de um *Plano que integra um Programa de Governo e um Projeto para o Brasil Rural* que busca retomar a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985<sup>566</sup> como uma das expressões do projeto de redemocratização do País (BRASIL/MDA, 2003, p. 8, (*Grifos meus*)). De acordo com o discurso oficial estatal, também se embasa no *Programa Vida Digna no Campo*<sup>567</sup>. Mas, de acordo com o II PNRA,

O Programa Vida Digna no Campo apresentado à sociedade brasileira em 2002 assinala a atualidade e a importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento rural sustentável. **A Reforma Agrária é reconhecida como condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e para a construção de uma nação moderna e soberana.** Ela promove a geração de empregos e renda, a ocupação soberana e equilibrada do território, **garante a Segurança Alimentar**, promove e preserva tradições culturais e o meio ambiente, impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional. (BRASIL/MDA, 2003, p. 7, (*Grifos meus*)).

Contudo, vemos que não houve o acolhimento na íntegra do Programa Vida Digna no Campo, sendo, portanto, o II PNRA uma projeção de política já adequada pela racionalidade

<sup>566</sup> Nota minha: Instituído pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, no governo do presidente José Sarney.

<sup>567</sup> Programa de governo da Coligação para a candidatura à presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva. No Programa Vida Digna no Campo: Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de **Segurança Alimentar**, em seu ponto 3 “Implantar uma Política Nacional de Reforma Agrária” (p.13) aparece o conceito de Soberania Alimentar. Em outros pontos, além de contemplar o conceito de Soberania Alimentar também aparece, juntamente o conceito de Segurança Alimentar, como o ponto 6 (p. 14) “Soberania Alimentar e Segurança Alimentar. No eixo do Programa, Políticas para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário em seu ponto 3 (p. 18 – 19), “Plano Nacional de Reforma Agrária”, não faz menção à Soberania Alimentar e nem à Segurança Alimentar e aparece em seu ponto 9 (p. 23) a “Soberania Alimentar e Segurança Alimentar”. No entanto, no texto do II PNRA já em seu primeiro parágrafo da introdução (vide citação (*grifos*)), mesmo referenciando o Programa Vida Digna no Campo, já introduz o conceito de Segurança Alimentar que se fará permanente em todas as proposições ligadas ao tema da alimentação, o seja, se torna a defesa fundamental.

estatal e síntese de um processo em que a ‘relação de forças condensadas’ lhe dá a identidade e sua natureza política, e além disso, demarca qual será o objetivo fundamental do Plano<sup>568</sup>.

Enquanto ‘projeção – (*ideal*) – de um devir’ [manifestada em seu texto] o II PNRA incorpora e assenta-se – em linhas gerais – em propostas que visam corresponder com políticas públicas em diversas frentes dada à diversidade de demandas e contradições da materialidade social. Por um lado, visa corresponder à demanda social e iniciativas para o enfrentamento de situações de conflito no Campo, e por outro, colocar a Reforma Agrária como estratégia para a superação da desigualdade social e como uma necessidade e oportunidade histórica para processos de transformação do Campo em lugar de vida, socialmente justo, economicamente próspero e ecologicamente sustentável e democrático (BRASIL/MDA, 2003).

Diversos são os elementos estruturantes que o II PNRA busca contemplar e realizar. De acordo com o texto:

Expressa uma **visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira**. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os **assentados da Reforma Agrária, a Agricultura Familiar, as Comunidades Rurais Tradicionais** e superando a **desigualdade de gênero**. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade. (BRASIL/MDA, 2003, p. 8, (*Grifos meus*)).

Enquanto *valores proclamados* vemos contradições. Quando tomados os conceitos imbricados e o fundamento histórico desses conceitos que compõem as proposições, observa-se várias linhas limítrofes, tendo em vista que, várias dessas proposições que o II PNRA coloca, além de serem insuficientes para a indução de um processo de transformação mais radical são contradições em si mesmas. Exemplo disso é manifestado no próprio Plano quando destaca que:

O cenário de **retomada do crescimento econômico e de expansão das exportações agrícolas**, combinado com as metas do Programa Fome Zero de inclusão de 44 milhões de pessoas no Programa Bolsa Família em 4 anos, **projeta uma ampliação da demanda por alimentos e produtos agrícolas que deverá ser**

<sup>568</sup> Vale também ressaltar que com a vitória de Lula nas eleições de 2002 uma equipe sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio formulou uma Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PPNRA) na qual tinha centralidade a ideia de que a Reforma Agrária deveria ser uma política de efetivo desenvolvimento territorial sustentável e não a expressão de uma política compensatória marginal no processo de desenvolvimento do Campo. Neste sentido, expressou uma proposta que visava de fato mudanças e transformações estruturais na Questão Agrária brasileira, sobretudo na estrutura fundiária, propondo ser a Reforma Agrária uma política pública de desapropriação de terras. Como sabemos a PPNRA, entregue em 2003, não foi acolhido e aprovado pelo governo, sendo elaborado, portanto, o II PNRA.

**suprida pela produção da Agricultura Familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária.** (BRASIL/MDA, 2003, p. 7, (*Grifos meus*)).

A intersecção entre a Política de Reforma Agrária e o Programa Fome Zero, sobretudo tendo como uma das mediações objetivas o Programa Bolsa Família, expressa uma luta de contrários, que na aparência se complementam, mas também, dado as condições objetivas onde esses processos ocorrem, não se tem as condições de uma vinculação e veiculação mais orgânica. Como sabemos o Programa Bolsa Família tem como um dos objetivos garantir o acesso ao alimento, ou seja, potencializar o poder de consumo – que inclusive chegam ao beneficiário através de cartão magnético – o que aumentou significativamente o consumo de produtos nas prateleiras de mercados, tendo, portanto, o aumento de vendas dos produtos manufaturados e não da produção local, *in natura* ou menos processados oriundas do trabalho da Agricultura Familiar e Camponesa.

Além disso, constitui-se numa lógica movimentada pelo fundo público, e como sabemos, tem dependência direta da correlação de forças em disputa, o que tendencialmente, dificulta ou até impossibilita a aproximação e vinculação – na forma de operacionalização – entre um Programa do Bolsa Família com a Agricultura Familiar.

Ainda de acordo com o documento,

A Reforma Agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, **garante a segurança alimentar** e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A **Reforma Agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano.** (BRASIL/MDA, 2003, p. 5, (*Grifos meus*)).

Correlacionando estas afirmativas com o entendimento que vem sendo tecido ao longo desta tese, de que a Segurança Alimentar e Nutricional é correspondente à ordem sistêmica [mesmo considerando a perspectiva de debate e experiência brasileira que demarca certa especificidade] e de que os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar expressam processos e projetos em disputa, dá a entender de que as ações, programas e políticas que serão desenvolvidas a partir dessa intencionalidade prescrita no II PNRA não buscarão a ruptura e o tensionamento mais radical dos grandes pilares multideterminados e multideterminantes da ordem estabelecida e da reprodução do capital no Campo.

Expressa, portanto fundamentalmente a lei da correspondência necessária acerca do papel do Campo e do Campesinato pautado no princípio da sua inserção nesse projeto maior delineado pela lógica do agronegócio e do autoritarismo do monopólio dos setores produtivos

e grandes varejistas e do mercado de *commodities*<sup>569</sup>. Como verificado a gênese histórica da Segurança Alimentar e Nutricional, em seu significado, é constituinte de uma proposta que a coloca como uma tarefa do mercado mundial, e, assim sendo, tem seu fortalecimento calcado em condições objetivas deliberada e intencional de desarticulação e destruição de práticas policulturas e diversidade na produção de alimentos.

Há contradições evidentes no próprio documento do II PNRA ao considerarmos o que está subjacente na gênese histórica dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar e o que estes significariam na Questão Agrária (Base Material) e nas Políticas Públicas indutoras dessas diferentes concepções. O conceito de Soberania Alimentar aparece apenas uma vez no início do documento inserido numa citação retirada da proposta do Programa Vida Digna no Campo (2002) através da qual é pautado um Plano Nacional para a Reforma Agrária<sup>570</sup>. Contudo, o conceito de Soberania Alimentar é abandonado e ganha centralidade no Plano a questão da Segurança Alimentar e Nutricional.

Embora algumas ações e práticas, e até mesmo políticas indutoras, nas áreas de *Reforma Agrária induzam processos de transição de modelos e novas práticas para a produção agroecológica*, em grande medida o II PNRA se distancia, ou pelo menos se apresenta frágil na promoção e realização da Soberania Alimentar. Enquanto prescrito, há explicitamente a intenção de expandir as exportações agrícolas ou apenas transformar a Reforma Agrária numa política social e não de perspectiva de desenvolvimento, como parte integrante do projeto hegemônico.

O II PNRA em seu escopo documental expressou que uma grande Reforma Agrária se faria com grandes metas, que em tese, materializariam as grandes diretrizes concebidas e que se concretizaria “[...] massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social” (BRASIL/MDA, 2003, p. 38)<sup>571</sup>.

Um dos grandes pilares do II PNRA expresso no ponto 2 “*Reforma Agrária e Agricultura Familiar nas bases do desenvolvimento territorial sustentável*”, faz uma análise

---

<sup>569</sup> O próprio II PNRA demarca que “A **dimensão social da Reforma Agrária se combina com importantes implicações macroeconômicas por meio da inclusão de agricultores excluídos do circuito econômico**, da geração de milhões de novas ocupações, da utilização de terras que não cumprem sua função social e da qualificação e ampliação da produção de alimentos” (BRASIL/MDA, 2003, p. 8 (*Grifos meus*)).

<sup>570</sup> O trecho retirado do Programa Vida Digna no Campo: “A implantação de um Plano Nacional para a Reforma Agrária é fundamental para o país, pois irá gerar postos de trabalho no Campo, contribuir com as Políticas de **Soberania Alimentar**, combate à pobreza, e com a consolidação da Agricultura Familiar” (BRASIL/MDA, 2003, p. 7 (*Grifos meus*)).

<sup>571</sup> Contudo, veremos que a análise feita posteriormente demonstra um descompasso imenso entre o prescrito e o realizado.

da base material do Campo e as suas relações produtivas. No subitem 2.1 “Concentração da terra, pobreza e exclusão social no Campo” traz um conjunto de análises, de indicadores e o contexto histórico acerca da estrutura fundiária no Brasil naquele período. Dentre vários elementos define as razões e determinantes da pobreza no Campo.

Os pobres do Campo são pobres porque não têm acesso à terra suficiente e políticas agrícolas adequadas para gerar uma produção apta a satisfazer as necessidades próprias e de suas famílias. Falta título de propriedade ou posse de terras, ou estas são muito pequenas, pouco férteis, mal situadas em relação aos mercados e insuficientemente dotadas de infraestrutura produtiva. São pobres, também, porque recebem, pelo aluguel de sua força de trabalho, remuneração insuficiente; ou ainda porque os direitos da cidadania – saúde, educação, alimentação e moradia – não chegam. O trabalho existente é sazonal, ou o salário é aviltado pela existência de um enorme contingente de mão-de-obra ociosa no Campo. (BRASIL/MDA, 2003, p. 12).

O subitem 2.2 “Bases para um modelo agrícola sustentável” traz uma discussão onde faz a crítica às políticas implementadas no Campo e que efetivam o desenvolvimento de tecnologias e os fatores produtivos voltadas para a grande produção monocultora. Posteriormente, busca demonstrar a pertinência da pequena e diversificada produção e a participação – por exemplo – da Agricultura Familiar na produção total no Campo.

Outro grande pilar do II PNRA expresso no ponto 3 “*Um novo modelo de Reforma Agrária – da intervenção fundiária ao desenvolvimento territorial*”, dentre várias questões destaca que a identidade dessa proposta é que o “PNRA orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da Segurança Alimentar e Nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável” (BRASIL/MDA, 2003, p. 15).

Destaca-se também desse ponto, a implementação de ações e políticas que visem a atenção as necessidades específicas de grupos sociais e comunidades tradicionais, além objetivar a necessária intersetorialidade – de dimensões, políticas e setores – para a efetiva implementação do II PNRA.

Em relação ao pilar expresso no ponto 4 “*Demanda por Reforma Agrária*” traz os dados daquele momento histórico onde se expressa uma realidade bastante complexa dos demandantes da Reforma Agrária. De acordo com o documento o universo potencial era “[...] composto pelos trabalhadores rurais sem terra e pelos proprietários agrícolas e outros agricultores com área insuficiente para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da exploração agrícola” (BRASIL/MDA, 2003, p. 17)<sup>572</sup>.

---

<sup>572</sup> Em relação à demanda o documento apontou: “[...]. Cadastro resultante das inscrições via Correio no ‘Programa de Acesso à Terra’ e outras formas de cadastramento, como é o caso daqueles efetuados na Sala do

Partindo desse contexto e dessa materialidade social é que o II PNRA no terreno da intencionalidade indica – em seu ponto 5 – os grandes “*Programas*” para a sua efetivação. Parte do pressuposto que a concentração de terras é o elemento central da Questão Agrária e, portanto, da discussão da estrutura fundiária, devendo ser enfrentada, considerando também, que as possibilidades de acesso à terra por diferenciados potenciais beneficiários, exigem “a utilização e a combinação dos vários instrumentos que o poder público dispõe para democratizar o acesso à terra [...]” (BRASIL/MDA, 2003, p. 19).

O II PNRA indicou, portanto, o desenvolvimento de “*Programas*” tendo em vista: 1- a implantação de “Novos Assentamentos” visando a “integração produtiva e desenvolvimento territorial sustentável”, bem com fortalecer as condições para a sua “viabilidade econômica”; 2- o “Cadastro de Terras e Regularização Fundiária” para que o Estado brasileiro se assenhere do seu território, deste que as informações sejam públicas e cadastros consistentes. Em linhas gerais o que vigora nesse quesito é uma situação de ilegalidade e instabilidade jurídica. Os dados (Cadastros do Incra) apontaram nesse momento de que em torno de 50% do território brasileiro tinham seus cadastros ‘regularizados’; 3- a “Recuperação dos Assentamentos” como tentativa para a melhoria da situação econômica e social dos assentamentos, bem como auxiliar em diferentes frentes, desde a regularização do passivo à políticas básicas como educação, saneamento, saúde, energia elétrica e habitação, etc; 4- a disponibilização de “Crédito Fundiário” como instrumento complementar ao processo de desapropriação e potencialidade para o desenvolvimento da produção, investimento na unidade de produção e para a implantação de projetos comunitários, entre outros aspectos; 5- a “Promoção da Igualdade de Gênero na Reforma Agrária”. Busca superar desigualdades históricas e a invisibilidade das contribuições econômicas e sociais das mulheres. Assim, a intencionalidade prescrita, é de inserção das mulheres no acesso de políticas de incentivo à produção, como por exemplo o Pronaf, que no período entre 1996 a 2000, apenas 7% dos que acessaram eram

---

Cidadão, chega um total de 839.715 cadastros. [...]. Cerca de 200 mil famílias acampadas e mobilizadas, [...] grupo considerado demanda emergencial da Reforma Agrária, [...]” (BRASIL/MDA, 2003, p. 17). Outras informações e números com bases em diversas fontes, tais como: “Cadastro dos Imóveis Rurais/Incra; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE (1997 e 2001); Censo Agropecuário/IBGE (1995/96); Censo Demográfico/IBGE (2000); Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/Incra) – pode-se dimensionar diferentes universos de trabalhadores rurais demandantes por terra” (BRASIL/MDA, 2003, p. 17). Em números gerais, de acordo com o documento “O total de trabalhadores rurais sem terra [...] em 1997 correspondia a um montante de 3,1 milhões de famílias [...]. Os dados do Censo Agropecuário de 1995 permitem estimar a existência de cerca de 3,4 milhões de estabelecimentos agropecuários com insuficiência de área, [...]. [...] tendo por base os dados do PNAD de 1995, [...] cerca de 3 milhões, que têm terra mas com área insuficiente. O Censo Demográfico de 2000 [...] permite estimar o montante de famílias pobres no meio rural [...] potencialmente demandantes de Reforma Agrária. São cerca de 5 milhões de famílias cuja renda mensal é inferior a dois salários mínimos, [...]”. (BRASIL/MDA, 2003, p. 17 – 18).

mulheres, e 12,6% como beneficiárias atendidas pela Reforma Agrária; 6- a “Titulação e Apoio ao Etnodesenvolvimento de Áreas Remanescentes de Quilombos”, tendo em vista que esses grupos sofrem de invisibilidade perante a sociedade e o Estado – ‘informações sobre as comunidades, escassas e precárias’ –, e por consequência, sem políticas públicas suficientes; 7- o “Reassentamento de não índios ocupantes de terras indígenas”; 8- Atenção e fortalecimento das práticas de “Reserva Extrativista e Assentamento Florestal”; 9- a implementação de políticas específicas para reassentamento de “Atingidos por Barragens e grandes obras de infraestrutura”; 10- Atenção e apoio às “Populações Ribeirinhas” com a elaboração e implementação de políticas públicas dirigidas baseadas no reconhecimento e valorização de suas tradições e culturas tendo no horizonte a “promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas” (BRASIL/MDA, 2003).

Outro grande pilar colocado no II PNRA expressa a intencionalidade de buscar as condições para a “*Universalização do acesso a Direitos: Educação, Cultura e Seguridade Social*”. É partindo destes pressupostos que aparece como estratégico o “Programa Nacional de Educação do Campo”, a partir do qual busca dar continuidade e ampliar ações ligadas ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que pela sua natureza e princípios, há necessidade de uma efetiva articulação intersetorial entre Estado, Universidades e Movimentos Sociais.

Em relação à “Seguridade Social” através de ações integradas entre diversos fatores que envolvem a política, está a de potencializar as condições objetivas para a garantia e o “acesso por parte de homens e mulheres beneficiárias à saúde pública, assistência social e previdência social” (BRASIL/MDA, 2003, p. 33). De igual forma o “Acesso à Cultura” também é vislumbrado no IIPNRA que “reconhece o direito das comunidades rurais à cultura, entendida como a valorização de suas práticas culturais e o acesso ao patrimônio da civilização humana” (BRASIL/MDA, 2003, p. 35).

Outro importante pilar do II PNRA é o indicativo de que para realizar a Reforma Agrária correspondente ao prescrito no Plano, há a necessidade de “Um <<novo marco>> jurídico-institucional”. A necessidade dessa prerrogativa, demonstra que para a implementação do proposto no II PNRA as bases legais naquele momento vigentes eram fatores limitantes. É nesse sentido que se faz necessário “modificações nas normas jurídicas e administrativas que regem o processo de obtenção de terras, implantação e desenvolvimento dos assentamentos” (BRASIL/MDA, 2003, 36). As ações dirigidas aos diversos segmentos que compõem o público alvo – como é o caso das comunidades quilombolas, os extrativistas, entre outros –, para serem correspondentes à realidade desses grupos sociais, além da



reestruturação, há a necessidade de criação de novas regulamentações legais que possibilitassem o Estado a desenvolver políticas mais contextualizadas<sup>573</sup>.

Do ponto de vista prático as metas traçadas do II PNRA para o período de 2003 a 2006, foram:

Tabela 7 – Metas traçadas para o II PNRA

<b>Meta 01</b>	<b>400.000 novas famílias assentadas</b>
<b>Meta 02</b>	500.000 famílias com posses regularizadas
<b>Meta 03</b>	150.000 famílias beneficiadas pelo crédito fundiário
<b>Meta 04</b>	Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
<b>Meta 05</b>	Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
<b>Meta 06</b>	Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
<b>Meta 07</b>	Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
<b>Meta 08</b>	Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
<b>Meta 09</b>	Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
<b>Meta 10</b>	Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
<b>Meta 11</b>	Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas

Fonte: BRASIL/MDA (2003, p. 38).

#### 3.4.1.5.2 II PNRA entre o prescrito e o feito

Em relação às políticas efetivas de Reforma Agrária – e o lugar advogado dessa estratégia para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – vemos que há uma série de

<sup>573</sup> Este aspecto trazido no II PNRA é uma questão fundamental tendo em vista que em linhas gerais, a ‘justiça agrária’ não trata com o devido valor, ou até mesmo ignora estudos nas searas sociológica, política, histórica e econômica quando na aplicação dos princípios positivados na regra. Normalmente, há a supervalorização de valores, que fortalecem as condições de legalidade e não de justiça social. Como destaca Marques (2011, p. 13), “Em verdade, não padece dúvida de que problemas do Campo se avolumam a cada hora, seja entre os que se situam na terra, seja na regulação de títulos dominiais, seja nos desdobramentos dos contratos agrários [...]”. Há, portanto, a defesa em curso de uma ‘Justiça Especial Agrária’, mesmo tendo, vozes dissonantes como a de Miguel Reale apud Marques (2011, p. 13) “admiro-me que haja quem pense que a estrutura de uma magistratura agrária especializada, aliás de discutível utilidade, possa ser feita de improviso, como se se tratasse de montar um palco em praça pública para representação de um drama campestre”. Há, portanto, uma percepção de que as contribuições de outras ciências, fundamentam um conjunto de princípios que colocam em questão as práticas consagradas de aplicação da norma quando envolve a Questão Agrária. De acordo com Marques (2011, p. 17), “[...] podem ser apresentados como princípios do Direito Agrário, particularmente no Brasil, os seguintes: (1) o monopólio legislativo da União (art. 22, § 1º, CF); (2) a utilização da terra se sobrepõe à titulação dominial; (3) a propriedade da terra é garantida, mas condicionada ao cumprimento da função social; (4) o Direito Agrário é dicotômico: compreende política de reforma [Reforma Agrária] e política de desenvolvimento [Política Agrícola]; (5) as normas jurídicas primam pela prevalência do interesse público sobre o individual; (6) a reformulação da estrutura fundiária é uma necessidade constante; (7) o fortalecimento do espírito comunitário, através de cooperativas e associações; (8) o combate ao latifúndio, ao minifúndio, ao êxodo rural, à exploração predatória e aos mercenários da terra; (9) [...]; (10) a proteção à propriedade familiar, à pequena e à média propriedade; (11) [...]; (12) a proteção da propriedade consorcial indígena; (13) o dimensionamento eficaz das áreas exploráveis; (14) a proteção do trabalhador rural; e (15) a conservação e a preservação dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente”.

limites e que o prescrito – [ao considerar a temporalidade programática] – não se realizou efetivamente em sua totalidade. Um aspecto que já chama a atenção para irmos concluindo é o fato de que o II PNRA terminou em 2007 e não houve elaboração de um III PNRA. Isto demonstra que a Reforma Agrária – e/ou suas políticas correlacionadas e adjacentes – passou a não fazer parte de uma Política de Estado, podendo apenas figurar como uma Política de Governo, se no interior deste houvesse ‘vontade política’ para pautar iniciativas.

Em relação à forma de operação do II PNRA vemos que esta visou aplicar durante a sua implementação um conjunto de políticas com vetores e interesse exógenos e ‘na forma instituída e instituinte’ de reprodução do capital mundial. Isto, em boa medida, foi implementado, podendo ser exemplificado a inserção de recursos para Créditos Fundiários oriundos do Banco Mundial (BM).

Em relação a criação de “Novos Assentamentos”, embora o II PNRA não ignore as recomendações prescritas na CF de 1988, vê-se que o Estado não assume a realização da Reforma Agrária efetiva [ou como pautam os Movimentos Sociais do Campo de base popular, uma Reforma Agrária Popular]. De acordo com o documento:

O instrumento prioritário de obtenção de terras para o assentamento de famílias é a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, **complementada pela compra e venda** (Decreto 433); destinação de terras públicas; obtenção de áreas devolutas; e outras formas de obtenção (devedores, dação em pagamento). (BRASIL/MDA, 2003, p. 19 (*Grifos meus*)).

A inserção dessa intencionalidade de complementação da política de Reforma Agrária complementada pela compra e venda – conforme o Decreto 433/1992, dado o seu conteúdo – além de se inscrever como um limite para os processos, manifesta a inserção desse Plano na lógica hegemônica e expressa a correspondência à interesses subjacentes à ordem sistêmica. A expressão desses aspectos aparece no documento:

O dispêndio do governo federal com a aquisição de terras para a Reforma Agrária pode ser dilatado, pois seu principal instrumento, a desapropriação por interesse social, **é resgatável em até 20 anos, e os beneficiários começam a ressarcir o valor da terra nua, em geral a partir do terceiro ano da sua entrada no assentamento.** (BRASIL/MDA, 2003, p. 19 (*Grifos meus*)).

O que se nota é que há nesse processo e nessa forma de materializar a política de Reforma Agrária, práticas que em grande medida favorece o interesse do latifúndio e não faz valer o *princípio fundamental da função social da terra*, conforme advogado<sup>574</sup>. Ou seja, as

<sup>574</sup> Não é o objetivo trazer uma análise detalhada do II PNRA, mas há indicativos de que nesse processo houve a edição de um conjunto de normas legais – Medidas Provisórias (MP) e Leis – para os processos de Regularização Fundiária, que ao mesmo tempo que contribuíram para a política de Reforma Agrária, também contribuíram para a regularização de terras ocupadas de maneira ilegal por grandes proprietários e grileiros,

terras improdutivas – à espera de ‘valorização’, ‘como reserva de capital’ – e que, portanto, não cumprem função social, são pagas à preço de mercado. Não há, portanto, através dessas práticas a alternativa de potencializar a discussão para que sejam realizadas desapropriações de terras sem indenização. Além disso, outro aspecto negativo é a demanda através do II PNRA de ressarcimento por parte dos beneficiários da política. Isto demonstra que não há uma efetiva e radical política de Reforma Agrária, tendo em vista que não corresponde nem ao recomendado em nossa Carta Magna que, como sabemos, já é expressão de [co]relações de forças condensadas.

Em relação à indução de processos de compra-venda, conforme destacado anteriormente, é anunciado no II PNRA e criado o Programa de Crédito – como instrumento complementar à desapropriação, nos casos onde não houvesse a possibilidade por interesse social – com diferentes linhas de financiamento para o acesso ao imóvel rural e seu desenvolvimento produtivo<sup>575</sup>. Contudo, são propostas integradas ao interesse financeiro e à sua lógica de reprodução, tendo apenas algumas especificidades, mas que em linhas gerais são pró-inclusão sistêmicas. De acordo com o documento:

O financiamento da aquisição de terras utiliza recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, providos pelo Governo Federal, e é reembolsável pelos beneficiários. [...].

No caso da linha de financiamento “Combate à Pobreza Rural” e “Nossa Primeira Terra” os recursos para os projetos comunitários **são oriundos do Banco Mundial e não são reembolsáveis**. Já para a linha “Consolidação da Agricultura Familiar” os recursos são reembolsáveis e oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. (BRASIL/MDA, 2003, p. 25; 26).

Embora o Crédito Fundiário seja uma prática indutiva à inclusão<sup>576</sup>, vemos aspectos contraditórios. Concernentes aos recursos acessados que são oriundos do Banco Mundial, foram considerados linhas limítrofes na tomada de decisão e autonomia dos assentamentos e da aplicação desses recursos. Além disso, e partindo dessas premissas, ao considerarmos o

---

como o caso regularização das terras da Amazônia Legal até 500 hectares; É o caso da MP 422 de 28 de março de 2008 que foi editada com a intenção de dispensar o processo licitatório para alienar os imóveis públicos da União de até 15 módulos fiscais, desde que estes módulos não excedam 1.500 hectares. É, portanto, aprovada essa MP como Lei 11.763, de 1º de agosto de 2008. Contribuem para esse processo também a MP 458/2009, convertida na Lei 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a Regularização Fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União no âmbito da Amazônia Legal; entre outras.

<sup>575</sup> “Subdivide-se em três linhas que vão beneficiar os trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semi-Árido nordestino (Combate à Pobreza Rural), os jovens de 18 a 24 anos (Nossa Primeira Terra) e os Agricultores Familiares com terra insuficiente (Consolidação da Agricultura Familiar), públicos prioritários das políticas de combate à fome e de inclusão social do Governo Federal” (BRASIL/MDA, 2003, p. 25).

<sup>576</sup> “Os beneficiários do Crédito Fundiário têm acesso automático ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), que permite o desenvolvimento e a consolidação das atividades produtivas iniciadas no âmbito do Programa. Têm, também, acesso a outros programas implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela CONAB, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos, das políticas de acesso a mercado, preços mínimos, Seguro Safra, outras linhas do Pronaf (Agroindústria, Mulher, Jovem). (BRASIL/MDA, 2003, p. 26).

crédito através de financiamento, a conclusão tendencial reitera processos de ‘inclusão excludente’, ou ‘situações objetivas subordinadas’, além de ter como parâmetros as situações desiguais [socioeconômicas] dos trabalhadores camponeses. Ou seja, é perceptível que esta linha de crédito – que visa a consolidação da Agricultura Familiar – se adequa mais para trabalhadores-agricultores, que em certa medida, já estão mais integrados ao processo de reprodução do capital no Campo e articulados com as redes bancárias<sup>577</sup>.

Em relação aos demais Pilares/Programas previstos no II PNRA tiveram diversas ações e políticas pertinentes. Porém, também foram correspondentes aos processos de inclusão sistêmica e dentro das linhas limítrofes do ‘estado de conforto’ de reprodução da lei geral do capitalismo no Campo. Com isto queremos afirmar que há um distanciamento entre a ‘Projeção ideal traduzida no texto’ e o que realmente foi sendo efetivado.

O elemento da participação social advogado no II PNRA que definiria a ‘legitimidade e as condições substanciais’ da proposta de Reforma Agrária, possui linhas limítrofes básicas, tendo em vista que mesmo havendo a projeção de recursos financeiros por parte do governo, a explicitação para as diferentes ações propostas e a gestão – com a participação social – dos recursos alocados no orçamento para fins de Reforma Agrária, não foram especificados. Portanto, como ‘qualificar’ e substanciar a *participação social* se considerado estes aspectos?

A literatura – dados, indicadores, etc. – elaborada pelos órgãos governamentais<sup>578</sup> entram em contraste com análises resultantes de pesquisas desenvolvidas na academia por estudiosos do tema e que se debruçaram nos estudos com a intenção de verificar o que de fato foi materializado do prescrito e das metas do II PNRA<sup>579</sup>.

---

<sup>577</sup> Vale destacar que no então governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) haviam, por exemplo, os Programas ‘Cédula da Terra’ e ‘Crédito Fundiário de Combate à Pobreza’, bastante semelhantes aos Programas aqui analisados. Isto demonstra que mesmo sendo anunciado no IIPNRA, que este seria composto por uma ‘natureza’ inovadora, diferente do que vinha sendo implementado até então, na proposição e na realização dos Programas – em especial – não houveram diferenças substanciais.

<sup>578</sup> De acordo com o MDA (2007, p. 10) “A Reforma Agrária, entendida como uma das políticas estruturantes para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e promotor de cidadania, apresentou avanços significativos nesta direção. De janeiro de 2003 a dezembro de 2006, 381 mil famílias foram beneficiadas pelo II PNRA, atingindo 95,35% da meta estabelecida no início de sua implementação. A força desse número fica evidente quando comparamos com o que foi feito em anos anteriores. De 1995 a 1998, foram assentadas 238.010 famílias; de 1999 a 2002, foram 286.370 famílias. O crescimento progressivo do número de famílias assentadas decorreu, entre outras coisas, de um grande aumento de recursos destinados para a obtenção de terras. Nestes últimos quatro anos foram aplicados mais de R\$ 4 bilhões na obtenção e regularização de terras. A área envolvida neste processo atinge os 30 milhões de hectares, [...]”.

<sup>579</sup> Para exemplificar, ao considerar a Meta 1 do II PNRA que era assentar 400 mil novas famílias entre os anos de 2003 a 2006 os dados demonstram que não foi alcançada. De acordo com MAZIN (2015, p. 95 – 96) “Luiz Inácio terminou seus dois mandatos com um número de 441.200 e uma média de 55.150 famílias por ano, segundo o Data Luta/Unesp. Entretanto, estima-se que 60% dessas famílias assentadas fazem parte do processo de regularização fundiária, reassentamento em lotes vagos etc. Ou seja, o montante de área conquistada pelos trabalhadores diminuiu”. Na mesma linha, o professor Ariovaldo Uberlino de Oliveira – em matéria publicada no dia 22 de dezembro de 2008, disponível em [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br). Acessado em 06 de agosto de 2017 –

Obviamente que ao considerarmos o ponto de partida, vemos que houveram significativos avanços sobretudo nas ações e políticas que potencializam condições básicas de reprodução das relações produtivas nas unidades dos camponeses e no interior dos assentamentos. Porém, quando inseridos estes elementos na totalidade concreta, vemos que essas políticas são subordinadas a um processo maior. E considerado as leis objetivas dos processos produtivos, a tendência dessa inserção é sofrer os reveses da relação de forças que implementam a desestruturação e dominação das unidades familiares.

Em relação ao objetivo advogado no II PNRA de enfrentamento da concentração de propriedade da terra e a pretensa transformação – a partir da democratização do acesso à terra – da estrutura agrária brasileira, também não houveram efeitos significativos. De acordo com Oliveira (2008), dois princípios básicos marcaram esse processo de Reforma Agrária: 1- não ser feita nas áreas de domínio do agronegócio e, 2- fazer em áreas onde esse processo possa contribuir com o agronegócio. A aliança das políticas estatais com o agronegócio é demonstrada naquele momento, por exemplo, com a previsão da expansão do setor sucroalcooleiro entre os anos de 2008 a 2017 tendo como metas a produção de 52,2 bilhões de litros e 8,3 bilhões de litros para a exportação<sup>580</sup>.

Desse modo, dado as contradições objetivas a Questão Agrária brasileira a partir dos dados desse momento histórico demonstram que:

Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado da concentração da propriedade da terra. [...]. Nas estatísticas do cadastro de imóveis rurais do Incra vê-se que entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades. E a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos.

---

ao contestar os números veiculados pelo governo destaca que, em linhas gerais, as políticas efetivadas ficaram longe de alcançarem os objetivos propostos. De acordo com Oliveira, o MDA/Incrá, colocou que entre os anos de 2003 e 2007, um total de 448.954 famílias tinham sido assentadas. Contudo contesta os dados destacando que o poder público expôs a Relação dos Beneficiários (RBs) que não se referem apenas aos novos assentamentos mas diz respeito também as emissões de RBs emitidas para regularização de famílias em assentamentos antigos. De acordo com o professor Oliveira (2008), “Elas são inclusive emitidas para regularizar a situação de assentados em decorrência de herança, daqueles que compraram lotes de boa fé, e daqueles que foram substituídos nos assentamentos antigos por abandono ou outros motivos permitidos por lei, etc.” Destaca ainda, que para uma avaliação mais coerente – a partir das informações disponibilizadas pelo Incra – os dados deveriam ser desagregados e, foi a partir desses elementos que verificou-se que as metas propostas no II PNRA não haviam sido alcançadas. Desse modo de acordo com Oliveira (2008) “Feita essa desagregação, entre 2003 – 2007 o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à meta 1 – novos assentamentos. Portanto, cumpriu somente 30% da meta [...]. Não cumpriu também a meta 2 que referia à regularização fundiária de 500 mil posses, pois regularizou apenas a situação de 113 mil famílias, ou seja, atingiu apenas 23% da meta. Entre os dados restantes estão 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos, [...] a inclusão de cerca de duas mil famílias referentes à reassentamento de atingidos por barragens que em absoluto trata-se de Reforma Agrária” (BRASIL DE FATO, 2008).

<sup>580</sup> De acordo com Oliveira (2008) a produção de etanol em 2008 foi de 24,5 bilhões de litros e a área plantada com cana-de-açúcar ocupou 9 milhões de hectares. Considerando essas metas, área devia ser ampliada para mais de 13 milhões de hectares, atingindo, portanto, mais de 23 milhões de hectares.

Analisando-se as grandes propriedades classificadas pelos critérios da Lei Agrária de 1993, com base nas informações declaradas pelo proprietário de imóvel rural ao Incra, constatou-se que em 2003, havia 47 mil grandes propriedades improdutivas, as quais detinham 109 milhões de hectares, e que, em 2010, passaram a ser 66 mil grandes propriedades improdutivas, controlando 175 milhões de hectares. Embora as estatísticas do Incra apresentem falhas, ainda assim elas indicam uma tendência da concentração e crescimento do número de imóveis improdutivos. (MST, 2014, p. 181).<sup>581</sup>

Do ponto de vista gerencial e de governança, vemos também que a alocação das responsabilidades, tanto dos órgãos estatais quanto das chefias também expressaram contradições, mas que são reveladoras das relações de forças condensadas no interior do Estado como força material indutora ou correspondente dos processos de reprodução do sistema. Nos últimos anos – e fundamentalmente no período em que corresponde ao II PNRA – os órgãos responsáveis pela ‘implementação’ da Reforma Agrária estiveram sob a ‘batuta’ e controle da agricultura patronal. Por outro lado, a Agricultura Familiar, com a responsabilidade do MDA, por exemplo, não possui representações regionais e municipais ao modo do que acontece com a estrutura de funcionamento ligado ao Ministério de Agricultura e Abastecimento.

Após estas rápidas considerações podemos concluir que ao contrário do anunciado e dos valores proclamados – a não ser alguns elementos específicos – por exemplo, educação (caso do PRONERA), moradia, entre outros aspectos que nos permitem perceber alguma gênese de ‘experiência’ que tensiona (com baixa intensidade) o movimento da reprodução da ‘ordem’ – o Plano e a Política de Reforma Agrária mantêm em seus núcleos fundamentais – a concepção – a mercantilização de seu processo. Isto expressa que o Estado se distancia do propósito anunciado em promover a desconcentração fundiária – sua ‘obrigação’ de distribuição da terra – e, o que temos é a ação das grandes empresas determinando, tanto a forma quanto o conteúdo da ocupação do ‘território’ agrário brasileiro em sua maior parte.

Considerando estes aspectos é que vemos, por exemplo, nos debates desenvolvidos e documentos elaborados nas e a partir das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional a Reforma Agrária como eixo estruturante – que aparece como demanda em todas

---

<sup>581</sup> Nota minha: Destaca-se que o processo recente de Reforma Agrária se expressa cada vez mais frágil e em menor quantidade. De acordo com Mazin (2015, p. 96) “O Primeiro Governo Dilma demonstrou, na prática, a pior política de Reforma Agrária, desde o período Fernando Henrique Cardoso. De 2011 a 2014 foram assentadas apenas 103.746 famílias, incorporando uma área de apenas 2.993.823 hectares. Em 2011 foram assentadas 22.021 famílias incorporando uma área de 1.906.548 hectares (63% de toda a área arrecada durante os quatro anos). Em 2012, foram assentadas 23.075 famílias em 326.254 hectares. Já em 2013, foram 30.239 famílias numa área de 315.573 hectares. No ano de 2014, 28.411 famílias conquistaram 445.446 hectares. Esses números demonstram claramente duas questões: 1) o número de famílias assentadas foi muito pequeno em relação aos governos anteriores e 2) o montante de área incorporada diminuiu nesses anos do Governo Dilma”.

as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>582</sup> – para a Segurança Alimentar e Nutricional e, fundamentalmente para a Soberania Alimentar, desde que essa fosse e seja de fato implementada com vigor e como expressão das mudanças estruturais. Como bem destaca Fernandes (2017, p. 216 – 217):

Uma política agrária com base na Soberania Alimentar e na Agroecologia precisa tratar da Reforma Agrária, porque Regime Alimentar e Questão Agrária são indissociáveis. A base desta política é um ministério da agricultura camponesa, que não tratará só de negócio, em uma perspectiva setorial, mas sim da produção de alimentos em uma perspectiva multidimensional e multiescalar.

Trata-se de perspectivas da agricultura com arte. [...]. A política agrária que precisamos tem de tratar de novos mercados institucionais, populares, domésticos, criando novos espaços de relações mercantis com base na solidariedade e sustentabilidade e não na desigualdade. A política agrária que precisamos tem que criar uma fase de transição, dos agricultores subordinados ao agronegócio para a agroecologia. Precisa-se criar e ordenar os territórios e definir áreas para a produção de fibras e agroenergia. [...].

A citação anterior (de Fernandes) ao destacar a Política de Reforma Agrária que precisamos expressa outros pilares e valores em oposição do que se observou nas propostas do II PNRA e na realização dessas propostas. O que de fato se realizou – ou que vem se realizando ainda – é uma inserção dos contemplados pelas políticas de Reforma Agrária nos processos de dominação. É perceptível também que há em grande medida a articulação entre o Estado e o capital financeiro e, por essa via, a transformação dos trabalhadores do Campo na seara do consumo. Isto se expressa desde o acesso ao alimento via Programa Bolsa Família até as mercadorias ‘necessárias’ – desde pacotes tecnológicos, maquinários, energia etc. – para a reprodução de sua unidade de produção.

#### 3.4.1.6 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) integra o conjunto de políticas, de Segurança Alimentar e Nutricional. É também um instrumento que visa fortalecer as condições para garantir a alimentação e nutrição como requisitos e pilares fundamentais para a promoção e a proteção à saúde, e, por consequência, potencializar as condições de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida<sup>583</sup>. Tem como

<sup>582</sup> A sempre reiterada porque como vimos não houveram avanços substanciais, apenas alguns avanços focais.

<sup>583</sup> Destaca-se que a alimentação e nutrição passam a compor de maneira mais explícita na legislação brasileira a partir dos anos de 1990 com a Lei nº 8.080 de 19 de setembro. É a partir desse **marco legal que se passa a considerar o alimento como uma condição básica e determinante para uma boa saúde**. O conjunto de Legislações – algumas já citadas – (EC Nº 64/2010 (Introduz no Art. 6º da CF a alimentação como Direito); Lei 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar); Decreto 7.272/2010 (institui e regulamenta a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional); Decreto 7.508/2011 (regulamenta a Lei 8.080/1990 e atualiza

propósito, “[...] a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição” (MS, 2013, p. 21).

A projeção enquanto forma e conteúdo da PNAN, dá à política uma natureza intersetorial<sup>584</sup>. Ou seja, as condições objetivas da Segurança Alimentar e Nutricional, assim como a garantia de condições adequadas ao direito à saúde, não depende exclusivamente do setor da saúde. Contudo, considerando o entendimento construído acerca da garantia da alimentação, as estratégias e instrumentos – tanto de **monitoramento**, de **avaliação** e de **indução** de ações – o setor da saúde tem função relevante nesse processo de articulação intersetorial e elucidação de dados nutricionais, tão importantes à concepção de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>585</sup>. Considerando que a alimentação é um dos condicionantes da saúde, as consequências relacionadas à falta, à qualidade e quantidade, à Insegurança Alimentar e Nutricional, recaem diretamente sobre o setor de saúde. Neste sentido:

A intersetorialidade permite o estabelecimento de espaços compartilhados de decisões entre instituições e diferentes setores do governo que atuam na promoção da saúde e da SAN na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas que possam ter impacto positivo sobre a saúde da população. **Assim, a PNAN deve interagir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e outras políticas de desenvolvimento econômico e social**, ocupando papel importante na estratégia de desenvolvimento das políticas de SAN, principalmente em aspectos relacionados ao diagnóstico e vigilância da situação alimentar e nutricional e à promoção da alimentação adequada e saudável. (MS, 2013, p. 53 (*Grifos meus*)).

A partir do momento em que se inaugura a ‘priorização’ ou o adentramento desse tema na Política Nacional, a PNAN passou a ser considerada uma expressão de articulação e correlação entre duas grandes áreas de políticas públicas: a Segurança Alimentar e Nutricional

---

a Política Nacional de Alimentação e Nutrição)), conformam parte dessa estratégia de **intersetorialidade** entre **alimentação, nutrição e saúde**. Também, segundo MS (2013, p. 11) “A determinação social da saúde assim como a promoção e prevenção de agravos estão presentes em diversos documentos internacionalmente conhecidos, como o Relatório da Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde, publicado em 2008, a Estratégia Global para a Alimentação do Bebê e da Criança Pequena (2002) e a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (2004)”. (*Grifos meus*).

<sup>584</sup> As grandes diretrizes da PNAN se assentam nos temas de: 1- Organização da Atenção Nutricional; 2- Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; 3- Vigilância Alimentar e Nutricional; 4- Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; 5- Participação e Controle Social; 6- Qualificação da Força de Trabalho; 7- Controle e Regulação dos Alimentos; 8- Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição; 9- Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>585</sup> Recomenda-se as informações e os conteúdos que compõem o Relatório Final do “Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS: PNAN 10 Anos” realizado entre os dias 08 – 10 de junho de 2010. Esse documento expressa a intersetorialidade necessária para que a PNAN se realize efetivamente. (Disponível em: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br)).



e a Saúde. Estas áreas têm como pressuposto a junção entre dois ‘campos’ – de conhecimento e de políticas –, ocorrido entre os anos de 1980 e 1990 e que passam a compor os debates, entendimentos e proposições das Políticas Públicas. (RIGON; SCHMIDT; BÓGUS, 2016).

“[...] *Um campo que vem do lado das ciências sociais e agrônômicas, ligadas ao tema da agricultura e do meio rural, e o outro campo que vem da saúde, ligado justamente a esses temas de nutrição; esses dois campos se encontraram no final dos anos 80 e início dos anos 90, e a partir daí foi se dando uma construção para a qual contribuíram pesquisadores, militantes, movimentos e organizações e gestores públicos de ambos os campos, apontando para essa construção*” [...]. (RIGON; SCHMIDT; BÓGUS, 2016, p. 3).

Considerando estes aspectos, vemos que a concepção da Política contempla a necessidade de formulação e implementação de instrumentos e estratégias que articulem ações, tanto do ponto de vista da horizontalidade entre políticas e setores, quanto no sentido da verticalidade entre os entes federados e, em ambos os casos, com o fortalecimento da descentralização das ações e iniciativas. Estas condições são integrantes do fenômeno/do objeto e, portanto, ações correspondentes, por ‘natureza’ constituem-se multidimensionais.

Em relação à sua execução vemos que as estratégias vão no sentido de integrar ações que visem “ [...] a redução da morbi-mortalidade relacionada à alimentação inadequada e ao sedentarismo, [...]” (MS, 2013, p. 12) com indicações e orientações na direção de capacitar os indivíduos para conceber, gerir e executar políticas<sup>586</sup>, quando for o caso, e para fazer escolhas saudáveis relacionadas à alimentação e ao modo de vida. A concepção da política incentiva programas e ações que contemplam temáticas, como: o aleitamento materno; a atenção à transição do aleitamento materno para os alimentos consumidos pelas famílias; dieta habitual dos brasileiros; na orientação das ações, a necessidade de se observar as diferenças de renda e padrão de consumo alimentar<sup>587</sup>; diferença no consumo entre grupos e faixas etárias<sup>588</sup>; declínio do nível de atividade física; adoção de hábitos e práticas alimentares

<sup>586</sup> “A qualificação dos gestores e de todos os trabalhadores de saúde para a implementação de políticas, programas e ações de alimentação e nutrição voltados à atenção e vigilância alimentar e nutricional, promoção da Alimentação Adequada e Saudável e Segurança Alimentar e Nutricional representa uma necessidade histórica e estratégica para o enfrentamento dos agravos e problemas decorrentes do atual quadro alimentar e nutricional brasileiro. A educação permanente em saúde revela-se a principal estratégia para qualificar as práticas de cuidado, gestão e participação popular. Deve embasar-se num processo pedagógico que parte do cotidiano do trabalho envolvendo práticas que possam ser definidas por múltiplos fatores (conhecimento, valores, relações de poder, planejamento e organização do trabalho) [...]. As mudanças na gestão e na atenção ganham maior efetividade quando produzidas pela afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos, que contratam entre si responsabilidades compartilhadas nos processos de gerir e de cuidar. (MS, 2013, p. 45).

<sup>587</sup> “[...] A dieta dos brasileiros de mais baixa renda apresenta melhor qualidade, com predominância do arroz, feijão aliados à alimentos básicos como peixes e milho. A frequência de alimentos de baixa qualidade nutricional como doces, refrigerantes, pizzas e salgadinhos fritos e assados, tendem a crescer com o aumento da renda das famílias” (MS, 2013, p. 14).

<sup>588</sup> “Entre os mais novos, é maior o consumo de alimentos ultra-processados, que tendem a diminuir com o aumento da idade, enquanto o inverso é observado entre as frutas e hortaliças. Os adolescentes são o grupo

pouco saudáveis; necessidade e cultura de se alimentar fora do domicílio<sup>589</sup>; estudos e pesquisas relacionados à nutrição e saúde<sup>590</sup>; forte presença de agrotóxicos e outros produtos químicos nos alimentos<sup>591</sup>; entre outras.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), portanto, assenta-se em uma materialidade em movimento e em transformação, o que tem exigido da Política a necessária observação acerca das múltiplas determinações objetivas que incidem na demarcação de suas ações e características estratégicas, e, portanto, da sua organicidade com a materialidade. Considerando os aspectos que foram se consagrando ao entendimento da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar, a apreensão do movimento dessa materialidade e por consequência a sua força imperativa – que institui uma relação interseccionada entre alimentação, saúde e nutrição – têm ressignificado e trazido novas percepções na definição das políticas referentes à relação alimentação, nutrição e à saúde.

O problema fundamental que se coloca atualmente para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição tem a ver com a contradição presente nas causas que agregam, pelo menos cinco questões fundamentais: a desnutrição, o sobrepeso/excesso de peso, a obesidade e a intoxicação dos alimentos e o que está por traz dessas manifestações e suas consequências fisiológicas<sup>592</sup>. Dentre vários aspectos, vemos que há, portanto, um avanço gigantesco nas mudanças dos hábitos alimentares, que as suas causas principais são multifatoriais.

---

com pior perfil da dieta, com as menores frequências de consumo de feijão, saladas e verduras em geral, apontando para um prognóstico de aumento do excesso de peso e doenças crônicas” (MS, 2013, p. 14). De acordo com o IBGE (2011), a mediana de consumo de sucos industrializados e refrigerantes é de 122 ml diários. O consumo médio dessas bebidas entre os adolescentes é mais do que o dobro da média dos adultos e idosos.

<sup>589</sup> “O consumo médio de energia fora do domicílio correspondeu a aproximadamente 16% da ingestão calórica total e foi maior nas áreas urbanas, na Região Sudeste, no sexo masculino e para indivíduos na faixa de renda familiar *per capita* mais elevada. A alimentação fora de casa se caracteriza por participação importante dos refrigerantes, cerveja, sanduíches, salgados e salgadinhos industrializados” (IBGE, 2011, p. 103).

<sup>590</sup> De acordo com José Divino em sua intervenção “Sob a ótica da Academia” no Painel 1 “Avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição de 1999 a 2009” durante o Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS – PNAN 10 Anos, a história da nutrição como “formuladora de políticas é muito recente inclusive no Brasil. A associação de que a falta de alguns nutrientes na alimentação pode causar deficiências nutricionais ao organismo, foi uma teoria difícil de ser aceita, até porque no mesmo período, doenças infectocontagiosas estavam sendo propagadas e o descobrimento de antibióticos, que tinham uma efetividade aparentemente visível, dificultou a discussão sobre elementos invisíveis nos alimentos e que poderiam causar deficiências nutricionais” (MS/SUS/CNS, 2010, p. 12). O conteúdo presente no Relatório Final do referido Seminário Nacional expressa a necessidade de se avançar sobre vários aspectos, no ensino, na pesquisa e na extensão que possam possibilitar uma formação mais integral para os profissionais da saúde e nutrição.

<sup>591</sup> É abordado a relação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição com um conjunto de iniciativas de avaliação, reavaliação e controle de resíduos de agrotóxicos em alimentos, bem como os órgãos que têm desempenhado esse papel, tais como a ANVISA, a Gerência Geral de Toxicologia (GGTOX-ANVISA) e o Programa de Avaliação e Reavaliação de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA).

<sup>592</sup> Ajuda-nos compreender essa questão a discussão acerca da “Segurança Alimentar e Nutricional: conceito, dimensões e monitoramento” que se faz presente no Relatório da FAO de 2014. De acordo com o documento “Compreender a inserção do sobrepeso e a obesidade ao arcabouço conceitual de SAN como consequência potencial de insegurança alimentar domiciliar é contraintuitivo para muitas pessoas. Inicialmente parece ser um

A dieta habitual dos brasileiros é composta por diversas influências e na atualidade é fortemente caracterizada por uma combinação de uma dieta dita “tradicional” (baseada no arroz com feijão) com alimentos classificados como ultra-processados, com altos teores de gorduras, sódio e açúcares e com baixo teor de micronutrientes e alto conteúdo calórico. O consumo médio de frutas e hortaliças ainda é metade do valor recomendado pelo Guia Alimentar para a população brasileira e manteve-se estável na última década, enquanto alimentos ultra-processados, como doces e refrigerantes, têm o seu consumo aumentado a cada ano. (MS, 2013, p. 13).

De acordo com o IBGE (2011), dentre várias questões que incidem nessa realidade que afetam a vida dos brasileiros e compõem os elementos fundamentais para se pensar a relação entre saúde e nutrição e suas políticas necessárias, temos:

Menos de 10% da população atinge as recomendações de consumo de frutas e legumes; o consumo de leite é muito aquém do recomendado, o que se traduz em elevadas prevalências de inadequação de consumo de vitaminas e cálcio.

Excessivo consumo de açúcar foi referido por 61% da população, a prevalência de consumo excessivo de gordura saturada (maior do que 7% do consumo de energia) foi de 82% na população, o percentual da população com consumo abaixo do recomendado de fibras foi de 68% e mais que 70% da população consome quantidades superiores ao valor máximo de ingestão tolerável para o sódio, confirmando os grandes percentuais de inadequação da alimentação da população brasileira.

Um marcador positivo da dieta é a quantidade de proteínas consumidas. As médias de consumo em todas as faixas etárias foram maiores de 15% do consumo calórico total. (IBGE, 2011, p. 103).

Em relação aos(as) brasileiros(as) que residem nas zonas rurais e urbanas também há diferenciações em relação ao consumo alimentar. De acordo com o Ministério da Saúde, vemos que:

Os brasileiros residentes na zona rural, quando comparados com os residentes da zona urbana, apresentam maiores frequências de consumo de alimentos básicos, com melhor qualidade da dieta, havendo predomínio de consumo de alimentos como arroz, feijão, batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, frutas e peixes. Na zona urbana, observa-se um maior consumo de alimentos ultra-processados. [...]. (MS, 2013, p. 14).

A prevalência de inadequações de ingestão de alimentos tem, portanto, suas leis objetivas determinantes que perpassam as condições de acesso, renda, oferta e cultura alimentar. É perceptível que as condições de renda e acesso não garantem em vários casos e situações o consumo e a ingestão de alimentos com qualidade. Além disso, a pouca renda, se torna também uma linha limítrofe para que as pessoas possam optar em consumir um alimento mais adequado e saudável, tendo em vista, que de modo geral estes últimos, pesam mais no orçamento familiar. No entanto, em linhas gerais vemos que:

---

paradoxo, como se a fome e o excesso de peso fossem opostos. O rápido crescimento das prevalências de sobrepeso e obesidade – e as doenças crônicas associadas – têm deixado perplexos os gestores e a opinião pública que questionam a necessidade de priorizar políticas de combate à fome”. (FAO, 2014, p. 20).

Itens alimentares considerados saudáveis como feijão, preparações à base de feijão, milho e preparações à base de milho são mais consumidos nas faixas etárias de menor renda. O consumo médio de batata-doce *per capita* também é mais do que o dobro nas menores renda quando comparada às maiores rendas, enquanto que batata frita é mais consumida na maior classe de renda. Por outro lado, alguns marcadores negativos da qualidade da dieta, como consumo de doces, refrigerantes, pizzas e salgadinhos fritos e assados, são reduzidos na menor categoria de renda. [...]. (IBGE, 2011, p. 103).

Considerando os aspectos da transição nutricional<sup>593</sup>, a literatura aponta que houve declínio nas taxas de ‘desnutrição’ em crianças menores de 5 anos, por exemplo, quando tomados os dados entre os anos de 1996 a 2006/7. Por outro lado, em relação aos adultos, ao considerar os conceitos de ‘excesso de peso e obesidade’ vemos o aumento significativo, tanto em relação os homens quanto em relação às mulheres<sup>594</sup>.

**A sociedade brasileira vivenciou uma peculiar e rápida transição nutricional:** de um país que apresentava altas taxas de desnutrição, na década de 1970, passou a ser um país com metade da população adulta com excesso de peso, em 2008. A redução da desnutrição em crianças menores de cinco anos foi intensa nas últimas décadas. Nesse sentido, a **associação de políticas econômicas e sociais, particularmente na década de 2000**, foi fundamental para o Brasil avançar na redução das desigualdades internas. Entre 1989 e 2006, o Brasil alcançou as metas relativas à redução da desnutrição infantil do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (indicador ODM de erradicação da pobreza extrema e fome): “Prevalência de crianças (com menos de cinco anos) abaixo do peso” caiu mais de quatro vezes [...]. (MS, 2013, p. 16 – 17 (*Grifos meus*)).

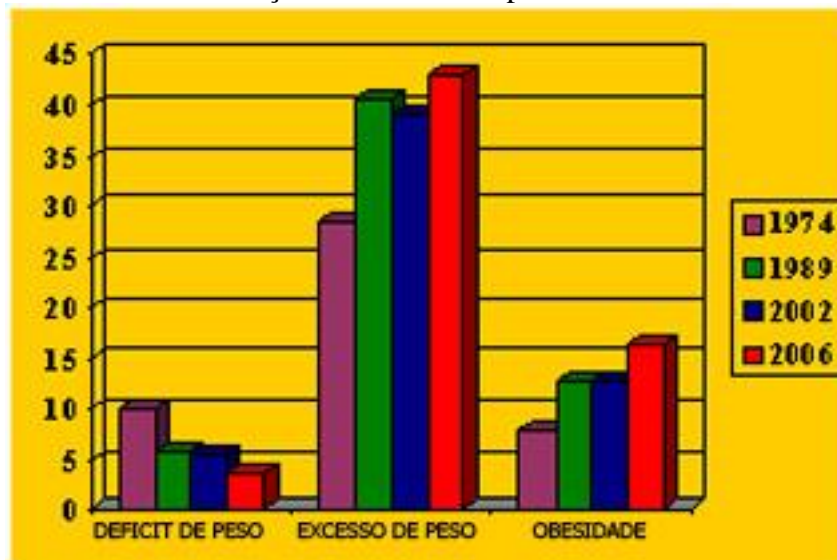
Em diferentes estudos estes dados são confirmados, como vemos no caso específico da população feminina. As mudanças – e as tendências – em relação à realidade de Desnutrição, Sobrepeso/Excesso de peso e Obesidade são perceptíveis a partir de dados desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizado em 1974, pela Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN)

<sup>593</sup> De acordo com o MS (2013, p. 15) “A transição nutricional foi acompanhada pelo aumento da disponibilidade média de calorias para o consumo. Em 2009, o consumo energético diário médio da população foi superior ao recomendado [...]. Essa média se assemelha às encontradas em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, com as maiores médias entre os adolescentes do sexo masculino e as menores entre os idosos”. Vários são os fatores que influenciam esse processo de transição nutricional. A literatura aponta exemplos como: o excesso de trabalho e estresse em grandes centros e o pouco tempo para as refeições o que induz à procura por alimentos de preparo rápido e refeições rápidas (*fast-foods*); a colocação no mercado – por parte da indústria de alimentos e à sua adaptação às exigências a realidade da vida social – de uma grande variedade de produtos congelados de rápido preparo e consumo e de paladar aceitável (caso das massas) e; até mesmo a inserção da mulher no mercado de trabalho que, com sua ausência em casa, incide na alteração da alimentação caseira e, por consequência, entre os membros da família; entre outros fatores. De acordo com McMichael (2016, p. 216) a Transição Nutricional pode ser definida como “mudança de dietas vegetarianas para o consumo de proteína animal, óleos e gorduras, açúcares processados e carboidratos e frutas vegetais associados à agricultura industrial”.

<sup>594</sup> Os documentos oficiais aqui utilizados como fonte, trazem parte dos resultados que compõem a terceira edição da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS/2006), divulgada em 3 de julho de 2008 onde se traça um perfil e dados da população feminina em idade fértil (dos 15 aos 49 anos) e das crianças menores de 5 anos no Brasil.

realizada em 1989, pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) em 2002 e pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) em 2006.

Gráfico 11 – Transição nutricional no período entre 1974 a 2006



Fonte: PEVS/UNIFESP/Acesso: julho de 2017.

De acordo com MS-CNS (2010), as causas do declínio da desnutrição em crianças menores de cinco anos, nesse período – em dados e médias gerais –, deve ser atribuído a um conjunto de fatores ‘multi-determinantes’: Escolaridade Materna 25,7%; Poder Aquisitivo 21,7%; Assistência à Saúde 11,6%; Saneamento 4,3%; outros fatores 36,7%.

O déficit de altura para idade teve uma redução, de 13,4% em 1996 para 6,7% em 2006/7. O déficit de peso para a altura também teve redução, de 2,2% em 1996 para 1,5% em 2006/7. Considerando os percentuais por regiões nesse período de 10 anos – 1996 a 2006 –, temos: na Região Norte (20,38% para 14,44%); Região Nordeste (22,35% para 5,86%); e, dados agregados da Região Centro-Sul, temos (de 7,46% para 7,08%). Contudo, vemos que ao observar e alargar a abrangência em relação às pessoas em diferentes faixa-etárias, ainda se tem uma série de limites.

No entanto, os avanços são desiguais. Ainda persistem altas prevalências de desnutrição crônica em grupos vulneráveis da população, como entre as crianças indígenas (26%), quilombolas (16%), residentes na região norte do país (15%) e aquelas pertencente às famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda (15%), afetando principalmente crianças e mulheres que vivem em bolsões de pobreza. **Apesar das diferenças entre os grupos e regiões geográficas, a maior redução das prevalências de desnutrição infantil se deu na Região Nordeste e nas populações mais pobres do país [...].** (MS, 2013, p. 17, (*Grifos meus*)).

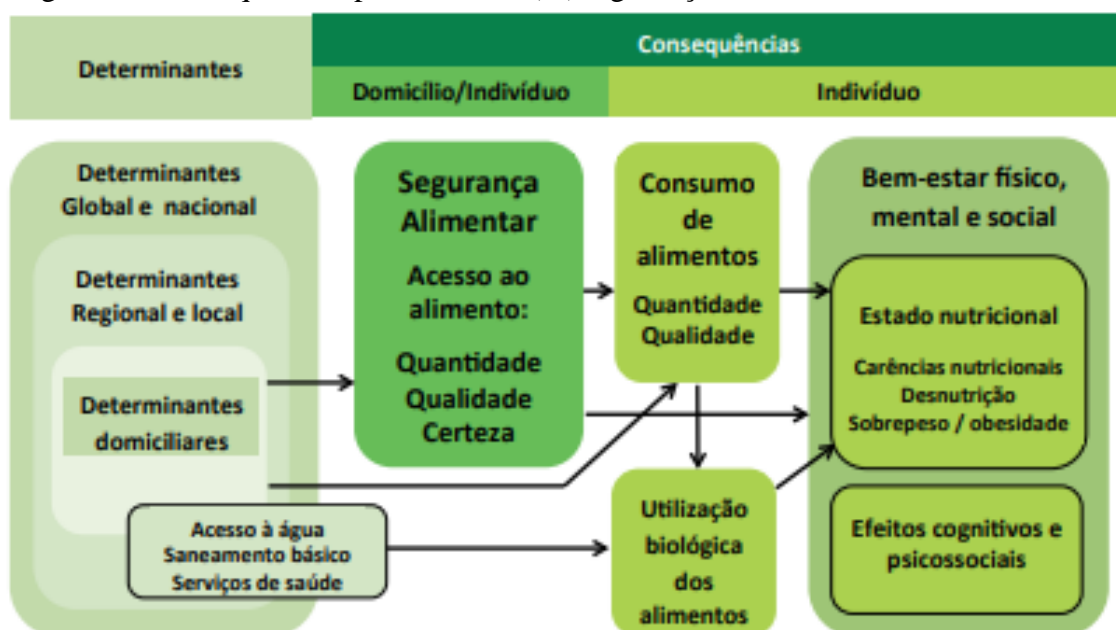
No aspecto mais específico relacionado à dimensão da saúde, vemos que há grandes limitações quando considerado o conjunto de determinantes inerentes à alimentação e suas

consequências, que ao serem colocadas à prova pelas ações e políticas públicas conquistadas e executadas, ainda expressam significativas contradições.

Com relação às doenças relacionadas às deficiências de micronutrientes, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, realizada em 2006, reafirmou que as deficiências de ferro e vitamina A ainda persistem como problemas de saúde pública no Brasil: 17,4% das crianças e 12,3% das mulheres em idade fértil apresentam hipovitaminose A, enquanto 20,9% e 29,4% desses grupos populacionais, respectivamente, apresentam anemia por deficiência de ferro. Estudos regionais apontam para uma prevalência média de 50% de anemia ferropriva em crianças menores de cinco anos de idade. (MS, 2013, p. 16).

Este conjunto de informações demarcam que cada vez mais a implementação da política deve levar em consideração a intersetorialidade, bem como processos de formação [Formação Humana] que possam contribuir para que os resultados das políticas implementadas se tornem mais efetivas. Tomando como dado, de que houve melhoria no acesso à saúde e na qualidade dos serviços de saúde ofertados, melhoria nas condições de acesso e renda nos últimos anos, estas condições deveriam ter impactado de maneira mais eficiente na melhoria desses indicadores basilares, como o caso da deficiência de micronutrientes entre outras carências – que incidem no aspecto fisiológico das pessoas<sup>595</sup>. Estes aspectos contraditórios reforçam a tese de que as políticas para essa área da nutrição e saúde, cada vez mais, devem ser multidimensionais, e sobretudo, radicais.

Figura 9 – Consequências potenciais da (In)Segurança Alimentar no domicílio



Fonte: FAO (2014, p. 20).

<sup>595</sup> Tem a ver com a qualidade nutricional do alimento. Um dos efeitos negativos do Sistema Agroalimentar sob a gerência das grandes corporações.

Vemos que a possibilidade do acesso ao alimento ao considerar o Sistema Agroalimentar (como demonstrado na figura anterior) materializa ‘um processo paradoxal’ pois como resultado da mesma ação se interseccionam fome e excesso de peso, por exemplo. Neste sentido, é verificado também que na área de saúde – com o enorme e rápido crescimento das prevalências de sobrepeso e obesidade – tem induzido à mudanças de eixos e de prioridade das políticas deixando fragilizadas, por exemplo, algumas ações e prevenções que tenham como motivadores a fome.

Porém, dada à relação de forças no interior do poder administrativo e na própria organização racional do Estado, bem como, a concepção de saúde ‘hegemônica’ – mercadológica e curativa (não preventiva) – verifica-se contradições, e, portanto, ‘avanços e limites’ na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)<sup>596</sup>.

[...]. De sua gênese até 2003, a PNAN passou por um processo de estruturação e a partir de 2006, com a instituição do SISAAN, foram ampliadas as condições políticas para a sua alavancagem.

No entanto, apesar dos avanços significativos na construção de sua institucionalidade e das perspectivas positivas apresentadas, a análise sobre o período de 2003 a 2010 evidenciou a persistência ainda insuficiente inserção da área de nutrição no âmbito do SUS, o que por sua vez compromete a articulação da saúde com a SAN.

Tal constatação deve ser analisada em profundidade, uma vez que o simples reconhecimento do papel vital da nutrição para a saúde não é suficiente para garantir a sua priorização no SUS. É preciso reconhecer que o campo científico de qualquer temática, assim como o seu respectivo campo de práticas, constitui-se em “um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros, onde todas estas variantes assumem formas específicas, constituindo um mundo à parte” [...]. É necessário ainda considerar que o SUS é um projeto da sociedade brasileira ainda em implementação, e cujo o avanço depende de difíceis disputas no campo político-institucional e do reconhecimento por parte do Estado e da sociedade em geral dos direitos que garantam de forma efetiva e democrática a produção da saúde, que passa pela produção, distribuição e consumo de uma alimentação adequada e saudável para todos. (RIGON; SCHMIDT; BÓGUS, 2016, p. 7 – 8).

Os aspectos mencionados nas avaliações durante o Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN 10 Anos, demonstram que a coordenação técnica da política ainda ocupa lugares e níveis hierárquicos sem muita expressão na estrutura de funcionamento

---

<sup>596</sup> Dentre vários aspectos elencados na “Avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição” realizada durante o “Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição: PNAN – 10 Anos”, podemos destacar que: em relação aos **limites** aparece, a “baixa inserção no SUS, Fragilidade institucional, Insuficiências de regulações capaz de dar direção e homogeneidade aos processos de gestão estadual e municipal; déficit de capacitação de Recursos Humanos (Formação e Capacitação), Dificuldades para o diálogo intersetorial, [...], *Cultura anti hegemônica, contra os interesses do mercado*”, entre outras; em relação aos **avanços** aparece, “implantação do SISVAN, Produção de diversos materiais informativos sobre a promoção de alimentação saudável, os quais se tornaram uma referência na área, Capacitação de Recursos Humanos nas esferas estaduais e municipais, Estímulo a uma maior consciência da população para a prevenção das doenças crônicas, Necessidade de rotulagem de alimentos, Programas informativos sobre a Obesidade”, entre outras. (MS-CNS, 2010, p. 09 – 10, (*Grifos em negrito e itálico, meus*)).

da racionalidade estatal, o que os coloca em situação de pouca autonomia e força política limitada. Este fenômeno incide em limitações também no diálogo intersetorial e nas negociações externas. Essa questão é também expressão sintomática nas esferas estaduais e municipais.

Considerando que a PNAN é executada prioritariamente pelo setor de saúde, outro aspecto aparece como manifestação de limitação: é o caso da ainda insuficiente inserção da área de nutrição e dos profissionais de nutrição no setor de saúde, ou seja, no SUS, tanto nas ações primárias, quanto nas ações e demandas mais complexas de atendimento. Além desses aspectos, a questão da formação dos profissionais em nutrição também é apontada como limite.

[...] ainda existem deficiências na incorporação dos conceitos e conteúdos da saúde coletiva que confeririam ao profissional maior condição de ter uma atuação mais resolutiva. Apesar dos esforços realizados pela coordenação da PNAN em relação à formação de gestores para a área de alimentação e nutrição, e de um conjunto de universidades que tem procurado aperfeiçoar e adequar a formação dos nutricionistas na área da saúde coletiva, ainda predomina o enfoque clínico. Embora tal situação não seja exclusiva do nutricionista, pois ocorre na formação da maior parte das categorias profissionais que atuam na área da saúde, compromete a sua atuação e o próprio serviço de saúde. (RIGON; SCHMIDT; BÓGUS, 2016, p. 7).

O que se nota, portanto, é que considerando a intencionalidade prescrita nos objetivos e diretrizes, a projeção ideal da PNAN – já ressignificada a partir da sua reformulação em 2011 –, ainda precisa ser aprimorada e, sobretudo, fortalecida.

[...], a nova versão da PNAN reafirma o compromisso de cooperação e articulação do SUS para essa política intersetorial, mas reforça a articulação intrasetorial, buscando apresentar de forma mais clara a articulação entre as suas diretrizes e outras políticas e mecanismos de gestão do SUS. A diretriz específica que trata da articulação entre SUS e SISAN refere que esta proporcionará a articulação dos cuidados em alimentação e nutrição na RAS às demais ações de SAN nos territórios, com vistas ao enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional e dos agravos em saúde, na ótica de seus determinantes sociais. (ALVES; JAIME, 2014, p. 4334).

Considerando a hegemonia nos interesses em disputas e o lugar das políticas estatais exaradas fruto dessas contradições, já se entende que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) encontra dificuldades para a sua efetivação dada a concepção que a fundamenta. As tentativas e processos que buscam a construção intersetorial de políticas públicas, na maioria dos casos, dificuldades de ordem política em aspectos que dizem respeito à estrutura e funcionamento, ou, nos aspectos de uma cultura política evidente que tem matriz econômica e que se torna a base fundamental dessas problemáticas anteriormente destacadas. Inscrevem-se em impedimentos também:



[...]: o predomínio, no país, do modelo biomédico, curativista, hospitalocêntrico, que carrega a maior parte dos recursos e dos esforços do SUS para a alta complexidade, situando a promoção da saúde e suas principais estratégias, e dentre elas as da alimentação e nutrição, ainda em uma posição secundária. (RIGON; SCHMIDT; BÓGUS, 2016, p. 7).

Ao considerarmos a totalidade concreta, a articulação das políticas e sistemas como o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), as áreas da saúde e nutrição e que objetivam a Segurança Alimentar e Nutricional, vemos também vários aspectos positivos e avanços conquistados – alguns já mencionados anteriormente. A avaliação realizada no Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS – PNAN 10 anos, realizada no ano de 2010 demonstra alguns aspectos significativos que definem a política como estratégica, com alocação de recursos e ações articuladas com públicos beneficiários de outras políticas de SAN, bem como, iniciativas claras de controle social<sup>597</sup>. De acordo com Ana Beatriz Vasconcellos – Coordenadora Geral da Política de Alimentação e Nutrição em sua intervenção no Painel 1 “Avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição”, “Sob a ótica do Governo” do referido Seminário Nacional, temos:

O desenvolvimento de pesquisas e financiamento contínuo para a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos e a criação do Fundo de Alimentação e Nutrição, em 2006, viabilizaram até agora, o repasse de quase 40 milhões de Reais, gerando experiências e processos de gestão importantes nesses aspectos. A Política tem uma base epidemiológica, que acompanha a mudança epidemiológica vivida, bem como as transições permanentes, evidenciada pela redução da desnutrição expressiva e aumento do sobrepeso e da obesidade, inclusive em crianças e adolescentes. É marcante a realização da avaliação nutricional de 4 milhões de crianças até 2 anos, 2,8 milhões de adolescentes, desses 350 mil nos municípios que têm o Programa Saúde na Escola e 5 milhões de adultos. 67% das famílias do Programa Bolsa Família foram acompanhadas no último semestre e periodicamente realizam-se levantamentos nacionais de antropometria, consumo de alimentos, prevalência de carências nutricionais em parcerias com outras instituições e chamadas nutricionais, como a chamada específica para a Região Norte, considerada como área mais vulnerável em relação às questões alimentares nutricionais. (MS/SUS/CNS, 2010, p. 9; 10).

---

<sup>597</sup> Em palestra “Sob a ótica do Controle Social” – ainda no Painel 1 – Rosane Nascimento da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN) aborda que a Lei Orgânica da Saúde instituiu instrumentos e comissões onde a participação de representantes é um preceito. Dentre vários aspectos que convergem para as condições de Controle Social, destaca que a partir de 2003 houve uma troca de saberes, motivados por interesses recíprocos, entre as áreas da Saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com o MS/SUS/CNS (2010, 15) “Tanto a saúde se voltou para a questão do entendimento do panorama da Segurança Alimentar e Nutricional, quanto a Segurança Alimentar e Nutricional se apoderou do componente de saúde dentro de seu espectro maior”. Algumas indicações e ações práticas são decorrentes desse processo. Casos como a inclusão de nutricionista, por força de lei, nessa articulação; recomendação para a ANVISA reavaliar a questão dos limites do uso de agrotóxicos na produção; a regulamentação da publicidade de alimentos; aprovação do Protocolo Clínico da Doença Celíaca, com mais destaque para o tema da alimentação e nutrição; aprovação das diretrizes para a Promoção da Saúde e da Alimentação Saudável; ações de prevenção da epidemia de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, entre outras.

Vale, ainda, destacar, que a concepção, as experiências implementadas nessa relação entre as ações de saúde e SAN subsidiaram o I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN (2012 – 2015)) e continuam presentes nos alicerces do II PLANSAN (2016 – 2019). Desse modo, seja nas condições objetivas e suas contradições, seja na objetivação das políticas nesses setores, vários aspectos e elementos que tensionam a ordem vigente, são colocadas na agenda política e constituem-se em instrumentos para a luta e a busca de transformação, tanto na infraestrutura, quanto na superestrutura.

#### 3.4.1.7 Programa de Acesso à Água no Semiárido Rural: Programa Um Milhão de Cisternas e Programa Água para Todos

A partir da ampliação das condições de apreensão do movimento da realidade e as suas contradições à luz da perspectiva da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional, a *água passa a ser tratada como alimento*. Sua falta e escassez, sua crescente privatização, além da violência e contaminação sofrida pelos agrotóxicos e outros insumos e elementos químicos, é problema fundamental de nossa civilização. Partindo desse pressuposto é que as demandas e concepções de políticas públicas passam a incorporar o tema da água ao conjunto dos pilares e demais dimensões que compõem a tema da Soberania Alimentar e a sua capacidade explicativa enquanto conceito em construção.

Assim, antes de adentrarmos na especificidade do programa/política eleito/a para a análise da experiência brasileira, recorreremos a algumas linhas introdutórias das discussões e da realidade (que envolvem a geopolítica) acerca da água no mundo na atualidade.

Ao discutir a relação entre a “Água, Solos e Insegurança Alimentar”, Marques Filho (2016, p. 133) destaca que “Declínio quantitativo e degradação qualitativa dos recursos hídricos formam dois aspectos indissociáveis de uma das maiores crises ambientais do planeta”. Neste sentido, a água entra na pauta da geopolítica, fundamentalmente por duas razões: a primeira é a perspectiva de torná-la privatizada e em mercadoria; e a segunda é a tendência da escassez, por um lado, e o aumento da demanda para a produção industrial e do agronegócio<sup>598</sup>. Além da contaminação em intensidade elevada onde se pratica a agricultura industrial, há também o aumento e desigualdade no consumo da água.

---

<sup>598</sup> Considerando o declínio dos recursos hídricos, Marques Filho (2016, p. 133) destaca que “O Índice Falkenmark (*Falkenmark Water Stress Indicador*) estabelece três níveis de escassez hídrica: (1) ‘estresse de água’ (*warter stress*), quando o suprimento de água renovável situa-se abaixo do limiar de 1.700 m<sup>3</sup> *per capita* por ano; (2) ‘escassez de água’ (*water scarcity*), quando esse nível é inferior a 1.000 m<sup>3</sup> *per capita* e (3)

O aumento da escassez hídrica explica-se **menos** pela explosão demográfica que pelo **maior** consumo *per capita* de água. A população mundial multiplicou-se por cerca de 3,6 no século XX (de 1,65 bilhão em 1900 para cerca de 6 bilhões em 2000), ao passo que no mesmo período o consumo humano global de água multiplicou-se por oito, **com clara preponderância para a agricultura intensivamente irrigada**. O descompasso entre população e consumo mundiais não faz senão aumentar: entre 1990 e 2010, a população passou de 5,3 bilhões para 6,8 bilhões de pessoas, um crescimento de menos de 20%, ao passo que o consumo humano de água aumentou 100%. Esse incremento do consumo é marcado por uma excepcional desigualdade. [...]. (MARQUES FILHO, 2016, p. 134, (*Grifos em negrito meus*)).

Além da qualidade da água ao consideramos como alimento, a escassez de água é problema central para a produção de alimentos. Sabemos que a agricultura industrial intensiva – que utiliza a maior quantidade de água – não produz diretamente alimentos. Porém, a privatização desse bem natural, para esse objetivo é uma necessidade para a reprodução dessa lógica. Considerando a realização desses aspectos indicados, essas mudanças políticas e naturais atingirão a vida de bilhões de pessoas, “seja por escassez de água, seja por diminuições de colheitas, seja por distúrbios extremos do clima. [...] ‘a água é a maior de todas as preocupações’” (MARQUES FILHO, 2016, p. 135).

A literatura sobre o tema aponta que nos últimos anos percebeu-se uma aceleração do declínio dos recursos hídricos, bem como, o aumento das condições objetivas para a sua contaminação.

A aceleração do declínio dos recursos hídricos é maior que a prevista pelas projeções. Em **2006**, o relatório do International Water Management Institute (IWMI) afirmava: “um terço da população mundial sofre de estresse de água (*water stress*), **uma situação que não se previa que viesse a ocorrer antes de 2025**”. O nível seguinte ao de “estresse de água” na escala Falkenmark, o de “escassez de água” (*water scarcity*), **já atinge hoje um décimo da população mundial**, e dentro de dez anos, **2025**, quando a população for de oito bilhões de pessoas, a “escassez absoluta” (*absolute scarcity*) – o nível máximo de escassez na escala Falkenmark – **será o lote de 1,8 bilhão de pessoas, ou seja 22,5% da população**. Segundo o quinto *Water World Development Report* (WWDR), da ONU, publicado em março de 2014, “**Projeta-se que mais de 40% da população global viverá até 2050 em áreas de grave estresse de água**” (*severe water stress*). (MARQUES FILHO, 2016, p. 135 – 136, (*Grifos em negrito meus*)).

Contudo, considerado as matrizes tendenciais desse fenômeno, essa projeção anteriormente destacada é considerada modesta e conservadora. De acordo com a declaração final do encontro “**Água no Antropoceno**”, ‘*The Bonn Declaration on Global Water Securiry*’ apud Marques Filho (2016, p. 136) vemos que:

---

‘escassez absoluta de água’ (*absolute scarcity*) quando esse nível é inferior a 500 m<sup>3</sup> *per capita* por ano. Esse parâmetro inclui as necessidades domésticas, agrícolas, industriais, energéticas e ambientais”.

No breve intervalo de uma ou duas gerações, a maioria dos nove bilhões de habitantes da Terra estarão vivendo a adversidade de uma grave escassez de água. [...]. Os cientistas da água estão mais que nunca convencidos de que os sistemas de água doce em todo o planeta estão em estado precário. [...]. Diante da escolha entre água para um ganho econômico de curto prazo e água para a saúde dos ecossistemas aquáticos, a sociedade em geral escolhe o desenvolvimento, frequentemente com consequências deletérias para os próprios sistemas aquáticos que fornecem esse recurso. [...]. O atual aumento do uso de água e os danos aos sistemas aquáticos avançam numa trajetória insustentável. Entretanto, o atual conhecimento científico não pode prever exatamente como ou precisamente quando se ultrapassará, em escala planetária, o limite. A ultrapassagem desse ponto crítico pode disparar uma mudança irreversível com consequências potencialmente catastróficas.

Os dados da realidade, mais recentes, colocam esses prognósticos sob a face conservadora. Ou seja, os novos dados publicados em fevereiro de 2016 por Mesfin M. Mekonnen e Arjen Y. Hoekstra na *Science Advances* indicam uma condição social e natural mais complicada na atualidade. De acordo com Mekonnen e Hoekstra apud Marques Filho (2016, p. 136 – 137) vemos que:

As avaliações precedentes de escassez hídrica global, medida por ano, subestimavam-na ao não capturar as flutuações sazonais de consumo e disponibilidade de água. Avaliamos a **escassez de água doce com alta resolução espacial mês a mês**. [...]. Descobrimos que cerca de **71% da população global (4,3 bilhões de pessoas) vivem com escassez de água, de moderada a grave (WS > 1)**, ao menos **um mês por ano**. Por volta de **66% (4 bilhões de pessoas) vivem com escassez grave (WS > 2)** ao menos um mês por ano. Desse 4 bilhões, 1 bilhão vive na Índia e outros 900 milhões vivem na China. Populações significativas que enfrentam escassez de água durante ao menos parte do ano vivem em Bangladesh (130 milhões), nos EUA (130 milhões, sobretudo nos Estados do oeste, como a Califórnia, e do sul, como o Texas e a Flórida), no Paquistão (120 milhões, dos quais 85% estão na bacia do Indo), na Nigéria (110 milhões) e no México (90 milhões). (*Grifos meus*).

Neste sentido, buscar a *superação da miséria, da fome e da pobreza, requer a inclusão de ações, programas e políticas que garantam o acesso à água para as pessoas, bem como as trate como patrimônio público e não como mercadoria*. Como bem natural deve ser cuidada e respeitada, e as condições para evitar de que a água seja um dos instrumentos de dominação nas relações de classe, devem ser perseguidas.

No Brasil, em especial na região do Semiárido existem registros sobre a incidência da escassez de água e os problemas econômicos, sociais e de saúde dela decorrentes<sup>599</sup>. Com base nessa materialidade é que foi criado o “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no Semi-Árido”: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) cujo o foco principal era possibilitar o acesso à água para o consumo humano, prioritariamente – nos períodos de estiagem e seca –, e que pudesse também atender outras necessidades das

<sup>599</sup> Como sabemos, baixa expectativa de vida, alto índice de desnutrição e mortalidade infantil, pobreza extrema, êxodo rural e baixos indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano.

comunidades e unidades familiares<sup>600</sup>. A proposta inicial foi de uma tecnologia social de baixo custo e que possibilitasse com facilidade a sua replicação<sup>601</sup>, potencializando cada vez mais o processo de captação, armazenamento e distribuição de água de chuva. Além desses aspectos, está na centralidade do Programa o objetivo de possibilitar um movimento de *articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do semiárido pelas famílias e que esse processo se torne formativo e educativo de maneira gradual*.

Para compreendermos o processo de implementação desse Programa devemos levar em consideração que houveram dois momentos fundamentais. Cada um com suas especificidades, que em boa medida *demarcam avanços e limites*, bem como caracterizam o “lugar” do Programa na agenda pública e na política, fundamentalmente no papel do Estado, bem como, interesses nesse processo subjacentes.

De acordo com a literatura vemos que até o ano de 2003 as construções de cisternas se deram de maneira aleatória e em pouca quantidade. Contudo, dado ao conjunto de políticas que se iniciaram – a partir de 2003 – na tentativa de combater a miséria, a fome e a pobreza, essa ação foi fortalecida e **“passou a fazer parte da política de Segurança Alimentar e Nutricional do governo Federal, sendo uma das ações do Programa Fome Zero”** (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 468, *(Grifos meus)*)<sup>602</sup>.

Em relação à forma de execução da proposta, buscou-se implementar mecanismos jurídicos e técnicos para o acesso descentralizado e ‘territorializado’ da água, constituindo as bases necessárias para uma maior escala do Programa<sup>603</sup>. A base política pode ser expressada por alguns elementos essenciais que perpassam a “filosofia” e a intencionalidade prescrita do

---

<sup>600</sup> Vale ressaltar que a proposição do presente Programa surgiu durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção contra a Desertificação e a Seca (COP3) que se realizou na cidade de Recife no ano de 1999. É resultado do debate que visava propor um redimensionamento de convivência entre o povo e a realidade do Semiárido. Nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional as pautas ligadas à construção de alternativas para o acesso a água e o desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais correspondentes também compuseram o debate e as indicações.

<sup>601</sup> De acordo com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), o Programa Um milhão de Cisternas (PIMC) é um Projeto nascido das bases concebido por muitos e correspondente ao sonho de muita gente. Criado e executado pela Sociedade Civil com as garantias governamentais o Programa promove e efetiva a descentralização das estruturas de abastecimento de água e garante a democratização ao acesso da água, elemento essencial para a vida. (Ver mais: [www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)). A ASA é uma rede, um fórum de organizações da Sociedade Civil que debate e propõe políticas que objetivem o desenvolvimento social, cultural, econômico e político na região do Semiárido. É composto por aproximadamente 750 entidades e organizações. Entre elas estão: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações de agricultores, ONGs, Cooperativas, Pastorais, Organizações Ambientais, Igrejas, entre outras.

<sup>602</sup> Sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e comando da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan).

<sup>603</sup> De acordo com Campos e Alves (2014, p. 468) teve “[...] como referência alguns pressupostos, como: atendimento prioritário da zona rural do semiárido brasileiro; formalização de convênios e parcerias intersetoriais (governo federal, estados e municípios, organizações da Sociedade Civil); utilização de editais públicos e disponibilização de recursos orçamentários”.

Programa. É perceptível a busca pela *realização e fortalecimento da mobilização, capacitação, fortalecimento da 'Sociedade Civil', controle social, domínio técnico e democratização do conhecimento a partir da construção das cisternas e demais tecnologias sociais imbricadas.*

Complementando o paradigma conceitual o P1MC estabelece como principais objetivos contribuir, por meio de um processo educativo, para a transformação social, visando o acesso, o gerenciamento, à **valorização da água como um direito essencial à vida e da cidadania** acoplando outras ações de políticas públicas, tais como, **quebra do monopólio do acesso à água, à terra e a outros meios de produção e de preservação; uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido para atendimento às necessidades básicas da população do Semiárido.** De acordo com Bugierman (2002), o P1MC é muito mais que construir cisternas. As **cisternas funcionam como instrumentos pedagógicos para ensinar cidadania.** (SANTOS; BOMFIM; ARAÚJO; SILVA, 2008, p. 4, *(Grifos meus)*).

Em relação aos limites do Programa nesse período inicial vemos que são vários. Se considerado as metas em seu projeto advogadas, é perceptível, por exemplo, uma forte presença de ONGs como mediadores do processo de implantação das cisternas. Neste sentido, há um afastamento do Estado e de suas responsabilidades na efetivação dos serviços e infraestruturas de forma direta. Ou, pode ser classificada como uma ação frágil do Estado no objetivo de fixar a população no território do Semiárido.

Em sua proposição original, o objetivo era atingir a meta de construção de 1 milhão de cisternas em um prazo de 5 anos. A realização dessa meta, acabou não ocorrendo. Ou seja, os dados apontados pela literatura demonstram que enquanto ‘meta física’ proposta para o período entre os anos de 2000 a 2008, por exemplo, alcançou-se aproximadamente 23,58%, com a construção de 235.860 cisternas. (SANTOS; BOMFIM; ARAÚJO; SILVA, 2008).

Outro limite visível diz respeito ao projeto físico, sobretudo ao tamanho da cisterna, onde o projeto estipula as condições para armazenamento de um volume de 16 mil litros de água. De acordo com os cálculos, considerando o período de estiagem – aproximado, que sempre ocorre –, a média de consumo diário permitido, para uma cisterna com esse tamanho gira em torno de 13 a 14 litros por pessoa/dia. O que se nota é que tendencialmente – em números aproximados – essas cisternas não garantem o abastecimento para as condições e consumo mínimo para uma família entre 4 a 5 pessoas.

Considerando esses aspectos, vemos que o acesso à água passa a ser em nível [mínimo] de sobrevivência, ou seja, com atendimento de média de 28% do recomendado. Portanto, não corresponde ao estabelecido e recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 50 litros de água por habitante/dia. É, por essas razões que o Programa

estabelece que a água armazenada na cisterna deva ser utilizada prioritariamente para o consumo humano – beber, lavar as mãos, cozinhar e lavar os utensílios domésticos<sup>604</sup>.

Em um segundo momento histórico e a construção de quase 350 mil cisternas para o armazenamento de água para o consumo humano nessa região, e outras mais de 7 mil tecnologias sociais que potencializaram a produção de alimentos e criação de animais, serviram de base e pilares para a elaboração e criação do “Programa Água para Todos” que passa a compor as estratégias fundantes do Plano Brasil sem Miséria<sup>605</sup>.

O primeiro passo para buscar a universalização foi identificar a demanda por cisternas de consumo no semiárido. Essa estimativa partiu da intersecção de três variáveis para a definição do público-alvo prioritário do Programa Água para Todos, a ser identificado no Cadastro Único: a) ser domiciliado em município do semiárido; b) ser domiciliado na zona rural do município; e c) não possuir acesso à rede pública de abastecimento de água. (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 469).

A forma legal para a operacionalização do Programa Cisternas<sup>606</sup>, de acordo com as avaliações, apresentou linhas limítrofes, o que exigiu que aos poucos fosse sendo redimensionado o arcabouço jurídico para a sua implementação, redefinindo a ‘natureza’ do Programa, as possibilidades de superar os gargalos burocráticos e as condições de institucionalidade, dado que são vários os parceiros no processo de implementação e participação da Sociedade Civil.

Através do Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011 buscou-se reforçar a importância da captação da água de chuva e, portanto, a necessidade de melhorar e investir mais nos sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais.

O processo teve início com o MDS coordenando consultas internas e com parceiros e organizações da Sociedade Civil com ampla atuação na ação, de forma que em um curto espaço de tempo, entre os meses de abril e maio de 2013, foi formatada uma proposta explicitada na Medida Provisória nº 619, de 06 de junho de 2013. Essa dinâmica de reuniões com atores que historicamente contribuíram com a evolução da ação permaneceu nos meses seguintes, tendo em vista o conjunto de instrumentos

<sup>604</sup> Mesmo após a criação do Programa Água para Todos – como veremos adiante –, o projeto físico das cisternas manteve basicamente o mesmo, com as mesmas medidas de tamanho.

<sup>605</sup> “Em 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria, com a meta de eliminar a pobreza extrema no Brasil. O plano articulou proteção social com as políticas de promoção da igualdade de renda, do emprego, da produção familiar e da nutrição. Com isso, novas políticas destinadas a pessoas extremamente pobres foram introduzidas e abordavam a melhoria do acesso aos serviços públicos, a fim de promover a educação, a saúde e o emprego. Elas incluíam aumento no valor dos benefícios do Programa Bolsa Família e expansão do acesso a creches e pré-escolas. Todas essas medidas melhoraram o acesso a alimentos. Em março de 2013, todas as famílias em situação de extrema pobreza passaram a receber benefícios que garantem um mínimo de renda per capita de cerca de US\$ 1,25 por dia. Cerca de 22 milhões de brasileiros foram retirados da extrema pobreza desde 2011” (FAO, 2014, p. 8).

<sup>606</sup> De acordo com Campos e Alves (2014), a execução prática do Programa: formalização, execução e prestação de contas, foi implementada utilizando o arcabouço legal das transferências voluntárias – consubstanciado no Decreto nº 6.170/2007 e na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

associados à regulamentação do Programa Cisternas. (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 481).

Em 2013, há a institucionalização do “Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas)”<sup>607</sup>. Estas iniciativas são consideradas fundamentais para fortalecer a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional<sup>608</sup>, a promoção à saúde e a melhoria nas condições objetivas para as populações rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica<sup>609</sup>. Além disso, vão aos poucos instituindo de maneira mais clara a ‘forma e o conteúdo’ do Programa.

A meta definida para o período de 2011 a 2014 foi o atendimento de 750 mil famílias no semiárido brasileiro, o que, naquele momento, representava um enorme desafio, visto que a estimativa de atendimento em quatro anos requeria dobrar as entregas de cisternas nos oito anos anteriores. Estabelecida essa meta, um conjunto de ações foi desencadeado visando a construção de um modelo capaz de: ampliar a escala do atendimento; construir um desenho para a coordenação dos processos, materializado, posteriormente, no Programa Água para Todos; definir a distribuição territorial das metas entre os atores envolvidos; formatar mecanismos de gestão e acompanhamento periódico da execução; ampliar o leque de parceiros que assumiriam o referido compromisso; e garantir maior disponibilidade de recursos orçamentários. (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 469 – 470).

Nesse processo de redimensionamento houve a busca de ampliação das condições para a implementação da intersetorialidade advogada, como vimos nos debates das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Órgãos e instituições responsáveis por ações, programas e políticas em Segurança Alimentar e Nutricional, em Saúde e Meio Ambiente, infraestrutura hídrica e de abastecimento público de água, além de entes federados e organizações da Sociedade Civil, são chamados a participar e a contribuir para a execução do Programa<sup>610</sup>. Desse modo, a partir de 2011:

---

<sup>607</sup> Instituído pelos Artigos 11 (*Art. 11. Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, com a finalidade de promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, por meio de implementação de tecnologias sociais, destinado às famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água*) a 16 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e regulamentado através do Decreto 8.038, de 4 de julho de 2013 (*Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências*).

<sup>608</sup> As demais tecnologias sociais associadas – para a produção de alimentos – e que contribuem de maneira mais efetiva para atender as demais demandas da unidade familiar de produção “[...] incluem tecnologias como as cisternas calçadão e as cisternas enxurrada de 52 mil litros, as barragens subterrâneas e o barreiro trincheira” (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 477).

<sup>609</sup> Há, portanto, como intencionalidade associada, o fortalecimento da Agricultura Familiar e Camponesa. Além disso, dados demonstram que quase 5 mil famílias indígenas e quase 10 mil famílias quilombolas foram contempladas. Significa dizer que 80% dos beneficiários são negros e negras. Outro aspecto importante é que a maioria das pessoas responsáveis pelas cisternas são mulheres, girando em torno de 73%.

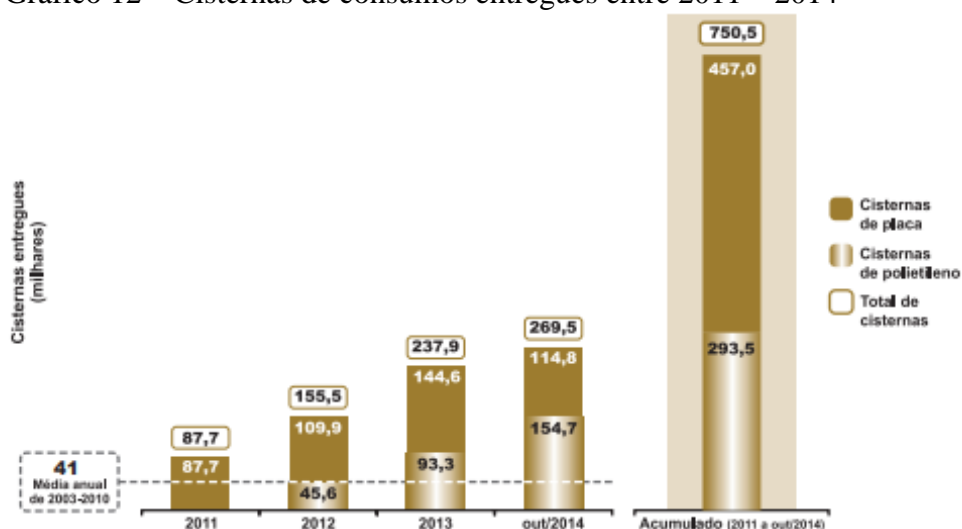
<sup>610</sup> São inclusos para colaborar: O Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também buscou novas parcerias.



Foram formalizados novas parcerias ou ampliadas parcerias já existentes com oito dos nove Estados que fazem parte da região do semiárido legal, além de expandidas as ações para Estados das regiões Sul, Sudeste e Norte do país, e fortalecida a parceria com a Associação Programa Um Milhão de cisternas (AP1MC). Também foram firmadas parcerias com o Banco do Nordeste Brasil, a partir de contrato de prestação de serviços, e firmados convênios com consórcios públicos de municípios, atores que até então não participaram do processo. A Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil (FBB) também aderiram ao Programa. O Ministério da Integração, por sua vez, convocou a iniciativa privada a participar, por meio de licitações públicas [...]. (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 471).

Essa atuação articulada e com responsabilidades específicas entre os órgãos e instituições na execução das metas<sup>611</sup>, possibilitou que no período entre 2011 a 2014 as metas estabelecidas fossem satisfatoriamente cumpridas. E, como mencionado, associado às tecnologias para a captação de água para o consumo humano, também houve a implementação de tecnologias sociais<sup>612</sup> para a captação, armazenamento, distribuição de água tendo em vista o fortalecimento da produção nas unidades familiares<sup>613</sup>.

Gráfico 12 – Cisternas de consumos entregues entre 2011 – 2014



Fonte: MDS, MI, Funasa e FBB.

Fonte: CAMPOS; ALVES (2014, p. 472)

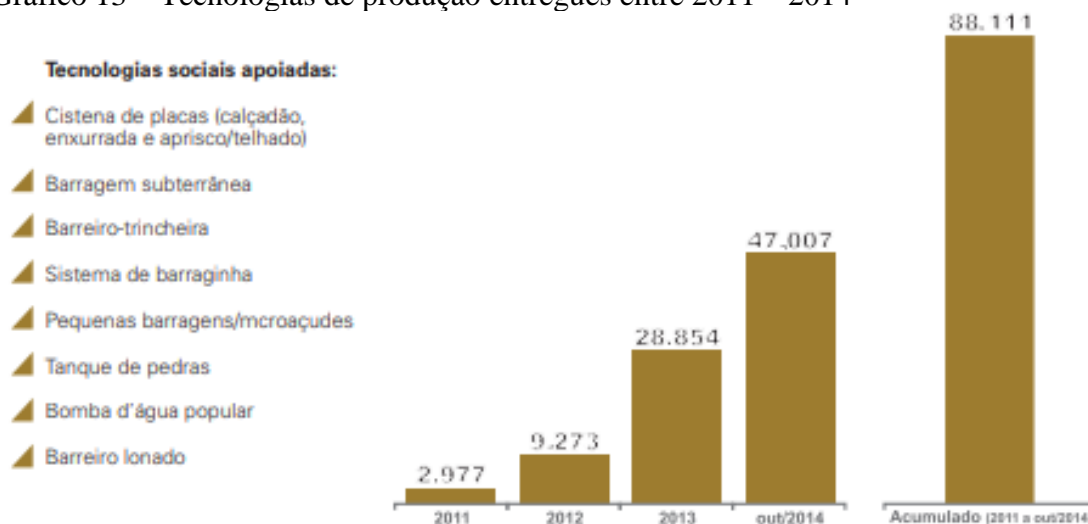
<sup>611</sup> De acordo com Campos e Alves (2014), pelo MDS e pela FBB foram construídas 450 mil cisternas para captação de água para o consumo humano. Ao Ministério da Integração Nacional, 300 mil cisternas e sistemas de abastecimento coletivos. A FUNASA entrou no Programa com a função de complementar a realização das metas nos diferentes tipos de tecnologias, enquanto que o Ministério do Meio Ambiente atuou em processos para a dessalinização da água – sistemas dessalinizadores.

<sup>612</sup> Os dados confirmam em torno de 76 mil unidades de diversas tecnologias foram executadas através da parceria entre MDS, Petrobrás e BNDES. Ao Ministério da Integração Nacional coube o desenvolvimento de ações complementares oferecendo kits de irrigação, pequenas barragens e outras tecnologias. (CAMPOS; ALVES, 2014).

<sup>613</sup> “[...], refletido na **ampliação significativa do orçamento do Programa** e, conseqüentemente, na ampliação dos contratos, teve como resultado a entrega de 475 mil cisternas de placas, 293,5 mil cisternas de polietileno e 88,1 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos” (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 472, (*Grifos meus*)).

Em relação às tecnologias sociais para o fortalecimento da produção, como destacado anteriormente, também houve avanços e que possibilitou o acesso descentralizado à água a muitas das pequenas unidades de produção.

Gráfico 13 – Tecnologias de produção entregues entre 2011 – 2014



Fonte: MDS, Funasa e FBB.

Fonte: CAMPOS; ALVES (2014, p. 473).

Considerado a periodização em que a intencionalidade e programa político foi se instituindo, vemos que nos últimos anos, sobretudo a partir de 2011, com as metas estabelecidas para até o ano de 2014, basicamente cumpridas houveram avanços significativos. Além disso, demonstra-se que alternativas de resoluções para os problemas sociais básicos podem custar barato e incidir significativamente nas condições objetivas de produção e reprodução da existência humana.

Estudos de avaliação do Programa mostram que as cisternas proporcionaram, dentre outros benefícios, melhores condições de saúde e redução do tempo e esforço gastos nos deslocamentos para a obtenção de água (TCU, 2006). Outro exemplo é a pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que aponta as seguintes conclusões sobre a utilização das cisternas pelas famílias: melhoria da água consumida; diminuição da ocorrência de doenças de veiculação hídrica; diminuição do tempo que a família gasta para buscar água diariamente, principalmente mulheres e crianças. Tais benefícios trazem impactos diretos sobre o nível de desenvolvimento humano local e a satisfação das famílias é alta (92% dos entrevistados se declararam muito satisfeitos com o Programa Cisternas). (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 479).

É também a consolidação de uma prática e uma demonstração da opção política dos governos, sobretudo, a partir de 2003, que, embora com limites, coloca em evidência que com participação e controle social as políticas básicas podem ser melhor direcionadas. Sendo uma

política orientada para reparar ‘deficiências’ históricas e necessidades básicas das famílias e comunidades, há também os efeitos positivos indiretos, como os recursos repassados pelo governo federal serem aplicados nos municípios da região – que por serem em sua maioria de porte populacional pequenos e na composição do orçamento são dependentes basicamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Programa contribui para movimentar o mercado local e ampliar as opções de trabalho e renda.

[...], a política está orientada a causar efeitos de otimização das potencialidades locais da região, seja na compra dos materiais, na contratação de mão de obra para a construção ou de técnicos para a execução das atividades de campo. A compra do material para a edificação das tecnologias, feita no comércio local ou em municípios adjacentes, dinamiza a economia local, uma vez que cerca de 70% de todo o recurso investido no Programa, superior a R\$ 2 bilhões, é empregado no comércio dos municípios da região. (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 479).<sup>614</sup>

Outros aspectos relevantes – considerando a *forma e o conteúdo do Programa* – são as suas contribuições notórias que vão além da garantia da infraestrutura construída. Vemos, por exemplo, os cursos de formação da força de trabalho local, o incentivo para os jovens dessa região, o ‘fortalecimento’ das organizações populares, a conscientização acerca da pertinência da manutenção dos recursos naturais como bem público e livre – ou sob controle social –, entre outros aspectos.

Os cursos de formação para implementação desse Programa, haja visto que em sua concepção está a previsão de capacitar pessoas envolvidas para a implantação dessas tecnologias sociais, acaba por gerar força de trabalho com esses conhecimentos, que além de potencializarem e garantirem a implantação do Programa, acabam por se tornar capacitados para trabalharem em outros projetos do Governo Federal, como o caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>615</sup>.

Em relação ao ‘fortalecimento’ das organizações populares, o Programa oportuniza práticas de participação e controle social em âmbito local. Porém, percebe-se que se trata de processos de intervenção no pré-estabelecido. Este aspecto, constitui-se em linhas limítrofes, porém, não deixa de ser importante, haja visto, que o conteúdo e a forma também são tensionados pelo método.

<sup>614</sup> Em nota os autores aqui referidos destacam que o valor de R\$ 2 bilhões de reais, foram assim disponibilizados: “Considerando valores empregados pelo MDS de 2003 a 2014, sendo 75% no período 2011 – 2014. Fonte: siafi, obtido pela Coordenação Geral de Acesso à Água (CGAA/MDS)” (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 479).

<sup>615</sup> A literatura nos apresenta que são agricultores familiares e camponeses da região – que durante o período de implementação do Programa no Semiárido, estima-se que são mais de 20 mil cisterneiros – que passam por formação teórico-técnica, fundamentalmente os jovens que passam a contribuir com a divulgação da tecnologia social e também buscam aperfeiçoamento teórico-técnico ao adentrarem na academia. Estes jovens são reconhecidos como ‘animadores e técnicos de campo’.

Para a mobilização e seleção das famílias é preciso que seja constituída uma comissão municipal e também comissões comunitárias, formadas essencialmente por representantes da sociedade civil organizada, lideranças locais e agentes públicos como professores e agentes comunitários de saúde. Esse coletivo é corresponsável pela implementação do Programa em âmbito local, acompanhando todas as etapas, desde o planejamento até a execução. Os integrantes dessas comissões também recebem capacitações e são estimulados a se empenhar na busca de alternativas para a comunidade. (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 480).

Contudo, considerando a totalidade do processo de implementação aqui analisada, vemos que é permeada por contradições. É perceptível que, embora tenha colhido experiências positivas, estas podem ser caracterizadas como ações de inclusão social sem modificar substancialmente a ordem. Embasado no acesso – na disponibilização – do mínimo para a sobrevivência, podemos considerar que princípios advogados nas propostas continuam a ser princípios a serem materializados efetivamente. A mobilização e organização social, nesse contexto, positivas, dada à sua caracterização – e até pelo fato da necessidade humana –, passam a ser um *lócus* onde se evidencia a transferência de responsabilidades e ações que acabam por oportunizar serviços com baixo custo para a população, mas fundamentalmente, para o orçamento estatal.

Neste sentido, em linhas gerais, podemos entender que não há uma ruptura ao modelo hegemônico e, portanto, não se efetiva a descentralização do poder (decisório), do orçamento e nem supera objetivamente a dominação que vem a séculos por parte dos donos e representantes do capital nessa região. Ou seja, estes últimos, são também beneficiados pela ‘indústria da seca’, do ponto de vista da expropriação do trabalho, bem como político, expresso num [sub]entendimento que, ‘‘carro pipa’ dá votos, poços profundos não!’

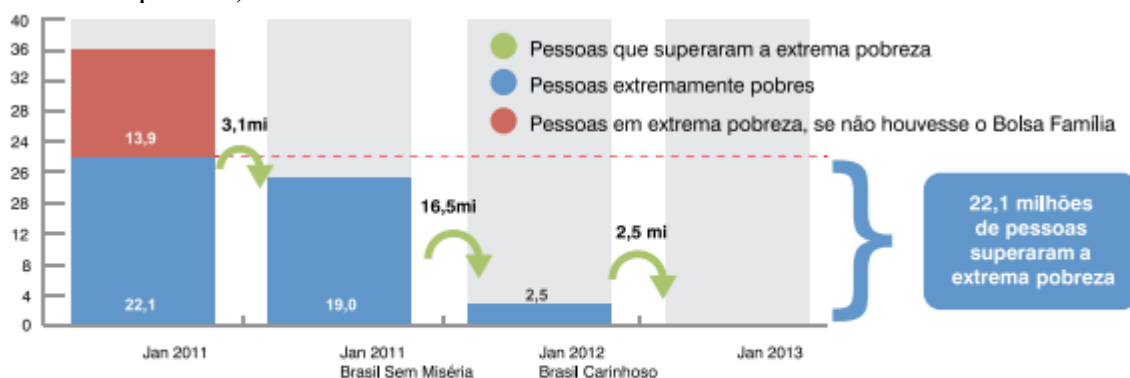
Contudo, não deixa de ser uma experiência significativa, sobretudo pela sua natureza que prescinde de mobilização social, processos formativos contínuos e acesso a recursos financeiros, fortalecimento de práticas [germes] sustentáveis, renda, capacitação, trabalho e gestão de recursos hídricos e, sobretudo, condições para conviver, produzir e reproduzir a existência em sua própria região.

#### 3.4.2 Sobre as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional: dimensionamento e alcance à luz da base teórica

Como já mencionado em diversos momentos no decorrer desta tese, a Organização das Nações Unidas (ONU) em suas metas para o Milênio colocou como objetivo a redução da fome pela metade até o ano de 2015. Como já evidenciado este objetivo não foi alcançado e pequenas mudanças nos números e indicadores devem-se à experiência brasileira, de acordo

com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelas políticas e programas principais, bem como pelos programas e ações complementares.<sup>616</sup>

Gráfico 14 – Redução da extrema pobreza entre os beneficiários do Bolsa Família (Milhões de pessoas)



Fonte: CadÚnico e Folha de Pagamento do PBF

Elaboração: Ministério da Fazenda

Fonte: CAISAN (2014, p. 37)

Ao analisar os números podemos verificar que o Brasil conquistou importantes avanços sociais nesse período. Estes avanços estão fundamentados em diversos fatores, dentre os diversos, podemos destacar a política de valorização do salário mínimo, aumento de créditos, investimentos nas principais áreas de infraestrutura e, mais especificamente ao objeto desta tese, a reconstrução e ampliação significativa de uma matriz de políticas sociais de combate à desigualdade e inclusão social – incluindo as de Segurança Alimentar e Nutricional – que expressam e possibilitam ‘germes’ de práticas que indicam a possibilidade a longo prazo da Soberania Alimentar.

É perceptível que esse conjunto de pilares e elementos – aqui analisados e outros – ao serem implementados através das políticas incidiram em mudanças na estrutura social brasileira e que possibilitaram as condições objetivas para várias políticas inclusivas para a classe trabalhadora. Vemos, portanto, que houve as condições reais – iniciais – para buscar

<sup>616</sup> A FAO destaca a pertinência também, do conjunto de programas e ações complementares implementadas pela Estratégia Brasil sem Miséria/Plano Brasil Sem Miséria (BSM) a partir de 2011. Destaca que a presente estratégia possui objetivos ambiciosos de erradicar a extrema pobreza no país. Um material relevante (com mais de 800 páginas) para compreendermos esse Plano foi organizado por Tereza CAMPELLO; Tiago FALCÃO e Patrícia Vieira da COSTA em 2014 com apoio e publicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A então Presidenta da República Dilma Rousseff ao prefaciá-la destaca que “Nos últimos anos, o povo brasileiro percebeu que o crescimento econômico não se traduz, de forma natural, em redução da pobreza e das desigualdades. Percebeu que é necessária a atuação decidida e firme do Estado. O Brasil tem mostrado que não quer mais deixar de garantir a sustentabilidade social do crescimento econômico por dar as costas a uma parcela significativa da população. Neste novo século, o país finalmente passou a reconhecer em todos e em cada um dos seus cidadãos sua maior riqueza. O Brasil está convicto de que precisa de todos os brasileiros” (ROUSSEFF, 2014, p. 16).

aos poucos ir consolidando uma rede de proteção social e, em boa medida ir reconhecendo e garantindo direitos sociais básicos em diversas políticas públicas, e por consequência a ampliação da oferta de serviços públicos para a classe trabalhadora.

Em relação às Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, vemos que, do ponto de vista de sua institucionalização, se obteve significativos avanços. Este aspecto pode ser compreendido ao verificar as dimensões conquistadas nesse período em sua “forma e conteúdo”, que aos poucos e de maneira correlacionadas oportunizam a materialização das políticas. Mesmo com limites, não há dúvida que o Estado brasileiro ampliou a sua capacidade e as condições iniciais para a efetiva realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Uma questão que é considerada pertinente, fundamentalmente para a realização do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN), foi a sua correlação com o PPA (2012 – 2015).

A organização proposta para o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012 – 2015) facilitou esse processo. Foi estruturado por meio de programas temáticos e composto por metas e iniciativas que deixaram mais evidentes as ações estratégicas do Governo Federal, buscando articular um conjunto de esforços para a atuação intersetorial. Os PPAs anteriores estavam organizados por “ações orçamentárias”, colocando em segundo plano o caráter estratégico da ação governamental. (CAISAN, 2016, p. 13).

Porém, informações trazidas no II PLANSAN acerca da implementação do I PLANSAN demonstram que os valores autorizados para o Plano não foram executados em sua totalidade em todos os anos de sua vigência, ou seja, R\$ 31,4 bilhões que estavam autorizados não foram executados na soma dos quatro anos de vigência.

Tabela 8 – Orçamento do I PLANSAN

Ano	2012	2013	2014	2015	Total
<b>Autorizado</b>	R\$ 75,44 bilhões	R\$ 84,33 bilhões	R\$ 85,53 bilhões	R\$ 89,02 bilhões	<b>R\$ 334,32 bilhões</b>
<b>Executado (Liquidado)</b>	R\$ 61,52 bilhões	R\$ 78,32 bilhões	R\$ 80,00 bilhões	R\$ 83,08 bilhões	<b>R\$ 302,92 bilhões</b>

Fonte: CAISAN (2016, p. 13)<sup>617</sup>.

<sup>617</sup> O documento do II PLANSAN destaca que os valores que compõem a tabela incluem as transferências do Programa Bolsa Família e a do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – que garante o benefício assistencial (um salário mínimo) ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com ‘deficiência’ que incida em impedimento físico, mental, sensorial, intelectual de longo prazo. Ainda, em relação ao II PLANSAN (que é composto por nove (9) grandes desafios) vemos que os números de alocação percentual dos recursos financeiros executado em 2017, por desafio, teve centralidade no desafio 1, com 89% dos recursos alocados que é “Promover o acesso universal à Alimentação Adequada e Saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional” (CAISAN, 2018, p. 7). Isto demonstra que o objetivo principal é a garantia de condições para o acesso, lógica predominante em ambos os PLANSANs. Desse modo, os demais desafios que em linhas gerais buscam o fortalecimento e

Não desenvolvemos uma análise – mais rigorosa – para identificar o que se impôs as linhas limítrofes para a execução do orçamento autorizado. Contudo, o expressado de maneira mais implícita do que explícita, nos debates das Conferências e em documentos que fazem o balanço e avaliação do I PNSAN, como por exemplo, CAISAN (2014; 2016) indica razões elementares da composição e do funcionamento burocrático da racionalidade estatal.

É neste sentido que, além desses aspectos apreendidos no terreno da concepção, vemos que apesar da louvável pertinência desse período histórico para o Brasil, na relação de forças, *os interesses organicamente populares não ultrapassam as linhas limítrofes que demarcam o ‘estado de conforto’ da reprodução do capital.*

Mészáros ao discutir os “limites da ação política” e as críticas desenvolvidas por Marx, sobretudo na tarefa de elucidar e demonstrar a nossa grande tarefa histórica da abolição do Estado, ajuda-nos a compreender essas questões aqui referenciadas, tais como o distanciamento dos valores radicais proclamados – em todas as Conferências – para a necessidade de mudanças em aspectos estruturantes da ordem produtiva e econômica e o que ‘foi possível implementar’. Marx, portanto, demonstra que:

Do ponto de vista político, o *Estado* e o sistema de sociedade não são duas coisas diferentes. *O Estado é o sistema da sociedade.*  
[...] diante das consequências que brotam da natureza associal dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, diante de tais consequências, a **impotência é a lei natural da administração.** [...]. (MARX, *apud* MÉSZÁROS, 2015, p. 118; 119 (*Grifos em negrito, meus*)).<sup>618</sup>

Ainda nessa linha de entendimento, segundo Mészáros (2015), Marx (1975) demonstra que as *boas intenções, as belas palavras, disposições e proposições, são baratas ‘o que são caras, são a perspicácia e as ações eficazes’*; neste caso elas são mais do que caras. Elas estão longe das possibilidades de sua plena efetivação. Ou seja, de que o conteúdo semântico radical dos escritos, ficaram longe de serem contemplados na íntegra na efetivação das políticas públicas.

Esses propósitos colocados nas cinco Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, expressam em boa medida o entendimento de Poulantzas ao destacar que:

---

promoção da inclusão produtiva rural, produção de alimentos saudáveis e estruturação da agricultura familiar, promoção do abastecimento e acesso de alimentação saudável, estratégias de educação alimentar e nutricional e medidas regulatórias, prevenção de agravos decorrentes da má alimentação, ampliação de disponibilidade hídrica e acesso à água, implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e apoio de ações de Segurança Alimentar e Política Internacional, dividiram a alocação dos demais 11% dos recursos, o que demonstra que ainda precisa avançar bastante nos processos de fortalecimento das Políticas integradas e básicas para a Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>618</sup> A referência de Marx utilizada por Mészáros: MARX, Karl. *Critical Marginal Notes on na Article by a Prussian*. MECW, 1975, v. 3, p. 197.

[...], o papel do Estado diante das massas populares, tanto quanto não pode ser reduzido a uma ilusão, a uma mistificação ideológica pura e simples, não pode ser reduzido ao Estado-Providência de funções meramente “sociais”. O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo. [...]. (POULANTZAS, 2000, p. 188).  
(<sup>619</sup>)

Embora Poulantzas tenha se referido mais especificamente à necessária preservação e reprodução (ampliada) da força de trabalho, este entendimento parece elucidar as iniciativas tomadas acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista que o autor demarca que é preciso levar em consideração que muitas medidas econômicas e sociais, também são oriundas da articulação e da luta das classes dominadas. Ou seja,

[...] do que se pode designar sob a noção, social e historicamente determinada, de ‘necessidades’ populares: **da segurança social à política relativa ao desemprego e ao conjunto de domínios assinalados do consumo coletivo**. [...] [...], as famosas funções sociais do Estado dependem diretamente, simultaneamente em sua existência e nos seus ritmos e modalidades, da intensidade da mobilização popular: ora efeitos das lutas, ora tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado. (POULANTZAS, 2000, p. 188 (*Grifos meus*)).

O que se nota é que as políticas, programas e ações que a abarcaram a chamada Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são resultantes das demandas elencadas nas Conferências<sup>620</sup>. Porém, são acolhidas pelo Estado, de maneira mais explícita aquelas que visam atacar os problemas mais imediatos e estão na ordem da correção histórica e garantia mínima dos direitos. Essas políticas afirmativas e inclusivas, não conseguem o enfrentamento direto com as políticas hegemônicas – como já destacado em vários momentos – o que conserva as potencialidades de reprodução do capital com a amenização dos seus danos prático-materiais, históricos, atuais e explícitos. Isto demonstra que não há dualidade, mas a conjunção de processos que sintetizam as relações de forças.

---

<sup>619</sup> Nota minha: Vale anotar o momento histórico que estamos atravessando após o Golpe (Jurídico-Institucional) de retrocessos e desmontes das políticas e direitos sociais que coadunavam com os interesses da Classe Trabalhadora e com os pobres e miseráveis deste país. Não sei se poderíamos afirmar que as políticas implementadas a partir de 2003 chegaram a causar ‘sacrifícios materiais à classe dominante’, mas, por certo, estabeleceu algumas linhas limítrofes para a livre aplicação de sua voracidade sobre a posse do Fundo Público. Como afirmam Monteiro, Dallagnol e Dayrell (2016, p. 76 – 77) “Este contexto de mobilização política e defesa no Brasil, vive hoje um momento crítico. As forças reacionárias da sociedade contam com uma estrutura política dirigida pelos interesses das grandes empresas e do capital internacional, que hoje financiam, corrompem e interferem em setores significativos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e – através dos meios de comunicação – afetam as suas perspectivas ideológicas, a fim de deslegitimar as conquistas obtidas com a Constituição de 1988 e as políticas populares implementadas a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. [...]”.

<sup>620</sup> Como destaca Poulantzas (2000) não há medidas sociais “puras” do Estado Providência. O Estado capitalista, pela sua natureza, jamais implementara medidas sociais puras que visem o ‘bem-estar’ das pessoas e a justiça social. Isto demonstra, que todo e qualquer pequeno avanço nessa direção tem a ver com a força social mobilizada.



[...] não existem também, de uma parte funções do Estado a favor das massas populares, impostas por elas, de *outra parte* funções econômicas a favor do capital. **Todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as impostas pelas massas populares, são finalmente e a longo prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com a sua reprodução ampliada.** É levando em conta a relação de forças com as classes dominadas e suas resistências, que o Estado leva a cabo as medidas essenciais em favor da acumulação do capital e elabora-as de maneira política, ou seja, de maneira tal que elas possam, por meio de certas concessões às classes dominantes (as conquistas populares), garantir a reprodução da hegemonia de classe e da dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares. (POULANTZAS, 2000, p. 188 – 189 (*Grifos em negrito meus*)).

É notável que desde a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional o que se pauta é tornar os princípios, diretrizes e valores que compõem a matriz da Segurança Alimentar e Nutricional, do Direito Humano à Alimentação Adequada e, posteriormente da Soberania Alimentar, como estratégicos e base para um Projeto Nacional e de desenvolvimento (econômico-social). Contudo, isso não é colocado em prática em sua integralidade. O que vemos são políticas novas sendo implementadas, programas e projetos novos implementados, a partir desse processo de mobilização, mas, que se circunscrevem paralelas, marginais, tendo em vista que o fator material e indutivo do modelo de desenvolvimento hegemônico continua também intocado e definido e fortalecido pelas políticas macroeconômicas.

Já se mencionou também acerca da correspondência necessária entre o que se pautou nas Conferências e o que realmente foi implementado, entre a expressão simbólica e a sua efetiva implementação na materialidade. Aqui há um distanciamento considerável entre a radicalidade das proposições e a efetividade das políticas. Ao analisar as proposições de cada uma das Conferências, vemos que a maioria dessas proposições não foram acolhidas. E aquelas que se tornaram expressão de políticas, ações e programas, também não correspondem à radicalidade da proposição. Desse modo, considerando a análise de Poulantzas vemos que:

[...] a assunção pelo próprio Estado de certas reivindicações materiais populares que podem encobrir, no momento em que são impostas, uma significação bastante radical (...), pode a longo termo favorecer a hegemonia de classe. Essas “conquistas populares” podem, quando de uma mudança de relações de forças, ser progressivamente despojadas de seu conteúdo e caracteres iniciais, e isso de maneira oblíqua e dissimulada. (POULANTZAS, 2000, p. 189).

Se considerarmos a totalidade concreta (base material e as políticas) e as análises até aqui desenvolvidas, é de que o avanço substancial nas políticas, está mesmo sob o comando da reprodução do capital em sentido estrito. Além do mais – considerando as contradições materiais e sociais –, a própria composição e consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional com estratégia de ‘desenvolvimento’ demarca que o que está em jogo e implícito

na concepção das políticas, na verdade não é a Segurança Alimentar e Nutricional das pessoas, mas sobretudo, a segurança do sistema de reprodução do capital e nesse sentido a inserção do regime e do Sistema Agroalimentar nesse processo de reprodução do capital. É com este objetivo fundamental que o Estado como força material indutora age.

O atual Estado oscila perpetuamente entre dois termos da alternativa, omitir-se e/ou participar no mais das vezes. Em lugar de um Estado onipotente, trata-se antes de um Estado encostado na parede e diante de um fosso.

Os limites que traçam o horizonte da ação do Estado na economia estão ligados às relações de produção capitalistas. [...]. Podemos expressar isso ao dizer que o Estado capitalista é constituído de um *limite negativo geral* a suas intervenções, ou seja por uma *não-intervenção específica* no “sólido núcleo” das relações de produção capitalistas. (POULANTZAS, 2000, p. 195).

Vemos que, por parte do Governo houve um pouco mais de abertura ao diálogo com as bases sociais mais pobres – por um período de pouco mais de uma década –, mas, longe do ponto de transformar o aparelho econômico do Estado a fim de conduzir uma política diferente e correspondente a um projeto que tenha acolhido na hegemonia as demandas dessa base social pobre. Os tecno-burocratas foram pautados, mas não vigiados e controlados pelas massas populares. Porém, não se deve negar que os pequenos avanços conquistados foram materializados a partir da ‘pressão’ popular e ‘resposta’ na centralidade do Poder Executivo. Isto demarca em boa medida, devido a urgência histórica das demandas, que avanço tenha se dado, sobretudo, a partir de ações e programas e não de políticas de Estado.

Outro aspecto importante relaciona-se ao sentido da ‘Segurança’ Alimentar anteriormente apontado, tendo em vista que expressa a relação de forças e as contradições em tensão na base material, que, portanto, incide na maneira da aplicação desse conceito por parte do Estado e do sentido e papel do ‘Alimento’ nesse processo. O avanço ou o aumento das linhas limítrofes que expressam os interesses em disputa no conteúdo histórico e polissêmico de Segurança Alimentar, depende fundamentalmente de como o Estado – através de seu Governo – dialoga com as bases e aplica o seu sentido nas políticas exaradas.

### **3.5 A necessidade de conhecer as agendas políticas e programas adotados e de avançar nas condições objetivas de monitorização e controle social**

Retomando uma ideia central já trabalhada, de que além da fome existem outros aspectos que incidem na definição de Soberania Alimentar e que estes aspectos são de caráter biológico, material, social e político, vemos que, fundamentalmente as iniciativas e estratégias de enfrentamento na maior parte dos países, estão em boa medida assentadas na concepção de

Direitos Humanos<sup>621</sup>. Além disso, tem-se a tarefa histórica de pensar nas estratégias e nas formas de enfrentar a incapacidade atestada de Estados-Nação e dos Organismos Internacionais para a superação do problema da fome e das outras questões relacionadas ao provimento do alimento<sup>622</sup>.

Ao longo das últimas décadas, a privatização e a mercantilização da natureza resultaram numa multiplicação das lutas locais que utilizam os direitos humanos contra a apropriação dos recursos da biodiversidade agrícola, da terra e da água pelas grandes empresas e pelos Estados. Como tem resistido os movimentos camponeses, os povos indígenas e outras comunidades locais – e quais são as alternativas que apresentam? (ODAN, 2016, p. 10).

Embora fundamental, inscrevem-se limitantes tendo em vista que são circundadas por relações objetivas de carácter dominante e dependente da forma estatal e das relações de forças imbricadas nesse processo, e que, portanto, as iniciativas tomadas não garantem processos transformadores nas relações materiais na direção correspondente à Soberania Alimentar. Desse modo, centram-se nas demandas políticas que são apresentadas aos Estados Nacionais como por exemplo as questões emergentes acerca das sementes, devido o avanço da biotecnologia e como estes conhecimentos tem contribuído e podem contribuir ainda mais para os processos de privatização de ‘patrimônios genéticos’, entre outros aspectos.

Os Estados devem, portanto, assumir a sua responsabilidade e cumprir as suas obrigações relativas aos direitos humanos, adotando políticas e leis mais fortes que reconheçam e protejam os direitos das camponesas e camponeses de guardar, utilizar, trocar e vender sementes, como previsto no Tratado das Sementes da FAO e debatido atualmente nas negociações para uma Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais. Nas últimas décadas, estes e outros direitos têm sido cada vez mais negligenciados pelos Estados, em nome da promoção de uma agenda favorável às grandes empresas que

<sup>621</sup> A discussão e o debate acerca do direito à alimentação e à nutrição como um direito humano na maioria dos países têm por objetivo opor-se às formas de como o Estado [em cada realidade interna] tem encarado os problemas da fome, da desnutrição e das políticas adotadas pelas agências internacionais e empresas sob orientação das Nações Unidas. Notem que, em boa medida este debate difere [em ligeiro grau] do que já tratamos entre a oposição conceitual de Soberania Alimentar trazido pela Via Campesina, para fazer frente às políticas de Segurança Alimentar, da fome e das condições de produção e natureza dos alimentos. Encarar o debate e a implementação da Soberania Alimentar na perspectiva dos Direitos Humanos é insuficiente, porém de extrema relevância – como transição em potência. Não podemos negar essa intersecção e imbricamento entre Soberania Alimentar e Direitos Humanos por consideramos a totalidade concreta, porém, entendo que a Soberania Alimentar deve ser constituída para além dessa dimensão de estar inserida apenas como direito [inserido num marco histórico e modo de produção que não tenha em sua espinha dorsal o processo de hominização como princípio] mas compor o essencial de um outro projeto de sociedade e de civilização, portanto, de uma outra hegemonia. Verifica-se através da literatura que os Direitos Humanos são ponto de partida e ferramentas que têm ajudado algumas iniciativas importantes, quando se trata do direito à alimentação e à nutrição. Outros elementos também poderemos ver no Apêndice C.

<sup>622</sup> Esta questão de enfrentamento e/ou substituição ou suplantação dos Organismos Internacionais (FAO, OMC, etc), por exemplo – embora esteja inserida no processo de transformação da totalidade concreta nesta tese advogada – precisa ser tratada com maior clareza pela Via Campesina e por todos/as os Movimentos Sociais de base popular, homens e mulheres que estão inseridos na luta pela materialização da Soberania Alimentar. Ao meu entendimento, além de ser uma ‘lacuna’ nos escritos e nos debates, inscreve-se como uma questão da maior relevância ao considerarmos o caminho que queremos trilhar na direção da utopia necessária.

protege os direitos de propriedade intelectual, muitas vezes por meio de acordos comerciais. (ODAN, 2016, p. 8).

No âmbito da Sociedade Civil, o debate e a luta social têm sido feitos, apontando alternativas para o fortalecimento das políticas públicas a partir das interconexões e relações entre sementes<sup>623</sup>, o direito à alimentação e à nutrição e a biodiversidade<sup>624</sup>. Além disso, estão ancorados na necessidade de buscar alternativas em vista ao controle dos recursos naturais pelos povos. Por essa razão manifestam as preocupações com os processos de desenvolvimento advindos pela mundialização da reprodução do capital e como estes afetam o acesso e a posse da terra, das florestas e dos recursos aquáticos. Nota-se também, pertinente preocupação no sentido de ressignificar a relação entre os espaços rurais e urbanos nos sistemas alimentares e a partir destes.

Desse modo, a Sociedade Civil, a partir dos Movimentos Sociais e organizações sociais, tem construído significativas contribuições no sentido de identificar, denunciar e até mesmo monitorar os principais obstáculos à implementação da Soberania Alimentar. Assim, sob esse entendimento – *que ainda são passos iniciais* –, buscam as garantias para a realização progressiva de alguns elementos básicos acerca dos Direitos à Alimentação e à Nutrição. A caracterização e a identificação desses elementos básicos são de fundamental importância na diferenciação e na indicação das contradições fundamentais entre as agendas e as teses principais da Soberania Alimentar e do agronegócio industrializado.

Atualmente a partir do avanço da biotecnologia aplicada ao setor agrícola vemos que a questão das sementes ganha lugar de relevo e preocupação nas discussões e pautas políticas dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo. Passa a compor a agenda de discussões inerentes aos problemas de fome e da alimentação no mundo.

[...] as sementes são a espinha dorsal negligenciada deste direito humano e que é preciso priorizar novas formas de respeitar, proteger e realizar o acesso e a utilização

---

<sup>623</sup> “A luta pelo direito humano à alimentação e à nutrição adequadas não tem dado atenção suficiente às sementes e à biodiversidade agrícola, mas chegou a hora de reverter esta tendência. Os sistemas de sementes camponesas alimentam o mundo e são resilientes à ocorrência de desastres naturais. No entanto, enfrentam graves ameaças devido à crescente captura das sementes e da natureza pelas grandes empresas e à destruição acelerada da biodiversidade agrícola”. (SUÁREZ; RAHMANIAN; ONORATI, 2016, p. 19).

<sup>624</sup> Segundo dados da FAO (2009) oriundos da análise de um período de 100 anos, fundamentalmente a partir dos processos de industrialização do Século XX, nota-se que houve a perda de cerca de 75% da diversidade genética vegetal. Este fato é resultado do abandono por parte de agricultores de todo mundo de cultivarem as suas variedades e raças locais e substituírem pelo que é colocado no mercado de variedades geneticamente uniformes e de alto rendimento. De igual forma, em torno de 30% das raças de gado correm risco de extinção onde os dados apontam que se perde em torno de seis raças a cada mês. O resultado desse processo pode ser entendido muito bem pelas informações publicizadas pela FAO, que tendo como referência a ano de 1999, por exemplo, tem-se os números de que em torno de 75% dos alimentos do mundo foram gerados a partir de apenas 12 plantas e 5 espécies de animais. (SUÁREZ; RAHMANIAN; ONORATI, 2016).

das sementes, plantas e animais na realização progressiva do direito à alimentação e à nutrição, no quadro da Soberania Alimentar. (ODAN, 2016, p. 10).

É a partir disso que grande parte das discussões em espaços públicos colocam a necessidade de se avançar em direção à **monitorização – com suas condições instrumentais e de conhecimento** – do Direito à Alimentação e à Nutrição<sup>625</sup> que revele de maneira concreta os grandes desvios e deficiências [tanto ao acesso aos alimentos, quanto à nutrição], mas fundamentalmente das condições orgânicas, dos recursos naturais, que ao serem negados e desconstituídos, como patrimônio dos povos, passam a compor a violação dos direitos humanos e sociais. Aponta-se, portanto, que as metodologias e as investigações que são resultantes das iniciativas dos organismos públicos (nacionais, regionais ou mundial) por adotarem procedimentos que contemplam grandes escalas acabam por expressar índices que não revelam efetivamente os problemas de fome, desnutrição e elementos relacionados à alimentação em suas diferentes dimensões, biológicas, sociais e culturais. *E neste sentido, esses instrumentos, indicadores e métodos são expressão, em sua grande maioria, dos interesses correspondentes ao mercado e do mascaramento da realidade objetiva.*

Até 2013, o principal indicador para medir a Insegurança Alimentar na grande publicação anual da FAO, *O estado da insegurança alimentar mundial* (SOFI, na sigla em inglês), era a Prevalência de Desnutrição (PdD). No entanto, a PdD é uma medida agregada bruta de deficiências calóricas crônicas graves num país inteiro; portanto, dificilmente pode ser considerada uma medida de Segurança Alimentar, que “existe quando todas as pessoas, a todo momento, têm acesso físico e econômico a uma quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida saudável”. O uso da PdD resultou numa grave subestimação da dimensão real da Insegurança Alimentar causada pela escassez a curto prazo ou sazonal, pela discriminação que impedem as mulheres ou sub-populações marginalizadas de terem acesso a alimentos e pela chamada “fome oculta” (deficiência de vitaminas e minerais). (ANDERSON, 2016, p. 14).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) por reconhecer limites na identificação dos dados, introduziu novos indicadores a partir do SOFI de 2013. Esses novos indicadores, para além de apreciar aspectos que demonstrem vulnerabilidade e riscos, visam buscar elementos e informações que demonstrem os limites e problemas ligados à disponibilidade, ao acesso e à utilização dos alimentos com maior precisão. De acordo com a literatura sobre esses aspectos, o que se notou foi uma aproximação mais matizada do estado de Insegurança Alimentar, porém, *os SOFI 2013, SOFI*

<sup>625</sup> “O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada é o princípio fundamental do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas, o principal fórum internacional para o debate e a tomada de decisões sobre questões que afetam a Segurança Alimentar. Até agora, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da ONU tem sido o principal organismo a monitorizar o Direito à Alimentação e à Nutrição durante as suas revisões periódicas, enquanto que a Segurança Alimentar – um resultado essencial da realização do direito à alimentação e à nutrição – ainda é mal avaliada”. (ANDERSON, 2016, p. 14).

2014 e SOFI 2015, revelaram concepção de desenvolvimento econômico com claras tendências neoliberais e dados favoráveis aos interesses do livre comércio, da agricultura industrializada e orientada para a exportação como alternativa para se atingir e implementar o estado de Segurança Alimentar<sup>626</sup>.

Em setembro de 2015 houve, por parte da ONU a adoção da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” bem como dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS). A Segurança Alimentar faz-se presente no “Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a Segurança Alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”. Vale lembrar também, que nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tinha-se a meta de diminuir a fome no mundo pela metade até 2015.

As preocupações com a forma como o progresso em direção à Segurança Alimentar será avaliado no futuro, baseiam-se, em parte, no histórico pouco inspirador de utilização dos dados sobre a fome pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e pelo SOFI, para além do indicador utilizado, Prevalência de Desnutrição (PdD). Durante uma época de enorme volatilidade de preços, crescentes desigualdades globais e uma produção de alimentos cada vez mais vulnerável devido às alterações climáticas, o relatório oficial da FAO afirmava que a Insegurança Alimentar havia sido drasticamente reduzida e que o ODM 1 (reduzir a fome pela metade) tinha sido alcançado em 72 países, enquanto outros estavam no caminho certo para alcançá-lo – implicando que deveriam ser aplicadas ainda mais políticas neoliberais, uma vez que estavam a funcionar tão bem. É fácil mentir com estatísticas; é ainda mais fácil chegar a conclusões erradas quando os dados não estão desagregados por país, gênero ou sub-população, ou quando a medição não está centrada nos dados certos. (ANDERSON, 2016, p. 15).

Esta opção política assumida recentemente pelas Nações Unidas demonstram o direcionamento futuro para as políticas indutoras que terão sua aplicação no interior de cada país, tendo em vista que em sua grande maioria acabam – por dependência político-econômica –, acatando essas macro-orientações.

Enquanto texto a “Agenda 2030” traz um conjunto de princípios e iniciativas pertinentes, porém, expressa em sua centralidade a correspondência aos interesses econômicos e estratégias de desenvolvimento ao invés de políticas onde estejam os mecanismos fundamentais para a superação da fome e os problemas relacionados à produção, acesso, consumo e qualidade dos alimentos. Nessa lógica, o enfrentamento dos problemas e das causas das situações de Insegurança Alimentar tem sido buscado nos próprios resultados do desenvolvimento econômico. Dadas as condições objetivas e as relações de produção

---

<sup>626</sup> Estes elementos reforçam e confirmam em certa medida a minha defesa (já externada em itens anteriores) e de outros autores que estudam o problema da fome e do alimento no mundo, de que os princípios e as políticas de Segurança Alimentar (e Nutricional) é correspondente à ordem sistêmica. Mesmo a experiência brasileira onde é perceptível uma maior incidência efetiva no combate a fome, se comparada com as indicações oriundas da FAO, ainda não se inscreve como força motriz para transformações mais efetivas.

temos aí uma incompatibilidade, ou seja, a prioridade é o crescimento econômico e não o combate a fome ou as garantias humanas de acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente.

A Agenda faz-nos regressar ao passado ao caracterizar os Direitos Humanos como “necessidades”, abrindo perigosos caminhos para a sua mercantilização – o que é particularmente pernicioso se considerarmos a forte influência das grandes empresas sobre a concessão da Agenda 2030 e a crença generalizada, em muitos fóruns da ONU, de que o setor privado detém a chave para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Objetivo 2 não faz nenhuma menção ao Direito à Alimentação e à Nutrição, não estando alinhado ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) e ignorando provas substanciais de que a aplicação deste direito tem resultado em melhorias significativas na Segurança Alimentar. A agenda 2030 e os ODS têm sido arrastados pela “revolução dos dados”, na qual dados quantificáveis manipulados por “peritos” tecnocráticos são vistos como o principal caminho para o conhecimento, se não o único. Dentre os ODS propostos, tem sido dada ênfase à medição dos resultados, em vez de monitorizar as formas pelas quais tais resultados são alcançados. (ANDERSON, 2016, p. 15).

Os indicativos pela literatura no intuito de avanço ou contraponto a essa política de gestão da informação acerca da fome e dos problemas inerentes à alimentação no mundo, é de que os processos de avaliação da Insegurança Alimentar, da desnutrição e de outras questões problemáticas que compõem a totalidade do processo, devem estar centradas no conhecimento e nas informações correspondentes à materialidade social. Ou seja, que as informações sejam expressão real dos problemas. Há, inclusive a indicação da necessidade de se obter as informações com a participação direta das pessoas que são vulneráveis ao fenômeno da fome ou vivem em situação de fome, tendo em vista que se trata de violência física, fisiológica, social e moral, e não apenas de dado estatístico.

Como já identificado as condições objetivas de processos que materializam as violações do Direito à Alimentação e à Nutrição tem relação direta com as ações e omissões dos governos e com os abusos e as políticas econômicas implementadas nas ações das grandes empresas transnacionais ou a favor destas. Deste modo,

A monitorização do progresso é essencial para determinar se as agências governamentais e as organizações não-governamentais que trabalham com questões como a fome, Insegurança Alimentar e o Direito à Alimentação e à Nutrição estão no caminho certo. Neste processo de monitorização, é essencial escolher indicadores que reflitam as experiências das pessoas, permitam comparar as diferentes abordagens para a Insegurança Alimentar e utilizem abordagens baseadas nos Direitos Humanos. Para que seja possível alcançar o direito à alimentação e à nutrição, os sistemas alimentares precisam ser fundamentalmente transformados. (ANDERSON, 2016, p. 16).

Há, portanto, no processo de monitorização e controle dessas questões inerentes, a necessidade de se ter diversos instrumentos para quando necessários serem acionados. É o caso, por exemplo, da garantia de instrumentos jurídicos para fazer valer o direito à

alimentação<sup>627</sup>. Embora haja em grande parte dos países o reconhecimento do direito à alimentação, as condições para que se faça valer esses direitos são ainda muito limitadas. É perceptível através da literatura que ainda são poucos os países que avançaram em termos de legislação para uma garantia mínima desses direitos. E, sendo assim, a primeira possibilidade tem sido ancorar a pauta pelo Direito à Alimentação e à Nutrição como Direito Humano. Como destaca Anderson (2016, p. 16) “*As vozes das pessoas que mais contribuem para a Segurança Alimentar (que são também as que mais sofrem com as consequências da Insegurança Alimentar) não têm sido suficientemente ouvidas [...]*”. Porém, os processos de mobilizações continuam a crescer<sup>628</sup>.

O que se nota é uma crença forte nos indicadores por parte de organismos governamentais, e que são essas informações que se tornam fundamentais na elaboração das políticas indutoras de Segurança Alimentar.

A pressão por parte de interesses velados que lucram com o *status quo* explica a razão pela qual alguns países confiam excessivamente em indicadores. No entanto, os indicadores revelam muito pouco sobre os caminhos viáveis para acabar com a fome ou sobre as formas de atingir este objetivo por meio de abordagens que tem uma boa relação custo-eficácia, como uma governança mais democrática, a agroecologia e a Soberania Alimentar, sem aumentar a dependência de empréstimos predatórios e da importação de insumos de alto custo. (ANDERSON, 2016, p. 16).

Outro aspecto a ser considerado é que o conhecimento de indicadores ajuda fundamentalmente no processo de controle e pauta acerca de garantir possíveis avanços nas políticas, porém, estas acabam sendo limitadas e limitantes, por constituírem-se na relação de forças inerentes ao processo de conformação estatal. Considerado isso, aponta-se que não é suficiente apenas a monitorização nessa dimensão.

Enquanto outras iniciativas criaram ferramentas para que os Estados monitorizem a realização do Direito à Alimentação e à Nutrição, esta nova iniciativa reconhece que a Soberania Alimentar é o único caminho a seguir. Para isso, avalia as condições necessárias para a Soberania Alimentar, incluindo o quadro jurídico e institucional para o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição, os direitos das mulheres, o acesso e o controle dos recursos pelos produtores e produtoras de pequena escala, a participação política genuína na formulação de políticas públicas e a ausência de discriminação na promulgação de políticas e programas ligados à alimentação – todas estas questões sobrepõem-se e cruzam-se, mas ainda não foram plenamente integradas nos principais mecanismos de análise nem, conseqüentemente, nas soluções destinadas a eliminar a fome e a desnutrição. (ANDERSON, 2016, p. 17).

---

<sup>627</sup> O reconhecimento legal e possibilidade de recorrer a tribunais quando esses direitos forem violados são anunciados como instrumentos importantes nos debates. A necessidade de assentar o Direito à Alimentação e à Nutrição como Direito Humano manifesta de forma implícita essa fragilidade do arcabouço legal em vários países. Desse modo, a alternativa é defender como direito humano que em regra passa a ser protegida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

<sup>628</sup> Uma convergência de lutas ganha espaço onde busca-se ultrapassar as escalas menores – nacionais, locais e regionais. Exemplo disso é a própria Convergência Global das lutas pela Terra e pela Água na África em março de 2015.



É neste sentido, que parte da literatura indica que avanços deverão ocorrer nas condições de monitorar os principais obstáculos à realização da Soberania Alimentar. Já há, portanto, algumas iniciativas neste sentido, como por exemplo o projeto iniciado pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Internacional) em parceria com a academia, Movimentos e Organizações Sociais na busca de construir indicadores mais amplos e que possam oferecer mais elementos para implementar a Soberania Alimentar. Ou seja, faz-se necessário:

[...]: desenvolver um contraponto aos instrumentos de monitorização existentes, baseado na Soberania Alimentar e nos Direitos Humanos; demonstrar o impacto da participação popular, da responsabilização baseada nos Direitos Humanos e da coerência política na operacionalização das obrigações ligadas aos Direitos Humanos; criar uma maior sinergia entre os movimentos globais e locais e os processos políticos; promover a coerência na defesa dos Direitos Humanos em relatórios internacionais; e oferecer recursos e mecanismos de análise abrangentes às pessoas que trabalham com o direito à alimentação e à nutrição. (ANDERSON, 2016, p. 17).

Nota-se no entanto, que o debate relacionado às questões da alimentação no mundo (produção e direito) está assentado em três grandes pilares: 1- garantir as possibilidades dos povos ter acesso e controlar os recursos naturais (terra, água e sementes); 2- enfrentar os processos de dominação do capital implementado através das grandes empresas e buscar alternativas de superação e 3- inserção da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada (como mediação) nos processos de formulação das políticas públicas (econômicas e sociais), bem como, desenvolver as condições objetivas e de conhecimento para que os Movimentos e Organizações Sociais de base popular possam fazer a monitorização e com isto, executar processos de controle social.

E finalmente, ao considerarmos as necessidades das condições de monitoramento e controle social pelas bases sociais populares, vemos que o escopo dos determinantes e critérios para esses processos, deve estar pautado na totalidade concreta e considerando as multidimensionalidades em relação e que compõem a relação [orgânica] entre homem-natureza, por um lado, e, por outro a apreensão das múltiplas determinações objetivas que convergem para as violações dos direitos humanos e sociais, em especial à violação do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição.

### 3.6 Na unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, “*transição em potência*” e Soberania Alimentar

Ancoramos o processo de análise na busca de compreender as contradições objetivas no interior das linhas limítrofes impostas pelo avanço capitalista e o processo de projeção, constituição e implementação dos princípios e ‘teses’ da Soberania Alimentar. Desse modo, a discussão e análise que compõem este item, assumem uma *natureza e perspectiva filosófico-política*, com o intuito de *lançar luz as potencialidades e sobre as condições objetivas do processo de travessia* [transição, transições e mediações] *necessário*, frente ao contexto em que se assenta o problema desta tese e o conteúdo histórico em disputa e em construção.

Frequentemente, falamos da “substituição do velho pelo novo”. Tal é a lei geral e imprescindível do universo. **A transformação de um fenômeno em outro, por saltos cujas formas variam segundo o caráter do próprio fenômeno e segundo as condições em que ele se encontra, eis o processo de substituição do velho pelo novo.** Seja em que fenômeno for, há sempre uma contradição entre o velho e o novo, o que determina uma série de lutas de curso sinuoso. Dessas lutas, resulta que o novo cresce e se eleva à posição dominante, enquanto que o velho, ao contrário, decresce e acaba por morrer. Assim que o novo conquista uma posição dominante sobre o velho, o fenômeno velho transforma-se qualitativamente num novo fenômeno. Daí resulta que a qualidade de um fenômeno é sobretudo determinada pelo aspecto principal da contradição, o qual ocupa a posição dominante. **Logo que muda o aspecto principal da contradição**, o aspecto cuja posição é dominante, a qualidade do fenômeno sofre mudança correspondente. (TSE-TUNG, 2004, p. 74 (*Grifos meus*)).

Inserido num processo histórico – mas sobretudo na mão do tempo – onde há um modo de produção, funcionando a partir de uma lógica acelerada, fundamentalmente num processo de transformação da natureza em que pressupõe a sua destruição, como assentar, inserir o processo de constituição e construção da Soberania Alimentar? Ao mesmo tempo em que a Soberania Alimentar se torna uma necessidade histórica, o processo de desenvolvimento (desigual e combinado) retira, agride, destrói ‘as suas’ bases materiais e os sujeitos sociais fundamentais, responsáveis, que pelas premissas (que pelo processo de ideação) foram concebidas e eleitas para esse processo de construção da Soberania Alimentar<sup>629</sup>. Ou seja, buscar o “ponto nodal” contraditório entre o vultoso e revolucionário significado do conceito e as ‘pequenas experiências prático-materiais’, incipientes que correspondem a concepção da

<sup>629</sup> São questões de natureza política e filosófica acerca das tratativas que o espírito de nosso tempo deve compor, frente a tensão gerada pelos imperativos do modo de produção do capital e que expressam o entendimento de Joan Martinez-Alier (2002), apud McMichael (2016, p. 183), “entre o tempo econômico, que prossegue de acordo com o ritmo acelerado imposto pela circulação do capital e da taxa de juros, e o tempo geoquímico-biológico controlado pelos ritmos da natureza, [...] e que expressa na destruição irreparável da natureza e de culturas locais que valorizam seus recursos de modo diferente. (...)”.

Soberania Alimentar, além do mais, frente à avalanche de processos dominantes que incidem diretamente em limites a cada dia que passa no desenvolvimento dessas alternativas.

**Nas considerações feitas até aqui, com frequência nos deparamos com o problema da mediação.** [...]. O **conhecimento das mediações**, em particular das formas de **mediações reais** pelas quais são produzidas as formas de manifestação imediatas da sociedade, **pressupõe um posicionamento crítico-prático, crítico-dialético, em relação à realidade social:** o ponto de vista crítico-prático do proletariado revolucionário. A classe burguesa, até mesmo quando se trata de seus representantes científicos mais significativos, é obrigada a deter-se na imediatidade de suas formas sociais e, por essa razão, não é capaz de conhecer dialeticamente essa sociedade em sua totalidade e em seu devir, ou seja, em termos ao mesmo tempo teóricos e históricos. (LUKÁCS, 2015, p. 82 – 83, (*Grifos em negrito meus*)).

Notamos, que a classe trabalhadora – [ao contrário das ações da classe burguesa que se atêm à imediaticidade] –, por pautar-se no ponto de vista da totalidade e na busca da constituição de processos práticos para a construção do ‘devir histórico’, torna-se capaz de fazer o uso adequado da ‘Categoria de Mediação’. (MÉSZÁROS, 2002). Há, portanto um aspecto a ser considerado que é, como mediar e ensejar as contradições, no terreno da urgência histórica e não apenas pelos processos de maturação mecânica e determinações economicistas, representado por um processo de autodestruição do sistema?

Este item tem por objetivo externar, e sobretudo, discutir algumas inquietações do autor<sup>630</sup>, mas também subsidiar teórico-metodologicamente aos que buscam adentrar no debate e na práxis em vista ao desenvolvimento das condições objetivas de realização da Soberania Alimentar. Considerando as grandes questões que foram aparecendo no processo de análise (já com alguns passos dados nas análises de aspectos fundantes que compõem a totalidade contraditória e o caráter universal da existência humana) e que impõe a necessidade – até para o autoesclarecimento – de tratar de algumas questões de fundamento ‘ontofilosóficas’ e ‘políticas’ que podem corroborar com esse processo em busca da defesa e implementação da Soberania Alimentar a partir das contradições. Partindo da fecundidade da contradição, estes elementos aqui destacados vão ao encontro ao que destacou Politzer (2002, p. 75),

[...] que o homem que estuda a ciência progride, resolvendo sem cessar, as contradições decorrentes do próprio estudo. Assim também, o militante revolucionário, conhecendo a força fecunda da contradição, faz sua a máxima de Maurice Thorez: “a crítica e a autocrítica são o nosso pão de cada dia.” Crítica do

<sup>630</sup> Encontrei correlação e ancorei estas inquietações em um questionamento feito por Mézáros (2015) (destacado na contracapa de seu livro “A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado” onde ele questiona: “A difícil questão para nós é: quanto tempo pode a perversa normalidade de uma ordem socioeconômica e política antagônica, com sua irreprimível tendência de afirmação global de seu domínio, manter sua dominação sem destruir a própria humanidade? Esse é o tamanho da montanha que devemos escalar e conquistar”).

trabalho realizado pelos companheiros e crítica de cada um, ao seu próprio trabalho (autocrítica).

Considerando o terreno da particularidade em que se assenta a questão alimentar (a Soberania Alimentar) – como ponto de partida – vimos até então que a base material, o mundo e as relações do trabalho dessa base advindas, a ocupação do território e as políticas públicas (calcadas na noção de Segurança Alimentar e Nutricional) constituem as condições objetivas para o aparecimento da luta por Soberania Alimentar (como um elemento “novo”), ao mesmo tempo que expressam “a montanha que devemos conquistar” e, portanto, transformar e suplantam as suas relações genuínas<sup>631</sup>. A partir desses pressupostos, parte-se do entendimento de que contradição é inovadora e a luta dos contrários se desenvolve no tempo<sup>632</sup>, e com isto a ação prática deve se assentar na percepção objetiva e adequada dessas contradições em processo.

[...], assim como a sociedade, assim como a natureza viva, o universo físico tem uma história. As mudanças qualitativas põem, assim, em evidência, em um dado momento do processo histórico, aspectos novos que são resultantes da vitória sobre o que é velho. Mas, isto não é possível, a não ser pelo fato de as forças do novo se desenvolverem contra o velho, no próprio seio do velho. [...].

Não basta constatar o caráter interno da contradição. É preciso ver, ainda, que essa contradição é *luta entre o velho e o novo*. É no seio do velho, que nasce o novo; é contra o velho que o novo se desenvolve. A contradição se resolve quando o novo supera definitivamente o velho. Aparece, então, o caráter inovador, a *fecundidade* das contradições internas. O futuro se prepara na luta contra o passado. Não há vitória sem luta. (POLITZER, 2002, p. 74).

Nesta mesma direção,

O “novo” gera-se, desenvolve-se, irrompe, do “velho” e, finalmente, ao longo de vicissitudes mais ou menos atribuladas, triunfa dele. Como um dado passo dos *Grundrisse* convida a pensar, “há que refletir em que as novas formas produtivas e relações de produção não se desenvolvem a partir do nada, nem do ar, nem do seio da Ideia que se põe a si própria, mas no interior e em oposição ao desenvolvimento existente da produção e às relações de propriedade tradicionais, transmitidas”.

O trabalho do subjectivo é indispensável, enquanto ingrediente e agência da própria materialidade do ser, mas supõe sempre um quadro objetivo em que dialecticamente se exerce. “Assim, as formas econômicas em que os homens produzem, consomem, trocam, são *transitórias* e *históricas*. Com novas faculdades produtivas adquiridas, os homens mudam o seu modo de produção e com o modo de produção eles mudam todas as relações econômicas, que não foram senão as relações necessárias desse modo de produção determinado”. (BARATA-MOURA, 1997, p. 52).

<sup>631</sup> Não podemos deixar de levar em consideração a centralidade com que trataram Marx e Engels, da necessidade de abolição da propriedade privada dos meios de produção, tendo em vista que, a partir dessa base o modo de produção “[...], forja para os indivíduos ‘cadeias de relações’ em que eles se veem enredados com manifesto prejuízo e lesão de um desenvolvimento cabal de sua plena humanidade” (BARATA-MOURA, 1997, p. 46). Sendo o uso da terra, de tecnologias, de biotecnologias, pautadas hegemonicamente sob esta perspectiva, incide sobre os trabalhadores e povos do Campo essas situações concretas.

<sup>632</sup> Politzer (2002, p. 73) faz referência a um dos enunciados staliniano da lei (da contradição) “que a luta dos contrários é tomada como ‘luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que perece e o que desenvolve’”.

A objetivação da Soberania Alimentar será instituinte e instituída por mudanças qualitativas na totalidade. Estes aspectos podem expressar uma solução fecunda dessa contradição. O que se tem neste momento histórico e o que se anuncia com a questão da Soberania Alimentar é o indicativo de que a ação praxica deve ocorrer entre aquilo que se aspira e o que deve ir transformando na sociedade atual. Por determinações objetivas, os trabalhadores, povos camponeses (dão o primeiro passo) para sair da situação real, reprovável e insustentável, a que estão submetidos pela caracterização e natureza do atual modo de produção.

Fundamentado nessas contradições materiais (vistas nos itens e capítulos anteriores) temos, portanto, um conceito de Segurança Alimentar e Nutricional já consolidado<sup>633</sup>. É relevante que a sociedade se preocupe com todo o seu arcabouço e o que ele representa em termos de política. No entanto, este conceito tem se materializado em “máscara”, “véu” e com isto vem ofuscando e atrapalhando o entendimento e a compreensão do “novo”, que é a Soberania Alimentar<sup>634</sup>. Tem-se a clareza – que dada a historicidade – a Soberania Alimentar é um conceito dialético e multidimensional e este se consolidará apenas no momento em que as bases materiais e as leis determinantes objetivas correspondentes forem consolidadas. O processo que tem ocorrido nesses embates e debates acerca da alimentação configura a ‘unidade dos contrários’ e que estes contrários se combatem, porém, são inseparáveis. Ou seja, uma unidade indissociável (POLITZER, 2002).

Sobre estes aspectos da unidade e luta dos contrários, em uma nota de rodapé, Politzer nos dá alguns indicativos, que abarcam pelo menos duas dimensões do que se tenta construir em análise neste item: a *primeira* é do ponto de vista teórico que poderá iluminar este processo em mediação; a *segunda*, se trabalhada em raciocínio análogo às questões da alimentação, e elucida também, a natureza e as contradições inerentes ao Sistema Agroalimentar da atualidade, que em certa medida são as razões que legitimam o aparecimento da discussão da Soberania Alimentar.

---

<sup>633</sup> Enquanto fundamento e base para as políticas que coadunam com o bom funcionamento das relações do capital, porém, materialmente não realiza os seus próprios princípios semânticos prescritos. Ajuda-nos compreender essa questão o que destacou Mészáros (2002, p. 557) “Em uma escala historicamente relevante, uma *era de transição* se inicia no momento em que as forças dominantes da velha ordem são *forçadas* por uma *crise aguda* a adotar remédios que seriam totalmente inaceitáveis a elas se aquela crise, introduzindo, desse modo, um corpo estranho na estrutura original, com consequências em *última análise* destrutivas, não importa o quanto sejam benéficos os resultados imediatos”.

<sup>634</sup> Externo este entendimento a partir do acesso aos Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (fundamentalmente a partir da III CNSAN), onde temos como participantes, debatedores, delegados em sua grande maioria sujeitos sociais que expressam e representam a busca da Soberania Alimentar e não da Segurança Alimentar. O ponto fundamental aqui, é que sendo uma Conferência um espaço oficial, tanto as angústias e protestos, quanto as proposições desses sujeitos sociais, ficam sob o manto (em seus limites) da superestrutura estatal.

A economia política marxista é preciosíssima para o estudo da unidade dos contrários, porque esta é encontrada em todos os níveis da economia. Exemplo: a mercadoria é unidade de contrários. Por um lado, é um valor de consumo (produto consumível), do outro lado, é um valor de troca (produto que se troca). São na verdade, *contrários*, pois que um produto não pode ser trocado senão quando *não é consumido*, e não pode ser consumido *se não for trocado*. Marx desenvolveu, genialmente, todas as consequências desta contradição interna em *Le Capital*, obra-prima da dialética. *Observação*: nas crises que sacodem periodicamente, o capitalismo, esta unidade de contrários aparece em toda a sua plenitude: as massas não podem *consumir* seus produtos, porque esses produtos são, no regime capitalista, necessariamente mercadorias, e é preciso, pois, para poder consumi-los, isto é, *trocá-los* por dinheiro. (POLITZER, 2002, p. 76).

O conteúdo destes elementos trazidos por Politzer embasado nas análises de Marx, foi mostrado no caminho analítico percorrido até aqui em vista ao problema desta tese. Com estes elementos quer-se demonstrar que o processo hegemônico de produção no Campo – sendo a contradição interna permanente – e o que está subjacente ao debate e os elementos que incidem nas contradições manifestas entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, tanto do processo natural (Campo-Base material), quanto de um processo social, estão suficientemente desenvolvidas e que exigem, portanto, um “início”, “uma continuidade” de ações práticas, com as quais várias experiências de trabalhadores, pesquisadores e organizações sociais são correspondentes. E são a partir destas experiências que se luta por Soberania Alimentar e se coloca os devidos questionamentos à lógica sistêmica dominante, como pode ser ilustrada pela citação a seguir.

Mas a hegemonia da cultura ocidental trouxe um duplo paradoxo. Ao mesmo tempo em que se enunciavam teoricamente os direitos fundamentais da pessoa humana, criava-se uma **categoria de mercadoria tão complexa, que trazia em seu bojo a justificativa para a fome e a miséria a partir das necessidades de acumulação do capital. Daí não se colocar o direito à alimentação como fundamental**. E na continuação do paradoxo (duplo), temos hoje fome, em meio à maior abundância na produção, a partir dos grandes cultivos.

Daí as desoladoras paisagens provocadas pela monotonia das *plantations*. Mas, em meio a essas novas versões do latifúndio monocultor que caracteriza nossa formação (Prado Junior, 1993), já se pode perceber, graças aos assentamentos de Reforma Agrária, a formação de mosaicos diversificados, próprios da agricultura camponesa, com suas hortas, pomares, criações, cultivos variados. Recupera-se ali as defesas que estavam perdidas a partir dos grandes cultivos, recupera-se gradativamente o meio ambiente, a partir da construção de sistemas com agrobiodiversidade. (WHITAKER, 2008, p. 326 (*Grifos meus*)).

A questão fundamental, portanto, da Soberania Alimentar, está em não generalizar apressadamente a perspectiva que se tem em processo sem o devido tensionamento das condições objetivas e da apreensão dessas condições contraditórias pela teoria<sup>635</sup>. As

<sup>635</sup> As discussões de Mao Tse-Tung (salvaguardando as diferentes intencionalidades de análise) acerca da universalidade da contradição e da particularidade da contradição, são muito pertinentes para apoiar estes aspectos aqui discutidos. Segundo ele, o segundo aspecto (a particularidade da contradição) nem sempre era bem compreendido pelos camaradas, em especial os dogmáticos. Então, chama a atenção que: “[...], nas

condições determinadas (relacionais), e que, por esta razão, não impedem o contraditório do/em horizonte possível de se realizar, dado ao processo de desenvolvimento materialmente instituinte, abre novas portas, constrói e expõe novos desafios da historicidade. Assentar o avanço e o progresso objetivo do problema da Soberania Alimentar, considerando as questões do tempo e qualitativas, expressa claramente o que Barata-Moura (1997) chamou atenção, que contra a clausura do sistema, está o materialismo consequentemente prosseguido. Ou seja, dada a materialidade da questão, a totalidade em que se insere a Soberania Alimentar, o processo pode ser expressado nas condições em que “Tece-se e entretece-se de expansões e de travagens, de acelerações e de retardamentos, de experiências que mostram o despontar de possibilidades novas e de recuos que em muitos casos configuram verdadeiras regressões” (BARATA-MOURA, 1997, p. 55).

Na dimensão da filosofia política e da luta política, como tratar a questão da Soberania Alimentar anunciada tendo pela frente uma materialidade e uma superestrutura política constituídas sistematicamente tão adversas aos fundamentos que dão base à Soberania Alimentar? O ponto de partida se dá através da clareza teórico-política entre os limites impostos pelas práticas oportunistas e inseridas na lógica sistêmica que em regra subordina os trabalhadores de modo geral, mas fundamentalmente trata “[...] os camponeses como classe secundária na luta de classes” (CLCP, 2006, p. 5), aos interesses e à forma de operação do Estado capitalista, por um lado, e, por outro, as possibilidades de desenvolvimento de processos revolucionários políticos e prático-produtivos que possam ir consolidando o caminho de transformação. Como vimos um dos pertinentes pilares para a consolidação da Soberania Alimentar será a política pública e, que por questões óbvias que caracterizam o nosso momento histórico e a natureza do Estado capitalista esse processo encontra uma série de dificuldades.

O que temos em curso, no entanto, é que:

Na era do imperialismo, a ação do Estado é guiada pela necessidade de salvar o capitalismo e, em particular, de retardar a hora da crise econômica. O Estado é o principal instrumento da ruína, e do empobrecimento da maioria da população do país, da servidão e da pilhagem sistemática dos povos colonizados. [...]. A fim de poder cumprir essas tarefas, ele continua, mais do que nunca, e em primeiro lugar, sendo instrumento de opressão do proletariado e das grandes massas trabalhadoras. Assim, o Estado é a muralha da classe exploradora, e seu papel é *decisivo* para a defesa de um modo de produção que já se tornou antiquado. O Estado, que era o instrumento de dominação da classe economicamente mais poderosa, torna-se então,

---

contradições, o universal existe no particular. Igualmente não compreendem como é importante, para dirigirmos o curso da nossa prática revolucionária, o estudo do particular nas contradições inerentes aos fenômenos concretos face aos quais nos encontramos. Nós devemos, pois, estudar com atenção especial a particularidade da contradição, reservando espaço suficiente ao seu exame” (TSE-TUNG, 2004, p. 46).

o instrumento de manutenção desse poder econômico, desde que ele começa a ser minado *em sua base* pelas contradições geradas por seu próprio modo de produção. As condições objetivas para a mudança do modo de produção já existem. Mas, a ação de classe exploradora que se opõe à aplicação da lei de correspondência necessária, a ação do Estado burguês, torna-se o *principal obstáculo* às mudanças necessárias. Este obstáculo deve ser destruído, mas para isso, são necessárias condições *subjetivas* também, isto é, a *luta política* [...], organizar as massas populares, defender e estender as liberdades democráticas, e enfim, criar *o seu próprio poder de Estado*. (POLITZER, 2002, p. 331 – 332).

O que se quer indicar – [que há de fato, uma grande montanha que se deve conquistar] – é que a Soberania Alimentar que nasce no processo de negação intencional da lógica produtiva e da ideologia burguesa, não possui ainda em seus começos qualquer base – ou, para não ser tão pessimista, há ainda incipientes bases econômico-materiais e sociais – que por impulso próprio se movimenta pela contradição interna em direção à superação da base econômica hegemônica. E neste sentido, as condições subjetivas e objetivas materializadas na luta política e no controle social, é que podem colocar em marcha os passos iniciais e as condições destes irem ganhando forças e potencializando o processo transformador e, criar a sua própria base (necessária). A intervenção externa de natureza política (não estatal), ou seja, o apoio consciente das massas trabalhadoras, é fundamental. É preciso que as novas ideias políticas – e no caso mais específico acerca da Soberania Alimentar – impulsionadas pela classe trabalhadora, tenham conquistado a maioria das pessoas e que estas, tenham diminuído significativamente, de dar o seu apoio e sua confiança à política hegemônica, burguesa. Como destaca Politzer:

É por isso que o marxismo coloca com razão a questão do Estado no rol das condições *subjetivas* da mudança do modo de produção. Eis, portanto, o que a dialética nos ensina: ainda que um Estado seja sempre o reflexo de uma base econômica, a solução do problema do Estado, do problema político, deve, em determinados casos, preceder historicamente a edificação da base econômica que será específica do novo Estado. (POLITZER, 2002, p. 332).

As inquietações do autor referidas no início deste item não são gratuitas. Sobretudo porque faz-se necessário ver o que é possível sustentar de maneira orgânica, sem que fique assentada numa base que apenas contemple as linhas limítrofes entre política e voluntarismo. O que temos, de um lado são as políticas insuficientes para os problemas da fome e da alimentação de modo geral, e, por outro, os camponeses lutando, político e praticamente para demonstrar a viabilidade da Soberania Alimentar, como vimos. Por parte do campesinato, vemos que as suas práticas estão desamparadas de políticas, de base material, de tecnologia e de financiamento, ou ainda, bastante fragilizadas. A Soberania Alimentar é um problema social (real pela materialidade) mas não apreendido pela sociedade geral como uma questão social e estratégica de desenvolvimento. E neste sentido, embora apareça (ainda de forma



frágil) no terreno político, ao lado da Segurança Alimentar e Nutricional, não comparece, não compõe os elementos materiais da consciência social (exceto nas frações de classe, organizadas). O pressuposto é a transformação na base material e na consciência social que dê o devido lugar para a Soberania Alimentar num projeto societário e de classe.

Segundo Marx, a questão é qual categoria é de fato abrangente, a política ou a social? A política, dada a forma como se constitui, não pode evitar a substituição da autêntica universalidade da sociedade por sua própria parcialidade, impondo assim seus próprios interesses sobre os dos indivíduos sociais, e apropriando-se, para si própria, do poder de arbitrar, os interesses parciais conflitantes em nome de sua universalidade usurpada. (MÉSZÁROS, 2015, p. 118).

Este é o sentido e o aspecto fundamental para os quais buscou-se chamar atenção e que parece ser central para o objeto desta tese. O que, quem, e como referenciará socialmente a Soberania Alimentar? Que mediações práticas são necessárias e correspondentes?

O que temos é uma contradição nos tempos atuais entre o político e o social, tendo em vista que substancialmente estes aspectos têm sido inconciliáveis. O que está subjacente ao debate entre Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar é também esses elementos. Sair das políticas reformadoras e/ou, por vezes, políticas ‘substitucionistas’, portanto, implica toda uma ordem de mediações sociais, que para se concretizarem necessitam de forças materiais e sociais correspondentes. Porém, cotidianamente vemos é que o fio condutor com que se construiu as bases materiais de onde emerge a Soberania Alimentar, apresenta-se para a atualidade como um agudo problema.

A Soberania Alimentar é uma questão social e, dado estes aspectos destacados anteriormente, não figura no terreno da política apenas – ou nas estratégias da sociedade política –, pois esta é expressão maior das condições que objetivam os seus limites e as dificuldades de sua implementação. Como destaca Mézáros (2015, p. 119), o “[...] caráter antagônico da própria base social, perpetua como tal pela estrutura política, o Estado seria irredimível [...]”. Há, portanto, a grande tarefa histórica da abolição do Estado como anunciou Marx. Esta é a condição para resolver as contradições fundantes no seio da sociedade civil, tendo em vista que “articula-se à ideia de que o Estado e a política em geral, como conhecemos, são, por sua própria natureza incapazes de abolir a si mesmos” (MÉSZÁROS, 2015, p. 119). O Estado é um fator material<sup>636</sup> e um dos mais poderosos. As condições

---

<sup>636</sup> Entende-se por fator material (aplicado ao Estado) as condições objetivas que este tem de impor processos que, de acordo com a sua natureza, são capazes de implementar a forma social e econômica da produção material da sociedade. Desse modo, em uma sociedade que tem como ponto fundamental a propriedade privada dos meios de produção, a existência do Estado deve ser permanente, como força para garantir o controle da sociedade pela classe dominante. Num projeto societário de classe (trabalhadora), justifica-se transitório e como fator material para as mediações necessárias de transformação.

objetivas e subjetivas de dar o direcionamento desse fator material é o que está em jogo permanentemente pela luta de classes. Neste sentido, no processo de transição,

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o conjunto das forças produtivas.

Naturalmente, isso só poderá realizar-se, no princípio, por uma **violação despótica dos direitos de propriedade e das relações burguesas de produção**, isto é, por medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas, acarretarão novas modificações na antiga ordem social e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. (MARX; ENGELS, 2005, p. 76 (*Grifos meus*)).

Neste sentido, ancorar um conjunto de políticas na racionalidade dominante, sem que as bases tenham as condições de direcionar o fator material, propriamente dito, não constituem em avanço na direção de um projeto mais radical. No que concerne à questão da Soberania Alimentar, que por vezes figura, como parte das discussões e elaborações da Segurança Alimentar, bem como a atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), por exemplo, embora tenha consequências positivas para a sociedade, não transforma radicalmente a situação material. O que temos, no Brasil – que ilustra muito bem – é que o que há de mais avançado na prática social na tentativa de enfrentamento da fome e da questão alimentar é a Segurança Alimentar e Nutricional e não na Soberania Alimentar, embora de forma explícita, enquanto conceito não há dúvida de qual é o mais revolucionário. As Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional têm sido o espaço de exposição e depósito do máximo da energia, da força política e, porque não, do intelecto político das bases, dedicado às alternativas de resolução dos problemas concernentes à alimentação.

Neste sentido, as possibilidades da construção efetiva da Soberania Alimentar, por mais que perpassa uma ‘Revolução Política, Agrária, de Formação Humana, Politécnica/Tecnológica’, é antes de tudo, perpassada por uma ‘revolução social’, sendo que, é só desse modo que a sua construção pode se dar em certa medida independente dos limites aprisionadores e/ou dimensões práticas que convergem com as práticas auto perpetuadoras de exploração socioeconômica.

É calcado nestes aspectos que se assenta a grande contradição e o conjunto de mediações do problema desta tese. Dado a materialidade social (a base real), o que temos é um problema de como se resolverá e se removerá na prática a contradição entre a parcialidade

(material)<sup>637</sup> da Soberania Alimentar e a universalidade (ou totalidade) à qual corresponde o Sistema Agrícola e Agroalimentar na atualidade. Objetivamente temos uma luta política desenvolvida pelos Movimentos e Organizações Sociais pelo mundo, frente ao problema sem, contudo, ter em igual teor e potência – [pelo menos por enquanto] –, as condições objetivadas para a luta socioeconômica. A unidade dialética entre a luta política e socioeconômica está fortalecida no âmbito do embates e debates ‘formalizadores’, mas, materialmente fragilizada.

A ausência das condições objetivas para a implementação das estratégias e medidas que convergem de maneira substancial com a Soberania Alimentar, pode (ou até tem demarcado, ao meu entendimento), levar à frente e fortalecer às políticas que incidem no desenvolvimento do projeto político adversário. Levando em consideração o aspecto e pertinência social da Soberania Alimentar, o processo revolucionário (proposto e que pode ser implementado) transcende, portanto, o aspecto político e a ideia do local/nacional. Como esta particularidade e parcialidade neste momento histórico, poderá angariar a condição objetiva de sua universalidade?<sup>638</sup>

Entende-se, portanto, que o movimento fundamental que deve ser priorizado e tensionado efetivamente deve atingir as condições objetivo-materiais que estão por fora da racionalidade política (superestrutura), hoje hegemônica. Só assim, a política em perspectiva a partir deste processo, adquire a sua universalidade (transcendendo ‘o pautar’ e o embate feito no interior da estrutura política) por estar assentada no aspecto social.

A validade das teses constituídas nas discussões acerca da Soberania Alimentar é inquestionável. No entanto, parece ser confuso ainda, os critérios últimos que darão a base e que definem a sua pertinência na totalidade das ações e atividades humanas. Fundamentalmente na clareza dos limites e das contradições, frente a conspiração histórica das circunstâncias onde a classe trabalhadora (e camponesa) é submetida e atua, por vezes, pelo imperativo da necessidade e, por vezes, pelas pautas mais radicais. Ou seja, nesse processo contraditório, o que tem angariado mais potência? 1- o processo de inserção na

---

<sup>637</sup> Sem domínio político. Ou seja, neste caso não é a aplicação da “parcialidade política” que no modo de produção atual, tem força e domínio sobre a universalidade social.

<sup>638</sup> Aplicando as possibilidades elucidativas do raciocínio análogo e salvaguardando as devidas proporções e relações com o que se discute aqui, Mészáros (2015, p. 123) nos dá indicativos pertinentes para assentarmos esta discussão e estas questões centrais aqui trazidas, sobretudo, à parcialidade da política que suplanta (devido as condições objetivadas) a universalidade do social. Diz ele ao discutir os principais traços da teoria política de Marx: “O domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como o complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas. Isso explica a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade sem transcender radicalmente a política e o Estado. Em outras palavras, se age *politicamente* o proletariado permanece na órbita da parcialidade (...), enquanto a realização da revolução *social* advogada por Marx envolve inúmeros outros fatores, muito além do nível político, com a maturação das condições objetivas relevantes”.

política associada ao Estado Moderno e que, portanto, usurpa o poder social da decisão, por substituí-la como imperativo categórico dos processos? ou 2- os processos que mesmo nos menores passos, consegue de algum modo reconstituir (negar radicalmente) no meio social alguns aspectos usurpados pela forma política e material-econômica, colocando em marcha em direção contrária à hegemonia?

Neste sentido, também na luta social empregada pelos Movimentos Camponeses, seus processos e pautas, é preciso ser avaliado constantemente para que se possa potencializar aquelas que angariam maior potência/força material correspondente ao anseio a ser conquistado<sup>639</sup>.

A composição essencial de ‘três elos multidimensionais’ compostos, (1- Materiais: alimentar, energética, territorial, genética, hídrica; 2- Sociais: econômica, social, política, ambiental, cultural; 3- De Mediação: material, prático-política e utópica) que definem a Soberania Alimentar as inscreve como um conceito, de fato revolucionário, como mencionado anteriormente. Colocada agora, no seu patamar mais alto, ou seja, o que a Soberania Alimentar realmente significa e representa, a partir da ideação (projeção), da utopia é que, de fato há, a percepção de que centralizar a força na política (estatal), num primeiro momento, significa objetivamente optar pelo caminho [mais] inadequado, ‘pedregoso’ para servir à finalidade desejada. Ao mesmo tempo, a busca em aproximar dessa finalidade é correlato à capacidade de resistir, transformar e descartar completamente os meios que se tornam as restrições objetivas, e que, portanto, no projeto classista, os trabalhadores terem as condições objetivas e serem “capazes de operar em relação direta uns com os outros, sem a intermediação mistificadora e restritiva ‘do manto da política’” (MÉSZÁROS, 2015, p. 128).

Mediante as leis objetivas no interior do modo de produção, das quais desencadeou a necessidade de se pensar em Soberania Alimentar – que já foram retomadas algumas vezes – vemos que, a constituição de seus pré-requisitos necessários ao se impor como desafios enormes, no curso de seu desenvolvimento há de se levar em consideração a constante necessidade de transformar radicalmente, tanto as circunstâncias, quanto as pessoas envolvidas no processo. *Como pode-se verificar a necessidade social no conceito de*

---

<sup>639</sup> O conjunto de experiências acumulados pelos movimentos camponeses, a prática social revolucionária de vários militantes tem trazido o necessário tensionamento para dentro dos movimentos sociais através da avaliação e disputa sobre os rumos, métodos de organização e de luta. Apenas pequenos avanços em políticas reformadoras dão-nos conta de que é preciso radicalizar as lutas sociais. Para pensar efetivamente num processo de construção da Soberania Alimentar, tem de ocorrer “[...] o caminho revolucionário capaz de efetivamente conquistar a terra através da destruição completa do latifúndio por apoiar-se num programa revolucionário de transformação para o campo, por considerar os camponeses pobres como força principal para as transformações democráticas revolucionárias de nosso país, assentadas na aliança operário-camponesa” (CLCP, 2006, p. 5).

*Soberania Alimentar não se resume apenas nas determinações materiais, mas que expressa uma compreensão dialética do que necessita e pode ser realizado considerando as tendências da realidade objetiva **no tempo**. Ou seja, o êxito em sua implementação é inseparável da consciência social, que mesmo frente às tensões adversas, apreende as contradições e condições em transformação, retirando destas as lições que se inscrevem favoráveis e em potência do que se tenta transformar.*

Há, portanto, um longo processo para novas condições, tendo em vista que não é só apenas a transformação ou destruição de um conjunto de mediações, mas, uma nova organização da produção da existência. Karl Marx, em a Guerra Civil da França destaca:

As classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a *substituição* das condições *econômicas* da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o *trabalho progressivo do tempo* (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da *produção* – ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu caráter de classe – e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e *internacional*. Elas sabem que essa obra de *regeneração* será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. Elas sabem que a atual **“ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária”** só pode dar lugar à *“ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado”* mediante um *longo processo* de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a *“ação espontânea das leis econômicas da servidão”*. **Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano.** (MARX, *apud* MÉSZÁROS, 2015, p. 132 (*Grifos em negrito, meus*)).

Trazendo estas questões para a particularidade da implementação da Soberania Alimentar, vemos que estão imbricadas com a mudança da totalidade, porém, as primeiras tarefas devem ser iniciadas e desenvolvidas através do *trabalho progressivo no tempo*<sup>640</sup>. Retoma-se aqui, a problemática anunciada no início desta seção. Mesmo havendo, o tensionamento político e a inserção de políticas públicas em vista a Segurança Alimentar e Nutricional, ou até mesmo à Soberania Alimentar, há efetivamente uma extensão bastante limitada, tendo em vista que, as bases e condições materiais de produção em geral, em sua forma lógica de reprodução, continuam inalteradas. Isso demonstra muito bem, que a força de dominação do capital sobre o trabalho, é econômica, e não política. “Tudo o que a política pode, é fornecer as ‘garantias políticas’ para a continuação da dominação já materialmente

<sup>640</sup> Num imbricamento concomitante entre organização e luta social, controle social, tensionamento político, práticas agroecológicas, práticas de Formação Humana expressivas desses conteúdos materiais inerentes e em processo.

estabelecida e enraizada estruturalmente”<sup>641</sup> (MÉSZÁROS, 2015, p. 134). O processo de dominação do capital não pode ser superado tendo como primado, neste contexto histórico, a política.

Há uma especificidade sócio-histórica, que num primeiro momento tem sido denunciada pelos Movimentos Sociais de base popular, onde se anuncia alguns processos de intervenção, que indicam a destruição/superação do processo hegemônico de reprodução do capital. No entanto, o que é realmente fundamental é a compreensão dialética do historicamente específico (Soberania Alimentar) com o ‘trans-histórico’ (A condição Humana). O que tem ligado efetivamente os primeiros passos (que se tem dado) com as estratégias materiais de um longo processo de superação e transformação?

A citação a seguir sintetiza de maneira bastante clara algumas questões centrais abordadas nesta tese. E de maneira, muito específica – se aplicado um raciocínio análogo – colocada nas dimensões das discussões da alimentação e do processo de implementação da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, expressa bem alguns processos em transição.

**Há épocas na história – normalmente em períodos de transição – em que as contradições internas das formações sociais particulares vêm à tona com maior clareza do que em circunstâncias normais. Isso porque em tais épocas as forças principais do confronto social em andamento defendem demandas rivais mais claramente como alternativas hegemônicas entre si, o que confere não apenas uma maior fluidez, mas também uma maior transparência ao processo social.** Quando as forças em disputa se acalmam, em modo de interação mais firmemente regulado (na verdade, em uma larga extensão, tornado rotineiro ou institucionalizado), **sob o predomínio de uma delas** – e, para os participantes, por um período de tempo que parece indeterminado –, as linhas de demarcação social se tornam cada vez mais obscuras. O conflito que anteriormente era agudo, perde sua borda cortante e seus animadores parecem ser assimilados ou “integrados”, pelo menos naquela hora. (MÉSZÁROS, 2015, p. 144, (*Grifos meus*)).

Outro aspecto que compõe as inquietações e preocupações do autor tem a ver com a *‘temporalidade’ da Soberania Alimentar*. Ou seja, embora seja historicamente necessário o primeiro passo, a relação entre o otimismo da vontade ou vontade otimista<sup>642</sup> (pelos seus protagonistas) com a realidade é bastante desigual. ***Volta-se, portanto, em um ponto nodal, que é, qual a temporalidade adequada, frente ao processo de [co]relação de forças políticas***

<sup>641</sup> Estes aspectos foram demonstrados quando reconstruímos o processo de constituição histórica do conceito de Segurança Alimentar.

<sup>642</sup> Nas discussões gramscianas aparece estas questões como positiva tendo em vista que ajuda e motiva (considerando a visão de mundo dos que se propõe a lutar) as pessoas frente as questões difíceis da luta. Ao contrário ele vê no pessimismo do intelecto mais negatividade. Dado os enormes desafios e linhas limítrofes encontradas nos dias atuais e frente as relações de forças, talvez no ‘intelecto’, se acomodaria com maior conforto e aconchego uma **concepção ‘cética’ da Soberania Alimentar**. Ou quando muito, uma satisfeita inscrição na parcialidade político-social intra-sistêmica. Contudo, ao combinar a radicalidade do Conceito com a Utopia a interconexão entre ambas é a condição que devemos perseguir.

*e contradições materiais, onde estas aumentam as barreiras objetivas para a sua realização?* O que se está em jogo não é apenas a forma com que funciona o sistema (no caso para garantir o alimento para a sociedade), mas, sobretudo a base material, que assolada pelo sistema hegemônico (como já demonstrado) poderá inscrever-se incapaz para a garantia ideal da produção de alimentos com qualidade. **O conteúdo material de algumas bases [projetadas/ideadas] da Soberania Alimentar podem deixar de ‘existir’ [como bases genéticas, solos, etc.] dado as condições de irreversibilidade [categoria que a cada dia ganha mais conteúdo material pelo avanço das forças destrutivas do modo de produção do capital].**

Dado as *condições objetivas a temporalidade da Soberania Alimentar assenta-se numa perspectiva e escala de longo prazo no tempo*. Desse modo, a partir do materialismo histórico dialético, vemos que as contradições presentes no movimento do real e do modo de produção, são também apreendidas e tensionadas em virtude da relação de forças e circunstâncias que podem potencializar formas concretas para a sua realização. Mesmo tendo já o anúncio da crise estrutural do capital, no âmbito agrário, [apesar das contradições (e dos deslocamentos das contradições, muito bem aplicados pelo desenvolvimento desigual e combinado)], há ainda possibilidades de válvulas de escape (primeiro na totalidade extensiva, e ‘concluída’ esta, na totalidade intensiva, apesar de já conviverem com menor ou maior intensidade) para o capital (tanto territorial e econômico, quanto político), o que além de postergar a saturação das contradições, expande os limites e a destruição da base material<sup>643</sup>, base esta que, como se tem destacado, ser a ideal para a implementação da Soberania Alimentar.

Demarcado alguns aspectos que ajudam a pensar a **temporalidade objetiva [da necessária travessia e mediação]**, o que se deve também levar em consideração é a *temporalidade subjetiva da classe trabalhadora acerca da questão da alimentação*. Neste sentido, o alcance mais bem definido – como já demonstrado – está no campesinato organizado em Movimentos Sociais. Parece ser pertinente um olhar atento sobre os aspectos que tem envolvido os determinantes objetivos que incidem na luta social em prol da Soberania Alimentar e os processos sociais gerais (as relações sociais com o alimento), sobretudo, para compreender a correlação-contraditória entre a temporalidade subjetiva (da franja de classe envolvida mais diretamente) com a escala do tempo histórico-objetiva

---

<sup>643</sup> Considerando esse processo e esse dinamismo, o capital têm demonstrado fôlego em suas estratégias de dominar, subjugar e punir as forças que se lhe opõem (nas diversas regiões do mundo).

inserida na visão que o motivam e o fazem lutar e a relevância desse processo todo para a sociedade em geral.

Este aspecto último é importante ser apreendido com radicalidade, para poder equilibrar as tendências e as contratendências entre algumas antecipações idealistas de longo prazo e que podem tirar o foco fundamental da luta social no presente, ou até mesmo, inserir no presente a energia maior em mediações que não são correspondentes a um processo efetivamente revolucionário<sup>644</sup>.

Para a implementação da Soberania Alimentar, utilizar a política em sua forma de parcialidade moderna, não é estratégico. Com esse *status*, esta constrange e dificulta os movimentos emancipatórios e, portanto, a intensidade de sua utilização como instrumento, deve ser determinada pelo processo transformador das bases reais e econômicas.

*Sendo o ‘novo’ emanado do ‘velho’ e sendo este novo, pelo menos nas condições explicativas atuais, colocada no horizonte e na temporalidade do longo prazo, a questão fundamental a superar são as dificuldades que se multiplicam ao tentar operacionalizar no contexto da temporalidade imediata. E neste sentido, confirma-se que a mudança é na infraestrutura, que por esta razão, dessas transformações advêm as mediações políticas necessárias, que possibilitam antecipar estratégias e perspectivas, que se assentam fundamentalmente no período-histórico do longo prazo, em estratégias imediatamente praticáveis.*

A classe trabalhadora deve buscar as mediações necessárias e estar vigilante frente as falsas mediações que são cotidianamente construídas pelo modo de produção e pela ordem estabelecida. As pressões, as pautas, os debates e embates acerca da Soberania Alimentar que temos hoje assentada numa temporalidade imediata e que visam uma temporalidade a longo prazo, devem compor estratégias que no processo histórico possam ir otimizando, como destaca Mészáros (2015, p. 163) “*muitas transições dentro da transição, [...]*”.

Harriet Friedmann na Conferência Inaugural ‘Paradoxo das transições: conectando mudanças incrementais com transformações profundas nos sistemas alimentares’ [*Paradox of transitions: connecting incremental changes with deep transformations in food systems*] do III Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (III ENPSSAN) realizado na Cidade de Curitiba, Paraná nos dias 08, 09 e 10 de novembro de

---

<sup>644</sup> Exemplo disso é “[...] o modo pelo qual se constituiu o sistema marxiano trouxe com ele tanto a definição radicalmente negativa da política como a abominação das mediações como prática miserável da conciliação e da cumplicidade com a ordem estabelecida. [...] mesmo para a política socialista, um papel extremamente limitado, estritamente transitório. [...]”. (MÉSZÁROS, 2015, p. 158).



2017 (UFPR, Campus Jardim Botânico)<sup>645</sup>, destaca que ocorreu e continua a ocorrer uma uniformização das opções alimentares. Pauta sua análise nos processos de transição e suas contradições internas, que demarcam processos [nas contradições objetivas] de afirmação, resistência e resiliência no avanço e na oposição da mundialização do capital e de suas estratégias de dominação e acumulação.

Utilizando a linguagem metafórica [assentada na analogia, ‘argumentos análogos’] compara o momento histórico atual (no que diz respeito à questão da alimentação no mundo) com o período que abarcou os processos de transição ‘socio-técnica’ dos navios a vela (*já insuficientes em tamanho, tecnologia, segurança e eficiência para cumprir as novas demandas*) para os navios a vapor (*que representavam avanço, o novo, para corresponder às demandas e, portanto, materializavam a utilização e incorporação de novos conhecimentos e novas tecnologias oriundas da Revolução Industrial*)<sup>646</sup>.

Através do raciocínio análogo, Friedmann (2017), analisa esse processo e destaca que este, ajuda-nos a compreender e a pensar as possibilidades das transformações e transições no Sistema Agroalimentar, e como as suas contradições e sistemas ‘alternativos’ (experiências e práticas, agroecológicas, por exemplo) podem ir se tornando e se afirmando no processo de produção de alimentos e consolidando em ‘fenômeno’ novo e fundamental para a Soberania Alimentar.

Com essa metáfora busca demonstrar também que as transições fundamentais, necessárias, ocorrem normalmente em períodos longos (que somam décadas e até dezenas de décadas). Demarca, no entanto, que as transições constituintes do desenvolvimento histórico-científico e técnico, induzido pelas leis objetivas coordenadas pelo ‘modelo de desenvolvimento’ são constituintes de demandas e imperativos que vão se constituindo e se tecendo nas contradições objetivas. Assim, dado a relação de forças há a preponderância de ‘modelos hegemônicos’ que, no entanto, não escapam às contradições e aos germes do novo.

---

<sup>645</sup> Os apontamentos aqui destacados acerca das contribuições de Friedmann, baseiam-se nas minhas anotações ao acompanhar a sua palestra.

<sup>646</sup> De acordo com Harriet Friedmann, várias das primeiras unidades dos navios a vapor explodiam. Ao mesmo tempo os navios a vela se tornavam cada vez maiores na tentativa de resistir e competir, porém mais frágeis e sujeitos a eventos trágicos. Friedmann dá o exemplo dos navios a vela que se tornaram maiores nos últimos 30 anos daquele período onde ocorria a transição. Com esse exemplo quis demonstrar que o sistema em crise busca também alternativas e resoluções tecnológicas intra-sistêmicas na tentativa de resistir ao avanço, crescimento e a preponderância do novo. Se por um lado, nos navios a vela havia limites devido a tecnologia insuficiente para corresponder e garantir as demandas objetivas da época, por outro, a nova tecnologia também não dava conta em garantir as demandas em sua totalidade. Contudo, esse processo concorrencial a partir das condições objetivas, além de ser um teste de tempo, instituiu a forma mais eficaz para aquilo que as demandas e necessidades apontavam. Nesse sentido, constitui a hegemonia de um modelo como superação do outro.

Considerando que a transição de um modo/modelo ao outro depende de períodos de tempos, (em grande medida longos), em regra costuma-se não perceber, ou até mesmo duvidar das potencialidades em curso, que dada as condições objetivas vão se constituindo em contraposição<sup>647</sup>. A possibilidade da transformação, partindo desses pressupostos, deve levar em consideração que há a necessidade de “*muitas transições menores*”, tendo em vista que o “*novo regime não fica claro em um primeiro momento*” (FRIEDMANN, 2017)<sup>648</sup>.

Nas últimas décadas há o questionamento do modelo que se expande em ritmo acelerado, ao mesmo tempo que verificamos a ampliação e a inovação das demandas, que podemos exemplificar, com as necessárias mudanças na forma da sociedade produzir, armazenar, transportar e consumir os alimentos. Entre os processos que incidem na necessária transformação da sociedade constituir o seu alimento, os ‘regimes alimentares’ desenvolvem as condições e materializam o processo de transição. Ou seja, tomando o exemplo, com o qual fazemos a analogia, a transição é a unidade da implementação das ‘duas técnicas’ fundamentais que são substanciais na mudança: a que se afirma, e a que está sendo superada.

No caso da metáfora utilizada da passagem dos ‘navios a vela’ para os ‘navios a vapor’, alguns experimentos e tecnologias tiveram que se unir (*madeira + ferro (e por isso muitos navios novos explodiam)*), para que a nova técnica (*navio a vapor que incorporava novas bases tecnológicas*) pudesse ir se afirmando até se tornar no fenômeno novo e expressão da superação de condições objetivas que demarcavam o [então ‘velho’ sistema], para o ‘novo tempo histórico’. Há uma relação de forças objetivas entre a ‘afirmação do novo’, pelo ‘novo’ e a ‘revalorização do novo’ pelo ‘velho’.

Além disso, a experiência e o conhecimento acumulado acerca dos ‘navios a vela’ possibilitaram, por algum tempo, a ampliação de suas potencialidades, [como mencionado anteriormente], em tamanho, o que, no entanto, não conseguiram manter a sua segurança e eficiência devido aos limites tecnológicos frente as demandas que impulsionavam os transportes marítimos<sup>649</sup>.

---

<sup>647</sup> Por exemplo, elementos de indução transformador, presentes nos Programas Nacionais de Aquisição de Alimentos e de Alimentação Escolar, entre outros programas e políticas, com os germes do ‘novo’ potenciais em sua natureza que podem se fortalecer no tempo.

<sup>648</sup> Tem a ver com a ideia da utopia como negação do presente, com aporte na prática de germes do novo e de um outro lugar, lucidez na projeção, mas, com um porém, uma ‘dose’ de ‘miopia’ para enxergar com clareza o horizonte material, causada e interposta pelas condições objetivas materiais de dominação.

<sup>649</sup> Está afirmação, ao utilizarmos a linguagem metafórica podemos comparar com a intencionalidade implícita e explícita do desenvolvimento sustentável que visa fazer reparos e reformas sistêmicas com o intuito de manter e ampliar a acumulação de capital como veremos a seguir nas considerações introdutórias da análise da agroecologia.

Em relação ao alimento vemos que este último aspecto ocorre, sobretudo a partir das iniciativas sistêmicas. Diferentes iniciativas e políticas, visam amenizar, adaptar, reformar, ampliar, porém, não superar os problemas da fome, da desnutrição, da forma de produzir, de armazenar, de distribuir e de consumir os alimentos. Estes elementos estão prescritos na lógica da acumulação. Vemos que as alternativas apresentadas pelo Sistema Agroalimentar em relação à alimentação, assemelham-se às alternativas da produção agrícola e industrial em geral. Em outras palavras, estamos fazendo com o nosso corpo o que fazemos com o solo. Ou seja, cada vez mais, inserindo elementos e suplementos externos, sintéticos e químicos.

Harriet Friedmann (2017) destaca também que a ‘transformação’, as ‘transições e mudanças’ acontecem em escalas de *tempo* e de *espaço*. Em relação à questão do Regime Alimentar e seus problemas, a partir da apreensão de suas contradições e crises, estas, *vão potencializando ou destruindo alternativas de resoluções e superação*. Ou seja, de acordo com o contexto da totalidade, os elementos que constituem os processos de produção e obtenção de alimentos (energia, insumos, matéria química e/ou orgânica) é que determinam a ‘natureza’ do Regime Alimentar e do Sistema Agroalimentar.

A apreensão do pensamento crítico demonstra que há a necessidade e urgência histórica de uma mudança em todo o Sistema Agroalimentar. Contudo, de acordo com Friedmann (2017) *o alimento é mais complexo do que uma transição tecnológica, e, por consequência, as mudanças são também mais complexas do que uma transição tecnológica da navegação conforme demonstrada e utilizada metaforicamente, para compreendermos as possíveis mudanças e transições nos Regimes Alimentares*<sup>650</sup>.

Ao pensarmos os alimentos (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) hoje devemos perguntar: o que é então o alimento? E como estes alimentos são vistos pelas formas de produção e Regimes Alimentares? De acordo com Friedmann obtemos dois tipos de conhecimento e prática que demarcam esses aspectos que compõem a ‘natureza’ dos alimentos, que compõem a contradição e estão em conflito: os sistemas lineares e os sistemas circulares.

Nos *sistemas lineares* temos a hegemonia e a determinação dos recursos financeiros e da lógica de reprodução do capital o que incide sistematicamente em alimentos ‘monocultural e industrial’, que se faz cada vez mais em um indutor de dependências dos elementos

---

<sup>650</sup> Para Harriet Friedmann no processo histórico as movimentações de populações também possibilitaram as movimentações de alimentos e a introdução de novos produtos de alimentos em diferentes regiões e culturas. De igual forma, potencializou a expansão das fronteiras de *commodities*. Particularmente entendo que a expansão das fronteiras de *commodities* se dá fundamentalmente pela movimentação do capital e não pelo movimento das populações apenas.

estruturantes que compõem essa lógica, e de medidas prático-políticas que fortalecem as diretrizes de reprodução do capital e por consequência de destruição da natureza e da diversidade dos recursos naturais.

Nos *sistemas circulares* pressupõem-se ‘outros valores’. Ou seja, precisa-se [no arcabouço do conhecimento] de outras formas de cálculos. Mudar a forma com que medimos, e considerar a variedade dos ecossistemas locais, sob a perspectiva da ecologia, é o primeiro passo. Sabemos que a maior deficiência no mundo são de micronutrientes. Porém, poderemos retirar da produção essa possibilidade, desde que considerado a biodiversidade e a sua reprodução. Então o que deve ser repensado em termos de expressão da real contradição nos processos produtivos, é como produzir sobre essa lógica agroecológica, como compreendê-la e quais valores intrínsecos comporão os parâmetros para ‘medir’ a produção.

Não se pode basear no peso – apenas –, mas fundamentalmente levar em consideração a biomassa, os ecossistemas, a resiliência<sup>651</sup>, a biodiversidade dos sistemas naturais. O indicativo é que *devemos misturar o que temos e o que precisamos*, e esta mistura determinar a característica dos processos produtivos<sup>652</sup>. Esta mistura também institui o ponto de partida no determinado momento histórico. Porém, a consciência de classe deve ter clareza do que deve ser fortalecido.

A metodologia necessária, no entanto, abarca o além do ‘*quantum*’ extraído da base natural (natureza, solo, etc.) na forma de produtos da ação interventora do homem. Deve incorporar no processo metodológico de medição, a cultura, a ciência e os recursos locais e os introduzidos no processo dentro desse processo cíclico.

E, são várias as perguntas orientadoras (para a mediação e transição) que devem propor o horizonte: Como chegar de um estado de insustentabilidade para um estado de sustentabilidade? Quais acordos em curto, médio e longo prazo devem pactuar a ação conjunta entre o Estado, órgãos e organismos nacionais e internacionais e os povos? Como e por que ocorrem a entrada de insumos externos nos processos produtivos, já que na natureza nada é desperdiçado? Tudo é ou pode ser alimento de algo nesse processo cíclico? Como a produção se tornou tóxica e os seus processos pautados nas resoluções que vem de fora da unidade produtiva, hegemonicamente? (FRIEDMANN, 2017).

<sup>651</sup> “A capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a ameaças e adapta-se resistindo ou mudando com o fim de alcançar e manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura. Determina-se pelo grau no qual o sistema social é capaz de auto-organizar-se para incrementar a sua capacidade de aprendizagem sobre desastres passados com fim de alcançar uma melhor proteção futura e melhor das medidas de redução do risco de desastres” (ABRANCHES, 2009, s/p).

<sup>652</sup> Germes do ‘novo’ com o fortalecimento desses processos compostos por esses elementos novos, por exemplo: práticas agrícolas que visem a transição agroecológica, da busca de diminuição da escala de tempo do processo de produção do alimento e consumo, circuitos curtos, etc.

Como podemos e do que necessitamos, para constituir a Soberania Alimentar, transformando o alimento em seu valor de uso como fonte e materialização de ‘qualidades metabólicas’ reconstituir conexão entre o ser humano ao seu meio ambiente? (MCMICHAEL, 2016).

De acordo com Friedmann (2017), a agricultura cíclica ressoa em algumas práticas nos Estados Unidos. Os industriais estão se dando conta dessa necessidade. Porém, busca-se primeiramente mais potencialidade de angariar recursos, e, também, ao longo do tempo, reconstituir condições para poder contar com as bases materiais naturais para continuar se reproduzindo. A indução dessa prática, é um indicativo da percepção de insustentabilidade desse modelo na sua forma hegemônica e que, portanto, tem obrigado esses produtores fazerem os incrementos necessários. Correspondente a isso, está no horizonte as possibilidades de transição tendo em vista que se busca alternativas de como fechar os ciclos quebrados, ir fechando em partes, um passo de cada vez, já que em cada quebra e ruptura metabólica da natureza há uma possibilidade de produzir algo que pode se tornar uma potencialidade de angariar recursos e lucros.

Estes últimos exemplos enfatizados por Friedmann (2017), não são de tudo, negativos. Mesmo que tenham como correspondência necessária as condições de reprodução econômica desses produtores, é, por outro lado, a demonstração que a ‘salvação’ não é garantida 100% pelo que vêm de fora, dos insumos e produtos químicos e sintéticos. É, portanto, o imperativo da contradição final/principal, tensionada ao máximo e expressada nos perigos da irreversibilidade.

Estas práticas estão demandando o apoio aos circuitos curtos e ‘modelos’ produtivos locais. Porém, embora sejam iniciativas e objetivos importantes para os processos de transição, ainda são insuficientes. O horizonte (mais radicalizado) a que se quer chegar, é a Agroecologia. De acordo com Friedmann (2017) esse processo necessita de: subsídios, longo prazo, mudança de estado das coisas, pensar em termos de décadas e séculos (pois segundo ela, mudanças históricas substanciais ocorrem em séculos, transições de longo prazo, etc.).

Como mencionado anteriormente, o alimento (as condições para obtê-lo em todos os processos) é diferente do caso da mudança de um padrão tecnológico (no caso os navios a vela e a vapores necessitam basicamente de energia fóssil) utilizado metaforicamente, embora esta traga processos de transição. *O alimento é composto por relações mais complexas e multidimensionais.* É neste sentido que se aponta a necessidade de constituição de nichos menores de alimentação orgânica e agroecológica como parte das inovações em diversas

escalas para ir reformando, reconstituindo ou mudando os sistemas e as bases orgânicas, tendo em vista que o Sistema Agroalimentar hegemônico está em crise.

Qual é a tarefa dos intelectuais nesse processo? Friedmann (2017) destaca a importância dos intelectuais que potencializam e ampliam os conhecimentos relacionados aos aspectos biológicos (natureza) e culturais. É, portanto, um conhecimento integrado (conhecimentos bioculturais) que contribuirá para evolução dos povos e da estruturação de novas paisagens em oposição à desenvolvida pelo Sistema Agroalimentar hegemônico. Destaca neste sentido as experiências da produção orgânica (que reconhece a escala) e da agroecologia que institui um processo diverso do sistema de produção dependente de subsídios e suplementos externos, como por exemplo, os de fertilidade.

Considerando esta discussão filosófico-política concluímos que o movimento do pensamento na apreensão do real em uma época de transição e/ou em vista ao processo de transição histórica deve ter clareza dos aspectos metodológicos da mediação. Neste sentido, com o intuito de lançar luz à análise e à discussão que já fizemos, e que faremos na sequência, bem como, assumir a pertinência histórica que assume a Soberania Alimentar, retomo Mézáros a partir de sua obra ‘Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação do Método’.

Com relação ao método, a *mediação* é a categoria mais importante **tanto teórica quanto prática** em nossa época de transição histórica. Não pode haver surpresa nisso. **Teórica, porque em vista a magnitude do desafio que temos de enfrentar**, nada pode ser conquistado com êxito sem uma concepção *intelectualmente coerente* e verdadeiramente *abrangente* da mediação. E, na **prática, porque é impensável instituir na ordem social estabelecida as mudanças qualitativas exigidas** sem adotar as formas apropriadas de *mediação prática* que podem fazer **historicamente viável no futuro nosso ineludível modo de reprodução sociometabólica – como seres mediados por si próprios da natureza que devem assegurar até no mais longo prazo suas condições de existência numa interação plenamente adequada com a natureza**. Tais mudanças qualitativas são necessárias em absoluto porque a destrutividade crescente de seus antagonismos consolidados e definitivamente explosivos torna insustentável ao extremo a ordem existente de reprodução social, sob o domínio do capital. (MÉSZÁROS, 2009, p. 277, (*Grifos em negrito meus*)).

Estes fundamentos teóricos que buscam elucidar de maneira radicalizada a questão da mediação, trazem as condições para compreendermos esta imbricada relação entre a gênese e conteúdo histórico-material da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar, frente a realização dos próximos passos. *O que está em questão nesse processo contraditório é se a mediação está objetivamente sendo trivializada ou radicalizada por parte da práxis da classe trabalhadora e dos Movimentos Sociais de base popular*. É sobre estes aspectos que nos alerta Mézáros (2009, p. 277):

No discurso teórico e político adequado à perspectiva privilegiada do capital na fase descendente de desenvolvimento do sistema, a questão da mediação é, via de regra, trivializada. Tende a ser reduzida a um núcleo apologético do conceito, apenas às exigências manipuladoras para assegurar a perpetuação das relações estabelecidas. É por isso que a questão vital da mediação é definida como *equilíbrio* das forças identificadas no conflito real ou potencial, no interesse de uma *acomodação reconciliadora* projetada; e assim considerada marginal em seu campo de ação, o que deixa intocadas as determinações estruturais da ordem estabelecida.

Estes elementos trazidos por Mészáros ajudam-nos a avaliar o processo da luta, do debate e do embate acerca da política pública que envolve a questão alimentar no Brasil e no mundo, desenvolvido pela franja popular organizada da Sociedade Civil frente ao Estado<sup>653</sup>. Ao meu entendimento, a mediação tem sido mais ‘apologética’<sup>654</sup> do que uma prática-material radicalizada, mesmo reconhecendo os significativos avanços, entre eles a consciência de um novo processo e devir histórico, ou seja, da própria Soberania Alimentar.

Nesse tipo de concepção, permanece oculto o fato de que a racionalidade pretendida com o “equilíbrio” e a “iluminada acomodação interessada em si própria” se molda à realidade tosca da relação de forças preestabelecida e necessariamente reimposta numa base contínua da ordem hierárquica de dominação e subordinação consolidada. Consequentemente, o “equilíbrio consensual” é uma farsa à qual, sob o domínio do capital, não pode haver “alternativa alguma”, como por vezes se reconhece de maneira explícita. (MÉSZÁROS, 2009, p. 277).

Isto posto, denota também que na realização do ‘devir’, a Soberania Alimentar, traz em seu conteúdo material e político a ruptura com *essa tendência de acomodação reconciliadora, inscritas nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional*, e até mesmo, no prescrito dos Direitos Humanos. A luta social, o controle social na busca da mediação real de transição histórica, e, como parte integrante a Soberania Alimentar, compõem-se por conteúdos materiais que transgridam a ordem e constituam novos processos.

Neste sentido, vemos que as lutas sociais e os significativos avanços em condições objetivas de alargar o terreno do controle social que vêm se realizando em diversos lugares e setores da sociedade é um indicativo importante. Sobretudo porque, são expressões e germes, das condições de realização da transição histórica, como bem destaca Mészáros (2009, p. 278) que “Isso só é viável se o *sujeito histórico* conclamado a instituir tal transformação estiver de fato no controle do processo vislumbrado de reestruturação radical, na qualidade de um *sujeito mediado e controlado* por si próprio [...]”.

<sup>653</sup> Em relação ao debate e embate no mundo poderemos ver elementos desse processo no APÊNDICE C – A questão alimentar: elementos, linhas limítrofes e iniciativas no mundo na atualidade.

<sup>654</sup> No sentido de apresentar, dar ‘uma’ razão de fazer a ‘defesa’. Isso se justifica pelo alcance do movimento e relação do pensamento com o movimento do real o que dá a conotação do sentido utópico do devir em grande parte pela negação do instituído a partir das relações de reprodução do capital.

As questões evocadas nesta seção, buscam demonstrar que a substancialidade das mediações necessárias em seus desdobramentos práticos, devem incorporar a elaboração e a instituição prática dos princípios fundamentais operativos que vão compondo as novas formas de intercâmbio social.

A única mediação viável e sustentável de forma indefinida entre a humanidade e a natureza, assim como dos indivíduos sociais entre si, como a característica definidora da nova forma histórica, é inconcebível sem um *sujeito social ativo* que possa intervir *autonomamente* no processo social em curso. Nesse sentido, a mediação em questão pode adquirir seu significado apropriado apenas enquanto mediação dos indivíduos sociais por si próprios, os quais exercem seu controle genuíno sobre o processo de reprodução social como *sujeitos reais livremente associados* de sua ação *planejada de modo abrangente*, junto aos detalhes práticos de sua implementação. Isso quer dizer, os conceitos de *controle e mediação de si próprios*, além da *autonomia genuína* dos reais *sujeitos históricos agindo conscientemente* devem marchar todos juntos se quisermos conferir um sentido tangível e viável à ideia de mediação, no lugar dos postulados especulativos que vimos antes, adequados apenas para ofuscar e idealizar as relações de poder hierarquicamente reforçadas da mediação antagonica que dominam a ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2009, p. 283).

A constituição da transição histórica, do novo devir/utópico, da Soberania Alimentar qualitativamente orientadas, e de novas formas de reprodução social, perpassam por essas exigências. Incorpora o tensionamento das contradições no interior do modo de produção e na constituição do processo de transição/travessia na direção de uma nova forma histórica e, portanto, com os sujeitos sociais ativos e capazes – um ‘novo’ campesinato, de maneira consciente e planejada – interseccionando processos de negação-afirmação-negação –, percorrer o caminho e realizar a tarefa histórica que lhe cabe no tecer das contradições principais quando tomada a totalidade concreta. Como bem demarcava Altvater (1995, p. 311).

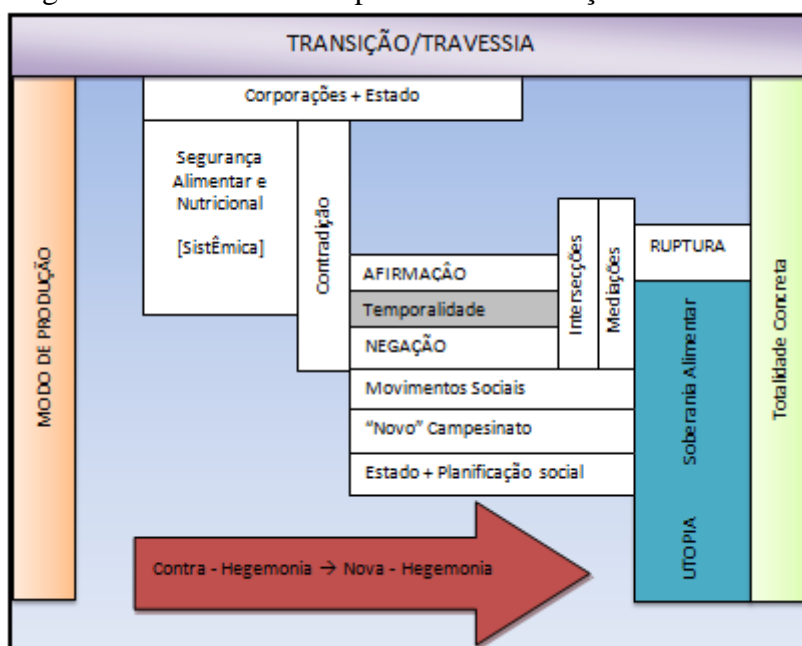
O desenvolvimento é expansivo do ponto de vista quantitativo, mas os recursos naturais de onde as estratégias de desenvolvimento se nutrem são limitados. Por isso, todo jogo de soma positiva precisa, a uma certa altura, transformar-se em jogo de soma zero ou negativa. Trata-se de uma lei da natureza, de que não podemos nos subtrair com a tese do crescimento com preservação ambiental ou da desvinculação entre o crescimento econômico e o consumo dos recursos naturais. [...]. Assim, com o passar do tempo, torna-se inevitável a transição entre um jogo de soma positiva a um jogo de soma negativa.

Numa fase de transição, será inevitável aumentar a eficiência do aproveitamento de recursos naturais com base nas tecnologias disponíveis [...], para diminuir o consumo e o agravo da natureza (as emissões tóxicas do desperdício causadas por processos ineficientes de produção).



Vemos então, a necessidade histórica para os processos de transição de modelos de produção e de organização social, a cada dia tornam-se mais urgentes<sup>655</sup>.

Figura 10 – Elementos do processo de transição e travessia



Elaborado pelo Autor, PPFH/UERJ, 2018.

Neste sentido, em relação à particularidade deste objeto de tese (a realização da Soberania Alimentar), vemos que entre várias questões, além de uma Revolução Agrária iniciada com uma Reforma Agrária Popular, da luta social e do controle social pelos povos (das bases materiais e recursos e das políticas públicas), soma-se, às medições prático-produtivas através da agricultura agroecológica e da Formação Humana, Politécnica/Tecnológica e Omnilateral, que abordaremos na sequência.

<sup>655</sup> De acordo com Altvater (1995, p. 315 – 316) “Da Revolução Industrial até o auge do fordismo, que pôde ser facilmente atingido com energias fósseis, mas cujo reverso se abre um abismo, se passaram-se mais de 200 anos; um curto período de tempo, em que se gastaram recursos naturais fósseis resultantes de muitos milhões de anos terrestres. **Será preciso reivindicar um período menor para a implementação da revolução solar, caso contrário poderia acontecer de ela ocorrer numa Terra desabitada**” (*Grifos meus*).

#### 4 SOBERANIA ALIMENTAR: A CENTRALIDADE ESTRATÉGICA DA AGROECOLOGIA E DA FORMAÇÃO HUMANA EMANCIPADORA

O caminho teórico percorrido durante a análise advoga e institui a Agroecologia<sup>656</sup> e a Formação Humana Politécnica/Tecnológica e Omnilateral)<sup>657</sup> como fundamentais para a concretização na materialidade econômico social e na composição “formal” do ‘*Corpus*’ explicativo e de estudo da Soberania Alimentar. Como um conceito que se impõem pelas suas múltiplas dimensões imbricadas, o presente capítulo de tese faz o debate com base nesses dois pilares fundamentais: a Agroecologia<sup>658</sup> e a Formação Humana Emancipadora, com o intuito de demarcar a inserção e a [co]relação desses temas com a Soberania Alimentar. Busca considerá-las como conceitos e categorias historicamente situados(as) – dinâmicas – e a força social a cada uma delas correspondentes no processo de mediação.

Em relação à Agroecologia, vimos durante os debates, bem como nas elaborações teóricas investigadas que é colocada como uma estratégia e mediação transformadora – e de negação – dos processos implementados pela agricultura hegemônica de mercado em grande escala. Neste sentido, trabalhando com o entendimento de uma necessidade histórica, vai além do sentido de ser apenas uma alternativa para produção agrícola e de alimentos<sup>659</sup>. É

---

<sup>656</sup> O termo Agroecologia, na concepção que temos hoje com sua capacidade explicativa, ganhou relevância a partir dos anos de 1980, fundamentalmente através das elaborações de Miguel Altieri e na sequência as elaborações de Stephen R. Gliessman. Estes pesquisadores – em Universidades estadunidenses – expressam, portanto, a vertente americana de Agroecologia. Também há a vertente europeia de Agroecologia – surgida na Espanha (Andaluzia) onde busca-se uma articulação da Agroecologia com o conhecimento sociológico e a expressão de uma intersecção entre conhecimentos e disciplinas científicas naturais e sociais, bem como da relação destes, com o conhecimento popular desenvolvido na prática produtiva pelas comunidades tradicionais. Destacam-se como expoentes Eduardo Sevilla-Gusmán e Manuel González de Molina, ambos da Universidade de Córdoba, Espanha, ligados ao Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos (ISEC). Atualmente há um conjunto de elaborações teóricas e diversos autores têm trazido suas contribuições para o debate no Brasil e no mundo.

<sup>657</sup> Consideramos a grande contribuição de Marx e de outros pensadores que desenvolveram ideias de Marx e a crítica ao modo de reprodução do capital, constituem uma nova e radical concepção de Formação Humana Emancipadora. Verifica-se que o fundamental nessa concepção está na intersecção, ou na articulação entre o espírito e matéria, entre os determinantes externos e interioridade, entre objetividade e subjetividade, portanto, constituintes do Ser Social. Partindo do ‘Trabalho’ como mediação de primeira ordem [como ato ontológico-primário] do Ser Social, Marx conclui que é a práxis que define esse Ser Social e não o espírito-racional. Desse modo, não há separação, exclusão ou soma, entre espírito e matéria, interioridade e determinantes externos, entre objetividade e subjetividade, mas, síntese e relação multideterminadas reciprocamente. A totalidade desses processos e relações definem a realidade social e o conteúdo histórico dessas relações.

<sup>658</sup> Deve-se, no entanto, deixar claro que não será desenvolvido um debate aprofundado e com detalhes, dado a complexidade do tema da Agroecologia e as diversas áreas de conhecimento imbricadas, o que daria uma outra tese de doutorado. Terá centralidade, portanto, uma discussão que as insere como um dos elementos fundamentais para a realização da Soberania Alimentar – uma potencialidade de mediação prático-material – e para base e percepção de princípios e valores para a Formação Humana.

<sup>659</sup> Conforme vemos as defesas, teses e projetos advogados pelos Movimentos Sociais da Via Campesina de um outro ‘projeto’ de Campo nos quais a Agroecologia é inserida como estratégica. Destaca-se que ante à consciência e demanda de se posicionar frente os limites do modo hegemônico de produção agrícola, ‘conceitos e ideias’ foram sendo gestadas. É neste sentido que há a categorização ao longo do tempo

considerando estes elementos, que há a intencionalidade de debater e evidenciar os limites e possibilidades – a partir das questões objetivas materiais – em ancorar os processos de mediação em direção à Soberania Alimentar.

Trabalhar-se-á com o entendimento da centralidade da Agroecologia como fundamento para transição dos processos produtivos no Campo e da relação do homem-natureza, fundamentalmente no que diz respeito à produção de alimentos. Neste sentido, trabalha-se com a perspectiva da *Agroecologia como fator material e matriz formadora/formativa [mediação prática], através da qual é possível ressignificar a intervenção material e a produção do conhecimento necessário para a realização de uma produção agrícola sustentável*. Além disso, o que a apreensão dessa dinâmica pode contribuir com novos valores e novas bases para fundamentar a Formação Humana (a base politécnica), bem como de intervenção humana nos processos de produção e reprodução da existência. E, por consequência desses elementos imbricados, o sentido da relação humana com a natureza. Tendo estes aspectos como ponto de partida e base da intencionalidade, destaca-se que,

Um conceito base dessa forma de compreender a **Agroecologia é a coevolução entre os sistemas naturais e sociais, entre ambiente e cultura, sendo que os seres humanos têm a capacidade de direcionar essa coevolução** (Gliessman, 2000). **As populações do Campo, sua cultura e suas formas de organização e resistência são elementos centrais no processo de coevolução**; no entanto, não se pode desconsiderar a hegemonia das relações capitalistas no Campo no direcionamento dessa coevolução. Esse processo é dinâmico, pois, conquanto os sistemas tradicionais de produção reflitam a experiência adquirida por gerações passadas, o conhecimento que eles materializam continua a se desenvolver no presente, num processo permanente de adaptação e mudança (Wilken, 1988, apud Gliessman, 2000). (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 61 – 62, (*Grifos meus*)).

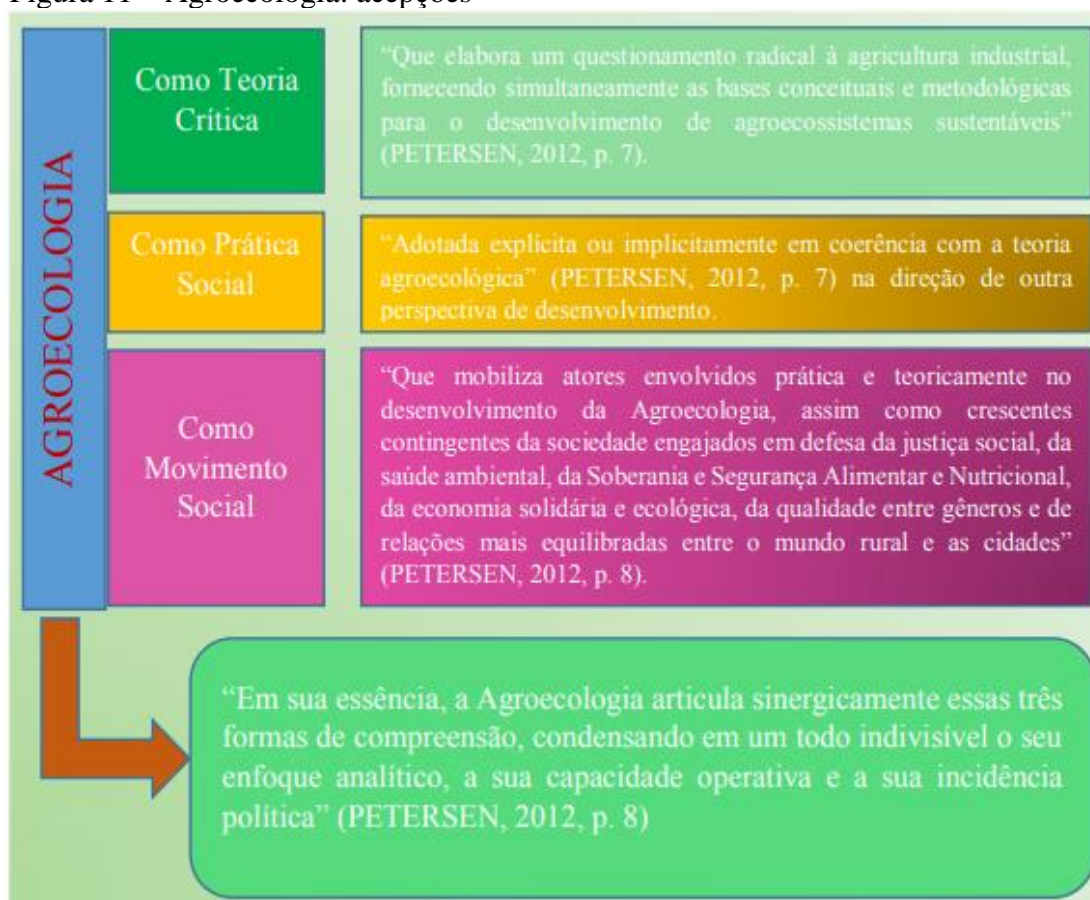
A Agroecologia é um rebento, [um ‘produto’] da condição histórica e ganha centralidade na discussão como matriz científica, tecnológica, produtiva-econômica e cultural. E, considerando a dinâmica produtiva na lógica do capital, a Agroecologia tem sido a ‘materialização’ de ‘outras práticas’. Portanto, é estratégia de resistência e mediação, – na luta e unidade de contrários – tendo em vista as bases da vida e o que este processo pode contribuir para o objetivo da produção geral e de alimentos calcada no valor-de-uso e como potencialidade de melhoria da condição humana e da reprodução das condições de vida no planeta<sup>660</sup>. Assim, de acordo com Petersen (2012), o acúmulo e avanço do debate acerca da Agroecologia demonstra que ela vai assumindo três acepções.

---

correlacionadas à Agroecologia de ‘práticas alternativas agrícolas’, ‘agricultura alternativa’, ‘biodinâmica’, ‘permacultura’, ‘orgânica’, ‘biológica’, ‘ecológica’ e mais recentemente ‘agroecológica’ que expressam os princípios e fundamentos ontológicos, filosóficos, político-econômicos, etc., que as embasa.

<sup>660</sup> Como destaca McMichael (2016, p. 183) “A transcendência abrange o reenquadramento da questão agrária como questão “alimentar”, reconhecendo que, como valor de uso, o alimento possui qualidades metabólicas

Figura 11 – Agroecologia: acepções



Elaborado pelo autor/PPFH/UERJ, 2018. Fonte: ANDERSEN (2012, p. 7 – 8).

Em relação à Formação Humana partir-se-á da compreensão da relação desta com as condições materiais de produção e reprodução da existência aprofundada e ancorada nas bases do entendimento que compõem as grandes dimensões e a problemática da Soberania Alimentar desenvolvida ao longo da tese<sup>661</sup>.

Parte-se do princípio que a Soberania Alimentar só será socialmente referenciada a partir da Formação Humana adequada e correspondente aos seus princípios fundamentais. Os processos de mediação das relações produtivas e de trabalho (no Campo) – de acordo com a ‘ideação utópica’ da realização da Soberania Alimentar – ao irem sendo constituídas devem

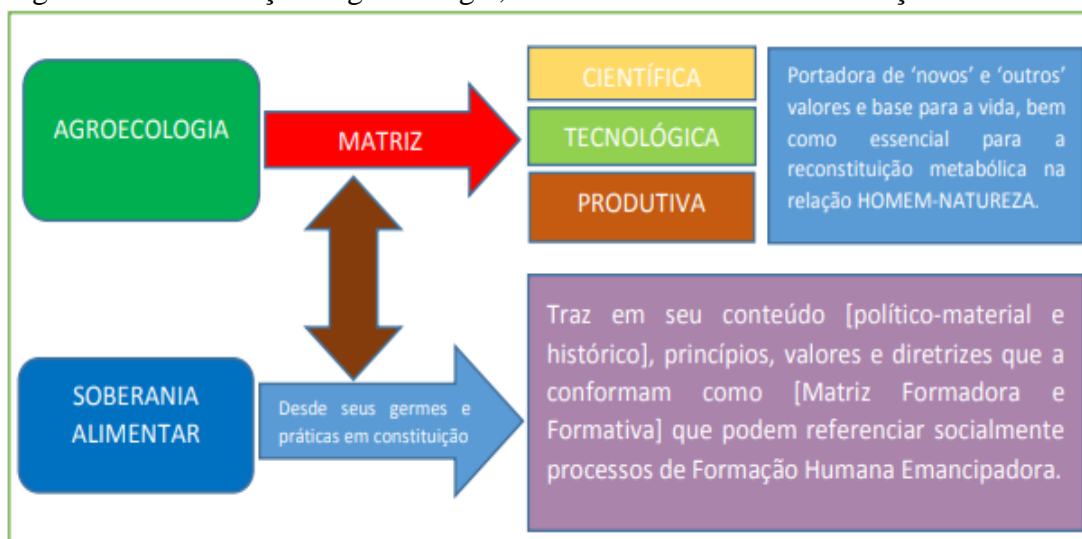
---

que conectam os homens a seu meio ambiente”. Neste sentido, pressupõe as condições objetivas para a negação e superação das práticas [das relações de reprodução do capital] que coloca o ser humano como um ‘meio’ e cujo fim é o capital, na direção e para uma visão integrada do homem com a natureza com as condições de coevolução.

<sup>661</sup> Para a Formação integral [ou educação omnilateral] ao relacionar com a questão do alimento deve ser considerado os conhecimentos acerca da produção, distribuição, armazenamento, bem como, das causas e consequências que incidem em distúrbios na fisiologia humana e nos âmbitos gerais da vida social. Em linhas gerais, os princípios para se repensar a produção dos alimentos, estão ancoradas nas necessidades básicas/vitais [universais] da humanidade.

ser consideradas matrizes formadoras/formativas – também em sua natureza dinâmica e em transformação – para os processos de Formação Humana Emancipadora.

Figura 12 – Intersecção: Agroecologia, Soberania Alimentar e Formação Humana



Elaboração do autor, PPFH/UERJ, 2018.

Trata-se, portanto, de refletir e fazer a vinculação das bases e matrizes da Soberania Alimentar, que dentro do movimento contraditório e numa perspectiva que se coloca em postura antagonista às *mediações de segunda ordem* (relações do Modo de Produção Capitalista), possam potencializar e desenvolver as bases materiais, sociais, científicas e culturais ('multiestratégicas') que contribuam com o desenvolvimento das diferentes dimensões do ser humano embasando a *práxis* revolucionária. E, neste sentido ganha lugar relevante o 'princípio explicativo e educativo do trabalho' a partir das bases materiais e condições objetivas da relação do homem com a natureza no processo de produção dos alimentos<sup>662</sup>.

#### 4.1 Agroecologia: princípios, fundamentos e a sua relação com a Soberania Alimentar

Os elementos relacionados à “*desordem*” do Sistema Agroalimentar hegemônico expressas na natureza da Questão Agrária, das Políticas Públicas e da Formação Humana, demonstram dois aspectos que ajudarão a compreendermos a pertinência da Agroecologia no redimensionamento desses contextos e para a realização da Soberania Alimentar. Sobretudo no sentido da definição de McMichael (2016, p. 216), onde coloca a Soberania Alimentar

<sup>662</sup> Conforme alguns elementos já apontados no conteúdo desenvolvido no Capítulo II no item que discute “Os sentidos do Trabalho no Campo [...]”.

como “contramovimento a diretrizes alimentares neoliberais, que politiza a privatização da ‘Segurança Alimentar’ e projeta uma visão democrática de uso da terra e provisão de alimentos”.

O primeiro aspecto é considerar que o avanço de reprodução do capital ainda não conseguiu se territorializar em todos os espaços do planeta – embora como vemos segue em ritmo acelerado. Portanto, ainda existem recursos naturais e territórios que não sofreram as consequências danosas desse processo<sup>663</sup> pelo menos de ‘exploração’ e destruição da natureza<sup>664</sup>. Em relação a isso fundamenta-se a importância da Agroecologia, a partir dessa base material em reprodução – (não modificada/humanizada) – para conduzir os primeiros passos de um processo desafiador e em direção a uma relação mais harmônica com os ecossistemas e agroecossistemas<sup>665</sup> e em vista a potencializar as *mediações de primeira ordem*. Além disso, que possa referendar uma interação articulada e inter-relacionada entre a evolução e condição humana com a natureza e sobre isso assentar as bases e as condições objetivas para a realização da Soberania Alimentar. Concordando com Gliessman, vemos que:

A única opção que nos resta é preservar a produtividade, **a longo prazo, da superfície mundial cultivável**, enquanto mudamos os padrões de consumo e de uso

<sup>663</sup> Embora tenhamos consciência e conhecimento de que em boa medida, territórios e recursos naturais (reservas) já estão sob posse privada e são reservas de capital para serem utilizados nos momentos estratégicos e mercados de futuro. Além disso, não podemos deixar de considerar o papel do Estado como ‘guardião’ das reservas e recursos naturais para que estes possam ser privatizados e colocados à disposição do capital nos momentos que a este lhe convier.

<sup>664</sup> É importante destacar que a literatura alerta que onde a Revolução Verde não se ‘territorializou’ tem que desenvolver estratégias para evitá-la que ela entre. Indica que é importante não passar por ela para depois buscar caminhos para sair, fazer a transição e superar. “Por isso Marx procurou – até o fim de sua vida – estratégias que poderiam impedir que o capital penetrasse naqueles territórios que ainda não havia conquistado plenamente, de modo a permitir o seu desaparecimento o mais cedo possível, pois, em relação ao amadurecimento das contradições estruturais do capital, não era indiferente até onde iria se estender a esfera de dominação de seu modo de produção. [...] o aumento correspondente em recursos materiais e humanos auxiliaria no desenvolvimento de novas potencialidades produtivas, e, portanto, postergaria a crise” (MÉSZÁROS, 2002, p. 593). Tendo em vista a perspectiva da totalidade concreta, é estratégico considerar essas condições no intuito da aplicação da produção agroecológica. Como base material são espaços que contêm e protegem a biodiversidade, e desse modo, são fontes de recursos naturais que podem ser ainda remanejadas para outros territórios que foram devastados pelos processos da ‘Revolução Verde’.

<sup>665</sup> “Para a ciência da Agroecologia, que busca aplicar os princípios da ecologia à agricultura, **o conceito de Agroecossistema é a unidade básica de análise e intervenção**. A Agroecologia fornece as **bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, a fim de que sejam produtivos e sustentáveis, e garantam, hoje e no futuro, as condições para que a humanidade tenha alimentos**, fibras, plantas medicinais, aromáticas e cosméticas, madeira, água, ar puro, solos e paisagens protegidos. **O conceito de ecossistema** é mais conhecido e amplamente utilizado pelos estudiosos da natureza. Ab’Saber (2006) afirma que o conceito foi usado pela primeira vez em 1935, por Arthur Tansley, que dizia ser **o ecossistema ‘o sistema ecológico de um lugar’**. [...]. Os ecossistemas têm uma estrutura composta por fatores abióticos: radiação solar, temperatura, água e nutrientes; e fatores bióticos: organismos vivos que interagem no ambiente. A interação entre os fatores abióticos determina a biodiversidade dos ecossistemas, ou seja, as comunidades de organismos vivos. As interações dinâmicas entre os componentes estruturais determinam o funcionamento dos ecossistemas. É importante perceber a diversidade de espécies que interagem nos ecossistemas, plantas, insetos, microrganismos, pequenos e grandes animais” (MONTEIRO, 2012, p. 66, (*Grifos meus*)).

para beneficiar a todos, **tanto produtores quanto consumidores**, de forma mais equitativa. [...].

**A preservação da produtividade da terra agrícola, a longo prazo, requer a produção sustentável de alimentos.** A sustentabilidade é alcançada **através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte.** A partir desta base, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar. (GLIESSMAN, 2001, p. 52, (*Grifos meus*)).

O segundo aspecto refere-se à inserção da Agroecologia frente ao processo desencadeado pelas *mediações de segunda ordem*, que são as bases de reprodução do Modo de Produção Capitalista – sobretudo no Campo através da Revolução Verde – com consequências drásticas para a vida no planeta. Como vimos, esse processo destruiu sistemas básicos de produção e reprodução da vida, desestruturou e desconsiderou a natureza como um bem vital, bem como destruiu e vem destruindo a biodiversidade a fertilidade natural dos solos, as formas de produção de alimentos diversificados *in natura*, entre outros aspectos.

Aos problemas da desertificação e de perda de solo, acrescenta-se o de seu empobrecimento e poluição industrial. Nos solos, realiza-se a maior parte da reciclagem de nutrientes que mantêm a biosfera. A diversidade da biomassa microbiana é crucial para o funcionamento dos processos de formação e equilíbrio dos ecossistemas. A ilusão de que se pode indefinidamente maximizar a produtividade e a rentabilidade agrícolas pela monocultura, uso sistemático de pesticidas e fertilizantes industriais e pela transformação dos alimentos em *commodities* está conduzindo a um círculo vicioso de diminuição da diversidade microbiana dos solos e a seu consequente empobrecimento. (MARQUES FILHO, 2016, p. 165).

Sabemos que a Agroecologia é uma construção recente e o debate conceitual está em pleno desenvolvimento. Constituída pelo movimento do pensamento na ‘Reprodução Espiritual e Racional da Realidade’ – [nos termos de Karel Kosik (1969)] – a partir do tensionamento das contradições objetivas como foi sendo demonstrado ao longo desta tese, vemos que:

Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42). (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 57).

Considerado o modo de reprodução do capital no Campo vemos que a racionalidade técnica coloca os indicadores de eficiência centrados apenas nos aspectos econômicos e nos

processos produtivos artificiais e exógenos, excluindo de seu cômputo os processos e a dinâmica natural<sup>666</sup>.

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. **Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais.** [...].

Só uma compreensão mais profunda da **ecologia humana** dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. **Assim, a emergência da Agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A Agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais**, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1987). (ALTIERI, 2009, p. 19; 21 (*Grifos meus*)).

A insustentabilidade do sistema hegemônico é ‘admitida pelo próprio sistema’ quando este começa a desenvolver a concepção e fazer a defesa<sup>667</sup> do desenvolvimento sustentável<sup>668</sup>.

<sup>666</sup> Caporal e Costabeber (2015, p. 266 – 267) destacam que a “[...] agricultura convencional ou agroquímica (um modelo que, reconhecidamente, **é mais dependente de recursos naturais não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo**), [...]”. (*Grifos meus*).

<sup>667</sup> Pelo menos no discurso com rápido impulso e em resposta às condições materiais da degradação da vida nas suas diversas expressões no Campo.

<sup>668</sup> Reitera-se as defesas feitas no percurso da análise desta tese de que o conceito de desenvolvimento sustentável é controverso, sobretudo pela sua origem – (é um conceito gerado sobre as mesmas bases do conceito de desenvolvimento em seu sentido dominante ‘intra-sistêmico’, portanto, sobre as mesmas bases político-econômicas) –, e pelas razões primordiais através das quais são feitas a sua defesa, como veremos a seguir. É um conceito que vai sendo gestado desde os anos finais da década de 60 (Século XX), através de publicações que alertam para a finitude dos recursos naturais, como o caso do ‘Relatório Meadows’, produzido em 1972 pelo Clube de Roma e da ‘teoria’ do ‘codesenvolvimento’ de Ignacy Sachs, ‘Relatório Blundtland’, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da ONU em 1987, sendo a Conferência Mundial (Eco 92) no Rio de Janeiro o *locus* onde se dá a institucionalização e a afirmação mundial do conceito e entendimento acerca do desenvolvimento sustentável (CANDIOTTO; CARRIJO; OLIVEIRA, 2008). De acordo com Valdemar Arl (2008, p. 155) “Desenvolvimento é uma condição universalmente desejada, exatamente em função da sua imprecisão, ou seja, de possível ambiguidade diante das visões diferentes de sociedade. Desta forma ‘sustentável é mais um rótulo ou adjetivo afixado ao conceito tradicional – desenvolvimento, e que o deixa do mesmo modo, polissêmico’ (MONTIBELLER FILHO, 2001). Assim, “No início da década de 1980, a ideia do desenvolvimento sustentável começa a ser divulgada através da publicação, pela União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), da Estratégia de Conservação Mundial (WCS). Tal estratégia foi preparada por instituições como a UICN, UNEP (Programa de Educação Ambiental das Nações Unidas), WWF (World Wildlife Fundation), FAO (Food and Agriculture Organization), e UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas), com a Participação de mais de 100 países [...]”. (CANDIOTTO, CARRIJO; OLIVEIRA, 2008, p. 214 – 215). Há, portanto, apropriações diferenciadas sobre as referências de sustentabilidade”. Autores como Altieri e Gliessman, ao elaborarem sobre a Agroecologia também utilizam o termo sustentabilidade e agricultura sustentável, contudo, é notória a diferença de concepção se comparado ao discurso sistêmico hegemônico. E, retomando o entendimento de desenvolvimento desigual e combinado utilizado nas reflexões precedentes, vemos que a questão da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável aparece nos países com maior potencial de capitalismo avançado – com tecnologias e políticas mais adequadas ao que defendem – mas impulsionam processos produtivos altamente predatórios e degradantes dos recursos naturais nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil ter se tornado em poucos anos, o maior consumidor de agrotóxicos, dentre os quais, muitos deles já proibidos em diversos países. Além disso, a saída primeiramente apontada tem a ver com os aspectos tecnológicos, tendo em vista que aponta para a necessidade da substituição das tecnologias e pacotes tecnológicos mais agressivos e de alto valor econômico, por outros insumos que possam incidir em menores impactos, desde que os objetivos econômicos empresariais sejam garantidos. Essa visão estritamente



Considerando o descompasso entre a ideologia e a base material, estes elementos são bem demonstrados por Galeano (2014, p. 326 – 327):

**É verde aquilo que se pinta de verde.** Agora as gigantes da indústria química fazem sua publicidade na cor verde. O Banco Mundial lava a sua imagem, repetindo a palavra ecologia em cada página de seus informes e tingindo de verde seus empréstimos. “Nas condições de nossos empréstimos há normas ambientais estritas”, esclarece o presidente da suprema instituição bancária do mundo. Somos todos ecologistas, até que alguma medida concreta limite a liberdade de contaminação.

Quando se aprovou, no Parlamento do Uruguai, uma tímida lei de defesa do meio-ambiente, as empresas que lançam veneno no ar e poluem as águas sacaram, subitamente, da **recém-comprada máscara verde** e gritaram sua verdade em termos que poderiam ser resumidos assim: **“os defensores da natureza são advogados da pobreza, dedicados a sabotarem o desenvolvimento econômico e a espantarem o investimento estrangeiro”**. (*Grifos meus*).

Por se tratarem de propostas meramente terapêuticas, são, de acordo com Marques Filho (2016, p. 531), “[...] confissões da doença da insustentabilidade ambiental do capitalismo”. Por um lado, é o reconhecimento de que a prática predatória e a degradação dos recursos naturais são contradições objetivas que demarcam a crise fundamental da reprodução desse modelo. Por outro, os meios e processos de produção, são fortemente afetados pela ‘evolução’ dos sistemas socioeconômicos integrados e dependente dos recursos naturais<sup>669</sup>. Neste sentido, Gliessman nos reitera a eminente necessidade histórica de repensar e superar o Sistema Agroalimentar.

A despeito de seus sucessos, contudo, **nosso sistema de produção global de alimentos está no processo de minar a própria fundação a qual foi construído**. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram a sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar **um sistema que cada vez mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável**. Em resumo, a agricultura moderna é insustentável – ela não

---

econômica e técnica é controversa e não atinge a centralidade ecológica inerente aos problemas ambientais causados por essa forma monocultora de fazer agricultura.

<sup>669</sup> Ajuda-nos a compreender esses aspectos a elaboração de Hespanhol (2008, p. 122) ao destacar que “Esse processo de incorporação de preocupações ambientais em relação à agricultura fomentou a discussão e levou à formulação de perspectivas de análise e de intervenção antagônicas e conflitantes entre si e que, em última instância, refletem diferentes interesses e posicionamentos sobre os modelos de desenvolvimento dos países e sobre a própria sustentabilidade. [...] a) a que ainda concebe o desenvolvimento científico-tecnológico como a única via capaz de resolver os problemas derivados da escassez de alimentos e do esgotamento dos recursos naturais; b) aquelas que se opõem a esta perspectiva tecnológica e propõem formas mais sustentáveis, que poderiam ser agrupadas sob a denominação de Agricultura Alternativa, como por meio da Agroecologia que é proposta como um ‘enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e agricultura sustentáveis’ (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 71)”. Este segundo aspecto demarca também a historicidade do conceito de Agroecologia.

pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível. (GLIESSMAN, 2001, p. 33, (*Grifos meus*)).

O desenvolvimento da produção agrícola, em última instância, não é algo meramente técnico ou que advém apenas deste. Mas é dependente de múltiplas dimensões, tais como a econômica, social, cultural, política, etc.<sup>670</sup>, e deve considerar o longo prazo da permanência e sustentabilidade das condições naturais.

Diferentemente da Agroecologia, o que está subjacente a essa intencionalidade hegemônica é a possibilidade de integrar ou reintegrar uma ‘*racionalidade ecológica-ideológica interessada*’ que sirva como remédio ou como “potencialidade” de reparos ao sistema<sup>671</sup>, como bem destaca Altieri (2009, p. 20) para “[...] fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível”. Ou seja, os reais problemas de destruição dos recursos naturais e da natureza de modo geral, pode ser resolvido com o processo de substituição de tecnologias ‘(intra)sistêmicas’, portanto, cabendo ao sistema desenvolver as alternativas<sup>672</sup>. Em síntese o que tem se tentado fazer para minimizar a degradação da base material consequência da dinâmica predatória é a implementação de ações terapêuticas e ‘marcos regulatórios’ que objetivamente não são respeitados pelo próprio modo de produção<sup>673</sup>.

Portanto, materialmente não é nesse entendimento que se insere a Agroecologia.

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não-sustentabilidade dos sistemas agrícolas. **Novos agroecossistemas sustentáveis**

<sup>670</sup> Guhur destaca que não há ‘conceituação única e consensual de Agroecologia’, sobretudo quando se busca o seu sentido político. De acordo com Guhur (2015, p. 296) “Na esteira do **debate ambiental hegemônico**, existe uma pressão por reduzi-la a seus aspectos técnicos e mesmo uma tentativa de apropriação pelo ‘capitalismo verde’. A **Via Campesina**, por seu lado, vem amadurecendo uma posição cada vez mais coerente, em que a Agroecologia passa a ser assumida como ‘(...) modo de vida, no interior dos antagonismos, das contradições e dos conflitos com a forma hegemônica do capital sobre o campo – o agronegócio – e a humanidade planetariamente – o capitalismo’ (Tardin, 2015).”

<sup>671</sup> A discutir os problemas dos agrotóxicos e a força dessas multinacionais, Bruno Milanez (2008) apud Oliveira (2016, p. 506) destaca que “Por comercializarem produtos com grande impacto sobre a saúde e o meio ambiente, essas companhias têm procurado construir uma imagem positiva e vêm apresentando como social e ambientalmente responsáveis. Assim, algumas delas, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow, Milenia e DuPont – integram o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma associação ‘criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”.

<sup>672</sup> De acordo com Caporal e Costabeber (2015, p. 267) “[...] estilos de agricultura que estão surgindo a partir das orientações emanadas das correntes da ‘intensificação verde’, da ‘revolução verde verde’, ou ‘dupla revolução verde’, cuja tendência, marcadamente ecotecnocrática, tem sido a incorporação parcial de elementos de caráter ambientalista ou conservacionista nas práticas agrícolas convencionais (*greening process*), o que se constitui numa vã tentativa de recauchutagem do modelo da Revolução Verde, sem, porém, qualquer propósito ou intenção que até agora lhe deram sustentação”.

<sup>673</sup> De acordo com Marques Filho (2016, p. 531) “Um adágio famoso de Gramsci dita que ‘a história ensina, mas não têm alunos’. Ela, em todo o caso, ensina [...]”.

**não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas.** Somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento. (ALTIERI, 2009, p. 21, (*Grifos meus*)).

Considerando o arcabouço analítico acerca da Agroecologia vemos que o conceito de sustentabilidade possui uma carga semântica, conteúdo histórico e capacidade explicativa diferente do que é comumente utilizado pelo discurso e modelo hegemônicos. Gliessman (2001, p. 565) destaca que “*A sustentabilidade é, em última instância, um teste de tempo: um agroecossistema que continua produtivo por um longo período de tempo sem degradar sua base de recursos – [...] – pode ser dito sustentável*”. (*Grifos meus*)<sup>674</sup>.

Em relação à Soberania Alimentar – dado à concepção histórica do conceito, bem como as condições ideais da base material para que se realize de fato – a Agroecologia constitui-se em um dos grandes pilares e dimensão fundamental quando tratada a Soberania Alimentar em sua totalidade. A Agroecologia passa ser uma condição para uma agricultura não-agressiva frente aos recursos naturais, que fortalece o processo de inclusão social através de outras possibilidades socioeconômicas aos trabalhadores camponeses.

Se as condições objetivas garantirem a materialização dos princípios advogados, a produção de alimentos sob essas condições garantirá efetivamente a Segurança Alimentar e Nutricional – como pressuposto e constituinte da Soberania Alimentar – para os produtores e consumidores. Além desses aspectos a constituição da Agroecologia demanda o desenvolvimento de conhecimentos correlatos que dão centralidade na busca da compreensão da dinâmica dos agroecossistemas. Desse modo,

**A Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam.** Trata-se de uma nova abordagem que **integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.** Ela **utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo**, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica **incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.** O objetivo é **trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre**

<sup>674</sup> Também, amparando este entendimento, Candiottio; Carrijo; Oliveira (2008, p. 216) destacam que “Na visão de Ehlers (1999), a concepção de sustentabilidade agrícola vem à tona para reduzir os problemas sociais, bem como a degradação da biodiversidade e dos recursos naturais do planeta, incluindo-se, neste contexto, os solos, a água, o ar, a fauna e a flora, diante da perplexidade observada nos sistemas convencionais de produção de alimentos que provocam danos irreversíveis ao meio ambiente e ao homem”.

**componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas** (Altieri, 1987). (ALTIERI, 2009, p. 23, (*Grifos meus*)).

O desafio impetrado por essa relação entre Soberania Alimentar, Agroecologia e Formação Humana é justamente desenvolver as condições sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e científico-educacionais para (re)construir agroecossistemas produtivos que possam garantir a quantidade e qualidade dos alimentos, bem como o Direito Humano à Alimentação Adequada<sup>675</sup>. Correlacionado a isso a constituição desses agroecossistemas produtivos, além de suprir essas necessidades humanas, deve angariar as condições de recuperar e conservar a natureza e seus bens naturais e ir ressignificando a partir desses valores – com as gerações atuais e futuras –, as formas de conhecimento e de Formação Humana necessárias para correlação e coevolução entre humanidade-natureza.

O fortalecimento da Agricultura Camponesa – sobretudo daquela que não está inserida (em sua totalidade) no processo de reprodução do agronegócio – pode ser o ponto de partida. Além disso, constitui-se em essencial, a Agroecologia como caminho e dinâmica de emancipação da prática agrícola determinada pela lógica do agronegócio. Estes aspectos são expressos no entendimento de Gliessman ao destacar o papel da Agroecologia na agricultura do futuro.

**A agricultura do futuro deve ser tanto sustentável quanto altamente produtiva para poder alimentar a crescente população humana.** Esse duplo desafio significa que não podemos simplesmente abandonar as práticas produtivas convencionais como um todo e retornar às práticas tradicionais ou indígenas. Embora a agricultura tradicional possa fornecer modelos e práticas valiosos para desenvolver uma agricultura sustentável, não pode produzir a quantidade de comida requerida para abastecer centros urbanos distantes e mercados globais, pelo seu enfoque de satisfazer necessidades locais e em pequena escala. (GLIESSMAN, 2001, p. 53, (*Grifos em negrito meus*)).

A demanda por alimentos em quantidade e qualidade, requer, portanto, uma nova prática agrícola que possa estar assentada em princípios e conhecimentos populares, mas que não seja a expressão apenas dessa possibilidade, e que tenha as condições tecnológicas adequadas. Nem tão pouco, seja mantenedora de princípios da Revolução Verde. Enquanto processo de transição, o desenvolvimento agrícola deve estar sobre as bases e aspectos da conservação de alguns elementos da agricultura tradicional, enquanto *as mediações possam ir*

---

<sup>675</sup> A literatura acerca da Agroecologia – Altieri e Gliessman, por exemplo – nos trazem as condições para identificar, mensurar e monitorar componentes e relações ecológicas capazes de garantir a concretude de padrões e perspectivas sustentáveis na agricultura. A partir desses elementos também demarcam esses componentes e as suas relações com os aspectos sociais, econômicos e culturais fundamentais para o desenvolvimento de sistemas alimentares, ‘outras práticas e agriculturas’ e conduzir à autonomia indivíduos e grupos sociais no processo de intervenção na natureza em ambientes de trabalho e de vida plenamente sustentáveis.

*explorando e referendando os conhecimentos, as técnicas e métodos ecológicos modernos que possam ir garantindo as condições objetivas para a produção necessária*<sup>676</sup>. Neste sentido,

Na Agroecologia, a **preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio** utilizado para produzir auto-regulação e sustentabilidade (Altieri, Anderson e Merrick, 1987). Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais. [...]. (ALTIERI, 2009, p. 24, (*Grifos meus*)).

Considerando o movimento da materialidade a partir das contradições objetivas, o conteúdo da Agroecologia<sup>677</sup> como elemento fundante da Soberania Alimentar e, na particularidade para a prática de cultivar alimentos (nas suas diversas origens e cultivos), adquire o que Gliessman (2001, p. 27) chamou de “[...] dupla identidade: num sentido, ele é projetado para ensinar ecologia no contexto da agricultura; em outro, ele ensina agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”. Ou como destacam Caporal e Costabeber (2015, p. 270): “A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a **transição** dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis [...]”. (*Grifos meus*).

O que se aplica neste entendimento é a potencialidade de processos de transições dentro da transição principal expressa na contradição principal. Desse modo, alcançar a aplicabilidade desse conteúdo não significa abarcar um estado de coisas que deve ser estabelecido no terreno do ideal pelo qual o movimento da realidade deverá se regular. Ao contrário, a (pré)disposição do conteúdo inerente à Agroecologia e a sua contribuição para a realização da Soberania Alimentar está justamente nesse movimento do real que supera – ou pode superar – o estado de coisas considerado um ‘horizonte temporal’. Ou seja, como neste

<sup>676</sup> Em resumo, de acordo com Altieri (2009, p. 25) os Elementos técnicos básicos de uma estratégia agroecológica devem estar assentados em três grandes pilares: I- Conservação e Regeneração dos Recursos Naturais (Solo; Água, Germoplasma; Fauna e Flora benéficas); II- Manejo dos Recursos Produtivos (Diversificação; Reciclagem dos nutrientes e matéria orgânica; Regulação biótica); III- Implementação de Elementos Técnicos (a- Definição de técnicas de regeneração, conservação e manejo de recursos adequados às necessidade locais e ao contexto agroecológico e socioeconômico; b- O nível de implementação pode ser o da microrregião, bacia hidrográfica, unidade produtiva ou sistema de cultivo; c- a implementação é orientada por uma concepção holística (integrada) e, portanto, não sobrevaloriza elementos isolados; d- A estratégia deve estar de acordo com a racionalidade camponesa, incorporando elementos do manejo tradicional de recursos).

<sup>677</sup> “[...] em ambos os campos, o da ciência pura da ecologia e o da ciência aplicada da agronomia, [...]” (GLIESSMAN, 2001, p. 27), ou ainda, a partir das reflexões de Guzmán Casado *et al* (2000), Caporal e Costabeber (2015, p. 271) destacam que “[...] mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias ‘**reflexões teóricas e avanços científicos**, oriundos de distintas disciplinas’ que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico metodológico” (*Grifos em negrito meus*).

processo, mediar e ensejar as contradições no terreno da urgência histórica?<sup>678</sup> Contudo, as condições objetivas para esse processo em movimento são resultantes das premissas atualmente existente que demarcam a ‘condição histórica e o conteúdo material’ dessas duas questões imbricadas, a Agroecologia e a Soberania Alimentar.

#### 4.2 Questões ontológicas relacionadas ao valor e a necessidade de uma nova racionalidade para cálculo de ‘eficiência e produtividade’: ‘*Quantum*’ e ‘Valores’ ressignificados

Como demonstrado no decorrer das reflexões nos capítulos anteriores que o modo de produção capitalista visa o lucro permanente e ilimitado, as necessidades essenciais das pessoas também acabam sendo submetidas a esses objetivos e transformados em elementos de reprodução e acumulação do capital. Além disso, *instituiu-se no entendimento dominante os critérios que constituem a expressão da eficiência, produtividade e os valores correspondentes*<sup>679</sup>. Há um esforço de natureza epistemológica presente nas discussões acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia, que para além de denunciar e superar os aspectos negativos da ‘*desordem*’ do Sistema Agroalimentar, busca a *inclusão de outras dimensões que qualificam a capacidade explicativa e de apreensão da materialidade, fundamentalmente visando o ‘longo prazo’ e a sustentabilidade ‘sócio-ecológica*’<sup>680</sup>. Como destaca, McMichael

<sup>678</sup> Reconsiderar a discussão feita no Capítulo III, mais especificamente no item “Na Unidade dos contrários: as relações materiais, de forças, “*transição em potência*” e Soberania Alimentar”. Também deve ser considerado o que destaca Ciavatta (2014, p. 195) que “[...], compreender a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência”.

<sup>679</sup> Correspondente a interesses privados, individualistas e exclusivamente pautados nos critérios econômicos que buscam o lucro. De acordo com Howard (2007, p. 288; 289) “Como seria de se esperar, a invasão da pesquisa agrícola pelos métodos estatísticos foi seguida pela entrada em cena da economia. Foi cópia da bem-sucedida aplicação às indústrias e às lojas dos cálculos e dos custos. [...] julgava-se que seria muito simples aplicar esses mesmos princípios à mãe natureza e ao trabalho agrícola. O resultado tem sido a produção copiosa de cálculos e custos econômicos baseados em nada, pois o solo permanecerá para sempre um livro fechado. A natureza não usa livros de contabilidade. Praticamente cada atividade agrícola adiciona ou subtrai uma quantia desconhecida do capital dos solos – a fertilidade – quase todas as operações, como uma cultura, resultam quase sempre numa transferência do capital dos solos para o balanço econômico do agricultor. A validade desses cálculos está muito próxima da mais pura adivinhação, não valem nem mesmo o papel em que foram escritos. As únicas coisas que importam numa exploração agrícola são: o crédito do agricultor, isto é, o que os outros pensam dele, incluindo seus empregados e o gerente do banco com que ele trabalha; os gastos anuais totais, as entradas anuais totais; a valorização anual do imóvel, isto é, as condições em que se encontra o solo, o gado (vivo ou abatido) ao término do ano. Se somente esses fatores interessam, nada mais será importante”.

<sup>680</sup> Estes elementos serão tratados com mais especificidade adiante. Mas, pressupõe a superação da noção abstrata de natureza que acomoda os conteúdos que conformam o entendimento econômico majoritário. Além disso, [este novo] demanda uma relação mais estreita entre ‘novos’ valores e atividade científica que insira o contexto dos trabalhadores camponeses e dos sistemas onde os povos (urbanos e rurais) reproduzem a sua existência em sua radicalidade com seus problemas concretos. Ou como destacou Josué de Castro (1965b, p. 475) que “Para resolver-se este dilema faz-se necessária a estruturação de uma nova teoria científica de

(2016, p. 178), que se faz necessário “[...] a inclusão de dimensões adicionais da análise do regime alimentar com o propósito de problematizar sua ontologia e enriquecer seu impacto político-analítico”.

Como destacou Engels já em 1876:

**A ciência social da burguesia, a economia política clássica, só se ocupa preferentemente daquelas consequências sociais que constituem o objetivo imediato dos atos realizados pelos homens na produção e na troca.** Isso corresponde plenamente ao regime social cuja expressão teórica é essa ciência. Porquanto **os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único fim de obter lucros imediatos, só podem ser levados em conta, primeiramente os resultados mais próximos e mais imediatos.** Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas mesmas ações. [...]. **Com o atual modo de produção, e no que se refere às consequências naturais como as consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis. E logo até se manifesta estranheza pelo fato de as consequências mais remotas das ações que perseguiam esses fins serem muito diferentes e, na maioria dos casos, até diametralmente opostas;** [...]. (ENGELS, 2006, p. 8; 9, (*Grifos meus*)).

A expressão teórica sobre essas bases – do regime social hegemônico – particulariza e prioriza os elementos que correspondem a otimização da produção por objetivos e interesses específicos e prioritariamente através de atividades expressamente especializadas<sup>681</sup>. É, partindo da crítica destes aspectos que as elaborações teórico-conceituais acerca Agroecologia buscam demonstrar que outros critérios e outros valores devem ser considerados nos ‘cálculos’ de eficiência e produtividade. Fundamentalmente, estes cálculos devem levar em consideração – em temporalidade – o longo prazo, bem como outras variáveis e outros valores para além de critérios econômicos e financeiros.

Os métodos atuais para determinar a renda nacional e setorial podem estar conduzindo terrivelmente mal os indicadores do desenvolvimento econômico sustentável. **Deliberadamente os registros da renda nacional ignoram os bens naturais**, pressupondo que a produtividade desses recursos é irrelevante para a saúde econômica nacional. **Nada pode estar mais longe da verdade**, especialmente para os países e setores econômicos como a agricultura que dependem dos recursos naturais. (ALTIERI, 2009, p. 108, (*Grifos meus*)).

---

desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos para ser posta à prova nos campos da realidade social. Deverá esta nova teoria integrar à Economia, os fatores humanos, de forma a fazer do desenvolvimento econômico o meio de proporcionar a todos, não só os *bens de necessidades* que lhe fazem falta, mas também os *bens de dignidade* que suas consciências reclamam”.

<sup>681</sup> McMichael (2016) faz uma discussão acerca do Regime Alimentar e as suas relações de Valor. O autor indaga, ‘quais valores?’ e discorre acerca da questão do valor que embasa os regimes alimentares e fundamentam o entendimento dominante. De acordo com o autor “A análise do regime alimentar tem sido moldada pelo ‘capitalcentrismo’ [*Capital-centrism*]. Essa análise tem ressaltado a importância da agricultura como fonte de matérias-primas e alimentos da qual a indústria e a força de trabalho, bem como o exercício do poder estatal, têm dependido. Não obstante, ela apresenta uma narrativa unilateral da formação do mundo moderno” (MCMICHAEL, 2016, p. 177).

Assim a expressão teórica econômico-política do regime social capitalista sintetiza, portanto, a separação e a dicotomia entre homem e natureza ao priorizar os aspectos tecnológicos e artificiais como sendo os responsáveis pelos índices de produtividade e pela eficiência da produção<sup>682</sup>.

Os sistemas de contabilidade, tanto das empresas como dos países, incluem uma cota de consumo de capital. Esse custo, uma depreciação anual do capital, é subtraído da receita líquida no cálculo da renda anual. Como outras formas de capital, **a base de recursos naturais proporciona um fluxo de benefícios econômicos ao longo do tempo, mas as mudanças em sua produtividade têm escapado historicamente aos registros contábeis. As mudanças no capital humanamente construído têm preferência nos sistemas contábeis, implicando que a produtividade do recurso natural é de valor insignificante nos atuais sistemas de produção. Países, empresas e agricultores justificam a depreciação de recursos materiais, tais como edificações e tratores, na medida em que estes desgastam-se ou ficam obsoletos, mas ignoram as mudanças ocorridas na capacidade produtiva dos recursos naturais.** (ALTIERI, 2009, p. 82, (*Grifos meus*)).

Pautada nestes objetivos a consequência têm sido os altos custos sociais e naturais. É neste sentido que deve haver o redirecionamento tanto da análise econômica de seus princípios e objetivos, quanto das políticas de subsídios agrícolas<sup>683</sup>. Este processo, pela sua natureza – se considerado as categorias de totalidade (concreta) e temporalidade – acaba por ignorar valores fundamentais que são expressão da ideia e condição material da coevolução homem-natureza.

A análise da relação de valor revela, desse modo, como o regime alimentar do capital explora a força de trabalho e a natureza juntas. Insistindo que o ato do trabalho é simultâneo à transformação da natureza, Araghi desmonta o binário sociedade/natureza, postulando uma unidade na exploração do trabalho humano e seu componente natural. Desse modo, o valor é um conceito metodológico que permite Araghi (Marx) desmistificar o preço (e o pagamento dos serviços de ecossistema) como uma representação fetichizada das relações sociais e ecológicas inerentes à produção de mercadorias. (MCMICHAEL, 2016, p. 182).

Mesmo dentro dos ditames da reprodução do capital – de um Sistema Agroalimentar corporativo inserido nesse processo – a perspectiva da Agroecologia e da Soberania Alimentar buscam anunciar a necessidade de se pensar os processos de sua realização a partir de uma visão embasada, não em um conceito abstrato de valor – de troca e de mercado – mas,

<sup>682</sup> Estes aspectos ocupam, além do entendimento da expressão teórica, o entendimento da grande maioria das pessoas – se tratado como ‘senso comum’. É muito presente e forte a expressão disso – principalmente quando se trata do Alimento – por parte dos trabalhadores do Campo e da Cidade ao defenderem que a eficiência está na agricultura convencional – modelo Revolução Verde – e de que a produção que visa a sustentabilidade é ineficiente e que não dá conta das demandas objetivadas nas necessidades humanas, sociais e de mercado.

<sup>683</sup> “A possibilidade de uma mudança epistêmica permeia a Questão Agrária do Século XXI, que não diz mais respeito a contribuições políticas da agricultura para a formação do Estado, **mas sim ao valor da agricultura.** Em suma, **a questão epistêmica refere-se a como compreendemos o ‘Valor’**” (MCMICHAEL, 2016, p. 180, (*Grifos meus*)).



fundamentalmente em princípios ontológicos que embasam as experiências práticas de cooperação e da reparação da materializada e avançada ‘ruptura metabólica’<sup>684</sup>. O sentido que está implícito nesse processo não é de apenas melhorar a natureza, mas, basicamente se aproximar dos processos da natureza e desse processo apreender valores, princípios e elementos epistemológicos.

**A sustentabilidade agrícola, embora de reconhecida importância em todo o mundo, tem pouca participação na definição de políticas econômicas.** Ela não é medida por nenhum indicador comumente empregado, nenhuma convenção lhe atribui valor e nenhuma definição amplamente aceita a descreve. Quando a sustentabilidade agrícola é deixada de fora da política econômica, parecem lógicas as distorções que ameaçam a sustentabilidade. (ALTIERI, 2009, p. 81, (*Grifos meus*)).

A contabilização da utilização dos recursos naturais, nos cálculos de definição e parâmetros da eficiência e produtividade, conduz necessariamente ao tensionamento e à necessidade de refletir acerca do real valor do fruto da produção e do sentido das políticas de incentivos agrícolas. Considerando que assim como a sociedade, a natureza viva e os elementos físicos da natureza têm uma história (POLITZER, 2002), esta necessidade de ressignificar os critérios e valores para o cômputo do processo produtivo – presente nas discussões da Agroecologia – é a expressão da mudança qualitativa e da demonstração de que os determinantes objetivos e subjetivos – ‘forças do novo que se desenvolvem contra o velho, no seio do velho’ – podem conduzir às transformações necessárias, já que há nesse processo, ‘elementos contrários que se combatem’.

Os poucos estudos comparativos dos **métodos de cálculo da renda nacional, utilizando o registro dos recursos naturais e convencionais**, mostram que **o que se considera renda, na verdade, significa perdas na forma de esgotamento e degradação dos recursos naturais**. Como a exaustão dos recursos naturais é realmente uma forma de consumo de capital, os métodos convencionais de contabilização superestimam a renda e desviam-se do planejamento econômico. Somente **quando a depreciação dos bens naturais for tratada com a mesma seriedade que a depreciação dos bens humanos**, os políticos e a população conhecerão a realidade; **enquanto isso não acontecer, a sustentabilidade continuará um castelo no ar**. (ALTIERI, 2009, p. 108, (*Grifos meus*)).

Com base nestes aspectos a questão da ‘**temporalidade**’<sup>685</sup> se torna central quando se discute estas questões. Os aspectos fundamentais dispostos na base material exigem a busca de alternativas para a manutenção a longo prazo da capacidade produtiva. Nos determinantes políticos e econômicos hegemônicos, os recursos naturais e meio ambiente são

<sup>684</sup> Fundamentos teóricos desta afirmação ver Capítulo II, sobretudo no item ‘Fundamentos ontológicos e filosóficos e Soberania Alimentar’.

<sup>685</sup> Tem a ver com o descompasso entre a imposição do ritmo acelerado no processo de reprodução do capital e o tempo geo-químico e biológico. Além disso, com o papel da Agroecologia nos processos de preservação, conservação, recuperação, ampliação e potencialização dos recursos naturais.

“hipoteticamente presumidos” (ALTIERI, 2009, p. 108). Contudo, se esquece que estamos em um período em que diversos recursos naturais já não são abundantes ou estão esgotados.

O conteúdo histórico central dessas contradições é expresso na Agroecologia quando esta visa fundamentar esse novo jeito de ‘fazer agricultura’, em alguns aspectos: 1- a nova racionalidade deve contemplar em seus cálculos, *tanto* as perdas pelos processos de degradação dos recursos naturais no processo produtivo do tempo presente; 2- *quanto* a necessidade de calcular o que esse processo ameaça as ‘receitas’ e ‘possibilidades’ futuras de produção.

Ao considerar a totalidade concreta, bem como esta forma de compreender o ‘ideal’ da produção agrícola e de alimentos, vemos que há uma inversão dos resultados. A compreensão padrão e as expressões teóricas reproduzem erroneamente esses resultados ao colocar fundamentalmente como critério o aumento da receita e do lucro, sem levar em consideração que a objetivação prática desse processo causou a diminuição significativa da riqueza, se colocado os bens naturais para compor o cálculo<sup>686</sup>.

Essa inobservância dos recursos naturais – conforme o entendimento constituinte da sustentabilidade<sup>687</sup> – ao cômputo e nos cálculos do processo produtivo convencional, segundo Altieri (2009)<sup>688</sup> é justificada a partir de duas linhas de raciocínio:

**Uma delas** é de que a escala da economia humana é pequena em relação à quantidade de capital natural. **A outra** é a de que o capital humanamente construído é um substituto quase perfeito para o capital natural. Entretanto, *nenhuma dessas suposições se sustentam no mundo de hoje*. **Quanto à primeira delas**, a escala econômica mundial é enorme, e abundam evidências de degradação e esgotamento de recursos. **Em relação à segunda**, os recursos naturais, são mais apropriadamente vistos como complementos ao capital humanamente construído do que como substitutos diretos do mesmo. *A tecnologia agrícola, por exemplo, teria um desempenho muito melhor em solos sadios do que em solos degradados*. (ALTIERI, 2009, p. 83, (Grifos em negrito e itálico, meus)).

<sup>686</sup> Adiante, veremos que isso decorre da maneira como a ciência moderna sob a égide do capital trata a natureza recortando-a e abstraíndo-a. A descrição da natureza pelas ciências naturais e sociais se dá numa parcialidade interessada a partir da historicidade do ‘objeto científico’ referendado pelos processos da dominação econômica produtiva capitalista.

<sup>687</sup> “Se a sustentabilidade é compreendida como a capacidade de um sistema de manter sua produtividade quando submetido a estresses e perturbações, então, de acordo com princípios básicos de contabilidade, os sistemas de produção que danificam a estrutura do solo ou exaurem seus nutrientes, matéria orgânica ou biota, são insustentáveis” (ALTIERI, 2009, p. 83 – 84).

<sup>688</sup> Altieri (2009) ao discutir esta questão, trabalha com a ideia de ‘Capital Natural’. Ou seja, na interação entre os recursos naturais e as potencialidades humanas desenvolvidas nessa lógica do capital que compõem a produção, nos registros contábeis esse ‘Capital Natural’, não é ou é pouco considerado. Destaca-se que o autor ao desenvolver uma análise econômica da agricultura sustentável faz o ‘cotejo’ entre os modelos de contabilidade convencional e a contabilidade usando no cálculo também os recursos naturais. Os resultados obtidos manifestam diferenças substanciais, bem como demarcam que unidades de produção sustentáveis, mesmo não obtendo, por vezes, rendimentos financeiros iguais às convencionais, quando colocado no cômputo – através de indicadores – os recursos naturais, estas podem ser consideradas mais eficientes e produtivas em relação às convencionais.

É notório na literatura acerca da Agroecologia e da Soberania Alimentar o esforço em demonstrar que para evidenciar as condições e capacidades produtivas de unidades de produção o fundamental assenta-se na questão da ‘qualidade’ do produto, por um lado, e por outro, a capacidade de um sistema manter a sua produtividade, a sua sustentabilidade [no teste de tempo/de longo prazo]. Desse modo, considerando a perspectiva da Soberania Alimentar – em seu valores e princípios – os critérios qualitativos e as consequências naturais e sociais devem embasar os princípios orientadores para a produção de alimentos.

[...], precisamente porque **o conceito de valor** com que Marx (e Araghi) trabalha(m) **insiste na unidade original do trabalho e da natureza**, reconhece-se de modo implícito a possibilidade de expressões alternativas a essa relação. Isto é, o “valor” narra historicamente o capitalismo como uma forma alienada de reprodução social. Permite, portanto, a possibilidade de transcendência, expressando valor em outros termos que não o de preço. (MCMICHAEL, 2016, p. 182, (*Grifos meus*)).

As relações materiais de produção e reprodução da existência e como estas se materializam – a partir das *mediações de segunda ordem* – na **produção de alimentos demonstram que há uma inversão de valores e, que devem ser ressignificados**. Concordando com McMichael (2016, p. 178), vemos que:

[...], o projeto do regime alimentar marginaliza culturas alimentares subsistentes que representam, de fato, as populações majoritárias do mundo. Nesse sentido, **a agricultura industrial deve ser considerada uma alternativa, não o contrário, assim como a norma analítica. É a partir das culturas alimentares subsistentes que podemos extrair uma lógica saudável de reprodução de relações sociais e ecológicas, em oposição à força degradante e incapacitante da dinâmica da agricultura capitalista de sub-reprodução do trabalho social e dos ecossistemas.** (*Grifos meus*).<sup>689</sup>

Estes aspectos trazem à tona que tanto as políticas hegemônicas, quanto a epistemologia referente à questão alimentar ou ao Sistema Agroalimentar, estão em crise e limitadas em suas intervenções, tendo em vista que estas expressam a forma de como se materializam as relações sociais e de valor. Esta base é instituinte da forma como compreendemos ‘o valor’ e, portanto, dos princípios de ação prática produtiva no que diz respeito aos alimentos.

**O movimento de Soberania Alimentar**, em versão ampliada, **representa uma multiplicidade de engajamentos e experimentos cruciais com a restauração da reprodução socionatural e suas capacidades sustentáveis**. Isso impõe a ampliação e a **recuperação de valores que reconstruam a diversidade e suplantem a homogeneidade do regime de troca de valores**. (MCMICHAEL, 2016, p. 178, (*Grifos meus*)).

<sup>689</sup> Estes aspectos destacados por McMichael acerca da agricultura industrial demonstram a negatividade dos processos e resultados da biotecnologia, da engenharia genética e da concessão de patentes de material biológico.

A superação do modo hegemônico – das relações de produção ocorridas no Campo – e da simplificação do valor sob o *status* prioritariamente econômico, perpassa pela forte inserção da Soberania Alimentar – da produção de alimentos, sob essa perspectiva – na Questão Agrária. De acordo com McMichael (2016, p. 182) “[...] o reenquadramento da Questão Agrária como questão ‘alimentar’, reconhecendo que como *valor de uso*, o alimento possui qualidades metabólicas que conectam os homens a seu meio ambiente” (*Grifos em itálico meus*). É neste sentido que a Soberania Alimentar e a Agroecologia em suas ‘projeções’ trazem as condições analíticas para que se constituam estratégias objetivas-políticas para ressignificar e superar “[...] o cálculo de mercado abstrato” (MCMICHAEL, 2016, p. 182) do Sistema Agroalimentar e as imposições objetivas que levam à desvalorização da ecologia e das culturas assentadas em princípios de interação metabólica entre o humano e a natureza. Há neste processo os múltiplos valores de ordem prática na produção e reprodução da existência que são subordinados ou até mesmo apagados pela expressa sobreposição do *valor de troca* e das composições de preços<sup>690</sup>.

A convergência que manifesta o entendimento, quando tratado acerca da perspectiva da Soberania Alimentar e da Agroecologia na direção de ‘refundar’, reintegrar o processo de coevolução entre homem e natureza – pautado na *mediação de primeira ordem*, ou seja, superar a ruptura metabólica entre humano e natureza – é de que deve haver a (re)combinação simbiótica entre o tempo econômico que visa a produção e reprodução da existência material com o tempo geoquímico e biológico controlado pelos processos de reprodução da natureza.

É neste sentido que a busca das condições objetivas que podem redefinir os valores fundantes da perspectiva epistemológica [e da política] e da composição dos elementos que fundamentam os processos de cálculos, que possam incorporar as dimensões culturais, biológicas, ecológicas, perpassam, além de diversas dimensões, pela materialização da Soberania Alimentar e da Agroecologia.

---

<sup>690</sup> De acordo com McMichael (2016, p. 179) “O regime alimentar vem moldando progressivamente uma forma de agricultura que valoriza seu produto unicamente como mercadoria. A bioeconomia representa o mais alto estágio de mercantilização em matéria de cultivos substituíveis. **Nesse caso, o valor de troca elimina o valor de uso, e as culturas tornam-se investimentos fungíveis** – como nos múltiplos usos do milho, soja, óleo de palma e açúcar, por exemplo, como alimento, ração animal, combustível, cosmético, estabilizante, etc. **Para as culturas mencionadas, sua conversão de alimento para valor de troca é o derradeiro fetichismo da agricultura**, como um processo de insumo-produto voltado à produção indiscriminada de mercadoria visando o lucro. Para a Via Campesina, essa é a ‘**agricultura sem agricultores**’, em que a agroindustrialização refere-se, em última análise, a combinar insumos mercantilizados (sementes, fertilizantes, antibióticos, material genético privado, pesticidas e assim por diante) com terra ou água ou pecuária para gerar produtos, como ingredientes de *commodities* processados com o propósito de abastecer a força de trabalho ou o maquinário, sem pensar nas consequências sociais ou ecológicas” (*Grifos em negrito meus*).

Considerando esses aspectos, o que deve se ter clareza é que o movimento na direção da Soberania Alimentar e da Agroecologia busca inverter a ‘natureza’ e a organicidade da reprodução social, incorporando nesse processo, novas práticas agrícolas a partir do mais avançado como constructo social – de conhecimento e de tecnologia – correspondente a essa perspectiva. É neste sentido que Cunha (2016, p. 54) destaca, que no horizonte está a necessidade de uma combinação entre o “Novo” e o “Ancestral”<sup>691</sup>:

O que há de interessante nessa reação é que não se trata apenas de reconfigurar a cadeia de fornecimento ou de restabelecer a autonomia da preferência do indivíduo soberano em suas decisões de consumo. Trata-se de uma nova forma de comportamento baseada em um padrão de valores que defino como ‘Novo-Ancestral’ (N-A), a partir do reconhecimento de novos valores atribuídos aos alimentos, associados a formatos organizacionais antigos ou ancestrais.

Numa concepção econômico-financeira simplesmente, este entendimento pode ser tomado como um recuo ou retorno à subsistência. Porém, se tomado como um *processo de mediação*, é a expressão da luta e unidade de contrários, por ser um início para materializar a diminuição de dependência das relações do capital, por um lado, e por outro, constituir-se em expressão de novos valores e princípios que podem conduzir às condições objetivas de autonomia dos trabalhadores e das unidades de produção.

Considerando estes aspectos, McMichael ao destacar a concepção de ‘recampesinização’ de Ploeg (2008), destaca:

Van der Ploeg distingue sua conceitualização do campesinato daquela de um historicista que confinaria o campesinato ao passado e/ou à periferia, referindo-se à “condição camponesa” (...). Essa condição deriva da crise do regime alimentar corporativo ou do que ele considera um complexo de impérios alimentares movidos pela cadeia de suprimentos. É centrada em uma prática camponesa de coprodução com a natureza viva, que “visa e materializa-se com a criação e o desenvolvimento de uma base autocontrolada e autogerida de recursos”, a qual pode ser fortalecida pelo engajamento em múltiplas atividades/outras atividades agrárias (...). **Nesse caso, embora as lentes de mercado retratem a agricultura camponesa como estagnada, na realidade, a reprodução e o desenvolvimento de recursos são definidores do campesinato e a condição de sua emancipação.** (MCMICHAEL, 2016, p. 194 – 195, (*Grifos em negrito meus*)).

E neste sentido:

Qualquer que seja o método utilizado para avaliar a sustentabilidade das pequenas propriedades, ele deve fornecer um indicador da situação de, **no mínimo, quatro atributos**: a) manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema (capacidade produtiva); b) preservação da base de recursos naturais e da biodiversidade (integridade ecológica); c) fortalecimento da organização social e diminuição da

<sup>691</sup> “O padrão ‘Novo-Ancestral’ reflete a criação de novos valores (no sentido econômico) que expressam, de forma indissociável, a qualidade, a representação social ou local e a forma de transação, marcadas pela mediação (antiga ou ancestral) da pessoalidade da escolha, da avaliação e da forma de negociação face a face”. (CUNHA, 2016, p. 55).

pobreza (saúde social); d) fortalecimento das comunidades locais, manutenção das tradições e participação popular no processo de desenvolvimento (identidade cultural). (ALTIERI, 2009, p. 62, (*Grifos meus*)).

Considerando esses atributos objetivados, há, portanto, a incidência de imperativos de valores que permitem outras relações sociais de produção e novos conhecimentos. Entendido que há a necessidade de transformações radicais para que o que tem sido advogado no processo de constituição ideal-normativa, material, prático-política e utópica da Agroecologia e da Soberania Alimentar, o primeiro passo deve ser as condições de transformação e transição nos processos produtivos e das condições da base material.

#### 4.3 A necessidade da transição agroecológica e níveis fundamentais desses processos de transição

A Agroecologia inscreve-se como potencialidade teórica e prática para o processo fundamental e indutor das mediações necessárias – estabelecidas pelas práticas sociais – para a transição advogada<sup>692</sup> em direção à Soberania Alimentar e implementação prática das determinações e premissas – referentes à Questão Agrária, Políticas Públicas, Formação Humana, etc. – que vão ganhando forças na dinâmica do processo de transformação desse tensionamento das contradições.

A percepção por ‘uma’ parte da sociedade dos problemas que ameaçam a condição da natureza e humana, e que, portanto, as alternativas vão aos poucos ganhando significado e lugar prático, por exemplo, através da Agroecologia e Formação Humana, aos poucos vão revelando as bases materiais que as transformam em ‘questões emergentes’. Além disso, a partir dessas intervenções e experiências prático-materiais aos poucos vão revelando o conteúdo histórico e teórico subjacente a essas duas questões imbricadas.

Percebe-se que materializa e expressa – em estágios avançados – o que já demonstravam as reflexões de Engels elaboradas em 1876. Destaca o autor:

**Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras.** Os homens

<sup>692</sup> Embora aplicado ao contexto e à particularidade aqui discutida, em sentido mais teórico-conceitual podemos cotejar com o entendimento de Ciavatta (2014, p. 215) quando destaca que “O conhecimento produzido vai depender da pertinência das contradições recíprocas e reconhecimento do caráter mediador dessas contradições na constituição histórica da realidade. Dessa forma, não será nunca um conhecimento acabado, mas limitado e provisório, aberto a novas apreensões e a novos reconhecimentos”. Considerado, portanto, essa concepção de particularidade a Agroecologia ‘é um campo das mediações’ ((CHASIN, 2009) – (CIAVATTA, 2014)).

que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques, os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham a ideia de que com isso destruíam as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período de chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que esse tubérculo farináceo difundia por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, **que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.** (ENGELS, 2006, p. 7, (*Grifos meus*)).

Como já mencionado, o conhecimento das drásticas consequências das formas com que os seres humanos passaram a intervir na natureza a partir das características que o modo de produção foi adquirindo, já é uma realidade<sup>693</sup>. O que está em jogo, no entanto, são as formas de enfrentamento dessas consequências. Ao referir-se às condições materiais e conteúdo histórico da Agroecologia, por exemplo, busca-se destacar e compreender o seu lugar no terreno desse processo de enfrentamento. Como destacou Engels (2006, p. 7) “Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento”.

O que verificamos, porém, é que o conhecimento das consequências naturais de nossas ações, não obtêm conhecimento correspondente aos problemas sociais oriundas desse processo. Como destaca Engels (2006, p. 7) “Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, **a prever as remotas consequências naturais** no sentido da produção, **muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências sociais** desses mesmos atos” (*Grifos meus*).

Entende-se, portanto, que a Agroecologia se insere nesse contexto de além de buscar a resolução e superação das consequências naturais, visa também, de maneira articulada a superação das consequências sociais em suas expressões explícitas como por exemplo, a fome, a desnutrição, a ‘má qualidade’ do alimento, etc. Obviamente que o conhecimento e o desenvolvimento científico são relevantes, mas não bastam. Como destacam diversos autores

---

<sup>693</sup> Há uma sobreposição determinante do econômico em relação às demais dimensões. Como destaca Foladori (2001, p. 182) “O problema não é técnico ou de desconhecimento. É social, derivado da vigência da aplicação do capital na terra. **A seleção de modalidades econômicas, de tecnologias de produção, de cultivos para cada parcela não é um resultado exclusivamente agrônomo, nem sequer é prioritariamente agrônomo. É, primeiramente, econômico**” (*Grifos meus*).

da perspectiva aqui utilizada, realmente é preciso revolucionar completamente a ordem estabelecida. Desse modo:

[...] Agroecologia não se trata, [...], de se contrapor “à evolução das forças produtivas”, substituindo técnicas as mais “modernas e avançadas” por práticas arcaicas e supersticiosas. **Trata-se de escolher as tecnologias apropriadas, de acordo, com parâmetros que não são redutíveis à “eficiência” fetichista da acumulação capitalista**, num momento em que o capitalismo financeiro pressiona por apostas tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total, como no caso dos OGMs ou da decodificação do genoma. (GUHUR, 2015, p. 294, (*Grifos meus*)).

Neste sentido, também destaca Altieri que:

**A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente.** A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (Chambers, 1983). (ALTIERI, 2009, p. 27).

A multidimensionalidade da Agroecologia e os processos de produção de alimento na perspectiva da Soberania Alimentar incidem na articulação entre práxis social e conhecimento que leve em consideração o Agroecossistema – [sustentável]<sup>694</sup> –, como ‘particularidade’, a unidade de ‘um todo’. Ressignifica, portanto, o sentido da ação e o objetivo constituinte dessa ação interventora na realidade material e social. Os princípios e os objetivos fundamentais não são o desenvolvimento de uma maximização da produção – através de um objetivo específico ou uma determinada forma de atividade apenas –, mas fundamentalmente a otimização e potencialização do Agroecossistema onde o ser humano se insere e com este se relaciona.

A literatura que constitui o *corpus* teórico e metodológico da Agroecologia coloca o conceito de **‘transição agroecológica’** como um dos conceitos centrais. Insere-se neste conceito e intencionalidade o sentido do que indicou Marx ao destacar que no intercâmbio entre homem-natureza, há momentos históricos que há necessidade de uma **‘restauração metabólica’**<sup>695</sup> que nos processos produtivos: “[...], ao destruir as condições naturais que

<sup>694</sup> “[...]: descrevemos um agroecossistema sustentável como o que mantém a base de recursos da qual depende, conta com um uso mínimo de insumos artificiais vindos de fora do sistema de produção agrícola, maneja pragas e doenças através de mecanismos reguladores internos e é capaz de se recuperar de perturbações causadas pelo manejo e colheita” (Gliessman, 2001, p. 565).

<sup>695</sup> Em sentido mais estrito a ‘Transição Agroecológica’ contribui, de acordo com Andreote, *apud* Marques Filho (2016, p. 165) “No solo e nas plantas há a maior fonte de biodiversidade genética e metabólica do planeta: cerca de um bilhão de células vivas para cada grama de solo; são 30 mil espécies diferentes. [...]. A planta seleciona os microrganismos que vão se associar a ela. Se a biodiversidade do ambiente é alta, a seleção é mais eficiente. Se essa diversidade é reduzida, aumentam as chances de colonização por organismos oportunistas, os patógenos, o que explica a maior ocorrência de doenças em raízes em áreas de monocultura, pois a biodiversidade é restrita”. Considerando estes elementos ganha sentido o que escreveu McMichael ao discutir



mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem (MARX, 2008, p. 570)<sup>696</sup>.

Partindo desses aspectos vemos que a Agroecologia não se restringe apenas a objetivar experiências e práticas de agriculturas sustentáveis ou de base ecológica. Se insere, fundamentalmente, em processos de organização social do campesinato que no horizonte se coloca a necessidade de superação do modo de produção capitalista.

Em decorrência da separação antagônica entre cidade e campo e da “alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formam a base de sua existência” (Foster, 2005, p. 229), **uma falha irreparável surgiu no metabolismo entre o homem e a terra. Governar racionalmente esse metabolismo “excede completamente as capacidades da sociedade burguesa”** (ibid.). **Restaurá-lo exige uma ordem social qualitativamente orientada**, que só pode ser alcançada na sociedade dos indivíduos livremente associados, que, como sujeitos históricos autônomos, estejam no pleno controle do processo produtivo, esse conscientemente subordinado à satisfação das necessidades humanas, e não a uma riqueza fetichizada. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 63).

Cada vez mais é consistente a imposição objetiva dessa restauração metabólica – como fruto e condição da história – e de mudanças substanciais nas formas de intercâmbio do homem com a natureza. Há neste contexto um elemento importante. O que se nota é que as condições naturais começam a anular – ou não conseguem mais corresponder à – a efetividade proposta dos grandes saltos de produtividade [ou da equivocada fertilidade] sob a indução do desenvolvimento tecnológico. Se partir do pressuposto de que a ‘produção’ agrícola é resultante da interação entre técnica e natureza, o desequilíbrio nessa relação – já apontado – expressa as linhas limítrofes desse processo<sup>697</sup>. A tendência, portanto, é uma maior aplicação de mecanismos artificiais para o aumento da produção, tendo em vista que a vitalidade natural é cada vez mais sufocada e destruída.

De acordo com Foladori (2001, p. 185):

---

questões centrais acerca dos regimes alimentares. No item ‘[...] um mundo pós-regime alimentar’ destaca: “Diferentemente do caráter emergente do regime corporativo-ambiental de Friedmann, o cenário de Campbell é de um binário desigual em que o **regime de alimentos de procedência conhecida é ‘um novo subconjunto pequeno, porém importante, de contralógica’ para o regime de alimento de procedência desconhecida** (...). De modo intuitivo, Campbell observa que os regimes alimentares anteriores tinham a ‘habilidade de distinguir o que Marx havia [...] descrito como uma ruptura metabólica irreparável, ainda que invisível, que separou de modo progressivo a interação entre os humanos e a natureza (...)’. **Essa ruptura metabólica, a interrupção de ciclos nutrientes que reabastecem o solo (Foster, 1999), que pode muito bem promover a descentralização agroalimentar, uma vez que os humanos são forçados a recuperar o solo, a biomassa e a biodiversidade a fim de sobreviver em uma era pós-combustível fóssil**” (MICHAEL, 2016, p. 35, (*Grifos meus*)).

<sup>696</sup> Rever as bases deste entendimento no Capítulo II, fundamentalmente no item ‘Fundamentos ontológicos e filosóficos e Soberania Alimentar’.

<sup>697</sup> Quer com esta premissa destacar que não entendemos ser possível uma produção ‘puramente’ artificial, isolada ou autônoma frente as leis objetivas naturais.

[...] é uma tendência a aplicações sempre crescentes de capital no solo (na forma de máquinas e insumos industriais), ainda que com rendimentos físicos decrescentes (reveladores de uma diminuição da capacidade produtiva do solo, de sua fertilidade), até que em um determinado momento acontece uma crise ecológica.

Neste sentido, dado a esses elementos objetivos, induz à necessidade de modificações e transformações, tanto na prática relacional homem-natureza, quanto no arcabouço teórico-científico e tecnológico, tendo em vista que o acúmulo pelas inovações tecnológicas das últimas décadas começa a perder a sinergia e a eficiência programada. Vemos então, partindo desses pressupostos, um exemplo:

[...] a conclusão lógica do desmatamento, do declínio dos recursos hídricos e da degradação dos solos agricultáveis, [...], cuja sinergia começa a anular os saltos de produtividade agropecuária possibilitados pelas inovações tecnológicas do último meio século. Assim, uma das vias pelas quais podemos sucumbir a um colapso socioambiental é a via “clássica” dos colapsos de várias civilizações anteriores: **o colapso alimentar**. (MARQUES FILHO, 2016, p. 166, (*Grifos meus*)).

Retomando a questão fundamental – conforme entendia Marx – de que a produção social e o pleno desenvolvimento humano pressupõem a primazia da *mediação de primeira ordem*, porém já constatado, nas condições de destruição desse metabolismo e necessidade de restaurá-lo de maneira sistemática<sup>698</sup>, a Agroecologia se inscreve como central. Se a agricultura é um conjunto de processos objetivos, estes não devem pautar-se apenas nas trocas econômicas, mas, fundamentalmente nas trocas [bio]ecológicas. Neste sentido, a Soberania Alimentar é consequência da ‘Soberania da Terra, da Biodiversidade, da Diversidade Genética, da Soberania das Sementes [não patenteadas], da Água não contaminada e como patrimônio da humanidade, etc.’. Neste sentido:

*A reavaliação* refere-se a **uma luta essencial que agora, no âmbito dos termos da Questão Agrária, diz respeito à Soberania da Terra (Borras; Franco, 2012). Para um campesinato emergente (século XXI), a terra não é somente um objeto de luta a assegurar, mas também em restauração (por biorrecuperação e o uso da agroecologia para práticas restauradoras) com o propósito de criar recursos como “capital ecológico”, a fim de restaurar direitos anteriores (incluindo a das mulheres) à segurança da terra, garantir a identidade territorial/cultural (cf. Escobar, 2008) e restabelecer a autossuficiência alimentar**. A recuperação da terra implica assegurar novas concepções de “cidadania agrária” (Wittman, 2009), conforme proposto pelo MST, no Brasil, em relação ao reposicionamento da mão de obra agrária no corpo político (reposicionando a cidadania para além da urbanidade) e à introdução da conservação ambiental em uma noção coletiva de cidadania. (MCMICHAEL, 2016, p. 199, (*Grifos meus*)).

<sup>698</sup> Estudos desenvolvidos na Holanda, sob a coordenação de Annelies Veraart, da Universidade de Wageningen demarcam que a ‘memória’ dos ecossistemas passam a ter uma mais lenta regeneração, frente às perturbações, quanto mais o sistema estiver próximo do estágio conhecido como ‘pontos críticos’. Ao trazer essa discussão, Marques (2016, p. 509) destaca que “[...] quanto mais, degradamos um sistema vivo, menos energia disponível esse sistema tem para se refazer, mais tempo requer para se restaurar e, portanto, mais rapidamente uma próxima crise o impulsiona em direção a seu ponto crítico”. Estes elementos ajudam a embasar a nossa preocupação em trazer as questões da ‘urgência histórica’ e da temporalidade nesse processo de transição.

Ainda sobre estes aspectos e a contribuição da agroecologia nesse processo, temos:

[...] é esta a contribuição específica que pode trazer a (agro)ecologia: por meio da **reconstrução ecológica e cultural da agricultura, contribuir para a restauração da fratura metabólica, uma forma adequada ao pleno desenvolvimento humano**; algo que, entretanto, só pode ser plenamente alcançado numa ordem social qualitativamente orientada, que supere as relações capitalistas, uma vez que **governar racionalmente esse metabolismo “excede completamente as capacidades da sociedade burguesa** (Foster, 2005, p. 229)”. (GUHUR, 2015, p. 296, (*Grifos meus*)).

A consolidação da Agroecologia pressupõe um processo de negação-afirmação-superação, tendo como ponto de partida a realidade histórica com o impulso de diferentes e pequenas experiências prático-materiais. Neste sentido, o entendimento ‘conclui’ que o ponto de partida é a realidade e o conhecimento local em que se expressa a contradição inovadora que se fortalece no tempo<sup>699</sup>. Este entendimento – fundamental para a Agroecologia – reconhece que:

[...] **as populações do campo são portadoras de um saber legítimo**, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é **obra do trabalho coletivo e milenar dos povos camponeses, e não de institutos de pesquisa, universidades ou empresas**. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 62, (*Grifos meus*)).

O autor Karel Kosik (1969) ao discutir a relação entre ‘economia e filosofia’, traz alguns elementos e questões que ajudam na discussão – da realidade primeira –, sobretudo, quando alerta para os perigos de se fazer uma investigação que se requer ser científica, mas parte do já provado, um arcabouço explicativo que já se enrijeceu no tempo e não expressa as contradições e o movimento do real. Se considerarmos a insustentabilidade do modelo, a privatização da vida e do conhecimento (desenvolvido, acumulado, socializado durante milênios pelos camponeses), pelos processos da biotecnologia, da engenharia genética e do sistema de patentes, onde a ciência se torna mercadoria vendável e os seres vivos [biológicos]

<sup>699</sup> Sobre o entendimento em considerar o ponto de partida na realidade e no conhecimento local, deixa-se claro que os autores que discutem a Agroecologia, demarcam que nesses aspectos estão por vezes entendimentos errôneos utilizados por “setores pouco informados que interpretam esta expressão como algo que vai em direção ao atraso. Na verdade, o ‘partir’ quer significar um ponto de início de um processo dialógico entre profissionais com diferentes saberes, destinado à construção de novos conhecimentos. Neste processo o conhecimento técnico é fundamental, até porque o salto de qualidade que propõe a Agroecologia e a complexidade da transição à estilos de agriculturas sustentáveis não permitem abrir mão do conhecimento técnico-científico, desde que este seja compatível com os princípios e metodologias que podem levar a uma agricultura de base ecológica” (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 272 (*Em nota de Rodapé nº 10*)). Além disso, seguindo as contribuições dos mesmos autores, estes destacam que a perspectiva da Agroecologia “[...] joga um **papel central à dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural**” (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 273, (*Grifos meus*)).

‘inventos’, apesar de serem expressões da ciência recente, demarcam que os direitos da sociedade cada vez ficam mais frágeis e com maiores linhas limítrofes para o acesso.

Neste sentido, há a importância de reconsiderar e valorizar os conhecimentos tradicionais<sup>700</sup> (como ponto de partida), tendo em vista que o acúmulo e a descrição hegemônica da ciência são na verdade instrumentos de dominação sobre a classe trabalhadora.

**O homem tem sempre uma certa compreensão da realidade, anterior a qualquer enunciação explicativa.** Sobre este estágio de compreensão pré-teórica, como estrato elementar da consciência, se apoia a *possibilidade* de cultura e de instrução, mediante a qual o homem passa da compreensão preliminar ao conhecimento conceitual da realidade. **É profundamente errônea a hipótese de que a realidade no seu aspecto fenomênico seja secundária e desprezível para o conhecimento filosófico e para o homem: deixar de parte a aparência fenomênica significa barrar o caminho ao conhecimento do real.**

Investigar o modo em que a economia existe em primeiro lugar e o mais das vezes para o homem, significa ao mesmo tempo investigar o modo mais fundamental em que tal realidade se dá. Antes mesmo de que a economia se torne objeto de especulação, explicação e interpretação científica, ela já existe para o homem, sob um aspecto determinado. (KOSIK, 1969, p. 58, (*Grifos em negrito meus*)).

O processo de incorporação dos conhecimentos locais, assentando o ponto de partida, sem, contudo, deixar de considerar o conhecimento teórico-técnico acumulado nas especificidades e campos de conhecimento, expressa a relação dialética inscrita na materialidade onde se buscam as condições objetivas da/na transição agroecológica. Como destacam Caporal e Costabeber (2015, p. 271 – 272) “[...] num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica”. Esse processo é lento – como processo, deve-se começar e ir desenvolvendo aos poucos, nas condições e temporalidades necessárias –, pois envolve, além dos elementos relacionados à política, ao conhecimento, também às condições da base material, como por exemplo, do solo e do território, entre outros aspectos. De acordo com Görgen (2004, p. 70):

Muitos técnicos, partidários da agroecologia, não conseguem pensar em termos de transição, de passagem, de uma mudança de acordo com as condições reais da vida do pequeno agricultor e levam o camponês a tentar uma transição brusca. De um dia para o outro largar todas as práticas de Revolução Verde e praticar a agroecologia. A

<sup>700</sup> “A aplicação da ciência à agricultura é um fato relativamente novo, e iniciou-se em 1834, quando Boussingault lançou os fundamentos da química agrícola. Anteriormente todos os avanços agrícolas eram o resultado do trabalho de uns poucos agricultores excepcionais, e cujas inovações eram copiadas pelas vizinhanças até tornarem-se bem conhecidas. O progresso caminha através da imitação. Após 1834, os cientistas tornaram-se peças fundamentais nas descobertas e inovações” (HOWARD, 2007, p. 269). Nas suas análises o autor aponta que um peso exagerado na produção científica descolado da materialidade e em ‘fazendas experimentais’, potencializou uma forma restrita de produção de conhecimento de inovações, que desconsidera os trabalhadores e os conhecimentos tradicionais.

maioria dos casos resultou em decepção e uma volta humilhante do agricultor a praticar os meios da Revolução Verde.

Não podemos esquecer que a terra está contaminada e dependente dos insumos químicos. Ao redor continuam as práticas da monocultura e do uso intensivo de venenos. O pequeno agricultor não é uma ilha. As práticas dos vizinhos afetam as suas. E muitos conhecimentos básicos de uma agricultura diversificada, ecológica e sem venenos, foram esquecidos. [...].

É preciso ir reforçando a partir de práticas concretas os elementos que diminuem a dependência e aumenta a autonomia do camponês na construção de um novo jeito de produzir a terra.

Considerando estes pressupostos, o conceito e o processo de transição agroecológica adquirem grande complexidade pela necessidade de impulsionar novas redes tecnológicas e organizacionais, bem como, demandar novas formas e ferramentas metodológicas de intervenção e potencialização das condições objetivas – no processo produtivo no Campo – que incide no processo deliberado e intencional acerca da tríade negação-afirmação-superação das condições produtivas hegemônicas no Campo.

A partir das elaborações de Gliessman (2001) é possível destacar que o processo de transição, bem como, de processos de conversão – transição agroecológica – para os agroecossistemas sustentáveis, podem ser caracterizados em diferentes níveis, circundados por objetivos específicos e conhecimentos que podem dar conta desses objetivos. É importante destacar que esse processo pela sua natureza é lento, tendo em vista que a conversão, de acordo com Gliessman (2001, p. 572) “para um manejo do agroecossistema fundamentado em princípios ecológicos resulta em um conjunto de mudanças na ecologia do sistema”. Corroborando com este entendimento, Górgen destaca que por se tratar de um processo de passagem, transição, não é capaz de ser materializado em um passo só, mas, através de diversos processos de transição tendo no horizonte a transição [agroecológica] principal. Destaca o autor:

É preciso ir dando passos ano a ano. Por vários motivos: A terra que usamos está contaminada por adubos químicos e pelo uso de venenos; As sementes “melhoradas” pelas empresas multinacionais são viciadas no pacote químico e substituí-las completamente é um processo demorado; O meio ambiente, especialmente o solo, ao nosso redor está desequilibrado e os insetos, fungos e plantas concorrentes, indicadoras (ditas “daninhas”), estão fora de controle; Nós não temos recursos financeiros sobrando para arcar com três a quatro anos de transição de uma agricultura para a outra bancando eventuais prejuízos; Não dispomos de conhecimentos suficientes que nos deem segurança para enfrentar todos os problemas e desafios que nos surgem no dia a dia; Não temos assistência técnica e pesquisa suficiente na área agroecológica para acompanhar todos os pequenos agricultores que iniciam um processo de passagem, de transição. (GÖRGEN, 2004, p. 72).

Soma-se a isso também o redimensionamento e reordenamento do conjunto de ações e práticas na unidade de produção tais como: ‘planejamento’ [sob a perspectiva da planificação do modo de produção], práticas de campo, gestão, filosofia, inclusive *marketing*.<sup>701</sup>

Para muitos produtores, a conversão rápida a um desenho e manejo sustentáveis do agroecossistema não é possível nem prática. Como resultado, muitos esforços de conversão avançam em passos mais lentos na direção da meta derradeira da sustentabilidade, ou, simplesmente, adotam como foco o desenvolvimento de sistemas de produção de alimentos um pouco mais consistentes do ponto de vista ambiental. Na diversidade de esforços de conversão observados, três níveis distintos podem ser identificados (Hill, 1985). (GLIESSMAN, 2001, p. 573 – 574).

A literatura acerca da agroecologia traz um conjunto de indicações das ações práticas necessárias para ir constituindo os primeiros passos, que devem se tornar ações permanentes<sup>702</sup>. A partir das indicações de Gliessman sintetizamos: O *primeiro nível* – e também o primeiro passo – pode ser caracterizado com a necessidade de redução do uso de insumos externos que são danosos e violentos com a natureza. Porém, o alcance desse objetivo pressupõe a melhoria e o incremento de ‘práticas convencionais’<sup>703</sup> que possam corresponder com mais eficiência para a produtividade. De acordo com Gliessman (2001, p. 574) “A meta desta abordagem é a utilização de insumos de forma mais eficiente, fazendo com que uma menor quantidade se torne necessária, e reduzindo, ao mesmo tempo, os impactos negativos de sua utilização”. A percepção desta necessidade tem impulsionado a busca de alternativas práticas e conhecimentos que têm contribuído para a diminuição dos impactos degradantes da agricultura convencional.

O *segundo nível* desse processo de transição é caracterizado, fundamentalmente, pela substituição de práticas convencionais por práticas alternativas<sup>704</sup> (com suas bases numa dinâmica correspondente à revitalização do ‘(agro)ecossistema’). De acordo com o entendimento de Caporal e Costabeber (2015, p. 275) ao discutir esse processo de transição a partir das elaborações de Gliessman (2001), “A meta seria a substituição de insumos e

<sup>701</sup> Não será aprofundado nesta tese, pela sua especificidade, mas Gliessman (2001) elenca um conjunto de princípios que podem servir como linhas mestras orientadoras em todo o processo de conversão e transformação.

<sup>702</sup> De acordo com Görgen (2004), podemos destacar, por exemplo: Recuperação e Manejo do Solo; Livrar-se dos Venenos Agrícolas; Diversificar a Produção e Escapar da Monocultura; Produzir para o Autoconsumo Familiar; Controlar as Sementes e Mudanças; garantir a Disponibilidade de Água; ter Matas e Pomares; Domínio de Conhecimentos Básicos; Construção de Infraestrutura correspondente aos princípios, diretrizes e valores inerentes a essa perspectiva de produção.

<sup>703</sup> As ‘práticas convencionais’ a que se refere não diz respeito às práticas agrícolas ao modo da ‘Revolução Verde’ pura e simplesmente. Mas a implementação de práticas tradicionais que foram sendo abandonadas ao longo do tempo, desde que estas sejam melhores e mais eficientes.

<sup>704</sup> “A meta, neste nível de conversão, é substituir os produtos e práticas baseados no uso intensivo de recursos e degradadores do ambiente por outros mais benignos. [...] Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema não é grandemente alterada e, conseqüentemente, muitos dos mesmos problemas que ocorriam em sistemas convencionais também ocorrem nestes sistemas baseados na substituição de insumos” (GLIESSMAN, 2001, p. 574).

práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico”. Neste passo, acrescenta-se uma maior quantidade de processos cíclicos-biológicos intercambiáveis e interacionais (vegetal e animal), para reconstituição da fertilidade e da biodiversidade, bem como de suas dinâmicas.

O *terceiro nível* é mais complexo pressupõe um estado de coisas correspondente a uma reconfiguração do real<sup>705</sup>. Gliessman (2001) aponta que este nível se caracteriza pelo redimensionamento na base material, através dos agroecossistemas – redesenho de ocupação do território – que possam objetivar práticas iminentemente ecológicas e, portanto, processos ecológicos<sup>706</sup>. Neste caso, angaria já a responsabilidade de superação de relações causais ainda presentes nos níveis anteriores que são correspondentes ao modo convencional de produção<sup>707</sup>.

A Agroecologia e a necessidade da transição agroecológica são as demonstrações de que há uma intersecção e interconexão entre as agressões ao meio ambiente (ecológicas) e as agressões contra as condições de existência dos produtores de alimentos e produtores diretos de modo geral (GUHUR; TONÁ, 2012). Desse modo,

**[...] transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança que ocorre através do tempo nas formas de manejo dos Agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada Agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.** (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 272, (*Grifos em negrito meus*)).

A compreensão desenvolvida indica que a Agroecologia como campo de conhecimento, por se nutrir de diversas disciplinas, saberes, conhecimentos e experiências dos trabalhadores camponeses inter-relacionando todos esses elementos possui um enfoque

<sup>705</sup> Dado o caráter multidimensional da Agroecologia, pressupõe todo um contorno objetivo (natural e social) de determinantes e condições objetivas para a produção e reprodução, uma expressão determinada da mediação capaz de garantir o processo em implementação.

<sup>706</sup> “[...], em vez de se encontrar maneiras mais consistentes para resolver problemas, evita-se, em primeiro lugar, que eles apareçam. [...]. Os problemas são identificados e, portanto, prevenidos através de uma abordagem de desenho e manejo internos, adequados ao tempo e ao lugar, em vez da aplicação de insumos externos” (GLIESSMAN, 2001, p. 575).

<sup>707</sup> Aplicando neste contexto a dialética e a característica de sua ‘terceira lei, a mudança qualitativa’, vemos que nesse nível é um ponto de síntese onde se angariou uma mudança qualitativa. Esse processo em ‘desenvolvimento’ de evolução e coevolução, pôde materializar o ‘salto qualitativo’. Considerando a Soberania Alimentar, vemos que, o resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, além de alcançar as formas e bases para uma produção mais saudável, potencializa as bases para produtos alimentares com qualidade biológica também superior.

científico e permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com potencial explicativo e orientador, para além do desenho e manejo de agroecossistemas, processos de desenvolvimento rural e sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2015).

Como já mencionado que a Agroecologia é uma construção recente e ainda em desenvolvimento, a compreensão adequada advém e deve ser situada sobre as bases histórico-materiais em que essa concepção em lapidação vai se dando. Neste sentido, os fundamentos epistemológicos desse campo de conhecimento e matriz científica, presume princípios ontológicos que divergem dos materializados nos arcabouços explicativos principais da ciência sob a orientação do capital. Como destacam Caporal e Costabeber ao referendar o entendimento de Noorgard:

Segundo Noorgard, **as bases epistemológicas da Agroecologia** mostram que, **historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana**. Ou seja: a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser mais bem compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da Agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós (Noorgard, 1989). (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 274, (*Grifos meus*)).<sup>708</sup>

Estes aspectos demarcam o processo de transição agroecológica e demonstram a sua complexidade e multidimensionalidade. Neste sentido, a **Agroecologia é uma mediação [prática]**. Nota-se, no entanto, que para a materialização desse processo de transição agroecológica, a Agroecologia é compreendida para além de ser instrumento metodológico, através do qual, é possível um entendimento mais apurado dos sistemas agrários, e que por esta razão, soluciona problemas e impulsiona alternativas que o conhecimento agrônômico<sup>709</sup> não consegue dar conta.

A agroecologia oferece orientações básicas para o desenvolvimento de agroecossistemas que se beneficiam dos efeitos da integração proporcionados pela

<sup>708</sup> Opõe-se à noção abstrata de natureza expressa nas ciências.

<sup>709</sup> Entende-se que o conhecimento possui linhas limítrofes para resolver essas questões ou contribuir para os processos de transição tendo em vista que os avanços técnicos e científicos conduzem a sua potencialidade para outras direções, por estarem impulsionados por objetivos qualitativamente diversos aos da Agroecologia. Neste sentido, ao invés de resolver, acaba por contribuir no agravamento desses problemas.



biodiversidade de plantas e animais. Tal integração favorece as complexas interações e sinergismos, assim como torna mais eficientes as funções e os processos do agroecossistema, tais como: a regulação biótica de organismos prejudiciais, a reciclagem de nutrientes e a produção e acumulação de biomassa, permitindo, assim, que o agroecossistema estabilize seu próprio funcionamento. O objetivo final do modelo agroecológico é melhorar a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas, ao propor um sistema de manejo que tenha como base os recursos locais e uma estrutura operacional adequada às condições ambientais e socioeconômicas existentes. Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir a conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal etc.), enfatizando o desenvolvimento de metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas. (ALTIERI, 2012, p. 114 – 115).

Vemos, no entanto, que outras variáveis ganham relevância nesse processo de mediação. São exemplos as variáveis sociais, que buscam ressignificar e redefinir na experiência-prática, partindo de bases técnicas de um ‘Agroecossistema’, as relações objetivas necessárias que além de possibilitar a compreensão das diversas formas de dominação dos camponeses na atual política econômica, potencialize nessa relação dialética o processo de transição agroecológica. Além disso, embora a questão da sustentabilidade tenha assento na base material e possui sua origem – carga semântica e conteúdo histórico – na ecologia, ou em termos ecológicos, deve ser compreendida para além da sustentabilidade ecológica. Ou seja, outros sistemas sustentáveis devem ser constituídos ao mesmo tempo, e que, portanto, são constituintes das condições objetivas para a sustentabilidade em termos de totalidade concreta.

**Ainda que devemos definir a sustentabilidade principalmente em termos ecológicos, também é verdade que a sustentabilidade ecológica não pode concretizar-se em um contexto social e econômico que seja incapaz de lhe servir como suporte.** Os Agroecossistemas, embora funcionem ecologicamente, são manipulados em alto grau pelos seres humanos. Em função disso, suas características ecológicas estão intimamente ligadas aos sistemas econômicos e sociais construídos pelo homem. Algumas dessas ligações, como, por exemplo, a influência de forças econômicas sobre a agricultura, acabaram de ser discutidas. (GLIESSMAN, 2001, p. 600, (*Grifos meus*)).

Não se nega conhecimentos formais e técnicas desenvolvidas pela tradição acadêmica, contudo, aponta-se a necessidade de reorientação e uso desses fundamentos epistemológicos a partir de um conjunto de princípios e valores, que pressupõem uma ‘outra’ ontologia de ser social, que expressa práticas, experiências e relações sociais – ou práxis intelectual e política – que busquem a superação do modo de produção capitalista. Desse modo, os processos de pesquisa, construção de conhecimento e Formação Humana, sob a perspectiva da Agroecologia tendo no horizonte a produção de alimentos, correspondente ao pretendido pelo Soberania Alimentar e constitui-se em análise de conjunto.

#### 4.4 A produção de alimentos em sistemas e agroecossistemas sustentáveis

Considerando as discussões que abarcam a conceituação de Agroecologia no que diz respeito à produção de alimentos, vemos que estas convergem para o entendimento de que a ‘materialização/materialidade’ desse processo pode garantir a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Há por parte dos pesquisadores em Agroecologia, um grande esforço em demonstrar que a implementação das condições objetivas de realização de uma agricultura sustentável<sup>710</sup> correspondente aos princípios constituídos a partir da apreensão da sinergia entre o natural e o social, e são na verdade a realização ‘programática’ de inclusão de forças em ação – natural, política, social, cultural, etc. – que incidem em sistemas alimentares, ou base material em condições para a produção de alimentos, biologicamente e nutricionalmente superiores.

**À medida que reconhecemos a influência de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos sobre a agricultura, devemos também mudar nosso enfoque, da sustentabilidade dos agroecossistemas para a sustentabilidade de nossos sistemas alimentares. Estes têm uma amplitude global e compreendem todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos.** Incluem: a) as relações econômicas entre proprietários de terras e assalariados agrícolas, produtores e consumidores de alimentos, cidadãos de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento; b) os sistemas políticos que controlam esses relacionamentos; c) as estruturas sociais que influenciam o relacionamento das pessoas com a produção e o consumo de alimentos; d) os sistemas culturais que influenciam os valores e crenças das pessoas. Para que os sistemas alimentares sejam sustentáveis, todos os seus aspectos humanos devem dar suporte à sustentabilidade de seus aspectos ecológicos. (GLIESSMAN, 2001, p. 600, (*Grifos em negrito meus*)).

O que Gliessman destaca é a necessidade de articulação entre vários fatores que contribuem para os processos de mediação e da *intersecção entre a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos sistemas alimentares*. O alimento produzido é a expressão da combinação e materialização de determinados princípios no interior de um agroecossistema<sup>711</sup>. Concordando com Howard (2007, p. 323, (*Grifos meus*)) “*Os alimentos deverão ser classificados, comercializados e distribuídos de acordo com a forma que o solo é*

<sup>710</sup> “[...]: A agricultura sustentável é aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre os diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações. Inerente a esta definição está a ideia de que a sustentabilidade agrícola não tem limites de espaço ou tempo – ela envolve todas as nações e todos os organismos vivos, e estende-se no futuro, indefinidamente” (GLIESSMAN, 2001, p. 600 – 601).

<sup>711</sup> Podem ser resultantes das mediações práticas [combinadas] como a Reforma Agrária [Popular], a Política Pública, a Agroecologia e a Formação Humana. Como destaca Gørgen (2004, p. 86) “Terá que se produzir alimentos com menos máquinas, menos químicos e mais trabalho. Também nisto o mundo camponês é horizonte de esperança numa sociedade que extingue postos de trabalho. E trabalhar, numa perspectiva humanizada e humanizadora, dá sentido às existências pessoais e coletivas. No mundo camponês, o trabalho tem sentido ético, é um valor humano”.

*adubado*”. Ter clareza acerca desses aspectos é fundamental, dado que, o agroecossistema expressa os valores materializados nos processos produtivos oriundos das bases sociais vigentes<sup>712</sup>. Como destaca Gliessman (2001, p. 601, (*Grifos meus*)) “[...] *cada agroecossistema desenvolve-se no contexto de uma ampla base social e ecológica, e a partir dela sustenta-se*”. E, partindo desses pressupostos, a realização da Soberania Alimentar, pressupõe a Agroecologia no processo de mediação e na sua conformação nos processos de interação dos componentes sociais, culturais, econômicos e naturais.

[...], a Agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de *agriculturas sustentáveis*, tendo como **um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidade adequadas e de elevada qualidade biológica para toda a sociedade**. (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p. 277, (*Grifos em negrito meus*)).

Como fator material e como diretriz emancipatória da Soberania Alimentar, a agricultura sustentável passa a ser a materialização das interconexões e interações entre os elementos sociais e ecológicos dos agroecossistemas. Desse modo, a base material, teórica e técnica, devem ser correspondentes à operacionalização das atividades vitais que incide nas condições objetivas e reprodução desse processo da unidade de produção e do agroecossistema para a produção de alimentos com qualidade adequada e em quantidade suficiente. De igual forma, ao ir tecendo as transformações nos fundamentos sociais e nos fundamentos ecológicos dos agroecossistemas, ocorrem as mudanças fundamentais no sistema como um todo.

De acordo com Gliessman (2001, p. 601), “Qualquer agroecossistema específico é modelado por fatores locais, regionais e globais, oriundos tanto dos componentes sociais quanto dos componentes ecológicos de sua base”. Neste sentido, as transformações advogadas devem dar as condições para que as preferências humanas, frente as bases sociais e ecológicas possam ser orientadoras de uma concepção que no momento da projeção das unidades produtivas possam potencializar esses valores.

Para desenhar agroecossistemas produtivos, saudáveis e sustentáveis, os ecossistemas naturais de cada local são a principal referência. A biodiversidade deve ser estimulada nos agroecossistemas, de tal forma que espécies nativas estejam presentes e cumpram não apenas funções ecológicas – conservação das águas, produção de biomassa, quebra-ventos, estabelecimento de microclimas, refúgio para a biodiversidade –, mas também funções econômicas, criando produtos para o autoconsumo das famílias e para a geração de renda monetária – alimentos, madeira, lenha, água para beber, plantas medicinais, artesanato. Plantas e animais

<sup>712</sup> Temos aqui um critério de qualidade fundamental (biológico-nutricional) para os alimentos. Embora, na imediatividade seja um interesse prescrito ao Campo, indica a pertinência para a tomada de consciências dos moradores urbanos, dado que são consumidores dos alimentos. Como argumenta Howard (2007, p. 323) “Devemos tomar todas as medidas para evitar que os campos [...] sofram uma exploração meramente financeira. Isso é essencial, pois o **principal patrimônio é o ser humano e uma agricultura sadia praticada por vigorosos camponeses** é o mais seguro suporte do futuro da nação” (*Grifos meus*).

domesticados e cultivados ou criados no local também devem ser espécies adaptadas às condições ecológicas locais. A biodiversidade também é promovida ao serem priorizadas variedades de plantas e raças animais com base genética ampla e adaptadas localmente, e pela utilização dos policultivos, diversificação de forrageiras e sistemas agroflorestais. (MONTEIRO, 2012, p. 70).

Em virtude das características e objetivos desses processos em interação – formas sustentáveis em termos de agricultura e de produção de alimentos –, vemos que tendencialmente, estes se tornam mais adequados para unidades de produção com menor porte, ou seja, encontram nestas as condições mais favoráveis de desenvolvimento e expansão. Do ponto de vista das percepções, considerando o Sistema Agroalimentar hegemônico também estrutura a produção e a distribuição global de alimentos na utilização de grandes quantidades de energias para transporte, a ideia da produção de alimentos em bases sustentáveis – principalmente locais – traz também a vinculação dessa necessidade com a questão energética. Neste sentido, recentemente concebeu-se o conceito de Alimergia<sup>713</sup> que busca compor em sua capacidade explicativa mais essa dimensão no processo de produção de alimentos e que visa a materialização da sustentabilidade.

Desse modo, a Agroecologia como ‘mediação prática’ constitui-se na interconexão de múltiplas dimensões. Considerando os apontamentos desenvolvidos por Machado e Machado Filho (2017) expressamos na sequência de maneira sintetizada essas dimensões através da Figura 13 – Dimensões da Agroecologia.

---

<sup>713</sup> “**Alimergia** é um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura **desenvolver formatos produtivos que integrem, de maneira sinérgica, a produção de alimentos e de energia com a preservação ambiental.** A alimergia **visa à Soberania Alimentar e Energética das comunidades e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais.** No entanto, isso só será possível com a utilização de sistemas agrícolas de base ecológica, em especial a Agroecologia, que implica sistemas complexos de policultivos. Porém, a alimergia não é apenas um novo conceito que procura unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo paradigma, necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro”. (GÖRGEN, 2012, p. 53 – 54, (*Grifos meus*)). Podemos verificar que este entendimento – a partir do que já analisamos acerca da ‘inversão’ de valores aplicados pela ‘racionalidade econômica’ no computo da produção – é uma oposição à crise material e epistêmica, pois o “Fetichismo correlato das relações de valor de troca representa uma crise de irracionalidade não somente material, mas também epistêmica. O melhor exemplo disso é que os agrocombustíveis aumentam as emissões de carbono, não solucionam a crise energética e ameaçam as terras comunitárias, pradarias e florestas existentes – das quais uma grande parcela (e, em última instância, a totalidade) da humanidade depende e onde uma substancial porção de alimentos é produzida (...). (MCMICHAEL, 2016, p. 180)”.

Figura 13 – Dimensões da Agroecologia.

ESCALA	‘Indissolúveis’, ‘indissociáveis’, ‘integrals’, ‘indivisíveis’, [...] interdependentes’ (MELO; MACHADO, 2008 apud MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 192)	“É básica. A validade da tecnologia de processo depende da escala: a produção deve ser em quantidade tal que atenda à demanda mundial” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 192).
SOCIAL		“O processo produtivo pressupõe o respeito à condição humana. [...], envolve a mudança do regime social” (MACHADO; MACHADO FILHO 2017, p. 194).
POLÍTICA		“[...] a tecnologia deve consubstanciar um arcabouço político que lhe dê sustentação teórica, que venha a ser comprovada pela prática” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 194).
ECONÔMICA		“Qualquer proposta produtiva deve gerar resultados financeiros positivos a quem execute. A diferença é que esses resultados não comprometam ou agridam as demais dimensões, especialmente a qualidade ambiental e o balanço energético” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 194).
AMBIENTAL		“[...] os procedimentos agrícolas devem eliminar ou, pelo menos, minimizar a contaminação ambiental. [...]. Os procedimentos agroecológicos sempre são definidos a partir da proteção ambiental” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 195; 196).
ENERGÉTICA		“A vida depende de energia. Quanto maior a atividade vital – no caso a produção – maior a demanda energética. Este axioma é a pedra de toque da agroecologia, porque não se terá alimento para a humanidade, se o sistema não receber as quantidades correspondentes de energia” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 196).
CULTURAL		Se opõe aos pacotes tecnológicos ligados à difusão da ‘Revolução Verde’. “Qualquer tecnologia de uso social deve-se ajustar ao padrão cultural dos usuários” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 197).
ADMINIS-TRATIVA		Pressupõe que a tecnologia empregada deva ser administrada pelo produtor, ao contrário do que vemos que acontece na lógica do agronegócio, que o agricultor segue o pacote multinacional. Ou seja, o produtor não é ‘dono do seu negócio’. “É sabido que a má administração ou a falta dela se encontra entre as causas principais do insucesso da produção limpa” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 197).
TÉCNICA		Decisiva. É condição para realizar o processo produtivo e colocar em prática a teoria, respeitando todas as dimensões. Pressupõe a não agressão às bases naturais para a produção e de fertilidade, etc. Respeito á Biodiversidade, plantio direto, rotação de culturas, entre outras diversas formas de intervenção para compor a totalidade do processo com as técnicas desenvolvidas pela Agroecologia. “[...], essas técnicas têm sido desprezadas pelos currículos escolares, os profissionais se formam se o seu domínio. Há, portanto, uma necessidade urgente de formação” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 198).
ÉTICA		“É axiomático que esse conjunto de procedimentos se concretize em uma conduta ética de respeito aos cidadãos e à natureza. [...]. Como se vê a agroecologia implica relações humanas cordiais, respeitadas, civilizadas, [...], solidárias” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 198).
SOBERANIA ALIMENTAR	“Como corolário óbvio do atendimento às diversas dimensões, a agroecologia leva à Soberania Alimentar, tanto dos produtores como do país. Porque, além de procedimentos limpos que respeitam e protegem o ambiente, ela reduz substancialmente os custos e está livre dos controles externos e das multinacionais, como acontece no agronegócio. [...]. As sementes são patrimônio da humanidade e os produtores têm o direito de usá-las. Não se pode patentear a vida, motivo pelo qual as patentes de sementes ferem a ética e, nesse sentido, são inaceitáveis. Nem um país ou produtor têm Soberania Alimentar e, portanto, política, se suas sementes são controladas por multinacionais” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017, p. 198 – 199).	

Elaboração do autor, PPFH/UERJ, 2018

Fonte: MACHADO; MACHADO FILHO (2017)

A partir da caracterização de cada uma das dimensões da Agroecologia e a intersecção entre ambas, podemos verificar a sua potencialidade e estratégia para a Soberania Alimentar, como ciência e como conjunto de práticas (ALTIERI, 2012). A articulação entre ciência (bases científicas da Agroecologia) e o conjunto de práticas orientadas para a produção sob essas perspectivas é que definirão substancialmente cada uma dessas dimensões no processo histórico. Neste sentido, o imbricamento entre Agroecologia e Soberania Alimentar, fornecem as bases científicas, os valores, um arcabouço metodológico e técnico, entre outros elementos, para fundamentar a integração entre a produção da existência humana e a Formação Humana Emancipadora.

#### 4.5 Soberania Alimentar e Formação Humana Emancipadora

Se a tarefa é a construção de uma nova sociedade, [‘outros’] seres humanos históricos/sociais devem ser formados. De acordo com Frigotto (2012, p. 273), *“Um olhar atento sobre a história desde o momento que o ser humano se reconhece como tal, revela que duas práticas sociais, ainda que diversas, coexistem em todas as formas de sociedade: o trabalho e os processos educativos”* (Grifos meus). E neste sentido, parte-se do pressuposto de que a Soberania Alimentar em suas múltiplas dimensões só será socialmente referenciada por processos de Formação Humana organicamente vinculados por/e aos processos de trabalho que correspondam aos seus princípios e objetivos. Além disso, entende-se que estão presentes na *Soberania Alimentar princípios ontológicos, epistemológicos e políticos que a tornam matriz formadora/formativa, e assim, podem contribuir com as condições objetivas para processos educativos, na perspectiva da emancipação*<sup>714</sup>.

Considerando, portanto a problemática desta tese – Soberania Alimentar em suas dimensões, material, prático-política, utópica, e sua inserção na crítica ‘radical’ à ‘[des]ordem’ do Sistema Agroalimentar e ao modo de produção, inscreve-se oportuno considerar que o seu escopo abarca tarefas teórico-políticas de transformação. Neste sentido, dentre diversos aspectos, a problemática que envolve a Formação Humana, assenta-se no ‘reconhecimento’ de que o capital é expressão de um conjunto de relações que acabam por ‘assinar a sua ‘carta testamento’ de incapacidade civilizatória, assumindo ser o fator material

---

<sup>714</sup> Questões, elementos e aspectos fundamentais que comporão esses processos terão um tratamento mais específico adiante. Porém, é importante trazer para esta discussão o constructo teórico da *utopia* e *sitopia* apontado por Friedmann (2016) que trouxemos no Capítulo I. Além disso vale retomar a discussão desenvolvida por Marx em sua obra ‘sobre a Questão Judaica’ onde aponta que não basta a emancipação política, religiosa, mas que o fundamental é a emancipação humana.

da barbárie, como por exemplo, materializado na má qualidade da alimentação e no fenômeno da fome; nas doenças degenerativas que têm vínculo direto e indireto com a alimentação entre outros aspectos já referenciados.

Em decorrência da **clara incapacidade orgânica do capital democratizar o imenso avanço das forças produtivas** e considerando, ao contrário, que a **tendência do crescente monopólio privado da ciência e tecnologia atrofia-lhe sua virtualidade humanizadora**, [...] autores também mostram – **na contracorrente** – que a **alternativa do socialismo continua em pauta e nunca se mostrou historicamente tão necessária**. Isto, todavia, [...] *não significa nem que o fim do capitalismo está próximo e nem que a alternativa socialista está eminente*. Mas, para todos, é evidente, que se a humanidade quiser evitar a barbárie e a destruição das condições materiais da vida humana, a lógica do desenvolvimento de tipo fordista e pós-fordista, do passado e do presente, devem mudar. (FRIGOTTO, 2002, p. 49, (*Grifos em negrito e itálico meus*)).

Neste sentido, integra esta tese a tentativa de explicitar a concepção de Formação Humana relacionada ao ‘projeto de sociedade’ que está na origem e no desenvolvimento da perspectiva da Soberania Alimentar em suas múltiplas dimensões. Dado os grandes desafios que se apresentam ao nosso tempo, percebidos e destacados no escopo desta tese, trata-se de demonstrar – mediados pela teoria – a necessidade histórica de constituir processos educativos e de Formação Humana – ancorados na capacidade explicativa e transformadora da relação Trabalho-Educação correspondente ao processo de materialidade e materialização da Soberania Alimentar – que possam conduzir as gerações vindouras na disputa contra-hegemônica e principalmente na compreensão das condições cada vez mais inviáveis da sociedade capitalista, e, na construção de uma outra hegemonia.

Como expressão desse processo, vincula-se a compreensão da necessidade de uma subjetividade coletiva-social que possa materializar a **práxis revolucionária** para a superação, da reprodução do capital no Campo, do Sistema Agroalimentar, entendendo-os na inserção da totalidade das relações concernentes ao modo de produção capitalista, portanto, bases limitantes de processos de humanização e de construção de outra hegemonia.

Considerando a análise desenvolvida nesta tese, vemos que há um tensionamento entre os riscos para as condições da existência natural-humana e a superação dessas condições<sup>715</sup>. O conteúdo histórico da *temporalidade* – que se configura entre a ameaça e afirmação do contradito da ameaça – é que deve ser *mediada pela Formação Humana emancipadora*. Reitera-se, no entanto, que entendemos que o potencial emancipador da Formação Humana, dos processos educativos, das instituições educacionais, deve ser realizado na prática e não

<sup>715</sup> Considerando estes elementos, ganha sentido a afirmação de Frigotto (2014b, p. 30) de que “O pressuposto do qual partimos provisoriamente é de que ‘a debilidade de nossa imaginação’, [...], que nos leva a pensar ser mais fácil a destruição total da natureza do que o ‘colapso do capitalismo tardio’, deriva da debilidade teórica das forças historicamente empenhadas na superação das relações sociais capitalistas filiadas à utopia socialista”.

por postulados abstratos, previamente e arbitrariamente organizados. Ou seja, o caminho e as condições objetivas para a superação – a nossa utopia – desse conjunto de relações econômicas e políticas – tendo nas dimensões [mediadoras] que compõem o escopo da Soberania Alimentar<sup>716</sup> – dependerão de maneira significativa das mediações e prerrogativas particulares fundamentais nesse processo de superação.

Neste sentido, a partir das categorias de análise utilizadas (Totalidade/Universalidade, Contradição, Historicidade, Mediação, Práxis, entre outras), a Soberania Alimentar expressa a partir das categorias de conteúdo (Questão Agrária, Estado, Políticas Públicas, Trabalho, Agroecologia, Formação Humana, Politécnica, etc.), que há um enorme desafio *científico e de Formação Humana para corresponder ao seu conteúdo histórico e seu projeto político*. Ou seja, trata-se de extrair das grandes dimensões que compõem a Soberania Alimentar e dos embates teóricos construídos – demonstrado ao longo da tese –, alguns pontos fundamentais para a Formação Humana [Emancipadora], bem como o horizonte do desenvolvimento e da Educação *Omnilateral*<sup>717</sup>, Politécnica/Tecnológica. Isto porque a compreensão e a ação em cada uma das dimensões, pressupõe análises multidimensionais e de conjunto. Trata-se, portanto, de ir confrontando os conteúdos de Formação Humana implementada pela ‘herança’ – [condição] histórica/socializada/reproduzida – dominante, correspondente ao economicismo, tecnicismo e pragmatismo, que materializam uma [Educação *Unilateral*] alinhado aos interesses dos donos do capital.

Sob o modo de produção capitalista, a divisão social e técnica que estrutura o trabalho, estrutura, igualmente, a produção da ciência – um fato que aponta para a analogia, o a afinidade estrutural, entre mercadoria e ciência. **Tal qual a mercadoria, a ciência resulta de uma fabricação.**

Essa divisão de trabalho que perpassa o mundo da ciência acha-se assentada na atividade funcional de **três atores sociais principais**: *os cientistas, que produzem o conhecimento científico, os professores, que tratam de transmiti-lo aos alunos, e a sociedade, que consome a ciência na forma de produtos tecnológicos*. Cada uma destas funções acha-se organizada em espaços institucionais distintos e especializados: o espaço especializado do laboratório científico, o espaço especializado da escola e o espaço especializado do mercado de troca. [...].

**Regendo a organização destes espaços especializados, como um maestro que não aparece em cena, há o quarto ator**, de quem pouco se fala nos manuais de ciência: o financiador da pesquisa científica – na sociedade contemporânea, o

<sup>716</sup> Por exemplo: A base material (Questão Agrária); A relação entre Estado-Sociedade Civil-Políticas Públicas; Formação Humana; a Luta de Classes no Campo; a Agroecologia; Saúde; Controle Social; etc.

<sup>717</sup> “*Omnilateral* é um termo que vem do latim e cuja tradição literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação *omnilateral* significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação *omnilateral* abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são *simplesmente dados pela natureza*. O que é especificamente humano, neles, é a criação deles pelo próprio homem (Mészáros, 1981, p. 181). (FRIGOTTO, 2012b, p. 265)”.



**capital** – que, através de todo tipo de pressões, **define os rumos dos projetos científicos segundo seus interesses**. No interior de um campo de relações marcado pelos conflitos de classe, este quarto ator, seja diretamente ou pela via do Estado, é que dita o sentido do empreendimento científico – coisa que se faz pela busca sem tréguas de inovações tecnocientíficas para serem inseridas no mercado. (ROLO, 2015, p 140, (*Grifos em negrito e itálico meus*)).

Como sabemos, a ciência e o conhecimento são resultantes da apreensão e interpretação humana do movimento do real – das coisas-objetos, dos fatos, dos fenômenos, etc.<sup>718</sup> – a partir das práticas de estudo e pesquisa, ancorados em instrumentais metodológicos, e por vezes, tecnológicos, dependendo da natureza da pesquisa. Somado a esse desafio está o da aplicação dos seus resultados, dado que esta aplicação se materializa a partir da relação de forças no interior das relações de produção e das formas sociais<sup>719</sup>. Considerando esses aspectos vemos que as indicações de Arendt em sua obra ‘A Condição Humana’ (1958; 2005), ficam cada vez mais evidentes, como destaca Arl:

[...]. “O humano do futuro parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como lhe foi atribuída [...] ele a deseja trocar por algo produzido por ele mesmo” (ARENDR, 1958). E, na medida em que o **afastamento da existência humana da natureza se realiza**, necessita-se **aumentar o nível de artificialização** para poder continuar vivendo, **afastando-se cada vez mais da ciência da vida e exercendo uma vida dominada pela ciência**. Interrompem-se os ciclos e segmenta-se a teia da vida, e **gastam-se fortunas com tecnologias e produtos para sustentar a vida nesta nova condição**. (ARL, 2008, p. 161, (*Grifos meus*)).

Esta condição, portanto, têm evidentes demonstrações que a faz insustentável. Neste sentido, as discussões e elaborações dos temas e dimensões imbricadas que compõem a perspectiva da Soberania Alimentar, fundamentalmente, buscam contrapor a direção em que caminha o modelo hegemônico da sociedade, da ciência, do trabalho e da educação<sup>720</sup>. Relacionado a isso a Soberania Alimentar e a Agroecologia demandam o fortalecimento e a produção de conhecimento a partir da inserção de uma relação ecológica tendo em vista formas e relações de produção mais sustentáveis. O que está na pauta na atualidade, a partir

<sup>718</sup> Porém, como vimos, sob a égide do capital busca-se nas particularidades orgânicas do modo de produção e não da totalidade concreta. Desse modo, de maneira determinante conduz os processos pragmáticos e orientados, onde o capital e a ciência impõem as linhas limítrofes nos procedimentos e na atuação dos cientistas, professores, bem como aos consumidores do fruto da ciência que objetivamente estão interligados a outras dimensões que embasam a sua inserção no processo produtivo.

<sup>719</sup> Vemos, por exemplo, no modo de produção capitalista a produção científica e tecnológica prioritariamente a serviço das grandes corporações. Além de ser instrumento de dominação é expressão de sua não-neutralidade.

<sup>720</sup> O que chama atenção é que Arendt (2005) demonstra que considerando a forma hegemônica da relação homem-natureza, e do humano buscar as suas respostas frente às ‘necessidades’ históricas, cada vez mais há uma dependência da ciência instrumental dirigida, somada à técnica, dado o nível cada vez mais alto de artificialização da vida. Na busca de alternativas, precisamos entender que necessitamos mais de ‘vida e natureza’ do que a exacerbada artificialização dos processos de reprodução da existência. Neste sentido, ao invés dessa oposição entre [ciência + técnica] *versus* [vida + natureza], precisamos de Politecnia, de ciência que compreendam a vida e a natureza, e que possam potencializar uma relação mais harmoniosa entre humano-natureza.

desses imperativos, são: 1- a construção das condições necessárias – *da atividade humana* – para a materialização das mediações correspondentes ao que é substancial tanto na Soberania Alimentar, quanto na Agroecologia; e, 2- a busca pela superação – *através da atividade ‘prático-crítica’, ou ‘crítica de um modo prático’* (BARATA-MOURA, 2003), *desenvolvida pelos trabalhadores* – dos limites e das condições objetivas conseguidos a cada passo no processo de implementação da Soberania Alimentar e da Agroecologia.

Vemos que as teses de Marx – *as teses: segunda e terceira* – sobre Feuerbach demarcam aspectos fundamentais para processos de/em transformação. Portanto, ajudam-nos a entender que através do trabalho, pode ir germinando práticas e conhecimentos que contribuam para esses processos de transformação e autotransformação.

A doutrina materialista da transformação das circunstâncias, têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado. Daí que ela tenha de cindir a sociedade em duas partes – uma das quais fica elevada acima dela.

A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis revolucionária*. (MARX, 2002, p. 108)<sup>721</sup>.

Amparados por esse entendimento filosófico da maior importância e trazendo esses elementos para a particularidade, vemos que uma primeira ‘prescrição’ de conteúdo histórico da **Soberania Alimentar está na necessidade emergencial em construir as condições objetivas [ideais] para a produção de alimentos e a formação da consciência dos trabalhadores e consumidores**. Ou seja, tem a ver com as bases materiais, com as relações de trabalho, com processos formativos – concepção e perspectiva formativa unitária, politécnica/tecnológica, omnilateral –, com políticas públicas, que aos poucos podem ir se

---

<sup>721</sup> Tese: terceira. Barata-Moura, traz uma contribuição importante para compreendermos o fundamental nessa tese e de que os processos de transformação objetiva e da consciência ocorrem de maneira concomitante e relacionados, portanto, é **um processo unitário**. De acordo com ele, “De um modo geral, as concepções materialistas até então desenvolvidas faziam primordialmente depender a alteração das realidades de uma prévia reforma cultural que levasse os homens (e, em particular, os investidos de responsabilidades de governo), devidamente orientados por mestres esclarecidos e empenhados no bem da humanidade, a dar um novo rumo à sua existência coletiva. Por detrás destas propostas estava a convicção de que haveria uma relação de causalidade unidirecional entre educação e os comportamentos, bem como a de que, de alguma maneira, uma camada à parte (simplificando, os intelectuais e dirigentes) deveria ser elevada acima da sociedade para se desempenhar desse magistério dos que se encontravam abaixo e tinham de ser ensinados a melhor encaminharem os seus destinos. **É contra estas duas dicotomizações que Marx principalmente investe nesta tese**. Nem a transformação está exclusivamente suspensa de uma educação prévia (saída como por encanto dos <<bons sentimentos>> ou das excelsas <<intenções>> de desvairados <<melhoradores>> do mundo), nem aqueles que estão vocacionados para ministrar são eles próprios exteriores à realidade a transformar (que, entretanto, os formou) e ao processo da sua transformação (que igualmente os tem que envolver). Materialmente, a dinâmica é outra: os educadores tiveram eles próprios que ser educados, e a prática (revolucionária) da transformação também transforma os que a levam a cabo. (BARATA-MOURA, 2003, p. 3, (*Grifos meus*)).

tornando capazes de realizar o ‘ideário’ prescrito tanto na perspectiva da Soberania Alimentar, quanto da Agroecologia através dos processos de produção agroecológicos<sup>722</sup>.

Como base material, a partir da particularidade do Campo, constituem-se, portanto, o ‘retorno’ à identidade biológica – relacional e orgânica – (re)inserindo a espécie humana ao ‘corpus natural’, como parte integrante da natureza. Se há o retorno a essa identidade (biológica) como espécie, em constante inter-relação e interdependência com a natureza, teremos, portanto, a associação à natureza como corpo inorgânico do homem. Isto incide, portanto, nos fundamentais princípios básicos de uma ‘nova’ condição humana e constituição de uma nova ordem sociopolítica, e de uma nova ordem [socio]-metabólica.

Estes elementos ganham centralidade – pela objetivação e pela discussão da Formação Humana para esse contexto –, como vimos pela demanda e urgência histórica da reconstituição metabólica homem-natureza. Porém, devemos considerar e compreender que as condições objetivas ideais para tal, está na “[...] suposição da propriedade privada ter sido positivamente revogada” (MARX, 2011, p. 5). Contudo, como germes desse processo de transição, a Soberania Alimentar e a Agroecologia devem ser constituídas também a partir de novas práticas sociais e produtivas, desde logo, real, deliberada e intencional e incorporadas nos processos de Formação Humana Emancipadora.

Por conseguinte, o caráter social e o caráter universal de todo o movimento; da mesma forma que a sociedade produz o *homem* como *homem*, também ela é *produzida* por ele. **A atividade e o espírito são sociais em seu conteúdo, assim como em sua origem; eles são atividade social e espírito social.** O significado *humano* da natureza só existe para o homem *social*, porque só neste caso a natureza é um *laço* com outros homens, a base de sua existência para outros e da existência destes para ele. Só, então, a natureza é a *base* da própria experiência humana dele e um elemento vital da realidade humana. A existência *natural* do homem tornou-se, com isso, sua existência *humana*, e a própria natureza tornou-se humana para ele. Logo, a **sociedade é a união efetiva do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado na natureza.** (MARX, 2011, p. 5, (*Grifos em negrito meus*)).

A Soberania Alimentar e a Agroecologia enquanto ‘projetos’ e ‘processos’, ao tempo que desafia o *status* e *modus operandi* da ciência moderna e seus resultados tecnológicos – sob a égide do capital<sup>723</sup> –, buscam ‘gestar’, ser a gênese – das novas condições e relações

<sup>722</sup> Cotejamos estes elementos com o que destaca Frigotto (2009, p. 70), “[...] capaz de cumprir o ideário gramsciano da escola unitária e elevação moral e intelectual dos jovens para atuarem como sujeitos na sociedade em que vivem”. Esta afirmação se deu por ocasião das discussões acerca dos princípios fundamentais e da matriz pedagógica da Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz.

<sup>723</sup> Este desafio pode ser a superação dos processos desta materialidade expressada por Howard (2007, p. 290) “Quando se faz o uso da ciência para produzir novas variedades de altos rendimentos que exaurem até o último grama de fertilidade dos solos, adubos mais baratos e de efeito mais rápido, máquinas que realizam cultivos mais profundos e mais pesados, galinhas poedeiras que põem ovos até a morte, e vacas que se desfalecem num

sociais, produtivo-econômicas e humanas, bem como arcabouço analítico, que contribua para a constituição de uma nova sociedade. Neste sentido, a Formação Humana implícita desse processo, depende da ação praxica revolucionária, como destacou Marx.

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva – não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na práxis que o homem tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno, do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento – que está isolado da práxis – é uma questão puramente *escolástica*. (MARX, 2002, p. 107 – 108)<sup>724</sup>.

A materialização das condições objetivas da Soberania Alimentar e fortalecimento das práticas agroecológicas – de agricultura sustentável – confere a ambas, em ‘projeto’ e ‘processo’ – por terem intersecção e serem complementares – uma dimensão estratégica<sup>725</sup>. Para além de serem potencialmente as condições de sobrevivência e de resistência aos povos do Campo, são alternativas e importante tarefa na transformação material das relações de produção e a constituição de novas práticas e novas condições para existência humana<sup>726</sup>. Como destacou Acácia Kuenzer ao discutir a dimensão praxica da produção [e da produção científica], a partir do conteúdo implícito e explícito nas teses [‘primeira’ e ‘segunda’] de Marx sobre Feuerbach.

São Marx e Engels que dão suporte a esta conclusão, quando afirmam ser a práxis o fundamento do conhecimento, posto que o homem só conhece aquilo que é objeto ou produto de sua atividade e porque atua praticamente, o que conferirá materialidade ao pensamento. A verdade objetiva, dizem os autores, enquanto

---

oceano de leite, deve estar faltando um pouco de bom senso por parte dos responsáveis por estas pesquisas. A pesquisa agrícola tem feito dos fazendeiros, não produtores de um alimento de melhor qualidade, mas sim hábeis saqueadores dos recursos naturais. Eles têm aprendido a obter lucros às expensas da posterioridade, a transferir parte do capital da fertilidade do solo e das reservas de seu gado para sua conta de lucros e perdas”.

<sup>724</sup> Tese: segunda. É considerando este entendimento que defendemos que a Soberania Alimentar é a indicação necessária, histórica constituída pela *práxis* dos trabalhadores camponeses e povos tradicionais.

<sup>725</sup> Com isto verifica-se que a apreensão de conteúdo que envolve a Soberania Alimentar e Agroecologia: 1- demanda clareza de que sob essa perspectiva, a agricultura como fazer humano é a intersecção material de sistemas de natureza ecológica, política, econômica, social e científica; 2- a base material da ciência é por natureza sistêmica, multidisciplinar; 3- demonstra que os processos de Formação Humana, constituem-se de forma integral por relacionar e aplicar materialmente, ‘variáveis’ sociais, tecnológicas, políticas e culturais através da ação praxica do campesinato; 4- reconhece o campesinato como referencial técnico, de articulação sociocultural, econômico, portanto, politécnicos na/para a constituição de novas formas de fazer agricultura e da construção de novos conhecimentos correspondentes.

<sup>726</sup> Estes elementos têm a ver com a preocupação em demonstrar que o conteúdo histórico e político da Soberania Alimentar e da Agroecologia, por mais diversas e grandiosas que sejam as linhas limítrofes, não são mera ficção ou um pensar imaginado. Portanto, inscreveram-se historicamente necessários serem transformados em objeto de indagação. Contudo, devem ser afirmados pela prática. Neste sentido, Barata-Moura ao dissertar (interpretar) sobre a segunda tese (de Marx à Feuerbach, anteriormente citada) destaca que, “[...] um pensar imaginado como isolado da prática carece de realidade, é uma mera ficção; não faz por isso sentido convertê-lo em objeto de indagação. **Todo o pensar, como atividade humana específica, se dá no interior de um viver, que é constitutivamente prático.** O pensar é uma função vital, e esta é radicalmente um processo de trocas materiais como o mundo e com os outros. **Sem todo um contorno de materialidade, não há cabeça que pense, nem pensar que se exercite;** mesmo quando se pense o <<além>>, é sempre desde um <<aquém>>, e para um <<aquém>> que se pensa”. (BARATA-MOURA, 2003, p. 2, (*Grifos em negrito meus*)).

concordância entre pensamento e realidade, não é um problema que se possa resolver teoricamente pelo confronto entre diferentes pensamentos; a verdade só se constituirá a partir da relação entre pensamento e realidade, e só assim será práxica. A prática é o fundamento e o limite do conhecimento; assim, o objeto concebido como atividade subjetiva, como produto da ação do sujeito sobre o objeto, não nega a existência de uma realidade independente do homem e exterior a ele; o que esta concepção nega é que o conhecimento seja mera contemplação, à margem prática; o conhecimento é o conhecimento de uma realidade que deixa de ter existência imediata, externa ao homem, independente dele, para ser uma realidade mediada pelo homem. (KUENZER, 2002, p. 58; 59).

A construção do debate acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia, bem como as iniciativas prático-materiais, cada vez mais vêm ganhando densidade histórica. Porém, como apontado em diversos momentos, as linhas limítrofes são poderosas. No plano teórico e epistemológico o arcabouço analítico-explicativo que vai aos poucos se consolidando, nos trazem ferramentas para lidar com a problemática do sistema hegemônico de produção agrícola e de alimentos, considerando o contorno material – cadeias de relações – onde os trabalhadores camponeses, como destacaria Barata-Moura (1997, p. 46), num contexto desses, “[...] se veem enredados com manifesto prejuízo e lesão de um desenvolvimento cabal da sua plena humanidade”.

O processo de produção de alimentos e de outros produtos ‘em conjunto com a natureza’ pautado nos ‘projetos’ e ‘processos’ sob a perspectiva da Soberania Alimentar por envolver dimensões técnicas, políticas e culturais, exige processos educativos embasados numa concepção de Formação Humana, com metodologias adequadas, onde os trabalhadores camponeses nesse processo de concreção (objetivo e subjetivo) passem a dominar as condições para uma intervenção na natureza e na sociedade de forma consciente e organizada.

A Formação Humana, portanto, se inscreve como a possibilidade de dar as condições aos trabalhadores pautarem suas ações buscando a síntese e a criação das ‘mediações’ – a partir da práxis revolucionária – entre o horizonte da projeção ideal e utópica da Soberania Alimentar (no momento histórico atual, mais ‘abstrata’ do que concreta)<sup>727</sup> e o ‘império’ do ((sistema)) que se deve superar.

Daí toda a crítica do ((utopismo)), em geral, patente em todos estes contextos, e a necessidade renovada de constituir e empregar uma metodologia científica que habilite os humanos a uma penetração teórica fundada e a uma transformação prática esclarecida na e da realidade que sofrem e em que se movimentam. (BARATA-MOURA, 1997, p. 46).

---

<sup>727</sup> De acordo com Barata-Moura (1997, p. 48) “[...], Marx trata sempre de deixar sublinhado que mesmo a categoria mais abstrata – e, por isso, de validade mais abrangente – nunca deixa de ser um produto de relações históricas determinadas e de possuir um âmbito, também determinado, de aplicabilidade”.

Ao meu entendimento, neste momento histórico, a apreensão mais atenta e mais crítica do movimento do real coloca algumas questões: onde reside a ‘idealização’<sup>728</sup> da sustentabilidade ou ‘idealização’ mais pura do real? Se no projeto hegemônico de desenvolvimento sustentável, ou na perspectiva da Soberania Alimentar com suas múltiplas dimensões? Como as contradições são objetivas e determinam o início e o fim histórico de determinadas relações – a partir da unidade e luta de contrários – ao trabalhar com a hipótese da manutenção da vida natural e da existência humana, compreende-se que a ‘idealização’ da sustentabilidade e do real, reside no ‘projeto’ do modo de produção hegemônico por não ‘abrir mão’ de suas prerrogativas de lucro e acúmulo de capital, e por estas razões, de sua insustentabilidade. Por outro lado, na aparência do concreto, dado às linhas limítrofes que devem ser superadas, vemos que ficamos mais próximo e presos à conclusão de que o ‘utopismo’ reside e demarca a perspectiva da Soberania Alimentar. *Desse modo, essas contradições expressas serão resolvidas nas relações materiais e sociais onde o ser humano na relação pertinente entre atividade social, Formação Humana e o espírito social em processos constituídos, podem aos poucos conformarem novas práticas transformadoras.*

A reunião e o tratamento dos temas – problemas – que compõem o *corpus*, o escopo da Soberania Alimentar, exigem sempre análises radicais, de conjunto e multidimensionais. Cada particularidade, componente desses temas-problemas, pressupõe o processo de mediação que visam o impulso de transições – orgânico da perspectiva – dentro da transição principal necessária. Dentro dessa perspectiva de Soberania Alimentar [do ‘múltiplo’] nos são apresentadas, as condições e as necessidades históricas – “no reduto de uma totalidade circunscrita” [como procuramos demonstrar ao longo da tese] – do ‘põe-se’ e ‘contrapõe-se’, do ‘age’ e ‘interage’ (BARATA-MOURA, 2015, p. 2), articulando teoria histórica, *práxis revolucionária e poiésis*, buscando o sentido mais avançado de cada uma dessas dimensões imbricadas. Como expressa Marx (2002) na tese ‘dez’ à Feuerbach’, que de acordo com o novo materialismo, o ponto de vista fundamental e a direção a ser perseguida pela nossa *práxis*, é a “sociedade humana ou a humanidade social”, e não a sociedade civil como o pautava o velho materialismo. Demarca também – na tese ‘oitava’ à Feuerbach’, que “Toda a vida social é necessariamente *prática*. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução racional na *práxis humana* e no compreender desta *práxis*” (MARX, 2002, p. 109). Esse processo infinito como dinâmica social e de transformação, onde o humano se produz, registra as suas interpretações e suas intervenções, demonstra, portanto,

---

<sup>728</sup> No sentido idealista.

que o desenvolvimento humano [*Omnilateral*] é multideterminado e que envolve correlações e (inter)relações que tensionam de maneira recíproca as ideias e as condições materiais onde os homens concretos estão inseridos e atuam<sup>729</sup>. Corroborando com esse entendimento, vemos que:

A práxis humana se manifesta, além disso, também sob um outro aspecto: ela é o cenário onde se opera a metamorfose do objetivo no subjetivo e do subjetivo no objetivo, ela se transforma no centro ativo onde se realizam os intentos humanos e onde se desvendam as leis da natureza. A práxis humana funde a causalidade com a finalidade. Mas se partirmos da práxis humana como da fundamental realidade social, de novo descobrimos que também na consciência humana sobre o fundamento da práxis e em uma unidade indissolúvel, se formam duas funções essenciais: a consciência humana e ao mesmo tempo registradora e projetora, verificadora e planificadora: é simultaneamente reflexo e projeto. (KOSIK, 1969, p. 114).

A motivação para esse processo ocorrer, é a insistência na *práxis* e na luta pela transformação da materialidade econômico-social. Por consequência, o pensamento revolucionário se revela a partir disso, o que, por sua vez, expressa a ‘ideação’ da *práxis* como propulsora da ação prática. Sem pensamento revolucionário, não há *ação e práxis* revolucionárias. Neste sentido a Formação Humana invocada, ao ser considerado o objeto desta tese, deve ter as condições de colocar os trabalhadores como os principais ‘responsáveis’ [na condição de produtores ou de consumidores] pelas transformações necessárias e para a materialização da Soberania Alimentar.

A produção de alimentos [sob este entendimento] institui as condições objetivas para o ‘ponto de mutação’ que coloca como ponto nodal a agroecologia como forma de entender, explicar e ‘[re]campesinar’ a produção no Campo (agricultura, pecuária, agroflorestas, etc)<sup>730</sup>. É a construção da consciência de espécie, de classe e intergeracional. O fortalecimento e ampliação dessas práticas [formativas] contribuirão para que a Soberania Alimentar cada vez mais, deixe de ter o seu conteúdo material nas margens e ocupe a centralidade das dimensões econômica, política e social.

---

<sup>729</sup> Considerando que a base econômica é o determinante fundamental, as proposições, princípios, valores, diretrizes e políticas que constituem a perspectiva da Soberania Alimentar, são expressões da contradição e do conflito de classes no Campo.

<sup>730</sup> O Campo tem que ter camponeses, agricultores plenos [produtores, pesquisadores da natureza, cientistas, biotecnologistas (tradicional)] e não consumidor de ‘receitas’ químicas e de pacotes tecnológicos.

#### 4.6 Formação Humana Emancipadora: relação Trabalho-Educação, Educação Politécnica/Tecnológica e desenvolvimento *Omnilateral*

Considerando esse entrelaçamento orgânico das bases, material (infraestrutura) econômica, política e cultural advogadas na perspectiva da Soberania Alimentar, a Formação Humana correspondente à projeção e à ideia que vão sendo constituídas, pressupõe uma Educação Politécnica, [Tecnológica] no sentido marxiano e marxista-gramsciana.

Partindo das elaborações de diversos pesquisadores no Brasil<sup>731</sup> da relação entre [Trabalho e Educação], vemos que o entendimento convergente demarca que a Educação Politécnica tem originalidade no arcabouço teórico elaborado por Marx e, portanto, expressa a concepção marxiana de educação. Ou seja, está organicamente ligada à sua crítica radical e rigorosa das relações sociais e de produção.

A educação politécnica ou tecnológica e o trabalho como princípio educativo, nas poucas passagens da obra de Marx e Engels, não estão vinculados a dimensões especificamente dos projetos e métodos pedagógicos, e sim à concepção dos processos sociais e educativos, que dentro do terreno contraditório e numa perspectiva antagônica às relações sociais capitalistas pudessem desenvolver as bases sociais, culturais e científicas das múltiplas dimensões do ser humano no horizonte da práxis revolucionária, para a transição a um novo modo de produção e organização da vida social. (FRIGOTTO, 2009, p. 71).

Sabemos que Marx não escreveu nenhum texto para abordar a especificidade da temática da educação ou do ‘problema pedagógico’. Estes elementos – com nuances de especificidade da questão pedagógica – tem tratamento ocasional<sup>732</sup>, mas podem ser extraídos de sua obra geral, tendo em vista que a questão da Educação Politécnica/Tecnológica está organicamente vinculada no conjunto de sua análise sobretudo sobre as bases e centralidade da **categoria trabalho**. Embora a categoria trabalho tenha ocupado centralidade no decorrer da análise nos capítulos anteriores, devido a relação Trabalho-Educação, torna-se necessário retornar a alguns aspectos fundamentais para a discussão proposta neste Capítulo.

<sup>731</sup> Saviani; Frigotto; Kuenzer; Machado, entre outros.

<sup>732</sup> A partir das minhas leituras dos textos de Marx [e Engels], destaco a presença destes aspectos de caráter pedagógico mais específicos em Crítica ao Programa de Gotha (Marx; Engels), A Ideologia Alemã (Marx; Engels) e O Capital (Marx) em seu capítulo XIII quando discute A Maquinaria e a Indústria. Pertinente peça a ser consultado também – que utilizo para a elaboração das análises deste item – são os ‘Escritos sobre Educação e Ensino’ de Marx e Engels (ver referências). Podemos avançar também no entendimento relacionados a essas questões através da obra de Mario Alighiero Manacorda em sua obra ‘Marx e a Pedagogia Moderna’.



Como sabemos o trabalho contém fundamentalmente dois sentidos: 1- o **ontológico** (como *mediação de primeira ordem*) e, 2- o **histórico** (a forma que o trabalho adquire no interior ou a partir das relações de produção num determinado momento histórico)<sup>733</sup>.

Em seu sentido **ontológico** – por ser um componente eminentemente humano<sup>734</sup> – é a condição que o constitui como ser humano e social, tendo em vista que é através do trabalho que se transforma a natureza e busca suprir as suas necessidades. Neste sentido, como o trabalho é a atividade vital para produzir e reproduzir a existência, em sua dimensão ontológica perpassa todos os processos históricos e modos de produção.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo de forças naturais. (MARX, 2008, p. 211).

Em seu sentido **histórico**, é a expressão que o trabalho adquire na forma – também – histórica da sociedade. Ou seja, o processo de trabalho numa estrutura social determinada. Esse sentido é fundamentalmente constituído pelo ‘modo de produção’ vigente – suas relações econômicas e de trabalho –, como nos últimos séculos, a forma histórica do capitalismo. Reitera-se que nesta forma histórica de relações capitalistas o trabalho adquire ‘sentido negativo’<sup>735</sup> tendo em vista que ao homem/trabalhador resta apenas a alternativa de vender a sua força de trabalho e cumprir aos ‘contratos’ estabelecidos na materialização das ‘*mediações de segunda ordem*’ para reproduzir a sua existência já que não é detentor dos meios de produção.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregados em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob o seu controle. [...]. (MARX, 2008, p. 211).

<sup>733</sup> Desse modo o trabalho, além de ser categoria explicativa, mediação, é também um princípio educativo. Como destaca Frigotto (2009, p. 72) “E o trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade)”.

<sup>734</sup> Mediação de primeira ordem. Fator primário da relação homem-natureza.

<sup>735</sup> Ocorre a partir dos determinantes das ‘mediações de segunda ordem’.

E nesta forma relacional (de produção e de trabalho), a definição de sua atividade – em seu tempo de trabalho – é feita pelos donos dos meios de produção. Assim, a reprodução do capital e a sustentação do modo de produção capitalista se dá através da exploração dos trabalhadores na geração de ‘Mais-Valia’ absoluta e relativa.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. (MARX, 2008, p. 219).

A maturação dos processos no interior do metabolismo social do capital que fez emergir a sociedade de classes introduziu entre os seres humanos e na relação destes com a natureza, um segundo sistema de mediações (ANTUNES, 2012), que passam a partir daí determinar a natureza dessa relação (homem-natureza), bem como o sentido do trabalho. A constituição das formas de reprodução do capital – sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2006) – sob o impulso dessas *mediações de segunda ordem* acabam dominando e subordinando todas as funções produtivas, de trabalho e de reprodução da existência e vida humana, de educação – da finalidade em si, primordial, vital para a humanização e para um desenvolvimento *Omnilateral* – como meios e estratégias para garantir a reprodução do capital<sup>736</sup>. De acordo com este entendimento:

[...] para que uma formação social sobreviva no tempo é preciso que ela conjugue simultaneamente duas formas distintas de produção: a produção da vida societária e suas próprias condições de produção. “A *condição última da produção é a reprodução das condições de produção*”. A escola, de acordo com a organização social, pode ser mais ou menos mediada por um conjunto de processos culturais, mas a sua função precípua é vincular o trabalho à educação. (MARTINS; et al, 2015, p. 92).

Karl Marx [em 1868], nas ‘Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório’ da Associação Internacional do Trabalho, destaca:

---

<sup>736</sup> Diferentemente das formações sociais escravistas e servis onde os processos de ‘qualificação do trabalho’ ocorriam através da própria atuação pelo trabalho, com o desenvolvimento cada vez mais complexo e especializado das forças produtivas no interior do capitalismo, os processos de qualificação para o trabalho ganham espaços específicos para tal fim. Ou seja, o modo de produção capitalista passa ter a necessidade de instituições e instâncias para a educação e qualificação da força de trabalho. Neste sentido, passam a compor o rol de instrumentos e estratégias para a reprodução ‘ampliada’ do capital. Como sabemos essas instituições próprias, fora da produção propriamente dita, é resultante e expressão do trabalho intensivo do capital em aprimorar cada vez mais – seja pelo desenvolvimento científico-tecnológico, seja pela qualificação (direcionada e especializada) da força de trabalho para atuar no interior das forças produtivas – a própria atividade e ‘coordenação’ motora do sistema produtivo.

Seria ótimo que as escolas elementares iniciassem a instrução das crianças antes dos nove anos. **Porém, por agora, só nos preocupamos com antídotos absolutamente indispensáveis para resistir aos efeitos de um sistema social que degrada o operário até o ponto de transformá-lo em um simples instrumento de acumulação de capital e que fatalmente converte os pais em mercadores de escravos de seus próprios filhos.** Os direitos das crianças, e dos adultos terão de ser defendidos, já que não podem fazê-los eles próprios. Daí o dever da sociedade de combater em seu nome. (MARX; ENGELS, 2011, p. 84, (*Grifos meus*)).

Advoga-se a necessidade da resistência frente aos determinantes objetivos da dominação de classe e a necessidade da compreensão histórica, política e filosófica da compleição e índole ‘mutiladora’ das relações capitalistas de produção. Além disso, a partir dessa compreensão das contradições presentes nesse processo, buscar as potencialidades e instrumentos para processos de mediação – dentre várias, a Formação Humana –, é uma necessidade histórica e que mesmo estando inserido nessa realidade, a sociedade deve buscar o desenvolvimento de alternativas para superar os *ditames unidimensionais* do processo de reprodução do capital.

Como já mencionado – dado o trabalho na sua forma alienada<sup>737</sup> – há imbricações, desdobramentos e consequências no conjunto de atividades vitais humanas alcançando as diversas dimensões da vida social e das suas formas de reprodução e expressão<sup>738</sup>, que incidem nos processos de Formação Humana, e que, portanto, demarcam a sua perspectiva.

[...]. Compreende, antes de tudo, que as crianças e adolescentes terão de ser preservados dos efeitos destrutivos do atual sistema. Isto só será possível mediante a transformação da razão social em força social e, nas atuais circunstâncias, só podemos fazê-lo através das leis gerais impostas pelo poder do Estado. [...]. Partindo disto, afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação. (MARX; ENGELS, 2011, p. 84 – 85).

Ainda nas ‘Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório da AIT [em 1868]’, Karl Marx demarca e demonstra o seu entendimento acerca da Educação.

Por educação entendemos três coisas:

- 1) Educação intelectual.
  - 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
  - 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.
- À divisão das crianças e adolescentes em três categorias, de nove a dezoito anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para sua educação intelectual,

<sup>737</sup> Karl Marx, nos “Manuscritos econômicos filosóficos de 1844” (2007) e István Mészáros em sua obra “A teoria da alienação em Marx” (2006).

<sup>738</sup> De acordo com Antunes (2012, p. 6) “[...] desde aspectos econômicos até os políticos, dos aspectos morais aos estéticos, que, obviamente, afetam profundamente todo o processo de constituição, de formação, de *educação* dos seres humanos. [...]”.

corporal e politécnica. Os gastos com tais escolas politécnicas serão parcialmente cobertos com a venda de seus próprios produtos. (MARX; ENGELS, 2011, p. 85).

Vemos, portanto, que a concepção de educação ‘esboçada’ no entendimento de Karl Marx, preconiza a ‘Politecnia’<sup>739</sup>, tendo em vista a nítida defesa de que esse processo deva ser resultante da intersecção e interconexão das diferentes dimensões materiais e sociais onde os seres humanos estão inseridos. A direção apontada é de uma educação multilateral, de humanização e que busca através dos processos de trabalho e educativos, a *omnilateralidade*. A Educação Politécnica/Tecnológica se materializa como resultante da combinação entre o trabalho produtivo – pago com a educação intelectual –, educação corporal/física e a formação politécnica. Considerando esses elementos, vemos que:

A Educação Politécnica tem por base filosófica e pedagógica o materialismo histórico-dialético (MHD), um método de conhecimento focado na investigação do *trabalho humano em suas relações com a totalidade social*. Essa importância que o *trabalho* assume como categoria central do MHD não é difícil de se perceber: **o trabalho é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana**. Como falou Marx: “*Toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano*”. (MARTINS; et al, 2015, p. 89, (*Grifos em negrito, meus*)).

Anuncia também, o autor alemão, que a implementação desses princípios – a Educação Politécnica/Tecnológica –, garantirá a elevação da classe operária a nível acima das classes aristocrática e burguesa (MARX, 2011). Reside nesse processo, o fundamento e o sentido do ‘trabalho como princípio educativo’, bem como, o caráter construtivo de processos que visam de maneira radical a transformação e superação do modo de produção capitalista, tendo em vista que, em última instância é a real finalidade da Educação Politécnica/Tecnológica<sup>740</sup>.

Considerando esses elementos, podemos relacionar este entendimento com os objetivos desta tese, a partir do que destaca Frigotto:

<sup>739</sup> De acordo com Saviani (2003), *apud* Frigotto (2012, p. 276) “Politecnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno”.

<sup>740</sup> De acordo com Rodrigues (2009, p. 114), “Nessas indicações, encontra-se o embrião fundamental do **trabalho como princípio educativo**, que busca na transformação radical da sociedade sua última finalidade. Nesse sentido, **os principais vetores da concepção marxista de educação** são: 1- Educação pública, gratuita e única para todas as crianças e jovens, de forma a romper com o monopólio por parte da burguesia da cultura, do conhecimento. 2- A combinação da educação (incluindo aí a educação intelectual, corporal e tecnológica) com a produção material com o propósito de superar o hiato historicamente produzido entre o trabalho manual (execução, técnica) e trabalho intelectual (concepção, ciência) e com isso **proporcionar a todos uma compreensão integral do processo produtivo**. 3- A formação omnilateral (isto é, multilateral, integral) da personalidade de forma a tornar o ser humano capaz de produzir e fruir ciência, arte, técnica. 4- **A integração recíproca da escola à sociedade** com o propósito de **superar o estranhamento entre as práticas educativas e as demais práticas sociais**”. (*Grifos meus*). É importante destacar que o acúmulo de discussões e elaborações da perspectiva de Educação do Campo desenvolvida pelos Movimentos Sociais de base popular do Campo, expressam e assentam-se fundamentalmente nessas quatro indicações.

As pesquisas sobre trabalho-educação podem encontrar um terreno fértil ao buscar desvendar, ao mesmo tempo, as mediações de segunda ordem, ordenadas pelo capital, cujo horizonte teórico é de natureza-funcional, e **os elementos ou indícios de novas relações sociais e formativas, cujo fundamento são as mediações de primeira ordem que vinculam trabalho e educação, cultura e tecnologia, como expressões de “um novo industrialismo” e de melhoria da qualidade de vida e busca de dilatação de tempo de liberdade – de fruição, gozo e realização humana** (Manacorda, 1990 e 1991). Pesquisas que se pautem numa perspectiva histórica, necessariamente vincularão formas sociais da produção material da existência ou formas sociais de produção da “sobrevivência”, presentes nos movimentos e nas lutas sociais e processos de formação humana. (FRIGOTTO, 2002, p. 47, (*Grifos meus*)).

A Formação Humana a partir da perspectiva marxiana/marxista precisa dar conta de apreender – nos seus marcos teóricos e conceituais – as concepções de homem, sociedade e educação presentes nessa perspectiva (RODRIGUES, 2009), além de materializar na integração dos processos de trabalho e educação as condições objetivas para a realização da educação politécnica e do projeto societário da classe trabalhadora.

Como uma via de apoio à construção de uma nova forma de sociabilidade humana – a sociedade sem classes – a concepção politécnica de educação estabelece uma crítica aos fundamentos dessa escola que se tornou hegemônica no decorrer do desenvolvimento capitalista, criticando a função que ela veio a assumir no interior dessa dinâmica: a de formar o aluno para ser “capital humano”, isto é, somente um elo a mais na engrenagem da produção econômica alienada. No sistema escolar capitalista, a educação científica e cultural é desenhada segundo esta exigência de formação instrumental do aluno. (MARTINS; et al, 2015, p. 92).

Desse modo, a Formação Humana e Educação Politécnica/Tecnológica, a partir das condições de apreender as contradições objetivas na base material – infraestrutura – devem compreender como vem ocorrendo a formação do trabalhador através da “(des)‘qualificação profissional”, a fim de ir buscar os elementos fundamentais para a superação dessa forma parcializada, unilateral, determinada, instrumental, que ocorre nos processos de Formação Humana e na relação entre educação e trabalho, na maioria das vezes desconexas. É neste sentido, que se faz necessário a compreensão de como essa articulação entre a evolução das forças produtivas [tecnológicas], inserida nessa lógica hegemônica, pode também ser potencialidade de contribuição para uma Educação Politécnica e no processo de conversão de uma ciência de dominação, numa força popular.

Neste sentido, vemos a Educação Politécnica/Tecnológica, assentada, mas não prisioneira, nessa infraestrutura, porém, pode, além de tensionar as relações capitalistas, identificar e desenvolver estratégias de Formação Humana Emancipadora– a partir do patamar de desenvolvimento tecnológico – que indiquem as possibilidades para que o trabalhador

possa ir dominando os processos de trabalho e de desenvolvimento da ciência, sob os seus interesses de classe<sup>741</sup>.

Outra dimensão da Educação Politécnica/Tecnológica, considerando esses pilares, é colocar de maneira clara o objetivo da construção de uma sociedade socialista. Gramsci nos escritos políticos em seu artigo “Estado e Soberania”<sup>742</sup>, ao fazer referência sobre o professor Balbino Giuliano<sup>743</sup>, contrapondo-o, traz alguns elementos que confirmam a dimensão socialista na/da politécnica, indicando, portanto, a função pedagógica do socialista frente aos problemas concretos.

Giuliano não foi “fiel” ao espírito universal, embora, como socialista, tivesse o **dever pedagógico de adequar os operários e os camponeses às necessidades históricas universais**, tais como essas se concretizam e se definem na função histórica da classe trabalhadora. Enquanto foi socialista, os problemas concretos que teria de enfrentar eram: **educar os espíritos imaturos da classe trabalhadora** para o exercício concreto da soberania do trabalho, **educá-los para a fundação do novo Estado** que irá organizar a sua ação com base no ato produtivo, no dinamismo do trabalho, substituindo o Estado capitalista (condicionado pela propriedade privada dos meios de produção e de troca, um Estado que adora o bezerro de ouro, monstruoso Moloch que sacrifica a vida), **educá-los para pôr fim à propriedade privada**, nos planos individual e nacional. (GRAMSCI, 2004, p. 223, (*Grifos meus*)).

É prerrogativa desse processo compreender e materializar a relação entre essa concepção de Formação Humana e a ação práxica dos trabalhadores na direção da sociedade sem classes. Neste sentido, a politécnica fundamental no processo revolucionário:

[...] seria o projeto socialista-revolucionário de uma nova sociedade que possibilitaria, por um lado, proporcionar unidade teórico-política à concepção politécnica de educação e, por outro, impedir a sua ‘naturalização’, isto é, impedir o equívoco de se entender que a formação politécnica seria o caminho ‘natural’ demandado pelo modo de produção capitalista. Em outras palavras, a politécnica – apoiada em sua dimensão socialista – representaria uma profunda ruptura com o projeto de educação profissional e, fundamentalmente, com o projeto de formação humana postos pela sociedade burguesa. (RODRIGUES, 2009, p. 117).

A *práxis revolucionária* só se efetiva no terreno concreto onde se objetivam as contradições que são a expressão das relações de exploração e alienação. Não há dimensão da vida humana que não esteja inserida, – em alguma medida –, nos processos materiais (reais) de alienação. Ou seja, não há imperativos individualizados que possam estar em nível superior das forças das relações de capital. Neste sentido, as condições de superação das relações do

<sup>741</sup> Algumas análises de referência e importante contribuição acerca dessa questão, podemos encontrar no livro “A pedagogia da Fábrica” de Acácia Zeneida Kuenzer.

<sup>742</sup> De acordo com nota de rodapé da obra que consulto, o referido texto foi publicado no *Energie nuove*, nº 7-8, 1-28 de fevereiro de 1919.

<sup>743</sup> De acordo com Gramsci, o professor Balbino Giuliano no artigo “Perché sono uomo d’ordine” propôs uma polêmica aos que ainda acreditam no socialismo. Mais conteúdos acerca das considerações feitas por Gramsci acerca desse debate, ver: GRAMSCI (2004, p. 219 – 222).

capital se dão fundamentalmente por relações sociais gestadas na materialização de alternativas coletivas da classe trabalhadora. E, dentre estas alternativas a própria educação<sup>744</sup>.

Sintetizando o debate acerca deste item, consideramos as elaborações de Frigotto que expõem elementos fundamentais, que ajuda a compreendermos a Formação Humana à luz da perspectiva materialista histórica dialética, e expressa um conjunto de aspectos que utilizaremos para as análises subsequentes – na particularidade do Campo, Soberania Alimentar, Agroecologia, etc.

Na perspectiva da superação das relações sociais capitalistas e no seio de suas contradições, Marx sinaliza três conceitos relativos à formação que estão intrinsecamente ligados, [...]: o TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, ligado ao processo de socialização e de construção do caráter e da personalidade do *homem novo*, que internaliza, desde a infância, a sua condição de ser da natureza e que, portanto, implica produzir, com os outros seres humanos, seus meios de vida e não viver da expropriação do trabalho de seus semelhantes; a *formação humana omnilateral* (...), ligada ao desenvolvimento de todas as dimensões e faculdades humanas, em contraposição à visão unidimensional de educar e formar para os valores e conhecimentos úteis ao mercado capitalista; e, finalmente, o de EDUCAÇÃO POLITÉCNICA ou *tecnológica*, ligada ao desenvolvimento das bases de conhecimentos que se vinculam ao processo de produção e reprodução da vida humana pelo trabalho, na perspectiva de abreviar o tempo gasto para responder às necessidades (essas sempre históricas) inerentes ao fato de o homem fazer parte da natureza e de ampliar o tempo livre (tempo de escolha, de fruição, de lúdico e de atividade humana criativa), no qual a omnilateralidade pode efetivamente se desenvolver. (FRIGOTTO, 2012, p. 274 – 275).

O ponto nodal a considerar é que o ‘conteúdo histórico’ de cada uma dessas categorias e conceitos, é definido e prescrito pela dinamicidade do real e nas suas contradições. Do ponto de vista material trabalha-se com o entendimento da ‘não-imanência’ e, portanto, da necessidade de apreender os processos em andamento que saturam as contradições objetivas e que, portanto, refletem a capacidade explicativa dessas categorias e conceitos. Bem como, na composição do plano orientado da *práxis* no processo de travessia.

Neste sentido, o que se quer afirmar é que mesmo reconhecendo que a cada dia no modo de produção do capital, se *destravam mais potenciais de destruição e alienação* – que nos leva a concluir e a entender que não há lugar para a positividade no desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia nesses marcos produtivos e sociais – a construção de uma Educação Politécnica/Tecnológica, Omnilateral se inicia [desde já, e desde esse lugar] no interior do modo de produção capitalista. Por essas razões entende-se que:

A educação politécnica resulta, assim, no plano contraditório da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas das relações capitalistas de produção e da

---

<sup>744</sup> Os fundamentos e os princípios da educação socialista demarcam a sua direção e os seus destinatários. São os ‘indivíduos’/sujeitos sociais, coletivos e não os indivíduos isolados, os quais estão na centralidade dos ideais da educação moderna e tradicional.

luta consciente da necessidade de romper com os limites intrínsecos e insanáveis destas mesmas relações. [...].

**O terreno próprio do desenvolvimento humano omnilateral (em todas as suas dimensões) do caráter radicalmente educativo do trabalho, dos conhecimentos, da ciência e da tecnologia somente terão a sua efetiva positividade e a capacidade de dilatar as qualidades e potencialidades humanas quando as relações sociais classistas sob o capitalismo forem superadas.** (FRIGOTTO, 2012, p. 275, (*Grifos meus*)).

Entre o **marco da realidade** e o **horizonte utópico** que demarcam os desafios históricos para a classe trabalhadora, vemos então que a educação interessada a esta classe, como contraposição à educação burguesa e como mediação e realização de processos de travessia, tem seu germe e se forja no plano histórico do real. Seu conteúdo, porém, precisa ter sua base nos pressupostos e na relação – não polarizada – entre totalidade e particularidade, entre o estrutural e o conjuntural, no tempo e no espaço<sup>745</sup>. De igual modo, nas contradições principais e secundárias e no caráter principal dessas contradições.

Neste sentido, a partir dos processos de Formação Humana se busca apreender e evidenciar elementos nas “mediações e contradições singulares, particulares e universais da realidade que queremos compreender; [...]” (FRIGOTTO, 2009b, p. 171), e, portanto, corroboram com os processos formativos concomitantes com a práxis revolucionária. Isto posto, deixa-se claro que o ponto fundamental que nos embasa, não é o significado ou o sentido semântico dos conceitos de Soberania Alimentar e de Agroecologia, mas fundamentalmente, o conteúdo histórico-material de cada um deles e o que eles expressam em termos de disputa nos processos de Formação Humana e no plano educativo.

#### **4.7 Soberania Alimentar, Agroecologia e a relação com a Formação Humana Emancipadora, Educação Politécnica/Tecnológica e Educação *Omnilateral***

Partamos de uma demarcação no entendimento – que pode ser facilmente demonstrado por um extrato de conteúdo das análises feitas até este ponto da tese, correlacionadas aos fundamentos dos conceitos e categorias que compõem o presente item – de que somos herdeiros de processos de dominação escravocrata, imperialista e colonizador. Os donos do poder econômico-político (classe dominante), concebem a classe trabalhadora – do Campo e da Cidade – e tratam-na como mera ferramenta, insumo, instrumento dos seus privilégios e dos interesses orgânicos dessa condição de classe dominante.

---

<sup>745</sup> Em termos categoriais com base no Materialismo Histórico Dialético.



Portanto, nessa lógica objetivada a classe trabalhadora passa a ser força dinâmica-motriz do sistema – atomizada na individualidade de cada ser humano e coletiva na materialização do conjunto de relações produtivas<sup>746</sup> – e que, portanto, os trabalhadores devem ‘comportar’ ao máximo os processos de dominação, ‘tensão’, e de extração de Mais-Valia<sup>747</sup>. Assim, tanto na concepção, quanto na condição material, a maioria das pessoas estão desprovidas da potencialidade de pensar e compreender as relações produtivas e de exploração.

Desse modo, referendamos o entendimento, de que a vida social é essencialmente prática e determina a sua forma histórica através dos processos materiais e históricos de transformação do real. Vemos então que:

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social. Também as categorias econômicas que observamos antes trazem a marca da história. (MARX, 2008, p. 199).

Ajuda-nos a compreender estes elementos a elaboração de Barata-Moura sobre a tese ‘oitava’ de Marx à Feuerbach:

Aquilo que conduz a este tipo de desdobramentos e de transposições alienantes não é nenhuma fatalidade misteriosa nem nenhum imperativo da Natureza, mas o próprio curso do devir histórico social em que os homens estabelecem e desenvolvem entre si determinadas modalidades (praticamente formadas e praticamente transformadas) de relacionamento. (BARATA-MOURA, 2003, p. 6).

A historicidade tanto das relações sociais hegemônicas, quanto das categorias explicativas, expressa que o ponto de partida na direção da travessia, ou seja, qualquer

---

<sup>746</sup> “Com a mercantilização da vida econômica e a venda da força de trabalho humano acha-se dado o quadro instável e conflituoso da produção – e isto por um desenvolvimento necessário. O aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho faz com que a produção se torne cada vez mais especializada e, por consequência, socializada, enquanto que a apropriação da riqueza cada vez mais individualizada ou corporativizada” (MARTINS; et al, 2015, p. 91). No âmbito do trabalho sob a forma capitalista, vemos na atualidade o abismo da dominação imputada ao trabalhador através da ideologia do ser ‘empresário de si mesmo’, do ser ‘empreendedor’, e, materialmente, pela flexibilização de regras jurídicas – que regulamentam determinadas relações entre capital e trabalho – que potencializam substancialmente a precarização das condições de trabalho. A implementação desses elementos no Brasil na atualidade estão se dando de maneira acelerada.

<sup>747</sup> Estes aspectos passam a ser referendados nos processos formativos tecnicistas-unilaterais. Como destaca Marx (2008, p. 457) que a “Obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural. Essa obliteração forçou finalmente o Parlamento inglês a fazer a instrução elementar condição compulsória para o emprego ‘produtivo’ de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris”.

movimento de transformação, deve ser a partir da realidade existente. Desse modo, ao tratarmos do ‘terreno’ da particularidade relacionado à Politecnia, temos:

A compreensão adequada do sentido de educação politécnica implica situá-la como resultado de um embate dentro de um processo histórico que padece, até o presente, da dominação de uns seres humanos sobre os outros, e, conseqüentemente, situá-la na constituição das sociedades de classes e de grupos sociais com interesses inconciliáveis e antagônicos. (FRIGOTTO, 2012, p. 272).

No Campo essas relações sociais inconciliáveis – em vários momentos demarcados ao longo desta tese – se expressam ao longo da história. Por um lado, na defesa (ideológica, política e econômica) ilimitada do latifúndio (de velho e novo tipo), e recentemente, do agronegócio (expressão da produção de *commodities*, da concentração da terra, da destruição da biodiversidade e da natureza, etc.) com processos de marginalização, dominação e criminalização dos povos e trabalhadores do Campo e de suas organizações sociais.

E, do outro, as práticas de resistência desenvolvidas pelo campesinato através de suas organizações coletivas (para manutenção de territórios, práticas produtivas, tradição e cultura, etc.), lutas pelo acesso ao território, ampliação de políticas públicas e pela implementação de um projeto de desenvolvimento – partindo de uma Reforma Agrária [Popular] – assentado em critérios e princípios ecológicos, de justiça social e de sustentabilidade.

É neste sentido que o campesinato – organizado, consciente de sua tarefa histórica e de classe – defende a Agroecologia como processo de ‘mediação prática’<sup>748</sup> e que pode contribuir significativamente para os processos de travessia<sup>749</sup> para a materialização da Soberania Alimentar. Portanto,

[...], restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da Agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado. (ALTIERI, 2009, p. 26).

<sup>748</sup> De acordo com Görgen (2004, p. 86 – 87) a “agroecologia está se legitimando como a nova grande síntese filosófica, científica, agrônômica e tecnológica incorporando as grandes contribuições das várias correntes de agricultura ecológica, desenvolvendo conhecimentos científicos, mas respeitando e se somando à sabedoria camponesa e indígena construída em 12 mil anos de produção de alimentos em convivência com a natureza. A agroecologia é a nova ponta da tecnologia agrícola e ela só é possível de ser praticada por comunidades camponesas. É impossível a convivência entre agroecologia e latifúndio, agroecologia e monopólios”.

<sup>749</sup> Ao longo dos escritos, diversos elementos foram sendo apontados – necessários à travessia –, o que demarca que esses processos angariam diversos sentidos, escalaridades e dimensões. Dado a totalidade do objeto nesta tese discutida, vemos que são processos que compõem desde a ‘reconstituição’ fisiológica do homem (alimentação, saúde, nutrição, etc.), educação (Formação Humana) até a produção, política pública, luta social, controle social, etc.

A literatura acerca da Agroecologia e a [co]relação desta com a Soberania Alimentar busca demonstrar – e vem conseguindo –, a partir desses marcos, que são práticas sociais [nas relações entre humano-natureza e nas relações socioeconômicas] que se opõem radicalmente à lógica da agricultura convencional capitalista. Além disso, não representam – pura e simplesmente –, um retorno às relações sociais e práticas produtivas já ultrapassadas e/ou superadas pelo processo de desenvolvimento das relações e forças produtivas<sup>750</sup>, como advogam defesas pejorativas acerca do campesinato e/ou de [‘ontologias’ modernistas] que anulam o campesinato e o colocam na condição de pré-moderno ou retrógrado (MCMICHAEL, 2016). O que se demanda a fazer, é que práticas hegemônicas que têm centralidade no processo de produção no Campo, sejam ressignificadas e ao longo do tempo substituídas.

Do ponto de vista da Formação Humana Emancipadora, a Soberania Alimentar e a Agroecologia, são possuidores de princípios ‘indutores’ de criação e de ressignificação de valores formativos. Vemos por exemplo, a Agroecologia como ciência buscando, apreender e “[...] compreender as práticas sociais de pessoas transformando a natureza ou relações sociais de produção. Trata-se, portanto, de uma *‘economia política do ambiente’*” (MARTINS; et al, 2015, p. 87). Neste sentido, constitui-se em essencial para a Soberania Alimentar. Através da prática transformadora material, a partir desse horizonte, processos educativos e de Formação Humana precisam incorporar, **‘outros conhecimentos’ que os processos de intervenção na materialidade acabam revelando**, que na forma hegemônica utilizada pela ciência, acabam não sendo considerados ou inscritos como fundamentais no processo civilizatório. É neste sentido que,

O conhecimento camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões (Toledo et al., 1985). Para os agroecologistas, vários aspectos

---

<sup>750</sup> Este segundo aspecto pelo fato de ainda compor fundamentalmente uma ideiação – mesmo considerando já diversas experiências e experimentos práticos acerca da Agroecologia e das condições de produção do campesinato que indicam para a sua eficiência – induz ao entendimento e às afirmações (no meio social) de que dado à demanda cotidiana de gêneros alimentícios (de origem vegetal e animal) no mundo, a agricultura camponesa não conseguirá dar conta. Ou seja, no discurso hegemônico ela é tida como incapaz de dar conta. Parece ser evidente que o que está subjacente a esse entendimento da impossibilidade, ou descrença da agricultura camponesa, através da produção agroecológica suprir as demandas é a compreensão equivocada, ou até mesmo o que se entende por alimento e a falta de acesso dos dados relacionados a isso. Como sabemos, a maioria do alimento que chega na mesa das pessoas tem sua origem na produção camponesa: os básicos, mas também grande parte dos industrializados, tendo em vista que a matéria prima teve sua origem através do trabalho camponês. Outro aspecto tem a ver com a análise do real (a aparência do modelo e o que se inscreve cotidianamente no imaginário social), quando se trata dessa discussão da produção Agroecológica e a sua relação com a sua ocupação de território e base material, demandando a ‘(re)-campenização’ em pequenas unidades produtivas – por isso a pauta da Reforma Agrária Popular –, e, portanto, temporalidade necessária, e em que momento as condições objetivas ideais colocariam a produção camponesa em outro patamar.

dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixos insumos. (ALTIERI, 2009, p. 26).

Considerando as análises desenvolvidas pelos autores da relação Trabalho e Educação, podemos compreender que na especificidade aqui discutida, *primeiro* se busca considerar a ‘natureza como uma relação humana’<sup>751</sup> e que, portanto, ganha significado e conteúdo histórico – demarcado pelo significado (ontológico e histórico) dessa intervenção –, e, *segundo*, de que os processos naturais – como causalidades biológicas, físicas, geoquímicas – em si, são independentes do homem e da sociedade, mas, ao sofrerem a intervenção humana, as formas e objetivos desse processo, determinam o sentido e o conteúdo histórico dessa relação natural-humanizada<sup>752</sup>.

Dessa forma, o que tem sido advogado pela Agroecologia e pela Soberania Alimentar, nas suas diversas dimensões, institui-se como base, uma **politecnia** – que ao considerar, a relação entre Trabalho e Educação – define processos formativos de natureza ético-política interessada para a classe trabalhadora do Campo (MARTINS, et al, 2015).

São os homens – enquanto agentes práticos inteiros – que transformam as realidades, e não apenas as ideias. É por isso que a mudança das mentalidades é, sem dúvida, da maior importância (e não é indiferente o sentido em que ela ocorra), mas não constitui só por si o fator prático determinante das transformações. Estas têm mesmo que ser realizadas, e são os homens que pelo seu comportamento prático as operam, de dentro de um sistema determinado de relações (presentes e herdadas) que oferecem um dado leque de possibilidades reais a explorar. (BARATA-MOURA, 2003, p. 3).

Trata-se, portanto, de buscar as transformações na base material sob esta perspectiva, e ao ir construindo processos materiais nessa direção, tornar-se-á uma base material constituinte de elementos, fatores e valores, que dão à Agroecologia e à Soberania Alimentar as condições

<sup>751</sup> ROLO (2015). Mas, também em Lukács (2013, p. 176) vemos que “[...] a expressão ‘natureza’ nessas exposições de Marx não se refere ao simples ser biológico. O termo ‘natureza’ é aqui um conceito de valor que se origina do ser social. Ele designa a intenção voluntária e espontânea do homem de realizar em si mesmo as determinações do gênero humano. Naturalmente, a expressão ‘natureza’ contém simultaneamente o indicativo para a base biológica irrevogável da existência humana”.

<sup>752</sup> No sentido econômico, “Assim é que os processos naturais relacionados à terra só adquirem valor – (sentidos humanos, no vocabulário de Marx) – no interior das relações sociais e como decorrência delas. O que quer dizer, em outras palavras, que a terra jamais cria riqueza, *por si só*. Tomados em si, os processos naturais nada mais são que cadeias de causalidades biológicas, químicas e físicas totalmente alheias aos homens e as sociedades”. (MARTINS; et al, 2015, p. 90). No entanto, o trabalho humano por si só sem os bens e processos naturais, também não cria valor. Desse modo, Marx faz a discussão na economia política da ‘natureza’ subjacente do valor de uso e do valor de troca, sobretudo o que ocorre no modo de produção capitalista. Porém, é preciso levar em consideração que a natureza é fonte (primeira) de valores de uso. Deste modo, ao pensar uma nova relação entre humano-natureza este aspecto deve ser levado em conta. E, no sentido da composição da base material, vemos que os imperativos determinantes para o sentido da ação humana, podem decretar o deserto verde (ou sem o verde) ou a biodiversidade. Estas são opções em que a espécie humana poderá escolher para se relacionar e dar o significado de sua ação no processo de produção e reprodução da existência.

de serem matriz formadora/formativa, por portarem conteúdos materiais que compõem um conjunto de práticas e conhecimentos que devem ser valorizados e evidenciados. Isto, porém, pressupõe a ação prática ‘política-direcionada’ para a sua realização<sup>753</sup>.

**Se na agricultura convencional o modelo é a fábrica, na Agroecologia a referência é a natureza**, sua lógica, seu funcionamento. Na natureza nada está isolado, tudo se relaciona: nela não existe insumo, matéria-prima, subproduto, resíduo, uma vez que todos os produtos podem ser tanto o fim como o começo: um insumo de determinado processo é produto de outros processos. **O método científico aqui tem que ser sistêmico, pois todas as partes se relacionam formando uma teia de múltiplas determinações (método da totalidade).**

A agricultura sempre será a ação do ser humano na natureza, logo, uma “artificialização” da natureza. **A Agroecologia busca aproximar a agricultura da natureza e para isso o agricultor precisa compreender ecologia, bioquímica, termodinâmica, fisiologia, genética, biologia...** mas todos estes fatores interagindo dentro de uma totalidade: eles determinam e mantêm a biodiversidade de um ecossistema que estruturalmente é condicionada por fatores abióticos (não vivos): como luz, temperatura, umidade, ventos, e, por fatores bióticos (organismo vivo, sua população, suas comunidades, ecossistema). (MARTINS, et al, 2015, p. 87, (*Grifos meus*)).

Os fundamentos inerentes a essa forma de relação e intervenção na natureza, com a ‘respectiva’ Formação Humana classista, interessada no fortalecimento da Agroecologia e na materialização da Soberania Alimentar, demarcam também uma concepção de natureza, de trabalho e de ciência, radicalmente diferente dos ‘pressupostos’ que fundamentam esses três aspectos – natureza, trabalho, ciência – no modo de produção capitalista<sup>754</sup>. A força material da teoria construída no interior desses processos, deve conduzir à transformação da base material (território, relações de produção e de trabalho), constituindo ecossistemas e

<sup>753</sup> Os desafios referentes a essa relação entre prática e teoria que vai se constituindo através da Agroecologia e da Soberania Alimentar, no uso de interações de espécies naturais, de relações sociais e de objetivos multidimensionais visando a sustentabilidade, são muitos. A nossa condição de entender a complexidade dessas interações necessárias, depende de um processo de Formação Humana integrada (Trabalho-Educação) e dos conhecimentos construídos nesse processo acerca das interações ecológicas, humanas e de tecnologias sociais. Um exemplo acerca desses desafios – considerado a particularidade aqui analisada, e que demonstra também processos em transição – é trazido por Gliessman (2001, p. 433), onde diz que “O desafio para os agroecologistas é, então, colocar esse conhecimento ecológico no contexto da sustentabilidade. É importante que combinemos o amplo conhecimento dos agrônomos sobre a ecologia e o manejo de cultivos com populações de uma única espécie com o vasto conhecimento dos ecologistas sobre interações de espécies e processos em comunidades. É hora de redirecionar grande parte dos recursos que geraram todo conhecimento sobre sistemas de cultivo de uma só espécie, para integrar os conhecimentos ecológico e agrônomico. E fazer isso com a meta mais ampla de desenvolver a habilidade de manejar toda a comunidade de organismos que interagem, tanto cultivados quanto não cultivados, e de entender como cada espécie contribui para a sustentabilidade de todo o sistema. Esse é um processo extremamente complexo, que requer uma abordagem sistêmica e a interação de muitas disciplinas, mas o resultado final será entender melhor como pode ocorrer uma transformação efetiva na agricultura”.

<sup>754</sup> A causa agroecológica pressupõe uma nova maneira de fazer ciência que vise a emancipação da classe trabalhadora, uma Educação Politécnica. Haja visto que a história vem mostrando cada dia mais os laços fortemente imbricados, indissolúveis entre produção científica, tecnologia e a ação predatória do capital (ROLO, 2015).

agroecossistemas correspondentes a essa perspectiva<sup>755</sup>. *O ecossistema e/ou o agroecossistema ao irem se consolidando, tornam-se ‘unidades de análise’ e nesta concepção, são matrizes de conteúdo formativo e a partir da necessidade de manejo e intervenção – através do trabalho – possibilitam o desenvolvimento e aplicação teórica das diferentes ciências e ‘disciplinas’. O agroecossistema é a materialização de um ecossistema já resultante da ação humana.*

[...] o conjunto de práticas adotadas por muitos agricultores de baixa renda em todo o mundo em desenvolvimento representa uma rica fonte para os ecólogos interessados em compreender os mecanismos que operam num agroecossistema complexo, como as interações entre a biodiversidade e as funções do ecossistema ou o uso da sucessão natural como modelo para o desenho de agroecossistemas. Apenas recentemente ecólogos começaram a reconhecer as virtudes dos agroecossistemas tradicionais diversificados, cuja sustentabilidade é mantida em função dos complexos modelos ecológicos que seguem. O estudo de agroecossistemas tradicionais e das práticas empregadas por camponeses na manutenção e utilização da biodiversidade também pode acelerar consideravelmente a emergência de princípios agroecológicos, que são urgentemente necessários para desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis e estratégias de conservação da agrobiodiversidade, tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento. (ALTIERI, 2012, p. 161).

Este resultado é o que demarca e expressa o sentido dessa intervenção e expõe a ‘natureza como uma relação humana’ (ROLO, 2015).

Ele é o local da produção agrícola compreendida como um ecossistema e implica numa relação que busca alterá-lo, para promover o nível adequado de bens e retorno econômico da família; altera-se, mas mantém um estado de equilíbrio dinâmico geral, buscando a produtividade do sistema ao longo do tempo. **O enfoque técnico-científico convencional vê o solo como suporte físico e as plantas como cultivo; ele não enxerga o solo como organismo vivo e dinâmico, as interações ecológicas e muito menos as socioeconômicas que acontecem.** (MARTINS, et al, 2015, p. 88, (*Grifos meus*)).

Os elementos presentes nos ‘grifos em negrito’ da citação anterior, expressam, a partir de como se organizou a ciência moderna, a sua estreita articulação com o poder econômico (do ponto de vista do objetivo da ciência), seu viés mecanicista e positivista, e que, portanto, materializam a sua visão reducionista. Trabalha com um conceito de natureza apenas como objeto e não como composição orgânica entre homem-natureza. É, partindo desta preocupação que nos alerta Altieri (2012, p. 161 – 162) que “[...] mais pesquisas devem ser conduzidas e com urgência, antes que este legado ecológico neolítico seja perdido para sempre, vítima do desenvolvimento da agricultura industrial”.

---

<sup>755</sup> Como discutimos no item “A necessidade de transição agroecológica e níveis fundamentais desses processos de transição”.

Quando se trata de estabelecer processos de Formação Humana e construção de conhecimento e ensino de ciência em uma nova perspectiva ético-política, além de partir da crítica radical do sistema capitalista como um todo, também analisar os processos de Formação Humana e educação, e como estes foram se configurando ao longo do período histórico desde o advento do capitalismo, faz-se necessário identificar os elementos fundamentais que adentram e perpassam os processos – de maneira ‘naturalizada’, irrefletida e inconsciente – e dão a sustentação às suas diretrizes.

Destaca-se este intento, tendo em vista que é no contexto da contradição entre capital e trabalho, e como este contexto se materializa no processo produtivo no Campo que se torna possível desvelar os instrumentos e funções ideológicas da Formação Humana (intra)sistêmica como estratégia de formação e adaptação das consciências, tanto para os processos de produção alienada, quanto, para a defesa de valores e de práticas que incidem na plena dominação da maioria dos camponeses.

Vemos então que a ideologia do capital adentra o conjunto de instituições de educação e de Formação Humana, das políticas educacionais e de produção, e desse modo, acaba por influenciar na forma como os camponeses são ‘*qualificados*’ fortalecendo cada vez mais a sua atuação na sua unidade de produção para atender a interesses exógenos. Ou seja, há uma constante de ações que visam a sua adaptação ao modelo hegemônico. E, este processo se dá assentado a partir dos *interesses da produção* por duas dimensões estruturantes: a *primeira* diz respeito aos processos de educação e qualificação dos trabalhadores/agricultores (na mais plena dicotomia entre Trabalho e Educação, entre Instituição Educacional e matriz produtiva no/do entorno) visando ao imediatismo da produção, sobretudo de ‘culturas’ agrícolas – em pequena escala – que se inserem pela circulação, na lógica das *commodities*; e a *segunda* diz respeito à intensificação da utilização das tecnologias especializadas, portanto, treinamento técnico-instrumental – para a utilização de receituários e insumos agrícolas gerais – e que determinam o afastamento, por parte do agricultor da preocupação com a qualidade do produto, mesmo quando o caso é a produção de alimentos<sup>756</sup>. Neste caso, o imperativo categórico, ético leva o trabalhador camponês a agir apenas a partir dos interesses do capital, mesmo que ‘aparentemente’ dê a impressão que age a partir de seus interesses, focado apenas no ‘particular’, sem fazer a correlação com o universal – obviamente que,

---

<sup>756</sup> O conhecimento, a pesquisa, a ciência, assim como as instituições educacionais, pesquisadores, veiculadores e consumidores desses conhecimentos, como elementos integrantes ao modo de produção, que fornecem as ‘condições’ de produção e industrialização do alimento sentem-se realizados ao alcançarem, mesmo que de forma cega, o ideal do produto pronto para ser consumido. Porém, nada explicitam das consequências que o alimento pode causar ao ser consumido, pois o que importa é que ele passou a ser uma mercadoria.

determinados pelo modo de produção – e não considerar os processos de socialização do trabalho e da totalidade social<sup>757</sup>.

A maior institucionalização da ciência nos grandes centros urbanos leva ao progressivo “esvaziamento” da capacidade das comunidades agrícolas de elaborarem o conhecimento necessário à produção de sua vida. O grande laboratório da vida humana, onde o camponês elaborava seu conhecimento da natureza, é substituído pelo laboratório especializado, este cada vez mais articulado com o capital. É importante sinalizar o que acarreta para o tipo de conhecimento produzido: para que um fenômeno entre no laboratório científico, é preciso que ele seja recortado de seu habitat natural, isolado, perdendo assim sua relação com o “todo natural”. (ROLO, 2015, p. 167).

A construção do conhecimento (científico) e que, portanto, incide na efetivação de uma Formação Humana e de processos educativos de maneira desintegrada, fragmentada, correspondente às ‘*mediações de segunda ordem*’ **apenas conseguem propor resoluções para um amontoado de problemas desconexos e particularistas**. Do mesmo modo, servem para a proposição de políticas e programas de formação – aparentemente inclusivos – porém, subordinados aos interesses que são mediados pelas relações de produção hegemônicas<sup>758</sup>.

As dimensões estruturantes que compõem a conformação dessa natureza de Formação Humana, traz inúmeros prejuízos e ficam distantes ou pouco se têm de germe, de uma Educação Politécnica/Tecnológica, de Omnilateralidade. Dois aspectos fundamentais ficam explícitos nesse processo: o *primeiro* é que se afasta de qualquer possibilidade de compreender a função e a dimensão da totalidade concreta e social na formação, tanto de estudantes – vinculados a processos educativos escolares –, quanto dos trabalhadores, seja do Campo ou da cidade; e o *segundo*, constitui-se na construção de conhecimentos e resoluções técnico-científicas (nos diferentes níveis) que não dão conta de resolver problemas que atacam as dimensões sociais e ambientais, por estarem, pelos seus princípios, para outros objetivos direcionados<sup>759</sup>.

<sup>757</sup> Ao tratar destes elementos presentes nas duas dimensões estruturantes, queremos destacar que estes fenômenos têm hegemonia na maioria das relações, formas, níveis e instituições educacionais e de Formação Humana (incluindo, Projetos Políticos Pedagógico de Cursos, bem como a ‘organização curricular’). É contra esses aspectos, que no terreno da contradição, emergem a Educação do Campo, a Agroecologia e a Soberania Alimentar, e, por consequência a luta e organização social e coletiva como matriz pedagógica-formativa.

<sup>758</sup> Materializam este entendimento o conjunto de políticas e programas (de educação e qualificação profissional) – embora necessários, mas insuficientes, limitados – exarados no Brasil e em outras partes do mundo, que visam corresponder aos processos de inclusão e inserção do campesinato na lógica do modo de produção.

<sup>759</sup> Este segundo aspecto é muito visível quando se trata da alimentação. Como vimos ao longo da tese, há uma esterilidade das soluções científicas em diversos pontos. Desde o processo de quimização da produção de alimentos (efetivado pelo camponês, aplicando o agrotóxico, forçando o processo de maturação do gênero alimentício, para poder colher antes) e na sua industrialização – portanto, no interior da indústria – que na maioria dos casos se distancia das condições da qualidade biológica, nutricional dos alimentos e se aproxima da condição de ser o alimento, [‘tudo’] – uma contradição em si – (‘corpo’ sintético, marca, embalagem, marketing, doença, fome, ‘dejetos com valor econômico agregado’, etc.), menos ser saudável e poder nutrir adequadamente a fisiologia humana. É neste sentido que ao retornar ao conceito de ‘Segurança’ vemos que sob



Esse processo de Formação Humana, fragmentado e imediatista, impede que as pessoas tenham condições de realizar objetivamente na materialidade em que atuam, a interlocução entre o *particular* e o *universal*. O foco, partindo desses pressupostos, é a supervalorização do particular e – no caso nos processos educativos no Campo, o território, a comunidade, o assentamento, etc., como se bastassem em si mesmo – em detrimento do universal. Chama-se atenção para este aspecto, sobretudo, pelo fato de não incorrer no risco de ver a Agroecologia, a Soberania Alimentar, a Educação do Campo, entre outras questões, também sobre este prisma, esquecendo das condições objetivas universais, da totalidade concreta, que incidiram no aparecimento dessas questões e propostas, totalmente imbricadas.

A exemplo disso, embora tratando dos objetivos de componentes curriculares – portanto, no terreno da especificidade – mas que serve para a análise que estamos fazendo, Martins, et al (2015, p. 93) destacam:

A falta de compreensão do modo como a totalidade social, ditada pela contradição capital/trabalho, determina as singularidades sociais leva à pulverização dos objetivos curriculares, já que não se tem claro quais são as leis básicas do desenvolvimento da sociedade humana e, por consequência, as formas de eliminar a sociedade classista. Assim que o problema de água enfrentado por uma comunidade parece nada ter a ver com o mesmo problema enfrentado pela comunidade vizinha, ou que a fome que afeta a população de um país capitalista periférica não guarda relação alguma com o preço das ações das bolsas de Tóquio ou Londres.

Isso demonstra que através dessa perspectiva de Formação Humana, o que se consegue é exatamente impedir aos sujeitos em formação as condições para se ter a **visão unitária do mundo, da totalidade concreta**<sup>760</sup>. Por outro lado, cotejando com as análises e reflexões anteriores, também deve ser preocupação de primeira grandeza aos socialistas, o conteúdo implícito no entendimento de Gramsci (2004, p. 223), de que “[...] também a doutrina do materialismo histórico tem seus problemas concretos nos planos educativo e espiritual. Porque os intelectuais do socialismo têm deveres imediatos, quando traduzem na prática a meditação filosófica”. Cabe, portanto, **aos trabalhadores e intelectuais afirmarem, renovarem a teoria através de sua prática**. Ou seja, que não seja pelas suas ações práticas

---

a correspondência dos interesses do Sistema Agroalimentar a noção de segurança tem relação direta e de dependência do ‘químico’ e, por outro lado, o biológico, a vida, são tomados como riscos. São por essas razões e sentidos que são toleráveis a presença de agrotóxicos e conservantes nos alimentos e não modulam a preocupação principal da vigilância sanitária e de saúde, por exemplo. Por outro lado, são grandes as preocupações com os riscos de elementos biológicos na produção de alimentos pelos pequenos agricultores.

<sup>760</sup> Por isso a necessidade de uma educação integrada e numa perspectiva relacional dos conteúdos materiais de reprodução social. De acordo com Ramos (2005, p. 114) “A proposta de integração [...], ao definir de forma mais clara as finalidades da formação: possibilita às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva, os conteúdos de ensino não têm fins em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social do homem”.

que se possa ocorrer a refutação à teoria que possui vigor material e conteúdo histórico. De acordo com Sevilla-Guzmán (2006c, p. 14) apud (Perez-Cassarino, 2012, p. 159):

A Agroecologia utiliza um enfoque integral no qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, uma vez que apesar de partir da dimensão técnica (artificialização ecocompatível da natureza para obter alimentos) e seu primeiro nível de análise seja a propriedade rural; a partir dela, se pretende entender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política, da economia e da sociedade gera sobre os agricultores. Mas além disto, a Agroecologia considera como central a matriz comunitária em que o agricultor está inserido; ou seja, a matriz sociocultural que dota de uma práxis intelectual e política a sua identidade local e a sua rede de relações sociais. A Agroecologia pretende então, que os processos de transição nas propriedades da agricultura convencional para agricultura ecológica, se desenvolvam nesse contexto sociocultural e político e que suponha propostas coletivas que transformem as formas de dependência anteriormente assinaladas.

Neste sentido, considerando a Agroecologia e a Soberania Alimentar, como expressões síntese dessa relação entre o particular e o universal, são, portanto, ponto de partida e bases para a ação praxica dos trabalhadores, que definirá a identidade e as condições objetivas de uma Formação Humana interessada, e que podem confirmar a força material da teoria advogada e da perspectiva de transformação. Assim, a problemática da educação e Formação Humana, remete à problemática na qual estão fundadas. Portanto, *os elementos e valores inscritos e advogados pela Agroecologia e pela Soberania Alimentar, ao serem inseridos nos processos educativos podem conduzir ou dar as condições para que os seres humanos reajam positivamente tanto a novas alternativas de vida, desse modo socialmente consciente e intencionado, quanto aos determinantes sociais alienados e estranho aos interesses da classe trabalhadora.*

Na politecnia, as respostas para os problemas sociais não são dadas no nível da engenharia ou do gerenciamento dos processos, mas no nível do político – o elemento científico é somente um dos momentos deste processo. Somente situando-se como agente político pode a classe trabalhadora enfrentar diretamente as questões científicas relacionadas à sua emancipação. (MARTINS, et al; 2015, p. 95).

Mesmo correspondendo, primeiramente, ao imperativo da ‘reprodução’, as forças materiais e sociais inicialmente colocadas em movimento na busca da realização da Agroecologia e da Soberania Alimentar, no momento histórico são mais de cunho ontológico-formal (pelos elementos que constituem o projeto de ideação, ou a projeção intencional). Contudo, dado que também são materializados processos educativos concomitantes (formais e informais), de conteúdo-científico e de organização social, são igualmente de cunho ontológico-objetivo. Esse processo demarca a constituição de uma Formação Humana capaz

de ir dialeticamente compondo os fundamentos, princípios e prerrogativas da inserção praxica transformadora dos trabalhadores.

A doutrina do materialismo histórico é a organização crítica do saber sobre as necessidades históricas que dão substância ao processo de desenvolvimento da sociedade humana; não é a afirmação de uma lei natural, que se realizaria “absolutamente”, para além do espírito humano. É autoconsciência que estimula a ação, não ciência natural que esgota seus objetivos na apreensão do verdadeiro. Embora a “necessidade” histórica transcenda o arbítrio do indivíduo entendido como pura razão, como célula empírica da sociedade, ela é imanente a todo indivíduo, é momento concreto do espírito universal que realiza a lei essencial de seu desenvolvimento: portanto, ela é “práxis”, superação contínua, contínua adequação do indivíduo empírico à universalidade espiritual. (GRAMSCI, 2004, p. 223).

Além do anúncio e da luta pela/para a implementação da Agroecologia e a Soberania Alimentar, está o grande número de práticas espalhadas pelo mundo que demarcam a intencionalidade clara dos trabalhadores mais diretamente vinculados com a luta social e com a produção de alimentos de qualidade. *O que está subjacente a esse processo é a realização do ‘cunho ontológico-objetivo’, que indica para uma dinâmica ‘indutiva’ de integração conhecimentos e de comunidades humanas singulares – diferentes povos do Campo e da cidade – que apresentam de maneira objetiva outras bases, que incidem na exigência de outros conhecimentos, de outras relações de trabalho e humanas, bem como, aplicam conhecimentos e valores que contrapõem o economicismo e o tecnicismo.*

Vemos aqui o germe de condições diferenciadas, onde o ‘trabalho como princípio educativo’ no fazer da agricultura agroecológica, sustentável e de produção de alimentos, constitui-se em potencialidade de se tornar cada vez mais social e na direção da superação das mediações de segunda ordem.

“Pessoas” e “natureza” são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos. Ele deve fornecer uma produção suficiente (que permita “viver da terra”). Mas também precisa reproduzir a natureza, preferencialmente enriquecendo-a, aprimorando-a e diversificando-a. Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com a diversidade, incerteza e caprichos. (PLOEG, 2016, p. 60).

Por essa razão, a correlação [interseccionada] entre Soberania Alimentar, Agroecologia e Formação Humana (Politécnica/Tecnológica e *Omnilateral*), quando expressão em desenvolvimento, avanço quanti-qualitativo, da ação dos homens, constitui em matriz fundamental para o sentido do trabalho e da educação<sup>761</sup>. Neste sentido:

<sup>761</sup> De acordo com Ploeg (2016, p. 60) “O processo de trabalho é, portanto, organizado de maneira artesanal com o trabalho manual e mental sendo intimamente imbricado. Nesse sentido, a existência de centros externos de comando está fadada a consequências prejudiciais (Sennett, 2008). A agricultura precisa estar sintonizada com as especificidades de tempo e espaço. Em *Agronomia social*, Chayanov (1924, p. 12) escreveu, ‘é impossível

[...], o ensino da ciência na perspectiva politécnica de formação é um momento eminentemente político de esclarecimento da classe trabalhadora. Ancorado em um grau de consciência capaz de incidir sobre a *universalidade do conjunto das relações sociais*, a educação científica tem por finalidade fazer com que a classe trabalhadora ultrapasse a consciência imediata, refém de preconceitos e distorções ideológicas, e assuma uma consciência unitária e ativa da vida. (MARTINS, et al., 2015, p. 95).

A busca em corresponder materialmente aos princípios e diretrizes da Soberania Alimentar e da Agroecologia tem demonstrado que o caminho percorrido – nessa curta história – traz consigo os germes de dois aspectos e práxis fundamentais: 1- *Aspectos e práxis* que buscam realizar uma transformação prática na forma de transformar a natureza, portanto, incidindo na natureza dos objetos daí oriundos, incluindo o alimento, bem como, ter como aliada as forças da natureza deixando claro o salto de qualidade dessas ações para fins humanos, e; 2- *Aspectos e práxis* que se propõem exercer influência sobre o conhecimento e consciência de outras pessoas. O objetivo é que estas possam contribuir, e efetivamente passem a executar os interesses e objetivos ideados, nos diferentes ‘lugares’, nos ‘territórios’ de produção agroecológicos, nas relações sociais cultivadas pela luta social<sup>762</sup>, etc., que vão aos poucos sendo desenvolvidos pelos camponeses.

Defendemos com este entendimento que a Formação Humana através da Educação Politécnica/Tecnológica e Omnilateral é expressão, consequência e apreensão de conteúdo desse processo. Quanto mais se desenvolvem as experiências práticas e os debates acerca dessas duas matrizes estruturantes – Soberania Alimentar e Agroecologia – tanto mais autônomas passam a ser a *práxis transformadora* a partir desses princípios, bem como, conseguem se desenvolver como ‘complexo’ próprio de processos de trabalho, mesmo inserido – em boa medida – na atual divisão social do trabalho, devido a divisão de classes. Porém, são elementos que contribuem com força material para a contraposição aos interesses do capital.

Desse modo, sendo a Soberania Alimentar e a Agroecologia ‘rebentos’ do processo histórico que ganham ‘razão material’, densidade política e urgência histórica a cada novo avanço das relações do capital – como já muito bem demonstrado na gênese histórica dos conceitos – vemos que a cada pequeno avanço desenvolvido pelos trabalhadores, Movimentos e Organizações Sociais nessa contraposição, vai se descobrindo e realizando coisas novas.

---

trabalhar com projetos’. Tudo isso favorece decisivamente a unidade camponesa como modelo organizacional: é a instituição mais apropriada para gerenciar a coprodução. Coprodução exclui padronização, quantificação completa e planejamento apertado. Portanto, requer a unidade camponesa, já que esta associa o desenvolvimento bem equilibrado da coprodução às aspirações emancipatórias do camponato”.

<sup>762</sup> No caso da Soberania Alimentar, um exemplo que serve para ilustrar é a relação dialética entre produção-consumo de alimentos. Cada um dos polos – com suas diversas mediações – exerce influência sobre o outro. No entanto, o sentido e a dimensão dessa interação dialética dar-se-á pela Formação Humana correspondente.

Novas necessidades aparecem demandando novos posicionamentos científicos, éticos e políticos. Neste sentido, o processo de trabalho e Formação Humana imbricado com os princípios advogados pela Soberania Alimentar e Agroecologia impõem no plano social, não só uma ‘constante crescente’ que contribui para a disseminação desses valores, mas também o necessário aperfeiçoamento prático-material para a realização dos objetivos inerentes a essas matrizes estruturantes.

A formação (processo unitário de interação entre formação e organização), ou seja, interação teoria e prática, ação e reflexão em processo onde o técnico e o político são inseparáveis, tem sido um dos instrumentos fundamentais na construção dos acúmulos abordados na construção da agroecologia popular. Formação e organização política são partes de uma mesma lógica, a da luta popular, cujos sujeitos históricos são os trabalhadores. (ARL, 2008, p. 165 – 166).

Em relação ao trabalho necessário e com o sentido advogado, tanto pela Soberania Alimentar quanto para a Agroecologia, necessita de aperfeiçoamento e, concomitantemente de sua disseminação através das práticas resultantes – na produção de alimentos, de manejos agroecológicos, na constituição dos agroecossistemas – para o *aprimoramento ‘tecnológico’ sem perder o horizonte dos fins humanos e sociais*. Esse processo de reprodução do trabalho para essas condições e objetivos, conferem certamente um sentido ontológico aos seres sociais envolvidos, diferente do obtido na inserção dos processos hegemônicos. Como destaca Arl (2008, p. 165), **“É necessário, porém construir uma nova consciência, [...], onde o humano se coloca como parte alicerçada na bioética. Trata-se de uma visão sistêmica capaz de conectar o local com o global, o imediato com o futuro, o concreto com o político”** (*Grifos meus*). Estes elementos trazidos por Arl demarcam, de maneira pertinente as grandes questões que devem compor a base da Formação Humana, da Soberania Alimentar e da Agroecologia bem como, *devem impulsionar os processos de transição dentro da transição principal*.

As experiências implementadas de Agroecologia e os conhecimentos desse processo apreendidos, comprovam que é possível fazer agricultura sustentável. Este aspecto referenda o entendimento filosófico de que a prática expressa e ‘baliza’ – na temporalidade – o alcance transformador das elaborações teóricas já desenvolvidas acerca do problema. Como já demonstrado, *além de redimensionar o sentido da relação homem-natureza, avançar na compreensão da ‘lógica’ da reprodução natural e, a partir disso, intervir no sentido de combinar os processos de reprodução natural com a agricultura, interpõe a demanda da criação de novas e diversas ferramentas e tecnologias que contribuam para a efetivação desse processo*.

Na Agroecologia, por exemplo, não é possível desvincular prática produtiva de ciência. Ou seja, ela se apresenta como ciência e como prática [ou ciência prática], tendo como referência o saber acumulado do campesinato. Essa integração é que possibilita o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Com isso a Agroecologia e/ou a produção agroecológica não se encaixam nos ‘moldes’ do conhecimento científico tradicional [ou convencional], mas fundamentalmente se constituem através da prática. Portanto, ela estará incompleta enquanto houver dicotomias, como por exemplo, entre concepção e execução de processos produtivos e educativos. Essa mediação é que aplica o conhecimento científico nesse processo envolvido, que pode ser sistematizado, mas saturado na prática aplicada à conformação do agroecossistema.

Vemos que a partir das relações objetivas que desse processo advirem, se inscrevem também os processos de Formação Humana constituídos e constituintes de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias que também ‘balizarão’ e comporão a identidade e a constituição do ‘novo’ ser social<sup>763</sup>.

A tarefa fundamental das elaborações acerca da Agroecologia e da Soberania Alimentar, em alguns aspectos bastante evidentes, dever representar o que destacou Gramsci, que:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializa-las por assim dizer, transformá-las, portanto em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de pessoas seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e original do que a descoberta, por parte de um “gênio”, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, apud ARL, 2008, p. 163).

Como vimos os processos educativos que consolidam a Formação Humana (Tecnicista, unidimensional ou Politécnica/Tecnológica e Omnilateral) são de naturezas

---

<sup>763</sup> Ao meu entendimento – sobretudo a partir da literatura acessada acerca da Agroecologia – um elemento central e que ainda carece de desenvolvimento e, portanto, a partir disso de clareza teórica, é a questão da ‘tecnologia’ ideal para essa nova proposta de fazer agricultura e como ocorreria esse processo de mediação. Sabemos, como nos demonstrou Marx de que a ciência e a técnica aplicadas no modo de produção capitalista têm como função manter a subjugação do trabalho e do trabalhador pelo capital, ou seja, é um meio de controle e exploração do trabalho. Em relação à Agroecologia esta preocupação ganha relevo – se terá limitantes –, sobretudo, quando se pensa a produção para a grande demanda além da necessidade – de produção, distribuição, armazenamento e consumo – dos próprios produtores camponeses, bem como, a dinâmica do tempo natural e a alternativa ideada e defendida pela Agroecologia da não-violência contra a natureza. Estes elementos aparecem nas dimensões ‘agronômica e científica’, fundamentalmente, e na dimensão cultural da Agroecologia, porém, carece de acúmulo de experiências práticas que demonstrem a efetividade, frente as grandes demandas. As discussões acerca da Agroecologia parecem apontar para o aumento do trabalho vivo e a diminuição do trabalho morto. Neste sentido, inscreve-se em necessidade, buscar compreender e demonstrar como se desenvolverão as técnicas e tecnologias que servirão para libertar o homem e a natureza da violência explícita que vêm sofrendo através da tecnologia como fator resultante das relações sociais e de classe sob a égide do capital.

distintas e com objetivos também distintos. Portanto, a diferença entre conhecimentos construídos é substancial, entre as formas de intervenção na natureza e produção agrícola, quando entendido o trabalho como princípio educativo. Na perspectiva convencional, a prerrogativa fundamental é dada pela privatização do conhecimento onde a sua expressão e eficiência como fator material já é consolidada nos pacotes tecnológicos. Neste caso, o conhecimento principal para o trabalhador está mais na administração e aplicação do conhecimento sistematizado e tácito. Na perspectiva da politecnicidade – na potencialidade agroecológica –, as prerrogativas fundamentais são análises multidimensionais, integradas e a socialização do conhecimento. O trabalhador precisa conhecer a dinâmica de reprodução e interação entre os seres vivos, para poder a partir desse conhecimento, organizar, e induzir a partir dos manejos nos agroecossistemas o equilíbrio natural e aumentar a potencialidade produtiva.

#### **4.8 A relação entre Soberania Alimentar, Agroecologia, Agricultura Camponesa e Educação Politécnica/Tecnológica**

Para corresponder à discussão destes pontos é importante deixar claro que o processo de investigação demonstrou que: 1- a partir das discussões e pautas dos Movimentos Sociais do Campo, a Agroecologia ganha centralidade nos processos de produção de alimentos quando o objetivo é a qualidade e o contraponto ao Sistema Agroalimentar hegemônico; 2- que a implementação da Agricultura Camponesa deve pautar-se a partir dos princípios (científico-técnicos, econômicos e culturais) da Agroecologia; 3- que se insere no conjunto das questões relevantes para esse processo a Educação Politécnica/Tecnológica; 4- que as discussões e pautas acerca da Soberania Alimentar desenvolvidas pelos Movimentos, Organizações Sociais – fundamentalmente do Campo, mas não só –, Instituições de Ensino e Pesquisa, etc., colocam a Agroecologia desenvolvida através da Agricultura Camponesa como estratégica e mediação prática nos processos de transição e ocupação da terra/território não só como meio de produção mas, como lugar de reprodução da vida. Soma-se a isso, a necessidade de uma Formação Humana que envolva e desenvolva todas as dimensões materiais e de perspectiva que compõem as grandes dimensões da Soberania Alimentar.

Como destaca Caldart:

[...] há elementos da concepção de politecnicidade, em seus fundamentos e em algumas práticas originárias, que podem nos ajudar a compreender e pensar sobre nossas práticas educativas, talvez até superar alguns de seus dilemas atuais, em vista dos **desafios de resistência projetiva da agricultura camponesa**, compreendida no

bojo do projeto de *Reforma Agrária Popular*. Mas para isso é **preciso que sejamos capazes de atualizar, com o mesmo método e rigor, a leitura das contradições do modo de produção capitalista, que permitiu a formulação sobre educação politécnica** no século XIX (Marx) e sua elaboração prática no século XX, especialmente no contexto da revolução russa. Em nosso caso, precisamos incluir, para a atualidade, a especificidade das contradições sobre o modo de fazer agricultura. (CALDART, 2015, p. 23, (*Grifos em negrito, meus*)).

Considerando estes aspectos, num primeiro momento, estes elementos básicos serão tomados no terreno da particularidade (no caso ao Campo, inserido nas contradições inerentes à Questão Agrária na atualidade) e veiculado mais diretamente – dentro dessa particularidade – aos aspectos objetivos e as condições ‘territoriais’ – [base material] – da produção dos alimentos. Mas, somado a essas questões e ponto de partida e atuação do campesinato, estão – como vimos – as grandes dimensões que compõem a perspectiva da Soberania Alimentar.

A perspectiva assumida encontra-se no próprio método desenvolvido por Marx: apreender/cultivar os germes de futuro (futuro a ser construído pelo caminho do socialismo) pela análise dos fatos materiais existentes e as contradições impulsionadoras do movimento ou processo real. E estamos nos referindo aos “fatos materiais” da produção, da luta social e das próprias práticas educativas em que estamos envolvidos. (CALDART, 2015, p. 23).

Destaca-se estes elementos tendo em vista que se busca compreender o ‘lugar’ da Formação Humana na totalidade do processo. Desse modo, do ponto de vista de análise e exposição devemos trabalhar a partir de dois aspectos ao meu julgamento, fundamentais, imbricados, interseccionados (na base material e no processo analítico), mas que exigem um tratamento separado, visando com esta intencionalidade: 1- Trabalhar a dimensão da Formação Humana e o seu lugar para a classe trabalhadora do Campo, e ; 2- Trabalhar a dimensão da Formação Humana (necessária) no sentido mais amplo a partir das demandas – extraídas, apreendidas – que compõem a totalidade concreta e explicativa da Soberania Alimentar.

#### 4.8.1 Formação Humana Emancipadora e Politecnicia a partir das discussões da Agroecologia

O debate e a construção desenvolvida pelos Movimentos Sociais do Campo, fundamentalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de uma perspectiva de educação que busca expressar e materializar as matrizes formadoras/formativas e de conteúdo que compõem a totalidade dos processos (prático-materiais identificados e apreendidos pelo movimento do pensamento nos processos de lutas e de produção, no seio do Campesinato brasileiro), na busca de construção de um novo projeto de desenvolvimento do Campo, da luta por Reforma Agrária (Popular), Políticas Públicas, objetivou um acúmulo



significativo de produções e análises, propostas e implementação de diversas experiências produtivas e educacionais no Brasil<sup>764</sup>.

O que tem se buscado são as possibilidades e potencialidades constituídas na relação entre a ação praxica do campesinato (na agricultura camponesa tradicional e agroecológica) e a educação (em processos educativos e de Formação Humana) de perspectiva Politécnica/Tecnológica. O que se pretende apreender a partir dessa relação são as possibilidades e potencialidades para o enfrentamento dos desafios na formação dos camponeses, tendo no horizonte a superação do modo de produção do capital.

A situação objetiva nos impõe como prioridade *resistir* (“**lutamos para não morrer**”) e nossa estratégia **nos exige resistir projetando e construindo o futuro**. Isso vale para a **produção como vale para a educação**. As práticas educativas que protagonizamos não podem se descolar da realidade atual, dura para os trabalhadores em geral e especialmente para os trabalhadores camponeses. Mas os problemas da realidade precisam ser enfrentados pelo *confronto*, ou seja, sem que sejam naturalizados ou eternizados. **Nossa juventude precisa ser preparada para o trabalho necessário e na perspectiva de sua emancipação humana. Isso, é fundamental na formação da geração de trabalhadores para a luta social e para assumir o comando da produção social**. Talvez a perspectiva da **formação politécnica** seja um caminho para que se trabalhe estes desafios como síntese e não como soma linear, certamente mais pobre do que as contradições atuais possibilitam e nosso projeto histórico exige. (CALDART, 2015, p. 23 – 24, (*Grifos em negrito meus*)).

Considerando esses elementos pertinentes, pelo menos ‘**Cinco**’ aspectos compõem as bases para esta análise – e para a composição de um grande ‘programa’ de Formação Humana Emancipadora –, que em boa medida já se encontram devidamente situados ao longo da tese e que comportam esta discussão: 1- a compreensão acerca da ‘Agricultura Camponesa’, seus sujeitos histórico-sociais, suas relações econômico-sociais preponderantes nos marcos do capital. Suas relações econômico-sociais e políticas, na busca de processos para as mediações práticas [‘a resistência projetiva’], e, o estatuto, ontológico, filosófico e político dessa resistência projetiva, instituído pelo horizonte ‘utópico’, de projeção, que em boa medida, inserem-se – como força, fator material na orientação de um devir – nos processos e relações necessárias das mediações em direção à Agroecologia e à Soberania Alimentar; 2- a compreensão e o pressuposto da centralidade do conceito de Politecnia (Educação Politécnica/Tecnológica), tanto em sua concepção seminal (perspectiva e prática socialista),

<sup>764</sup> Como já mencionado acerca dessas questões em diversos momentos da tese. Portanto, não entraremos em análises detalhadas, devido a intencionalidade deste capítulo, mas destacamos, por exemplo: as discussões e elaborações acerca da ‘Pedagogia do Movimento’ – MST; as diversas experiências com os cursos de Educação Integrada em Agroecologia (Nível Técnico); os cursos de Licenciaturas em Educação do Campo em diversas áreas do conhecimento; outras licenciaturas e cursos de bacharelados em Regime de Alternância; pós graduação *latu e stricto sensu*; experiências com os ‘Complexos de Estudos’ implementadas em escolas de áreas de Reforma Agrária; Escolas Itinerantes; entre outras.

quanto a sua pertinência e inserção no debate nos marcos do capitalismo e suas contradições. Situa-se no horizonte da especificidade relacionado à formação dos camponeses e da Agroecologia que na sua implementação, institui materialmente as matrizes formadoras/formativas e de conteúdo<sup>765</sup>; 3- a compreensão das dimensões estruturantes que compõem a Agroecologia e que incidem em elementos básicos que devem compor a relação entre o Trabalho-Educação, portanto, entre a instituição educacional e o mundo do trabalho, resguardando as especificidades entre as etapas e ciclos de Formação Humana, níveis e modalidades de processos formativos; 4- a compreensão de que é necessário avançar substancialmente na elaboração de Projetos e Planos [Político-Científicos] Pedagógicos que busquem potencializar a materialização de práxis que vão redimensionando os desafios de Formação Humana para o trabalho no Campo. Neste aspecto, ganha centralidade, a necessidade de uma formação sob a perspectiva da Educação Politécnica/Tecnológica considerando os elementos substanciais advogados pela/na definição da agricultura camponesa sustentável, da Agroecologia e da Soberania Alimentar; 5- a compreensão da necessidade de desenvolver os objetivos inscritos (que incidem em elementos básicos de Formação Humana), tanto na Agroecologia, quanto na Soberania Alimentar, num processo de tensionamento e de relação entre esses princípios e prerrogativas, e as atuais políticas educacionais e de Formação Humana determinada pela forma de produção capitalista. Neste aspecto, a partir dessa relação, inscreve-se necessário buscar construir as condições objetivas para que se possa garantir no território de atuação dos camponeses (áreas de Reforma Agrária e/ou outras comunidades dos povos do Campo), o Trabalho como Princípio Educativo.

Do ponto de vista da Formação Humana Emancipadora e partir da compreensão de que a Politecnicidade é a condição para acabar com dicotomia instituída entre a Educação – estabelecida nas instituições educacionais – e o Trabalho realizado pela classe trabalhadora<sup>766</sup>,

---

<sup>765</sup> No Brasil por exemplo, destacamos as experiências e as elaborações teóricas acerca de práticas de educação implementadas em áreas de Reforma Agrária. Estas buscam corresponder às elaborações e práticas construídas historicamente no processo de luta pela terra e de outros direitos (fundamentalmente pelo MST, mas, também pelos diversos Movimentos Sociais do Campo). Busca-se enfrentar os desafios de formação das diferentes gerações (dos camponeses) e à perspectiva da Educação Politécnica. Elaboração pertinente tem sido desenvolvido por Caldart e outros teóricos (ver: CALDART, 2015b, 115 – 138) sobre as Matrizes Formadoras (sentido mais universal/da totalidade) e Matrizes Pedagógicas (sentido mais específico/particularidade). Correspondente ao Campo, a concepção de educação e de Formação Humana assentam-se nas Matrizes Formadoras como o ‘Trabalho’, a ‘Luta Social’, a ‘Organização Coletiva’, a ‘Cultura’ e a ‘História’. As ações materiais a partir desses elementos buscam evidenciar, como essas Matrizes Formadoras do Ser Humano transformam-se ou podem se transformar (a partir das disputas) em Matrizes Pedagógicas para a implementação de processos formativos e organizacionais das instituições educadoras e em outros espaços.

<sup>766</sup> Sobre a construção coletiva de entendimento e experiências em educação, que vem sendo feita, fundamentalmente pelo MST, Caldart (2015c, p. 179) destaca que “Nosso pressuposto básico é da necessária relação entre projeto educativo e projeto histórico. Assumimos o projeto histórico da classe trabalhadora: porque é a nossa classe e porque é a classe portadora de futuro: sociedade, humanidade. Isso nos compromete,

a Agroecologia é a expressão e indução para a modificação necessária do arcabouço das matrizes e formadoras/formativas, dos currículos e dos conteúdos, e em boa medida, da ‘forma’ institucional educativa [em seus tempos e espaços educativos] e, sobretudo, o *lócus* de produção do conhecimento<sup>767</sup>. Como destaca Petersen (2012, p. 12 – 13):

A iniciante, mas já significativa experiência da internalização do enfoque agroecológico em nossas organizações oficiais de ensino, pesquisa e extensão rural tem apontado para a necessidade de profundas reformulações no *modus operandi* das mesmas para que o conceito de Agroecologia se torne efetivamente operativo. Dentre elas, duas são centrais: a) a **superação da dicotomia entre produção e disseminação de conhecimentos** que fundamenta as abordagens difusionistas que permanecem orientando os procedimentos operacionais dessas instituições; b) a **aproximação entre instituições científico-acadêmicas e os atores sociais que moldam as realidades empíricas nas quais pretende intervir**. (*Grifos em negrito meus*).

Considerando que o ‘avanço científico’ moderno, na forma hegemônica a partir de uma concepção de natureza abstrata, recortada (construída após ser manipulada e compreendida) em lugares específicos (laboratórios científicos, com recortes específicos), sobre os ditames do capital, além de impor essa visão, excluiu – [foi excluindo aos poucos] – os trabalhadores (no caso aqui tratado, os camponeses) das possibilidades do desenvolvimento e compreensão de conhecimentos que emergem das relações de trabalho e dos processos de reprodução da natureza.

Embora as elaborações acerca da Agroecologia já compõem considerável arcabouço explicativo, ainda há muito o que desenvolver. Neste sentido, *esse processo exige o ‘retorno ao território’, à natureza, à totalidade com suas múltiplas dimensões*, mas, *sobretudo, a presença do ‘trabalhador/a’ como sujeito histórico da produção do conhecimento*<sup>768</sup> – para as ciências da natureza e sociais – e não apenas como ‘força’, executores e aplicadores de receituários e manuais, que compõem a totalidade da engrenagem de reprodução do capital<sup>769</sup>. Como destacou Howard (2007, p. 324):

---

onde quer que atuemos, com objetivos de formação de *lutadores* e *construtores* da ‘república do trabalho’ sociedade sem exploração, do trabalho e da natureza, sem desigualdades de classe e sem antagonismo entre cidade e campo, capacitados a entender e a enfrentar/trabalhar sobre as contradições de seu tempo”.

<sup>767</sup> Com isso queremos demarcar a grandiosidade da tarefa histórica para a realização da Agroecologia e a partir desta, a construção de ‘outros novos’ conhecimentos interessados para a classe trabalhadora. Como vimos, ao longo da tese vai aparecendo como o capital regula economicamente, ideologicamente, juridicamente e politicamente a produção do conhecimento das/nas diversas ciências. Cada vez mais desenvolve e aperfeiçoa essas formas de regulação. Neste sentido, vale retomar a centralidade de categorias como a luta social, o controle social, o monitoramento, que são perfeitamente aplicáveis também no universo de produção e socialização do conhecimento científico, pois lhes darão outras ‘razões’ e substâncias.

<sup>768</sup> “Requer também uma revisão radical dos papéis exercidos pelos atores mais diretamente envolvidos nessas atividades, sobretudo no sentido de atribuir protagonismo a agricultores e agricultoras nos processos de inovação” (PETERSEN, 2012, p. 13).

<sup>769</sup> Demarca-se estes aspectos porque ao meu entendimento estamos em um momento histórico de ‘consolidação de processos que poderão levar ao fim’ dos conhecimentos tradicionais e camponeses acerca da natureza, das

**O estudo dos problemas agrícolas deve ter seu início, a partir do Campo e não do laboratório.** [...] Sob esse ponto de vista um agricultor observador e mesmo um simples trabalhador que tenha passado suas vidas em estreito contato com a natureza podem ser de extrema valia para o pesquisador. O ponto de vista de todos os camponeses do mundo é digno do maior respeito. Há sempre bons motivos para o uso de suas técnicas. Em assuntos como as culturas mistas, eles ainda são os pioneiros. (*Grifos meus*)

O trabalho na produção Agroecológica deve, aos poucos, ser apreendido e apropriado pelas instituições educacionais e pelos processos formativos gerais. Este processo é que pode alimentar o conteúdo formativo – a partir das contradições – pois esse trabalho realizado, que precisa trazer produtos para a materialidade da vida, vai aos poucos expressando os desafios encontrados que subsidiam a compreensão dos complexos fenômenos imbricados. Destaca-se, por exemplo, os fenômenos naturais, econômicos, políticos, técnicos, que trazem em si uma base que constituem uma relação de construção de conhecimentos, de matriz formadora e de conteúdo, e no terreno da especificidade, de ensino-aprendizagem às diferentes gerações, vinculado ao mundo do trabalho<sup>770</sup>.

As iniciativas mais avançadas de reformas institucionais coerentes com a perspectiva agroecológica demonstram que as melhores práticas de ensino em Agroecologia são aquelas que incorporam a pesquisa e a extensão como método pedagógico. Indicam também que as abordagens mais efetivas de pesquisa agroecológica são as que mobilizam as comunidades rurais para o exercício de formulação dos problemas e para o levantamento e o teste de hipóteses para solucioná-los. O bom extensionismo, por sua vez, é aquele que fomenta dinâmicas locais de inovação técnica e sócio-organizativa voltadas à valorização dos potenciais ambientais, econômicos e socioculturais presentes nos territórios rurais. (PETERSEN, 2012, p. 13).

As relações de produção (a partir da base material em construção para a possibilidade da Agroecologia) e a Formação Humana (educação) do trabalhador [camponês] pode [e deve] compor as condições da construção e distribuição de maneira igualitária do saber necessário à veiculação da concepção de mundo desses trabalhadores<sup>771</sup>. Trata-se, neste contexto de

---

espécies, do patrimônio genético que durante séculos foi sendo aperfeiçoado pelos povos do Campo. Estes conhecimentos que interessaram ao capital foram e estão sendo expropriados e privatizados. Tivemos, portanto, alguns séculos que esses conhecimentos – que compõem uma noção de natureza real [em sua temporalidade e diversidade] – além de serem subjugados, obtiveram pouco avanços de conteúdo, método, e cultivo nas instituições educacionais, etc., para corresponderem às demandas dos momentos históricos que se seguiram. Isto possibilitou então a prevalência dos conhecimentos que objetivam a produção interessada pela razão privatista e não a reprodução natural. Neste sentido, o retorno ao território, ao natural como base material e lócus de produção de conhecimento, só será possível com a combinação dos ‘resquícios’ de conhecimentos tradicionais, combinados com o avanço científico da Agroecologia, que neste processo, dado as condições de sua realização só será possível pela socialização dos conhecimentos produzidos nesse processo.

<sup>770</sup> Reiteramos aqui o entendimento de Marx ao fazer a crítica à Feuerbach (ver teses 5 e 6) acerca do seu materialismo contemplativo, por não compreender que o homem, além de ser um objeto sensível é também uma atividade sensível, ou seja, constitui-se a partir dela.

<sup>771</sup> A educação do trabalhador a partir das relações capitalistas – para atuarem no interior de uma empresa, por exemplo – pressupõe a distribuição desigual do conhecimento, do saber, dado que isto é o que vincula na maioria das situações a sua concepção de mundo e a extensão da força de trabalho na totalidade dos processos.

compreender que a educação do trabalhador não deve ser apenas no desenvolvimento de habilidades técnicas do trabalhador ou da dimensão técnica da Agroecologia, mas, sobretudo, uma educação que tenha no horizonte a constituição do trabalhador com a ‘faculdade’ de observação e que lhe dê as condições para a intervenção material que leve em consideração as múltiplas dimensões que compõem a materialização de uma agricultura agroecológica e sustentável.

A Agroecologia nasceu como enfoque científico exatamente ao procurar decifrar as complexas racionalidades econômico-ecológicas camponesas que proporcionam esse conjunto interconectado de benefícios para a sociedade. A essência do método agroecológico está na valorização dessa sabedoria camponesa para que ela seja elevada a outro nível na espiral de conhecimentos por meio do encontro sinérgico com os saberes provenientes de várias disciplinas acadêmicas. A opção pela Agroecologia é, portanto, a opção pela agricultura familiar camponesa. (PETERSEN, 2012, p. 14, (*Grifos meus*)).

Considerando a perspectiva marxista, assenta-se nesse processo uma matriz formadora/formativa que tem a ver com a forma da relação do homem com a natureza a partir da Agroecologia. *O humano (Ser Orgânico/Social) ao ter consciência de que para colocar em prática a máxima de que ‘se faz a si mesmo’ – em seu intercâmbio com a natureza –, em um estágio de desenvolvimento como o atual, encontra em sua frente portanto, um essencial problema e conteúdo filosófico e que, portanto, deve construir e colocar em prática conhecimentos oriundos da dinâmica da origem da vida, e a sua compreensão material deve se dar através da convivência harmoniosa com o imperativo especial da natureza, que é a sua capacidade auto criadora.* Ou seja, a reconstituição da biodiversidade, nas suas dinâmicas vitais, que em tese, não depende – ou depende pouco – de um processo de gerenciamento humano, dado que as origens da vida estão na base material orgânica, rica em recursos e patrimônios naturais<sup>772</sup>. A preservação da biodiversidade, tendo esta como potencialidade de produção de valores de uso, de alimentos, etc., já exigem um conhecimento mais específico

---

Por outro lado, como destaca Howard (2007, p. 324; 325) “A união entre proprietários rurais e os trabalhadores auxiliará a pesquisa a abandonar toda a noção de falsa superioridade assim como o abandono de métodos herméticos, [...]. O pesquisador do futuro, diferirá do agricultor apenas em um item, qual seja o conhecimento científico e a experiência abrangente, que as viagens ao exterior fornecem. O pesquisador do futuro, terá seu sucesso, como profissional, condicionado à melhoria real que possa trazer aos agricultores. [...]. A linha mestra dos pesquisadores do futuro precisa assentar-se sobre o solo fértil. Para iniciar o trabalho, o solo deve estar em boas condições de fertilidade. As respostas das culturas e dos animais às boas condições dos solos precisam ser cuidadosamente observadas. Eles constituem nossos melhores e mais aprofundados especialistas. [...]. A eficiência da agricultura no futuro seria, dessa forma, medida pela diminuição no número de melhoristas vegetais. Quando os solos tornarem-se verdadeiramente férteis, serão necessários apenas uns poucos melhoristas”. (*Grifos meus*)

<sup>772</sup> Esse processo indica a necessidade do reequilíbrio no processo de transição – no espaço e no tempo/numa temporalidade – entre a diminuição da força brutal (pela técnica e artificialização da ‘vida’) imposta pelos humanos à natureza e o aumento gradativo das interações das forças orgânicas-naturais no processo de reconstituição.

de manejo, de interação, de compreensão de dinâmicas que devem ser desenvolvidas em processos de Formação Humana e Politécnica.

O que se quer demarcar – no processo dialético [Humano-Natureza e Trabalho-Educação] – é a negação do ‘reducionismo ecológico’ apartado da história e da intervenção histórica, o qual caracteriza um conjunto de discussões que se apresentam como expressão de ‘matriz formadora’, e que, portanto, negam o caráter dialético fundamental da ‘coevolução’ natureza-humanidade-natureza humanizada. A questão fundamental que envolve a **Agroecologia como mediação material para a Soberania Alimentar e para os processos de Formação Humana interessada através de sua base Politécnica/Tecnológica**, está em que esta demonstra objetivamente as condições para reatar substancialmente o fator material que compõe a linguagem dialética de interação e luta entre o humano e a natureza, no sentido de que o essencial em cada uma dessas particularidades, constitui o fundamental na outra.

É assim, que a categoria “essência da natureza” ganha predicado “humana”, tornando-se “essência humana da natureza”, enquanto que a categoria “essência do homem” ganha o predicado “natural”, complementando o par dialético por meio da noção de “essência natural do homem”. (ROLO, 2015, p. 152 – 153).

A grande questão que a Agroecologia, a agricultura sustentável, a Soberania Alimentar, deverão responder – [ou buscam responder] – é: como a partir das condições históricas atuais, colocar-se-á em prática o primado ontológico que embasa a concepção marxiana/marxista da ‘*história social da natureza*’, ou da *sociedade humana como resultante de um processo natural*, dado o contingente desequilíbrio, ou ‘o equilíbrio interrompido’ (FOSTER, 2000)<sup>773</sup> pela violenta intervenção humana através da Revolução Verde?

Vemos assim, os determinantes que instituem os processos de Trabalho e de Formação Humana tendo como base material e mediação prática a Agroecologia, em processos de transição, tendo a natureza como ‘objeto científico’ e, portanto, como Matriz Formadora e Matriz de conteúdo em sua totalidade concreta. Ajuda-nos a compreender, ao consideramos essa referência, de que o objeto científico, o método, a constituição das categorias e ferramentas de análise e de intervenção prática, além de serem históricas, constituem-se, concreta e complexas.

O ponto fundamental a se destacar a partir do exercício de intervenção material articulada às bases científicas da Agroecologia, no qual incide os processos de Formação Humana, está em perceber como se desdobram as relações entre o trabalho e o conhecimento – [que entendidas de acordo com o materialismo histórico dialético] – tendo em vista que o

---

<sup>773</sup> Há que compor os processos de mediação instigados pela prática agroecológica a ‘contingência’ e a ‘coevolução’.

trabalho, objetiva a forma como o trabalhador sente o mundo sensível e, portanto, constitui a sua concepção social acerca dele. Estes elementos são aqui destacados tendo em vista, que essa concepção de relação determina substancialmente o ‘objeto do conhecimento científico’. Assim, a natureza – humanamente constituída pela Agroecologia – tem que ser apreendida como objeto científico, para que a relação entre trabalho-conhecimento, trabalho-educação, possa ser realizada. Se a natureza em sua totalidade, em sua dinâmica não for entendida como objeto científico e ‘laboratório científico’, – expressão prática da mediação social da construção de conhecimento – é a demonstração de que nas relações fundamentais ainda persiste a forte presença das ‘mediações de segunda ordem’<sup>774</sup>.

Como destaca Rolo (2015, p. 153), “[...] o objeto científico, por sua vez, como contrapartida desse processo, exerce uma relação de determinação sobre a organização do trabalho e sobre o modo como a natureza é disposta para o homem”. Essa relação entre produção e ciência e produção da ciência, demonstra a partir da condição histórica o elo de interação metabólica ou a ‘ruptura’ metabólica e a condição posta entre a ‘essência da natureza e essência natural do homem’. (MARX, 2007).

Muitas das questões ou problemas ontológicos e filosóficos, não se tornaram ainda questões ou problemas epistemológicos que possam ser tratados como conteúdos formativos na perspectiva da contra hegemonia e da construção da nova hegemonia. Neste sentido, o fortalecimento da Agroecologia e a aplicação de suas bases científicas para o desenvolvimento da agricultura agroecológica sustentável, pode ir revelando essas questões e contribuir com processos de Formação Humana nessa direção.

#### 4.8.2 Formação Humana Emancipadora e Politecnia a partir das discussões e dimensões da Soberania Alimentar

Ao trabalhar nos capítulos e itens anteriores os limites e potencialidades nos processos que delineiam as contradições objetivas da materialidade social vimos que a totalidade

---

<sup>774</sup> Damos esta ênfase devido às defesas presentes nos capítulos anteriores, onde entende-se que o Ontológico, precede e determina o substancial ao Epistemológico e ao Político. Neste sentido destacamos as contribuições de E. Leff de que a Agroecologia constitui as referências de um outro projeto de Campo e que deve desenvolver as condições autônomas-objetivas para isso, em vista a superar as prerrogativas do ‘*biobussines*’ (bionegócio/agronegócio), ‘pretensamente sustentáveis’ e que mantêm na lógica hegemônica as condições de expropriação do campesinato e da natureza. De acordo com Leff (2002, p. 40) diante da tentativa de uma aparente transformação na geopolítica “[...] de uma economia ecologizada que hoje em dia revaloriza o sentido conservacionista da natureza – reabsorve e redesenha a economia natural dentro das estratégias de mercantilização da natureza, reduzindo o valor da biodiversidade em suas funções como provedora de riqueza genética, de valores cênicos e ecoturísticos e de sua capacidade de absorção de carbono (*biobussines*), a Agroecologia se encrava no contexto de uma economia política do ambiente”.

concreta da Soberania Alimentar em suas múltiplas dimensões demanda e constitui processos de Formação Humana [Emancipadora] da mesma maneira imbricada. Se por um lado há a eminente demonstração e o vaticínio de um futuro problemático e sombrio para a humanidade e a natureza – podendo ser até mesmo irreversível –, por outro, vaticina-se uma utopia já bem delineada em suas condições ideais que deverão inspirar o enfrentamento ao modelo e à [des]ordem do Sistema Agroalimentar hegemônico e as possíveis transições prático-políticas correspondentes à realização da Soberania Alimentar.

Dezenas de vezes foram reiteradas a insustentabilidade econômica-política, ética-social, técnica-científica, ambiental, ecossistêmica do Agronegócio como um todo, desde o seu paradigma tecnológico e sua agricultura industrial linear. Isto nos impõe a demanda objetiva da solução e a superação desse quadro.

Considerando as múltiplas dimensões da Soberania Alimentar [tanto as de base, as sociais, como as de mediação], estas necessariamente se transformam em matrizes e fontes fundamentais para a composição de processos materiais-formativos e de conteúdos para a Formação Humana Emancipadora na direção do conceito universal de ser humano [do futuro]. Estes elementos nos remetem aos aspectos seminais de compreensão da cultura como expressão de um tempo e como forma de ‘[re]criação’ das relações sociais e da sociedade como uma totalidade. A apreensão e compreensão da cultura histórica da civilização permeada pelas suas contradições, possibilita também a vermos o conhecimento marcado pelas necessidades históricas emergentes e, portanto, pelas disputas sociais inscritas na totalidade de um determinado tempo histórico<sup>775</sup>.

Com isto queremos conferir **à historicidade da Soberania Alimentar, como uma base unitária que demanda ações imperativas que integram trabalho, ciência e cultura**. Ou seja, confere, neste momento histórico, o historicismo como método – de acordo com Gramsci – indicando materialmente as possibilidades de superação do enciclopedismo que expressa a separação entre trabalho e educação.

A perspectiva da Soberania Alimentar traz consigo um projeto unitário, radical e multidimensional. É materialidade a ser constituída [ainda a ser apreendida] e pressupõe as ciências (da natureza e sociais [aplicadas]). Pressupõe o trabalho como princípio educativo, e somado com a ciência necessária e a cultura, constitui-se em unidade prático-teórica, que, portanto, permite compreender a historicidade do conhecimento imbricado nesse processo. Nesse sentido, constitui-se o contexto que indica a relação estrita entre o **universal** e o

---

<sup>775</sup> É a contraposição inserida em cada processo [nos processos], pois o conhecimento é marcado pelas demandas e ‘ordens’ hegemônicas do modo de reprodução vigente.



**singular** quando se trata das atividades socialmente produtivas (gerais e específicas) e a Formação Humana correspondente<sup>776</sup> capaz de unir organicamente – como defendeu Gramsci – o *logos*, o *éthos* e o *técno*. Ou ainda como destaca Frigotto (2010, p. 186):

Esta nova realidade técnico-produtiva, como vimos, não só demanda para aquele conjunto de trabalhadores exigidos no processo produtivo bases de conhecimento científico (unitárias), cuja universalidade lhes permita resolver problemas e situações diversas, como também visa a um trabalhador capaz de consumir bens culturais mais amplos. Os princípios científicos da nova base técnica são unitários e universais. Sob este ponto de vista a distinção entre setor primário, secundário e terciário da economia não faz muito sentido.

O movimento social que se estabelece na direção da Soberania Alimentar recoloca como central no debate também epistêmico a questão das relações de [valor] e por essa razão aponta para a direção da ‘ressignificação’ dos processos de Formação Humana. A Soberania Alimentar incorpora uma política socioeconômica [não localista], mas global. Há, portanto, uma ontologia social e política que prevê, processos de Formação Humana, que constituem e lapidam valores contrários aos cultivados pelos processos de reprodução do capital a qualquer custo<sup>777</sup>.

#### 4.8.2.1 Soberania Alimentar e a ideia do Universal, da totalidade concreta e utopia

Assim como Marx afirmou que a ciência só pode desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho, podemos analogamente dizer que a Soberania Alimentar também só será socialmente referenciada e materializada em sua integridade na República do Trabalho.

<sup>776</sup> Nesse processo e projeto (que engloba diversos lugares materiais e sociais, diversas áreas e formas de conhecimento) a Formação Humana (Politécnica/Tecnológica) é o meio pelo qual o conhecimento científico torna-se para o trabalhador a força material produtiva e, portanto, a ciência em seu sentido fundamental de força produtiva (nas diversas formas tecnológicas, instrumentais e ferramentais) interessada para a classe trabalhadora subentendido a sua pertinência no processo de coevolução homem-natureza.

<sup>777</sup> De acordo com Frigotto (2017, p. 215 – 216) “Da unidade da ciência da natureza e da ciência dos homens e da compreensão de que a ideologia é, em si mesma, parte da história, derivam três aspectos a serem considerados no projeto da pedagogia socialista na formação do homem novo. O **primeiro** é de que a pedagogia socialista necessita, no processo de formação humana nas diferentes práticas sociais e, em particular, na escola, afirmar a inseparabilidade do mundo da natureza do mundo dos homens. No contexto predatório das bases da vida pela degradação do meio ambiente, modificação das sementes e produção de alimentos que atentam à saúde, esse aspecto assume centralidade. Do mesmo modo, é fundamental confrontar as teses da *segurança alimentar*, defendidas pelos ideólogos do agronegócio, com a defesa da *soberania alimentar*. A primeira ainda está na lógica do mercado, dos agrotóxicos e do lucro. A segunda está na ordem do direito a uma alimentação de qualidade ligada à saúde e à vida. Como consequência, trata-se de desenvolver as bases e a prática da ciência da agroecologia como parte fundamental do projeto da pedagogia socialista. O **segundo** aspecto é de que a ontologia materialista não separa a materialidade e a subjetividade do ser humano como ser social. Neste sentido, uma determinada ideologia, ou concepção de mundo subjetivada pelas massas, torna-se parte dessa materialidade. [...]. Por fim, o **terceiro** aspecto é que a ontologia materialista por pautar-se na ciência da história, não é mecanicista nem determinista” (*Grifos em negrito, meus*).

Com isto o que se busca destacar é que o que está no horizonte ou o que se busca para o futuro, é uma outra civilização.

Também, Gramsci (2004, p. 94) destaca que “Crítico a própria concepção de mundo significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”. Tem a ver, portanto, com a materialização do momento ético-político da ação enquanto classe, frente à necessidade social que se impõe. A Soberania Alimentar, portanto, é uma das necessidades sociais que incita o pensamento crítico a ultrapassar o nível fenomênico levando-nos compreendermos de maneira mais integrada as leis que regem a vida social imbuída do/no provimento da alimentação<sup>778</sup>.

Se a luta hegemônica se desenvolve sob uma mesma materialidade histórica, complexa, conflitante e antagônica, as alternativas em jogo no campo dos processos educativos se diferenciam tanto pelo processo quanto pelo conteúdo humano e técnico-científico. A educação ou mais amplamente a formação humana ou mesmo os processos de qualificação específicos para fazer face às tarefas econômicas, numa perspectiva socialista democrática, têm como horizonte permanente dimensões éticas e políticas inequívocas: “os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção” [Hobsbawm, 1992b, p. 268]. (FRIGOTTO, 2010, p. 184 – 185).

O que esta tese vem demonstrando, é que está sendo constituído o trajeto teórico-prático-material da Soberania Alimentar. Portanto, ajuda-nos compreender – neste momento histórico – a concepção de Hegel (2007) acerca do movimento dialético sob três momentos fundamentais: a certeza [sensível], a percepção e o entendimento. O que temos fundamentalmente é a certeza sensível da ‘necessidade’ da Soberania Alimentar, porém, como já demonstrado, com apenas germes materiais inscritos, o que incide em pouco conteúdo teórico-material afirmativo. O movimento do pensamento vem constituindo uma percepção [semântica] que expressa as condições atuais explicativas da necessidade histórica do objeto, mas, tem priorizado as análises particularistas e mantendo as dimensões desintegradas. O ‘entendimento’ na percepção hegeliana, que expressa o momento em que o movimento do pensamento consegue apurar as conexões internas dos fenômenos e leis objetivas, em relação à Soberania Alimentar é algo que ainda deve ter avanços.

Consideramos esses elementos importantes trazidos por Hegel que ajudam no entendimento desse processo, porém, se resguardando do caráter idealista de sua síntese e da ‘natureza’ do movimento da história onde o ‘concreto’, a história, se torna concreta na ideia/no ideal. A partir de sua contribuição nas bases do movimento dialético e o que

---

<sup>778</sup> Considerando a Politecnia, esse movimento possível de transição, orienta a ressignificação dos valores, dos processos educativos e do trajeto formativo que organicamente atribui sentido à integração do conteúdo material nos processos de Formação Humana.

distingue e aproxima a dialética hegeliana e a dialética marxista, trazemos também as contribuições de Marx (1977), que demonstra que *quanto mais se desenvolve concretamente um conceito, uma categoria, na história, mais sobressalto ela tem em sua ‘abstração’ e em sua capacidade explicativa. Com isso, chamamos a atenção acerca da ‘percepção’ e ‘entendimento’ da Soberania Alimentar ao ponto em que esse movimento vai se constituindo historicamente.*

Neste sentido, o conceito de Soberania persegue expressar fatores materiais que estão além da Soberania Política, Estatal, Moderna, arquitetada e articulada pelos parâmetros da racionalidade estatal uniforme aos interesses corporativos, tendo em vista que esta apresenta uma contradição em si, por não garantir a Soberania das Nações<sup>779</sup> e nem Soberania Alimentar. **Porém, considerando que há o entrelaçamento fundamental entre o fazer humano e a política (o sentido político dessa ação humana), a concepção, a perspectiva de ‘Soberania’ que expressará em sentido completo a Soberania Alimentar, pressupõe a ‘Soberania Popular’, dos ‘Povos’, com as condições objetivas para definirem o seu destino social em todas as suas dimensões, devendo no processo de travessia definir a natureza e organicidade da função do Estado como fator-material<sup>780</sup>.**

Essa intencionalidade – prescrita no entendimento de um horizonte a mais longo prazo – é demonstrada através da “Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas”<sup>781</sup>, ao definir claramente a Soberania dos Povos [e não dos Estado-Nações] sobre o território, o alimento e a energia, entrelaçando-os:

A Soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território;

A Soberania Alimentar como direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos;

A Soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, [...]; (DENUTTPCAF, 2014, p. 230 – 231).

<sup>779</sup> Quem toma as decisões que incidem em processos homogeneizadores no interior dos Estados-Nação quando se trata de diversos elementos relacionados diretamente aos alimentos são as grandes corporações transnacionais. Como vemos nas intervenções e indicações para a harmonização do arcabouço legal sob a orientação hegemônica global quando se trata de sementes, sanidade, agrotóxicos, transgenia, etc.

<sup>780</sup> Rememoramos Marx (2000, p. 46) “[...] que é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa”.

<sup>781</sup> A citação é composta na ordem pelos pontos: 2, 3 e 7 da referida declaração.

Com isto reitera-se e demarca-se que a defesa prioritariamente da Soberania Alimentar como uma condição estrita da Soberania do Estado-Nação (sob este modo de produção) se inscreve insuficiente e traz em si uma contradição básica, que já foi demonstrando em diversos momentos desta tese. O entendimento e a defesa que deve ser feita, portanto, subscreve a ampliação do conceito de Soberania à Soberania Política dos povos<sup>782</sup>.

Neste sentido, o ‘movimento’ da Soberania Alimentar articula [e está articulada] à construção de uma perspectiva histórica alternativa e contra à que vem se consolidando no interior estrutural e conjuntural do Sistema Agroalimentar corporativo. Não são concepções que estão alicerçadas em contextos e conceitos abstratos de valor como nos apresenta o mercado. *São, no entanto, concepções que [pré]-anunciam uma ontologia social e política que valoriza diretamente a relação humano-natureza, mas, fundamentalmente, indica as reais possibilidades de fortalecimento das práticas que são organizadas por redes e sistemas de cooperação. Inscritos nesse processo estão a indicação da superação de rupturas historicamente constituídas: 1- a ‘ruptura’ – divisão – relacional entre o urbano e o rural (uma ruptura social), 2- a ruptura relacional entre homem-natureza (ruptura metabólica); a ruptura [orgânica] entre produtor e consumidor, etc.,*

Em certa medida, é o contraponto às condições explicativas do movimento do real/social como expressões da [contingência ‘forçada’ da civilização ocidental] (CASTRO, 1965) através dos determinantes objetivos dos interesses privados ou corporativistas no modo de produção do capital.

Desde os meados do século XIX vem desenvolvendo-se entre nós um tipo de ensino universitário, não mais preocupado em transmitir uma imagem unitária do mundo, mas em fornecer estereótipos de suas realidades parciais, didaticamente mutiladas, no suposto interesse das ciências. O tremendo impacto do progresso científico acabou por fragmentar a cultura, por pulverizá-la em pequenos grãos de saber. Cada especialista da ciência, agarra-se com unhas e dentes ao seu grão de poeira, virando-o e revirando-o sob a poderosa lente do seu microscópio, para penetrar-lhe no microcosmo, com pasmosa indiferença e maciça ignorância por tudo mais que se passa em derredor. (CASTRO, 1965, p. 56).

Na mesma direção, porém, num período, que soma mais de cinco décadas da ocorrência das análises de Josué de Castro, destaca Eduardo Galeano (2014, p. 325; 326):

---

<sup>782</sup> Deve ser o contradito das organizações que deliberam e suas decisões afetam o mundo. Como destaca Galeano (2014, p. 327) ao referir-se ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional: “O banco se chama mundial, da mesma forma que o fundo monetário se chama internacional, mas estes irmãos gêmeos vivem, cobram e decidem em Washington. Quem paga manda, e a numerosa tecnocracia jamais cospe no prato em que come. Sendo, como é, o principal credor do chamado Terceiro Mundo, o Banco Mundial governa nossos escravizados países que a título de serviço da dívida, pagam os seus credores externos 250 mil dólares por minuto, e lhes impõe sua política econômica [...]”.

A saúde do mundo está feita um caco. “Somos todos responsáveis”, clamam as vozes do alarme universal, e a generalização absolve: se somos todos responsáveis ninguém é. Como coelhos, reproduzem-se os novos tecnocratas do meio ambiente. É a maior taxa de natalidade do mundo: os *experts* geram *experts* e mais *experts* que se ocupam de envolver o tema como o papel celofane da ambiguidade. Eles fabricam a brumosa linguagem das exortações ao “sacrifício de todos” nas declarações dos governos e nos solenes acordos internacionais que ninguém cumpre. Estas cataratas de palavras – inundação que ameaça se converter em uma catástrofe ecológica [...] não se desencadeiam gratuitamente. [...], as estatísticas confessam... os dados ocultos sob o palavreado revelam que 20% da humanidade comete 80% das agressões contra a natureza, crime que os assassinos chamam de suicídio, e é a humanidade inteira que paga as consequências da degradação da terra, da intoxicação do ar, do envenenamento da água, do enlouquecimento do clima e da dilapidação dos recursos naturais não renováveis.

É, no entanto, a constituição das condições explicativas assentadas na parcialidade e nos fragmentos da realidade, sem conexão com a particularidade e totalidade concretas<sup>783</sup>. É por essa razão que no seio do Sistema Agroalimentar, ou como definem autores já citados, nos Regimes Alimentares, ou Impérios Alimentares, **o alimento é uma parcialidade no todo**, tendo em vista que *constituído por critérios de valores sistêmicos, encerra em si uma condição também parcial*, como, por exemplo, ser apenas contribuidor de reprodução e revitalização da força de trabalho ou como mercadoria que se realiza apenas na sua circulação. Desse modo, vemos o descompasso entre o total da produção suficiente e a existência da fome.

Neste sentido, a forma que se garante o provimento da alimentação – produção, armazenamento, distribuição, acesso – tem apenas o objetivo de inserir essa necessidade básica de reprodução da vida, como um importante insumo como outro qualquer, a exemplificar, como: o agrotóxico, o adubo químico, etc. Não é ‘à toa’ que a oferta de alimentos sob essa égide, são fundamentalmente processados e ultra processados – [são verdadeiros suplementos químicos]. Considerando isso, o importante não é o que incide na totalidade da fisiologia humana, mas o que esse insumo, no conjunto das relações, representa para o acúmulo do capital, tanto como mercadoria, como ‘provedor’ de força de trabalho. Além disso, tomando as necessidades para a reprodução desse modelo e condições de provimento do alimento, deixa-se de lado a preocupação com o esgotamento de recursos naturais existentes/excedentes e dos danos socioambientais ao longo de futuras gerações.

---

<sup>783</sup> De acordo com Castro (1965, p. 56) cria-se uma civilização de especialistas tendo como dirigente, “homens de rigorosa visão técnica, mas de visão cultural deficiente e de deplorável miopia política”. Além disso, como afirmou Ortega y Gasset – destacado por Castro – que esse modelo de produção científica tem sido responsável pela formação de ‘novos bárbaros’, que representam uma espécie de ‘ameaça’ à vida da cultura, por serem “homens que sabem cada vez mais de cada vez menos” (ORTEGA Y GASSET, 1940 apud CASTRO, 1965, p. 56).

Como destacado anteriormente, no plano político a Soberania Alimentar – a partir da perspectiva que defendo – só pode ser compreendida a partir de uma ‘Geopolítica’, tendo como base a economia política, e não fatores econômicos [intra]-sistêmicos. Não há condições de compreendê-la a partir de relações mercadológicas e comerciais. É por esta razão que entendemos ser, a Segurança Alimentar uma parcialidade explicativa e uma parte do processo de reprodução das relações do capital. Portanto, considerando a Formação Humana Emancipadora necessária, põem-se a frente das ciências sociais aplicadas e das ciências naturais, esses grandes desafios.

Este entendimento de universalidade, totalidade [concreta], de utopia, que se inserem na perspectiva da Soberania Alimentar considerando as potencialidades em transição demarcam a [co]relação entre o estrutural e o conjuntural. Destaca-se isso, porque cada dimensão social e material com as quais a civilização vai se organizando, ganham universalidade sob esta perspectiva. Por exemplo, a questão da saúde se amplifica e se torna mais complexa. Ou seja, a conceituação de saúde, passa a ser muito mais do que sistema de saúde, ou uma condição temporal biológica do ser humano. Mas, passa a representar a totalidade dos processos imbricados na tríade indivisível entre a ‘saúde social’, a saúde ‘[físio]-biológica’ e a saúde ambiental. Neste sentido, se considerarmos a questão da fome, da nutrição [desnutrição e subnutrição], da obesidade, da saúde, da doença, da qualidade biológica do alimento, da educação e reeducação alimentar, etc. como potenciais temas de análise e reflexão, só ganharam e ganharão sentido e conteúdo concreto, sob a perspectiva da Soberania Alimentar, se analisados levando em consideração a totalidade concreta com a suas múltiplas determinações, que as expõem à superfície da sociedade como relação social.

A consequência natural da especialização e da técnica é não abordar os problemas universais. Por essa razão é que em alguns momentos desta tese foi manifestado a preocupação com a tendência de análises parciais, sobre os estremecimentos de superfície, e não da particularidade como uma expressão de totalidade concreta. A Soberania Alimentar exige que sua radicalidade não seja depreciada. Portanto, compreender o provimento [ou as condições futuras de provimento] da alimentação sob a perspectiva da Soberania Alimentar, é, sobretudo encarar a cada fenômeno real em sua perspectiva universal e em seus múltiplos aspectos, dimensões e correlações. A resolução dos ‘problemas’ relacionados ao provimento da alimentação no mundo – que se expressam nas dimensões econômica, social, política, ambiental, ética, etc., perpassa fundamentalmente pelas mudanças nas bases materiais que incidem na qualidade ambiental e biológica, bem como, das relações econômicas, políticas e sociais. A relação entre Soberania Alimentar e Formação Humana assenta-se justamente em

constituir essa imbricada condição material entre o conceito universal de homem e a totalidade das relações que o poderão constituir. Além disso, considerar como esses elementos perfazem em sentido na concretude de cada ser social

#### 4.8.2.2 A questão da mediação, transição e [co]relação entre o presente histórico e o futuro

As discussões desta tese demarcaram diversas questões e problemas fundamentais com as quais as consciências críticas – ao irem se fazendo materialmente e unindo o processo de intervenção material de todas as pessoas com o seu sentido histórico e representativo de classe do futuro, que potencialmente são os objetivos da nova civilização – poderão e deverão se ocupar no processo de fortalecimento e de implementação de uma outra civilização e, portanto, da Soberania Alimentar.

Extraí-se a partir da Questão Agrária [como categoria de conteúdo] que um outro Campo e uma outra forma de produção do Campo devem ser construídos. É neste sentido que há a necessidade histórica, urgente da efetivação da “Revolução Agrária”, tendo como parte integrante e mediação a “Reforma Agrária [Popular]”. A constituição desse processo traz a imbricação e a intersecção de diversas outras questões, como por exemplo, o fator material da Luta e a Organização Social da classe trabalhadora materializando assim processos formativos, tanto no âmbito da luta e da organização social, quanto no processo material-produtivo. Neste sentido, a motivação do processo deve levar em consideração de que:

A questão se resolve assumindo que tal mediação é feita no interior dos movimentos sociais, e não de forma abstrata em outros espaços não conectados diretamente com as lutas sociais específicas do Campo, de onde seria importada para ser adaptada nas lutas destes movimentos sociais. São, portanto, os próprios movimentos sociais os operadores desta mediação [...] (FREITAS, 2017, p. 243).

É a demarcação objetiva [enquanto método] da transição socialista e do processo revolucionário, desde esta base material, no sentido de afirmar que existe outras formas e lógicas de produção e de desenvolvimento, que além de começar a contestar, busca se soltar das amarras da forma hegemônica da reprodução do capital e projeta o futuro da classe trabalhadora, da humanidade, da civilização, mas que, portanto, necessita da base material para se solidificar. Com isto quer se afirmar que a luta, a organização social, o controle social [cada vez mais] popular estão inscritos como parte integrante do processo de transição sem os quais a Soberania Alimentar não se materializará.

A construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada por um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do Campo e

da cidade. E assume também uma perspectiva necessariamente internacionalista porque a luta dos trabalhadores contra a ordem do capital é internacional no atual estágio de hegemonia do capital financeiro e das empresas transnacionais que atuam em todo mundo. O modelo de agricultura popular camponesa tem sido também a construção a partir das experiências dos trabalhadores de muitos países, culturas, organizações e lutas. (MST, 2014, p. 205).

Nesse sentido, a projeção da “Reforma Agrária Popular” como mediação da/para a “Revolução Agrária” para uma outra sociedade com Soberania dos Povos requer na prática a Agroecologia substancialmente e concomitantemente aplicada nas suas diversas dimensões. Ou seja, *em sua dimensão de escala, em sua dimensão social, em sua dimensão política, em sua dimensão econômica, em sua dimensão ambiental, em sua dimensão energética, em sua dimensão cultural, em sua dimensão administrativa, em sua dimensão técnica-científica, em sua dimensão ética, que devidamente combinadas constituem o ‘corolário’ da Soberania Alimentar.* (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

Esse processo dialeticamente imbricado formula no momento e no dever histórico a demanda da apreensão e controle social das especificidades e das formas de dominação oriundas do processo diversificado de reprodução do capital.

A materialização de uma nova civilização, bem como da Soberania Alimentar, incorpora a demanda material de que na dimensão político-científica deve compor uma plataforma de conteúdo histórico através da contradição estabelecida entre a apropriação privada pelo capital do patrimônio genético e da biodiversidade e o conhecimento desenvolvido e socializado por milênios através da atuação do campesinato e dos povos tradicionais. O horizonte da redução da biodiversidade, da erosão genética, da manipulação das sementes, do patenteamento dos conhecimentos tradicionais, milenares, populares e sociais, objetivo fundamental da agricultura industrial deve compor os processos de discussões no interior das instituições educacionais e dos ‘programas’ de Formação Humana<sup>784</sup>. Podemos expressar como exemplo a educação profissional sob esta perspectiva.

A Educação Profissional do Campo [...] inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão, educação saúde, comunicação, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base reprodução da vida e, [...] isso significa tomar como objeto de estudo e de práticas a construção de uma nova matriz científico-tecnológica para o trabalho no Campo produzida desde a lógica da agricultura camponesa sustentável, situando esta matriz no contexto mais amplo de transformações das relações sociais e do sistema hegemônico de produção. [...]. Do ponto de vista da organização do trabalho pedagógico trata-se de assumir a Soberania Alimentar, a Reforma Agrária, a Agroecologia e a Cooperação como eixos articuladores e organizadores do currículo

<sup>784</sup> Por entender que a educação politécnica tem seu conteúdo historicamente determinado e expressa as contradições do desenvolvimento das forças produtiva, das relações sociais e de classes. Neste sentido, a dinâmica dos processos de formação humana a partir das bases da agricultura camponesa exige além da dominação de processos, por exemplo de transição agroecológica, uma perspectiva da totalidade. O sentido de uma operação técnica deve ser constituída a partir desses elementos.



para a formação (...) dos trabalhadores da agricultura. (CALDART, 2010, p. 236; 237).

Desse modo, objetivamente estão as contradições inerentes aos aspectos de impedir a totalidade da dominação do capital sobre a propriedade dos recursos naturais e de conhecimentos desenvolvidos pelos povos, por um lado, e por outro desenvolver processos de resistência aos avanços dos conhecimentos e formas de controle destravadas pelo poder econômico por ocasião de ‘sistematizações’ feitas pela biotecnologia, pela nanotecnologia e pela engenharia genética. São problemas fundamentais, tendo em vista que a partir dessas contradições nas bases materiais (entre formas e modelos de fazer agricultura), fundamentam-se os conteúdos sociais e políticos formativos além de darem o sentido histórico do conceito de natureza e de ciência.

Considerando as prerrogativas desta lógica, o seu enfrentamento perpassa pela intersecção entre o debate e a disputa teórica-científica, mas sobretudo pelo enfrentamento prático político no sentido de resgatar conhecimentos e elementos objetivos-materiais colocados em risco através das práticas científicas que trazem as erosões genéticas ocorridas ao longo do avanço da Revolução Verde. Estes aspectos serão materializáveis pela reorientação da pesquisa e das políticas de pesquisa.

Enfim, para que a estratégia internacional e as políticas nacionais de relance da economia camponesa pobre disponham de todos os trunfos necessários, as próprias políticas de pesquisas devem ser maciçamente orientadas, ou mais exatamente reorientadas, em proveito do campesinato e das regiões desfavorecidas. Para contribuir de maneira eficaz com a redução da pobreza, a pesquisa para o desenvolvimento agrícola deverá estar muito mais atenta do que no passado às necessidades e às possibilidades, mas também e, principalmente, ao saber e à experiência dos camponeses. Ela deverá tirar partido de toda a diversidade de espécies, de variedades e de raças locais de plantas e de animais domésticos que ela, até então, negligenciou, para melhorá-los em proveito da maioria. Deverá estudar os sistemas de produção complexos, combinando culturas, criações e arboricultura, que os camponeses criaram paulatinamente para renovar melhor a fertilidade e reduzir os riscos biológicos e econômicos aos quais se acham confrontados. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 546).

Concomitantemente, e somado a isso, deve estar a valorização e a condição objetiva da prática produtiva através da agricultura agroecológica.

A Agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A Agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e cultura dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida (DENUTTPCAF, 2014, p. 231)

O processo de mediação pressupõe que a ciência expresse essas contradições e se materialize, enquanto conteúdo explicativo, na relação dialética e conexão interna desses

fenômenos<sup>785</sup>. Portanto, o conteúdo material e científico que compreende o *corpus* da Soberania Alimentar permeia e entrelaça em cada fator material ou força teórica de suas dimensões, a ideia do universal e singular, da essência e aparência, da totalidade e particularidade, da afirmação e da negação, etc.

Como notamos não há uma fácil consequência ou um anseio vivo natural pelo mais radical pressuposto colocado no horizonte da Soberania Alimentar. Isto está para ser construído. *E se está para ser construído, poderemos chegar ou não às condições de sua realização*. É perceptível a partir desta análise que o ‘novo espírito’ que conformará as novas condições materiais para a Formação Humana correspondente, inclui a sua realização pela coletividade.

A filiação nesse novo projeto societário e às necessidades práticas advogadas pela perspectiva da Soberania Alimentar depende das condições objetivas e teóricas que potencializem a reação contra as deformidades do modo de produção do capital, ao tratar o alimento e que incide negativamente sobre as pessoas, ao meio-ambiente e às relações sociais<sup>786</sup>. Assim, os sujeitos sociais responsáveis estão em diversos lugares e setores, desde o trabalhador camponês, o agente político, os consumidores, pesquisadores, extensionistas, entre outros, que somam esforços e se propõem a contribuir para a criação e fortalecimento da nova realidade e de uma outra hegemonia.

Desse modo, vemos que os processos de Formação Humana ganham sentido nos diversos níveis de relações: econômica, social, política, ambiental, Cultural perfazendo uma [co]relação imbricada entre o Estrutural, o Conjuntural e o Emergencial.

#### 4.8.2.3 Formação Humana Emancipadora: movimento dialético no interior das condições estruturantes, conjunturais e emergenciais.

Ao discutir os ‘desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular’, Caldart (2015c) destaca que “Estamos diante de uma empreitada

---

<sup>785</sup> Destaca-se que onde há a implementação, por parte do campesinato de formas complexas e [bio]diversificadas de agricultura, sustentáveis e de alto rendimento [territorial] além de depender pouco, ou não depender de recursos não renováveis são, de acordo com Mazoyer e Roudart (2010, p. 547) “[...], laboratórios em que se elaboram as formas de agricultura mais preciosas para o futuro da humanidade. Somente o estudo ecológico e econômico aprofundado, e a compreensão precisa desses sistemas agrários que são o fruto da experiência multissecular e sempre renovada do campesinato, podem permitir aos pesquisadores identificar e propor melhorias apropriadas e transferir, adaptando-os, certos conhecimentos de uma agricultura em favor de outra”.

<sup>786</sup> O que se nota é que os Sujeitos históricos inseridos nesse processo manifestam prático e teoricamente que não se deve fazer e que não é possível qualquer tipo de aliança com os processos que reproduzem essa sociedade insustentável e injusta.

intelectual de fôlego, mas que efetivamente precisa do desenvolvimento prático para que a elaboração teórica necessária possa avançar”.

Em linhas gerais ao considerarmos a dialética do concreto [da totalidade concreta, compondo também a ideia do monismo materialista], evidencia-se que os processos objetivos que poderão levar à materialização da Soberania Alimentar [portanto dando o sentido da Formação Humana] serão fomentados e desenvolvidos através da relação combinada entre as questões estruturais, as questões conjunturais, e as questões emergenciais.

Neste sentido, é possível pensar em educação alimentar mediante as condições de produção, oferta e acesso descritos nos capítulos anteriores? A resposta é positiva, em especial, se esta posição estiver embebida do conteúdo material e dialeticamente imbricada nos processos que estejam levando a mudanças estruturais na direção da garantia da produção de um alimento saudável. É possível e necessário agir no emergencial e no presente histórico, desde que este ato seja correspondente às mudanças fundamentais que garantam um devir histórico que vise integrar desde as origens essas condições.

Na mesma direção podemos indagar quais parâmetros e princípios devem ser levados em consideração ao pensar em/nas políticas de saúde quando o ar, água, o alimento, o solo, estão contaminados com agrotóxicos, com organismos geneticamente modificados e outros agentes químicos? Com esta base material é possível desenvolver objetivamente educação alimentar e/ou desenvolver práticas saudáveis de vida que visem garantir a qualidade de vida e saúde sem as mudanças substanciais?

Por que são constituintes dos processos de Formação Humana os valores que negam os elementos naturais/biológicos e os identificam como ameaças e riscos quando se trata da alimentação, por um lado, e, por outro, dão substancial acolhimento para os elementos químicos como fator de segurança? Estes últimos aspectos e essa tendência colocada, têm hegemonia nos programas e currículos das ciências da alimentação. E nas ciências da saúde atacam-se, fundamentalmente, apenas os efeitos e não as causas [por essa razão tem aumentado significativamente os grandes centros especializados de câncer], além de comumente não identificarem ou tratarem com maior rigorosidade as incidências de saúde pelos elementos químicos.

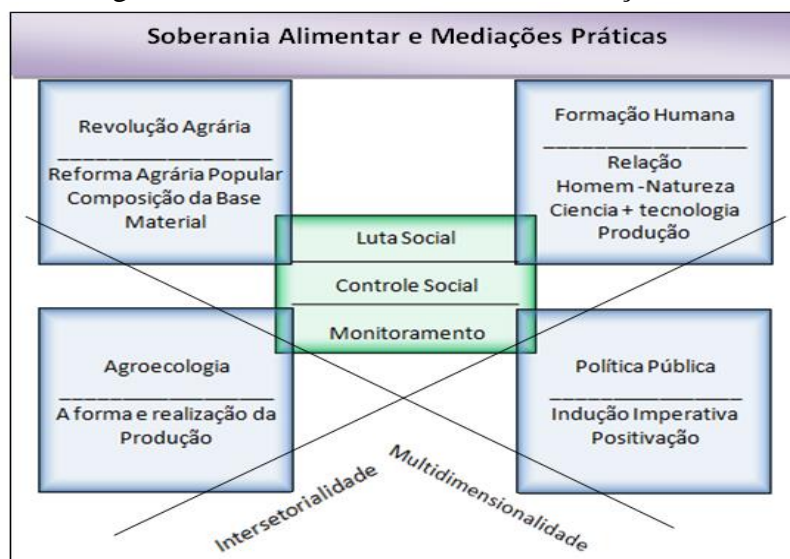
O escopo do conteúdo da Soberania Alimentar possui um princípio integrador de Formação Humana por contrariar o caráter fragmentário, parcial e imediatista sob o qual se pensa o trabalho, o alimento, a produção, a relação homem-natureza sob a perspectiva da ideologia do capital. Neste sentido institui demandas de Educação Politécnica/Tecnológica, pela necessidade de restauração das bases reais conduzida pelas contradições internas em

múltiplos contextos e através da relação dialética entre a totalidade-particularidade, entre universal-singular, o concreto-abstrato que incidirá também nas condições do alimento<sup>787</sup>.

No processo de sua constituição como escopo material, também vão sendo potencializadas as matrizes formativas para os processos de Formação Humana. São, as grandes questões ontológicas, epistemológicas, políticas, éticas, estéticas que estão nas bases da perspectiva da Soberania Alimentar, da Agricultura Camponesa [agroecológica e com sustentabilidade] que devem se fazer presentes nesses processos.

A Soberania Alimentar, como projeto de materialização das suas dimensões [de base e sociais [da imagem ‘ideal/abstrata’ refletida no seu Conceito]] será implementada, como fomos verificando, sob múltiplas determinações, mas incidentes nas mediações práticas da Reforma Agrária Popular [Revolução Agrária], da Política Pública, da Agroecologia e da Formação Humana Emancipadora. São, cada uma dessas mediações e dimensões de transição, constituídas pela contínua Luta Social, pelo Controle Social e Monitoramento, pela Cooperação que materializem a cada uma dessas mediações práticas e dimensões de transição o imbricamento intersetorial, com a multidimensionalidade e intersectorialidade exigida na construção dos processos de travessia, como veremos na figura seguinte.

Figura 14 – Soberania Alimentar e Mediações Práticas



Elaborado pelo Autor, PPFH/UERJ, 2018.

<sup>787</sup> Estes elementos são bem evidenciados, por exemplo, na conceituação de Comida de Verdade, no Campo e na Cidade, trazido sobretudo nas discussões da V CNSAN, e que para Comer a Comida de Verdade é preciso saber a Verdade sobre a Comida. O alimento é um resultado do conjunto de relações produtivas e sociais. Portanto, um princípio integrador e uma relação social. Além disso, podemos ‘vaticinar’ que com alimentos [mais] saudáveis e de melhor natureza biológica-nutricional precisar-se-á de [menos] hospitais; com [mais] fertilidade, biodiversidade, agrobiodiversidade, diversidade genética, agroecologia, produção integrada com a Formação Humana, tecnologias adequadas, precisar-se-á de [menos] melhoristas e extensionistas ‘missionários’ e também [menos] tecnocratas do ‘meio ambiente’ e do ‘desenvolvimento sustentável’; na transição, com [mais] Segurança Alimentar e Nutricional com vida/biológica e [menos] Segurança Alimentar com agentes químicos; etc.

O desenvolvimento do conceito de Soberania Alimentar faz-se necessário já que é um conceito de relevância histórica fundamental para a classe trabalhadora primeiramente, mas, também para o processo civilizacional assentada em outras bases e relações sociais. As formulações desses pressupostos básicos indicam a complementaridade e o desenvolvimento [relacional] imbricado do real-ideal, do objetivo-subjetivo, do trabalho-educação, do estrutural-conjuntural, entre outros pilares fundamentais, e que devem ser apreendidas pela lógica e contradições objetivas internas dos seus múltiplos contextos. Como destaca Mészáros (2002, p. 518):

[...], a tarefa teórica consiste na identificação e na elucidação de todas aquelas pressuposições e pré-condições objetivas que tenham uma relação importante com qualquer ponto particular da questão. O empreendimento crítico parte da imediaticidade do *fenômeno* investigado e, por meio da compreensão e da explicação das condições e pressuposições relevantes da sua composição estrutural, age como parteira das conclusões que emergem objetivamente. Essas, por sua vez, constituem as pressuposições e pré-condições necessárias de outros conjuntos de relações neste sistema dialético e inerentemente objetivo de determinações recíprocas.

As mediações práticas, portanto, não emergiram do nada, mas são premissas e pré-condições inerentes dos limites do Sistema Agroalimentar elevados acima das suas condições [do si próprio], enquanto sistema. Ou seja, esses limites extrapolam as possíveis resoluções e reformas sistêmicas. No entanto, as crises apenas anunciam, mas, de modo algum produzem automaticamente a nova forma histórica (MÉSZÁROS, 2002).

## CONCLUSÃO

A presente tese poderia ser concluída em poucas linhas se tomássemos em analogia a afirmação de Karl Marx acerca do genuíno papel da ciência. Como sabemos, para o autor a ciência só desempenhará o seu genuíno papel na República do Trabalho. De igual modo, a Soberania Alimentar em sua radicalidade concebida, só se materializará e desempenhará o seu genuíno papel na República do Trabalho. É uma condição material e histórica que se almeja alcançar. Ou seja, para podermos ir concluindo [neste marco histórico], precisamos ter esse entendimento de maneira clara e como ‘termo deferido’ que se carrega de sentido ao apresentar os processos de mediações prático-necessárias para a transição. Concluo esta tese, com uma sensação de ter cumprido uma tarefa importante de análise e reflexão, porém, com um conjunto de preocupações que pulsam e permeiam indagações. Ao meu juízo, indagações de condensação concreta do entendimento que tensiona os grandes limites objetivos e materiais de sua realização, bem como das formas que o conceito e o entendimento acerca da Soberania Alimentar têm sido aplicados<sup>788</sup>.

Com isto quer se afirmar que a Soberania Alimentar não é apenas um teste de oposição ao Sistema Agroalimentar hegemônico e/ou Regime Alimentar corporativo demarcado no tempo, mas, que a sua realização pressupõe através dessa oposição a materialização de todos os elementos imbricados em sua totalidade e dos processos transformadores, induzidos pelas ‘energias vitais que as compõem: natural e político-social. Neste sentido, na sua integralidade ela será desse modo objetivada, ou não será<sup>789</sup>. Contudo, concluímos que experiências e práticas por esse horizonte motivadas, têm sido da maior relevância para a melhoria das condições objetivas nas bases materiais e políticas do provimento do alimento, bem como do debate teórico-científico acerca do tema.

A Soberania Alimentar ainda é uma projeção programática que por si só, não fará um processo revolucionário na totalidade concreta, mas, inscreve-se como uma das mediações dos fatores e elementos fundamentais de um processo revolucionário, de ruptura e de superação da [des]ordem do capital. Sendo ainda algo a construir, – mesmo considerando que

---

<sup>788</sup> Vale destacar que em diversos momentos da tese já se anteciparam conclusões de maneira explícita e outras que já se apresentaram demarcadas e subtendidas nas elaborações que neste caso apenas retomaremos de maneira rápida.

<sup>789</sup> Insisti muito neste aspecto ao longo da tese, por entender a radicalidade do conceito. Não é gratuito, porque a projeção e a constituição de seu conteúdo e projeto no marco deste tempo histórico se dão, fundamentalmente, pela necessidade da negação dos princípios, diretrizes e valores materializados nos processos do Sistema Agroalimentar. Como vimos, a forma como está inserida a questão do alimento e da alimentação e como isso tem incidido na sociedade em uma das expressões de maior desigualdade produzidas pelo modo de [re]produção do capital.

germes para esse novo [uns que estão sendo constituídos e outros que ainda não morreram pelas ‘mãos’ da prática de reprodução do capital] – é que as mediações práticas dentro da totalidade material – não como conjunto estruturado e somatório, mas no imbricamento de elementos naturais e sociais – serão também constituídas por um processo em devir. Desse modo, a Soberania alimentar é uma realização [um devir] condicionada e interseccionada com outras realizações transformadoras que só se materializarão colocando em movimento essas forças transformadoras. O provimento do alimento como uma unidade do real (demarcada) pelas suas múltiplas determinações objetivas-sociais, como vimos, não é fora do tempo e apenas momentânea [separada], indiferente à temporalidade [substancial [natural e social]] do real. Ou seja, desenvolve-se no tempo, no espaço e radicalmente imbricado na historicidade que lhe dá a identidade. Isto também demarca as condições para a construção do conhecimento e do entendimento acerca do tema<sup>790</sup>.

Sob estes elementos e o caminho analítico que compõe o escopo desta tese, concluo que a Soberania Alimentar não é um lado (numa análise dualista) e nem um polo separado, independente, (para uma análise binária). Assume-se, portanto, a perspectiva do imbricamento (material-teórico) tensionado em disputa na construção do devir projetado e da negação denunciada. Estes aspectos, ao meu ver ajudam a evitar a priorização tanto do otimismo da vontade (nas lutas políticas e elaborações teóricas), quanto do ceticismo (de se ter uma perspectiva cética) em relação à sua possibilidade de realização material. Em termos de conclusão, vemos que a dimensão utópica da Soberania Alimentar é que lança luz às demais e, de maneira geral, determina o conteúdo e o sentido das demais dimensões que devem ir se constituindo e se fortalecendo no tempo.

Se olharmos com as prerrogativas do capital e com as lentes do tempo presente, sem dúvida nenhuma, podemos chegar logo à conclusão que a Soberania Alimentar é em si uma perspectiva cética (BERNSTEIN, 2015). Que a Agroecologia não dará conta da produção em quantidade suficiente para a população mundial, já que em relação à qualidade da produção agroecológica – se contemplada todas as suas dimensões – não deixa muita margem para a

---

<sup>790</sup> Assumimos a perspectiva de Marx, que segundo ele, até mesmo as categorias mais gerais só têm validade para o seu tempo. Considerando a particularidade, onde sob a perspectiva da Soberania Alimentar, se busca compreender a realidade, parte-se do entendimento de que qualquer trabalho científico, ou até mesmo, um conjunto de trabalhos científicos, as suas conclusões ocorrem dentro de um embate e num determinado momento histórico [no interior do campo científico] que é caracterizado pelas condições materiais do fenômeno na relação com a atividade humana que busca compreendê-lo e na realidade intervir. Somos conscientes de que nenhum trabalho individual ou de grupo esgota as diferentes dimensões e ângulos do objeto, que por vezes, na apreensão do movimento do real, pelas suas condições objetivas, não possibilita ao movimento do pensamento apreender elementos fundamentais de sua totalidade concreta. Contudo, essas construções teóricas demarcam os processos e as possibilidades de disputa de entendimento de determinados temas e objetos científicos em sua historicidade.

discussão ou dúvida quando comparada com o alimento oriundo do Sistema Agroalimentar hegemônico. Neste sentido, assume-se a Soberania Alimentar à luz dessa dimensão utópica e não cética, por entender que as bases teóricas, de definição, de como se entende algumas forças materiais e aspectos estratégicos que as compõem, por vezes possuírem concepções limitadas, é devido aos ‘limites’ do tempo histórico, e que a mudança do real poderá revelar as condições melhores de apreensão e aplicação prática de algumas categorias, conceitos e relações sociais.

Conclui-se também que numa perspectiva mais teórica e de aplicação do Conceito de Soberania Alimentar, deve-se levar em consideração a articulação entre as **dimensões de base** (base material: *alimentar; genética; energética; hídrica; territorial*) e (base social: *econômica; política; cultural; ambiental; social*), com as **dimensões práticas de transição** (*material; prático-política e utópica*), que em tese são as condições práticas de realização das demais sob a perspectiva advogada. Ao meu entendimento é essa interconexão que institui a dimensão utópica da Soberania Alimentar por apontarem quais são os germes do novo que lhes sustentam materialmente – cada uma das dimensões – e em que base se assentarão cada passo do seu devir histórico.

Os Movimentos e Organizações Sociais de base popular, cientistas, intelectuais, entre outros, por compreenderem o Sistema Agroalimentar – bem como o Regime Alimentar corporativo – buscam demarcar oposição e negar essa lógica hegemônica. Ao anunciarem a Soberania Alimentar a constituem como mediação, como uma negação da ‘tese’ e constituição da *antítese* e assentam na projeção ideal, nas dimensões de base e dimensões sociais, a qualidade da *síntese* possível. Contudo, entre o presente e o futuro [o devir histórico] é que deve ser construído materialmente o processo de mediação e travessia, perfazendo então as transições dentro da transição principal. É partindo desse entendimento que as ‘mediações práticas’ nesta tese advogadas [*de Reforma Agrária Popular e Revolução Agrária; das Políticas Públicas; da Agroecologia; da Formação Humana Emancipadora*] constituídas e conduzidas pela ‘Participação e Controle Social, são percebidas e constituem, as dimensões materiais, prático-políticas e utópica, que subscrevem a intencionalidade de contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar.

Vemos no entanto, a partir destas ideias saturadas na análise e, sobretudo, pelo escopo desenvolvido nesta tese, que devemos considerar alguns pilares referenciais da Soberania Alimentar: 1- a Soberania Alimentar é claramente um combate ao Sistema Agroalimentar correspondente aos interesses das grandes corporações e, no atual momento histórico, a contraposição à agricultura industrial e à destruição ecológica e social causadas por esta; 2- é



a defesa e a construção de princípios, diretrizes e prescrições de/para um novo “Sistema Alimentar” ou uma nova ‘ordem’ alimentar sustentável e socialmente justa, com a reorganização e centralidade na agricultura camponesa no sujeito histórico-social do campesinato; 3- como já mencionado anteriormente e por diversas vezes durante a tese, é uma projeção, um novo programa para concretizar as condições objetivas de uma tarefa histórica de escala [nível] mundial de provimento de alimento com diversidade, quantidade e qualidade suficientes; 4- inscreve-se também como um conjunto de fundamentos teórico-práticos que visam a reconexão da ruptura metabólica, iniciando pelos processos locais que articulam provimento do alimento, natureza, comunidade, etc., tendo os ‘povos’ como definidores do destino desses processos.

Esses pilares referenciais evidenciados na tese ganham sentido e movimento na aplicação da dialética [ou na dialética da materialidade] do real, que em suma, no movimento da realidade terão conteúdos materiais e condições [ou não], para uma síntese que materialize processos transformacionais<sup>791</sup>. Isto é um ponto nodal, tendo em vista a busca pela realização material dessa programática, pois, sob a perspectiva dialética, nos impede de considerar que a Soberania Alimentar como projeto de ideação já tenha ‘presumida’ em seu escopo, a sua incapacidade de garantir o projetado<sup>792</sup>. Com isto quer demarcar-se que são as condições estruturais e a relação de forças que potencializarão o projeto e a sua realização, não-realização, ou a sua impossibilidade.

---

<sup>791</sup> Chamo atenção desse aspecto de apreendermos o movimento contraditório dialético para buscar lançar luz, ou quem sabe refutar, compreensões veiculadas nos debates acerca da Soberania Alimentar de que em vários aspectos e condições por ela advogada, de que há um retorno ao passado. São várias as indicações que algumas análises trazem, como por exemplo: a forma como a Soberania Alimentar busca inserir o camponês, as tecnologias necessárias, as condições de trabalho, as comunidades rurais; do grande embate entre uma possível ecologia econômico-política e a economia política; entre outras. É, neste sentido, que assumimos o risco de uma análise que considera a totalidade concreta [com todas as suas contradições, apreendidas ou não pelo pensamento] e em relação à Soberania Alimentar a sua dimensão utópica como expressão de toda a sua radicalidade. Ao considerar as contradições, os projetos e processos em disputa, podemos concluir e afirmar que a Soberania Alimentar poderá [também] não ser materializada. Ou seja, é perceptível pela análise que não é uma questão de dar certo ou não. É uma questão de ser materializada ou impedida e derrotada, pelos determinantes materiais, naturais, políticos, culturais, econômicos, etc. Este esforço é para demonstrar que há limites nessas críticas, tendo em vista que, projetam conclusões no seu sentido ideal, mas a analisam, em diversos momentos e aspectos, sob o prisma das condições de serviente ao capital e pelos parâmetros analíticos pró-sistêmicos.

<sup>792</sup> É perceptível a carência de uma maior clareza em alguns aspectos. Por exemplo, como as elaborações acerca da Soberania Alimentar situam e colocam o campesinato e que campesinato para essa tarefa, etc. Exemplo dessa preocupação é trazido por Bernstein ao analisar as contribuições de McMichael nas análises dos Regimes Alimentares. Destaca Bernstein (2015, p. 290) “Praticamente uma ‘ecologização’ da análise do regime alimentar pela ‘descoberta do campesinato e de suas virtudes, especialmente na forma expressa por *La Via Campesina*’ como movimento de resistência baseado no ‘modo camponês’”. A crítica indica isso e demarca que pode ser um limitante. Isto é bom para o desenvolvimento do entendimento e para que as análises possam prestar atenção nesses aspectos.

É partindo desses pilares referenciais que evidenciamos as linhas limítrofes do modo de [re]produção do capital e, portanto, como particularidade na totalidade concreta, do Sistema Agroalimentar e, buscamos compreendê-las a partir das dimensões materiais, prático-políticas e utópica da Soberania Alimentar, que nos dá a condição de concluir a pertinência e a necessidade histórica, as potencialidades estratégicas das ‘mediações práticas’ de das dimensões analisadas nesta tese.

A Soberania Alimentar precisa de uma base material correspondente. Esta base material deve ter as condições (naturais e biológicas) de garantir a fertilidade, a qualidade, a diversidade e as condições (político-sociais) de produção, armazenamento, transporte, distribuição, acesso dos/aos alimentos no mais alto patamar do socialmente justo e das condições ecológicas sustentáveis. É a partir dessa percepção que se advogou com tanta veemência (na análise da Questão Agrária) contra a forma de reprodução do capitalismo no Campo, bem como, nas condições de demonstrar que a implementação desses processos, cada vez mais se distanciarão das condições inscritas na intencionalidade da Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar não pode ser pensada e construída sem levar em consideração a relação Campo-Cidade em sua unidade dialética como buscamos demonstrar ao longo da tese. Porém, esta relação [condições objetivas, características, mediações, potencialidades, políticas, etc.] ainda deve ser melhor vislumbrada e elaborada pelos defensores, pesquisadores e lutadores da Soberania Alimentar. Menciona-se com ênfase a imprescindibilidade dessa relação dialética, porém, sem apontar as estratégias fundamentais. Obviamente que as ações, programas e políticas [como exemplo: I PLANSAN] à jusante trazem germes dessas possibilidades, mas que devem ser radicalmente aprofundadas.

Além das bases materiais e através das condições naturais e dos recursos naturais suficientes, são também necessárias as condições territoriais [fundamentalmente mais direcionado para a sua função conceitual e de materialização de diversas relações, do que operacional, como base apenas de implementação de interesses exógenos e sem levar em consideração as suas forças internas] resultante das relações sociais que levem em consideração os conflitos e processos de luta de classes. As premissas aqui colocadas constituem a conclusão necessária de um processo de transformação e de superação dos determinantes hegemônicos que dominam a produção no Campo e na mesma investida exploram trabalho, subalternizam, destroem experiências e alternativas de produção e acesso aos alimentos.

Pudemos verificar esses aspectos a partir da análise da Questão Agrária de que esse caráter dominador e expansionista, além de avançar na ocupação do território para a produção

de *commodities* [com todas as consequências ecológicas que vimos], desenvolve, objetivamente, politicamente e ideologicamente a dominação frente a agricultura camponesa e familiar. Tem nesse processo além da ‘assinatura probatória estatal’ a sua ‘bula’ com o receituário fundamental para que essas mediações se realizem. A exemplo disso, no caso brasileiro, vemos que a aplicação conceitual territorial e do desenvolvimento por parte do Estado, condiz com o fortalecimento do agronegócio e com ‘entradas’ de políticas compensatórias e frágeis, com pouco poder de indução material transformador, que além de manter o açoitado sobre o campesinato e dos povos tradicionais, contribui com muito pouco nos processos de transformação e de alteração das forças hegemônicas.

É considerando estes aspectos que constituem a base material/territorial [com condições para a reprodução sociometabólica homem-natureza, bem como do alimento de qualidade] que a Reforma Agrária Popular [e a Revolução Agrária] que tem sido defendida pelos Movimentos Sociais do Campo de base popular, é tomada como uma condição *sine qua non*, estrutural/estruturante e ‘mediação prática’ para ir construindo e ao longo do tempo garantir as condições objetivas advogadas na/para a realização da Soberania Alimentar. Frente as condições de negação, têm-se a necessidade de instituir as condições objetivas e, portanto, da afirmação dos germes do novo.

Ao tratar dessa base material/’ideal para a realização plena’ é que se toma como parte integrante – combinada com a superação do latifúndio [de velho e novo tipo], da monocultura [não alimentar], etc., com a Reforma/Revolução Agrária Popular – a Agroecologia com vistas a ser implementada com todas as suas dimensões e, portanto, também é tomada como uma mediação prática fundamental para a concretização da base material advogada. Sob a perspectiva da Soberania Alimentar se inscreve como a forma de produção de alimentos saudáveis, bem como condição importante para o desenvolvimento de práticas produtivas e desenvolvimento de bases produtivas ecologicamente sustentáveis com os quesitos naturais necessários como as condições hídrica, genética, alimentar, territorial e energética.

É neste sentido que o desenvolvimento dessas práticas agroecológicas, são tomadas como base material-científica para processos formativos que podem integrar a produção material da existência com a Formação Humana Emancipadora.

Na questão da relação da Soberania Alimentar com o Estado vemos que ainda é muito frágil e centraliza-se fundamentalmente no que chamei dos valores proclamados que ‘publicitam’ as aspirações e as intencionalidades programáticas do como deveria ser. Ou seja, essa relação tem sido identificada nas demandas e indicações que em tese balizariam e motivariam os processos de intervenção do Estado para a realização dos princípios, diretrizes

e valores inscritos na perspectiva da Soberania Alimentar e concomitantemente a isso implementar as condições para a perspectiva de desenvolvimento advogadas, como por exemplo, através das políticas socialmente equitativas, ecologicamente sustentáveis e equilibradas. Na verdade, são elementos que deverão ser materialmente melhor problematizados e porque não dizer, mais fortemente instigados tendo em vista que fica claro que a direção e a marcha percorrida pelo Estado, em sua maioria são contrárias a essas prerrogativas. Isto demonstra que não será apenas pelos apelos e demandas que o Estado protegerá e fortalecerá a agricultura camponesa ou contribuirá de maneira substancial com a implementação da Soberania Alimentar. Como notamos, os Estados estão fortemente imbricados e comprometidos com o fortalecimento do modo de reprodução do capital.

Quando tomado a organização do orçamento e do arcabouço jurídico, por exemplo, por parte dos Estados através dos seus diferentes poderes, esferas e funções, isso é notório. Fica evidente o descompasso dos apoios financeiros para o desenvolvimento da agricultura entre a produção de *commodities* e de alimentos. Além disso, como vimos, nas aprovações de peças legais esses descompassos e interesses contraditórios, também são evidentes.

Em relação à dimensão ‘prático-política’ que se institui como um grande eixo desta tese, vários elementos são fundamentais. Retoma-se a afirmativa, agora em termos de conclusão de que a hipótese de pesquisa se confirma. Ou seja, que as Políticas Públicas não garantem ou não materializam as prerrogativas da Segurança Alimentar e Nutricional<sup>793</sup> e, portanto, ficam distantes, e na maioria das políticas públicas estruturantes apoiadas pelo Estado, são colidentes com a Soberania Alimentar. Neste sentido, o conceito de Segurança Alimentar [e Nutricional] expressa as contradições da lógica destrutiva do capital e serve de suporte ideológico, material e político para o seu agravamento. Este constitui-se pela continuidade da fome, da defesa e provimento de um alimento que mata e incorpora a destruição das bases da vida pela violência contra a natureza. Resultante desse processo, a luta e a utopia pela Soberania Alimentar encontra as linhas limítrofes nas relações capitalistas de produção no Campo, nas Políticas Públicas de produção, distribuição, acesso e de Formação Humana que dessa base material derivam.

Temos então a afirmação conclusiva de que nos marcos históricos atuais [dado as [co]relações de forças condensadas] as elaborações, pautas e acordos sobre Soberania Alimentar coletivamente construídos pelas bases sociais, em seus diferentes momentos e espaços, não ressoaram concretamente aos ‘ouvidos estatais’, de Governos nas diferentes

---

<sup>793</sup> Essas políticas públicas se aproximam mais da carga semântica de ‘Segurança’ [de acordo como vimos de sua polissemia] sob o ideal e interesses do Estado capitalista fundamentalmente.

esferas, dos Organismos Internacionais que discutem regularmente o problema da fome e da produção de alimentos no mundo, portanto, não sendo acolhidas na sua radicalidade necessária.

Não há uma ‘prática-efetivação’ dos princípios, diretrizes e valores inerentes ao prescrito na Soberania Alimentar substancialmente definindo a natureza da Política Pública. O que tem havido são processos indutivos que atendem e dão respostas a situações mais emergenciais. Além disso, há o descompasso entre quantidade e qualidade no arcabouço das políticas. Quando alguma política incorpora elementos qualitativos de indução de alternativas e experiências mais próximas ao concebido nos embates e debates, tem seus limites determinados, por exemplo, pelas condições objetivadas na quantidade. Ou seja, a ‘quê’ aquela política deve corresponder. Exemplos dessa questão poderemos ver nos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), etc., que, se por um lado, na sua execução nas bases [de produção, comercialização e consumo] apreendem e materializam princípios e valores qualitativos significativos [por exemplo: criação de circuitos curtos entre produção-consumo; produção sem agrotóxicos; contribuição dos produtores camponeses com o atendimento das necessidades de pessoas de baixa renda; incentivo à produção diversificada; etc.], em relação ao seu alcance quantitativo, restringe-se ao básico e fica distante da possibilidade de processos indutivos de transformações mais radicais, como por exemplo, da transformação da produção e perspectiva de desenvolvimento para o Campo<sup>794</sup>. São processos importantes controlados e em dimensões limitadas.

Este último aspecto é demonstrado pela própria caracterização e como foi implementado o II Plano de Reforma Agrária. Da condição de ser uma política de reestruturação e de tensionamento da Questão Agrária brasileira, passou a ser uma proposta que englobou, como vimos, interesses contraditórios e benefícios para setores que já ocupam setores estratégicos da agricultura e do Estado, reforçando neste sentido, as linhas limítrofes para os avanços na Reforma Agrária Popular. Do mesmo modo, os demais programas analisados, Programa Bolsa Família, Programa de Alimentação do Trabalhador, Programa Um Milhão de Cisternas e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição servem para demonstrar a importância do papel do Estado nesse processo, mas que deve ser ressignificado pela relação de forças, bem como, trazem um conjunto de elementos que conduzem à mudanças qualitativas, porém devem ser ampliadas.

---

<sup>794</sup> A Política Pública de provimento do alimento de qualidade deve ser parte integrante e motivada por uma política e perspectiva de desenvolvimento e de agricultura mais ampla que atenda esses princípios, diretrizes e valores da Soberania Alimentar, bem como, constitua a base para o desenvolvimento das potencialidades das práticas camponesas e dos povos tradicionais na/para produção de alimentos.

Após o desenvolvimento das discussões que fecham a presente tese relacionadas à Agroecologia e à Formação Humana Emancipadora que completam o processo de ‘revelação’ das grandes questões que devem ser enfrentadas [na natureza, na política, nas questões sociais, na educação, etc.], é que se torna mais fácil perceber o quanto as políticas implementadas [que foram analisadas: PBF; PNAE; PAT; PAA; II PNRA; PNAN; P1MC] demonstram-se frágeis, subalternas, subordinadas e limitadas. Ou seja, é a ‘parcialidade’ da política no sentido ‘*stricto*’ que se revela desnuda quando confrontada com a ideia de totalidade concreta que trabalhamos ao longo da tese. E, como diversas vezes já destacado, uma distância enorme entre os valores proclamados e os valores efetivamente implementados.

Contudo, mesmo com limites, as políticas analisadas nesta tese demonstram que o Estado como fator-material é de fundamental importância e pode contribuir de maneira definitiva com os processos de transição e com a implementação da Soberania Alimentar. Obviamente, desde que se tenha as condições objetivas, de participação e controle social, monitoramento, entre outros aspectos, correspondentes para tal tarefa. Fica claro que as condições objetivas para esses procedimentos e os exemplos exitosos são compostos por uma combinação de processos, setores e forças sociais e políticas.

A partir das análises desenvolvidas nesta tese que demonstram os avanços das relações de reprodução do capital, estes deslegitimam e desautorizam qualquer alternativa sistêmica de combate à fome e em relação à totalidade das condições do provimento da alimentação. Das denúncias, análises e anúncios, desenvolvidas por Josué de Castro até a atualidade, o que houve foi a complexificação dos problemas relacionados à fome e à alimentação com a flagrante incapacidade do modo de reprodução do capital de resolver, por exemplo, o problema ao qual poderemos atribuir ser o mais básico de todos, que é a distribuição e acesso aos alimentos, já que não há falta na produção, excluídos aqui as condições de qualidade. Mesmo que haja no interior do sistema uma estratégia de garantir o acesso ao alimento às pessoas [que não é tão oneroso para os orçamentos, portanto, poderia ser uma básica estratégia política] essa resolução é parcial, tendo em vista que outros aspectos são fundamentais – [dentre vários] – como a qualidade do alimento e das múltiplas relações sociais incidentes sob esta nova forma de provimento da alimentação.

Além disso, como vimos, a tendência é sempre o fortalecimento das práticas hegemônicas. Neste sentido, com base em Friedmann (2017), McMichael (2016), Paula (2017), Bernstein (2015), vemos que as relações econômicas, políticas conduzidas pelas grandes corporações (varejistas e companhias agroalimentares) cada vez mais buscam se apropriar e incorporar nas suas práticas e induções, demandas e experiências ambientais que

“qualifiquem” [sob suas perspectivas] a Segurança Alimentar [e “Nutricional”]. Há, obviamente correlacionado a isso, o sequestro semântico de categorias (sociais) que compõem processos de resistência e alternativas [portanto, um arcabouço categorial que têm outras bases], como por exemplo: mercados justos, economia solidária, bem-estar animal, criação de relações de maior proximidade entre produtor e consumidor que demandam novos reordenamentos de territórios para esses objetivos, etc., mas que são apropriados pela ideologia dominante como bem demonstrou Galeano ao destacar que é verde o que se pinta de verde. Embora, esses elementos sequestrados nem todos tragam sentido da ruptura em sua origem, mas em alguns aspectos são dissonantes da égide fundamental e hegemônica da acumulação, mas que sob essa racionalidade dirigida, passam a incorporar processos de dominação.

Estes elementos, aprofundam a mercantilização de um conjunto de valores e passam a ideologicamente conduzir ao entendimento de que há a preocupação com natureza. Nada disso, é para melhorar a condição humana, talvez, como vimos, amenizar situações extremas de miséria e pobreza e garantir o controle e a segurança, mais interessado ao sistema, do que a alimentar e nutricional. Antes, é aprofundar a dominação e o aumento dos lucros e da acumulação. Com isto quer-se demarcar que a constituição de outra sociedade e da Soberania Alimentar, é em si uma necessidade histórica, ou a sociedade continuará ‘*ad eternum*’ convivendo com esses problemas constituídos e com as falsas resoluções apresentadas pelo modo de produção do capital.

Um elemento importante incorporado pela Soberania Alimentar, mas que deve ser aprofundado teórico e materialmente, que entendo deva ser feito a defesa – é a relação dos processos de provimento do alimento entre o local, com as escalas mais amplas (regional, nacional e global). Considera-se que do ponto de vista material [do alimento] a Soberania Alimentar deva ser concretizada localmente. A forma anunciada traz elementos como, o tipo de alimento, circuitos curtos, autossuficiência, que respeite a natureza e a biodiversidade, etc. Estas são as premissas básicas de contraposição à produção tendo como fundamento primeiro, critérios como durabilidade-longevidade, distância, resiliência, etc., implementados pelo Sistema Agroalimentar. Considerando em termos de planificação é importante constituir também formas e processos que possibilitem a evolução para outras escalas territoriais [distância] e quantidades para abastecimento dos consumidores [não produtores] de alimentos<sup>795</sup>.

---

<sup>795</sup> O provimento de alimento mais próximo às condições naturais – com menor longevidade – exige maior cuidado, reposição e maior quantidade de produto. E vemos que os processos naturais de produção exigem

Mesmo tendo centralidade a escala local – para a sua efetivação material e como expressão da totalidade concreta –, o conceito de Soberania Alimentar expressa fatores materiais, sociais e culturais que estão para além da Soberania Política (Estatal, Moderna, correspondente aos interesses corporativos) pelas suas contradições inerentes e presentes na atualidade tendo em vista que essa perspectiva de Soberania tem sido serviçal aos interesses das grandes corporações, como vimos, não garantindo nem Soberania Nacional, nem Soberania Alimentar. O Conceito de Soberania que expressará na materialidade o sentido radical e completo da Soberania Alimentar, pressupõe a Soberania dos Povos [Popular] com as condições objetivas [econômico-político-sociais] para definirem o seu destino social em suas múltiplas dimensões. Tendo isso como prerrogativa é que a Soberania Política, daí advinda (do povo e estatal) pode ser mediadora de processos de transição na transição principal. Com isto deixo claro que o ‘Soberano’ é o ‘Povo/Trabalhadores/as’ e que implica uma Soberania Universal, com as condições objetivas de se materializar em sua integridade no local. Concordando com Edelman (2014) que a falta de especificidade sobre o ‘Soberano’ – nas elaborações e debates desenvolvidos pelos defensores da Soberania Alimentar – dificulta – em certa medida – a pensar no terreno da prática sobre os mecanismos fundamentais [regulatórios e necessários] para consolidar e reforçar na integridade a Soberania Alimentar. São por essas razões que concluo que a Soberania Alimentar em sua forma radicalizada, em sua totalidade concreta, em sua universalidade, será socialmente referenciada e implementada pela ‘Soberania dos Povos’.

Este elemento deverá ganhar mais centralidade nos debates acerca da Soberania Alimentar, ou porque não dizer, construir com maior clareza se este é/ou será o entendimento comum [o arquétipo] – o qual defendo – já que diversas análises são construídas, embora não sejam genuinamente excludentes ou inconciliáveis – tomando diferentes escalas –, por vezes com a centralidade na Soberania do Estado-Nação, entre outras, mas que podem se tornar limitantes para a compressão acerca do conceito de Soberania Alimentar.

Tomado o Sistema Agroalimentar e o Regime Alimentar corporativista [e excluído os termos de: justiça social, qualidade nutricional dos alimentos, respeito à natureza] condições e potencialidades de produção de alimentos em [quantidade] suficiente – nos marcos históricos atuais – para todas as pessoas já existem. Basta direcionar de maneira consciente as forças e fatores produtivos para tal, bem como, constituir as condições de distribuição e acesso do

---

maior tempo devido a dinâmica da natureza. Como então adequar essa relação de uma temporalidade maior para a produção de produtos com menor durabilidade, consumo mais rápido e próximo à sua origem de produção? São elementos que se constituem nos processos de Agroecologia, mas que merecem maior atenção nas discussões acerca da Soberania Alimentar.



alimento como um direito humano, sem restrições, num acordo entre capital e trabalho. Estas mediações, garantiriam sobremaneira num primeiro momento, o combate à fome e à miséria.

Contudo, como vimos a Soberania Alimentar é constituída por prerrogativas que vão muito além desses elementos. Para além da ausência de alimentos e das condições de acesso, estão também as questões integradoras e as múltiplas determinações que incidem na qualidade nutricional e biológica dos alimentos [negadas, conflitivas e inegociáveis com o modo de reprodução do Sistema Agroalimentar] e na qualidade fisiológica e de saúde dos seres humanos<sup>796</sup>, e que, portanto, sem a radical transformação do modelo, e fundamentalmente a sua superação, estes aspectos se tornam praticamente impossíveis como fomos verificando ao longo da tese. Estes aspectos mencionados expressam a relação entre o ‘estrutural, o conjuntural e o emergencial’. Essa relação é fortemente defendida pelos que advogam e lutam pela Soberania Alimentar nos debates, embates e na literatura. No entanto, na elaboração da programática, do programa político essa relação deve ser melhor evidenciada e definida com melhores detalhes.

Em relação à Formação Humana [Emancipadora] identificamos que as condições de uma educação politécnica/tecnológica que materialize uma educação omnilateral deve ser perseguida e, que, portanto, inscreve-se como mediação prática fundamental para os processos de transição. É neste sentido que ao considerar a totalidade concreta e as suas transformações, e dentro destas as formas e condições dos homens produzirem e reproduzirem a existência, vislumbra-se que a projeção da Soberania Alimentar e da Agroecologia são matrizes formadoras fundamentais. Como destacamos no decorrer da tese de que para uma nova sociedade, um novo ‘homem’ precisa ser formado. Nos termos de Marx (2000) ao elaborar a crítica ao Programa de Gotha em 1875 destaca que na formação do homem do futuro está implicado e há que combinar – desde que sejam garantidas as medidas preventivas

---

<sup>796</sup> O alimento de qualidade nutricional e biológica como melhor vacina, já era defendido por Josué de Castro em 1947. A dimensão da Saúde trabalhada de maneira implícita nesta tese é uma das grandes questões incorporadas pela Soberania Alimentar, sobretudo por ser a expressão na vida humana, da ausência e da ‘qualidade ou não’ do alimento. Não trabalhamos de maneira mais específica acerca dos efeitos relacionados ao alimento no campo da saúde, porém, fica evidente de que um dos elementos fundamentais da saúde é uma alimentação saudável. Como exemplo, é uma dimensão que sintetiza múltiplas determinações que intercambiam e interseccionam elementos de transição entre o estrutural, o conjuntural e o emergencial. Sob esta lente podemos entender que a violência conduzida à natureza pelos agrotóxicos, etc., são as constituintes das condições do aparecimento cada vez em maior número, de hospitais especializados em câncer, e que ocupam centralidade no discurso hegemônico como expressão de saúde ou de avanços nos ‘cuidados’ de saúde.

de proteção – o trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, por ser esse processo um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual”.<sup>797</sup>

Esses processos de Formação Humana [Emancipadora] gestados e desenvolvidos no interior dessas relações contribuirão de maneira definitiva para as resolutivas e superação de um conjunto de problemas, sociais, ambientais, e que, portanto, poderão além de referenciar socialmente a Soberania Alimentar em suas múltiplas dimensões, pode fortalecer e/ou instituir novos valores e referenciais para se pensar os processos de produção e reprodução da vida na sua integridade, bem como, até por consequências, os processos formadores integrados com a ação prático transformadora da classe trabalhadora. É neste sentido, que a ‘Luta Social’ e o ‘Controle Social’ pelas Organizações e Movimentos Sociais de base popular (e pelos povos) em diferentes escalas territoriais e de poder devem urgentemente se fortalecerem.

É perceptível também que ainda há algumas questões que deverão ser melhores desenvolvidas e melhor explicitadas pelos seus teóricos e defensores, quando se trata da Soberania Alimentar.

Já mencionamos nesta conclusão, mas, há lacunas [e/ou, de acordo com Bernstein (2015), uma ideologização] relacionadas à forma como a projeção da Soberania Alimentar vê e inclui o campesinato. Tal provocação demarca que a perspectiva da Soberania Alimentar, por vezes institui responsabilidades grandiosas para uma concepção de campesinato que incorpora materialmente ações frágeis e superadas, que em tese, não darão conta das referidas responsabilidades. O entendimento ao meu ver deve tensionar com clareza essa questão, embora entendemos que, o movimento da realidade na direção da transformação não se fará separado dos processos de transformação dos sujeitos sociais envolvidos e que darão conta da tarefa histórica. Contudo, são impressões e alertas que devem merecer maior atenção porque em certa medida, expressam uma idealização – ‘defendida’ pela Soberania Alimentar – que pode não ser suficiente, ou até mesmo enganadora.

Este aspecto parece ser melhor compreendido quando autores tratam da necessária recampesinização, que além da ocupação territorial outros fatores são inclusos como pudemos ver no debate acerca da Questão Agrária e a constituição dos territórios. Também, conclui-se

---

<sup>797</sup> Considerar também as elaborações e os autores da pedagogia socialista: Nadezhda KRUPSKAYA; Moisey PISTRÁK: *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, 2000; Viktor SHULGIN: *Rumo ao Politecnismo*. São Paulo: Expressão popular, 2013. Anton MAKARENKO: *Conferências sobre educação infantil*. São Paulo: Editora Moraes, 1981. Autores brasileiros articulados com os Movimentos Sociais do Campo, têm elaborações pertinentes para as questões analisadas e debatidas nesta tese, como Luiz Carlos de FREITAS e Roseli Salete CALDART, entre outros, como por exemplo as pertinentes discussões através da coleção ‘Caminhos para a transformação da escola’. Uma fonte pertinente para pesquisa, temos em CALDART, Roseli S.; BÔAS, Rafael Litvin Villas (Orgs.). *Pedagogia Socialista: Legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

que, se tomadas as análises sob as medidas da lei básica da reprodução do capital (como critérios econômicos e conceitos de valor), teremos limites incidentes nas condições de enxergar o verdadeiro potencial do campesinato na constituição da nova ordem e da nova forma de controle sociometabólico.

Outro elemento que deve ser melhor debatido tem a ver com a questão e o ‘equilíbrio’ entre a não negação do constructo científico-tecnológico como produção social, mas, não ser tomado em seu automatismo. O debate sob a perspectiva da Soberania Alimentar deve avançar na direção de fazer a crítica ao constructo ideológico-científico e as linhas limítrofes daí advindas, mas se debruçar em apontar à classe trabalhadora às potencialidades já construídas, sejam em termos metodológicos ou tecnológicos que poderão ser apropriados.

Por isso chamamos a atenção acerca da necessidade de diferenciar biotecnologias (‘bem comum protegido’ *versus* ‘livre acesso’) de biotecnologias corporativas. A literatura dá maior ênfase à ideia de que os recursos naturais e genéticos devem ser patrimônio da humanidade e de livre acesso. Recortando esses aspectos, por exemplo, relacionar às sementes, são exarados incentivos [ideias], de práticas como ‘troca de sementes crioulas’, banco de sementes ‘crioulas’, etc. Contudo, algumas provocações críticas instigam a pensar que não se identifica com clareza se essas práticas bastante relevantes, mas, primárias, dão conta da totalidade dos processos e das necessidades. É partindo desse pressuposto que há a indicação de desenvolvimento de biotecnologias tradicionais que não firam os princípios e valores da Soberania Alimentar [para além da produção de cada camponês, com outros sujeitos sociais e instituições de pesquisa e sociais envolvidas] dirigidas e controladas socialmente, mas com/como desenvolvimento científico e de tecnologia.

Considerando que a Soberania Alimentar, além de ser um combate forte em movimento à agricultura industrial, pela sua dinâmica e pelas consequências ecológicas, [ou seja, é antes de tudo um projeto político-social], grande parte das alternativas apresentadas não deixam claras como ocorrerá a incorporação de potencialidades desenvolvidas pela evolução do pensamento humano e das tecnologias [desenvolvidas pelo modo de produção capitalista, mas que sejam aproveitadas] que poderão impulsionar mediações pertinentes à realização da Soberania Alimentar. Ganha centralidade o combate à aquelas questões que estão no cerne do Sistema Agroalimentar, mas, por vezes são negligenciadas potencialidades subjacentes que poderão ser otimizadas como fator material e de indução no processo de transição para uma nova forma histórica de provimento dos alimentos. Creio que para o processo de transição deve haver avanços nestes entendimentos, haja visto, que a

conformação de uma nova ordem tem o seu ponto de partida assentado nas condições predecessoras que deverão aos poucos ser superadas.

Outro aspecto relaciona-se à dinâmica de estrutura [física] e funcionamento [racional] da Soberania Alimentar num suposto estágio evoluído de suas prerrogativas. Ou seja, o que está por trás deste aspecto, é de maneira geral a forma do exercício do controle social advogado na literatura e, até mesmo nesta tese. Como sabemos, o modo de produção do capital, e em especial do Sistema Agroalimentar, há a articulação dos mecanismos fundamentais de sua reprodução nas diferentes escalaridades [territoriais, políticas, institucionais, sociais, etc.] situando nesse conjunto de mediações inerentes os núcleos do exercício de poder interessado e, por consequência, do controle de maneira global. Mesmo havendo as contradições como verificamos, há a constituição da hegemonia sob diversos aspectos e estruturas de poder (Estados, Organismos e Agências Internacionais, a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), etc.).

Os Movimentos Sociais de base popular que integram a Via Campesina, ao se oporem ao Sistema Agroalimentar através da Soberania Alimentar, incorporam em seu ‘escopo’ em suas ‘fronteiras’, vários aspectos de grande escala, mas fundamentalmente, buscam determinar a sua realização e materialização nas bases, no local. O alimento se torna soberano quando é provedor de vida e não de morte; quando incorpora a vida biológica, fisiológica e cultural da pessoa, e de todas as pessoas; quando em sua natureza física traz e veicula qualidade nutricional e biológica; quando em sua composição, elementos danosos à vida e à natureza não se fazem presentes, ou seja quando é Comida de Verdade<sup>798</sup>. Contudo, essas prerrogativas naturais e sociais, serão também sua concretização nas condições de demarcar essa oposição no âmbito global, conforme defendemos nesta tese por entender que a sua efetiva realização integral se dará em uma forma histórica social correspondente<sup>799</sup>. Creio que dentre estes elementos, vemos que há maior clareza quando se trata das questões inerentes ao local, ao circuito curto, às redes de produção e consumo, das potencialidades da Agroecologia, mas, ainda fica incompleta os elementos que confortariam nas malhas do ‘controle social’ nas diferentes escalaridades [territoriais mas amplas, políticas, sociais, institucionais, etc.] em âmbito global.

---

<sup>798</sup> Ver mais elementos no APÊNDICE A.

<sup>799</sup> Talvez tenha limite nessas questões pela própria condição histórica do objeto/fenômeno na atualidade, pelo seu ‘*status nascendi*, real atual’ que se apresenta mais em condições objetivas de refutação e negação e ainda dando os primeiros passos de afirmação e transformação.

Por fim, considerando a Soberania Alimentar em sua dimensão utópica, como projeto político, como uma programática e devir histórico, são necessárias algumas indicações para os futuros embates, elaborações e proposições futuras, em que vemos a necessidade de investir e/ou se avançar. Através desta tese e de outros escritos vemos que temos um acúmulo grandioso de entendimento e compreensão do que deve ser feito. Por isso identificamos muito fortemente as expressões prescritivas de que para a materialização da Soberania Alimentar são necessárias, por exemplo a Reforma Agrária [Popular], as Políticas Públicas necessárias, a Agroecologia, a Formação Humana [Emancipadora], além de outras questões que aparecem nos diferentes escritos e documentos como os produzidos nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, nos Encontros Internacionais e Fóruns Internacionais para a Soberania Alimentar<sup>800</sup>.

Contudo, o caminho teórico-analítico percorrido demonstra que não basta dizer e demonstrar o que deve ser feito para as mediações [práticas] de transição, a exemplo, das citadas anteriormente, mas onde [em que base material-territorial], como fazer, e quem deve fazer. São inquietações que sobraram, estão latentes e, portanto, devem ser expostas.

Estas inquietações e perspectivas estão prescritas, ou são motivadas, ao meu ver, no entendimento de a Soberania Alimentar ser um devir e ir se constituindo com outras relações estruturais e transformacionais na direção de uma outra sociedade, entendida como resultante da *práxis* da classe trabalhadora. Se a Soberania Alimentar incorpora também uma programática, um projeto político e que se coaduna e se materializa sob a égide da ‘Soberania dos Povos’, há que se propor uma partilha do mundo na contraposição do que fazem costumeiramente as grandes corporações, os grandes Estados-Nação e/ou os Organismos e Agências Internacionais.

Buscando alternativas e condições objetivas para a transição proposta, já há uma construção grandiosa que demonstram o que deve ser feito, cabendo então nos passos seguintes – em diferentes escalaridades e dimensões – declarar e avançar o como e quem deve fazer para além das clausuras do Estado. Vimos, a partir da experiência brasileira e de outros países<sup>801</sup>, que há espaços para dizer o que deve ser feito, mas o como será feito, com que potencialidade e em que condições, e quem fará, é prerrogativa presumida do Estado, sob a batuta movimentada pelas relações de forças condensadas. São questões básicas da dialética

---

<sup>800</sup> Em relação aos debates e construções de entendimentos em nível internacional, além dos apontamentos já feitos no decorrer do texto reitera-se as discussões desenvolvidas nos APÊNDICES B e C.

<sup>801</sup> Uma análise mais aprofundada de outras experiências de institucionalização de políticas públicas que contemplem elementos da ‘perspectiva da Soberania Alimentar’ ajuda na ampliação de percepção de estratégias e dos limites em diferentes realidades político-econômicas, já que – como aponta a literatura – são mais de quinze casos no mundo.

tendo em vista que a transição não se encerra na negação o na antítese, mas no movimento que configura qualitativamente a síntese e as relações de forças imbricadas nas contradições objetivas que permitem continuar os processos de mudanças.

É com base nesse contexto que se ousa defender como um ponto de partida a elaboração de um grande programa. São pré-requisitos básicos para um conjunto de proposições de planificações relacionais de produção e sociais que tenha no horizonte uma planificação mais global. É preciso ir mapeando territorialmente o que deve ser negado e o que deve ser implementado. São questões que talvez não se realizarão na imediaticidade, mas estarão colocadas. Mesmo que o socialismo não tenha se realizado em sua integralidade enquanto conteúdo e territorialidade, não significa que não esteja colocado, latente como potencialidade e, sobretudo, como necessidade histórica. Na atualidade, a maioria dos estudos constata experiências, o que é importante, mas, é também pertinente demarcar nomeando o território, o local, nos quais se devem territorializar as outras práticas.

Tomando como exemplo a presente tese, poderemos expressar que essa programática, deveria indicar onde as prerrogativas poderiam se materializar e se territorializar. Em relação à base material concreta onde se realizará a Reforma Agrária [Popular], em que locais e territórios os Planos de recuperação de solo, da natureza, das águas devem ser implementados, quais territórios comporão os zoneamentos ecológicos econômicos (ZEEs), quais tipos e variedades de alimentos serão produzidos em cada área programada e planejada, quais e que quantidades de bases de recursos naturais preservados e utilizáveis serão necessários para a realização dessas tarefas, quais locais ocorrerão a transformação de determinados produtos para agregação de valor e atendimento de demanda alimentar específica, como e onde ocorrerão os processos de armazenamento, transporte e distribuição de alimentos. São exemplos que devem estar ‘desenhados no mapa’.

Em relação às Políticas Públicas a programática deve indicar: quais políticas públicas, como implantar, quais recursos devem ser garantidos, como será feito o controle e o monitoramento, quais os principais objetivos das políticas, quais valores, princípios e cálculos deverão subsidia-las, como gestar e gerir os processos de concepção e implementação das políticas públicas (locais, nacionais e internacionais), como enfrentar e superar os organismos e agências internacionais, etc.

Em relação à Agroecologia e sua integração com a Formação Humana Emancipadora, que tecnologias de transição podem e devem ser aproveitadas, quais tecnologias e processos deverão ser desenvolvidas, etc. Em relação à Formação Humana [Emancipadora], tendo como referências essas bases materiais em transformação e as condicionantes a serem superadas,

quais são as matrizes formadoras<sup>802</sup>, matrizes pedagógicas e matrizes de conteúdo, quais práticas interventoras, que processos formativos, quais instituições, que tecnologias desenvolver, que currículos implantar, etc.

Neste sentido, verificamos que entre o que deve ser combatido e feito – já bem desenvolvido no Conceito de Soberania Alimentar – e a grande programática de planificação é que poderá potencializar a articulação material e política e a relação dialética entre o ‘Universal-Singular’; ‘Totalidade-Particularidade’; ‘Mediação-Historicidade-Travessia’ em suas múltiplas dimensões advogadas e como fundamento de nossa caminhada de construção dessa tarefa histórica.

**E, se a análise exposta nesta tese é sustentável, e defendemos que o é, cabe reiterar a questão central colocada pela proposta da Reforma Agrária Popular: que alimento os seres humanos mundialmente querem consumir? Na esteira desta questão vital para a saúde e para a preservação da natureza, base da vida, está implícita a questão: que Formação Humana, que Ciência e Tecnologia e que Políticas Públicas se tornam necessárias e imprescindíveis?**

---

<sup>802</sup> Em relação às Matrizes Formadoras [Trabalho, Cultura, Luta Social, Controle Social, Organização Coletiva, História] já foram apontadas pelos estudos desenvolvidos por coletivos e intelectuais ligados aos Movimentos Sociais do Campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 2ª ed. São Paulo/Campinas: HUCITEC/Ed. da Unicamp, 1998.

ABRANCHES, Sergio. *Estratégia internacional para a prevenção de riscos e desastres: terminologia da UNISDR para a prevenção de catástrofes*. Nações Unidas, 2009. Disponível em <[www.ecopolitica.com.br](http://www.ecopolitica.com.br)>., Acesso em 14 de novembro de 2017.

ACD – Auditoria Cidadã da Dívida. *A Dívida Pública é o centro dos problemas nacionais*. Auditoria Cidadã da Dívida. Março de 2018. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br> – Acesso em 09 de abril de 2018.

ADAS, Melhem. *A Fome: Crise ou escândalo*. 8ª ed. São Paulo: Moderna, 1988.

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AGROBIOBRASIL (Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria). *Biotecnologia*. Disponível em [agrobiobrasil.org.br/biotecnologia](http://agrobiobrasil.org.br/biotecnologia). Acesso em 27/01/2018.

ALENTEJANO, Paulo. Estrutura Fundiária. In. CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 353 – 358).

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

ALVES, Kelly Poliany de Souza; JAIME, Patricia Constante. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. In.: *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11), 2014. (p. 4331 – 4340). Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 18 de jul. 2017.

ANDERSON, Molly D. Avançar em direção à monitorização do direito à alimentação e à nutrição centrada nas pessoas. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à



nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 14 – 17).

ANDRIOLI, Antonio Inácio. Texto escrito para pronunciamento em 05/10/2017, por ocasião do encerramento de mandato na CTNBio. In.: RBA (Rede Brasil Atual): *Ao deixar a CTNBio, especialista expõe esquemas na liberação de transgênicos no Brasil*. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br>. 06/10/2017. Acesso em 15/12/2017.

ANTUNES, Caio. *A Educação em Mézszáros: Trabalho, Alienação e Emancipação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

ANTUNES, Ricardo. Introdução. In. MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011. (p. 09 - 16).

ANA (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA). *PRONARA já: pela implementação imediata do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos*. 1ª edição. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2015.

ARENDT, Ana. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.

ARL, Valdemar. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e coevolução humana na natureza. In.: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, (p. 155 – 168).

ASOSR-Associação SOS Rosarno. A luta contra um sistema de semiescravidão. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 88 – 89).

BARAKAT, Hala N.; KHALIL, Heba. Do pão à liberdade: subsídios para o pão e o Direito à Alimentação no Egito. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 59 – 61).

BARATA-MOURA, José. As teses das Teses. Universidade Clássica de Lisboa/Portugal. *O Militante*, n. 263, Março/Abril de 2003.

BARATA-MOURA, José. *Materialismo e Subjetividade: Estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

BARATA-MOURA, José. *O Baile das máscaras. Um olhar sobre “a Europa”*. Lisboa: Universidade de Lisboa, jul. 2015. Texto proferido em palestra no dia 27/08/2015 na UERJ.

BARNET, Richard J.; MÜLLER, Ronald E. *Poder Global*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

BARROS, Fábio Meletti de Oliveira; et al. In.: MAZZON, José Afonso (Org.). *40 anos do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador: Conquistas e desafios da política*

nutricional com foco em desenvolvimento econômico e social. São Paulo/SP: Editora Edgard Blücher Ltda, 2016.

BARTRA, Armando. *Economia Política do Campesinato*. Coletânea de texto da ENFF nº 21. São Paulo: ENFF, 2015. (Uso interno).

BERNSTEIN, Henry. Soberania Alimentar: uma perspectiva cética. In.: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 17, n. 39, maio/agosto 2015, p. 276 – 336.

BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. *Politzer: Princípios Fundamentais de Filosofia*. Curitiba: Hemus, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOMBARDI, Larissa M. *Pequeno ensaio cartográfico sobre o uso de agrotóxicos no Brasil*. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária/USP.Blurb, 2016.

BORDA, Orlando F. Globalização e Segunda República. In. SADER, Emir. (CoordEd.). *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano*. (vol. 2). São Paulo: Expressão Popular/Clacso Livros, 2008. (p. 61 - 69).

BRAHIM, Taleb. Cultivar a esperança para o Saara Ocidental: levar o meu povo à autossuficiência. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 57 – 58).

BRASIL. *Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final*. Salvador: 2011. Brasil.gov.br.

BRASIL. PAA (*Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar*): Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!. Brasília: ASCOM/MDS, Novembro, 2012. Disponível em [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), acesso em 06/07/2017.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei 11.265, de 03 de janeiro de 2006*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2006a. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 30/08/2016.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2006b. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 23/08/2016.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010a. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 24/08/2016.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto 8.553, de 03 de novembro de 2015*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 30/08/2016.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010b. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 25/08/2016.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Proposta Pronara: Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos*. (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica). Brasília/DF: 2014. Disponível: [www.iciet.fiocruz.br](http://www.iciet.fiocruz.br), acesso em 30/08/2016.

BRASIL/MDA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Brasília, 2003.

BRASIL/SISAN. *Orientações para a elaboração de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios*. Brasília: 2014, Disponível: [www4.planalto.gov.br/consea](http://www4.planalto.gov.br/consea). Acesso em 25/08/2016.

BUCK, Pearl S. Prefácio da edição norte americana. In.: CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. (p. 9 – 11).

BURITY, Valéria; MACHADO, Flavio; CUPSINSKI, Adelar. Grande povo Guarani e Kaiowá e a sua luta por direitos e pela vida no Brasil. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 65 – 68).

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 14, n.3, p. 851 – 860, 2009.

BURLANDY, Luciene; MALUF, Renato S. Soberania Alimentar. In.: CONSEA. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: Indicadores e Monitoramento, da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília: CONSEA, novembro, 2010.

CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). *Balço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012 – 2015*. Brasília/DF: MDS, (janeiro), 2014.

CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016 – 2019)*. Brasília/DF: MDS, (maio), 2016.

CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). *II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016 – 2019): balanço da execução*

2016/2017. Brasília/DF: MDS, (fevereiro), 2018. Disponível em [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), acesso em 11/05/2018.

CALDART, Roseli Salete. Caminhos para a transformação da escola. In.: CALDART, Roseli Salete.; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015b, (p. 115 – 138).

CALDART, Roseli Salete. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. In.: CALDART, Roseli Salete.; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015c, (p. 177 – 219).

CALDART, Roseli Salete. Educação Profissional na perspectiva da Educação do Campo. In.: CALDART, Roseli Salete (Org.). *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, (p. 228 – 241).

CALDART, Roseli Salete. Seminário: Educação Politécnica e Agricultura Camponesa (Relatório-Síntese). In.: CALDART, Roseli Salete.; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015, (p. 19 – 41).

CAMPANTE, Rubens Goyotá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. Dados – *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 46, nº1, 2003, (p. 153 – 193).

CAMPOS, Arnaldo de; ALVES, Adriana Melo. O Programa Água para Todos: Ferramenta Poderosa contra a pobreza. In.: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira (Orgs). *O Brasil Sem Miséria*. Brasília: MDS, 2014. (p. 468 – 490).

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; CARRIJO, Beatriz R.; OLIVEIRA, Jackson A. de. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma Agricultura Sustentável. In.: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, (p. 213 – 232).

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a Modernização Conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista NERA*. Ano 7, n.5, agosto/dezembro, 2004. (p. 1 – 12).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs). *Questão Agrária, cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 263 – 283).

CARVALHO, Horácio Martins de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In. CALDART, Roseli S.; ALENTEJANO, Paulo (Orgs.). *MST: Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. (p. 17 – 38).

CARVALHO, Horácio Martins de. Introdução. In.: CARVALHO, Horácio M. de (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, (p. 07 – 14).

CARVALHO, Horácio Martins de (org.). *O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. O Oligopólio na produção de sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial. In.: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). *Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, (p. 95 – 112).

CARVALHO, Máuri de. Partido, Estado e democracia: a crítica do revisionismo contemporâneo. In.: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião R.; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). *Educação, Estado e contradições sociais*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. (p. 37 – 73).

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Os contornos do Estado e da Burocracia no Brasil. *Cadernos ADENAUER*, 2001 (p. 9 – 26).

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965, (p. 01 – 220).

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Vol. 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965b, (p. 221 – 483)

CATAIA, Marcio Antonio. Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 23(1): p. 115 – 125, abr. 2011.

CELEIRO, O. É oficialmente lançado o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Disponível em [oceleiro.com.br/pronara](http://oceleiro.com.br/pronara)., 11/11/2015., acesso em 30/08/2016.

CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009. (253 p.).

CHAYANOV, Alexander. Sobre la teoria de los sistema económicos no capitalistas. In. *Cuadernos políticos*. México DF, nº 05, jul/sept.: 1975.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In.: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, (p. 99 – 137).

CIAVATTA, Maria. O conhecimento Histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. (p. 191 – 229).

CLCP – Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres. *Nosso Caminho*. Documento orientador. Goiânia, janeiro de 2006.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. *A abordagem teórico-metodológica dos Regimes Alimentares e a Escala Geográfica*. VIII SINGA (VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária) 2017: Curitiba, 2017. Disponível em [www.singa2017.com.br](http://www.singa2017.com.br), acesso em 20 de dezembro de 2017.

COMPARATO, Fabio Konder. Raymundo Faoro historiador. *Estudos Avançados*, 17 (48), 2003, (p. 330 – 337).

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). *Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira* (pdf). Brasília, 2009. Disponível em [www.fao.org.br](http://www.fao.org.br), acesso em 21/08/2016.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). *Legislação Básica do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Presidência da República, 2017.

CONSEA/DF (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). *Relatório Final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Fome, uma questão nacional*. Brasília/DF: 1995.

CONSEA/DF (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). *Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Olinda/PE: 2004.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). *Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional* (pdf). Fortaleza: 2007. Disponível em [www4.planalto.gov.br](http://www4.planalto.gov.br). Acesso em 24/08/2016.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). *Relatório Final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar* (pdf). Brasília/DF: 2015. Disponível em [www4.planalto.gov.br](http://www4.planalto.gov.br). Acesso em 29/08/2016.

COSTA, Joaquim Gonçalves da. *O processo educativo no Projeto Saberes da Terra do Território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2010.



COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In.: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 113 – 120).

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CPT. “OIT divulga pesquisa sobre trabalho em condição de escravidão no Brasil”. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em outubro de 2016.

CUNHA, Altivo Roberto A. de A. Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho-Obsoleto para o Novo-Ancestral. In.: CRUZ, Fabiana Tomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. (p. 53 – 68).

DE MEO, Paola; OMIZZOLO, Marco; CONFALONIERI, Piero. Do trabalho escravo até à sua mesa de jantar: trabalhadoras e trabalhadores migrantes na agricultura italiana. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 85 – 88).

DENUTTPCAF – Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Por Terra, Território e Dignidade! In.: CALDART, Roseli S.; ALENTEJANO, Paulo (Orgs.). *MST: Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. (p. 227 – 235).

EDELMAN, Marc. Food Sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges (abstract). In.: EDELMAN, Marc et al. *The Journal of Peasant Studies: critical perspective on food sovereignty*. Vol. 41, 2014, p. 959 – 978. Disponível em <https://tandfonline.com>, acesso em 18 de jul. de 2018.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). *Trabalho Necessário*. Ano 4, n. 4, 2006. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2017.

ENGELS, Friedrich. Prefácio de Engels para a Terceira edição alemã (1885). In.: MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

ESCOBAR, Laura Gutiérrez; VÉLEZ, Germán. A luta pelas sementes livres dos povos latino-americanos: experiências do Brasil, Equador, Colômbia, Honduras e Guatemala. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 72 – 75).

FABRINI, João Edmilson. Ocupação. In.: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 342 – 345).

FAO. *Europa e Ásia Central em transição para novas formas de desnutrição*. Lisboa/Portugal, 2017. Disponível em [www.fao.org/portugal](http://www.fao.org/portugal). Acesso em 04 de março de 2018.

FAO. *O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Relatório 2014. Brasília, agosto de 2014.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. 6 (14). IEA: 1992. (p. 07 – 22).

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? *Estudos Avançados*. IEA: 1987. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 19/03/2017.

FENAZZI, Sônia. *Suíços decidem sobre Segurança Alimentar*. Matéria jornalística de 03 de setembro de 2017. SWI em Português. Disponível em <https://www.swissinfo.ch>, Acesso em 04 de março de 2018.

FERNANDES, Bernardo M. A política agrária que precisamos. In.: SADER, Emir (Org.). *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, (p. 205 – 218).

FERNANDES, Bernardo M. A Questão Agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a Educação do Campo. In. PARANÁ/SEED. *Cadernos Temáticos: Educação do Campo*. Curitiba: SEED, 2005. (p. 15 – 22).

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos territórios do território. In. PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 273 – 301).

FERNANDES, Bernardo M. Soberania Alimentar como território. In.: TÁRREGA, Maria C. V. Blanco; SCHWENDLER, Sônia F. (Orgs.). *Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC/Goiás, 2015. (p. 29 – 52).

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In.: FERNANDES, Bernardo M. (Org.). *Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 45 – 69).

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre Capitalismo Agrário e Mudança Social no Brasil. In.: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008b.



FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas”: Uma rotação de perspectivas. In.: *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano*. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008c. (p. 45 – 59).

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas/SP: Unicamp: Imprensa Oficial, 2001.

FMSA – Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. *Declaração Final*. Havana-Cuba, 2001. Disponível em: [neaep.blogspot.com.br](http://neaep.blogspot.com.br). Acesso em 04/10/2016.

FMSA – Fórum Mundial pela Soberania Alimentar. *Declaração Final*. Nyéléni, Selingue, Mali/África, 2007. Disponível em: [nyeleni.org](http://nyeleni.org). Acesso em 05/10/2016.

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). *PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Disponível em: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br). Acesso em 10 de jul. 2017.

FONTE, Maria. Apresentação. In.: PESSANHA, Lavínia; WILKINSON, John. *Transgênicos, Recursos Genéticos e Segurança Alimentar: o que está em jogo nos debates?* Campinas/SP: Autores Associados (Armazém do Ipê), 2005. (p. 1 – 5).

FONTES, Virgínia. Expropriações contemporâneas: um primeiro debate teórico. In. ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.). *Marxismo: Teoria, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2011. (p. 141 – 156).

FOSTER, John Bellamy. *La Ecologia de Marx: materialismo y naturaliza*. Espanha: El Viejo Topo, 2000.

FRANCO, Jennifer; JU, Khu Khu. Terra e Paz em Myanmar: duas faces da mesma moeda. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 65 – 68).

FREITAS, Luiz Carlos de. A pedagogia socialista: devolvendo a voz aos pioneiros da educação russa. In.: CALDART, Roseli S.; BÔAS, Rafael L. V. (Orgs.). *Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, (p. 233 – 259).

FRIEDMANN, Harriet. *Paradox of transitions: connecting incremental changes with deep transformations in food systems* [Paradoxo das transições: conectando mudanças incrementais com transformações profundas nos sistemas alimentares]. Curitiba/Pr: UFPR/III ENPSSAN, 2017. (Palestra em 08/11/2017).

FRIEDMANN, Harriet. Soberania Alimentar na Região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. In.: CRUZ, Fabiana da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. (p. 69 – 94).

FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli S.; ALENTEJANO, Paulo (Orgs.). *MST: Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. (p. 109 – 135).

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009b, (p. 168 - 194).

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva: Um (re)Exame das Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e Educação no labirinto do Capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014b. (p. 29 – 69).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de Século*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002, (p. 25 – 54).

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In.: CALDART, Roseli S.; *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012b. (p. 265 – 272).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Politécnica. In.: CALDART, Roseli S.; *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 272 – 279).

FRIGOTTO, Gaudêncio. O legado de Marx para a construção do projeto da pedagogia socialista. In.: CALDART, Roseli S.; BÔAS, Rafael L. V. (Orgs.). *Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, (p. 207 – 232).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e Práxis e o Antagonismo entre a Formação Politécnica e as Relações Sociais Capitalistas. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67 – 82, 2009.

GALEANO, Eduardo. Anexo 2 – Um comentário oportuno de Eduardo Galeano. In.: MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. (p. 325 – 330).

GIRARDI, Eduardo Paulon. Prefácio à edição brasileira. In.: MCMICHAEL, Philip. *Regimes Alimentares e Questões Agrárias: Estudos Camponeses e Mudança Agrária*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016. (p. 1 – 5).

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos em Agricultura Sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GÖRGEN, Sérgio Antonio. Agrocombustíveis. In.: CALDART, Roseli S.; *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 51 – 57).

GÖRGEN, Sérgio Antonio. *Os novos desafios da agricultura camponesa*. 2ª ed. Curitiba/Pr: IAP/SEMA, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Vol. 1 (1910 – 1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUHUR, Dominique. Questão Ambiental e Agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão Agrária, cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 285 – 298).

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In.: CALDART, Roseli S. *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 57 – 65).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. Agroecologia: limites e perspectivas. In.: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, (p. 117 – 136).

HOBBSAWM, Eric. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840 – 2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOWARD, Sir Albert. *Um testamento agrícola*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBASE. *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas: documento síntese*, jun. 2008. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em [www.ibase.br](http://www.ibase.br). Acesso em 12 de jul. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2006. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br>, acesso em 17 de julho de 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ICPJ-Instituto Cultural Padre Josimo. *A Agricultura Camponesa e as Energias Renováveis: um guia técnico*. Porto Alegre: Padre Josimo, 2008.

IPSA-Iniciativa Pela Soberania Alimentar. *O texto da Iniciativa Pela Soberania Alimentar*. Lausanne/Suíça: Alliance para Overheve Nutricional, 2017. Disponível em <https://www.xn--ernhrungssouvemitt-iwbmd.ch/> Acesso em 05 de março de 2018.

JAIME, Patrícia Constante; VAZ, Alexander C. Nascimento. Projeto CadSISVAN: Avaliação da evolução temporal do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família, acompanhadas nas condicionalidades de saúde. In.: FAO. *O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Relatório 2014. Brasília, agosto de 2014, p. 73.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. In. *Revista de Sociologia e Política*. Vol.17, nº 33: 131 – 144, junho 2009. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 08/03/2017.

KONÉ, Massa; JACOVETTI, Chantal. A Convergência Global da Lutas pela Terra e pela Água na África Ocidental: a construção de um povo forte e unido. In.: *ODAN Observatório de direito à alimentação e à nutrição: Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional; outros, 2016. (p. 54 – 56).

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o papel social da escola. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de Século*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002, (p. 55 – 75).

LEFEBVRE, Henri. *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006. Disponível em <https://grupogpect.org>. (GPECT- Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho). Acesso em 03 de julho de 2016.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1966.

LEFF, E. Agroecologia e Saber Ambiental. In.: *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. (36 - 51), jan./mar. 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Thiago. A Nova Lei de Segurança de Alimentos dos Estados Unidos e suas possíveis externalidades para o Comércio Internacional. *Boletim de Economia e Política Internacional*. DINTE/IPEA, n. 7. (p. 69 – 78), jul./set. 2011.

LONGLEY, Sue. O preço da sua chávena de chá: violações de direitos humanos nas plantações de chá na Índia. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 62 – 64).

LOSURDO, Domenico. *A luta de Classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. *Para uma Ontologia do Ser Social – Vol. II*. São Paulo: BOITEMPO, 2013.

LUKÁCS, György. *Reboquismo e Dialética: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. In.: CALDART, Roseli S.; et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 46 – 50).

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MAGALHÃES, Rogério Antonio Lagoeiro de. Valor, essência e aparência e o conceito de mais-valia extraordinária. *Economia*. Niterói, RJ. V. 5, n.1, p. 67-97, jan./jun. 2004.

MALUF, Renato S. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009. (174 p.)

MARQUES, Benedito Ferreira (colaboração de Carla Regina Silva Marques). *Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARQUES FILHO, Luiz Cesar. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016. (711 p.).

MARSCHNER, Walter. Lutando e ressignificando o rural em campo – notas epistemológicas. *Interações*. Campo Grande, v. 12, n. 1, p. 41 – 52, jan./jun. 2011.

MARTINS, Adalberto; et al. Seminário sobre o Ensino de Ciências da Natureza nas Escolas do Campo. Sistematização dos Estudos e Debates. In.: CALDART, Roseli Saete. STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs.). *Caminhos para transformação da Escola: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2015, (p. 73 – 112).

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In. MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1996b.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da terra*. 9ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Ridendo Castigat Mores: e-books brasil.com, abril, 2000.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844: Terceiro Manuscrito, Propriedade privada e Comunismo*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugueses/marx/1844/manuscritos/cap04.htm>., Acesso em 12 de set. de 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844. Disponível* (2007) em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org).: Acesso em 03 de maio de 2016 às 11h00min.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. O processo de produção do Capital*. Livro I; Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. O processo de produção do Capital. Livro I; Vol. II.* São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em [www.histedbr.fe.unicamp.br](http://www.histedbr.fe.unicamp.br), acesso em 14/10/2016.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã; Teses sobre Feuerbach.* São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã; Teses sobre Feuerbach.* São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista e Cartas Filosóficas.* São Paulo: Editora Centauro, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre Educação e Ensino.* Campinas/SP: Navegando, 2011. Edição eletrônica, e-book (pdf). Disponível em [www.marxists.org](http://www.marxists.org); acesso em 26/09/2017.

MAZIN, Ângelo D. Breves apontamentos sobre a política de Reforma Agrária no Brasil, entre 2002 e 2012. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs.). *Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia.* São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 81 – 101).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.* São Paulo: Editora da Unesp; Brasília/DF: NEAD, 2010.

MCMICHAEL, Philip. *Regimes Alimentares e Questões Agrárias: Estudos Camponeses e Mudança Agrária.* São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MDA. *Desenvolvimento Agrário como estratégia para o País: Um balanço.* Brasília/DF: MDA, 2007. Disponível em: [sistemas.mda.gov.br/pdf](http://sistemas.mda.gov.br/pdf). Acesso em 11 de agosto de 2017.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário). *Programa Bolsa Família/Dados.* Disponível em [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em 12 de jul. 2017.

MENDES, Áquilas. O fundo público e os impasses do financiamento da saúde universal brasileira. In.: *Saúde Soc.* São Paulo, v.23, n.4, p. 1183 – 1197, 2014. Disponível: [www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 24/03/2017.

MÉNDEZ, Diaz; EPEJO, García. La mirada sociológica hacia la alimentación: análisis crítico del desarrollo de la investigación em el campo alimentario. In.: *Política y Sociedad.* Vol. 51, n.1, abril, 2014. (p. 15 – 49).- [http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_POSO.2014.v51.n1.42472](http://dx.doi.org/10.5209/rev_POSO.2014.v51.n1.42472).

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado.* São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002

MIRANDA, Sônia Guariza. A configuração do capitalismo, a reforma do Estado e a educação. In. ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião R.; MATTOS, Valci Maria (Orgs.). *Educação, Estado e Contradições Sociais*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. (p. 17 – 36).

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, 17, (48), 2003. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 18/04/2017. (p. 7 – 20).

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In.: CALDART, Roseli S.; *et al.* (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 65 – 71).

MONTEIRO, Fernanda Testa; DALLAGNOL, André; DAYRELL, Carlos Alberto. Luta e resistência pelo uso da biodiversidade agrícola e pela Soberania Alimentar no Brasil. In.: ODAN (Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição): *Manter as Sementes nas mãos dos povos*. FIAN-Internacional; outros, 2016, (76 – 77).

MOONEY, Pat Roy. Capacidade de recuperação, resistência, arrependimentos... e reclamações. Algumas questões importantes da luta de ¼ de século por sementes e soberania. In: CARVALHO, Horácio M. de (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. (p. 191 – 208).

MORENO, Camila. Apresentação/Soberania Energética e Soberania Alimentar: uma só luta na era da agroenergia. In.: BRAVO, Elizabeth. *Agrocombustíveis, cultivos energéticos e Soberania Alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, (p. 5 – 20).

MOTTA, Márcia. Apresentação. In. MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. (p. 9 – 11).

MOTTA, Márcia. Conflitos de Terra. In.: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. (p. 123 – 124).

MOTTA, Márcia. Lei de Terras. In. MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c. (p. 279 – 280).



MS (Ministério da Saúde). *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília/DF: Min. Saúde, 2013.

MS/CNS (Ministério da Saúde-Conselho Nacional de Saúde). Avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. In.: *Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição: PNAN – 10 Anos*. Power Point-PDF: 2010. Disponível em [www.189.28.128.100/nutricao/docs/evento/pnan10/avaliacao](http://www.189.28.128.100/nutricao/docs/evento/pnan10/avaliacao). Acesso em 14 de jul. 2017.

MS/SUS/CNS (Ministério da Saúde; Sistema Único de Saúde; Conselho Nacional de Saúde). *Relatório Final do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS – PNAN 10 Anos*. Brasília: MS, 2010. Disponível em: [conselho.saude.gov.br](http://conselho.saude.gov.br). Acesso em 18 de jul. 2017.

MST. Programa Agrário do MST / VI Congresso Nacional do MST. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). *MST, Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, (p. 173 – 225).

MYSKIW, Antônio Marcos. *Território*. In. MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 474 – 475).

NÉSPOLI, José Henrique S. As crises do capital e a História. In.: *Revista História e Luta de Classes*. Marechal Cândido Rondon/Pr. Ano 11, edição nº 20, setembro de 2015, p. 85 – 93.

NILLES, Bernd. Jamais patentear a vida. In.: CARVALHO, Horácio M. de (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, (p. 113 – 133).

ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. Prefácio/Introdução. In.: *ODAN Observatório de direito à alimentação e à nutrição: Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional; outros, 2016. (p. 8 – 12).

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado (I). *Revista de Cultura e Política*. CEDEC: Paz e Terra, nº 3, nov/jan, 1981, (p. 71 – 93).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Revista Novos Estudos (CEBRAP)*. Nº 22, (p. 8 – 28) – outubro de 1988. Disponível em [www.novos estudos.uol.com.br](http://www.novos estudos.uol.com.br), acesso em 24/03/2017.

ORR, Lord John Boyd. Prefácio da edição inglesa. In.: CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. (p. 13 – 17).

OSTROVITIANOV, K. *As Leis Básicas do Desenvolvimento da Economia Socialista*. Problemas, Revista Mensal de Cultura Política, V. 04, 1947. Disponível em [www.marxists.org](http://www.marxists.org). Acesso em 12/10/2016.

PADRÃO, Susana M. Editorial. *Revista Advir*//Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N. 34 (dez. 2015) – Rio de Janeiro: Asduerj, 2015.

PADRÃO, Susana M.; TREVISANI, Jorginete de Jesus D.; CALDEIRA, Francisco. Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Revista Advir* / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. N. 34 (dez. 2015) – Rio de Janeiro: Asduerj, 2015. (p. 63 – 73).

PAIVA, Adriana Gomes de; VALE, Teresa Cristina de S. C. *Direitos Humanos, Políticas Públicas e Partidos Políticos no Brasil (1995 – 2015): o caso da Segurança Alimentar (dos projetos)*. III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. 30/05 a 02/06 de 2017, Vitória/ES: UFES, 2017. Disponível em [www.pdpp2017.sinteseevento.com.br](http://www.pdpp2017.sinteseevento.com.br). Acesso em 10 de jul. 2017.

PAULA, Nilson Maciel de. *Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 213 – 238).

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Comida e Soberania ou Segurança para o mercado de Alimentos? Geopolítica e contra hegemonia em foco*. VIII SINGA (VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária) 2017: Curitiba, 2017. Disponível em [www.singa2017.com.br](http://www.singa2017.com.br), acesso em 20 de dezembro de 2017.

PELIANO, Anna M. T. M. (Cord.). *II Balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria*. Brasília: IPEA, 1994.

PEREZ-CASSARINO, Julian. *A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia*. 2012. 478 folhas. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

PESSANHA, Lavínia; WILKINSON, John. *Transgênicos, Recursos Genéticos e Segurança Alimentar: o que está em jogo nos debates?* Campinas/SP: Autores Associados (Armazém do Ipê), 2005.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In.: ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, (p. 7 – 14).

PINEDA, Claudia; SÁNCHEZ, Octávio. Honduras: ameaças e estratégias de resistência em matéria de sementes tradicionais. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à

nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 79).

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de O.; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol 15 (n.1), p. 121 – 130, 2010. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) – acesso em 19/07/2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e a Arte da agricultura: Estudos Camponeses e Mudança Agrária*. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da Globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/Graal, 2000.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

PSCHORN-STRAUSS, Elfrieda. Soberania Alimentar Africana: valorizar as mulheres e as sementes que guardam. In.: *ODAN Observatório de direito à alimentação e à nutrição: Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional; outros, 2016. (p. 51 – 53).

PVDC (Programa Vida Digna no Campo). *Vida Digna no Campo: Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de Segurança Alimentar*. São Paulo: Coligação Lula presidente 2002, 2002, (28 p.). Disponível em [www.agr.feis.unesp.br](http://www.agr.feis.unesp.br). Acesso em 08 de agosto de 2017.

PVES (Portal Estilo de Vida Saudável). *Transição Nutricional*. UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) – NISAN. Disponível em [www.saude.br](http://www.saude.br). Acesso em 14 de jul. de 2017.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Editora Cortez, 2005, (p. 106 – 127)

RIBEIRO, Marlene. *Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Silvia. Camponeses, Biodiversidade e novas formas de privatização. In.: CARVALHO, Horácio M. de (Org.). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, (p. 51 – 72).

RICHITA, Radovan. *Economia Socialista e Revolução Tecnológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

- RIECHMANN, Jorge. *Cultivos e Alimentos Transgênicos: um guia crítico*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. (284p).
- RIGON, Sílvia do Amaral; SCHMIDT, Suely Teresinha; BÓGUS, Cláudia Maria. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para a construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. In.: *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 32(3):e00164514, março, 2016, p. 1 – 10. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 13 de jul. 2017.
- RODRIGUES, Fabiana de Cássia. A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs). *Questão Agrária, cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 21 – 39).
- RODRIGUES, José. Educação Politécnica. In.: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*, (pdf). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2009, (p. 112 – 119). Disponível em [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br), acesso em 27 de setembro de 2017.
- ROLO, Márcio. A natureza como uma relação humana, uma categoria histórica. In.: CALDART, Roseli Salete. STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs.). *Caminhos para transformação da Escola 2: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, (p. 139 – 175).
- ROUSSEFF, Dilma. Prefácio. In.: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira (Orgs). *O Brasil Sem Miséria*. Brasília: MDS, 2014, (p. 15 – 20).
- SAF-PAA (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário). *Portal/PAA*. Disponível em [www.mda.gov.br/sistemda/secretaria/saf-paa](http://www.mda.gov.br/sistemda/secretaria/saf-paa). Acesso em 10 de jul. 2017.
- SAGE, Colin. *Environment and food (abstract)*. 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net>, acesso em 18 de jul. de 2018.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Apresentação. In. ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 2ª ed. São Paulo/Campinas: HUCITEC/Ed. Da Unicamp, 1998. (p. 11 – 13).
- SANTOS, Maria José dos; BOMFIM, Eudes de Oliveira; ARAÚJO, Lincoln Eloi; SILVA, Bernardo Barbosa da. *Programa um Milhão de Cisternas Rurais: Matriz Conceitual e Tecnológica*. Portal Stricto Sensu KROTON. 2008, (p. 1 – 8). Disponível em [www.pgsskroton.com.br](http://www.pgsskroton.com.br). Acesso em 19 de jul. 2017.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In. *Território Territórios*. Vários Autores. PPGG/UFF-Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói/RJ, 2002.
- SANTOS, Milton. *O retorno do território*. OSAL: Observatório Social de América Latina. Año VI, n. 16, enero-abril, 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005, (p. 251 – 261).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Selma de F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs). *Questão Agrária, cooperação e Agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 40 – 63).

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In.: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce Consuelo A. (Orgs.). *Reforma Agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. BRASÍLIA: MDA/São Paulo: Uniara, 2008, 348 páginas. (p. 53 – 87).

SCHNEIDER, Olivia Maria Ferreira; FROZI, Daniela. Desafios para a representação da Universidade no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. *Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. N. 34 (dez. 2015) – Rio de Janeiro: Asduerj, 2015. (p. 42 – 54).

SENADO FEDERAL. *Biossegurança e Transgenia: Dispositivos Constitucionais, Lei nº 11.105/2005 – Vetos presidenciais. Norma correlata – Protocolo de Cartagena. Quadro comparativo – Índice Temático. 2ª edição*. Brasília/DF: Subsecretaria de edições técnicas, 2011.

SENADO FEDERAL. *Orçamento de 2018 prevê aumento de gastos com a dívida pública – Senado notícias: notícia de 26 de dezembro de 2017*. Disponível em <https://www12.senado.leg.br> – Acesso em 09 de abril de 2018.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In. PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 23 – 47).

SILVA, Antenor A. Soberania dos Estados e concepções de fronteira em Gottmann. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 8, n. 16, jan./mar. de 2014. pp. 1 – 9. Disponível em <http://revista.ufr.br>, acesso em 29 de junho de 2016.

SILVA, Alberto C. De Vargas a Itamar: Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, 1995, p. 87 – 107. Disponível: [www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf). Acesso em 02/09/2016.

SILVA, J. F. Graziano da. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap, 1970.

SORRE, Max. Prefácio da edição francesa. In.: CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. (p. 19 – 23).

SOTO, William Héctor Gómez. *A produção do conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul/SC: EDUNISC, 2002. (324 p.).

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação. In.: SANTOS, Milton. *O retorno do território*. OSAL: Observatório Social de América Latina. Año VI, n. 16, enero-abril, 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005, (p. 251 – 254)

SOUZA FILHO, Carlos F. Marés de. Prefácio. In.: TÁRREGA, Maria C. V. Blanco; SCHWENDLER, Sônia F. (Orgs). *Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC/Goiás, 2015. (p. 11 - 13).

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. In.: CALDART, Roseli S.; et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 714 – 723).

TÁRREGA, Maria Cristina V. B.; RODRIGUES, Bárbara Luiza R. A função socioambiental da terra, os sujeitos de direitos e as suas lutas. In.: TÁRREGA, Maria C. V. Blanco; SCHWENDLER, Sônia F. (Orgs). *Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Editora da PUC/Goiás, 2015. (p. 93 – 113).

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá/Colômbia. 12(75). Enero-Junio, 2015.

TSE-TUNG, Mao. *Sobre a Prática e Sobre a Contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

VAISMAN, Ester; ALVES, Antônio José L. Apresentação. In. CHASIN, J. *Marx, Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009. (p. 7 – 23).

VÉLEZ, Germán. A Rede de Sementes Livre da Colômbia: a luta pelas sementes, a fonte da vida. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 78).

WALTER, Bernhard; SUÁREZ, Sofia Molsalve; GRAAF, Marijke de. Prefácio. In.: Consórcio do Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos*. Edição 08. União Europeia: FIAN Internacional e outros, 2016.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. In. CALDART, Roseli S. et al. (Orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 141 – 149).

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In.: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce Consuelo A. (Orgs.).

*Reforma Agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais.* BRASÍLIA: MDA/São Paulo: Uniara, 2008, 348 páginas. (p. 323 – 340).

WILLIS, Lourdes Gómez. As ameaças à agrobiodiversidade da perspectiva das mulheres indígenas das terras baixas do norte da Guatemala. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos.* FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 79 – 81).

WINTER, Léa; MAÏGA, Valentina Hemmeler. A Democracia Direta apoiará o Direito à Alimentação e à Nutrição na Suíça? In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos.* FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 82 – 84).

WOOD, Elen M. *A origem do capitalismo.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

YELA, Mario Macías; LÓPEZ, Germán Jácome; GUZMÁN, Nataly Torres. Equador: A conservação das sementes nativas e da agrobiodiversidade como base para a Soberania Alimentar. In.: ODAN – Observatório do direito à alimentação e à nutrição. *Manter as sementes nas mãos dos povos.* FIAN – Internacional e outros, 2016. (p. 77 – 78).

YEROS, Paris. A geopolítica da reforma agrária. In. FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta INEZ. M.; SUZUKI, Júlio César. (Orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder.* São Paulo: Expressão Popular, 2007. (p. 151 – 176).

ZEMELMAN, Hugo. Prefácio. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e Educação no labirinto do Capital.* São Paulo: Expressão Popular, 2014. (p. 07 – 11).

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os Programas Sociais sob a ótica dos Direitos Humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. *SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos*, n. 4, ano 3, 2006, p. 144 – 159. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 12 de jul. 2017.



## APÊNDICE A – Carta Política da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a denúncia de linhas limítrofes e percepção de desafios

Com o tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania alimentar”<sup>803</sup> a Carta Política visa fazer a defesa pública da Soberania Alimentar e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável para todos os povos do mundo. É um documento de extrema relevância dado à capacidade de síntese das principais conclusões de todo o processo de discussão e dos anseios populares de concepção de alimentação, de sociedade e de política pública.

Partindo da análise do Sistema Agroalimentar e o que essa lógica tem impetrada na materialidade social nos processos de produção e reprodução da existência, percebe-se a preocupação com as consequências negativas em todas as dimensões que compõem os temas relacionados à produção de alimentos e da alimentação de modo geral. De acordo com o documento:

Nas últimas décadas, **o Sistema Agroalimentar vem sofrendo transformações que resultaram em modos de viver, morar, comunicar, cozinhar e se alimentar que não refletem as dinâmicas ricas, diversas e vivas da sociedade.** O cardápio tradicional brasileiro, representado por alimentos tais como arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, frutas, verduras e legumes típicos das regiões brasileiras, consumidos *in natura* ou minimamente processados, está sendo ameaçado pelo temerário apelo publicitário aos produtos industrializados e prontos para o consumo, com excesso de sódio, açúcares, gorduras, conservantes, agrotóxicos, transgênicos e outros químicos que causam danos à saúde. No meio urbano, em razão dos desafios de mobilidade, comer fora de casa virou uma imposição, tornando ainda mais complexo o enfrentamento dos impactos negativos dessas mudanças. Enfatizamos que, na raiz destes problemas, estão as restrições aos alimentos saudáveis e aos meios de produção, como terra e água, bem como aos mercados, destacando ainda que os preços dos alimentos são o principal fator inflacionário no Brasil, principalmente nas refeições fora do lar. (CONSEA, 2016, p. 21 (*Grifos meus*)).

Como destacado em alguns momentos do debate e que constam do Relatório Final desta V Conferência, para **pautar e comer a ‘Comida de Verdade’ faz-se necessário saber a ‘Verdade sobre a Comida’.** Neste sentido o documento traz uma definição bastante interessante e que expressa um conteúdo pertinente à concepção que foi se gestando acerca da Soberania Alimentar, portanto, com ampliação no entendimento em relação à Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com a Carta Política:

---

<sup>803</sup> De acordo com o documento, com esse lema “[...], destacamos as dimensões socioculturais da Segurança Alimentar e Nutricional para aproximar a produção e o consumo de alimentos; estabelecer pontes entre o urbano e o rural; valorizar a agrobiodiversidade, os alimentos *in natura* e regionais, o respeito à ancestralidade negra e indígena, à africanidade e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, o resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira” (CONSEA, 2016, p. 21). O coletivo também relembra as contribuições de Josué de Castro e Herbert de Souza (Betinho).



**Comida de verdade é a salvaguarda da vida e do planeta, é saúde, é justiça socioambiental, é direito humano.** Ela começa já com a aleitamento materno e deve ser assegurada em todo o ciclo de vida. Sua plena realização requer que os povos tenham acesso à água e possam exercer o direito soberano de produzir e consumir alimentos saudáveis, variados, *in natura* ou minimamente processados, com preços acessíveis, provenientes de sistemas socioambientalmente sustentáveis, com os sistemas agroecológicos e circuitos de comercialização direta. (CONSEA, 2016, p. 21, (*Grifos meus*)).

A materialidade brasileira nesse momento também instiga a manifestação de reconhecimento e apoio às políticas implementadas, sobretudo a partir do ano de 2003 devido à incorporação de demandas construídas nos processos de realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Considerando a realidade material em que se assenta o ponto de partida, alguns avanços são perceptíveis e correspondentes a um conjunto de valores proclamados durante essas Conferências. O coletivo presente na V CNSAN manifesta isso na Carta Política.

**A saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é uma conquista histórica da sociedade e consequência direta dos esforços do governo.** Essa conquista ancorada na decisão política de priorizar a soberania e a segurança alimentar e nutricional (SSAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na agenda pública, adotando programas e ações de Estado com participação social, que se expressa nos Conseas, espaços de atuação conjunta de governo e sociedade civil na construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). (CONSEA, 2016, p. 22 (*Grifos meus*)).

Como anunciado nos objetivos da V CNSAN que esse momento seria também de avaliação de um processo em implementação destaca-se a pertinência da aprovação, ainda em 2006, da LOSAN (Lei 11.346/2006) que possibilitou a demarcação e regulamentação jurídica para um conjunto de ações, programas e políticas. Nota-se que há o acolhimento de que isso foi um avanço tendo em vista que a partir dessa lei foi possível ampliar as condições básicas para o acesso às condições ‘mínimas’ de sobrevivência e à alimentação aos grupos sociais prioritários e em vulnerabilidade e, também, conceber algumas políticas mais estratégicas que começam a ser desenvolvidas tendo a base esse amparo legal.

Saudamos e conclamamos pela continuidade dos avanços socioeconômicos de milhões de brasileiros e brasileiras, resultados da democracia participativa que foi decisiva para a Estratégia Fome Zero e o Plano Brasil sem Miséria, ampliando o acesso a alimentos e a direitos, conforme comprovam as melhorias dos indicadores sociais, nutricionais, educacionais, sanitários, de alimentação e de renda. Estiveram direcionadas para as famílias mais pobres e vulnerabilizadas do país as políticas de valorização do salário mínimo e ampliação do acesso ao trabalho, o Programa Bolsa Família e várias ações nas áreas de saúde, nutrição e educação, entre as quais o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (CONSEA, 2016, p. 22).

O que o documento manifesta é a materialização de um dos grandes pilares e anseios notados nas Conferências anteriores que diz respeito fundamentalmente às *políticas prioritárias para grupos prioritários e que visaram pelo menos melhorar a realidade de necessidades, dando o primeiro passo no enfrentamento dos desafios da fome, da pobreza e da desigualdade social*, neste caso ganhando relevância as **condições de acesso pelas políticas de transferência de renda**. No entanto, o documento enfatiza que concomitantemente a isso, há outras políticas e programas que fortaleceram a produção de alimentos. Destaca o documento:

Um amplo leque de programas tem sido dirigido à produção de alimentos de base familiar e às populações rurais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Programa Brasil Quilombola e o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ampliou-se o acesso à água de qualidade, especialmente no Semiárido brasileiro, com o Programa 1 milhão de Cisternas e o Programa Água para Todos, numa região historicamente afetada pela pobreza e insegurança alimentar. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica tem contribuído para transformar muitos sistemas alimentares no Brasil e ampliar a oferta de alimentos saudáveis à população. (CONSEA, 2016, p. 22).

Em outras dimensões também o coletivo reconhece avanços e ressalta a necessidade de expandir e qualificar as ações. São os casos das áreas sociais, de nutrição e saúde, também fortemente abordados e pautadas nas Conferências anteriores.

Destacamos igualmente a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o Programa Mais Médicos e as estratégias de Incentivo ao Aleitamento Materno.

Ressaltamos a necessidade de expandir e qualificar as ações de promoção da alimentação saudável e prevenção e o controle das doenças associadas à má alimentação realizadas pelo setor da saúde. Elas englobam a atenção nutricional em todos os níveis de atenção à saúde, a organização das linhas de cuidado do sobrepeso e obesidade, a atenção às pessoas com necessidades alimentares especiais, a vigilância alimentar e nutricional e a realização de campanhas e outras estratégias de divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira. (CONSEA, 2016, p. 22; 25).

Pautados pelo entendimento da necessidade de participação, controle social e monitoramento, há a manifestação de que ao mesmo tempo em que se reconhece esses avanços anteriormente mencionados, afirmam a continuidade da mobilização na direção das conquistas e da consolidação de processos democráticos entre Estado e Sociedade Civil e que se reafirmem os compromissos para garantir, ampliar e aperfeiçoar essas conquistas.

O imenso *desafio no enfrentamento dos processos hegemônicos é anunciado, sobretudo porque na [co]relação de forças e nas condições objetivas para a implementação das políticas que devem materializar os princípios do Direito Humano à Alimentação*

*Adequada – recursos financeiros, métodos, tecnologias, objetivos – ainda estão muito aquém das políticas que garantem as condições de produção e o avanço ‘avassalador’ do agronegócio, fortalecendo cada vez mais as linhas limítrofes para as reais – condições contra hegemônicas – de transformação desse modelo. Estes aspectos são perceptíveis quando na Carta Política destaca-se que:*

O sistema alimentar brasileiro, em consonância com tendências globais da produção de *commodities*, está marcado pela hegemonia do modelo de produção patronal em grande escala de monocultivos com elevada mecanização que massificaram o uso de agrotóxicos e transgênicos, ao lado do crescente controle de mercado por parte das grandes corporações estrangeiras. Além de consagrar a histórica concentração da propriedade da terra no Brasil, a lógica produtivista do máximo lucro gera graves impactos socioambientais que se expressam no desmatamento, no comprometimento da biodiversidade, da agrobiodiversidade, bem como em ameaças aos direitos conquistados na Constituição de 1988, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00, que afeta povos indígenas e quilombolas. O modelo de agronegócio, bem como as grandes obras de infraestrutura, oprime a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. (CONSEA, 2016, p. 23).

Considerando a totalidade concreta e os processos hegemônicos destacados, o coletivo busca explicitar e reafirmar a presença e a pertinência do campesinato – dos povos do Campo – para a produção de alimentos, bem como da necessidade de condições objetivas para a realização de sua tarefa.

[...] produzem os alimentos saudáveis que compõem nossa dieta, respondem pela maior parcela dos empregos no meio rural e cujos sistemas produtivos e organizativos encontram-se mais adequadas à uma produção em base sustentável e diversificada, embora ocupem uma área total muito inferior àquela do agronegócio e dele sofrem pressões permanentes. (CONSEA, 2016, p. 23).

Considerado que há a necessidade de se pensar no bojo das contradições objetivo-materiais dessa totalidade, as condições para o fortalecimento dessas práticas produtivas e organizativas, é que o coletivo destaca a necessidade de constituir as condições para que o Estado se torne forte em seu papel regulador e indutor das novas práticas. Esses são os elementos proclamados, afirmados e reiterados no decorrer das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Destaca a Carta Política:

**O Estado brasileiro deve fortalecer seu papel regulador e indutor nas esferas da produção, abastecimento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos. São necessárias ações regulatórias que controlem a expansão dos monocultivos e a ação das transnacionais; que mantenham a moratória ao uso de sementes *terminator*; que garantam a observação do princípio da precaução no controle sobre liberação e comercialização de transgênicos; que adotem áreas livres de transgênicos e agrotóxicos; que regulem a rotulagem destes produtos, a publicidade e demais práticas de mercado, visando em especial a proteção à infância. É preciso readequar a legislação sanitária de alimentos de origem animal e bebidas à produção artesanal, tradicional familiar, bem como desenvolver mecanismos de taxaço e regulação para indústrias de produtos ultra**

processados, de alta concentração de sais, açúcares, gorduras, transgênicos e biofortificados. (CONSEA, 2016, p. 23 – 24, (*Grifos meus*)).

Embasado no pressuposto do Estado indutor e regulador forte, para o direcionamento das políticas, de acordo com a citação anterior, a necessidade de democratização do acesso à terra e à água é reafirmada. A vulnerabilidade dos povos do Campo advém dessas linhas limítrofes que os impedem de ter o acesso ao território e aos recursos naturais. Neste sentido, a função social da terra como princípio fundante para o seu acesso, a limitação do tamanho da propriedade para o equilíbrio político, econômico e social, Reforma Agrária e a regularização fundiária, são considerados fatores importantes que o Estado deve levar em consideração ao desempenhar o seu papel de indutor de desenvolvimento social.

Além desses aspectos, ganha maior relevância a demanda pela ampliação de políticas públicas que potencializem o processo de transição de práticas produtivas (de alimentos, etc.). Ou seja, que tenham maior valorização e investimentos as “políticas de fortalecimento da sociobiodiversidade e da agroecologia” (CONSEA, 2016, p. 24). Esse processo de transição poderia ser induzido:

[...], com medidas de acesso aos mercados locais e aos meios de produção, aos bens da natureza e às sementes, além da incorporação de princípios, métodos e tecnologias sociais de base agroecológica e a garantia dos direitos de agricultores(as) familiares [...<sup>804</sup>] ao livre uso da agrobiodiversidade. [...] expansão de bancos de sementes crioulas em todas as regiões do país e o reconhecimento e disseminação dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. (CONSEA, 2016, p. 24).

Soma-se a esses aspectos a manutenção e qualificação das políticas já existentes – já citadas anteriormente – e, sobretudo, para que seja possível priorizar e implementar essas práticas e processos de transição, pressupõe-se, a necessidade de impedir o avanço do agronegócio. É nesta direção e com esses objetivos que se buscou, a partir da IV CNSAN, a elaboração do arcabouço legal e os passos iniciais que buscam combater esse processo através de um conjunto de iniciativas e proposições legais, como por exemplo o PRONARA. Como vemos expresso na Carta Política:

[...]. Há que se fortalecer o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e implementar o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), como forma de estimular processo de transição agroecológica, ampliando e popularizando a oferta de alimentos saudáveis. Não abriremos mão de políticas de redução do uso de agrotóxicos e de que seja feito o monitoramento do índice de contaminação por agrotóxicos. (CONSEA, 2016, p. 24).

---

<sup>804</sup> Demais povos e comunidades tradicionais do Campo.

Considerando a multidimensionalidade do tema da alimentação em sua base material e imaterial necessária – de infraestrutura e superestrutura –, outro pilar que também ganha atenção é o abastecimento. E, inerente a isso a necessária democratização das formas e dos sistemas de comercialização. O coletivo através da Carta Política destaca alguns componentes essenciais como o caso das redes e companhias públicas de abastecimento que devem ser reforçadas, desde que seja sob orientação dos interesses sociais e implique em novas práticas e novos valores a serem considerados. Além disso, de que possam atingir as diferentes esferas estatais e os diferentes locais geográficos do país de maneira estratégica. Sobre estes elementos o documento destaca que:

Persiste o desafio de **instituir uma política soberana de abastecimento alimentar com democratização dos sistemas de comercialização por meio do apoio a circuitos curtos de produção e consumo**, combinados com uma política de agricultura urbana e periurbana além de outras que favoreçam a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis. (CONSEA, 2016, p. 24, (*Grifos meus*)).

Como já é perceptível em inserções anteriores, a V CNSAN assume de maneira decisiva a questão da água como recurso primordial para a garantia da Soberania Alimentar<sup>805</sup>. Ou seja, faz-se necessário insistir e assumir a “[...] **água como alimento e bem público que precisa de proteção, pois os diversos e ricos biomas e bacias hidrográficas passam por pressões e ameaças que os afetam profundamente**” (CONSEA, 2016, p. 25, (*Grifos meus*)). São vários os fenômenos, que cada vez mais forte tem incididos em ameaças à efetivação do acesso à água como Direito Humano (e universal). Algumas derivadas dos processos de exploração capitalista da natureza, afetam de maneira danosa que, além de dificultar a possibilidade de consumir a água – como direito e de maneira segura –, prejudicam os sistemas e práticas produtivas locais impactando diretamente na Segurança Alimentar e Nutricional da população e no desenvolvimento econômico e social de diversas regiões.

É neste sentido que a Carta Política apoia e aponta como alternativa “Ações como a construção participativa e politizada de cisternas, bem como a adoção de estratégias e tecnologias sociais voltadas para a garantia de água para o consumo humano, serviços básicos

---

<sup>805</sup> Na Carta Política, no Manifesto e nas proposições esse tema é tratado com maior ênfase – se comparado com as Conferências anteriores – e, portanto, fica claro que se torna condição indispensável para a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. E, considerado a totalidade concreta e as suas contradições expressas na questão da alimentação no mundo, a **água é composição orgânica, enquanto natureza, e enquanto conteúdo material, explicativo e expressão da totalidade do tema da Soberania Alimentar**. Qualquer linha limítrofe que coloque restrições ao acesso e à qualidade da água deve ser considerada como uma ameaça.

de saúde, educação e produção de alimentos saudáveis podem reduzir esses impactos” (CONSEA, 2016, p. 25).

Considerado a materialidade em sua totalidade concreta e necessidades de transformação que instituem o presente debate, e as demandas por políticas públicas nas diferentes dimensões de produção e reprodução da vida da natureza – do homem, portanto – é que uma outra dimensão fundamental é abordada na Carta Política. Trata-se da necessidade de se pensar ‘processos formativos’ que afirmem esses princípios que constituem o conteúdo – histórico-político e social – acerca da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional.

As estratégias de educação alimentar e nutricional devem ser ampliadas e favorecer a aproximação das instituições de ensino e pesquisa com a sociedade por meio do diálogo de saberes e da valorização do conhecimento tradicional. **À educação compete resgatar o alimento como patrimônio sociocultural, promover consciência crítica sobre o consumo como ato político que influi em todo o sistema alimentar e estimular o consumo de alimentos saudáveis. Para comer Comida de Verdade, é preciso conhecer a Verdade sobre a Comida.** Estas estratégias devem abranger todos os processos educacionais (educação básica, profissionalizante, popular, permanente e superior), com a inclusão da temática nos currículos escolares, buscando também integrar ensino, pesquisa e extensão. (CONSEA, 2016, p. 25 (*Grifos meus*)).

Como destacado em Conferências anteriores a presente Carta Política também expressa a importância de considerar a experiência brasileira na implementação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional nas ‘negociações internacionais’. Outrossim, expressa uma maior abrangência do conceito de Soberania Alimentar, no que diz respeito a uma percepção de ultrapassar o aspecto apenas político e de limite nacional, para uma **concepção e perspectiva mais universal**. Reconhece o papel de liderança do Estado brasileiro sobre um conjunto de países e a sua importância na geopolítica mundial, e que por essa razão, abrem-se as alternativas de implementação de novos princípios nas negociações e relações internacionais, para além do ímpeto economicista.

Na área internacional, faz-se necessário que o respeito ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos, assim como a participação social, sejam princípios a serem seguidos nas relações transfronteiriças, obrigações extraterritoriais, negociações internacionais de clima e comércio e nos tratados bilaterais. Eles devem ser parâmetros de monitoramento dos projetos de investimento de empresas estrangeiras no Brasil, assim como dos projetos de empresas brasileiras e de projetos governamentais realizados em outros países nas áreas da mineração, agronegócio e construção civil. [...]. Ao mesmo tempo, recomendamos a continuidade do PAA-África pelos importantes resultados conseguidos em apenas três anos de cooperação. A política externa brasileira deve contar com instâncias plurais e representativas análogas ao Consea. (CONSEA, 2016, p. 25).

A efetiva ‘participação social’ também é reiterada, sobretudo no processo de implementação e consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para que a fragilidade político-institucional dos CONSEAs possa ser superada. Dentre vários aspectos, destacam-se as questões acerca da necessidade da sua composição colegiada de fato expressar a pluralidade da sociedade brasileira, e assim ter as condições de acolher as deliberações e anseios pela base social interessada, quanto à “[...] formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas” (CONSEA, 2016, p. 25). Os processos participativos pressupõem a **qualificação e formação multidimensional e politécnica** dos envolvidos, tendo em vista que a *intersetorialidade da política* requer conhecimentos que abarcam as diferentes dimensões que compõe a natureza do processo de implementação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Além desses aspectos, as condições de ‘exigibilidade’ e ‘legitimação do processo de participação’ devem ser ressignificadas, fortalecidas e asseguradas por princípios legais e de justiça correspondentes aos princípios fundamentais e constituintes da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Escrita e aprovada em 6 de novembro de 2015, a Carta Política também expressa ‘**ares de preocupação**’ frente às condições objetivas e as contradições materiais que começam a forjar a crise econômico-política no Brasil. Essa materialidade induz a *proclamação da necessidade de radicalização da luta* para manter os avanços conquistados e ampliação das políticas públicas com essa natureza. Destaca o documento:

Estes **desafios históricos, sobrepôs-se a atual conjuntura econômica e política que desconstrói direitos dos(as) trabalhadores(as) e restringe a execução efetiva de muitos dos programas e políticas aqui referidos**. Os impactos negativos desse contexto requerem vigilância na atuação dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Não há caminho único para enfrentar tais desafios, sendo preciso assegurar direitos, avançar com políticas redistributivas e nos instrumentos de participação social. **O povo não deve arcar com o ônus da crise econômica**. Assim, não iremos aceitar cortes orçamentários que afetem os programas e políticas citados. Não aceitaremos redução do orçamento do Programa Bolsa Família.  
[...].

Esta Carta Política é um forte chamamento à sociedade, aos(às) governantes nas três esferas da Federação, aos organismos internacionais e às organizações e redes da Sociedade Civil de todos os países para que se juntem na promoção da **comida de verdade no campo e na cidade, por direitos e Soberania Alimentar**. (CONSEA, 2016, p. 26, (*Grifos meus*)).

Em resumo, o ‘espírito’ filosófico-político presente na Carta Política, expressa que os desafios históricos que convergem e se materializam nas dimensões abordadas, devem ser tratados com radicalidade. Expressa também, que nas *relações de forças ‘condensadas’ e materializadas na ação do Estado brasileiro, ainda são pouco expressivas para as condições*

*objetivas da implementação de maneira 'radicalizada' da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional.*



## APÊNDICE B – Encontro Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Manifesto do Encontro

Realizado na data do dia 03 de novembro de 2015 – prévio à abertura da V CNSAN – o Encontro Internacional demarca um momento importante para as temáticas de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada<sup>806</sup>. O objetivo principal foi debater os desafios para a participação social quando envolvem esses temas e, por conseguinte, as políticas fundamentais necessárias e as condições de avaliação e monitoramento.

Instigados pela necessidade histórica de fazer o debate em âmbito global dos referidos temas, que por serem cruciais à humanidade, essa ampliação do debate para além das fronteiras nacionais, expressa que cada vez mais esse *problema da humanidade tem que se tornar um problema a ser encarado pela humanidade*. Desse modo, o referido encontro propicia a partilha de informações e possibilita que o entendimento expresso a partir desses debates se torne voz a ser veiculada nas diferentes regiões do mundo.

Considerando as *potencialidades de mediação e de transição*, o debate teve como ponto de partida os espaços e iniciativas internacionais, que de acordo com o Manifesto, devem ser considerados, porém, devem ser tensionados:

[...], a partir do olhar sobre experiências como a: i) do Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas; ii) do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consan) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); iii) da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) do Mercosul; iv) e das articulações da Sociedade Civil no âmbito da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), [...]. (CONSEA, 2016, p. 89).

Considerando as demandas por Segurança Alimentar e Nutricional e o âmbito da atuação política, *esses espaços de ‘governança’ tem dado respostas que são expressivas, porém, insuficientes*, e, portanto, devem ser melhor otimizadas.

Em linhas gerais as discussões explicitadas no Manifesto trazem o entendimento e as grandes preocupações que foram/são tratadas/reiteradas nas discussões das cinco Conferências. Consideram que os espaços de participação são decisórios no direcionamento e sentido das políticas, bem como na **[pactuação de conceitos e enfoques]**. O enfrentamento

<sup>806</sup> Teve a participação de 180 pessoas e 30 países representados com predominância das Américas (Central e do Sul) e da África. “Em relação aos perfis dos(as) participantes, a maioria era oriunda de organizações não-governamentais e movimentos sociais, além de organismos internacionais e representantes de governos” (CONSEA, 2016, p. 89). O Manifesto aprovado foi traduzido para três idiomas (inglês, francês e espanhol) e, segundo os participantes é dirigido aos movimentos e organizações sociais, às organizações internacionais, aos organismos multilaterais, à sociedade em geral e aos governos nacionais.

da fome e da má nutrição deve ganhar força. Entendem que as experiências como se verificou na América Latina – da “junção entre compromisso político de governantes, construção de uma visão intersetorial, pautada no enfoque compartilhado de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de valorização da agricultura familiar, camponesa e indígena e outras identidades [...]” (CONSEA, 2016, p. 89) – são iniciativas importantes, dada a realidade da maioria dos países pobres ou em desenvolvimento.

A lógica sistêmica é considerada o grande empecilho para que se avance nas condições favoráveis para a realização da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com o manifesto:

No cenário internacional há um processo de captura dos espaços de governança e participação, em particular no **campo da nutrição, intensificando as ofensivas em relação às leis de terra e sementes para a entrada de grandes corporações**, como ocorre na África, e também a tendência de redução da concepção do DHAA para uma visão restrita à ajuda alimentar, por vezes baseada na concepção de importação de alimentos.

São preocupantes acordos internacionais, como os que vêm sendo feitos não âmbito da Aliança G8 pela Segurança Alimentar e Nutrição na África, centrados no aumento da produtividade e tecnificação da agricultura e na perspectiva de uma nova Revolução Verde para a África, especialmente no que diz respeito à violação do direito à terra, água e as sementes. (CONSEA, 2016, p. 89; 90, (*Grifos meus*)).

Os efeitos desse processo no clima, na produção e modos de vida do campesinato também são apontados com preocupação. Há, portanto, o entendimento de que é historicamente necessário desenvolver condições para controlar o aumento do poder e o avanço da dominação das empresas transnacionais, fundamentalmente, estruturar mecanismo vinculante que regule a ação dessas empresas em relação ao Direito Humano e Alimentação Adequada<sup>807</sup>. É neste sentido, que o coletivo destaca a importância da ampliação da cooperação Sul-Sul, desde que esta esteja pautada nos princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), passível de compartilhamento das experiências exitosas – numa ótica horizontal cooperativa – e adaptáveis para realidades locais.

---

<sup>807</sup> Uma tendência forte cultivada pela lógica de dominação econômica e política das grandes corporações tem atravessado o cotidiano e as práticas nas mediações de implementação das políticas setoriais. De acordo com o Manifesto, são iniciativas que substituem o espaço público do debate e do tensionamento entre as organizações, movimentos sociais (da Sociedade Civil) com os governantes – fundamentalmente aqueles governantes que demonstram e aplicam certa abertura para o diálogo e acolhida de demandas populares – por outras estratégias que visam impedir ou dificultar essa relação. São os casos das estratégias denominadas de arranjos (nas diversas esferas) de “multi-atores” (*multistakeholders*) onde se abre espaço para a captura corporativa, através da nivelção da participação da Sociedade Civil, governos, entidades privadas e organismos internacionais. (CONSEA, 2016).

Em relação aos trabalhadores e sujeitos sociais considera-se estratégicas as práticas camponesas da pequena produção e manejo sustentável dos recursos naturais (agricultura familiar, indígena, e outras identidades tradicionais (produtivas e extrativistas)).

Considerando a materialidade social, a totalidade concreta, reforça-se a tese do alimento como patrimônio da humanidade e bem comum, a aproximação Campo-Cidade, Produtores-Consumidores, como princípios fundantes para eleger a luta social pela Soberania Alimentar e ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Neste sentido, a luta social e o horizonte resultante acerca desses grandes temas, devem representar uma conquista para a humanidade.

E neste sentido, circunscreve em novidade no debate, o entendimento e a junção entre três grandes dimensões: o **Político** (a política), o **fisiológico** (a fisiologia) e a **totalidade concreta** (a Soberania Alimentar / A base material). Ou seja, a *indivisibilidade* entre o Direito Humano à Alimentação Adequada, a Nutrição (as dimensões nutricionais) e a Soberania Alimentar.

Com base nesses pressupostos os participantes desse Encontro Internacional fazem onze (11) recomendações. Dentre elas, optou-se em destacar aquelas que buscam dar a expressão mais de totalidade e que envolvam as estratégias e relações internacionais, como por exemplo:

- 4- a promoção das articulações globais, regionais e nacionais, das organizações em movimentos sociais devem ser apoiadas e ampliadas por meio do intercâmbio de experiências e a expansão de processos de formação de representações, com enfoque multinível (local, nacional e internacional);
- 7- a criação de pontes entre África e América Latina e Caribe para a promoção do DHAA e SSAN promovendo a articulação entre a Sociedade Civil e movimentos sociais dos dois continentes;
- 8- a ampliação da participação social em espaços de governança do norte a luz das experiências do CSA e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) brasileiro, considerando os altos investimentos em políticas alimentares alocados pelos países da União Europeia e dos Estados Unidos da América (EUA);
- 9- o apoio à pesquisa e produção de conhecimento e análises sobre os desafios e avanços para a SSAN como forma de facilitar a apropriação de lições aprendidas e o intercâmbio de experiências entre países;
- 10- a pactuação de uma concepção de cooperação Sul-Sul em SSAN e DHAA por parte dos governos, Sociedade Civil e organismos internacionais que: (1)- promova políticas nacionais intersetoriais e participativas, transparentes e com controle social; (2)- restrinja ou vede todo o processo de cooperação que põe em causa o princípio da Soberania Alimentar a nível nacional, regional e internacional, tais como o ProSavana<sup>(808)</sup>; (3)- substitua a tradicional visão de transferência de políticas

<sup>808</sup> Nota minha: O ProSavana é um projeto de produção ('de alimentos') em Moçambique apoiado pelo Brasil visando primeiramente o mercado interno e o excedente podendo ser exportado. No entanto, tem recebido críticas dos Agricultores e povos envolvidos devido ao fortalecimento da tendência de promover a produção para a exportação e biocombustíveis, e, por consequência, a destruição da agricultura moçambicana. Visa colocar em prática a cooperação Sul-Sul, tendo o Brasil uma tecnologia para a agricultura em clima tropical e a África como uma nova fronteira agrícola. Essa concepção implementada é que faz com que o coletivo se

públicas por uma concepção horizontal de parceria e construção compartilhada de capacidades, que valorize o intercâmbio e a cooperação entre a Sociedade Civil dos vários países do Sul global;

11- continuidade e a sustentabilidade financeira do PAA África (*Purchase from Africans for Africa*), considerando o seu papel para a promoção de sistemas locais de produção, abastecimento e consumo, o fortalecimento da Agricultura Familiar e da Alimentação Escolar, desde uma perspectiva de compras locais de alimentos. (CONSEA, 2016, p. 91 – 92).

As grandes questões que envolvem, por exemplo, a necessidade de financiamento, as condições de aplicabilidade do monitoramento com participação social também são reiteradas. Além disso, faz-se a defesa de que a participação social qualificada nos espaços públicos multilaterais de governança, devem ser significativamente fortalecidas, tendo em vista que ainda se encontram opacas, frente tão grande relevância estratégica para processos de *mediação*.

A *intersecção* entre os conceitos de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada é bem explicitada no documento. É perceptível, portanto, que buscam apontar alternativas indutoras para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada e que a natureza desses processos, possam incidir objetivamente em mediações na mediação (fundamental) para a realização da Soberania Alimentar.

## APÊNDICE C – A questão alimentar: elementos, linhas limítrofes e iniciativas no mundo na atualidade

O presente item busca trazer para o debate alguns elementos e iniciativas que vêm ocorrendo no mundo na atualidade, e que demonstram germes, o despertar e o ganhar força da luta social e de práticas que indicam aspectos relevantes para a garantia da alimentação e de ações que contribuem para Soberania Alimentar. Embora perpassasse por situações de diferentes continentes, dois pilares fundamentais são considerados: 1- a importância de se manter as sementes, os recursos naturais e o patrimônio genético livre e como ‘patrimônio dos povos’, e 2- a demonstração da insustentabilidade do Sistema Agroalimentar industrial e as relações entre superexploração do trabalho e produção de alimentos<sup>809</sup>.

Busca, no entanto, trazer experiências que contribuem para as lutas em prol da Soberania Alimentar. É importante destacar que a aplicação desse conceito está ganhando força, e, neste sentido, dada a complexidade da materialidade e os embates que compõem o seu conteúdo, por vezes ganham conteúdo histórico também diferenciados. Mas, é perceptível que ao considerar o horizonte das pautas, tendencialmente a sua radicalidade será afirmada.

O novo relatório da ONU [(FAO, 2017)] demonstra que a fome e os outros problemas que afetam os seres humanos, pela falta ou pela qualidade dos alimentos, voltaram a crescer. Especificamente em relação à fome, o relatório aponta duas questões fundantes: os conflitos e as questões climáticas e ambientais. Com o número de 815 milhões de famintos em 2016 – números contestáveis, como já verificamos anteriormente, que dependendo dos critérios, pode ultrapassar 1 bilhão –, confirma 11% da população mundial passando fome. Destes, 520 milhões na Ásia, 243 milhões na África e 42 milhões na América Latina e Caribe, e, situações de fome em países desenvolvidos.

É importante destacar, [de acordo com o relatório] o impacto dos conflitos. Dos 815 milhões que a ONU assume, mais da metade, em torno de 489 milhões estão em países afetados pelos conflitos, tendo uma prevalência de fome entre 1,4% a 4,4% maior do que em outros países. Combinando os fatores de 1) conflitos com 2) fragilidade institucional (ausência ou poucas políticas) e 3) crise ou desastre ambiental, essa prevalência chega a 11% a 18% (FAO, 2017).

---

<sup>809</sup> Destaca-se que a análise deste item, tem como ‘pano de fundo’ as elaborações do “Consórcio do Observatório e a Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição” compostos por Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais de todo o mundo. Reúne, portanto, um conjunto de situações e busca demonstrar uma visão geral de diferentes lutas [locais, regionais, nacionais, etc.] diretamente imbricadas com a defesa das comunidades locais, povos tradicionais e com o compromisso de garantir a estes, o direito aos recursos naturais, tais como: às terras, às sementes, às florestas, às águas.

Considerando essa materialidade social e o acúmulo do debate, busca-se neste item, trazer algumas questões, que em certa medida expressam esse processo como consequência, mas, também como movimento do real (tendencial), tanto das estratégias hegemônicas na busca de afirmação e aprofundamento, como também das resistências e contraposições a partir da mobilização e da organização social dos povos tradicionais e camponeses.

#### a- África

No continente africano um conjunto de ações, debates e lutas sociais tendo como princípio a Soberania Alimentar, perpassam pela valorização das mulheres, sobretudo pela pertinência na produção de alimentos em unidades de pequena escala e para a proteção e desenvolvimento das sementes<sup>810</sup>. Além disso, há a busca em interpor fator material às lutas sociais que buscam garantir o direito à terra, à água, ao alimento. No horizonte, também está o fortalecimento da organização social que vise a constituição de processos que potencializem e desenvolvam ‘germes’ para a Soberania dos Povos.

Considerando os elementos que identificam a relação das mulheres com as sementes e com a produção de alimentos, concordamos com o que afirma Pschorn-Strauss (2016, p. 51):

A relação entre as mulheres e as sementes é ancestral. As mulheres estão ligadas às sementes por meio dos alimentos, da saúde, da cultura, da ecologia, da espiritualidade e das relações sociais. Nos seus papéis de guardiãs de sementes, cultivadoras de plantas, agricultoras, ervanárias e mães, o trabalho cotidiano das mulheres africanas encerra um conhecimento e um envolvimento íntimo com as plantas. As mulheres são as peritas invisíveis e sem reconhecimento no domínio das sementes e da biodiversidade – tanto a domesticada quanto a selvagem.

Essas discussões na África demarcam que assim como a desigualdade social, a desigualdade de gênero entre homens e mulheres no Campo, expressões da sociedade patriarcal, também se inscrevem como linhas limítrofes ao fluir das potencialidades para a implementação da Soberania Alimentar<sup>811</sup>.

---

<sup>810</sup> O desenvolvimento, cuidado e controle de sementes variadas garante uma alimentação mais equilibrada às suas famílias, e, além disso assegura que a diversidade de sementes esteja disponível no momento certo da semente e plantação. De acordo com Pschorn-Strauss (2016, p. 51) “[...] aumenta o poder de negociação da família e da comunidade. As sementes são trocadas e vendidas nas redes locais de sementes das mulheres, que servem como uma rede de segurança e de reserva no caso de uma cultura não germinar. Estas redes são autônomas e, portanto, mais resilientes aos choques externos e às forças dos mercados globais. Mas nem tudo vai bem com as sementes das mulheres, que sofrem os efeitos do patriarcado, da desigualdade de gênero e das ondas de erosão genética que ocorrem ao longo da história do colonialismo e o neocolonialismo”.

<sup>811</sup> “Na sua maioria, as agricultoras africanas combinam os seus papéis de guardiãs de sementes e produtoras de alimentos de pequena escala com a de principais responsáveis pelo bem-estar da família. As mulheres realizam 85 a 90% das tarefas domésticas e 65% dos deslocamentos relacionados, como ir buscar água e madeira. [...]. Além disso, elas podem perder as suas terras quando se divorciam ou enviúvam. As mulheres são a maioria

Em relação à base material, processos inerentes à Revolução Verde tem sido uma ameaça fortíssima aos Direitos humanos e de alimentação, bem como, às potencialidades das lutas travadas em relação à desigualdade de gênero.

A pressão por parte dos doadores da Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA, na sigla em Inglês) e da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África, do G8, coage os governos africanos a substituir os sistemas de sementes das agricultoras e agricultores locais pelas sementes patenteadas das grandes empresas. (PSCHORN-STRAUSS, 2016, p. 52).

A coação política e econômica para a mundialização e territorialização [das relações de reprodução] do capital que há muito vem sendo implementada no mundo, encontra-se fortalecida na atualidade no continente africano. Desse modo, vemos que:

[...], os Direitos Humanos e o acesso às sementes, à terra e à água estão a ser prejudicados por uma enorme onda de investimentos estrangeiros na mineração e na agricultura de grande escala. Estamos a testemunhar, em muitos países africanos, uma forte pressão para que as leis da terra e das sementes sejam alteradas a fim de garantir o acesso e o controle por parte de investidores privados, o que prejudica o acesso e o controle pelas agricultoras e agricultores locais. (PSCHORN-STRAUSS, 2016, p. 52).

Nota-se, no entanto, que esse processo incide na promoção da desestruturação de algumas bases locais de produção e proteção de sementes e de práticas que em boa medida poderão garantir a materialização de estratégias que trazem consigo os princípios e diretrizes da Segurança Alimentar e Nutricional e da Soberania Alimentar. Desse modo, vemos que a relação inscrita entre ‘Revolução Verde’ e Segurança Alimentar e Nutricional para a África inscrevem-se contraditórias, se consideramos os princípios da Soberania Alimentar.

A solução da Revolução Verde para a Segurança Alimentar e Nutricional consiste numa cura comercializada trazida do estrangeiro, isto é, sementes, fertilizantes e alimentos fortificados patenteados. Esta abordagem interfere com a Soberania dos Povos ao exaurir a capacidade da população local, particularmente das mulheres, de participar ativamente na sua própria Segurança Alimentar e Nutricional e por promover a dependência econômica. (PSCHORN-STRAUSS, 2016, p. 52).

Práticas e experiências de resistências nascem desse processo. Além disso, apontam para a necessidade de superação da ordem estabelecida e, buscam resgatar e fortalecer condições objetivas para garantir o acesso ao elo fundamental da Soberania Alimentar que são as sementes. Como já notamos, elas são [somado a outros elementos] o princípio, o meio e o fim das condições para a garantia do alimento. Desse modo:

---

dos agricultores em África (70%), mas representam menos de 15% de todos os proprietários de terras agrícolas. Devido às migrações e conflitos [...], até 40% das famílias rurais africanas são chefiadas por mulheres, que assumem ainda mais responsabilidades ligadas à agricultura” (PSCHORN-STRAUSS, 2016, p. 52).

Para garantir o acesso contínuo às sementes e à terra, as mulheres e os homens devem dar atenção não só à igualdade de gênero, mas também ao impacto intergeracional do patriarcado. Um exemplo inspirador é a campanha Nós Somos a Solução, que promove a Soberania Alimentar, a Agroecologia e a transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais, lideradas por mulheres do Senegal, Burkina Faso, Mali, Gana e Guiné. (PSCHORN-STRAUSS, 2016, p. 53).

Soma-se a isso, por exemplo, a “Convergência Global das lutas pela terra e pela água na África Ocidental: a construção de um povo forte e unido”<sup>812</sup>. A literatura que traz esse debate destaca que ‘os mesmos problemas, pressupõem e destravam as mesmas lutas’ (KONÉ; JACOVETTI, 2016). A ofensiva aplicada pela lógica de desenvolvimento correspondente aos interesses das grandes corporações, além de causar a desestruturação social e econômica das comunidades locais, tornam-se imperativos para os processos migratórios, tanto para outros países [como para a Europa], quanto para as grandes cidades africanas. São resultantes desse processo:

A usurpação de terras e da água beneficia a nociva agricultura industrial, em detrimento das comunidades rurais e urbanas. Ela desestabiliza fortemente as regiões pobres e a agricultura familiar, que alimenta e emprega mais de 70% da população e contribui para 40% do PIB, em média. (KONÉ; JACOVETTI, 2016, p. 54, (*Grifos meus*)).

Os Movimentos Sociais e as Organizações da Sociedade Civil africana levantam sua voz contra as tendências de acordos das organizações político-econômicas<sup>813</sup> e fazem um ‘Movimento por uma Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) dos Povos: Direitos à terra e à água, uma luta comum!’ Indicando que há uma realidade desfavorável aos povos do Campo, e a decisão é a **Luta Social**:

Diante desta situação desastrosa, mais de 10 mil pessoas – mulheres, homens e jovens de 15 países da África Ocidental – decidiram reunir-se de 3 a 19 de março de 2016 sob o lema “A terra é a minha vida!” A sua intenção foi partilhar análises e formular propostas para uma África Ocidental forte, que respeite os direitos das

<sup>812</sup> “Nascida em outubro de 2014, durante o Fórum Social Africano de Dakar, [...] consolidou-se em março de 2015, durante o Fórum Social Mundial de Tunes. A sua primeira secção regional na África Ocidental foi, por sua vez, fundada em junho de 2015, durante uma reunião organizada no Centro Internacional de Formação em Agroecologia de Nyeleni, no Sélingué (Mali). A Convergência reúne muitos movimentos sociais e de base e muitas OSC, todos dedicados à defesa dos direitos à terra, à água e às sementes. A pedra angular da Convergência, a declaração *Direitos à água e à terra, uma luta comum. Dakar a Tunes: Declaração da Convergência Global das Lutas pela Terra e pela Água* apresenta a visão, os princípios e as aspirações da Convergência e serve como base para a construção de um movimento forte e unido de luta por políticas e práticas que enfatizem os direitos humanos e os direitos ligados à terra e à água, no contexto da Soberania Alimentar” (KONÉ; JACOVETTI, 2016, p. 54).

<sup>813</sup> “Os Estados da África Ocidental e as suas organizações, dentre elas a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), não devem curvar-se aos desejos do Banco Mundial a fim de melhorar o clima de negócios, nem sucumbir ao canto de sereia dos acordos de livre comércio, como os Acordos de Parceria Econômica (APE). Estas iniciativas têm repercussões nefastas ao nível social e ambiental, mas também no plano fiscal, destruindo as economias locais. **Para alcançar a prosperidade sustentável e partilhada, é fundamental garantir o controle dos recursos naturais pelas comunidades**”. (KONÉ; JACOVETTI, 2016, p. 55, (*Grifos meus*)).



comunidades e das pessoas, mas também os bens comuns como a terra, a água e as sementes camponesas. (KONÉ; JACOVETTI, 2016, p. 55).

Com o intuito de dar voz às bases sociais na luta pelas suas pautas e direitos nas bases nacionais, a Convergência Global organizou a ‘Caravana’ da África Ocidental pela Terra, pela Água e pelas Sementes Camponesas<sup>814</sup>. Além disso, foi publicado um documento síntese com análises da base material e com propostas a serem implementadas, intitulado “Livro Verde da Convergência: em defesa da nossa causa”, que também expressa, os grandes objetivos da luta que está sendo empregada.

No Médio Oriente e Norte da África, também há pautas e lutas que buscam colocar em questão a ocupação do Saara Ocidental por tropas da Mauritânia e de Marrocos, para ampliação de território o que por mais 40 anos traz consequências graves para Segurança Alimentar e Nutricional dos povos dessa região<sup>815</sup>,

[...] tais como restrições ao uso dos recursos naturais do território, em violação do direito internacional. [...].

Nestas condições, torna-se difícil – se não impossível – para o povo saarauí produzir alimentos e suprir suas necessidades nutricionais de forma autônoma, e a sua sobrevivência depende totalmente de programa de ajuda alimentar da comunidade internacional. Os alimentos produzidos por países de todo o mundo são recolhidos por organizações e agências internacionais e distribuídos aos refugiados saaraús. (BRAHIM, 2016, p. 57).

Essa realidade e estes elementos foram trazidos aqui para demonstrar o sentido da Segurança Alimentar sob à perspectiva da ordem capitalista. Vemos que as condições de miserabilidade [absoluta] têm sido o local do consumo de produtos alimentícios industrializados que chegam pelas estratégias políticas, como o caso aqui referido. Como a razão da garantia é a necessidade, *verifica-se que não há as mínimas condições de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional na política para a necessidade, tendo em vista, a natureza dos produtos que chegam para essas situações*. De acordo com Brahim (2016, p. 57 – 58):

As cestas de alimentos distribuídas mensalmente são calculadas de acordo com o número mínimo de quilocalorias de que o corpo humano precisa e trazem

<sup>814</sup> Composta por Movimentos Sociais e de base, OSC, 12 países da África Ocidental, pararam em 11 cidades durante o trajeto. O encerramento da Caravana foi a Conferência Internacional organizada pela Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição. De acordo com Koné e Jacovetti (2016, p. 56) “A Caravana foi um momento forte que permitiu criar vínculos entre os países e fortalecer o movimento a uma escala regional, com o objetivo de aumentar a pressão sobre as instituições e governos para afirmar e garantir os direitos das comunidades e promover a agricultura familiar baseada na agroecologia camponesa e na Soberania Alimentar. Esta luta só poderá ser construída se houver solidariedade com os homens e mulheres que defendem o direito à terra, à água e às sementes camponesas e que são constantemente criminalizados por pertencerem a simples comunidades ou movimentos. [...]. Nós propomos soluções credíveis para a Soberania Alimentar, a agricultura familiar, a agroecologia camponesa e a participação nos processos de tomada de decisões ligadas ao Sistema Alimentar, Nutricional e Agrícola”.

<sup>815</sup> Como é área de conflito há 27 anos houve a intervenção da ONU (em 1991 num acordo de cessar-fogo) com a proposição de realização de referendo para dirimir a situação o que ainda não ocorreu.

principalmente alimentos secos, como cereais e leguminosas, açúcar e azeite. Não são incluídos produtos lácteos, carnes ou peixes. Somente nos últimos dez anos as cestas passaram a incluir dois ou três quilos de hortaliças por mês.

Frente essa realidade e a percepção da insuficiência é que tem aparecido alternativas para melhorar essas condições. Muitas ações têm sido desenvolvidas com o objetivo de potencializar a produção de subsistência, através do cultivo de alimentos para suprir parte das necessidades. Desse modo, processos formativos precisaram ser implementados o que possibilitou, por exemplo a construção de hortas entre outras práticas orgânicas e com princípios agroecológicos.

As famílias aprendem sobre vários aspectos da produção, com ênfase em: práticas agrícolas; métodos de agricultura orgânica, como compostagem, palhagem e controle biológico de pragas; produção de biofertilizantes e preparados para controlar pragas e ervas daninhas etc., noções básicas de permacultura; e conservação de sementes. As pessoas que aprenderam estas técnicas valiosas já conseguem produzir uma quantidade considerável de alimentos frescos, inspirando assim muitos outros a participar destes projetos. (BRAHIM, 2016, p. 58).

Outro exemplo importante que merece atenção e destaque, é a inserção do Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar na Constituição Egípcia de 2014. É resultado do processo de revolta popular que se iniciou no ano de 2011 e teve como lema ‘pão, liberdade e justiça social’. Os dados apontam que em torno de 25% da população do país depende de programas públicos para acessar ao pão, tendo em vista que este é o principal alimento da base alimentar<sup>816</sup>.

Tida como uma vitória da Sociedade Civil egípcia a inserção do Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar na Carta Magna, busca também – num contexto de mudanças de regimes e reformas políticas e nos auxílios estatais – garantir as condições de exigibilidade de alguns direitos básicos.

Em 2013, durante o processo de preparação da nova Constituição, o Grupo de Trabalho sobre o Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar no Egito, uma iniciativa da Sociedade Civil liderada pela Iniciativa Egípcia para os Direitos Pessoais (IEDP), comprometeu-se a assegurar a utilização de uma linguagem progressista e a assunção de compromissos relativos ao Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar. Consequentemente o Artigo 79 da Constituição, que foi adotada em janeiro de 2014 faz referência explícita ao Direito à Alimentação e à Soberania Alimentar. [...] [...] é um passo importante para responsabilizar o Estado relativamente à sua obrigação de garantir direitos econômicos, sociais e culturais e é

<sup>816</sup> “O Sistema do Pão no Egito é complexo, multifacetado e assolado pela corrupção, ainda assim, o pão tem representado, desde muito tempo, uma estratégia de proteção social para o governo egípcio. Embora os sistemas tenham mudado, as famílias são ainda muito dependentes destes subsídios. Considerando que as famílias egípcias gastam, em média, 46% de seus rendimentos em alimentação, os subsídios para bens de consumo (especialmente alimentos e combustível) são fundamentais para atender às necessidades da maioria das famílias. Estes subsídios representaram 4% das despesas totais do Egito durante o ano fiscal de 2014/2015”. (BARAKAT; KHALIL, 2016, p. 60).

também uma premissa para a realização do desenvolvimento sustentável em todo o país. (BARAKAT; KHALIL, 2016, p. 59).

Se por um lado há o avanço no prescrito do arcabouço jurídico, por outro, um conjunto de fatores colocam limites na implantação dos princípios constitucionais. Em larga medida, o principal fator é o ‘grande negócio’. De acordo com Barakat e Khalil (2016, p. 59):

[...] embora a Constituição seja relativamente progressista, especialmente na sua proteção dos direitos humanos, as políticas econômicas e sociais no Egito continuam a resistir aos compromissos constitucionais. Tais políticas continuam a favorecer medidas de austeridade que afetam negativamente as populações mais ameaçadas. Além disso, o financiamento insustentável dos objetivos de desenvolvimento, associado a uma grande dependência de alimentos importados, também põe em causa o próprio valor da Constituição.

De acordo com a literatura o conjunto de reformas está colocando em questão e em risco os subsídios. Por meio de um processo de modernização do sistema, como por exemplo a adoção de cartões eletrônicos, tem-se verificado um controle maior da utilização dos recursos disponíveis, bem como, sua redução e o aparelhamento para corresponder à lógica hegemônica correspondente ao mercado. Considerando os processos de corrupção e outras questões indicadas, a política pode não alcançar efetivamente quem realmente precisa. Além disso, a grande quantidade de importação de grãos, desconstrói as alternativas e potencialidades para uma agricultura local.

## b- Ásia

No continente asiático há um conjunto de questões emblemáticas que agudizam a situação dos trabalhadores e trabalhadoras do Campo e que interseccionam – negativamente e positivamente – com a questão da Segurança Alimentar e Nutricional e com a Soberania Alimentar. São exemplos, as violações dos Direitos Humanos e do Direito à Alimentação Adequada, entre outros direitos, dos trabalhadores e trabalhadoras. Como recorte indicamos que esses trabalhadores e trabalhadoras que produzem chá na Índia<sup>817</sup>, passam as necessidades mais básicas de subsistência, bem como, os problemas em relação ao acesso, direito e uso da

---

<sup>817</sup> Como sabemos o chá chinês e indiano é uma mercadoria comercializada e consumida no mundo todo. Contudo a literatura aponta que as condições de produção, fundamentalmente na Índia, são de ‘semi servidão’. De acordo com LONGLEY (2016, p. 62) “A história das plantações de chá indianas remonta ao final do Século XIX, quando milhares de camponeses e camponesas sem terra, que viviam em comunidades indígenas assoladas pela pobreza, foram recrutados por fazendeiros coloniais para trabalharem nos chamados ‘jardins’ do chá, frequentemente situados em locais muito isolados”. Esse processo além de destruir as possibilidades de produção de alimentos para a subsistência impõe a dependência da produção do chá, o que levou a situações de fome, desnutrição e Insegurança Alimentar Grave, bem como, a uma condição de dominação e miséria. A materialidade demonstra que há inúmeros casos de povos, onde as relações de trabalho não podem ser consideradas uma relação entre empregadores e trabalhadores, mas sim, expressões entre senhores e servos.

terra em diversas regiões. Um relatório desenvolvido pela FIAN Internacional<sup>818</sup> e publicado no Dia Internacional do Trabalhador em 2016, revela essas condições referidas, onde a literatura aponta que são condições análogas à de escravos.

[...] foram identificadas violações generalizadas ao Direito Humano à Alimentação e à Nutrição e a Direitos Humanos relacionados. Estas violações estão diretamente ligadas às más condições de trabalho, aos salários de miséria e à falta de acesso a condições básicas de alojamento, eletricidade, água e saneamento, bem como cuidados de saúde e creches – tudo isso agravado pela discriminação generalizada de gênero e pela insegurança em relação à titularidade da terra, [...]. (LONGLEY, 2016, p. 63).

Vale destacar que é notório a imposição da lógica hegemônica de reprodução do capital no Campo, sob a gerência da Organização Mundial do Comércio, que impõe formas de relações produtivas e comerciais que incide na exploração do trabalho e na expropriação da terra e do território, o que ameaça e impede a materialização de condições objetivas que correspondam à perspectiva da Soberania Alimentar.

Os exemplos que vêm ocorrendo em Myanmar<sup>819</sup> são expressivos das diferentes estratégias do capital (de um Neocolonialismo), sobretudo no que diz respeito ao domínio da terra e do território e as contradições inerentes a esse processo. As populações em condições de pobreza e miséria estão a aumentar cotidianamente, dado que milhares de pessoas são destituídos de seus territórios, como por exemplo o “O confisco de terras pelas forças armadas [...] Durante 50 anos de governo militar, muitas terras foram tomadas das agricultoras e agricultores” (FRANCO; JU, 2016, p. 65) com pouca ou nenhuma indenização. Esse confisco é a prática política de retirar as terras dos camponeses e repassar para o agronegócio<sup>820</sup>. E através da nova Lei de Terras, organiza o arcabouço jurídico para a implantação desse processo, incluindo incentivos à estrangeiros.

<sup>818</sup> FIAN International Willy-Brandt-Platz [...], Heidelberg, Alemanha. [www.fian.org]. As informações também estão embasadas em “FIAN International; The International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Works’ Associations (IUF); Right to Food Campaigning in Índia e Paschim Banga Kher Majoor Samity (PBKMS). *A life without Dignity – The Price of Your Cup of Tea*. Junho de 2016. Disponível em [www.fian.org](http://www.fian.org) (LONGLEY, 2016, p. 62).

<sup>819</sup> País do Sul da Ásia. Perpassa por um período com mais de 60 anos de crises sociais e guerra civil. Tem uma população “de 50 milhões de pessoas, das quais cerca de 70% vivem e trabalham no complexo e diversificado tecido econômico, social e cultural das zonas rurais. Sendo um país com uma composição étnica muito diversificada, as minorias étnicas representam 30 a 40% da população, enquanto que os Estados étnicos ocupam 57% do território. Aí vivem nacionalidades étnicas em situação de pobreza e frequentemente perseguidas, incluindo muitas mulheres e homens agricultores de subsistência [...] O governo central explora sistematicamente os recursos naturais dessas regiões empobrecidas e devastada pela guerra, sem reinvestir os rendimentos em benefícios das populações locais”. (FRANCO; JU, 2016, p. 65).

<sup>820</sup> Cerca de 770 mil hectares foram transferidos às empresas privadas até 2010, e os números apontam que até meados de 2013, chega a mais de 2,1 milhões de hectares que foram confiscados para concessões ao agronegócio. (FRANCO; JU, 2016).

Depois de 2010, novas leis concebidas a portas fechadas pelo governo do presidente Thein Sein, um antigo general, agravaram a situação. A nova legislação não reconhece os direitos étnicos e tradicionais da posse da terra, como a agricultura itinerante e os recursos hídricos e florestais comuns. A Lei das Terras Vazias (2012) legalizou a compra e venda dos direitos de uso da terra por meio de Certificados de Uso Pousio (2012) autorizou a reatribuição dessas áreas, afetando as explorações agrícolas camponesas, as regiões sob sistemas de cultivo rotativo e terras comunitárias nas zonas de montanha, que utilizam sistemas tradicionais de posse da terra, e nas planícies cujos usuários não possuem títulos oficiais para o uso da terra. Tais regiões, estão agora reservadas para investimentos de até 20 mil hectares por transação, por meio de contratos de arrendamento renováveis de 30 anos, para a produção de culturas industriais. Uma terceira Lei reserva o setor agrícola para investimentos de grande escala, com direitos de uso da terra por até 70 anos. A Lei de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) oferece aos investidores estrangeiros até 75 anos de direitos de uso da terra para a indústria de grande escala, baixas taxas de tributação, isenção de direitos de importação, participação estrangeiras sem restrições e apoio do governo em matéria de segurança. Estas Leis estão a alimentar a polarização e os conflitos étnicos pela posse da terra. (FRANCO; JU, 2016, p. 66).

A prática de expropriação legal e usurpação das terras que estão sob a posse dos povos tradicionais tem como objetivo a inserção da produção, como destacam Franco e Ju (2016, p. 66) “culturas industriais flexíveis (*“flex crops”*)” e as *commodities* como o milho, cana de açúcar, borracha e óleo de palma, bem como, incentivar os grandes projetos hidroelétricos chineses<sup>821</sup>. O resultado desse processo é catastrófico para os camponeses e povos tradicionais, mas também para toda sociedade ao pensar a temporalidade de longo prazo para a Segurança Alimentar e Nutricional e para a Soberania Alimentar.

Contudo, há também as reações desenvolvidas pela luta social popular, inerentes a esse processo. É neste sentido que foram concebidas proposições – na relação de forças – que embasaram as ‘Diretrizes da Terra’ na busca da promoção do Direito à Terra. Tem um sentido que combina reação ao modelo de governança e afirmação dos princípios tradicionais que garantiram o acesso e o uso da terra pelos camponeses. É, portanto uma expressão mais ‘de baixo para cima’ – isto é, as organizações da Sociedade Civil<sup>822</sup> a *utilizam* – do que de ‘cima para baixo’, isto é, quando apenas os agentes estatais a *implementam*.

Na formulação de políticas feita “de baixo para cima”, as comunidades de base fazem as suas propostas de *lobby* junto ao governo de Myanmar e aos grupos étnicos armados e utilizam as Diretrizes da Terra para destacar as lacunas nas propostas políticas existentes, a fim de validar as ideias das pessoas com base nas suas

<sup>821</sup> É importante destacar que a literatura aponta que nem mesmo as pessoas com pequenas propriedades que obtinham documentação legal ficaram a salvo do processo de confisco das terras. De acordo com Franco e Ju (2016, p. 66) “Uma sondagem realizada pelo Movimento pelo Direito à Terra chamado ‘Terra em Nossas Mãos (LIOH, na sigla em inglês, ou ‘Doe Myay’ em birmanês)’, entre membros cujas terras tinham sido confiscadas, constatou que 42,5% possuíam título legal da terra, enquanto 39,8% não possuíam”.

<sup>822</sup> “O fortalecimento das vozes da Sociedade Civil nas negociações entre o governo e os grupos étnicos armados de oposição tornou-se fundamental para muitos grupos que defendem os direitos étnicos, especialmente nas zonas fronteiriças, onde os conflitos armados e a exploração e extração dos recursos naturais estão bem concentrados. Muitos veem a necessidade de desenvolver políticas para a terra baseadas nas suas práticas e valores tradicionais e nas suas concepções sobre a justiça social e ambiental”. (FRANCO, JU, 2016, p. 67).

próprias experiências e crenças e encorajar os que sofrem injustiças a manifestarem-se. As Diretrizes da Terra também estão a ser utilizadas para enquadrar a defesa destas causas nos processos nacionais de formulações de políticas para a terra. (FRANCO; JU, 2016, p. 67).

As Diretrizes da Terra têm sido utilizadas como parâmetros para avaliar e contrapor propostas e perspectivas políticas governamentais<sup>823</sup>. No entanto, considerando as relações político-econômicas, o futuro para vários povos étnicos em relação à posse da terra continua incerto por não terem reconhecimento cabal nas legislações mais recentes. Somam-se a esses, os homens e mulheres trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, deslocados internos e refugiados, que vivem a fome e convivem com a Insegurança Alimentar e Nutricional.

### c- Américas

Em linhas gerais há um conjunto de problemas a serem enfrentados que se materializam nos diferentes países. Demonstrações de resistências e apresentação de alternativas também são inúmeras. As lutas se inscrevem desde a busca por territórios materiais (por indígenas, camponeses e povos tradicionais) até territórios imateriais, no que diz respeito ao reconhecimento dos conhecimentos construídos na relação com a natureza por esses povos que – como vimos – vêm sendo sistematicamente atacados pelas biotecnologias modernas e pelos OGMs.

No Brasil, além do que já estudamos, vale destacar a violações de direitos (materiais e imateriais) que os povos indígenas historicamente sofreram e continuam a sofrer<sup>824</sup>. Concordando com Burity, Machado e Cupsinski (2016, p. 69) “*Uma vez que não há respeito, proteção e promoção do seu direito ao território ou à sua identidade cultural, todos os outros direitos são lesados e/ou ameaçados, incluindo o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição adequadas*”. Do ponto de vista da expressão, algumas regiões e esses aspectos são simbólicos, por demonstrar os efeitos da territorialização do capitalismo no Campo, e do

<sup>823</sup> Como veremos, apesar de contradições e interesses subjacentes que expressam a lógica dominante, em outubro de 2014, “[...], o governo de Myanmar anunciou uma consulta pública sobre a proposta para uma Política Nacional de Uso da Terra (PNUT), que esperava concluir e adotar até dezembro de 2014. Embora a iniciativa tenha sido bem acolhida, o projeto da PNUT era claramente favorável às empresas, e a consulta apresentava grandes limitações. Numa atmosfera tensa, muitos grupos locais decidiram participar da consulta, na esperança de retardar o processo e dar tempo às pessoas para que estudassem o projeto e desenvolvessem uma resposta unificada” (FRANCO; JU, 2016, p. 67). O debruçar na proposta, levando em consideração as Diretrizes da Terra, possibilitou perceber que haviam artimanhas por parte da racionalidade estatal para validar uma proposta prejudicial à maioria. Esta mobilização tensionou o processo e redimensionou os resultados. O governo teve que desacelerar o processo e tornar a proposta mais inclusiva. O resultado desse embate teve, portanto, uma versão da PNUT [revelada em 2016], mais progressista do que a originalmente apresentada.

<sup>824</sup> Os dados do IBGE (Censo de 2010) registraram no Brasil existência de apenas 896.917 pessoas (0,4% da população brasileira).

Desenvolvimento Desigual e Combinado, como vem ocorrendo, por exemplo no Centro Oeste do Brasil devido a expansão do Agronegócio<sup>825</sup>.

De acordo com a literatura, os povos indígenas apresentam os piores indicadores em relação às condições de vida, quando comparados com a população total (BURITY; MACHADO; CUPSINSKI, 2016). Lutas contra essas ofensivas têm sido realizadas. Mas, ao tomar a realidade dos povos Guarani e Kaiowá – que computam um número aproximado de 45 mil – no Mato Grosso do Sul, por exemplo, vemos que diferentes formas de violência os atingem, que vão desde a Insegurança Alimentar e Nutricional até os homicídios e suicídios. Esses indígenas, de acordo com Burity, Machado e Cupsinski (2016, p. 69 – 70):

Alguns estão em centros urbanos, mas, em geral, encontram-se em três situações: i) uma minoria está em terras demarcadas; ii) a grande maioria está nas reservas, onde existem os piores indicadores de violência, desnutrição e suicídio. Para efeito de ilustração, nas reservas entre “2003 a 2010 houve 250 homicídios e 176 ocorrências de suicídios. No mesmo período, (...) 4.000 crianças sofreram por desnutrição”. A propósito, é importante salientar que a taxa de suicídios no Mato Grosso do Sul “em determinados anos, pode chegar a mais de 100 por 100 mil habitantes, contra a média nacional de 5,7 por 100 mil, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde”; iii) a parcela restante está em acampamentos de beira de estrada ou em áreas retomadas, isto é, ocupando parte de fazendas que se superpõem aos seus territórios tradicionais, em situação de conflito.

Este quadro social dos povos indígenas é resultante de múltiplas determinações e causas. Há indicações que a ‘alternativa’ do elevado índice de suicídios perpassa: pela não submissão das condições de vida a que estão submetidas; pelas causas de contaminação das águas pelo uso intensivo de agrotóxicos, haja visto que as reservas e aldeias estão cercadas pelas grandes fazendas de monocultura de grãos (principalmente soja) e de cana de açúcar; pela reação contra os desmandos e a omissão do Estado em não garantir a esses povos o território, dado que essa situação os colocam em situação de conflito permanente com os fazendeiros; entre outros aspectos.

Este recorte aqui analisado expressa a materialidade do que há de [‘mais desenvolvido e intenso’] nas condições objetivas de expansão do agronegócio e, por consequência, dos conflitos por territórios e das condições de sobrevivência. Este processo demarca as grandes tendências desse modelo que encerra as contradições aqui imbricadas. Não são à toa os assassinatos de lideranças indígenas e os números que demonstram que o Estado do “Mato Grosso do Sul concentra 54,8% dos crimes de assassinato contra indígenas no país” (BURITY; MACHADO; CUPSINSKI, 2016, p. 70).

---

<sup>825</sup> O Estado do Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país e os piores índices de terras demarcadas, ou seja, apenas 1.8%.

Isto demonstra e reforça que o Estado enquanto fator material de indução do processo de desenvolvimento, tem correspondido ao fortalecimento da lógica de reprodução do capital no Campo, bem como, contribuído com as violações de direitos, além de assumir uma posição correspondente à classe dominante, pelo desprezo da grande maioria da população, dos pobres e dos povos indígenas. Vários são os exemplos:

O Poder Executivo tem apoiado ações que são contrárias aos direitos indígenas, como por exemplo, o fomento ao agronegócio em áreas onde existem terras indígenas, além de ser omissivo na sua obrigação de demarcar terras indígenas. O governo [...] que resulta de um processo de *impeachment* destituído de legitimidade, põe em risco ainda maior o direito dos povos indígenas.

Em relação ao Poder Legislativo, são inúmeras as iniciativas que violam os direitos dos povos indígenas. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 configura um dos mais graves ataques aos direitos indígenas. Além disso, este poder tem instituído Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) com o propósito de criminalizar a luta indígena e os seus apoiantes. É o caso, por exemplo, da CPI contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) instituída pelo legislativo do Mato Grosso do Sul, cujo relatório final pede, entre outras coisas, “que todos os crimes e ilícitos cometidos [por integrantes do CIMI] sejam apurados com rigor e severidade máximos, pelas autoridades competentes”.

O Judiciário, por sua vez, não tem assegurado aos povos indígenas a sua condição de sujeitos de direitos nos processos que discutem a posse da terra, concernente à dignidade étnica, e tem tomado, de forma liminar, medidas que afetam o seu direito ao território. Além disso, há morosidade no julgamento final de ações que impactam os direitos indígenas. Portanto, é negado aos povos indígenas o acesso à justiça. A teoria do Marco Temporal<sup>826</sup>, surgida num julgamento em 2009 a respeito de um caso de demarcação de terras pelo Supremo Tribunal Federal (STF), representa uma das maiores ameaças aos direitos originários dos povos indígenas. (BURITY; MACHADO; CUPSINSKI, 2016, p. 70).

Como vimos a violação do direito ao território é o principal que desencadeia um ciclo e conjunto de negações dos outros direitos humanos e sociais aos povos indígenas, incluindo entre esses diversos, o Direito à própria vida e à Alimentação Adequada. Além da ‘luta direta e cotidiana’ de resistência, contestação e pautas, os povos indígenas têm denunciado o Estado brasileiro, pela sua omissão frente a esse contexto, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a outros espaços na União Europeia, bem como ao Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas (BURITY; MACHADO; CUPSINSKI, 2016).

---

<sup>826</sup> Em nota, os autores que consulto destacam que a Teoria do Marco Temporal é a “Teoria discutida no julgamento da Petição 3.388/RR, relativa à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cujo Relator foi o Ministro Carlos Britto. No julgamento final, o STF garantiu o direito aos povos indígenas ao território em questão. Um dos argumentos utilizados no julgamento foi o de que as terras estavam a ser ocupadas pelos povos indígenas no momento da promulgação da Constituição Federal a 5 de outubro de 1988, a qual reconhece os direitos originários. Alguns ministros e ministras do STF destacaram que não perdem a tradicionalidade as terras que não estavam ocupadas em 1988 em razão de atos não-indígenas. Entretanto, outros tribunais e mesmo alguns ministros do STF têm dado uma interpretação restritiva a esta teoria e defendem que para que o direito aos seus territórios seja garantido os indígenas devem provar os estavam a ocupar em 1988. Porém, esta interpretação desconsidera o violento processo que levou várias comunidades indígenas para longe de suas terras, bem como a injustiça histórica e estrutural à qual são submetidos” (BURITY; MACHADO; CUPSINSKI, 2016, p. 71).



Outras lutas e enfrentamentos políticos e prático-materiais têm sido desenvolvido pelos povos [camponeses e tradicionais], na direção da perspectiva e das múltiplas dimensões da Soberania Alimentar. Podemos demarcar que além da luta por território, está também a luta pelas sementes livres, pelo respeito à biodiversidade, ao conhecimento e tecnologias populares e não patenteados, em diversos países. Como sabemos,

Desde tempos imemoriais, as populações humanas – e as mulheres em particular – deram origem e dinamismo à agricultura ao domesticarem, melhorarem e adaptarem uma grande variedade de culturas e animais e às diferentes condições ambientais e tecnológicas e às suas necessidades culturais e socioeconômicas. As civilizações e povos da América Latina desenvolveram inúmeras variedades nativas de milho, feijão, batata, mandioca, tomate, frutas e outras culturas, que, ainda hoje, sustentam a alimentação global e são armazenadas e utilizadas pelas comunidades indígenas, afrodescendentes e camponeses para a sua alimentação e a preservação dessas culturas. (ESCOBAR; VÉLEZ, 2016, p. 72).

A realização da Soberania Alimentar perpassa por essa condição. Pois, como já verificado, esta perspectiva de ver a vida e produzir o alimento, nasce justamente pela consciência acerca das ameaças aos valores e condições implícitas, nos aspectos anteriormente destacados, causadas pelo Sistema Agroalimentar. É, partindo deste contexto, e considerando que as sementes são ‘patrimônio coletivo dos povos’, que há luta e ações para que as sementes sejam livres.

A literatura aponta que esta condição de ‘circulação livre das sementes’, historicamente têm garantido aos povos latino-americanos e aos outros povos, condições relevantes para a autonomia alimentar, soberania em diversas escolhas de variedades, e, portanto, no enfrentamento de diversas crises globais. Estes apontamentos ganham poder explicativo, sobretudo, porque as populações camponesas exercem os seus ‘direitos coletivos inscritos na prática’ de cultivo, aprimoramento, intercâmbio, gestão, socialização, controle local das sementes. Estes direitos estão escritos e inscritos nas relações sociais e não nos contratos ‘no correr da tinta’. Desse modo, entende-se que estes direitos são imprescindíveis para a Soberania Alimentar, ao mesmo tempo que assumem um caráter inalienável.

As sementes nativas e livres são fundamentais para o enfrentamento ao avanço da lógica da agricultura industrial e sua negação e fracasso na produção de alimentos. Como vimos, a redução do patrimônio genético tem relação direta com o aumento do controle e do lucro. A luta que vem sendo travada contra a privatização e controle das sementes, tem a ver também com a posterior utilização dos territórios mantidos ou conquistados pela luta social. **Se no futuro, houver o controle total das sementes pelas empresas e corporações privadas – além dos prejuízos das modificações genéticas e redução da diversidade**

**genética –, não adiantará, ou adiantará pouco, os camponeses, indígenas e povos tradicionais terem acesso aos territórios.**

Em linhas gerais, o que identificamos é que as ‘barreiras e fronteiras’ nacionais (jurídico-políticas) não conseguem barrar o adentramento e a expansão das sementes modificadas geneticamente. São vários os elementos que demonstram isso em países como Equador, Colômbia, Brasil, Honduras, Guatemala, etc. Fato notório dessa geopolítica é a transformação do Cone-Sul numa das regiões de maior produção de culturas transgênicas do mundo.

As reações também são inúmeras. Os Movimentos Sociais e Organizações de base popular em diferentes locais das Américas tem buscado demonstrar na prática a pertinência dessas estratégias para a Soberania Alimentar.

No Equador, por exemplo se busca demonstrar que a conservação das sementes nativas e da agrobiodiversidade são bases para a Soberania Alimentar. De acordo com Yela, López e Guzmán (2016, p. 77):

Os processos de resistência e mobilização social das produtoras e produtores de pequena e média escala, dos movimentos camponeses e indígenas e da sociedade civil têm sido importantes para incluir, na agenda nacional, a necessidade urgente de preservar e restaurar a agrobiodiversidade e os conhecimentos ancestrais – incluindo os princípios constitucionais –, conservar os ecossistemas e a integridade do patrimônio genético do país e promover a agroecologia e o livre intercâmbio de sementes.

Outra intencionalidade da defesa desse processo é a busca de demonstrar que além de ser indispensável, é também viável desenvolver alternativas que além de fortalecerem a produção local de alimentos, que se contrapõe às relações dominantes, promove os agroecossistemas sustentáveis, “[...] centrado na Soberania Alimentar, na ancestralidade, na diversidade, no diálogo de saberes, no interculturalismo e no intercâmbio contínuo dos recursos genéticos e dos conhecimentos a ele associados” (YELA; LÓPEZ; GUZMÁN, 2016, p. 77).

Portanto, um conjunto de ações têm sido desenvolvido abrangendo práticas-materiais<sup>827</sup> e o adentramento na superestrutura através da inserção de dispositivos e peças legais no arcabouço jurídico do Equador que buscam fortalecer a agricultura diversificada,

---

<sup>827</sup> “Neste âmbito, iniciativas importantes, como a Rede Nacional de Guardiões de Sementes, a Rede de Sementes de Cotacachi, a Feira de Sementes de Loja, a Feira Anual de Sementes e o Coletivo Nacional Agroecológico, e até mesmo políticas locais como o Regulamento ‘Pichincha Soberana e Agroecológica’ do Governo Autônomo Descentralizado da Província de Pichincha, [...]”. (YELA; LÓPEZ; GUZMÁN, 2016, p. 77).

agroecológica, por um lado, e por outro, combater a apropriação e privatização do patrimônio genético e dos conhecimentos ancestrais. Partindo desse contexto,

[...] o Equador foi pioneiro na criação de um projeto de Lei da Agrobiodiversidade, Sementes e Fomento Agroecológico, elaborado em 2012 pela Conferência Plurinacional e Intercultural de Soberania Alimentar (COPISA) após um processo participativo que envolveu mais de 500 organizações camponesas e 3.000 cidadãos e cidadãs. Quatro anos após a sua apresentação, a proposta foi retomada pelo plenário da Assembleia Nacional para ser analisada, discutida e eventualmente, aprovada. Os aspectos mais importantes desta lei são: a) promover a preservação e a recuperação da agrobiodiversidade e dos conhecimentos ancestrais com ela relacionados, bem como a utilização, a conservação e o livre intercâmbio de sementes (Art. 281, parágrafo 6); b) apesar de reconhecer a propriedade intelectual, a Lei proíbe todas as formas de apropriação dos conhecimentos coletivos no âmbito das ciências, tecnologias e conhecimentos ancestrais, bem como dos recursos genéticos e da agrobiodiversidade (Art. 322); e c) declara Equador um país livre de cultivos e sementes transgênicas [...], ficando proibida a aplicação de biotecnologias arriscadas ou experimentais (Art. 401). (YELA; LÓPEZ; GUZMÁN, 2016, p. 77).

Além de impor barreiras ao avanço desse processo, a intencionalidade prescrita ao propor a Lei, também deveria incidir em imperativos sobre o Estado equatoriano que pudessem reverter processos implementados contra esse entendimento e consequências registradas à biodiversidade. Buscou-se colocar em questão o apoio do Estado à agricultura industrial que vinha sendo implementado através do incentivo financeiro aos pacotes tecnológicos (sementes e insumos) que estavam contaminando o solo e promovendo a erosão genética que causam consequências graves às economias e práticas camponesas, podendo torná-las inviáveis.

Exemplo clássico foi o fracasso instituído na cultura do milho – com a inserção de sementes certificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Pesca (MAGAP) – com ataques de pragas e doenças, o que levou os pequenos agricultores camponeses a criarem a Assembleia Nacional do Milho (ANM), onde passaram a exigir que o MAGAP criasse e desenvolvesse o ‘Programa de reconversão da monocultura do milho por sistemas diversificados de produção sustentável’ (YELA; LÓPEZ; GUZMÁN, 2016).

A contraposição a essa tendência hegemônica da monocultura e a proposição de quadros normativos, tem origem em dois aspectos inerentes à cultura camponesa e ancestral: 1- pela clareza que impõe a luta social em razão da sustentabilidade econômica da produção em pequena escala e da garantia do desenvolvimento sustentável e com justiça social e, 2- pelo conhecimento que as bases da vida, as sementes [biodiversa] são mais eficientes na produção, por se adaptarem melhor aos sistemas naturais e, portanto, na garantia dos alimentos de qualidade e serem fundamentais para a Soberania Alimentar.

Os quadros normativos devem promover a utilização das sementes nativas, camponesas, ancestrais, orgânicas ou patrimoniais, pois são resilientes e adaptáveis, respondem à cultura camponesa e têm um alto potencial alimentar e nutricional, indispensável para fazer frente aos problemas da fome e da desnutrição no país. (YELA; LÓPEZ; GUZMÁN, 2016, p. 78).

Na Colômbia a busca por mecanismos que garantam o acesso livre às sementes e ao cultivo destas, aos recursos naturais e ao território, também têm produzido ações pertinentes. Em linhas gerais, essas reações e composição de alternativas, buscam fundamentalmente: 1- contrapor às estratégias de dominação e avanço no controle de sementes e fontes da vida pelas grandes corporações; 2- desenvolver redes e experiências em vista a potencializar a conservação e reprodução da biodiversidade e da diversidade genética, tendo vista a produção camponesa; e 3- pautar mecanismos jurídicos e políticos para exigir do Estado medidas restritivas aos interesses das corporações de sementes e o fortalecimento das iniciativas da agricultura camponesa, etc.

Desse modo, de acordo com Vélez (2016, p. 78) vemos que:

Em resposta à privatização, ao controle e à pilhagem das sementes das agricultoras e agricultores, a sociedade civil tem consolidado a Rede de Sementes Livres da Colômbia (RSL). A Rede é um espaço aberto e descentralizado de organizações locais e sociais, na qual convergem comunidades camponesas, indígenas e afrocolombianas, pequenos produtores e produtoras rurais e urbanos, ONGs, grupos acadêmicos e consumidores e consumidoras que se articulam nos âmbitos local, regional e nacional, bem como em outros processos internacionais.

Na prática este processo condiz com o entendimento de que há uma urgência histórica – não só na Colômbia, mas em toda a sociedade – e que, portanto, deve-se realizar e fortalecer os processos locais tanto da recuperação de variedades, quanto potencializar o intercâmbio livre das sementes. Além da implementação material desse processo de socialização do patrimônio genético, busca desenvolver e socializar conhecimentos científico-culturais e políticos, e o que estes representam na produção e reprodução da existência do campesinato e dos povos tradicionais.

E, partindo deste pressuposto, busca-se:

[...] difundir informações e promover ações para influenciar as políticas e Leis que permitem a privatização das sementes e a expansão da agricultura empresarial e das culturas transgênicas, que ameaçam os sistemas vivos de sementes e a Soberania e autonomia alimentar dos povos e comunidades da Colômbia. Neste sentido, a Rede de Sementes Livres (RSL) exige a derrogação de todas as leis e normas relativas às sementes e o controle rigoroso, pelo Governo da qualidade e dos aspectos sanitários das sementes certificadas. Também procura promover uma Colômbia livre de transgênicos e suspender as importações de alimentos que possam ser supridas pela produção local. (VÉLEZ, 2016, p. 78).

Enquanto conteúdo almejado, essa experiência na Colômbia é bastante pertinente. Sobretudo, por indicar alternativas que incidem no fortalecimento – material – do local, sem, contudo, desconsiderar as escalas regional e global e, fundamentalmente, no que diz respeito ao tensionamento à racionalidade estatal. Enquanto forma, verifica-se que são práticas contestadoras, frente à lógica hegemônica. E várias destas experiências são realizáveis pelo campesinato sem muito desprendimento de valores monetários. De acordo com Vélez (2016, p. 78):

[...], a Rede apoia e promove iniciativas de Soberania e controle das sementes pelos povos, como os Territórios Livres de Transgênicos; as casas comunitárias de sementes; os intercâmbios de sementes e de saberes; os diagnósticos participativos com as comunidades para avaliar o avanço dos transgênicos, especialmente o milho; e a agrobiodiversidade dos seus territórios, entre outros.

Considerando essas prerrogativas, o conteúdo material desses processos em sua natureza tensionam e exigem uma nova perspectiva de política pública. A exigência inscrita frente ao Estado, atende pelo menos duas dimensões relevantes: 1- relaciona-se com a luta social e, portanto, indica que a postura do Estado frente a esse processo, não deve ser nem de perseguição e nem de criminalização dos Movimentos e Organizações Sociais que estão colocando essa pauta; 2- de apoiar as referidas iniciativas através de programas de desenvolvimento de uma agricultura sustentável e que possam fortalecer as estratégias locais de produção de sementes agroecológicas, que são mais aptas e adaptáveis às condições socioeconômicas e ambientais locais (VÉLEZ, 2016).

Na Honduras as ameaças sobre a produção local, a autonomia e às condições socioeconômicas dos povos camponeses e indígenas, vêm ganhando força e espaço nos últimos anos. A ofensiva do capital expressa estratégias semelhantes como vistas no Brasil, Equador, Colômbia, etc. Assim, as linhas limítrofes que cada vez mais circundam os básicos direitos, bem como, passam a impor condições materiais e legais, estão retirando e sufocando as condições dos povos indígenas, camponeses e povos tradicionais produzirem e reproduzirem a sua existência.

Do ponto de vista do marco jurisdicional – expressa a síntese do acordo entre Estado e as grandes corporações<sup>828</sup>, e, portanto –, há sobremaneira uma proteção e regulamentação acerca dos produtos oriundos da biotecnologia moderna e da engenharia genética e, fundamentalmente a promoção das sementes ‘melhoradas’, incluindo OGMs e, praticamente nenhuma proteção aos camponeses e povos tradicionais em matéria de acesso e controle da

---

<sup>828</sup> Exemplos destacados por Pineda e Sánchez (2016): Monsanto, Syngenta, Bayer e Denace.

biodiversidade, das sementes, bem como das condições de produção para as necessidades básicas.

Assim como já demonstramos no caso do Brasil, a regulamentação [legislação] de biossegurança, em regra, parte dos fundamentos e interesses das grandes corporações e dá ênfase nas plantas transgênicas, fundamentalmente em construir os caminhos para a sua implementação. Este fenômeno é observado também na Honduras onde a promoção e utilização das biotecnologias modernas são o carro chefe para as discussões. O princípio que desenlaça o processo de discussão nesses termos, não é a natureza nem a diversidade do patrimônio genético, mas sim, as condições de investigação, importação, manejo, dos produtos de interesse das grandes corporações. De acordo com Pineda e Sánchez (2016, p. 79), “Em 2003, o Ministério da Agricultura e da Pecuária reconheceu que haviam sido plantadas 500 hectares de milho transgênico – essa foi a primeira vez que o governo admitiu que estava a permitir culturas de OGM”.

Nota-se nesse caso que há o adentramento da cultura transgênica sem mesmo ter tido qualquer tipo de estudo. Esse processo é que destrava a ‘necessidade’ de ‘discussão’ e de regulamentação. O exemplo da Honduras é bastante emblemático e representa a voracidade dos interesses econômicos das grandes corporações. Como destacado anteriormente que a Lei de biossegurança é resultante desse processo, incorporando no texto esses princípios, torna-se imperativo de expropriação de direitos presumidos [pela cultura, tradição, desenvolvimento, cuidado e socialização do patrimônio genético] e uma dominação violenta frente aos camponeses e povos tradicionais, que incide em outras peças legais correspondentes.

[...], em 2012 foi aprovada a Lei para Proteção das Obtenções Vegetais (chamada “Lei Monsanto”), sem consultar nenhum dos setores afetados. **Esta Lei estabelece, pela primeira vez na legislação nacional, a proibição de guardar e trocar sementes sem a autorização do titular do direito de obtenção e criminaliza as práticas ancestrais de utilização das sementes.** (PINEDA; SÁNCHEZ, p. 79, *(Grifos meus)*).

A literatura demonstra que em regra, os objetivos fundamentais das grandes corporações vão aos poucos sendo garantidos, e que embora a estratégia seja basicamente a mesma – quando se trata da interiorização desses interesses nas Nações – o conteúdo material desse processo [das contradições e lutas sociais, resistência] demarca certa especificidade do grau de obtenção desses interesses atingidos. No caso da Honduras, como é perceptível que o Estado corresponde a esses imperativos externos, a regulamentação legal contra os povos camponeses e tradicionais, quando se trata das sementes e do patrimônio genético, é bem mais rigorosa do que em diversas outras nações. *Garantem as condições objetivas e legais para a*

*expropriação dos conhecimentos tradicionais e para a privatização dos recursos que compõem o patrimônio genético e, além disso, conseguem as garantias legais para a punição e criminalização dos povos camponeses e tradicionais por possuírem ou manejarem sementes que não estejam sob o controle dessas corporações.*

Faz-se necessário destacar, que esse é o objetivo e horizonte principal das grandes corporações [um controle total]. Contudo, a ‘organicidade’ das peças legais que vão sendo aprovadas no interior dos Estados-Nação, são a expressão das relações de forças e, por essa razão, há diferenças substanciais.

O aumento e o processo de dominação, como vimos, poderá ocorrer através da base material e nos cultivos pelas invasões da cultura transgênica sobre as demais. Mas, esse processo de dominação pode ser otimizado pelos imperativos legais, quando a partir destes se proíbe o acesso e produção material das sementes – por exemplo – que não estão sob o domínio dessa lógica. O caso de Honduras revela esse estágio de controle.

Inerente a esse processo, há contradições e há contraposições estratégicas. Parte da Sociedade Civil (de base popular) vem se organizando e compondo um processo de defesa frente essa realidade. Os Movimentos e Organizações Sociais, num primeiro momento, com ações articuladas, buscam criar e fortalecer ações prático-políticas para mobilizar e sensibilizar a classe trabalhadora camponesa, povos tradicionais com o intuito de ir aos poucos consolidando uma base social para colocar em pauta essas questões, sob a perspectiva da classe que vive do trabalho. Como bem destacam Pineda e Sánchez (2016, p. 79) “[...] consolidar a base social, que deverá reivindicar os direitos dos homens e mulheres camponeses e indígenas a conservar as sementes e os demais meios de produção”.

Frente a essas ameaças e linhas limítrofes implementadas pela lógica dominante, ganha força nos debates e embates, a defesa, o controle e o direito ao patrimônio genético e ambiental como fundamentais para o campesinato e povos tradicionais, incluindo sob estes aspectos, o próprio sentido ao acesso e permanência no território. Neste sentido, práticas e processos passam a ser mais valorizadas e fortalecidas.

Continua a ser reforçado o trabalho das casas de sementes (reservas comunitárias), o intercâmbio de material genético disponível nas comunidades, como um símbolo de resistência à privatização de sementes, e o desenvolvimento de processos de declarações de “municípios livres de transgênicos” em territórios do povo lenca, como uma medida de pressão política e de autodeterminação das comunidades indígenas para gerirem o seu patrimônio ambiental. (PINEDA; SÁNCHEZ, 2016, p. 79).

Esta ‘forma’ com ‘conteúdo material’ que vemos na Honduras é a expressão do que vêm ocorrendo e ganhando força e sentido em diversos países e regiões. Dado à ‘lei da

contradição’ os ‘germes’ materiais da contra-hegemonia não param de nascer. Como destacam Pineda e Sánchez (2016, p. 79):

As incursões sistemáticas das transnacionais representam um grande desafio; no entanto, está a consolidar-se um movimento social disposto a defender os seus territórios e a propor o desenvolvimento inclusivo. O Movimento Independente Lenca de La Paz de Honduras (MILPAH), reivindica o direito à autodeterminação do seu povo, incluindo o direito a conservar as sementes e as práticas ancestrais relacionadas à sua utilização. Em 2015, declararam os seus territórios livres de transgênicos.

Na Guatemala<sup>829</sup>, o movimento de avanço dos processos de reprodução do capital no Campo tem induzido a situações análogas aos analisados anteriormente. As ameaças à agrobiodiversidade, às sementes, ao património genético e ambiental, bem como das condições, de sobrevivência dos camponeses e povos tradicionais, têm ganhado forças.

Atualmente, as comunidades enfrentam uma grave crise socioambiental, que tem desencadeado, de forma dramática, a possível perda irreversível dos sistemas ancestrais de agrobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, uma vez que a lógica da economia de mercado transnacional tem promovido, estrategicamente, ações judiciais de desapropriação. (WILLIS, 2016, p. 80).

Além dos mecanismos de dominação que são comuns nos processos de reprodução do capital, na realidade da Guatemala, há, a especificidade de um processo – implementado em um período, até a sua contestação – de *‘desapropriação legalizada de sementes nativas, plantas medicinais, gastronomia’* entre outros elementos.

Nota-se a partir dessa condição, que há um processo colaborativo entre as transnacionais e o Estado. É neste sentido que a publicação do Decreto 6-2014<sup>830</sup>, que viabilizasse esse processo, foi realizada. Porém, um contexto de lutas sociais ganha relevância e força a partir da implementação dos imperativos prescritos nessa norma legal.

As lutas de uma multiplicidade de mulheres – indígenas, tecelãs, parteiras, agricultoras, guias espirituais e autoridades ancestrais – em coordenação com as organizações sociais e populares, levou à apresentação em junho de 2016, de um recurso de inconstitucionalidade do *Decreto 6-2014*. [...]. **Consideram que o protocolo vai de encontro à Soberania dos povos indígenas, por validar mecanismos de desapropriação “legalizada” das sementes nativas, plantas**

<sup>829</sup> Conta com grande diversidade cultural, como um legado histórico da cultura Maia. Como sabemos, no decorrer de milhares de anos, houve o desenvolvimento e aprimoramento de uma enorme variedade de espécies nativas de diversos cultivos, mas, fundamentalmente do milho. Nesses frutos da historicidade de um povo, tiveram papel fundamental as mulheres. Como destaca Willis (2016, p. 79) “As mulheres foram o rosto da resistência em defesa da vida e das sementes nativas durante as gerações, isto continua a ocorrer até os dias de hoje”, fundamentalmente as mulheres [*q’eqchis*].

<sup>830</sup> O referido Decreto passou a ser implementado a partir de fevereiro de 2014. É a peça fundamental que ratifica e reconhece o Protocolo de Nagoia – que é um instrumento legal correspondente e associado à já referida Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) – que buscou materializar os trâmites e rituais que incidiriam nas condições objetivas de desapropriação legalizada de recursos naturais de posse dos povos tradicionais e camponeses.



**medicinais, gastronomia, etc.** As razões que motivaram a ação baseiam-se na exigência do direito de consulta e no respeito pelos sistemas de organização, produção, proteção e defesa dos meios de vida comunitários. Esta ação foi bem sucedida em matéria constitucional, conseguindo, em 16 de junho de 2016, que o Tribunal Constitucional da Guatemala suspendesse provisoriamente o *Decreto 6-2014*. (WILLIS, 2016, p. 80, (*Grifos em negrito meus*)).

Além disso, um conjunto de outras ações e resistências em todo o país em defesa da vida e do território também contribuíram no combate às ameaças e retrocessos que se institucionalizavam no país. De acordo com Willis (2016, p. 80), este processo pode ser representado, por exemplo:

[...] a revogação da *Lei de Proteção das Obtenções Vegetais*, adotada pelo *Decreto 19-2014* e conhecida como a “Lei Monsanto”. Este é um exemplo claro de unidade na diversidade, uma vez que houve grande participação de diversos grupos sociais e mulheres incluindo movimentos e organizações camponesas, indígenas e ambientalistas, entre outros.

Para as mulheres, esta ação significa manter os sistemas ancestrais, garantindo a vida e a Soberania Alimentar. Na Guatemala, a defesa do território continua. Para tal, as mulheres q'eqchi's, continuarão a formar laços de solidariedade, não como uma expressão “folclórica” ou estatística do país, mas sim como a face da luta, resistência e denúncia da desapropriação da identidade ancestral e territorial [...].

Considerando a totalidade concreta e as suas contradições, estes aspectos trazidos nesses casos explicitados demonstram, por um lado, a vigorosidade da luta social na busca de compor resistências e garantir e avanço no direito e controle social das bases da vida e das políticas públicas, e por outro, a voracidade das relações de reprodução do capital na busca da ampliação das condições de dominar e se territorializar.

É importante destacar que a ocupação do arcabouço jurídico de um Estado-Nação por uma ‘Lei Monsanto’, por exemplo, é a indicação que na base real-material (a exemplo do cultivo dos produtos) já avançou bastante. O que se quer anotar, é que a revogação de uma Lei dessa natureza, é uma conquista fundamental, mas não suficiente. É neste sentido, que a literatura aponta, é que as organizações de base (como fator material) se tornam o ‘antídoto’ principal dessas ameaças analisadas e estratégia pertinente nessa relação de forças imbricadas.

#### d- Europa

A literatura aponta, que em linhas gerais, há uma tendência que se evidencia a partir das condições dominantes do Sistema Agroalimentar, de que nos países ricos, as condições de acesso não garantem ‘Segurança Alimentar e Nutricional’. *O entendimento e a capacidade explicativa da categoria de ‘Insegurança Alimentar e Nutricional’ que teve a sua origem num contexto de fome e desnutrição, nos países e regiões de populações pobres e miseráveis,*

*angaria hoje condições explicativas em contextos de abundância e garantia de acesso aos alimentos*<sup>831</sup>, por exemplo, em países ricos.

Já em vários momentos foi destacado que as mudanças – induzidas ideológica e materialmente – dos padrões e hábitos de consumo de alimentos causam reveses e outras ameaças na saúde das pessoas. De acordo com a FAO (2017) em seu relatório intitulado “*Visão Geral Regional da Insegurança Alimentar: Europa e Ásia Central*” ao analisar vários dados de diversos países, tais como: ‘o fornecimento de energia dietética’, ‘indicadores de desnutrição’ como a baixa estatura para a idade e o baixo peso para a altura, ‘a anemia’, o ‘excesso de peso e a obesidade’ e ‘o que’ as pessoas comem em média, há a ampliação do ‘campo de consequências’ causadas pela alimentação<sup>832</sup>.

Partindo desses dados, o ponto nodal que se nota, é que o Sistema Agroalimentar expõe, além de sua ineficiência em produzir alimentos, a sua **face degenerativa** por materializar nas condições de acesso e abundância, também o ataque à fisiologia humana e social. Em relação à questão social, vemos que a produção de alimentos sob essa égide – na Europa, por exemplo – tem revelado condições adversas tanto na qualidade dos produtos, quanto nas relações de trabalho<sup>833</sup>.

Não há novidades em afirmar que graves problemas (alguns, notificados e na maioria não-notificados) ocorrem no Sistema Agroalimentar hegemônico. Embora, considera-se que há subjacente a isso o interesse de mercado [sobretudo na desestabilização de mercados dependentes], mas os alimentos oriundos dessa lógica, acabam por chegar na mesa dos consumidores. Estes exemplos evidenciam os problemas, falta de controle de qualidade, – mesmo que o conjunto de legislação de sanidade e vigilância ‘sanitária’ sejam ‘servis’ ao processo de acumulação de capital e de lucro, – e o processo de degeneração dos atuais métodos de produção e distribuição industriais.

---

<sup>831</sup> Assim como há nesse processo a ‘transição nutricional’ como vimos (da falta de alimentos, desnutrição, etc.) para o sobrepeso e obesidade, compreende-se hoje, que há também um processo [de acordo com a FAO (2017)] de ‘transição de Insegurança Alimentar e Nutricional’.

<sup>832</sup> Há exatos 72 anos atrás (julho de 1946) Josué de Castro publicava a sua obra *Geografia da Fome*. Como já mencionado, transformações econômicas, tecnológicas e culturais ocorreram e, muitos problemas daquela época persistem como a fome crônica pela falta de alimentos, bem como, a ocorrência de outros problemas ligado à alimentação aos que possuem condições objetivas de acesso àquilo que o Sistema Agroalimentar oferece. De acordo com a FAO (2017) esses países progredem de lidar com os problemas até então predominantes, como casos de desnutrição e deficiências de micronutrientes, para lidar com o avanço das doenças degenerativas associadas à alimentação com quantidade elevada de gorduras dietéticas, açúcares, laticínios, ultra-processados, etc.

<sup>833</sup> Vejo aqui uma questão fundamental: a necessidade histórica e a materialização universal da luta social. A consciência [de classe] acerca dos problemas inerentes ao Sistema Agroalimentar e à alimentação de modo geral, está se materializando, tanto nas condições de fome e de falta de alimentos, de envenenamento da água e do alimento, de destruição da biodiversidade, quanto nas condições de acesso e abundância, porém sem as condições biológicas e nutricionais de uma alimentação saudável.

Na Suíça há um exemplo emblemático acerca dessa realidade. De acordo com Winter e Maïga (2016, p. 82) “Nos últimos anos, os suíços têm passado por vários escândalos alimentares, entre eles o da carne de cavalo rotulada como carne de bovino”. Se, por um lado há essas questões a serem levadas em consideração, por outro, como consequência do mesmo movimento da materialidade, estão os cortes e falta de apoio à agricultura camponesa.

[...] as camponesas e camponeses expressaram já reiteradamente a sua insatisfação com a falta de apoio político para a agricultura camponesa. Como forma de protesto contra os preços de mercado, insuficientes para cobrir os seus custos de produção, o campesinato organizou uma série de manifestações na capital para exercer pressão sobre o Parlamento. Estas ações, permitiram evitar os cortes orçamentais previstos pelo Conselho Federal (o Poder Executivo Suíço) em 2016. (WINTER; MAÏGA, 2016, p. 82).

As mobilizações foram estratégicas. Porém, não garantiram efetivamente o proposto na pauta, tendo em vista que o referido Conselho na execução das políticas, têm priorizado as condições induzidas pelo ‘livre comércio’, como por exemplo, negligenciado o controle de preços, que afetam as condições objetivas do campesinato para a produção de alimentos.

O processo democrático [Democracia Semidireta]<sup>834</sup> na Suíça potencializa canais de participação popular<sup>835</sup>. Neste sentido, algumas tentativas e iniciativas populares foram encaminhadas aos poderes políticos suíços sobre vários temas relacionados com a alimentação para também serem submetidos ao voto popular. Por exemplo:

No dia 28 de fevereiro de 2016, a população infelizmente rejeitou a iniciativa apresentada pela juventude Socialista, intitulada *Sem especulação sobre os produtos alimentares*, que visava proibir esta deriva do sistema financeiro geradora da volatilidade dos preços dos alimentos e, por consequência, criadora de dificuldades acrescidas para os países mais vulneráveis, que precisam de importar alimentos para abastecer as suas populações. (WINTER; MAÏGA, 2016, p. 82).

O processo se dá na relação de forças e, por vezes em contexto, de interesses divergentes<sup>836</sup>. Contudo a mobilização e as iniciativas vêm apontando alternativas interessantes, fomentando o debate e impulsionando a participação popular nos temas relacionados à alimentação. São exemplo disso, as três propostas de iniciativa popular: 1- A iniciativa *Pela Segurança Alimentar*; 2- A iniciativa *Por alimentos equitativos*; e 3- A iniciativa pela *Soberania Alimentar*.

<sup>834</sup> Coexistem sistemas e funções representativas com referendos, iniciativas populares e plebiscitos.

<sup>835</sup> Como em outros países, na Suíça, pessoas que gozem do direito ao voto podem apresentar propostas que correspondam à iniciativa popular para mudanças na Constituição Federal. A proposta é aceita quando, num período de 18 meses se consegue assinatura de 100 mil signatários [cidadãos ativos]. Posteriormente, essa proposta é levada à consulta popular bem como à votação pelos poderes imbricados nessa função.

<sup>836</sup> Segundo Witer e Maïga (2016), por parte dos contrários à proposta, um conjunto de informações foram veiculados à população, que a mudança na Constituição poderia afetar a normalidade do comércio de alimentos, e que, portanto, poderia levar a perda de empregos, entre outros aspectos.

A iniciativa pela *Segurança Alimentar* apresentada pela União Suíça dos Camponeses (USP, na sigla em francês) teve como objetivo principal garantir no arcabouço jurídico a ampliação e o reforço da estratégica oferta de alimentos – com abastecimento reforçado pelo governo federal –, fundamentalmente, oriundos de uma produção sustentável e diversificada em território suíço. Além disso, busca exigir medidas contra a perda de terras cultivadas na Suíça e que os encargos administrativos para a produção fossem mantidos baixos. O que se verifica, é que o texto da proposta tensiona a orientação da política agrícola principal (WINTER; MAÏGA, 2016).

A proposta original teve o apoio popular tendo em vista que em apenas três meses, 150 mil pessoas assinaram a petição. O embate, portanto, ganha novos contornos<sup>837</sup>. É notável que em boa medida – ou nas condições dos princípios e diretrizes da Segurança Alimentar – foram garantidos avanços que contemplam os interesses dos iniciadores da proposta, bem como, indicar que a produção local que atenda aos critérios de sustentabilidade, é condição necessária e ideal para garantir a Segurança Alimentar a longo prazo. *Deste modo, o que essa iniciativa demonstra é que a ideia e perspectiva da Segurança Alimentar assentada nas condições da oferta e do acesso, como hegemonicamente é utilizada já não é mais suficiente. Como vimos, a ideia de Segurança Alimentar, portanto, progride do acesso e da quantidade para a qualidade nutricional que, em certa medida constitui as demandas pelo desenvolvimento local com sustentabilidade.* Assim, a pauta por Segurança Alimentar na suíça, está a colocar em questão o Sistema Agroalimentar e os seus métodos de produção industrial.

Em relação à iniciativa *Por alimentos equitativos*, também traz à tona essa questão da produção de alimentos sob à lógica do desenvolvimento industrial. Como destacam Winter e Maïga (2016, p. 83) a presente proposta é:

[...] apoiada pelo Partido Ecologista suíço (os Verdes), destaca os problemas causados pela produção industrial de alimentos (condições de trabalho e de vida extremamente precárias para as trabalhadoras e trabalhadores agrícolas, perda da fertilidade do solo e de biodiversidade, o efeito de dumping da alimentação de baixo custo, que prejudica o campesinato suíço) e exige que as normas aplicadas aos alimentos produzidos na Suíça sejam aplicadas da mesma forma aos alimentos

<sup>837</sup> Nas Comissões Parlamentares foram tecidas observações de que a proposta não inovava a legislação de maneira significativa e que o texto original apresentava lacunas, sendo inclusive, considerado muito vago. Contudo, a opção por parte dos parlamentares foi a de enfrentar as ameaças e desafios induzidos pelo processo de globalização e garantir a Segurança Alimentar para as gerações futuras. Dada a prescrita ‘fragilidade’ da proposta original, o Conselho Federal (Poder Executivo) e o Parlamento apresentaram uma contraproposta que, em tese é mais rigorosa e mais completa. Os propositores da iniciativa original acabaram aceitando a contraproposta e retiraram a iniciativa. Assim, a inserção da Segurança Alimentar na Constituição Federal suíça foi aprovada pela população em 24 de setembro de 2017. (FENAZZI, 2017).

importados. Finalmente, propõe regularmente os direitos aduaneiros e dar uma vantagem competitiva à produção regional e local.

Embora se tenha condições objetivas melhores, quando se trata de políticas públicas para a pequena produção – se comparado com os países pobres e em desenvolvimento – a lógica com que operou a racionalidade estatal suíça ao se manifestar acerca da iniciativa, condiz com a manutenção do *status quo* do sistema de relações econômico-políticas do Sistema Agroalimentar. De acordo com Winter e Maïga (2016, p. 83) “O Conselho Federal recomendou à população que rejeitasse estas iniciativas [...] argumentando que violam as regras do direito comercial e que não existe nenhum problema de Segurança Alimentar na Suíça”.

A iniciativa *Pela Soberania Alimentar (IPSA)* apresentada em março de 2016 pelo Sindicato Camponês Uniterre, membro da Via Campesina, incluí na petição algumas questões mais radicais e que vão além da particularidade de acesso e qualidade de alimentos<sup>838</sup>. O texto da iniciativa busca alterar o Artigo 104 da Constituição Federal Suíça<sup>839</sup>. Expomos alguns pilares fundamentais do texto:

- 1- Para implementar a Soberania Alimentar, a Confederação promove a agricultura camponesa, indígena lucrativa e diversificada, produz alimentos saudáveis e atende as expectativas sociais e ambientais da população.
- 2- Ele presta atenção a um suprimento de alimentos e [...] predominantemente domésticos e ao fato de que na sua produção os recursos naturais são poupados.
- 3- Ele toma medidas efetivas com o objetivo de: a) promover o aumento do número de pessoas que trabalham na agricultura e a diversidade estrutural; b) para preservar as áreas de cultivo, nomeadamente as áreas de rotação de culturas, tanto em termos de tamanho quanto de qualidade; c) para garantir aos agricultores o direito de usar, propagar, trocar e comercializar sementes.
- 4- Proíbe o uso de Organismo Geneticamente Modificados, bem como plantas e animais na agricultura, através de novas tecnologias que alteram e remontam o genoma de forma não natural.
- 5- Ele realiza as seguintes tarefas [...]: a) apoia a criação de organizações camponesas destinadas a assegurar a coordenação da oferta de agricultores e das necessidades da população; b) garante a transparência no mercado e busca estabelecer preços justos em todos os setores e cadeias de produção; c) Isso fortalece o comércio direto entre agricultores e consumidores, bem como estruturas regionais de processamento, armazenamento e comercialização.
- 6- Ele presta especial atenção às condições de trabalho e dos trabalhadores agrícolas [...].
- 10- Ele garante informações sobre as condições de produção e processamento de alimentos domésticos e importados e a correspondente sensibilização. [...]. (IPSA, 2017, *(tradução livre)*).

<sup>838</sup> Vale destacar que compõe o Comitê e iniciativa dessa proposta pela Soberania Alimentar Jean Ziegler (do Conselho Consultivo da Comissão de Direitos Humanos da ONU).

<sup>839</sup> O mesmo Artigo que acolhe o entendimento acerca da Segurança Alimentar mencionado anteriormente, aprovado em 24 de setembro de 2017. A votação desta iniciativa Pela Soberania Alimentar, assim como a iniciativa por Alimentos Equitativos, deverá ser votada em 2018.

O texto da iniciativa Pela Soberania Alimentar busca apresentar o debate que vem sendo acumulado pela Via Campesina acerca da perspectiva da Soberania Alimentar. Como destacam Winter e Maïga (2016, p. 83) que a iniciativa:

[...] tem por objetivo promover uma agricultura camponesa rentável e diversificada na Suíça, garantir aos jovens o acesso à terra e fortalecer os circuitos alimentares locais. Este texto vai além da iniciativa dos Verdes, pois propõe proibir os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e garantir o direito das agricultoras e agricultores a utilizar, multiplicar, trocar e comercializar sementes. Além disso, pede o fim dos subsídios concedidos à exportação de produtos agrícolas e afirma que, em caso de violação das normas sociais e ambientais suíças, deve haver a possibilidade de elevar os direitos aduaneiros específicos ou, até mesmo, de proibir a importação de produtos que não cumpram as normas. [...]. Finalmente, confere um lugar central ao conceito de Soberania Alimentar, para que a população suíça seja soberana em relação ao tipo de política agrícola e alimentar que deseja desenvolver em relação às outras regiões.

É importante destacar que estas reações e iniciativas é devido às razões de que a população suíça passou a sentir as consequências combinadas, tanto do Sistema Agroalimentar, quanto da opção política interna em embasar o abastecimento de alimentos em grande medida na importação. Este processo, passou a colocar em risco as condições objetivas para campesinato produzir os alimentos. A materialidade social vem demonstrando que em torno de duas ou três unidades de produção camponesas fecham as portas todos os dias, o que incide em aumento de desemprego e esvaziamento do Campo. De acordo com o texto da Iniciativa Pela Soberania Alimentar, 50% dos postos de trabalho foram perdidos nos últimos 30 anos e, os rendimentos dos agricultores caíram em 30% nesse mesmo período (IPSA, 2017).

O país fez uma escolha pela importação, que representa quase a metade dos alimentos consumidos no país. No entanto, a população sente diariamente os efeitos do Sistema Alimentar Mundial e das suas externalidades negativas no que diz respeito ao ambiente, ao esgotamento do solo, à poluição dos lençóis freáticos, à perda da biodiversidade agrícola e às consequências para a saúde. Este sistema também tem um impacto sobre o Direito à Alimentação e à Nutrição nos países do Sul, que inundados de importações subsidiadas, não conseguem desenvolver a agricultura local. Forçados a abandonar a suas terras, os camponeses e camponesas do Sul fazem crescer os bairros pobres das megalópoles. A pobreza rural conduz à pobreza urbana e é, ela própria, a causa da fome. (WINTER; MAÏGA, 2016, p. 84).

Vemos que mesmo em países mais desenvolvidos econômico e socialmente, o Sistema Agroalimentar, sob a batuta das grandes corporações e pautadas na lógica de mercado, não consegue garantir nem a propalada Segurança Alimentar, fundamentalmente ao considerar a questão do futuro. Isto tem trazido preocupações e impulsionado os debates, fato bem evidenciado pela realidade suíça.

Na Itália alguns estudos demonstram que há em algumas regiões – na agricultura – uma superexploração do trabalho, principalmente de migrantes. Uma análise desenvolvida por De Meo, Omizzolo e Confalonieri (2016) demonstra o que está subjacente na relação da exploração do trabalho [em algumas realidades, análogo à escravo] com o alimento que chega à mesa dos consumidores.

Considerando a totalidade concreta, essa situação é expressão das contradições inerentes ao sistema de funcionamento do modo de produção capitalista. A realidade conhecida, noticiada dos processos migratórios de refugiados – onde milhares de pessoas foram engolidas pelo Mar Mediterrâneo entre 2008 – 2015 (DE MEO; OMIZZOLO; CONFALONIERI, 2016), por exemplo – de países em convulsão social<sup>840</sup> que buscam chegar a Europa, além de serem a expressão da violação de um conjunto de direitos, entre eles o de Direito à Alimentação e à Nutrição, colocam inúmeras pessoas nas condições objetivas de serem exploradas no trabalho.

A Itália é uma ponte entre a África e o continente Europeu. [...], as atuais medidas de integração e proteção das e dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados na Europa são claramente inadequadas. Muitas dessas pessoas são forçadas a viver em más condições e a procurar emprego informal e precário. Em Itália, as condições das trabalhadoras e trabalhadores agrícolas refletem o fracasso dos Estados na proteção dos Direitos Humanos das pessoas migrantes. (DE MEO; OMIZZOLO; CONFALONIERI, 2016, p. 85).

Considerando que as bases jurídicas para esse processo de obtenção de asilo indicam que o requerente deva ficar onde fez o registro de solicitação pela primeira vez, muitos acabam por ficar em território italiano, não por opção, mas por condição legal. Ou seja, ficam involuntariamente ‘aprisionados na Itália’. Nesse contexto de miséria e necessidade, por um lado, e por outro, o excesso de mão-de-obra, a superexploração do trabalho, principalmente na agricultura passa a ser rotina<sup>841</sup>.

<sup>840</sup> Conflitos, guerras e violência socioeconômica estrutural.

<sup>841</sup> A situação objetiva desses migrantes é a sua invisibilidade e a sujeição à fome e exploração. Além disso, é a expressão do processo de desenvolvimento desigual e combinado. De acordo com De Meo, Omizzolo e Confalonieri (2016, p. 86) “Essa população ‘invisível’ de homens e mulheres migrantes sem documentos, desprovidos de proteção estatal e cujos Direitos Humanos básicos são negados, está a crescer [...]. Deste modo, [...] entram no mercado de trabalho sem poder de negociação e, na prática, sem direitos. Vivem à margem de um sistema que os exclui e empurra para setores nos quais são vítimas de exploração. Muitos homens e mulheres migrantes sem documentos encontram trabalho como jornaleiros agrícolas e são empregados no setor agrícola tanto no Sul como do Norte da Itália. Embora a intermediação do trabalho ilegal tenha sido proibida em 2011, essas trabalhadoras e trabalhadores são muitas vezes vítimas de intermediários com ligações e empresas agrícolas e à máfia e que agem quase como capangas, retendo o seu monopólio sobre o tráfico local de seres humanos. [...]. A exploração é uma característica persistente de grande parte da economia agrícola italiana. É importante destacar que os proprietários rurais que utilizam trabalhadoras e trabalhadores migrantes também vendem os seus produtos nos mercados internacionais. A exploração de trabalhadores em situação irregular permite que os grandes proprietários rurais aumentem as suas margens de lucro e expulsem os seus concorrentes do mercado, especialmente as agricultoras e agricultores locais de pequena escala”.

O processo de ‘expropriação humana’ perpassa várias situações, escalas e etapas. E considerando a perspectiva da Soberania Alimentar o ponto nodal e a questão fundamental – quando se trata da vinculação produção e consumo – é quem de fato produz e em que condições, os alimentos que chegam à nossa mesa? Estes aspectos verificados na realidade italiana, demonstra os grandes desafios quando consideramos a ausência das condições objetivas que se têm de um controle social do Sistema Agroalimentar. A que servem os migrantes e refugiados – superexplorados, em situações de escravidão (moderna)<sup>842</sup> – e vítimas de conflitos, para a propalada Segurança Alimentar e Nutricional dos países desenvolvidos?

Como verificado essa realidade na Itália é expressiva tendo em vista que a maioria das vítimas da fome na atualidade – de acordo com a FAO (2017) – vivem e são oriundos dos países em conflitos. Nessa realidade,

[...] são negados Direitos Humanos básicos aos trabalhadores migrantes do Sistema Alimentar Industrial. Porém, é importante notar que esta situação é sintomática das condições que prevalecem em boa parte do Sistema Industrial Global de produção de Alimentos, que permanecem invisíveis para os consumidores no final da cadeia de valor alimentar. [...]. A externalização dos custos tende a passar despercebida ao público, reforçando a crença comum de que é possível produzir “comida barata” e ocultando os abusos dos Direitos Humanos do trabalhadores e trabalhadoras agrícolas.

O sistema agrícola abandonou uma grande variedade de práticas agroecológicas baseadas em sistemas agrícolas de pequena escala. Ao mesmo tempo, a exploração em grande escala de trabalhadoras e trabalhadores mal remunerados contribui para forçar o nosso Sistema Alimentar a adaptar-se ao ritmo, custos e métodos de produção estabelecidos pelas cadeias industriais de distribuição de alimentos orientadas para os lucros. Enquanto o custo total das externalidades não estiver incluído no preço, e enquanto os Estados não respeitarem e aplicarem plenamente as normas relativas aos Direitos Humanos, incluindo as normas relativas ao trabalho expressas nas principais convenções, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ninguém poderá ter a certeza de que o que comemos não é um produto do trabalho escravo. (DE MEO; OMIZZOLO; CONFALONIERI, 2016, p. 87).

Mediante e no interior dessa materialidade econômico-social, tem surgido diversas formas de denúncias e organizações populares que buscam resoluções para esses problemas

---

<sup>842</sup> Está realidade é demonstrada pelo estudo de De Meo, Omizzolo e Confalonieri (2016, p. 86) onde se nota que “Não dispõem de alimentos suficientes e muitas vezes vivem sem eletricidade, água, instalações sanitárias ou espaços para dormir adequados, tornando-se alvos de xenofobia e de ataques violentos pela população local, que os culpa pelas condições sanitárias deploráveis de seus alojamentos. [...]. Na Província de Latina (Região do Lácio, na Itália Central), uma comunidade de cerca de 30 mil mulheres e homens indianos (...) trabalha como jornaleiros agrícolas. As suas condições são sintomáticas deste tipo de exploração do trabalho, do trabalho semelhante à escravidão. Muitos destes migrantes são também vítimas do tráfico internacional de seres humanos e do recrutamento ilegal. Vários trabalhadores e trabalhadoras indianos consomem substâncias como metanfetaminas, ópio e antiespasmódicos para suportar os rigores a que estão sujeitos. Trabalham 14 horas por dia, sete dias por semana [...].”



analisados<sup>843</sup>. Como destacam os autores De Meo, Omizzolo e Confalonieri (2016, p. 87), “Novas formas de escravidão prosperam sobre os nossos olhos”. E neste sentido, o ponto nodal, ao pensar a Soberania Alimentar é que essa condição histórico-material expressa uma desconexão brutal entre a produção (trabalhadores/produtores) e o consumo (consumidores) tendo em vista que há uma ocultação, ou é pouco perceptível, de que nos sistemas de produção de alimentos estão enraizados, exploração e escravidão moderna, e, chegam até a mesa do consumidor, compondo, portanto, a sua Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, tem sido notória a tendência para a constituição de novas formas de latifúndios, como por exemplo as planícies da região da Calábria, considerada umas das regiões mais férteis da Itália.

Contudo, há resistências e experiências práticas que buscam contrapor esse processo de exploração do trabalho, como por exemplo a parceria entre a Associação Rosarno e a Cooperativa Mani e Terra, que buscam:

Denunciar e monitorizar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores agrícolas. O seu principal objetivo é combater as condições semelhantes à escravidão, que resultam na perda de dignidade humana das mulheres e homens migrantes que trabalham nas colheitas.

Para mudar o sistema a partir das suas raízes, ambas as organizações arrendam terras na região e cultivam frutas e legumes, que são vendidos diretamente nos mercados locais e regionais ou transformados e enlatados para serem mais largamente distribuídos. Esse sistema de produção garante rendimentos dignos às mulheres e homens camponeses e trabalhadores e preços justos para os consumidores, especialmente para os que mais sofrem os efeitos da crise econômica. Além disso, demonstra que pode haver uma relação direta entre produtores e consumidores, [...]. Claramente, o Sistema Alimentar local que é uma fonte de vida para todos, funciona perfeitamente sem a intervenção de intermediários que se aproveitam da privação social. (ASOSR, 2016, p. 89).

No Oeste da Europa estão se constituindo algumas experiências bastante interessantes. São processos e expressões de recampesinização (PLOEG, 2008; 2016), não apenas no sentido de ocupação de territórios, mas, sobretudo, de mudanças nas formas de produção e utilização da unidade de produção. Ou seja, são expressões em termos qualitativos. De acordo com Ploeg (2016, p. 155):

Dentro da União Europeia, uma minoria de agricultores (cerca de 15% a 20%) segue a “rota empresarial”, centralizada nos aumentos de escala acelerados, intensificação estimulada tecnologicamente e estreitamento de relações de dependência com as indústrias alimentícias, bancos e cadeias varejistas. Os “empreendedores agrícolas” já estão encerrados nesse sistema, por meio de altos níveis de endividamento e uso

---

<sup>843</sup> Sindicatos, Movimentos Sociais, ONGs: buscam dar apoio em diversas frentes: acompanhamento; aconselhamento jurídico; atividades de monitorização, formação e sensibilização; demonstrar que a presença desses trabalhadores no Campo podem ser estratégicos para o rejuvenescimento do Campo e das atividades de produção de alimentos sob outra perspectiva, de sustentabilidade e de justiça, etc.

de insumos. Para eles, existe apenas um caminho à frente. Por outro lado, pagam um preço alto por seguir essa rota.

No entanto, grande parte dos camponeses buscam redimensionar o seu processo de produção, como destaca Ploeg (2008; 2016) deixando a ‘agricultura europeia com traços mais camponeses’, resultando em novas relações tanto à sociedade, quanto à natureza na busca de novas bases para a atividade agrícola. O ponto de partida fundamental tem sido a reavaliação do equilíbrio entre recursos externos (insumos, créditos) e recursos internos, e a partir dessa avaliação constroem estratégias para diminuir a dependência dos recursos externos, por um lado, e, por outro, otimizarem a utilização de recursos disponíveis internamente. O resultado tem sido o aumento da renda, do trabalho e a redução dos custos financeiros e de transações<sup>844</sup>.

O movimento de transformação envolve o aumento da autonomia e a busca das condições de alargamento na base de recursos internos – que compõe o processo de coprodução – é contrastante com a forma anteriormente estabelecida pela especialização. Há neste processo, objetivar e reestruturar as condições objetivas para a multifuncionalidade da unidade de produção, em vista novos produtos e serviços veiculados a novos ‘mercados’ alinhados a essas concepções.

A coprodução, por exemplo, pode ser mais fundamentada na natureza, o que facilita a integração do cuidado com a paisagem, a natureza e a biodiversidade às práticas agrícolas. Isso, por sua vez, pode melhorar o equilíbrio entre a família agricultora e sua vizinhança. Este último equilíbrio é considerado pelos agricultores empresariais como cada vez mais problemático de ser mantido. (PLOEG, 2016, p. 156).

Desse modo, esse processo é expressão da contradição inerente à perspectiva de desenvolvimento, que tendencialmente tensiona na direção da concorrência e, portanto, da (des)campesinização. É neste sentido, que os estudos apontam que na Europa a recampesinização é correlacionada com a industrialização, com presença simultânea, porém com elementos, perspectivas e trajetórias de desenvolvimento em oposição.

Considerando esse processo em desenvolvimento, a despeito de linhas limítrofes impostas pelas ‘deficiências dos impérios alimentícios’ e aparatos e racionalidades estatais, na arte de criar interstícios e lacunas, Ploeg (2016, p. 157) destaca que:

---

<sup>844</sup> De acordo com o autor, não são apenas melhorias marginais. “Pesquisas comparativas de longo prazo realizadas no State Research Centre for Dairy Farming (Centro de Pesquisas Sobre Produção de Leite), na Holanda, demonstram que uma propriedade de baixo custo que produza 400 mil litros de leite pode ganhar a mesma renda que uma unidade altamente tecnológica que produza 800 mil litros (Kamp; Evers; Hutschemaekers, 2003; Evers et al., 2006). O insumo de mão de obra é igual em ambas as propriedades. Isso significa que, a um determinado nível de produção, a renda do trabalho pode ser duplicada por meio da mudança de um estilo altamente tecnológico de agricultura para outro de baixo custo”. (PLOEG, 2016, p. 156).

Há uma variedade enorme de atividades e oportunidades na Europa: agroturismo, produtos de alta qualidade, especialidades regionais, produção orgânica, processamento de alimentos na propriedade, venda direta (foram desenvolvidos muitos sistemas diferentes), a produção de energia, armazenagem de água, instalações de tratamento, estábulos, gestão de paisagens e natureza e muitas outras formas de diversificação. [...]. Há uma infinidade de agricultores europeus envolvidos nessas atividades: um campesinato que acaba de surgir. Trata-se de “um conjunto de singularidades [...], é produtivo [...], está sempre em movimento” (Negri, 2008) e possui força criativa.

Como vemos, a “[...] agricultura europeia está passando por um processo de transição complexo e abrangente, ainda por terminar, que está se desenvolvendo ao longo de diferentes dimensões, e que se localiza em vários níveis de interação mútua” (PLOEG, 2008, p. 178). A literatura acerca do tema, destaca alguns pilares fundamentais<sup>845</sup> que estão ganhando força nesse processo, e que através de suas interações, constituem as bases materiais e relacionais dessa interação mútua.

A transição que está ocorrendo tem algumas especificidades que também apontam para a sua natureza camponesa. Ela não é governada por qualquer centro de controle; pelo contrário, sua natureza é endógena e de certo modo anárquica. É uma transição que não oferece uma solução global para uma variedade de problemas e situações locais diferentes, mas que está evoluindo através de uma gama crescente de soluções locais diversificadas para um problema geral (...). E, finalmente, essa transição não se processa como um mega-projeto (como uma grande mudança ou ruptura abrangente e generalizada que poderia causar o caos; Scott, 1998), mas como uma vasta gama de passos inter-relacionados (que se estendem continuamente ao longo do tempo e do espaço) que em conjunto compõem, de uma forma constantemente variável, a mudança geral e, de fato, massiva que está literalmente mudando a agricultura e o mundo rural. (PLOEG, 2008, p. 179 – 180).

Em linhas gerais estes aspectos trazidos neste ‘apêndice’ expressam as tendências e as contradições principais, e dimensões de atuação na luta de classes a partir da implementação das relações de reprodução do capital e o que de fato incide no Sistema Agroalimentar e na gênese das contradições inerentes. Além disso, não deixam de apresentar germes do novo que são fundamentais para a concretização da Soberania Alimentar.

---

<sup>845</sup> Autonomia aumentada; criação de novos movimentos; reconstituição da base de recursos na unidade agrícola (aumentada e diversificada); possibilidade de aumentar o valor agregado dos produtos; potencialização do efeito multiplicador das atividades agrícolas; reconexão da agricultura com a sociedade e com a natureza (interesses e perspectivas dos produtores diretos); embasa materialmente a ‘luta contra os mecanismos estatais, seus esquemas reguladores e o agronegócio’; recampesinização como luta social (PLOEG, 2008).

**APÊNDICE D – Exemplos de Matrizes de/para Formação Humana, considerando a Projeção da Soberania Alimentar**

<b>Bases Materiais</b>	<b>Matrizes Formadoras</b>	<b>Matriz Pedagógica</b>	<b>Matriz de Conteúdo</b>	<b>Práticas Interventoras</b>	<b>Superação da/de/do:</b>
Território (Agronegócio / Campesinato / Natural)	Trabalho Cultura Luta Social Controle Social Organização Coletiva História	Cooperação; Organização social; Inconformismo; Crítica; Contestação; Auto-organização; Formação de coletivos; Tarefas coletivas; Perspectiva histórica; Etc.	Agroecologia Biodiversidade Destruição Ambiental Monocultura Diversidade Genética; Biotecnologias; Etc.	Reforma Agrária Popular; Transição Agroecológica; Produção Agroecológica; Proteção e ampliação da Biodiversidade; Etc.	Monocultura; Concentração Fundiária; Destruição e Danos Ambientais; Privatização dos Recursos Genéticos e Naturais; Cooperativa mercantil; Etc.
Unidade de Produção Camponesa	Trabalho Cultura Luta Social Controle Social Organização Coletiva História	Memória; Conhecimento tradicional; Formação de coletivos; Cooperação; Etc.	Agroecologia; Biodiversidade; Alimento; Policultura; Sementes Crioulas; Diversidade Genética; Qualidade da Água, Etc.	Produção Agroecológica; Proteção e Ampliação da Biodiversidade; Produção das condições de reprodução; Etc.	Baixa produtividade; Tecnologias insuficientes e ineficientes; Dificuldades de reprodução e autocriação
Unidade de Produção Familiar	Trabalho Cultura Luta Social Controle Social Organização Coletiva História	Memória da comunidade; Cooperação; Formação de Coletivos produtores; Cultura Local; Conhecimento tradicional; Etc.	Produção de Alimentos; Monocultura; Insumos utilizados; Qualidade do Solo e da Água; Tecnologia envolvida; Etc.	Transição Agroecológica; Ampliação da Biodiversidade; Utilização de Tecnologias limpas; Etc.	Inserção na lógica sistêmica (integração); Monocultura; Utilização de insumos químicos; Dependência externa; Etc.
Recursos Naturais (Solo, Água, Sementes)	Trabalho Cultura Luta Social Controle Social Organização Coletiva História	Organização de banco de sementes crioulas; Grupos de Coletivos para proteção das fontes de água; Organização de dados técnicos acerca da semente; da água e do solo; Etc.	Solo Sementes Água Florestas Biodiversidade Etc.	Recuperação do Solo; Recuperação de Sementes Crioulas; Conservação e utilização Sustentável das Florestas; Proteção de Fontes; Mata ciliar; Etc.	Privatização do controle dos Recursos Naturais; Expropriação do Conhecimento Tradicional; Destruição e Contaminação ambiental e dos alimentos; Etc.
Bases Energéticas	Trabalho Cultura Luta Social Controle Social Organização Coletiva História	Potencialização de bases energéticas locais; Ampliação dos recursos energéticos no interior das unidades de produção; Organização Social pela não privatização dos recursos energéticos; Etc.	Energia Fóssil (não renovável) Energia Renovável; Energia Hidráulica; Energia Hidroelétrica; Etc.	Produção Sustentável; Socialmente e Ecologicamente justas; Controle privado ou Corporativo; Etc.	Controle privado e corporativo; Danos ambientais e sociais; Priorização dos lucros; Etc.
Alimento	Trabalho Cultura Luta Social Controle Social Organização Coletiva História	Conhecimento da comida de verdade; Relação com a saúde e o direito; Redes agroecológicas; Organização coletiva de feiras; Etc.	Base Agroecológica; Base monocultural; Insumos utilizados; Tecnologias; Condições de fertilidade do solo; Água utilizada; Qualidade-quantidade; Etc.	Produção para autoconsumo; Produção local; Produção Orgânica ou Agroecológica; Produção diversificada	Alimento como mercadoria; monocultura; utilização de agrotóxicos; Utilização de Insumos químicos; Etc.
Outras Bases	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)